



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 30 de junho de 2009)**

e

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

VOLUME I/III

ANO LXIV – SUP. AO Nº 99 – QUINTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Shessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 20 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 21 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Ams Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Raimundo Colombo - DEM¹ Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

¹ Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 30 de junho de 2009)

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal	9
– Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional	69
– Secretaria de Comissões	78

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES (SENADO FEDERAL)

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos

Ata da 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de maio de 2009, às 10 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....	264

Ata da 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 9ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto, em 27 de maio de 2009, às 10 horas, na sala nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....	296

Ata da 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 10ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto, em 28 de maio de 2009, às 10 horas, na sala nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....	323

Ata da 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de junho de 2009, às 9h30min., na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ...	354

Ata da 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de ju-	

nho de 2009, às 10 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....	392

Ata da 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de junho de 2009, às 10 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ...	410

Ata da 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de junho de 2009, às 10 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ...	439

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais

Ata da 18ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, e 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente do Idoso, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura realizada no dia 26 de maio de 2009, terça-feira, às 9 horas.....	470

Ata da 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e 9ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto, em 27 de maio de 2009, às 10 horas, na sala nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.	496

Ata da 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e 10ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto, em 28 de maio de 2009, às 10 horas, na sala nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.	523

Ata da 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e 15ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação	

Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 2 de junho de 2009.

Ata da 22ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 3 de junho de 2009, quarta-feira, às 11 horas.....

Ata da 23ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 6ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura realizada no dia 9 de junho de 2009, terça-feira, às 9 horas.

Ata da 24ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 16 de junho de 2009, terça-feira, às 10 horas.

Ata da 25ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 17 de junho de 2009, quarta-feira, às 11 horas.....

Ata da 26ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de junho de 2009, quarta-feira, às 11 horas.....

1.2.2.1 – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde conjunta com a 18ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais e 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente do Idoso, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura realizada no dia 26 de maio de 2009, terça-feira, às 9 horas.

Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, conjunta com a 23ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura realizada no dia 9 de junho de 2009, terça-feira, às 9 horas.

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ata da 1ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 4 de março de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Ata da 2ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 11 de março de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Ata da 3ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 18 de março de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

554

583

598

621

626

648

658

684

707

719

755

Ata da 4ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 25 de março de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

797

Ata da 5ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 1º de abril de 2009, quarta-feira, às 10 horas; 2 de abril de 2009, quinta-feira, às 10 horas; e 7 de abril de 2009, terça-feira, às 11 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

828

VOLUME II

Ata da 6ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 8 de abril de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 15 de abril de 2009, quarta-feira, às 9h30min., na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

918

Ata da 7ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 15 de abril de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 16 de abril de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

962

Ata da 8ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 22 de abril de 2009, quarta-feira, às 10 horas, 23 de abril de 2009, quinta-feira, às 10 horas e 28 de abril de 2009, terça-feira, às 10 horas na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

1033

Ata da 9ª Reunião Conjunta, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 29 de abril de 2009, quarta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

1139

Ata da 10ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 29 de abril de 2009, quarta-feira, às 12 horas, 30 de abril de 2009, quinta-feira às 10 horas e 5 de maio de 2009, terça-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

1188

Ata da 11ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 6 de maio de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

1251

Ata da 12ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 13 de maio de 2009, quarta-feira, às 10 horas e 14 de maio de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

1313

Ata da 13ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 20 de maio de 2009, quarta-feira, às 10 horas

e 21 de maio de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. 1367

Ata da 14ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 27 de maio de 2009, quarta-feira, às 10 horas e 28 de maio de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. 1418

Ata da 15ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 3 de junho de 2009, quarta-feira, às 10 horas, 4 de junho de 2009, quinta-feira, às 10 horas, e 9 de junho de 2009, terça-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. 1478

1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Ata da 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de maio de 2009. 1574

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de maio de 2009. 1595

Ata da 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de maio de 2009. 1608

Ata da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de maio de 2009. 1620

Ata da 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de junho de 2009. 1657

Ata da 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de junho de 2009. 1674

Ata da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de junho de 2009. 1685

Ata da 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de junho de 2009. 1706

Ata da 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de junho de 2009. 1718

Ata da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de junho de 2009. 1726

Ata da 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de junho de 2009. 1741

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de junho de 2009. 1756

VOLUME III

1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ata da 13ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Extraordinária, conjunta com a 8ª Reunião da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, Extraordinária, e, 14ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Extraordinária, de Audiência Pública Conjunta, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de maio de 2009, quarta-feira, às 18h30min., no Plenário do Senado Federal. 1782

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de maio de 2009, às 11h30min. 1845

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de maio de 2009, às 9h30min. 1858

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de maio de 2009, às 10 horas. 1879

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de junho de 2009, às 12 horas. 1913

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de junho de 2009, às 11h30min. 1927

Ata da 20ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de junho de 2009, às 11h30min. 1938

1.2.5.1 – Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar as Atividades do Fórum das Águas das Américas e Fórum Mundial da Água

Ata da 1ª Reunião, da Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar as Atividades

do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de maio de 2009, às 10h30min..... 1944

Ata da 2ª Reunião, da Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar as Atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de maio de 2009, às 10h30min..... 1951

1.2.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de maio de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 1953

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de maio de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 1969

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de maio de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 1989

Ata da 16ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 15ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 2 de junho de 2009.. 2008

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de junho de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 2037

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de junho de 2009, terça-feira, às 9h30min., na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 2045

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de junho de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 2095

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 17 de junho de 2009, às 10 horas. . 2112

1.2.6.1 – Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de maio de 2009, quarta-feira, às 9h30min., na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 2140

1.2.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ata da 14ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 26 de maio de 2009..... 2144

Ata 15ª Reunião (Conjunta) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 9ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 27 de maio de 2009..... 2162

Ata da 16ª Reunião (Conjunta) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 15ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 2 de junho de 2009..... 2189

Ata da 17ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 9 de junho de 2009..... 2218

Ata da 18ª Reunião (Conjunta) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e 17ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 16 de junho de 2009..... 2244

Ata da 19ª Reunião (Conjunta) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 23 de junho de 2009..... 2269

1.2.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Ata da 13ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de maio de 2009... 2291

Ata da 14ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de junho de 2009 2308

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 2ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente da

Amazônia e da Faixa de Fronteira, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 3 de junho de 2009, às 8h30min., na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7.....	2336	3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 19 de maio de 2009, terça-feira, às 14h30min., na sala de Reuniões Nº13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.....	2495
Ata da 16ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de junho de 2009.....	2371	Ata da 10ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de maio de 2009, às 14h30min., no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II – Senado Federal.	2518
Ata da 17ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de junho de 2009..	2387	Ata da 11ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de junho de 2009, às 14h30min., no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II – Senado Federal.	2524
Ata da 18ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de junho de 2009..	2414	Ata da 12ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 9 de junho de 2009, terça-feira, às 14h30min., na sala de Reuniões Nº13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.....	2547
Ata da 19ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de junho de 2009..	2417	Ata da 13ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 16 de junho de 2009, terça-feira, às 14h30min., na sala de Reuniões Nº13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.....	2577
1.3 – Atas de Comissões Mistas Permanentes (Congresso Nacional)		Ata da 14ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 23 de junho de 2009, terça-feira, às 14h30min., no Plenário nº 13, da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.	2594
1.3.1 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas			
Ata da 8ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Extraordinária, 13ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Extraordinária e, 14ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Extraordinária, de Audiência Pública Conjunta, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de maio de 2009, quarta-feira, às 18h30min., no Plenário do Senado Federal.	2432		
Ata da 9ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da			



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura -2009**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 30/06/2009)**

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (1º A 30 DE JUNHO DE 2009)	
Deliberativas Ordinárias	11
Não Deliberativas	8
Deliberativas Extraordinárias	4
Especiais	1
Total de sessões realizadas	24
Reuniões Plenárias	1
Reuniões Plenárias não realizadas	0
Total de sessões não realizadas	1

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 30 de junho de 2009)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XIII)	188
I – Medidas Provisórias aprovadas	3
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados.....	1
2– Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas à sanção	2
II - Projetos aprovados e enviados à sanção	18
1 – Por decisão terminativa de Comissão.....	3
1.1 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho	2
1.2 – De iniciativa do Presidente da República	1
2 – Por decisão do Plenário	15

2.1 – De iniciativa de Deputado	12
2.2 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho	2
2.3 – De iniciativa do Procurador Geral da República	1
III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....	11
1 – Por decisão do Plenário	3
1.1 – Do Senado Federal.....	1
1.2 – Da Câmara dos Deputados.....	2
2 – Em decisão terminativa	8
IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	85
1 – Concessões de telecomunicações	69
2 – Atos Internacionais.....	15
3 – Operações de crédito	1
V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática	5
VI – Escolha de Autoridades	6
VII – Requerimentos de Homenagem de Pesar.....	1
VIII - Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente	5
IX – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa	10
X – Requerimento de prorrogação Comissão Temporária	1
XI – Requerimento de criação/alteração de Comissão Temporária.....	1
XII – Requerimentos deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº2, de 2009)	7
1 – De tramitação conjunta.....	6
2 – De desapensamento	1
XIII – Requerimentos Diversos.....	35
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XIV A XVI)	26

XIV – Matérias arquivadas.....	17
1 – Por ter alcançado objetivo	1
2 – Parecer contrário de Comissão (art. 254 do RISF).....	8
3 – Parecer contrário de Comissão (art. 91, § 5º do RISF).....	6
4 – Por terem sido rejeitadas em Plenário	2
XV - Matérias prejudicadas	3
XVI - Matérias retiradas pelos autores.....	6
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS EM JUNHO (ITENS I A XVI)	214
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....	97
Requerimentos de Criação/Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito	1

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE
2 DE FEVEREIRO A 30 DE JUNHO DE 2009**

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (2 fevereiro a 30 de junho de 2009)	
Deliberativas Ordinárias	54
Não Deliberativas	41
Deliberativas Extraordinárias	7
Especiais	7
Total de sessões realizadas	109
Reuniões Plenárias	1
Reuniões Plenárias não realizadas	0
Total de sessões não realizadas	1
Reuniões preparatórias	2

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XV) 804¹

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 12

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados..... 6

2– Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas à sanção
..... 5

3– Aprovada na íntegra e enviada à promulgação
..... 1

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 33

1 – Por decisão do Plenário 29

1.1 – De iniciativa de Senador.....3

1.2 – De iniciativa de Deputado 22

1.3 – Da Presidência da República 1

¹ Na resenha de maio, o item “Requerimentos de prorrogação de prazo de CPI” foi contabilizado em “Matérias Aprovadas”; a partir da presente resenha, será contabilizado no item “Requerimentos de Criação/Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito”.

1.4 – De iniciativa do Procurador Geral da República	1
1.5 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho	2
2 – Por decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	1
2.1 – De iniciativa do Tribunal de Contas da União	1
3 – Por decisão terminativa de Comissão.....	3
3.1 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho	2
3.2 – De iniciativa do Tribunal de Contas da União	1
III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....	103
1 – Por decisão do Plenário	11
1.1 – Do Senado Federal.....	5
1.2 – Da Câmara dos Deputados.....	4
1.3 – Do Presidente da República.....	1
1.4 – De Comissão Mista.....	1
2 – Em decisão terminativa	92
IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	316
1 – Concessões de telecomunicações	278
2 – Atos Internacionais.....	29
3 – Operações de crédito	5
4 – Projetos de Resolução (outras matérias).....	4
V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática	28
VI – Escolha de Autoridades	16
VII – Requerimentos de Homenagem de Pesar	15
VIII – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante.....	21

IX – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente.....	28
X – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa.....	96
XI – Requerimentos despachados pelo Presidente (art. 215, Inc II, b, RISF) ..	2
XII – Requerimentos de prorrogação de Comissão Temporária.....	1
XIII – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária	7
XIV – Requerimentos deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº2, de 2009)	35
1 – De tramitação conjunta.....	20
2 – De dispensamento	15
XV – Requerimentos Diversos	91
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XVI A XIX)	74
XVI – Matérias arquivadas.....	42
1 – Por ter alcançado objetivo	2
2 – Parecer contrário de Comissão (art. 254 do RISF).....	21
3 – Parecer contrário de Comissão (art. 91, § 5º do RISF).....	14
4 – Retirada de assinaturas dentro do prazo regimental (art. 244 do RISF)	2
5 – Por terem sido rejeitadas em Plenário	3
XVII - Matérias prejudicadas.....	11
XVIII - Matérias retiradas pelos autores.....	19
XIX – Recursos arquivadas (por terem recebido parecer contrário de comissão)	2
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XVIII)	878
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....	413
Requerimentos de Criação/Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito	5

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total	3

I.1 - Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados

Total	1

Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2009 (Medida Provisória nº 457, de 2009), que altera e acresce dispositivos às Leis nºs 9.639, de 25 de maio de 1998, e 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, bem como dá nova redação ao art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispensar a apresentação da Certidão Negativa de Débito em caso de calamidade pública ou para recebimento de recursos para projetos sociais.

Sessão: 03.06.2009

I.2 - Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas à sanção

Total	2

Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2009 (Medida Provisória nº 458, de 2009), que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, revoga a Lei nº 6.431, de 11 de julho de 1977; e dá outras providências.

Sessão: 03.06.2009

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2009 (Medida Provisória nº 459, de 2009), que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências.

Sessão: 16.06.2009

II - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

De iniciativa de Deputado	12
De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho.....	4
De iniciativa do Presidente da República	1
De iniciativa do Procurador-Geral da República.....	1
Total	18

II.1 - Aprovadas em decisão terminativa de Comissão

Total	3

Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2009 (nº 552/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 12.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2009 (nº 1.932/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 12.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2009 (nº 3.960/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.06.2009

II.2 - Aprovadas pelo Plenário

Total	15

Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2009 (nº 1.933/3007, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2009 (nº 3.350/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) e dá outras providências.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2007 (nº 1.333/95, na Casa de origem), de autoria do Deputado Jovair Arantes, que dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002 (nº 1.043/1999, na Casa de origem), de autoria do Deputado Doutor Hélio, que dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2005 (nº 3.372/2000, na Casa de origem), de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e dá outras providências.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2005 (nº 4.130/2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Orlando Fantazzini, que revoga o art. 60 da Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941, Lei de Contravenções Penais.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2006 (nº 855/2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Carlos Sampaio, que altera a redação do § 2º do art. 40 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2007 (nº 3.138/1997, na Casa de origem), de autoria do Deputado Júlio Redecker, que altera o art. 1º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, estendendo as regras desse diploma legal a todas as empresas que venham a contratar ou transferir trabalhadores para prestar serviço no exterior.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2007 (nº 3.607/2004, na Casa de origem), de autoria do Deputado Zequinha Marinho, que inclui na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, a ligação rodoviária entre Redenção / PA e Marabá / PA.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2007 (nº 400/2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Dagoberto, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a divulgação dos autos de infração e a cobrança de multas após a transferência de propriedade do veículo.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2008 (nº 1.343/1999, na Casa de origem), de autoria do Deputado Alberto Fraga, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2008 (nº 1.531/2007, na Casa de origem), de autoria da Deputada Janete Capiberibe, que altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2008 (nº 2.181/2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Rogério Lisboa, que dá nova redação aos arts. 982 e 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2008 (nº 2.379/2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Regis de Oliveira, que dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2009 (nº 939, de 2007, na Casa de origem), de iniciativa do Procurador-Geral da República, que dispõe sobre a estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.

Sessão: 17.06.2009

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	9
De iniciativa da Câmara dos Deputados	2
Total	11

III.1 – Projetos de Lei da Câmara emendados pelo Senado Federal e aprovados pelo Plenário

Total	2

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/1999, na Casa de origem), de autoria do Deputado Paulo Rocha, que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Sessão: 16.06.2009

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa e origem), de autoria do Deputado Wasny de Roure, que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº

9.394, de 20 de dezembro de 1996. (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Sessão: 16.06.2009

III.2 – Projetos de Lei do Senado aprovados por comissão, em decisão terminativa

Total 8

Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2003, de autoria do senador Aloizio Mercadante, que dispõe sobre a cobrança de taxas de inscrições em vestibulares.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 18.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, que regulamenta o art. 36, inciso III, da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 18.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que altera o § 3º do art. 13 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer o prazo de quinze dias antes do pleito para solicitação de substituição de candidatos nas eleições majoritárias.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 18.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2007, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

Sessão: 18.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o art. 236 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a fim de permitir a prisão do eleitor, por ordem judicial, acusado de praticar crime hediondo ou crime doloso contra a vida, nos cinco dias que antecedem e nas quarenta e oito horas posteriores às eleições.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta o § 3º ao art. 94 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para exigir idoneidade moral e reputação ilibada dos candidatos a cargo eletivo.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 26.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera o artigo 135, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, Código Eleitoral, para instituir a criação de sala especial de votação, em cada local de votação, para os eleitores idosos, deficientes e portadores de necessidades especiais.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 26.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, para obrigar as concessionárias de serviço público a manter posto de atendimento pessoal ao usuário em municípios com população superior a vinte mil habitantes.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 29.06.2009

III.3 – Proposta de Emenda à Constituição

Total	1

Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2008, primeiro signatário Senador César Borges, que altera a redação do art. 29-A da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.

Sessão: 17.06.2009

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados	84
Total	85

IV.1 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total	15

Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2008 (nº 2.376/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, celebrada em Londres, em 28 de abril de 1989.

Sessão: 03.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2008 (nº 294/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, assinado em 24 de abril de 2006, na cidade de Saint George's.

Sessão: 03.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2008 (nº 373/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argélia Democrática e Popular, celebrado em Argel, em 08 de fevereiro de 2006.

Sessão: 03.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2008 (nº 660/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, celebrado em Santiago, em 26 de abril de 2007.

Sessão: 03.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2009 (nº 10/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, assinada pelo Brasil em Nova Iorque, no dia 14 de setembro de 2005.

Sessão: 03.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2009 (nº 65/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para o Combate à Criminalidade Transnacional e outras Modalidades Delituosas, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2004.

Sessão: 03.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2009 (nº 132/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.

Sessão: 03.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2009 (nº 133/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru, assinado em Nova Iorque, em 11 de maio de 2006.

Sessão: 03.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2008 (nº 2.217/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, celebrado em Brasília, em 1º de abril de 2005. **Sessão:** 09.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2008 (nº 2.253/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado em Nova Iorque, em 16 de dezembro de 1966, e do Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte, adotado e proclamado pela Resolução nº 44/128, de 15 de dezembro de 1989, com a reserva expressa no art. 2º.

Sessão: 10.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2008 (nº 67/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2009 (nº 2.378/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo ao Intercâmbio de Estagiários, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2008 (nº 59/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005.

Sessão: 24.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2008 (nº 61/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994.

Sessão: 24.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2009 (nº 321/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Terceiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Adoção de Emblema Distintivo Adicional, aprovado em Genebra, em 8 de dezembro de 2005.

Sessão: 24.06.2009

IV.2 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em decisão terminativa

Total 69

Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 1995 (nº 332, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Educadora de Chapada de Diamantina LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seabra, estado da Bahia.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1996 (nº 161, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a ECC - Empresa Coromandelense de Comunicação LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coromandel, estado de Minas Gerais.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 1997 (nº 211, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural e Educacional Santana de Caetite, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caetite, estado da Bahia.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1998 (nº 486, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão deferida a Rádio Entre Rios LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, estado do Paraná.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 1998 (nº 537, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Astorga Broadcasting LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Astorga, estado do Paraná.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1998 (nº 607, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cacique de Guarapuava LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, estado do Paraná.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1999 (nº 305, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Emissora Sul Goiana de Quirinópolis LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, estado de Goiás.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2000 (nº 260, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Liberdade Empresa de Radiodifusão LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 474, de 2007 (nº 474, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio das Garças LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itarema, estado do Ceará.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2008 (nº 85, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rede Metropolitana de Rádio de Televisão LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José de Ribamar, estado do Maranhão.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2008 (nº 553, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Maguari de Baturité LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaratama, estado do Ceará.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2008 (nº 653, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Central de Itapissuma - PE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapissuma, estado de Pernambuco.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2008 (nº 619, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao ICEQUI - Instituto Cultural e Econômico de Quixelô para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixelô, estado do Ceará.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2008 (nº 729, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural Comunitária de Apoio a Campinorte - ABCCACAMP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinorte, estado de Goiás.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2008 (nº 751, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão a Rádio Som Alvorada LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Natividade, estado do Tocantins.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2008 (nº 753, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Alvorada LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arraias, estado do Tocantins.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2008 (nº 754, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Educadora Nova Geração LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2008 (nº 538, de 2008, na Câmara dos Deputados), aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Monte Alegre de Goiás - GO - Adecom para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre de Goiás, estado de Goiás.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2009 (nº 768, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Amiga FM de Chapecó LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tupurah, estado de Mato Grosso.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2009 (nº 778, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sampaio & Martins LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itiquira, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2009 (nº 1046, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sistema Lageado de Comunicação LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uruaçu, estado de Goiás.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2009 (nº 694, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Plus Radiodifusão LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coxilha, estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2009 (nº 699, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Popular FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urucânia, estado de Minas Gerais.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2009 (nº 781, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Entre Folhas, estado de Minas Gerais.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2009 (nº 817, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rural Henriqueta Veloso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felício dos Santos, estado de Minas Gerais.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2009 (nº 848, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FH Comunicação e Participações LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Motuca, estado de São Paulo.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2009 (nº 874, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Tupã FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuparetama, estado de Pernambuco.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2009 (nº 879, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castelo do Piauí, estado do Piauí.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2009 (nº 894, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à UNAS - União de Núcleos, Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2009 (nº 903, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Não Me Toque para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Não Me Toque, estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2009 (nº 906, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural São Francisco de Assis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2009 (nº 918, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Queimada Nova - PI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queimada Nova, estado do Piauí.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2009 (nº 919, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Ativa - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracuruca, estado do Piauí.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2009 (nº 920, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Santo Antônio do Aventureiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Aventureiro, estado de Minas Gerais.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2009 (nº 965, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Martins & Cecchini LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sales Oliveira, estado de São Paulo.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2009 (nº 994, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à associação comunitária Primo Fernandes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Sales, estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2009 (nº 1016, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Planalto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, estado de São Paulo.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2009 (nº 1028, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Núcleo Habitacional Auta Aguirre de Campos Salles Borebi - SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borebi, estado de São Paulo.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2009 (nº 1034, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Santíssimo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bastos, estado de São Paulo.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2009 (nº 870, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária pelo Meio Ambiente, Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerro Corá, estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 08.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2007 (nº 278, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Difusora do Maranhão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Luís, estado do Maranhão.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2008 (nº 352, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Mundaí Rádio FM de Eunápolis LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz Cabrália, estado da Bahia.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2008 (nº 464, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Brisa Mar FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Esplanada, estado da Bahia.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2008 (nº 466, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Miguel Calmon FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguel Calmon, estado da Bahia.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2008 (nº 465, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ibicaraí FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibicaraí, estado da Bahia.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2008 (nº 526, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Litoral Norte LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rincão, estado de São Paulo.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 310, de 2008 (nº 655, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Pequenos Industriais e Comerciantes do Município De Messias - AL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Messias, estado de Alagoas.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2008 (nº 544, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Igreja Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igreja Nova, estado de Alagoas.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2008 (nº 2330, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural do Município de Arapiraca - ACODECMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapiraca, estado de Alagoas.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2008 (nº 734, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Delmiro Gouveia, estado de Alagoas.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2009 (nº 828, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Terra Nova do Norte, estado de Mato Grosso.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2009 (nº 704, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Filadélfia FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos de Júlio, estado de Mato Grosso.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2009 (nº 805, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aliança de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, estado de São Paulo.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2009 (nº 807, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Malha Central de Suzano para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Suzano, estado de São Paulo.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2009 (nº 818, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação e Desenvolvimento Cultural de Radiodifusão de Durandé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Durandé, estado de Minas Gerais.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2009 (nº 885, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Sorriso - ACODESO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorriso, estado de Mato Grosso.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2009 (nº 892, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Serra - ACS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará da Serra, estado de Mato Grosso.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2009 (nº 908, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ACRABOR - Associação Cultural Rádio Comunitária de Bom Retiro do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Retiro do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2009 (nº 976, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sistema Plug de Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bom Retiro do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2009 (nº 964, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Vitória do Palmar, estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2009 (nº 993, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ilhabela para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilhabela, estado de São Paulo.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2009 (nº 1092, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Rádio Digital FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Birigui, estado de São Paulo.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2009 (nº 700, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Cabo Branco LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2009 (nº 868, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Saltinhense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saltinho, estado de São Paulo.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2009 (nº 907, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, estado de São Paulo.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2009 (nº 989, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mar Grosso de São José do Norte LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Norte, estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2009 (nº 1006, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Município de Santa Maria do Pará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria do Pará, estado do Pará.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2009 (nº 137, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária "Voz do Povo" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto de Moz, estado do Pará.

Sessão: 15.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2009 (nº 1075, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aveiro, estado do Pará.

Sessão: 15.06.2009

IV.3 - Projetos de Resolução aprovados pelo Plenário

Total	1

Projeto de Resolução nº 25, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Resolução nº 28, de 28 de agosto de 2008, que autoriza o Município de Porto Alegre (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Sessão: 16.06.2009

V – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total	5

Mensagem nº 57, de 2009 (nº 260, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Gilberto Seixas de Andrade, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

Sessão: 16.06.2009

Mensagem nº 73, de 2009 (nº 296, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor João Solano Carneiro da Cunha, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

Sessão: 16.06.2009

Mensagem nº 74, de 2009 (nº 297, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor Mario da Graça Roiter, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

Sessão: 17.06.2009

Mensagem nº 75, de 2009 (nº 298, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor Henrique da Silveira Sardinha Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

Sessão: 17.06.2009

Mensagem nº 88, de 2009 (nº 341, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Roberto Abdalla, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuaite, e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

Sessão: 30.06.2009

VI – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total 6

Parecer nº 503, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/40, de 2009, do Líder do Partido dos Trabalhadores, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Marcelo da Costa Pinto Neves para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 17.06.2009

Parecer nº 511, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/15, de 2009 (nº 239/2009, na origem), do Superior Tribunal de Justiça, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Desembargador Sérgio Feltrin Corrêa, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sessão: 30.06.2009

Parecer nº 512, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/16, de 2009 (nº 47/2009, na origem), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil,

submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Adilson Gurgel de Castro para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sessão: 30.06.2009

Parecer nº 513, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/17, de 2009 (nº 47/2009, na origem), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Advogado Almino Afonso Fernandes, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sessão: 30.06.2009

Parecer nº 515, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/19, de 2009 (nº 520/2009, na origem), do Procurador-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome da Doutora Sandra Lia Simón, Procuradora Regional do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sessão: 30.06.2009

Parecer nº 516, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/20, de 2009 (nº 520/2009, na origem), do Procurador-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome da Doutora Maria Ester Henriques Tavares, Procuradora de Justiça Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sessão: 30.06.2009

VII – REQUERIMENTO DE VOTOS DE PESAR

Total	1

Requerimento nº 700, de 2009, de autoria do Senador César Borges, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal constituinte João Carlos Bacelar, ocorrido em 09 de junho de 2009, em Salvador.

Sessão: 09.06.2009

VIII – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total	5

Requerimento nº 447, de 2009, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando, nos termos do art. 154, inciso III, § 5º, combinado com os arts. 199 e 200, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial no dia 22 de outubro de 2009, destinada a celebrar o Dia Nacional da Força Aérea Brasileira (FAB) e o Dia do Aviador.

Sessão: 09.06.2009

Requerimento nº 543, de 2009, de autoria do Senador Gim Argelo, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial no dia 03 de setembro de 2009, às 11 horas, no plenário do Senado Federal, em homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 709, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, com fundamento nos arts. 154, § 5º, e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial a ser realizada no dia 1º de julho de 2009, destinada a comemorar os 15 anos do Plano Real. Aditado pelo **Requerimento nº 786, de 2009**, solicitando o adiamento da Sessão Especial a ser realizada no dia 1º de julho deste ano, tendo em vista a dificuldade de compatibilização das agendas das autoridades convidadas para esta data e a possibilidade de realização de Sessão, com o mesmo objetivo, no Congresso Nacional, no dia 7 de julho.

Sessão: 17.06.2009

Requerimento nº 752, de 2009, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial no dia 07 de julho de 2009 em homenagem ao Maestro Sílvio Barbato, que estava no vôo 447 da Air France desaparecido sobre o Atlântico no dia 31 de maio de 2009.

Sessão: 24.06.2009

Requerimento nº 628, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 02 de julho de 2009, destinada a homenagear a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB, em comemoração ao seu 50º aniversário. Aditado pelo **Requerimento nº 762, de 2009**, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando que a Sessão Especial seja realizada no dia 30 de junho de 2009, às 11:00 horas.

Sessão: 25.06.2009

IX – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES, APROVADOS PELA MESA

Total	10

Requerimento nº 242, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca da cobrança de valores devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 23 de junho de 2009)

Requerimento nº 302, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, com fundamento no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I, alínea "a", do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado da Saúde informações relativas a plano de saúde, ressarcimentos e valores.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 23 de junho de 2009)

Requerimento nº 345, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, e 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Integração Nacional sobre as providências tomadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sindec) acerca das enchentes enfrentadas pelos municípios amazonenses.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 23 de junho de 2009)

Requerimento nº 443, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia sobre a manutenção dos preços dos combustíveis entre os mais caros do mundo, mesmo diante da substancial queda no preço do barril de petróleo.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 23 de junho de 2009)

Requerimento nº 472, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado

Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores relativas às operações de cooperação com a República da Bolívia.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 23 de junho de 2009)

Requerimento nº 509, de 2009, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre a restrição de uso da pista de pouso do Aeroporto Gov. Dix-Sept Rosado, em Mossoró - RN.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 23 de junho de 2009)

Requerimento nº 516, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a situação financeira da suinocultura no Brasil.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 23 de junho de 2009)

Requerimento nº 593, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima e, por seu intermédio, a Sra. Ivone Maria Valente, Secretária Nacional de Defesa Civil, informações sobre as providências concretas praticadas em decorrência de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, nos anos de 2007 e 2008 no Brasil.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 23 de junho de 2009)

Requerimento nº 596, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, informações acerca das decisões e deliberações realizadas na reunião do Grupo de Trabalho previsto no artigo 11 do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, prevista para o último dia 19/05/2009.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 23 de junho de 2009)

Requerimento nº 598, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda, acerca de dados constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e do Relatório do Tesouro Nacional sobre o montante de restos a pagar processados inscritos no Ministério da Previdência Social.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 23 de junho de 2009)

X – REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total	1

Requerimento nº 794, de 2009, de autoria do Senador Papaléo Paes e outros Senhores Senadores, solicitando prorrogação do prazo, até 31 de agosto de 2009, da Comissão Temporária Interna para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Sessão: 30.06.2009

XI – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO/ALTERAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total	1

Requerimento nº 777, de 2009, da Comissão Temporária de Estudo da Reforma do Código de Processo Penal, responsável pela análise do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, e proposições conexas, solicitando que os prazos fixados para suas atividades sejam duplicados, fixando-se novo calendário para apresentação de emendas dos relatórios parciais, do relatório do relator-geral e votação do parecer final.

Sessão: 24.06.2009

XII – REQUERIMENTOS DEFERIDOS NOS TERMOS DO ATO DA MESA Nº 2, DE 2009

XII.1 – Solicitando tramitação conjunta

Total	6

Requerimento nº 605, de 2009, de autoria do Senador Lobão Filho, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2005 (que já tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2007, e com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003, 355, de 2004, 18, de 2005, 45, de 2006, e 42, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2009.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 629, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 13, de 2006, e 113, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2007.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 659, de 2009, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 404, de 2008, e 104, de 2009.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 687, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 364 e 276, de 2005.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 761, de 2009, de autoria do Senador João Tenório, solicitando a tramitação conjunta das PEC nºs 4 e 9, de 2009.

Sessão: 24.06.2009

Requerimento nº 770, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs. 440, de 2003 e 387, de 2005, por disporem sobre a mesma matéria.

Sessão: 30.06.2009

XII.2 – Solicitando desapensamento

Total	1

Requerimento nº 771, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº. 64, de 2004, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2007.

Sessão: 30.06.2009

XIII – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total	35

XIII.1 – Solicitando tramitação conjunta

Total	8

Requerimento nº 580, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando, nos termos do disposto no art. 258, do RISF, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362 e 458, de 2008; 166 e 630, de 2007; 222 e 293, de 2004; e 257, de 2003, de 2003

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 581, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, reiterando, nos termos do art. 258, do RISF, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362 e 458, de 2008; 166 e 630, de 2007; 222 e 293, de 2004; e 257, de 2003, de 2003.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 582, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando, nos termos do art. 258, do RISF, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 104, 105, 257 e 370, de 2003;

222 e 293, de 2004; 166, 629 e 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 312, 335 e 458, de 2008.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 608, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos do art. 258, parágrafo único, do RISF, sejam apensados os Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2008, e 148, de 2005, para tramitação conjunta, por versarem sobre a mesma matéria.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 643, de 2009, de autoria do Senador Francisco Dornelles, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 115, de 2009, e 423, de 2003, por disporem sobre matéria correlata. (Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003, 106, de 2006, 470 e 681, de 2007, e 138, de 2008)

Sessão: 24.06.2009

Requerimento nº 701, de 2009, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a tramitação em conjunto das Propostas de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, nº 50, de 2006 e nº 86, de 2007, visto disciplinarem a mesma matéria.

Sessão: 24.06.2009

Requerimento nº 708, de 2009, de autoria da Senadora Marina Silva, solicitando que, nos termos do art. 258 do RISF, sejam apensados os Projetos de Lei do Senado nºs 40, de 2003 e 247, de 2008, para tramitação conjunta, por versarem sobre a mesma matéria.

Sessão: 24.06.2009

Requerimento nº 760, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 30 e 306, de 2003, com o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 24.06.2009

XIII.2 – Solicitando desapensamento de matéria

Total	5

Requerimento nº 606, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2007, dos Projetos de Lei do Senado nºs 83 e 84, de 2007, de forma a retomar sua tramitação autônoma.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 617, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2005, dos de nºs 634, de 2007; 49, 50 e 496, de 2003; 304, de 2005; 582, 674, 683 e 719, de 2007, por tratarem de matérias diversas.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 621, de 2009, de autoria do Senador Renan Calheiros, solicitando o desapensamento das Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 2006, 22, de 2001 e 43, de 2003, da de nº 60, de 2005, que passará a tramitar separadamente.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 641, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2005, e do Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2004, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 49, de 2003; e 86, de 2004, e 410, de 2003, 224 e 249, de 2004; 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; 558, de 2007; e 135, de 2008.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 711, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2003, dos seguintes Projetos com os quais tem tramitação conjunta: Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006 e Projetos de Lei do Senado nºs 294, de 2004, 219, de 2005, 353, de 2007, e 368, de 2008.

Sessão: 24.06.2009

XIII.3 – Solicitando audiência de Comissão

Total 16

Requerimento nº 611, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sessão: 02.06.2009

Requerimento nº 642, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.06.2009

Requerimento nº 631, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 03.06.2009

Requerimento nº 583, de 2009, de autoria do Senador José Agripino, solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 104 e 105, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de tramitação, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 603, de 2009, de autoria do Senador Expedito Junior, solicitando, nos termos do disposto no art. 255, II, "c", 12, do RISF, que sobre o PLS nº 23, de 2008 (que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 634, de 2007; 49, 50 e 496, de 2003; 304, de 2005; 582, 674, 683, e 719, de 2007), seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 609, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja encaminhado, também, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 647, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2009, seja ouvida, também, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 648, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2009, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 666, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2003, seja remetido, para audiência prévia, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para posterior análise das comissões constantes no despacho inicial.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 735, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2008, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 737, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003-Complementar, seja ouvida, também, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 740, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2007, seja ouvida, também, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 699, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte.

Sessão: 17.06.2009

Requerimento nº 712, de 2009, de autoria do Senador Fernando Collor, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja encaminhado, também, à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Sessão: 24.06.2009

Requerimento nº 720, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja encaminhado, também, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 24.06.2009

Requerimento nº 721, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja encaminhado, também, à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sessão: 24.06.2009

XIII.4 – Solicitando adiamento de apreciação de matéria

Total 5

Requerimento nº 733, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006, por 30 dias.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 734, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007, por 30 dias.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 736, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, por 30 dias.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 738, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, por 30 dias.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 739, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, por 30 dias.

Sessão: 16.06.2009

XIII.5 – Solicitando dispensa de interstício para sessões de discussão e votação de matéria

Total	1

Requerimento nº 748, de 2009, de autoria de Líderes Partidários, solicitando dispensa de interstício de discussão e votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2008.

Sessão: 17.06.2009

XIV – MATÉRIAS ARQUIVADAS

Total	17

XIV.1 – Por ter alcançado seu objetivo

Total	1

Requerimento nº 499, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando, nos termos dos artigos 154, inciso III, 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial em homenagem ao dia mundial do meio ambiente e da ecologia no dia 18 de junho de 2009.

(Homenagem prestada no dia 2 de junho de 2009, em Sessão Solene Conjunta)

Sessão: 15.06.2009

XIV.2 - Por terem recebido parecer contrário de comissão – art. 254 do RISF

Total	8

Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2005, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati, que estabelece disposição transitória para aplicação do art. 16 da Constituição Federal

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 09.06.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 91, de 2007, de iniciativa do Senador Expedito Júnior, que acrescenta o § 4º ao art. 46 da Constituição Federal, para prever a eleição de suplente de Senador pelas Assembleias e Câmaras Legislativas.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 09.06.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 101, de 2007, de iniciativa da Senadora Roseana Sarney, que acrescenta inciso ao art. 5º da Constituição Federal, para assegurar à mulher presa recolhimento em cela específica.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 09.06.2009

Projeto de Resolução nº 63, de 2002, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, que altera a Resolução do Senado Federal nº 17, de 2001, que "dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM".

(Parecer contrário da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 17.06.2009

Requerimento nº 803, de 2004, de autoria do Senador Aloísio Mercadante, solicitando o sobrestamento temporário do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, que tramita em conjunto com o de nº 361, de 2003, a fim de aguardar o recebimento do Projeto de Lei nº 3.265/2004, dispondo sobre o mesmo assunto, tramitando na Câmara dos Deputados em regime de urgência.

(Parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 22.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre as relações jurídicas decorrentes da rejeição da Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 26.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 567, de 2005, de autoria do Senador Siba Machado, que convoca plebiscito para decidir acerca do desmembramento de parte de território do Estado de Rondônia, onde se localizam as povoações de Extrema e Nova Califórnia e sua anexação ao território do Estado do Acre.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 26.06.2009

Proposta de emenda à Constituição nº 69, de 2007, primeiro signatário Senador Álvaro Dias, que modifica o § 1º do art. 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 30.06.2009

XIV.3 – Por terem recebido parecer contrário de comissão – art. 91 do RISF

Total	6

Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera o artigo 1º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os automóveis adquiridos por corretores de imóveis.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 22.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 9311, de 24 de outubro de 1996, que "institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, e dá outras providências".

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 22.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003, de autoria do Senador Álvaro Dias, que dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 22.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda a remuneração do serviço extraordinário.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 22.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra, que acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 22.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2008, de autoria do Senador José Nery, que revoga os artigos 9º e 10º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. (Revoga a isenção de imposto sobre remuneração pagas a titulares, sócios ou acionistas de empresas).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 22.06.2009

XIV.4 – Por terem sido rejeitadas em Plenário

Total 2

Parecer nº 514, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/18, de 2009 (nº 520/2009, na origem), do Procurador-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sessão: 30.06.2009

Parecer nº 517, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/21, de 2009 (nº 520/2009, na origem), do Procurador-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado o nome do Doutor Diaulas Costa Ribeiro, Promotor de Justiça, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sessão: 30.06.2009

XV - MATÉRIAS DECLARADAS PREJUDICADAS

Total 3

Ofício nº S/29, de 2009, de Lideranças do Senado Federal, submetendo à apreciação do Senado

Federal a indicação do Senhor Erick Wilson Pereira para compor o Conselho Nacional de Justiça.
(Prejudicado em virtude da aprovação do Ofício nº S/40, de 2009)
Sessão: 17.06.2009

Ofício nº S/35, de 2009, da Liderança do Partido Democrático Trabalhista, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor André Ramos Tavares para compor o Conselho Nacional de Justiça.
(Prejudicado em virtude da aprovação do Ofício nº S/40, de 2009)
Sessão: 17.06.2009

Ofício nº S/44, de 2009, de Lideranças da Minoria, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Antonio Ernani Pedroso Calhão para compor o Conselho Nacional de Justiça.
(Prejudicado em virtude da aprovação do Ofício nº S/40, de 2009)
Sessão: 17.06.2009

XVI - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

Total 6

Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que regulamenta os §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal, para instituir o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, bem como de suas subsidiárias.
(Retirado pelo Requerimento nº 694, de 2009)
Sessão: 05.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que modifica a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, para tornar obrigatória a apresentação, na rede mundial de computadores (Internet), de documentos que tenham sido desclassificados em virtude do transcurso do prazo estabelecido para sua categoria.
(Retirado pelo Requerimento nº 697, de 2009)
Sessão: 08.06.2009

Emenda nº 3 à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para 16 (dezesseis) anos a idade para imputabilidade penal.

(Retirada pelo Requerimento nº 744, de 2009)

Sessão: 16.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera a Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, no sentido de exigir o porte da Carteira Nacional de Habilitação para a condução de veículos nas rodovias e estradas.

(Retirado pelo Requerimento nº 698, de 2009)

Sessão: 17.06.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que susta os arts. 4º, 6º, 7º, 11 e 12 do Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007, que dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que "dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências".

(Retirado pelo Requerimento nº 773, de 2009)

Sessão: 24.06.2009

Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta parágrafos ao art. 12 e um artigo 23-A à Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 ("Lei de Imprensa"), para disciplinar a divulgação de informações lesivas à dignidade da pessoa humana.

(Retirado pelo Requerimento nº 774, de 2009)

Sessão: 24.06.2009

XVII - REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Total	96

Observações:

Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 - representação da Casa / missão no País ou no exterior.

Art. 43, I - tratamento de saúde.

Art. 43, II - interesse particular.

Requerimento nº 264, de 2009-M, Senador José Agripino - art. 13 - 28.05.2009.

Requerimento nº 265, de 2009-M, Senador Mário Couto - art. 13 - 02 a 04.06.2009.

Requerimento nº 266, de 2009-M, Senador Wellington Salgado de Oliveira - art. 13 - 02 e 03.06.2009.

Requerimento nº 267, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 02.06.2009.

Requerimento nº 268, de 2009-M, Senador Leomar Quintanilha - art. 43, I - 1º a 10.06.2009.

Requerimento nº 269, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 03.06.2009.

Requerimento nº 270, de 2009-M, Senador Gilvam Borges - art. 13 - 03 a 05.06.2009.

Requerimento nº 271, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 04.06.2009.

Requerimento nº 272, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 03.06.2009.

Requerimento nº 273, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 13 - 03.06.2009.

Requerimento nº 274, de 2009-M, Senadora Serys Slhessarenko - art. 43, II - 09 e 10.06.2009; art. 13 - 11 a 17.06.2009.

Requerimento nº 275, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 04.06.2009.

Requerimento nº 276, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 04.06.2009.

Requerimento nº 277, de 2009-M, Senador Gerson Camata - art. 13 - 04.06.2009.

Requerimento nº 278, de 2009-M, Senador Neuto de Conto - art. 13 - 04.06.2009.

Requerimento nº 279, de 2009-M, Senador Gilberto Goellner - art. 13 - 09 e 10.06.2009.

Requerimento nº 280, de 2009-M, Senadora Patrícia Saboya - art. 43, I - 02 a 04.06.2009.

Requerimento nº 281, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 04.06.2009.

Requerimento nº 282, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 04.06.2009.

Requerimento nº 283, de 2009-M, Senador Gim Argello - art. 13 - 04 a 07.06.2009.

Requerimento nº 284, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 08 a 10.06.2009.

Requerimento nº 285, de 2009-M, Senador Jayme Campos - art. 13 - 09 e 10.06.2009.

Requerimento nº 286, de 2009-M, Senador Cícero Lucena - art. 13 - 09.06.2009.

Requerimento nº 287, de 2009-M, Senador Cícero Lucena - art. 13 - 10 a 14.06.2009.

Requerimento nº 288, de 2009-M, Senador Gerson Camata - art. 13 - 09 e 10.06.2009.

Requerimento nº 289, de 2009-M, Senador Tasso Jereissati - art. 43, II - 09 e 10.06.2009.

Requerimento nº 290, de 2009-M, Senador Neuto de Conto - art. 13 - 09 e 10.06.2009.

Requerimento nº 291, de 2009-M, **Senadora** Fátima Cleide - art. 13 - 09.06.2009.

Requerimento nº 292, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 10.06.2009.

Requerimento nº 293, de 2009-M, Senador Heráclito Fortes - art. 43, I - 12 a 22.06.2009.

Requerimento nº 294, de 2009-M, Senador Fernando Collor - art. 13 - 10.06.2009.

Requerimento nº 295, de 2009-M, Senador César Borges - art. 13 - 10.06.2009.

Requerimento nº 296, de 2009-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 15 a 19.06.2009.

Requerimento nº 297, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 13 - 10.06.2009.

Requerimento nº 298, de 2009-M, Senadora Patrícia Saboya - art. 43, I - 08 a 15.06.2009.

Requerimento nº 299, de 2009-M, Senador Augusto Botelho - art. 13 - 16 a 18.06.2009.

Requerimento nº 300, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 10.06.2009.

Requerimento nº 301, de 2009-M, Senador Mário Couto - art. 13 - 16 a 18.06.2009.

Requerimento nº 302, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 13 - 16 e 17.06.2009.

Requerimento nº 303, de 2009-M, Senador Mauro Fecury - art. 13 - 16 a 18.06.2009.

Requerimento nº 304, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 16.06.2009.

Requerimento nº 305, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 16.06.2009.

Requerimento nº 306, de 2009-M, Senador Inácio Arruda - art. 13 - 17 e 18.06.2009.

Requerimento nº 307, de 2009-M, Senador Romeu Tuma - art. 40 - 18 e 19.06.2009 - Representação do Senado Federal no “II Congresso da Educação Superior Particular”, em Araxá, Minas Gerais, sem ônus para o Senado Federal.

Requerimento nº 308, de 2009-M, Senador Efraim Morais - art. 13 - 18.06.2009.

Requerimento nº 309, de 2009-M, Senador Efraim Morais - art. 13 - 23 a 25.06.2009.

Requerimento nº 310, de 2009-M, Senador Mozarildo Cavalcanti - art. 13 - 22 a 27.06.2009.

Requerimento nº 311, de 2009-M, Senador Almeida Lima - art. 13 - 09 e 10.06.2009.

Requerimento nº 312, de 2009-M, Senadora Patrícia Saboya - art. 13 - 16 a 18.06.2009.

Requerimento nº 313, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 18.06.2009.

Requerimento nº 314, de 2009-M, Senador Antonio Carlos Júnior - art. 13 - 23.06.2009.

Requerimento nº 315, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 17.06.2009.

Requerimento nº 316, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 18.06.2009.

Requerimento nº 317, de 2009-M, Senador Mão Santa - art. 13 - 18.06.2009.

Requerimento nº 318, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 18.06.2009.

Requerimento nº 319, de 2009-M, Senador Valdir Raupp - art. 13 - 18.06.2009.

Requerimento nº 320, de 2009-M, Senador Aloizio Mercadante - art. 13 - 18.06.2009.

Requerimento nº 321, de 2009-M, Senador Jarbas Vasconcelos - art. 13 - 23 a 30.06.2009.

Requerimento nº 322, de 2009-M, Senador João Durval - art. 13 - 23 a 25.06.2009.

Requerimento nº 323, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini - art. 13 - 23 a 25.06.2009.

Requerimento nº 324, de 2009-M, Senador Romero Jucá - art. 13 - 23 a 25.06.2009.

Requerimento nº 325, de 2009-M, Senador Roberto Cavalcanti - art. 13 - 23 a 25.06.2009.

Requerimento nº 326, de 2009-M, Senador Flexa Ribeiro - art. 13 - 24 a 29.06.2009.

Requerimento nº 327, de 2009-M, Senador Mauro Fecury - art. 43, II - 23.06 a 02.07.2009.

Requerimento nº 328, de 2009-M, Senador César Borges - art. 13 - 23.06.2009.

Requerimento nº 329, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral - art. 13 - 23 a 25.06.2009.

Requerimento nº 330, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 23 a 25.06.2009.

Requerimento nº 331, de 2009-M, Senador Cícero Lucena - art. 13 - 23 a 25.06.2009.

Requerimento nº 332, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 23.06.2009.

Requerimento nº 333, de 2009-M, Senador João Tenório - art. 13 - 23 a 25.06.2009.

Requerimento nº 334, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 24 a 30.06.2009.

Requerimento nº 335, de 2009-M, Senador César Borges - art. 13 - 24.06.2009.

Requerimento nº 336, de 2009-M, Senador Garibaldi Alves Filho - art. 13 - 25.06.2009.

Requerimento nº 337, de 2009-M, Senador João Pedro - art. 13 - 25.06.2009.

Requerimento nº 338, de 2009-M, Senador Eduardo Azeredo - art. 13 - 25.06.2009.

Requerimento nº 339, de 2009-M, Senador Antonio Carlos Valadares - art. 13 - 25.06.2009.

Requerimento nº 340, de 2009-M, Senador Adelmir Santana - art. 13 - 25.06.2009.

Requerimento nº 341, de 2009-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 23.06.2009.

Requerimento nº 342, de 2009-M, Senador Paulo Duque - art. 13 - 23.06.2009.

Requerimento nº 343, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 25.06.2009.

Requerimento nº 344, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 25.06.2009.

Requerimento nº 345, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 25.06.2009.

Requerimento nº 346, de 2009-M, Senador Tasso Jereissati - art. 43, II - 26.06 a 06.07.2009.

Requerimento nº 347, de 2009-M, Senador Inácio Arruda - art. 13 - 25.06.2009.

Requerimento nº 348, de 2009-M, Senador Tião Viana - art. 43, II - 25.06.2009.

Requerimento nº 349, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 25.06.2009.

Requerimento nº 350, de 2009-M, Senador Aloizio Mercadante - art. 13 - 25.06.2009.

Requerimento nº 351, de 2009-M, Senador César Borges - art. 13 - 25.06.2009.

Requerimento nº 352, de 2009-M, Senador Flávio Arns - art. 13 - 25.06.2009.

Requerimento nº 353, de 2009-M, Senador Renato Casagrande - art. 13 - 25.09.2009.

Requerimento nº 354, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 43, II - 25.06.2009.

Requerimento nº 355, de 2009-M, Senador Marcelo Crivella - art. 13 - 23 e 25.06.2009.

Requerimento nº 356, de 2009-M, Senador Jayme Campos - art. 13 - 30.06 a 02.07.2009.

Requerimento nº 357, de 2009-M, Senador José Agripino - art. 13 - 25.06.2009.

Requerimento nº 358, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 30.06.2009.

Requerimento nº 359, de 2009-M, Senador João Ribeiro - art. 43, II - 30.06.2009.

XVIII – REQUERIMENTO PARA DESEMPENHO DE MISSÃO APROVADO PELO PLENÁRIO

Total	1

Requerimento nº 759, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando, nos termos do art. 39, inciso I, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do país, no período de 08 a 13 de junho de 2009, para participar do Fórum de Legisladores G8+5 de Roma/Itália, a convite do Globe International.

Sessão: 24.06.2009

XIX – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Total	1

Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, solicitando, com fulcro no que preceitua o § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão parlamentar de inquérito para, no prazo de 180 dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados na contratação de serviços, obras, processos licitatórios, convênios, dentre outras irregularidades, praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit, evidenciados a partir de Relatórios e demais atos fiscalizadores do Tribunal de Contas da União (TCU).

Sessão: 24.06.2009

XX – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total	44

Requerimento nº 644, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar às famílias dos passageiros do Voo 447, da Air France, desaparecido na madrugada do dia 1º de junho de 2009, no Oceano Atlântico.

Sessão: 02.06.2009

Requerimento nº 645, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, com fulcro no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade aos parentes das vítimas do acidente do voo AF-447, à empresa aérea Air France, aos Governos do Brasil, da França e de outros 30 países cujos nacionais estavam a bordo, ocorrido no dia 1º de junho de 2009.

Sessão: 02.06.2009

Requerimento nº 646, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do médico-cirurgião e presidente do Instituto do Câncer do Ceará, Dr. Haroldo Juaçaba, ocorrido em 31 de maio de 2009.

Sessão: 02.06.2009

Requerimento nº 653, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Walter Bandeira.

Sessão: 02.06.2009

Requerimento nº 655, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Santoro Frota, ocorrido no dia 1º de junho de 2009, em Manaus - AM.

Sessão: 02.06.2009

Requerimento nº 657, de 2009, de autoria do Senador João Tenório, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Deputado Federal Oséas Cardoso, ocorrido no dia 31 de maio de 2009, em Brasília - DF.

Sessão: 02.06.2009

Requerimento nº 658, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Grupo RBS (Rede Brasil Sul de Comunicação) pela Campanha Educativa de Combate ao Uso de Drogas (Crack, Nem Pensar!).

Sessão: 02.06.2009

Requerimento nº 662, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao jornalista Ali Kamel pela publicação do artigo "O TJ e as Cotas Raciais", publicado no jornal O Globo, na Internet, em 2 de junho de 2009.

Sessão: 03.06.2009

Requerimento nº 663, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Deputado Estadual Júlio Sérgio de Melo, Presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás pela publicação do artigo "O Amianto é Nosso", incluso na edição do Diário da Manhã, de 21 de maio de 2009.

Sessão: 03.06.2009

Requerimento nº 664, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Alves Caldeira, ocorrido em 23 de maio de 2009.

Sessão: 03.06.2009

Requerimento nº 665, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao publicitário, pesquisador e escritor Durango Duarte pelo lançamento do livro "Manaus - entre o passado e o presente".

Sessão: 03.06.2009

Requerimento nº 688, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família da funcionária pública Deise Possamai pelo seu falecimento.

Sessão: 04.06.2009

Requerimento nº 689, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando, nos termos regimentais, apresentação de condolências à família do Senhor Fernando de Sousa Fortes, irmão do Senador Heráclito Fortes, ocorrido em 04 de junho de 2009.

Sessão: 04.06.2009

Requerimento nº 690, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Arcebispo de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, ao ensejo do Jubileu de Prata de sua Ordenação.

Sessão: 04.06.2009

Requerimento nº 691, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao artista plástico amazonense Moacir

Andrade, que completa 75 anos de dedicação à arte, com exposição a realizar-se em julho de 2009, em Manaus.

Sessão: 04.06.2009

Requerimento nº 693, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Fortes, ocorrido no dia 3 de junho de 2009, em Teresina, Piauí.

Sessão: 04.06.2009

Requerimento nº 696, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando, com base no que preceitua o art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, votos de congratulações ao Bispo Prelado do Marajó, Dom José Luiz Ascona, por sua constante vigilância e preocupação para com o povo do Arquipélago do Marajó, bem como pelo excelente trabalho desenvolvido na área sócio-cultural e humanitária.

Sessão: 08.06.2009

Requerimento nº 703, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança em homenagem póstuma ao ex-diretor do Sistema "A Crítica de Rádio e Televisão", Dr. Rui Souto de Alencar, que estaria aniversariando no último domingo, dia 7 de junho de 2009.

Sessão: 09.06.2009

Requerimento nº 704, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rádio Difusora de Itacoatiara, Amazonas, pelo transcurso do 45º aniversário de sua emissora AM e do 24º da estação FM.

Sessão: 09.06.2009

Requerimento nº 705, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Oséas Cardoso, ocorrido no dia 31 de maio de 2009.

Sessão: 09.06.2009

Requerimento nº 706, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pela trágica morte de Danilo Ribeiro e sua filha Rebeca da Silva Feitoza, vítima do naufrágio de embarcação de pequeno porte, no porto 11 de Maio, a Leste de Manaus/AM.

Sessão: 09.06.2009

Requerimento nº 707, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvati, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para a Campanha que a Pastoral da Juventude e Mitra Diocesana da Arquidiocese de Florianópolis estarão lançando no dia 09/06/2009, em Florianópolis, contra a Redução da Maioridade Penal.

Sessão: 09.06.2009

Requerimento nº 713, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento de Perseu Matheus Pugliese, ex-prefeito de Jandaia do Sul, norte do Paraná.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 714, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao povo de Barreirinha - AM pelo transcurso do aniversário de sua criação.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 716, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldomiro Gomes, ex-prefeito de Manicoré - AM.

Sessão: 10.06.2009

Requerimento nº 719, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Raul Brunini, ocorrido no dia 13 de março de 2009.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 732, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando, voto de pesar à família e amigos do Professor Octávio Melchíades Ulysséa, Diretor-Geral e fundador das Faculdades Integradas "Espírita" (FIES), falecido no dia 11 de junho, em Curitiba - PR.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 741, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando, nos termos do art. 218, II, combinado com o art. 221, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar e a apresentação de condolências à família, pelo falecimento do médico Silas Munguba, ocorrido no dia 15 de junho de 2009, na capital cearense.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 743, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao lutador Matheus Segadilha, que se tornou campeão amazonense de jiu-jitsu, mantendo uma invencibilidade de cinco anos.

Sessão: 16.06.2009

Requerimento nº 745, de 2009, de autoria do Senador Paulo Duque, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do radialista e ex-Deputado Raul Brunini, do Rio de Janeiro.

Sessão: 17.06.2009

Requerimento nº 751, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a consignação de voto de aplauso ao artista plástico brasileiro Nikko Kali por receber da Societé Académique des Arts, Sciences et Lettres Medalha de Ouro no ano de 2009.

Sessão: 17.06.2009

Requerimento nº 758, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis, radicado nos Estados Unidos, pioneiro em pesquisas e estudos acerca de interações entre cérebro e máquina.

Sessão: 18.06.2009

Requerimento nº 768, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar à família do professor Paulo Meksenas pelo seu falecimento, em Florianópolis - SC.

Sessão: 23.06.2009

Requerimento nº 769, de 2009, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando, nos termos do artigo 222 do RISF, voto de aplauso ao centenário do nascimento do Major Sylvio de Magalhães Padilha, completado no dia 5 de junho de 2009, a ser encaminhado à família do homenageado, assim como a todas as entidades pelas quais o atleta e dirigente passou e contribuiu de maneira decisiva para o desenvolvimento das entidades e do esporte.

Sessão: 23.06.2009

Requerimento nº 778, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que o Senado Federal emita voto de aplauso ao reitor e professores da Universidade do Texas - Estados Unidos da América, campus de Austin, ao reitor e professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin e à Secretária de Estado da Criança e da Juventude do Paraná, Thelma Alves de Oliveira, pelo trabalho coordenado de parceria para ações voltadas ao jovem brasileiro em conflito com a lei.

Sessão: 24.06.2009

Requerimento nº 779, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de voto de congratulações à Associação Casa Azul pela realização da Feira Literária Internacional de Paraty, programada para ocorrer entre os dias 1º e 5 de julho de 2009, na cidade de Paraty, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 24.06.2009

Requerimento nº 780, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de pesar ao povo e à Presidente da República do Chile pelo falecimento da ex-primeira dama Hortensia Bussi, ocorrido quinta-feira, 18 de junho de 2009.

Sessão: 24.06.2009

Requerimento nº 782, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado nos anais do Senado voto de aplauso à cidade de Santarém, no Estado do Pará, pelo transcurso, no dia 22 de junho de 2009, do seu 348º aniversário.

Sessão: 24.06.2009

Requerimento nº 788, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do artigo 215, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal, informações sobre a legalidade dos gastos com tratamento médico da sua mãe, Senhora Isabel Victória dos Mattos Pereira do Carmo Ribeiro.

Sessão: 29.06.2009

Requerimento nº 790, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jurista Goffredo da Silva Telles, bem como apresentação de votos de condolências à esposa Maria Eugenia Raposo da Silva Telles, aos filhos Goffredo Neto e Olívia.

Sessão: 29.06.2009

Requerimento nº 795, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar, apresentação de condolências a seus familiares e ao Hospital do Câncer de Pernambuco pelo falecimento da Senhora Maria Esther Souto, ocorrido no dia 24 de junho de 2009, no Recife, Estado de Pernambuco.

Sessão: 30.06.2009

Requerimento nº 796, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do Regimento Interno do Senado Federal, homenagens ao empresário Pedro Paes Mendonça pelo transcurso do centésimo aniversário de seu nascimento.

Sessão: 30.06.2009

Requerimento nº 797, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Força Aérea Brasileira e à Marinha do Brasil, por intermédio do Ministério da Defesa, pela exemplar atuação das equipes de resgate das vítimas do acidente aéreo com o avião Air Bus da Air France, ocorrido no dia 31 de maio de 2009.

Sessão: 30.06.2009

Requerimento nº 798, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Associação Comercial do Amazonas - ACA pelo transcurso do 138º aniversário de sua criação, comemorado com outorga da Medalha do Mérito Empresarial a personalidades do meio empresarial do Amazonas.

Sessão: 30.06.2009

**B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO
CONGRESSO NACIONAL**
(1º a 30 de junho)

CONGRESSO NACIONAL – 2009

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL
(1º a 30 de junho de 2009)

PLN.....07

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO
DE 2 DE FEVEREIRO A 30 DE JUNHO DE 2009**

Sessões Conjuntas realizadas.....	12
• Sessões Conjuntas.....	04
• Sessões Conjuntas Solenes.....	08
Matérias Legislativas	
• Apreciadas.....	1.048
Vetos (Dispositivos).....	1.038
PLNs.....	0010

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Junho	16/2009-CN (nº 86/2009, na origem)	PL nº 1/2009-CN Leitura: 25-2- 2009(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 492.078.530,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	18-6-2009, às 10 horas	Aprovado o projeto com a Emenda nº 4, destacada. À sanção
Junho	26/2009-CN (nº 186/2009, na origem)	PL nº 4/2009-CN Leitura: 30-3- 2009(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 6.000.000.000,00, para os fins que especifica.	18-6-2009, às 10 horas	Aprovado o substitutivo. À sanção
Junho	30/2009-CN (nº 223/2009, na origem)	PL nº 5/2009-CN Leitura: 14-4- 2009(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor de R\$ 25.000.000,00, para o fim que especifica.	18-6-2009, às 10 horas	Lei nº 11.953 de 25-6-2009 (DOU 26-6-2009)
Junho	31/2009-CN (nº 224/2009, na origem)	PL nº 6/2009-CN Leitura: 14-4- 2009(SF)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009 crédito especial no valor total de R\$ 43.549.795,00, em favor da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, para os fins que especifica.	18-6-2009, às 10 horas	Lei nº 11.954 de 25-6-2009 (DOU 26-6-2009)
Junho	38/2009-CN (nº 275/2009, na origem)	PL nº 10/2009-CN Leitura: 27-4- 2009(SF)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R\$ 42.000.000,00, para os fins que especifica.	18-6-2009, às 10 horas	Lei nº 11.955 de 25-6-2009 (DOU 26-6-2009)
Junho	39/2009-CN (nº 276/2009, na origem)	PL nº 11/2009-CN Leitura: 27-4- 2009(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$ 149.299.610,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	18-6-2009, às 10 horas	Lei nº 11.956 de 25-6-2009 (DOU 26-6-2009)
Junho	46/2009-CN (nº 325/2009, na origem)	PL nº 14/2009-CN Leitura: 18-5- 2009(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 305.000.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	18-6-2009, às 10 horas	Lei nº 11.957 de 25-6-2009 (DOU 26-6-2009)

SESSÕES REALIZADAS (1º a 30 de junho de 2009)

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	2-6-2009, às 11 horas, Plenário do Senado Federal	Destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.
Conjunta Solene	4-6-2009, às 10 horas, Plenário do Senado Federal	Destinada a comemorar os trinta anos do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo - SEMESP.
Conjunta Solene	9-6-2009, às 10 horas, Plenário do Senado Federal	Destinada a comemorar o centésimo quadragésimo quarto aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha.
Conjunta	9-6-2009, às 12 horas, Plenário da Câmara dos Deputados	Destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Conjunta	18-6-2009, às 10 horas, Plenário da Câmara dos Deputados	Destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs: 1, 4, 5, 6, 10, 11 e 14/2009-CN.

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
16/2009 (public. no DOU de 4-6-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 15 de junho de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 461, de 15 de abril de 2009, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 300.000.000,00, para os fins que especifica”.

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 398/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista solicitação de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Senhores Senadores e da Deputada Rebecca Garcia, consulta, nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 27 de agosto do corrente, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia do Soldado.
Of. nº 396/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, em entendimento com essa Casa do Congresso Nacional, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 2 de julho do corrente, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Nacional do Cooperativismo e os dez anos de fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP.
Of. nº 394/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 22-6-2009, o PLN nº 25, de 2009-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 119.120.055,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 393/2009 -CN	Sen. Alvaro Dias	Comunicando que na Sessão Conjunta do Congresso Nacional realizada em 18-6-2009, foi arquivado o Requerimento do qual V. Exª é o primeiro signatário, n Senado Federal, que "Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar o total de recursos públicos, diretos e indiretos, destinados às modalidades esportivas no País, sua efetiva aplicação e fiscalização", em razão de não haver sido atingido o número mínimo de signatários exigido pelo § 3º do art. 58 da Constituição Federal.
Of. nº 392/2009 -CN	Dep. Miro Teixeira	Comunicando que na Sessão Conjunta do Congresso Nacional realizada em 18-6-2009, foi arquivado o Requerimento do qual V. Exª é o primeiro signatário, na Câmara dos Deputados, que "Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar o total de recursos públicos, diretos e indiretos, destinados às modalidades esportivas no País, sua efetiva aplicação e fiscalização", em razão de não haver sido atingido o número mínimo de signatários exigido pelo § 3º do art. 58 da Constituição Federal.
Of. nº 383/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 19-6-2009, o Aviso nº 27, de 2009-CN (nº 766-Seses/TCU-Plenário/2009, na origem), do Senhor Presidente do TCU, que encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 009.105/2009-7, pelo Plenário daquele Corte na Sessão Ordinária de 10-6-2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 382/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 19-6-2009, o Aviso nº 26, de 2009-CN (nº 743-Seses/TCU-Plenário/2009, na origem), do Senhor Presidente do TCU, que encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 007.615/2009-1, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 10-6-2009, acompanhado do relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 381/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 18-6-2009, o Aviso nº 25, de 2009-CN (nº 759-Seses/TCU-Plenário/2009, na origem), do Senhor Presidente do TCU, que encaminha o Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Senhor Presidente da República, referentes ao exercício de 2008, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 380/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 19-6-2009, o PLN nº 24, de 2009-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 501.561.242,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 377/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 17-6-2009, o PLN nº 23, de 2009-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 301.900.623,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 376/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista Requerimento nº 695, de 2009, de autoria do Senador Osmar Dias e outros Senhores Senadores, e o Requerimento nº 3767/2008, do Deputado Odacir Zonta, cópias anexas, consulta, nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 2 de julho do corrente, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Nacional do Cooperativismo e os dez anos de fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP
Of. nº 370/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 62, de 2009-CN (nº 392/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2009 (oriundo da Medida provisória nº 451, de 2008), que "Altera a legislação tributária federal e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 369/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 2-6-2009, o Ofício nº 43, de 7-5-2009, do Senhor Presidente do Supremo Tribunal federal, comunicando que na Sessão Plenária realizada em 30-4-2009, julgou procedente a ação para declarar como não-recepcionado pela Constituição de 1988 todo o conjunto de dispositivos da Lei Federal nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.
Of. nº 367/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 12-6-2009, o PLN nº 22, de 2009-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$ 827.569.050,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$ 789.136.377,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 366/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 12-6-2009, o PLN nº 21, de 2009-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, crédito especial no valor total de R\$ 39.640.772,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 365/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 12-6-2009, o PLN nº 20, de 2009-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, crédito suplementar no valor total de R\$ 60.000.000,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 364/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 12-6-2009, o PLN nº 19, de 2009-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, crédito especial no valor total de R\$ 103.263.522,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 363/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 12-6-2009, o PLN nº 18, de 2009-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 1.000.000,00, para o fim que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 362/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 12-6-2009, o PLN nº 17, de 2009-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 300.000,00, para o fim que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 361/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 9-6-2009, a Mensagem nº 53, de 2009-CN (nº 377/2009, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 360/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 9-6-2009, o Ofício nº 29, de 2009-CN (nº 2.424/TSE/2009, na origem), do Senhor Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao primeiro quadrimestre de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 28-5-2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 359/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 9-6-2009, o Ofício nº 28, de 2009-CN (nº 0146/PRES-022/SEPLA-GS/2009, na origem), do Senhor Presidente do Superior Tribunal Militar, que encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal, para o período de maio de 2008 a abril de 2009, da Justiça Militar da União, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 28-5-2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 358/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 9-6-2009, o Ofício nº 27, de 2009-CN (nº 437/GP/2009, na origem), do Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal daquele Tribunal, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 357/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 9-6-2009, o Ofício nº 26, de 2009-CN (nº 1.267/GP-O/2009, na origem), que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2008 a abril de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 356/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 9-6-2009, o Ofício nº 25, de 2009-CN (Ato do Presidente nº 202, de 28-5-2009), desta Presidência, que "Aprova o relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2009", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 355/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 9-6-2009, o Aviso nº 24, de 2009-CN (nº 588-GP/TCU/2009), do Senhor Presidente do TCU, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal daquele Tribunal, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2009, publicado no Diário Oficial da União nº 101, de 29-5-2009, Seção I, página 130, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 354/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 9-6-2009, o Ofício nº 22, de 2009-CN (nº 624/PGR/GAB/2009, na origem), do Senhor Procurador-Geral da República, que encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2008 a abril de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 353/2009 -CN	Sen. Almeida Lima - Presidente da CMO	Comunicando que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 12-6-2009, o prazo para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2009-CN, tendo em vista publicação em avulso, do parecer da CMO. Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.
Of. nº 352/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 12-6-2009, o prazo para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2009-CN, tendo em vista publicação em avulso, do parecer da CMO. Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.
Of. nº 351/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 9-6-2009, o Ofício nº 24, de 2009-CN (nº 186/GDGSET.GP/2009, na origem), do Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal daquele Tribunal, referente ao período de maio de 2008 a abril de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 350/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 9-6-2009, o Ofício nº 23, de 2009-CN (Mensagem nº 37/GP/2009, na origem), do Senhor Presidente do Supremo Federal, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2009, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, tendo sido a matéria despachada à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 349/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se dia 18-6-2009, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da CMO.
Of. nº 327/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Encaminhando cópia do Of. Nº 43-P/MC-STF, de 7-5-2009, do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.
Of. nº 326/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Encaminhando, em anexo, cópia do Ofício GLC nº 0059/09, de 2009, na qual a Excelentíssima Senadora Ideli Salvatti indica, nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Comum, alterado pela Resolução nº 1, de 1995-CN, parlamentares para exercer a função de Vice-Líderes do Governo no Congresso Nacional.
Of. nº 325/2009 -CN	Sen. Almeida Lima - Presidente da CMO	Comunicando que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 8-6-2009, o prazo para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 1 e 2, de 2009-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da CMO. Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.
Of. nº 324/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 8-6-2009, o prazo para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 1 e 2, de 2009-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da CMO. Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.
Of. nº 323/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 2-6-2009, o Aviso nº 22, de 2009-CN (nº 583-GP/TCU/2009), do Senhor Presidente do TCU, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades daquele Tribunal, referente ao 1º trimestre do exercício de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 322/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 2-6-2009, a Mensagem nº 54, de 2009-CN (379/2009, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Avaliação do Cumprimento da Meta do resultado do superávit primário, do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispendios Globais (PDG), das empresas estatais não-financeiras, fixada para o 1º quadrimestre de 2009. Em atendimento ao disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a matéria foi despachada à CMO.
Of. nº 321/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 2-6-2009, o PLN nº 16, de 2009-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de Companhias Docas, crédito suplementar no valor total de R\$ 116.408.996,00, para os fins que especifica", sendo a matéria despachada à CMO.
Of. nº 320/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 2-6-2009, o Aviso nº 21, de 2009-CN (nº 48/BCB-Presi, de 29-5-2009), do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras referentes ao 1º trimestre de 2009, daquela Instituição, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009), tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 319/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 3-6-2009, o Aviso nº 23, de 2009-CN (nº 545-Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), que encaminha à CMO, cópia do Acórdão nº 863, de 2009-TCU (Plenário), referente ao Levantamento de Auditoria elaborado pela Secex-PB, no Programa de Trabalho 23695116605641436, obras de "Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística no Estado da Paraíba", referente à construção do Centro de Convenções de João Pessoa/PB (Fiscobras 2007) (TC nº 014.972/2007-8).

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 318/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 3-6-2009, Ofício Pres-nº 206/2009-CMO, do Presidente da CMO, Senador Almeida Lima.
Of. nº 313/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 52, de 2009-CN (nº 372/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2009 (oriundo da Medida provisória nº 450, de 2008), que "Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 11.805, de 6 de novembro de 2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.848, de 15 de março de 2004, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 10.847, de 15 de março de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002; e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 312/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 51, de 2009-CN (nº 366/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2009 (oriundo da Medida provisória nº 449, de 2008), que "Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 311/2009 -CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência convocou sessão conjunta a realizar-se dia 9-6-2009, terça-feira, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da CMO.
Of. nº 280/2009 -CN	Dep. Tadeu Filippelli - Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania-CD	Encaminhando nos termos do art. 132 do Regimento Comum, recurso interposto pelo nobre Deputado Lobbe Neto da decisão desta Presidência sobre questões de ordem formuladas por S. Exª na sessão do Congresso Nacional realizada no dia 13-5-2009.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 279/2009 -CN	Dep. Tadeu Filippelli - Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania-CD	Encaminhando nos termos do art. 132 do Regimento Comum, recurso interposto pelo nobre Deputado Geraldo Pudim da decisão desta Presidência sobre questão de ordem formulada por S. Ex ^a na sessão do Congresso Nacional realizada no dia 13-5-2009.
Of. nº 278/2009 -CN	Dep. Tadeu Filippelli - Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania-CD	Encaminhando nos termos do art. 132 do Regimento Comum, recurso interposto pelo nobre Deputado Eduardo Cunha da decisão desta Presidência sobre questão de ordem formulada por S. Ex ^a na sessão do Congresso Nacional realizada no dia 13-5-2009.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE JUNHO DE 2009 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Vice Presidente: Senador DELCÍDIO AMARAL

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01

MENSAGEM (SF) 85, DE 2009

NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor **Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo** para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, por 22 votos sim, 1 voto não e nenhuma abstenção.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº. 30, de 2009 – CAE e aditamento.

Autoria: Senadores ALOIZIO MERCADANTE e RAIMUNDO COLOMBO.

Assunto: Debate sobre o Crédito-Prêmio do IPI.

CONVIDADOS:

Senhor **Roberto Giannetti da Fonseca**, Presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX;

Senhor **Luiz Gonzaga Belluzzo**, Presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento;

Senhor **Heleno Taveira Torres**, Professor e Livre-Docente de Direito Tributário da Faculdade de Direito da USP;

Senhor **Frederico Augusto Gomes de Alencar**, Coordenador-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial da Receita Federal do Brasil; e

Senhor **Cláudio Losse**, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2004
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutico), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo.

Autoria: Senador PAULO OCTÁVIO.

Relatoria: Senador ROMERO JUCÁ.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2006
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutico), para autorizar a prestação de serviços de transporte aéreo doméstico entre pontos de escala de linhas internacionais, e dá outras providências.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP.

Relatoria: Senador ROMERO JUCÁ.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutico), para revogar restrições à oferta de serviços aéreos.

Autoria: Senador TIÃO VIANA.

Relatoria: Senador ROMERO JUCÁ.

Parecer: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2004, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs. 258 e 259, de 2006.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2004, com a Emenda nº 1 – CAE, e pela rejeição dos PLS 258/06 e 259/06, que tramitam em conjunto. As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados.

Autoria: Deputado POMPEO DE MATTOS.

Relatoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Acresce parágrafo único ao artigo 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta e às emendas n.ºs. 3 e 4 de autoria do Senador Pedro Simon.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas n.ºs. 1, 2, 3 e 4 – CAE. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

ITEM N.º 04

REQUERIMENTO N.º 36, DE 2009 – CAE

Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública desta Comissão a fim de debater as questões atinentes à administração e regulamentação do uso de cartões de crédito, com a presença de representantes do **Banco Central; do Ministério da Fazenda; da Confederação Nacional do Comércio; das Administrações de Cartões de Crédito; e da Associação Nacional dos Consumidores e do Vice-Presidente da área de cartões de crédito do Banco do Brasil.**

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM N.º 05

REQUERIMENTO N.º 37, DE 2009 – CAE

Requer nos termos regimentais a dispensa da Audiência Pública requerida por meio do Requerimento n.º 24, de 2007 – CAE, para instruir a tramitação dos Projetos de Lei do Senado n.ºs. 216, de 2009, 265, de 1999 e 167, de 2001.

Autoria: Senadora ÁLVARO DIAS.

Resultado: Aprovado.

ITEM N.º 06

REQUERIMENTO N.º 38, DE 2009 – CAE

Requer nos termos regimentais, para que o Projeto de Lei do Senado n.º 191, de 2006, que “concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e cancela os débitos fiscais dessas instituições”, seja submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, quanto aos aspectos constitucionais e legais.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01
DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS AO
PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2009 – CN (LDO/2010).**

Relator: Senador ELISEU RESENDE.

Resultado: Foram aprovadas 8 (oito) Emendas/Texto.

**ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 486, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Unifica a hora no território brasileiro.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Relatoria: Senador GIM ARGELLO.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

**ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Altera o artigo 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que a União participe do financiamento das instituições de educação superior estaduais.

Autoria: Senador OSMAR DIAS.

Relatoria: Senador GERSON CAMATA.

Parecer: Favorável à matéria.

Obs: Durante a discussão o Senador Romero Jucá apresenta duas emendas, que foram acatadas pelo relator.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 - CAE. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre incentivos às Políticas Públicas de Juventude executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos.

Autoria: Senadora PATRÍCIA SABOYA.

Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.

Obs: A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo).

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 2 – CAE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 25, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Resolução nº 28, de 28 de agosto de 2008, que autoriza o Município de Porto Alegre – RS a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Relatoria: Senador ROMERO JUCÁ.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 06
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 36, DE 2009 – CAE

Requer que seja acrescentado como convidado da Audiência Pública requerida pelo Requerimento nº 36, de 2009 – CAE, a fim de discorrer sobre a administração e regulamentação do uso de cartões de crédito, o doutor **Aurélio Rios**, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão – Consumidor e Ordem Econômica, da Procuradoria Geral da República.

Autoria: Senador JOÃO TENÓRIO.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº. 36, de 2009 – CAE e aditamento.

Autoria: Senadores IDELI SALVATTI e JOÃO TENÓRIO.

Assunto: Debate sobre as questões atinentes à administração e regulamentação do uso de Cartões de Crédito.

CONVIDADOS:

Senhor **José Antônio Marciano**, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos – DEBAN, do Banco Central do Brasil;

Senhor **Marcelo Ramos**, Coordenador Geral de Comunicação e Mídia do Ministério da Fazenda;

Senhor **Carlos Thadeu de Freitas Gomes**, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo da Confederação Nacional do Comércio;

Senhor **Paulo Rogério Caffarelli**, Vice-Presidente de Cartões e Novos Negócios de Varejo do Banco do Brasil;

Senhor **Ivo Luiz de Sá Freire Vietas Júnior**, Diretor da ABECS; e

Senhor **Marcelo de Araújo Noronha**, Diretor da ABECS.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2003****TERMINATIVO**

Dispõe sobre títulos dos agronegócios e dá outras providências.

Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria e à Emenda nº 1 – CRA.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CRA/CAE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os artigos 9º-A a 9º-C, para instituir o piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

Autoria: Senadora PATRÍCIA SABOYA.

Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com a Emenda nº 1 – CAE. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
MENSAGEM “SF” Nº 97, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 71,500,000.00 (setenta e um milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Gerenciamento da Poluição Costeira e de Águas do Espírito Santo – Projetos Águas Limpas – II”.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Parecer: Favorável à matéria na forma do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 04
MENSAGEM “SF” Nº 93, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 194,000,000.00 (cento e noventa e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco

Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Recuperação de Rodovias de São Paulo – Etapa III”.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Favorável à matéria na forma do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova também, Requerimento de Urgência para a matéria.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

MENSAGEM “SF” Nº 99, DE 2009 NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 211,700,000.00 (duzentos e onze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Estadual de Transportes – PET – II”.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Favorável à matéria na forma do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02

MENSAGEM “SF” Nº 100, DE 2009 NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 32,760,000.00 (trinta e dois milhões, setecentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Recife, Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social no Recife – Capiberibe Melhor”.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Favorável à matéria na forma do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 39, DE 2009 – CAE

Requeiro que seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para discutir critérios de proteção ambiental exigidos nas linhas de financiamento das instituições financeiras, com a participação de representantes do **Banco do Brasil; da Caixa Econômica Federal; do Banco da Amazônia – BASA; do Banco do Nordeste – BNB; do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul.**

Autoria: Senador JEFFERSON PERES.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 – CAE

Requeremos a realização de Audiência Pública, em conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e com a Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR, com a participação dos seguintes convidados: senhor **Antônio Oliveira Santos**, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; senhor **Nelson de Abreu Pinto**, Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; senhor **Norton Luiz Lenhart**, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS; senhor **Moacyr Roberto Tesch Auresvald**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH.

Autoria: Senadores ADELMIR SANTANA e FRANCISCO DORNELLES.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04**ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 – CAE**

Requer que seja acrescido ao rol de convidados o senhor **Mário Beni**, Professor da USP; e o senhor **Plínio Sarti**, Consultor da Área Sindical e Trabalhista.

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05**REQUERIMENTO Nº 41, DE 2009 – CAE**

Requer que seja realizada Audiência Pública para debater questões atinentes às recentes desonerações discais empreendidas pelo Governo Federal, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Melvyn Fox**, Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Materiais de Construção – ABRAMAT; senhor **Jackson Schneider**, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA; senhor **Lourival Kiçula**, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos-Eletros; senhor **Nelson Machado**, Presidente do CONFAZ; senhor **Carlos Martins Marques de Santana**, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia; e senhor **Mauro Ricardo Machado Costa**, Secretário de Estado da Fazenda de São Paulo.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06**REQUERIMENTO Nº 42, DE 2009 – CAE**

Requer que seja realizada Audiência Pública para discutir a política de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial no tocante aos terrenos de marinha.

Autoria: Senador ROBERTO CAVALCANTI.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

03 Ordinárias– Deliberativa.

01 Ordinária – Audiência Pública.

01 Extraordinária – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 47

07 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
02 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
05 Mensagens (SF) (não terminativo).
01 Projeto de Resolução (SF) (não terminativo).
17 Emendas – CAE.
12 Requerimentos – CAE.
02 Aditamentos à Requerimento.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidenta: Senadora ROSALBA CIARLINI

Vice Presidente: Senador PAULO PAIM

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSOES DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 6, 20, de 2009 – CRA, 3, 22, 34, DE 2009 – CRE e 36, de 2009 - CAS.

Autoria: Senadores KÁTIA ABREU, MARISA SERRANO, ROSALBA CIARLINI, FLEXA RIBEIRO, CRISTOVAM BUARQUE, e JOÃO PEDRO.

Assunto: Debate sobre as “Metas de Desenvolvimento do Milênio” fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano 2000, e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil, e devem ser atingidas até 2015.

CONVIDADOS:

Senhor Darci Bertoholdo, Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais, representando a Casa Civil da Presidência da República;

Senhora **Laura da Veiga**, Secretária de Avaliação e Gestão de Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

Ministro **Sílvio José Albuquerque e Silva**, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores;

Senhor **Marco Otávio Bezerra Prates**, Diretor do Departamento de Competitividade Industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção – MDIC;

Senhor **Adson França**, Assessor Especial do Ministro de Estado da Saúde;

Senhor **Antônio Luiz Machado de Moraes**, Assessor da Secretaria de Política Agrícola do MAPA, representando o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

Senhor **Sérgio Wanderly Silva**, representante do Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para suspender a incidência da contribuição previdenciária no caso que especifica.

Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica.

Autoria: Senador GERSON CAMATA.

Relatoria “ad hoc”: Senador MÃO SANTA.

Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAS. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Autoria: Deputado EDUARDO CUNHA.

Relatoria: Senador PAULO DUQUE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2009 – CAS

Nos termos do inciso II, § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública, conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE), no âmbito do Ciclo de Debates sobre o SUS a fim de debater “As Políticas Sociais e a Assistência à Saúde Materna”, com a participação dos seguintes convidados: representante do **Ministério da Saúde**; senhora **Guacira César de Oliveira**, Socióloga, Diretora do Colegiado do Centro Feminino e Estudos e Assessoria (CFEMEA); Professor **José Aristodemo Pinotti**, Médico Ginecologista, Professor Titular e Chefe do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, membro permanente do Advisory Panel on Maternal and Child Health da Organização Mundial de Saúde, atualmente, Secretário Municipal Especial da Mulher do Estado de São Paulo; senhor **Francisco Batista Júnior**, Presidente do Conselho Nacional de Saúde; e doutor **Nilson Roberto de Melo**, Presidente da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO).

Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI e AUGUSTO BOTELHO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2009 – CAS

Nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº. 40, de 2009 – CAS, requeiro que a realização da audiência pública sobre as políticas públicas para a prevenção às queimaduras e a reabilitação de queimados, seja em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, no âmbito do Ciclo de Saúde sobre o SUS.

Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 43, DE 2009 – CAS

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2008, que altera o § 1º do artigo 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Com a participação dos seguintes convidados: senhor **Joaquim Lima de Oliveira**, Superintendente Nacional do FGTS; senhor **Paulo Eduardo Cabral Furtado**, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS; senhor **Mário Avelino**, Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil; e senhor **Ricardo Patah**, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e ex-integrante do Conselho Curador do FGTS.

Autoria: Senadores CÉSAR BORGES.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2009 – CAS

Requeiro nos termos regimentais aditamento ao Requerimento nº 38, de 2009 – CAS, de autoria do Senador Marcelo Crivella, através do qual foi solicitada realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, com a presença dos seguintes convidados: senhora **Maria Berenice Dias**, Advogada, ex-Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; senhor **Roberto Gonçalves**, Advogado – OAB/RJ; senhor **Ivair dos Santos**, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; senhor **Gustavo Venturi**, da Fundação Perseu Abramo; e senhor **Roberto Arriada Lorea**, Juiz Federal.

Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2009 – CAS

Nos termos do artigo 93, inciso I, requeiro a realização de Audiência Pública a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2008, que “dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Para tanto solicito que sejam ouvidas as seguintes organizações: **Associação dos Médicos do Brasil – AMB; Conselho Federal de Medicina – CFM; Federação Nacional das Cooperativas Médicas – FENCOM; e Federação Nacional dos Médicos – FENAM; Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; e Representante da UNICAPs.** Sem o prejuízo de outras que possam ser indicadas pelos nobres membros desta Comissão.

Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 46, DE 2009 – CAS

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado para debater em Audiência Pública dessa Comissão o senhor **Carlos Augusto de Melo Ferraz**, Secretário de Controle Interno do Tribunal de Contas da União em Mato Grosso, a respeito da saúde indígena e atuação da Fundação Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde sobre a questão.

Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 47, DE 2009 – CAS

Requeiro nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, para instruir os Projetos de Lei do Senado nºs. 115 e 152, de 2007, que tratam sobre a regulamentação da profissão dos Comerciantes. Solicito, ainda, que sejam convidados para participar da audiência pública os abaixo relacionados: senhor **Roque Pellizzaro Júnior**, Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas – CNDL; senhor **Alencar Burti**, Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil – CACB; senhor **Antônio**

Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; senhor **Nabil Sahyoun**, Presidente da Associação Brasileira de Lojistas de Shopping – ALSHOP; e senhor **Sussumo Honda**, Presidente da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS.

Autoria: Senador ADELMIR SANTANA.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2009, EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 19 e 40, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI e PAPALÉO PAES.

Assunto: Debate sobre as Políticas Públicas para a Prevenção às Queimaduras e a Reabilitação de Queimados.

CONVIDADOS:

Senhora **Roberta Maria Leite Costa**, da Coordenação de Média e Alta Complexidade da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), do Ministério da Saúde;

Senhor **José Adorno**, Coordenador de Cirurgia Plástica da Unidade de Queimados do HRAN;

Senhor **Flávio Nadruz Novaes**, Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras; e

Senhora **Ana Aparecida de França e Silva**, Presidente da Associação dos Portadores de Sequelas por Queimaduras (APOSEQ).

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

**DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS AO
PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2009 – CN (LDO/2010).**

Relator: Senador JAYME CAMPOS.

Resultado: Foram aprovadas 5 (cinco) Emendas/Meta e 15 (quinze) Emendas/Texto.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, DE 2007
TERMINATIVO**

Altera o inciso III do artigo 2º da Lei nº 11.476, de 29 de maio de 2007, para permitir que os portadores de diploma de nível médio em Enologia e os alunos que ingressaram em curso deste nível até 29 de maio de 2007 possam exercer a profissão de Enólogo e dá outras providências.

Autoria: Senador SÉRIGO ZAMBIASI.

Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2004
TERMINATIVO**

Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Relatoria “ad hoc”: Senador PAULO PAIM.

Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CAS.

ITEM Nº 03**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 2007
TERMINATIVO**

Acresce dispositivo à Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do artigo 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.

Relatoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será apreciado em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450, DE 2008
TERMINATIVO

Estabelece o direito do portador da doença de hepatopatia grave aposentar-se integralmente por invalidez.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será apreciado em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Estabelece norma de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos que especifica. (serviços de barbearia, manicure, aplicação de tatuagens e inserção de piercings).

Autoria: Deputado CIRO PEDROSA.

Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo).

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Outorga isenção do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes na importação aos equipamentos hospitalares sem similar nacional.

Autoria: Senador DELCÍDIO AMARAL.

Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de fornecimento de bolsas de colostomia pelos planos e seguros privados de saúde.

Autoria: Deputada JANDIRA FEGHALI.

Relatoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pela rejeição da Emenda apresentada pelo Senador Heráclito Fortes.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo).

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2008
TERMINATIVO

Acrescenta artigo 1º-A ao regulamento a que se refere o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro ao território da República, para dispor que se aplicam as disposições do regulamento aos leilões celebrados por meio da rede mundial de computadores.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP.

Relatoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº 1 – CCT (Substitutivo).

Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será apreciado em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2009 – CAS

Nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, a fim de obter subsídio para instruir as Senhoras e os Senhores Senadores a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2005, que dispõe

sobre o exercício da profissão de Teólogo. Solicita-se a participação das seguintes autoridades: senhor **Darcy Cordeiro**, Vice-Presidente do Conselho Interconfessional para o Ensino Religioso de Goiás (CIERGO); senhor **Valmor da Silva**, Diretor da Associação Ecumênica dos Biblistas do Brasil (ABIB); senhor **João Batista Isaquiel Ferreira**, Presidente da Convenção Brasileira dos Ministros das Igrejas, Assembléias de Deus, Ministério de Missões e Igrejas Filiadas (COBRAMAD); e senhor **Isaías Lobão Pereira Júnior**, Professor da Faculdade Evangélica de Brasília.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2009 – CAS

Nos termos do inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, requero a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da Comissão de Assuntos Sociais, a fim de obter subsídio para instruir as Senhoras e os Senhores Senadores a respeito das políticas públicas voltadas para a profilaxia e o tratamento da hemofilia no Brasil. Solicita-se a participação das seguintes autoridades: senhor **Marinus Eduardo de Vries Marsico**, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; senhora **Selene de Oliveira Santa Cruz**, Presidenta da Ajude-C; senhor **Luiz de Melo Amorim Filho**, Diretor-Técnico da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS); senhor **Carlos Sérgio Chiattoni**, Presidente da Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia (SBHH); senhor **Guilherme Genovez**, Coordenador-Geral de Sangue e Hemoderivados, do Ministério da Saúde.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2001
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias, e em serviço comunitário de rua “motoboy” com uso de motocicleta.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Autoria do Projeto: Senador MAURO MIRANDA.

Relatoria: Senadora ROSALBA CIRALINI.

Parecer: Pelo acolhimento parcial do Substitutivo da Câmara, nos termos do texto consolidado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme o artigo 133, § 6º do Regimento Interno do Senado Federal.

Resultado: Aprovado o parecer.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2009 – CAS

Com fundamento no disposto do artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, para debater a Crise Mundial e seus reflexos no Emprego no Brasil, devendo ser convidados o senhor **José Carlos de Assis**, Assessor da Presidência do BNDES; o senhor **Márcio Pochmann** e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 51, DE 2009 – CAS

Requeremos urgência, nos termos do artigo 336, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2001, que regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadoria, e em serviço comunitário de rua, e “motoboy” com uso de motocicleta.

Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450, DE 2008
TERMINATIVO**

Estabelece o direito do portador da doença de hepatopatia grave aposentar-se integralmente por invalidez.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.

Resultado: Não foram oferecidas emendas, o Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

**ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2008
TERMINATIVO**

Acrescenta artigo 1º-A ao regulamento a que se refere o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro ao território da República, para dispor que se aplicam as disposições do regulamento aos leilões celebrados por meio da rede mundial de computadores.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP.

Relatoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Resultado: Não foram oferecidas emendas, o Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

**ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2009 – CAS**

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para subsidiar esta Comissão sobre o Projeto de Lei do Senado nº 708, de 2007, de autoria do Senador César Borges, que estatui sobre o exercício da Engenharia Civil e autoriza a criação da Ordem Brasileira de Engenheiros Civis – OBENC, com a presença de representantes das seguintes entidades: **Associação Brasileira de Engenharia Civil (ABENC); e Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).**

Autoria: Senadores INÁCIO ARRUDA e PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 53, DE 2009 – CAS

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais – CAS para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2006 que “Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Nível Médio em Administração e sua inclusão nos Conselhos que regem a atividade e dá outras providências”, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Roberto Carvalho Cardoso**, Presidente do Conselho Federal de Administração; e senhor **Zilmar Sousa**, membro da Comissão Representativa dos Técnicos em Administração de Nível Médio.

Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 54, DE 2009 – CAS

Requeiro nos termos regimentais, a realização, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, de Audiência Pública para apresentação do Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) no exercício de 2008, a pedido do Direto-Presidente da ANVISA.

Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2009 – CAS

Requeiro nos termos regimentais aditamento ao Requerimento nº 41, de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e do Senador Augusto Botelho, através do qual foi solicitada a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE), no âmbito do ciclo de debates sobre o SUS a fim de debater “As Políticas Sociais e a Assistência à Saúde Materna”, com a presença da seguinte convidada: Irmã **Vera Lúcia Altoé**, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança.

Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI e AUGUSTO BOTELHO.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 56, DE 2009 – CAS**

Em aditamento ao Requerimento nº 45, de 2009 – CAS, aprovado por esta Comissão em 3 de junho próximo passado, requeiro sejam convidados, para a audiência pública proposta pelo mesmo, as seguintes pessoas: um representante do **Ministério do Trabalho e Emprego**; um representante do **Ministério Público do Trabalho**; e senhor **Fábio Leal Cardoso**, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT.

Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 57, DE 2009 – CAS**

Em aditamento ao Requerimento nº 29, de 2009 – CAS, cuja aprovação incorrerá na realização de audiência pública para discutir o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil, que sejam convidados como expositores: o doutor **Valdmário Rodrigues Júnior**, Diretor de Integração Cooperativista da UNIMED do Brasil; e o doutor **Geraldo Rocha Mello**, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FENASAÚDE).

Autoria: Senadores FLÁVIO ARNS e AUGUSTO BOTELHO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03**REQUERIMENTO Nº 58, DE 2009 – CAS**

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais realize Audiência Pública para debater a greve dos servidores do INSS e as possibilidades de contribuir para a solução do conflito. Requeiro que sejam convidados para a referida audiência: senhor **José Barroso Pimentel**, Ministro de Estado da Previdência Social; senhor **Valdir Moysés Simão**, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); senhor **Moacir Lopes**, dirigente da Federação Nacional dos Servidores da Previdência Social – FENASPS; e senhor **Warley Martins Gonçalves**, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados – COBAP, a ser realizada em conjunto com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Autoria: Senadores JOSÉ NERY, PAULO PAIM e PAPALÉO PAES.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

04 Extraordinárias– Deliberativa.

02 Conjuntas– Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 61

05 Projetos de Lei do Senado (terminativo).

03 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

03 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).

02 Substitutivos – Turno Suplementar (terminativo)

01 Substitutivo da Câmara à PLS (não terminativo).

18 Requerimentos – CAS.

29 Emendas – CAS.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAÚDE.

Presidente: Senador AUGUSTO BOTELHO

Vice Presidente: Senador PAPALÉO PAES

**REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE
ASSUNTOS SOCIAIS**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 19 e 40, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI e PAPALÉO PAES.

Assunto: Debate sobre as Políticas Públicas para a Prevenção às Queimaduras e a Reabilitação de Queimados.

CONVIDADOS:

Senhora **Roberta Maria Leite Costa**, da Coordenação de Média e Alta Complexidade da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), do Ministério da Saúde;

Senhor **José Adorno**, Coordenador de Cirurgia Plástica da Unidade de Queimados do HRAN;

Senhor **Flávio Nadruz Novaes**, Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras; e

Senhora **Ana Aparecida de França e Silva**, Presidente da Associação dos Portadores de Sequelas por Queimaduras (APOSEQ).

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Conjunta – Audiência Pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

Vice Presidente: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

REUNIÃO REALIZADA EM 03, 04 e 09 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE**1º AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 16, 24, 25 e 31, de 2009 – CCJ.

Autoria: Senadores ALOIZIO MERCADANTE, DEMÓSTENES TORRES e ROMEU TUMA.

Autoria do Projeto: Senadora SERYS SLHESARENKO.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Assunto: Instrução do Projeto de Lei do Senado n.º 150, de 2006, que dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências.

CONVIDADOS:

Senhor **Gilmar Mendes**, Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal; e
Senhor **Antônio Fernando Barros e Silva de Souza**, Procurador-Geral da República.

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
09.06.09

Senhor **Sandro Torres Avelar**, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF);
Senhor **Carlos Eduardo Benito Jorge**, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL do Brasil);
Senhor **José Carlos Cosenzo**, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP);
Senhor **Wladimir Sérgio Reale**, Advogado Criminalista;
Senhor **Leonardo Azeredo Bandarra**, Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG;
Senhor **Abizair Antônio Paniago**, Presidente do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil (CONCPC), e Superintendente da Polícia Civil do Estado de Tocantins;
Senhor **Percílio de Sousa Lima Neto**, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, representando o senhor **Raimundo Cezar Britto Aragão**, Presidente do Conselho Federal da OAB; e
Senhora **Salise Monteiro Sanchotene**, Membro do Grupo Jurídico da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCLA.
Resultado: Realizada.

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº. 32, de 2009 – CCJ.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Autoria do Projeto: Deputado MARCELO BARBIERI.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Assunto: Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2008, que dispõe sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado, alterando a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

CONVIDADO:

Senhor **Gilmar Mendes**, Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Resultado: Realizada.

2ª PARTE**ITEM Nº 01****SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2001**

(PL. nº 06302, de 2002, na origem)

NÃO TERMINATIVO

Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias, e em serviço comunitário de rua, e “motoboy” com uso de motocicleta.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Autoria do Projeto: Senador MAURO MIRANDA.

Relatoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria, acrescido das mudanças aprovadas na Câmara constantes dos artigos 2º, 3º, 4º 5º e 6º do Substitutivo e alterando a redação da ementa e do artigo 1º do Projeto, para adequá-las às modificações acolhidas, conforme texto único, nos termos do artigo 133, § 6º do Regimento Interno do Senado Federal.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as alterações propostas. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 2009**

(PL. 03960, de 2008, na origem)

TERMINATIVO

Altera as Leis nºs. 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador ROMERO JUCÁ.

Parecer: Pela aprovação da matéria e contrário às Emendas n.ºs. 1, 2 e 3 de autoria da Senadora Marina Silva.

Resultado: Aprovado o Projeto e rejeitada as Emendas n.ºs. 1, 2 e 3.

ITEM N.º 03
PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 383, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o artigo 135, da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, Código Eleitoral, para instituir a criação de sala especial de votação, em cada local de votação, para os eleitores idosos, deficientes de necessidades especiais.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Relatoria: Senador OSMAR DIAS.

Parecer: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas n.ºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM N.º 04
PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 84, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Submete à prévia aprovação legislativa toda transação ou acordo visando solucionar litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Relatoria “ad hoc”: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda n.º 1 – CCJ (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

ITEM N.º 05
PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 290, DE 2006
TERMINATIVO

Altera o artigo 236 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a fim de permitir a prisão do eleitor, por ordem judicial, acusado de praticar crime hediondo ou crime doloso contra a vida, nos cinco dias que antecedem e nas quarenta e oito horas posteriores às eleições.

Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 688, DE 2007 TERMINATIVO

Acrescenta o § 3º ao artigo 94 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para exigir idoneidade moral e reputação ilibada dos candidatos a cargo eletivo.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 07

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2006 NÃO TERMINATIVO

Institui o Programa de Incentivo a Revelação de Interesse Público e dá outras providências.

Autoria: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 08

PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 65, DE 2003 NÃO TERMINATIVO

Altera a Resolução nº 53, de 10 de junho de 1997, que regulamenta, no âmbito do Senado Federal, os artigos 17 e 18 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, concernentes à alienação de bens móveis e

imóveis, para o fim de facultar a doação de bens móveis do patrimônio do Senado Federal, na forma que menciona.

Autoria: Senador JOÃO RIBEIRO.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

**PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 4, DE 2004
NÃO TERMINATIVO**

Altera o artigo 6º da Resolução nº 53, de 10 de 1997, que regulamenta, no âmbito do Senado Federal, os artigos 17 e 18 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, concernentes à alienação de bens móveis e imóveis.

Autoria: Senador HÉLIO COSTA.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

**PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 7, DE 2004
NÃO TERMINATIVO**

Altera o artigo 6º da Resolução do Senado Federal nº 53, de 1997, permitindo a doação de bens móveis que integram o patrimônio do Senado Federal.

Autoria: Comissão Diretora (SF).

Relatoria “ad hoc”: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Favorável ao Projeto de Resolução nº 4, de 2004, com uma emenda que apresenta; e contrário aos Projetos de Resolução nºs. 65, de 2003 e 7, de 2004.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Resolução 4, de 2004 com a Emenda nº 1 – CCJ, e pela rejeição dos PRs nºs. 65, de 2003 e 7, de 2004.

**ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 204, DE 2008
(PL. nº 03653/2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências.

Autoria: Deputado ARLINDO CHINAGLIA.

Relatoria “ad hoc”: Senadora IDELI SALVATTI.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

**ITEM Nº 10
REQUERIMENTO (SF) Nº 165, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Requer, com base no artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Votos de Congratulações ao Ministro **Gilmar Mendes**, Presidente do Supremo Tribunal Federal, pela decisão de cobrar uma ação mais enérgica da Justiça e do Ministério Público, no sentido de punir com rigor os responsáveis por invasões de terras no País.

Autoria: Senador MÁRIO COUTO.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

**ITEM Nº 11
REQUERIMENTO (SF) Nº 560, DE 2006
NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Lembrança em homenagem ao gesto da atriz **Regina Duarte**, que, em 2002, previu o malogro Governo Lula.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável à matéria.

Obs: Durante a discussão a Comissão decide pela prejudicialidade do Requerimento.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

**ITEM Nº 12
REQUERIMENTO (SF) Nº 1254, DE 2005
NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do artigo 223, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, Voto de Repúdio à declaração da professora de filosofia **Marilena Chauí**, de que a mídia opera não só por meio da destruição de instituições e da destruição de pessoas. Ela opera pela acusação sem provas, conforme publicado na seção “frases” do jornal Folha de São Paulo, edição do dia 6 de novembro de 2005.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável à matéria.

Obs: Durante a discussão a Comissão decide pela prejudicialidade do Requerimento.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO (SF) Nº 114, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 223, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Repúdio às ações que integrantes de instituições que participam e coordenam a Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos praticaram contra os membros da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, e que inclusive foi objeto de editorial no jornal O Estado de São Paulo, do dia 26 de fevereiro de 2007.

Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável à matéria.

Obs: Durante a discussão a Comissão decide pela prejudicialidade do Requerimento.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 52, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a realização de plebiscitos para a criação do Estado do Carajás, nos termos do artigo 49, inciso XV, da Constituição Federal.

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Obs: Matéria em Reexame na CCJ.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2 e 3 – CCJ.

ITEM Nº 15
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 71 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que, durante a elaboração do parecer prévio do Tribunal de Contas da União sobre as contas governamentais, devem ser observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Autoria: Senador CÉSAR BORGES e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005 NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o artigo 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Relatoria: Senadora MARINA SILVA.

Parecer: Favorável à matéria com seis emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4, 5 e 6 – CCJ. A matéria vai às Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e posteriormente, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

ITEM Nº 17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2006 NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 107 da Constituição Federal.

Autoria: Senador DELCÍDIO AMARAL, Presidente da CPMI dos Correios.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 69, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

Modifica o § 1º do artigo 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados.

Autoria: Senador ÁLVARO DIAS e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 104, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

Acresce um § 3º ao artigo 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta com as Emendas nºs. 1 – CCJ.

ITEM Nº 20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2007 (PL. nº 02938 de 2004, na origem) NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Autoria: Deputado DR. ROSINHA.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 21
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2007
(PL. nº 06040 de 2005, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Suspende os procedimentos de seleção para o acesso ao corpo discente das Faculdades de Direito, nos casos previstos. (Faculdade cujos diplomados não alcançarem 10% de aprovação nos exames da OAB).

Autoria: Deputado LINCOLN PORTELA.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2008
(PL. nº 01104 de 2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas, e dá outras providências. (Cadáver não reclamado no prazo de 30 dias será destinado às escolas de estudo para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico).

Autoria: Deputado ALEXANDRE SILVEIRA.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais para o fim de dar tratamento especial à distribuição de material didático.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP.

Relatoria “ad hoc”: Senador FRANCISCO DORNELLES.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 24
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 295, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade Regional de Blumenau, mediante sua transformação na Universidade Federal de Blumenau.

Autoria: Senador LEONEL PAVAN.

Relatoria “ad hoc”: Senador EDUARDO SUPLICY.

Parecer: Favorável à matéria, com três emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável do Projeto com as Emendas nºs. 1, 2, 3 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 25
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Relatoria “ad hoc”: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela favorável ao Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.987, de 1995, a fim de estabelecer direito do consumidor.

Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.

Relatoria “ad hoc”: Senador FRANCISCO DORNELLES.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

ITEM Nº 27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 567, DE 2005
NÃO TERMINATIVO**

Convoca plebiscito para decidir acerca do desmembramento de parte de território do Estado de Rondônia, onde se localizam as povoações de Extrema e Nova Califórnia e suas anexação ao território do Estado do Acre.

Autoria: Senador SIBÁ MACHADO e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador ÁLVARO DIAS.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 28

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a inclusão do senhor **Raimundo Cezar Brito Aragão**, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e a senhora **Salise Monteiro Sanchonete**, Presidenta do Grupo Jurídico da ENCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, na Audiência Pública, que tratará do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 29

REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a inclusão do senhor **Fernando Cesar Baptista**, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE, na audiência pública, que tratará do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2008, de autoria do Deputado Marcelo Barbieri, que dispõe sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado, alterando a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, em data a ser definida por essa Comissão.

Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

**ITEM Nº 30
EMENDAS NºS. 2 e 3, DE PLENÁRIO OFERECIDAS À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Altera a redação do artigo 29-A da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.

Autoria: Senador CÉSAR BORGES e outros Senhores Senadores.

Autoria da Emenda nº 2-Plen: Senador TASSO JEREISSATI e outros Senhores Senadores.

Autoria da Emenda nº 3-Plen: Senador PAULO DUQUE e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Favorável à Emenda nº 2-Plen, com duas subemendas que apresenta, e contrário à Emenda nº 3-Plen.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Emenda nº 2-PLEN, com as Subemendas nºs. 1 e 2 – CCJ, e pela rejeição da Emenda nº 3-PLEN.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

**ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2003
(PL. Nº 03055, DE 2000, na origem)
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.

Autoria: Deputado BISPO WANDERVAL.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 02
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 37 para estabelecer isenção de pagamento de inscrição em concurso público nos casos que menciona.

Autoria: Senador PAULO PAIM e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador OSMAR DIAS.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Autoria: Senador PAPALÉO PAES.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Favorável à matéria na forma da Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo).

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CAS/CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004
(PL. Nº 00727, DE 2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs. 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Autoria: Deputada EDNA MACEDO.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2009 – CCJ

Em aditamento ao Requerimento nº 33, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, do Senado Federal, requeiro a inclusão das autoridades públicas abaixo discriminadas, como debatedores do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que objetiva incluir os servidores do Plano de Carreira e Cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os servidores que desenvolvem atividades exclusivas de Estado, na lista inicial de expositores da Audiência Pública que será realizada no dia 18/06/2009: senhora **Marlene Rego Moreira**, da Diretoria Executiva Nacional da ASSIBGE-SN, representante do Estado do Maranhão; e senhor **Paulo Roberto Prates Dill**, da Diretoria Executiva Nacional da ASSIBGE-SN, representante do Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Resultado: Aprovado.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2009 – CN (LDO/2010).

Relator: Senadora KÁTIA ABREU.

Resultado: Foram aprovadas 5 (cinco) Emendas/Meta.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 e 18 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2009
(PL. 02406, de 2007, na origem)
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, sediado em São Luis – MA, e dá outras providências.

Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2009
(PL. 04942, de 2001, na origem)
TERMINATIVO

Cria funções comissionadas e cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – SP, e dá outras providências.

Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2009
(PL. 01651, de 2007, na origem)
TERMINATIVO

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – CE; cria cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no seu Quadro de Pessoal, e dá outras providências.

Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria “ad hoc”: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
EMENDA Nº 2 DE PLENÁRIO OFERECIDA À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para 16 (dezesseis) anos a idade para imputabilidade penal.

Autoria: Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA e outros Senhores Senadores.

Autoria da Emenda: Senador MAGNO MALTA e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001
NÃO TERMINATIVO**

Altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Autoria: Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001
NÃO TERMINATIVO**

Altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para 1dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Autoria: Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002
NÃO TERMINATIVO**

Altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

Autoria: Senador ÍRIS DE REZENDE e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003
NÃO TERMINATIVO**

Inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputável os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

Autoria: Senador MAGNO MALTA e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

Autoria: Senador PAPALÉO PAES e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Emenda nº 2 de Plenário.

ITEM Nº 05**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2007
TERMINATIVO**

Acrescenta o artigo 62-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a duplicação da pena do agente que se utiliza de menor para a prática do crime.

Autoria: Senador EPITÁCIO CAFETEIRA.

Relatoria: Senador GILVAM BORGES.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2007 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta § 2º ao artigo 15 da Lei nº 4.595, de 1964, recepcionada pela Constituição de 1988, como Lei Complementar, com vistas a determinar a prestação de contas ao Senado Federal pelo Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil.

Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável à matéria.

Obs: Durante a discussão, o Senador Demóstenes Torres reformula o seu relatório concluindo pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 07
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Modifica o artigo 150 da Constituição Federal, para estender às contribuições, exceto previdenciárias, limitação ao poder de tributar da União semelhante à existente para os impostos.

Autoria: Senador FRANCISCO DORNELLES e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável à matéria e contrário à Emenda nº 1, de autoria do Senador Adelmir Santana.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta e contrário à Emenda nº1.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2003
TERMINATIVO

Modifica os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para criar a exigência de que os condutores e passageiros de motocicletas e assemelhados portem capacete contendo a numeração da placa do veículo em que circulam.

Autoria: Senador MAGNO MALTA.

Relatoria “ad hoc”: Senador ÁLVARO DIAS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2006
TERMINATIVO

Dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária ao Código Civil e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Relatoria: Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Obs: Durante a discussão, a Senadora Ideli Salvatti apresentou a Emenda nº 1, que foi acolhida como emenda de Relator.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 10
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para tornar permanente o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nºs. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, (que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais); 8.213, de 24 de julho de 1991, (que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências) e 7.713, de 22 de novembro de 1988, (que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências) para incluir o

lúpus, a epilepsia e a artrite reumática entre as doenças que fazem jus aos direitos e benefícios de que tratam.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 155, DE 2008
(PL. nº 01507, de 2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo único ao artigo 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o uso de cópia autenticada do Certificado de Licenciamento Anual.

Autoria: Deputado ELISEU PADILHA.

Relatoria: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2008
(PL. nº 01691, de 2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, dispondo sobre a contagem do prazo prescricional na hipótese de protesto extrajudicial.

Autoria: Deputado CARLOS BEZERRA.

Relatoria: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a matrícula do estudante de baixa renda familiar nas instituições públicas de 3º grau.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Relatoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Parecer: Favorável à matéria, com duas emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 15
PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 22, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Revoga os incisos V e VI do artigo 5º da Resolução nº 7, de 2005, para suprimir a exigência de entrega de declaração por indicados aos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público.

Autoria: Senador JOSÉ SARNEY.

Relatoria: Senador GILVAM BORGES.

Parecer: Pela constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, DE 2003
TERMINATIVO

Faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais “Livro Diário” e “Livro Razão” em meio magnético.

Autoria: Senador PAULO OCTÁVIO.

Relatoria “ad hoc”: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda nº 2 – CAE/CE (Substitutivo).

Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria será submetido à Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2009
TERMINATIVO**

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região – ES; cria cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas, e dá outras providências.

Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

**ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 37, de 2009 – CCJ**

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para subsidiar esta Comissão sobre o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2006, de autoria do Senador José Sarney, com a presença de representantes das seguintes entidades: **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE); Coordenaria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE); Centro de Vida Independente (CVI) Brasil; e Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID).**

Autoria: Senadores INÁCIO ARRUDA e EDUARDO SUPLICY.

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 38, de 2009 – CCJ**

Requeiro nos termos do artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instruir os Projetos de Lei do Senado nºs. 9, 38 e 61, de 2004, 40 e 253, de 2006, 45, 112, 223 e 739, de 2007, que tratam dos chamados crimes hediondos, com os seguintes convidados: representante da **Associação Nacional dos membros do Ministério Público – CONAMP**; representante da **Ordem dos Advogados do Brasil**; representante da **Associação dos Magistrados Brasileiros** –

AMB; representante da **Associação Nacional das Defensorias Públicas**; senhora **Maria Lúcia Karan**, Juíza aposentada, Pesquisadora e integrante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim).

Autoria: Senadores MARCELO CRIVELLA e IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 39, de 2009 – CCJ

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aditamento ao Requerimento nº 37, de 2009 – CCJ, de audiência pública aprovado por esta Comissão, com a finalidade de incluir no rol de convidados, o nome do senhor **Marco Antônio Pellegrine**, Coordenador da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo. A referida audiência destina-se a subsidiar os Senhores Senadores quanto ao Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2006, de autoria do Senador José Sarney.

Autoria: Senadores EDUARDO SUPLICY e LOBÃO FILHO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05

REQUERIMENTO Nº 40, de 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a inclusão do nome do senhor **Antônio Carlos Alpino Bigonha**, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, na audiência pública que tratará do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2008, de autoria do Deputado Marcelo Barbieri, que dispõe sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado, alterando a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, a ser realizada em data oportuna.

Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06

REQUERIMENTO Nº 41, de 2009 – CCJ

Requeremos, com base nos artigos 90, incisos V e XI, 93, inciso II e 101, inciso II, alínea “d”, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania, para tratar da Política Nacional sobre Drogas, solicitando, outrossim, sejam convidadas as seguintes autoridades para prestar depoimento: senhora **Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte**, Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; senhor **Antônio Nery Filho**, Professor da Universidade Federal da Bahia; senhora **Raquel Barros**, Coordenadora do Projeto Lua Nova – Sorocaba/SP; senhor **Ronaldo Teixeira**, Secretário-Executivo do PRONASCI; e senhora **Luciana Boiteaux**, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Autoria: Senadores ALOIZIO MERCADANTE, ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR, ROMEU TUMA e IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07

REQUERIMENTO Nº 42, de 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro em aditamento ao Requerimento nº 41, de 2009 – CCJ, a inclusão do nome do senhor **Walter Fanganiello Maierovitch**, ex-Secretário Nacional Anti-Drogas, na audiência pública, que tratará da Política sobre Drogas.

Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08

REQUERIMENTO Nº 43, de 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro em aditamento ao Requerimento nº 41, de 2009 – CCJ, a inclusão do nome do Coronel PM **Oscar Rodrigues**, Comandante de Policiamento Metropolitano da Capital Campo Grande, na audiência pública, que tratará da Política sobre Drogas.

Autoria: Senador VALTER PEREIRA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09

REQUERIMENTO Nº 44, de 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal e do artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ e de Educação, Cultura e Esporte – CE, para debater o mérito

da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2005. A PEC em questão altera diversos artigos da Carta Magna e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da educação básica. Requeiro sejam convidados: senhor **Carlos Eduardo Sanches**, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino – UNDIME; senhora **Maria Auxiliadora Seabra Rezende**, Presidente do Conselho de Secretários Estaduais de Educação; e senhor **Naercio Aquino Menezes Filho**, Professor Titular do IBMEC São Paulo, Professor Associado da Universidade de São Paulo, Diretor de Pesquisas do Instituto Futuro Brasil e Consultor da Fundação Itaú Social.

Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI e ADELMIR SANTANA.

Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

18.06.09

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 33 e 36, de 2009 – CCJ.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Autoria do Projeto: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Relatoria: Senador ROMEU TUMA.

Assunto: Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2008, que “Inclui, ente os servidores que desenvolvem atividades exclusivas de Estado, os servidores do Plano de Carreira e Cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

CONVIDADOS:

Senhor **Carlos Alberto Boechat Rangel**, Consultor Jurídico;

Senhor **Antônio Carlos Alkimim dos Reis**, Doutor em Ciência Política e Pesquisador Sênior do IBGE;

Senhor **Sidney Vicente da Silva**, Geógrafo e Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas;

Senhora **Marlene Rego Moreira**, da Diretoria Executiva Nacional da ASSIBGE-SN, representante do Estado do Maranhão;

Senhor **Paulo Roberto Prates Dill**, da Diretoria Executiva Nacional da ASSIBGE-SN, representante do Estado do Rio Grande do Sul; e

Senhor **Cláudio Dutra Crespo**, Mestre em Comunicação, Imagem e Informação e Tecnologista do IBGE – **Justificou Ausência.**

Resultado: Realizada.

3ª PARTE**ITEM Nº 17****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2003
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta § 7º ao artigo 220 da Constituição Federal, a fim de permitir que a lei possa impor restrições à divulgação de pesquisas eleitorais.

Autoria: Senador ÁLVARO DIAS e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 18**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 2003
NÃO TERMINATIVO**

Revoga o § 8º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo as restrições de elegibilidade dos militares alistáveis.

Autoria: Senador MAGNO MALTA e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 19**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2004
NÃO TERMINATIVO**

Altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre a regularização da situação dos servidores civis que se encontravam prestando serviços ao ex-território na data de sua constituição em Estado).

Autoria: Senador VALDIR RAUPP e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento da Proposta.

ITEM Nº 20
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do artigo 29-A da Constituição Federal. (Dispõe sobre os percentuais do teto máximo permitido da receita tributária e das transferências constitucionais para custear as despesas totais do Poder Legislativo Municipais).

Autoria: Senador ALMEIDA LIMA e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 21
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 60, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o artigo 18-A da Constituição Federal para disciplinar a instituição de equipes de transição entre Chefes do Poder Executivo eleitos.

Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Assegura a todo cidadão eleito aos cargos de chefe dos poderes executivos de qualquer esfera da federação o direito de obter as informações necessárias durante o período de transição.

Autoria: Senador ALOIZIO MECADANTE e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2004 com uma emenda que apresenta , e pelo arquivamento da PEC 62, de 2004 que tramita em conjunto.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta nº 60, de 2004 com a Emenda nº 1 – CCJ, e pelo arquivamento da PEC nº 62, de 2004.

ITEM Nº 22
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera o inciso VIII do artigo 103 da Constituição Federal (dispõe sobre partido político com registro definitivo no Tribunal Eleitoral).

Autoria: Comissão de Legislação Participativa (SF).

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 23
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Insere novos parágrafos nos artigos 60 e 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar a transferência, aos municípios, de metade dos recursos da CPMF destinados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Autoria: Senador EDURADO SIQUEIRA CAMPOS e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 24
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos municípios de cinco por cento das contribuições sociais de que trata o artigo 195.

Autoria: Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 25
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Extingue os Recursos Especial e Extraordinário em matéria penal.

Autoria: Senador GILVAM BORGES e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 26
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o inciso III do § 4º do artigo 103-B da Constituição Federal, para dispor sobre nova competência do Conselho Nacional de Justiça de determinar perda do cargo de membro do Poder Judiciário.

Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: Contrário à matéria, por inconstitucionalidade.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta, por inconstitucionalidade.

ITEM Nº 27
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre a prorrogação dos benefícios para a Zona Franca de Manaus).

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta, com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 28
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2000
(PL. 00121, de 1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães.

Autoria: Deputado CUNHA BUENO.

Relatoria “ad hoc”: Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: Favorável à matéria com três emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCJ.

ITEM Nº 29
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2004
(PL. 00241, de 1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no artigo 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (dispõe sobre a fiscalização e controle dos recursos do Fundef).

Autoria: Deputado PROFESSOR LUIZINHO.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM Nº 30
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2004
(PL. 03142, de 1997, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de aquisição de títulos publicados no País pelas bibliotecas das instituições de ensino superior.

Autoria: Deputado FERNANDO GABEIRA.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM Nº 31
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005
(PL. 03685, de 2004, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Altera dispositivos referentes da personalidade e à constituição de uma fundação).

Autoria: Deputado GUSTAVO FRUET.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 32
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2006
(PL. 03484, de 2004, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Estabelece diretrizes para a representação da sociedade civil e dos trabalhadores em educação em todos os conselhos ou órgãos colegiados de gestão democrática, nos diferentes sistemas e níveis da educação nacional.

Autoria: Deputado IVAN VALENTE e outros Senhores Deputados.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Contrário à matéria, por inconstitucionalidade.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto, por inconstitucionalidade. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM Nº 33
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2006
(PL. 03598, de 2004, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 309 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil. (Substitui a denominação “credor putativo” por “credor aparente”).

Autoria: Deputado CARLOS MOTA.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 34
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2007
(PL. 04719, de 2004, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.

Autoria: Deputado ALBERTO FRAGA.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 35
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2007
(PL. 02350, de 2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro expresso, na fatura apresentada ao usuário, da inexistência de débitos anteriores a serviço público objeto de concessão, alterando as Leis nºs. 8.987, de 13 de fevereiro, e 9.472, de 16 de julho de 1997 (presunção de inexistência de débitos anteriores após o último pagamento de contas de luz, água e telefone).

Autoria: Deputado MARCELO GUMARÃES FILHO.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM Nº 36
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008
(PL. 05139, de 2001, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei de Improbidade Administrativa. (Permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento).

Autoria: Deputado OSMAR SERRAGLIO.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 37
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2009
(PL. 06630, de 2006, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior.

Autoria: Deputado MAURÍCIO RANDS.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 38
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 1999
NÃO TERMINATIVO

Proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismos geneticamente modificados (OGMs) ou derivados de OGM, em todo o território nacional.

Autoria: Senadora MARINA SILVA.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2000
NÃO TERMINATIVO**

Suspende até o ano de 2004 a produção e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) e dá outras providências.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2003
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a produção e comercialização da soja geneticamente modificada.

Autoria: Senador OLIVIR GABARDO.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Pela prejudicialidade das matérias.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs. 216, de 1999, 271, de 2000 e 47, de 2003. As matérias vão às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; a de Assuntos Econômicos, e a de Assuntos Sociais, cabendo a última a decisão terminativa.

**ITEM Nº 39
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, DE 2003
NÃO TERMINATIVO**

Proíbe qualquer tipo de patrocínio ao esporte ou à cultura por empresas fabricantes de produtos fumígenos.

Autoria: Senador MAGNO MALTA.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 40
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, que cria o Programa de Renda Mínima vinculada à educação – Bolsa Escola, e dá outras providências.

Autoria: Senador GERSON CAMATA.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Contrário à matéria, por inconstitucionalidade.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto, por inconstitucionalidade. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 41
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a celebração de tratados internacionais para a supressão do sigilo bancário nos casos de lesão do patrimônio público.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

ITEM Nº 42
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Obriga os aeroportos, bases aéreas e similares a manter homenagem permanente ao “Pai da Aviação”, Alberto Santos Dumont.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 43
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Torna obrigatório na redação de atos e comunicações oficiais no âmbito do Poder Público o emprego da expressão “servidor” ou “servidora” após o pronome de tratamento dispensado a todos servidores públicos.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 44
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Fixa o valor do salário mínimo, a partir de maio de 2006 e dá outras providências.

Autoria: Senadora HELOISA HELENA.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai às Comissões de Assuntos Sociais e a de Assuntos Econômicos, cabendo a última a em decisão terminativa.

ITEM Nº 45
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Leste Maranhense – HFESTE, com sede no Município de Caxias, Estado do Maranhão.

Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY.

Relatoria: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 46
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Estabelece normas para o investimento público em habitação e dá outras providências.

Autoria: Senador OSMAR DIAS.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Contrário à matéria, por inconstitucionalidade.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto, por inconstitucionalidade. A matéria vai às Comissões de Assuntos Sociais e a de Assuntos Econômicos, cabendo a última a em decisão terminativa.

ITEM Nº 47
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências e a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs. 8.004, 8.100 e 8.692 de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.

Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 48
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para prever a não-proteção do sigilo financeiro à movimentação de agente público.

Autoria: Senador GERSON CAMATA.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 2009

NÃO TERMINATIVO

Cria o acervo do Museu de Brasília, no Centro Cultural da República, e dá outras providências.

Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2009

NÃO TERMINATIVO

Determina que as instituições bancárias instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações em todas as agências do País, e dá outras providências.

Autoria: Senador GILVAM BORGES.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

ITEM Nº 51

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 4, DE 2003

NÃO TERMINATIVO

Susta o Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, da Presidência da República (Dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2003).

Autoria: Senador ROMERO JUCÁ.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Projeto.

ITEM Nº 52
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 91, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Susta a Portaria nº 264, de 9 de fevereiro de 2007, do Ministério da Justiça. (Dispõe sobre o processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres).

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 53
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 343, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Susta o Decreto nº 6.217, de 4 de outubro de 2007, que dispõe sobre as competências do Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos, aprova a estrutura regimental do núcleo de assuntos estratégicos da Presidência da República, dispõe sobre a vinculação da Fundação de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, e dá outras providências.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Projeto.

ITEM Nº 54
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2009 – CCJ

Requeiro, em aditamento do Requerimento nº 42, de 2009 – CCJ, que solicita Audiência Pública no âmbito desta CCJ, para tratar da Política Nacional sobre Drogas, já aprovado (marcada para 14.07.09), seja incluído como participante o Padre **Vilson Groh**, Presidente do Centro Cultural Escrava Anastácia, de Florianópolis – SC.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 e 25 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)**1ª PARTE****ITEM Nº 01****MENSAGEM (SF) Nº 92, DE 2009****(Mensagem nº 470, na origem)****NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **José Rômulo Plácido Sales**, Defensor Público da União no Estado do Piauí, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral da União, na vaga decorrente do término do mandato de Eduardo Flores Vieira.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação do senhor José Rômulo Plácido Sales.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2009****(PL. 06600, de 2002, na origem)****TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA).

Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2009****(PL. 01653, de 2007, na origem)****TERMINATIVO**

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região – AM/RR, com sede em Manaus, Estado do Amazonas, e dá outras providências.

Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 2009
(PL. 01796, de 2007, na origem)
TERMINATIVO

Cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto e de Analista Judiciário no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2009
(PL. 01989, de 2007, na origem)
TERMINATIVO

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador ADELMIR SANTANA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2006
(PL. 05067, de 2001, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Disciplina o mandato de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera o parágrafo único do artigo 81 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conservação das obrigações para o Real, e dá outras providências.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Relatoria “ad hoc”: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Faculta atribuir a outros conselhos ligados à Educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Relatoria “ad hoc”: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas e dá outras providências.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Relatoria: Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 487, DE 2003

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre vedações à contratação com órgão e entidade da Administração Pública, à concessão de incentivos fiscais e à participação em licitações por eles promovidas às empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo na produção de bens e serviços.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Relatoria: Senador MARINA SILVA.

Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Obs: Durante a discussão a Senadora Marina Silva reformula o parecer, concluindo favoravelmente à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM Nº 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2009

NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueio bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Relatoria “ad hoc”: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Parecer: Pela constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto. A matéria vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e a de Assuntos Econômicos, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 12
OFÍCIO “S” Nº 77, DE 1998
TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário 179.273, através do qual declarou a inconstitucionalidade do artigo 5º (quinto), Parágrafo 1º (primeiro), inciso I, alíneas ‘a’ até ‘f’, da Lei Complementar Municipal nº 7, de 7 de dezembro de 1973, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 212, de 28 de dezembro de 1989, ambas do Município de Porto Alegre – RS.

Autoria: Supremo Tribunal Federal.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Ofício “S”.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2009
(PL. 01870, de 2003, na origem)
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de número telefônico para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares.

Autoria: Deputado JOAQUIM FRANCISCO.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2007
TERMINATIVO

Regulamenta, no âmbito do processo penal, o inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal. (Princípio da Celeridade Processual).

Autoria: Senador GILVAM BORGES.

Relatoria: Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Rejeitado Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o crime de embriaguez ao volante previsto no artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro.

Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009
(PEC nº 00413, de 2005, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao § 6º do artigo 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos.

Autoria: Deputado ANTÔNIO CARLOS BISCAIA e outros Senhores Deputados.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2009
(PL. nº 03675, de 2008, na origem)
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Funções Comissionadas do DNPM – FCDNPM, no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG, destinados ao DNPM, e altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, para dispor sobre a remuneração das FCDNPM, 8.876, de 2 de maio de 1994, e 11.046, de 27 de dezembro de 2004.

Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador LOBÃO FILHO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2009
(PL. nº 05357, de 2005, na origem)
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho Substituto, de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP).

Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
Relatoria: Senador EDUARDO SUPLICY.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 46, DE 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2006.

Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 47, DE 2009 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno do Senado Federal, dispensa de interstício previsto pelo artigo 2º do Ato nº 1, de 2007 – CCJ, para imediata apreciação da Mensagem (SF) nº 92, de 2009, que submete o nome do senhor **José Rômulo Plácido Sales**, Defensor Público da União no Estado do Piauí, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral da União.

Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2009 – CCJ

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir a Proposta de Emenda Constitucional nº 21, de 2006 que tramita nesta Comissão, dispondo sobre a candidatura avulsa, com os convidados a serem indicados oportunamente.

Autoria: Senadores ANTÔNIO CARLOS VALADARES e PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inclusão da representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselheira **Laís Figueiredo Lopes**, na Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 37, de 2009 – CCJ, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2006, de autoria do Senador José Sarney, que “Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 7.853, de 24 de 1989, e dá nova redação a dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e acrescenta dispositivos às Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (Dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de deficiência)”.

Autoria: Senadores IDELI SLAVATTI, SERYS SLHESSARENKO e EDUARDO SUPPLY.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2009 – CCJ

Em aditamento ao Requerimento nº 37, de 2009 – CCJ, de autoria do Senador Inácio Arruda, requeiro sejam convidados representantes da **Confederação Nacional da Indústria (CNI)** e do **Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD)** para participar da Audiência Pública sobre o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2006, que se realizará na quinta-feira próxima, dia 25.06.2009.

Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Resultado: Aprovado.

2ª PARTE**25.06.09****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 37, 39,49 e 50, de 2009 – CCJ.

Autoria: Senadores INÁCIO ARRUDA, EDUARDO SUPPLY, EDUARDO AZEREDO, LOBÃO FILHO, IDELI SALVATTI, SERYS SLHESSARENKO e LÚCIA VÂNIA.

Autoria do Projeto: Senador JOSÉ SARNEY.

Relatoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Assunto: Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2006, que “Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dá nova redação a dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e acrescenta dispositivos às Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (Dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de deficiência)”.

CONVIDADOS:

Senhora **Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior**, da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE);

Senhora **Flávia Maria de Paiva Vital**, representante do Centro de Vida Independente (CVI);

Senhora **Maria Aparecida Gurgel**, representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID);

Senhor **Marco Antônio Pellegrini**, Coordenador da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo;

Senhora **Laís Figueiredo Lopes**, Conselheira do CONADE, representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

Senhora **Loní Elisete Manica**, Especialista em Desenvolvimento Industrial e Gestora Nacional do Programa SENAI de Ações Inclusivas, representando o Deputado **Armando Monteiro Neto**, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e

Senhora **Denise Costa Granja**, Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) - **Justificou Ausência.**

Resultado: Realizada.

3ª PARTE**25.06.09****ITEM Nº 16****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 79, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta o § 5º ao artigo 55 da Constituição para definir critérios para a sucessão de Senador, caso de vacância.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 17**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Faculta a criação de CPI mediante iniciativa popular.

Autoria: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador EDUARDO SUPLICY.

Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer pela favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 18**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Modifica a Constituição Federal para estender ao suplente de Senador as normas disciplinares relativas à ética e ao decoro parlamentar aplicáveis ao titular e para que seja considerado procedimento incompatível com o decoro parlamentar o desvio de conduta praticado antes da diplomação.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela favorável à Proposta.

ITEM Nº 19
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006
(PL. 00709, de 2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.

Autoria: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA.

Relatoria “ad hoc”: Senador EDUARDO SUPLICY.

Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer pela favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, conforme despacho inicial.

ITEM Nº 20
PETIÇÃO Nº 4, DE 2003
(Ofício Externo nº 130, de 2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Descumprimento de convênio celebrado entre a FUNAI e FURNAS, que visa repor à comunidade indígena Avá-Canoeiro seus recursos ambientais necessários à sua preservação física e cultural, conforme disposto no Decreto Legislativo nº 103, de 14 de outubro de 1996, que autoriza a realização do aproveitamento Hidroelétrico da Serra da Mesa, em trecho do Rio Tocantins e seus afluentes, no Estado de Goiás.

Autoria: Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Relatoria “ad hoc”: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Parecer: Pela resposta à Consulta formulada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura nos termos que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer. A matéria retorna à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

ITEM Nº 21
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos regimentais, a realização, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de Audiência Pública, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei do Senado nº

116, de 2000, de autoria do Senador Gerson Camata, que exclui de ilicitude a ortotanásia, com a presença de representantes do **Conselho Federal de Medicina**; do **Ministério Público**, de especialistas em bioética; de confissões religiosas; dos usuários dos serviços médicos; dentre outros interessados.

Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 22
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2009 – CCJ

Requeiro a emissão de convite ao doutor **Antônio Carlos Alpino Bigonha**, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, para participar da Audiência Pública a se realizar no próximo dia 9 de julho, com o objetivo de instruir os Projetos de Lei do Senado nºs. 9, 38 e 61, de 2004; 40 e 253, de 2006; 45, 112, 223 e 739 de 2007, que tratam de crime hediondo.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

04 Ordinárias – Deliberativa.

02 Extraordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 189

23 Propostas de Emenda à Constituição (não terminativo).

20 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).

12 Projetos de Lei da Câmara (terminativo).

10 Projetos de Lei do Senado (terminativo).

30 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

05 Projetos de Decreto Legislativo (não terminativo).

01 Petição (não terminativo).

01 Mensagem (SF) (não terminativo).

01 Ofício “S” (terminativo).

03 Emendas de Plenário (não terminativo).

01 Substitutivo da Câmara (não terminativo).

04 Requerimentos (SF) (não terminativo).
04 Projetos de Resolução (SF) (não terminativo).
53 Emendas – CCJ.
02 Subemendas – CCJ.
19 Requerimentos – CCJ.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador FLÁVIO ARNS
Vice Presidente: Senadora LÚCIA VÂNIA

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 2007 TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para recebimento de benefício do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – Bolsa Escola.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Relatoria: Senadora MARISA SERRANO.

Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria vai à turno suplementar, conforme o que dispõe o artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2008 TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”.

Autoria: Senadora PATRÍCIA SABOYA.

Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 171, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Erige em monumento nacional a cidade de Recife, no nordeste de Pernambuco.

Autoria: Deputado MAURÍCIO RANDS.

Relatoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Esteticista.

Autoria: Deputado VANDER LOUBET.

Relatoria: Senador ADELMIR SANTANA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 203, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Cerimonialista.

Autoria: Deputado ARNALDO JARDIM.

Relatoria “ad hoc”: Senador JOSÉ NERY.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 175, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Escalpelamento.

Autoria: Deputado SEBASTIÃO (BALA) ROCHA.

Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Motociclista.

Autoria: Deputado JOSÉ LINHARES.

Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 199, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Mototaxista.

Autoria: Deputado ANSELMO DE JESUS.

Relatoria “ad hoc”: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 21, DE 2009 – CE**

Nos termos regimentais, requeremos a realização de reunião extraordinária no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte e de sua Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, para homenagear e discutir os problemas enfrentados pelos compositores de música popular brasileira.

Autoria: Senadores **FLÁVIO ARNS** e **IDELI SALVATTI**.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 22, DE 2009 – CE**

Nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidado o professor **Içamir Tiba**, para fins de debater em Audiência Pública o tema “Abuso de Drogas no meio Juvenil e suas implicações familiares”, assunto do seu livro que será lançado em Brasília neste próximo mês de junho de 2009.

Autoria: Senador **ROMEU TUMA**.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03**REQUERIMENTO Nº 23, DE 2009 – CE**

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a tratar a violência nas escolas brasileiras, para tanto, gostaríamos que fossem convidados as autoridades constantes da lista anexa e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador **PAULO PAIM**.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 145, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Institui o dia 20 de janeiro como o Dia Nacional do Farmacêutico.

Autoria: Deputadas VANESSA GRAZZIOTIN e ALICE PORTUGAL.

Relatoria “ad hoc”: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a denominação do novo prédio da administração da Faculdade de Direito, no campus da Universidade Federal do Amazonas, na cidade de Manaus.

Autoria: Deputada VANESSA GRAZZIOTIN.

Relatoria “ad hoc”: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Institui o dia 13 de março, Dia da Batalha do Jenipapo, como data histórica no calendário das Efemérides Nacionais.

Autoria: Deputado FRANK AGUIAR.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA**ITEM ÚNICO**
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2009 – CE

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao centenário do nascimento do Major **Sylvio de Magalhães Padilha**, completado no dia 5 de junho de 2009. Major Sylvio de Magalhães Padilha dedicou sua vida ao esporte brasileiro, sendo considerado uma das maiores autoridades do movimento olímpico brasileiro. Foi pioneiro e tornou-se o primeiro atleta da América do Sul a ser finalista em provas de atletismo; como dirigente, foi o único brasileiro, até hoje, a ocupar o cargo de Vice-Presidente do Comitê Olímpico Internacional, além de ter presidido o Comitê Olímpico Brasileiro, no período de 1963 e 1970. No estado de São Paulo, na década de 30, o major Padilha implantou uma política pública para o esporte, algo então inexistente na esfera federal; idealizou os Jogos Abertos do Interior de São Paulo, realizados até hoje; criou o Troféu Brasil de Atletismo, maior competição do país; construiu todas as instalações do Conjunto Desportivo da Água Branca e do Conjunto Desportivo do Ibirapuera, ambos em São Paulo. Por suas ações em prol do esporte, Major Sylvio de Magalhães Padilha foi condecorado por inúmeras entidades do Brasil e de vários países, deixando seu nome gravado na história do Esporte Brasileiro.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 49, de 2007 – CE.

Autoria: Senadores RAIMUNDO COLOMBO e WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.

Autoria do Projeto: Senador EFRAIM MORAIS.

Relatoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.

Assunto: Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2005, que “Estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no País.

CONVIDADOS:

Senhor **André Luis G. Fleury**, Recordista Mundial de Parapente;

Senhor **Leonardo de Moura Persi**, Gestor de Projetos da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – ABETA;

Senhor **André Almeida Cunha Arantes**, Diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento do Ministério do Esporte;

Senhor **Luiz Henrique A. F. S. Campos**, Assessor da Presidência da Confederação Brasileira de Surf – CBS; e

Senhor **Monclair Caetano Cammarota**, Membro da Equipe OSKALUNGA de Corrida de Aventura – Equipe Brasileira Melhor Colocada no Mundial (4º).

Resultado: Realizada.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª REUNIÃO

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicura, Depilador e Maquiador.

Autoria: Deputado MARCELO TEIXEIRA.

Relatoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CE.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física e da Contribuição Previdenciária incidentes sobre o valor da bolsa concedida por estabelecimento de ensino ao filho de professor.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Relatoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Parecer: Favorável à matéria com três emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CE. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 4, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, para modificar o prazo de indicação de candidatas e a periodicidade de entrega do diploma.

Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**.

Relatoria: Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO**.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE AO
PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2009 – CN (LDO/2010).

Relator: Senador **ROBERTO CAVALCANTI**.

Resultado: Foram aprovadas 5 (cinco) Emendas/Meta e 13 (treze) Emendas/Texto.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 51, de 2008 – CE.

Autoria: Senadora **FÁTIMA CLEIDE**.

Autoria do Projeto: Senadores **CRISTOVAM BUARQUE**, **AUGUSTO BOTELHO** e **MARISA SERRANO**.

Relatoria: Senador **GERSON CAMATA**.

Assunto: Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2008, que “Insere o artigo 67-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instruir o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública, e dá outras providências.

CONVIDADOS:

Senhora **Helena Costa Lopes de Freitas**, Coordenadora Geral de Formação de Professores da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – MEC;

Senhor **Roberto Franklin de Leão**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE; e

Senhor **Antônio de Lisboa Amâncio Vale**, Diretor Coordenador da Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO/DF.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, e dá outras providências.

Autoria: Deputado ARLINDO GIBAGLIA.

Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Institui o Fundo Copa Amador para o apoio ao futebol, não-profissional no País.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 200, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional da Reforma Urbana.

Autoria: Deputado ZEZÉU RIBEIRO.

Relatoria “ad hoc”: Senador JEFFERSON PRAIA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Declara Dr. Enéas Carneiro Ferreira Patrono da Eletrocardiografia no Brasil.

Autoria: Deputado DR. TALMIR.

Relatoria “ad hoc”: Senador JEFFERSON PRAIA.

Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Cerrado.

Autoria: Deputado LUIZ BITTENCOURT.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 101, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Catolé da Rocha, no Estado da Paraíba.

Autoria: Senador CÍCERO LUCENA.

Relatoria: Senador EFRAIM MORAIS.

Parecer: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria será submetida a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Valença do Piauí, no Estado do Piauí.

Autoria: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO.

Relatoria: Senador ROBERTO CAVALCANTI.

Parecer: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria será submetida a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Tefé, no Estado do Amazonas.

Autoria: Senador JOÃO PEDRO.

Relatoria: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sinop, no Estado de Mato Grosso.

Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Relatoria: Senador GILBETO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria será submetida a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ibaiti, no Estado do Paraná.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Relatoria “ad hoc”: Senador JOSÉ NERY.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 123, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de Navegação Interior, no Estado do Tocantins.

Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.

Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Pela aprovação da matéria, com cinco emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4 e 5 – CE.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de Cerro Azul, vinculada à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Relatoria: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Campina da Lagoa, no Estado do Paraná.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Relatoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Parecer: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria será apreciada em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 49, de 2008 – CE.

Autoria: Senadores IDELI SALVATTI e PAULO PAIM.

Autoria do Projeto: Senador VALDIR RAUPP.

Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO.

Assunto: Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2006, que “Fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares”.

CONVIDADOS:

Senhor **Décio Restelli Ribeiro**, Presidente da Ford Models – Brasil;
Senhor **Evandro Guimarães**, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo;
Senhor **Rafael Dias Marques**, da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região – PRT e Vice-Coordenador Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho;
Senhor **Vinício de Oliveira**, Ator (uma das principais personagens do filme Central do Brasil);
Senhora **Maíra Rezende de Campos Souza**, Chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; e
Senhora **Renata Barreto Lacombe**, Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-RJ.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, DE 2006
TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir os projetos de aprimoramento profissional para áreas do audiovisual entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC).

Autoria: Senador ROBERTO SATURNINO.

Relatoria: Senadora MARISA SERRANO.

Parecer: Pela aprovação da matéria, com três emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CE.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, para resguardar as transferências de recursos federais para ações nas áreas de educação, saúde e assistência social das restrições decorrentes do registro de inadimplementos no CADIN e no SIAFI.

Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Relatoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determinando às instituições de ensino obrigatoriedade no envio de informações escolares a pais ou responsáveis não conviventes.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Autoria do Projeto: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Emenda da Câmara dos Deputados.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Autoria: Deputada SANDRA ROSADO.

Relatoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 422, DE 2008
TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Suinocultor.

Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 2009
TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional da Cidadania.

Autoria: Senador PAPALÉO PAES.

Relatoria: Senador ROBERTO CAVALCANTI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, DE 2003
TERMINATIVO

Estabelece princípio de equidade na oferta e no acesso à Educação Superior Pública.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Relatoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Tebas, no Estado do Paraná.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Relatoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Parecer: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria irá apreciada em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Rio Negro, no Estado do Paraná.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Relatoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Parecer: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria irá apreciada em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza a criação de Escola Técnica Federal em Loanda, no Estado do Paraná.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Relatoria: Senador GILVAM BORGES.

Parecer: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria irá apreciada em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 11
TURNOS SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 101, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Catolé da Rocha, no Estado da Paraíba.

Autoria: Senador CÍCERO LUCENA.

Relatoria: Senador EFRAIM MOARAIS.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 12
TURNOSUPLEMENTAR DO SUSBTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Valença do Piauí, no Estado do Piauí.

Autoria: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO.

Relatoria: Senador ROBERTO CAVALCANTI.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 13
TURNOSUPLEMENTAR DO SUSBTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sinop, no Estado de Mato Grosso.

Autoria: Senador SERYS SLHESSARENKO.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELNER.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 14
TURNOSUPLEMENTAR DO SUSBTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ibaiti, no Estado da Paraná.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Relatoria: Senador JOSÉ NERY.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 15
TURNO SUPLEMENTAR DO SUSBTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Campina da Lagoa, no Estado do Paraná.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Relatoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

TOTAL DE REUNIÕES: 09

05 Ordinárias – Deliberativa.

01 Extraordinária – Deliberativa.

03 Extraordinárias – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 83

17 Projetos de Lei do Senado (terminativo).

02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

15 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).

01 Projeto de Resolução (SF) (não terminativo).

01 Emenda da Câmara (não terminativo).

01 Substitutivo à PLS (terminativo).

05 Substitutivos – Turno Suplementar (terminativo).

37 Emendas – CE.

04 Requerimentos – CE.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador RENATO CASAGRANDE

Vice Presidente: Senador CÍCERO LUCENA

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 33, DE 2009 – CMA

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam promovidas, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, diligências nas regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sul e Sudeste, com o objetivo de diminuir as assimetrias e avançar na consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2009 – CMA

Requeiro, nos termos do artigo 90, incisos II, V e IX do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovido, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, ciclo de audiências públicas para a realização de debates sobre o tema proteção do meio ambiente e modelos de desenvolvimento.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado com aditamento do Senador Gilberto Goellner para discussão do tema “Plano Amazônia Sustentável”, com os seguintes convidados: senhor Mangabeira Unger, Ministro de Estado da Secretaria de Assuntos Estratégicos; senhor Adalberto Luis Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA; e senhor Luiz Antônio Barreto de Castro, Secretário

de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT.

**ITEM Nº 03
AVISO Nº 69, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal o Relatório de suas atividades, referente ao 3º trimestre de 2008.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria, e a realização de audiências públicas sobre as conclusões do TCU, convidando, em especial, os parlamentares da CAE, da CPI da ONGs e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e Controle do Congresso Nacional e pela posterior remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer, com voto contrário do Senador João Pedro.

**ITEM Nº 04
AVISO Nº 6, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 001.296/2008-2, acerca de auditoria operacional no MTE que deu origem ao monitoramento da ação governamental “Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra” do Programa de Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria “ad hoc”: Senador JEFFERSON PRAIA.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

**ITEM Nº 05
AVISO Nº 10, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre do exercício de 2007.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 – CMA

Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater e colher sugestões ao Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que “acrescenta § 3º ao artigo 26 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo, e que no mérito veda a cobrança de pontos extras pelas empresas prestadoras daqueles serviços”, com os seguintes convidados: senhora **Emilia Maria Silva Ribeiro Curi**, Conselheira da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; senhor **Ara Apkarak Minassian**, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; senhor **Alexandre Annenberg**, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA; senhor **Juliano Castilho Dall’antonia**, Diretor de Inclusão e TV Digital do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD; um representante do **Ministério Público Federal** a ser indicado pelo Procurador Geral da República; e o Presidente do **Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC**.

Autoria: Senador CÍCERO LUCENA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2009 – CMA

Requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA de mesa redonda promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, para debaterem sobre as práticas comerciais relativas à cobrança de tarifas bancárias praticadas pelos integrantes do sistema financeiro, com os seguintes convidados: senhor **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda; senhor **Henrique Meirelles**, Presidente do Banco Central do Brasil; senhor **Ricardo Morishita Wada**, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; e senhor **Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer**, Diretor Executivo da Fundação PROCON de São Paulo.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado com aditamento do Senador Cícero Lucena convidando, também, o Presidente da FEBRABAN.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 37, DE 2009 – CMA

Requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA de mesa redonda promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, com o objetivo de prestar esclarecimentos a respeito do diagnóstico da indústria de cartões no Brasil, com os seguintes convidados: senhor **Henrique Meirelles**, Presidente do Banco Central do Brasil; senhora **Mariana Tavares de Araújo**, Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; senhor **Antônio Henrique Pinheiro Silveira**, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; senhor **Ricardo Morishita Wada**, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; o Presidente da **Associação Nacional dos Usuários de Cartão de Crédito**; e o Presidente da **Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS**.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE AO PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2009 – CN (LDO/2010).

Relator: Senador RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Foram aprovadas 5 (cinco) Emendas/Meta e 5 (cinco) Emendas/Texto.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2009 – CMA

Requer nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente da Água, composta por sete membros titulares e igual número de suplentes, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Autoria: Senadora MARISA SERRANO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
AVISO Nº 33, DE 2002
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 243, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada na Agência Nacional do Petróleo – ANP, no período de 16 a 27/10/2000, com vistas a aferir quantitativa e qualitativamente as ações de fiscalização empreendidas pela Agência nas atividades de exploração e produção de petróleo, bem como nos segmentos de refino, transporte, comercialização e abastecimento de gás natural, petróleo e seus derivados (TC-002.379/2001-4).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria “ad hoc”: Senador JEFFERSON PRAIA.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 04
INDICAÇÃO Nº 1, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Sugere que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, nos termos regimentais, manifeste ao Ministério de Minas e Energia – MME a importância de prorrogar prazos para recebimento de contribuições à proposta do Plano Decenal de Expansão de Energia.

Autoria: Senadora MARINA SILVA.

Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade da Indicação.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o § 3º do artigo 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Relatoria: Senadora MARISA SERRANO.

Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com as Emendas nºs. 1 e 2 – CMA.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2009 - CMA

Requer, nos termos dos artigos 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal e artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas as seguintes instituições para, em Audiência Pública, discutirem, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, a questão do saneamento no Brasil: Associação Brasileira de Municípios – AMB, na pessoa de seu Presidente **José do Carmo Garcia**; Confederação Nacional de Municípios – CNM, na pessoa do seu Presidente **Paulo Ziulkoski**; e Ministério das Cidades, na pessoa do Ministro de Estado **Márcio Fortes**.

Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 - CMA

Requer, nos termos do artigo 58, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado das Cidades, **Márcio Fortes**, sobre a questão do saneamento no Brasil.

Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2009 - CMA

Requeiro nos termos do artigo 50 da Constituição Federal combinado com o artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, seja discutido o Programa Amazônia Sustentável – PAS. Senhor **Roberto Mangabeira Unger**, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos; e o senhor **Carlos Minc**, Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2009 - CMA

Requer, nos termos do disposto no inciso IV do artigo 71 da Constituição Federal e no artigo 102-A, inciso I, alínea ‘e’ do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria nas duas obras com irregularidades constatadas pela fiscalização da CGU, em setembro de 2008, na cidade de Santarém, no Estado do Pará.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 43, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite ao senhor **Rômulo Mello**, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade, em data a ser marcada, para, em Audiência Pública, prestar informações sobre a atuação do referido instituto em seu primeiro ano de existência.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal e artigos 90, inciso II e V e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE para discutir critérios de proteção ambiental exigidos nas linhas de financiamento das instituições financeiras de financiamento, contando com a participação dos seguintes expositores: representante do **Banco do Brasil – BB**; representante da **Caixa Econômica Federal – CEF**; representante do **Banco da Amazônia – BASA**; representante do **Banco do Nordeste – BNB**; representante do **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**; e representante do **Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul**.

Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal e do artigo 102-A, alínea “e” do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada pelo Tribunal de Contas da União, em caráter de urgência, auditoria sobre contratos celebrados pelo Senado Federal atualmente em vigência.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2009 – CMA.

Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA.

Assunto: Debate sobre os problemas e perspectivas para disseminação do emprego da energia solar no Brasil e o incremento da participação dessa fonte na matriz energética nacional.

CONVIDADOS:

Senhor **Altino Ventura Filho**, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME;

Senhor **Máximo Luiz Pompermeyer**, Superintendente de Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;

Ministro **Mozart Siqueira**, representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINEL;

Senhora **Ana Maria de Souza**, Coordenadora Geral substituta da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; e

Senhor **Ricardo Baitelo**, Coordenador do GREENPEACE.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos dos incisos IV e VII do artigo 71 da Constituição Federal, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes para verificar se as obras relativas a pavimentação e recuperação da BR-319 possuem avaliação prévia da viabilidade técnica e socioeconômica, nos termos dispostos no artigo 10, § 4º, da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2007, e para avaliar a eficiência, eficácia, efetividade e economicidade do projeto, frente a outras alternativas de transportes na região. Solicito, ainda, que, para a realização da citada auditoria, seja considerada a metodologia e os critérios utilizados no estudo “Eficiência econômica, riscos e custos ambientais da reconstrução da rodovia BR-319”, anexado a este requerimento.

Autoria: Senadora MARINA SILVA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discutir a recuperação da BR-319, obra do Governo Federal, que está no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com os seguintes convidados: senhor **Eduardo Braga**, Governador do Estado do Amazonas; senhor **Ivo Cassol**, Governador do Estado de Rondônia; senhor **Alfredo Nascimento**, Ministro de Estado dos Transportes; senhor **Carlos Minc**, Ministro de Estado do Meio Ambiente; e senhor **Rolf Hackbart**, Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Autoria: Senador JOÃO PEDRO.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

03 Ordinárias – Deliberativa.

01 Extraordinária – Deliberativa.

MATÉRIAS APREIADAS: 33

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).

01 Indicação (não terminativo).

04 Avisos (não terminativo).

15 Requerimentos – CMA.

12 Emendas – CMA.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

Presidente: Senador CRISTOVAM BUAQUE

Vice Presidente: Senador JOSÉ NERY

**REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSOES
DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE
AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 6, 20, de 2009 – CRA, 3, 22, 34, DE 2009 – CRE e 36, de 2009 - CAS.

Autoria: Senadores KÁTIA ABREU, MARISA SERRANO, ROSALBA CIARLINI, FLEXA RIBEIRO, CRISTOVAM BUARQUE, e JOÃO PEDRO.

Assunto: Debate sobre as “Metas de Desenvolvimento do Milênio” fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano 2000, e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil, e devem ser atingidas até 2015.

CONVIDADOS:

Senhor **Darci Bertoldo**, Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais, representando a Casa Civil da Presidência da República;

Senhora **Laura da Veiga**, Secretária de Avaliação e Gestão de Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

Ministro **Sílvio José Albuquerque e Silva**, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores;

Senhor **Marco Otávio Bezerra Prates**, Diretor do Departamento de Competitividade Industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção – MDIC;

Senhor **Adson França**, Assessor Especial do Ministro de Estado da Saúde;

Senhor **Antônio Luiz Machado de Moraes**, Assessor da Secretaria de Política Agrícola do MAPA, representando o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

Senhor **Sérgio Wanderly Silva**, representante do Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº. 2, de 2009 – CDH.

Autoria: Senador JOSÉ NERY.

Assunto: Debate sobre a existência de milícias em comunidades no Estado do Rio de Janeiro, com fortes indícios de envolvimento de policiais civis e militares, bombeiros militares e agentes penitenciários.

CONVIDADOS:

Senhor **Bernardo Garcia Sampaio**, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça, representando o senhor **Tarso Genro**, Ministro de Estado da Justiça;

Deputado Estadual **Marcelo Freixo**, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;

Ministro **Allan Turnowski**, Chefe de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, representando o senhor **José Mariano Beltrame**, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; e

Senhora **Ligia Portes Santos**, Procuradora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Combate ao Crime Organizado e às Atividades Ilícitas Especializadas, representando o senhor **Cláudio Soares Lopes**, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2009 - CDH

Requer nos termos regimentais a realização de uma sessão conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para exibição do filme “Garapa” seguida de debate, com a participação do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, senhor **Patrus Ananias**; do diretor do filme, senhor **José Padilha**; do Presidente do CONSEA, senhor **Renato Sérgio Jamil Maluf**; senhor **Francisco Menezes**, Presidente do IBASE, e de outras autoridades ligadas ao tema.

Autoria: Senador JOSÉ NERY.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2009 - CDH

Requer nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para instruir a Sugestão nº 3, de 2008, de autoria do Instituto Todos a Bordo, que sugere legislação para a criação de uma Comissão de Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil. Deverão ser convidados a expor e debater seus pontos de vistas sobre a matéria, autoridades públicas e especialistas com atuação funcional, profissional ou política relacionada à temática, cujos nomes deverão decorrer de sugestões encaminhadas pelos senhores Senadores e Senadoras à Presidência desta Comissão.

Autoria: Senador CRISTOBAM BUARQUE.

Resultado: Aprovado.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2009 – CDH.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Assunto: Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2007, que cria o Fundo Nacional de proteção aos trabalhadores da Fumicultura (FNF), com a finalidade de proteger os trabalhadores do setor e estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com o tabaco, e institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo (Cide-Fumo) e dá outras providências.

CONVIDADOS:

Senhora **Tânia Cavalcante**, Chefe da Divisão de Controle de Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer do Ministério da Saúde, representando o senhor **José Gomes Temporão**, Ministro de Estado da Saúde.

Senhor **Marcelo Fisch**, Auditor Fiscal da Receita Federal, representando a senhora **Lina Maria Vieira**, Secretária da Receita Federal;

Senhor **Iro Schünke**, Presidente do Sinditabaco do Rio Grande do Sul;

Senhor **André Franco Montoro Filho**, Presidente da Ética Concorrencial – ETCO;

Senhor **José Henrique Nunes Barreto**, Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo;

Senhor **Artur Bueno de Camargo**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação – CNTA; e

Senhor **Adoniran Sanches**, Secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Resultado: Realizada.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2009 – CN (LDO/2010).**

Relatoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Foram aprovadas 5 (cinco) Emendas/Meta e 3 (três) Emendas/Texto.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 Extraordinárias – Audiência Pública.

01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 10

08 Emendas – CDH.

02 Requerimentos – CDH.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL -
CRE**

Presidente: Senador EDUARDO AZEREDO

Vice Presidente: Senador GERALDO MERQUITA JÚNIOR

**REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSOES
DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; DE ASSUNTOS SOCIAIS E DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 6, 20, de 2009 – CRA, 3, 22, 34, DE 2009 – CRE e 36, de 2009 - CAS.

Autoria: Senadores KÁTIA ABREU, MARISA SERRANO, ROSALBA CIARLINI, FLEXA RIBEIRO, CRISTOVAM BUARQUE, e JOÃO PEDRO.

Assunto: Debate sobre as “Metas de Desenvolvimento do Milênio” fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano 2000, e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil, e devem ser atingidas até 2015.

CONVIDADOS:

Senhor **Darci Bertoholdo**, Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais, representando a Casa Civil da Presidência da República;

Senhora **Laura da Veiga**, Secretária de Avaliação e Gestão de Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

Ministro **Sílvio José Albuquerque e Silva**, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores;

Senhor **Marco Otávio Bezerra Prates**, Diretor do Departamento de Competitividade Industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção – MDIC;

Senhor **Adson França**, Assessor Especial do Ministro de Estado da Saúde;

Senhor **Antônio Luiz Machado de Moraes**, Assessor da Secretaria de Política Agrícola do MAPA, representando o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

Senhor **Sérgio Wanderly Silva**, representante do Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 276, 2008 NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador PAULO DUQUE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 277, 2008 NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo para o estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador EFRAIM MORAIS.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 72, 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo para o estabelecimento de um mecanismo de Cooperação Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre transporte e navegação marítima, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador EFRAIM MORAIS.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Terceiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à adoção de Emblema Distintivo Adicional, aprovado em Genebra, em 8 de dezembro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador FERNANDO COLLOR.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 1995
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a nomeação dos representantes oficiais do país em organismos internacionais de caráter oficial.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Favorável às emendas.

Resultado: Aprovado parecer favorável às Emendas nºs. 1 e 2 da Câmara dos Deputados.

ITEM Nº 07
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador FERNANDO COLLOR.

Parecer: Favorável ao Substitutivo.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta a previsão, a execução e o controle de despesas de caráter sigiloso.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Relatoria “ad hoc”: Senador PAULO DUQUE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO (SF) Nº 1.473, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Solidariedade aos familiares do jovem **Rodrigo Soares Olenski**, desaparecido no Parque Nacional do Sajama, na cidade de Cochabamba na Bolívia desde 29 de outubro de 2008.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Relatoria “ad hoc”: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 20, 21 e 31, de 2009 – CRE.

Autoria: Senadores FERNANDO COLLOR e EDUARDO SUPLICY.

Assunto: Instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que “Aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela”.

CONVIDADOS:

Senhor **Celso Lafer**, Jurista;

Senhor **Ives Gandra da Silva Martins**, Jurista;

Senhora **Maria Regina Soares de Lima**, Pesquisadora e Professora do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ; e

Embaixador **Antônio José Ferreira Simões**, Embaixador do Brasil na Venezuela.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) 74, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do senhor **Mário da Graça Roiter**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria “ad hoc”: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

**ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) 75, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do senhor **Henrique da Silveira Sardinha Pinto**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL AO PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2009 – CN (LDO/2010).**

Relatoria: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR.

Resultado: Foram aprovadas 5 (cinco) Emendas/Meta e 7 (sete) Emendas/Texto.

ITEM Nº 02**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 59, de 2008 – CRE.

Autoria: Senador JOSÉ NERY.

Assunto: Debate sobre a presença das tropas brasileira no Haiti.

CONVIDADOS:

Conselheira **Gilda da Motta Santos Neves**, Chefe da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores;

Senhor **Aderson Bussinger**, Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ e Diretor do Instituto de Defesa dos Direitos Humanos (IDDH);

Senhora **Sandra Quintelas**, Coordenadora da Rede Jubileu Sul;

Senhor **Antônio Lisboa Leitão de Souza**, representante da Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS; e

Senhor **Diddier Dominique**, representante da Organização Haitiana Batay Ouvriye.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)**1ª PARTE****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2009 – CRE.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Assunto: Debate sobre a situação dos brasileiros no exterior, em especial as conseqüências que ocorrem em virtude da crise financeira internacional.

CONVIDADO:

Embaixador **Oto Agripino Maia**, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no exterior do Ministério das Relações Exteriores.

Resultado: Realizada.

2ª PARTE**ITEM ÚNICO****MENSAGEM (SF) 88, DE 2009****NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do senhor **Roberto Abdalla**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuaite, e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria “ad hoc”: Senador INÁCIO ARRUDA.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 – CRE**

Requeiro nos termos do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Excelentíssimo senhor Ministro das Relações Exteriores, **Celso Amorim**, solicite à Organização dos Estados Americanos – OEA, informações sobre a situação democrática da Venezuela e também cópia do relatório emitido por aquele organismo sobre as eleições venezuelanas.

Autoria: Senadores JOÃO PEDRO e EDUARDO SUPPLY.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 41, DE 2009 – CRE**

Requeiro com base no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e do artigo 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador **Celso Amorim**, esclarecimentos sobre as informações abaixo relacionadas, pois recentemente o Ministério das Relações Exteriores anunciou que irá criar postos diplomáticos nos países Antígua e Barbuda, Santa Lucia, St. Kitts & Nevis e Grenadines. Assim solicitamos esclarecer cada ponto: **a)** O seu custo de instalação, o seu custo mensal; **b)** O número e qualificação dos funcionários previstos; **c)** O número de brasileiros residentes; **d)** O número de brasileiros visitantes; **e)** E o valor das importações e exportações.

Autoria: Senadores JOÃO PEDRO e EDUARDO SUPPLY.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2009 – CRE**

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor **Celso Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a participar de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a participação dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, para discutir o posicionamento do Brasil frente às recentes manifestações no Irã em razão dos resultados eleitorais desse País.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 320, 2009
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, assinado em Brasília, em 14 de março de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senadora MARINA SILVA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

02 Ordinárias – Deliberativa.

02 Extraordinárias – Deliberativa.

01 Ordinária – Audiência Pública.

01 Extraordinária – Audiência Pública.

01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 29

03 Mensagens (SF) (não terminativo).
01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
06 Projetos de Decreto Legislativo (SF) (não terminativo).
02 Emendas da Câmara à PLS (não terminativo).
01 Substitutivo da Câmara à PLS (não terminativo).
01 Requerimento (SF) (não terminativo).
01 Requerimento – CRE.
14 Emendas – CRE.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA – CRE

Presidente: Senador MOZARILDO CAVALCANTI
Vice Presidente: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2009 – CRE.

Autoria: Senadores MOZARILDO CAVALCANTI e EDUARDO AZEREDO.

Assunto: Debate sobre a atuação da Universidade Federal do Acre relativo à Região Amazônica.

CONVIDADO:

Senhora Olinda Batista Assmar, Professora e Reitora da Universidade do Acre.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
INDICAÇÃO Nº 1, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Subcomissão da Amazônia, o estudo de medidas de proteção da Floresta Amazônica.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com a Emenda nº 1 – CREPAF. A matéria será submetida à deliberação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2009 – CREPAF

Requeiro nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, seja discutido o Programa Amazônia Sustentável – PAS. Senhor **Roberto Mangabeira Unger**, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos; e senhor **Carlos Minc**, Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 Extraordinária – Audiência Pública.

01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 03

01 Indicação (não terminativo).

01 Requerimento – CREPAF.

01 Emenda – CREPAF.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Presidente: Senador FERNANDO COLLOR****Vice Presidente: Senador ELISEU REZENDE****REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2009****NÃO TERMINATIVO**

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Relatoria “ad hoc”: Senador JOÃO DURVAL.

Parecer: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CI. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02**OFÍCIO “S” Nº 9, DE 2009****NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes à parceria pública privada realizada pelo Estado de Pernambuco destinada à exploração mediante concessão administrativa do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga.

Autoria: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco.

Relatoria “ad hoc”: Senador PAULO DUQUE.

Parecer: Pelo conhecimento, e posterior remessa ao arquivo, com envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para, na forma do § 1º do artigo 28 da Lei nº 11.079, de 2004, dar ciência ao órgão competente.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 03
PETIÇÃO (SF) Nº 8, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ação popular promovida contra a Agência Nacional de Telecomunicações, visando decretar a nulidade de atos de transferência de autorização para exploração de Serviço Móvel Especializado (SME), e suas respectivas radiofrequências, do Grupo Mcomcast S.A. para a Nextel Telecomunicações S.A.

Autoria: Aluisio François do Amaral.

Relatoria “ad hoc”: Senador EFRAIM MORAIS.

Parecer: Pelo conhecimento, e posterior remessa ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 – CI

Nos termos do artigo 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater sobre a “Modernização e Expansão da Infraestrutura Aeroportuária e Regulamentação do Transporte Aéreo de Passageiros”, e para qual deverão ser convidados os seguintes expositores, sem prejuízo de novas indicações: senhora **Solange Paiva Vieira**, Diretora-Presidenta da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; senhor **Carlos Roberto Rebouças**, Diretor de Aeroportos de Porto Seguro, Vitória da Conquista, Lençóis e Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia; senhor **Renato A. Flores**, representante da Airports Council International para a América Latina e Caribe; e Tenente Brigadeiro do Ar, **Cleonilson Nicácio Silva**, Presidente da INFRAERO.

Autoria: Senadores GIM ARGELLO, FRANCISCO DORNELLES e FERNANDO COLLOR.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2009 – CI

Requeiro nos termos regimentais, que a audiência pública a ser realizada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, no dia 16 de junho deste ano, para debater e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2005, que dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível, seja realizada em conjunto com esta Comissão de Infraestrutura – CI. Para debater o projeto foram

convidados: **Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ministério do Meio Ambiente – MMA;** Engenheiro **Paulo de Moraes**, Diretor da Suner Engenharia e Biocombustíveis; e senhor **Márcio Turra de Ávila**, pesquisador da EMBRAPA.

Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE
AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA.
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 15, 23, de 2009 – CRA e 36, de 2009 – CI.

Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Assunto: Debate e instrução do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, que “Dispõe sobre a comercialização e uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências”.

CONVIDADOS:

Senhor **Waldir Gallo**, Assessor da Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

Senhor **Denílson Ferreira**, Coordenador-Geral de Agroenergia da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA;

Senhor **Oswaldo Luiz Ceotto**, Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – MMA;

Senhor **Paulo de Moraes**, Engenheiro e Diretor da Suner Engenharia e Biocombustíveis; e

Senhor **Márcio Turra de Ávila**, Pesquisador da EMBRAPA.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA AO PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2009 – CN (LDO/2010).**

Relatoria: Senador DELCÍDIO AMARAL.

Resultado: Foram aprovadas 5 (cinco) Emendas/Meta e 3 (três) Emendas/Texto.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2004
(PL. 00345, de 1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO**

Proíbe a cobrança de qualquer valor a título de religação de serviços por concessionárias de distribuição de energia e de serviços de abastecimento de água e saneamento.

Autoria: Deputado WILSON SANTOS.

Relatoria: Senador PAULO DUQUE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA**ITEM ÚNICO****REQUERIMENTO Nº 37, DE 2009 – CI**

Nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o senhor **Eloi Portela**, ex-Senador da República para participar da reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura relativa à situação de Porto de Luis Corrêa, em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2008- CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes.

Autoria: Senadores MÃO SANTA e JAYME CAMPOS.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 Extraordinárias – Deliberativa.

01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 16

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).

01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).

01 Ofício “S” (não terminativo).

01 Petição (não terminativo).

02 Requerimentos – CI.

10 Emendas – CI.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
TURISMO – CDR**

Presidente: Senador LEOMAR QUINTANILHA

Vice Presidente: Senador CÉSAR BORGES

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

**DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO AO PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2009 – CN (LDO/2010).**

Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA.

Resultado: Foram aprovadas 5 (cinco) Emendas/Meta e 3 (três) Emendas/Texto.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Estabelece a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbana referida no artigo 10 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades).

Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Relatoria: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CDR. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 4º da Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, para suspender a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre a entrada de mercadorias nacionais e estrangeiras na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, bem como para possibilitar a inclusão dos bens finais de informática no regime fiscal especial.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP.

Relatoria: Senador JOSÉ NERY.

Parecer: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CDR. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136 DE 2008 – COMPLEMENTAR.
(PL. nº 00375 de 2006, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991, e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO REQUERIMENTO Nº 9, DE 2009 – CDR

Requeiro nos termos regimentais, seja realizado um ciclo de audiências públicas, conforme programa anexo, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional – CDR, para o estudo e debates das questões relativas ao desenvolvimento regional do Nordeste, especialmente a questões relativas ao meio ambiente, desertificação e desenvolvimento, com o objetivo de subsidiar a elaboração do plano para essa região a cargo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, nos termos da Lei Complementar nº 125, de 2007.

Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI e LEOMAR QUINTANILHA.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

03 Extraordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 15

02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).

01 Requerimento – CDR.

11 Emendas – CDR.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador VALTER PEREIRA

Vice Presidente: Senador GILBERTO GOELLNER

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSOES DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; DE ASSUNTOS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 6, 20, de 2009 – CRA, 3, 22, 34, DE 2009 – CRE e 36, de 2009 - CAS.

Autoria: Senadores KÁTIA ABREU, MARISA SERRANO, ROSALBA CIARLINI, FLEXA RIBEIRO, CRISTOVAM BUARQUE, e JOÃO PEDRO.

Assunto: Debate sobre as “Metas de Desenvolvimento do Milênio” fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano 2000, e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil, e devem ser atingidas até 2015.

CONVIDADOS:

Senhor **Darci Bertoldo**, Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais, representando a Casa Civil da Presidência da República;

Senhora **Laura da Veiga**, Secretária de Avaliação e Gestão de Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

Ministro **Sílvio José Albuquerque e Silva**, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores;

Senhor **Marco Otávio Bezerra Prates**, Diretor do Departamento de Competitividade Industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção – MDIC;

Senhor **Adson França**, Assessor Especial do Ministro de Estado da Saúde;

Senhor **Antônio Luiz Machado de Moraes**, Assessor da Secretaria de Política Agrícola do MAPA, representando o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

Senhor **Sérgio Wanderly Silva**, representante do Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**1ª PARTE****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº. 21, de 2009 – CRA, com adendo.

Autoria: Senador VALTER PEREIRA.

Assunto: Debate sobre as Alternativas para Produção de Biodiesel – Pinhão Manso.

CONVIDADOS:

Senhor **Marco Antônio Viana Leite**, Coordenador Geral de Biocombustíveis do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;

Senhor **Laércio Nery**, Diretor-Presidente da Brasil Bioenergia S.A.;

Senhor **Frederico Durães**, Chefe da Embrapa Agroenergia; e

Senhor **Mike Lu**, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão Manso.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 22, DE 2009 – CRA**

Em aditamento ao Requerimento nº 21 de 2009 – CRA, aprovado em 26 de maio de 2009, com a finalidade de discutir “Alternativa para Produção de Biodiesel – Pinhão Manso”, requeiro, a inclusão dos seguintes convidados: senhor **Frederico Durães**, Chefe da Embrapa Agroenergia; e senhor **Mike Lu**, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão Manso – ABPPM.

Autoria: Senador VALTER PEREIRA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2009 – CRA

Requeiro nos termos regimentais, que a audiência pública sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, que dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível, a ser realizada no dia 16 de junho deste ano, nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI.

Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2009 – CRA

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de dones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, reptéis e aves. Para tanto, solicito que sejam convidados: Doutor **Flávio Vieira Meirelles**, Doutor em Genética, professor da USP e membro da CTNbio; Doutor **Rodolfo Rumpf**, Doutor em Veterinária, Pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNbio; um representante do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA**; e um representante do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC**.

Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

**DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA AO PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2009 – CN (LDO/2010).**

Relatoria: Senadora MARISA SERRANO.

Resultado: Foram aprovadas 5 (cinco) Emendas/Metas ao Projeto.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 36, DE 2009 – CI e 15, 23, de 2009 – CRA.

Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Assunto: Debate e instrução do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, que “Dispõe sobre a comercialização e uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências”.

CONVIDADOS:

Senhor **Waldir Gallo**, Assessor da Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

Senhor **Denílson Ferreira**, Coordenador-Geral de Agroenergia da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA;

Senhor **Oswaldo Luiz Ceotto**, Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – MMA;

Senhor **Paulo de Moraes**, Engenheiro e Diretor da Suner Engenharia e Biocombustíveis; e

Senhor **Márcio Turra de Ávila**, Pesquisador da EMBRAPA.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2009 – CRA

Requer nos termos regimentais, que sejam convidadas as pessoas abaixo listadas para uma Audiência Pública acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira, em reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Senhor **Arthur Badin**, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica; senhora **Mariana Tavares Araújo**, Secretária de Direito

Econômico (SDE), órgão vinculado ao Ministério da Justiça; senhor **Antônio Henrique Pinheiro da Silveira**, Secretário de Acompanhamento Econômico, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda; senhor **Flávio de Carvalho Pinto Viegas**, Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores; senhor **Hélio Neves**, Presidente da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo; senhor **José Osvaldo Junqueira Franco**, Presidente do Sindicato Rural de Bebedouro/SP; senhor **Valdir Butarello**, Presidente do Sindicato Rural de Itápolis/SP; senhor **Marco Antônio dos Santos**, Presidente do Sindicato Rural de Taquaritinga/SP; senhor **Tales Lemos Cubero**, Presidente da CITROSUCO; senhor **José Luiz Cervante**, Presidente da CUTRALE; senhor **Henrique de Freitas**, Presidente da DREYFUS (Louis Dreyfus Citrus); e senhor **Mário Bavaresco Júnior**, Presidente da CITROVITA.

Autoria: Senadores AUGUSTO BOTELHO e EDUARDO SUPLICY.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2009 – CRA

Requer nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública com a finalidade de discutir e analisar a grave situação em que se encontram os frigoríficos brasileiros, com a presença dos seguintes convidados: senhor **José Augusto Torres Potiguar**, Procurador Chefe da República do Pará; senhor **Marcelo Furtado**, Diretor do Greenpeace no Brasil; senadora **Kátia Abreu**, Presidenta da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; senhor **Roberto Giannetti da Fonseca**, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC; e senhor **Geraldo de Mendonça Rocha**, Procurador-Geral e Conselheiro Titular do Conselho Superior do Ministério Público no Estado do Pará.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2009 – CRA

Requer nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública e Diligência desta Comissão, na cidade de Belém – PA, no dia 2 de julho corrente, quinta-feira, com a finalidade de

tratar da grave situação em que se encontram os frigoríficos brasileiros, com reflexos diretos na produção e exportação da carne bovina, com a presença dos seguintes convidados: representante do **Conselho Nacional do Ministério Público**; representante do **Ministério Público do Estado do Pará**; senhor **Marcelo Furtado**, Diretor do Greenpeace; senhor **Roberto Giannetti da Fonseca**, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC; e senhor **Aníbal Pessoa Piconço**, Secretário de Estado do Pará.

Autoria: Senador VALTER PEREIRA.

Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 26, de 2009 – CRA.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Assunto: Debate sobre a grave situação em que se encontram os frigoríficos brasileiros.

CONVIDADOS:

Senhor **José Manoel Caixeta**, Presidente da Comissão de Pecuária de Corte da Federação da Agricultura do Estado de Goiás e Membro do Fórum Permanente de Pecuária de Corte da CNA;

Senhor **Roberto Gianetti da Fonseca**, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC; e

Senhora **Tereza Cristina Corrêa da Costa**, Secretária de Produção e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Relatoria: Senadora KÁTIA ABREU.

Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria será apreciada em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a renegociação de dívida dos produtores rurais relativos a financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Autoria: Senador CÍCERO LUCENA.

Relatoria: Senador GERSON CAMATA.

Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2009 – CRA

Requeiro, nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2006, que trata sobre o Estatuto do Produtor Rural, com finalidade de analisar questões fundiárias. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: senhor **Leôncio Brito**, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; senhor **Denis Rosenfeld**, sociólogo e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; senhor **Fernando Humberto dos Santos**, Juiz e Professor da PUC-MG; e senhor **Eliseu Alves**, representante da EMBRAPA.

Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2009 – CRA

Requeiro, nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2006, que trata sobre o Estatuto do Produtor Rural, com finalidade de analisar questões relacionadas à Defesa Agropecuária. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: senhor **Homero Pereira**, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; senhor **Carlos Lovatelli**, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE e Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG; e senhor **Fernando Curi Peres**, Professor Titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ-USP.

Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CRA

Requeiro, nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2006, que trata sobre o Estatuto do Produtor Rural, com finalidade de analisar questões relacionadas ao Meio Ambiente. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: senhor **Assuero Doca Veronez**, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; senhor **Jairo Lousa**, Produtor Rural; e senhor **Luiz Carlos Silva Moraes**, Procurador da Fazenda Nacional, Professor Universitário e especialista em Direito Ambiental.

Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Relatoria: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Parecer: Favorável à matéria.

Obs: O Senador Augusto Botelho apresenta uma sugestão de emenda, que foi acolhida pelo Relator.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2009 – CRA

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir o cadastro de segurados especiais a ser realizados pelo Ministério da Previdência. Para tanto sugerimos que sejam convidados os seguintes senhores: senhor **José Pimentel**, Ministro de Estado da Previdência Social; senhor **Alberto Broch**, Presidente da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG; e um representante do **Fórum Itinerante e Paralelo sobre a Previdência Social – FIPPS**.

Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

01 Extraordinária – Deliberativa.

02 Extraordinárias – Audiência Pública.

02 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 21

01 Projeto de Lei do Senado (terminativa).

02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

08 Emendas – CRA.

10 Requerimentos– CRA.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador VALTER PEREIRA

Vice Presidente: Senador LOBÃO FILHO

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº. 18, de 2009 – CCT.

Autoria: Senadores JOÃO RIBEIRO e ALOIZIO MERCADANTE.

Assunto: Debate sobre o “Futuro da Internet Oportunidades e Desafios para o Brasil”.

CONVIDADOS:

Senhor **Vinton G. Cref**, Vice-Presidente e Evangelista Chefe de Internet para o Google;

Senhor **Demi Getschko**, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação do Ponto BR (NIC.br);

Senhor **Eduardo Fumes Parajo**, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet – ABRANET;

Senhor **Augusto César Gadelha Vieira**, Coordenador do Comitê Gestor da Internet; e

Senhor **Daniel Slaviero**, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO

ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 18, DE 2009 - CCT

Nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 18, de 2009 – CCT de autoria dos Senadores João Ribeiro e Aloizio Mercadante, requeiro que seja convidado o senhor **Eduardo Fumes Parajo**, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet – ABRANET; senhor **Augusto César Gadelha Vieira**, Coordenador do Comitê Gestor da Internet; e o senhor **Daniel Slaviero**, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT para debater, em audiência pública, o tema “O Futuro da Internet Oportunidades e Desafios para o Brasil”.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2009, EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 19, de 2008 – CCT e 26, de 2009 – CRE, e aditamento.

Autoria: Senadores RENATO CASAGRANDE, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, FLEXA RIBEIRO E EDUARDO AZEREDO.

Assunto: Debate sobre o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia Legal, sob a perspectiva de um novo modelo regional de desenvolvimento.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Antônio Barreto de Castro**, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e de Desenvolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT;

Senhor **Adalberto Luis Val**, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA;

Senhora **Tatiana Deane de Abreu Sá**, Diretora-Presidente, em exercício, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; e

Senhor **Jacob Palis Júnior**, Presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM N.º 01

REQUERIMENTO N.º 19, DE 2009 - CCT

Requeiro nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para tratar de assunto relativo ao desenvolvimento e adoção de sistemas de reuso de água cinzenta em edificações, objetivando proteger a saúde pública, bem como manter a integridade dos ecossistemas e uso sustentável da água, para tanto, requeiro a expedição de convites às seguintes pessoas: senhor **Paulo Roberto Barbosa da Silva**, Engenheiro Civil, autor do Projeto de Reuso de Água (SRA-ENGENHARIA); senhor **Fernando Rei**, Presidente da Companhia de Tecnologia de Saneamento

Ambiental (CETESB); Professor **Ivanildo Hespanhol**, Diretor do Centro Internacional de Referência em Reuso de Água (CIRRA/USP), senhor **Leodegar da Cunha Tiscoski**, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental; e senhor **Marcos Túlio de Melo**, Engenheiro Civil e Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2009 - CCT

Requeiro nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite à jornalista **Tereza Cruvinel**, Presidenta da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para comparecer perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, do Senado Federal, em data a ser marcada, para, em Audiência Pública, prestar informações acerca das atividades da EBC nesse primeiro ano de sua existência.

Autoria: Senadores RENATO CASAGRANDE e FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 405, DE 2008 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Ecologia e Meio Ambiente de Piranhas – Grupo EMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 409, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Sócio Cultural de Jataí (ACONDEJ) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Esperança de Aporé – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aporé, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 73, DE 1999
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Central do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 152, DE 1999
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultural de Curitiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 2000
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Jerônimo T. Minamihara & CIA. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assaí, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 329, DE 2002
TERMINATIVO

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária União Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 306, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Castilho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ROBERTO CAVALCANTI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 182, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Fator Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capivari do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Extra Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 193, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à SCPB – Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 198, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão à Fundação Antena Azul para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 427, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Abaíra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abaíra, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Aliança FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macarani, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 59, DE 1996 TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rede Sul Matogrossense de Emissoras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caarapo, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador JOÃO RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 71, DE 1999 TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão deferida à Sociedade Rádio Clube de Corumbá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador JOÃO RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 205, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Xaraés Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Murtinho, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador JOÃO RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 121, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Pioneira Comunitária Aldeense de Radiodifusão, para Promoção da Cultura, Artes e Educação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cupuraque, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 125, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Caetanópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caetanópolis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 164, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Noroeste de Comunicação Ltda. – EPP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 442, DE 2001
TERMINATIVO

Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Progresso FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ROBERTO CAVALCANTI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 273, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Água Doce Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Calçoene, Estado de Amapá.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 200, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Otacílio Risonho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 305, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Metrópole Regional FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Verde, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Jacuípe FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacuípe, Estado de Alagoas.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Civil do Desenvolvimento Cultural e Social do Município de Chã Preta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chã Preta, Estado de Alagoas.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 114, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Organização Não-Governamental de Olho em São Sebastião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião, Estado de Alagoas.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 179, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Renascer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mar Vermelho, Estado de Alagoas.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 145, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio RMS Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Macedo, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 215, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Tatuí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 248, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sócio Cultural Kiriris para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomar do Geru, Estado de Sergipe.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 288, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Neves & Oliveira Andrade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraibuna, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 106, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cristo Rei para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranjal, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO OLIVERIA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 123, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Martins Soares para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martins Soares, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO OLIVERIA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 124, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Nova Tropical de São Sebastião do Anta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Anta, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO OLIVERIA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 253, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Rádio Comunitária Esperança FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 234, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Agreste de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Timbaúba, Estado de Pernambuco.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 302, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Progressiva de Serrinha dos Pintos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrinha dos Pintos, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 41
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 207, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ROBERTO CAVALCANTI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 254, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ROBERTO CAVALCANTI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 43
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 260, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Maior de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ROBERTO CAVALCANTI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 44
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 394, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador JOÃO RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 45
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 395, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Babaçulândia, Estado do Tocantins.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador JOÃO RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 46
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Xinguara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Xinguara, Estado do Pará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 47
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 116, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Santana de Óbitos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Óbitos, Estado do Pará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 48
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 194, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oriximiná, Estado do Pará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**1ª REUNIÃO****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº. 15, de 2009 – CCT e aditamento.

Autoria: Senadores CÍCERO LUCENA, ROBERTO CAVALCANTI, FLEXA RIBEIRO e RENATO CASAGRANDE.

Assunto: Debate sobre a Propriedade Intelectual e Inovação.

CONVIDADOS:

Senhora **Cláudia Chamas**, Pesquisadora Pós-Doutora da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ;

Senhora **Maristela Basso**, Advogada e Livre Docente em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo – USP;

Senhor **Francisco Alberto de Sousa Teixeira**, Diretor Executivo da Associação Brasileira da Propriedade Industrial – ABPI; e

Senhora **Karla Christina Martins Borges**, Gerente de Comércio Exterior do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA**ITEM ÚNICO****REQUERIMENTO Nº 21, DE 2009 - CCT**

Requeiro nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, seja discutido o Programa Amazônia Sustentável – PAS. Senhor **Mangabeira Unger**, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos; e o senhor **Carlos Minc**, Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**2ª REUNIÃO****DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA AO PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2009 – CN (LDO/2010).**

Relatoria: Senador SÉRGIO GUERRA.

Resultado: Foram aprovadas 5 (cinco) Emendas/Meta e 2 (duas) Emendas/Texto.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 22, DE 2009 - CCT**

Requeiro nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, realize Audiência Pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxico no país, recomendo que, se aprovada, a audiência possa contar com a participação de representantes dos seguintes órgãos públicos e entidades da sociedade civil: representante da **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA**; representante do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA**; representante do **Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxico – CTA**; representante da **Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF**; representante do **Instituto de Tecnologia de Alimentos – ITAL**; e representante do **Instituto de Economia Agrícola de São Paulo**.

Autoria: Senadores KÁTIA ABREU e GILBERTO GOELLNER.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 2002
TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Serra dos Cristais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cristalina, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 399, DE 2008

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 412, DE 2008

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Alpha de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 419, DE 2008

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à HP Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abadia de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 93, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Betel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 96, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Mendonça e Rios Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Loanda, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 103, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Goioxim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioxim, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 128, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Grupo Comunicação do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 129, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vera Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 196, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativo de São Martinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 198, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Comunicações Lagunense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade das Águas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 165, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Torre de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ELISEU RESENDE.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 166, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boracéia, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ELISEU RESENDE.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 180, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio São Brás do Suaçuí FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Brás do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ELISEU RESENDE.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GERSON CAMATA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 296, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária das Rosas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GERSON CAMATA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 297, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Palmares para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmares Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GERSON CAMATA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 212, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 214, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Xaraés Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 220, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Novo Horizonte do Sul/MS – ACONHOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 130, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Barrinha Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barrinha, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 153, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural Tradicional para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Turvo, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 195, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Cultural de Canaã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canaã, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 287, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vicente Pinzon para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 292, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Cajuruense Boca da Mata de Apoio à Comunidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador GERSON CAMATA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 293, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Gália para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gália, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador GERSON CAMATA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 184, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraíso de Camocim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Independência, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRÍCIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 361, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Eco FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiapina, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRÍCIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 372, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Três Climax Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assaré, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 392, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Maior de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pacujá, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 422, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à FM Cariús Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cariús, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 36**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2009****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Maior de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Martinópolis, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 37**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 2009****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 38**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2009****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Ibicuitinga FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 108, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio ao Jovem de Irauçuba Ltda. para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 41
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 275, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Aurora Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aurora, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 276, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à TV Mucuripe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crateús, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 43
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 278, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à TV Mucuripe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crato, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 44
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 282, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à TV Mucuripe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 45
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 294, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Grupo Semente Nova do Distrito de Missi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 46
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 318, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Santa Fé de Croatá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Croatá, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 47
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 362, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural de Vitória Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 48
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 371, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angelim, Estado de Pernambuco.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 49
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 430, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Alternativa de Radiodifusão Comunitária para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 50
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 433, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Vereda do Brejo Angelim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gameleiras, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 51
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 453, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Pró-Melhoramento Nascente do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 52
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 358, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Afonso Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afonso Bezerra, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senadora KÁTIA ABREU.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 53
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 247, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Salinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinópolis, Estado do Pará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 54
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 283, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Portel Serviços de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagre, Estado do Pará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 55
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 303, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Dabar de Comunicação, Educação e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Floresta do Araguaia, Estado do Pará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 313, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura da Confresa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Confresa, Estado do Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02**ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 22, DE 2009 – CCT**

Requeiro nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 22, de 2009 – CCT, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Gilberto Goellner, que irá debater o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008, de autoria do Senador Valdir Raupp, o nome do Secretário de Agricultura do Estado do Espírito Santo, ex-Senador **Ricardo Santos**.

Autoria: Senador GERSON CAMATA.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

03 Extraordinárias – Deliberativa.

02 Extraordinárias – Audiência Pública.

01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 114

101 Projetos de Decreto Legislativo (SF) (terminativo).

07 Emendas – CCT.

04 Requerimentos – CCT.

02 Adendos à Requerimento – CCT.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidenta: Senadora IDELI SALVATTI

Vice Presidenta: Deputada VANESSA GRAZZIOTINS

Relator: Deputado COLBERT MARTINS

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº. 14, de 2009 – CMMC.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Assunto: Debate sobre o “Projeto Copa Limpa”, viabilizando a realização da Copa do Mundo de 2014, no Brasil, dentro dos paradigmas de desenvolvimento sustentável.

CONVIDADOS:

Senhor **Orlando Silva de Jesus Júnior**, Ministro de Estado do Esporte;

Senhor **Ivo Bucaresky**, representando o senhor **Carlos Minc**, Ministro de Estado do Meio Ambiente;

Senhor **Charlles Capella de Abreu**, representante do **Ministério do Turismo**;

Senhor **Roberto Garibe**, Assessor da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República;

Senhor **Francisco Müssnich**, representante da Confederação Brasileira de Futebol- CBF;

Senhor **Mauro Passos**, Presidente do Instituto Ideal; e

Senhor **Lupércio Ramos**, Deputado Federal, representando o senhor **Júlio César Soares da Silva**, Secretário de Esporte do Estado do Amazonas.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2009 - CMMC

Requeiro nos termos regimentais, a constituição de um Grupo de Trabalho, com representantes do Governo Federal (Ministérios do Meio Ambiente; de Turismo; Esporte e Casa Civil da Presidência da

República), da Confederação Brasileira de Futebol – CBF e da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, com a finalidade de: a) Apresentar um Projeto a ser discutido com os Governadores e Prefeitos das Cidades Sedes para a Copa de 2014; b) Visita a Alemanha com o intuito de conhecer os métodos de planejamentos e uso de alternativas sustentáveis utilizados na Copa do Mundo de 2006; e c) Agendar uma Audiência com o Presidente da República e com o Presidente da FIFA.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA DILIGÊNCIA REALIZADA NOS ESTADO DO AMAZONAS

Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA.

Resultado: Lido e discutido.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2009 - CMMC

Requer nos termos regimentais as seguintes providências, em atendimento à conclusões finais do Relatório da Diligência ao Estado do Amazonas, realizado nos dias 17 a 19 de maio de 2009, abaixo elencados:

a) Celeridade na liberação dos Recursos pelo Ministério da Integração Regional para o atendimento emergencial das pessoas vitimadas pelas cheias; **b)** Pleitear junto ao Executivo o descontigenciamento, priorizando a liberação dos recursos de Emendas para as localidades atingidas, principalmente aquelas relativas à construção de Escolas, Casas Populares, Ações de Saúde, Saneamento Básico, Recuperação de Infraestrutura, dentre outras; **c)** Propor ao Ministério das Minas e Energia o desenvolvimento de estudos e pesquisas para a mudança gradual da matriz energética do Estado do Amazonas onde seja possível substituir o diesel e outras fontes poluentes por fontes limpas e renováveis de geração de energia, sobretudo o gás natural cujo gasoduto Coari-Manaus está em fase de conclusão o que certamente contribuirá para a redução das emissões de gases de efeito estufa e de suas possíveis implicações no aumento de ocorrências de eventos climáticos extremos na Amazônia e em todo o planeta; **d)** Discutir com os demais Países Amazônicos, ações conjuntas de investimentos no estudo, na pesquisa e na

preservação do clima, flora e fauna que contribuam para a redução dos desflorestamentos na Região responsável em grande parte pelas emissões brasileiras de gases de efeito estufa; **e)** Propor na discussão do Orçamento de 2010, reforço das dotações orçamentárias das Universidades e de outros Órgãos de Pesquisas voltados para o estudo e pesquisa do bioma, clima e de outros aspectos que envolvam a sustentabilidade da Amazônia; **f)** Que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas encaminhe formalmente os pleitos apresentados pelo Prefeito de Anamã; **g)** Apresentar proposição legislativa para alteração da Lei nº 10.420, de 2002, com o objetivo de estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da SUDAM que, hoje, se aplica apenas à área de atuação da SUDENE; **h)** Acompanhar a execução do fundo Amazônico sugerindo o uso de parte dos recursos para ações de adaptação dos seres humanos, diminuindo sua vulnerabilidade; e **i)** Anexar ao Relatório as Notas Taquigráficas do debate ocorrido na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA e outros Senhores Parlamentares.

Resultado: Aprovado.

ITEM 03

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2009 - CMMC

Requer nos termos regimentais, que seja convidada a senhora **Christiane Torloni**, para apresentar aos membros da Comissão, o trabalho desenvolvido pelo movimento Amazônia para Sempre, bem como convidar o senhor **Mauro Passos**, do Instituto Ideal, para uma explanação a respeito de Estádios Solares.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM 04

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2009 - CMMC

Requer nos termos regimentais, a realização de uma visita dos membros da Comissão ao município de São Gabriel da Cachoeira/AM, para a discussão de questões ambientais e de mudanças climáticas com o governo municipal e com os povos indígenas daquele município.

Autoria: Deputados VANESSA GRAZZIOTIN e JOSÉ GUIMARÃES.

Resultado: Aprovado.

ITEM 05**REQUERIMENTO Nº 20, DE 2009 - CMMC**

Requer nos termos regimentais, solicitando informações quanto às ações preventivas que serão empregadas para socorrer as populações da região norte e nordeste que se encontra em situação de emergência e/ou de calamidade pública, em consequência das cheias.

Autoria: Deputados VANESSA GRAZZIOTIN e JOSÉ GUIMARÃES.

Resultado: Aprovado.

ITEM 06**REQUERIMENTO Nº 21, DE 2009 - CMMC**

Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com o Senhor Ministro das Minas e Energia, **Senador Edison Lobão**, para esclarecimento da avaliação institucional de sua pasta acerca da instituição de tributo a incidir sobre gases de efeitos estufa emitidos pelas atividades produtivas.

Autoria: Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME.

Resultado: Aprovado.

ITEM 07**REQUERIMENTO Nº 22, DE 2009 - CMMC**

Requer nos termos regimentais, que sejam convidados o Contra-Almirante **Francisco Carlos Ortiz de Holanda Chaves**, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; o Capitão-de-Mar-e-Guerra, Fuzileiro Naval **José Robson de Oliveira Medeiros**, Subsecretário para o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), para prestarem informações sobre os resultados das pesquisas empreendidas por esse programa no tocante às mudanças climáticas que o planeta tem sofrido.

Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA.

Resultado: Aprovado.

ITEM 08**REQUERIMENTO Nº 23, DE 2009 - CMMC**

Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, em conjunto com as Comissões da Amazônia, de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e com a participação da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados, no dia 7, de julho de 2009, para apresentação e debate do Livro “Impacto Virtuoso do Pólo Industrial de Manaus sobre a proteção da floresta amazônica: discurso ou fato?”.

Autoria: Deputada VANESSA GRAZZIOTIN.

Resultado: Aprovado.

ITEM 09

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2009 - CMMC

Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater o Impacto das Mudanças Climáticas Globais, nas áreas social, ambiental e econômica. A audiência pública deverá ser realizada nos meses de agosto e setembro de 2009, devendo ser dividida em quatro partes: uma reunião no Senado Federal, uma na Região Nordeste – polígono das secas, uma na Região Amazônica, em Manaus/AM e uma na Região Sul, em Florianópolis/SC, levantando os problemas decorrentes das mudanças climáticas nessas regiões para serem levados ao Fórum Mundial sobre as Mudanças Climáticas Globais, a ser realizado em dezembro de 2009, na cidade de Copenhagem, na Dinamarca.

Autoria: Senador JOÃO PEDRO.

Resultado: Aprovado.

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2009 - CMMC

Requer nos termos regimentais, a realização de diligência nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com o objetivo de diminuir as assimetrias e avançar na consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Autoria: Deputada VANESSA GRAZZIOTIN.

Resultado: Aprovado.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2009 - CMMC

Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, com convite ao senhor **Israel Klabin**, Presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS, para apresentação e avaliação da versão brasileira do “Projeto Lord Stern”, que estuda os custos da mitigação preventiva para evitar os efeitos catastróficos das mudanças climáticas.

Autoria: Deputados ANTÔNIO PALOCCI e COLBERT MARTINS.

Resultado: Aprovado.

ITEM 12
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2009 - CMMC

Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, com vistas à discussão da instrução normativa nº 07/09, publicada em 15 de abril de 2009, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, que estabelece que no procedimento de licenciamento ambiental, deverão ser adotadas medidas que visem à mitigação das emissões de dióxido de carbono, oriundas da geração de energia elétrica de usinas termelétricas movidas a óleo combustível e carvão, com a presença dos seguintes convidados: **Secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente**; senhora **Sílvia Calou**, Coordenadora do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico; senhor **Roberto Messias Franco**, Presidente do IBAMA; e senhor **Márcio Zimmermann**, Secretário Executivo do Ministério das Minas e Energia.

Autoria: Senador RENATO CASAGRADNE e Deputada REBECCA GARCIA.

Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº. 12, de 2009 – CMMC.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Assunto: Debate sobre as “Mudanças Climáticas e a Matriz Energética Brasileira”.

Resultado: Realizada.

CONVIDADO:

Senhor **Altino Ventura Filho**, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, representando o Senador **Edison Lobão**, Ministro de Estado de Minas e Energia.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº. 12, de 2009 – CMMC.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Assunto: Debate sobre “Mudanças Climáticas e Economia”.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Antônio Barreto de Castro**, Secretário de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, representando o **Ministério da Ciência e Tecnologia**;

Senhor **Marcos Otávio Bezerra Prates**, Diretor do Departamento de Competitividade Industrial, da Secretaria de Desenvolvimento da Produção, representando o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**; e

Senhor **Ruterlly Marques**, Secretário-Adjunto de Acompanhamento Econômico, representando o **Ministério da Fazenda**.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2009 (ORDINÁRIA)**LEITURA DE EXPEDIENTES****A****AUDIÊNCIA PÚBLICA FOI ADIADA****TOTAL DE REUNIÕES: 04**

02 Ordinárias – Deliberativa.

02 Ordinárias – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 12

12 Requerimento – CMMC.

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 61**TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 03****TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 633**

C.2 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Relatório da SSCEPI – 02/02/2009 a 30/06/2009

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO – CPI

Tipo	Nome	Total Reuniões	Req. Aprov.	Nº de Req.	Nº Docs Recebidos	Proposições					Obs.
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	
CPI	ONGs RQS 201/2007	5	8	16	182						
CPI	PEDOFILIA RQS 200/2008.	11	59	68	163			4	6		

COMISSÕES TEMPORÁRIAS - CT

COMISSÕES TEMPORÁRIAS - CT											
Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRS	PLS	
CT	REFORMA DO REGIMENTO RQS 208/2008	10							1		
CT	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PLS 156/2009	6									

COMISSÃO

	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRS	PLS	
	CRISE FINANCEIRA AT 16/2009	10									Em 18.06.09 foi aprovado o 1º relatório parcial

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e três minutos do dia vinte e seis de maio do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Lobão Filho, Eliseu Resende, Efraim Moraes, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Rosalba Ciarlini, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, João Vicente Claudino, Gim Argello, Osmar Dias e, ainda, dos Senadores Paulo Paim e Mário Couto. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Gerson Camata, Pedro Simon, Antonio Carlos Júnior e João Tenório. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência dá início à Reunião, com a apreciação das Matérias constantes da 1ª Parte, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com Parecer favorável ao Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quinze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que ‘institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, e dá outras providências’”, tendo como Relator o Senador Expedito Junior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente designa o Senador Lobão Filho Relator *Ad Hoc*. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quinze votos contrários,

nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “altera o artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os automóveis adquiridos por corretores de imóveis”, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente designa o Senador Gim Argello Relator *Ad Hoc*. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quinze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/05/2008, foi concedida Vista ao Senador Gim Argello, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto. Usam da palavra os Senadores Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles e Gilberto Goellner Colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por oito votos contrários, cinco votos favoráveis e nenhuma abstenção; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda a remuneração do serviço extraordinário”, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quinze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2008, terminativo, de autoria do Senador José Nery, que “revoga os artigos 9º e 10º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. (Revoga a isenção de imposto sobre remuneração pagas a titulares, sócios ou acionistas de empresas)”, tendo como Relator o Senador Heráclito Fortes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente designa o Senador Cícero Lucena Relator *Ad Hoc*. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quinze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2006, terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que “concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasi-

leiro, e cancela os débitos fiscais dessas instituições”, tendo como Relatora a Senadora Ideli Salvatti, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 03 e 04 que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 02 de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2009, terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 698, de 2007, não terminativo, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que “cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (PRONEI), dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gim Argello, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CAE; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “dispõe sobre o financiamento das Universidades Estaduais e Privadas pela União, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte com decisão terminativa. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim e Osmar Dias. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo). A seguir, a Presidência dá início à 2ª Parte da Reunião, Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2009, que “estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências”, em atendimento aos Requerimentos nº 20/09-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, nº 21/09-CAE, de autoria

do Senador Antonio Carlos Júnior, nº 22/09-CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, e nº 26/09-CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como convidados a Sra. Mariana Tavares de Araújo – Secretária de Direito Econômico - SDE; Sra. Elizabeth Maria Mercier Querido Farina - Professora da Universidade de São Paulo – USP; Sra. Solange Paiva Vieira - Diretora-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; Sr. Marcelo Calliari - Ex-Conselheiro do Conselho Administrativo de Direito Econômico – Cade; Sr. Nelson Nery Júnior – Professor da Universidade Estadual Paulista - Unesp; Sr. Floriano Marques de Azevedo – Professor da Universidade de São Paulo e da Escola Superior de Advocacia da OAB, e Sr. Caio Mário da Silva Pereira – Professor da Fundação Getúlio Vargas – FGV. A Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, da Sra. Mariana Tavares de Araújo, Secretária de Direito Econômico – SDE, do Sr. Marcelo Calliari, Ex-Conselheiro do Conselho Administrativo de Direito Econômico – Cade, do Sr. Nelson Nery Júnior, Professor da Universidade Estadual Paulista – UNESP, e do Sr. Juliano Alcântara Noman, Superintendente de Serviços Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, representando a Sra. Solange Paiva Vieira, Diretora-Presidente da Anac. Após as exposições, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Deixaremos para posterior, para posteriormente a apreciação da Ata.

Lembro aos membros da Comissão, Sras. e Srs. Senadores que amanhã, dia 27 de maio de 2009, quarta-feira, às 10 horas, no Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos, será realizada a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, de forma conjunta, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, com as Comissões de Agricultura, Reforma Agrária, de Infraestrutura, de Assuntos Sociais e com a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira

e Empregabilidade, com a seguinte Pauta: Audiência Pública sobre o tema: “*O Papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, no Enfrentamento da Crise Financeira e de seus Impactos na Empregabilidade*”, com a presença do Sr. Luciano Coutinho, presidente do BNDES em atendimento aos requerimentos de número 0205 de 8 de 2009, CAE, e requerimento de número 06/2009, CAS, Comissão de Assuntos Sociais, de 18 de 2009, Comissão de Reforma Agrária e número 4 e 34 de 2009 da Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Valter Pereira e Paulo Duque. Peço ao Sr. Gonzaga, nosso secretário da Comissão, que por favor traga aqui esses, o teor desse... para que eu possa ler o teor desses requerimentos que convocaram, que trouxeram, que vão trazer até nós o Dr. Luciano Coutinho.

Lembro ainda de amanhã, dia 27 de maio de 2009, na quarta-feira, às 14h30, no Plenário nº 2, anexo 2, da Câmara dos Deputados, será realizada a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, conjunta, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. A realizar-se com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com a pauta a seguir: Exposição do Sr. Henrique Meirelles, presidente do Banco Central do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 5, da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, determinando que no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e o resultado demonstrado nos balanços segundo semestre de 2008.

E nesta quinta-feira, 28 de março de 2009, às 10 horas, na sala de reuniões onde estamos aqui reunidos, nº 19, Ala Alexandre Costa, será realizada a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos conjunta da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, com as Comissões de Infraestrutura, Assuntos Sociais e com a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, com a seguinte Pauta: Discorrer, discorrerá o Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda, sobre a desvalorização da moeda brasileira, a crise econômica, os efeitos da redução

do IPI sobre a arrecadação da União, dos estados e dos municípios e sobre as mudanças no rendimento da caderneta de poupança, em atendimento aos requerimentos de números 05, 06, 07, 12, 13 de 2009 da CAE, e aditamento ao requerimento nº 29 de 2009 da CAE, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Aloízio Mercadante, César Borges e Flexa Ribeiro e aos requerimentos de números 3 de 2009 da Comissão de Infraestrutura, e 4 de 2009 da Comissão de Assuntos Sociais de autoria do Senador Inácio Arruda.

Portanto, na quarta-feira, amanhã, dia 27, teremos a presença do Sr. Luciano Coutinho, presidente do BNDES pelas 10 horas, nesta mesma quarta-feira, na Câmara dos Deputados, no Plenário nº 2, do anexo 2, será realizada a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos conjunta com a presença do Sr. Henrique Meirelles. E na quinta-feira, às 10 horas, nós teremos a presença aqui do Sr. Guido Mantega.

Acredito que contaremos com o prestígio da presença dos Srs. Senadores amanhã às 10 horas, com a presença do Sr. Luciano Coutinho e quinta-feira às 10 horas com a presença do Sr. Guido Mantega, além da presença do Sr. Henrique Meirelles na Câmara dos Deputados em Reunião conjunta com as Comissões da Câmara dos Deputados.

O Sr. Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico vai se pronunciar a respeito da estabilidade econômico-financeira por que vem passando a Embraer, o que levou a empresa a demitir, até o momento, mais de quatro mil trabalhadores, esse é um requerimento do Senador Eduardo Suplicy, e vai tratar também, claro, da crise econômico-financeira mundial. Também, quanto ao Ministro Guido Mantega, na quinta-feira, S.Exa. falará sobre a liberação... Ah, o Sr. Luciano Coutinho falará amanhã às 10 horas sobre, prestará esclarecimentos, no âmbito dessa Comissão, sobre a liberação de 100 bilhões do Tesouro Nacional para a ampliação da capacidade de empréstimos do BNDES, bem como sobre a destinação de 20 bilhões para a Petrobrás e o seu plano de negócios para o período de 2009-2013, conforme requerimento do Senador Arthur Virgílio, que apresentou esses pontos, essas indagações para serem respondidas pelo Sr. Luciano Coutinho.

Já o Senador Inácio Arruda apresentou requerimento para que o Sr. Luciano Coutinho, que vai ser ouvido amanhã nesta Comissão, possa falar sobre os efeitos da crise econômica mundial. Efeitos esses sentidos pelo Brasil desde os últimos meses do ano de 2008, em alguns setores da economia, especialmente aqueles produtores de *commodities* e demais áreas afetas ao comércio exterior, seus reflexos, se-

gundo o Senador Inácio Arruda, tem sido mais agudos e imediatos.

Sr. Marcelo Crivella, também é autor de um requerimento de convite ao Sr. Luciano Coutinho, para que ele fale, sobretudo, sobre o órgão financeiro responsável pelo repasse de recursos com relação ao FINAME, no que toca a crise do setor de caminhões no Brasil.

Senador Valter Pereira solicitou esclarecimentos que serão prestados amanhã pelo Dr. Luciano Coutinho, presidente do BNDES, sobre a liberação de recursos para enfrentamento da crise internacional, um foco no agronegócio brasileiro, na reclassificação do risco dos produtores rurais que renegociam suas dívidas e no acesso ao recurso do Plano Safra 2009/ 2010.

E, finalmente, o requerimento do Senador Paulo Duque, que também será atendido amanhã, com esclarecimentos do Sr. Luciano, Dr. Luciano Coutinho.

Quanto ao Ministro Guido Mantega, que já confirmou a sua presença na quinta-feira, Sr. Guido Mantega falará sobre, também sobre a liberação de 100 bilhões do Tesouro Nacional para a ampliação da capacidade de empréstimo do BNDES.

Requerimento do Senador Marcelo Crivella solicita esclarecimentos a respeito de medidas do enfrentamento da crise, principalmente aquelas voltadas para manter o nível do crescimento da economia.

Também dirigiu o pedido de esclarecimentos ao Sr. Guido Mantega, que estará aqui na próxima quinta-feira, o Senador Inácio Arruda, sobre os efeitos da crise econômica mundial e como esses estão sendo sentidos no Brasil.

Também requerimento do Senador Aloízio Mercadante, vai ser objeto de esclarecimentos do ministro Guido Mantega, sobre a crise financeira e a situação da economia brasileira.

Requerimento do Senador César Borges, solicita esclarecimentos ao Ministro da Fazenda, que estará aqui na quinta-feira, com o intuito de obter esclarecimento e informações sobre os efeitos da atual redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados, sobre a arrecadação da União, estados e municípios, assim como a possibilidade de prorrogação dessa medida.

Requerimento que também será objeto de esclarecimentos do Sr. Guido Mantega, quinta-feira, semelhante aos apresentados pelo Senador César Borges, por parte do Senador Flexa Ribeiro.

Quero lembrar aos membros da Comissão que após a Pauta, o cumprimento da Pauta de hoje, vamos ter uma Audiência Pública sobre a CADE. E como lembrei no início da reunião, teremos amanhã a presença do Dr. Luciano Coutinho, presidente do BNDES às 10

horas da manhã e na quinta-feira, também Audiência Pública conjunta com a Comissão da Crise, dirigida pelo Senador Francisco Dornelles, vamos ouvir o Ministro Guido Mantega, estará aqui às 10 horas da quinta-feira. E depois desta Reunião, vamos ter uma Audiência Pública sobre o CADE.

Item 9 da Pauta não terminativo. Vamos começar pelos não terminativos até a formação do quórum para a apreciação dos projetos terminativos. Cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a expansão da rede física, PRONEI. Dispõe sobre financiamento para construir e equipar a unidade de ensino infantil. Altera a Lei nº 8036 de 11 de maio de 1990 e dá outras providências. Autoria: Senadora Patrícia Saboya, relator Senador Gim Argello. Parecer favorável ao Projeto com a Emenda de nº 01, que apresenta, a matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte com decisão terminativa. O Senador Gim Argello comunicou que está chegando ao nosso, ao recinto da nossa Comissão, sendo assim, solicito ao Senador João Vicente Claudino para dar início à leitura do parecer.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Projeto de Lei do Senado nº 698/2007 que cria o Programa Nacional de Educação Infantil para Expansão da Rede Física, PRONEI. Dispõe sobre o financiamento para construir, equipar unidades de ensino infantil. Altera a Lei 8036, de 11 de maio de 1990 e dá outras providências.

Relatório: Projeto de Lei do Senado, PLS 698/2007 de autoria da senadora Patrícia Saboya, cria o Programa Nacional de Educação Infantil para Expansão da Rede Física, PRONEI, de creches e pré-escolas. A proposta é que tal programa estruture e faça funcionar unidades de educação infantil, públicas e privadas sem fins lucrativos, gratuitas para os usuários e em regime de tempo integral. No caso das privadas, a operacionalização das unidades deverá ser regida por contrato de gestão a ser firmado, com a respectiva Secretaria de Educação Municipal. A proposição define as atribuições das Unidades do PRONEI e estabelece que estas poderão ser novas ou reformadas, devendo estar prioritariamente localizadas em comunidades de baixa renda, de acordo com critérios do Ministério e Secretarias de Educação.

O financiamento das unidades em questão deverá ocorrer por intermédio do programa de financiamento para a construção, equipamento e reforma de unidades de educação infantil, públicas e privadas sem fins lucrativos, também sendo possível o financiamento para aquisição de terreno, para aquisição de terreno para a construção de unidades. As fontes de recursos do PRONEI são as seguintes: Fundo de Garantia do

Tempo de Serviço, FGTS, regulado pela Lei 8036 de 11 de maio de 1990, a quem cabe os financiamentos para a construção, reformas e equipamento. B) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e de Valorização dos Profissionais de Educação Básica, Fundeb, responsável pela manutenção do funcionamento das unidades de ensino.

Para viabilizar propostas de utilização do FGTS, o projeto altera o art. 9º da Lei 8036/1990 de forma a prever a possibilidade de utilização dos recursos do Fundo de Garantia para a construção e equipamento de instituições de ensino infantil. No caso do Fundeb, acresce ao § , art. 9º da Lei número 11494 de 20 de junho de 2007, de forma a estipular que nos seis primeiros meses as unidades do PRONEI funcionarão com recursos distribuídos, de acordo com previsão de atendimento. Não foram apresentadas Emendas a proposição.

Análise: Destaca-se preliminarmente que não se vislumbra óbices de natureza constitucional e jurídica à aprovação do PLS 698/2007 e que, como ele, será objeto de apreciação nas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação. A análise desta Comissão restringe-se aos aspectos econômicos da proposta, especificamente a utilização dos recursos do FGTS. O fundo de garantia sempre constitui a fonte básica de recursos para a implantação da política habitacional de saneamento básico e de infraestrutura urbana no Brasil, sendo essas até 2007, as únicas áreas de aplicação dos recursos em conjunto com aquelas direcionadas à aquisição de títulos públicos, disponibilidades financeiras.

Em janeiro de 2007 foi criado o fundo de investimento do FGTS, o FI-FGTS, destinado a investimentos nos setores de energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, porto e saneamento, todos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, tal iniciativa foi possível porque existiu uma sobra de caixa, oriundo do aumento provisório da alíquota do FGTS e da elevação da multa rescisória. Implementados para fazer face ao pagamento de expurgos inflacionários, Lei Complementar 110 de 2001. Destaca-se, todavia, que tal situação foi pontual, tendo sido inicialmente alocado cinco bilhões para a Constituição do FI-FGTS, montante este que só pode aumentar até 17 bilhões de reais e, mesmo assim, se houve deliberação específica do Conselho, se houver deliberação específica do Conselho Curador do Fundo de Garantia.

Neste contexto, pode-se dizer que os investimentos do FGTS continuam sendo nas áreas tradicionais de aplicação, ou seja, habitação popular, saneamento básico, infra-estrutura urbana e isso não significa, entretanto, que não se possa agregar entre as áreas

passíveis de receber inversões do fundo, outra que seja essencial para a sociedade, esse é o caso da proteção social de crianças com seis meses até 5 anos de idade de comunidades de baixa renda, foco do PRONEI.

Cite-se, ademais, que o Projeto em causa beneficiará prioritariamente a população de trabalhadores de classe menos favorecida, desprovidos de condições para assegurarem a permanência de seus filhos em creches e pré-escolas de qualidade, enquanto se entregam à suas unidades laborais. Mencione-se também que a construção, reforma e funcionamento das unidades de educação infantil previstas no Projeto estarão gerando considerável número de empregos e postos de trabalho que, em última análise, contribuirão para a arrecadação de mais recursos para FGTS.

É fundamental destacar que a Caixa Econômica Federal garante a todas as aplicações do fundo, inclusive aquelas do âmbito do FI-FGTS, a mesma remuneração aplicável às contas vinculadas, ou seja, atualização monetária, mais juros de 3% ao ano, ou seja, a garantia do risco de crédito, tal segurança é fundamental porque o FGTS constitui patrimônio do trabalhador, isto é, não representa recursos públicos, embora seja aplicado em projetos fundamentais para a população brasileira, em especial, a de baixa renda.

Assim, no caso da proposta de utilização do FGTS para financiamento da construção, reformas e equipamentos de unidades do PRONEI, tal garantia continuaria a existir. Ademais, os recursos seriam emprestados devendo retornar tanto o principal como os juros e a parcela destinada a cobrir os custos administrativos incorrido pelo Fundo de Garantia. Embora o PLS 698/2007 não explicita esse retorno, é essencial esclarecer que as inversões propostas aplicam-se às regras gerais estabelecidas na lei 8036 de 1990, em especial o seguinte dispositivo, § 1º do art. 9º, a rentabilidade média das aplicações deverá ser suficiente à cobertura de todos os custos incorridos pelo fundo e ainda a formação de reservas técnicas para o atendimento de gastos eventuais não previstos, sendo da Caixa Econômica Federal o risco de crédito.

Ainda enfocado, aspectos vinculados à especificidade dos recursos do Fundo de Garantia que constitui, vale repetir, recurso do trabalhador, há que se estabelecer a atuação do Conselho Curador do FGTS, órgão integrado por representantes de trabalhadores, empregadores e governo, na aplicação dos recursos destinados a construção e equipamento e instituições de educação infantil da mesma forma que já ocorre com relação às inversões tradicionais do Fundo. Também é aconselhável prever a atuação do Ministério da Educação na medida que se trata de aplicações do

contexto de um programa governamental de educação, no caso o PRONEI.

Com relação à disponibilidade de recursos do FGTS, para os novos investimentos propostos, cabe destacar as crescentes dotações orçamentárias do Fundo nos últimos quatro anos, 4,95 bilhões em 2003, 8,05 bilhões em 2004, 8,140 bilhões em 2005, 10,830 bilhões em 2006, 11,800 bilhões de 2007. Os dados sobre a execução orçamentária de 2007, por sua vez, mostra a saúde financeira do Fundo de Garantia. Outro dado animador no exercício de 2007, o total do desembolso alcançou o montante de 6,750 bilhões, além disso, o saldo operacional das carteiras de operações de crédito encerrou o ano de 2007 totalizando 88,100 bilhões, 74% aplicados em programas na área de habitação, 22% em saneamento e 4% em infraestrutura.

Fica, pois, evidente que existe recurso para fazer face à despesa decorrente do PLS nº 698/2007. Embora não se desconheçam as enormes necessidades das áreas tradicionais de aplicação do Fundo de Garantia, em especial, o déficit habitacional da população de baixa renda no Brasil.

Sublinhe-se, não obstante, que o PLS 698/2007, em nada prejudica esta área, já que permanece o dispositivo que a ela direciona pelo menos 60% dos recursos, § 3º do art. 9º da Lei 8036.

Quanto às duas outras áreas de aplicação, saneamento básico e infra-estrutura urbana, caberia ao governo e ao conselho curador do FGTS estabelecer prioridades. Diante do exposto, propõe-se: ajusta o art. 20 do PLS 698 que altera a Lei 8036 de 1990 de modo, A) Letra A, prevê a atuação do Conselho Curador na gestão das aplicações dos recursos do FGTS no escopo do PRONEI. B) Estabelecer o compartilhamento da gestão dos recursos do FGTS entre o Ministério das Cidades, atual gestor, e o Ministério da Educação. C) Adaptar a redação da lei 8036, a inclusão entre as áreas de aplicação com recursos do Fundo, das inversões em construção e equipamento de instituição de ensino infantil.

O voto do relator Gim Argello é o seguinte, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 698/2007 com oferecimento da seguinte Emenda: Emenda nº 1, dê-se a seguinte redação ao art. 20 do Projeto de Lei 698 de 2007. Art. 20, os arts. quarto e nono da Lei 8036 de 11 de maio de 1990 passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 4º, a gestão da aplicação do FGTS será compartilhada pelo Ministério das Cidades e o Ministério da Educação. Cada um em sua área de atuação, cabendo à Caixa Econômica Federal o papel de agente operador.

Art. 5º, primeiro, estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS de acordo com os critérios definidos nesta Lei, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física estabelecido pelo programa do Governo Federal. 5º, adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos do Ministério da Cidade, do Ministério da Educação e da Caixa Econômica Federal que prejudiquem o desempenho, o cumprimento das finalidades que concerne os recursos do FGTS. 14º, em relação aos investimentos no âmbito do Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física, PRONEI. Letra A: aprovar a proposta elaborada pelo Ministério da Educação. B: Definir a exposição máxima de risco. C: Estabelecer o limite de participar dos recursos do FGTS por empreendimento.

Art. 6º, ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Educação, na qualidade de gestores da aplicação do FGTS e em suas respectivas áreas de competência compete, quarto: Acompanhar a execução dos programas decorrentes da aplicação dos recursos do FGTS, implementados pela Caixa Econômica Federal. Sexto: Subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao aprimoramento operacional dos programas de aplicação e definir as metas a ser alcançadas.

Art. 7º, à Caixa Econômica Federal na qualidade de agente operador cabe, terceiro: Definir os procedimentos operacionais necessários à execução dos programas de aplicação estabelecidos pelo Conselho Curador com base nas normas e diretrizes elaboradas pelo Ministério das Cidades e pelo Ministério da Educação. Quarto, elaborar as análises jurídica econômico-financeira dos projetos de aplicação dos recursos do FGTS. Sexto: Elaborar as contas do FGTS encaminhando se ao ministério, encaminhando-as ao Ministério das Cidades, ao Ministério da Educação. Sétimo: implementar os atos emanados do Ministério das Cidades e do Ministério da Educação relativos a alocação e aplicação dos recursos do FGTS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho curador. Parágrafo único: o Ministério da Cidade, o Ministério da Educação e a Caixa Econômica Federal deverão dar pleno cumprimento dos programas anuais em andamento, aprovados pelo Conselho Curador, e eventuais alterações somente poderão ser processadas mediante prévia anuência daquele colegiado.

Art. 8º, o Ministério das Cidades, o Ministério da Educação, a Caixa Econômica Federal e o Conselho Curador do FGTS serão responsáveis pelo fiel cum-

primento e observância dos critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 9º § 2º: Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico, infraestrutura urbana e em construção e equipamento de instituições de educação infantil. A disponibilidade financeira deve ser mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda. Esse é o relatório do Senador Gim Argello, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Convido o presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria a tomar assento no espaço dos convidados e concedo a palavra ao relator, agradecendo ao relator *ad hoc*, até a chegada do Senador Gim Argello, agradeço ao Senador João Vicente Claudino.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, muito obrigado Senador da nossa bancada, Senador, futuro Governador do Piauí, João Vicente Claudino, pela leitura tão bem feita. E dizer, o atraso, que eu estava na Comissão de Assuntos Sociais agora a pouco, vendo um outro tema que eu era relator também. Agradeço a V.Exa. a leitura tão bem feita e só colocar, depois dessa leitura que foi tão bem explicada e explicativa, tendo em vista que nós estamos aumentando a função do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço pode ser utilizado, pode ser utilizado, deve continuar sendo utilizado para a habitação, para saneamento básico, para infraestrutura urbana e também vai poder ser utilizado em construção e equipamentos de instituição de educação infantil. Por que isso? Porque não adianta só fazer obras, não adianta você só construir obras se você não cuidar, ainda mais das crianças. Esse foi o espírito desse Projeto de Lei. E eu aqui tenho que parabenizar a Senadora Patrícia Saboya, que é autora desse Projeto, e também gostaria de parabenizar aqueles que criaram esse Projeto, que é a Sociedade Brasileira de Pediatria, tendo em vista a atenção que merece, principalmente, os nossos pequenos.

Então, esse é o sentido. Não estamos aqui determinando a quantidade, mas deixando uma porta aberta no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do seu Conselho Curador, para que esse possa dizer, para os pequenos, para as creches, também tem condições de exigir os seus recursos financeiros. Essa é a ideia desse Projeto, é você abrir mais uma porta para que as crianças possam ser assistidas, não é só olhar pelas crianças, é cuidar das crianças. Esse é o intuito desse Projeto, parabenizando mais uma vez o Senador João Vicente Claudino pela leitura, parabenizando a autora desse Projeto, a Senadora Patrícia Saboya.

Dizendo a todos os senadores que esse Projeto não é terminativo nessa Comissão, ainda vai passar na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Educação, então, peço que todos possam votar favoravelmente e deixar que esse Projeto tramite, tendo em vista que é um Projeto que nós estamos cuidando que tem mais importante em qualquer país e em qualquer nação, que é das suas crianças.

Então, fazendo esse apelo em meu nome, em nome do Dr. Dioclécio Campos Júnior, que é o presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, é que eu peço que todos os Senadores votem favoravelmente, que esse Projeto possa caminhar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar também a Sociedade Brasileira de Pediatria através do Sr. Dioclécio Campos, que aqui hoje comparece, e cumprimentar a todos aqueles que têm apoiado esta iniciativa da Senadora Patrícia Saboya, como a Fundação Casa de Rui Barbosa, Chico Buarque, Maria Paula, que avaliam como muito importante esta iniciativa para se prover creches e a boa oportunidade de educação a todos os meninos e meninas e, sobretudo, da população de baixa renda.

E gostaria, Sr. Presidente, de ressaltar que se nós quisermos construir uma sociedade civilizada e justa com maior grau de justiça, certamente isso deve começar pela ampliação das boas oportunidades de educação para todas as crianças, e é justamente esse o objetivo do projeto da Senadora Patrícia Saboya.

Em entendimento com ela própria, tendo em conta que o Ministério da Educação gostaria de ter alguns dias a mais para estudar o impacto financeiro juntamente com os demais Ministérios e para que se possa chegar a um entendimento de consenso até a próxima semana, portanto, de acordo com as partes, eu solicito vistas, Sr. Presidente, para que haja este melhor entendimento, mas com a intenção de ver o Projeto aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Suplicy, eu lembro apenas que a matéria ainda vai tramitar nas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte, inclusive na Comissão de Educa-

ção, Cultura e Esporte é que ela vai ter essa matéria, decisão terminativa.

Eu estou lembrando isso porque nós estamos aqui na Comissão num processo de agilidade, de dar agilidade à votação, inclusive depois daqui, nós vamos votar em Globo, seis projetos. Então...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, tendo em conta que haverá ainda a oportunidade de exame da matéria em duas Comissões e, de tal forma que esse estudo que o Ministério da Educação e as autoridades do Ministério da Fazenda e outras poderão examinar, então vou deixar o exame desta matéria para a próxima Comissão, então, aprovando os objetivos do Projeto da Senadora Patrícia Saboya e relatada pelo Senador Gim Argello e pelo Senador, aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V.Exa. retira o pedido.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): João Claudino.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Eduardo Supply, com a palavra, novamente o relator, Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, somente para agradecer ao Senador Eduardo Supply pela sensibilidade que teve. Deixa vir os pareceres do Ministério da Educação, da Caixa Econômica, do Ministério da Fazenda e vamos analisar então nas outras comissões. Só agradecer ao Senador Eduardo Supply por ter retirado o pedido de vistas e em meu nome, em nome da Senadora Patrícia Saboya e principalmente das crianças desse país, nós agradecemos a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai agora para receber o pronunciamento da Comissão de Assuntos Sociais, e posteriormente de Educação, Cultura e Esporte, onde terá decisão terminativa.

Item primeiro da Pauta. Itens um, dois, três, quatro, cinco e seis. Todas as matérias seguintes, quero esclarecer aos membros da Comissão, foi dado o parecer pela rejeição, e a fim de agilizar o processo, como todos os pareceres foram pela rejeição, foi consultado o Plenário numa outra oportunidade, o Plenário se pronunciou se poderíamos realizar uma só votação. Votação esta que será feita em globo.

Antes da votação, para que os Senadores membros dessa Comissão tivessem maior conhecimento das referidas matérias, a todas elas foi concedida vista.

Das matérias que foram concedidas vistas, foram retirados para reexame, a pedido dos relatores, os PLS números 146/03, 392/07 e 40/08.

O primeiro Projeto de Lei é de nº 360 de 2003, que dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências, cujo autor é o Senador Álvaro Dias, o relator, o Senador Gilberto Goellner e o parecer é pela rejeição. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o parecer favorável.

A matéria que consta do item 2, acrescenta dispositivo ao art. 3º da Lei nº 9311 de 24 de outubro de 96, que institui a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos a direitos de natureza financeira, CPMF. Autoria, Senador Paulo Paim, relator, Senador Expedito Júnior, parecer pela rejeição do Projeto.

O item de nº 3 altera o art. 1º da lei 8989 de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, incidentes sobre os automóveis adquiridos por corretores de imóveis. Autoria, Senador Romeu Tuma, relator, Senador Antonio Carlos Júnior.

O item 4, Projeto de Lei que acrescenta o art. 6º, o inciso VI ao art. 1º da lei 8989 de 24 de fevereiro de 95, para estender aos representantes comerciais a isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de automóveis. O autor, o Senador Marcos Guerra, o relator, o Senador Eliseu Resende, o parecer é pela rejeição.

O item 5 altera a Lei 7713 de 22 de dezembro de 88, para isentar do imposto sobre a renda a remuneração do serviço extraordinário. Autoria, Senador Valdir Raupp, relator, Senador Gim Argello, parecer pela rejeição.

E o item sexto que revoga os arts. 9º e 10º da lei 9249 de 26 de dezembro de 95, revoga a isenção do imposto sobre remunerações, sobre a remuneração, aliás, pagas a titulares, sócio ou acionista de empresa. Relator, Senador Heráclito Fortes, autor, Senador José Nery. Parecer pela rejeição.

Ainda não temos o quórum exigido, qualificado para a votação destas matérias, sendo assim, eu volto a lembrar que amanhã, às 10 horas, nós vamos ter aqui a presença do presidente do BNDES, o Dr. Luciano Coutinho, que virá falar sobre a crise financeira mundial, suas implicações no nosso país e atenderá a requerimentos dos Senadores Eduardo Supply, Arthur Virgílio, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Valter Pereira, Paulo Duque e Tasso Jereissati. E na quinta-feira, teremos aqui a presença do Ministro Guido Mantega, tudo isso em sessões, todas essas duas Reuniões em conjunto com a Comissão de Acompanhamento da Crise,

Comissão de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Sociais, além da Comissão de Agricultura, no caso, amanhã, da presença do Dr. Luciano Coutinho.

Depois daqui teremos Audiência sobre o projeto de reestruturação do CADE, Projeto de Lei nº 06, estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência. É a segunda audiência.

Tendo em vista que o quórum qualificado não foi obtido até o momento, Senador Eliseu Resende criou um alento com a entrada dele aqui. Faltam três.

Senador Jayme Campos, V.Exa. é outro que nos dá uma esperança muito grande. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cheguei na hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Chegou na hora, mas não é membro. Só falta um. Um.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, o item 10 é não terminativo. Entendo eu, que não é uma matéria polêmica, é um projeto autorizativo, que se refere às universidades estaduais que o Senador Osmar Dias também trabalha tanto. Ele vai na linha apenas de permitir que haja a possibilidade das universidades estaduais receberem verbas públicas, inclusive com negociação de dívidas a pagar à União. É um projeto autorizativo e ainda vai para a CCJ, enfim, não é terminativo aqui. Por isso, se V.Exa. entender que dá para botar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Paulo Paim, aqui há uma praxe de dar ao relator a oportunidade de falar uma sessão, só na segunda sessão é que é designado um relator *ad hoc*, a não ser que nós tenhamos autorização do relator. No caso, é o Senador Eduardo Azeredo, Senador Cícero Lucena.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, como ele não está presente, eu me submeto à orientação de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É uma praxe, se V.Exa. quiser quebrar a praxe.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não, V.Exa. sabe que eu não faria isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti. Não tem um Senador aqui que nós possamos convidar?

Ah, chegou o Senador. Pronto. Então vamos passar à discussão da matéria.

Vamos submeter à discussão todos aqueles projetos que foram lidos, com exceção do projeto cujo relator é o Senador Eliseu Resende, mas o Senador Gim Argello pediu para que ele fosse votado em outra oportunidade, é o Projeto de Lei do Senado nº 182 de 2006, terminativo, que concede isenção de impostos sobre produtos industrializados na aquisição de automóveis.

Em discussão as matérias terminativas com parecer pela rejeição.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, para esclarecer, Presidente, esse Projeto de Lei então que eu sou relator e que o Senador Gim Argello pediu vistas, ele fica prorrogado ou participa dessa votação em bloco?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ele fica adiada a votação.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tá bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, com parecer pela rejeição itens um, dois, três, quatro... Não quatro não. Cinco e seis. Itens um, dois, três, cinco e seis. Vamos passar à votação nominal, já que ninguém quer discutir a matéria. Nenhum Senador membro dessa Comissão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): O item 4 saiu da Pauta por conta de um pedido de vistas do Senador Gim Argello?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não.
SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Não, é voto em separado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É um voto em separado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Ah, voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eduardo Suplicy. Com os relatores? Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com os relatores, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): [ininteligível]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com os relatores, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu perguntaria se o item um consta também da rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim, sim.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Valadares, sim, com os relatores. Aliás, não, com os relatores. Lobão Filho já votou. Gilberto Goellner já votou. Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com os relatores. E vamos ter agora a oportunidade de apreciar, Senador Eduardo Azeredo. Eduardo Azeredo foi com os relatores. Então os itens um, dois, três, cinco e seis foram rejeitados. Senador Tião Viana com os relatores? Não. O voto é não, com os relatores.

Passo a designação para relator *ad hoc* do item dois, o Senador Lobão Filho, do item três o Senador Gim Argello e do item seis, o Senador Cícero Lucena.

Item 10 da pauta, dispõe sobre o financiamento das universidades estaduais e privadas pela União e dá outras providências. Projeto de Lei do Senado de nº 229 de 2007. Autor, Senador Paulo Paim. Relator, Senador Eduardo Azeredo.

Parecer favorável nos termos do substitutivo que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com decisão terminativa. Concedo a palavra ao relator, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o Projeto do Senador Paim, ele procura atender parte dos estudantes que não podem ser atendidos pelo PROUNI, mas como eu estou muito afônico hoje, eu quero só dizer o que parecer é favorável de acordo com o substitutivo que está aí colocado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, aqui, aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente Garibaldi, eu tenho um Projeto, se não é igual, é muito parecido com esse. E ele já passou, já tramitou, então eu acredito que lá na frente vai ter que se pedir para que haja uma tramitação conjunta. Porque eu estou defendendo o seguinte, que como alguns estados do Brasil foram bastante privilegiados no que se refere ao número de Universidades Federais que existem

nos seus territórios e outros praticamente não têm, ou quando tem, tem uma e são obrigados a manter universidades estaduais, como é o caso do Paraná, que se espalham por todo o estado e que tem uma capilaridade grande, principalmente no interior, a minha proposta é parecida com a do Senador Paulo Paim, de que haja no orçamento da União parte de recursos destinados à manutenção do custeio dessas universidades estaduais, então, creio que vou votar favorável, mas creio que lá na frente vai ter que fazer a tramitação conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Acredito que na Comissão de Educação, porque vai daqui para esta Comissão de Educação, para a Comissão de Educação.

A matéria continua em discussão, em votação. As Sras. Senadoras, os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria segue, portanto, para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O item 7, a relatora está no momento ausente e então a Pauta está exaurida, nós vamos passar a Audiência Pública sobre o CADE --

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, questão de ordem aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): O item número 4 que foi levantado pelo Senador Edison Lobão Filho, já recebeu parecer e já se encontra, o parecer já foi dado pelo relator, eu fiz um relato em separado. E já está na Mesa, já pode ser para votação, não tem dificuldade nenhuma em já fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O relator é o Senador Eliseu Resende que concorda que seja votada agora?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Concordo, Presidente. Se o Senador Gim Argello também concorda, podemos ler o nosso parecer, ou apresentar o nosso parecer. Fico à disposição de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eliseu Resende, V.Exa. já teve o seu parecer lido, mas se V.Exa. quiser enfatizar algum ponto ou quiser ler de novo é um prazer, acredito, para todos os membros dessa Comissão ouvi-lo.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Apenas para lembrar, Sr. Presidente, se me permitir, que esse Projeto de Lei de autoria do Senador Marcos Guerra, pretende estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados. O nosso parecer é contrário, foi contrário,

porque nós achamos que o IPI, isentando-se o IPI dos representantes comerciais, nós abrimos uma exceção para as demais categorias profissionais. Além disso, a gente não esquece que o IPI incorpora o Fundo de Participação dos Estados e Municípios e é preciso de ter cuidado em dar as suas isenções, para não prejudicar a receita dos estados e municípios. Foi alegado que essa isenção já existe para os taxistas, na verdade, ela não existe para os taxistas, ela existe para os táxis, não os motoristas dos táxis ou taxista. No caso do Projeto de Lei aqui apresentado, a isenção é para uma classe de profissionais. Isso pode abrir um precedente para outra classe de profissionais como arquitetos, engenheiros, industriais, etc.

Este é o meu parecer e eu estou disposto a ouvir as observações do Senador Gim Argello.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Gim Argello, autor de um voto em separado.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigando, Sr. Presidente, primeiro já chego pedindo desculpas ao Ministro Eliseu Resende por discordar do que eu acredito mais sábio Senador dessa Legislatura no Senado, e o mais competente, mas eu não poderia deixar de fazer um voto em separado, tendo em vista que o Governo Federal agora deu isenção de IPI para todos, independente de categoria, classe, credo, religião, para todo mundo teve isenção de IPI agora. Todos os segmentos de 90 em 90 dias, de 120 em 120 dias, isenção do IPI.

Os taxistas, porque sem o taxista não adianta ser só o carro, os taxistas foram novamente agraciados agora pela Lei 8989 de 24 de fevereiro de 95, e agora foi renovado até 2014 a isenção para os taxistas e para os deficientes físicos através da 449, emenda de minha autoria que foi aceita e incorporada ao texto pelo nobre Ministro, Senador Dornelles, na 449, então a categoria de taxistas e das pessoas que têm necessidades especiais já estão atendidas até 2014.

Por que eu fiz esse voto em separado dizendo dos representantes comerciais? Porque é uma categoria que o carro é um instrumento de trabalho. E que o carro, realmente, é um instrumento de trabalho. Agora, quando o Senador Eliseu Resende colocou de outras categorias, acredito também que os corretores de imóveis também teriam pessoas que deveriam ser beneficiadas, mas como não tinha um projeto específico para eles, nesse caso dos corretores de imóveis, dos representantes comerciais, Senador Garibaldi, Senador Lobão, demais Senadores, Senador Efraim, eu acredito muito justo o que IPI possa ser concedido, o desconto do IPI possa ser concedido a eles. Por quê? Porque nesse caso, não é um caso, os frotistas

desse país, quem é dono de locadora, que é dono de frota de caminhão, frota... Todos eles têm descontos. Quando há categoria individual como os representantes comerciais eu acredito também que possa haver esse desconto, tanto é que o número não é tão grande de pessoas assim no país e são pessoas que fazem com que gire a nossa economia, porque um representante comercial muitas das vezes é aquele que é responsável pelo crédito dos menores comércios desse país, do interior do nosso país. Quer dizer, a figura do representante comercial ainda é essencial para a nossa economia.

Por isso que eu fiz esse voto em separado, sem querer, hora nenhuma, dizer que o voto do Senador Eliseu Resende se encontra diferentemente do seu modo de pensar. É porque com as mudanças que ocorreram agora na economia, eu acredito que a gente tem que pegar essas categorias de representantes comerciais e incentivá-los mais ainda, para que possa ter um comércio mais atuante, um comércio, uma indústria mais atuante no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão, com a palavra o Senador Lobão Filho e em seguida o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Senador Gim Argello, Senador Eliseu Resende. Eu gostaria de manifestar minha opinião em relação ao tema, sobre essa concessão de isenção de IPI para várias categorias. É bom lembrar que o IPI compõe, é um dos impostos que compõe o Fundo de Participação dos Estados e Municípios. E estados pobres como o meu, o de V.Exa, Sr. Presidente, dependem prioritariamente do Fundo de Participação, os municípios maranhenses dependem muito do Fundo de Participação. À medida que nós começarmos a conceder isenção de IPI para a classe A, B, C, D, nós estamos dizendo que estamos retirando recursos desses municípios.

Então eu quero manifestar que em relação aos táxis, isso já é um benefício incorporado há muitos anos, mas que eu quero manifestar preliminarmente contrário a qualquer tipo de isenção de IPI na venda de veículos para qualquer outra classe profissional.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti e lembrando que essa matéria é terminativa e precisa de quórum qualificado. E o quórum está na marca do pênalti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Então, Presidente, vou ser bastante sintético. Eu acompanho o voto em separado do Senador Gim Argello, porque acho que a categoria efetivamente tem como instrumento de trabalho o veículo. Não é uma profissão

atípica, é uma profissão, na verdade, que ela usa o veículo como instrumento de trabalho. Então, acompanho o voto em separado do Senador Gim Argello.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, no que pese o meu maior carinho, admiração que eu tenho pelo Senador Gim Argello, eu acompanho o voto do Senador Eliseu Resende.

O Senador Eliseu Resende disse muito bem que a isenção de IPI de táxi é uma isenção objetiva, ela é dada ao táxi.

Se nós formos dar isenção do IPI em caráter subjetivo para categorias, eu acho que existe uma distorção muito grande no campo da técnica tributária. Por esse motivo eu acompanho o parecer do Senador Eliseu Resende.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Da mesma forma, Srs. Senadores, eu me oponho ao voto em separado, Senador Gim Argello, e eu vejo que a relatoria do Senador Eliseu Resende tem coerência, porque da mesma forma como colocar isonomia em instrumento de trabalho, eu diria que as caminhonetes, automóveis, caminhões de pequeno porte também deveriam ter isenção de IPI, todos os veículos hoje atende o transporte, o instrumento de trabalho de caminhões que transportam mercadoria de pequenos produtores também teriam direito a uma isenção para diminuir o custo do seu instrumento de trabalho. Então, dessa forma, os táxis já possuem essa garantia, motivo pelo qual, Senador Gim Argello, eu defenderei a cobrança de IPI e em casos como o senhor citou, da crise internacional que vivemos que já foi concedida agora IPI, inclusive de motos, de veículos automotores e inclusive de máquinas agrícolas, em função da empregabilidade, do movimento que o Brasil está dando uma resposta diferente, aumentando o consumo e viabilizando emprego. É uma questão diferente que o governo abriu mão e está aí já as consequências que ocorrem diretamente aos municípios do fundo de participação. Motivo pelo qual eu me oponho ao voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos colocar em votação a matéria. Faltam... Está faltando...

V.Exa. estava sendo muito aguardado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pois é, eu vou votar...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então vamos começar com V.Exa. Osmar Dias. Com o relator. Com o relator é não, com o voto em separado em Gim Argello é sim. Vamos pela lista agora. Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Francisco Dornelles. Senador Eliseu Resende. Voto conhecido. Efraim Moraes, Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Voto com o voto do Gim Argello.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o voto em separado do Senador Gim Argello.

Senador Jayme Campos. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Voto em separado do Senador Gim Argello.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o voto em separado do Senador Gim Argello, vota sim. João Vicente Claudino, Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vota com o voto em separado Senador Gim Argello. Senador Gim Argello é voto conhecido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele está em dúvida, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osmar Dias já votou. Senador Antonio Carlos Valadares. Está ausente. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Voto em Senador do Senador Gim Argello.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vota com Gim Argello, voto em separado. Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela defesa do FPM, é não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vota não com o relator. Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não com o relator. Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, com o relator Eliseu.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, com o relator.

Não, oito votos não. Não e cinco... O projeto foi rejeitado com oito votos não, cinco votos sim.

O meu voto, o meu só vale para o quórum.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, Sr. Presidente... Gim Argello.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gim Argello com a palavra. Lembrando que vai haver uma Audiência Coletiva sobre o CADE, depois dessa Reunião aqui. Logo após.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, eu gostaria só de mais uma vez agradecer, agradecer ao Ministro Francisco Dornelles por ter acatado a nossa emenda na 449 que deu, prorrogou isenção do IPI para os taxistas, para os portadores de deficiência, de necessidades especiais, de acordo com a Lei 8889 de 24 de fevereiro de 95, tinha vencido a lei e através de uma emenda nossa, ele concedeu até dezembro de 2014.

Parabéns e muito obrigado, em meu nome, nome de todos os taxistas e todos os portadores de necessidades especiais, pela sua sensibilidade, Ministro Dornelles. Que agora passou a ser lei novamente a isenção do IPI no caso dos taxistas, dos portadores de necessidades especiais. Muito obrigado e muito obrigado a todos por, pelo menos nós debatemos esse assunto e podemos fazer um bom combate.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, somente para dar uma explicação devida ao Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): A isenção do IPI para o taxista foi dada ao táxi, uma isenção objetiva, de modo que eu acho que a isenção do IPI não pode dar a categoria, ser subjetiva, tendo o contrário uma distorção muito grande. Esse é o motivo que eu aceitei a sua Emenda de IPI de táxi e rejeitei esse seu voto em relação com essa importante categoria profissional, que eu gostaria que tivesse todo o apoio do governo, mas no caso disso, seria uma distorção muito grande estabelecer a isenção do IPI em caráter subjetivo. Muito obrigado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mas aí eu gostaria, pela ordem, Sr. Presidente, uma explicação--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Uma explicação melhor do Senador Dornelles. Se foi dada isenção ao táxi e não ao taxista--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Dornelles.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Se foi dada isenção ao táxi e não ao taxista, como é que essa isenção pode ter sido estendida ao portador de deficiência física?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Ah, ela já existia? Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Convido para compor a Mesa, a fim de iniciarmos a Reunião em Audiência Pública, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 06 de 2009 que estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência, a Sra. Mariana Tavares de Araújo, secretária de Direito Econômico.

O Sr. Juliano Alcântara Noman, superintendente de serviço aéreo da Agência Nacional de Aviação Civil, representando a diretora presidente da ANAC, Agência Nacional de Aviação.

O Sr. Marcelo Calliari, ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Direito Econômico, CADE.

Concedo a palavra à Sra. Mariana Tavares de Araújo. Com a palavra a Sra. Mariana Tavares de Araújo. Desculpe. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Que não comparece a essas Audiências, ela se julga acima de todas as comissões do Senado, nada tem a ver contra a ilustre Mariana Tavares aqui, eu reitero o meu respeito--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mariana é a secretária de defesa do direito econômico, o representante da ANAC é o Sr. Juliano.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Nada tem a ver a ver com o Sr. Juliano, reitero a minha admiração, mas acho que não é a primeira vez em que a Presidente da ANAC devia respeitar mais as comissões do Senado Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra a Sra. Ma-

riana Tavares de Araújo, Secretária de Direito Econômico, SDE.

SRA. MARIANA TAVARES DE ARAÚJO: Muito obrigada, Presidente. Bom dia a todas e a todos. Gostaria de começar agradecendo aos Senadores aqui presentes, em especial aos autores do requerimento, Senador Romero Jucá, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, Senador Arthur Virgílio, Senador Flexa Ribeiro, especialmente ao Presidente Garibaldi e agradecer mais uma vez pela oportunidade de debater com essa Comissão esse Projeto, que é tão importante para o país. Saúdo também aos meus companheiros de Mesa, expositores que eu tenho certeza que darão contribuições muito importantes para esse tema.

O Projeto de Lei número 06 é essencialmente um projeto de modernização institucional. Um projeto que desburocratiza, é um projeto que reduz o custo Brasil e que em linha com preocupações expressadas pelos ilustres Senadores na última Audiência Pública reforça a autonomia dos órgãos técnicos. Essas são palavras literais do Senador Arthur Virgílio e está mais uma vez absolutamente em linha com o Projeto de Lei número 06. É importante lembrar que a estrutura desse projeto foi lançada pelo governo Fernando Henrique com a minuta de Projeto de Lei que estruturava a Agência Nacional de Defesa do Consumidor, o que hoje é, o que hoje no Projeto é o próprio CADE. Essa estrutura é, na verdade, tripartite, são 3 pilares que tratam da unificação dos órgãos e, portanto, da eliminação de um triplo guichê. Hoje em dia, qualquer operação de fusão e aquisição que é submetida aos Órgãos de Defesa do Consumidor tem que passar necessariamente pela Secretaria de Acompanhamento Econômico que profere um parecer. Então é enviada, é enviado à Secretaria de Direito Econômico que profere um outro parecer e depois ao CADE, no CADE a Procuradoria Geral do CADE, o Ministério Público e aí então o conselheiro relator recebe e dará o seu parecer e somente após todos esses pareceres é enviado ao Plenário para julgamento.

Essa é uma medida da maior importância. Essa medida de eliminação dos três guichês, de eliminação das redundâncias que a estrutura atual do sistema brasileiro de defesa da concorrência resulta, tem por objetivo fundamental garantir uma análise mais ágil, mais expedita, que respeita o tempo econômico dos negócios. Isso é da maior importância, considerando o momento de crise.

O outro ponto que também vai nesse mesmo sentido, é análise prévia dos atos de concentração. Hoje, quando uma operação de fusão e aquisição é realizada, as partes têm até 15 dias úteis para submeter à análise, mas com isso resulta em uma profunda

incerteza jurídica acerca da aprovação ou não dessa operação. Com a análise prévia das operações de fusão e aquisição, os órgãos, no caso agora o novo CADE, terá que em prazos muito rigorosos, prazos que devem ser observados sob pena da aprovação por decurso de prazo da operação, proferir um parecer.

Nesse mesmo item, gostaria de ressaltar que os prazos, os prazos que são rigorosos, são prazos bastante estreitos que conferem a autoridade que realizará a análise da operação muita responsabilidade, esses prazos, que são divididos dependendo da complexidade da operação, um desses prazos, que é de 20 dias, nós temos a expectativa de que escoe 95% das operações de fusão e aquisição que serão submetidas ao sistema. Com isso nós teremos tempo e estrutura para nos dedicarmos aos 5% das operações, que sabidamente podem oferecer algum risco ao mercado, algum risco à concorrência.

O terceiro item, que é absolutamente indispensável para que nós possamos fazer frente às novas responsabilidades que o Projeto de Lei confere ao novo CADE, é uma estrutura adequada ao CADE. E essa estrutura, nas disposições transitórias do Projeto de Lei, prevê que é fundamental para que os novos prazos da análise prévia dos atos de concentração passe a valer.

Acho que é importante lembrar que esse Projeto de Lei não começou agora. Como eu disse, a estrutura desse Projeto de Lei vem do governo passado e já tramita, portanto, há discussões a respeito desse tema há mais de 9 anos e essa discussão, sem dúvida alguma, se intensificou há 3 anos e meio quando o Projeto foi incluído como uma das prioridades do PAC e então na Câmara foi constituída uma Comissão Especial, uma Comissão composta por todos os partidos, que depois de realizadas inúmeras audiências públicas aprovou por unanimidade esse Projeto de Lei.

Essa estrutura do Projeto de Lei, com esses, baseada nesses três pilares da eliminação do triplo guichê com a unificação dos órgãos de defesa da concorrência que hoje se ocupam das operações de fusão e aquisição e da análise das condutas anticompetitivas, o segundo pilar, a análise prévia dos atos de concentração e o terceiro pilar que é a estrutura adequada para o órgão cumprir com as suas responsabilidades, esses três pilares alcançaram um consenso, recuperando ontem a minuta, a transcrição da última Audiência Pública, eu pude perceber que acerca desses 3 pilares não há qualquer divergência e é natural que haja, como há a respeito de tantos Projetos de Lei, divergências a respeito de questões ancilares. Questões laterais, mas que não ferem, absolutamente, essas três questões fundamentais.

Meu papel de técnica e aqui faço coro aos expositores da Audiência Pública anterior, **Prof. Carlos Ari** Sundfeld, que já contribuiu para tantos Projetos de Lei que tramitaram por essa casa, o Prof. Gesner Oliveira que foi presidente do CADE durante o governo Fernando Henrique e hoje é presidente da Sabesp, de que esse Projeto é um excelente projeto, pode ser aprimorado e daí a importância e mais uma vez agradeço a oportunidade dessa Casa de debater o Projeto, mas a nossa preocupação é de perder uma excelente janela de oportunidade de aprovar esse Projeto de Lei esse ano.

Nós temos um contexto muito oportuno para isso, ano que vem é um ano de eleição, e tememos que se perdermos essa oportunidade, que o Projeto de Lei não será aprovado nos próximos dois anos.

Mais uma vez muito obrigada pela oportunidade, serei breve propositalmente para podermos debater após a exposição dos meus colegas de Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a Sra. Mariana Tavares de Araújo pela sua exposição clara, objetiva e Secretária de Direito Econômico. E concedo a palavra ao Sr. Juliano Alcântara Noman, superintendente de serviços aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC.

SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN: Bom dia, bom dia a todos, Senadores, Senador Garibaldi, bom dia aos demais expositores, senhores presentes. Inicialmente, eu gostaria aqui de explicar, a Diretora Solange ela não pôde estar presente por um problema de Reunião, ela está em Reunião de Diretoria, Diretoria da ANAC no Rio e por isso ela não pôde estar aqui, está lá deliberando o nosso dia a dia, resolvendo alguns problemas hoje com os nossos diretores. De qualquer maneira eu estou aqui à disposição de todos vocês, de todos os senhores para tirar todas as dúvidas, qualquer dúvida que vocês tiverem.

Bom, em relação ao projeto, eu vou buscar me limitar àqueles pontos que talvez tenham interferência, interveniência mais com a Agência e nesse caso, mais até com a Agência Nacional de Aviação Civil, a gente sabe das diferenças de legislação de cada agência, então vou me limitar aqui aos aspectos que têm interveniência com a ANAC, especificamente.

Primeira coisa que eu queria ressaltar é que, fazendo uma análise desse projeto à luz da lei da ANAC, o entendimento na Agência é que o projeto é harmonioso com a lei da ANAC, não há conflito de competência, pelo contrário, a gente acha que há até complementariedade, acho que vai reforçar, assim, em muitos sentidos o papel da Agência, as suas atribuições acabam se reforçando, tendo um sistema de defesa

da concorrência forte, unificado. A gente acredita que falando até bem geral sobre o Projeto, o desenho institucional vai trazer, sim, eficiência. Para os senhores terem uma ideia, ano passado acho que todos acompanharam a aquisição da Gol quando a GOL comprou a VARIG, nós na ANAC, a gente recebe aquela interface e o sentimento direto do empresário, sejam das empresas que estão diretamente envolvidas no assunto, elas muito preocupadas com a agilidade do processo, em como isso interfere nos seus planos de negócio, como juntar a estrutura, não juntar as estruturas, manter em separado, enfim, e os outros empresários, muitas vezes, chegavam para a gente e falavam: *“Mas como é isso? O CADE vai analisar, mas as empresas já podem se juntar? Se o processo demorar, aí eu quebro”*. E aí depois, enfim, pode ter um resultado negativo ou não. Então, só para exemplificar para os senhores, isso é um sentimento nosso que, assim, o PL traz eficiência, eu acho que traz até transparência para o empresário, eles sabem como vai ser a regra, acho que a análise prévia das fusões é um ganho, é um avanço. E nós vemos com muito bons olhos.

Falando aqui um pouco do papel institucional da CAE, eu acho que o PL vem a institucionalizar um pouco do que a CAE já vem fazendo na prática e vem querendo fazer que é promover a concorrência, defender a concorrência.

A ANAC, acho que também os senhores acompanharam aí nos últimos tempos, a gente tem tomado uma série de medidas que visa promover, aumentar a concorrência no setor, a gente entende e reconhece e acha essencial os bons frutos que um setor bem concorrido traz para toda a sociedade. O que a gente viveu do lado de cá do balcão, muitas vezes durante esse processo foi lamentar o PL já não estar aprovado antes, para que a CAE pudesse ter sido mais ativa nos ajudando durante o processo, durante essas reformas que nós estávamos querendo fazer, até mesmo num papel de disseminar a informação, de disseminar o conhecimento, muitas vezes o que a gente percebeu é que falta, sim, promoção da concorrência, falta, sim, disseminar esse papel, esses bons frutos que a concorrência acaba trazendo para todos os setores.

Então, se a gente tem alguma coisa a falar é, na verdade lamentar, se o projeto já tivesse sido aprovado, acho que teria sido uma discussão ainda melhor e, enfim, para a sociedade como um todo.

Falando especificamente sobre um outro ponto, que são as questões dos pareceres, como a interface, a gente acha que a ANAC, sim, e todas as agências devem ajudar e elas podem, sim, ajudar muito o sistema nas análises de conduta, enfim, a lei da ANAC hoje prevê essa interface e prevê que se deve celebrar

os encontros e é isso que a Agência vem fazendo. A nossa ideia é celebrar os acordos com todos os entes do sistema, com a Seae o acordo já está até pronto, é só uma questão de acertar agenda e assinar. CADE e SDE, nós também estamos tratando do acordo para assinar e nós entendemos que o nosso papel é esse mesmo, é um papel de assessoramento, e acho que é assim que deve ser, sempre que tem... E assim que já é na prática, sempre que o CADE, a Seae, a SDE precisam de alguma informação, eles nos pedem e a gente está pronto para atender, então acho que também não temos grandes problemas quanto a isso.

Talvez a única preocupação nossa na agência em todo o PL, é o único ponto que nos causa algum desconforto é o art. 123 quando ele prevê que o sistema pode requisitar qualquer servidor da Agência e que essa requisição ela é irrecusável e deve ser prontamente atendida. Isso é um ponto sensível para nós, especialmente, eu acredito que para todas as agências, primeiro deixar claro, acho que é importante que o sistema tenha, sim, um quadro funcional forte, que ele tenha uma estrutura reforçada, mas a gente só se preocupa e tem um desconforto em que isso aconteça em detrimento do nosso quadro e da nossa estrutura. A gente acha que pode haver alguma redação que preveja um incentivo, alguma coisa, mas simplesmente tornar irrecusável e que seja prontamente atendido nos causa algum desconforto. Para os senhores terem uma ideia, a ANAC está formando os seus quadros agora, a gente tem investido muito em treinamento, a superintendência de serviços aéreos tem mais de 60% dos servidores têm cerca de um ano de casa, então é um processo de treinamento muito forte e, simplesmente ter que ceder essas pessoas imediatamente sem poder recusar, enfim, sem nenhum tipo de negociação, nos causa algum desconforto.

Acho que do ponto de vista geral eram essas as considerações iniciais, eu me coloco à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Juliano Alcântara Noman, superintendente de serviços aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, representando a Diretora Presidente da ANAC. Agradeço a sua exposição que vai realmente ajudar a esclarecer pontos que ainda apresentem dúvidas com relação a esse Projeto de nº 06 de 2009, que estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência.

Concedo a palavra agora ao Sr. Marcelo Calliari, ex-conselheiro do conselho administrativo de Direito Econômico, CADE. Com a palavra, o Dr. Marcelo Calliari.

SR. MARCELO CALLIARI: Bom dia a todos, eu queria na pessoa do Senador Garibaldi Alves agradecer o convite, de estar de volta à essa Comissão. Há exatos 11 anos eu era sabatinado aqui para ser conselheiro do CADE e é uma lembrança que eu guardo sempre.

Embora o convite não tenha sido feito em nome pessoal, como ex-conselheiro do CADE, eu não posso deixar de trazer para os meus comentários as considerações das organizações às quais eu pertenço, especialmente o IBRAC, do qual eu sou vice-presidente e à Câmara Americana de Comércio na qual eu coordeno, sou um dos coordenadores do grupo de defesa da concorrência.

O IBRAC já teve oportunidade de vir aqui se manifestar sobre esse projeto, na última Audiência Pública, então eu vou me ater mais às posições da Câmara Americana.

Antes de começar, acho que é importante deixar claro que, ao contrário do que muita gente acredita, a Câmara Americana de Comércio é uma organização que congrega mais de 5 mil empresas espalhadas pelo Brasil inteiro, 85% das quais são empresas brasileiras que pagam imposto aqui, empregam gente e geram riqueza no Brasil e, portanto, são empresas, e é uma organização por decorrência, muito interessada em promover um ambiente institucional e legislativo que assegure a segurança jurídica e estimule investimentos e o crescimento. É nesse sentido que a Câmara sempre se envolve e participa de debates nessa Casa e na Câmara com o intuito de aperfeiçoar a legislação e o arcabouço institucional econômico brasileiro.

Na realidade, com esse propósito e reconhecendo a importância do marco regulatório que se desenvolveu no Brasil nos últimos 10, 15 anos, a Câmara criou uma Força Tarefa especializada para dedicar tempo e atenção às questões ligadas às agências reguladoras e às autoridades de defesa da concorrência. É esse grupo que eu coordeno com relação às autoridades reguladoras, e ela lançou um projeto pioneiro e inédito até hoje no Brasil, que é o de promover anualmente pesquisas de avaliação das autoridades de defesa da concorrência e das autoridades reguladoras no mercado. Qual é a percepção que o mercado tem do funcionamento das agências e dos seus principais problemas? E essa pesquisa nos traz muitos subsídios, nós trazemos essa pesquisa periodicamente aqui também ao Congresso e às próprias autoridades, que mostram o reflexo de como a sociedade, os administrados, afinal, que são os destinatários da norma e da atuação das agências veem esses órgãos reguladores.

Uma analogia que eu usava muito quando eu estava no CADE é que as autoridades são meros juízes, quem joga o jogo, quem, como eu disse, gera riquezas

e gera empregos são as empresas, que precisam ter esse ambiente para poderem funcionar melhor.

E essas pesquisas trazem, como disse, uma indicação de grandes avanços realizados nos últimos tempos, boa parte em decorrência dos esforços das autoridades, mas também trazem indicação de muitos problemas.

E esse é algo que o Projeto traz uma enorme oportunidade para resolver. Eu queria deixar os senhores aqui, eu vou resumir para começar, só com três mensagens principais. Uma delas é o Projeto tem... Há mudanças fundamentais que precisam ser feitas no Brasil para modernizar e racionalizar o sistema de defesa da concorrência, colocar o Brasil em linha com a maioria das outras jurisdições do mundo e assim assegurar a proteção mais adequada da coletividade. E o Projeto, sem dúvida, contempla algumas dessas mudanças fundamentais. Segundo ponto, há problemas sérios com esse Projeto, o Projeto precisa de alterações que corrijam esses problemas de modo a evitar incerteza, evitar questionamentos jurídicos que possam dificultar depois a sua implementação na prática, e o terceiro ponto é que a Câmara e todos os seus membros que representam, na verdade, uma boa parte do PIB brasileiro, têm plena confiança de que esta Casa e a Câmara são capazes, sim, de realizar as mudanças necessárias e ainda assim aprovar esse Projeto, implementar as mudanças adequadas num prazo adequado para a sociedade brasileira, ou seja, o fato de precisar e, sem dúvida, concordamos que há necessidade de promover alterações, não deve ser um impeditivo de tentar buscar o melhor projeto possível e, portanto, promover as alterações. A gente confia que o Legislativo é capaz sim de promover alterações e ainda assim aprovar esse Projeto em tempo econômico, no tempo que a sociedade brasileira precisa.

Passando para a parte técnica e aqueles pontos principais que nós chamamos atenção e concordamos que são fundamentais do Projeto já foram mencionados aqui e na outra Audiência, racionalização institucional, corrigir uma distorção histórica do Brasil, que é ter três órgãos duplicando ineficiências e criando tensões entre eles, que acho que não há como discordar da necessidade urgente de fazer essa reforma. A questão da notificação prévia, evitar colocar a sociedade numa situação de vulnerabilidade perante operações potencialmente anticompetitivas até que as autoridades decidam no futuro, depois da operação se realizar, se ela é ou não problemática. Na verdade, isso não é invenção da roda, não é uma novidade brasileira, o mundo inteiro quase hoje adota esse sistema. Então, o Brasil estaria simplesmente finalmente entrando no grupo dos países que com a preocupação de proteger a coletividade

de operações anticompetitivas, exige que elas tenham aprovação prévia do órgão de concorrência.

A questão crucial que decorre dessas duas, e que foi levantada pela Secretária Mariana, é a questão da estrutura do órgão e isso é algo que gera imensa preocupação para as empresas que são sujeitas a essa legislação.

Quadro de pessoal e estrutura de carreira para os órgãos de defesa da concorrência. O Projeto, sem dúvida, contempla uma melhora nessa área, prevê a criação de cargos e carreira mas eu vou pedir, *venia* dos senhores, para manifestar uma enorme desconfiança da sociedade com relação a isso, que sem dúvida dos membros da Câmara, na medida em que a nossa experiência com relação a esse tema é bastante espinhosa. Eu vou me permitir citar para os senhores um art. da lei atual em vigor aprovada em junho de 1994, em que dizia que o Poder Executivo no prazo de 60 dias enviará ao Congresso Nacional Projeto de Lei dispondo sobre o quadro de pessoal permanente da nossa autarquia, do CADE. Isso, o Poder Executivo no prazo de 60 dias mandou o congresso. O Poder Executivo em 15 anos não fez aquilo que o Congresso mandou fazer em 60 dias, quer dizer, os senhores hão de convir que há preocupação com dar novas atribuições, dar novos poderes e responsabilidades a um órgão sem dar a estrutura para ele é justificada. A preocupação é que se esse art. do novo projeto não for implementado, que simplesmente pode acontecer, como é a tradição nessa questão específica, a mudança para um sistema de notificação prévia pode virar um pesadelo para as empresas, pode impedir a realização de operações, pode atrasar o avanço da economia e pode gerar incertezas e questionamentos imprevisíveis.

Então, a preocupação nossa é que se amarre dentro do Projeto ao máximo a obrigação de que esse quadro esteja pronto, sem dúvida o projeto contempla uma preocupação já disso, de adiar o início da notificação prévia até a realização do quadro, mas a preocupação da sociedade é que esse quadro extremamente se realize. Não que isso fique sendo adiado para frente, e a garantia de que isso vai acontecer, quer dizer, a experiência passada é que o Legislativo mandou o Executivo fazer em 60 dias e ele em 15 anos não fez.

Então, esse pilar fundamental do Projeto sem o qual a notificação prévia não vai funcionar, e sem o qual a racionalização institucional não vai gerar os seus efeitos, permanece como uma grande dúvida. Quer dizer, assegurar que essa melhoria de quadro para o pessoal, a criação da estrutura vai ser implementada, é algo que os membros da Câmara e do

IBRAC pedem encarecidamente a essa Comissão que se preocupem.

Agora, eu vou, eu não vou entrar em todos os detalhes dos problemas, mas vou indicar apenas alguns, para que os Senadores tenham uma noção da importância desses problemas e que eles, efetivamente, devem ser resolvidos nessa oportunidade.

Uma questão que surge em todas as pesquisas que a Câmara faz com os seus associados, como eu disse, a boa parte da economia brasileira, é com relação à relação dos órgãos de concorrência e dos órgãos reguladores, nós ouvimos algumas questões com relação a isso, na verdade o foco central aqui, o problema principal, é sem dúvida a Anatel. A Anatel tem inexplicavelmente um status diferente das outras agências, na questão concorrencial. Ela tem o poder de instruir processos, coisa que nenhuma das outras agências têm e participa do processo todo, como eu disse, como se o setor de telecomunicações fosse diferente do setor de energia elétrica ou dos outros setores de aviação civil ou de outros setores. No mundo inteiro a tendência tem sido tratar todos de maneira igual e submetê-los todos a expertise da autoridade de concorrência na área de concorrência, e cada autoridade reguladora vai cuidar da questão reguladora. A Anatel foi a única, que por uma questão da sua legislação específica, passou a ter um poder adicional.

Se eu puder resumidamente descrever o papel e absoluto conduta da Anatel nos processos de concorrência é um desastre. Eu vou permitir me discordar do Presidente Sardenberg que veio aqui na última Audiência Pública e que afirmou que a Anatel cumpre os prazos legais, os processos ficam parados na Anatel por mais de um ano, as partes não têm acesso, ela é uma caixa-preta, elas não seguem os princípios de transparência que as autoridades de concorrência seguem e nem têm a expertise para isso.

É como se fosse pedir para um órgão ambiental analisar as questões tributárias de uma empresa. Quem deve julgar as questões compensais é o órgão concorrencial. A Anatel, o Projeto até aqui perde a oportunidade de resolver essa questão da Anatel à sua competência que ela tem que ter, reguladora, mas deixar as questões concorrenciais de telecomunicações como fez com a energia elétrica, com o petróleo e gás, com questões de saúde ligadas à Anvisa, com a aviação civil para os órgãos de concorrência. Isso vai melhorar o funcionamento, a segurança com relação aos processos na área de telecomunicações, significativamente.

Uma questão fundamental que o Projeto ainda não avançou o que precisava, é na atenção entre os poderes do superintendente geral de um lado e a ne-

cessidade de avançar em celeridade, redução de burocracia de outro.

Eu, pessoalmente, tendo passado pelo CADE, sou um grande admirador, um grande fã da decisão colegiada. Eu imagino que seja algo como, os senadores vivenciam de uma maneira muito mais acirrada, sem dúvida, no dia a dia que é aquela discussão, muitas vezes, frustrante e muitas vezes revoltante e quando se tem uma posição firme, mas a participação em uma discussão aberta em que posições opostas são compartilhadas, sem dúvida tem um efeito de melhorar a decisão final, de abrir a cabeça, trazer pontos de vista de novos, e é isso o que conselho no CADE faz, e retirar competências do conselho e passar para um indivíduo, para uma decisão unipessoal, tem que ser feito com muita cautela. Sem dúvida o Projeto incorpora algumas salvaguardas importantes, mas há outras que poderiam ser colocadas que assegurariam que o Conselho poderia ter, poderia funcionar como uma trava ou uma segurança, um **“check and balance”**, para usar a terminologia americana de proteção da coletividade em relação às decisões e o poder unipessoal do Superintendente Geral.

Há quem diga que em muitos países muitas decisões de concorrência são tomadas por uma pessoa só, e é verdade, mas são países com tradições diferentes da brasileira, com histórias diferentes. Eu acho que nós devíamos reforçar sim a questão da decisão colegiada, a transparência que ela traz para a coletividade e a segurança jurídica que ela traz em relação à decisão unipessoal. E há travas, e nós vamos apresentar essas propostas por escrito, há travas que podem ser colocadas que não vão entrar, não vão dificultar ou burocratizar o processo, mas vão assegurar o que Conselho tenha um papel nas decisões, seja de atos de concentração, no caso em que o Superintendente Geral hoje no Projeto pode aprovar um projeto sozinho, sem que o Conselho tenha qualquer participação, um projeto importante, grande, de grande impacto no país, hoje pelo Projeto pode ser aprovado unilateralmente pelo Superintendente.

Há a possibilidade, sem dúvida, de que o Conselho avoque ou que um terceiro recorra da decisão do Superintendente Geral, mas eu não considero que são mecanismos suficientes para assegurar a participação do Conselho nesses casos. Como eu disse, há mecanismos de trazer essa questão sem burocratizar.

Há questões que podem parecer pontuais, mas que podem trazer grandes dificuldades, como o fluxo dos prazos previsto no Projeto para a aprovação de um ato de concentração, que é um ponto central, que se a aprovação vai ser prévia, as empresas necessitam da eficiência do órgão para aprovar, para poderem

realizarem suas operações. Há furos e há lacunas no fluxo dos prazos, que têm que ser corrigidos, senão eles abrem a possibilidade para que o processo demore muito mais do que o previsto. Embora sejam lacunas e podem não ser exercidas, na prática a nossa experiência mostra que se há possibilidade de, muitas vezes essa possibilidade vai ser exercida, então, esses prazos em alguns art.s específicos são deixados em aberto, não há um limite para a autoridade, por exemplo, recusar instrução adicional que foi feita e solicitar novas informações permitindo que o prazo se delongue indefinidamente.

Dois instrumentos fundamentais no combate a cartel que foi declarado como prioridade um, muito corretamente, pela gestão atual dos órgãos atual de concorrência, também tem pontos que precisam ser corrigidos, a questão do programa de leniência que é um instrumento fundamental no mundo inteiro para combater a cartel, que é equivalente a delação premiada, que pode suscitar dúvidas para muita gente, mas é um mecanismo não só pelo qual a Itália conseguiu combater a Máfia, mas pelo qual os Estados Unidos e a União Européia conseguem combater cartéis e proteger os seus consumidores, é um instrumento que tem que ser protegido e preparado o máximo possível, para assegurar às empresas o estímulo para que elas venham e denunciem os cartéis nos quais participam. Uma polêmica que existe hoje que se a leniência cobre ou não o crime de Formação de Quadrilha que gera insegurança, que já está em debate judicial hoje, o Projeto perde a chance de corrigir e de eliminar essa dúvida ao não explicitar esse art. entre os art.s cobertos pelo programa de leniência. Há uma menção a outros art.s em geral, mas ele não é suficiente para trazer a segurança que as empresas precisam, para evitar a discussão judicial, que como se sabe nesse país, é fácil de acontecer.

O Projeto, por exemplo, trata da questão do acordo em caso de cartel, é um mecanismo fundamental que nos Estados Unidos, por exemplo, resolve mais de 90% dos casos de cartel, só que o Projeto limita, inexplicavelmente, a possibilidade desse acordo a um em qualquer caso que tenha investigação, a empresa tem uma única chance de negociar com a autoridade o acordo para encerrar o processo, evitar dezenas de anos de discussão judicial e proteger a coletividade mais rapidamente, eliminando a infração, o Projeto ele limita essa possibilidade a uma única vez sem qualquer razão, sem qualquer explicação. É uma investigação que pode durar anos, a autoridade mesmo pode ter interesse em momentos diferentes que mudem, que evoluam, ela pode ter interesse depois, quando ela não tinha, de fazer um acordo. Não há nenhuma razão

para limitar essa possibilidade a autoridade de defender melhor o interesse público.

Há uma preocupação grande, eu vou concluir rapidamente, com a nomeação de conselheiros, tradicionalmente, desde que o CADE foi criado como autarquia, a nomeação conselheiros passa sempre por essa Comissão, é uma indicação do Presidente da República que passa pela Comissão e tem o aval, portanto de dois poderes da República para assegurar a independência aí desse conselheiro no período do mandato dele. O projeto prevê a possibilidade de indicação de conselheiros sem passar pelo Senado em caso de vacância que vá ameaçar o funcionamento do órgão, é algo que causa grande preocupação, que um conselheiro do CADE possa ser indicado sem passar pelo aval do Senado, sem ter a indicação do Presidente da República, que assegure essa independência. A possibilidade de que eles, ainda que seja em casos excepcionais, sejam indicados pelo Presidente do Tribunal, causa muita preocupação e deveria ser alterado também.

Eu vou concluir agora, esses são apenas, como eu disse, alguns dos exemplos de alterações que podem parecer pontuais, mas que são fundamentais para tornar esse o melhor projeto possível, hoje, que é o interesse da Câmara e do IBRAC, a fazer, como eu disse, reiterando a confiança no Legislativo que essas mudanças podem ser feitas sem ameaçar a possibilidade de que esse Projeto seja ainda votado esse ano, e as mudanças que são efetivamente fundamentais para modernizar o sistema brasileiro, sejam implementadas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Dr. Marcelo Calliari ex-conselheiro do Conselho Administrativo Econômico CADE, pela sua exposição, e concedo a palavra ao professor Nelson Nery Júnior da Universidade Estadual Paulista, UNESP, para continuarmos essa Audiência sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 06 de 2009 que estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência, lembrando a Audiência Pública de amanhã as 10 horas da manhã com a presença do Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho.

SR. NELSON NERY JÚNIOR: Bem, boa tarde a todos, eu cumprimento a Mesa na pessoa do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República, Senador Garibaldi Alves Filho e quero dizer da minha alegria e da minha honra em poder dar a contribuição da Academia da Universidade para a discussão desse importantíssimo projeto de alteração do sistema da concorrência no direito brasileiro. Eu peço escusas, porque eu não tive condição de chegar aqui antes para ouvir a exposição tanto do

Dr. Marcelo Calliari, quanto da Mariana Tavares por conta de situações de avião de São Paulo para cá, é meio difícil. Mas de toda a forma, eu acho que o Projeto tem pontos muito positivos, eu vou ressaltar alguns pontos que eu acho positivos e depois apontar aqueles que eu acho que necessitam de um aperfeiçoamento do Senado da República, para que se conforme esse projeto à Constituição Federal.

Pontos positivos. O Projeto, ele resolve a situação de dicotomia que hoje existe na tramitação, por exemplo, dos atos de concentração. Uma empresa vai se concentrar com outra e precisa submeter esse ato em certas circunstâncias ao sistema de concorrência. Então, hoje há vários guichês, ela vai à Secretaria de Direito Econômico, depois vai a Seae para depois chegar no CADE, então, é bastante complexo e complicado esse *iter*, não é? E com o Projeto há uma unificação, quer dizer, se dá entrada do pedido num único lugar e ali se processa como um todo. Eu acho que essa unificação é extremamente positiva, porque agiliza bastante o projeto de análise dos atos de concentração de empresas.

Outro ponto positivo que eu acho do Projeto é regulação da situação de infra-estrutura do CADE, que hoje precisa de funcionários e está com bastante deficiência lá, e o projeto cria cargos de variada ordem dentro da estrutura administrativa do CADE. Então, eu acho também um ponto positivo.

Outro ponto positivo que eu achei aqui também, é aquele que mantém a situação de aprovação automática do ato de concentração se não analisado e decidido pelo tribunal do CADE no prazo que a lei, que o Projeto estabelece. Então, já é assim em vários países do mundo também se mantém a situação de decurso de prazo, e acho importantíssimo que isso ocorra.

Pontos positivos ainda eu vejo na situação de possibilidades de partição de um *amicus curiae* no processo de ato de concentração na pessoa dos legitimados à propositura de ações na defesa da concorrência, então acho isso um ponto positivo, que é uma contribuição, um *plus*, que pode ser um adinículo importante, para o tribunal decidir a matéria a respeito da concentração.

Agora, nem sempre nós encontramos no Projeto situações de melhora. Eu vejo aqui algumas situações que me preocupam. A primeira delas é relativa à participação do Ministério Público no CADE, eu fui Promotor de Justiça há 28 anos, atuei no Ministério Público, participei da redação da lei que instituiu a lei da ação civil pública e o Código do Consumidor, de modo que sempre trabalhei nessa área de direitos difusos. E agora, já longe do Ministério Público e na advocacia, continuo na Academia a me ocupar dessa

matéria. E verifico que o Ministério Público é uma instituição importantíssima, imprescindível à tutela dos direitos meta individuais. E na estrutura atual da Lei de concorrência da 8884 de 94, o Ministério Público tem uma participação importantíssima no CADE, e o que o Projeto prevê? Ele, digamos, apequena a atividade do Ministério Público no tribunal, ou no próprio CADE, no sistema, restringindo a sua atuação apenas à situações de processo administrativo sancionatórios para a imposição de penalidades de infrações anti concorrenciais, mas retira do Ministério Público a sua função maior, que é a de defesa de direitos difusos e coletivos. Porque, por exemplo, não permite que o Ministério Público participe dos atos de concentração, dos processos que avaliam atos de concentração, e o Projeto é contraditório em si mesmo, ele contém um contradição intrínseca nesse particular, por quê? Ele prevê no seu art. primeiro, no Parágrafo Único, que o titular do direito da concorrência é a coletividade, com toda a razão, esse dispositivo do Projeto está certíssimo, a coletividade é o titular do direito da concorrência leal. Então é um direito meta individual, e o art. 129 inciso III da Constituição Federal confere ao Ministério Público a defesa desses direitos meta individuais, então como é que pode a Constituição Federal conceder ao Ministério Público esse status de defensor de direitos meta individuais, e a lei retirar, então o sistema dá com a mão e tira com a outra? Então nesse particular verifico que haveria uma inconstitucionalidade por omissão da lei do CADE, do Projeto, se não se mantiver a situação atual do Ministério Público dentro do sistema da concorrência.

Acho que o Ministério Público deveria participar, sim, de todos os processos e procedimentos que tramitam no CADE, porque a matéria é de direito meta individual, não é só a questão sancionatória, é toda a matéria de concorrência. Então, nessa parte acho que o Projeto precisaria de um aperfeiçoamento para se conferir ao Ministério Público o status que ele tem hoje no sistema de concorrência, e não diminuir esse mesmo status.

Ainda no que tange a situações de aperfeiçoamento, eu verifico que uma circunstância muito importante no que tange à leniência, ouvi atentamente o que o Dr. Marcelo Calliari falou, eu concordo com ele, aliás, já tinha exposto esse pensamento aqui numa reunião do Senado há uns dois meses atrás, no Centro de Estudos, de que o projeto, na parte que trata da leniência, ele confere uma dirimente penal à empresa que participa do programa de leniência, mas acho pouco, porque diz que só estão excluídas as circunstâncias criminais de determinados tipos da Lei 8173, por exemplo, do crime de cartel e assim por diante, quando na verdade,

verifica-se no dia-a-dia que o Ministério Público utiliza muito o art. 288 do Código Penal que é o que trata do crime de quadrilha ou bando. Evidentemente quem faz cartel, se forem três empresas, por exemplo, já se estaria no sistema de empresa, se for tratar de responsabilidade objetiva de crime de cartel, se for de pessoas físicas, três pessoas podem ser as duas empresas, já poderiam caracterizar o crime. Portanto, aí no caso, a criminalização da quadrilha ou bando continuaria no sistema, porque a lei não prevê essa excludente. Acho que poderia ser aperfeiçoado, não para atingir apenas o crime de quadrilha ou bando, isso foi um exemplo que eu dei, mas poderia ser aperfeiçoado no sentido de se excluir a criminalização de toda a situação tipificada nas leis penais como crime, que tivessem envolvimento com aquela matéria, objeto da leniência, evidentemente. Então poderíamos encontrar outros tipos penais, então se a empresa tiver que responder uma ação penal, em diretor, em gerente, por conta de ter feito uma leniência, evidentemente que a medida se frustraria por si mesma. Ninguém gostaria de fazer uma leniência e ser processado criminalmente pelo Ministério Público, então é preciso que se aperfeiçoe isso para que se dê ao instituto da leniência uma verdadeira efetividade no meu modo de ver.

Ainda no que tange aos aperfeiçoamentos, eu gostaria de tratar agora de um assunto bastante delicado que é a questão do processo sigiloso. Aqui eu vejo o maior problema dessa Lei, do ponto de vista técnico, porque evidentemente a minha opinião aqui é opinião da Academia, de professor, e que verifica o que está ou não está de acordo com a Constituição Federal, uma das tarefas nossas quando examinamos projetos dessa natureza. E eu fiquei muito preocupado porque em vários dispositivos do projeto, há menção a sigilo, evidentemente que circunstâncias de interesse públicos reclamam que se tome realmente uma medida de sigilo num processo administrativo na área concorrencial. No entanto, a forma como isso vem tratada no Projeto é que é preocupante, porque o Projeto parte do pressuposto de que o sigilo é a regra, e que a publicidade é a exceção, ele inverte a equação, quando na verdade a publicidade dos processos administrativos de todos os atos do Poder Público é que é a regra. O sigilo é a exceção, então, ele tem que ser tratado de forma excepcional, realmente, e não se deixar a critério da autoridade, com critérios de conveniência e oportunidade, não é possível se tratar uma matéria de sigilo assim com essa, digamos, fluidez natural de uma coisa, como se fosse regra. Eu acredito que se deva regular a matéria do sigilo com bastante percuência, adequando essa regulação ao sistema da Constituição Federal.

Ainda no que tange a sigilo. Hoje, o CADE tem um procedimento nos seus processos e investigações de toda a natureza de sigilo, que retira do interessado, daquele que está respondendo ao processo, a oportunidade de tomar conhecimento de tudo que ocorre no processo. Então, hoje já é inconstitucional a atitude do CADE, com a devida vênia com o devido respeito. Por exemplo, existem casos, estão publicados nas decisões do CADE pela internet, é só ir lá para ver, onde o CADE profere uma decisão ou os órgãos administrativos emitem uma nota técnica, o que valeria um despacho, uma coisa assim, decidindo alguma questão. E em vários lugares há tarjas pretas sobre determinadas expressões naquela decisão. O que são essas tarjas pretas? Isso não pode ser do conhecimento público. Muito bem, que no processo sigiloso isso se dê, e há informações confidenciais de natureza empresarial ou de interesse público geral, não há problema nenhum, mas não se pode esconder do investigado, do acusado, tudo aquilo que se encontra no processo. Então, o sigilo é para terceiros, mas nunca para parte no processo administrativo e no judicial também, então eu, que sou parte, vou ser apenado, vou receber uma pena de cartel ou de outra natureza, eu tenho que saber por que eu perdi ou ganhei. Por que eu fui apenado ou não até para eu poder fazer a minha defesa, agora, se eu não sei porque que eu perdi ou ganhei, porque tem uma tarja preta que o sigilo fica tanto para o público em geral quanto para a própria parte no processo, o que é absolutamente inconstitucional e inconcebível, isso afronta o princípio da ampla defesa, garantida pelo art. 555 da Constituição Federal. Então nisso eu vejo um problema imenso, acho que teria que ser aperfeiçoado no Senado Federal, para que não houvesse sigilo para a parte que integra o processo administrativo, aquele que participa do ato, como interessado, do ato de concentração, por exemplo, as duas empresas que estão se concentrando, elas têm que ter acesso a tudo; agora terceiros não, terceiros podem ser obstaculizados pelo sigilo do processo administrativo, como é natural. Então, acho que esse é um problema que teria que ser analisado, eu faço um paralelo com o segredo de justiça no processo judicial. O segredo de justiça no processo judicial faz com que o processo tenha uma publicidade restrita e terceiros não tenham acesso aos autos do processo judicial, mas as partes, seus advogados, procuradores e os serventuários e funcionários em geral, esses têm que ter acesso ao processo judicial que corra em segredo de justiça. Então, a mesma coisa deve ser aplicada ao processo administrativo.

E para encerrar a minha participação, Sr. Presidente, eu gostaria também de tratar de um tópico que

acho de extrema relevância, que é relativo à análise prévia ou posterior dos atos de concentração. Hoje, o sistema brasileiro, ele adota o regime da análise posterior, então, as empresas fazem a concentração, fazem a fusão, incorporação que tem que ser feito, e aí submetem essa fusão, esse ato de concentração ao exame do órgão concorrencial, então o órgão concorrencial hoje tem mecanismos para, digamos, por medidas preventivas, evitar que haja a consolidação dessa união comunicada posteriormente ao órgão concorrencial. Então, existem as medidas preventivas e existe também o Apro, que é aquele acordo preliminar da operação que faz com que as duas empresas devam caminhar, digamos, concomitantemente sem haver uma fusão de fato entre elas, de modo que se o CADE amanhã ou depois vier a não aprovar a operação, a situação se resolve sem maiores traumas. Então hoje já existem mecanismos para se evitar o ato consumado. O projeto prevê análise preliminar, quer dizer, antes da empresa comprar outra, por exemplo, ela deve submeter esta, digamos iniciativa, essa pretensão, ao CADE. Então, o CADE aprovaria, depois que o que CADE aprovasse, aí sim ela poderia fazer o ato de concentração, aquisição da empresa, a fusão, a incorporação. Muito bem, isso como é que funciona na maioria dos países de economia de mercado? Funciona com o controle prévio, então, o Projeto estaria, digamos, no caminho da doutrina mundial, no que tange a exame de atos de concentração. No entanto o Projeto contém uma contradição porque ele prevê um aumento de prazo para se examinar o ato de concentração. Então ele prevê 240 dias, que segundo os cálculos que eu andei fazendo, juntando uma coisa ou outra uma concomitância de prazo e mais uma coisa meio incerta, poderíamos chegar 390 dias de duração de um processo de aprovação. Então como é que uma empresa hoje, principalmente em época de crise, ainda que não seja, na rotina da vida econômica mundial da globalização, como é que duas empresas podem ficar 390 dias, quer dizer, um ano e dois meses a espera, um ano e um mês a espera da aprovação de um ato de concentração? Quando, na verdade, muitas vezes sabemos que, do ponto de vista estratégico, tem que primeiro ser feito o negócio, depois comunicado. Então eu não vejo um problema em um sistema adotar o controle prévio, mas eu vejo problema na concomitância de situações, adota-se o controle prévio e ainda se estipula 390 dias para examinar, não é possível. Então acho que deveríamos ter 60 dias para examinar com prorrogação de acordo com a situação justificável para o controle prévio, senão deixaríamos o controle posterior e 240 dias.

São essas, Sr. Presidente, as observações mais relevantes que eu queria ter trazido a V.Exa., e eu quero deixar na Mesa, na mão de V.Exa. um memorial Executivo com desdobramentos das sugestões que nós entendemos necessárias para o aperfeiçoamento do Projeto, e eu entrego nas mãos de V.Exa. essas sugestões. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao proceço Nelson Nery Júnior, da Universidade Estadual Paulista, Unesp e após ouvirmos as exposições de todos os nossos convidados, vamos agora dar a palavra aos senadores e senadoras, iniciando o debate. Concedo a palavra aos Senadores e Senadoras. Iniciando o debate concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, na qualidade de autor do requerimento nº 2609 que possibilitou esse debate. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Bem, Presidente, afinal isso se revelou um debate muito rico, como diria um colega nosso, muito estimado, um debate qualificado, V.Exa., e eu nem sei se nós precisaríamos de mais Audiências Públicas por algumas razões, eu tenho perguntas pontuais a fazer e tenho uma observação genérica. Eu entendo que, eu tenho pela atual direção do CADE um respeito muito grande, aprendi a ter respeito pelo Dr. Arthur Badin, uma figura que passa sinceridade, passa seriedade pública, passa preparo. Agora, obviamente que nós temos que adequar a lei do CADE ao trabalho fiscalizador que precisa por ele ser exercido, anti-monopólio, anti-práticas que ao fim e ao cabo, impeçam a livre concorrência, e eu lhe confesso que no começo tinha uma visão completamente contrária à proposta e hoje em dia são tão fortes os prós e os contras que eu passei a me sentir mais tucano do que nunca, vamos ter que nos recolher para reunir com a nossa bancada e tomar uma atitude, que seja uma atitude calcada no que ouvimos, uma atitude que represente ao fim a nossa visão.

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Calliari, que, aliás, tive a honra de ser o proponente da sua vinda a Comissão, sobre o porquê da excepcionalização em relação a Anatel, porque a Anatel é tratada maneira diferente em relação às demais agências, qual seria a justificativa ou, enfim, o que estaria por trás disso.

Em relação ao Dr. Nelson Júnior, se pudesse se estender um pouco mais sobre o chamado crime de leniência, seria algo que me esclareceria também.

No mais eu parabeno a Dra. Mariana Tavares de Araújo, cuja explanação não pude ouvir, mas de quem ouvi as melhores referências, inclusive o Senador Jereissati já a conhecia de opinião, enfim, e o Dr. Juliano também do mesmo modo eu não tive a ocasião de estar presente, mas me sinto muito honrado com a presen-

ça de ambos também aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, eu gostaria apenas de saber essas duas coisas, a questão da Anatel e a questão do crime de leniência, se pudessem ambos se estender um pouco mais eu agradeceria. Obrigado, Presidente.

Me parabeneze pela forma sucinta como...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nós vamos...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só para complementar a pergunta dele em relação à questão do sigilo para as partes também, qual é a sugestão dentro de...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nós vamos fazer, dar a palavra, um sistema corrido, dar a palavra a todos os Senadores e depois teremos as respostas. Então, de acordo com a lista de inscrições, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sra. Mariana Tavares de Araújo, Marcelo Calliari, Juliano Alcântara Noman e Nelson Nery Júnior, muito obrigado pelos esclarecimentos que nos prestaram, acho que foram muito significativos para todos nós e gostaria de fazer algumas perguntas à luz do que nos disseram.

Com respeito à relevância das atribuições do Superintendente Geral do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, que vai assumir atribuições muito significativas, como da Secretaria de Direito Econômico e do Ministério de justiça, mas também vai analisar os atos de concentração econômica enquanto a Secretaria de Direito Econômico apenas confecciona parecer não vinculante, a superintendência poderá propor acordo que altere os termos da união empresarial, a fim de que seja aprovada, ao contrário do atual secretário de direito econômico, deterá mandato fixo após regular nomeação do Presidente, aprovação do Senado, da mesma forma que os conselheiros do tribunal do CADE. E eu gostaria de perguntar tanto à Sra. Mariana, mas a todos que estão aqui, ao Dr. Marcelo Calliari, ao Sr. Nelson Nery, ao Sr. Juliano, se consideram que seria adequado, dada a importância tão grande que terá, se deveríamos ou não estabelecer algumas exigências para designação do superintendente como, por exemplo, além da qualificação profissional, o reconhecimento dos pares, da sociedade brasileira, se seria o caso de se exigir que o superintendente seja um funcionário de carreira do estado com formação e qualificação específica nas atividades desenvolvidas pelo CADE e que isso se torne, então, uma norma.

Que avaliação tem especialmente a senhora, Mariana Tavares de Araújo e de outros, eu já conversei sobre isso com o Presidente do CADE, Arthur Badin,

ele tem uma opinião que talvez isso pudesse limitar a escolha do superintendente, mas é possível que haja vantagens nisso. Quem sabe haja ainda um número relativamente pequeno no Brasil de pessoas que então preenchessem inteiramente isso, mas será que não seria o caso de valorizar esta situação?

Eu também agradeço se puderem os depoentes nos fazer uma análise à luz de problemas práticos que estamos vivendo nestes últimos dias, e nas últimas semanas e meses. Em que medida esta nova legislação modificaria, por exemplo, três casos práticos. Um, o referente à própria Aviação Civil, uma vez que isso o Sr. Juliano Alcântara poderia nos dizer, tendo em conta que nós observamos nesses últimos anos uma alteração bastante significativa da concorrência das empresas de Aviação Civil no Brasil. Quer dizer, antes tínhamos outras empresas, agora temos a TAM, a Gol e a VARIG e ambas estão assumindo uma parcela muito significativa do mercado com cerca de 4, 5 ou 6, acho que mais 5 empresas que começam a ter um lugar no sistema de concorrência com... Que avaliação faz o senhor, Sr. Juliano Alcântara Noman, do estado que se encontra a concorrência na Aviação Civil e que recomendações teria para um novo órgão de defesa da concorrência, de atenção para com a Aviação Civil.

Mas os outros dois casos que gostaria que analisassem, um deles refere-se ao que acontece com a produção do suco de laranja. Hoje nós temos uma área de concentração muito significativa, com a Cutrale, Citrosuco, Citrovita e Louis Dreyfus, sendo quatro grandes empresas que muitas vezes tem levado os produtores de laranja a, inclusive, solicitar atenção da parte de nós, da Comissão de Assuntos Econômicos, para solicitar ao CADE e aos demais órgãos que tenham uma atenção e em que medida estaria prevista nesta nova legislação, Projeto de Lei nº 06 a contemplação de mecanismos permitam a resolução dos conflitos resultantes das concorrências verticais e horizontais por meio, por exemplo, de câmaras de arbitragem setoriais como o que existe no setor da cana-de-açúcar, se poderia haver algo como a Concecitrus, que foi, por exemplo, recomendada pelo ex-Ministro da agricultura Roberto Rodrigues e tem sido ventilada por outros.

E o outro caso prático que eu agradeceria se puderem nos comentar, refere-se à grande fusão que aconteceu há poucos dias atrás entre a Sadia e a Perdigão, constituindo a Brasil Foods, juntas terão faturamento da ordem de 22 bilhões de reais, juntas abrangerão 84% do mercado de massas frescas, 71,6% dos congelados de carne, 64,8% das pizzas congeladas, 55,8% de industrializados de carne, e eu gostaria de informar, Presidente Garibaldi Alves, que eu considerei

a hipótese de aqui requerer um convite, tanto ao Presidente da Sadia, ao Presidente da Perdigão, para que juntamente com o CADE, a SDE, pudéssemos ouvir. Eu inclusive liguei para o ex-Ministro Luiz Fernando Furlan, que eu estava considerando apresentar esse requerimento. Ele solicitou que houvesse um pouco de tempo, porque ele próprio está com o Presidente da Perdigão--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite um aparte, Senador, permite só um aparte?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite só concluir. Porque ele me informou que no dia que foi anunciada, na semana passada, a fusão, então, ele passou a ter um prazo para encaminhar ao CADE, prazo de 15 dias, para encaminhar ao CADE as informações todas que normalmente acontecem, e o CADE, então, terá o tempo para examinar. Eu até agradeço a oportunidade do aparte, porque eu acho que seria algo que nós poderíamos fazer em conjunto, não gostaria de ter a iniciativa individual, mas avalio que esse caso é tipicamente tão importante, que seria próprio que a Comissão de Assuntos Econômicos como que compartilhasse a reflexão do CADE e do SDE sobre isso e quem sabe com isso pudéssemos fazer convites aos presidentes da Sadia, da Perdigão e dos organismos responsáveis, mas a minha pergunta é como é que o novo sistema vai modificar o exame, em que medida será melhor de uma situação tal como essa. Então, eu gostaria de conceder o aparte ao Senador Arthur Virgílio, por favor.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Nós estávamos, Senador Suplicy, precisamente o Senador Tasso Jereissati e eu, conversando sobre isso, e V.Exa., de maneira muito oportuna, trouxe o assunto que nós estávamos em dúvida se deveríamos trazer nesta sessão. Mas o fato é que a nós nos preocupa muito a fusão Sadia/Perdigão, porque nós percebemos uma concentração na compra e na venda e a da compra soando mais grave ainda a compra que fazem aos produtores, mais grave. Eu vejo que esse é um teste, esse é um teste realmente importante, eu sou ultra a favor de empresas grandes, enfim, e obviamente que evitando as práticas monopolistas, porque elas são danosas ao próprio funcionamento do sistema capitalista de produção. E é uma questão que eu gostaria de, em reforço ao que coloca o Senador Suplicy, quem sabe ouvir cada um dos senhores e das senhoras, é um tema palpitante, realmente. Eu havia dito, quando o Dr. Badin foi submetido pelo Ministro Tarso Genro, uma figura que por ele também tenho muita estima, e eu fui muito claro com o Ministro Tarso, eu disse: *"Tarso, eu, sinceramente, não há pressão que me faça votar de um jeito que a minha cabeça não mande. Eu só que-*

ro ter certeza de que não é alguém que imagino que vai..." isso disse ao meu xará Badin depois, *"eu quero ter certeza que não é alguém que acha que vai pegar, vai fazer do CADE uma plataforma para apressar os passos no rumo do século passado, restabelecendo as perspectivas do socialismo, enfim, então eu quero andar por outros séculos de preferência comigo vivo"*, eu disse: Ele falou você vai se surpreender com a pessoa brilhante que é, com a pessoa correta, brilhante e ele fez uma exposição absolutamente convincente aqui, absolutamente convincente, a ponto de ter conquistado os votos da nossa bancada. Agora, obviamente que nós estamos diante de um teste muito exigente e a hora de, como diz o nosso amigo Tom Cavalcante, ver quem é que tem café no bule, agora, é um bom teste. Muito oportuna a fala do Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Assim, Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir a respeito, como é que avaliam esta importante fusão que ocorreu da Sadia e da Perdigão, envolve aspectos internacionais, ambos os presidentes se justificaram que, do ponto de vista da concorrência internacional, vai se formar uma grande empresa exportadora, maior ainda do que existe, uma das maiores do mundo, obviamente acho que seria importante que nós, inclusive, pudéssemos ouvir aqui representantes das pequenas e médias empresas de produtos como produzidos pela Perdigão e Sadia, para perceber também qual é a avaliação. Mas como temos aqui quatro especialistas nesta área de análise da concorrência, eu agradecería que à luz do novo Projeto de Lei, das suas sugestões, possam examinar ou nos fazer sugestões sobre o que é que poderemos fazer. Eu estou considerando seriamente, Sr. Presidente, vou aguardar a resposta, a reflexão que me pediu o ex-Ministro Luiz Fernando Furlan, Presidente da Sadia, mas eu acho que nós aqui da Comissão, deveremos compartilhar da decisão que será tomada sobre essa importante fusão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Consulto o Senador Tasso Jereissati se tem alguma pergunta ainda a fazer.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Basicamente já foi colocada, à secretária Mariana, se a Secretaria se sente, de alguma maneira, esvaziada em suas funções com o novo Projeto do CADE.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Mário Couto. Então, concedo a palavra à secretária de Direito Econômico, Sra. Mariana Tavares de Araújo.

SRA. MARIANA TAVARES DE ARAÚJO: Bom, começando pelo último, pela última pergunta, do Senador Tasso Jereissati, a Secretaria de Direito Econômico, no novo Projeto, passa a integrar o CADE, o departa-

mento que cuida da defesa da concorrência hoje, que faz a instrução dos processos que o CADE julga, passa a integrar o novo CADE na figura da superintendência. Aproveitando a pergunta do senhor e já partindo para responder a pergunta do Senador Suplicy, acho que o caminho para onde o senhor aponta é justamente o caminho que temos tentado perseguir, percorrer. Nós, na Secretaria de Direito Econômico do CADE, temos no nosso corpo técnico um número expressivo de gestores, de funcionários públicos de carreira, e esses gestores tem ocupado cargos-chaves nos órgãos, inclusive hoje, no Conselho, dois conselheiros são da equipe, são da carreira de gestores, os nossos coordenadores na Secretaria de Direito Econômico também, a maioria é da carreira de gestores, e acho que num futuro muito próximo, talvez seja possível que o superintendente, o Presidente do CADE sejam necessariamente parte dessa, parte de uma carreira pública. Acho que é importante para o Brasil dispor de uma burocracia no seu melhor sentido, sólida, mas acho que nesse momento, vincular a nomeação do superintendente, do Presidente do CADE ou de qualquer desses cargos mais elevados a uma carreira pública talvez signifique limitar desnecessariamente os profissionais que possam ocupar esses cargos, mas acho que essa é a direção correta, é a direção para onde estamos caminhando, e que de alguma maneira mesmo como não há nesse momento exigência para que os cargos importantes dos órgãos sejam ocupados por funcionários de carreira, informalmente é isso que vem acontecendo.

Com relação à operação, difusão aqui mencionada, da constituição da Brasil Foods, nós ainda não recebemos a notificação, salvo engano o prazo para submeter a operação ao sistema inspira no dia 9 de junho, nós ainda não temos os dados para avaliar, do ponto de vista técnico, qual o impacto dessa operação para a concorrência, é justamente essa análise da qual nos ocuparemos quando essa notificação for feita, gostaria de tranquilizar o Senador Arthur Virgílio, o Senador Tasso Jereissati e o senhor, Senador Suplicy, que a análise será estritamente técnica, a análise constituirá no impacto dessa operação para os consumidores brasileiros, estritamente isso, da perspectiva da eficiência econômica.

E com relação a quanto de café nós temos no nosso bule, acho que nós temos algum, temos nos esforçado para aumentar esse café no nosso bule com medidas infra legais, mas acho que nós estamos prestes a chegar ao o que Presidente do CADE se referiu como esgotamento dos fatores de produção. Acho que sem as alterações que o Projeto de Lei nº 06 faz ao sistema brasileiro de defesa da concorrência, será difícil nos tornarmos ainda mais eficientes, especificamente

com relação a essa operação, nós, a diferença seria a notificação prévia a sua realização e, portanto, uma maior segurança aos empresários a respeito da possibilidade da sua aprovação antes da sua realização. É verdade que nós dispomos, hoje, de mecanismos infra legais, os acordos para preservar a reversibilidade da operação, e mecanismos para preservar a reversibilidade da operação, que eventualmente podem ser adotados, se for o caso, se os riscos da concorrência forem percebidos.

Com relação às observações que foram feitas, se eu puder mencionar brevemente, tocar nos pontos mencionados pelo Dr. Marcelo Calliari e pelo Dr. Nelson Nery a respeito do acordo de leniência, e brevemente sobre a questão do sigilo, acho que comungo da preocupação a respeito da importância de fortalecer esse instituto, que é o mais poderoso para detectar e mais adiante punir os cartéis, e é necessário para que esse instituto seja atraente que de fato, não só o crime de cartel, mas outros correlatos sejam a esses também seja garantida a imunidade, então, comungo dessa percepção aqui externada, contudo, na minha opinião o Projeto de Lei tal qual redigido já, e que falo expressamente que a imunidade se estende aos demais crimes relacionados a prática de cartel, já é suficientemente clara no sentido de estender a proteção também à Formação de Quadrilha. Com relação ao sigilo, acho que o Prof. Nelson Nery sintetizou as duas situações em que o sigilo é cabível, em síntese, à bem de preservar o interesse público e com objetivo de preservar informações comercialmente sensíveis, e de fato é esse o papel do sigilo e a regra é a publicidade, acho que o Projeto de Lei também avança nesse sentido, que na verdade, também protege as informações sigilosas a tão somente nessas situações. Com relação às situações em relação a parte não tem acesso às informações, isso hipótese alguma é utilizado em situações para comprometer a ampla defesa e o contraditório, a ampla defesa e o contraditório são garantidos na Lei atual e no Projeto de Lei, contudo, em determinadas situações quando aquelas informações não são utilizadas para acusar uma determinada parte, e até mesmo para garantir que as empresas não tenham acesso umas às outras às informações que tem valor comercial, para os seus concorrentes, algumas informações são protegidas, mas isso somente é realizado tanto na Lei atual como no Projeto de Lei nº 06, com vistas a proteger esses dois objetivos: O primeiro, preservar o interesse público e tornar viável uma determinada investigação ou, num segundo momento, para garantir a concorrência e preservar as informações comercialmente sensíveis, tem esse objetivo.

Espero ter respondido todas as perguntas que me foram feitas com clareza, mas estou aqui à disposição para esclarecer dúvidas adicionais. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Sr. Juliano Alcântara Noman, Superintendente de serviços aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, representante da sua direção.

SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN: Obrigada, Senador. Vou começar falando pela questão da concentração na Aviação Civil, acho que o Senador Eduardo Suplicy externou uma preocupação, a preocupação de todos nós. É um assunto interessante, eu acho que é um assunto longo, vou tentar resumir os principais pontos relacionados a isso, acho que a concentração tem dois aspectos principais, se eu puder dizer assim, um é quando você olha o poder de mercado que as empresas têm, então, hoje o senhor tem TAM e Gol com 88, mais ou menos por cento, de participação no mercado nacional, isso já foi mais de 90, já chegou a quase 95, graças a Deus, tem reduzido. Mas ainda sim 88 é um poder grande, é um poder de mercado muito grande, e além disso a gente, quando a gente começa a olhar rotas específicas o atendimento a localidade, certos trechos e voos, a gente acaba percebendo também que em muitos, em muitas rotas e muitos trechos aí tem a percepção da pessoa que está ali naquela cidade quer voar, enfim, quer se deslocar, que uma única empresa presta o serviço lá. Então, isso, além disso, isso tem algum tipo de poder de mercado naquele mercado específico, não só olhando o [ininteligível] como um todo, isso acaba se revertendo até mais em favor das empresas regionais, que tem uma participação pequena de mercado, mas elas terminam operando mais ou menos sozinhas nos seus mercados.

O que se pode fazer para reduzir isso, para mitigar isso e para estimular concorrência, eu vou ressaltar aqui algumas atitudes que a própria agência tem feito em termos da advocacia da concorrência, a gente tem uma... Tentando separar em dois momentos, um momento é você permitir que as empresas que hoje já operam, já estão instituídas e operando, permitir que elas tenham acesso, que elas façam concorrência efetiva, que elas possam crescer nos seus mercados de acordo com o seu modelo de negócio que o seu nicho. Então é nesse sentido que a gente tem feito, tentado eliminar as barreiras da infraestrutura, o Santos Dumont é um exemplo, Congonhas, nós chegamos a colocar em consulta pública uma proposta de resolução para redistribuir, distribuir o acesso àquela infraestrutura, você acaba tendo, o pessoal gosta de falar, usar a expressão *filé mignon*, mas você tem

os principais mercados, os mercados mais atrativos dominados pelas pequenas empresas e isso acaba gerando um problema para outras se estabelecerem. Congonhas, só a título de exemplo, os cálculos que a gente tem é que ele representa mais ou menos 30% da Aviação Civil, então você simplesmente eliminar da concorrência 30% do mercado, você não poder ter acesso a isso, então isso é um problema.

O que a gente tem feito é tentado reduzir essas barreiras de acesso infraestrutura, tornar a infraestrutura rápida, fazer com que a uma empresa, quando ela quer operar no mercado, quando quer pedir um voo, essa aprovação seja rápida, porque se isso acontecer, por mais que a empresa não entre, se for rápido o suficiente a uma empresa poder entrar, a outra empresa já opera ali vai sempre pensar duas vezes na hora de elevar o preço e exercer ali algum poder de mercado, é um exemplo que eu acho que é clássico, andei recebendo Senadores e Deputados para discutir essa questão, foi o Cruzeiro do Sul, existia uma empresa regional que operava ali, as tarifas na média, claro que tem o mix tarifário, mas na média as tarifas era cobradas na casa de 400, 450 reais. Entrou uma grande empresa, com a estrutura de custo mais enxuta, um poder grande de praticar preço, começou a praticar tarifas muito baixas, a menor tarifa que a gente percebeu foi até 80 reais. Aquela outra empresa acabou desistindo da operação, se retirou do mercado, e essa nova empresa, a grande empresa pratica tarifas em torno de 150 reais, na época os Deputados e Senadores, eles questionavam, porque já tiveram tarifa de 80 e eles têm de 150, então o que a gente tentou mostrar para eles, é claro que o ideal que todo mundo cobrasse 80 em todos os mercados, mas o que a gente tentou mostrar que o ponto de equilíbrio desse mercado depois da entrada dessa empresa, ele estava melhor, então aquela sociedade teve um ganho de eficiência em relação ao seu primeiro momento, que era tarifas na casa de 400, 450 reais. Então permitir a entrada da empresa, uma entrada rápida e uma resposta rápida, acho que isso é um fator que gera concorrência e a gente não pode se limitar só a ver as empresas que estão ali operando na rota especificamente. Essa outra empresa que opera a 150 não eleva o voo para 450, porque senão ele sabe que tem uma outra que vai entrar ali, vai começar a achar o mercado atrativo.

Além disso, mais do que isso, dando o passo seguinte, a gente tem que facilitar e permitir que mais empresas entrem no mercado, esse era um processo, ele é longo na Aviação Civil ele é longo, ele não consegue ser muito rápido, não se monta uma empresa em um mês, a gente tem uma série de regulamento técnico de segurança que precisa ser cumprido, mas

o que a gente percebia que a empresa não se constituía no DSE na ANAC, enfim, em menos de 18 meses, isso é problema muito sério à concorrência, porque quem já está ali operando sabe que em 18 meses para frente ele não tem a ameaça de novo entrante, o que a ANAC tem feito é reduzir essas barreiras, barreiras, vamos chamar de institucionais, tem tentado agilizar o processo. A última empresa que entrou foi a Azul, ela começou a operar, se não me engano, com 6 meses não, chegou a 7. Dá para ganhar mais alguma coisa? É possível, não muito mais, por conta da regulamentação técnica não, podemos abrir mão da segurança, mas esse tipo de resposta, a gente acha que isso incentiva e gera a concorrência na medida que você reduz a barreira à entrada.

Tem um outro problema muito sério nesse setor, e todos nós sabemos que o investimento é muito pesado e as margens são apertadas, já fica a minha sugestão, o senhor perguntou as sugestões do que poderia ser feito. Se eu pudesse botar em dois pontos principais na nossa agenda o que hoje precisa ser feito para aumentar a concorrência, o primeiro é infraestrutura aeroportuária. O acesso a aeroporto e a eficiência da infraestrutura aeroportuária, não quero aqui levantar a questão se é concessão, se é privatização o que é, só acho que esse debate tem que ser levado mesmo às últimas consequências, temos que debater isso com a sociedade, porque o não acesso à infraestrutura limita a concorrência muito mais em muitos casos do que ter uma, duas ou três empresas concorrendo no mercado. E a segunda questão é a limitação que hoje nós temos por Lei de participação no mercado, investir em aviação que hoje só 20% desse mercado pode ser ocupado por empresa estrangeira, sendo bem pragmático com relação ao tema, eu acho que hoje o que a gente diz é o seguinte: Eu não quero nenhum outro país, nenhum um outro daqueles 90 e tantos por cento do PIB mundial investindo em aviação, só o 2, 3% que o Brasil tenha, não tenho certeza do número, mas acho que é mais ou menos isso, que o Brasil representa no PIB é que pode investir em avião, por quê? Porque você constituiu uma empresa, você tem que fazer investimento pesado, tem que arrumar um sócio, e só participar disso com 20%, isso afasta o investidor, afasta pelo menos aquele investidor que é mais conservador em relação a risco, você acaba atraindo o que tem mais apetite pelo risco que quer entrar ganhar um dinheiro e de repente sair, enfim.

Aviação regional. Aviação regional é uma que, no meu ponto de vista, fica desatendida com essa limitação de capital estrangeiro, o que a gente percebe é que tem muitas empresas especialistas nisso no exterior, Estados Unidos tem muita empresa que se

dedica só a aviação regional, com muito poder, com muito poder econômico, elas veem o Brasil como um mercado atraente, veem o nicho de mercado a aviação regional um nicho muito produtivo no Brasil, lucrativo, mas ela não vai investir por conta dessa limitação. Um caso recente foi uma empresa americana que acabou investindo numa empresa já nossa constituída de aviação regional, ela entrou com esses 20%, mas conversando com os representantes da empresa, o que eles falaram é que eles monitoram o mercado há 10 anos, até identificar um parceiro que ele pudesse colocar o dinheiro dele ali. Então, se eu pudesse dar sugestões de dois temas, eu acho que é capital estrangeiro e acesso à infraestrutura são os temas mais relevantes para gerar concorrências no setor.

O senhor me perguntou também a questão das atribuições. Minha opinião pessoal quanto a isso, e fazendo aqui até um, eu acho que muito importante, tão importante quanto o cargo diretor e as atribuições que eu acho importante, mas é muito importante a estrutura ser muito forte no corpo técnico. Eu vejo como exemplo o Banco Central hoje, tem um corpo técnico maduro, muito fortalecido, com um nível de capacitação extrema, eles até tem nos ajudado muito a criar a ANAC, a criar os [ininteligível], os padrões da ANAC, então eu acho que se você tem uma estrutura que o corpo técnico é muito forte, é claro que o Corpo Diretor tem que ser também, ter boas atribuições, mas muitas vezes eles trazem contribuições de fora, que o servidor público formado ali pode não ter. Então, eu não restringiria, a carreira de estado eu sou servidor público, mas eu não restringiria o corpo diretor a isso, eu concentraria os esforços em ter, sim, uma estrutura muito forte, muito sólida dentro do CADE.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Calliari, ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Direito Econômico, CADE.

SR. MARCELO CALLIARI: Obrigado, Presidente. Eu vou tentar ser breve nas respostas, seguindo a ordem em que as perguntas foram feitas.

Com relação a Anatel, Senador Arthur Virgílio, na verdade, eu acho que não há nenhuma justificativa para essa exceção, o que há a lei geral de telecomunicações previu num art. solto lá, que os casos de questões concorrenciais envolvendo telecomunicações, seriam julgados pelo CADE por meio da Anatel. A Anatel entendeu isso como competência própria dela para instruir, para investigar os casos na área de telecomunicações, criou-se, inclusive o conflito de competência com o STE. Muitas vezes as partes não sabendo aonde apresentar, apresentam nos dois lados. Em alguns casos a Anatel acaba julgando, os

casos entram lá e desaparecem durante anos e as partes não têm nem direito de acesso aos autos do seu próprio caso. Como eu disse, a única agência que tem essa situação peculiar por causa da própria lei, a Lei Geral de Telecomunicações que previu isso, de que seria um enorme avanço se esse projeto pudesse, fazendo, como faz diversas outras leis, fazer uma referência a isso e retirar essa excrescência, que não tem nenhuma justificativa. Quer dizer, nenhum outro setor regulado tem essa questão e não acham necessário, na verdade, a expertise das autoridades de concorrência é em concorrência. Na maioria dos países não é assim, a autoridade de concorrência cuida de questão de concorrência em todos os setores. Não, mesmo em telecomunicações. Há algumas poucas exceções, como há em alguns outros setores, mas são poucas, em geral o que acontece, você pode ter a análise pela autoridade reguladora, simultânea à autoridade concorrencial, mas ela vai cuidar das questões regulatórias, aplicação da Lei para aquele setor, se pode ou não trocar o controle em menos de 5 anos da aquisição, mas não é a questão concorrencial que quem tem a expertise é o CADE.

Essa questão surgiu também na disputa com o Banco Central, que foi outro único setor em que houve algum problema desse, a questão de competência é que foi até o judiciário, inclusive, gerando em dano tremendo para as partes, para os bancos privados que não sabiam, ficavam na situação de incerteza de saber qual era a autoridade competente, o Banco Central dizia que era só ele com exclusividade, o CADE dizia que ele também tinha competência, felizmente já saiu do Senado, já está na Câmara agora um Projeto que regulariza essa situação e confere, reconhece a competência do CADE, como acontece no resto do mundo, para julgar as questões concorrenciais na esfera também bancária. Quer dizer, até nessa questão já se resolveu, a única que sobra e a Anatel, que também seria um enorme avanço se o Projeto pudesse resolver.

Eu vou tocar só na questão de sigilo que foi colocada, na linha do que a Secretária Mariana mencionou, é uma questão bastante complexa, porque ao lado das questões que o Prof. Nelson Nery levantou de direitos de defesa, que é uma questão constitucional inafastável, há sempre o lado de informações absolutamente estratégicas que as empresas são obrigadas a juntar aos seus processos na investigação, seja em casos de fusão e aquisição, seja em casos de investigação de conduta. Muitas dessas informações absolutamente não afetam o direito de defesa das partes, mesmo as investigadas. São informações que foram colocadas lá que dizem respeito à formação de preço interno da empresa, margens, cálculos internos delas, que

não faria sentido, inclusive concorrencial, dar acesso para suas concorrentes, quer dizer, mesmo no caso de uma investigação em que as partes investigadas têm o Direito Constitucional de defesa e amplo acesso aos autos, há sim justificativa de questões que devem ser mantidas como confidenciais, porque não afetam o direito de defesa e, porque sim, são informações internas, estratégicas das partes, quer dizer, nesse sentido eu acho que o Projeto arranja, faz um acerto, adequado dessas questões.

A questão do Senador Suplicy com relação às atribuições do Superintendente Geral, e portanto, exigência de qualificação, eu também, honestamente, vou concordar com a linha de que não é adequado limitar a escolha, não só porque isso restringe o universo de opções, mas por um outro argumento, que acho que é saudável você ter essa oxigenação, tanto do lado do setor público quanto do lado do setor privado, de pessoas que entram e saem do governo e que tem a visão dos dois lados. Parece piada, mas quando eu saí do CADE, eu ouvi de funcionários de carreira que: *"ah, você está se juntando ao lado negro da força"*. Existe essa visão em parte do setor público de que o setor privado é o mal e nós somos os bonzinhos, que é uma visão perniciosa, é uma visão restrita, maniqueísta da realidade. Você ter gente entrando e saindo do governo, não só traz um pouco da visão do setor privado para dentro do governo, mas leva visão do governo para fora e você ajuda as empresas a entenderem, aí como advogado ou como consultor, até como empresário, ajuda as empresas a entenderem qual é a visão do lado do governo, do ponto de vista do interesse público. Essa oxigenação que os americanos chamam da porta giratória, que eu acho que é benéfica para os dois lados, eu acho que a restrição nesse sentido impediria uma oxigenação, que em todos os sentidos para mim é bem-vinda.

Com relação às questões que foram levantadas só como exemplo da questão da Sadia/Perdigão, o que aconteceria se o Projeto já tivesse sido aprovado, por exemplo. Hoje, o que a gente tem é uma incerteza com relação a se as empresas vão poder começar a atuar conjuntamente ou não, se elas vão fechar ou não, isso falando do ponto de vista de um terceiro de fora, quer dizer, eu não sou parte dessa operação, mas será o que CADE vai impor um Apro, o que que o Apro vai permitir que elas façam ou não, será que isso vai afetar as exportações, a atuação delas lá fora? O Projeto teria uma solução para isso muito simples, as empresas continuariam concorrentes até a aprovação da autoridade. Pouparia uma série de discussões, colocaria pressão em autoridade por uma solução mais rápida, e uma grande vantagem do Projeto, é que ele

permite acordos de uma maneira mais estruturada do que acontece hoje, esse diálogo da autoridade com as partes, que acontece nos países de autoridades, de concorrência mais maduras, mais experientes, é fundamental, a estrutura do CADE hoje não estimula o debate e a discussão das empresas com a autoridade na hora de criar uma solução negociada, por exemplo, você vai ter que vender tais atividades ou vender tais marcas, o Projeto estimula esse tipo de negociação de uma maneira que é muito saudável. Então, a gente teria, acho que um arcabouço institucional melhor, para que essa fusão fosse apreciada, do que a gente tem hoje. É uma operação, sem dúvida, complexa, vai ter toda a discussão de eficiência de um lado, de potenciais anos, definição de mercado. Eu participei do Conselho que julgou o caso da AmBev, que foi um caso que me angustiou muito e continua me angustiado até hoje, com relação aos seus efeitos sobre a coletividade. Quer dizer, há partes da operação que eram, sem dúvida, proeficiência, há outras que geravam a concentração muito grande, será que o remédio que o CADE criou era suficiente? Nós consideramos que sim, há alguns estudos que mostram que o preço da cerveja depois daquela operação inclusive caiu em termos reais. Mas do modo esse tipo de operação que o CADE vai ter que ser mergulhar agora teria um arcabouço institucional melhor se o projeto já tivesse sido aprovado.

Com relação aos outros setores, a Aviação Civil, eu acho que o CADE vem tratando desse setor, há processos de condenação de cartel, por exemplo, envolvendo empresas na ponte aérea, há alguns casos relativos a preços predatório, que eu acho que o CADE, muito corretamente, tem criado um patamar e um padrão de exigência que protege o consumidor, protege e estimula a concessão de descontos, e a concorrência mais agressiva, quer dizer, não é uma postura que tenta, que desestimule a concorrência mais agressiva nesse setor. Então, eu acho que o CADE vem tratando desse setor, é uma área, como já foi colocada, vem passando por um processo de concentração mundial e o Brasil não passam fora disso. Ele tem que lidar com essa situação também.

Eu acho que isso eram pontos principais para não me alongar muito, eu acho que eu vou parar por aqui, Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente só uma observação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O Dr. Juliano Alcântara, que eu estava observando com

o Senador Tasso que falou muito bem pelo setor dele, quando mostrou pelo ângulo da sua formação profissional e da sua atual posição pública, o que ele via como gargalo ao sistema de efetiva concorrência, mas ele fez uma observação que eu não queria deixar passar em branco. Ele elogiou e isso é coisa que vem de tempos em tempos para cá, vem do governo do Presidente Fernando Henrique, sobretudo ali e muito bem mantido, corajosamente mantido pelo governo do Presidente Lula, que é a profissionalização do Banco Central. O Banco Central, ninguém discute mais isso hoje no Brasil, é matéria vencida, eu considero que nós temos que, e é uma luta nossa, é uma luta do meu partido, uma luta do PSDB, nós fazemos a mesma coisa com as agências, e estamos vendo que se dá um passo bastante razoável na direção da profissionalização do CADE, eu vejo o CADE como uma agência, eu vejo o CADE como uma agência que deve ter as mesmas prerrogativas e gostaria o que governo reconhecesse nas agências, as prerrogativas de instrumento do Estado e não instrumento de governo, enfim.

E aí eu volto a um assunto que a gente não pode fugir dele, até porque a gente não deve fugir de assunto nenhum. É um absurdo que a maior empresa do país, tão amada por quem faz passeata, ela admita ainda, ela admita... e tão amada por pessoas que querem vê-la livre de corrupção, como é o meu caso e o caso de tantos outros, ela esteja ainda na base do loteamento político, que a gente pega ali um Deputado Janene, 555 mil acusações no mensalão, e mas tem lá o diretorzinho dele, eu não sei o que faz. Eu considero que é como se nós tivéssemos vivendo o Século XXI no Banco Central e estivesse vivendo o pior momento do Século XIX, do século XX, em relação a uma empresa... Diretoria, eu não sei se é a que fura poço, eu não sei, mas é uma diretoria, não poderia ter ninguém ali, ali não é lugar para quem perdeu eleição, ali não é lugar para quem... Ali não é lugar para quem... Enfim, para companheiro leal, que ajudou a fundar o meu partido ou de V.Exa., ou qualquer partido, ali não é lugar para, ali é lugar para técnico, para administração técnica, para pessoas que são impessoais, seria a forma de se alçar a Petrobrás a condição de efetiva empresa do Estado brasileiro. Inclusive retirando dela um certo caráter de privatizada que ela teria sido, porque se está sujeita à influências políticas, obviamente que ela, de certa forma, ela se privatiza por aí. Então, ela teria que ser tratada com o Banco Central, como nós temos que tratar o Banco do Brasil, já vimos vexames aqui, aquela história do Visa Net, se não me engano, já vimos aparelhamento de Banco do Brasil, enfim, o

Banco do Brasil não podia estar nessa, não basta a retórica de dizer que se quer o Banco do Brasil, que se ama o Banco do Brasil que o Banco do Brasil é o nosso maior orgulho, enfim, mas se lá dentro se pratica aparelhamento, se lá dentro se pratica algo que é condenável, enfim.

Então, eu aproveitei a deixa do Dr. Juliano para, precisamente, dizer que não, as agências não retrocederão, não podem retroceder, não podem mergulhar, ou melhor, eu vejo elas bipartidas. Algumas têm sido aparelhadas, outras são dirigidas por pessoas absolutamente técnicas. Elas, o desempate tem que ser a favor da técnica, assim como o Banco Central deve ser aquele a puxar a Petrobrás para o seu modelo, jamais a Petrobrás puxar o Banco Central para o modelo dela, para o modelo dela, enfim, atual. Um modelo que só faz mal, as mesmas pessoas que hoje usam de sofismas, que não tem sido sofismas mais inteligentes, quando são inteligentes a gente até admira, mas quando não são, a gente tem que ficar um pouco triste e solidário com quem praticou o sofisma de baixa qualidade, enfim, mas diziam que eram vendilhões da pátria os que queriam a quebra do monopólio, a flexibilização do monopólio. A Petrobrás, ela estava marchando para ficar parecida com a EMBRAER, aquela EMBRAER que produzia mais greves do que avião. Depois, essa EMBRAER que hoje dá tanto orgulho ao Presidente Lula, e que é fruto de trabalho de governo dele sim, é fruto de trabalho de governos anteriores, muito fortemente do governo que privatizou a EMBRAER. A EMBRAER virou uma empresa respeitada, que tem que ser acatada, tem que ser trabalhada com muita prioridade, enfim, na época da flexibilização do monopólio, jamais se pensou se privatizar a Petrobrás, seria um desacerto, não teria sentido, seria uma coisa absurda, nós queremos ao contrário, reestatizá-la, devolvê-la ao Estado Brasileiro e tirá-la das mãos de certos grupos aproveitadores, quando se falava de flexibilização dos monopólio, as passeatas eram "simplérrimas". De vez em quando, eu tenho uma queda por esse negócio de coluna social, "simplérrimas". Diziam que era para quebrar, quebrar o monopólio significava vender o país, se vender a Petrobrás para as outras. A gente ouviu tanta besteira, quando se fez a privatização da Vale e jamais seria o caso da Petrobrás, diziam que a Vale seria vendida para a Anglo American, hoje ela é maior que a Anglo American, eu quero que a gente ande para frente.

Por isso que queria agradecer, Dr. Juliano, pela oportuna lembrança e também para dar um pouco da temperatura de como queremos discutir, de maneira fria, técnica, essa questão da Petrobrás. Não quere-

mos... quem quiser fazer passeata, que arranje varizes fazendo passeata para lá. Eu quero apenas discutir a Petrobrás como patriota, como alguém que não quer o monopólio do patriotismo, alguém que não admite que outros não tenham monopólio do patriotismo. Aqueles que se julgam como monopolista do patriotismo, se encaixam bem naquela história, não sei quem foi que disse, ele exagera, mas ele diz assim: "*O patriotismo é o último refúgio dos canalhas*". Alguém disse isso, não tem mais o que fazer se refugia no patriotismo, enfim. Nós não queremos refugiar em nada, queremos uma discussão no nível em que estamos travando a discussão sobre o papel que poderia exercer sobre a economia brasileira o CADE, enfim, e com pessoas, eu espero que trabalhem a própria CPI pelo lado do governo, do nosso lado será assim, trabalhem com pessoas do nível dos senhores, é uma pena que não sejam parlamentares para poderem dar a nós a garantia que será um debate de alto nível, um debate elevado, um debate, Senador Garibaldi, absolutamente qualificado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Prof. Nelson Nery Júnior, professor da Universidade Estadual Paulista, Unesp.

SR. NELSON NERY JÚNIOR: Bem, Sr. Presidente, relativamente as questões que foram formuladas pelo Senador Arthur Virgílio, relativamente à leniência e a fusão Sadia/Perdigão, eu gostaria de dizer que relativamente à leniência, nada obstante à Dra. Mariana Tavares tenha concordado com os observações do Dr. Marcelo Calliari e com as minhas também, sobre se dar uma maior efetividade, maior segurança para a empresa que participa do processo de leniência, com o devido respeito, do jeito que está redigido o art. 87 *caput* do Projeto, também se discriminaria os crimes diretamente relacionados a prática de cartel, nós sabemos que no Direito Penal não há possibilidade de analogia. No Processo Penal sim, está no art. terceiro do Código de Processo Penal, mas no Direito Penal não é possível analogia nem extensão. De modo que eu continuo, com o devido respeito, com a minha opinião de que nós deveríamos contemplar, sim, aqui no Projeto, outras figuras criminais notadamente o crime de quadrilha ou bando, para que ficasse claro que isso está fora do âmbito da investigação do Ministério Público, porque senão, não há incentivo para que se dê uma maior efetividade ao processo de leniência.

Com relação ao projeto de fusão da Sadia Perdigão na Brasil Foods, que foram indagação dos Senador Arthur Virgílio e do Senador Eduardo Suplicy, a Dra.

Mariana Tavares já disse que ainda não foi apresentado o requerimento para a concentração, é na SDE, está no prazo ainda, e o Dr. Marcelo Calliari faz também umas observações quanto a essa fusão, mas eu vejo que já houve uma antecipação do Presidente do CADE, Dr. Arthur Badin, no sentido da necessidade de se fazer uma medida, que é o Apro, para se preservar a reversibilidade da operação, como tem sido tomada em outras situações essas medidas de prevenção para se preservar a reversibilidade. Então, esse é um ponto, que, por exemplo, comprova aquilo que eu disse na minha exposição, o sistema atual não é ruim da apresentação posterior, existe mecanismo para você preservar a operação assim que anunciada a fusão, por exemplo, a concentração, como é esse que o Presidente Arthur Badin anunciou: "*Será tomada uma medida preventiva para se preservar a reversibilidade da operação*". Agora, eu também não sou contra a análise prévia, isso que eu queria deixar claro, eu acho que o sistema atual é bom, porque temos mecanismos de controle, com freios e contra peso, mas que se for tomada a medida que está no Projeto, de apresentação anterior, prévia da concentração, que então seja revista a situação de prazos, porque eu acho que não é possível ficar mais de um ano para aprovar uma operação com agilidade que o mercado negocial exige hoje em dia. Então a empresa anuncia que quer se fundir a outra e fica um ano esperando. Não é possível, então o sistema atual se funde com segredos de negócio por isso que tem que ficar em sigilo, há a fusão, depois apresenta a autoridade que obstaculiza uma situação de consolidação. Faz-se a prevenção da reversibilidade da operação.

Com relação às questões do Senador Suplicy sobre o Superintendente, o cargo de carreira, outras exigências, eu diria, eu concordo com a Dra. Mariana Tavares e também com o Dr. Marcelo Calliari, de que não é bom engessar a figura do Superintendente, acho que é interessante se deixar um pouco mais maleável essa escolha, porque se se colocar alguém com requisitos específicos de carreira etc., acho que ficaria um pouco restrita demais a figura desse Superintendente, acho que deveria haver uma amplitude maior no leque de possíveis escolhas. Podemos colocar outros requisitos para se aperfeiçoar, digamos, a capacitação daquele que vai ser o futuro Superintendente, mas não de se restringir ao ponto de se dizer que só pessoas de carreira pública, acho que aí engessaria bastante.

O Senador Tasso Jereissati faz uma pergunta sobre o sigilo, e pergunta qual é a nossa sugestão, e aqui eu me permitiria anunciar uma pequena, não sei nem se seria divergência, mas uma complementação aquilo que foi dito pelo Dr. Marcelo Calliari e pela Dra.

Mariana Tavares, no sentido de se preservar o que o projeto preservaria, o direito constitucional de ampla defesa e de contraditório. Com o devido respeito, eu acho que o Projeto não contempla. Ele é um Projeto bastante, digamos, invasivo nessa área do sigilo, de modo a não permitir a ampla defesa que a Constituição garante.

E nós fazemos uma sugestão aqui, Senador Tasso Jereissati, eu vou deixar nas mãos de V.Exa. depois essas sugestões por escrito, com as fundamentações adequadas do porquê de cada uma delas, eu deixei na mão do Senador Garibaldi Alves Filho, que é o Presidente da Comissão, mas deixaria na mão de V.Exa. também, já que é importantíssimo que se tenha uma visão do que a Academia está vendo como essa questão do sigilo, porque por exemplo, em situações que eu vivi pessoalmente, enquanto profissional, havia sigilo num processo administrativo de concentração e o CADE, por exemplo, que sempre utilizava um índice altamente respeitável no mundo econômico para se avaliar o mercado relevante, a concentração em cada um dos mercados relevantes avaliados por essa agência privada, que é o Índice Nielsen, publicado no mundo inteiro, o CADE sempre utiliza isso como uma rotina. No caso em que eu atuei no CADE, o CADE não utilizou esse índice. Ele se serviu de um índice diferente daquele que costumemente ele vinha fazendo, e como é que ele pegou esse índice? Por dados secretos que estavam à parte do processo administrativo, ao qual eu não tive ciência, não tive o conhecimento e esses índices foram determinantes para ele modificar a análise dele sobre a concentração, o índice percentual de concentração naquele determinado mercado relevante. Se isso não é afetar o meu direito de defesa eu não sei, quer dizer, o CADE sempre usou tal índice, segundo tal índice eu estaria dentro da situação X, aí ele pega modifica o índice, não diz, por que e nem como chegou aquele valor, ele só diz: *“Olha, você perdeu porque você tem tanto de mercado”*. *“De onde foi tirado isso?”* *“De uma situação secreta que você não pode ter acesso”*. Espera um pouquinho, se eu sou o interessado, estou sendo apenado por uma decisão administrativa sem saber o porquê, isso é absolutamente afrontoso ao direito de defesa com a devida vênia, com o devido respeito. Então, eu acho que é preciso que nós regulamentemos um pouco mais cuidadosamente essa questão do acesso das partes interessadas que serão apenadas e receberão a sanção administrativa dos dados que constam daquele processo, sem se perder de vista, evidentemente, o sigilo negocial, empresarial das empresas que estejam ali envolvidas.

Por isso nós fazemos uma sugestão aqui Senador Tasso Jereissati, para a alteração do art. 66 § 10º do Projeto, que na nossa visão deveria ser assim redigido: *“Atos específicos do inquérito administrativo poderá ser dado excepcionalmente tratado sigiloso no interesse dessas investigações conforme determinação motivada da superintendência geral, e sem prejuízo da notificação e do acesso do investigado aos elementos probatórios produzidos para fins do exercício de direito de defesa e de prestação de informações”*. Isso está absolutamente em consonância com a súmula 14, súmula vinculante 14 do Supremo Tribunal Federal. O Supremo recentemente editou esse verbete da súmula vinculante, que é o 14, permitindo aos advogados e acusados, os advogados acesso a procedimentos administrativos, ainda que sigilosos, se isso afetar o direito de defesa deles. Então, a própria Suprema Corte já reconheceu a necessidade de se dar o direito de defesa mesmo a processo sigilosos. Então, acho que essa contribuição poderia ser dada pelo Senado no aperfeiçoamento desse texto.

Então, acho que eram essas as observações que foram indagadas e acho que respondi a todas elas, salvo engano. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço aos nossos convidados, à Dra. Mariana Tavares de Araújo, secretária de Direitos Econômico, ao Juliano, Sr. Juliano Alcântara Noman, Superintendente de serviços aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, ao Sr. Marcelo Calliari, ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Direitos Econômico, CADE; e ao Prof. Nelson Nery Júnior, da Universidade Estadual Paulista, Unesp, pelas exposições e esclarecimentos trazidos até aqui, que foram de uma grande utilidade para o debate dessa matéria.

Considero até mesmo encerrado o ciclo de Audiências Públicas realizadas com relação a essa matéria, e acredito que já está pronta para ser submetida à votação nesta Comissão.

Agradeço e está encerrada a Reunião. Amanhã estará esta Comissão reunida às 10 horas para ouvir em Audiência Pública o Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, juntamente com a Comissão da Crise, a Comissão de Infraestrutura, a Comissão de Agricultura, e a Comissão de Assuntos Sociais. E na quinta-feira, a Comissão volta a se reunir com a participação do Ministro Guido Mantega, numa nova Audiência Pública, está encerrada a Reunião.

Sessão encerrada às 13h29.

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E EMPREGABILIDADE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO, EM 27 DE MAIO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e sete de maio do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, com a presença dos Senadores Tasso Jereissati, Roberto Cavalcanti, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, César Borges, Marco Maciel, Marconi Perillo, Fernando Collor de Melo, Valter Pereira, Garibaldi Alves Filho, Renato Casagrande, Gilberto Goellner, Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Augusto Botelho, Pedro Simon, Mozarildo Cavalcanti, José Nery, Antônio Carlos Valadares, João Pedro, Romeu Tuma, Sérgio Guerra, Rosalba Ciarlini, Tião Viana, Neuto de Conto, Paulo Duque, Inácio Arruda, Mão Santa, Papaléo Paes e Almeida Lima. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Gerson Camata, Valdir Raupp, Eliseu Resende, Antônio Carlos Júnior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública sobre o tema “O Papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no enfrentamento da Crise Financeira e de seus Impactos na Empregabilidade”, com a presença, como expositor, do Senhor Luciano Coutinho, Presidente do BNDES. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Tasso Jereissati, Valter Pereira, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Tião Viana, Antônio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Rosalba Ciarlini, Gilberto Goellner, Sérgio Guerra, Garibaldi Alves Filho e Augusto Botelho. Nada mais havendo a

tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Francisco Dornelles**, Presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu queria dizer da honra, Sr. Presidente Luciano Coutinho, de recebê-lo nessa Casa, V. Exa. que é um dos maiores expoentes da administração e hoje da economia do País e que vem fazendo um trabalho da maior profundidade, da maior responsabilidade e da maior competência no BNDES. Eu queria dizer, Sr. Presidente, que eu estou aqui presidindo por dois motivos: porque sou o que tenho menos tempo no Senado e o que tenho mais idade, porque se fosse qualquer outro critério a presidência deveria caber ao Senador Valter Pereira ou ao Senador Marconi Perillo, que aqui representa a presidência do Senado e a Comissão de Infraestrutura, ou ao meu querido amigo, meu sempre Presidente, Garibaldi Alves.

Antes de iniciarmos os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Eu declaro, também, aberta a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a 14ª Reunião da Comissão de Infraestrutura, a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e a 9ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira, que hoje se realiza conjuntamente. A Audiência Pública é sobre o tema o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento no enfrentamento da crise financeira e seus impactos da empregabilidade, com a presença do Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, em atendimento aos Requerimentos nº 2, 5, 8 e 14 da CAE, ao Requerimento nº 6 da CAS, Requerimento nº 18 da Comissão de Agricultura, Requerimento nº 34 da Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati, Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Valter Pereira e Paulo Duque.

De acordo com as normas da presidência, o convidado fará a sua exposição, em seguida vamos abrir à fase de interpelação pelos Senadores de acordo com a ordem de inscrição e de acordo com os requerimentos

apresentados. Com a palavra o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

SR. LUCIANO COUTINHO: Exmos. Srs. Senadores, Exmo. Sr. Senador Francisco Dornelles, Exmo. Senador Garibaldi Alves, Exmo. Senador Marconi Perillo, Exmo. Senador Valter Pereira, Exmos. Srs. Senadores Casagrande e Suplicy. Antes de tudo, eu queria agradecer às Comissões do Senado a oportunidade de poder ter o diálogo com os senhores, agradecer aos Presidentes de Comissões a gentileza de ter reunido nessa Audiência os vários aspectos da economia brasileira. Quero especialmente dizer ao Senador Valter Pereira que, atendendo à solicitação do Exmo. Ministro Miguel Jorge, que me incumbiu de representá-lo com relação a vários assuntos relativos à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que eu estou à exposição, e dizer da minha alegria de estar aqui. Eu farei uma exposição breve para que possamos ter oportunidade de esclarecer as questões que preocupam os Srs. Senadores.

Nós estamos num momento ainda muito difícil na economia mundial, embora nós vamos ver que os ativos, especialmente bolsas e preços, pararam de cair, mas no caso americano o setor imobiliário, os preços dos imóveis continuam muito deprimidos, continuam ainda caindo. Isso significa que a sensação de empobrecimento das classes médias americanas, a partir do seu patrimônio imobiliário, continua sendo um fator de freio à economia americana, o *Federal Reserve* americano continua atuando muito firmemente, oferecendo liquidez ao sistema, mas o sistema bancário não transmite essa liquidez plenamente para as empresas. É impressionante, por exemplo, o volume de depósitos do sistema bancário no próprio FED, a liquidez não flui e o crédito continua seletivo. Houve melhora apenas para empresas de muito bom *rating*. A atividade da economia mundial e americana nesse ano de 2009 atravessa uma recessão. Este último trimestre foi um trimestre de forte queda da americana mundial, da economia dos países desenvolvidos principalmente, e apenas um conjunto de economias emergentes, economias em desenvolvimento, especialmente China e Índia, e eu argumentaria aqui que o Brasil se juntará a este grupo de países, que começam a se recuperar, a sustentar o crescimento e a contribuir para que a recessão mundial não seja tão aguda. O próximo slide.

Eu queria mostrar aqui que os países emergentes vão contribuir e a sua participação tende a crescer na economia mundial. Essa tabela mostra a última projeção do Fundo Monetário para 2009 e 2010, é uma projeção razoavelmente pessimista, mostrando uma queda de quase 4% no PIB das economias desenvolvidas, um crescimento zero em 2010, enquanto de outro lado as

economias em desenvolvimento não só mantém uma relativa diferença em termos de taxa de crescimento como ajudam a recuperação da economia mundial. Essa é a projeção mais recente do FMI. Eu quero sublinhar esse aspecto, que as economias em desenvolvimento podem gradativamente, mas especialmente lideradas pela China, cuja taxa de crescimento mínima será de 6,5%, o consenso de analistas já mostra que a China talvez consiga crescer 7%, a Índia cujo desempenho tem se mantido mais firme do que o esperado também, talvez o FMI tenha subestimado um pouco essas taxas de crescimento, inclusive a nossa, mas o consenso é que as economias em desenvolvimento ajudarão a puxar a recuperação global e, portanto, descolarão da recessão internacional. O próximo quadro.

Com relação à crise de crédito nos Estados Unidos, como eu disse, nessa curva azul aqui nós temos que ler desse lado. As taxas de risco das empresas de melhor qualidade *investment grade* americanas chegaram a bater em quase 300 pontos base; elas estão hoje um pouquinho abaixo de 200. É um nível ainda muito alto, mas é um primeiro indicativo de que as taxas de risco para as empresas de *investment grade* nos Estados Unidos começa a ceder. Por outro lado, todos os investimentos de alto risco ainda continuam, a leitura aqui, em taxas que chegaram a 2500 pontos base, portanto, 25 pontos de porcentagem encontram-se ainda um pouco abaixo de 2000 pontos de porcentagem; são taxas de risco elevadíssimas para empresas ou investimentos de alto risco ainda no mercado americano, mostrando que a dificuldade financeira nos Estados Unidos ainda permanece muito aguda, muito séria. O próximo, por favor.

Um aspecto relevante que tem diferenciado o Brasil, graças à obtenção do *investment grade* e graças ao reconhecimento pelos mercados da solidez macroeconômica brasileira, tem sido a clara discriminação positiva que tem sido feita pelos mercados em relação ao risco Brasil. O risco Brasil, que sempre havia sido superior à média, após o *investment grade* ele começou a correr um pouquinho abaixo da média e agora no período de crise com um diferencial substancial abaixo da média, numa demonstração muito clara dos mercados do reconhecimento da solidez da economia brasileira. Eu diria que a economia brasileira ultrapassou de forma muito hesitosa um *stress test*, um teste de estresse, tendo conseguido manter reservas, conseguido manter condições mínimas de crescimento do sistema econômico, manter a integridade da sua política econômica, manter condições fiscais sobre controle. Várias dessas condições têm sido reconhecidas pelo mercado. O próximo, por favor.

Outro ponto importante, eu mencionei, é que os preços dos ativos pararam de cair. Aqui temos os preços das commodities. Nós temos aqui forte queda no preço das commodities e uma estabilização de preços num patamar bem mais baixo, um patamar médio que remonta a 2006, 2007, mas as commodities caíram, estabilizaram e em comuns casos as commodities começam a dar sinais de melhora. Obviamente nós temos que fazer uma análise individual de cada mercado, mas graças, em boa parte, à demanda representada pela China, as commodities chegaram a um certo piso de sustentação, o que tem sido bastante positivo para o desempenho comercial brasileiro. Da mesma forma as Bolsas de Valores, que sofreram uma forte queda, já estabilizaram e nos últimos dois meses mostram até um comportamento, talvez, excessivamente exuberante, talvez não correspondente ao quadro, talvez a Bolsa antecipando, eu vejo aqui talvez até uma minibolha, uma certa antecipação da recuperação à frente, mas mostrando que, pelo menos, do ponto de vista de precificação das bolsas, a impressão dos mercados é de que a crise já está sendo ultrapassada. O próximo.

Eu queria mostrar aqui uma coisa interessante com relação ao futuro do Brasil, quer dizer, o Brasil, historicamente, sempre cresceu acima da média mundial. De 1966 a 1981, se nós tomarmos de 1950 a 1980, enquanto a economia mundial crescia 5%, o Brasil cresceu 9,5%, quer dizer, o Brasil chegou a ter uma taxa de crescimento espetacular durante um período de quase trinta anos, uma média histórica muito alta, isso nos anos 50, 60 e 70. A partir dos anos 80, a hiperinflação, a desorganização das finanças públicas, a crise da dívida, a crise cambial, um período muito difícil, impôs à economia brasileira uma trajetória muito medíocre. Nos custou duas décadas e meia para superar essas dificuldades e o Brasil cresceu muito abaixo da média mundial. Foi devido ao esforço de reconstrução fiscal do País, que data desde o fim da conta movimento, passa por várias iniciativas, até a Lei de Responsabilidade Fiscal, e a sustentação de um superávit primário firme durante um longo período, é que um dos fundamentos foi estabelecido. O outro fundamento, o Plano Real, que meio à década de 90 conseguiu estabilizar a economia, embora ainda um terceiro problema sério tivesse remanescido, que foi a alta vulnerabilidade cambial do Brasil. E a alta vulnerabilidade cambial do Brasil foi superada apenas entre 2005 para 2006 quando um forte movimento de acumulação de reservas permitiu ao Brasil desdolarizar a dívida interna e acumular um colchão de reservas muito superior ao passivo externo público brasileiro. Então eu diria que este processo de acumulação de ganhos que foram consolidando a macroeconomia brasileira,

e é um processo que ultrapassa várias iniciativas de governos, de vários governos, ele já se refletiu, especialmente a partir do robustecimento cambial, ele já se refletiu no período de 2004 a 2008 numa taxa de crescimento média em que o Brasil cresceu igual ao mundo, abaixo ainda do nosso potencial, do potencial que nós desejamos. Eu acho que nós, brasileiros, a sociedade brasileira almeja crescer mais do que a média mundial, como um País em desenvolvimento, jovem, com grandes fronteiras de expansão, nós certamente podemos crescer mais do que isso, mas nós já melhoramos, estamos empatados. Porém, embora tenhamos acumulado todas essas vantagens, nos defronta nesse momento uma grave crise internacional e a expectativa de um crescimento nos próximos anos muito baixo da economia mundial. Provavelmente a economia mundial nos próximos anos ostentará uma taxa de crescimento média muito mais baixa, principalmente das economias desenvolvidas. Portanto, o Brasil terá que se descolar da economia global para aumentar e retomar uma trajetória de crescimento mais robusta. Nós precisamos, em síntese, sustentar a robustez macroeconômica brasileira, a robustez cambial, a estabilidade conquistada. Nós não podemos esquecer lições do passado, sustentar a nossa robustez, e precisamos fundamentalmente, na minha opinião, ampliar a capacidade de poupar e de investir do País. É a ampliação da capacidade agregada de poupança e investimento do País, a elevação da taxa de investimento do País que nos permitirá realizar no futuro um crescimento mais alto do que a média mundial. Isso está ao nosso alcance e eu tenho convicção de que o Brasil poderá alcançar no futuro um crescimento superior à média mundial pelas razões que eu gostaria de expor a seguir. Por favor.

Primeiro, o Brasil tem um potencial de consumo e de demanda doméstica muito firme. As famílias brasileiras têm uma baixa alavancagem em dívida e qualquer melhora consistente do emprego e da distribuição de renda produz no Brasil um impulso muito firme ao consumo. Nós vemos aqui que a sustentação entre 2005 e 2008 de um crescimento firme do emprego resultou em taxas de crescimento muito firmes do consumo das famílias, taxas até em certos momentos excessivamente aceleradas, que nos preocupavam, especialmente o Banco Central, preocupava pela pressão inflacionária que poderia advir de um crescimento sobreaquecido do consumo, mas o que está por trás disso aqui é o seguinte: o Brasil tem um potencial de crescimento do consumo familiar no mercado interno muito firme. E nós estávamos num ciclo muito virtuoso em que o crescimento do investimento, que é essa barrinha azul, há vários trimestres consecutivos superava o crescimento

do PIB e permitia que a taxa agregada de investimento da economia estivesse subindo. Esse é o tipo de crescimento saudável, liderado pelo investimento, que nós devemos buscar para a sustentação a longo prazo do crescimento econômico com estabilidade. Eu quero argumentar também que o Brasil é uma das economias que tem condição de sustentar um crescimento rápido e firme dos investimentos. O próximo.

Aqui no quarto trimestre há queda. Nós podemos saltar esse slide. Por favor, o próximo.

Eu queria sublinhar agora aqui o mercado interno brasileiro. Ele está sendo preservado. Nós temos aqui a curva de desemprego de 2008 e a curva de desemprego de 2009. O desemprego de 2009 está um pouquinho acima do de 2008, ainda muito abaixo da queda do desemprego, da curva de desemprego verificada desde 2004, quer dizer, houve uma queda do desemprego. O ajuste de produção realizado desde setembro produziu uma queda do emprego nos meses de outubro, novembro e dezembro, mas é relevante sublinhar que o emprego formal voltou a crescer no mês de março, 36 mil novos postos, e no mês de abril 106 mil novos postos. No caso do mês de abril, um crescimento forte da construção dos serviços e, também, uma neutralização da queda do emprego industrial. Eu não quero dizer com isso que a situação do emprego está superada, que a preocupação com a sustentação do emprego deva ser abandonada, mas eu quero dizer que há sinais objetivos de recuperação do mercado de trabalho brasileiro que, associado à melhora do salário mínimo e da renda previdenciária que está vinculada ao piso do mínimo, permitiu que a renda das famílias pudesse ter sido sustentada e, com isso, o consumo, especialmente nas vendas no varejo, vendas de supermercado, vendas em varejo, tenham exibido taxas reais de crescimento, de recuperação, o que é um fato importante, revelando a resistência do mercado interno brasileiro, a capacidade do mercado interno brasileiro de resistir ao processo de crise, o que é um fato muito importante para a nossa economia. Vamos em frente.

Isso se revela aqui no fato de se nós olharmos a massa salarial, na sustentação do aumento da massa salarial apesar da crise, ou seja, não houve uma quebra na massa salarial, embora tenha havido uma redução do emprego ali num período, ela foi compensada. Portanto, o mercado interno tem sido sustentado. O próximo.

Olhamos agora o lado do consumo que depende do crédito. O crédito sofreu de forma muito evidente, está aqui o sofrimento do crédito, embora o crédito, a pessoa jurídica desde setembro tenha sofrido mais do que o crédito para pessoa física, mas o crédito sofreu.

Temos feito um esforço muito grande - podemos passar para o próximo - de sustentação do crédito. Desde setembro, se tomarmos um índice 100, os bancos públicos, até o fim de março, nós só teremos o número de abril do Banco Central anunciado hoje, por isso que eu não tenho a estatística incluindo abril, mas até março os bancos públicos tinham índice de concessões novas de crédito de 118,3 e o setor bancário privado de 102,1, ou seja, toda a expansão do crédito de setembro do ano passado a março deste ano, 82% da expansão do crédito foi providenciada pelo sistema bancário público e apenas 18% pelo sistema privado. Portanto, graças à existência de um sistema bancário público foi possível mitigar no Brasil a violência da crise de crédito observada em outras economias. Eu quero mostrar que o BNDES sozinho contribuiu com 34% do aumento de crédito nesse período. O próximo.

Então, em resumo, o crédito, eu sei que o Senador Dornelles me mandou algumas perguntas sobre o crédito, eu acho que a questão do crédito não está totalmente resolvida, nós podemos falar disso depois. Temos ainda um desafio de melhorar as condições de crédito para pequenas e médias empresas, é um desafio ainda pendente, não está totalmente resolvido, mas eu queria falar agora da questão do investimento, porque é que eu tenho uma visão otimista da capacidade brasileira de recuperar o crescimento olhando, agora, aquela parcela do investimento que, em geral, é aquilo que os economistas chamam de investimento autônomo, ou seja, não é um investimento que depende da demanda do sistema econômico, é um investimento que depende de um cálculo de longo prazo e, em geral, de decisões autônomas do setor público. Os investimentos em geral, em energia, em petróleo e gás e em outras infraestruturas não foram afetados pela crise. Por quê? Porque esses investimentos dependem de ou iniciativas diretas do governo ou da oferta ao setor privado de concessões ou de autorizações para a construção e a operação de infraestruturas. Eu quero sublinhar, por exemplo, os planos. Esses levantamentos foram feitos pelo BNDES em agosto de 2008, antes da crise, e em dezembro de 2008. Então nós verificamos que em infraestruturas e em vários outros setores os investimentos foram não afetados ou muito pouco afetados pela crise. Por outro lado, investimentos que dependem muito do mercado externo, commodities de exportação que dependem do mercado internacional, por exemplo, na siderurgia é natural que os planos de investimentos tenham sido postergados em função de um cenário mundial muito adverso. Então houve, sim, uma postergação de planos de investimento, mas há uma parcela relevante de investimentos que não foi afetada pela crise. O próximo.

Nós podemos ver aqui ao contrário, que em determinados segmentos os sucessivos levantamentos realizados pelo BNDES, por exemplo, essa coluna aqui mostra o investimento efetivamente realizado no período de 2004 a 2007. Por exemplo, em petróleo e gás, 147 bilhões de reais. Ao fim de 2007, nos dois últimos meses de 2007, a projeção para o quadriênio 2007/2010 apontava 183. Ao fim de 2008, 202. Ao fim de 2008 apontava 269,7 para o quadriênio 2009/2012, ou seja, os sucessivos levantamentos que o banco tem feito de projetos nessas áreas que em geral passam, transitam pelo BNDES, revela, ao contrário do que se pensa, que esses investimentos no Brasil estão em expansão e não em retração. Os investimentos da cadeia de petróleo e gás estarão em expansão nos próximos anos graças à camada pré-sal, à preservação e o suporte à capacidade de investimentos da PETROBRAS. Posso dizer a mesma coisa em outros setores, por exemplo, na energia elétrica, que eu vou mostrar num outro slide, mas mesmo em alguns setores, por exemplo, como a petroquímica, os investimentos estão sendo mantidos. Os investimentos, porém, por exemplo, se nós tomarmos celulose e papel, a crise afetou e postergou planos de investimentos para o futuro. O próximo.

Mas há ainda um ponto curioso. Mesmo no setor automotivo, por exemplo, os investimentos sofreram, mas sofreram relativamente pouco por conta do potencial do crescimento da economia brasileira. Por exemplo, surpreendentemente nós temos um projeto de investimento em análise de 1 bilhão e 300 milhões de dólares de uma fábrica nova, de uma plataforma global nova de uma das grandes empresas montadoras, que está em grave crise, mas no Brasil ela tem um plano robusto de investimento. Então existem energias e potenciais da economia brasileira que nós precisamos reconhecer e que estão sendo, felizmente, confirmados. O próximo.

Se nós olharmos as infraestruturas nós vamos ver também que os planos de investimento têm se ampliado. Em energia elétrica, por exemplo, o realizado entre 2004 e 2007, o projetado para os próximos quadriênios tem se ampliado. Eu quero sublinhar, por exemplo, que as usinas do Madeira estão sendo executadas, embora em algum momento tenha sido objeto de ceticismo, e não estamos aqui computando, por exemplo, os novos projetos de Belomonte e Tapajós. Então, portanto, a fronteira de investimento em energia, ela tende a crescer e não a se contrair. As telecomunicações têm mantido firme os seus cronogramas de investimento em função da rápida expansão das tecnologias de banda larga. Os investimentos em saneamento, graças à recuperação de muitas das empresas estaduais de saneamento, e nós temos trabalhado muito firmemente

para buscar recuperar essas empresas estaduais de saneamento, e graças também a vários dos projetos do PAC, os investimentos em saneamento tem crescido e tem se expandido. Resumindo, o Brasil tem fronteiras de investimento de alto retorno em várias áreas – pode passar o próximo – que nos assegura que uma parcela importante do investimento tem um componente autônomo que irá se expandir apesar do cenário adverso. E eu quero separar esse conjunto de investimentos, que representa mais ou menos metade da formação bruta de capital fixo, dos investimentos das milhares de médias e pequenas empresas que são induzidas pela demanda. São investimentos que dependem muito do nível de uso de capacidade produtiva. Esses investimentos que dependem do uso da capacidade produtiva foram afetados pelo ajuste de produção, os planos de investimento foram postergados, e nós precisaremos, se nós lembrarmos, por exemplo, o uso de capacidade industrial no ano passado, média, estava em torno de 84%, querendo chegar a 85%, que é um nível de perigo, digamos assim, do ponto de vista de inflação. O nível de uso de capacidade industrial caiu a quase 70%, está hoje em 76%, 77%. Ele está retornando. Mas será necessário que o crescimento do mercado interno se sustente para que a capacidade produtiva possa ser utilizada novamente, a ociosidade seja absorvida e na medida em que a ociosidade industrial venha a ser absorvida é natural que a grande massa de pequenas e médias empresas volte a investir, e é esse o grande problema que nós precisamos ainda enfrentar. Nós temos que sustentar o crescimento do mercado interno brasileiro e providenciar condições de apoio às médias e pequenas empresas do País para que, na medida em que sustentemos o crescimento do consumo, possamos vir a incentivar e apoiar firmemente a retomada do investimento por parte da grande massa de pequenas empresas, porque o investimento dos grandes blocos produtivos em infraestrutura, energia, petróleo, gás e outras, que dependem de decisões de grandes empresas, nós já estamos em processo de suporte e temos perspectivas positivas. O BNDES tem feito um esforço muito grande de apoiar a formação de capital fixo no Brasil, nós estamos ampliando a nossa participação direta no financiamento ao investimento no Brasil, temos apoiado, e vamos continuar apoiando fortemente, provavelmente em 2009 a nossa participação continuará crescendo. O próximo.

Os desembolsos do BNDES continuam em ascensão, até abril nós desembolsamos quase 93 bilhões de reais. Agora em maio, junho e julho nós deveremos nos estar aproximando de um desembolso perto a 100 bilhões de reais em doze meses, e as nossas aprovações que caíram um pouquinho e me causaram alguma

preocupação, felizmente nós vamos poder reverter. Eu queria mostrar o próximo slide, por favor.

Nesse próximo slide nós vamos mostrando que nesse quadrimestre de janeiro a abril desse ano, felizmente as consultas ao BNDES voltaram a crescer e os enquadramentos voltaram a crescer fortemente. Aqui tem o enquadramento da operação PETROBRAS, mas mesmo que eu deduza daqui o enquadramento da operação PETROBRAS, que é muito grande, ainda assim nós temos um crescimento no volume de enquadramentos, o que me dá tranquilidade que nós vamos... Como esses enquadramentos em larga medida se transformam depois em projetos aprovados--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E a PETROBRAS?

SR. LUCIANO COUTINHO: A PETROBRAS representa 25 bi, é o empréstimo a PETROBRAS desses 67. Portanto, ele representa um percentual importante disso aqui.

Mas nós temos o enquadramento agora em maior crescendo, então nós estamos com a melhora do enquadramento, o que me permite - podemos seguir adiante - confiança de que poderá continuar crescendo a atuação do BNDES em termos de aprovação de projetos.

Uma palavra a respeito do PAC. Nesse momento o BNDES tem 304 projetos do PAC que representam um potencial de financiamento de 124 bilhões de reais. Desses 124 bilhões, 100 bilhões já estão enquadrados e 50 bilhões já estão aprovados e contratados. O BNDES é o principal financiador do lado privado do PAC. Nós queremos dizer o seguinte: existe um lado do PAC que é o OGU, que é o investimento que vem do Orçamento Geral da União, e existe um outro lado que é o PAC privado, através das concessões e através de vários outros empreendimentos, que dependem do setor privado e que tem recebido firme apoio do BNDES.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Presidente, se por possível esclarecer enquadramento, o que é exatamente é, por favor.

SR. LUCIANO COUTINHO: Bom, o enquadramento--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): A diferença, porque tem aprovação, enquadramento e desembolso.

SR. LUCIANO COUTINHO: Um processo no BNDES passa por vários comitês. Inicialmente o BNDES recebe uma consulta, uma Carta-Consulta, essa consulta é analisada. Se essa consulta está conforme as regras do banco, se a empresa tem condições de cadastro e de *rating* mínimo aceitável, esse projeto passa por um comitê de avaliação e é enquadrado.

Um projeto enquadrado recebe uma determinada prioridade e passa a ser analisado pelo banco. A partir da análise ele pode ser aprovado pela diretoria, depois de uma análise, de uma formatação da melhor forma de apoio financeiro do banco, a definição das condições, definição de garantias, definição de taxas. Após a aprovação o projeto é contratado e após a contratação começam a ocorrer os desembolsos do projeto contra a realização do investimento. Então esse processo, desde a consulta até o enquadramento, até a aprovação, tem levado em média seis meses, considerando que em alguns casos, obviamente dependendo das linhas, algumas linhas são muito rápidas, alguns projetos pela sua complexidade são projetos que demoram mais ou porque a consulta precisa ser refeita em função das prioridades, mas há, digamos assim, uma espécie de linha de montagem de tramitação dos projetos dentro do banco.

Então o banco participa como um financiador importante do esforço do PAC. Podemos passar para o próximo.

Eu queria, em atenção aqui à Comissão de Agricultura, ao Senador, falar um pouquinho do apoio do BNDES à agricultura, que muitas vezes é subestimado. Eu queria dizer o seguinte, Senador: no ano passado a agricultura recebeu praticamente 25 bilhões de reais em apoios do BNDES, distribuído como está aqui mostrado, quer dizer, financiamento de caminhões, uma parcela muito grande dos nossos caminhões vão para o setor agrícola, que depende de caminhões para a sua safra, e os demais programas, o Moderagro, o Modfrota principalmente, a soma dos programas do banco, além de outros pois diretos do banco, empréstimos diretos do banco a empresas do setor agrícola sob diversas formas. Portanto, é muito substancial. E o crescimento no ano passado foi de 63%, foi um crescimento até superior ao crescimento total do banco.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Investimento de crédito?

SR. LUCIANO COUTINHO: Do crédito para o setor agrícola. O crescimento do ano passado do banco estava em torno de 40%, quarenta e pouco por cento, para a agricultura superou. Então o banco tem sido muito ativo no suporte em agricultura. Agora depois da crise, de setembro a abril, comparando com o mesmo período, nós estamos mantendo um crescimento--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nesse valor aí está incluído o sucroalcooleiro?

SR. LUCIANO COUTINHO: Neste valor, o sucroalcooleiro, que está recém começando, tem muito pouquinho, mas vai estar incluído um aumento para o sucroalcooleiro, mas aqui dentro tem alguns preâmbulos diretos ao setor sucroalcooleiro.

Então nós estamos mostrando também que de setembro do ano passado a abril desse ano, depois da crise, nós já desembolsamos 17 bilhões para o setor agrícola como um todo. Então o BNDES tem tido, ao contrário do que se pensa ou que às vezes se diz sem conhecimento, um compromisso muito firme com o setor agrícola brasileiro, com os agronegócios brasileiros e não poderia ser diferente. A economia brasileira tem nos agronegócios um dos seus principais esteios. Não fora o agronegócio brasileiro, a nossa balança comercial seria uma balança fortemente deficitária; o Brasil depende do seu agronegócio para sustentar a sua robustez cambial e seria inteiramente ilógico e irracional que nós estivéssemos afastados ou não tivéssemos atenção ao setor agrícola como um todo e ao setor de agronegócios, agroindústrias, como um todo. Então nós teremos muita satisfação, depois, de olhar os programas. Eu sei que nós temos desafios pela frente em função da crise de crédito, das dificuldades que alguns segmentos importantes do agronegócio estão enfrentando, nós temos consciência disso, mas nós temos buscado trabalhar muito para superar essas dificuldades. Vamos em frente.

Quero falar também do papel do BNDES na área social. Entre janeiro e abril de 2009 o nosso desembolso na área social tem crescido fortemente numa ação anticíclica. Nós estamos apoiando mais metrô, saneamento, ou seja, nós estamos buscando acelerar o desembolso nos contratos relativos a toda a área social do banco. O próximo.

Quero falar um pouco sobre o emprego, porque essa é uma outra questão muito endereçada ao banco. Numa das questões do Senador Dornelles, que eu recebi, era a questão do emprego, Senador, o BNDES desenvolveu um cálculo muito conservador, usando a matriz de insumo do produto, para calcular o impacto dos investimentos financiados pelo BNDES sobre a criação de empregos. Então o que nós temos é o seguinte: no ano passado os desembolsos do BNDES para capital fixo, para novas fábricas e novas unidades, representaram a criação ou manutenção de 2 milhões e 860 mil empregos. Então o BNDES tem contribuído de forma persistente e expressiva para a geração de empregos. Há, obviamente, aí um pedaço de rotatividade do emprego e o saldo líquido de criação de empregos é diferente desse, mas o BNDES se preocupa e tem como um dos principais nortes da sua política operacional a criação e sustentação de empregos. O investimento, é muito fácil de entender isso. O investimento é o melhor instrumento de criação de emprego em qualquer economia, e como o BNDES é o principal financiador do investimento, é natural que o resulta-

do da sua atuação seja muito favorável em termos de criação de emprego. O próximo.

Mas mais do que isso, há um estudo recente feito pelo IPEA, um estudo muito interessante. Ele toma amostras de empresas comparáveis, empresas do mesmo porte e dos mesmos setores, e analisa essas duas amostras. Essas amostras cobriram o período de onze anos, de 1995 a 2006. Amostras de empresas apoiadas versus amostras de empresas não apoiadas pelo BNDES. Então amostra de empresas apoiadas pelo BNDES revela que no primeiro ano elas tinham 14% mais emprego e no terceiro ano 27% mais emprego do que a amostra das empresas não apoiadas. Se nós olhássemos remuneração média, também. Se nós olharmos escolaridade e produtividade, não está aí, mas o BNDES tem um efeito qualitativo: não só ele queria emprego, ele ajuda a criar emprego, mas o desembolso do BNDES tem tido um papel positivo de melhora qualitativa da estrutura empresarial brasileira. O próximo.

Quero falar agora também, em atenção ao setor de agronegócios, sobre a nossa compreensão relativa a um setor tão importante. Nós sabemos que as linhas de crédito ficaram muito escassas num período recente, especialmente o financiamento que era oferecido por *tradings*, que desapareceu, e o financiamento oferecido por alguns bancos, especialmente bancos pequenos e médios que saíram do crédito e, na verdade, resgataram e sufocaram o crédito para empresas do agronegócio em várias regiões. Além disso, houve queda na demanda internacional e houve, em alguns casos, a produção que ia para o mercado internacional foi jogada no mercado interno com queda de preço. Em outros setores houve um ciclo muito forte de investimento que, colhido pela crise, produziu uma ociosidade que afetou várias empresas; foi especialmente o caso do setor de frigoríficos. Enfim, isso levou, felizmente, um conjunto limitado de empresas importantes para a recuperação judicial. Nós temos trabalhado arduamente para tentar encontrar soluções dentro da Lei de Recuperação Judicial para a solucionar o caso dessas empresas, porque nos interessa... Esses ativos empresariais, vários deles, são ativos empresariais de alta qualidade, essas empresas precisam ser recuperadas. E eu quero dizer muito claro aqui, quando a gente quer dizer que precisamos recuperar as empresas, não quer dizer que nós vamos salvar ou recuperar os controladores das empresas. Se as empresas ainda têm patrimônio positivo, é lícito que os controladores tenham a sua fatia correspondente ao patrimônio positivo, mas se as empresas têm patrimônio negativo, trata-se de orquestrar, dentro da Lei de Recuperação, seguindo as normas da Lei, a busca de investidores

que possam recuperar a empresa, comprar a empresa em recuperação, apresentar um novo plano de negócio e recuperar essas empresas dentro da Lei, porque empresas são instituições muito valiosas para serem sacrificadas, especialmente empresas que têm um acervo de tecnologia, de capacidade produtiva; isso precisa ser recuperado. Então nós estamos muito empenhados em apoiar o processo de recuperação judicial buscando atrair investidores, apoiar esses novos investidores para que eles possam recuperar a empresa. Podemos seguir adiante.

No caso do açúcar e álcool, felizmente, os preços estão melhorando em função de uma frustração de produção na Índia e de sustentação da demanda. No caso do etanol, nós sofremos com o mercado a partir da redução de vendas de veículos, a partir de uma certa redução do consumo e também das exportações. Entretanto, com o Programa de Orientação(F) do Alcool nós vamos poder estocar e impedir que o preço continue em queda livre, poder ajudar, e, também, maior destinação para o açúcar vai nos permitir acomodar. Nós temos a convicção de que o setor sucroalcooleiro superará essa crise, temos uma visão otimista quanto ao futuro setor sucroalcooleiro e temos apoiado a recuperação do setor. O próximo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem a perspectiva americana também.

SR. LUCIANO COUTINHO: Tem a perspectiva também, como o Senador está me lembrando aqui, de abertura do mercado americano.

Rapidamente, o BNDES tomou um grande número de medidas, eu não me lembro agora, eu acho que foram mais de quarenta e duas medidas contra a crise, desde a eclosão da crise, mas em resumo as principais medidas desde setembro. Primeiro, a entrada do BNDES firme em capital de giro. O BNDES tradicionalmente sempre financiou investimento ao longo prazo. Em função da crise, o BNDES abriu uma linha de giro que tem sido muito demandada e nós vamos estar executando, entre as diversas categorias de giro, algo próximo a 10 bilhões ou mais ao longo desse ano de 2009, o que é uma mudança importante nas linhas do BNDES. E nós temos produzido giro para a produção, para a exportação, através da ampliação do pré-embarque, e de empréstimos-ponte para projetos de infraestrutura, temos apoiado, porque o mercado tem sido muito seletivo na oferta de crédito a empréstimos-ponte para infraestrutura. O BNDES tem se empenhado muito em fortalecer as pequenas e médias empresas. Nós ampliamos o limite do Cartão BNDES, que era até 250 mil reais, para 500 mil reais. Ampliamos o prazo de três anos para quatro anos e baixamos a taxa de juro, sendo que o resultado é que o Cartão BNDES

tem crescido 100% nesse quadrimestre, quer dizer, os desembolsos do Cartão. O Cartão está crescendo fortemente, ele é um precioso instrumento de apoio à pequena empresa que nós temos utilizado. Além disso, nós permitimos o refinanciamento de até 20% da carteira de pequenas empresas do banco. O refinanciamento era permitido para apenas 4% da carteira e nós flexibilizamos o financiamento para que os bancos possam refinarçar pequenas empresas em casos de necessidade de refinanciamento. Então temos buscado apoiar o refinanciamento para pequenas empresas. Um outro programa importante se destinou à manutenção da capacidade de investimento dos Estados da Federação. O Governo Federal ofereceu aos Estados um volume de 4 bilhões de reais para apoio à sustentação dos investimentos dos Estados. O BNDES também participa do apoio ao Programa Minha Casa, Minha Vida, o programa de construção, apoiando a cadeia produtiva, apoiando a expansão da cadeia produtiva e através de programas de apoio à qualidade. Podemos seguir adiante, por favor.

Com relação a programas que estão entrando em operação agora em abril e esperamos poder expandir fortemente, um deles é o Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro, que é o Programa de Orientação(F), ao qual eu já fiz referência. O Programa PROCAP Produção é um programa muito interessante. Esse programa visa financiar o cooperado para que ele possa capitalizar a sua Cooperativa. Esse programa permite a recapitalização de cooperativas através do financiamento ao cooperado, seja a cooperativa singular ou seja o próprio cooperado pessoa física. Quero sublinhar, também, o Programa Especial de Crédito Rural - PROCER, que é um programa de 10 bilhões de reais de crédito ao setor rural em diversas modalidades. E, também, o Programa de Giro – PEC/BNDES, que também está aberto aos setores de agronegócio. Esses programas todos são programas muito relevantes. Estes programas, o PAS e o PROCER, têm equalização de juros. O Programa PROCAP Produção é um programa em condições bastante favoráveis e o PEC também é um programa que tem como base uma taxa de 10,25%, uma taxa bastante favorável para o capital de giro. Podemos seguir adiante, por favor.

O Programa de Apoio aos Estados é um programa que foi também perguntado pela assessoria do Senador Dornelles. O Programa de Apoio aos Estados tem uma dotação de 4 bi e ele tem como distribuição, Senador, proporcional ao Fundo de Participação dos Estados que, como sabemos, é diretamente proporcional à população e inversamente proporcional à renda per capita dos Estados. Então os Estados mais pobres, mais populosos, recebem mais do que os Estados mais

ricos, de maior renda per capita. Portanto, esse é um programa que beneficia, a grosso modo, os Estados menos desenvolvidos do Brasil, com destaque para os Estados do Nordeste. Neste programa será oferecido TJLP + 3% e todos os Estados já apresentaram—

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Presidente, por favor.

SR. LUCIANO COUTINHO: Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Volte um pouquinho só.

SR. LUCIANO COUTINHO: Volte uma.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): São 4 bilhões?

SR. LUCIANO COUTINHO: 4 bilhões de reais. Está aqui a apresentação, Senador, ficará. Podemos seguir.

Esse programa todos os Estados já apresentaram, está todo enquadrado. Os Estados do Nordeste estão aqui, por conta da renda per capita mais baixa são os mais beneficiados e nós esperamos implementá-lo com grande agilidade para ajudar a sustentação dos investimentos dos Estados. Podemos seguir adiante.

Dentre as medidas mais recentes, Srs. Senadores, o BNDES obteve, um dos seus pleitos importantes atendidos, que era a redução da taxa do empréstimo de 100 bilhões ao BNDES. O empréstimo de 100 bilhões foi feito com TJLP + 2,5% de *spread* para o Tesouro. Ele foi arbitrado em um momento em que a Taxa Selic estava lá em 14,75%. Para reduzir o impacto sobre o Tesouro, sobre o subsídio implícito do Tesouro entre o custo de captação do Tesouro e o custo de empréstimo ao BNDES, o empréstimo foi feito com TJLP + 2,5%. Ocorre que felizmente, graças à queda expressiva da Taxa Selic, esse aproximação da Taxa Selic da TJLP, tornou esse custo um custo extremamente incômodo, posto que o BNDES teria que repassar esse custo para o setor privado. Então atendendo a um pleito, o Ministro Guido e o Presidente da República houveram(F) por bem reduzir a taxa de 2,5% para 1%. Então o custo dos recursos do BNDES foi reduzido de 2,5%, TJLP + 2,5%, para TJLP + 1%. Em função dessa redução de custos nós anunciamos imediatamente uma redução dos custos de várias das linhas do banco que estavam muito onerosas. Por exemplo, o empréstimo-ponte que partia de 14,5% para infraestrutura foi reduzido para uma faixa entre 8,15% e 10%. O Programa Especial de Crédito, que é o Programa de Giro, a taxa saiu de 14,5% para 10,25%, isso para o sistema bancário, pois depois disso o sistema bancário coloca o seu *spread*, quer dizer, 10,25% é o custo básico e mais a remuneração do agente financeiro. E, finalmente, as taxas de pré-embarque à exportação que foram reduzidas. Além disso, toda a linha FINAME, as parcelas da li-

nha FINAME e outros programas que tinham parcelas, especialmente o 20% adicional para chegar a 100%, que estava com TJLP + 2,5%, foi reduzido. Então o BNDES repassou para as suas linhas imediatamente a redução do juro. Então essas foram as medidas mais recentes. O próximo slide.

Eu quero concluir a minha apresentação dizendo que nós temos a convicção, Srs. Senadores, que a economia brasileira tem condições de crescer bem acima da média mundial nos próximos anos, ou seja, a economia brasileira tem condições efetivas de se descolar da crise e crescer acima da média. Este desempenho da economia brasileira estará calcado boa medida em seu mercado interno - eu já falei sobre isso. Eu quero sublinhar também o grande potencial da construção habitacional no Brasil. É um tremendo potencial que eu não fiz referência na exposição, mas o Brasil tem um grande déficit habitacional, especialmente nas classes de baixa renda. Tem uma baixa alavancagem no sistema financeiro do crédito imobiliário, há uma avenida para o crédito imobiliário crescer a partir da redução das taxas de juros. Então eu tenho uma visão muito otimista quanto ao potencial de crescimento do sistema de construção habitacional no Brasil. Além disso, como eu já expus, o investimento no Brasil será dinamizado por quatro grandes eixos: petróleo e gás, energia, logística e agronegócios, que são vetores muito poderosos de sustentação do investimento. O que nós precisamos agora é apoiar as pequenas e médias empresas para que elas possam também recuperar os investimentos. E eu posso dizer aos senhores, além disso, que o BNDES tem um firme compromisso com a inovação tecnológica e com o meio ambiente, são dois compromissos muito firmes sobre os quais eu não falei, mas é importante deixar sublinhado aqui, além do nosso total empenho em suportar a economia. Muito obrigado pela atenção. Peço desculpas por ter me alongado demais na exposição.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu gostaria que me inscrevesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria cumprimentá-lo pela exposição competente e objetiva que acabou de fazer. A sua presença na presidência do BNDES tem sido um marco da administração pública brasileira e o BNDES tem tido uma função extremamente importante num momento em que o País enfrenta essa crise financeira de empregabilidade.

Nós passamos agora aqui às inscrições. Foi adotado o critério daqueles Senadores que fizeram os requerimentos. O primeiro seria o Senador Suplicy, que aqui não está. Vamos fazer de três em três, se vocês

concordarem. Em seguida, o Senador Tasso Jereissati. O Senador Arthur Virgílio não está presente. Inácio Arruda, Senador Valter Pereira e o Senador... Vamos aqui dar a palavra ao Senador Tasso Jereissati e em seguida ao Senador Valter Pereira.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Srs. Presidentes, Srs. Senadores, Dr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Primeiramente eu gostaria de parabenizar ao Presidente Luciano Coutinho pela exposição bastante clara, bastante transparente, que demonstra bem o importantíssimo papel que o BNDES tem desempenhado ao longo de toda a sua história, mas, principalmente, recentemente durante essa crise econômica que afetou o mundo inteiro; realmente o BNDES tem tido um papel fundamental. Gostaria de ressaltar que, apesar de Senador de oposição e ser um crítico constante do governo que aí está, a minha admiração e respeito pelo Luciano Coutinho pelo que ele representa, um homem sério, competente e que tem uma história que honraria qualquer governo em qualquer época no Brasil.

Algumas coisas, no entanto, Presidente, eu gostaria de ver esclarecido e eu não vejo com o mesmo otimismo que V. Sa. vê no quadro que aí foi entregue. Por exemplo, o papel do BNDES tem sido fundamental, sem dúvida nenhuma. Mas observando o desenho e mesmo confirmado aqui pelo desenho que V. Sa. fez, tem sido investido um volume de recursos muito mais naquilo que vocês estão chamando de operações estruturadas, ou seja, salvar ou ajudar ou suportar empresas em dificuldades do que propriamente novos investimentos que vão promover novos empregos, crescimento industrial, etc. Não que o salvamento não seja necessário, mas, a meu ver, esses últimos recursos e essas últimas grandes operações feitas pelo BNDES têm sido concentrada basicamente nessas operações, chamadas operações estruturadas. Por exemplo, as cinco maiores operações de empréstimos feitas pelo BNDES foram para quatro frigoríficos e uma empresa de cana-de-açúcar nos últimos tempos, todas operações estruturadas, todas operações no sentido de resolver problemas financeiros dessas empresas, empresas, aliás, que boa parte merece. Em algumas delas o BNDES inclusive passou a ser coproprietário, em algumas delas o BNDES passou a ser coproprietário. O investimento, outro volume fundamental, foi para a PETROBRAS, que deixou, enfim, de ter condições de obter recursos lá fora e praticamente, pelo que foi mostrado ali, 40% foi para a PETROBRAS. Isso é o Grupo PETROBRAS, Presidente Coutinho, quando fala aqueles 25%? É o Grupo PETROBRAS como um todo? Porque há uma mudança de critério também para efei-

tos de referência, no BNDES, em que passa a considerar não a PETROBRAS como um grupo para efeito de risco, de empréstimos à mesma empresa, não é isso? Há uma mudança de critério, há uma mudança de critério aí que me parece que foi feita sob medida para a PETROBRAS, para que o banco pudesse atender a PETROBRAS. E aí também me parece que há uma nova autorização, que eu não entendi direito, e gostaria que V. Sa. me explicasse, que para as empresas estatais, me parece também que aí é feito sob medida para a PETROBRAS, que para as empresas estatais o BNDES poderia repassar para essas empresas não em dinheiro, não em moeda corrente, mas em títulos públicos, o que eu também não entendi, porque está se criando uma nova moeda, uma moeda paralela, e essa empresa poderia pagar ao BNDES em títulos públicos depois de volta ao invés de pagar... Pagaria em títulos públicos. Isso, por que é que isso só vale para as estatais e não vale para as outras empresas? Porque aí a gente estaria criando um mercado de títulos públicos e eu gostaria de entender essas duas modificações também, ou seja, a questão de concentrada em operações estruturadas e a questão dessas duas modificações que foram feitas.

Dessas operações estruturadas me chama a atenção uma especial e aí V. Sa. vai me explicar porque, talvez, tenha capacidade de entender melhor do que eu. Segundo o Presidente Lula, as pessoas que fizeram operações de derivativos foram os "picaretas", não é isso? "Picaretas" ou "pilantras".

SR. LUCIANO COUTINHO: Como os Deputados.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Que usaram o termo, foram os "picaretas". Segundo uma explicação aqui muito bem feita pelo Presidente Meirelles, o lucro entre quem perdeu e quem ganhou naquelas operações de derivativos, boa parte dos ganhos concentrou-se no Banco Central, foi o Banco Central que ganhou. O Banco Central, por sua vez, repassou para o Tesouro como o lucro do Banco Central que foi repassado para o Tesouro. O tesouro repassou esse dinheiro para o BNDES nesses empréstimos e o BNDES repassou para os "picaretas" de volta, nessas operações estruturadas, algumas delas; os "picaretas", eu não concordo, os "picaretas" conforme o que o Presidente Lula chamou, não é isso? – [risos]. Eu queria explicar que o Presidente Luciano Coutinho, eu me considero amigo dele há uns vinte anos, ele está olhando feio para mim, mas é mais ou menos isso, porque ele foi professor e quando eu era jovem lá no CIC(F) no Estado do Ceará, várias vezes, e ainda jovem, várias vezes ele foi me explicar algumas operações que ele não entendia. Agora eu estou pedindo que ele, como

professor brilhante que é, me explique esse círculo vicioso que começa com “picaretas” e termina com “picaretas”, segundo o Presidente Lula, não é a minha opinião sobre o assunto. Mas me parece que a gente fez uma cirandinha aí, porque parte desse dinheiro voltou para os “picaretas”.

Então são essas as questões... “Picaretas”, eu não concordo com isso, é preciso explicar, que com certeza o Presidente Luciano Coutinho vai me explicar também, ele que sempre foi um grande professor de economia, talvez, agora, venha a ser também mestre em semântica, explicar um significado diferente sobre a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati. Passo a palavra agora ao Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu acho que a vinda do Dr. Luciano Coutinho a esta Comissão multidisciplinar enriqueceu o debate acerca da crise e mostrou perspectivas que realmente estavam em todas as nossas expectativas. Não nos surpreendeu o depoimento dele, dada a sua notável biografia. Conheço a história do Dr. Luciano Coutinho e sei que o BNDES não poderia ter um comando melhor, especialmente nesse momento de crise, e os dados trazidos à colação demonstram claramente isso. O BNDES tem sido o braço direito do fomento da economia brasileira e, indiscutivelmente, tem sido o grande amortecedor dos efeitos da crise na economia brasileira. Portanto, eu quero inicialmente cumprimentar o Dr. Luciano Coutinho pelo equilíbrio, pela descrição com que o banco tem se conduzido e pela firmeza em momentos tão graves pelos quais nós passamos e que ainda não terminamos. Mas, a par disso, algumas dúvidas eu gostaria que fossem esclarecidas.

Uma delas, que diz respeito a uma atividade que afeta profundamente o meu Estado, que é o agronegócio. O Dr. Luciano Coutinho demonstrou que houve um efetivo incremento na disponibilização de crédito para esse segmento da economia que se reveste da maior importância, até porque contribui na formação do PIB com mais de 1/3 e, portanto, é um setor que precisa efetivamente de todo o apoio creditício, de todo o incentivo do governo. Recentemente, Dr. Luciano Coutinho, o segmento sofreu o impacto de fechamento de frigoríficos. Para a economia de um Estado como o Mato Grosso do Sul, acredito que Mato Grosso e Goiás, menos do que os dois primeiros, enfim, a região Centro-Oeste, o abalo no setor frigorífico causa um efeito em cadeia, porque afeta o produtor, afeta a produção, afeta duramente o emprego e afeta, sobretudo, o setor público, onde tem, nas unidades frigorí-

ficas, às vezes, a única ou uma das poucas fontes de emprego. Eu conheço Municípios que o fechamento do frigorífico significa o colapso total da economia e da arrecadação do próprio Município. A crise dos frigoríficos levou ao fechamento de mais de vinte unidades só em Mato Grosso do Sul e um desemprego muito grande. Há algumas incertezas ainda, porque o BNDES tem pautado, aliás, com louvor, por uma conduta discreta, diferentemente de outros segmentos que são espalhafatosos com as suas ações. E no caso do setor frigorífico, há uma inquietação sobretudo por parte daqueles que forneceram para o setor e que estão ainda passando e amargando dificuldades porque não receberam os seus créditos.

Então nós queríamos que o senhor esclarecesse exatamente até onde foi socorrido o setor, até onde poderá ser socorrido e, principalmente, levando em conta que em alguns casos desses financiamentos o BNDES investiu inclusive com a participação societária, embora, reconheça-se, com um padrão minoritário, dentro de uma faixa de acionista ou de cotista minoritário. Então é claro que se o BNDES tem uma participação nesses investimentos, o objetivo deve ser salvar os investimentos. Então nós queremos que o senhor esclareça sobre a efetiva participação nesse segmento e qual a perspectiva que tem de salvar aquilo que existe no segmento frigorífico, que tanto interessa no agronegócio de Mato Grosso do Sul e de toda a região Centro-Oeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Valter Pereira. Eu passo a palavra agora ao autor do primeiro requerimento e o terceiro orador, dentro daquela ideia de fazer três Senadores de cada vez, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu precisei ausentar-me por instantes para receber o Presidente do Senado da Bolívia com o Presidente Sarney, mas gostaria de cumprimentar ao Presidente Luciano Coutinho, do BNDES, pela excelente exposição e, sobretudo, ao mostrar que o BNDES vem tendo um papel fundamental para fazer o Brasil enfrentar adequadamente e da melhor maneira possível a crise internacional. Eu gostaria de formular algumas perguntas pontuais com respeito a alguns casos que aconteceram.

Em primeiro lugar, o caso da EMBRAER, que o BNDES tem uma relação de apoio. Eu gostaria de que pudesse nos dizer qual a natureza, seja com participação acionária, seja através de empréstimos, e que diálogo teve a direção do BNDES com a própria direção da EMBRAER e com a representação dos trabalhadores que solicitaram o apoio do próprio Pre-

sidente Lula e da própria presidência do BNDES para que pudesse haver um diálogo no sentido de minorar quaisquer problemas para o conjunto dos que trabalham na EMBRAER.

Segundo, um outro episódio importante e recente, até mencionado não oralmente, mas por escrito na sua exposição, que levou o BNDES a acompanhar a fusão da Perdigão com a Sadia. Agradeço se puder nos dizer qual foi a natureza da ação realizada junto a estas duas empresas que agora constituem a Brasil Foods, operação esta que inclusive deverá ser objeto ainda de exame por parte dos órgãos que examinam o procedimento de concorrência no Brasil, como o CADE, a Secretaria de Direito Econômico. Então agradeço se puder nos dar uma informação sobre isso.

Em terceiro, como o BNDES já há anos vem avaliando como importante também apoiar as operações de microcrédito e como as operações de microcrédito constituem também um dos importantes braços de apoio à resolução de problemas sociais com a criação de oportunidades para o pequeno empreendedorismo, mas com experiências muito positivas, então eu agradeceria se puder nos dar uma informação nesta área.

Quarto, com respeito à reflexão que o BNDES tem feito relativamente ao estabelecimento do marco regulatório que está por ser criado, especialmente no que diz respeito à exploração do petróleo no pré-sal, nas profundezas do pré-sal.

E, finalmente, quinto, atendendo ao Presidente Francisco Dornelles, agradeceria se puder nos dar uma evolução de quaisquer têm sido as principais fontes de recursos do BNDES que de alguma forma tem o seu lado do ativo apoiado por recursos, sejam eles de alguma monta provenientes do PIS/PASEP, seja do FAT, seja de outras fontes, eventualmente do Tesouro e das próprias aplicações do BNDES, como tem evoluído as fontes de recursos do BNDES, quais são as principais, inclusive para que tenhamos uma noção de como é que a evolução da economia brasileira afeta positivamente ou não as suas fontes de recurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, passo a palavra ao senhor e perguntaria apenas se poderia abordar se o governo brasileiro ou o banco, o BNDES, tem alguma política própria ou específica para garantir as exportações de manufaturados do Brasil para os países da América Latina que constituem hoje o principal mercado do País nessa área. Muito obrigado.

SR. LUCIANO COUTINHO: Bom, eu queria agradecer aos Senadores, saudar a Senadora Rosalba, o Senador João Pedro, o Senador Augusto Botelho, o Senador Suplicy, o Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Tasso, o Senador Sérgio, o Senador Tião, meu

querido Senador Pedro Simon. Eu vou tentar responder aqui com brevidade as questões.

Senador Tasso, eu queria dizer, primeiro, com relação à questão das operações estruturadas do BNDES. Uma parcela muito importante dessas operações foram feitas antes da crise. Portanto, elas não estão relacionadas a nenhum tipo de socorro à empresa. Notadamente várias operações feitas para empresas de agronegócios em que o BNDES atuou como um indutor do desenvolvimento, da formalização da governança e da abertura de capital dessas empresas, percebendo que em vários agronegócios, tomando especificamente o caso dos frigoríficos, percebendo o enorme potencial de competitividade brasileira nessa área e de outro lado a existência de um quadro relativamente pulverizado de empresas sem conformidade, às vezes com práticas de informalidade, etc., a atuação do banco no sentido de estimular a formação de grupos com grande competência industrial, por desenvolver essa competência industrial e tecnológica e, ao mesmo tempo, estruturas empresariais que pudessem migrar sucessivamente dentro do mercado de capitais para a condição de empresa de novo mercado. Nós buscamos estimular isso, até porque toda a política de participações acionárias do BNDES não pode se não que almejar que as empresas deem passos muito firmes na direção da melhoria de sua governança para que elas tenham liquidez no mercado, ou seja, não faria nenhum sentido um banco público congelar capital em empresas fechadas de natureza não líquida, etc. Então é importante que o banco seja um promotor do mercado de capitais. Essa é uma das razões pelas quais o banco precisa ser um promotor firme do desenvolvimento do mercado de capitais do Brasil e um promotor firme do desenvolvimento de APS(F) e de progresso em matéria de governança corporativa no Brasil. Então muitos apoios foram feitos a partir de um diagnóstico de competitividade. Eu acho que a economia brasileira tem muita competitividade em muitos setores. Essa competitividade, às vezes, é imbatível, mas ela requer o desenvolvimento de estruturas empresariais muito mais modernas e competentes para isso. Então uma grande parte das operações estruturadas, na verdade, dá BNDES-PAR, se refletiram num processo de desenvolvimento e de investimento das empresas. Quando o banco entrou no capital de algumas empresas, ele não o fez sem examinar todo o programa de investimentos da empresa. E o financiamento via renda variável, portanto, não significa uma prática que é realizada sem critério, ao contrário, ela é realizada dentro de critérios muito claros de interesse para o desenvolvimento da economia. Muito bem. Posteriormente à crise, Senador, foram muito poucos

os casos em que o banco apoiou a reestruturação de empresas através de operações de capitalização ou de empréstimos através de debêntures; foram poucos os casos. E esses poucos casos só foram efetuados após uma condição preliminar absolutamente imprescindível, qual seja, de que os prejuízos derivados das operações com derivativos fossem previamente refinanciados pelos bancos que originaram esses prejuízos. Eu queria talvez, Senador, aqui distinguir duas coisas, quer dizer, os ganhos que o Banco Central teve no mercado futuro, porque ele estava curto em dólar, ele estava operando e ele teve ganhos, dos ganhos realizados por bancos que venderam produtos de derivativos duplamente indexados ou alavancados, derivativos que repicavam sempre que a taxa de câmbio depreciava e que provocou... Eram produtos muito perigosos, produtos que eu considero tarja preta, que deveriam inclusive ser objeto de supervisão prévia, produtos que produziram prejuízos muito expressivos e em grandes empresas exportadoras. A condição prévia, absolutamente imprescindível, é que essas empresas renegociem com os bancos o refinanciamento com carência e o refinanciamento ao longo prazo desses prejuízos. Por que razão? Pela razão óbvia, Senador. Nós não poderíamos aportar capitais ou créditos para que essas empresas dessem saída ao lucro dos bancos, ou seja, nós não poderíamos financiar(F) o pagamento desses prejuízos aos bancos. Então, na verdade, as empresas terão que... Essa condição foi honrada em todos os casos, esses prejuízos foram refinanciados a longo prazo e apenas depois que esses prejuízos foram refinanciados pelo sistema bancário privado é que o BNDES se dispôs a participar de operações de mercado para recapitalizar essas empresas com o objetivo de fortalecer novamente a sua capacidade de investimento, porque não faria sentido, por exemplo, abandonar empresas de alta qualidade à sua própria sorte e impedi-las de continuar investindo. Então a atuação do banco, eu quero sublinhar que a atuação do banco foi feita estritamente em condições de mercado. Nós não oferecemos recursos em TJLP, recursos do FAT para operações de reestruturação. Essas operações foram todas operações realizadas com recursos da BNDES-PAR em condições de mercado, recursos até absolutamente com taxas exatamente iguais às taxas de mercado. Foram operações de mercado e que nós esperamos que revertam em lucros para a própria BNDES-PAR na medida em que essas empresas demonstrem recuperação. Então eu creio que essas operações têm mérito e elas não representam uma parcela tão grande.

Obviamente, com relação à PETROBRAS, Senador, um esclarecimento importante da sua questão.

O empréstimo à PETROBRAS é um empréstimo de grande escala. Ele foi aprovado, ele está em processo final de contratação, ele ainda não foi desembolsado e contratado. O objetivo desse empréstimo foi assegurar ao mercado a financiabilidade do Plano de Investimentos da PETROBRAS. É um Plano de Investimento de grande escala e, portanto, com a crise internacional de crédito, a PETROBRAS, que tinha facilidade de refinanciamento no mercado internacional de crédito, é conhecido, com o fechamento do mercado internacional a PETROBRAS, inclusive, pressionou durante alguns momentos o sistema doméstico de crédito. Esse empréstimo visa ancorar a capacidade de financiamento da PETROBRAS ao longo prazo. E, de fato, após o anúncio desse empréstimo a PETROBRAS obteve mais consultas e mais facilidade em financiar o seu Programa de Investimento. Esse é o objetivo. É um empréstimo de longo prazo que reflete a curva de juros do Tesouro e do BNDES, portanto, a curva de longo prazo de uma operação em moeda estrangeira, então é uma operação de mercado, com taxas de juros de mercado, e o fato de que ela é feita... Eu vou explicar agora apenas a questão dos títulos, que foi objeto da sua curiosidade corretamente. Como essa é uma operação de grande escala, primeiro eu quero dizer o seguinte: é uma operação feita refletindo a curva de juro em moeda estrangeira, então é uma operação feita em moeda, é um crédito feito em moeda, a PETROBRAS não vai nos pagar de volta em títulos. Apenas o repasse inicial é feito em títulos por uma questão de conveniência de mercado, que o senhor poderá entender facilmente pelo seguinte: se o BNDES recebesse recursos do Tesouro, monetizar os títulos, entregar em dinheiro para a PETROBRAS, a PETROBRAS, como não vai utilizar imediatamente todos os recursos no seu Programa de Investimento, ela irá outra vez aplicar parcela do recurso em títulos para que ela possa monetizar ao longo do Programa de Investimento. Então é por pura conveniência e para evitar pressão sobre o mercado de títulos que o repasse inicial pode ser feito em títulos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUCIANO COUTINHO: Ele pode ser feito por tranches ou ele pode ser feito... Isso nós estamos exatamente na fase final de contratação do empréstimo, se ele pode ser feito por tranches de títulos, mas ainda assim como a PETROBRAS pode não ter utilização imediata daquela tranche, para evitar que você monetize e reaplique em títulos, a PETROBRAS então fica com... E como a PETROBRAS trabalha com um pessoal de bancos, ela pode ir monetizando essas tranches à medida em que ela tenha necessidade de

desembolso. É por uma simples questões de conveniência e de não afetar o mercado de papéis públicos por operações repetidas de monetização. Era apenas por essa questão, não há nada além dessa conveniência. Mas é uma operação de crédito padrão, não haverá nenhuma nova modalidade de empréstimo em que você retomará o empréstimo em títulos, então não haverá um circuito de empréstimos em títulos, como era a sua preocupação, é apenas isso e nós--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUCIANO COUTINHO: Pois não. O BNDES tem um patrimônio de referência em torno de 45 bilhões de reais. Então esse patrimônio de referência, ele foi ampliado, mas os limites para empréstimo a empresas tinham ficado muito pequenos. Então nós ampliamos os limites para empréstimos, mas esses limites estão dentro de parâmetros de confiabilidade, considerando o patrimônio de referência do banco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O empréstimo para a PETROBRAS ficaria mais de 50%, que é 25 bi?

SR. LUCIANO COUTINHO: Vinte e cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): E o patrimônio de referência 45 bi?

SR. LUCIANO COUTINHO: 45 bi, mas o patrimônio de referência do banco está sendo ampliado ao longo desse ano. Nós estamos capitalizando e estamos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUCIANO COUTINHO: O banco tem que cumprir regras de Basiléia, nós cumprimos regras de Basiléia, nós estamos sob regulação do Banco Central. O banco tem uma alavancagem muito baixa considerando Basiléia, nós mostramos isso numa apresentação aqui na CAE um tempo atrás. Então nós seguimos totalmente a regulamentação de Basiléia, nós estamos submetidos à supervisão do Banco Central anualmente, aliás, o Banco Central teve até essa semana a missão, a supervisão bancária esteve no banco, então nós estamos dentro das regras.

Agora é importante considerar também que um empréstimo desse tipo, ele é um empréstimo que pode ter, parte desse empréstimo, é para uma empresa cujo controlador é o Tesouro Nacional que, também, é o controlador do BNDES. Então esse é um fator mitigador de risco importante, nós temos autorização do Tesouro para realizar essa operação.

Com relação, eu não sei, eu acho que eu toquei todas as questões levantadas pelo Senador Tasso Jereissati, a quem quero agradecer ao seu elogio pesso-

al, Senador, também lhe tenho em grande conta como Senador e como pessoa pública. V. Exa. conta com a minha admiração, temos um relacionamento pessoal muito cordial, que eu espero que possamos preservar ao longo das nossas vidas porque amizades são coisas que são muito preciosas. Então eu quero agradecer ao seu elogio.

Senador Valter Pereira, eu quero lhe dizer o seguinte: nós consideramos realmente extremamente grave a questão do setor de frigoríficos. Nós sabemos que muitos frigoríficos pequenos estão sofrendo graves dificuldades, vários fecharam. Nós temos tentado atuar junto com o Banco do Brasil e com a rede de bancos que apoiam o setor agrícola para através das linhas, especialmente das novas linhas de crédito criadas para a agricultura, especialmente a linha PROCER, para o refinanciamento de frigoríficos que estão em situação solvente, que tem que ter aquela diferença entre problema de liquidez e problema de solvência. Para empresas que têm problema de liquidez, apenas problema de liquidez, nós temos obrigação de emprestar para que elas ultrapassassem o problema de crédito. Agora existe um conjunto de casos, infelizmente, de insolvência que nós temos que trabalhar para solucionar. Especialmente há um caso mais importante de recuperação judicial de um grande frigorífico, nós estamos trabalhando em conjunto com os credores na apresentação de um plano de negócio. Existe engajamento aí de bancos de investimento e advogados financeiros buscando a atração de investidores que possam assumir o negócio, através da apresentação de um Plano de Recuperação, porque nós entendemos que a Lei de Recuperação Empresarial, a Lei de Recuperação de Empresas existe exatamente para tratar desses casos de insolvência e a Lei de Recuperação é muito clara no sentido de que na insolvência se deve separar o tratamento dado aos controladores do tratamento dado à instituição enquanto empresa. Salvar o fundo de comércio e salvar o negócio é meritório através de ingresso de investidores ou através de capitalizações de mercado, enquanto que os controladores que originaram o problema devem arcar com as suas consequências. Então esse processo, que é previsto na Lei, é um processo lícito e que nós teremos a obrigação de, como Banco de Desenvolvimento, lutar para a recuperação de empresas, está certo? Eu acredito que seria uma irresponsabilidade, enquanto Banco de Desenvolvimento, cruzar os braços diante dessa situação. Nós temos obrigação, portanto, de lutar muito e nós estamos empenhados em buscar a recuperação das empresas dentro dos preceitos da Lei.

Nós estamos abertos ao diálogo com o setor de frigorífico, nós estamos tentando ajudar, que os frigorí-

ficos que estão em melhor situação possam auxiliar os outros através da aquisição de projetos ou da aquisição de novas plantas ou de plantas que estão ociosas em determinados projetos, de tal maneira a permitir aos grupos que estejam insolventes de ter a oportunidade de recuperação através da venda de ativos isolados. Então esse é um trabalho bastante exaustivo. Eu confesso ao senhor que eu tenho, nos últimos meses, a minha jornada de trabalho tem sido exaustiva, eu tenho trabalhado aí *over time*, trabalhado excessivamente por causa que a construção dessas soluções é trabalhosa e exige muito empenho, mas nós estamos empenhados nisso e vamos trabalhar nessa direção.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade, se me permite, pela ordem aqui, Senador Jayme Campos, eu queria fazer apenas um adendo naturalmente à pergunta do Senador Valter Pereira feita ao ilustre Presidente Luciano Coutinho, em relação a essa mesma matéria da pergunta, do questionamento em relação à área frigorífica.

Presidente Luciano, me causa muita preocupação e estranheza na medida em que o BNDES está hoje associado, ou seja, compor(F) alguma participação de algumas empresas frigoríficas do Brasil. Eu não vou me referir o nome, até porque não interessa. Todavia, têm alguns frigoríficos, o Frigorífico Independência, vamos se referir a ele aqui, que em princípio tinha feito uma engenharia financeira e o BNDES tinha comprado 28%, se não me falha a memória, até 30% dentro da sua participação nessa empresa. Entretanto, o BNDES liberou na primeira parcela, de um total de 480 a 500 milhões de reais, se não me falha a memória, 250 milhões, e num determinado momento, no mês de dezembro, se não me falha a memória, a empresa já não vinha andando tão bem como o banco esperava, eu imagino que fosse assim. O banco não liberou a segunda parcela. Feito isso, uma das ponderações que esta empresa faz, ou seja, leva ao conhecimento dos seus credores, sobretudo os credores que forneceram boi para a sua atividade econômica, no caso especificamente do Mato Grosso, que eu posso falar com mais perfeição, de que um dos motivos em que não foi, ou seja, pago a esses fornecedores, foi tendo em vista que o BNDES não cumpriu com a segunda participação, ou seja, da segunda liberação. Mas o que eu fico mais preocupado, Luciano, é de que se o banco, num primeiro instante, comprou 28% do ativo e do passivo do Grupo Independência, eu imagino também que neste caso, como a empresa pediu recuperação judicial, o banco também é responsável em 28% deste passivo junto aos nossos fornecedores. Eu pergunto a V. Exa.: Como é que está o andamento dessa enge-

nharia financeira deste grupo para que ele possa quitar o seu passivo junto aos seus fornecedores, sobretudo rebanho bovino, que até governo nenhuma resposta nós, do Mato Grosso, não temos em relação, naturalmente, a essa pendência que existe com os pecuaristas daquele Estado e, com certeza, há algumas centenas vivendo em situação difícil por falta de quitação desde pagamento. Essa é a minha indagação, Presidente Luciano Coutinho.

SR. LUCIANO COUTINHO: Obrigado, Senador. Eu vou responder com muito cuidado porque nós estamos falando de um caso específico e eu estou sujeito à regra de sigilo bancário. O senhor levantou um caso que é público de uma empresa cujo processo de perda de substância foi muito rápido e inesperado. Era uma empresa modelo em termos de governança, de liquidez muito reputada no mercado.

O fato do BNDES não ter podido integralizar a segunda parcela deveu-se ao fato de que várias das cláusulas do contrato com o banco não puderam ser honradas pela empresa em função da sua situação financeira. Além disso, a empresa entrou em recuperação judicial, o que também é mais um dos processos e que os regulamentos do banco impedem uma operação de capitalização de uma empresa que está em processo de recuperação judicial sem que tenha um Plano de Recuperação Judicial aprovado, quer dizer, não seria consistente com a própria Lei de Recuperação. Então nós temos que aguardar. Eu sei, Senador, das aflições, das dificuldades sérias e das repercussões que têm tido em vários Estados, mais especialmente no seu Estado, Senador Jayme Campos. Mas nós estamos trabalhando, o que eu posso lhe dizer é que nós estamos trabalhando junto com os credores num Plano de Recuperação da empresa e nós esperamos encontrar um caminho dentro da Lei de Recuperação para que a empresa possa retomar suas atividades e que os fornecedores, especialmente os pequenos fornecedores, que estão amargando sérias dificuldades, possam ser ressarcidos. Nós estamos trabalhando firmemente aí nessa direção.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu queria apenas um minuto só, Senador Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu quero dizer que temos vários inscritos. Estão inscritos aqui o Senador Tião Viana, Pedro Simon, Antônio Carlos Valadares, Sérgio Guerra, de modo que, para mim, seria difícil não respeitar essa ordem.

SR. LUCIANO COUTINHO: Respondendo às questões do Senador Suplicy, Senador, depois nós gostaríamos de conversar pessoalmente consigo, viu?

Eu entendo a sua aflição e gostaria de conversar pessoalmente.

Senador Suplicy, relativamente à EMBRAER, o BNDES tem uma participação residual no capital não votante da EMBRAER resultante do passado, ele não participa do bloco de controle da EMBRAER, a EMBRAER é uma empresa puramente privada e tem um bloco em que o BNDES não participa. O BNDES não financia a EMBRAER nos últimos anos. A EMBRAER se financiava estritamente no mercado e felizmente o mercado era suficientemente líquido para financiar a EMBRAER. Depois da crise, porém, o BNDES tem financiado não a EMBRAER, mas os compradores da EMBRAER. O BNDES tem ajudado a EMBRAER a vender. Nós realizamos operações no ano passado importantes, são públicas, para a British [ininteligível], para o Grupo Air France e para outras grandes empresas americanas para comprarem aeronaves da EMBRAER. E vamos ter que continuar a fazer isso mais intensamente na medida em que o sistema bancário internacional não tem oferecido crédito à EMBRAER; nós temos que apoiar as vendas da EMBRAER. Mais recentemente, Senador, nós estamos estruturando operações em reais para que a EMBRAER seja capaz de vender no Brasil suas aeronaves e que possamos apoiar o desenvolvimento da aviação regional no Brasil. Nesse sentido nós apoiamos projetos da AZUL e ontem, na reunião de diretoria, o BNDES aprovou um projeto para a compra de aeronaves pela TRIP, que nós estamos esperando poder ampliar, porque a aviação regional precisa se desenvolver no Brasil com um modelo de negócio consciente e nós vamos continuar apoiando. Eu acho que é nossa obrigação apoiar as vendas da EMBRAER, sem as quais a questão do emprego na empresa fica complicado. Eu quero lhe dizer que, atendendo à solicitação de V. Exa., eu recebi o sindicato, eu atuei como mediador no sentido de solicitar à empresa que abrisse uma negociação com o sindicato para que houvesse uma... Essa negociação terminou sendo propiciada pela intervenção do TRT, porque o TRT forçou um processo de entendimento, e desse processo de entendimento resultou uma melhoria das condições no processo de dispensa dos funcionários da EMBRAER. Mas eu quero lhe dizer que, no que dependeu de nossa intervenção, nós buscamos sensibilizar a empresa para um diálogo com o sindicato e para que as condições originais do processo de demissão fossem melhoradas, fossem substancialmente revistas e melhoradas.

Relativamente à Sadia e Perdigão, eu agradeço a pergunta porque eu gostaria de esclarecer que esse processo de fusão não transitou pelo BNDES; esse foi um processo negociado entre as partes privadas. O

BNDES não financiou a aquisição de uma pela outra, de nenhum processo neste caso, e como a empresa resultante, a Brasil Foods, precisará de uma capitalização para a redução de dívida, essa capitalização será feita através de uma operação de mercado. Essa operação de mercado será, em boa medida, garantida pelos próprios acionistas da empresa e, portanto, ela tem tudo para ser uma operação de mercado muito bem sucedida. O BNDES poderá examinar e participar dessa oferta pública se considerar isso uma operação vantajosa. Nós, possivelmente, poderemos participar disso. Eu tenho dito que poderemos participar, mas esperamos que o mercado reaja muito favoravelmente e a nossa participação pode até ser pequena, residual ou até não acontecer, porque nós só iremos participar em condições que sejam vantajosas para o BNDES. Então é uma demonstração até que nem sempre essas operações dependem do BNDES, que felizmente o Brasil tem um mercado de capitais pujante, que está se recuperando e que pode, muitas vezes, solucionar esses problemas, o que para nós é uma demonstração de vitalidade do Brasil. Nós estamos muito satisfeitos com essa solução. Considero também, Senador, que dado às implicações para a concorrência o sistema brasileiro de defesa da concorrência deve examinar a questão concorrencial com muito cuidado e deve eventualmente sanar os impactos sobre a concorrência sem prejudicar os ganhos de sinergia que uma grande empresa brasileira, como essa, pode vir a ter no desenvolvimento das suas exportações e na presença brasileira em outros mercados.

Em relação ao microcrédito, é uma pergunta desafiadora, Senador. É um desafio fazer microcrédito no Brasil. O BNDES, particularmente para o BNDES, que é um banco de atacado, digamos assim, tem apenas a sede no Rio de Janeiro, nós temos buscado trabalhar com várias instituições. O Banco do Nordeste, principalmente, tem uma experiência muito interessante em microcrédito, nós temos nos associado ao Banco Nordeste, repassado recursos para o Banco Nordeste operar em microcrédito, e nós temos buscado atuar com pequenos bancos ou instituições credenciadas por pequenos bancos especializadas em microcrédito. É uma tarefa difícil e nós esperamos que com a redução de taxas de juro e, especialmente, com a criação de mecanismos de mitigação de crédito, de risco de crédito, o microcrédito possa se tornar um instrumento mais efetivo no Brasil, porque ele é muito caro. E aqui há uma necessidade de a criação de mecanismos de aval e de garantia. É uma matéria complexa. Eu chamaria a sua atenção para uma experiência muito hesitosa em países da América Latina, que é o desenvolvimento de sociedade garantidoras de crédito comunitárias. Nós

estamos muito interessados em apoiar o desenvolvimento dessa sociedade comunitária garantidora de crédito porque fundos de aval de cima para baixo não têm se revelado muito eficiente, mas é uma matéria que gostaríamos em outra oportunidade de aprofundar consigo. É uma matéria complexa que demandaria muito tempo explicar.

Fontes de recursos para o BNDES. O BNDES tem fundamentalmente o FAT e o Retorno. A carteira do FAT é uma carteira importante, o Retorno dos recursos do FAT, que representam um potencial de cerca de 55 bilhões/ano de financiamento para o BNDES. Como a escala do BNDES cresceu, o Tesouro Nacional nos propiciou este empréstimo de grande escala que eu, na minha apresentação, fiz referência, cujo custo foi felizmente reduzido recentemente. Então nós temos recursos do FAT, os recursos do Tesouro. Além disso, o BNDES tem obtido com sucesso captações de moeda estrangeira das instituições multilaterais de crédito. Nós temos merecido créditos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Banco Mundial, créditos de grande escala. Nesse ano mais de 3 bilhões de dólares em créditos das instituições multilaterais e, além disso, nós estamos captando em outras instituições, no Japão, na Alemanha, em vários bancos internacionais que têm honrado o BNDES com empréstimos bastante convenientes. Além disso, o BNDES tem sido procurado insistentemente pelo mercado, na medida em que o risco Brasil tem crescido o BNDES tem sido instado pelo mercado. Eventualmente o BNDES poderá voltar ao mercado e captar no mercado internacional a taxas convenientes. É importante que a gente se mantenha no mercado e tenha uma curva de juros de mercado que reflita a qualidade do crédito do BNDES, que é muito boa. Então o BNDES se emparelhou até um pouquinho melhor do que a PETROBRAS nos seus lançamentos. Então nós temos que zelar pela reputação, pela qualidade do BNDES nas captações internacionais. Então nós temos nos desdobrado para manter a capacidade de investimento do banco para fazer face aos desafios. Eram essas então as questões.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado. Obrigado pela atenção também com respeito à questão da EMBRAER.

SR. LUCIANO COUTINHO: Tem uma última questão do Senador Dornelles. Desculpe, Senador, mas a questão a respeito de garantias na exportação para a América Latina. Essa é uma pergunta muito importante.

Senador, o senhor sabe que erroneamente às vezes se pensa que o BNDES financia países da América Latina como se nós estivéssemos dando um crédito em aberto para a Argentina ou para a Colômbia, etc. O que

na verdade o BNDES faz é que ele financia a exportação de bens e serviços acoplados a um projeto. Se uma empresa brasileira construtora ganha um projeto ou se uma empresa fornecedora brasileira ganha um contrato de fornecimento de equipamentos de um determinado projeto, o BNDES pode financiar a exportação desses bens e serviços através de um contrato de exportação. Esse contrato, em geral, só é desembolsado contra a execução e a entrega do serviço depois de estarem devidamente auditadas e atestadas. Nesses contratos, em geral, o BNDES busca que eles tenham garantias sólidas. Felizmente, todos os contratos do BNDES têm um nível de garantia muito firme, principalmente através do Convênio de Créditos Recíprocos. O Convênio de Créditos Recíprocos é uma instituição, é um convênio entre Bancos Centrais de toda a ALADI, é um convênio que tem mais de quarenta anos, nunca teve nenhum inadimplemento, é uma garantia de pagamento muito sólida, muito firme, e que tem sido honrada por todas as economias. Em geral isso significa que o coletivo dos Bancos Centrais honra se um determinado Banco Central não executar o pagamento. Então é uma garantia muito firme, é uma garantia coletiva. Em geral os Bancos Centrais podem cursar os títulos de dívida no CCR construindo garantias domésticas para isso ou garantias das dadas por seus respectivos Tesouros ou por outras formas, mas é um mecanismo de garantia muito eficiente e nós temos buscado, em toda a nossa exportação de serviços, ter a cobertura de garantias dessa natureza. Então, portanto, nós operamos com conforto, com relativo conforto, digamos assim, de ter a cobertura de garantias adequadas.

Muito obrigado, Senador, desculpe, as perguntas são difíceis e às vezes é difícil dar respostas muito sintéticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Mas a V. Exa. só podem ser apresentadas perguntas difíceis, porque V. Exa. tem competência para responder todas elas.

Nós temos agora o Senador Tião Viana, o Senador Antônio Carlos Valadares e o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sr. Presidente Senador Francisco Dornelles, Srs. Senadores. Eu serei muito objetivo. Primeiro meus cumprimentos ao Dr. Luciano, que é uma referência quando o assunto é política de desenvolvimento, resistência do Brasil, a capacidade do Brasil em resistir a esse momento difícil da economia mundial e o melhor de tudo é nós observarmos a instituição BNDES saindo de uma condição de instituição hermética, que estava vinculada basicamente a um restrito setor empresarial brasileiro, vinculada a uma espécie de partidização da

vida econômica brasileira e hoje voltada para o desenvolvimento e associada ao País naquilo que há de mais essencial, que é o suporte à sensibilidade que a economia tem de um modo geral. Hoje o BNDES, eu digo com muito orgulho e reconhecendo isso como um tributo ao Dr. Luciano Coutinho, ele está presente no Brasil inteiro, ele chegou às regiões brasileiras. Ele está do meu Estado do Acre ao Rio Grande do Sul. Ele faz parte da vida econômica e do desenvolvimento das diversas regiões brasileiras. Então é uma grande evolução que essa instituição financeira passa nos últimos anos. É um banco que está associado nesse momento de resistência do Brasil à crise, à apreciação cambial, a expansão de crédito, o aumento da demanda interna, investimentos e consumo, a aceleração do crescimento, em tudo isso o BNDES estava vivamente interligado ao Brasil.

Eu faria apenas, Dr. Luciano, considerações que, primeiro, não divergem do agradecimento que eu tenho com a minha região, com o meu Estado. Eu sei da luta que o senhor pessoalmente teve com a sua equipe toda de dirigentes em olhar para o desenvolvimento dos Estados brasileiros nas regiões onde não havia chance de chegada do BNDES. O Acre hoje está muito bem, muito sólido e em expansão do seu investimento público, sobretudo para assegurar uma economia própria, independente, com incorporação tecnológica, com afirmação do emprego formal e com integração a uma visão de mercado, que a América Andina se afirma na nossa região, com a consagração da Rodovia Bioceânica e tudo. Mas tinha alguns itens que eu gostaria de considerar e ouvi-lo.

Um é sobre as Prefeituras. Por exemplo, nós temos há anos a capital do Acre, Rio Branco, que é um Município que detém mais da metade da população, com projetos aprovados no BNDES da ordem de 70 milhões, um agora de 36 milhões, aprovado há mais de três anos, francamente aprovado, o BNDES estimulou, acolheu o Município, reconheceu o mérito e aprovou tecnicamente o financiamento, mas ele não anda. Não anda porque me parece que é entrave do superávit primário ainda. Aí eu vejo essa mudança que houve do superávit primário. Eu vejo o Brasil no PAC, o governo abrindo uma linha de crédito para as chamadas cidades sedes da Copa de 2014. Então eu vejo que há uma movimentação e uma dinâmica própria, mas o empréstimo continua retido e eu lhe confesso que esse empréstimo seria uma alavanca fundamental para a vida municipal do Estado. Se outros Municípios da região não conseguiram, alguns conseguiram, mas nós vimos agora aquela linha robusta de crédito que o senhor se referiu, só para o meu Estado, de 137 milhões a mais, além de se eu for falar, nós vamos

ter quase 3 bilhões em financiamentos para o Acre e isso é muita coisa para um Estado da proporção econômica do Acre, mas nós temos a margem dessa natureza na política de financiamento dos Municípios. Então se o senhor puder considerar se há no horizonte uma desobstrução para assegurar crédito que vai ser pago pelo Município, não é recurso de outra natureza, não é do Governo Federal, é BNDES, Prefeitura, eu gostaria de ouvir, e com uma consideração sua sobre essa ótica sempre vinculada diretamente ao desenvolvimento, que é de fato a razão do BNDES. Mas hoje, quando se olha a Índia, metade da economia da Índia depende de serviço, ela não depende de investimento produtivo direto. Então há um olhar nesse sentido, nós podemos mudar e ampliar o olhar? O senhor falou em suporte energético, falou em ações da PETROBRAS, o senhor falou em linhas de habitação, mas serviços, nós temos linhas fortes ou crescentes nessa área, que é algo que me parece muito importante e que pode dar uma resposta econômica de baixo período, curto período e ser fundamental para a geração de emprego? Então isso é um item que me chama a atenção. E debatendo recentemente com técnicos do BNDES no Estado eu alertava para um item que hoje é o segundo grande componente da economia americana. A primeira indústria americana é a de armas; a segunda é a do conhecimento. Nós não temos uma linha de financiamento para o conhecimento no Brasil. Quando olhamos para as academias, elas vivem minguando, correndo atrás e implorando financiamento como se fosse um ônus ao País. Os americanos têm metade dos estudantes de pós-graduação do planeta, vão para lá gerando um forte circuito econômico e de expansão da economia local. Então em que é que o BNDES pode contribuir para financiar conhecimento, cursos de especializações e gestão, cursos de especialização e política de desenvolvimento regionais, porque me parece que não é algo claro para as Prefeituras e para os Governos Estaduais.

No mais, é franca admiração e respeito à sua condução à frente do BNDES. É um tributo dado ao presente e ao futuro do Brasil que a sua gestão promove.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado, Senador Tião Viana. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho. Em primeiro lugar eu gostaria de, a exemplo do Senador Tião Viana, enaltecer o trabalho concreto e efetivo que vem realizando o BNDES para promover o desenvolvimento no nosso País, notadamente nesse momento de crise em que há uma retra-

ção econômica, não só aqui, como no mundo inteiro, e se não fosse a participação de instituições financeiras brasileiras, como o BNDES, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, certamente que as dificuldades seriam muito maiores, muito mais acentuadas do que as que estão vivenciando neste momento.

Eu, sem dúvida alguma, estou muito satisfeito com a inclusão, entre os programas prioritários do BNDES, a aprovação de financiamento direto aos Estados visando a realização de obras de infraestrutura urbana, rural, nos Municípios dos Estados brasileiros. Em primeiro lugar, como se trata de um programa da mais alta magnitude do ponto de vista social, eu gostaria de que V. Exa. fizesse um comparativo, uma vez que há uma reclamação da oposição de que o BNDES direciona mais os seus recursos mais para o Sul e o Sudeste, que no que se relaciona a esse programa de financiamento aos Estados para obras de infraestrutura, confio em V. Exa. com relação a Sergipe, o Governador Marcelo Déda muito agradece à atuação do BNDES no que diz respeito a esse projeto, a esse programa que já foi assinado, e eu compareci, tive o prazer de comparecer ao lado do Governador e de outros parlamentares no Rio de Janeiro, na assinatura deste Programa Sergipe Cidades. Então eu gostaria que V. Exa. fizesse um comparativo com relação a esse programa, como está agindo o BNDES em termos de aplicação, uma comparação entre o Sul e Sudeste e o Norte e Nordeste.

Nós estamos acompanhando aqui pela internet de que está havendo um aumento do nível de inadimplência em relação às empresas, não em relação às pessoas físicas, mas no que se refere às pessoas jurídicas houve um aumento da inadimplência nesses últimos meses. Então eu gostaria de saber se mesmo com a redução do *spread*, porque houve realmente uma redução do *spread*, se isso vai implicar na redução do nível de financiamento às empresas no âmbito do BNDES.

E, por último, nós sabemos que entre a iniciativa da empresa em procurar uma instituição financeira e a liberação do recurso, decorre um tempo que às vezes ultrapassa aquilo que a empresa esperava. Eu tenho exemplos lá no meu Nordeste não com o BNDES, mas com outras instituições nossas, de que o crédito para ser liberado ou o financiamento para ser concedido tem uma burocracia enorme. A empresa tem que obedecer a determinados trâmites que, na prática, isso desanima aqueles que pretendem um financiamento. Então eu gostaria de saber, no que diz respeito a esse problema da liberação do recurso, desde o início qual o tempo médio que uma empresa leva para obter o financiamento tão desejado? Se a burocracia, não por culpa

da entidade, mas por culpa dos órgãos fiscalizadores; por culpa não, por obrigação dos órgãos fiscalizadores, tipo Tribunal de Contas da União, até exigências do Ministério Público, da CGU, enfim, V. Exa. tem que cumprir um ritual e também obedecer ao Tesouro, que transfere recursos para o BNDES. Eu gostaria de saber o tempo necessário, o tempo médio para um financiamento às empresas brasileiras no BNDES.

Obrigado a V. Exa., meus parabéns pelo seu trabalho primoroso, que sem dúvida alguma vai repercutir no futuro da economia do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Santo Antônio Carlos Valadares. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti e, em seguida, a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de cumprimentar a todos os Presidentes, especificamente o Senador Dornelles, em função dos resultados obtidos na Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade. Tem passado por aqui, por esta Casa, em Audiência Pública, os maiores gestores da economia brasileira, economistas, e nos têm dado um grande enriquecimento. V. Sa., Dr. Luciano Coutinho, não pode imaginar, nós, Senadores, como temos sido enriquecidos com estas audiências. E até temos o lado positivo que seria, talvez, o pé quente do Senador Dornelles, que a crise é a boa crise. Eu considero uma crise que está sendo superada e uma crise que gerará oportunidades e dará ao Brasil uma projeção no futuro maior do que quando o Brasil foi envolvido globalmente nessa crise.

Quanto ao desempenho do BNDES e do gestor Luciano Coutinho, eu transfiro minhas palavras e repito as palavras do Senador Tasso Jereissati, que é empresário e é crítico do governo. Então ninguém melhor do que Tasso Jereissati para ter feito os elogios a V. Sa., que eu faço parte da base do governo e poderia ficar supostamente comprometido com elogios de base de governo, mas não, na verdade o Senador Tasso Jereissati não poderia ter feito maiores e melhores referências do que as que foram feitas por ele.

Também um ponto que eu gostaria só de ressaltar é que a gestão brasileira no serviço público nos envia. Veio hoje V. Sa., tem vindo aqui Presidente do Banco Central, Presidente de PETROBRAS, Ministro de Estado e, na verdade, o Brasil está em boas mãos. Eu digo isso como empresário, com a capacidade que nós temos de avaliar gestores. Eu considero que o Brasil, esse elogio não se prende ao governo somente Lula, pode se estender aos governos outros passados, mas na verdade o Brasil tem evoluído a nível de gestão e isso é muito importante.

Agora eu vou pontuar assim três perguntas que eu gostaria que fossem esclarecidas.

No tocante ao empréstimo da PETROBRAS, eu posso estar enganado, mas o que eu consegui entender é que a liberação do empréstimo aconteceu de forma total. Foi tomado o empréstimo e o BNDES liberou a totalidade do valor do empréstimo, mesmo sabendo que as aplicações desse empréstimo eram frutos de um cronograma de aplicação ao longo de um tempo, razão pela qual até foi explicado a possibilidade da própria PETROBRAS reverter esses valores para títulos de governo, títulos outros, dentro da operação da não necessidade de estar com esse dinheiro em caixa. Eu pergunto se este procedimento é um procedimento normal, usual, ou se, como empresário, eu sempre me habituei a assistir aos empréstimos do BNDES através de um cronograma de desembolso, na qual a empresa, digamos, é creditada num valor de 10 milhões e vai liberando de milhão em milhão na medida em que vai comprovando as aplicações. E a justificativa, se eu não estou enganado, razões pela qual nesse caso da PETROBRAS o desembolso aconteceu de uma só vez.

Um outro assunto, eu gostaria de pegar mais carente no talento de V. Sa., é no tocante do dólar como moeda de referência, principalmente nas operações da América Latina. A moeda dólar é uma moeda que é âncora das transações internacionais, mas estranhamente é uma moeda que, digamos, se a moeda de referência internacional fosse o Real e se o Brasil tivesse passado pela crise econômica que passou ou está passando os Estados Unidos, internacionalmente o valor do Real teria ido para o espaço. E, na verdade, nós continuamos mantendo, num País em crise, a moeda de referência daquele País. Então eu gostaria, como foi referenciado que V. Sa. é professor, eu gostaria de aprender qual a tendência mundial em termos dessas transações internacionais.

E, por fim, só fazer uma referência. No material distribuído a nós, Senadores, estão aqui os volumes de recursos que foram alocados no Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e Distrito Federal, abreviado como PEF, e curiosamente, eu gosto muito de garimpar números, nós, que estamos habituados ao eixo da grande economia brasileira, que é São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, esses cinco Estados, somados, estão alocados para eles 351 milhões. E unicamente para o Estado da Bahia está alocado 376 milhões. Significa que para o Estado da Bahia está alocado mais recursos do que para a totalidade desses cinco grandes Estados brasileiros. Eu gostaria só de entender a motivação e dizer que fui em busca desse número tentando defender a

Paraíba, eu sou Senador pelo Estado da Paraíba, e não pude nem reclamar, porque proporcionalmente aos outros Estados, o que está alocado para o Estado da Paraíba está dentro de uma dimensão justa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado ao Senador Roberto Cavalcanti. Passo a palavra à nossa prezada Presidenta, a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Senador Francisco Dornelles, V. Exa. que com muita competência vem conduzindo os trabalhos da Comissão de Controle à Crise Econômica, que o Brasil e o mundo vem vivenciando, de acompanhamento da crise. Quero cumprimentar ao Senador Garibaldi, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento, o Dr. Luciano Coutinho, e os Srs. Senadores aqui presentes, Senador Gilberto, Senador Botelho, Senador Valadares e Senador Roberto Cavalcanti.

Sr. Presidente, claro que como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais as nossas indagações serão voltadas para essa área. Nós temos o maior respeito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social pelo trabalho que ele realiza, até porque eu sei que a nível social já existe inclusive um prêmio que é voltado para aqueles projetos que são apresentados a nível de Municípios, de Estados. Eu digo isso com muita propriedade porque participei, quando Prefeita da cidade de Mossoró, e fui premiada duas vezes. Era um programa que o BNDES fazia com a Fundação Ford e com a Fundação Getúlio Vargas. E os projetos que eram aprovados, eles recebiam um valor para poder fazer crescer, reaplicar dentro daquele objetivo do projeto. Então eu lembro que foi o nosso Projeto Água Viva Luz do Sol, quando nós tínhamos, e ainda existe lá na nossa cidade, começamos uma experiência que foi muito exitosa de poços tubulares que eram movidos a energia solar, com desalinizadores, onde nós levávamos a água potável para as comunidades e através do rejeito, da água salobra, também era aproveitada em outras atividades. E fizemos também pequenas adutoras, também movida a energia solar. Por isso o nome é Água Viva Luz do Sol, porque muitos dos poços tubulares eram voltados para o pequeno irrigante, gerando emprego, gerando renda. Durante dois anos nós tivemos a oportunidade de participar e de sermos premiados. O senhor ainda não era o Presidente, mas eu espero que isso esteja continuando, porque realmente é um incentivo, estimula a todos a que tenhamos o reconhecimento de projetos que são bons e que são, vamos dizer assim, inovadores.

Mas eu gostaria aqui de falar sobre os desembolsos da área de inclusão social dentro do projeto da sua exposição. Aqui o senhor colocou que os desembolsos sociais de janeiro a abril de 2009 cresceram 177% ante o igual período de 2008. Desde já eu quero parabenizá-lo, porque é muito importante que esses desembolsos para a inclusão social realmente sejam crescentes. Mas observando bem, do total de 788,8 milhões, 686 milhões praticamente foram investidos para metrô, saneamento e rodovias. Na área de economia solidária, educação... Educação, inclusive, foi o menor investimento: 0,1; ações sociais: 0,7; economia solidária: 6,9 - e aqui eu gostaria de saber se dentro dessa economia solidária também está incluído os microcréditos, microcrédito de apoio.

SR. LUCIANO COUTINHO: Está.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Bem, então eu queria fazer essa observação porque, na realidade, eu sei da importância social que é o metrô. O saneamento, eu quero inclusive parabenizá-lo, porque a saúde aqui está apenas com 19,4. 19,4 milhões, não é apenas isso quando você soma com 232 milhões de saneamento, que é a saúde, que é ação voltada para a saúde. Mas fica aqui essa observação. Que projetos são esses que a educação só teve direito a 0,1? As ações sociais a 0,7? Seção de inclusões sociais, eu acho que de certa forma para metrô, saneamento, rodovias, já existem outras linhas de crédito, inclusive voltadas para investimentos, que são empréstimos que os próprios Estados, na sua grande maioria, hoje têm acesso. Como o senhor aí anunciou, mais 4 bilhões para financiamento aos Estados dentro de condições especiais. E como os Estados estão tendo essas condições especiais, eu gostaria também de perguntar: há algum programa também semelhante para os Municípios? Porque nós sabemos que temos Municípios de médio porte com capacidade de endividamento, com necessidades prementes na área social, na área de infraestrutura, no desenvolvimento urbano, e que muitas vezes ficam impossibilitados de realizá-los, inclusive Municípios que podem dar garantias, e aí eu vou me dirigir inclusive pela minha região, pelo meu Estado. Muitos Municípios, como o Município de Mossoró, que são Municípios da área produtora de petróleo, o Município de Açu, que é de uma região altamente produtiva de fruta, de cassinocultura e também de petróleo, onde está Açu(F), mas que passa por uma situação muito difícil em função de duas enchentes que foram seguidas. Então, há necessidade de maiores investimentos. Se também Municípios dessa natureza, desse porte, se existem financiamentos voltados com condições especiais, porque aos Estados, desculpa eu dizer, surgiu de repente, agora, um financiamento há

um ano dos Governadores terminarem o seu mandato, inclusive o nosso Estado já está autorizado para um pedido de 300 milhões, e nós sabemos que em um ano para obra de infraestrutura muitas vezes não dá tempo nem para fazer o projeto, quanto mais para utilizar o recurso. Então parece assim que está chegando no final do mandato para que possam desenvolver. Claro que nós queremos sempre mais recursos, vou defender, se precisar da minha aprovação eu darei, porque é recurso para o meu Estado, não é para governante A ou B, é para que seja realmente utilizado no Estado, mas aí nós queremos um acompanhamento.

Gostaria também de fazer uma solicitação ao Sr. Presidente com relação ao Fundo Social. O Fundo Social que nós sabemos que é formado por rendimentos do lucro do próprio BNDES. Então eu gostaria, Sr. Presidente, se é possível, até essa solicitação será da própria Comissão de Assuntos Sociais, que nos fosse enviado relatório da aplicação do Fundo Social e seus valores, porque eu considero importantíssimo, mas sabemos que inclusive que Projeto de Lei que já tramitou nessa Casa, de autoria do Senador Tasso Jereissati, cujo Relator, se eu não estou enganado, foi o Senador Marcos Maciel, falava, inclusive foi aprovada, que na distribuição mais justa desses recursos do Fundo Social sendo voltadas para regiões mais pobres, mais carentes e, conseqüentemente, todos nós sabemos que é o Norte, o Nordeste e, em terceiro lugar, o Centro-Oeste.

Então ficam aqui essas nossas solicitações, nossas indagações e queremos, como colocou o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador Tasso, aprender mais com o senhor. Na realidade eu sempre digo que da parte de economia o meu professor nessa Casa é o Senador Dornelles, é o Senador Tasso, o Mercadante, são muitos Senadores que tratam dessa área. A minha área muito mais é o social porque a minha formação é médica pediatra, mas tive a experiência de administrar um Município três vezes. E a economia doméstica, toda mulher tem uma noção de economia, porque nós somos realmente quem melhor sabe tratar da economia doméstica. Então era isso que eu queria colocar e muito obrigada por ter atendido ao nosso convite de fazer essa Audiência conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Nós temos aqui, como já anunciei, os Senadores Augusto Botelho, Gilberto Goellner e Sérgio Guerra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de elogiar o Presidente da Comissão porque nós estamos tendo uma aula aqui importante.

Mas, professor Luciano Coutinho, eu queria chamar a atenção que realmente nesse seu quadro de programa social, ainda é pouquinho, mas dá para incluir a agricultura familiar. É um programa familiar, está aqui incluído no agronegócio, mas é uma coisa extremamente social. Eu gostaria de parabenizar a sua gestão porque no ano passado variou 75% e no mesmo período agora já variou 131%. Eu queria saber como é que o BNDES chega na agricultura familiar, porque na minha cabeça e na cabeça da maioria pessoas do Brasil o BNDES é um banco de grandes, de grandes empresas. A agricultura familiar é a pontinha da nossa agricultura e essa expansão de 131% significa que realmente a gestão de V. Exa. está se preocupando com o social. Espero que continue nessa curva ascendente, porque realmente 80% das pessoas que vivem no campo estão incluídas em agricultura familiar e são as pessoas que têm mais carência de crédito e mais dificuldades de acesso a isso. Eu queria elogiar a V. Exa. pela atitude e saber como é que está chegando no agricultor familiar esse PRONAF do BNDES.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente do BNDES, que muito nos honra aqui no Senado hoje nessa Audiência Pública. Eu tenho duas questões que vejo como prioritárias, Sr. Presidente, em relação à participação efetiva do BNDES. Uma é no setor de transporte de cargas do País. O Estado de Mato Grosso, da qual eu represento, nós temos uma característica diferenciada de outros Estados, onde a logística ainda se faz por caminhões, e o BNDES aplicou, tem uma carteira, vamos dizer assim, em 2008, acima de 6 bilhões no financiamento de caminhões. Em 2006 já tivemos uma pequena crise nesse setor, ocasionada pela dificuldade de renda dessas transportadoras. Existe no Mato Grosso transportadoras que estão congregadas em associações muito fortes, onde eles treinam os motoristas, eles dão assistência social, a família do motorista que se ausenta da sua residência, enfim, tem um programa muito auspicioso, mas todas elas passam por um momento de falta de renda e a dificuldade de pagar os empréstimos, auspiciosos. Foi criado, então, em 2006, esse programa extraordinário de apoio ao setor de transporte rodoviário de carga dentro do BNDES que facilitou, propiciou uma carência e as prestações inadimplentes foram refinanciadas. Eu proporia, dentro da solicitação dessas associações de transportadores, que fosse dado, nesse momento difícil por que passam as transportadoras, que têm o seu custo alicerçado praticamente em cima do combustível óleo diesel, aonde 50% a 60% do custo do

transporte rodoviário de carga é feito em cima do óleo diesel, eles estão com muita dificuldade, dificuldade de renda, dificuldade de quitar as prestações do BNDES. Então nesse momento, se fosse reativado esse programa, ajudaria muito as empresas a se recompor, não perder os seus caminhões e nós termos, então, garantido os empregos tão necessários em toda essa cadeia de logística.

O segundo diz respeito à situação porque passa a pecuária brasileira que teve essa dificuldade financeira dos frigoríficos, da indústria de carne, e recaiu agora na recuperação judicial, aonde existe um papel fundamental aqui no Congresso que é remodelar a Lei de Falências. A Lei de Falências hoje, como se constitui no País, como ela está constituída, ela permite à empresa solicitante dessa recuperação judicial a dar prioridade de recompor os créditos trabalhistas, mas deixa de fora os ativos, aquela entrega de bovinos, de suínos, de aves ou uma *trading* que esmaga soja, a de soja ou a de milho, eles ficam fora. Então essas empresas, intencionalmente ou não, nos trinta dias que antecede, como o pagamento é à prazo, adquiriram para pagamento a prazo e deixaram os pecuaristas sem receber, e dentro da recuperação judicial de dez, quinze, vinte anos, dá uma quebradeira. Então a crise hoje não é dos frigoríficos, é da pecuária brasileira, daqueles que forneceram os ativos que tinham e ficaram na mão. A minha pergunta é: além de nós termos uma obrigação aqui de mudar essa Lei, colocando então esses ativos também como prioritários, e dentro desse processo nós estamos estudando inserir Emendas de Medidas Provisórias para acelerar esse processo de revisão da Lei de Falências, mas eu vejo que a concessão de crédito de empresas que estão pleiteando novos créditos, e créditos necessários, porque essas plantas precisam ser reativadas, se há condições do BNDES também dar prioridade para que esses recursos novos emprestados, deem preferência também à recuperação desses produtores rurais, esses pecuaristas, que estão hoje numa situação penosa, porque são pequenos, médios produtores de toda a natureza, que quebraram praticamente. Então nós não podemos estar recuperando uma empresa e deixando toda uma cadeia produtiva na mão sem solução de recuperação. É nesse sentido que eu pergunto se é possível fazer, eu diria assim, um auxílio para que também essa cadeia produtiva pudesse voltar a produzir, dando preferência de pagamento dos créditos ativos que foram entregues a esses frigoríficos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado ao Senador Gilberto Goellner. Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente Luciano, Presidente Dornelles. Todos conhecemos a história de uma refinaria lá em Pernambuco por muitas razões. Me lembro de muito tempo atrás ter ido à Venezuela cuidar disso com o atual Governador Eduardo e com outras pessoas pernambucanas. Desde aquele momento havia uma intenção clara dos venezuelanos, na época com uma empresa bastante estruturada, de trabalharem o projeto de uma refinaria no Nordeste, de uma maneira especial em Pernambuco. Essa questão da refinaria, depois, virou uma discussão extremamente pitoresca. Um belo dia o Presidente disse que precisava fazer várias refinarias, foi o atual Presidente do Senado, o nosso amigo José Sarney. Outra vez havia uma decisão de examinar a possibilidade de uma refinaria fora do Brasil e por muitas razões, por muito tempo isso não foi resolvido. O Presidente Lula tem um mérito grande nisso. Primeiro, porque decidiu pela instalação de uma refinaria no Nordeste. E, segundo, porque decidiu para que essa refinaria se instalasse em Pernambuco. No contexto deste acerto, uma associação com a PEDEVESA. Eu vou ser bastante breve, até por conta do tempo. A PEDEVESA, como se sabe, ela não tem tido a colaboração do governo venezuelano, ao contrário, é uma empresa que perdeu racionalidade, governança ao longo do período do atual Presidente. Eu fui ao ato de lançamento, foram vários já os atos de lançamentos da PEDEVESA, até mesmo antes da campanha eleitoral que já começou. Eu fui num ato de lançamento em que o Presidente Chávez falou três horas e o Presidente Lula uns quarenta minutos. O ato durou umas seis horas e de vaias intensas para os não petistas. Jarbas ainda era o Governador de Pernambuco. O fato concreto é que a refinaria começou no projeto junto com a PEDEVESA, com o discurso da PEDEVESA, por isso chamou Abreu e Lima. Muito tempo depois, acompanhando isso com distância regulamentar, eu fui à PETROBRAS cuidar de outro assunto. Sendo pernambucano, encontrando pernambucanos, perguntei pela relação da PEDEVESA com a PETROBRAS no projeto pernambucano. O consenso de muitos que eu ouvi é de que a PEDEVESA era um péssimo parceiro e que, além do mais, não tinha cumprido nada do que tinha acertado, não tinha confirmado pagamentos que devia ter feito e fazia exigências para lá de pitorescas, nada que tivesse conteúdo, racionalidade, que pudesse ser apropriado como um elemento importante numa negociação. Nem para isso prestava as exigências feitas. A explicação mais comum é que como o Brasil tem uma relação de trocas bastante positiva com a Venezuela, havia um grande interesse do governo, de uma maneira geral, e do Presidente, em particular,

em manter essa expectativa de entendimento com a PEDEVESA. O mercado sabe que a PEDEVESA não caminha bem, que a PEDEVESA não é um bom parceiro, que a PEDEVESA tem momentos graves de falta de liquidez. Esse fato, tudo isso veio a se confirmar nessa expedição à Bahia, na qual o Presidente disse e os Presidentes disseram que não tinha colaboração real e provável da PEDEVESA com a PETROBRAS no projeto de Pernambuco e que a PETROBRAS vai fazer o projeto sozinha, o que talvez fosse até a vontade íntima e justificada da PETROBRAS.

A minha pergunta ao Presidente Luciano, que é uma pessoa que eu conheço desde jovem, que estimo desde jovem, que admiro o tempo todo, devo lhe dizer que se o governo atual tivesse muita gente como o Presidente Luciano Coutinho, as relações da oposição com o governo seriam outras. Nós não temos nenhuma dúvida sobre o BNDES como temos sobre a PETROBRAS, entre muitas razões pela sua condução, e outros companheiros, outras pessoas que eu conheço de lá, que formam uma estrutura de alta qualidade, importante para o Brasil, como também é importante a PETROBRAS, porém, infiltrada por gente que não devia estar lá. Isso tudo não é assunto do Presidente Luciano Coutinho. Porém, Presidente, eu pergunto o seguinte: eu li que o banco vai financiar empresas venezuelanas que têm parceria com empresas brasileiras em projetos na Venezuela. Uma pergunta é: Essas empresas são como a PEDEVESA ou essa empresa é a PEDEVESA? Será que essas parcerias são de qualidade ou será que há nisso um conteúdo político mais exacerbado e que foge rigorosamente ao escopo de uma operação bancária racional e com a lógica de uma operação de um Banco de Desenvolvimento, um banco da qualidade e da importância estratégica do BNDES para todos nós? Essa é uma pergunta.

A outra pergunta bastante rápida, apenas para um esclarecimento, esses 100 bilhões que foram para a PETROBRAS são recursos que vieram do Tesouro. O governo paga pelos recursos que está captando no mercado em torno de 12%, agora eu agora eu acho que um pouco menos. Esses recursos estão sendo emprestados à PETROBRAS por algo em torno de 8%. Isso é um subsídio, isso justifica, por que é assim?

São essas duas perguntas que eu faço ao Presidente Luciano, dizendo que eu tenho muita satisfação de vê-lo Presidente do BNDES, como brasileiro, como pernambucano e como quem lhe conhece como quase desde menino. Receba essa palavra como um elogio não apenas meu, mas do meu partido todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente Luciano, a palavra lhe pertence.

SR. LUCIANO COUTINHO: Eu enviarei depois para os Senadores que se ausentaram as respostas. Às suas respectivas perguntas, ao Senador Valadares, ao Senador Tião, depois eu responderei.

Senador Roberto Cavalcanti, primeiro dizer que o empréstimo da PETROBRAS ainda não foi desembolsado, nós ainda estamos finalizando. Ele foi aprovado, mas ainda não desembolsado. Portanto, a sua hipótese de que não é exatamente como o senhor imaginou, quer dizer, nós vamos ter um programa de investimentos, nós vamos supervisionar a execução do programa e nós estamos fazendo as tratativas finais para a formatação do crédito à PETROBRAS, que será em moldes tradicionais do BNDES. Apenas em determinadas tranches, a ideia que eu expliquei ao Senador Tasso, de repassar em títulos, é para evitar que numa determina tranche fique um excesso, mas não há nada de extraordinário nisso.

A sua questão sobre o dólar como moeda referência é uma questão muito complexa e demandaria muito tempo para explicar, mas a minha convicção é o seguinte: o dólar é uma moeda em processo de enfraquecimento. O grande déficit fiscal americano nos próximos dois anos, três anos, vai provavelmente debilitar o dólar, mas por outro lado ela é a moeda que tem a maior abrangência nas transações de comércio e de mercados de capitais inclusive. Então é difícil substituí-la enquanto moeda. Então nós vamos viver um período em que nós temos uma moeda mundial em processo de debilitação, o que pode produzir pressões de inflação, produzir pressões especulativas. É uma coisa complicada.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas a preocupação existe?

SR. LUCIANO COUTINHO: Existe. Essa preocupação, nós deveríamos olhar para outros ativos alternativos, particularmente no que diz respeito à gestão das reservas externas brasileiras, poderíamos levar em consideração esse aspecto, como outros Bancos Centrais ou outros países ou outros... Obviamente o setor privado fará as suas opções, mas obviamente ela é uma moeda reserva, continuará sendo por muito tempo, difícil de substituir, mas é muito provável que ela se debilite.

A sua questão a respeito do programa dos Estados, a sua curiosidade, é muito simples. O programa foi distribuído com base nos mesmos critérios do Fundo de Participação dos Estados, cuja determinação em Lei estabelece que o Fundo de Participação é distribuído de maneira proporcional ao tamanho da população e inversamente proporcional à renda per capita. Então Estados mais pobres, menos desenvolvidos, corresponde aos do Nordeste, têm maior parcela no Fundo

de Participação dos Estados pela renda per capita, e os mais populosos, é o caso da Bahia, têm uma participação por conta da população. Em contrapartida, os Estados do Sul e Sudeste, que têm renda per capita mais alta, recebem menos. Então é estritamente dentro da regra do Fundo de Participação que estão refletidas nessa distribuição. Não é uma distribuição arbitrária, ela segue a regra da própria legislação brasileira.

Senador Augusto Botelho, quero lhe dizer que a agricultura familiar, nós estávamos olhando aqui a tabela dos investimentos da área social, o Fundo Social, inclusive, mas eu queria chamar a atenção que a agricultura familiar tem sido fortemente apoiada e eu não sei se na Tabela 22, no Slide 22, nós vemos aqui, que é o anterior, nós vemos aqui que o PRONAF recebeu desembolsos em 2008 de 539 milhões de reais e de setembro a abril desse ano já recebeu 615 milhões, quer dizer, a rubrica que mais teve expansão nos últimos meses foi exatamente o apoio à agricultura familiar. O BNDES se engajou muito firmemente no Programa Mais Alimentos, tem trabalhado com estreitada parceria com o MDA e isso se reflete no firme apoio à agricultura familiar, que está aqui registrada.

Senador Gilberto, a sua preocupação com o setor de transporte de cargas é uma preocupação extremamente válida. Nós melhoramos muito as condições de financiamento aos transportadores. Nós passamos, depois da crise, a financiar veículos usados, coisa na hora que era feita. Ampliamos a cobertura a 100%. Passamos a financiar *leasing* também, especialmente para pequenas empresas que têm dificuldade com o CND, através do *leasing* o mecanismo torna acessível o financiamento. Nós fizemos vários apoios. Eu vou levar em conta a sua sugestão. Nós estamos trabalhando no aperfeiçoamento do Programa Pró-Caminhoneiro, então nós esperamos olhar para o pequeno transportador, que é principalmente a sua preocupação, e encontrar maneiras de tornar mais acessíveis os programas. Nós estamos aguardando um instrumento de mitigação de crédito, que será o Fundo de Garantia ou FGPC, uma transformação do FGPC, para poder criar instrumentos ainda mais eficazes de apoio aos pequenos transportadores de carga. Então eu acho que o senhor está vindo ao encontro de uma preocupação sobre a qual nós já estamos trabalhando e poderemos depois lhe esclarecer.

Sobre a Lei de Falências, eu estou de acordo consigo que os créditos trabalhistas devem ser protegidos, mas o pequeno fornecedor fica esquecido. Eu estou de inteiro acordo que a recuperação de qualquer empresa precisa priorizar os pequenos fornecedores e a recuperação da cadeia fornecedora. Então, portanto, não pode ser punitiva com a cadeia de pequenos

fornecedores. Em qualquer recuperação que extremos apoiando, nós vamos ter como critério que o sacrifício deve ser feito, primeiro, pelos controladores, pelos investidores, segundo, pelos financiadores, pelos bancos, e só em último caso pelos fornecedores. E para os pequenos fornecedores não faz sentido impor um sacrifício, porque eles são o alimento, são eles que de fato permitem o funcionamento das empresas. Então nós temos que tratar com justiça nos processos de recuperação os pequenos fornecedores. Eu estou de acordo com a sua preocupação.

E, finalmente, às questões da Senadora Rosalba. Senadora Rosalba, eu fico muito contente da sua avaliação do Água Viva Luz e Sol, eu prometo que vou olhar como o programa está sendo executado, certamente é um programa de mérito. Eu quero lhe dizer que o governo fez para Municípios uma política semelhante à que fez para os Estados, mas o governo fez no caso dos Municípios um ressarcimento integral do Fundo de Participação dos Municípios garantindo o mesmo nível de arrecadação de 2008 no ano de 2009, ou seja, impedindo que haja uma queda do Fundo de Participação. No caso dos Estados, isso está sendo feito através de um refinanciamento. No caso dos Municípios é através de uma transferência. Portanto, é mais até favorável aos Municípios o que está sendo feito.

Com relação ao Fundo Social, eu terei muito prazer, Senadora, de nós lhe enviarmos todo um relato de toda a atuação social do BNDES. Eu quero lhe dizer que o BNDES está com uma preocupação muito grande com a educação e saúde, mas naqueles números ali nós temos uma dificuldade, pois como nós não podemos emprestar diretamente para Estados e Municípios sem autorização do Tesouro Nacional, em geral os Municípios e Estados nos procuram para projetos grandes, para projetos mais onerosos. Então são as infraestruturas de grande porte, as rodovias ou o saneamento, os programas de saneamento que nos ocupam. Os Estados usam os seus limites. Mas nós estamos interessados em apoiar projetos integrados. É o caso do Acre, é o caso de Sergipe, em que nós estamos apoiando ações integradas nas cidades e no sistema de cidade, apoiando educação, saúde, apoiando matadouros, apoiando criação de galpões para artesanato e para pequenas indústrias, fazendo um apoio multisetorial, além das pequenas estradas e vias. Então nós estamos inaugurando uma atuação mais próxima ao que a senhora quer e nós também estamos desenvolvendo linhas novas para apoiar o setor privado na saúde e na educação, porque também são setores que merecem o nosso apoio. Então nós poderemos, em algum momento, fazer com que

a nossa diretoria da área social lhe faça uma visita de esclarecimento, teremos muito prazer com isso.

E, por fim, prezado Senador Sérgio Guerra, eu não vou fazer comentários a respeito da questão da refinaria, pois é uma questão atinente à PETROBRAS. O que eu sei apenas é que a PETROBRAS tem uma disposição de levar adiante o projeto da refinaria a despeito das eventuais dificuldades com a PEDEVEVA. O projeto está assegurado, será desenvolvido.

Agora com relação à exportação brasileira, a questão das exportações para países da América Latina ou a Venezuela, especificamente, eu queria esclarecer o seguinte. Primeiro, o BNDES não financia empresas dos outros países. O que o BNDES faz é financiar a exportação de bens e serviços do Brasil por empresas brasileiras. Isso significa que uma empresa brasileira precisa ter um contrato no exterior, ou se é uma empresa de equipamentos, por exemplo, um hidrogerador ou uma composição ferroviária, que a empresa brasileira tenha ganho a licitação e tenha o contrato de fornecimento lá fora, ou se é uma construtora, que a construtora brasileira tenha ganho contrato de [ininteligível] de prestação de serviço, de construção e conclusão da obra lá no exterior. Então a empresa brasileira tendo um contrato, nós podemos financiar a exportação brasileira contra a comprovação e, em geral, nós financiamos o contratante, através do contratante, com garantias. Nós exigimos garantias muito firmes. Uma garantia do Fundo Garantidor de Exportação, portanto, uma garantia do Tesouro brasileiro, que cobra taxas de mercado para o seguro, e dependendo do *rating* do País é um seguro bastante oneroso, ou se o País preferir mitigar o risco, ele pode optar por cursar esses pagamentos no convênio de créditos recíprocos, que é um convênio entre Bancos Centrais da ALADI, funciona há mais de quarenta anos, nunca houve um inadimplemento e é um mitigador de risco muito poderoso, porque se um determinado Banco Central não honrar, todos os outros vão honrar em nome dele e exercem pressão para que ele o faça. Nós tivemos aqui, por exemplo, no caso do Equador, tem honrado porque os créditos estão sendo cursados dentro do CCR. Então, no caso da Venezuela, os empréstimos do BNDES deverão cursar pelo CCR, eles deverão ter a garantia CCR ou deveremos construir outro tipo de garantia muito sólida que assegure ao BNDES absoluta confiabilidade no financiamento à exportação. Eu quero dizer aqui que o BNDES se orgulha da sua excelência na concessão de empréstimos. Falou-se que o BNDES às vezes demora, demora. O prazo médio às vezes de uma tramitação é de seis meses, era muito mais, a gente reduziu, estamos lutando para reduzir abaixo disso, mas a gente se orgulha que o BNDES tem

uma taxa de inadimplência baixíssima, muito abaixo do setor financeiro privado. A taxa de inadimplência do BNDES no último relato é de 0,15%, porque nós somos zelosos com o uso dos recursos públicos, os usos dos recursos do FAT, e nós temos obrigação de assim ser. Então, Senador, eu posso lhe tranquilizar que nós não iremos, em nenhum caso, por em risco a credibilidade e a segurança das operações de financiamento externo que o BNDES realiza. Para qualquer País nós esperamos que essas condições sejam atendidas para que esses financiamentos eventualmente possam ser executados. Era isso que eu teria a dizer.

Eu não sei se tinha uma outra questão. Seria a respeito da PETROBRAS, subsídio da PETROBRAS. Eu posso lhe assegurar que não há subsídio na operação da PETROBRAS. Dentro dos recursos do banco há uma discriminação. No caso dos recursos à PETROBRAS, será feito o seguinte: nós vamos repassar à PETROBRAS em moeda estrangeira na curva internacional do Tesouro. Então nós vamos tomar recursos a custo de mercado, usando a curva de longo prazo como referência, e, portanto, o Tesouro vai repassar ao banco, o banco cobrará um pequeno *spread* e nós vamos repassar à PETROBRAS em condições de mercado. Portanto, no caso da PETROBRAS, é uma operação de mercado, em condições de mercado, refletindo a curva de longo prazo, o custo de longo prazo do Tesouro Nacional. Portanto, há zero de subsídio, ao contrário, essa operação gerará algum pequeno *spread* natural na operação com o BNDES. Então não há nenhum subsídio.

É isso que eu teria a esclarecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Sr. Presidente. E para encerrar, vamos encerrar com chave de ouro, passo a palavra ao nosso querido Presidente Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente Luciano Coutinho, Sr. Presidente Francisco Dornelles, Senadora Rosalba. Eu quero perguntar o seguinte: as medidas anticrise que foram adotadas pelo BNDES, algumas delas por óbvio deverão continuar, por exemplo, ampliar o nível de participação do BNDES no investimento. Mesmo que a crise passe, o BNDES não vai deixar de aumentar os financiamentos para investimentos. Mas eu pergunto se uma dessas medidas, por exemplo, ampliar a oferta de capital de giro, produção, exportação, empréstimo-ponte, quando a crise passar o BNDES vai prosseguir com essa oferta? Manutenção da capacidade de investimento dos Estados da Federação, apoiar o setor de construção civil, qualidade de construção industrializada, aumentar o apoio por intermédio da renda

variável, consolidação e maior participação no capital das empresas, será que essas medidas são apenas emergenciais e o banco não vai considerar que algumas delas vieram para ficar? Vão continuar a serem adotadas? E a outra pergunta, o senhor já deve estar esperando por ela, que diz respeito... Inclusive a Senadora Rosalba está saindo, mas se ela não estivesse saindo, ela ia me apoiar nessa pergunta.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já voltei, Presidente, para lhe apoiar.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Diz respeito ao aeroporto, ao modelo de construção, de concessão do Aeroporto de São Gonçalo que está em construção no Rio Grande do Norte, no início apenas, e que parece ser uma pergunta assim que interessa só ao nosso Estado, uma pergunta paroquial, mas que na verdade não é porque é um aeroporto que tem uma posição estratégica, uma vez que nós estamos na esquina do continente americano, do continente europeu, do continente africano, e esse aeroporto poderá até proporcionar, vamos dizer assim, uma redistribuição de cargas. Então eu perguntaria a V. Sa.: Como vão essas tratativas junto ao BNDES com relação ao financiamento desse aeroporto? Está sendo estudado por ora o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente Luciano Coutinho.

SR. LUCIANO COUTINHO: Exmo. Senador Garibaldi, obrigado por suas perguntas. Eu quero lhe dizer o seguinte: algumas das ações emergenciais do BNDES, nós esperamos que o mercado de crédito retome e possa suprir, principalmente no que diz respeito à oferta de capital de giro e à oferta de algumas linhas de giro. O BNDES, certamente, continuará oferecendo capital de giro quando ele é associado ao investimento. Então o giro associado ao investimento, é natural que o BNDES continue financiando, como sempre fez. Mas esse giro emergencial, nós esperamos que o mercado de crédito se normalize e que ele possa voltar a ocupar o seu papel no sistema bancário. Mais do que isso, nós temos a esperança de que a redução dos *spreads* de crédito possa prover capital, junto com a queda da SELIC, a redução dos *spreads*, permita que o setor bancário privado possa suprir crédito ao Brasil a custos razoáveis, como em todo o lugar do mundo. Esse é o nosso objetivo, quer dizer, não é o objetivo do BNDES ficar substituindo o mercado de maneira permanente. Nós estamos fazendo um esforço e esperamos que esse esforço tenha um prazo para terminar.

Agora com relação aos Estados, também nós estamos fazendo nesse momento um aporte emergencial que nós não esperamos seja necessário re-

petir na medida em que a economia volte a crescer e que os Estados voltem a ter a sua receita crescendo, mas certamente do ponto de vista do desenvolvimento nós queremos continuar emprestando aos Estados brasileiros para que eles desenvolvam suas infraestruturas. Então o BNDES continuará sendo um parceiro de todos os Estados brasileiros. Obviamente o BNDES tem que avaliar o *rating* dos Estados, a capacidade financeira dos Estados, e tem que obedecer ao Tesouro Nacional. Nós só podemos financiar aquilo que estiver dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro da capacidade de pagamento dos Estados e autorizado pelas Resoluções do Senado e pelo Tesouro Nacional. Dentro dessas condições, não há nenhuma razão para que o BNDES... Ao contrário, o BNDES deve apoiar o desenvolvimento das infraestruturas dos diversos Estados da Federação e nós temos tentado fazer isso, inclusive com uma abordagem mais completa para não ficarmos sempre prisioneiros de apoiar aqueles grandes projetos sem olhar o entorno econômico e social dos projetos. Esse é um ponto.

Com relação ao setor de construção, Senador, a sua pergunta é muito boa. É claro que nós temos que ter uma divisão de trabalho. A Caixa Econômica, no Brasil, é que é a grande responsável pelo apoio ao setor de construção, especialmente da construção habitacional. Mas algumas áreas da construção não podem ficar órfãs e nós temos tido um papel muito forte recentemente em apoio à construção: ou completando a ação da Caixa Econômica, como parceiros da Caixa Econômica, como financiadores da cadeia produtiva, porque a construção comanda uma enorme cadeia produtiva, do cimento ao vidro, os plásticos, as cerâmicas, ao material elétrico, a imensa cadeia produtiva que a construção não existe sem ela, que nós é que apoiamos a cadeia produtiva, e, além disso, nós temos que apoiar, sim, a construção de infraestrutura comercial, industrial e outras infraestruturas, de turismo, infraestrutura de escritórios, shopping centers. Então este tipo de infraestrutura de construção, por exemplo, a nossa linha de shopping centers está sendo muito demandada, o apoio ao varejo, nós temos obrigação de apoiar, estamos apoiando, ela tem sido muito bem sucedida e certamente é uma linha permanente de atuação do banco.

Relativamente à renda variável, ao papel do BNDES-PAR, o BNDES-PAR é um banco de investimentos extremamente bem sucedido, ele continuará operando, continuará fortalecendo o capital das empresas brasileiras, continuará ajudando setores que ainda não tenham um grau de amadurecimento, de governança, a se tornarem empresas firmes, sólidas, de capital aberto com liquidez e com boas estratégias, nós

continuaremos apoiando as empresas, mas nós não queremos substituir o mercado, o que nós queremos é fazer isso junto com o mercado. Nós queremos fortalecer o mercado brasileiro de capitais, até porque para a gente apoiar as empresas é preciso que elas tenham liquidez. O BNDES, como eu disse, não pode engessar recursos em empresas fechadas e ilíquidas, ele tem que ter liquidez, então o BNDES é um grande apoiador e continuará sendo um grande apoiador do mercado de capitais e nós faremos esse apoio de maneira coordenada com o mercado de capitais.

A sua última questão, Senador, o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Nós consideramos um projeto prioritário para o BNDES. A consultoria concluiu o projeto e nós estamos fazendo aperfeiçoamentos no projeto para que ele tenha absoluta segurança. Nós já temos prospectado interessados, nós sentimos que o setor privado tem grande interesse em concorrer numa eventual licitação da concessão do aeroporto. A ANAC está trabalhando num modelo de concessão, nós precisamos que ela conclua o seu trabalho, sob a orientação do Ministério da Defesa, e nós temos certeza que esse é um projeto que será vitorioso, porque pelo interesse privado já manifesto no aeroporto eu acredito que ele é um projeto que terá viabilidade e que poderá inclusive, obviamente, o escalonamento do projeto pode ser repensado em função da crise internacional, o projeto é modularizável, quer dizer, ele tem um investimento grande que é a pista, mas toda a infraestrutura ao redor pode ser modularizada conforme o desenvolvimento do projeto, isso facilita muito. É um projeto fundamental para o Brasil, não é fundamental só para o Rio Grande do Norte, é fundamental para o Brasil, nós vamos apoiar-lo e temos um grande interesse em torná-lo um paradigma importante de operação aeroportuária no Brasil.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Só um minutinho, Sr. Presidente, eu queria pedir permissão, o senhor me desculpe, eu não sei se regimentalmente eu posso fazer aqui só uma observação. Presidente Luciano Coutinho do BNDES, realmente esse projeto, como o Senador Garibaldi disse: Senadora Rosalba, eu voltei porque quando fala do Aeroporto de São Gonçalo, nós sabemos que é algo importantíssimo para o Brasil e para o nosso Estado. Eu queria só uma previsão, pela sua experiência, a esses estudos que ainda precisam ser concluídos, tem uma ideia do tempo que isso pode demandar ainda?

SR. LUCIANO COUTINHO: Nós estamos querendo trabalhar, Senadora, para ter a licitação desse projeto no máximo em setembro ou outubro, se depender de nós. Ele, obviamente, precisará da formatação do edital e da modelagem de concessão privada pela ANAC, a aprovação pelos Conselhos. O projeto depois terá que transitar pelo Tribunal de Contas para que o Tribunal autorize a licitação. Agora no que depender do BNDES, nós somos um fator, estamos trabalhando estreitamente ligados ao Governo do Rio Grande do Norte. Nós não seremos fator de atraso do projeto, nós estamos empenhados em ver esse projeto licitado o quanto antes.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Presidente. Essa notícia nos deixa bastante confortável, felizes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador Garibaldi Alves, Senadora Rosalba, foi uma honra muito grande ter presidido a reunião ao lado de V. Ex^{as.}, foi uma satisfação muito grande tê-los aqui. Eu quero saudar aos Senadores, o Senador Inácio Arruda que aqui chegou.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu estava substituindo V. Exa. na Comissão de Justiça--

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --para a votação de catorze representantes do Conselho Nacional de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): É verdade, eu agradeço muito. Presidente Luciano Coutinho, a sua presença aqui é um marco das Audiências dessa Comissão, objetividade, clareza, foi uma verdadeira aula que V. Exa. acabou de dar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, a oposição chegou na Comissão de Justiça elogiando bastante a apresentação do Presidente Luciano Coutinho. E na situação atual do Brasil nós não podemos desconfiar disso, eu acho que a oposição está convencida mesmo de que nós estamos com uma gestão elevadíssima do ponto de vista da sua qualidade no BNDES.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado. Encerramos assim a Sessão. Agradecemos a sua presença, Presidente, como sempre foi um marco muito importante. Amanhã teremos aqui o Ministro Guido Mantega, às dez horas, em Sessão Conjunta dessa Casa.

Sessão encerrada às 13h39.

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E EMPREGABILIDADE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO, EM 28 DE MAIO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e oito de maio do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Jayme Campos, Efraim Moraes, Delcídio Amaral, João Ribeiro, César Borges, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Roberto Cavalcanti, Tião Viana, Eliseu Resende, Gilvam Borges, Romero Jucá, Eduardo Azevedo, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Tasso Jereissati, Wellington Salgado, Rosalba Ciarlini, Aloizio Mercadante, Pedro Simon, Renato Casagrande, Mão Santa, Adelmir Santana, Arthur Virgílio, Gilberto Goellner, Romeu Tuma e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, João Tenório, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública sobre os temas "A desvalorização da moeda brasileira; a crise econômica; os efeitos da redução de IPI sobre a arrecadação da união, dos estados e dos municípios; e sobre as mudanças no rendimento da caderneta de poupança", em atendimento aos Requerimentos nºs 05, 06, 07, 12 e 13-CAE e aditamento ao Requerimento nº 29/09-CAE, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Aloizio Mercadante, César Borges e Flexa Ribeiro, e aos Requerimentos nºs 03/09-CI e 04/09-CAS, de autoria do Senador Inácio Arruda, com a presença, como expositor, do Excelentíssimo Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Tasso Jereissati, Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio, Wellington

Salgado, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e a 10ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa ordinária, da 53ª legislatura, a realizar-se em conjunto. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. As Atas, então aprovadas, serão publicadas no Diário do Senado Federal. [soa a campanha].

Essa Audiência Pública, para discorrer sobre a desvalorização da moeda brasileira, a crise econômica, os efeitos da redução de IPI sobre a arrecadação da União, dos estados e dos municípios e sobre as mudanças no rendimento da caderneta de poupança, conta, para a honra nossa, com a presença do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Guido Mantega, em atendimento aos requerimentos nº. 05, 6 e 7, 12 e 13, de 2009, e aditamento ao Requerimento nº. 29/09, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Aloizio Mercadante, César Borges e Flexa Ribeiro, e ao Requerimento nº. 03/09, da Comissão de Infraestrutura, e 04/09, de autoria do Senador Inácio Arruda. S. Exa., o Sr. Guido Mantega terá o tempo que desejar para fazer a sua exposição, e, em seguida, abriremos à fase dos debates, concedendo a palavra às senadoras e senadores inscritos. Antes de conceder a palavra ao nosso ilustre convidado, o Ministro Guido Mantega, teremos a palavra do Senador Eliseu Resende, que representa aqui a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, Sr. Ministro Guido Mantega, Sras. e Srs. Senadores, a nossa presença aqui, Sr. Presidente, Sr. Ministro, é para representar o Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Senador Fernando Collor, que está afônico e não pôde comparecer. Desejar boas-vindas ao Ministro e ouvi-lo atentamente, junto com os demais

senadores, porque são extremamente importantes e relevantes as questões que serão discutidas e debatidas aqui, ouvindo o Ministro da Fazenda Guido Mantega. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quero registrar a presença na Mesa do Senador Francisco Dornelles, Presidente da Comissão que faz o acompanhamento da crise financeira e empregabilidade. E vou ter a honra, agora, de conceder a palavra ao Ministro Guido Mantega, para fazer sua exposição a respeito da crise financeira e as suas implicações com relação ao nosso país. Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senador Garibaldi Alves, Presidente da CAE, o Senador Eliseu Resende, presidindo a Comissão de Serviços de Infraestrutura, e o Senador Francisco Dornelles, que preside a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade. Agradeço ao convite para vir aqui a esta Casa, para poder explicar a situação da crise mundial e da economia brasileira, cumprimento os demais senadores e senadoras que estão aqui presentes, os técnicos, jornalistas, assessores, e vou fazer uma breve exposição da situação da crise internacional e as suas repercussões sobre a economia brasileira.

Nós produzimos um PowerPoint que foi disponibilizado aos Srs. Senadores e Senadoras para que possam acompanhar melhor a minha exposição. Às vezes, a gente passa algum gráfico pouco visível. Com o texto na mão, fica mais fácil de acompanhar. Nós temos visto, nas últimas semanas, sinais de melhoria da crise internacional. Esses sinais são positivos, são bem-vindos, porém, devemos ter em mente que a crise não acabou, talvez apenas tenha passado o pior momento dela e já estejamos retornando para níveis de normalidade maior em relação aos últimos meses. Um dos fatores que está trazendo esta melhoria é a consolidação do Governo Obama e o aumento da confiança dos mercados mundiais nas ações dos vários Governos. Isso não significa que os problemas centrais da crise financeira tenham sido resolvidos. Por exemplo, os ativos tóxicos que enfraquecem os grandes bancos continuam presentes, ainda não foram digeridos, não foram absorvidos. Os bancos ainda não estão liberando volume de crédito suficiente para mover as economias. Então, ainda falta crédito, e o crédito continua caro e de difícil acesso para vários segmentos da sociedade. Mas, de qualquer forma, em relação ao quadro bastante crítico, bastante grave, que nós observamos no final do ano passado, começa a haver algum distencionamento do crédito. O crédito está voltando para alguns segmentos do setor financeiro, os bancos que, antes, tinham

total desconfiança, entre eles mesmos e em relação ao consumidor, estão voltando a atribuir crédito, estão liberando o interbancário, e, com isso, nós podemos ter algum alívio naquela situação difícil. Porém, nada impedirá que o ano de 2009 seja um ano de recessão para as principais economias do mundo.

Então, uma recessão forte em vários países, principalmente nos países avançados. Mas essa recessão, ela será mais forte nos primeiros trimestres desse ano, e, no final do ano de 2009, já notaremos uma mudança e, provavelmente, algumas economias já estarão trabalhando no positivo, já estarão com PIB positivo. A trajetória esperada do PIB mundial é aquele que está representado naqueles gráficos. Nós podemos ver o gráfico azul. A linha azul representa o comportamento das economias avançadas. Os senhores podem notar que, em 2009, as economias avançadas, elas têm uma queda do nível do PIB. A queda deve ser em torno de 4%. Ou seja, o PIB médio das economias avançadas será menos 4%, em 2009. A boa notícia é que já está em curso uma recuperação, mas que começa lá de baixo, porque a queda foi forte, e essa recuperação se dará ao longo do ano 2009, de modo que, em 2010, os países, mesmo os países avançados, já estarão com resultados positivos no seu PIB. Modestos, porém positivos. Nós esperamos que, ainda durante os dois, três anos, o PIB terá um comportamento fraco nessas economias avançadas. Já nas economias emergentes, que são representadas pela linha vermelha, os senhores podem ver que, também, elas sofrem uma queda no nível de atividades, porém tendem a ficar positivas, produto positivo, e a recuperação se dará, também, ao longo de 2009, de modo que, em 2010, essas economias estejam de volta com os índices de crescimento que tinham antes da crise. Portanto, recuperação mais rápida das economias emergentes, recuperação mais demorada nas economias avançadas.

Então, esse gráfico mostra também que nós temos um distanciamento entre as economias avançadas, que tendem a ter um desempenho inferior, um desempenho mais fraco, e as economias emergentes, que tendem a ter um desempenho mais forte. Passamos adiante. Bom, o que está acontecendo no Brasil? No ano passado, nós tivemos um excelente desempenho da economia até o terceiro trimestre, e, no quarto trimestre, tivemos uma forte desaceleração, de modo que o resultado final do ano de 2008 foi de um crescimento de 5.1. Então, estão equivocados aqueles que dizem que nós tivemos recessão no ano passado. O ano passado foi um ano de excelente crescimento para o Brasil, com exceção do último trimestre, quando nós acompanhamos, logo depois da quebra do Lehman Brothers, a desaceleração forte da economia internacional.

No primeiro trimestre deste ano, a economia brasileira ainda passou por um período fraco, de desempenho bastante fraco da economia, porém, no final do primeiro trimestre, já temos sinais de recuperação, de modo que a crise começou mais tarde no Brasil do que em outros países, pela sua situação econômica melhor e deve ser mais curta, deve terminar mais rapidamente no Brasil do que em outros países. Essa pequena melhora que nós observamos nos mercados financeiros internacionais, nas últimas semanas, já se refletiu no Brasil, com uma retomada do fluxo de capitais. Então, essa melhora, esse aumento da disponibilidade financeira, se traduziu, nessas semanas, no aumento do investimento direto externo, da entrada de capitais em busca da Bolsa de Valores e outras aplicações na economia brasileira. Passamos adiante.

Nós podemos ver, por este quadro, a diferença de comportamento da economia brasileira em relação a outras economias. Nós colocamos aí as principais, e cada uma daquelas torres representa um trimestre econômico. Nós temos aí cinco trimestres representados, e, quando a torre está acima da linha zero, significa um crescimento positivo do PIB no trimestre, e, quando está baixo da linha zero, um crescimento negativo. Os senhores podem ver que o Brasil é o país que teve o maior desempenho, porque, no ano passado, nós temos, ali, a partir do primeiro trimestre do ano passado, nós tivemos o Brasil, que é o último à direita, três trimestres de crescimento bastante expressivo, em torno de 6, 6,5% de crescimento do PIB, em cada um dos três trimestres, e, finalmente, no último trimestre, uma queda forte do produto, conforme os senhores podem observar. Mas o Brasil tendo um desempenho melhor do que os demais países.

Nós notamos também o aumento de confiança na economia brasileira, que é representado pelo índice de risco-país. A curva vermelha representa o risco dos países emergentes como um todo e a curva azul, o risco do Brasil. Os senhores podem ver que os níveis de risco caminharam muito próximos até, mais ou menos, outubro do ano passado. Setembro, outubro do ano passado foi quando ocorreu a crise, que dá aquele pico de risco, aumento do risco dos países emergentes de modo geral. Porém, de lá pra cá, nós podemos notar que o Brasil vem apresentando um risco menor do que os demais países emergentes, demonstrando uma confiança maior que há no Brasil. Passamos adiante.

Podemos ver essa confiança a partir de uma pesquisa feita pela Emerging Markets Private Equity Survey, que diz que o Brasil é o segundo mercado mais cobiçado pelos investidores estrangeiros. Nós temos aí o quadro de 2008, a situação em 2008, a coluna 2008,

que mostra que o mercado emergente mais atraente é a China, em primeiro lugar, e o Brasil estava em quarto lugar. Porém, passando para 2009, nós podemos ver que o Brasil passou em segundo lugar, passou na frente da Índia, da Rússia e de outros mercados emergentes, em termos de atratividade. Portanto, de confiança. Passamos adiante.

Nós temos aqui a representação do desempenho da indústria automobilística, que continua sendo uma indústria importante em vários países, porque representa uma parte expressiva do PIB. Aqui, no Brasil, a indústria automobilística representa cerca de 23% do PIB industrial brasileiro. E os senhores podem ver, numa comparação do primeiro trimestre de 2009 em relação ao primeiro trimestre de 2008, que a recuperação da produção de veículos leves, o Brasil é o último, ali, colocado. Nós tivemos, em vários países, uma queda importante da produção de veículos leves, nos três meses, de janeiro a março de 2009, em relação a janeiro a março de 2008. Estados Unidos, por exemplo, teve uma queda de 38% na produção; Japão, 23. Apenas a Alemanha teve uma expansão, França caiu, Itália também, Espanha, 44% a menos, e o Brasil já recuperou e já está produzindo mais veículos do que estava produzindo em igual período do ano passado. Portanto, houve uma queda e, depois, uma recuperação forte, em função das medidas que foram tomadas na economia. Passamos adiante.

Podemos ver que um dos sustentáculos da economia brasileira, uma das razões pelas quais o PIB brasileiro, ele fica mais forte, ele cai menos, em relação a outras economias, é que o Brasil... A economia brasileira depende mais do mercado interno do que do mercado externo. O mercado externo é representado pelas exportações, e as exportações brasileiras representam 13% do PIB. Portanto, quando cai o nível de atividade internacional, o Brasil é menos atingido do que, por exemplo, a Alemanha, cujas exportações representam 40% do PIB, ou o Japão, que representa mais ou menos a mesma coisa. Existem economias na Ásia, no leste europeu, cuja exportação representa 50, 60% do PIB. Então, quando cai a atividade internacional, todas elas têm uma retração forte do PIB. Já o Brasil, como tem o mercado interno que se manteve forte, graças à massa salarial, os senhores estão vendo ali, em 12 meses, de abril a abril, 7,3% de crescimento da massa salarial, nós mantemos uma capacidade de consumo e um mercado mais forte aqui no Brasil. Pode passar adiante, pode pular essa.

Bom, outro fator que dá robustez à economia brasileira, solidez à economia brasileira é o nosso desempenho fiscal. O Brasil tem tido um bom desempenho fiscal, ao longo dos últimos anos, e consegue manter

esse desempenho fiscal durante a crise, o que é difícil de ser visto nos outros países, todos eles com uma forte deterioração da sua situação fiscal. Nós reduzimos o nosso superávit primário em 2009, para poder fazer mais política anticíclica, e, mesmo assim, o nosso resultado fiscal, ele é bastante satisfatório e um dos melhores, quando comparado com outros países. Os senhores podem ver aí a comparação do resultado fiscal, que é esperado para o ano de 2009, projetado pela Economist Intelligence Unit's, que é da Revista The Economist, que mostra que o Brasil é o penúltimo país, ele tem o segundo melhor desempenho fiscal de todos os países do G 20. Terá, portanto... Prevê-se um déficit nominal de 2.1% neste ano. Não fosse a crise, nós estaríamos muito próximos do déficit nominal zero. Mas, como tivemos que reduzir o primário, então nós ficaremos com 2.1, um resultado bastante satisfatório. Se nós olharmos a dívida pública, que é um indicador fiscal fundamental, vamos ver, ali, o Brasil tendo um pequeno aumento da dívida pública, mas, na verdade, aquele aumento de 36.8 para 40.9 se deveu ao fato que nós tiramos a PETROBRAS do resultado fiscal da União. Porque é só recolocar a PETROBRAS que nós estaríamos com os 36. A PETROBRAS significava esses 3% de diferença que estão ali. Então, não houve nenhuma piora na dívida pública brasileira em função da crise. E se nós olharmos os outros países, vamos ver que os outros países todos estão com aumento expressivo da sua dívida pública, mesmo os países considerados mais sólidos, como o Reino Unido, os Estados Unidos, o Japão, todos eles com um crescimento expressivo da dívida pública.

No próximo quadro, nós podemos ver a projeção desta dívida para o ano de 2010. Em 2010, vamos pegar ali o Brasil, essa dívida bruta. Portanto, não estão deduzidas as reservas. Como os outros países eu não tinha dívida líquida para 2010, eu tive que usar a base de comparação de dívida bruta. Então, a dívida bruta do Brasil, ali, teria sido, em 2008, de 60%; 2009, 57%; 2010, 54%. Portanto, a nossa dívida está caindo, continua caindo, e a da maioria dos outros países está subindo, e subindo para patamares bastante elevados. Estados Unidos, por exemplo, em 2010, deverá atingir uma dívida de 77% do PIB. Perdão, 79% do PIB. Alemanha, 74% do PIB. Portanto, a nossa dívida é menor do que a dívida desses países. Então, não se pode pôr em dúvida a solidez fiscal das contas públicas brasileiras. Uma das razões da nossa solidez é que nós diminuimos a vulnerabilidade externa do país ao longo do tempo.

No próximo gráfico, nós podemos ver que as reservas internacionais do Brasil não só se mantiveram no patamar que estavam pré-crise, como, agora, estão

sendo expandidas, porque nós voltamos a comprar reservas. Voltamos a comprar dólares, portanto aumentar as reservas internacionais. Estamos com 205 bilhões. Muitos países que tinham reservas elevadas já estão com menos reservas do que estavam, quando a crise se iniciou. Portanto, isso também é um fator importante de solidez da economia brasileira. Outro fator importante é que, ao contrário de outras economias, o sistema financeiro é sólido. Ele é menos alavancado, nós temos ali o índice de Basiléia, a relação entre o capital e os empréstimos. No caso, Basiléia recomenda 8%, e, no Brasil, nós temos 17,6%. Portanto, nós temos um risco menor, uma alavancagem menor dos bancos brasileiros. Além disso, os bancos brasileiros são submetidos a uma regulação muito mais forte do que a regulação de outras economias. E, além disso, nós temos, no Brasil, bancos públicos que têm um comportamento fundamental durante a crise, porque eles podem aumentar mais o crédito e baixar as taxas de juros. Passamos adiante.

Qual é a diferença do Brasil em relação à crise de hoje e em relação a crises do passado? No passado, quando o Brasil era uma economia mais frágil, quando ocorria uma crise, até menor do que esta, porque esta crise é uma crise de grandes proporções, é uma crise mundial, uma crise de grande envergadura, mas, mesmo nas crises menores que tivemos no passado, como a economia brasileira estava fragilizada, não tinha reservas, o Governo, para impedir a fuga de capitais, era obrigado a elevar a taxa de juros, e a taxa de juros era elevada de forma extraordinária. Ao elevar a taxa de juros, o déficit público aumentava, e a dívida pública também, porque é um custo financeiro para o estado. Em função disso, o Governo tinha que fazer ajuste fiscal. Cortar gastos, cortar investimentos no meio da crise. Então, a ação do Governo acabava levando o país a uma recessão. Redução de investimentos, redução de empregos, etc. Portanto, o Governo não podia fazer uma política anticíclica. Fazia uma política praticamente pró-cíclica, para se defender dos problemas que uma economia vulnerável e fragilizada enfrentava.

Mas, hoje, no gráfico seguinte, nós podemos ver que o país que tem uma solidez macroeconômica pode enfrentar a crise de uma outra maneira, fazendo uma política anticíclica. Então, ao invés de elevar o juros, nós podemos diminuir os juros. Ao invés de restringir o crédito, nós podemos aumentar o crédito, que é o que está sendo feito com a política monetária de crédito, liberando compulsórios, fazendo cortes nas taxas de juros básicas... Enfim, criando mecanismos, de modo a atenuar a escassez de créditos que essa crise provocou. Na política fiscal, também uma política fiscal anticíclica.

Nós, antes, tínhamos que subir impostos para poder equilibrar as contas públicas, e, hoje, nós podemos reduzir tributos, de modo a estimular a atividade econômica. Manter os programas sociais, sem desativá-los, manter o investimento público e até elevá-lo, podendo nos dar ao luxo de diminuir provisoriamente o superávit primário, para poder fazer essa política anticíclica. Dessa maneira, a gente atenua o impacto da crise. Ao invés de aumentar, amplificar, nós atenuamos, e a crise pode ser de mais curta duração.

Então, em síntese, por que o Brasil está... Por que a situação já está melhorando no Brasil? A nossa conjuntura financeira está melhorando gradualmente, ainda está longe de estar normalizada, porém, apresenta algumas melhorias. A política anticíclica tem dado resultados, as reduções de tributos para o setor automotivo, para a linha branca, para o setor de material de construção, o programa habitacional já dá resultados, o financiamento habitacional está crescendo, está havendo negócios, o setor não está demitindo. Então, a política anticíclica dá resultados mais rápidos no Brasil. E, além disso, nós reunimos confiança. O mercado acredita que o Brasil reúne melhores condições para sair da crise. Digo o mercado, porque, além de nós acharmos isso, é importante também qual é o conceito, a reputação que o Brasil tem e adquiriu. E, portanto, a confiança no país, isso ajuda a nós sairmos mais rapidamente da crise. O Brasil oferece condições mais seguras e mais atraentes para a vinda de capitais. Nós podemos, no gráfico seguinte, ver alguma melhoria, por exemplo, no preço das commodities. O Brasil é um grande exportador de commodities, portanto isto interfere, sobretudo, com a nossa agricultura. Havendo melhoria do preço das commodities, a agricultura continua funcionando bem, e nós podemos ver que, depois de ter tido aquela alta, o choque de commodities, os senhores estão lembrados do ano passado, que nós tivemos uma alta forte do preço das commodities, depois tivemos uma queda, e, agora, nós já estamos com recuperação de preço de commodities, o que é bom para a nossa balança comercial, é bom para o setor agrícola. Podemos ver o reflexo disso também na Bolsa de Valores, no gráfico seguinte.

A nossa Bolsa de Valores, que sofreu o impacto da crise, sofreu perdas no primeiro momento, mas já está em processo de recuperação. Somente no mês de maio até o dia... Do início até o dia 21 de maio, houve um ingresso de investimentos, no exterior, na bolsa, de 4,2 bilhões de reais. Logo mais, as empresas brasileiras poderão estar fazendo ofertas de ações na bolsa, poderão estar captando recursos para fazer seus investimentos na Bolsa de Valores, como vinham fazendo antes da crise começar, fazendo IPOs, porque

terão disponibilidade de recursos, terão interessados na aquisição das suas ações. Nós podemos ver uma comparação do desempenho das principais bolsas do mundo e a bolsa brasileira. Aí está o período compreendido de setembro até maio deste ano, e podemos ver que as perdas da bolsa brasileira, computado esse período, são entre as menores da série que está aí colocada. As bolsas americanas perderam muito mais, as principais bolsas européias também, o Brasil tem uma perda de 3% em relação a setembro. Sem falar que, antes de setembro, a bolsa brasileira tinha subido vários pontos percentuais. Portanto, ainda está no lucro. Para quem estava lá dois, três anos, está no lucro.

Se nós olharmos o período mais recente, a curva azul é a curva da Bovespa, no período... Os senhores podem ver. A partir de março, nos últimos dois meses, portanto, um crescimento permanente da bolsa brasileira comparada com a Dow Jones, que não tem o mesmo comportamento. Deu uma melhorada também, mas uma melhorada inferior ao desempenho da bolsa brasileira. Passamos adiante. E podemos ver o movimento cambial. Nos meses de crise, houve saída de capitais, e a situação, o resultado do balanço de pagamentos não foi tão bom quanto era no período anterior. Chegamos a ter déficit financeiro, ou seja, saíram mais recursos do que entraram, durante vários meses, porém, nós já demos a virada. No mês de maio, nós já temos um resultado positivo, ainda aí estamos até o dia 22 de maio, não completou o mês, mas nós já temos um saldo financeiro positivo, juntamente com o saldo comercial positivo. Então, o Brasil já está se refazendo desse período. O investimento direto voltou a crescer também. Os senhores podem ver ali, essa curva é o investimento anualizado, em 12 meses, 41 bilhões nos últimos 12 meses. O ano passado foi um ano excepcional, nós tivemos ingresso de 45 bilhões de dólares de investimento externo, e, no mês de abril, nós tivemos 3,4 bilhões de dólares de investimento externo. Portanto, o investimento externo está voltando à economia brasileira.

Bom, do ponto de vista do comportamento do sistema financeiro, o que nós podemos ver ali é que a curva vermelha é a curva do crédito à pessoa física, é a evolução do crédito à pessoa física. E a curva azul é da evolução do crédito à pessoa jurídica. Podemos ver que, depois de termos atingido um ápice de volume de crédito à disposição, mais ou menos em abril, maio do ano passado, passou a haver uma queda do crescimento do crédito, uma queda forte no último trimestre até janeiro deste ano e começou a haver uma recuperação do volume de crédito. Então, podemos ver que houve uma recuperação maior na pessoa física, voltando aos patamares anteriores à crise, mas a pessoa jurídica

ainda está aquém daquilo que é necessário. Portanto, o crédito está voltando, mas não é suficiente para suprir as necessidades da economia brasileira.

Nesse quadro seguinte, nós podemos ver a evolução do crédito, desmembrado entre a participação dos bancos públicos, bancos privados nacionais e bancos privados estrangeiros. A curva marrom representa o crédito aportado pelos bancos públicos e podemos ver que os bancos públicos têm aumentado o volume de crédito na economia. Então, eles é que, de certa forma, sustentaram uma retomada do crédito, a manutenção de um certo nível de crédito. Já os bancos privados nacionais diminuíram, é a curva verde. Em relação ao patamar de setembro, eles diminuíram a liberação de crédito, e os bancos privados estrangeiros também diminuíram, que é a curva marrom claro. Então, essa curva ainda é insatisfatória para as necessidades da economia brasileira, mas nós temos notado, nas últimas semanas, uma reação maior do sistema financeiro. Me parece que, finalmente, está havendo uma competição maior no sistema financeiro, onde os bancos públicos estão ofertando crédito em volume maior a taxas menores. O sistema privado também está fazendo o mesmo, está começando a fazer o mesmo, está havendo um alongamento do prazo de crédito, porque tinha havido o encurtamento. Quando a crise começou, o crédito foi reduzido e foi encurtado no tempo, os financiamentos que eram de 50 meses, 60 meses, passaram para 30 meses, para 20 meses e assim por diante, e, agora, está havendo uma recomposição dos prazos que eram praticados antes. Então, no caso do setor automobilístico, nós já estamos vendo ofertas de crédito para prazos de 60 meses, 70 meses, até 80 meses, o que é uma novidade no período recente. Portanto, há uma recomposição no período mais recente. Porém... Passa adiante.

Porém, o spread, que é cobrado pelo setor financeiro, ainda é extremamente elevado no Brasil. Aliás, esse é um problema crônico, é um problema antigo, e, no período de crise, ele se agravou. Os senhores podem ver. A curva azul é o spread cobrado da pessoa jurídica. E o spread e a curva vermelha é o spread cobrado da pessoa física. A curva vermelha deve ser lida à direita. Então, nós podemos ver que o spread para o crédito da pessoa física chegou a 45% acima do juro, do juro básico. Só o spread. Não é o juro final para o tomador. É 45% acima dos juros. Portanto, exorbitante. Mas está com o comportamento benigno caindo para cerca de 37,5%. É melhor do que estava, porém, ainda, muito alto. No caso da pessoa jurídica, os spreads continuam bastante elevados e têm que ser reduzidos para permitir uma retomada mais forte, mais firme da economia brasileira. Na semana passada, foi aprova-

do o cadastro positivo na Câmara dos Deputados. Eu acredito que essa matéria já esteja entrando na pauta do Senado e seria extremamente positivo que nós pudéssemos aprovar rapidamente o cadastro positivo, que é um compromisso dos bancos para que eles reduzam as taxas de spread, porque, segundo eles, vai diminuir a incerteza e a possibilidade de inadimplência no setor financeiro. Passamos adiante.

Bom, podemos ver aí o comportamento do câmbio no Brasil e nos outros países e podemos ver ali que houve, nos últimos três meses, uma valorização do câmbio, no sentido contrário do que tinha havido, logo depois do início da crise, a partir de setembro, que houve uma desvalorização do câmbio, uma valorização do dólar e desvalorização das outras moedas. Aqui, nós estamos numa direção inversa. Está havendo uma desvalorização do dólar e, portanto, uma valorização de várias moedas. E o Brasil está lá, com uma valorização, nos últimos três meses, de 17,66%. Mas não é o único. Se fosse o único, seria... O real estaria se valorizando frente o dólar e outras moedas, mas é, fundamentalmente, frente ao dólar. No quadro seguinte, nós podemos ver o comportamento dos últimos 30 dias, quando o real, é ali, a faixa verde mais clara, teve uma valorização de 9,84. Mas os outros países também tiveram valorizações menores, a maioria menores do que a brasileira, mas isso também é explicado não só pela desvalorização do dólar, mas é explicado também pela confiança que existe no Brasil, pela atratividade que o Brasil representa para os investidores externos. É um sinal positivo para a economia brasileira. Mas, como toda moeda tem duas faces, tem uma face negativa essa valorização, porque ela diminui, ou ela diminui as vantagens do setor exportador. As vantagens que haviam sido adquiridas com a desvalorização do real, barateando os produtos brasileiros, com esta valorização, você encarece o produto brasileiro e há um prejuízo para o setor exportador. Então, é uma moeda de duas faces. Tem um lado bom, que é o lado de que há um reconhecimento de que o Brasil é uma economia sólida, que vai se recuperar rapidamente e com o auxílio do ingresso de capitais, porém, isso tem um prejuízo para o setor exportador. Passamos... Pode passar adiante.

Se nós compararmos o real com uma cesta de moedas, a cesta das moedas dos países com os quais nós mais transacionamos. Então, vamos ver que a situação não é tão dramática do ponto de vista do câmbio. Nós podemos ver a trajetória desde 95, quando houve uma valorização do real, depois desvalorização... Depois... Perdão, uma valorização, depois desvalorização, e, no período mais recente, os senhores estão vendo ali setembro de 2008, nós temos uma valoriza-

ção da moeda... Perdão, uma desvalorização e uma valorização no período mais recente. Esse quadro, ele abrange um período muito longo, então fica difícil de ver com clareza as variações. Mas a variação é essa: de setembro em diante, houve uma desvalorização da moeda, e, a partir dos últimos dois meses, três meses, houve uma valorização. Passamos adiante.

Eu acredito que esta crise, embora traga uma série grande de problemas para a economia brasileira, ela também pode ser vista como oportunidade. Os países que estão melhor posicionados, que reúnem condições melhores, podem até tirar alguma vantagem da crise. Por exemplo, se está havendo uma valorização da moeda brasileira, significa que está havendo entrada maior de recursos estrangeiros, é o momento de aumentar as nossas reservas, que tão bem fizeram para a economia brasileira, nesse período mais recente. Quando, em 2006, nós argumentamos fortemente, no sentido de que deveríamos aumentar as reservas que estavam estagnadas em 58 bilhões de dólares, alguns até criticaram este caminho. Quando chegamos a 100 bilhões de dólares de acúmulos de reservas, alguns diziam que era muito, que não precisávamos ir além dos 200 bilhões. Chegamos aos... Além de 100 bilhões. Chegamos aos 200 bilhões, e a crise justamente nos colheu no momento que nós tínhamos uma situação confortável, portanto ficou demonstrado que ter reservas é um bom negócio para o país. É seguro, aumenta a estabilidade da economia, reduz a vulnerabilidade externa, o que foi comprovado no momento de crise.

Portanto, eu acredito que o Brasil, pelo porte da sua economia, poderá ter reservas mais elevadas que os 205 bilhões que temos hoje. E temos que encaminhar nessa direção. Mas a crise, como eu dizia, ela pode trazer algumas oportunidades. Por exemplo, acelerar algumas mudanças importantes que vinham ocorrendo na economia internacional, no sentido de dar um destaque maior para o desempenho dos países emergentes. Então, nós estamos vendo nitidamente que os chamados países avançados vêm perdendo terreno em relação aos emergentes, têm um dinamismo menor, têm um mercado que cresce menos, têm menos condições, e, portanto, nós estamos assistindo a um enfraquecimento do dólar, do euro, da libra e do iene, que eram as moedas dominantes, ou são as moedas dominantes, nas transações internacionais. E temos visto o surgimento de novos países e novas moedas. O iuan, chinês evidentemente, terá um papel cada vez mais importante, e o real também é uma moeda respeitável, que já é utilizada em transações internacionais.

Portanto, o resultado desta crise poderá ser que os chamados brics, o Brasil, Rússia, Índia, China, saíram desta crise mais fortalecidos ou menos chamuscados do que outros países e poderão sair na frente dos outros países, se nós soubermos fazer as políticas econômicas adequadas.

Passamos adiante, para finalizar. Então, quais são os novos protagonistas no cenário internacional? Os novos protagonistas são justamente os países emergentes, aqueles que têm tido um dinamismo econômico maior, taxas de crescimento maiores que as taxas de crescimento dos países avançados, que modernizaram a sua estrutura positiva, aqueles países que têm contas públicas externas mais equilibradas e não que têm desequilíbrios, por exemplo, que tem a economia americana, a economia japonesa, que têm recursos naturais abundantes, energia principalmente. O Brasil possui grandes reservas de energia ainda a serem exploradas, que nos dão uma solidez de perspectiva de mais reservas, e grandes produtores de alimentos. E o Brasil é um grande produtor de alimentos. Então, nós combinamos essas condições mais, digamos, convenientes, e, além disso, nós temos, à semelhança da China, da Índia, um grande mercado consumidor que ainda pode crescer muito, ao contrário de outros países, cujo mercado consumidor já atingiu sua potencialidade máxima. É por essas razões que nós acreditamos que o Brasil já está saindo da crise, sairá mais rapidamente do que outros países e poderá ocupar uma posição privilegiada num cenário econômico internacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradecemos ao Ministro Guido Mantega, pela sua exposição brilhante, objetiva, a respeito da crise financeira e suas repercussões no nosso país, uma exposição num tom bastante otimista. E, dentro do que está convencionado, vamos dar a palavra, agora, aos senadores que foram autores dos requerimentos de convite ao Ministro. Inicialmente, concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ministro, Senadores Garibaldi, Dornelles, Eliseu Resende, Presidente das comissões que aqui recebem o Ministro Guido Mantega, Ministro Guido Mantega, senhores, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Ministro Guido Mantega, hoje, os jornais noticiam aquilo que já se sabia, mas, oficialmente, agora, declarado pelo comitê da Fundação Getúlio Vargas, composta dos economistas notáveis, encarregados de estudarem os ciclos econômicos no Brasil, mas noticiam que o comitê diz que o Brasil está em recessão desde o final do último trimestre do ano passado. Ou seja, nós estamos no meio de uma recessão. Passado o primeiro

trimestre, já estamos no segundo e, com certeza, a probabilidade de que nós continuemos diminuindo o tamanho da economia este ano é bastante grande. Todos os analistas falam, alguns entre zero e 1,5% deve ser o recuo da nossa economia. É importante notar que esse recuo não é pouco. Se nós pegarmos o recuo de 3%, 4%, na economia européia ou americana, nós estamos falando de países que têm baixíssimo, quase uma estabilidade de crescimento demográfico e uma renda per capita já bastante elevada, o que é ruim para esses países, mas não é trágico.

No caso do Brasil ou país como a China, por exemplo, que tem crescimento demográfico elevado e renda per capita baixa, o encolhimento da economia é trágico. A primeira pergunta que faço, e tem ainda relação com uma pergunta que vou fazer, apresentando algumas tabelas aqui... Não seria melhor, Ministro Mantega, que nós assumíssemos os problemas, a recessão, as dificuldades, como estão fazendo todos os países do mundo, do que ficarmos dizendo, como dissemos alguns meses atrás, no ano passado, primeiro que era uma marolinha, que não iria afetar o Brasil, que era problema do Bush, do outro lado do Atlântico... Depois, insistindo no crescimento de 4%, depois insistindo no crescimento de 2%... Enfim, essas coisas todas levam a uma certa incerteza sobre que cenário nós estamos realmente vivendo. Eu acho que nós deveríamos fazer como os outros países: assumir, assumir os problemas, fazer contas reais, que a gente possa chegar e recheçar na frente, para que nós possamos realmente ter a postura necessária à crise que nós estamos vivendo. Por esta razão, contando esses números que a gente quer entender o que está acontecendo, o que é realidade, o que é recessão, o que que não é, é que nós, eu, junto com minha assessoria, encontramos alguns números que nós precisamos de uma explicação para que nós possamos entender. Nos dados do SIAFI, que V. Exa. está vendo ali, nós vamos encontrar uma discrepância tremenda entre a média de restos a pagar, processados da Previdência, entre todos os anos, que é 79 milhões, 90 milhões, sempre na casa dos milhões... Na maioria das vezes, não chegando nem na casa de centena de milhões. De repente, em 2009, esse número pula para 16 bilhões. Ou seja, restos a pagar da Previdência de 16 bilhões. Isso, por si só, já é estranho, porque restos a pagar de Previdência não é normal. Uma obra, uma coisa, tudo bem. Mas, da Previdência, isso não é normal. Então... E, ali, a linha histórica mostra realmente essa discrepância gigantesca, que a gente sai da casa... Nos últimos três anos, 82 milhões, 32 milhões, 35 milhões para 16 bilhões. O que é que explica esse 'restos a pagar' passando para um número bem a gosto do nosso

Presidente, nunca visto antes na história desse país? Ainda em relação a esse mesmo ponto, esse 'restos a pagar', consultando o SIAFI, refere-se a pagamento de benefícios e pensões de dezembro, que deveriam ter sido pagos, na melhor das hipóteses, em janeiro. Não é isso? Se tivesse sido, não houve uma mudança e se jogou esse pagamento para janeiro? Porque, com certeza, os aposentados receberam. Não há hipótese de não terem recebido. Mas se jogou esse pagamento para janeiro. Mas, no SIAFI, esse pagamento também não aparece em janeiro. Esse pagamento aparece só em fevereiro e no montante inferior ao saldo de 16 bilhões. Não se paga nada em janeiro, e, em fevereiro, há um pagamento de 11 bilhões, ficando um saldo ainda de cinco bilhões, o que é profundamente estranho. Porque, também, se não foi pago em janeiro, se não foi pago em dezembro, deveria ter sido pago em janeiro, e, no entanto, só foi pago em fevereiro e num saldo ainda que não bate com aquele número de 16 bilhões. Esse valor...

Vamos supor que esses 11 bilhões tenham sido pago em fevereiro, que também não dá para explicar. Esses cinco bilhões que nunca foram pagos da Previdência de Benefícios e Pensões, o que representa esses cinco bilhões que ainda não foram pagos, aparentemente não foram pagos até agora? Achando isso completamente surrealista, nós consultamos o balanço geral da União, e, no balanço geral da União e nos relatórios do Governo da Lei de Responsabilidade Fiscal, mostram os 16 bilhões de restos a pagar da Previdência. A pergunta é o seguinte: o que é que está errado? O balanço geral da União ou o SIAFI? Mesmo descontando o valor já pago de restos a pagar na Previdência, de 11 bilhões, pago em fevereiro, o saldo do 'restos a pagar', processado no início de 2008 para o início de 2009, passou de três bilhões para 13 bilhões; um crescimento de mais de 300%. Como explicar um crescimento tão grande de restos a pagar processados, mesmo excluindo os 11,7 bilhões da Previdência, pagas em fevereiro, que também ainda não entendi por que foi pago em fevereiro o relativo a dezembro. Esse crescimento de 10 bi nos 'restos a pagar' processados, já excluindo o pagamento de 11 bi para a Previdência em fevereiro, tem algum impacto no cálculo do superávit primário? Essa é uma pergunta muito importante, ministro, que eu gostaria de ver esclarecido. Isto é, o primário efetivamente realizado teria sido menor, no montante dos 10 bi, antes mencionado? Quer dizer, a meu ver, nós temos três alternativas. O primário, o superávit primário foi menor, em 10 bi, o SIAFI está completamente errado e ainda não foi acertado, porque... Ou a outra alternativa é que parte dos beneficiários não tenham recebido esses recursos.

Eu gostaria de ver explicado isso, ministro, e saber da sua projeção de crescimento do PIB para esse ano e quando nós vamos sair da recessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Se o plenário concordar, nós vamos fazer a chamada de três senadores...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria que o Ministro, como é uma pergunta muito detalhada, pedir, no caso, que houvesse uma explicação, porque, a meu ver, são explicações de assuntos graves. Ou o SIAFI está errado, ou o superávit primário está errado... Se V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quer uma resposta imediata. O Ministro concorda?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, com a palavra o Ministro Guido Mantega.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Senador Tasso, em primeiro lugar, fazer um comentário sobre a recessão da economia brasileira. De fato, no último trimestre do ano passado, a economia brasileira sofreu uma queda forte do nível de atividade. Isso eu mostrei ali no quadro e não podemos negar esse fato. E o primeiro trimestre desse ano deveremos também ter crescimento negativo. Não sabemos ainda de quanto, o número vai sair no dia 9 de julho, e, portanto, até lá... Mas nós já sabemos que houve, de fato, um crescimento negativo. Com isso, não dá para concluir nem que nós tivemos uma recessão no ano passado, porque, no ano passado, tivemos crescimento, sim, mas uma queda no final do ano--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A partir do último trimestre do ano passado e agora estamos em recessão.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Aí estamos misturando dois anos. Então, esse conceito de recessão técnica, me desculpem os economistas, sou um deles, são conceitos que podem ser adotados ou não. Eu não vou questionar a fundação da qual eu pertenço. Sou professor da fundação há muitos anos. O conceito que alguns economistas adotaram é que dois trimestres consecutivos representam uma recessão técnica. Agora, o que isto significa? O que interessa é: o que significa do ponto de vista econômico? Significa que dois trimestres consecutivos você teve um crescimento negativo. Não diz nada do que está acontecendo na economia agora ou no trimestre consecutivo. Então, nós estamos olhando com o retrovisor. Com o retrovisor, de fato, nós tivemos esse período de baixo nível de atividade. Como eu mostrei ali, o Brasil foi um dos países menos afetados pela crise internacional. Até

setembro, ninguém sabia a violência desta crise. Com uma ou outra exceção, talvez o Rubini, que, agora, é um economista que está na moda aí, o Rubini tinha previsto, mas 99% dos outros não tinha previsto uma crise dessa magnitude. Portanto, em agosto do ano passado, não ia fazer aqui terrorismo econômico, dizer: “Olha, estou achando que vamos afundar ali adiante”. Não dava. A economia estava bem. Até setembro do ano passado, a economia crescia 6,5% o PIB trimestral. Todos os setores estavam indo muito bem. As outras economias já estavam desacelerando. Até a chinesa, que é considerada uma economia forte, uma economia bastante resistente, ela já estava com desaceleração desde o início do ano. Nós estávamos resistindo aqui, graças a uma combinação de fatores favoráveis ao Brasil. O mercado interno continuava se expandindo, estávamos já perdendo algum mercado externo. Então, aquilo que dizíamos estava correto. E, em 2008, não dava para prever, e não havia previsão dos economistas, que 2009 teríamos crescimento negativo. Pode ver as estatísticas, pode ver as previsões. Pegue 10 previsões aí, no ano passado, todo mundo dizia: “Vamos crescer 4%, 5% o ano que vem”. A crise foi de uma violência maior que todos esperavam e aí mudamos as previsões. Nós mudamos, eles mudaram.

À medida que a crise foi tomando forma, tomando corpo, nós não só admitimos a sua violência como tomamos as medidas à altura, para combatê-las. E acho que isso foi bem sucedido. O importante é a capacidade de resistência maior da economia brasileira e a superação dos problemas apresentados. Essa crise serviu para pôr o Brasil à prova. E acho que nos saímos muito bem dessa prova, e, agora, não adianta nós ficarmos dizendo: “Ah, mas lá, no último trimestre, foi bem, ou não foi bem, foi pior ou foi melhor”. O importante é que já estamos em processo de recuperação, olhando pra frente, sem olhar com o retrovisor. Olhando pra frente é que nós estamos no processo de recuperação. Temos vários problemas para resolver, e eu mencionei aqui um sério, o crédito ainda não é suficiente. Tem empresa que ainda não tem acesso ao crédito. A taxa de juros é muito elevada no Brasil, e isso atrapalha a produção. Está melhorando? Está melhorando. Está dilatando os créditos? Está dilatando. Mas ainda estamos longe e temos que enfrentar esses problemas.

Portanto, eu tenho assumido as dificuldades, e, mais do que isso, temos tomado medidas muito rapidamente para enfrentar esses problemas da melhor maneira possível. Portanto, claro, não dá para nos cobrar as previsões que foram feitas no início do ano passado para este ano, porque não vai dar certo para nenhum analista. Outro dia, tem aí um articulista que falava que eu errava as previsões econômicas e citava

como exemplo o ano de 2003. O sujeito dizia: “Ah, o Ministro, em 2003, tinha projetado um crescimento de 0,8 ou 1%, e o crescimento foi 0,5, alguma coisa”. Então, fez lá até um cálculo matemático, dizendo: “Quando o Ministro projetar 1%, você dá um desconto de 40% na projeção”. Eu achei muito engraçado, só que ele só pegou o pior ano, o ano em que eu não acertei. Esqueceu de pegar 2006, que eu era Ministro da Fazenda, 2007, 2008, onde nós acertamos as previsões de crescimento econômico.

Em 2006, senador, no início de 2006, talvez eu era o único que dizia que íamos ter 4% de crescimento em 2006. E teve 4% de crescimento em 2006. Todo mundo dizia: “Ah, é o Ministro fazendo propaganda eleitoral, porque é ano eleitoral, contando vantagem e tudo mais”. E de fato, porque nós estávamos inclusive tomando medidas governamentais, de modo a estimular esse crescimento. 2007 acertamos e 2008 também. Agora, 2009 é um ano de grande volatilidade, onde todos os analistas estão revendo suas projeções. Tem analista que muda de semana por semana, mês a mês. O fundo monetário, cada mês, solta uma nova previsão. É muito difícil acertar, e eu tenho errado como outros podem errar também. A previsão de 2009 é muito mais difícil de fazer do que as previsões dos outros anos. Então, podemos errar, podemos acertar... Então... Passando para a questão do SIAFI que o senhor mencionou ali. O que houve no SIAFI, na Previdência, é uma mudança no sistema de contabilidade. O sistema de contabilidade do Governo vem sendo reformulado ao longo do tempo, modernizado ao longo de todos esses anos. E é, diga-se de passagem, um dos mais modernos do mundo. Mas o setor de Previdência não costumava contabilizar restos a pagar, pagamentos que eram empenhados em dezembro, mas pagos no ano seguinte. Isso é absolutamente normal na administração pública. Pagamentos de... Empenhos feitos em dezembro, você não consegue executá-los em dezembro. Projetos é muito comum, os senhores sabem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu vou chegar lá. É um projeto... Está lá o recurso disponível, o Congresso autorizou, tem a dotação, faz o empenho e depois vai executar. Então, pode executar e pode não executar. E nós temos cancelado o ‘restos a pagar’. Em março desse ano, cancelamos vários milhões de resto a pagar de obras não realizadas. Mas, quando se trata de despesa de pessoal, aí é diferente, porque a despesa de pessoal, ela vai se realizar. Então, no orçamento da União, por exemplo, a folha de salário da União funciona assim também. Você empenha o salário de dezembro, porém você só faz até a liquidação, porque

a liquidação ainda não é o pagamento, e, finalmente, faz o pagamento em janeiro. Dia 2 de janeiro, dia 3 de janeiro. Então, você está pagando ali. No caso da Previdência, é a mesma coisa. Você faz o empenho em dezembro e liquida o pagamento em janeiro. Não há possibilidade de não ter feito o pagamento de janeiro porque você--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Mas não aparece o pagamento.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Pois é, vou explicar. Senão, os aposentados já estariam aqui, cercando os Ministérios, para a gente fazer o pagamento. Então, não tem essa possibilidade. Só que o sistema contábil da Previdência, ele era pouco menos desenvolvido, digamos, mais atrasado do que o sistema de outros Ministérios, onde nós procedemos naturalmente a um pagamento imediato. Então, nós introduzimos, na Previdência, no ano de 2008, o procedimento de restos a pagar. Não era contabilizado como restos a pagar. Era como se fosse... No mesmo procedimento, você fazia empenho e, depois, o segundo procedimento era liquidação e pagamento. Juntos. Sendo que são duas operações distintas. Porque liquidação é você botar o dinheiro no caixa. Mas não pagou ainda. Você fazendo único procedimento contábil.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Ministro, eu não quero lhe interromper, mas só para esclarecer--

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Não, mas deixa...

O senhor vai entender, se eu der a explicação completa. Portanto, houve uma mudança no padrão contábil, uma melhoria, onde nós passamos a explicitar o que, de fato, era restos a pagar. Então, aquilo que não foi, de fato, desembolsado em 2008 teria que ter sido inscrito em restos a pagar e liquidado, pago, no ano seguinte, na contabilidade do ano seguinte. Do ponto de vista do regime de caixa, é o melhor. Porque o outro era regime de competência. O regime de competência é uma despesa, é o salário de dezembro. Então, você contabiliza em dezembro. Mas, como você só paga em janeiro, não sei se é uma minúcia técnica, mas o Banco Central, que é o responsável pelo resultado primário, não está interessado no regime de competência, ele está interessado no regime de caixa. Ou seja, aquilo que é pago e o que não é pago. Então, pelo regime de caixa, o pagamento só se dá no ano seguinte. Então, nós dissemos: "Vocês têm que contabilizar como restos a pagar, porque vocês não pagaram, têm que entrar em 2008 como restos a pagar, quando vocês farão a liquidação". Do ponto de vista do pagamento, não mudou nada. Até teve uma pequena mudança, que, em 2007, nós antecipamos uma parte do pagamento, pagamos em dezembro. É 16, porque a folha

é 20. A folha total do setor é de 20 bilhões. Mas, em 2007, nós antecipamos o pagamento dos aposentados que recebiam até um salário mínimo. Então, foi pago em 2007. Sobrou 16 para serem líquidos e pagos em 2008. Por isso que aparece, em 2009, o 'restos a pagar' que foi feito em 2008, por esse movimento contábil. É meramente uma mudança de contabilidade. Não muda o superávit primário.

Eu posso lhe dar aqui um relatório, dizendo quais foram as mudanças que foram feitas de natureza contábil, desmembrando a operação que antes era liquidação e pagamento numa única, então ficou liquidação uma coisa, pagamento é outra, como é em outros Ministérios, surgiu a figura do 'restos a pagar', que, daqui pra frente, se o senhor olhar, nos próximos anos, vai continuar aparecendo esse valor de 16 bilhões de restos a pagar. Então, não afeta o primário de modo nenhum. Zero. Não tem impacto no primário nenhum. Não foi feita nenhuma mudança que impactasse o primário. Apenas uma mudança contábil. Aí o senhor vai dizer... Por acaso, ainda, nesse ano, a contabilidade falhou em janeiro. O pagamento foi feito, mas houve uma falha aqui. Vou ler até o que me foi passado. A competência das despesas dos benefícios previdenciários do mês de dezembro, cujos pagamentos ocorreram entre os dias 25 de dezembro de 2008 a 24 de janeiro de 2009, foi totalmente registrado no mês de dezembro. Aproximadamente, 21 bilhões. Desse total, cerca de 4,5 bilhões foram pagos em dezembro, aí sobrou os tais 16. Sendo inscritos em 'restos a pagar processados' o valor aproximado de 16,6 bilhões, bem como na conta de passivo financeiro. No período de 01 a 20 de janeiro de 2009, foram emitidas diversas ordens bancárias, utilizando-se do saldo constante do passivo financeiro, totalizando 11,7 bilhões. No entanto, por falha na rotina contábil, tais ordens bancárias não deixaram saldo registrado na conta de restos a pagar, processados a pagar. Então, houve uma falha de rotina de contabilidade da Previdência, fato esse identificado e corrigido em fevereiro, por meio de nota de lançamento. É isso. Então, do ponto de vista do primário, zero. Não tem alteração nenhuma. Do ponto de vista contábil--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Está lançado em alguma outra conta compatível com isto. Mas do ponto--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ministro, o senhor me desculpe, mas nós não podemos ficar analisando contas que a contabilidade não bate, e ela falha e deve estar lançado... Não pode estar lançado em outra conta. Contabilidade é contabilidade.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Mas, senador, o senhor me faz uma pergunta extremamente técnica, detalhada, me coloca... O assunto aqui não era contabilidade da Previdência do SIAFI e quer que eu responda minuciosamente. Até dei-lhe uma resposta conceitual, dizendo ao senhor: "Não tem mudança no superávit".

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu concordo, então. Eu entendi. Mas há falhas... O que V. Exa. está dizendo aqui é que existem falhas na contabilidade do Governo?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Houve uma falha na contabilidade--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, duas. Duas porque tem cinco bi que não está aparecendo ali.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Deve estar contabilizado numa conta compatível. Nós não tivemos tempo de levantar...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não aparece em lugar nenhum, Ministro. Eu procurei, procurei...

MINISTRO GUIDO MANTEGA: O valor de 4,8 bi na conta de restos a pagar, processados a pagar, está registrado no passivo compensado. O financeiro já foi pago. Falta fazer a baixa contábil. A data prévio e o INSS farão a baixa contábil em maio. Então, isso está lá, nessa conta, no passivo compensado.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Falta fazer a baixa, o lançamento contábil. Pelo amor de Deus, Ministro.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Isso aqui não interfere nas contas.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas, ministro, se a gente não pode confiar nos números da contabilidade porque existem faltas, é preciso fazer uma reformulação séria nesse sistema contábil do Governo, porque--

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Nós estamos aqui, com o sistema contábil de muitos anos, que foi implantado por outros Governos, é verdade, e tem que ser modernizado a cada momento. Ele pode representar uma ou outra falha. Nós podemos ter mais do que essa falha, provavelmente, mas, no essencial, que é qual é o primário, o que o Governo efetivamente pagou, para quem pagou, isso não tem falha nenhuma, isso é absolutamente preciso. Então, se houve uma preocupação do senador quanto ao resultado primário, posso lhe afiançar que não houve nenhuma interferência desse problema contábil.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ministro, eu realmente... Eu gostaria de ter mais conhecimento, se fosse possível, desses números, por-

que eu fico extremamente preocupado de saber que os números do SIAFI não são confiáveis.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Os números do SIAFI são confiáveis, mas, como todo sistema, ele admite um pequeno número de falhas. Se nós pegarmos o sistema do Senado, sistema da Câmara, qualquer sistema, qualquer empresa privada, certamente nós vamos encontrar alguma pequena falha, que não tem importância nenhuma. Deve ser corrigido, é verdade, deve ser modernizado, e nós temos nos preocupado em modernizar o nosso sistema de folha de pagamentos, etc., para evitar--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Contabilidade é um sistema centenário, mais do que centenário, seculares, e lançamento contábil é lançamento contábil, ministro. Isso não é por causa de sistema, mudança de sistema. Na verdade, eu não vou insistir no assunto, mas eu gostaria só de, se V. Exa. permitir, que seus técnicos me expliquem isso melhor, porque essa conta está muito... Essa conta está muito...

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Perfeito, nós podemos mandar um relatório completo para o senador, com todas as explicações.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E eu gostaria de ver a questão do SIAFI também, da confiabilidade dos números do SIAFI.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Pode ficar tranquilo, que o SIAFI--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ministro Guido, Sr. Presidente, Dornelles, da nossa Comissão de Acompanhamento da Crise, da Comissão de Assuntos Econômicos, nosso representante da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Inácio Arruda, demais senadores presentes. Eu acho que é inquestionável, hoje, por todos os analistas responsáveis, independentes, que estão olhando os números com mais rigor, que o Brasil demonstrou uma capacidade de resistência a essa crise surpreendente, para aqueles que não acompanhavam de forma mais atenta. Surpreendente porque, se nós compararmos a resposta que o Brasil está dando a esta crise com as outras crises que nós passamos - e essa é uma crise muito mais profunda do que as outras crises recentes que o Brasil atravessou -, o desempenho da economia brasileira é absolutamente reconhecido internacionalmente, não apenas pelos analistas, mas pelo mercado, pelos investimentos, pelos resultados que estão aparecendo. E os indicadores de comparação com as

principais economias do mundo demonstram isso. Não é só a capacidade de resistência.

Eu acho que o que nós precisamos debater no Brasil é que as nossas condições de sair na frente nessa crise, de sair melhor nessa crise, de ter uma perspectiva de futuro cada vez mais consolidada, se destaca, de forma muito visível, em relação às principais economias do mundo. Eu vejo, Ministro Guido, eu sou bastante pessimista em relação aos desdobramentos dessa crise, no que se refere à economia americana, ao leste europeu, e, especialmente, ao Japão, na Ásia. Pessimista porque nós tínhamos um modelo em que a economia americana consumia muito mais do que produzia, ela se financiava através de um sistema financeiro sofisticado, alavancado, sem nenhuma prudência, e foi embutindo ativos tóxicos de grande magnitude, e as empresas, as famílias, o Estado e a sociedade se endividavam brutalmente para sustentar esse padrão de consumo. Esse modelo acabou. Acabou e deixou como herança ativos tóxicos que não foram totalmente contabilizados, nós não sabemos qual é o custo de você absorver, e, sobretudo, como o endividamento das famílias e das empresas permanece, e o endividamento médio de uma família americana é uma vez e meia a renda disponível anual, então, não há uma perspectiva de uma recuperação forte da economia americana, nem da economia da União Européia, especialmente porque a Ásia, o leste europeu é, nesta crise, o que a América Latina foi nos anos 80, e o Japão, que já vinha numa situação de baixo crescimento, agora aprofunda a trajetória de recessão, com projeções de queda de PIB de até 6%.

Bom, num quadro como esse, é uma ingenuidade de imaginar que os países emergentes que estão bem posicionados, China, Índia e Brasil, possam recuperar a economia mundial. Não há menor possibilidade. Quer dizer, o rabo não vai abanar o cachorro. Enquanto os Estados Unidos, Europa e Japão não se recuperarem, nós não teremos um ambiente de crescimento acelerado, nem para o Brasil, nem para a China, que caiu de um patamar de 15, 16, 14% de crescimento para 7, 6, nem para a Índia. O que nós podemos fazer, e estamos fazendo com competência, é resistir. Acho que o Governo tomou medidas muito importantes, a redução do IPI de automóveis, redução de IPI de linha branca, a redução de IPI da construção civil, o programa 'Minha casa, minha vida', que é um grande desafio para alavancar a construção civil, que é um setor que está empregando, nos últimos 12 meses, 18 mil pessoas, contratação nova. Então, muito importante essa resposta. A manutenção do PAC... Então, acho que nós estamos resistindo... [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio. [soa a campainha]. Silêncio, por favor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Porque temos um mercado interno de massas, fizemos uma forte inclusão social, mantivemos o salário mínimo, o Bolsa Família, o emprego já se recuperou, e isso nos dá um diferencial em relação aos outros países. O que é a minha preocupação fundamental nessa conjuntura? Primeiro, o câmbio. Quer dizer, a relação... O mix da política econômica, câmbio e juros. É verdade que a taxa de juros vem caindo consistentemente, acho que o Banco Central atrasou a queda da taxa no final do ano passado, mas ela vem caindo e é importante que ela continue caindo. Porque, se nós assistimos uma apreciação do câmbio, nesse quadro de retração do comércio internacional, nós perderemos competitividade no momento que nós temos que ocupar mercado para defender o nível de atividade. Então, a recuperação de reservas... Nós perdemos um pouco de reserva, acho que o Banco Central pode atuar mais fortemente não só no mercado futuro, como vinha fazendo, mas no mercado pronto, e vejo que a queda da taxa básica e o esforço da redução da Selic, acho que o Banco do Brasil agora está numa posição mais agressiva, são muito importantes pra gente poder continuar tendo esse desempenho, eu diria, reconhecido globalmente, exitoso no enfrentamento dessa grave crise.

A segunda preocupação que eu queria demonstrar é com a questão fiscal. Se é verdade que a reunião do G 20 foi muito importante, quero parabenizar V. Exa., que ajudou a articular, junto com o Presidente Lula, aquele fórum, que foi uma inflexão na crise mundial, sinalização de apoio ao FMI, que está correto o Brasil ter participado desse esforço, de ampliar os investimentos no gasto público, fazer uma política anticíclica global, a idéia da regulação, do controle do sistema financeiro internacional. Acho que foi uma inflexão, o ambiente melhorou em todos os sentidos depois do G 20. Mas o déficit público americano, este ano, é 12% do PIB. O déficit público da União Européia é 10% do PIB. Se nós colocarmos as garantias bancárias, estamos falando de um déficit anual que pode chegar a 26% do PIB, na União Européia, e pode superar 26% do PIB nos Estados Unidos. Evidente que nem toda garantia, espero, que seja executada, mas nós teremos um déficit superior a 12% e 10%, na União Européia. E o Japão na mesma direção. O que que isso representa? Representa que, quando nós saímos da crise, a inflação volta. Quando nós saímos da crise, a taxa de juros internacional vai subir. Quando nós saímos da crise, esses Governos vão ter que cortar gasto, cortar subsídio, cortar incentivo e aumentar a

carga tributária. Coisa que nós conhecemos, que nós vivemos isso muitas vezes. O Brasil recuperou a condição de fazer política anticíclica. É muito importante que, nesse esforço fiscal de amenizar a recessão e fazer uma política anticíclica, criar condições para a recuperação, o Brasil não perca o horizonte do equilíbrio fiscal. Para que, na saída da crise - nós devemos sair primeiro -, a gente possa manter o juros baixos, vamos ter um grande ganho de competitividade, se nós preservarmos isso, e possamos manter a capacidade de investimento, sem ter que voltar à política recessiva que nós tínhamos no período anterior, ao longo dos últimos 20, 25 anos. Pela primeira vez, nós recuperamos essas condições. E nós temos que dosar, quer dizer, no momento imediato, a política antirrecessiva, olhando pra frente, pra que a gente mantenha essa liberdade que foi duramente conquistada, V. Exa. ajudou muito a construir esse cenário, e acho que é um período que demonstra que nós ganhamos liberdade da política econômica e devemos preservá-la, para sair sustentadamente na recuperação do crescimento. Muito obrigado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É apenas para saber como fica a minha... Eu era um dos requerentes--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. é um privilegiado. Vai falar agora.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É o único momento que sou privilegiado nessa Casa, Sr. Presidente. Ministro, aqui, eu tenho a maior dificuldade para falar, sabia? É verdade. Mas olhe, Presidente, eu estava ouvindo, em casa e no carro, esta reunião, que eu julgo tão proveitosa, e gostaria, antes de mais nada, de fazer um reparo. Quando a gente fala dos emergentes, acho que o Brasil... Até porque a crise não foi diretamente aqui, o Brasil tem, de certa forma, resistido à crise. Não com a força e com o otimismo que V. Exa. pregava, e V. Exa. chegou a falar de crescimento de 4%, quando eu falava que não ia a 1, e V. Exa., depois, dividiu por dois, 2%, e eu digo: "Não vai a 1 mesmo. Vai ser crescimento negativo, enfim". E, agora, V. Exa. fala de 1 a 2, e eu continuo dizendo que não vai ser de 1 a 2, vai ser menos do que um, e, se chegar a zero, é para nós todos reunirmos num belo *happy hour* e comemorarmos isso, porque as mais otimistas previsões falam em 0,45 de crescimento negativo, e a gente tem que enfrentar a realidade.

Eu tenho, Presidente, uma queixa... Não é uma queixa, é algo a lamentar. Porque, em nenhum momento dessa crise, houve uma reação de Brasil. Não houve. Houve sempre a preocupação do Governo de salvar sua própria pele. Em nenhum momento, apelo à União Nacional, algo que foi, por mim, proposto, da Tribuna do Senado, e aí começa esse jogo de números e começa esse jogo de repassar a responsabilidade para alguém. Eu gostaria de fazer um reparo ao meu amigo Aloizio, porque, quando se mistura... É uma coisa esperta. A gente põe pra fora a Rússia, que a gente sabe que está mal, pôr pra dentro, ela enfearia o clube, e a gente se referindo ao restante dos brics, a gente diz: "Brasil, Índia e China...". Só que o Brasil, e o IBGE é muito confiável, muito mais confiável que o IBGE da China, até porque, aqui, é uma democracia, graças a Deus, e a China não é... Então, qualquer ditadura, de qualquer latitude, mente. Na democracia, o pessoal mente, imagina na ditadura. O IBGE diz hoje: "O Brasil está em recessão desde o ano passado". E a gente sabe que as perspectivas são, se Deus quiser, de terminarmos o ano com viés de crescimento, mas com resultados bastante danosos para o emprego, bastante danosos para a vida dos brasileiros. A gente tem que separar, porque, embora crescendo menos do que precisa para sustentar um bilhão e 400 milhões de bocas, a China está crescendo, e a mesma coisa se aplica à Índia, que precisa crescer muito. Se o Brasil cresce quatro, significa mais do que sete na Índia, enfim, na China. Mas o fato é que esses dois países conseguiram, apesar dos pesares todos, manter níveis de crescimento. Nós, aqui, não. Nós simplesmente... E se nós unificarmos os métodos, classificarmos, analisarmos a questão do desempenho econômico, pelos mesmos parâmetros americanos, por exemplo, nós vamos ter resultados muito mais duros do que os que estão sendo apresentados, enfim. Não critico o método. Só estou dizendo que não foi pouco o que o Brasil perdeu, do ponto de vista da sua capacidade de produzir riqueza neste ano.

E me intriga, ministro, essa questão que foi levantada pelo Senador Jereissati já há muito tempo. Me chamou atenção quando V. Exa. disse algo parecido, se não estou enganado, algo parecido com... Uma questão técnica, como essa, surpreende. A questão técnica, nessa sessão, ela não pode surpreender, porque surpreenderia se nós, aqui, levássemos a conversa para o lado da passeata, que alguns gostam tanto, enfim. Nós nem tanto. Nós não estamos querendo fazer passeata nenhuma. Queremos, simplesmente, discutir algo que nos preocupa. Primeiro, quando eu vi assim restos a pagar, primeiro números insignificantes há tempos atrás, depois restos a pagar de mais de

16 bilhões, eu falei: “Meu Deus, restos a pagar!”. Eu pensei logo no Ministro Andreazzi(F). Eu falei: “Restos a pagar da ponte Rio-Niterói. Aí eu compreendo. Mas restos a pagar da Previdência? O que foi? Não pagaram os velhinhos? Não foi isso, porque não vi nenhum velhinho reclamando”. Então, teria sido uma brutal à sua revelia que o tenho e sei como uma pessoa de bem, uma brutal fraude contábil? Restos a pagar da Previdência é uma coisa nova. Sinceramente, é nova, não é uma coisa velha, não é uma coisa... Habitual, inclusive. Aí eu fiquei ainda embaçado, porque nós temos... De qualquer maneira, quando se faz toda essa tentativa de resposta, sobra aqueles tais cinco bi, não houve informação sobre as alterações que estariam sendo processadas para a nação brasileira, isso é que caracteriza uma democracia, nós informarmos o que está se passando na vida econômica do país, e, por outro lado, ministro, me preocupa muito alguns dados que nós vamos recolhendo aí do desempenho da economia brasileira, que... Por exemplo, essa queda, em abril, de 22% da indústria de base, a gente sabe o quanto isso reflete no emprego e a gente sabe que esses setores vão começar a pressionar agora o Presidente da República para obterem as benesses que foram concedidas, por exemplo, ao setor automotivo. E eu aqui já faço uma observação. Não gostaria, de forma alguma, que fosse via IPI, porque o Governo tem as suas contribuições e o Governo tem o seu caixa, me parece que bastante mais bem fornido do que os demais caixas dos outros entes federativos. Que faça qualquer concessão que tiver que fazer, se tiver que fazer a concessão, que faça usando as contribuições que são de benefício exclusivamente federal. Porque deu um desgoverno, que não sei como vai ser resolvido. A concessão via IPI desgovernou a vinda de 4500 Prefeituras e complicou a vida das mil restantes. O Governo está buscando repor, correndo atrás do prejuízo, isso é uma coisa louvável. Eu peço aos governadores, inclusive, que reponham do ICMS o que os municípios têm perdido, até porque foi um bom exemplo do Governo Federal, mas eu prego, ministro, que esqueçam os impostos, e, portanto, os tributos compartilhados, e se lembrem das contribuições que são apenas federais. A insistência que eu tenho em localizar os cinco bi que não consegue aparecer, que, de repente, desapareceram, enfim, gostaria de ver, V. Exa., se possível, até porque não estava na sessão, repetindo, que providências típicas vai tomar para nós esclarecermos essa história dos restos a pagar, enfim, e como ver a evolução do emprego no país, ou do desemprego, levando em conta que nós temos esses 22% de queda da indústria de base, dos números da indústria de base

no mês de abril, e a gente sabe o quanto isso reflete no nível de emprego do país.

Eu pergunto à V. Exa. se V. Exa. concorda que o desemprego poderá atingir os dois dígitos, e aí, ministro, de brasileiro para brasileiro, eu tenho a impressão que nós temos que chegar a números verdadeiros. E mais, uma crise que não interessa a ninguém, não interessa a oposição, porque herdar uma massa falida não é uma coisa boa. Eu entendo que nós interrompemos algo que... E, aqui, para nós, vou fazer justiça, que não era ignorado pelo Ministro Palocci. O Ministro Palocci sempre fazia... E eu tenho por V. Exa. muita estima pessoal, e acho que V. Exa. pode perfeitamente entrar nesse mesmo ritmo. O Ministro Palocci, ele sabia trabalhar o Brasil como uma sequência. Ele não inventou o Brasil em 2003. Certa vez, o Marcos Lisboa, aqui, para desespero do Aloizio Mercadante, o Marcos Lisboa chegou a dizer que tinham que erguer uma estátua para o Pedro Malan. E olha que eu achei um exagero porque eu nunca pensei em erguer uma estátua para o Malan, embora ele seja um fraterno amigo meu. Mas o Marcos Lisboa disse que queria essa estátua, enfim. Eu, também, me opor, não me oponho. Ou seja, ontem, Aloizio dizia: “A política de recuperação do salário mínimo...”.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Três artigos 14 já, Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

É o art. 42, é o que sempre ele pede, enfim. Ele multiplica por três, aí ele... Mas, veja bem, política de recuperação do salário mínimo. Do jeito que fala, parece que começou em 2003. Foi uma constante do Governo passado a política de recuperação do salário mínimo, e essas políticas de recuperação do salário mínimo, V. Exa. sabe melhor do que eu, não são causas, mas consequências de um processo de estabilização que vem de tempos e tempos atrás. Aí eu louvo o Presidente Lula, por ter mantido isso, como eu louvo o Presidente Itamar, por ter dado o pontapé inicial e louvo o Presidente Fernando Henrique, por ter consolidado a estabilidade econômica. Se nós continuarmos contando as histórias sempre pela metade, nós vamos ter dificuldade de compor o consenso de Brasil. A gente vai ter dificuldade de encontrar pontos em comum, porque parece que é uma eterna disputa e parece que a disputa seria eu torcendo para o senhor ir mal, e, futuramente, o senhor torcendo para eu ir mal, e eu não quero que o senhor vá mal e sei que o senhor não tem a perversidade cívica de querer que eu vá mal amanhã, se for o caso de eu voltar... Eu, quando digo eu, o meu partido. Voltar a exercer uma função de poder aqui. Eu tenho a impressão que nós tínhamos que buscar política de Brasil e noção do quanto já se fez na histó-

ria. Ontem, eu fiz justiça ao ex-Presidente Fernando Collor. A abertura da economia foi muito importante, muito criticada por tantos, mas foi um pontapé inicial. O Presidente Sarney, lá atrás, procurou modernizar o Banco Central, tomou algumas atitudes, que, depois, reverteram em outros avanços. Aí vem o Presidente Itamar, faz o que fez, vem o Presidente Fernando Henrique, faz o que fez, vem o Presidente Lula e faz o que fez. Eu tenho muita admiração pelo primeiro mandato do Presidente Lula, em relação à política fiscal dele. Muita admiração. E reclamo muito da política fiscal atual, que eu julgo flácida, julgo frouxa, julgo que essa política fiscal planta as bases para uma crise brasileira futura, se nós não... Nós não podemos admitir que seja normal a arrecadação cair por quatro, cinco meses seguidos, e os gastos correntes crescerem quatro, cinco meses seguidos. Não dá certo nem na vida da sua família, nem na minha, e, se não dá certo na sua família e nem na minha, obviamente que não dá certo na família de todos nós, que é o Brasil.

Portanto, eu queria aqui fazer não essa reclamação, mas essa... Dizer uma certa amargura, porque, numa hora de crise como essa, a gente não consegue parar de se antagonizar. A gente não conseguiu fazer uma reunião ampla em que se dissesse: "Olha, é uma crise séria que está por aí, vamos juntar todos, e todas as contribuições. Esqueçamos essa história de quem vai vencer, quem não vai vencer, e vamos também esquecer o escamoteamento de números, vamos esquecer esse jogo, que, pra mim, é um jogo menor, é um jogo miúdo, de ver se eu levo vantagem: 'Olha, eu não perdi, a minha popularidade não baixou, e não sei o que... Ou baixou por causa deles, porque eles não sei o que...'" Ou seja, isso tudo é pequeno em relação ao país. Era hora da veia do estadista saltar e se ressaltar.

Portanto, eu, que jamais desacreditei da boa-fé de V. Exa., eu estou apenas preocupado com as preliminares, aqui levantadas, com a denúncia feita já há tempos atrás e, estranhamente, sem resposta, deveria ter vindo uma resposta imediata. Pelo menos, uma vez, o Ministro Jobim, quando nós dissemos algo que não consultava a realidade aqui, um site disse que estaria havendo um contrabando de armas para a Venezuela, eu próprio levantei isso da Tribuna, porque era meu dever levantar essa lebre, como líder do partido de oposição. Ministro Jobim veio aqui, com uma rapidez brutal. Mas essa rapidez não foi copiada, depois, nem por ele mesmo e nem pelos demais. E eu pensei que nós tínhamos instaurado um 'padrão Jobim' de comportamento para todos os ministros. Então, essas coisas de a gente fazer no arroubo e fazer no arranque, de repente, não é assim. O Senador Tasso faz a

denúncia grave, essa denúncia não é respondida por V. Exa., não é respondida por nenhuma autoridade da equipe econômica, e, por outro lado, nós estamos aqui, vendo V. Exa. se dizer surpreendido. Surpreendido com uma denúncia de semanas atrás. E, finalmente, uma figura que foi meu colega de Câmara, meu querido amigo, ele não pisou na bola, nem no tomate, pisou no tomateiro todo, foi o Ministro Paulo Bernardo, com aquela história de dizer que nós estávamos solicitando CPI da PETROBRAS para privatizar a PETROBRAS. Primeiro, poucas pessoas tinham tanta afinidade com a política do governo passado quanto o secretário de finanças do Governador Zeca, do PT, quanto o Paulo Bernardo. O Paulo Bernardo tinha entrada mais livre no Palácio do Planalto do que eu, naquela época, enfim, e obtia o que queria por lá. Então, é abaixo dele isso. Essa conversa é para os passeateiros(F), essa é abaixo dele. Essa história de dizer que vai privatizar a PETROBRAS nos obriga a dizer uma coisa dura: que a gente quer desprivatizar a PETROBRAS, que a gente quer reestatizar a PETROBRAS, quer colocar a PETROBRAS nas mãos e no interesse do Estado Brasileiro, não nas mãos de pessoas que podem estar fazendo malversações lá dentro. Dizer que ela está acima do bem e do mal e que não pode ser investigada, ela pode, pelo Ministério Público, ela pode, pela Polícia Federal, ela pode, pela Justiça brasileira, ela pode, pelo Tribunal de Contas da União, mas não pode por mim, senador, não pode pelo Senador Mercadante, não pode por nenhum senador que temos a precípua obrigação de investigar administração direta e administração indireta do país.

Então, é outro tema que, se a gente jogar com a adrenalina lá embaixo, colocar a bola no chão e conversar em termos de país, Presidente Garibaldi, nós vamos poder chegar a resultados bons para a PETROBRAS. Ruins talvez para um ou outro, mas bons para a PETROBRAS como um todo, sem essa tentativa de estigmatizar... Em outras palavras, eu vejo V. Exa. uma figura serena, uma liderança serena, que tem tudo para influenciar no Governo, em relação às coisas gerais, que não têm a ver com que V. Exa. se responsabiliza. V. Exa. não tem que se responsabilizar pela piada de mal gosto do seu colega Ministro Paulo Bernardo, mas V. Exa. pode perfeitamente nos explicar como vê o desemprego e como estão... E esses cinco bi, que não pode virar aquela Conceição, do Cauby Peixoto, aquela que ninguém sabe, ninguém viu. Eu lhe dou um abraço muito afetuoso e aguardo a sua resposta. Obviamente que já tem os 142 artigos aí do Mercadante, que possibilitarão, certamente, mas, pelo menos, um 14 meu, eu imagino.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero ser muito breve, para respeitar os outros inscritos, mas queria basicamente dizer o seguinte: eu concordo com uma parte da intervenção do Senador Arthur, que nem é tão compatível com outra parte da intervenção, mas é uma parte relevante, que nós temos que reconhecer o que foi feito historicamente no Brasil. É discutir os erros e equívocos e apontar o que foi feito corretamente. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve no Fórum Econômico Mundial um dia antes de eu participar, e, lá, publicamente, com toda a imprensa internacional presente, elogiou a política econômica do Brasil, dizendo que o Brasil estava respondendo muito bem à crise, que as medidas que estavam sendo tomadas eram positivas, e eu, no dia seguinte, disse: “É verdade, eu também penso dessa forma e parte do que é possível fazer, hoje, também foi construído no Governo anterior, onde tivemos algumas medidas, por exemplo, em relação a equacionar o problema fiscal no Brasil, a buscar criar parâmetros novos que foram importantes”. Eu discordava da política de privatização, eu tinha divergência, mas tinha pontos muito positivos que tinham que ser, evidentemente, reconhecido. Agora, no debate que nós estamos fazendo hoje, essa atitude significa reconhecer o diferencial do Brasil no enfrentamento dessa crise. Ora, os Estados Unidos estão em recessão há 17 meses. E nós vimos, há 21 meses de crescimento, de trimestres crescendo, o mais longo período desde 1980, desde o início da crise. Crescemos 30% do PIB nesses 21 trimestres consecutivos. A crise nos atingiu tardiamente. Nós ficamos aí, é verdade, dois trimestres com queda do PIB, mas o primeiro trimestre de 2009 é melhor que o último trimestre de 2008, e, cada mês que passa, o desempenho é melhor. É só olhar, por exemplo, o mercado de trabalho. Nós tivemos 600 mil desempregados líquidos, no final do ano, em dezembro, mas, fevereiro, tivemos nove mil positivo; março, tivemos 35 mil positivo; abril, tivemos 126 mil positivo. O mercado de trabalho voltou, está se recuperando.

Vamos olhar a indústria automotiva. Nos Estados Unidos, a produção automotiva caiu de 17 milhões de veículos para sete milhões. Cinco milhões e meio de trabalhadores foram desempregados nos Estados Unidos. A nossa indústria automotiva, só a China, a Alemanha e o Brasil, ela conseguiu voltar. E nós já estamos com dados positivos no mercado de trabalho. E o mais importante: algumas políticas sociais, e eu quero elogiar também a oposição, reconhecer, hoje, o êxito, porque elas foram muito criticadas no passado

e o salário mínimo vem de antes, mas tem uma política continuada, sustentada, com acordo com todas as centrais sindicais. Ontem, inclusive, votamos Medida Provisória, uma coisa muito importante essa conquista. O Bolsa Família que distribui mais renda que o salário mínimo. A pobreza não aumentou nessa crise; ao contrário, as políticas de proteção social, as políticas de inclusão social estão permitindo continuar aumentando a renda do setor mais pobre, em termos reais, e isso ajuda a criar um mercado interno forte, ajuda a amenizar a crise.

Então, eu acho que nós precisamos realmente apontar as dificuldades, como eu tentei apontar, o câmbio, o juros, apontar o desafio fiscal, o equilíbrio das finanças públicas, e reconhecer os avanços. Eu acho que nós vamos ter um debate qualificado sobre essa matéria, só engrandece a oposição, o Governo, engrandece o Brasil e mostra, também na democracia, que nós estamos melhores do que China, socialmente melhores do que Índia, e isso tudo, social, político e econômico, coloca o Brasil num rumo extremamente promissor. E esse é um reconhecimento internacional e do povo brasileiro. Por isso, para quem achava que o Lula ia quebrar a cara nessa crise, ele virou o cara. Por tudo isso que o Brasil é como nação, além das qualidades que o nosso Presidente possui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, art. 14 também, por tempo brevíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concedo o art. 14, mas três minutos só.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Eu sei que esse debate... Eu já conheço esse debate há muito tempo entre o Senador Mercadante e o Senador... Deu um branco agora, rapaz. Arthur Virgílio. Então, veja bem. Agora, eu queria saber se eu tenho uma inscrição. Acho que é válido o art. 14 também, mas eu queria ver se V. Exa...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas vai ser breve, vai ser breve, vai ser bem rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): São três minutos só.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É para elogiar a intervenção do Senador Aloizio, porque, precisamente, isso, a meu ver, vai criando um clima bom para se chegar a conclusões de Brasil, e não de facções, com algumas observações. O Senador diz... Reconheceu o mérito, acho que isso é fundamental, eu acabei de reconhecer méritos, considero... Sou admirador da gestão econômica do Governo Lula, no geral. Agora, muito especialmente quando ele teve que enfrentar a crise de 2003 e foi rígido no fiscal, e,

a meu ver, foi acertado no monetário. Agora, quando o Senador fala nas privatizações, elas continuaram. As concessões de estradas, enfim, não se privatizou o IRB, porque houve a queda do Palocci, mas estava lá o Marcos Lisboa, já, deslocado da sua função estratégica de secretário de política econômica, para coordenar a privatização do IRB. Ou seja, nem nisso, o Presidente Lula se diferenciou.

Agora, é verdade que os Estados Unidos estão em recessão há 17 meses, e o Brasil tem enfrentado melhor. É uma boa autocrítica. E o PROER, que o Presidente Lula já tem tanto orgulho dele, a ponto de tê-lo oferecido ao Presidente Bush como solução para os males do sistema bancário brasileiro. Foi tão criticado. A Lei de Responsabilidade Fiscal, tudo isso que o Senador Aloizio acaba, agora, de elogiar, enfim. Por outro lado, não dá para o Brasil se colocar como vítima, dizendo que o Brasil crescia sem parar, de repente o mundo atrapalhou. Ora, desculpe, mas eu pergunto: e o Brasil não crescia sem parar, também, por causa do mundo, do mundo benigno? Então, nós temos é que estar preparados para dar as nossas respostas internas. E no mais, dizer que concordo, outra vez, com o senador, quando ele diz que o Brasil é o melhor dos brics. Se formos colocar no computador as qualidades e os defeitos de cada país, nós temos a mais sólida democracia, nós temos as instituições mais fortes, nós temos, por mais que a imprensa não acredite, o melhor dos três parlamentos, dos quatro parlamentos, nós temos, enfim... Há muito tempo, já há 16 anos, nós temos estabilidade econômica... Eu não confio em dados que ditadura me dê. O Brasil está muito melhor socialmente do que a Índia, é verdade, e a China é governada por uma figura que segue a tradição autoritária, que vem desde os tempos da esquerda, na União Soviética. [soa a campainha].

Eu encerro, Presidente, dizendo que concordo com essa última assertiva do Senador. O Brasil, pra mim, é o melhor dos brics e ele precisa de acertos agora. Eu recomendaria muita atenção à parte fiscal. Porque, pra mim, o grosso dos problemas brasileiros está na parte fiscal. Quando se fala em política contracíclica, a gente faz sempre aumentando o endividamento. Ontem mesmo, o dinheiro do BNDES significa o tesouro captar caro e dar para o BNDES, que tem que fazer isso e faz, o BNDES, emprestando barato. Tem aí um burquinho fiscal que não existiria se nós tivéssemos poupado dinheiro na época da bonança. E o Brasil não poupou investimento público, que está num nível baixo, enfim, mas, no geral, acredito que foi uma boa intervenção a do Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

E, quando ele fala bem, V. Exa. não deixa ele falar mais. Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu lembro que o Ministro Guido Mantega veio mais para falar do que pra ouvir. Com a palavra o Senador Inácio Arruda--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pelo menos essa era a idéia do conjunto dos requerentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O terceiro do primeiro grupo. Terceiro orador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor me desculpe, Presidente. Eu não entendi o que foi o abraço dos dois líderes. O que que significou?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa. está com ciúmes, mas será cumprimentado também, com o mesmo entusiasmo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Um dia, pode ser.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Um dia ele pode conseguir...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria fazer, assim, duas indagações que eu considero muito significativas para o Brasil, desse esforço do Brasil. Uma é relativa a essa questão do superávit primário. Eu lembro que essa é uma questão, do ponto de vista histórico, no campo da economia, recente no Brasil. Nós não tínhamos esse instrumento de política econômica até alcançarmos os idos dos anos 90, quando se impôs, no mundo, o famoso consenso de Washington, e, portanto, o advento veloz da política, chamada de novo liberalismo ou o famoso neoliberalismo. Surgiu aqui a questão do superávit primário, com o intuito de criar reservas internas para suprir o pagamento principalmente da dívida, que, cada vez, era mais estonteante, que continua sendo. Quer dizer, os compromissos do país continuam muito graves, em relação a pagamentos de juros.

Então, esse instrumento de política econômica, o superávit primário, também não seria a hora de nós revisarmos, já que ele foi instrumento desse advento? Ele surgiu nos anos 90 com essa força do... No Brasil, com essa força do movimento neoliberal. Não era a hora de nós revisarmos? Porque eu tenho examinado que nós fazemos uma conjunção de juros que se mantêm muito altos. Mesmo com as reduções recentes, os juros brasileiros, a Taxa Selic é muito elevada, se associarmos a isso... V. Exa., mesmo, mostrou aqui nas tabelas, mesmo caindo, os spreads, tanto para a

pessoa física como para a jurídica, são muito elevadas, é uma... Isso, sim, são verdadeiros escândalos nacionais. É pouco explorado midiaticamente, mas são escândalos brutais para a economia brasileira.

Então, associamos, conjugamos Taxa Selic elevada, isso puxa também o spread, spreads elevados, superávit primário e o câmbio pelas razões que V. Exa. levantou, pode, numa hora, entrar em recursos, digamos assim, uma confiança muito grande na economia, recursos externos, mas, grosso modo, nesses últimos anos, tivemos uma valorização cambial, e essa valorização... Quando nós arguirmos que é necessário você trabalhar mais, melhorar o desempenho do Brasil na exportação, exportar menos primários, ter mais manufaturas, competir mais nesse mercado internacional, quando você cria essas condições melhores para exportar, o câmbio talvez, muitas vezes, nos cria dificuldades. Então, nós temos uma conjunção de fatores de política macroeconômica, que, a meu ver, estabelecem dificuldades para a economia brasileira, para a economia nacional. A crise está mostrando que é possível nós revertermos essa situação. Nós podemos reduzir Taxa Selic mais... Até na velocidade maior, controlar a inflação e também reduzir o superávit primário, que seria, digamos assim, a situação mais favorável para retomar a economia nacional.

Então, eu olho essas questões e vi, na mudança apresentada na LDO... A primeira parte da mudança é exatamente redução de superávit primário. Mas, logo em seguida... E também de juros. Mas, logo em seguida, para 2010, a LDO já aponta para 2010, 2011 e 2012 a elevação do superávit primário e elevação da Taxa Selic. Quer dizer, já aponta no caminho da elevação da Taxa Selic e do superávit primário. Não era o caso de nós invertermos isso? Criarmos uma situação em que vamos reduzindo, em 2009, 2010, 2011, 2012, Taxa Selic e também superávit primário, para favorecer o desempenho do Governo, dos seus investimentos, que têm sido um dos principais alavancadores da economia nacional? Notadamente, os investimentos da PETROBRAS, que saíram do superávit primário, acho que já foi um ganho significativo, não deixar a PETROBRAS amarrada aqui, porque ela é o grande alavancador, um dos grandes alavancadores da economia e que puxa o setor industrial também no país. Me preocupa essas questões, aqui, centrais. Depois, exatamente, função da Taxa Selic, nós criamos, em um dos instrumentos de busca, de apoio para o desenvolvimento da economia, que é a poupança, nós também sempre ficamos nessa dificuldade. Se cai a Taxa Selic, nós temos que examinar o problema da poupança. Porque a poupança e principalmente os pequenos e médios poupadores, que fizeram apostas na poupança, perdendo em rela-

ção a outros títulos que estavam mais vantajosos, na hora de ganhar um pouquinho, vão ter que se contentar também com redução dos ganhos na poupança.

E, por último, o problema da política fiscal, utilizada para alavancar determinados setores da economia. Eu considero que o Governo acertou. Ele fez certo. E pode fazer mais. Na área da mobilidade e do transporte de pessoas físicas no Brasil... Quer dizer, reduziu no automóvel, depois foi para um setor da economia muito significativa, que é a chamada linha branca. Nesse setor de locomoção, acho que faltou, mas, também, porque entramos até... Até as motos entraram. Inclusive um programa recente foi aprovado e apresentado para empréstimos para a renovação da frota de motoqueiros que utilizam a moto como instrumento de trabalho. Mas ficou fora um dos instrumentos de mobilidade das pessoas, que representa 10% da locomoção de trabalhadores, que é exatamente a bicicleta. Eu fiz uma proposta, que está em discussão aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós somos o terceiro maior produtor de bicicleta no mundo. Terceiro maior do mundo. Só não estamos produzindo a famosa bicicleta elétrica, que ainda importamos essa bicicleta. É uma cadeia produtiva muito interessante, muito interessante, porque mexe com as pessoas mais simples e mais pobres, do ponto de vista da locomoção, além de ter alguns nichos de mercado, destinados a um setor de classe média que usa a bicicleta como esporte, como lazer, como recuperação física, etc. Então, você tem possibilidades, também, de avançar para a questão da bicicleta, do ponto de vista da mobilidade urbana, porque esse é um importante instrumento da mobilidade urbana. Acho que nós podemos usar esse instrumento. E eu propus que fizéssemos alteração aqui, não só no IPI, para não prejudicar demasiadamente, porque o impacto é insignificante nesse caso das bicicletas, do IPI, na repartição dos tributos. O único... A única pendência que poderia surgir seria no caso de Manaus, que tem um pólo de produção que, em termos relativos, você pode dizer que tem um peso, e que já tem algumas vantagens e que os outros todos teriam a mesma vantagem, pelo menos. Ou vantagens iguais. Mas não é tão significativo que impeça a Fazenda e o Governo. Eu tomei a iniciativa do ponto de vista Legislativo. Mas eu estou propondo que o Governo faça. Que é uma coisa positiva, é para a população mais carente, mais pobre do país, que pode adquirir a bicicleta. Tem um programa do Ministério das Cidades, junto com os Correios, de produção de bicicletas de baixo custo, que seriam entregues diretamente pelos Correios, na casa do cidadão, um programa excepcional, e que pode ser entregue com um custo bem menor, se nós fizermos essa redução e ajudarmos a alavancar ainda mais

esse setor. E eu propus, então, que fizéssemos IPI, PIS e COFINS. Porque ele mexeria também em dois tributos que são do Governo Federal e que ele pode dispor para poder alavancar um setor da economia tão significativo como a cadeia de produção da bicicleta, que é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Inácio Arruda, V.Exa. está indo de bicicleta mesmo. Vamos ver se acelera mais.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não. Eu sou antipoluinte. Não podemos poluir o ambiente, principalmente o ambiente econômico.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Ministro Guido Mantega.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Ministro Guido Mantega, queria perguntar à V. Exa. que, nessa sua resposta que V.Exa... V. Exa., embora sabendo que é um assunto complexo, difícil e delicado, acho que V. Exa. podia aproveitar e abordar as consequências, como está vendo as consequências dessa valorização do câmbio a curto e a médio prazo. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, pela ordem, antes do Ministro, por favor. Tem quantos inscritos mais? Porque, aí, de repente, o ministro matava tudo no final. Tem muita gente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas ainda tem seis inscritos.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Obrigado, Presidente. Eu também concordo com o Senador Mercadante de que, nos Estados Unidos e Europa, nós continuaremos tendo uma situação difícil, embora, nas últimas semanas, nós tenhamos observado alguns sinais de melhoria. O que podemos dizer é que parou de cair, mas será um longo processo de recuperação. Então, o seu pessimismo acho que é fundamentado. Porém, embora a crise seja muito violenta, a maioria dos analistas, ou os mais conceituados, estão dizendo que, já em 2010, mesmo esses países já terão crescimento positivo. Pequeno, mas terão. 1,5%. E ficarão com esse crescimento baixo até digerirem os

problemas que ainda não foram solucionados: ativos tóxicos, a robustez do sistema financeiro, falta de regulamentação e assim por diante. Então, concordo, e concordo também que isso, de certa forma, vai nos afetar, porque o Brasil tem uma parte da sua economia voltada para o mercado interno e outra parte voltada para o mercado externo. Nós dependemos, também, das nossas importações, do comércio internacional. E se ele continuar fraco, isso vai comprometer uma parte do nosso crescimento. Por isso que eu considero que nós vamos nos recuperar, porém, vamos ficar com crescimento, em 2010, aquém daquele que tivemos em 2007 e 2008. 2007, tivemos 5.7%; 2008 até o terceiro trimestre, 6,5. Então, certamente, não vamos ter. Calculo algo como 3 a 4% de crescimento para o Brasil, no ano de 2010. Portanto, uma recuperação maior. Por quê? Porque dependemos mais do nosso mercado interno e dependemos das políticas anticíclicas que o Governo está promovendo.

Concordo que devemos manter o equilíbrio fiscal, mas, no ano de 2009, não poderemos fazer diferente do que pôr em prática políticas anticíclicas, porque, senão, fica pior. Se você não faz a política anticíclica, você acha que está gastando recursos ou deixando de arrecadar, quando você faz uma desoneração de IPI, só que você está enganando, porque, se você não fizer aquela medida, o nível de atividade, ela vai cair mais do que cairia. Espontaneamente, cairia mais. Portanto, teríamos mais desemprego, menos recolhimento da Previdência, teríamos que pagar salário-desemprego para os trabalhadores, teríamos desmontes de cadeia produtiva. E, quando você faz a desoneração, você consegue recuperar mais rapidamente. Então, mesmo que o Governo Federal, mesmo estados e municípios, tenham alguma perda naquele tributo, em compensação com a atividade econômica, que é estimulada pela redução, você acaba tendo uma vantagem.

Então, eu não sei se os Governos avançados, as economias avançadas vão subir os juros, tão logo essa crise esteja mais calma, possa amainar. Acredito que os Governos fizeram uma opção, que eu chamaria de política keynesiana. Todos nós aprendemos com as crises anteriores, e principalmente eles, que sofreram a depressão dos anos 30, e sabem que, se bobear na política econômica, vão jogar a economia para baixo. Então, eu tenho confiança no bom senso das economias avançadas, que, mesmo passado o momento mais traumático, continuarão fazendo políticas anticíclicas e políticas de estímulo à economia, de modo que a recuperação será mais rápida. Eu sei que tem economias com graves problemas para resolver. Os desequilíbrios da economia americana, desequilíbrio fiscal, desequilíbrio nas contas externas, que eles te-

rão que resolver. Mas terão que resolver gradualmente, senão, o Presidente Obama vai jogar fora o mandato dele, com crescimento medíocre de 2, 3% e olhe lá. Eu acredito que isso não vá acontecer.

Eu acho interessante a proposição do Senador Arthur Virgílio, no sentido de que nós deveríamos ter, se não um pacto nacional, mas uma ação conjunta, mesmo, de toda a nação, de todo o Parlamento, dos economistas. Acho que, em certa medida, isto houve. Porque eu vim muito mais vezes aqui, ao Congresso, dialogar com os senhores, recebi críticas, estímulos de todos, inclusive da oposição, levei tudo em consideração, mandamos uma série de Medidas Provisórias, para podermos viabilizar a política anticíclica, que foram aprovadas aqui, pelo Parlamento, portanto houve uma colaboração, houve uma participação conjunta, e eu até gostaria que fosse maior. Então, eu concordo com a sua linha de raciocínio, com a sua proposição de que, no momento em que o país é acometido por uma grave crise internacional, nós devemos nos unir pelos interesses do país, e não pelos interesses de uma agremiação política. Então, eu estou de acordo com isso e apoiarei o seu trabalho nessa direção.

Eu fiquei um pouco em dúvida quanto a sua avaliação do nosso desempenho fiscal e quanto às medidas anticíclicas que nós tomamos. Porque o senador fala em benesses concedidas à indústria automobilística, quando, na verdade, nós não demos nenhuma benesse para a indústria, demos benesses, talvez, para o consumidor, que foi a redução de preços. Exigimos redução de preço e manutenção de empregos, para fazermos aquelas medidas de desoneração. Renunciamos, portanto, a uma arrecadação e usamos principalmente os tributos regulatórios, conforme indica a Constituição, que são justamente o IPI. O IPI é o melhor tributo regulatório. Então, mesmo para usar outros tributos é mais difícil. O único caso que nós usamos o PIS/COFINS, veja o senador, foi no caso das motos, para beneficiar o seu Estado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro, permite? Eu acabei de deixar um bilhete, porque eu não queria ser acusado de falar demais. Então, vou repetir aqui, agora. A informação que tenho é que beneficia pouco o meu estado, porque restringe aos 8% dos motociclistas que, trabalhadores, têm carteira assinada. Ou seja, aqueles que estão no emprego informal e que merecem atenção... Eu lhe fiz um apelo para fazer [ininteligível], junto ao Governo, no sentido de mexer nisso. Porque os que estão no trabalho informal estão excluídos desse benefício. E eu retiro a palavra benesse. Eu apenas gostaria de discutir se o IPI seria a melhor forma de se conceder. Porque prejudicou enormemente os municípios, agravou uma crise

que começa onde o cidadão mora, e, se pudéssemos encontrar, ao beneficiar qualquer setor, visando - eu concordo com V. Exa., beneficiar ao consumidor e reativar a economia - algo que não mexa com a já complicada e delicada situação dos municípios. E o benefício para o pólo industrial de Manaus, para ser completo, precisaria que também vissem os trabalhadores do emprego informal, e que estão fora. Apenas... 92%, mais ou menos, estão fora do benefício que o Governo, com boa-fé, certamente concedeu.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Nós podemos aperfeiçoar aí esse instrumento em relação às motos. O fato é que nós conseguimos fazer um acordo com as empresas de não demissão. E isso é muito importante para o Estado. Agora, o instrumento mais adequado é o IPI, porque ele já é considerado um tributo regulatório.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas o Presidente chegou a dizer que não ia mexer mais nisso. Eu li, uma vez, o Presidente Lula dizendo: "Não vou mais mexer no IPI".

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Nesse momento, não há nada em vista para se mexer no IPI. Então, ele é um instrumento regulatório. Ele traz algum prejuízo para os estados e municípios? Traz, porque nós dividimos, nós compartilhamos o IPI e o Imposto de Renda com estados e municípios. Porém, se nós pegarmos os últimos quatro anos, vamos observar o quanto aumentou o fundo de participação dos municípios e fundo de participação estadual; 40% em valores reais, graças a esse crescimento forte que a economia brasileira pôde percorrer nesses últimos anos. E, além disso, o Governo garantiu que os municípios receberiam, em 2009, uma complementação de recursos do orçamento da União, que pudesse manter o mesmo patamar, o mesmo valor nominal de arrecadação que eles tinham em 2008. 2008 foi o ápice. Portanto, eles tinham ganhado muito, eles estavam com os cofres cheios em 2008. Claro que assumiram compromissos, fizeram gastos, investimentos, e daí passaram por dificuldades que nós reconhecemos, e, em função disso, fizemos essa medida, que garante que eles terão o mesmo recurso nominalmente. Mas nós preferimos, os gestores, não sei se o Ministro Dornelles também preferia, usar esses tributos, porque eles já foram feitos com essa finalidade. O IPI, o IOF, o imposto de importação, o imposto de exportação, que são os tributos regulatórios. Os demais tributos têm outra natureza. E nós reduzimos também o Imposto de Renda para pessoa física, fizemos uma nova tabela de Imposto de Renda para pessoa física.

Eu acho que, no final das contas, os municípios e os estados não vão perder com isso, porque nós es-

tamos aumentando o poder de compra da população, segurando o mercado interno, que é um valor que nós temos hoje. E, por isso, vai haver uma repercussão positiva para os estados e municípios, que o cidadão, ele está gastando é no município. Se ele tem mais... A nossa desoneração foi da ordem de cinco bilhões para o Imposto de Renda, que será apurado no final do ano. Cada mês, o cidadão está pagando menos Imposto de Renda, ele tem um poder aquisitivo maior; até o final do ano, são cinco bilhões. Esses cinco bilhões, eles são gastos pela população, eles ativam a economia dos municípios; portanto, é um poder aquisitivo maior que nós estamos fazendo.

E fizemos tudo isso, Srs. Senadores, sacrificando o menos possível o resultado das contas públicas. E aí eu quero dizer que, talvez, haja um equívoco do senador, quando ele diz que nós não estamos praticando uma boa política fiscal. Aliás, política fiscal que começou no seu Governo. E eu não estou dizendo aqui só porque houve uma cobrança sua, direta ou indireta, e já houve uma resposta do Senador Mercadante, mas porque, na última vez que aqui eu vim, neste Plenário, acho que na própria CAE, eu reconheci os méritos dos Governos anteriores em colocar a economia brasileira em situação mais adequada, mais forte. E ela, hoje, se encontra nessa situação, graças ao trabalho de muitos governos, e, principalmente, dos últimos dois. Vamos reconhecer.

Portanto, estamos reconhecendo, sim, aquilo que foi feito pelos outros Governos, a política fiscal começou, e eu acho que nós fomos a fundo. Porque, quando nós pegamos o Governo, em 2003, nós tínhamos uma dívida de 53% do PIB, e ela foi reduzida até 36% do PIB. O senador elogiou o Ministro Palocci, senti que ele tem uma preferência, nutre uma preferência que me deixou, assim, um pouco enciumado, digamos assim, mas a questão de gosto não se discute.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não fique enciumado, porque diz que ciúme de homem é a pior coisa do mundo. Não fique, não. Mas, ao contrário, eu vejo V. Exa. como uma pessoa doce, uma pessoa correta. É verdade, tenho estima pessoal mesmo. Cheguei a ter o prazer de conhecer sua esposa, enfim, e tenho por V. Exa. uma admiração e respeito muito grande. E não fique enciumado, mesmo, porque eu apenas digo que, talvez, a diretriz do Governo tenha sido... Eu vou dizer o que eu penso. A diretriz pode ter sido o seguinte: durante aquela primeira etapa, que foi a etapa dura de enfrentar a crise de 2003 e de dar credibilidade ao Governo, o jogo foi mais duro. Depois, com a benesse do mundo, com a benignidade do mundo e as coisas todas dando certo, talvez tenha dito assim: "Poxa, a gente está indo tão bem que não precisa fa-

zer reforma mais... A gente está indo tão bem que dá para aumentar os gastos correntes...".

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu só queria completar o meu raciocínio, pra dizer que não foi isso que nós fizemos--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas só não fique enciumado, ministro, porque eu tenho um carinho por você muito grande.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Obrigado. Agora, já estou recuperado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ciúme de homem é pior do que ciúme de mulher.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu falei. Eu falei isso agora. Eu estou morrendo de medo disso.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: É que eu também percebi alguma coisa com o Mercadante, também... Então, não sei.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro, dito desse jeito, isso vai me deixar muito bem em certa parte do eleitorado do Amazonas e mal na outra. Eu queria juntar as duas, que eu dispueto eleição majoritária.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Mas eu queria dizer que o nosso resultado fiscal, acho que o senhor não teve ocasião de vê-lo, mas foi passado um texto para dizer que o nosso... A nossa situação fiscal hoje é a melhor de todos os tempos. Nós fizemos o ano passado o maior primário de todo o nosso Governo. E de toda a série histórica. E ainda sem computar o fundo soberano que alguns até não gostavam, mas ele está com uma poupança de meio por cento do PIB, que não foi gasta. Nós deixamos de gastar aquela poupança.

Portanto, eu acho que nós prosseguimos na diretriz que o Ministro Palocci iniciou no seu Governo e fomos além até. E o único ano que nós estamos com primário menor é este ano de 2009. Mas eu acredito que se o senhor estivesse no meu lugar estaria fazendo igual ou melhor, certamente, e também diminuindo o primário para poder fazer uma ação anticíclica, que aliás todos os países do mundo estão fazendo. E mesmo fazendo essa ação anticíclica, nós vamos manter a dívida PIB na mesma posição. Na mesma posição. E no ano que vem a nossa proposta é fazer o mesmo primário do ano passado. Portanto, mantendo ano eleitoral nós vamos propor, estamos propondo que o Governo central faça o mesmo primário que fez... O mesmo primário que está na LDO proposto pelo Governo ano passado.

Portanto vamos manter o equilíbrio fiscal de forma bastante rigorosa. Nós cuidamos disso e damos importância e, portanto nossa dívida vai continuar

caindo. A nossa previsão é que ela continuará caindo e será uma das menores do mundo dos países mais importantes.

O Senador Arruda menciona se nós deveríamos ter um primário nessa... Dessa magnitude. E Senador, posso lhe afirmar que eu nunca fui conservador, neoliberal e mantenho as mesmas crenças e mesma... Mesma orientação teórica que eu tinha no passado. Eu acho que foi necessário um período de austeridade fiscal maior no Brasil porque as nossas contas estavam desequilibradas, haviam sofrido problemas inflacionários e era necessário um saneamento das nossas contas. Eu também não gosto de fazer superávit para pagar juro. Agora, o Brasil hoje é credor líquido na área internacional. Então, nós não estamos pagando juros lá para fora. Porque antigamente, no passado o Brasil pagava um monte de juro para o capital estrangeiro, para a dívida externa brasileira. E nós, praticamente, neutralizamos, porque nós temos hoje mais reservas do que a nossa dívida interna. A dívida do Governo Federal é de 61 bilhões de dólares. E nós temos 205 bilhões de dólares de reserva. Então nós somos credores, e não devedores. Então hoje nós estamos tranquilos, não estamos pagando juros lá para fora. Ou estamos recebendo mais do que estamos pagando. Os títulos brasileiros são colocados no mercado internacional. Então, essa fase passou.

O superávit é importante porque o Brasil ganhou solidez fiscal, e não deixamos de fazer nada que fosse necessário em nome do superávit. Essa é a diferença que no passado muitas vezes quando se fazia o superávit primário para pagar juros, sim, era em detrimento de programas sociais, em detrimento de investimentos do Governo, da infraestrutura. E hoje não é isso que se faz. Nós conciliamos um superávit, uma situação robusta com investimentos públicos, com programas sociais, de modo que eu diria que a melhor situação possível é essa. É você ter um equilíbrio fiscal, mas também estar atendendo a população nas suas necessidades.

Eu concordo que os *spreads* são muito elevados, eu mesmo tinha mencionado isso, estou de acordo, e que nós temos ainda uma situação anômala do ponto de vista dos juros no país. Mas eu acho que até caminhando para a normalidade. Nós já tivemos Selic aqui de 40%, 50%, sei lá quanto. E hoje... 52. E hoje nós caminhamos para uma normalidade. Ainda está acima, ainda é, digamos, algo que nos distingue de outros países. E não tem sentido, porque o Brasil ele já está equilibrado em todos seus parâmetros econômicos. Falta termos uma taxa básica normal. Estamos caminhando nessa direção, agora que a inflação está sob controle... Agora que você tem as contas que a

inflação está sob controle, você tem espaço para poder reduzir a taxa básica e eu acredito que nos próximos dois anos, não estou dizendo agora nem no próximo COPOM, porque eu não falo desse assunto, mas no futuro próximo, nos próximos dois anos o Brasil deverá ter taxas básicas semelhantes aos países que, com as mesmas condições brasileiras, estamos caminhando para isso vamos alcançar essa situação e é justamente porque estamos mudando o patamar da nossa taxa básica de juros que mudanças têm que ser feitas na economia. Resquícios do período inflacionário tem que ser eliminados. Indexações que ainda existem tem que ser suprimidas, porque senão a taxa não consegue baixar. Você continua contaminando a inflação futura com a inflação passada. E nós estamos caminhando para isso. Por isso que nós tivemos que fazer mudanças na poupança, foi mencionado aqui, preservando aqueles que dependem da poupança. Os pequenos poupadores foram todos preservados. Agora, não é possível que você tenha todas as taxas baixando e você manter uma única taxa elevada segurando a Selic, porque se você não reduz o rendimento da poupança, você acaba impedindo que a Selic caia. Você cria um piso para a Selic. Então, o que nós fizemos? Fizemos algo para que não prejudicasse a esmagadora maioria dos poupadores; 99% dos poupadores foram poupados, porque eles continuarão com os mesmos privilégios, mas mesmas prerrogativas, o rendimento continuará alto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

MINISTRO GUIDO MANTEGA: São 50 milhões... Desculpe, 50 mil... Até 50 mil, que são 99% das cadernetas, 99 são até 50 mil. Então, 50 mil continuará no *status quo* atual. Acima disso, gradualmente, pagarão tributo, principalmente nosso objetivo é atingir os grandes poupadores, os grandes investidores que tem alternativa e que hoje já quando aplicam no sistema financeiro pagam Imposto de Renda. Quando aplicam em fundo de renda fixa, aplicam em outros... Até aplicam em ações, pagam Imposto de Renda. Agora, nós não queremos que esses grandes que aplicam um milhão, dois milhões, três milhões, quatro milhões, dez milhões, entrem na caderneta porque ela se torna mais rentável e fujam a tributação. Então estabelecemos uma tributação bastante moderada que será aplicada se a taxa de juros básica cair, porque aí aproxima os rendimentos de ambas as aplicações. Acho que fizemos a coisa... Nós, digamos, mantivemos a poupança com uma melhor aplicação para o pequeno poupador brasileiro. Ele vai estar ganhando mais, inclusive. À medida que todas as taxas caem, o pequeno poupador ganha mais. E os grandes tem opção. Se quiser

ir para a poupança, vão ter que pagar o imposto, que é justo que pague imposto que são grandes tributos. São grandes recursos.

O Senador Dornelles me pergunta das consequências da valorização do câmbio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

MINISTRO GUIDO MANTEGA: As bicicletas eu não tinha conhecimento. Eu gostaria que o senhor me trouxesse essa proposta a conhecimento de modo que a gente possa ver se é viável fazermos um plano para estimular a utilização de bicicleta no país. Acho que me parece que a ideia é bastante interessante.

Em relação ao câmbio, também eu tenho uma preocupação quando o câmbio brasileiro se valoriza. É claro que nós não podemos esquecer quais são as razões pelas quais o câmbio se valorizou. Primeiro são por fatores positivos. Demonstrem que o dólar é que está se desvalorizando e que o real é uma moeda valorizada. É uma moeda que atrai investimentos e capitais externos. Portanto, ela é uma vantagem que o país tem. No momento que vários países amargam a perda de capitais e há saída de capitais de vários países ainda, já foi maior, mas ainda há saída de capitais, nós temos o privilégio de termos entrada de capitais. Já temos no mês de maio saldo líquido de capitais. O que é bom. Claro que desde que sejam capitais que vão para o investimento e uma parte deles é para investimento, tivemos 3,4 bilhões já de investimento, e que venham depois para aumentar o financiamento, aquele financiamento que havia antes da crise, que entrava na bolsa e comprava novas ações, lançamento de ações IPO de novas empresas. Esse é o lado bom. O lado problemático é que ele diminui a competitividade do produto brasileiro, das exportações brasileiras. Portanto, atrapalha um pouco as exportações, diminui a nossa competitividade. Apesar disso, não recomendo uma mudança de regime cambial. O Governo não cogita fazer nenhuma mudança. O câmbio flexível é a melhor modalidade de câmbio. Apenas temos que aproveitar o momento para comprarmos mais reservas, para que aumentemos as reservas do país. É uma maneira de você dar um alívio a esse mercado que está pressionado pelo dólar. Mercado vendedor de dólar você enxuga comprando mais reservas. É por isso, o Banco Central já voltou a comprar reserva e poderá comprar muito mais. E nós sabemos que a reserva é um seguro que o Brasil tem. É um seguro diante de crise. Porque na crise que o cidadão que está com dinheiro dentro do país fala: Olha, o país aguenta uma saída de capitais? Aguenta um ataque especulativo? Se você não tem reserva, você não aguenta. E acontece o ataque especulativo e acontece a saída de capitais. Mas se

você tem reservas como tínhamos, aí o pessoal fala: Bom, esse país consegue sustentar uma saída de capitais. Então, nem adianta sair que não vale a pena. Vamos continuar aqui. E, portanto é isso que eu vejo em relação à questão cambial. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Os próximos Senadores que vão dirigir indagações ao Ministro serão o Senador Wellington Salgado, o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador Renato Casagrande, sendo que o Senador Renato Casagrande teve que se ausentar.

Eu concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Presidente Garibaldi. Senador Francisco Dornelles, Senador Inácio Arruda, Ministro Guido Mantega.

Eu, inclusive, queria colocar para o Ministro Guido Mantega que eu acho que V. Exa. é um injustiçado. E realmente, sem querer aproveitar o ponto do carinho do Senador Arthur Virgílio com V. Exa. Por que é um injustiçado? Porque toda vez falam dos Ministros anteriores. Só que ninguém viveu uma grande crise como essa, que estamos vivendo. E quem está pilotando a máquina é o Ministro Guido Mantega. Pilotando nesse momento, se saindo muito bem, tive a oportunidade de viajar a Nova Iorque, pago do meu bolso, Presidente Garibaldi, para que não possa haver nenhuma especulação a respeito, quando o Presidente Gabrielli da Petrobras foi receber o prêmio de grande empresário da Câmara Brasil- Estados Unidos esse ano. E aqui eu cito muitas vezes uma covardia muito grande em comparar e nos colocar... Colocar o Brasil no BRIC por quê? Porque se nós tivéssemos, Senador Arthur Virgílio, na Rússia, ele já estaria na Sibéria. Na China decaptado, e a Índia... A Índia é um país onde a mão de obra é barata demais e não é esse o plano do Brasil. O Brasil hoje tem proteção para com a mão de obra.

Eu vejo esse momento como um momento maravilhoso para o Brasil mesmo tendo a crise. Por que, Presidente Garibaldi? Eu estive com o Presidente da Petrobras em Nova Iorque, onde ele acabava de chegar com a China com um cheque de dez bilhões de dólares. Se eu estiver errado o Ministro Mantega me corrige. Um cheque de dez bilhões dado pela China para investir no pré-sal onde nós vamos pagar com o petróleo. Não sei se é justamente isso, mas foi isso que o Presidente me falou. Ora, se o meu banco a quem eu trabalho há muito tempo me desse um dinheiro para abrir uma empresa e fosse pagar ao banco com o produto dessa empresa e não o dinheiro, é o melhor negócio do mundo. E eu cito também que a China hoje está muito preocupada com investimento

em títulos, em títulos americanos. Então ela começa a diversificar, o que os economistas chamam de *portfólio*, colocar em outros países. E está começando a colocar no Brasil. Muito bem, nesse momento que a China começa a diversificar a sua aplicação de recursos, começa a colocar no Brasil, nós temos aqui algo legítimo da democracia brasileira que é uma CPI junto... Em cima da Petrobras. Uma CPI que é legítima. É assim que funciona o Congresso Brasileiro. Porém, vejo algumas situações que acabam acontecendo no momento de toda essa... Esse momento maravilhoso para o Brasil internacional. Temos a questão da Petrobras mudar o sistema de lançamento e a receita também questionar. É legítimo a Petrobras mudar, é legítimo a receita questionar e atuar. O que não é legítimo é isso ir para a primeira página dos jornais. Isso não pode acontecer. A Receita Federal ela tem que resolver as questões administrativas na Justiça, mas não pode jogar na primeira página de jornal. Acho que isso vai acabar no momento que o Supremo também vai ter que fazer algo como fez com as algemas com a Polícia Federal, vai ter que tomar uma atitude com a Receita Federal.

Muito bem, Ministro. Eu estive... Eu recebi da FIE-MG, por acaso ontem chegou ao meu gabinete uma análise de tudo que está acontecendo em Minas de janeiro a março de 2009. Eu não vou ficar lendo cada item porque ela fala em produção, produtos finais, emprego... Satisfação com a situação financeira... Mas eu vou falar nos principais problemas que a FIE-MG identificou. E por que vou colocar aqui os principais problemas, Ministro? Porque como foi colocado por V. Exa. e também por alguns Senadores, colocam aqui o *spread* e a taxa de juros como principal problema junto da economia. Só que o que a FIE-MG me manda não coloca. Essa questão da taxa de juros aparece como quarto item dos principais problemas das indústrias de Minas Gerais. Qual o principal problema? Elevada carga tributária: 61,3% dos empresários colocam esse como principal problema. Segundo, falta de demanda. Claro que é fruto dessa crise que nós estamos vivendo. Terceiro, acompanhei acirrada de mercado. Por quê? Se existe falta de demanda, todo mundo baixa o preço e aí é a lei da sobrevivência. E o quarto item é a taxa de juros elevada: 32% responderam. Quinto item, falta de capital de giro, ou seja, não há disponibilidade de recursos para os empresários. Quinto item, 21,2%. Inadimplência dos clientes. Sexto item, 15,1. Alto custo da matéria-prima. Sétimo item, falta de financiamento de longo prazo, é o BNDES que só financia empresa grande. Acaba não financiando empresa pequena. Taxa de câmbio, falta de trabalhadores. Então, esses são os principais problemas enfrentados pelas empre-

sas em Minas Gerais. Eu vou pedir ao meu gabinete, depois mandem uma cópia. Talvez V. Exa. até tenha que a FIE-MG deve ter mandado. Eu vou encaminhar porque é um documento muito importante que a FIE-MG me colocou.

Agora, Ministro, eu fico muito preocupado e o Senador Garibaldi que me diga quando eu estiver elevando o meu tempo, pode tocar a sineta que eu vou parar. Mas eu vejo o seguinte, o momento internacional do Brasil é um momento maravilhoso. Nós temos um Presidente que tem conseguido trazer recursos no prestígio pessoal, na sua credibilidade interna que está passando para o exterior. Veja algumas mudanças com relação ao encaminhamento do capital. Hoje tem muita gente descobrindo o Brasil. Então, nós temos que ter uma atenção especial com esse momento.

Falaram que o Presidente Lula era um homem de sorte. Ele perdeu um monte de eleição até ganhar. Mas diziam que ele tinha sorte. Depois não tinha crise nenhuma e vem a pior crise do mundo em cima do Governo dele. E, no entanto, Ministro, eu vejo que a sua equipe, junto com o também Meirelles, tem coordenado muito bem essa crise. É claro que oposição usa a todo momento a frase do Presidente da marolinha. Mas se for comparado com lá fora, não vou chamar de marolinha, mas a crise aqui dentro foi muito bem administrada comparado com que está acontecendo lá fora. Isso dentro de uma democracia. Não é uma ditadura, não é como na Rússia, não é como na China. Aqui a oposição fala, a oposição traz V. Exa. aqui e V. Exa. vem sempre, senta e explica humildemente com a sua equipe. Isso não era comum acontecer, não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Diz que a oposição da China é em Washington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso não era comum acontecer aqui, não. E V. Exa. sujeita democraticamente às perguntas, dá as soluções... Quando encontra erro fala que existe erro... Porque normalmente nenhum Ministro falaria que tem erro no balanço, não, como foi apresentado aqui. Esconderia, falaria que iria ver e não responderia. V. Exa. fala: "Não, houve um erro, a oposição entende isso", critica, mas V. Exa. entende o que tem que ser dito, tem que ser dito a verdade. Esse, talvez, seja o melhor momento da democracia brasileira.

Então, Ministro Guido Mantega, vou passar para V. Exa. o relatório que a FIE-MG me mandou para a sua assessoria, para que possa dar uma olhada, sei que é uma assessoria muito boa. Agora, V. Exa. tem sido realmente injustiçado. Eu participei de algum momento com V. Exa. lá atrás no CPMF, tive algumas críticas políticas, e de lá para cá venho acompanhando o trabalho de sua equipe e tem se saído muito bem. A própria oposição

fica em situação difícil porque a economia, com toda a crise internacional, está indo muito bem.

Então, espero ser o primeiro a parabenizá-lo a V. Exa., a sua equipe, como vem conduzindo essa crise, com o Presidente Lula... Muitos vão falar depois. A oposição não aceita mas é uma covardia o que estão fazendo com V. Exa. Porque V. Exa. realmente é um homem... Um grande Economista está segurando o navio, está segurando muito bem em mar revolto.

Então, Presidente, era isso que eu queria colocar, a questão da Petrobras eu acho que pode acontecer, vejo momento inoportuno, só isso, pode criar dificuldades internacionais pra gente porque nós temos os recursos que estão mudando de posições internacionalmente. O Brasil hoje é a namorada. Todos podem vir para cá. A noiva, como V. Exa. gosta de falar. A noiva.

Então, Ministro Guido Mantega, parabéns para vossa equipe, como vem conduzindo esse momento, e espero que conduza até o final do próximo Governo que virá por aí. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Wellington Salgado e concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, Garibaldi Alves, parabéns por mais esta reunião, essa Audiência. O nosso abraço, nossas boas-vindas ao Ministro Guido Mantega, me acosto a tudo que foi dito sobre a gestão de V. Sa., e espero que o Brasil continue em boas mãos.

Uma contestação, uma evidência que nós temos tido nessas comissões aqui no Senado, essas Audiências Públicas se arrastam por horas, mas a presença da gestão do Governo Brasileiro, do Governo Lula, ela tem demonstrado um extraordinário nível de competência. Por aqui passaram diversos outros Ministros, Presidente de Petrobras, Presidente de Banco Central, e eu me orgulho como brasileiro do Brasil estar em boas mãos. Minha avaliação é mais empresarial, que é minha origem, então, quando se é empresário se avalia os homens sempre torcendo que a gestão seja profissionalizada, a gestão seja o ponto forte. E na gestão brasileira não se percebe "jabutis", como dizem. Não tem ninguém colocado em cima de uma cerca, tem sim pessoas de alta competência. Então me acosto às referências. Eu vou talvez ser um pouco... Assim... Rasteiro na explicação inicial em respeito à audiência da TV Senado. A TV Senado tem uma audiência muito forte e tenho certeza, V. Exas, Senadores e Sr. Ministro jamais necessitaria de que eu iniciasse o meu questionamento da forma que vou questionar e no final farei somente duas perguntas. Então, na verdade,

se fala muito, já foi falado hoje aqui sobre o problema do dólar. E os jornais de hoje, inclusive, citam a referência que o dólar, psicologicamente, furou a barreira dos dois reais... É um aspecto mais psicológico, mas na verdade ele influencia nas taxas.

Existe de um lado os exportados brasileiros preocupados e o Governo, o próprio Governo Brasileiro preocupado com a balança comercial, que é a troca entre importações e exportações. A crise global ela afetou sem dúvida as exportações e os exportadores. Uma série de fatores. Os preços internacionais mais baixos, os volumes menores, esse câmbio variado, uma série de fatores faz com que a atividade de exportação no Brasil esteja com nível de preocupação elevado. Os Estados Unidos, na verdade, foi o grande responsável pela deflagração dessa crise global. Se não fosse a crise americana, bancos americanos, carteiras imobiliárias americanas, o conjunto dos danos à economia global foram motivados sem dúvida pelos Estados Unidos, ou pelo menos com a maior intensidade provocada pelos Estados Unidos. A moeda nos Estados Unidos é dólar. Então, automaticamente se um país tem uma crise ou passa por problemas econômicos, a sua moeda tende a se desvalorizar. Então, a tendência da moeda americana é perder valor, é ser depreciada.

No contraponto o Brasil tem sido afetado pela crise global, porém ele, talvez, seja dos países que de menor forma foi afetado pela crise global. Uma série de fatores fizeram com que o Brasil assim se comportasse. A política econômica correta do Governo Brasileiro, a saúde financeira do Banco Central brasileiro e da rede bancária brasileira, a autossuficiência de petróleo, o mercado interno forte, um mercado externo pulverizado. Na verdade o Brasil hoje não é dependente de nenhum país no tocante as exportações e vários outros fatores inclusive o clima interno brasileiro, o clima político interno com um Governo com aprovação de 80%. Então, quando se tem uma saúde psicológica dentro do país, automaticamente esse país tem uma tendência a se alavancar mais. Moeda. Moeda brasileira real, a tendência da sua moeda tendo em vista que o país vai bem é a moeda pelo menos manter seu nível de valor.

Eu fiz essa explicação para que o público entenda o que está se passando. O dólar, nesses últimos cinco meses, ele perdeu 13,67%, que é expressivo, é um valor expressivo a nível internacional. Nós brasileiros estávamos mal acostumados com as inflações altas de tempos atrás, 13% talvez não significasse tanto. Porém, em economias estáveis, como é o caso da economia brasileira, 13,67 é um valor extremamente forte.

Então, como o dólar é uma moeda de referência das trocas internacionais, eu perguntaria a V. Exa. o

seguinte: Se concorda que existe uma tendência da depreciação do dólar internacionalmente. Vamos esquecer Brasil. Dólar em relação a moedas de outros países. E como o Brasil poderia enfrentar a circunstância de ter uma economia estável, uma moeda estável, não desvalorizando o dólar que internacionalmente está depreciado? Eu digo não desvalorizando o dólar porque na verdade nós temos que aceitar a regra do mercado, que é a tendência de valorização ou desvalorização de moedas internacionais, porém a nossa referência internacional de trocas nas importações e exportações é o dólar.

Então eu gostaria de saber qual a opinião de V. Exa. no sentido do que fazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. O último orador inscrito. Senador Augusto Botelho não está inscrito e nem quer se inscrever? Não. Então, Senador Eduardo Suplicy. O último orador inscrito presente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr. Presidente Francisco Dornelles, da Comissão de Acompanhamento, prezado Ministro Guido Mantega. Agradeceria se puder nos informar como tem sido o resultado da medida anunciada no início do ano sobre a aplicação de parte das reservas em direitos especiais de saque no Fundo Monetário Internacional, se foi efetivada com que valor, aproximadamente, a sua proporção em relação às reservas hoje de 205 bilhões de dólares, e se já se pode ter uma avaliação dos resultados que estavam sendo preconizados na medida que eu avalei como muito positiva. E ainda que o Senador Francisco Dornelles tenha já feito, formulado a pergunta, mas agradeceria se puder nos aprofundar um pouco mais a análise sobre qual a melhor combinação do objetivo de se reduzir gradualmente as taxas de juros, conforme V. Exa. mencionou que espera que em dois anos o Brasil tenha uma taxa de juros bem menor que a presente com a acumulação de reservas de moedas externas, de tal forma que se possa ajudar o crescimento dos investimentos com a menor taxa de juros, assim estimular o crescimento da economia, do nível de emprego, e evitando-se a não valorização do real com o objetivo de portanto estimular as exportações. Ou seja, como realizar isso de forma harmônica e procurando manter os objetivos tanto da estabilidade dos preços ou da moeda, bem como os objetivos de melhor crescimento da atividade econômica e das oportunidades de emprego?

Eu gostaria de ressaltar, Ministro, hoje não veio nos seus dados, mas, inclusive, cumprimentar V. Exa. e o Governo do Presidente Lula no seu todo pelos re-

sultados alcançados em conseguir ano a ano, desde o início do primeiro Governo de 2003, porque desde 2002 até agora todos os anos registrou-se na análise dos dados do IBGE a diminuição da pobreza absoluta, bem como do índice de desigualdade socioeconômica, passando da ordem de 0,59 em 2002 para 0,55, aproximadamente, acho que é o último dado, a não ser que V. Exa. tenha uma informação ainda mais recente de diminuição com respeito aos últimos dados. E... Mas em que pese isso, nós ainda temos um quadro de pobreza bastante acentuado, inclusive de fome.

Eu tive a oportunidade, Ministro Guido Mantega, de anteontem assistir um filme que eu recomendo a todos os colegas e a todo o povo brasileiro do cineasta José Padilha, o mesmo de *"Tropa de Elite"*, de *"Ônibus 174"* e outros filmes que... *"Os carvoeiros"*, e da mesma produtora é o filme *"Estamira"*, são todos filmes que tratam dos principais problemas sociais hoje vigentes no Brasil, e o filme a que me refiro se chama *"Garapa"*. Retrata a vida de três famílias no Ceará. Uma na grande Fortaleza, outra numa cidade média, numa cidade menor e outra ali no setor rural. O cotidiano durante um mês das três famílias com muitos filhos, em casas muito carentes, muito pobres, destituídas até dos móveis básicos que normalmente há em cada casa. Mas ali estão essas famílias vivendo em 2005, uma delas já era inscrita no Programa Bolsa Família, segundo depoimento ali expresso por 12 dias nos 30 do mês aquilo ajudava muito, mas depois ficava a situação tão difícil.

O nome *"Garapa"* tem a ver com aquilo que famílias pobres no Nordeste muitas vezes tomam para suprir as suas necessidades de fome e sede, água com açúcar natural, mascavo, ou, portanto muitas vezes é o que resta para eles. Mas é importante notar que a melhoria do coeficiente DINE(F) de desigualdade se deu apesar das taxas de juros altas que muitas vezes tem caracterizado a economia brasileira e que, obviamente, representa uma remuneração alta para o capital. Mas, o que eu gostaria de lhe perguntar, Ministro, é como é que estão as perspectivas para os próximos anos tendo em conta que o Brasil, segundo o próprio Presidente Lula tem anunciado, muitas vezes dizendo até que parece que Deus é brasileiro, veio morar no Brasil e ajudou a Petrobras a encontrar lá no fundo do oceano Atlântico, na camada do pré-sal extraordinária reserva petrolífera.

Então, como é que... Tendo em conta que o Brasil poderá dispor destes resultados decorrentes da exploração de recursos naturais, como será possível assegurar tanto a boa oportunidade educação para todos, conforme o Presidente Lula tem expresso, e a erradicação da pobreza absoluta? E lhe faço uma pergunta,

um apelo pessoal sobre como é que está a proposição do Fundo que irá administrar esses recursos?

No início desse ano, caro Ministro Mantega, a Ministra Dilma Rousseff teve um diálogo comigo e dizendo que era importante que eu pudesse estar dialogando com a equipe no Governo, inclusive o secretário de política econômica, Nelson Barbosa, a respeito desta reflexão sobre o que vai ser feito com o pré-sal, assim como com... A respeito do projeto que cria o Fundo Brasil de Cidadania, conforme V. Exa. tem conhecimento se trata de um projeto aprovado por todos os partidos aqui no Senado Federal, já aprovado na Câmara dos Deputados, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e da Família, tramita na Comissão de Finança e Tributação, onde o relator designado é o Deputado Ciro Gomes... Vou pedir, senão não vou conseguir. Eu espero. E o Deputado Ciro Gomes, ainda há duas semanas me disse que aguarda a sinalização do Governo para completar o seu parecer que ele gostaria até que possa ser favorável, mas com todas as sugestões que o Governo, especialmente o Ministério da Fazenda, o Ministério de Minas e Energia e outros, do Planejamento. Então gostaria de solicitar a V. Exa. que possa analisar e prover ao Deputado Ciro Gomes das informações necessárias para que ele possa completar o seu parecer em harmonia com o Executivo.

E finalmente gostaria de lhe encaminhar um estudo da rede Renda Básica de Cidadania, da rede Renda Básica da Espanha que, recentemente, divulgou um manifesto que me parece muito interessante. O Presidente da rede Renda Básica é o Economista Daniel Raventós, membro da Basic Income Earth Network e justamente um manifesto sobre uma Renda Básica na situação atual da crise econômica e aqui nos dá uma informação mais específica para a Espanha, mas de como tal instrumento poderia muito, em tese, ajudar a resolução de problemas. Então isso aqui é uma contribuição que eu encaminho a V. Exa. Então, muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro Guido Mantega.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Obrigado, Sr. Presidente. Queria começar agradecendo a generosidade do Senador Wellington Salgado. Certamente ele ultrapassou os méritos que me são devidos. E se há um êxito na política econômica que o Brasil está praticando hoje, ele se deve em primeiro lugar à condução do Presidente Lula, em segundo lugar a ação dos trabalhadores brasileiros que conseguem continuar mantendo o otimismo, enquanto o mundo todo está se despencando, está se desesperando. Aqui a confiança é maior e a capacidade de trabalho, a tenacidade do

brasileiro. Em terceiro lugar, dos empresários que se mantiveram também confiantes, estão trabalhando. E em quarto lugar o Governo, o Legislativo, todos que estão colaborando para que o Brasil enfrente esse grande desafio. De fato você mencionou, essa é a maior crise que a nossa geração já assistiu. Ela não parece tão grande aqui no Brasil porque nós todos, que eu citei, estamos minimizando essa crise. Mas lá fora é assustadora. Você esteve lá fora e pôde verificar, por exemplo, nos Estados Unidos lojas vazias. Eu estive lá várias vezes, reunião do Fundo Monetário, reunião do G20, você sai na rua e as lojas estão às moscas. Ninguém fazendo compra. Muitas casas sendo abandonadas, prédios inteiros vazios que não se sabe que destinação terão. 500, 600, 700 milhões de desempregados a mais por mês, já acumulando seis, sete, oito milhões de desempregados. E essa também é a realidade do Reino Unido, realidade dos países europeus, do leste europeu e tudo mais. Não tem nada a ver com o cenário que nós olhamos aqui no Brasil. O cidadão vai lá fora, parece que está num outro mundo. Aqui no Brasil sentimos, claro, algumas consequências da crise, porém elas são muito menores do que verificamos lá. E mesmo quando nós citamos os países mais bem sucedidos, no caso a China, a Índia, nós podemos ver, não é verdade que a China não foi afetada, ou que ela foi afetada menos que o Brasil. O PIB da China estava crescendo 12%, e agora está crescendo 6%. Portanto, ela perdeu seis pontos percentuais de crescimento. Metade. E na China eles têm que dar emprego para milhões e milhões de trabalhadores. E, portanto, mesmo comparado com a China, eu diria que nós estamos saindo razoavelmente bem. Em relação à Rússia, melhor ainda. E à Índia.

Portanto, acho que o Brasil está sendo reconhecido pelo trabalho de todos e pela construção do país. É um trabalho de construção de um novo país que foi feito e que está tendo resultados. E tem reconhecimento lá fora. Os empresários que vão lá fora, que vão participar de Congressos, Seminários, são assediados. Eu tenho vários relatos de empresários que são assediados por outros empresários para poder fazer associação, fazer investimento. Eles querem investir no Brasil, querem trabalhar no Brasil. Então isto é um excelente sinal e acho que o Senador captou muito bem aquilo que acontece aqui e lá fora. E uma das razões pelas quais o Brasil também tem essa aceitação é que tem empresas como a Petrobras. A Petrobras é a maior empresa brasileira é quem faz maior volume de investimento por ano no Brasil. Não tem nenhuma outra que faz esse volume. Esse ano são 66 bilhões de investimentos, estimula uma cadeia produtiva longa, cria empregos, indústria naval, bens de capital, metalúrgica... E, portanto, é

uma empresa que deve ser valorizada. A empresa que hoje tem destaque internacional. Acho que na área do petróleo e gás, é a empresa que hoje mais investe no mundo, que as outras reduziram seus investimentos. E nós continuamos investindo que temos lá o pré-sal que é uma riqueza nacional.

Eu só queria esclarecer, Senador, que a Receita Federal não se manifestou em nenhum momento em relação à Petrobras. Em nenhum momento ela se manifestou, mesmo porque não poderia fazê-lo. Por uma questão de sigilo tributário, sigilo fiscal. A Petrobras como qualquer empresa brasileira tem o privilégio do sigilo tributário. E seria um descumprimento à lei se tivesse havido alguma coisa. O que houve é que, digamos, más interpretações dos fatos. O que aconteceu é que a Petrobras foi consultada por um jornalista ou uma jornalista que é um contribuinte como qualquer outro que lhe pediu explicações sobre a Medida Provisória 2158/35, de 2001. Que é a Medida Provisória que rege a contabilidade das empresas quando há uma variação cambial grande e que permite que as empresas transitem do regime de competência para o regime de caixa, que está totalmente correto porque são empresas que possuem ativos no exterior e que por uma simples mudança de câmbio, ou seja, não mudou nada. O patrimônio é o mesmo. Se tem um prédio lá fora, é o mesmo prédio. Mas quando valoriza o dólar, as empresas têm que lançar no balanço do Brasil, traduz de dólar em real, parece que o patrimônio aumentou. Foi apenas uma mudança do câmbio. Teria que pagar tributo, Imposto de Renda, como se o lucro fosse. Mas na verdade é uma variação cambial. Sabiamente o Governo anterior fez esta Medida Provisória que diz que as empresas poderão transitar de um regime de competência para regime de caixa. Ou seja, você só poderá--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Poderia repetir? Foi o Governo anterior que fez, Ministro?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Foi o Governo anterior que fez essa lei.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não é desse Governo?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Não é desse Governo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então a Petrobras utilizou um artifício criado no Governo anterior?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu não chamaria artifício.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Usou uma Legislação?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Usou a Legislação que lhe permitia mudar a contabilidade, proceder... Em vez de fazer a contabilidade por competência... Competência o que é? Ela teria que no final daquele ano contábil registrar como lucro e pagar o Imposto de Renda como lucro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Variação patrimonial. Agora, quer dizer que não foi feito nesse Governo essa mudança?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Não, não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vem lá de trás?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Foi feito... Exatamente a primeira Medida Provisória de 99. E foi feita por ocasião da grande variação cambial que se deu em 99. As empresas poderiam ter sérios problemas de balanço, porque houve uma desvalorização de 66% da nossa moeda. Eles teriam lucros... Então, não estava... Eu acho até que estava certo, porque as empresas não tem um lucro efetivo. E quando o câmbio vira, aí teria um prejuízo. Então falou: "Não, não é nem lucro nem prejuízo". O que acontece? Passa para o regime de caixa... Só quando... Se você vender aquele ativo, aí você realiza o lucro e aí você paga. Então, a Legislação existe e foi feita no Governo anterior.

Apenas a Receita se manifestou para o contribuinte que a consultou sem mencionar qualquer empresa, porque não poderia, e não mencionou a Petrobras. Apenas repetindo o que reza essa Medida Provisória, dizendo, o art. 1º diz: "*A partir do dia 1º de janeiro de 2000, as variações monetárias de direitos de crédito e obrigações em função da taxa de câmbio serão consideradas para efeito da determinação da base de cálculo do Imposto de Renda pelo regime de caixa*". Ou seja, permite a mudança contábil. Só isso. A receita tem mais dois parágrafos que não vou repetir. Só falou isso. Algum jornal pegou e disse: "Olha, a Receita está censurando a Petrobras". Coisa que não fez e não poderia fazê-lo porque seria punida. Porque vários contribuintes fizeram a mesma coisa. Todas as empresas que tem ativos no exterior fizeram a mesma coisa. Devem ter usado. Se usaram da maneira adequada ou não a Receita estará investigando, como investiga todos os contribuintes, principalmente os grandes, e com as consequências devidas.

A Receita emitiu uma nota de esclarecimento que eu vou ler rapidamente porque pelo visto, assim, as manchetes de jornais todo mundo vê, mas as notas de esclarecimento ficam lá na 52ª página, no final do caderno e ninguém enxerga.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas se precisar, Ministro, es-

clarecimento da Receita porque está passando uma informação, desculpe, Presidente, sem pedir autorização a V. Exa., está passando uma informação de que a Receita teria vazado isso. O que não é verdade. Então se puder me mandar...

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Não, ela não vazou, ela deu uma nota oficial. Foi consultada como qualquer contribuinte se você Senador quiser um esclarecimento sobre... Sei lá, a Medida 443, como é que ela se aplica, quais são os artigos... A receita vai lhe responder. A qualquer contribuinte ela responderá. Sem mencionar... Olha a nota de esclarecimento aqui. *“A respeito da controvérsia gerada a partir da divulgação pela imprensa de matérias jornalísticas questionando procedimentos supostamente adotados por contribuintes relativamente ao reconhecimento de variações cambiais para fins de tributação a Receita Federal do Brasil esclarece: Não se manifestou sobre a situação fiscal de quaisquer empresas, nem quanto a existência ou não de procedimentos instaurados, resultados apurados, teses existentes ou efeitos dela decorrentes. Nem poderia fazê-lo, conforme expressamente estabelece o art. 198 do Código Tributário Nacional, que assegura o sigilo fiscal. Não divulgou nota oficial sobre qualquer empresa, ao contrário do que foi dito por alguns órgãos da imprensa...”*. E assim vai. Está certo?

Então, veja, houve um equívoco. A receita não se manifestou, não poderia fazê-lo, e naturalmente ela pode agir, ela deve estar examinando de todas as empresas para ver se foi procedimento correto ou não e a empresa tem direito de defesa, de apelação e tudo mais. Foi isso que aconteceu.

Bom, eu vou examinar aqui as demandas da FIE-MG, as questões colocadas pela FIEMG, a elevação da carga tributária... Nós concordamos sempre que o Brasil possui uma elevada carga tributária, é uma das razões pelas quais apresentamos o projeto de Reforma Tributária que vai... Acredito, será votado na Câmara em breve e virá para esta Casa também em breve, e nesse ínterim temos feito muita redução tributária. Tem uma lista inteira das reduções de nossa responsabilidade nesse período. Temos feito. Inclusive na crise já aproveitamos e fizemos mais reduções. Falta de demanda e também nós procuramos consertar com crédito e redução tributária e capital de giro que acho que é um dos problemas principais, principalmente pequenas e médias empresas e nós também criamos várias linhas nesse sentido.

O Senador Cavalcanti coloca uma questão muito interessante neste momento, porque ele parte da premissa correta de que a desvalorização do dólar que se dá por motivos que ele muito bem explicou aqui,

prejudica os exportadores brasileiros. Fato com o qual nós concordamos. Mas aí ele faz uma reflexão mais profunda sobre qual é o destino do dólar enquanto moeda de troca internacional e reserva de valor, eu acrescentaria. Muito bem colocada, Senador, porque o que eu acho que vai acontecer é o seguinte, vai haver um enfraquecimento do dólar como moeda hegemônica no cenário internacional. Não só do dólar. Do dólar, da libra esterlina, [soa a campainha] que é segunda também moeda, do euro e do yen. Por quê? Porque as moedas, em parte, refletem o dinamismo das economias. A situação do país. Então, o país que está com um déficit fiscal de 17... Não é... A previsão apreciando é de 13.7 para os Estados Unidos. Déficit fiscal 13.7. Já pensou, Senador Dornelles, se tivéssemos aqui no Brasil 13.7 de déficit? Seria o final do mundo. Mas nos Estados Unidos eles emitem...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Tem muita troca para se trocado.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: É, tem muita troca. Então, de fato a tendência do dólar é que ele vá perder espaço no cenário internacional e que outras moedas passem a ter um protagonismo maior, aonde nas trocas internacionais, reserva de valor... O real é uma delas. É reconhecido. As transações em real vem aumentando consideravelmente. Hoje nós colocamos título em real. Oferecemos aplicações financeiras em real, que os aplicadores internacionais o fazem. E, portanto, no futuro haverá o rebalanceamento, vamos chamar assim, uma nova correlação de forças com o dólar tendo um papel menor.

Agora, aproveito para responder a questão do direito especial de saque que me foi perguntado. Entre as novas moedas ou novas formas de reserva de valor que surgirão, estão os direitos especiais de saque. O que é o direito especial de saque? Ele foi inventado curiosamente numa reunião do Fundo Monetário feita no Brasil em 1969, uma sugestão feita aqui no Brasil. Que o fundo emitisse direito especial de saque. O que é? Ele é um direito de saque. Como diz o nome, você emite o título, eu sou o Fundo Monetário, eu tenho aqui um país emergente e emito o título e dei para esse título aqui direito especial de saque. Um bilhão. Isso aqui permite que ele, se precisar, o país transforme isso nas quatro moedas oficiais do Fundo Monetário, que são o dólar, o yen, a libra e o euro. Então, o país que possui o direito especial de saque ele pode trocar por uma dessas moedas ou então mantê-lo nas suas reservas. E é a reserva de valor. Portanto, nós na última reunião do G20 fizemos uma proposta que foi acatada pelos demais membros do G20 de que o Fundo Monetário emitisse 250 bilhões de dólares em direitos especiais de saque e os distribuisse para

os membros do Fundo Monetário, dos quais o Brasil faz parte, e que os membros pudessem transacionar com esse direito de modo a... O país, por exemplo, os Estados Unidos não precisa. Ele passa para um outro país que precisa. O Brasil poderia fazer isso. De modo a injetar 250 bilhões nessa nova modalidade. E com isso está valorizando uma alternativa de uma moeda internacional... Não é bem uma moeda, é uma espécie de um título, uma quase moeda, vamos chamar assim, mas que poderá ter curso internacional se nós criarmos um mercado secundário de direitos especiais de saque que ele tem uma rentabilidade. É um avanço que poderá ser obtido no futuro a partir dessa crise, a crise não traz só coisa ruim, traz também algumas coisas boas que vai levar a essa moeda que valoriza o yuan, o próprio real. Porque o próximo passo será exigir que ele seja também trocado por direitos... Por real, por yuan, e não só pelo yen e pelas outras moedas. Então será o próximo passo.

Outro passo que estamos dando é que estamos oferecendo créditos para países da América Latina, em reais. Crédito em reais para Argentina, para o Uruguai, para o Paraguai e os países da América Latina. Não é dólar. A gente abre uma conta de crédito, eles têm que abrir uma outra conta de crédito lá na moeda local e claro que eles vão usar essa moeda para comprar produto brasileiro e estimular o intercâmbio. Nós fortalecemos a economia, porque ela tem uma reserva em real, fortalecemos o real como moeda de troca e fortalecemos o intercâmbio comercial entre os países. Então é uma ação regional que fortalece o real como moeda internacional. Então, acho que essas questões são muito importantes e pertinentes.

E para finalizar, o Senador Eduardo Suplicy pergunta sobre se eu tenho informações sobre os dados da desigualdade da pobreza, eu lhe digo que não tenho além dessas informações oficiais, porque são dados que demoram a sair. Que ela depende de uma pesquisa chamada pesquisa nacional de domicílios, PNAD, que faz o IBGE. Ela demora acho que dois anos para sair. Então deve sair agora a PNAD de 2006.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): 2007.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: De 2007. Mas eu tenho certeza absoluta, Senador, que nesta pesquisa haverá uma melhoria dos dois indicadores que o senhor mencionou. O índice de Gini vai melhorar, ou seja, a diminuição da desigualdade; nós estamos com 0,53, se não me engano. Estávamos com 0,58, estamos em 0,53. Vai melhorar o índice de Gini, ou seja, a desigualdade diminui e a pobreza vai diminuir ainda mais, como tem havido de modo que nós estamos... Nós estamos completando as metas do milênio num

prazo muito mais curto. Metas que estabelecidas pela ONU para o Brasil até 2015, já estão sendo cumpridos agora. Então, tenho certeza que esses dados vão melhorar e para lhe informar.

Quanto ao desemprego foi perguntado aqui, o Brasil é um dos países que menos está aumentando o desemprego. Nós temos uma sazonalidade do desemprego, o último indicador aponta que o desemprego está em 8.9. Não é muito diferente do ano passado. Podem ver as curvas. É menor do que o desemprego do ano retrasado e de 2005 e 2006. Portanto, apesar de tudo, apesar da crise, nós tivemos, é claro, um número maior de demissões em dezembro, aqueles 600 mil... Se bem que 300 mil eram sazonais, mas nós já estamos criando empregos. O saldo já é positivo. Na última CAGED, ali está o quadro para os senhores verem, nós tivemos ali aquela torre para baixo vermelha é dezembro, que foi 600, janeiro costuma haver negativo, talvez foi um pouco maior; fevereiro já foi positivo e agora em abril, nós tivemos 106 mil novos empregos criados. Ou seja, a diferença entre admissão e demissão foi positiva em 106 mil empregos. Portanto, uma situação diante de uma crise bastante razoável, ou seja, mesmo num ano de crise nós vamos ter um balanço de emprego positivo no final deste ano, coisa que pouquíssimos países terão. E no ano que vem vamos recobrar a criação de empregos que é necessária para o país.

Eu não sei se consegui responder a todas as perguntas, mas eu queria--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só... Eu queria... Se me permite, Sr. Presidente. Com respeito ao IPI, eu perguntei, o Senador Inácio Arruda e sua Assessoria confirmou, sobre as bicicletas. Seria de 10%. Mas também a Assessoria informou que como quase todas as bicicletas hoje no Brasil são produzidas em Manaus, elas são já isentas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eram. Eram produzidas em Manaus.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eram?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Hoje tem menos de 20% da produção.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ah, bom. Então aí seria relevante. Que me parece interessante, Ministro, gostaria de... De propor que se para os automóveis foi considerada esta isenção, ou diminuição de IPI, me parece de bom senso que para as bicicletas possa ser considerado isto por causa da... Dos efeitos benéficos da mesma.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador... Atendendo a um apelo do próprio Ministro, que tem um compromisso

agora, nós vamos ter que encerrar essa Audiência Coletiva. O Senador Wellington Salgado...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, rapidamente. É que eu deixei de falar aqui nesse relatório da FIEMG, tem... Sobre a economia brasileira, é rápido. Ele diz, o que os empresários dizem, Ministro, e é bom para V. Exa. *“Após dois trimestres de pessimismo, executivos da indústria mineira voltaram a mostrar confiança na economia nacional, de acordo com indicador de 51.5 pontos. Mesmo diante do cenário da crise mundial os empresários acreditam numa melhora no ambiente econômico nos próximos meses. Empresas de todos os portes pesquisadas compartilham do mesmo sentimento, com indicadores de 50.5, 52.7 e 51.4 pontos para pequenas, médias e grandes empresas respectivamente.”*

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Ministro Guido Mantega, meus cumprimentos pela belíssima exposição que V. Exa. fez nas comissões, meus cumprimentos também pela competência como V. Exa. vem conduzindo o Ministério da Fazenda. Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu também quero agradecer ao Ministro... Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Antes de V. Exa. agradecer, em agradecimento a presença e a palestra que ele ofereceu à Comissão, eu quero fazer a entrega do projeto que eu tive a felicidade de tomar iniciativa, mas representa o pensamento de muitos Senadores, para o Ministro poder dar uma examinada. Eu não quero esse privilégio. Se V. Exa. junto com o Governo considerar que é uma ideia boa, adotem, independente da nossa iniciativa no Parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ministro, muito obrigado pela presença aqui, V. Exa. está de parabéns, não deixou nenhuma pergunta sem resposta, foi claro, foi objetivo, ficou à vontade como não é a primeira vez, como sempre acontece nesse debate, e eu só espero que V. Exa. possa voltar. E quando voltar a crise não esteja ainda tão grande.

Sessão encerrada às 13h43.

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRA-ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2009, ÀS 09:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia dois de junho do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, do Senador João Tenório, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Pedro Simon, Romero Jucá, Gilvam Borges, Eliseu Resende, Antônio Carlos Júnior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, João Tenório, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Rosalba Ciarlini, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Osmar Dias e, ainda, da Senadora Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Cícero Lucena, Arthur Virgílio e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Presidente dá início à apreciação da Matéria constante da Pauta da primeira parte da Reunião, Item 01- Mensagem do Senado Federal nº 85, de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça”, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer favorável a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Antônio Carlos Valadares, usa da palavra o Sr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo para fazer sua exposição. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Gerson Camata, Roberto Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro e Marcelo Crivella. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Jayme Campos e Roberto Cavalcanti para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Sr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo por vinte e dois votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. A seguir, a Presidência dá início à 2ª Parte da Reunião, Audiência Pública para discorrer sobre o crédito-prêmio do IPI, em atendimento ao

Requerimento nº 30/09-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, e seu aditamento, de autoria do Senador Raimundo Colombo, com a presença dos Senhores Roberto Giannetti da Fonseca, Presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior - Funcex; Luiz Gonzaga Belluzzo, Presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Heleno Taveira Torres, Professor e Livre-Docente de Direito Tributário da Faculdade de Direito da USP; Frederico Augusto Gomes de Alencar, Coordenador-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial da Receita Federal do Brasil e Cláudio Losse, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante, Osmar Dias, Eduardo Suplicy, Raimundo Colombo, Roberto Cavalcanti, João Tenório e Lúcia Vânia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores aprovarão, logo após a continuidade dos nossos trabalhos, com a continuidade, a Ata. A Pauta se compõe, Senador Efraim Morais, Senador Valdir Raupp, Senador Gerson Camata, a Pauta é composta hoje pelos seguintes itens:

Item 01. Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Antonio Carlos Valadares. Parecer a ser apreciado em seguida, em votação secreta.

O indicado já se encontra no recinto da Comissão. Solicito que a secretaria o conduza ao nosso Plenário. Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, na qualidade de relator *ad hoc*, para que proceda a leitura do parecer do Senador Antonio Carlos Valadares, enquanto S. Exa. chega ao nosso recinto, já que está a caminho.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Indicado, Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, o Sr. Presidente da República por meio da mensagem nº 85, de 2009, men-

sagem nº 322, de 2009 da Presidência da República, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo para o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça. Conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea F da Constituição Federal e no art. 11 da lei nº 8884 de 11 de junho de 1994. A lei nº 8884/94 dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico. O *Curriculum Vitae* anexado à referida mensagem, demonstra que o indicado é brasileiro, natural da cidade de Itu, Estado de São Paulo, é graduado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco, doutorado pela Faculdade DEA Droit da Université, França e professor... Eu não falo francês [riso] e professor de Direito Econômico do IESB, Instituto de Ensino Superior de Brasília, desde fevereiro de 2005. Do referido currículo consta ainda que o indicado é Procurador-Geral Interino do CADE, desde dezembro de 2008, e Procurador Federal em exercício desde dezembro de 2004. Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça. Esse é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Valdir Raupp e comunico que já se encontra no Plenário da nossa Comissão o relator da matéria, o Senador Antonio Carlos Valadares. Com a leitura do parecer, passo a palavra ao Sr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo para que faça uma breve exposição. Senador Antonio Carlos Valadares quer acrescentar alguma coisa ao seu parecer?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Dar um bom-dia ao nosso Procurador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Obrigado a V. Exa. Com a palavra, portanto, o Sr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.

SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO: Bom-dia a todos, bom dia Presidente Garibaldi Alves, bom dia Senador Antonio Carlos Valadares, Srs. Senadores. É uma satisfação muito grande estar aqui, diante do Senado Federal momento em que a concorrência no Brasil tem crescido a cada momento,

o Brasil vem galgando a passos largos um posto de maior destaque no cenário mundial, desde 94, quando a lei foi criada até o presente momento a gente verifica uma maior couraça das decisões do Conselho, uma maior expertise, a formação de um corpo técnico melhor, que levou o CADE de antes receber uma estrela na Global **Competition** Review, recentemente passar a receber três estrelas, exatamente fruto desse incremento, dessa melhoria técnica.

E para aumentar ainda mais essa perspectiva, a gente vê hoje que V. Exas. estão apreciando um Projeto de Lei que está nessa Casa, na CAE, que terá também uma importância essencial para o upgrade que precisa ser dado na concorrência do Brasil, que é otimização dos Recursos Humanos, uma maior celeridade dos processos, tudo isso que vai diminuir o custo do país, diminuir o custo Brasil, incentivar investimentos no país e fomentar ainda mais a cultura da concorrência, especialmente em relação à Procuradoria da qual tenho honra de fazer parte, da Procuradoria Federal, o órgão vinculado a AGU que tem um rol de procuradores que vem lutando bravamente também desde 94, com trabalho assíduo, diuturno, em prol da eficácia das decisões da autoridade, com envolvimento muito grande na ordenação dos processos, dando uma orientação jurídica para os conselheiros e principalmente dando efetividade às decisões. Esse é um papel muito importante da Procuradoria, que após a manifestação decisória do Conselho, é importante que essa decisão venha a ser implementada, venha a ser efetivada. Então, é dentro desse quadro que eu me coloco inteiramente à disposição de V. Exas. para as arguições eventualmente postas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dentro da relação dos oradores inscritos e seguindo esta relação, o Senador Gerson Camata vai dirigir as primeiras indagações ao nosso indicado, indicado pela Presidência, Sr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, primeiro eu quero agradecer a V. Exa. a concessão da palavra, cumprimentar o Dr. Gilvandro Vasconcelos pela indicação que o Sr. Presidente da República faz, e dizer que o *curriculum* que ele nos apresenta, mostra efetivamente um servidor público preparado para o exercício da função, que aliás ele já exerce interinamente. E se ele elevado interinamente mereceu posteriormente a indicação do Sr. Presidente da República, certamente pelos serviços que ele já prestou ao CADE e ao Brasil no exercício de suas atividades. Vejo aqui a sua formação profissional e que começa como estudante no Recife e depois com dois

ou três cursos na França. A França exatamente talvez onde mais esse direito tem se exercitado ultimamente e a gente observa que o direito de concentração ou o direito de não concentração, eu não sou Advogado, então esses termos jurídicos às vezes me escapam, agora com a... Escapam sempre [risos].

Mas então eu queria dizer que com a formação da comunidade Europeia, esse direito foi muito exercido em toda a Europa. Porque multinacionais, por exemplo, italianas que atuavam na França, atuavam na Alemanha, alemãs na França... Tiveram que se amoldar nesse processo para evitar essas concentrações, quando o mercado se transformou num só e a moeda numa só. A França, então, foi praticamente a sede do direito de defesa do consumidor, evitando-se a formação de oligopólios, e pior, de monopólios.

Por ter estudado na França acho que nós devemos registrar aqui também, Sr. Presidente, o pesar de todos nós da Comissão e tenho certeza que falo no nome de V. Exa., pelo incidente tão triste, o acidente tão triste de ontem que continua hoje a doer no coração de todos nós, apresentando a solidariedade aos que perderam entes queridos e a própria França, ao Brasil, secundando as palavras do Vice-Presidente da República nosso e do Presidente Sarkozy, da França.

E dizer que então, a origem da formação acadêmica e já o exercício por dois ou três anos da Procuradoria do CADE o recomendam já para essa função. Eu vou pedir, antes de fazer as minhas perguntas, V. Exa. é autor de um livro *L'autorité De Régulation Des Telecommunications Du Bresil, melanges, en l'honneur de Professeur Jean-Philippe*. Eu estou na Comissão de Infraestrutura trabalhando numa função que me foi dada pelo Presidente lá, que é o problema por que o Brasil tem os telefones mais caros do mundo. Então acho que esse seu artigo poderá nos ajudar lá. Queria que V. Exa. pudesse depois nos remeter, para que servisse de balizamento e de estudo.

E queria, também, então dizer o seguinte: Nós tivemos... V. Exa. na época não estava no CADE, um problema que o Espírito Santo enfrentou e com o apoio de quase todo o Brasil e do Senado, que foi o problema da fusão da Garoto com a Nestlé, que até hoje não está resolvido. O que eu reclamei na época, e por isso eu acho que um dos motivos da vinda desse Projeto de Lei nº 06 de 2009 da Câmara que exatamente V. Exa. se referiu a ele, ele amolda o CADE, acerta o CADE, põe o CADE no lugar que ele tem que estar. Hoje ele está, mas ele pode melhorar muito o desempenho de suas funções, até pelas carências de pessoal que aqui são corrigidas através desse Projeto de Lei que está demorando aqui, está demorando. Eu tenho dito, nós temos que correr com isso. Então, a reclamação que

nós tivemos na época é que o CADE, quatro anos depois que a Nestlé adquiriu a Garoto, se pronunciou.

Ora, na época nós estávamos perdendo dois mil empregos se a Garoto fosse diluída ou se terminasse, diante da disputa interna dos familiares daquela empresa. Hoje a Garoto já está com quase sete mil funcionários, bem, um dos maiores pagadores de tributo ao Estado, os empregos estão estáveis. Então, eu acho que para o Espírito Santo, e não vi que o chocolate ultrapassou os preços normais relativos, até barateou o chocolate no Brasil daquela época para cá, e agora a única coisa que aconteceu que não foi agradável, é que o Brasil, que era o maior exportador de cacau do mundo, passou a ser o terceiro maior importador. Quer dizer, eu não sei por que aconteceu isso, aumentou tanto a produção de chocolates no Brasil. Mas, de qualquer maneira, aquele episódio tem que terminar para a garantia, tanto dos funcionários, tanto do Estado do Espírito Santo, tanto dos investidores atuais e tanto daqueles que um dia pretendam investir no Espírito Santo.

Na época eu cheguei a dizer que se fosse em São Paulo ninguém criaria problema. É que multinacional não pode ser no Espírito Santo, tem que ser só em São Paulo. Não pode ser no Estado de V. Exa., não pode ser no Ceará, não pode ser no Sergipe, multinacional é São Paulo, só. Mas como foram botar a multinacional lá no Espírito Santo, criou-se um problema contra o Estado do Espírito Santo. Foi uma maneira de dizer.

A outra pergunta, agora nós estamos diante de um outro caso. O interessante dessa lei, que isso devia ser antes de acontecer o episódio, não depois. Agora eu vejo a Sadia e Perdigão. Para o Brasil, uma maravilha, fizemos a maior empresa de exportação de aves do mundo. Mas, para o mercado interno, tem que ser analisado o que pode acontecer, como é que elas vão funcionar, o que é que não pode acontecer. Eu vejo que, após anunciada a fusão, eles foram procurar o CADE. Eu acho que anunciada a fusão eles, antes da fusão, deveriam ter procurado o CADE, conforme está aqui proposto na nova lei de regulamentação do CADE.

Eram as duas perguntas. Como é que V. Exa. vê isso? Deveria ser antes? E tem solução o problema da Garoto, para não ficar esse troço pendurado dez anos, como está até hoje?

Muito obrigado e parabéns a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Dr. Gilvandro Vasconcelos.

SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO: Obrigado, Presidente, obrigado Senador Gerson Camata. Vou pontuar as perguntas que V. Exa. me fez e tentar ser conciso e responder a todas elas.

Bom, Senador, em relação ao artigo que eu escrevi sobre regulação em telecomunicações, num livro em homenagem a um ilustre mestre, Professor **Jean-Philippe** Colson, na verdade eu fazia uma exposição sobre a estrutura da regulação das telecomunicações do Brasil, como nós tínhamos feito aqui algo que foi elaborado em todo mundo, que é um sistema de regulação com agência reguladora, tudo isso, na verdade o artigo tratava mais dessa perspectiva.

Em relação ao processo da Nestlé e Garoto, acho que V. Exa. foi muito pertinente quando apontou a importância do Projeto de Lei. O Projeto de Lei evita exatamente esse tipo de situação. Então, o PL 06 de 2009 que se encontra nessa Casa, ele evita, ele procura evitar situações dessa, de consolidação na situação de fato, que pode perdurar no judiciário por anos e anos, gerando insegurança para os consumidores, para os empresários, para a sociedade em geral. Então, esse de fato é mais um sinal de que a gente... É muito importante para o sistema de defesa da concorrência no Brasil, que a gente altere essa Legislação, eu particularmente sou muito favorável a isso, eu acho que isso tende a otimizar todos os nossos recursos e trazer uma melhor estrutura. E isso também tem a ver um pouco, e voltando aos telefones caros que V. Exa. se referiu, isso tem a ver também da complementaridade de funções que também é previsto no Projeto de Lei. A estrutura de um agente regulador, como no caso a ANATEL, complementada pela estrutura da concorrência, é exatamente para estabelecer esse parâmetro ideal, para que haja uma distribuição eficiente daqueles recursos de telecomunicação e ao mesmo tempo que o CADE possa proferir um juízo qualitativo e quantitativo da concorrência. Então, mais uma vez eu acho que o problema do telefone também pode estar respaldado por V. Exa., como V. Exa. bem implantou, pelo Projeto de Lei, que visa e que compõe muito bem o funcionamento da autoridade de regulação de telecomunicações e a autoridade da concorrência.

Em relação ao último ponto que V. Exa. colocou, o problema da Sadia e da Perdigão, isso é um processo muito importante que eu acho que o Conselho vai apreciar, o processo não foi ainda apresentado ao Conselho, salvo engano, hoje ou amanhã deve ser o prazo legal para que haja apresentação, mas é um Projeto que vai merecer, de fato, um mergulho de todos conselheiros, da Procuradoria, nós já temos Comissão na Procuradoria que estuda o caso desde já, e vai envolver a necessidade de ouvir o Senado Federal, a sociedade civil e todos, para que a gente consiga proferir uma decisão que seja realmente interessante para o país, interessante para os consumidores, interessante para toda a sociedade brasileira. Então, esse caso... E não

só esse, Excelência, eu poderia dizer outros casos que são muito importantes, que estão no CADE, como o caso Oi-BrT que ainda está em instrução da ANATEL, mas que brevemente vai chegar; há um caso recente envolvendo medicamentos, a Sanofi e a Medley, ou seja, nós temos sim muitos casos de lá e o Conselho, eu posso garantir ao senhor que está muito dedicado a apreciar esses casos com a importância que a sociedade brasileira emprega a todos esses casos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, me permita só uma...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): V. Exa. admite que, dentro desse processo de fusão, possa ocorrer em um determinado momento que se permita a fusão delas como operadoras para exportar e não se permita para operar no mercado interno?

SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO: Senador, como eu tinha colocado para V. Exa., no caso das telecomunicações eu creio que é isso que o senhor falou, ou da Sadia Perdigão? É muito difícil a gente se pronunciar porque não há ainda nenhuma informação concreta nos autos. Então, qualquer manifestação nossa, inclusive, ela poderia prejudicar um exame como o caso merece, com muita profundidade, com muita dedicação, sem que a gente deixe que o clamor que hoje ainda é baseado não em fatos concretizados no Conselho, possa influenciar a decisão do Conselho. É óbvio que todas as decisões são possíveis, todas as decisões são possíveis. E nós temos histórico de várias decisões em diversos sentidos. Mas é importante um exame muito aprofundado do caso.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E V. Exa. talvez acredite que o fato do Brasil ter as tarifas mais caras do mundo de telefonia, advém dessa concentração muito grande de empresas telefônicas, três, quatro empresas, agora duas operando no Brasil inteiro? Vocês já estudaram isso, observaram por que acontece? Não é por acaso.

SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO: Posso dizer a V. Exa. que esse é um mercado e que existe concentração mundial natural. Agora, isso não significa que o CADE não possa apreciar e verificar eventuais distorções de concorrência. E daí a importância da complementaridade da análise regulatória pela ANATEL e a análise concorrencial pelo CADE. Isso que já é respaldado hoje, e que agrega valores adicionais no nosso processo, no Projeto de Lei que se encontra com V. Exa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado a V. Exa. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Gerson Camata e lembro que os Senadores já podem votar, e faço um apelo aos Senadores que ainda não vieram à Comissão, não chegaram ainda, que cheguem para votar, porque o processo de votação já está aberto.

Lembro também que teremos uma Audiência Pública depois da oitiva aqui, da sabatina do Dr. Gilvandro Coelho, é sobre crédito-prêmio de IPI, Decreto-Lei nº 491, de 05 de março de 1969, proposta pelo Senador Aloizio Mercadante. Teremos a discussão da proposta de solução negociada através de emenda à Medida Provisória de nº 457. Falarão os Srs. Roberto Gianetti da Fonseca, Presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, o Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo, Presidente do Centro Internacional Celso Furtado, o Sr. Heleno Taveira Tôrres, Professor e Livre Docente de Direito Tributário da Faculdade de Direito da USP, o Sr. Frederico Augusto Gomes de Alencar, Coordenador-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial da Receita Federal do Brasil e o Sr. Cláudio Losse, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, queria cumprimentar em nome de V. Exa. a todos os demais Senadores aqui presentes. Caro Procurador Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Eu vou tocar em dois aspectos.

Um, gostaria inicialmente de parabenizá-lo pela forma sintética, digamos, pragmatismo. Acho que um parecer de V. Sa. deve ser um parecer extremamente curto e preciso, pela forma que gastou seu tempo de exposição aqui conosco. Lendo o currículo de V. Sa., eu gostaria só de, por questões mais pessoais, ter um pouco da história de V. Sa. V. Sa. nasceu em Itu, São Paulo, e tem uma passagem que me traz muita afetividade, que é uma passagem por Pernambuco, de origem eu sou pernambucano, estou como Senador pela Paraíba, mas sou pernambucano, que é uma passagem pela Universidade Católica de Pernambuco, tendo concluído o curso em 1998. Exatamente no final do curso, em 98, V. Sa. passou a trabalhar num dos escritórios que são considerados mais competentes, de maior renome em Pernambuco, que é o escritório de Urbano Vitalino, na área específica de Técnica de Direito Público. Então, a minha primeira pergunta eu gostaria que V. Sa. contasse um pouco dessa sua história, do seu nascimento e dessa sua passagem por Pernambuco, essa experiência no escritório do Dr.

Urbano e posteriormente a transferência certamente para Brasília, onde tem atuado mais recentemente. Essa seria a primeira pergunta.

A segunda pergunta é a seguinte. A formação de V. Sa. é extremamente técnica, direito, e os cargos ocupados por V. Sa. são cargos extremamente direcionados à área jurídica técnica. A área jurídica, a decisão jurídica, ela se baseia em leis. Leis que V. Sa. analisa e verifica se aquilo está correto ou incorreto para dar um parecer favorável ou desfavorável. No CADE existe toda uma conotação que é um pouco de empirismo, eu não vou botar o termo “achômetro”, porque... Mas na verdade se percebe decisões no CADE que são supostamente contraditórias, vamos dizer, se obstaculiza uma fusão Nestlé-Garoto, se permite ao mesmo tempo outras fusões que tem em termo de conotação de mercado brasileiro semelhantes. Vamos dizer, uma determinada empresa passaria a deter um controle X sobre o mercado, em determinadas circunstâncias o CADE considera isso aceitável, em outras, considera contrário. Como é que V. Sa. se comportará, tendo em vista que a formação é técnica, é jurídica e não vai ter instrumentos legais, não existe uma norma, não existe um... Como numa indústria o controle de qualidade com passa ou não passa, ou dizendo tantos milímetros pode, tantos milímetros não pode. Como será o comportamento ou qual a ideia que V. Sa. tem, Dr. Gilvandro, sobre essa sua experiência e formação técnica, e a partir de agora como Conselheiro, não como Procurador, como Procurador é mais fácil, que V. Sa. faz um parecer, como Conselheiro, não, V. Sa. participará de reuniões na qual serão votados os destinos de empresas de grande porte ou não de todo o Brasil. Eram essas duas abordagens que gostaria de ter da parte de V. Sa. Muito obrigado.

SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO

DE ARAÚJO: Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Bom, primeiro é uma alegria muito grande o senhor me propiciar isso, de contar um pouco da minha história. Na verdade eu me considero pernambucano. Meus pais trabalhavam em São Paulo e eu nasci em São Paulo, e aos três anos regressei à cidade onde toda minha família nasceu, toda minha família é pernambucana e de lá eu me formei e tenho orgulho e digo que sou pernambucano, sem obviamente deixar o carinho que tenho por Itu, cidade ontem nasci. E toda a minha formação foi em Recife. Na verdade eu estudei em Recife, num colégio bom, colégio tradicional de Recife, Colégio Santa Maria, depois eu ingressei na Universidade Católica de Pernambuco onde me graduei, fiz algum estágio na Justiça Federal com alguns juízes, depois recebi um convite de Dr. Urbano Vitalino para fazer parte da equipe dele, primeiramente como

estagiário e depois como advogado, em que atuamos em alguns processos que envolviam Direito Público, e isso me deu uma experiência positiva de início de advocacia, que é muito importante você lidar com o cliente, a importância da advocacia privada me é muito útil hoje na advocacia pública. Eu posso dizer a V. Exa. com certeza. Isso dá uma visibilidade, dá uma maior serenidade na análise de vários casos, e isso de fato tem sido interessante para mim.

Quando eu viajei para a França, para estudar, e aí eu já tinha uma paixão por Direito Público, e isso surgiu também no escritório do Dr. Urbano, a área de regulação setorial, que envolve um pouco, vamos dizer assim, *Lato Sensu* concorrência, ela começou a me atrair bastante. E aí eu, verificando que o espaço na advocacia pública para trabalhar com regulação era muito maior, eu prestei concurso para Procurador Federal, consegui lograr êxito e aí comecei minha carreira efetiva no CADE, fui Procurador Federal, depois fui Procurador chefe da dívida ativa, depois fui coordenador da Procuradoria, Procurador adjunto e interino desde a saída do nosso Procurador, hoje Presidente, Arthur Badin. Então essa é um pouco minha história e eu posso dizer a V. Exa. que também me considero um conterrâneo, também sou pernambucano, porque toda a minha formação, meu coração e família é de Pernambuco.

Eu relação ao segundo ponto que V. Exa. falou, que o jurista está muito acostumado a interpretar as leis dentro de uma análise muito direta e que o CADE trabalha com empirismo, etc. Esse é um ponto interessante, porque a nossa própria lei ela já contém alguns dispositivos que fazem com que nós precisemos nos inteirar, um pouco de interpretação pura e simples da lei e um pouco de interpretação baseada nos fatos. Então quando a lei, por exemplo, permite a autorização de algumas aprovações mediante a constatação de eficiência econômica, essa eficiência econômica, ela vai ser demonstrada exatamente através do empirismo, que de fato existe, que a empresa comprova de reduzir custos, de aumentar os postos de trabalho, de trazer rendimentos para o país e os efeitos negativos. Então, esse sopesamento que o Conselho faz já completa a segunda pergunta que foi feita por V. Exa. de algumas operações admitirem aprovação e outras operações não admitirem aprovação. Então, na verdade essa análise, existe uma preocupação muito grande do conselho em dar um treinamento ainda maior para os seus procuradores, gestores. Então, para ter uma ideia, todos procuradores do CADE hoje fazem curso específico de concorrência, em que estudam aspectos de micro economia, aspectos de que aparentemente não fariam parte de uma formação jurídica simplória,

mas que são importantes para aqueles que atuam no CADE. E isso ocorre não só com os procuradores, mas gestores e outros quadros. Significa que, como eu procurei passar no início da apresentação, o Conselho tem sim um viés de crescimento, tem um envolvimento para que a concorrência no Brasil seja, senão a melhor do mundo, mas a mais próxima dessa perspectiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, que tem prioridade na qualidade de relator.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Procurador Dr. Gilvandro Vasconcelos, em primeiro lugar eu gostaria de felicitar a V. Exa. pelo conhecimento que revela de sua atividade, principalmente junto à CADE, onde V. Exa. já exerceu interinamente o cargo de Procurador-Geral do Conselho do CADE. É essencial, sem dúvida alguma, a participação da Procuradoria na defesa do consumidor e na repressão ao abuso do poder econômico. V. Exa. passou algum tempo no exercício da Procuradoria e da chefia da Procuradoria. Eu gostaria de saber, em primeiro lugar, quais as questões que V. Exa. tomou a frente, ou participou de forma direta, principalmente na defesa do consumidor e na repressão ao abuso do poder econômico nesta instituição modular, que é o CADE, que V. Exa., tenho certeza, exerceu essa atividade interina com muita competência. Então queria que V. Exa. fizesse um relato sucinto de como V. Exa. viu as atribuições da Procuradoria no combate a esses abusos, que são atribuições do CADE e consequentemente da Procuradoria, muito embora não tenha voto, mas toma a iniciativa na defesa do interesse público.

Em segundo lugar, nós sabemos que as companhias aéreas, por ocasião dos feriados, elas elevam o valor das suas tarifas. Uma tarifa que normalmente custa 200, 300 reais, passa a ser de 800 a mil reais e isso implica, sem dúvida alguma, em restrições a determinados segmentos sociais que nos feriados, já que nos demais dias estão no trabalho, não poderão se deslocar, por exemplo, para uma visita a uma família, para um passeio numa cidade turística, enfim, utilizar-se de um meio rápido, confortável e adequado para empreender as suas viagens. Então, gostaria de perguntar a V. Exa. como vê essa questão do aumento abrupto das tarifas. Nós respeitamos, sem dúvida alguma a concorrência, o direito de as empresas terem seu lucro, algumas delas até estão em situação deficitária, reconhecemos tudo isso, mas como V. Exa. vê este aumento, às vezes absurdo, das companhias aéreas em referência às passagens nos momentos de pique de venda de bilhetes.

E no mais eu gostaria de saber, quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 06, que está aqui no Senado, se V. Exa. tem alguma sugestão para aperfeiçoar esta matéria. Caso tenha, submeta a esta Comissão que estaremos a sua disposição.

Meus parabéns pela sua indicação, tive a honra de ser o seu relator, no momento em que V. Exa. estava chegando aqui nessa Comissão, eu estava em outra atividade aqui no Senado, mas felizmente deu tempo de eu chegar para dar um abraço em V. Exa. e desejar sucesso na sua atividade tão importante na defesa dos interesses da sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Dr. Gilvandro Vasconcelos.

SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO: Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares, obrigado pelas palavras elogiosas de V. Exa. e principalmente o relato que V. Exa. fez da minha mensagem. Em relação à chefia, o senhor fez alguns questionamentos sobre a nossa atuação em relação à defesa do consumidor e ao abuso da posição dominante. A gente procura sempre, quando emitimos os pareceres jurídicos que orienta os conselheiros na emissão de seus votos, levar em consideração esses valores que são muito importantes. Então a gente procura demonstrar o que tem sido decidido pelo Conselho e quais são os pontos e aspectos que devem ser enfrentados. Então isso é algo que a gente tem sempre utilizado em casos concretos na Procuradoria.

Em outro aspecto que também é muito importante é na defesa judicial. A implementação de uma decisão do CADE, ela traz um benefício para toda a coletividade e muito para os consumidores, muitas vezes, Excelência, eles não estão presentes do processo. Quando o CADE representa e vai atrás de uma condenação, para que essa condenação seja efetivada, é para que o consumidor lesado, ele sinta que as empresas que cometem infração, elas são punidas. Então, tem esse efeito também, muito importante, de concretizar as decisões tomadas pelo Conselho junto ao Poder Judiciário. Então, nós temos procurado atuar com muita proatividade, com muita celeridade dentro desse contexto, sempre procurando expor aos magistrados esse viés da importância da decisão do Conselho, que é combater de fato o abuso do poder econômico e respaldar, como V. Exa. bem falou, também os interesses do consumidor.

Em relação às companhias aéreas, esse é um processo que eu acho que responde um pouco a pergunta que foi posta pelo Senador Gerson Camata, de complementaridade das ações do agente regulador e da autoridade anti-trust. Então o Conselho, obviamente

te observando os aspectos regulatórios que no Brasil tem a competência da ANAC, há de proferir decisões ou proferir análises sobre o aspecto concorrencial e aí sim, identificar se há ou não a prática infrativa. Concretamente eu posso dizer a V. Exa. que o Conselho já condenou, por exemplo, um cartel de empresas aéreas da ponte aérea Rio-São Paulo e já absolveu uma pretensa prática de preço predatório, quando do surgimento das passagens baratas da empresa Gol. Então, esses dois processos já foram analisados, concretizando a preocupação. O CADE não só já condenou como também já absolveu situações em que entendeu que não havia infração à ordem econômica.

Em relação ao Projeto de Lei, Excelência, parece interessante, mas o que nós entendemos e os procuradores todos e os Conselhos, a gente sente a importância do Projeto ser aprovado. Então, esse é uma grande preocupação nossa, para que haja uma melhor estrutura para o conselho, para que os processos possam ser mais rapidamente aprovados e analisados. Isso dará uma segurança muito grande para a sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida o Senador Flexa Ribeiro, que eu pensei que tinha se ausentado, mas está presente, vigilante.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves Filho e Dr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. O senhor já respondeu a algumas questões relativas a temas que eu gostaria de lhe perguntar, mas com respeito ao episódio da fusão da Sadia com a Perdigão, mesmo que tenha respondido que o assunto vai para o CADE, para seu exame e tudo, eu gostaria que o senhor colocasse quais as perguntas-chaves que, como Procurador, o senhor quer ver respondidas.

Não estou lhe pedindo para que nos transmita qual é o seu parecer, muito menos a sua decisão, mas agradeceria se pode mencionar quais são aquelas questões-chaves que, até como Procurador, vão merecer a atenção do senhor. Quais são os aspectos que, tanto do ponto de vista da situação do mercado doméstico brasileiro, quanto do mercado internacional no que diz respeito aos mais diversos aspectos, seja dos efeitos na concorrência, dos efeitos para os pequenos e médios produtores de frango, seja para todos os... A questão relativa a empregos e assim por diante, quais são, enfim, as perguntas que considera-chaves para que o CADE tome a sua decisão.

Em segundo lugar, um outro caso prático que vem sendo objeto da atenção do CADE, no que diz respeito a concentração de empresas produtoras de suco de

laranja, que deverá ser objeto inclusive de audiência nessa Comissão proximamente. Também neste caso, quais são as questões que, como Procurador, avalia que deveriam ser analisadas em profundidade para que o CADE possa tomar uma decisão. São as perguntas que gostaria de formular. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Dr. Gilvandro Vasconcelos.

SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO: Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Em relação ao caso Sadia Perdigão, eu procurei expor o caso, que não chegou para a Procuradoria e nem para o conselho ainda, mas V. Exa. fez algumas questões sobre quais perguntas-chaves a Procuradoria vai, no caso, procurar responder ou identificar no caso. Eu acho que a Procuradoria, primeiro, tem uma preocupação muito grande com a regularidade do processo. Se esse, ele processo obedeceu os ditames da Lei, se ele foi protocolado no prazo determinado pela Legislação, se as partes cumpriram todas as exigências de documentação, etc. Segundo, é importante que seja concedido às partes que apresentam operação todas as informações ou o direito de prestar todas as informações suficientes, bem como ouvir demais e eventuais intervenientes no processo. Então, pode ser que haja impugnações a esse ato, pode ser que o Senado Federal queira se manifestar, que outros órgãos pretendam se manifestar. Então, é importante que a Procuradoria observe os requisitos de apresentação de formações e colha todo o tipo de informação suficiente para que a gente possa proferir uma decisão legítima, uma decisão que respalde de fato o que existe dentro do conteúdo probatório.

E por fim, Senador, eu poderia dizer a V. Exa. que é necessário ponderar todos esses aspectos que V. Exa. utilizou e com muita acuidade identificou, como o reflexo para os produtores, para os consumidores, para os empregos, quais são as eficiências que as empresas eventualmente vão demonstrar com essa fusão. Eu acho que a coleta de todas essas informações vai propiciar que o Conselho, com certeza, profira uma decisão que respalde o interesse do país, que respalde o interesse de toda a sociedade, já que nos termos da nossa lei, a coletividade é quem é titular dos direitos da Lei 8884. Então, eu acho que esse contexto bem observado, esse contexto que nós vamos procurar zelar para que ele seja atingido, seria uma pergunta, seria um conjunto de perguntas que a Procuradoria deveria buscar.

O segundo posicionamento feito por V. Exa., no que tange a concentração de empresas no mercado de suco de laranja, pelo que eu tenho ciência, esse

é um processo administrativo que está sob investigação ainda na secretaria de Direito Econômico. E em chegando à Procuradoria, nós temos que ter uma preocupação muito grande para observar se de fato houve uma prática infrativa à ordem econômica e se de fato também foram identificados direito amplo de defesa, se as provas são suficientes para uma condenação ou absolvição, tudo isso é muito importante. E também é importante a participação eventualmente de terceiros, da sociedade civil, do Senado. Eu acho que todos esses casos que tem uma grande repercussão, Senador, a Procuradoria, ela tem que ter uma cautela muito grande em receber as informações para que possa orientar o Conselho a proferir uma decisão que respalde o interesse da sociedade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E, sobretudo também, se me permite, Presidente, encaminhar procedimentos que possam muitas vezes constituir formas de mediar, no caso, por exemplo, os citricultores com os produtores de suco de laranja eventual hipótese de se constituir o Consecitrus, que poderia significar um entendimento entre as partes envolvidas. Obrigado.

SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao último orador inscrito, o Senador Flexa Ribeiro, lembrando que logo em seguida vamos ter a Audiência Pública para debater o crédito-prêmio do IPI, em atendimento a Requerimento do Senador Aloizio Mercadante, e seu aditamento, de autoria do Senador Raimundo Colombo. V. Exa. pode votar. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Garibaldi Alves, Exmo. Sr. Gilvandro Vasconcelos Araújo. Eu, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, V. Sa. já fez, na pergunta que o Senador Antonio Carlos Valadares consultou sobre o PLC nº 06. Eu perguntaria, se o Presidente me permitir, primeiro V. Sa. considera esta sabatina pelo Senado Federal para definir o Procurador-Geral do CADE como importante para a função? Gostaria que V. Sa. respondesse se é importante ou não a sabatina do Senado primeiro, para depois eu dar continuidade às perguntas.

SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO: Sr. Senador, na verdade são vários os procedimentos. Eu vou responder o senhor no que V. Exa. perguntou, são vários procedimentos de indicação dos procuradores. Algumas agências reguladoras não optaram por esse. Então há uma indicação do Presidente, às vezes do advogado da União. No caso do CADE, do Ministro da Justiça, sabatinado pelo Senado. Eu posso dizer que a experiência do CADE até hoje

tem sido muito válida, mas ela não é a única. Então, é muito difícil dizer para o senhor se ela é positiva ou é negativa. Eu acho válido. Hoje é válido e tem sido assim até hoje. Mas há outras formas de indicação do Procurador, que também têm sido respaldadas pela República. Então, em razão disso, eu digo a V. Exa. que há um contexto de indicações que são muito importantes. Todas elas são importantes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu fiz esse questionamento a V. Sa., porque o PLC 06 de 2009, ele traz, que reestrutura o CADE, ele traz algumas alterações. Uma delas, e eu gostaria de ter de V. Sa. também, qual o seu posicionamento com relação a esse Projeto de Lei, e quais as mudanças que V. Sa. sugeriria ao Projeto. Porque esse Projeto de Lei, ele retira do texto a questão do Procurador-Geral passar pela aprovação do Senado Federal. Ora, hoje o Procurador-Geral do CADE ele tem um mandato fixo, me parece de dois anos, e que aprovado pelo Senado Federal, no entendimento nosso, isso dá ao Procurador-Geral uma independência para que ele possa exercer a sua função da maior importância, porque é através do Procurador que vão passar todas essas questões de concorrência, para que possa dar o seu parecer. Se for retirado, essa independência do Procurador e for ele por indicação do Ministro ou do próprio Diretor-Geral do CADE, V. Sa. não acha que ficaria prejudicada essa independência? Não digo, não estou me referindo a V. Sa., mas de uma maneira geral, à função de Procurador-Geral do CADE. Então eu gostaria de ter a sua posição a respeito disso. E também gostaria que V. Sa. dissesse, no seu entendimento, quais as maiores dificuldades que o CADE enfrenta em suas demandas judiciais. Eram essas questões, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Dr. Gilvandro Vasconcelos.

SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO: Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. A pergunta que V. Exa. faz é muito interessante, e um pouco eu comecei a respondê-la anteriormente. Nós temos, dentro da República, uma série de indicações, não há uma forma única. Cada Legislação, ela optou por uma forma. Às vezes é o Presidente da Autarquia, no nosso Projeto de Lei, que está aqui no PL 06, é uma indicação conjunta do Presidente e do Superintendente, que entrariam em um acordo para indicar o Procurador e existe também a possibilidade de Procurador com mandato. O que eu acho essencial, e que como V. Exa. bem pontuou, é a independência. Eu acho que o Procurador que assume a função de uma autoridade como o CADE ou de outras agências reguladoras, ele tem que saber que está diante de uma política de

Estado, e por estar diante de uma política de Estado, ele tem que guardar uma independência de todos os setores que estão permeando a sua atividade. Isso é fundamental e eu acho que V. Exa. bem colocou e tenho certeza que esse é o entendimento do Senado. Agora, dizer para V. Exa. qual seria o melhor, isso eu acho que é uma situação muito difícil, porque todas as agências reguladoras e o próprio CADE, eles têm experiências positivas, então isso estaria dentro de um grau de subjetivismo muito grande. Poderia dizer a V. Exa. que hoje o sistema funciona muito bem, os procuradores têm feito excelentes trabalhos e a história demonstra isso, mas há também outras Autarquias em que os procuradores são muito bons, fazem um trabalho muito ativo e independente.

É difícil manifestar alguma coisa que eu acho que teria que ser mais impessoal, dentro de uma análise. Se V. Exa. me dissesse: *"Quero um posicionamento de todo jeito"*, eu diria que o mandato é bom, mas como eu bem pontuei a V. Exa., eu não vejo que isso seja um óbice intransponível para qualquer agência em relação a independência.

E em relação às dificuldades judiciais, Senador Flexa Ribeiro, hoje o que a gente tem de mais dificuldade é a duração dos processos. Nós temos uma judicialização constitucionalmente garantida e que deve ser, sim, respaldada, mas os processos demoram muito a serem decididos e isso traz um prejuízo substancial à sociedade. Então, levando em consideração que as decisões por regra são suspensas por liminares e a decisão definitiva, ela se protraí no tempo, a demora judicial, que é algo que é enfrentado pela sociedade em outros ramos, não só na concorrência, é um problema sério. E para isso é que nós temos tentado ser mais proativos, contestando em tempo econômico, comparecendo ao juízo de prontidão para apresentar as defesas do Conselho e demonstrar a importância de que assuntos de matéria econômica sejam dirimidos em tempo econômico. Então esse é um aspecto que a gente tem enfrentado. Espero ter respondido a V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu solicitaria ao Dr. Gilvandro, que eu também lhe pedi sugestões a respeito de alterações no PLC 6, se tem algumas sugestões. Pelo que eu entendi da sua resposta, V. Sa. é a favor do mandato. Eu acho, no meu entendimento, não é o CADE que tem que alterar a regulamentação para que tire a sabatina do Procurador-Geral. São as outras agências que tem que se submeter o Procurador-Geral também à sabatina do Senado. Porque como V. Sa. bem colocou, no caso de outras agências é o Presidente, ou melhor, do Projeto que tramita, é o Presidente e o Superintendente que,

de acordo, vão indicar o Procurador-Geral. No meu entendimento, isso tira a independência do Procurador-Geral. Então eu vou manter a sabatina do Procurador-Geral. E mais, vou ampliar, pela informação que V. Sa. nos deu, vou ampliar esta sabatina aos demais procuradores de outras agências. Mas eu gostaria que V. Sa. pudesse dizer então quais as outras sugestões de mudança do PLC 6 que está tramitando.

SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO: Bom, Senador, acho que como V. Exa. colocou, acho que é muito interessante essa postura de buscar uma uniformidade. Talvez V. Exa. tenha mesmo razão de que todas as agências devam ter mandato, eu acho que isso poderia ser um sistema mais profícuo para o país, é muito interessante a postura que V. Exa. colocou e a título de sugestão, isso pode soar repetitivo, mas de fato o CADE, ele tem uma deficiência hoje, de corpo técnico. O Projeto de Lei, ele cria os cargos. O CADE hoje, ele tem uma dificuldade de apreciar os casos, porque os casos já chegam para o Conselho concretizados. A aprovação prévia, ela é essencial. Eu diria a V. Exa. que nós estamos diante de um Projeto que poderia ter um ou outro detalhe aperfeiçoado, mas o seu conjunto e o seu bojo, ele é tão importante para a sociedade brasileira que eu acho que o clamor que surge de quem atua, dos servidores públicos, e eu posso dizer a V. Exa., um servidor público que estou há cinco anos na Autarquia, é que esse projeto possa ser de fato implementado e que o Conselho possa ter de novo uma estrutura apta a fazer respaldo aos desafios do país em matéria de concorrência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vou conceder a palavra ao Senador Marcelo Crivella, mas fazendo um apelo, para que possamos encerrar a votação e iniciarmos imediatamente a Audiência Pública sobre o crédito-prêmio de IPI. Então, com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, muito obrigado. Srs. Senadores, Procurador Gilvandro, eu estava, Sr. Presidente, atarefado no meu gabinete, mas assisti toda a nossa sabatina pela televisão. Nós estamos ao ar, estamos ao vivo na TV Senado. Gilvandro, V. Sa. procurou aqui expressar toda a sua preocupação com a livre iniciativa, com a defesa do consumidor, com a concorrência e a dificuldade também que o CADE hoje tem para acompanhar tantos processos e tantas demandas. Em uniões, em junções, em fusões de grandes empresas, não há outra maneira de vocês poderem ser ouvidos se não houver uma pré consulta. Senão, como você disse aí, nós perdemos o bonde.

Agora, há casos no dia-a-dia dos consumidores, que eu não sei como o CADE poderia intervir de maneira mais eficiente, efetiva e idônea. Por exemplo, nós discutimos aqui o caso da TV a cabo. O brasileiro assiste muita televisão. Nós temos televisões, praticamente 98, 99% dos lares brasileiros, até nas casas mais pobres. E nas áreas urbanas mais... Eu diria estáveis, televisão a cabo. Discutiu-se aqui sobre o não pagamento do segundo ponto da TV a cabo. Imediatamente as concessionárias deixaram de instalar. Se você hoje ligar, você pode fazer isso, se você ligar para uma concessionária e pedir um segundo ponto, ela não vai instalar porque ela vive sob a expectativa de que depois de instalado não vai poder cobrar. Eu apenas citei um exemplo, mas a economia, hoje, ela se autorregulamenta... Eu não diria se autorregulamenta, mas ela se defende nesse capitalismo, no nível de complexidade que nós temos no capitalismo globalizado, de uma maneira imediata. Como é que o CADE pode defender os consumidores em casos como esse, em que me parece que há uma nova ordem econômica. A ordem do lucro, a ordem de não perder. Antigamente se calculava o preço de um produto considerando o preço do material, o preço da mão-de-obra, mais 30% de lucro, 20% de lucro, 15% de lucro. As obras eram inclusive calculadas assim. Economia robotizada, não se tem mais essa fórmula, produtos com alta tecnologia, a parte da mão-de-obra é muito pequena, produtos eletrônicos são lançados a preços enormes e depois vão caindo a partir do momento que alcança a economia de escala. Você não acha que nós devíamos ter uma escola? Quer dizer, o CADE devia fundar, como o IBGE fundou a escola nacional de ciência estatística, o CADE deveria fundar uma escola de formação de profissionais que pudesse acompanhar essa nova tecnologia de mercado, que eu diria, é uma ciência, para que a gente possa manter todos esses princípios éticos que são os pressupostos do CADE. Gostaria de ouvir V. Sa. sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Dr. Gilvandro Vasconcelos.

SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO: Obrigado, Senador Marcelo Crivella. De fato, a preocupação que V. Exa. expôs é uma preocupação da sociedade brasileira. Para isso, dentro da secretaria de Direito Econômico, nós temos um órgão vocacionado para a defesa do consumidor, que é o DPDC, que articulado com os PROCONs, atua diretamente nesses problemas de consumo direto. No setor que V. Exa. fez referência, que é o setor de TV a cabo, esse é um mercado regulado, mercado que a ANATEL, ela observa, ela fiscaliza. E isso entra muito dentro do que eu tentei passar em alguns momentos antes, da

importância da concatenação e complementaridade das funções. Então, hoje a ANATEL faz uma análise e é importante que o CADE também faça essa análise no viés concorrencial, complementando, para saber se aquela regulação que foi idealizada pelo mercado, como V. Exa. fez referência de TV a cabo, do ponto de vista concorrencial ela também está aderente ao interesse da sociedade. Então, daí também a importância do Projeto de Lei que dá mais clareza na complementaridade dessas funções. Função da ANATEL, função do CADE. Será que aquela regulação, ela por si só satisfaz o interesse da coletividade, ou é necessário que a autoridade da concorrência também possa passar seus olhos e observar as necessidades do mercado? Então, eu acho que essas perguntas, essas colocações de V. Exa. são extremamente importantes e é uma preocupação corriqueira de todos que atuam lá no Conselho, porque o CADE também defende o interesse do consumidor como a própria Lei assim disciplina.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Exa. acha que cabe uma escola para nós estudarmos esses pressupostos éticos da concorrência e defesa do consumidor, isso já é uma ciência? V. Exa. acha que já devia ser estudado isso?

SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO: Senador, hoje, por exemplo, V. Exa. pode ter ideia que matéria de direito econômico, especificamente, só em dezembro de 2008 é que passou a ser obrigatório para os concursos de magistrados. Então eu ministrei aula de Direito Econômico numa faculdade, mas sei que em várias e várias faculdades sequer há disciplina de Direito Econômico. Eu, particularmente, sou um empolgado com o tema, eu utilizo isso não só na atividade profissional, mas também como pesquisador, como cientista, eu acho sim, acho super importante que a gente forme novos valores, que a gente debata isso na academia. Como a ética, como a atividade econômica, ela pode se relacionar de uma forma mais simplória a atingir os valores da sociedade. Eu concordo com V. Exa. acho que é uma excelente ideia e já me predisponho fazer parte, se V. Exa. entender que ela deva ser constituída.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Encerrada a sabatina. Quero me congratular com o Dr. Gilvandro Vasconcelos pela maneira clara e objetiva como respondeu as perguntas. E agora encerrada a votação, todos os Senadores já votaram. Eu convido, para apurarem os votos como escrutinadores, o Senador Jayme Campos e o Senador Roberto Cavalcanti.

Votaram 23 Senadores. Votaram 23 sim. Aliás, votaram 22 Senadores. Votaram 23? Não é possível,

eu estou tão acostumado com eleição e estou tropeçando nessa. Votaram 23 Senadores. Votaram sim, 22, e votaram não apenas, votou não apenas um. Não houve abstenção, consequentemente o Dr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo teve a sua indicação como Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, aprovado nessa Comissão de Assuntos Econômicos. A matéria agora vai ao Plenário do Senado Federal. Parabéns.

Vamos iniciar agora a segunda parte da nossa Reunião, com a Audiência Pública para discorrer sobre o crédito prêmio do IPI, em atendimento ao Requerimento nº 30/09-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e seu aditamento de autoria do Senador Raimundo Colombo. Convido para compor a Mesa o Dr. Roberto Gianetti da Fonseca, Presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, Funcex, Dr. Roberto está convidado a compor a Mesa. Convido o Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo, Presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. O Sr. Heleno Taveira Torres, Professor e Livre Docente de Direito Tributário da Faculdade de Direito da USP. O Dr. Francisco Augusto Gomes de Alencar, Coordenador-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial da Receita Federal do Brasil e ainda o Sr. Cláudio Losse, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. Lembro também que foram convidados o Economista Delfim Neto e José Roberto Mendonça de Barros, mas infelizmente eles não puderam comparecer, por terem compromissos já agendados.

Inicialmente vou conceder a palavra ao Dr. Roberto Gianetti da Fonseca, Presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, Funcex. Com a palavra o Dr. Roberto Gianetti da Fonseca.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu só gostaria de ser informado qual o critério da formulação das perguntas. Se é ao final da explanação de cada participante ou se ficarão todas as perguntas para o final total. Só esse esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem alguma sugestão?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu sugeriria que fosse ao ser proferido cada palestrante, porque isso nos daria a atualidade do tema. Porque se nós deixarmos para o final, determinados Senadores poderão até não estar aqui presentes. Então gostaria que, como sugestão, que fosse feito--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Cada palestrante--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A cada palestrante fossem feitas as... Delimitado o tempo da pergunta...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Seria submetido imediatamente--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Imediatamente, porque senão ao passar de tantos palestrantes--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. há de compreender que eu tenho que submeter ao Plenário, porque inclusive não é muito a praxe. A praxe aqui é ouvir todos e depois submetê-los. Mas vamos indagar do Plenário, submeter do Plenário a sugestão de V. Exa. Democraticamente.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Como são cinco expositores, a minha sugestão é o inverso, com todo respeito. É que a gente ouça os cinco, porque um assunto como... Há posições contraditórias, contraditórias, não, mas representando segmentos diferentes e depois a gente possa aí fazer as perguntas de forma mais ampla, então eu me posiciono exatamente na posição contrária.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador João Tenório, o que acha?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu acho que a proposição do Senador Roberto seria mais adequada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Lúcia Vânia, mesmo não sendo da Comissão, se quiser opinar, sua opinião será considerada. Opinião de V. Exa.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Muito obrigada, Presidente. Eu gostaria de ouvir todos os expositores para posteriores perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Aloizio Mercadante, que inclusive é o autor da proposta para a realização, ao lado do Senador Raimundo Colombo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, esse é um tema complexo, é uma matéria que vem tendo uma disputa judicial há mais de uma década, são centenas de pareceres de juízes, de juristas, de economistas sobre a complexidade da matéria, ela tem um impacto fiscal significativo e tem impacto para as empresas absolutamente decisivo. Então eu acho melhor nós iniciarmos com uma exposição, com toda transparência, para que cada um apresente de forma organizada as suas ideias, para

que a gente possa homogeneizar as informações e aí iniciar a fase de arguição. A minha única recomendação é que fosse feito com uma certa brevidade, dado o adiantado da hora e a complexidade da matéria, hoje nós temos um dia bastante difícil no Senado, muitas responsabilidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Osmar Dias concorda?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu acompanho meu líder Aloizio Mercadante.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Acompanha o Senador Aloizio Mercadante. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Neuto de Conto. Então eu peço desculpas ao Senador Roberto Cavalcanti, que evidentemente está muito bem intencionado, mas foi vencido pela maioria.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pelo menos não foi de zero, foi de dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Suplicy também.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estou de acordo com a maioria, com todo respeito ao Senador Cavalcanti.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem razão. Senador Renato Casagrande tem alguma coisa a dizer sobre o método, rapidamente aqui?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Obrigado pela confiança, você foi o único que confiou em mim.
[risos].

Vamos ouvir, então, a palavra do Dr. Roberto Gianetti da Fonseca, Presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Eu pediria, não costumamos aqui marcar para os convidados, marcar tempo, mas tendo em vista o adiantado da hora, será que nós poderíamos dar 10 minutos? 15, 15 minutos.

SR. ROBERTO GIANETTI DA FONSECA: Sr. Presidente, Exmo. Presidente Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores, Senadoras, senhoras e senhores empresários aqui presentes, meus companheiros de Mesa. Eu compareço aqui com muito prazer a essa Audiência, e agradeço ao Senador Aloizio Mercadante pela iniciativa, a meu ver muito apropriada e correta, de dar transparência e debate a esse tema.

Eu compareço na qualidade, antes de mais nada, de exportador. Eu sou um soldado da exportação há 35 anos, desde que me formei na Faculdade de Economia da USP, da Universidade de São Paulo, iniciei a minha atividade profissional como exportador brasileiro e com muito orgulho. Essa atividade de exportação é uma atividade que confunde muito o sentido, vamos dizer assim, empresarial, comercial, com um sentido também patriótico da... Enfim, da venda do produto brasileiro lá fora, da conquista de mercado, do fortalecimento da imagem do Brasil como um país competitivo, eficiente. E isso nos dá muito orgulho em realizar esse trabalho e eu o tenho feito por 35 anos e, portanto falo aqui dessa experiência, nesse tema que é tão importante, eu diria vital para a atividade exportadora brasileira. Quero esclarecer também aos senhores, antes de começar esse tema, de que a atividade de exportação, segundo cálculos que a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, a qual eu dirijo, que é uma fundação que também tem a idade de 35 anos, coincidentemente, e que ela fez uma estimativa de que para cada um bilhão de dólares exportado, gera-se 60 mil empregos diretos. Esse é um número que já está bastante referido e consolidado no mercado, como um número correto de avaliação da geração de empregos através da exportação. Quando nós falamos então no Brasil, que no ano passado atingiu 200 bilhões de dólares de exportação, Srs. Senadores, nós estamos falando de uma atividade que gera 12 milhões de empregos, e num país que hoje atravessa uma crise de emprego, diante desse cenário entre a conjuntura diversa internacional, nós estamos falando da preservação ou talvez até da expansão desses 12 milhões de empregos que nós hoje temos no Brasil, relacionados diretamente à atividade exportadora.

Eu vou passar rapidamente aqui um Power Point para dar a ideia para os senhores do histórico do crédito-prêmio, para que haja melhor entendimento. Próximo slide, por favor. Bom, a história do crédito prêmio começa com a edição de um Decreto-Lei nº 491, em 1969, que foi feito com o objetivo de fazer a desoneração tributária e ressarcimento de tributos da cadeia produtiva exportadora. Como os senhores sabem, a estrutura tributária no Brasil, não é de hoje, é de baixa qualidade. Baixa qualidade porque nós temos múltiplos impostos e muitos deles de natureza cumulativa, que não são compensáveis ou reduzidos, ou não são eliminados na cadeia produtiva exportadora, criando um resíduo tributário nada trivial, coisas acima de 15, 20% que sobra como custo de exportação no final da cadeia produtiva exportadora. Esse foi o objetivo do crédito-prêmio, eliminar esse resíduo tributário. Como consequência, a pauta de exportação do Brasil, que

era então altamente concentrada em produtos primários, commodities como café, algodão, açúcar, se tornou uma pauta diversificada. Expandiu o mercado, se expandiu a pauta e introduzindo centenas ou milhares de produtos manufaturados na pauta de exportação do Brasil. E o que nós assistimos na década de 70 foi uma verdadeira revolução na pauta exportadora brasileira, que teve como consequência a sobrevivência do Brasil aos dois choques de petróleo e, enfim, mesmo na situação debilitada que nós ficamos na década de 80, foi a exportação brasileira que sustentou o Brasil nos piores momentos de crise.

O Brasil precisa exportar, porque antes de mais nada precisa dar garantia de pagamento das suas importações, e no caso da importação de petróleo, na época era dramático, a importação de alimentos como o trigo, a importação de máquinas e equipamentos que nos faltam para a expansão e novas tecnologias do nosso parque industrial e o pagamento de serviços, os dividendos, juros, enfim tudo que temos que pagar em relação às contas correntes externas do nosso país. É a exportação que faz esse trabalho de dar uma garantia permanente de recursos em moeda externa para as obrigações do país.

No final da década de 70, medidas contraditórias e algumas delas já consideradas inconstitucionais do Executivo, ora objetivavam encerrar o crédito-prêmio em 83, ora mantinham, prorrogavam a sua vigência, estendendo sua aplicação, e com isso se criou um verdadeiro imbróglio jurídico, que gerou o litígio que até hoje estamos assistindo. Em 1990 começam a crescer os litígios... Próximo slide, por favor. Porque a sobrevalorização cambial e as contribuições cumulativas agravaram a competitividade das exportações brasileiras, e aí proliferaram medidas judiciais na maior parte... Aliás, na maior parte, não, na totalidade das vezes favoráveis às empresas exportadoras, permitindo o creditamento do crédito-prêmio e a compensação tributária, seja por meio de liminares ou decisões transitadas em julgado nos tribunais superiores.

Exmos Srs. Senadores, se criou nesse país, durante a década de 90, uma absoluta jurisprudência a respeito da validade e da vigência do crédito-prêmio. Eu trouxe aqui essa pilha de documentos, que são processos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, decisões transitados em julgado de dezenas de Juízes. Todos eles aqui nomeados, dando parecer favorável às empresas exportadoras. São mais de 150, transitados em julgados e 18 acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, dizendo que o crédito-prêmio estava em vigor. Portanto, todos os exportadores que na década de 90 e na primeira metade da década de 2000 usaram o crédito-prêmio como um fator de deso-

neração tributária das exportações, em primeiro lugar, digo isso, o fizeram em boa-fé, porque acreditaram na Justiça brasileira, acreditaram que havia segurança jurídica no nosso país. E foi com base nisso que elas conseguiram exportar e gerar os saldos comerciais que deixaram esse país de pé em 99, quando houve outra crise de problemas externos, com a debandada de capital. Quem estava lá para manter os recursos externos para deixar o país funcionando fomos nós, exportadores, mas certamente usando dos recursos que nos eram atribuídos pela Justiça de creditar os tributos não desonerados na exportação.

Acontece que em 2004, próximo slide, em 2004 há uma divergência entre duas turmas do Superior Tribunal de Justiça pela primeira vez na história. Entrou novos juízes no Superior Tribunal, novos juízes entraram no Superior Tribunal de Justiça, e acharam que o crédito-prêmio tinha terminado em 83 e essa divergência gerou uma sessão especial, que num primeiro momento prevaleceu a União, a Fazenda, dizendo que o crédito-prêmio havia terminado em 83, mudando toda a segurança jurídica que até então tínhamos por 150 processos já admitidos, transitado em julgado. Mas, a história não terminou aí. O Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a transferência de delegação do Presidente da República para o Ministro da Fazenda em 79, para terminar o crédito-prêmio. Essa inconstitucionalidade da delegação de poderes, de poderes de atribuição, fez então que este Senado Federal, do qual os senhores fazem parte, através da resolução 71, de dezembro de 2005, internalizasse essa decisão do Supremo Tribunal Federal e declarasse que o crédito-prêmio está em vigor. O texto da resolução 71 está inclusive nesse caderno que foi distribuído aos senhores. Próximo slide.

Portanto, por mais de 15 anos, como digo aqui nesse slide, houve na verdade 51 acórdãos, 34 decisões monocráticas no STJ e mais dezenas de decisões no STF, julgando o crédito prêmio como uma jurisprudência pacífica a favor do exportador brasileiro. Próximo slide.

Todos esses Ministros, cujos nomes estão aí, não vou ter necessidade de ler, mas Ministros conhecidos, grandes juristas brasileiros, votaram a favor dos exportadores no crédito-prêmio. Apenas cinco, que são esses que estão embaixo, mudaram de opinião em 2004 e disseram não, que o crédito-prêmio havia acabado em 83. Acontece que a resolução 71 do Senado proporcionou uma nova sessão especial das turmas do Superior Tribunal de Justiça e que por nova decisão deram causa aos exportadores por sete a dois. Próximo slide, por favor.

Deram causa aos exportadores e, portanto, aí houve uma posição da Ministra Eliana Calmon, que colocou que se não terminasse em 83 o crédito-prêmio teria terminado em 90, por causa das disposições transitórias da Constituição de 88, dizendo que todos os incentivos setoriais que não fossem expressamente ratificados no prazo de dois anos, estariam automaticamente extintos.

Acontece, senhores, e eu não vou entrar no mérito jurídico ou técnico disso, mas a exportação não é setor. É um vício jurídico nós falarmos setor exportador. A exportação é atividade que permeia todos os setores da economia, desde a agricultura, indústria, mineração, metalurgia e serviços, inclusive os serviços, a exportação de serviços. Nós estamos em todos os setores da economia. Próximo slide. E esse tema se encontra hoje para julgamento do Supremo Tribunal Federal. É ou não setor e se for setor terminou em 90, se não for setor está em vigor até hoje.

Portanto, é importante que os senhores tenham noção desse ponto. Ou terminou em 90 ou está em vigor até hoje. Essas duas datas que estão em julgamento hoje. E a decisão da justiça, ela tem que ser oito ou oitenta, dificilmente eles vão poder achar um ponto intermediário. E o que acontece? Se a União vencer e dizer que terminou em 90, todas as empresas que, em boa-fé, compensaram o crédito-prêmio contra impostos federais vão ter glosadas as suas compensações e vão ser cobrados retroativamente desde 90, com multa de 150% sobre o valor compensado.

Há empresas de capital aberto, e são dezenas ou centenas, empresas importantes, exportadoras brasileiras que serão economicamente afetadas de forma grave. Algumas ficarão com patrimônio líquido negativo, perderão crédito no setor financeiro, terão a sua própria capacidade de investimento e de financiamento de capital de giro extremamente abalada. Portanto, os efeitos de uma decisão a favor da União seria de enorme gravidade para os exportadores brasileiros. Porém, se os exportadores ganharem e está em vigor até hoje, nós também vamos ter um grave problema fiscal, e nós não podemos nos abstrair dessa hipótese, que é uma hipótese também grave, porque o nosso cálculo, o valor potencial até hoje do crédito-prêmio devido pela União até hoje seria de 180 bilhões de reais, portanto, é um valor bastante significativo, que levaria a um rombo fiscal que não temos a menor intenção de causar ao nosso próprio Governo, nosso próprio país.

Diante dessa... Vamos chamar assim, desculpe a expressão, sinuca de bico, surge... Próximo slide, a opção de passar, superar essa posição do Supremo Tribunal Federal, que vai considerar ou não se trata de incentivo fiscal de natureza setorial ou não, e passar

para uma negociação de um acordo que possa achar um ponto de equilíbrio econômico e jurídico para os dois lados. Próximo slide.

Todos esses senhores aqui, grandes juristas brasileiros que eu também não vou ler, para não perder tempo, o nome, mas muitos deles conhecidos dos senhores, são pessoas, são juristas de grande credibilidade, economistas e juristas que já se pronunciaram a favor dos exportadores nessa questão que está hoje em julgamento no Supremo Tribunal Federal. São pessoas que já deram parecer, pronunciamento público, e, portanto mostra que nós temos absoluta razão na nossa causa. Próximo slide.

Então, a ideia é nós fazermos uma negociação, e essa negociação surgiu por iniciativa recíproca, e aqui eu faço questão de referendar por iniciativa recíproca, não fomos nós que fomos bater na porta da Fazenda para pedir acordo, ao contrário, nós atendemos o convite da Fazenda para um diálogo construtivo de achar uma solução economicamente, juridicamente equilibrada para as partes, e aí surgiu a ideia de fazer uma emenda para a Medida Provisória 449, que infelizmente não houve tempo para essa negociação concluir, e nós estamos agora na iminência de concluir uma negociação para que haja um texto consensual entre a Fazenda e os exportadores, que traga uma solução ao Congresso para aprovação de uma emenda numa próxima Medida Provisória que vier em curso nesta Casa. Próximo slide.

A ideia é que nós teríamos como data de corte a data de 31 de dezembro de 2002. Data essa em que nós julgamos importante por várias razões. Primeiro, porque foi a partir de 2002 que o PIS COFINS, que é o principal elemento de custo tributário dos exportadores, porque até então ele era cumulativo, ele não era compensável, a partir de 2003 surge, portanto, a não cumulatividade do PIS COFINS e torna, portanto, o resíduo tributário menor para os exportadores. Portanto é uma data em que houve de fato uma redução do resíduo tributário. Em segundo lugar, até 2004, como eu falei há pouco, era absolutamente permitida a compensação, inclusive por medidas judiciais. Foi a partir de 2004, com a mudança de posição do STJ, que passou a ser temerária a compensação. Quem o fez a partir daí, claro, o fez sabendo do risco. A alíquota de 15% é outra referência importante, que é valor que nós achamos como média do resíduo tributário de todos esses anos que vão de 1990 a 2002. Próximo slide.

Depois, a taxa de câmbio a ser considerada, o valor de atualização dos valores, tudo isso foi trabalhado de forma a achar os parâmetros justos, adequados, para que essa contabilidade seja feita de forma

inequívoca, seja pelos exportadores, seja pela Receita Federal. Próximo.

A forma de habilitação. Os exportadores que aderirem, é voluntário esse acordo, os exportadores que aderirem à transação, eles têm que desistir nos autos do processo em curso, de todos os créditos posteriores a 2002, inclusive alguns vão ter que devolver, quem creditou a partir de 2003 vai ter que devolver, se houver essa data de corte de 2002. Os documentos tem que ser apresentados. Documentos que comprovem que as exportações ocorreram. O *bill of lading* ou conhecimento de embarque, o contrato de câmbio, a nota fiscal de exportação, para comprovar, evitar tanto quanto possível que haja fraude, que haja qualquer tipo de vício nessa homologação dos créditos tributários. Próximo slide.

Enfim, a lei vai tratar também das compensações já efetuadas, dos que não compensaram como vão receber os seus créditos em forma de certificados de crédito fiscal com prazo de dez anos para recebimento em dinheiro ou utilização para pagamento de dívidas inscritas na dívida ativa da União, lembrando que o setor privado, hoje, tem uma enorme dívida ativa com a União e que parte dessa dívida ativa poderá ser paga com os títulos do crédito-prêmio. Portanto, não há desembolso para o Governo. Isso é muito importante deixar claro. Ninguém está propondo que o Governo hoje vá pôr a mão no bolso ou reduzir o orçamento para tirar bilhões de reais e pagar os exportadores, o que nós queremos é que esses títulos que aqueles que não tiveram compensado, possam usar esses títulos para pagar a dívida ativa sua ou de terceiros que tenham a pagar. E, portanto, há um grande encontro de contas, saneando a relação entre o Estado e os exportadores, ou setor privado que tem, portanto, a condição de fazer um encontro de contas de efeito anticíclico no momento de recessão. Próximo slide.

Bom, aí tem a transferibilidade dos certificados de crédito fiscal, a eventual conversão em fundos de investimento em infraestrutura, que poderia ser usado inclusive para desenvolver projetos de interesse nacional e rendendo recursos aos exportadores que investirem nesses fundos. Próximo slide.

Bom, e aqui entramos na questão da conta. Nós apresentamos a nossa conta com muita clareza. Temos visto muitas versões, inclusive algumas apócrifas, anônimas, que circulam pela imprensa, dando números fantásticos de 400 bilhões, 300 bilhões. Esses números são fantasiosos, senhores. O número cujo... Nós temos a memória de cálculo, temos toda... O professor Belluzzo falará com muito melhor competência do que eu, os números estão aí. Nós temos a série histórica de exportações... Próximo slide. Fizemos uma pesquisa

com cerca de 300 exportadores brasileiros, dos quais 275 responderam, 105 deles tem processo judicial em curso, 40 não souberam ou não quiseram responder e 130 não haviam ingressado com medida judicial até aquele momento. E dessas 105, 60 já haviam compensado todo ou parte, 22 não haviam compensado nada ou quase nada, e 23 não souberam responder. Próximo slide.

Fizemos uma metodologia de cálculo buscando com os melhores economistas brasileiros a forma de calcular a estimativa desse valor. Próximo slide. Essa metodologia foi aplicada com a alíquota de 15%, no período de 1991 a 2002. Próximo slide.

E nós chegamos, então, a esses valores que estão aí embaixo colocados, que nós tínhamos um saldo de crédito no valor médio de quase 53 bilhões de reais, dos quais 72% já compensados, esse é um ponto importante, porque como havia uma ampla vitória dos exportadores na Justiça, a maior parte desses créditos já foi compensado. O que nós estamos falando aqui é de evitar a glosa dos créditos que foram de boa-fé e legitimamente feitos pelos exportadores e pagar aquilo que não foi pago aos outros que pediram administrativamente, não compensaram, mas não tiveram seu direito reconhecido na Fazenda Nacional. Próximo slide.

Enfim, a solução negociada, ele estanca um esqueleto fiscal que se a cada ano. Nós não podemos deixar isso prosperar. É uma irresponsabilidade deixar esse assunto não resolvido, porque daqui a 10 anos, os 180 bilhões, que é o valor do crédito-prêmio até hoje, vai ser 500 bilhões. Não resolver esse assunto é uma irresponsabilidade, e ao mesmo tempo, voltar para trás retroativamente, cobrar dos exportadores aquilo que é legitimamente direito deles, é também algo de uma injustiça atroz. É colocar o Brasil com a insegurança jurídica total, porque nem os atos referendados pela Justiça estão sendo respeitados. O cancelamento de cerca de 60% do volume potencial de crédito tributário até a presente data, nós damos prazo para pagamento daquilo que ficar devido, renunciamos aos valores, que, portanto é o cancelamento de cerca de 60% do volume no período 2003/2008, esses recursos não são estéreis, esses recursos voltam para a economia, vão gerar investimento, vão gerar riqueza, vão gerar emprego. Vai equacionar... Milhares de empresas hoje estão com seus balanços prejudicados, muitas delas com provisão, porque foram autuadas pela Receita de forma também, a nosso ver, inadequada. E vai recuperar a segurança jurídica no nosso país, que é um ponto importantíssimo para o investimento e para o ambiente econômico que nós temos que criar no país. Próximo slide.

E nós concluímos dizendo então que essa transação específica é fundamental e que houve também um tema recente que é o caso da alíquota zero, que gerou uma dívida de quase 100 bilhões de reais do setor privado para a União, que vai poder ser, em grande parte, compensado com o crédito-prêmio. Então, a nosso ver esse é um tema que merece dos Srs. Senadores a maior atenção, porque nós vamos estar aqui resolvendo um tema de grande importância para o país, para a economia brasileira, e evitando que uma decisão da Justiça, seja ela qual for, traga como consequência um prejuízo fiscal ou um prejuízo econômico de péssimas consequências e efeitos na economia brasileira.

Muito obrigado, Srs. Senadores, pela atenção. E estou à disposição depois para as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Dr. Roberto Gianetti da Fonseca, Presidente da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, Funcex, e concedo a palavra ao Sr. Frederico Augusto Gomes de Alencar, Coordenador-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial da Receita Federal do Brasil.

SR. FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR: Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores, senhoras e senhores. A proposta que se discute aqui, de forma implícita, tenta alterar a data de extinção do crédito-prêmio do IPI, de 83 para 2002, como se viu. Objetivamente o que se pretende é a concessão de benefício fiscal com data retroativa, aproveitando-se de um momento de intensas discussões judiciais que ainda não foram definitivamente resolvidas. A repercussão financeira, caso a proposta venha a ser aprovada, será extremamente prejudicial ao país, algo em torno de 144 a 288 bilhões de reais, considerando-se o corte em 2002 como proposto.

A concessão de benefício como proposto certamente suscitará questionamentos na Organização Mundial do Comércio, outro ponto, por violação de tratados internacionais com potenciais pesadas sanções internacionais a produtos brasileiros. De se ressaltar também que em 1995 foi criado o crédito presumido de IPI, através da lei 9363, de 96, crédito esse, crédito presumido ainda vigente e que tem a mesma função do crédito-prêmio de IPI, que é desonerar a cadeia produtiva, ressarcindo o PIS e a COFINS, sendo que o crédito presumido é calculado de acordo com as normas da OMC. Aceitar a vigência do crédito-prêmio de IPI seria conceder dois benefícios com a mesma finalidade, além das consequências já citadas anteriormente do que tange ao descumprimento de tratados internacionais.

A aceitação da proposta, ainda, poderia suscitar mais teses jurídicas, alegando o reconhecimento

implícito de que o crédito-prêmio do IPI não teria sido extinto em 83, então o cenário ficaria aberto à possibilidade para questionamentos judiciais que extrapolariam o acordo proposto, elevando o potencial de repercussão financeira negativa para algo entre 245 e 400 bilhões de reais.

Por fim, é de se alertar para o fato de que questões jurídicas relativas ao crédito-prêmio de IPI permanecem sob discussão no STF, não sendo dessa forma conveniente trazer ao ordenamento jurídico novas disposições relativas ao tema que poderiam dar margem, repito, a interposição de inúmeras ações judiciais por empresas não beneficiadas pelo acordo ou que não concordassem com seus termos. É isso que eu tenho a dizer. Muito obrigado, senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já terminou? A Receita não fala, cobra não é?

[risos].

Concedo a palavra... Pois não. Com a palavra, novamente, o Dr. Frederico Augusto Gomes de Alencar.

SR. FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR: Presidente, só um aparte para dizer que o Sr. Cláudio Losse, nosso colega da Receita, que vai detalhar mais a parte do [ininteligível]. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. pela sua exposição, Dr. Frederico Augusto Gomes de Alencar. E concedo a palavra ao Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo, Presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente do Palmeiras.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Também do Palmeiras.

SR. LUIZ GONZAGA BELLUZZO: Eu quero agradecer a menção à minha condição de Presidente do Palmeiras, que é o posto que mais me honra nesta República. Mas todos têm o direito de errar, ainda que com boas intenções, Presidente. Mas, eu queria agradecer o convite que me foi feito por essa Comissão, e eu estou aqui para tentar esclarecer a questão, e fazer inicialmente uma saudação aos meus amigos Senadores que são muitos, e eu estou aqui para esclarecer a questão do ponto de vista do interesse público. Quero dizer que como Presidente do Centro Celso Furtado, eu não posso tomar partido nessa questão, mas tentar esclarecê-la do ponto de vista do interesse público e do interesse da execução de uma política econômica racional e adequada para um país em desenvolvimento.

Então, a primeira questão que eu queria lembrar é que nos anos 80, fazer uma gênese aqui, nos anos

80 a ofensiva dos países desenvolvidos para conter as políticas de desenvolvimento dos países hoje conhecidos como emergentes, foram bastante agressivas. E entre elas se inscrevem os projetos de reajuste ou de ajustamento estrutural das economias. É no bojo desses projetos que vieram essas inibições ao uso de incentivos e de subsídios as economias emergentes. Eu vou ler aqui um trecho de um parecer que eu escrevi, na verdade é uma citação do Economista **Dani** Rodrick, que eu gostaria que os senhores atentassem para o espírito dele. O Economista **Dani** Rodrick, que é Economista de comércio internacional, conhecido, ele diz o seguinte a respeito dessas iniciativas: *“As regras para admissão na economia mundial não só refletem a despreocupação com as prioridades do desenvolvimento, como são alheias aos princípios econômicos mais sólidos. As regras sobre antidumping, incentivos e medidas compensatórias, agricultura, testes e propriedade intelectual, não tem qualquer outra razão econômica, a não ser os interesses de um conjunto limitado de grupos poderosos de países industrializados. É difícil vislumbrar as vantagens dessas regras para os países em desenvolvimento. Os códigos que definem os padrões financeiros estão fortemente apoiados no estilo anglo-americano de governança das empresas, isto é, no modelo de baixo comprometimento dos bancos com as empresas. Trata-se, na verdade, de vedar o caminho alternativo seguido muitos anos por países hoje desenvolvidos, como Alemanha, Japão e Coreia do Sul”*. O que eu queria dizer, e há outros testemunhos como da Economista Alice Amsden, que diz que as políticas de estímulo creditício e fiscal desenvolvidos pelos países ou criado pelos países em desenvolvimento na década de 60, foram sendo progressivamente abalroados pela ideologia de que os países deveriam, na verdade, abandonar esses incentivos e estímulos para continuar crescendo. E eu queria dizer que, lamentavelmente, as burocracias públicas brasileiras capitularam diante da pressão internacional e se juntaram, se transformaram em forças internas de agressão aos interesses dos países em desenvolvimento. É nesse contexto que se situa essa discussão. É nesse contexto que na verdade se dá esse debate. Porque eu vou deixar o Heleno Torres dizer da colisão ou não colisão do crédito-prêmio com as normas da OMC.

Na verdade, o que é o crédito-prêmio? A palavra crédito-prêmio dá uma ideia equivocada a respeito dessa medida de política econômica. O crédito-prêmio na verdade é uma desoneração tributária para permitir que o país tenha condições de competir em igualdade, em pé de igualdade com outros países. É o chamado Tax Rebates, é o chamado reintegro, que é uma

forma perfeitamente admissível na OMC para você desonerar os impostos que são carregados ao longo da cadeia produtiva. Então, trata-se de uma medida de equanimidade, de equilíbrio entre os países que estão envolvidos no comércio internacional. Mais do que isso, nesse momento de crise, meus senhores, exportar imposto é um crime contra a nação. Mais do que isso, os chineses estão dando, além de Tax Rebates, estão dando incentivos fiscais, estão invadindo os nossos mercados, como é o caso da Argentina e de outros países. A conta de 400 bilhões é uma ficção. Eu fiz a conta direitinho, com o concurso da minha sócia Maria de Fátima Carneiro da Cunha de Mello Belluzzo, ex-auditora da Receita Federal, uma pessoa de competência única, nós fizemos a conta e isso dá um saldo até 2002 de 69 bilhões. Eu posso depois me reunir com os nossos companheiros da Receita Federal e fazer essa discussão abertamente, para ver quais são os critérios que eles usaram, eu não tenho nenhuma intenção de esconder os fundamentos do nosso cálculo, mas digo aos senhores que os fundamentos dos nossos cálculos estão baseados em premissas muito bem cuidadas e cuja consistência eu posso defender em qualquer foro.

Quero dizer que esse debate sobre o crédito-prêmio tem uma outra dimensão muito importante, que é o fato de que como disse o Roberto, a jurisprudência até recentemente, até 2004, reafirmou a existência do crédito... Não quero treinar nessa matéria jurídica, que a despeito de ter cursado a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, não me sinto competente para tanto, como para tantas outras coisas. Mas eu queria dizer que isso tem um efeito econômico devastador sobre as empresas brasileiras que compensaram o crédito-prêmio baseadas ou fundadas em decisões judiciais. Eu quero dizer, repetir a frase que acho que é do Ministro Pedro Malan que vai confirmar a frase do Ministro Pedro Malan que diz que no Brasil até o passado é incerto. Isso é muito grave, isso é de uma enorme gravidade. Então, o que é preciso que seja dito é o seguinte, nesse momento o que não se pretende impor ao Estado Brasileiro um dano fiscal, um prejuízo fiscal, o que se pretende é fazer um acordo de modo que se minimizem os efeitos negativos tanto sobre o erário quanto sobre o balanço das empresas. Os senhores já imaginaram ter que desconstituir os balanços, ter que rever os balanços sobre os quais já foram pagos impostos, como Imposto de Renda, por exemplo, e essa discontinuidade (F) dos balanços significa o quê? Significa que as empresas vão mergulhar num prejuízo, apresentar patrimônios líquidos negativos, quando elas decidiram na base de decisões judiciais, que confirmavam a existência do crédito-prêmio.

O que está se discutindo aqui é a inconveniência de que uma decisão judicial que só pode ser polar, ou é um ou é outro que ganha, acaba acarretando ganhos e prejuízos ou para as empresas ou para o erário. O que está se propondo e essa... Eu quero dizer o seguinte, que a minha participação nessa discussão se deu, não porque eu tivesse me apresentado para resolver o problema, mas porque me foi demandado conjuntamente pela FIESP e pelo Governo, para que eu participasse como Consultor. Então eu estou aqui como uma pessoa que não tem compromisso nem com um lado nem com outro. Me foi pedido para que eu participasse. E eu estudei a matéria, dei vários pareceres, fiz vários estudos e cheguei à conclusão que não há uma solução judicial, a partir de uma decisão judicial para isso. É preciso que se faça esse acordo, se faça o encontro de contas, para que o erário não sofra prejuízo e para que as empresas não sejam gravemente prejudicadas nos seus balanços. Vou repetir, para terminar, o que eu disse no começo. Nós estamos aqui... Não é uma disputa entre opiniões de alguns consultores ou algumas pessoas e a Receita Federal. Isso é uma questão de interesse público, de nós nos livrarmos de um esqueleto que está aí pendurado, ameaçando, quer o erário, quer as empresas permanentemente. Então nós temos que agir com interesse público e decidir de forma a que o Brasil defenda as suas prerrogativas, e eu vou dizer mais, não é possível mais, não é admissível como eu tenho visto, que a política econômica, as decisões de política econômica fiquem sujeitas às ameaças de burocracias não eleitas. Isso é uma função do Senado Federal, do Congresso Nacional, de impedir que as burocracias não eleitas se imiscuam e decidam no lugar daqueles que foram eleitos pelo povo. É quem dá legitimidade a eles, eles não tem legitimidade originária. A legitimidade deles é decorrente da legitimidade de vocês, como é claro no regime democrático e parlamentar, em que o Parlamento tem um papel importante. Desculpem eu me imiscuir nessa questão, mas acho que é uma questão importante, porque as burocracias não eleitas estão começando a se imiscuir demasiadamente na política econômica e isso é uma função do Governo eleito, do Executivo e do Parlamento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo, Presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e do Palmeiras.

[risos].

E concedo a palavra ao Dr. Cláudio Losse, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

SR. CLÁUDIO LOSSE: Sr. Presidente, demais membros da Mesa presentes, já é boa tarde, né? Eu... Meu perfil é mais técnico, então a minha conversa vai ser um pouco mais técnica, pretendo não entrar muito em detalhes, porque realmente não é o objetivo aqui nem haveria tempo para isso. Mas eu trabalhei na fiscalização do IPI durante 12 anos e hoje estou na Delegacia de Julgamento e milito com o crédito-prêmio e com insumos de alíquota zero já há mais de dez anos. Então eu acompanhei essa evolução e fiz um pequeno resumo, que entreguei para os senhores aí, e gostaria de fazer alguns detalhamentos em relação ao que o nosso colega aqui disse.

Em primeiro lugar, o crédito-prêmio, ele foi criado para quê? Ele foi criado para desonerar os tributos existentes na cadeia produtiva de produtos exportados, então vou dar um exemplo bem simples: eu tenho essa cadeia aqui que eu estou sentado, ela tem tecido, ela tem plástico, ela tem parafuso. Então, o parafuso vem lá desde a mina de ferro que vai para a siderúrgica, a siderúrgica vende para a fábrica de parafuso, que vende para a fábrica de cadeira, e o plástico também sai lá do Pólo Petroquímico, que vai para a indústria de plástico e daí para a indústria de cadeira. Então essa cadeia produtiva há uma incidência de tributos, e se esses tributos forem carregados no produto final, esses tributos vão ser exportados e com isso vai se, digamos, inflar o chamado custo Brasil de exportar tributo. Então, a função do crédito-prêmio era essa, os tributos desonerados à época eram outros, porque estavam sob a vigência de um sistema constitucional distinto e então o crédito prêmio tinha essa função.

Os acordos internacionais a que várias pessoas se referiram aqui, eles tiveram uma rodada chamada Rodada Toque 79, e depois a Rodada Uruguai em 94. Então, eles estão confirmados, consubstanciados em Decretos Legislativos e do Executivo e eles dizem explicitamente o seguinte, que fica vedada a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a indústria em função do seu desempenho de exportação, ou seja, você não pode premiar, dar incentivos fiscais aos industriais em cima das saídas do valor das exportações, só em cima do valor das entradas, da compra de matéria-prima, da compra de... Do custo de produção do tecido, do plástico. Então, a OMC não aceita mais uma tributação, um prêmio sobre o valor da exportação. Por que isso? Porque isso distorce extremamente a desoneração e dá margem a que o Governo Federal de qualquer país ele use isso como um, digamos, um dumping ao contrário. Então se eu quero incentivar a exportação de óleo de soja, eu pego e boto uma alíquota do crédito-prêmio na TIPI lá do crédito-prêmio de 30% e com isso eu estou fazendo o

quê? Estou dando um subsídio direto àquele produto e provocando uma concorrência desleal no mercado internacional. Então, quando você calcula pela saída, você pode ter essas distorções, isso que aconteceu. A alíquota, vamos já aproveitar e falar disso, a alíquota proposta de 15% não é mediana, ela é uma alíquota máxima prevista no Decreto-Lei 49169. Essa era a alíquota máxima. Qual era a regra? A alíquota da TIPI, ou seja, a alíquota do IPI no mercado interno limitada a 15%. Então, muitas empresas não tinham o crédito-prêmio na época. Muitas empresas tinham 10%, muitas tinham 5, algumas estavam fora do benefício. Aí, durante os anos que se seguiram, o Ministro da Fazenda editou inúmeras, eu cataloguei cento e tantas ou mais portarias, que mudaram essas alíquotas e ultrapassaram esse limite para alguns exportadores, excluíram do benefício, por exemplo, suco de laranja, foi excluído desde 81, suco de laranja não tinha mais benefício. Então, as alíquotas, em primeiro lugar, a máxima era 15%, não é uma alíquota média. E segundo lugar, tem empresas que, quando o benefício estava vigente, não tinham direito a ele. Então, se estaria dando direito agora para alíquota máxima a uma empresa que desde na época que o benefício era vigente teria esse direito. Seria uma grande injustiça.

Vamos falar, detalhar a questão do crédito presumido. Então, a partir de... Com o novo sistema tributário tivemos novos tributos e a partir de 95, através de MPs, depois a lei 9363, houve a introdução do crédito presumido de IPI. Qual é a função do crédito presumido de IPI? Exatamente a mesma função do crédito-prêmio, certo? Só que quais os tributos que nós tínhamos cumulando na cadeia em 96? Quais os tributos? PIS e COFINS. Contribuição PIS e a COFINS. Então o crédito presumido, ele através de uma alíquota calculada sobre as entradas, que aí você tem uma coerência entre a desoneração da cadeia, porque as entradas, elas dimensionam mais essa desoneração e as saídas não tem nada a ver. As entradas deve-se ter uma medida mais real da desoneração. Então, foi desde 95 concedido a desoneração dos tributos que eram cumulativos à época, que era PIS e COFINS. Aí em 2002, novembro de 2002 a contribuição para o PIS deixou de ser cumulativa e em 2004 a COFINS. Então, hoje, discordando do nosso primeiro orador disse, nós não temos mais nenhum tributo cumulativo na cadeia. Então, não tem mais nada cumulando hoje, porque o ICMS, o exportador quando exporta ele tem direito a se creditar e é ressarcido em dinheiro. É uma grita grande dos Estados porque para eles é péssimo exportar, porque além de eles não ganhar o semestre exportar tem que devolver o crédito. E no IPI, desde 69 há o direito a que o exportador se ressarça do IPI... Ele além de

não pagar porque o IPI é imune nas exportações, ele ainda é ressarcido do IPI. Então, o ICMS não cumula mais, o IPI não cumula há muito tempo, COFINS não cumula mais e PIS não cumula mais para as empresas tributadas pelo lucro real, que são quase todos exportadores. Então não temos praticamente mais cumulatividade na cadeia, certo?

Outra coisa que eu gostaria de falar, segurança jurídica. No caso da alíquota zero, não vou entrar em muitos detalhes agora, mas seria o direito a crédito quando eu adquiro materiais que não têm IPI. Então, por exemplo, se eu adquiro esse tecido para cadeira, tecido se tem alíquota de 10%, eu me credito de 10%, certo? Agora, se o tecido tem alíquota zero, eu vou me creditar de que? De nada. Mas por longo tempo se discutiu a tese desse crédito ficto, que inclusive deu muita discussão no ICMS no passado.

Bom, o Supremo através de uma decisão do Rio Grande do Sul, de relatoria do Ministro Nelson Jobim, deu um ganho de causas aos insumos isentos, isso em 98. Dez anos depois, em 2008, reverteu essa decisão. Passou-se 10 anos se entendendo que essa teoria dos créditos fixos, como a gente chama, você compra um insumo que não tem IPI e se credita do IPI, essa teoria era aceita como... A gente tinha muito mais chance de perder no Supremo nessa causa do que agora no crédito-prêmio. Agora é ao contrário, a nossa chance de ganhar no crédito-prêmio é muito grande e vamos esperar por que, certo? Então, e a gente ganhou no Supremo uma causa que estava praticamente perdida e que durante dez anos o Supremo se pronunciou nesse sentido, inclusive levando o próprio Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda a julgar nesse sentido. Até a própria administração já estava aceitando, e o Supremo em 2008 mudou essa alíquota zero que é... Na época nós calculamos na faixa de 200 milhões de reais. Bom, acabaria simplesmente com o IPI.

Bom, então voltando à questão da mudança de posição do crédito-prêmio. O STJ já pacificou a questão e em 05/10/90 e, inclusive, muitos Ministros do STJ ainda colocam ressalvas que acham que é 83. Nenhum deles mais fala em vigência desse benefício até hoje. No Supremo, a questão que está se decidindo, basicamente, é a questão do fato de ser setorial ou não. O crédito prêmio, sim, era um benefício setorial, certo, porque a palavra setorial, na época, foi usada pela Assembleia Constituinte para diferenciar de regional, porque havia o medo da bancada do Nordeste e da Amazônia, que atingisse os benefícios regionais da SUDENE, SUDAM, Zona Franca, então foi usado esse termo setorial. Aí por que digo que era setorial? Porque o que o art. 41 do ato das disposições constitucionais transitórias, § 1º diz? Os benefícios que não

forem reavaliados em dois anos são extintos, certo? Aí, quem fez essa reavaliação foi a lei 8402/92. Essa lei é de 92, mas tem efeitos retroativos a 90, 05/10/90. A lei restabeleceu, no seu artigo primeiro, o art. 5º do Decreto-Lei 491, que é o mesmo do crédito-prêmio, que atende aos mesmos exportadores, ou seja, se ela não entendesse que não era setorial, ela ia restabelecer para quê, certo? Outra coisa, o *drawback* é mais abrangente até do que o crédito-prêmio e o art. 5º, ele atinge até... Hoje está se falando até em não-manufaturados, que foi restabelecido pela qual o [ininteligível], um benefício que atinge a todo setor exportador e foi considerado setorial na época. Então o crédito-prêmio é um benefício setorial, certo?

Outra coisa, se for cobrado esses créditos pela Fazenda, a multa não seria de 150%, como disse o nosso palestrante, mas sim de 75, porque 150% é só no caso de sonegação, fraude ou conluio, senão a multa seria de 75%. Outra coisa, foi falado que já várias empresas já se compensaram, 60% teria que ser compensado disso. Eu trabalho há 10 anos, como disse, com esse assunto, já passaram pela minha mão inúmeros processos, que nossa região é primorosa nesse tipo de ações, principalmente na região de Alagoas, então passaram inúmeros processos desses na minha mão, eu não vi nenhum deles ter nenhuma compensação homologada pela Receita Federal. Então, a compensação foi feita por conta e risco e unilateralmente pelo contribuinte, não foi cancelada pela Receita Federal, certo?

Vamos ver se temos mais... Esses acordos internacionais, voltando à questão dos acordos internacionais, se você violar acordos internacionais como esses acordos que tem aqui da Rodada Toque e da Rodada Uruguai, você estaria afrontando diretamente o artigo 98 do CTN, que diz que os acordos internacionais tem que ser respeitados pela Lei Ordinária e pelas que se seguirem. Então, só a título de exemplo, há alguns anos atrás houve uma confusão da EMBRAER com a Bombardier canadense por causa de um financiamento que o Governo tinha dado numa situação um pouco favorecida a EMBRAER. Aí o Canadá no dia seguinte já embargou a carne brasileira, dizendo que tinha vaca louca aqui. Imagina você pegar e contrariar acordos internacionais firmados e confirmados, e dar 200 bilhões de reais aos exportadores contrariando esses acordos, acham que isso ia ser aceito pacificamente pela OMC, sem nenhuma sanção? Uma coisa 200 mil vezes pior do que já aconteceu em outras situações.

Então, nós temos esses argumentos que defendem em relação à questão do benefício setorial a concomitância com o crédito presumido desde 95, com a mesma função, e esse desrespeito frontal aos acordos

internacionais, que acho que são argumentos bastante fortes. E foi distribuído aos senhores esse pequeno resumo em que está, digamos, consolidado algumas dessas observações que eu fiz aqui. Deixa eu ver se teria mais alguma coisa, senão eu vou encerrar.

Ah, em relação a... Importante, se discutiu muito a questão da resolução do Senado 71 de 2005, que teria revigorado o crédito-prêmio. A resolução do Senado, os senhores sabem obviamente muito melhor do que eu, que não pode fazer isso. Resolução do Senado é para quê? É para dar efeito geral à decisão do Supremo Tribunal Federal. Supremo Tribunal Federal disse o quê? Que o Decreto-Lei 1624/79, 1984/81, esses dois Decretos-Lei eram inconstitucionais em algumas partes em que delegava poderes ao Ministro da Fazenda para reduzir e seguir tal benefício, só isso. O Senado não tem poder para dizer daí que vigorou tal lei, tal lei, ou tal lei, ele só faz é dar efeitos, senão essa resolução seria inconstitucional, se tivesse esse poder.

Então, nós temos essa plena convicção de que com a inconstitucionalidade da 1624, vale as reduções do 1658 e acabaria em 83. Mas mesmo que seja mantida a posição do STJ, que é uma outra possibilidade, em 90 também seria razoável, mais razoável, muito mais do que considerar que um benefício ainda estaria em vigor. Mas de toda forma nós defendemos essa extinção em 30/06/83 por uma questão técnica, jurídica e lógica e tudo mais.

Bom, eu agradeço a oportunidade e gostaria de devolver a palavra ao Presidente da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Dr. Cláudio Losse e concedo a palavra ao Doutor Professor e Livre Docente de Direito Tributário da Faculdade de Direito da USP, professor Heleno Taveira Torres.

SR. CLÁUDIO LOSSE: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não. Com a permissão do Dr. Heleno, V. Exa. tem a palavra, Dr. Cláudio.

SR. CLÁUDIO LOSSE: É rapidíssimo. O crédito-prêmio é chamado de IPI, mas incorretamente a partir de 81, porque a partir de 81 o Decreto 1894/81 promoveu a seguinte mudança: antes desse Decreto-Lei quem tinha o direito era sempre o exportador, certo? Quem tinha direito era sempre o exportador. A partir de 81... Aliás, quem tinha direito era sempre o produtor. Desculpe, desculpe. A partir de 81, com o Decreto 1894, passou a ter direito quem? O exportador. Fala-se erradamente que foi estendido as *Trading Company*, não. Se a *Trading Company* exportasse, seria da *Trading Company*, se o produtor exportasse, seria do produtor. Não podia ser dos dois ao mesmo tem-

po. Certo? Então, se o produtor fosse o exportador, ele tinha direito. Se o produtor vendesse a uma *Trading Company* e essa *Trading Company* vendesse ao exterior, a *Trading Company* teria esse direito. E isso a partir de 81 foi dessa forma. Então, quem receberia nesse acordo? O produtor sempre?

Outra dúvida, quem não entrou na Justiça e teria direito ao crédito-prêmio mais do que os que entraram na época, não ganharia nada e ficaria calado? Então, são questões que a gente... Que alíquota aplicar, também. A alíquota da TIPI em que época? Da exportação? Pode ser que um seja zero, pode ser que outro seja... Entendeu? Então, gera distorções... Último exemplo que vou dar, no crédito-prêmio o couro de bode era 18% em certos momentos, certo? Qual é a cumulação de tributos que tem no couro de bode, certo, para ser 18% do crédito-prêmio? Então, vocês veem que é um benefício totalmente, que distorce totalmente os objetivos de desonerar proporcionalmente os tributos incidentes na cadeia produtiva. Então, desculpe a retomada da palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, só uma coisa, que eu não entendi esse último raciocínio.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para desonerar teria todo esse problema de cálculo, mas para tributar não tem?

SR. CLÁUDIO LOSSE: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, porque a questão é a mesma, quer dizer, como é que eu vou saber, é a *trading* que vai pagar ou é a empresa?

SR. CLÁUDIO LOSSE: Não, aí é uma questão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Qual é a alíquota? O mesmo problema que vale para desonerar, vale para tributar.

SR. CLÁUDIO LOSSE: Certo. Mas na tributação, o IPI nós estamos tratando... O IPI tem as alíquotas diferenciadas em função do princípio da seletividade, certo? No caso do crédito-prêmio, a alíquota da saída, ela não tem nenhuma relação com a oneração na entrada, porque certos produtos tem uma cadeia produtiva muito longa e que agrega muito valor, como produtos eletrônicos, por exemplo. Outros produtos como o couro de bode tem uma cadeia quase zero. Então, se nós dermos 15% para o couro de bode e para o

produto eletrônico ao mesmo tempo, nós estaríamos cometendo uma injustiça grave.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas a questão que eu estou levantando é outra. Se para desonerar tem toda essa complexidade, para tributar também.

SR. CLÁUDIO LOSSE: Com certeza. A tributação nossa--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É o mesmo problema.

SR. CLÁUDIO LOSSE: De PIS e COFINS, por exemplo--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A receita sabe qual é o fato gerador e quanto seria o tributo. Ela tem essa informação básica. Isso aqui é couro de bode, é uma cadeia curta, a alíquota é tanto. Ela tem essa informação básica para poder oferecer--

SR. CLÁUDIO LOSSE: Seria a sistemática de cálculo do crédito presumido que está em vigor ainda e vem desde 95, é a sistemática exatamente que o senhor se refere, saber exatamente a dimensão da cadeia e em função disso você tributar em cima das entradas. Aí teria uma... Seria razoável. E é o que o crédito presumido faz. Como é um crédito presumido, não é uma conta perfeita, certo, há injustiças. Mas o crédito presumido... Só se ele tivesse 500 alíquotas que poderia ser, digamos, feita essa justiça fiscal plena. Mas ele, de certa forma, ele considerava na época duas onerações de PIS e COFINS. Alguns tinham mais, outros menos. Agora, hoje mudou completamente esses conceitos, e as empresas tributadas por lucro real elas tem o ressarcimento de PIS e COFINS de outras formas, na exportação a empresa não paga PIS e COFINS e tem o ressarcimento dos seus créditos nas exportações. Então, hoje o quadro mudou completamente, praticamente hoje não temos mais oneração na cadeia produtiva em termos de cumulatividade, certo? Só no caso de empresas tributadas por lucro presumido que a maioria dos exportadores não se encaixa, certo? Não sei se respondi satisfatoriamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não voltaremos ao debate, para concluir a exposição. Vamos concluir a exposição e depois a gente volta para o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, concedo a palavra ao Prof. Heleno Taveira Torres.

SR. HELENO TAVEIRA TORRES: Exmo. Sr. Senador Garibaldi Alves, eminentes expositores aqui presentes, Srs. Senadores, senhoras e senhores. É uma satisfação comparecer a esta Casa para este diálogo sobre a matéria em análise que eu gostaria de assinalar mais uma discussão sobre a política pública que

se deve desenvolver em relação às exportações brasileiras do que propriamente sobre um benefício fiscal que se apresenta. Mais do que benefício, na verdade o crédito-prêmio de IPI era em si mesmo uma forma equivalente àquilo que mencionou o Prof. Belluzzo na sua exposição, daquilo que todos os países fazem. Que a Argentina faz com o Reintegro, que os Estados Unidos e outros países fazem com o Tax Rebate, e que a União Europeia faz, ou seja, não basta isentar as exportações de produtos manufaturados, é preciso também agregar a isto a devolução dos créditos que se acumulam ao longo da cadeia, para preservar exatamente o fundamento da Organização Mundial do Comércio de que é de exportação e competitividade no limite do valor do preço do produto exportado. Então, essa discussão, mais do que propriamente discussão sobre o próprio crédito-prêmio de IPI isoladamente, é uma discussão de políticas públicas, é uma discussão sobre a capacidade exportadora brasileira, é uma discussão sobre a forma de participação do Estado na relação com as exportações brasileiras.

Eu vi atentamente os que me antecederam e estou aqui igualmente como o Prof. Belluzzo, porque em 2006, a convite e por aceitação recíproca da Fazenda e da FIESP, na época, e outros empresários que estavam envolvidos no processo de discussão do crédito-prêmio, fomos solicitados a fazer. Ele, por parte do Prof. Belluzzo, um estudo econômico e de minha parte um estudo jurídico para compor, encontrar uma formulação de um acordo que pudesse pôr fim ao crédito-prêmio de IPI, aos litígios formados, a complexidade desses litígios sobre o que a União gasta, volumes vultosos de recursos públicos para administrar esses litígios, inclusive. Empresas estão paradas em função dos litígios envolvendo esse crédito-prêmio, daí porque a preocupação do Ministério da Fazenda em encontrar uma solução, a mais econômica possível, que não trouxesse nenhuma afetação ao fluxo corrente de receitas, que garantisse a maior transparência possível com a fiscalização dos créditos que serão apresentados pelos contribuintes, que tenha como resultado uma redução razoável, coerente de concessões recíprocas, tanto por parte da União quanto por parte dos contribuintes, de tal forma que a solução seja em favor do país e não uma solução em favor unicamente dos interesses de uma parte ou da outra.

De tal forma que me debruçarei estritamente sobre questões jurídicas naquilo que me compete, e mencionarei ao final quais foram as bases que nós entendemos razoáveis para uma proposta de acordo e relação a esta matéria. Eu quero assinalar, como professor de Direito Tributário, evidentemente caberia a mim o exame do conteúdo, da matéria específica

nesse caso. Ora, é evidente que nós teríamos... Primeira preocupação. Isto é um subsídio? Isto tem que ver realmente com subsídio? Ora, depende do que se chame de subsídio ou de incentivo. O subsídio não é proibido à luz das regras da Organização Mundial do Comércio. Todos os subsídios, todos os incentivos fiscais concedidos pelos países não se enquadram nessa figura e mostrarei aos senhores pontualmente. O que não se admite nos acordos, nos novos acordos estabelecidos, especialmente após a Rodada Uruguai e depois Marrakech, é que não se tenha o benefício proibido ou aquele benefício danoso. E como é que se identifica esse benefício danoso? Primeiro, quando um país alega que houve um dano à sua indústria e às suas atividades de importação, instaladas, em virtude de um benefício concedido no país de origem daquela mercadoria. Então, ele precisa provar um nexo causal entre o dano exatamente sobre a indústria nacional em relação àquele benefício eventualmente concedido na origem. Esse nexo causal exige, evidentemente, a análise do conteúdo desse subsídio. Ora, o crédito prêmio de IPI na origem, não se identifica com nenhum subsídio que afete o preço. Por quê? Porque na origem o que ele tinha como função era devolver parcialmente o acúmulos de tributos na cadeia ao longo da... E era parcial, porque nunca fora total. Lhes dou aqui exemplo de uma cadeia mínima, a cadeia mínima açúcar. Ora, sai a cana-de-açúcar da terra, vai para a moagem, vira açúcar, vai para a exportação, igual couro de bode, couro de bode, o bodezinho está ali, tira o couro do bichinho e manda para exportação. Pois bem, meus senhores, sabe qual é a alíquota agregada ao longo de todos os tempos do açúcar? Superior a 30%. Porque não é só o PIS COFINS. É PIS COFINS agora, a partir de 91... Aliás, com... Depois do FINSOCIAL, vem a COFINS, o PIS já existia desde então, mas você tinha ICMS sobre as exportações, além do ICMS acumulado, você não tem somente o PIS hoje e a COFINS nesse período, você tem também, e não discuto antes de 90 porque até 90 o Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que é de direito do contribuinte. Estamos discutindo é pós 90. Não tem mais o que discutir sobre origem do crédito tributário, se estava em vigor não está em vigor 83 porque isso o Superior Tribunal de Justiça já extinguiu. A discussão é pós 90. E após 90, você não tem só PIS COFINS acumulado, você tem também ICMS até 96 incidente sobre exportações. Você tem a própria... Acumulado ICMS. Mais do que isso, você tinha a CPMF. Você tinha, além disso, a CIDE que quando surge a partir de 96 algumas CIDEs, muitas delas foram se acumulando no preço do produto. A parte específica do IPI, naquilo que compete e agravado quando tem IPI alíquota zero

no meio, que o Supremo entendeu que era constitucional, mas que isso gera dupla tributação na mesma cadeia. Tributo até a origem da matéria-prima e depois tributa na sequência, quando o IPI incide sobre um produto que vai compor a matéria-prima, isto agrava ainda mais o problema.

Então, esse é o centro, digamos, das nossas preocupações. Não há privilégio com relação ao crédito-prêmio de IPI, é uma devolução parcial, sequer total, deveria ser total e deveria ser uma política permanente do Estado em relação às exportações. E essa é uma questão fundamental que nós temos que retirar aqui, porque eu diria aos senhores, nós poderíamos discutir aqui a extinção do crédito-prêmio de IPI, mas também deveríamos que discutir como eliminar e desonerar as exportações brasileiras para o futuro, porque assim fazem todos. Todos os países o fazem.

Muito bem. Com relação à Organização Mundial do Comércio, eu quero dizer duas coisas, primeiro é uma falsa notícia veiculada em 83, de que haveria relação entre a extinção do crédito-prêmio e o GAT. Em verdade, aquilo foi uma situação de extremo desespero da União, não com relação ao GAT, mas quanto ao FMI, o Fundo Monetário Internacional pressionava o Brasil naquele momento para ele não realizar desembolsos financeiros, mas pagar a dívida externa naquela ocasião. E o FMI então impôs essa restrição de qualquer benefício fiscal para aumentar o volume de caixa, o Prof. Belluzzo pode explicar melhor isso daí, essa questão, e devolver, e evidentemente pagar o que seria conceito de dívida externa.

Essa preocupação, meus senhores, não é evidentemente objeto aqui do nosso ponto, mas eu gostaria de ressaltar que tanto de nossa parte quanto de outros juristas, e eu menciono o Prof. Luis Olavo Batista, que foi até bem pouco tempo, Presidente do órgão de apelação da Organização Mundial do Comércio, proferiu parecer exatamente na linha daquilo que sempre tendemos. Ou seja, o crédito prêmio de IPI não afeta as regras da Organização Mundial do Comércio. O acordo sobre subsídio é extremamente claro, tanto a dizer que o simples fato de um subsídio ser concedido a empresas exportadoras, não será por este único motivo considerado como um subsídio às exportações na acepção da presente disposição. Isso está no art. 8º do acordo sobre subsídios. Mais à frente deixa muito claro que o que se considera como subsídio é quando sejam perdoados ou deixam de ser recolhidas receitas públicas, devidas, como no caso de incentivos fiscais, desde que isso ingresse, não vou ler o texto inteiro, no valor do preço da mercadoria, ou seja, quando isso sirva para reduzir o valor do preço do produto exportado, o que não é, evidentemente, nunca foi a função

do crédito-prêmio. Pelo contrário, era devolução realmente parcial do acordo.

Passando a questões pontuais, porque o tempo é muito curto, eu diria aos senhores que, fechada essa discussão sobre alíquotas, portanto alíquota não é só de IPI, e por isso não se pode aplicar a tabela TIPI de IPI, porque a tabela TIPI de IPI seria a ideia de devolver somente o IPI acumulado, quando não é verdade. Usa-se IPI como hipótese de base, mas na prática são esses acumulados de alíquotas ao longo da cadeia. Não se limita, evidentemente, a indústria a essas alíquotas específicas.

Claro, há uma discussão sobre 15% ser relativo ao tributo. Não. Os 15% sugeridos e o ponto de corte em 2002 tem uma razão, tem uma justificativa. Esta razão, esta justificativa está em tentar devolver, na verdade, encontrar como critérios de uma transação específica nos termos do art. 171 do Código Tributário Nacional, uma devolução uniforme. Vejam, por exemplo, como a questão sobre o crédito presumido do PIS COFINS em relação ao IPI criado em 96 não tem nenhum cabimento aqui, porque aquilo estava relacionado unicamente com matéria-prima e não com as exportações de manufaturados, que evidentemente tampouco se pode definir exportações de manufaturados como sendo uma forma de desempenho industrial ou desempenho de exportações, porque o estímulo aqui era dado a todos igualmente, sem demarcação de setor nenhum, os setores todos estavam envolvidos, setor calçadista, setor madeireiro, setor de cerâmicas, automotivas, confecções, qualquer setor da economia em matéria de exportação tinha direito ao crédito-prêmio, inclusive as próprias *tradings* que assim faziam.

Com relação ao volume, eu tenho... Não preciso usar talvez desse expediente, mas várias declarações dos doutores, dos eminentes Procuradores da Fazenda Nacional da época, o Tadeu Alencar, meu eminente amigo e na época Procurador Adjunto, ou mesmo do próprio Procurador-Geral da Fazenda Nacional, davam conta de que esse volume era de 27 bilhões, tanto que consta hoje do orçamento da União, 25 bilhões destinados ao pagamento do crédito-prêmio de IPI. Está no orçamento da União contingenciado. Esse volume, portanto, mostra que nós... E com relação à indústria? Ora, tanto esse incentivo serviu à indústria nacional, que as exportações saltaram de 52 bilhões em 1997 para 60 bilhões em 2002, e a partir de 2002 veio um volume enorme até 190 bilhões. Qual é a razão disso? A razão disso é a desoneração tributária mais próxima de uma efetividade, a partir justamente de 2003, quando se eliminou a cumulatividade do PIS e da COFINS pela devolução de créditos, reconheci-

do inclusive na exposição de motivos do Ministro, do Antônio Palocci à época.

Eu gostaria só de rapidamente mostrar-lhes que tudo isso ampara a nossa proposta de acordo, que nós produzimos, numa ideia de vincular todos: industriais, produtores vendedores, comerciais exportadoras e eventuais seccionários, apenas um minuto e já fecho, Sr. Presidente, pode passar a próxima, que comprove a existência das exportações geradas. Porque isso não é... Eu jamais faria uma proposta ou jamais poria meu nome vinculado a alguma proposta que fosse, evidentemente, algo contrário aos interesses de minha nação, é uma tentativa de transparência, de garantir a maior clareza possível dos critérios, de existência das exportações que qualquer ilícito ou simulação, evidentemente não terá êxito em relação a esta execução, com a documentação exigida e que desistam de todos os processos em curso. Pode passar à frente.

Que isto, evidentemente, leve ao encontro de contas, porque hoje o problema de liquidez do Brasil é imenso. A ausência de crédito público ou privado nos leva a uma necessária solução por um encontro de contas, para extinguir os parcelamentos que estão em curso, por exemplo, da alíquota zero, de isenção incidente sobre insumos, que recentemente foi decidido no Supremo, os débitos de impostos contribuições que estão em andamento, e todos os litígios relacionados a dívidas públicas. Nosso entendimento é que, com a convalidação de compensações que já foram realizadas, que é a maior parte beira algo em torno de 74%, 15% de Imposto de Renda retido na fonte e devolvido, e já recolhido de imediato por retenção pela Fazenda Pública, e a solução encontrada por esse pagamento de débitos, o saldo remanescente será mínimo. E um saldo remanescente que não tem absolutamente impacto sobre as contas públicas, porque serão devolvidos somente após cinco anos e podendo ser transferidos a terceiro para pagamento de dívidas ativas em andamento. De tal forma que com isso o próprio encontro do passivo tributário, de mais de 600 bilhões, absorve isso sem nenhum problema e isso beira em torno de 40, 50 bilhões, por cálculos do Prof. Belluzzo. Pode passar, por favor, só fechando.

Então, a nossa proposta era que se houvesse um ponto de corte em 2002, haja vista a eliminação, aí sim, mais próxima da realidade a partir de 2002, pode passar, com 15% de alíquota, porque não é o máximo da época, é um valor que beira algo razoável para ambas as partes e que evita aquilo que nós não gostaríamos que tivesse, porque se vier uma decisão do Supremo em favor de uma ou outra parte, esta decisão será danosa para o país. Ela trará graves consequências às contas públicas ou trará o pior para os contribuintes,

que é uma necessária redução dos seus investimentos e graves problemas de crédito no andamento.

Só fechando, vejam, por exemplo, os percentuais de carga tributária ano a ano a partir de 83. Estes acumulados de carga tributária evidentemente variam de setor a setor, isso aí é uma aproximação, não quero discutir isso em detalhes e evidentemente há valores que são muito mais baixos, isso é uma média, pode passar o próximo, pode passar em seguida. E... Mais um. Seguinte, por favor. Pode passar o próximo. E a utilização dos créditos então se fariam por transferências do saldo a terceiros após o quê? Após aquela compensação que mencionamos antes, após a convalidação no limite comprovado pelos contribuintes e com isso, o que é mais importante, a liberação das empresas do jugo de certidões negativas de débitos e de outros problemas que hoje realmente impedem o andamento da economia brasileira em relação a esse assunto.

Eu acredito, meus senhores, que nós temos hoje a oportunidade importantíssima, que é debater esse tema em elevação e construímos aqui um entendimento sobre a necessidade, a urgência, a relevância de pôr fim a este grande problema, este grande litígio em favor do Brasil e das exportações, porque a exportação não é só um interesse privado, é também um interesse público na formação de balanço comercial, na formação de empregos e na garantia do desenvolvimento brasileiro. Muito obrigado a todos. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Prof. Heleno Taveira, da USP, e vamos iniciar a fase dos debates. Os Senadores que apresentaram os requerimentos de convite terão prioridade.

E eu consultaria também a respeito do tempo. Os Senadores querem fixar um tempo para cada um? Não há necessidade. Todos serão breves, todos serão rápidos nas suas intervenções, então--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que já é quase uma hora, né? Se não fixar tempo, alguém pode falar um pouco a mais e deixar quem está na fila atrás sem falar. Eu sugiro que se fixe um tempo máximo. Eu sugiro de três ou cinco minutos, V. Exa. escolha.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É, vamos fixar... Cinco minutos. Três está bom? Suplicy está solicitando três minutos? Então um milagre aconteceu aqui.

[risos].

Então vamos fixar nos três minutos com a prorrogação de um minuto ou dois.

Vamos dar a palavra ao Senador... Já que o Senador Aloizio Mercadante foi levado a se retirar, mas promete que ainda volta a tempo de fazer a sua intervenção, vamos dar a palavra ao Senador Raimundo Colombo, que foi autor de um requerimento de aditamento ao convite aos senhores que aqui estão na Mesa para responder as indagações. Com a palavra o Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Sr. Presidente, cumprimentar a V. Exa. e a todos, e também aos expositores. É um conteúdo que interessa a toda a nação, aqui foi falado em espírito público e também benefício a exportações brasileiras e todos nós sabemos que a nossa situação econômica hoje, ela decorre basicamente do que nós conseguimos conquistar em termos de exportação. E nós estamos vendo os hoje conceitos mudando no mundo todo, é só ler o noticiário de hoje e ver o Governo dos Estados Unidos incorporando a GM. Então realmente o mundo está de cabeça para baixo. E evidentemente que nós temos que analisar essas coisas à luz da realidade, dos fatos que estão aí. O meu aditamento ao Requerimento foi o seguinte, nós vamos fazer uma Audiência Pública e não vamos ouvir o Governo? Então vamos ficar jogando confete um no outro, todos nós a favor e não vai ter consequência nenhuma, porque o Governo não vai mudar a posição. Então, o meu aditamento foi exatamente que o Governo comparecesse através da sua representação da Receita, e dissesse algumas coisas que para nós é fundamental. Foram auditados os números? Vocês têm conhecimento do Pleito? Esse número é o número? Qual é o número? Isso é uma coisa básica, eu acho que o Governo tem que dar essa segurança para gente, senão, nós vamos ter que voltar lá... Nós estamos propondo uma negociação fiscal de quanto? Eu quero dar o meu voto consciente, eu gostaria de saber esse número. Eu acho que isso o Governo tem que dar para gente. É 60, é 600, é 150, é 300? Eu não sei. Então, isso para mim é uma coisa essencial.

Segundo, se o Governo concorda, porque para mim ficou claro que a Receita não, mas também há uma posição do Gianetti que o Governo está disposto a negociar. E o Governo não é só a Receita, embora a receita é uma função de Estado que eu respeito e até tenho admiração, e acho que faz um trabalho ao longo do tempo. Mas evidentemente que acho que o Belluzzo foi muito feliz, em que pese ele ser do Palmeiras e eu do Santos, mas eu sou um admirador seu, foi muito feliz em realmente colocar a questão da função do legislador. Quer dizer, há um impasse, e nós temos que

fazer esse encaminhamento em relação ao interesse da sociedade. E esse é o meu espírito.

Então a minha pergunta é realmente à Receita: Vocês fizeram auditoria, vocês têm o valor? E daí ao Gianetti, em que ponto está essa negociação, porque muitos, com essa crise toda, estão aguardando: "*O que vai acontecer, que posição eu tomo?*" E aí vem o endividamento, a dificuldade do crédito. Há necessidade de levar com clareza as pessoas que nos assistem hoje o que vai acontecer, em que estágio nós estamos nessa negociação. Cumpri meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Raimundo Colombo. E vamos adotar também o critério de três Senadores e aí teremos as respostas. Está certo? Então, vamos ouvir agora Senador... Eu não vou divulgar, não, porque senão ele aparece aqui. O Senador Tasso quer se inscrever. Vamos ouvir a palavra do Senador Roberto Cavalcanti, que é o orador inscrito em seguida. Com a palavra o Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Senador Garibaldi Alves, mui digno Presidente dessa Comissão, todos os demais membros da Mesa que aqui apresentaram seu pensamento, suas versões a respeito de um tema. Demais Senadores aqui presentes, Senadores e Senadoras.

Eu gostaria de fazer um questionamento unicamente ao Dr. Roberto, meu xará, de Roberto para Roberto. É uma pergunta no sentido de... Na década de 70 havia uma campanha referente ao FMI. Uma campanha bastante forte, bastante radical a respeito do crédito-prêmio do IPI e exportações. O FMI se posicionava de forma bastante contundente a respeito do posicionamento do crédito do IPI. Nós hoje estamos vivendo uma outra época, nós estamos em 2009 e aquele fantasma do FMI se transforma hoje num parceiro do Brasil, e o Brasil com muito orgulho passa até a emprestar dinheiro ao FMI. Esse país é um país, assim, de contrastes. Então, na verdade eu gostaria de ter da parte de V. Sa. a opinião do que é que mudou, o que é que existe, na verdade, em termos de porque à época havia o posicionamento do FMI na década de 70 a respeito do assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. está perguntando a todos?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A minha pergunta é dirigida diretamente ao Dr. Roberto. Caso--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De Roberto para Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Caso os demais membros desejem abordar o tema, acho que ficaríamos enriquecidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eduardo Suplicy, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves, cumprimento a todos pela qualidade das exposições e primeiro uma observação de natureza geral. Desde quando ingressei em 1991 aqui, impressiona o número de iniciativas tão importantes que acontecem, ora por solicitação do Poder Executivo, ora por Senadores no sentido de haver isenções, créditos fiscais e créditos subsidiados para os mais diversos setores. Como muitos são professores de economia, eu até quero sugerir a que possa um dia transmitir aos seus orientandos, quem sabe fosse interessante fazer uma tese de doutoramento sobre o grau de isenções, crédito fiscais, créditos subsidiados que são aqui colocados. Avalio, Sr. Presidente, que nós precisaríamos inclusive ter grande cuidado na hora de estarmos aprovando cada uma dessas iniciativas, e sempre exigir por parte da Receita Federal que haja um estudo pormenorizado dos efeitos de qualquer iniciativa, e obviamente esta aqui está dentro desse quadro, nós precisamos e vamos apreciar uma iniciativa legislativa que vai mexer nisto, é importantíssimo ouvir a Receita Federal sobre as consequências, seja do ponto de vista da distribuição da renda, do emprego e assim por diante. Quando Prof. Belluzzo nos fala de que não deveria o Brasil estar exportando impostos, então acho que aqui cabe um esclarecimento sobre o crédito-prêmio às exportações. Em que medida se trata de uma exportação de impostos ou de um crédito-prêmio de tal forma que se confere um prêmio que é um acréscimo, e por essa razão poderia ter sido objeto da contestação de outros países. Então, apenas esta questão que eu quero ver bem esclarecida.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dirigida ao Dr. Belluzzo, certo?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Também à Receita Federal, Sr. Presidente, mas eu acho que... E àqueles que se interessem pelo tema possam responder acredito que é importante a Receita Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra para responder aos três primeiros Senadores a Mesa de acordo com que foi indagado a cada um, dou a palavra ao Dr. Roberto Gianetti.

SR. ROBERTO GIANETTI DA FONSECA: Muito obrigado, Presidente. Bom, a primeira questão é colocada a respeito do atual estágio das negociações a

respeito do acordo. As negociações já estão bastante adiantadas. Há, dentro do Ministério da Fazenda, uma vontade política de resolver esse assunto. Nós já tivemos dezenas de reuniões na Procuradoria-Geral da Fazenda, na Receita Federal, com o próprio Ministro da Fazenda, procurando discutir, debater e identificar o chamado ponto de equilíbrio econômico jurídico para a solução desse litígio.

Devo confessar que muitas vezes não tem sido fácil a negociação, a negociação tem sido exaustiva, dura, porque evidentemente o Governo tende a olhar, a União tende a olhar com uma visão mais fiscalista, vamos assim dizer, e ignorar as questões passadas e relacionadas com tributos não compensados na cadeia produtiva exportadora, como algo do passado sobre o qual não haveria interesse em dar solução, a não ser que houvesse, como há, o litígio judicial. Por isso é que a solução está prevista somente para a solução das empresas que tem o litígio, porque elas de fato utilizaram o crédito-prêmio, foram judicialmente autorizadas, como há centenas de casos aqui que eu trouxe e deixo à disposição dos senhores se tiver interesse em ver, essas empresas foram autorizadas a compensar seus tributos, mesmo que a Receita não tivesse reconhecido e homologado, como disse o colega da Receita, mas aí, quer dizer, a decisão da Justiça tem que ser cumprida. Não estamos aqui discutindo se a Receita está ou não está de acordo com o crédito-prêmio, a decisão da justiça tem que ser cumprida.

E cabe aqui um outro esclarecimento também, de forma muito rápida e breve, de que a decisão do Superior Tribunal de Justiça, quero esclarecer isso, a decisão final obtida em 2007, por sete a dois, que o crédito-prêmio não havia sido extinto em 83. Porém, colocaram que poderia ter sido extinto em 90 pela disposição transitória que dizia que todo incentivo setorial que não fosse ratificado, expressamente ratificado, estaria automaticamente extinto. Acontece que isso é uma interpretação da Constituição e o Supremo Tribunal Federal, ao receber um recurso especial sobre a matéria, imediatamente colocou na posição de repercussão geral, porque vai tomar a decisão que vai vincular todas as outras instâncias da Justiça a sua decisão, e ao mesmo tempo cassou a decisão do STJ, o que é um fato raro, para não dizer quase inédito, por ele ter extrapolado a sua competência. Portanto, a decisão de 90 do STJ não está em vigor, ela não está em vigor, ela não existe. O STF cassou a decisão do STJ. Isso tem que esclarecer porque senão as pessoas acham que não, a decisão da justiça hoje diz que terminou em 90. Não, a decisão da Justiça hoje é que está em vigor, porque a decisão do STJ não prevalece e ela disse que não terminou em 83. Ainda está pendente

da decisão do STF, aí sim, se terminou em 90 ou não. E é isso que nós queremos evitar, porque qualquer decisão que vier, ela será péssima para a economia brasileira.

Em relação ao FMI, respondendo ao meu... Desculpe a intimidade, ao meu xará, Senador Roberto, eu devo dizer o seguinte: Eu tenho idade, como alguns dos senhores tem, para lembrar que na década de 70 o FMI começava a guilhotinar, se eu posso usar essa expressão, a apertar as autoridades brasileiras, para ficarem totalmente subjugadas a sua orientação econômica. Desculpe a expressão novamente, mas as mentes colonizadas que ainda permanecem acreditando que o FMI tem alguma coisa a ensinar para o Brasil, o FMI impôs ao Brasil de fato, que adotasse a extinção do crédito prêmio de IPI. Não foi uma decisão voluntária das autoridades brasileiras, isso eu tenho testemunho dos próprios governantes da época, como o Deputado Delfim Neto, que não pôde estar hoje aqui presente, mas cujo parecer está no caderno que foi distribuído aos senhores. Era o Deputado Delfim Neto, então Ministro, que participou desses eventos. E ele disse: "*Foi nos imposto pelo FMI, caso contrário, não teríamos o financiamento*". E por que o FMI queria retirar o crédito-prêmio de IPI? Primeiro porque nossas exportações estavam concorrendo com produtos industrializados dos países centrais, e segundo porque eles queriam mais dinheiro para pagar o juro da dívida externa. Era por isso, senhores. Não tem nenhuma questão técnica a respeito de comércio internacional e de GAT nisso. Foi uma imposição externa para piorar as exportações brasileiras. E o que aconteceu? Nos obrigou a fazer duas maxidesvalorizações a partir do momento em que o crédito-prêmio passou a ser questionado, porque as exportações brasileiras não eram mais seguramente desoneradas de tributação, e em 82, os senhores não lembram, 83, me desculpe, foi obrigado a fazer uma maxidesvalorização de 30% para manter o país vivo, caso contrário as exportações brasileiras não tinham mais competitividade segura para manter o nosso país vivo na época da moratória.

Em 79 começou a pressão sobre o Brasil. Bom, mas enfim, esse é o depoimento que eu queria dar. Houve sim a pressão do FMI e foi isso que colocou o crédito-prêmio na pauta das autoridades brasileiras, conforme nós aprendemos com os próprios governantes da época. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Há ainda as perguntas do Senador Eduardo Suplicy ao Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo e depois a um dos representantes aqui da Receita, né? Não é isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ah, os dois? Mas um basta, não?

[falas sobrepostas].

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eles decidem, Sr. Presidente.

SR. LUIZ GONZAGA BELLUZZO: [ininteligível]. Podem falar os dois.

SR. FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou conceder--

SR. FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR: [ininteligível]. Me parece que ele perguntou aos dois lados.

SR. LUIZ GONZAGA BELLUZZO: É, exatamente. Eu estou brincando com você. Mas... Eduardo, eu vou te responder o seguinte. No caso, você me perguntou especificamente sobre a questão da exportação de impostos. Se você quiser, eu posso te mandar os estudos que eu fiz sobre isso mostrando que a despeito da desoneração calculada com alíquota de 15%, você tem resíduos ainda de impostos que permanecem na formação do custo da mercadoria, dependendo da cadeia produtiva. E essa desoneração é perfeitamente admitida obviamente pela OMC, além do fato de que todos os países fazem esse tipo de Tax Rebate, sendo que alguns avançam o sinal, que não é o nosso caso. Então, digamos, a legitimidade, a validade desse tipo de medida de política econômica é reconhecida universalmente, não há nenhuma contestação. O que aconteceu é isso que o Roberto está dizendo, respondendo ao Senador Roberto Cavalcanti. Depois da crise da dívida externa, sobretudo, eu fui Secretário de Política Econômica e posso descrever aos senhores as pressões que o Brasil sofria do FMI para eliminar todas as medidas de política econômica que, porventura, viesse a proteger a produção nacional vis-à-vis, o que é uma contradição, é como nos anos 20 os caras queriam que a Alemanha pagasse... Os países vencedores queriam que a Alemanha pagasse as reparações, mas ao mesmo tempo bloquearam as exportações alemãs, foi mais ou menos o que ocorreu conosco nesse período. Então, há aí um equívoco, eu diria, histórico e prático, e eu acho que, sim, o Senado deve discutir todas as medidas de incentivo, propostas, porque elas têm a ver com emprego, com a distribuição de renda, e isso não é função da burocracia. A burocracia deve simplesmente, na verdade, informar os governos e os parlamentos a respeito da consistência das medidas. Acontece que a Receita não tem essa conta. Quem

fez essa conta fui eu, a Receita não tem essa conta, esse que é o problema. Outro dia eu tive uma conversa patética, porque eles não têm a conta. Não fizeram com rigor exigido a conta de qual é o impacto do crédito-prêmio, qual é o resíduo e qual é o que sobrou de crédito-prêmio para ser compensado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Prof. Roberto Gianetti queria um aparte.

SR. LUIZ GONZAGA BELLUZZO: Aparte, está bom. Democraticamente vou conceder.

SR. ROBERTO GIANETTI DA FONSECA: Desculpe te interromper, mas é para colocar uma coisa a respeito das contas, que acho muito importante e eu estou com um documento aqui, que eu queria fazer o seguinte. Nós mostramos a nossa planilha de cálculos, a metodologia de cálculo, a série estatística de exportações. Quer dizer, nós estamos tentando dar profissionalismo, transparência, informação correta aos senhores. A planilha que nós recebemos da Receita é apócrifa, anônima, em papel timbrado da Receita, veio aqui para o Senado, foi-me entregue por um colega dos senhores, mostra um número de 250 bilhões de reais e a série histórica vem de 83 até 2009. Nós não estamos falando disso. Nós estamos falando de 90 a 2002. 70% do crédito já foi compensado, segundo pesquisa que nós fizemos com os 300 maiores exportadores. A diferença é essa, eu nunca vi uma planilha de cálculo da Receita e gostaria, se houver uma planilha, que nos apresente contestando nosso número. Obrigado.

SR. LUIZ GONZAGA BELLUZZO: Eu vou... Já que... Já falei o que eu tinha que falar. Já expliquei o que eu tinha que explicar.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra os representantes da Receita. Podem falar aí de acordo com a ordem já estabelecida.

SR. FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR: Obrigado, Sr. Presidente. Respondendo a pergunta do Senador Raimundo Colombo, sobre os números da Receita e a planilha apresentada, gostaríamos de dizer que essa planilha, apesar de mal apresentada, pode se dizer assim, ela contém dois cenários. Cenário de que? De potencial impacto da concessão do passivo tributário de crédito-prêmio de IPI. Um cenário com alíquota de 7,5% na primeira coluna e um cenário com 15%. E como se pode ver também, essa planilha, ela vem acumulando durante os anos. Então, a informação de que ela vem desde 83, a informação de que se você quiser cortar em 91, ela está aqui contida também. A metodologia dos números que nós obtemos, nós po-

demos passar também. Eu confesso que eu não sei a metodologia dos números que os senhores estão apresentando, que os senhores estão apresentando e eu gostaria também de tê-los para...

SR. LUIZ GONZAGA BELLUZZO: Eu tenho um exemplo aqui, de um trabalho que eu fiz calculando alguns produtos, qual o resíduo e qual é a alíquota.

SR. CLÁUDIO LOSSE: Inclusive nesse levantamento nós temos um problema a enfrentar que o art. 1º do 491 falava sobre produtos manufaturados. Então, esse incentivo só poderia atingir produtos manufaturados. A Legislação do IPI tem uma definição do que seria um processo de industrialização, certo? Então, por exemplo, um dos produtos mais importantes da pauta de exportações brasileiras é o minério de ferro. Minério de ferro é um produto manufaturado? Não sei. Existem minérios de ferro que sofrem alguma transformação, não sei se isso seria considerado manufaturado. Frigorífico, a carne, também outro exportador brasileiro, frigoríficos, são considerados manufaturados? O frango, miúdos de carne... Então, nessa planilha nós ainda excluímos minério de ferro, excluímos frigorífico e incluímos miúdos de carne. Quer dizer, essa é uma visão, digamos assim, bem modesta do valor que seria... Se foi incluído na planilha de vocês o minério de ferro e esses outros, aí dá uma diferença já bastante significativa também.

E em relação à pergunta do Senador Eduardo Suplicy, realmente no crédito-prêmio havia uma premiação, sim. E o fato dela não interferir diretamente no custo, mas se ele recebia um crédito, ele dá no mesmo. Então, ele vendia o produto por X, e o prêmio que ele recebia, ele recebia como crédito, mas seria a mesma coisa que reduzir o preço, eu não vejo diferença matemática entre uma coisa e a outra, certo? E ele poderia receber esse crédito tanto na compensação com tributos, com o próprio IPI e outros tributos ou em dinheiro. Inclusive a partir de 81, como eu disse, houve uma mudança na sistemática no crédito-prêmio, de tal forma que não transitou mais pelo livro IPI, era vedada a sua escrituração no livro de IPI. Então, não devia se chamar depois de 81 nem de crédito-prêmio de IPI, certo? Porque era o seguinte, passou a ser de quem? Do exportador. Antes era só do produtor, passou a ser do exportador. Então, o exportador foi uma *trading*, a *trading* apresentava à CACEX do Banco do Brasil uma declaração de exportação, informando que exportou e recebia o dinheiro na conta do Banco do Brasil. Se fosse o produtor, também apresentava, recebia na conta. E havia variações absurdas de alíquotas.

Então, por exemplo, é isso que eu tentei colocar aos senhores e senhoras, que o crédito-prêmio não tem nenhuma relação com a oneração da cadeia produtiva.

Porque começou-se como? TIPI limitada a 15%. TIPI é o quê? Tabela de incidência do IPI. O IPI é um tributo que incide na saída dos produtos industrializados e tem suas alíquotas definidas por critérios do IPI, de seletividade e tudo mais, certo? Aí, o fato de você usar a alíquota [ininteligível] já é uma distorção, porque você poderia usar uma alíquota alta de IPI para um produto que tem uma cadeia produtiva mínima, em que houve a mínima acumulação de tributos. Então você vê em casos, por exemplo, como eu falei do couro de bode que era 18%, aí caso como o suco de laranja que ficou fora do benefício, aí casos como ele falou, o açúcar, 30%, por que o suco de laranja zero e o açúcar 30%? Então era um benefício direto, era um prêmio direto para incentivar aquele produto. E não tinha relação... Poderia por acaso ter, mas não tinha certo, em geral relação com a quantidade de tributos cumulados, como tem o crédito presumido. O crédito presumido tem uma relação um pouco pobre, é verdade, porque tem que ter uma alíquota única, mas existe sim porque é calculado pelas entradas, pelos insumos. E o crédito-prêmio era calculado pela saída. Então, havia distorções enormes, e isso mudou essas alíquotas mudaram. Tem alíquotas aí na resolução CIEX, que incorporou crédito prêmio de 38%, 32, de um, de oito, de cinco, de zero... Ou seja, então não tinha realmente relação com a acumulação. Era um prêmio, que não era dado sobre o preço, mas revertia diretamente sobre a vantagem que o exportador tinha naquela venda, certo?

E, desculpe, só um aditamento, então esses contratos pelo que foi falado os tratados internacionais celebrados no âmbito do GAT, que tem Decreto Legislativo aí, está com os senhores, que eu saiba não foi revogado, eles falam expressamente da proibição desse benefício. Então, não vejo como possa ser... Não ser contrário a OMC, porque se foi celebrado esse acordo, para que então? Só se foi revogado e eu não estou sabendo, certo? Mas no âmbito da OMC está valendo isso aqui, até onde eu sei. Proibido qualquer benefício vinculado ao desempenho exportador, certo? Está ok?

SR. FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR: Eu queria apenas um esclarecimento a respeito do que disse o nosso Cláudio, é que há uma confusão quando ele diz que não afeta o preço, é claro que você tem dois... Você tem preço, o preço de fábrica e o preço final. O preço final é acrescido dos impostos, e é exatamente o que você quer eliminar, que você quer que venda ao preço competitivo, qual é o preço competitivo? É aquele que não está distorcido pela introdução dos impostos. No primeiro ano de economia nós temos um curso de contabilidade nacional, e tem dois cálculos que se faz do PIB. PIB a custo de fatores e PIB a

preço de mercado. A custo de fatores é aquele que eu chamei preço de fábrica, a preço de mercado é que você inclui os impostos que distorcem, que aumentam o preço de mercado. Como o propósito do incentivo é eliminar essa distorção, eliminar essa distorção para você possa competir de uma maneira clara e correta no mercado internacional, os incentivos que eliminam os impostos, ou as medidas que eliminam os impostos são medidas que preservam a competitividade da sua economia sem a distorção introduzida pela ação do Governo. É isso.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A minha pergunta para mim não ficou esclarecida, porque eu não conheço essa planilha, eu não vi os números da Receita. Eu sugiro que vocês encaminhem para todos os Senadores da Comissão, para que a gente possa ter conhecimento desses números e poder formar um juízo de valores.

SR. FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR: Nós vamos encaminhar, Senador, e com a metodologia.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ok. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Prof. Heleno. Peço apenas que o senhor seja breve.

SR. HELENO TAVEIRA TORRES: Muito breve, Sr. Senador. Apenas para um esclarecimento. Na verdade o chamado crédito-prêmio, ou esse prêmio, eu queria fazer um esclarecimento com relação a isso, tem que ser examinado no seu contexto histórico. No final da década de 60, as nações estavam eufóricas com a entrada em vigor na Europa, em alguns países, permanente na França, dos tributos não cumulativos. Tanto é assim que no Brasil, com a emenda nº 18, a Emenda Constitucional 18, foram introduzidas mudanças e especialmente surge ali o ICM, o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, não cumulativo, o IPI assume essa não cumulatividade também, mas aquilo era insuficiente para o Brasil, que naquele momento não tinha capacidade de exportação e seria mais prejudicado ainda, porque agora os países europeus que estavam adotando o IVA, passavam a descontar do acumulado do valor do produto, os tributos então incidentes em cascata. Ora, Delfim Neto, o então Ministro Delfim Neto, ao justificar esse Decreto-Lei, faz expressa menção a essa situação e dispõe, para todos, que o prêmio aqui era uma forma de estimular as exportações, porque

nem sequer seria total, porque na época não se tinha elementos técnicos capazes de identificar, aferir o valor dos tributos acumulados, e aquilo era uma forma de parcialmente resolver-se o acumulado de tributos na cadeia. Chamava-se prêmio por uma circunstância, estava vinculado ao IPI, Senador, também por uma circunstância. Agora, é um incentivo, é um estímulo, uma benesse dada ao exportador? Não é, não, porque *così fan tutti*, ou seja, todos os países, Argentina, a Europa inteira, os 27 Estados das Repúblicas que fazem parte da União Europeia devolvem aos seus contribuintes em dinheiro, ao final de cada mês até dois anos atrás era final do ano, agora é ao final de cada mês, o resíduo acumulado na exportação comprovada.

Nós vamos ficar numa situação prejudicada hoje pela falta de liquidez, tendo a disponibilidade, ou melhor, reconhecendo um direito que os contribuintes têm desde então, e que estão no judiciário, estão com depósitos e volumes bilionários acumulados quando poderiam ser resgatados esses volumes de recursos e exatamente em favor daquilo que nós esperamos, que é maior competitividade do produto brasileiro e maior empregabilidade no mercado interno. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhores convidados, aqui do meu lado está o Deputado Ricardo Barros, que faz parte lá da Diretoria da Federação da Indústria do Estado do Paraná. E chega num momento importante, que nós estamos com empresários do Paraná aqui também, e poucas vezes eu vi uma Audiência Pública onde as coisas ficaram tão claras para mim, graças à forma didática que expôs o Prof. Belluzzo, Prof. Heleno e o Dr. Giannetti. Os representantes da Receita defenderam um ponto de vista e também ficou claro para mim o que eles estão pensando. Mas eu preciso votar uma matéria de tamanha complexidade, que vai ter um impacto imenso, tanto na economia privada do país, quanto no Poder Público.

Nós temos uma responsabilidade enorme e nós vamos cumprir aquele desafio que fez o Prof. Belluzzo, dizendo o seguinte, "*Olha, o Congresso tem que decidir de um jeito ou de outro*". Nós vamos decidir. Mas essa Audiência Pública ela foi convocada exatamente para que a gente decida com responsabilidade, ouvindo as partes. E foi muito importante que o Senador Colombo tivesse convidado a Receita, para gente ouvir também o lado da Receita. Mas creio que faltou representantes de um outro setor do Governo, que seria exatamente o Ministério da Fazenda, não a Receita Federal, mas

a Procuradoria da Fazenda, que poderia estar aqui também dando sua posição. Dessa forma não ficou completo o debate. Mas eu acho que foi a primeira vez que um corintiano entendeu tão bem um palmeirense, como eu entendi hoje aqui o Prof. Belluzzo, foi muito didático e o Prof. Heleno, porque, pela exposição do Prof. Belluzzo, que foi mais na área tributária, econômica e a dele mais a questão jurídica, pelo que eu entendi foi dividido aí para que houvesse o entendimento, eu entendi muito bem que há, sim, uma necessidade de que esse crédito-prêmio seja considerado um direito dos empresários. Há esse direito. A discussão da Receita é que ele pode servir de argumento para que países possam retaliar comercialmente o Brasil. Mas como o Prof. Heleno disse, não se trata aqui de subsídio na reta final, na exportação, e sim na cadeia. O que está sendo devolvido é o que foi cobrado a mais na cadeia, pelos impostos que foram em cascata cobrados na cadeia, e também contribuições. Eu fico com essa versão do Prof. Heleno, de que não há subsídio. E fico com a versão do Prof. Belluzzo quando diz o seguinte, é um direito. Agora, eu fico com umas dúvidas, inclusive os empresários do Paraná também estão com essa dúvida, é o seguinte: Qual é o valor real? Quer dizer, o Prof. Belluzzo falou em 69. Mas a Receita diz que não é 69, que é duzentos e pouco, quatrocentos, não sei qual é o valor da Receita. O Prof. Heleno falou da data de... Então, eu gostaria de saber o valor. Acho que nós não vamos saber nessa Reunião. A data de corte, não ficou bem claro para mim porque a data de corte de 2002. Eu tenho aquela tolerância, Presidente, e vou cumprir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi V. Exa. que sugeriu.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Exatamente. E vou cumprir em cima. A data de corte, não ficou claro. E também não ficou claro para mim porque escolhida a alíquota de 15%. E a última pergunta é que se alguém, nesse acordo que está sendo proposto, vai ter que devolver o que já recebeu a mais. Porque aí a Receita vai poder compensar o que vai ter que devolver. São essas quatro coisas. Vou cumprir, Presidente. O valor, a data de corte, Prof. Heleno, por que essa data de corte de 2002, por que alíquota de 15%, V. Sa. mesmo pode responder e o Prof. Belluzzo. Se alguém vai ter que devolver nessa história aí, porque daí nós vamos votar uma coisa que também não é só positiva de um lado, vai ter algo negativo. Falta seis segundos, mas eu encerro, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa.

Concedo a palavra ao Senador João Tenório. Em seguida a Senadora Lúcia Vânia.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, senhores que compõem a Mesa e trazem informações tão importantes para nós, sobre um tema tão importante para a vida nacional, eu gostaria de fazer uma reflexão sobre as palavras do Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo. Ele trazia aqui e depois todos, ou quase todos concordaram que o importante do andamento desse processo é que se chegue um ponto que não haja destruição nem de um lado nem de outro. Não haja um estrago exagerado do lado público, por uma frustração importante no fluxo de ingresso de recursos, e por outro lado também não haja um abafamento total da atividade privada exportadora, que é quem de fato gera a sustentação da economia nacional. Então, V. Sa., Dr. Luiz Belluzzo, convida a todos a criar, digamos assim, um modelo que viabilize essa convivência. No Brasil é muito difícil essa convivência. A convivência do público com o privado no Brasil é uma coisa muito difícil. Eu me lembro há três anos atrás eu fui relator aqui da... Primeiro relator das PPPs, e chamava muita atenção disso, que era muito difícil você estabelecer... Porque parceria público-privada pressupõe parceria, e parceria pressupõe confiança e troca de possibilidades. E não aconteceu isso e foi a frustração que foi as PPPs até hoje.

Então, se nota aqui claramente nessa Mesa uma dificuldade muito grande de se convergir para um interesse comum, ou seja, interesse que não traga nenhum prejuízo, sobretudo àquilo que é mais importante para o Governo e para a Receita-- [soa a campainha]. Há algum engano aí, Presidente, na marcação do tempo, mas vamos lá. Porque fluxo corrente de ingresso de recurso, e do outro lado também o entendimento que a Receita tem que ter, que o Brasil não é só o público, não, é o público e é o privado. Nós tivemos uma... Me permita, Dr. Losse, Cláudio Losse, citar apenas como exemplo. V. Sa. citou com uma certa... Eu diria assim, um certo... Eu diria até desprezo. Não, a multa não é 150%, é 75%. Ora, 75% de multa, é multa para homem nenhum botar defeito.

Então isso mostra pura e simplesmente, não estou aqui fazendo nenhuma crítica, mostra a diferença de entendimento, de percepção que tem o lado público e o lado privado e essa convocação do Dr. Luiz Belluzzo, para que tentem criar uma maneira de resolver essa questão, porque o senhor não tenha dúvida, se o setor privado não implementar um modelo de acordo, ele vai ficar sufocado, absolutamente sufocado. Eu digo isso com conhecimento de causa.

E outra coisa, pior, é que não resolve a questão. O Brasil que tem hoje uma dívida ativa lá de 600 bilhões, vai passar para 650 ou o que for, porque o setor não gera, não tem condições de gerar capacidade de

pagamento para pagar esse passivo, digamos assim, fiscal, que se criaria caso esse acordo não seja feito. Então, o Dr. Belluzzo faz esse convite, essa convocação, e eu quero dizer o seguinte, apesar de discordar, como fiz agora, quero reconhecer por outro lado que a Receita Federal hoje tem e demonstra aqui hoje, inteligência suficiente para, se juntando a iniciativa privada, construir um modelo que supere essas dificuldades que foram levantadas pela própria Receita. As questões dos acordos internacionais e que tais. Nós temos de um lado um grupo de técnicos e pessoas capacitadas e do outro lado é claramente visível aqui a competência da Receita Federal que poderão, juntos, construir um modelo que possa fazer com que o setor público sobreviva, ele precisa sobreviver. Mas o setor privado não pode ser esmagado. Até porque isso é uma utopia. Vai se criar um passivo fiscal imenso em cima do setor público e não vai receber, porque não há como receber. Então, esse modelo que está sendo proposto aqui pelo Dr. Belluzzo e pelos seus companheiros é uma coisa que cria essa possibilidade. Então, Dr. Belluzzo, eu gostaria de perguntar à V. Sa., pela experiência que tem, é um homem que inclusive, eu diria, quase neutro nesse assunto, até porque é um consultor do Presidente da República, o Presidente da República o ouve com muita frequência. Então, o senhor não estaria aqui fazendo algo que viesse de encontro os interesses maiores do país, da vida nacional. Então, o senhor ninguém melhor do que o senhor para liderar, para conduzir uma tentativa de entendimento entre a visão meramente pública do problema e a visão privada. Caso contrário, nós não vamos chegar a canto nenhum. Então, a minha pergunta é única e exclusiva: Como fazer isso, Dr. Belluzzo?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de conceder a palavra à Senadora Lúcia Vânia, eu quero registrar que, além do Deputado Ricardo Barros, está aqui pacientemente, e eu me esqueci de fazer esse registro e agradecer a ele, o Deputado Federal Renato Moulin, do PP do Rio Grande do Sul. Ele está acompanhado do Sr. Gildo Lenk, representando a Daiby calçados. Sr. Gildo Lenk. E o Sr. Donato Lenk, representando a Indústria de Calçados Mirabel. O Sr. Vicente, representando os Calçados [ininteligível] e Henrique Sippel, representando o proprietário da indústria de calçados Cariri. Fui correto no registro? Agradeço a presença de V. Exas. e concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia. Em seguida vamos ter as respostas, claro.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, senhoras e senhores, Srs. expositores, senhoras e senhores que nos ouvem e convidados. Sr. Presidente, eu gostaria primeiro de perguntar e

eu vou direto no assunto, perguntar ao Dr. Cláudio. Ficou uma coisa meio confusa para mim o que é a Receita e o que é Governo, porque V. Sa. disse que seria um prejuízo enorme para o Governo a solução desse problema, desse esqueleto que está pendente ao longo dos anos. No entanto, Dr. Gianetti disse aqui que foi o Ministério da Fazenda quem convidou para estudar, para fazer os primeiros estudos e buscar um acordo sobre a questão, tendo em vista a dificuldade, que seria tanto pelo lado do Governo se a ação fosse ganha no Supremo, quanto pelo lado das empresas privadas. Então, ficou uma coisa meio estranha, se o Ministério da Fazenda... A Receita não é vinculada ao Ministério da Fazenda e se a Receita não está em acordo com o próprio Governo, quando propõe que o caso seja solucionado.

Segunda coisa que me causa estranheza é o fato de que a Receita não tenha, ou pelo menos não apresentou para nós, uma base de cálculo da planilha, que eu acho que isso é fundamental para contestar aquela planilha que nos foi oferecida pela FIESP, aqui representada pelo Dr. Gianetti. Nós precisávamos que a Receita também a base de cálculo e uma planilha, que pudesse atestar esses 100 bilhões, me parece que o senhor coloca 200 milhões, que é colocado. Uma hora é 100, outra hora é 200... A coisa, de 100 bilhões para 200 bilhões é muito dinheiro. Então, era preciso que a gente tivesse uma clareza a respeito disso.

E por fim, eu gostaria de perguntar ao Dr. Helelino, que ele colocasse com mais clareza para gente a questão da OMC. Eu acho que esse caso tem que ficar bem claro para todos nós, parlamentares, porque é uma das preocupações que a Receita levanta e que eu acho que tem que ser levado em conta, acho que o Dr. Cláudio nesse aspecto, ele coloca uma preocupação que eu acho prudente e V. Sa. sendo um jurista da área tributária, eu acredito que poderia nos esclarecer isso de forma muito clara, bem como o Dr. Gianetti, que trabalha na área de exportação.

Por fim, eu queria dizer ao Dr. Belluzzo que é um prazer enorme ouvi-lo aqui, ouvir sua exposição de forma tão didática, um tema tão árido, tão complexo, e que traz realmente uma segurança para nós, que não aprofundamos no tema, não temos condições inclusive, de aprofundar nesse tema. Uma coisa fica muito confusa na minha cabeça quando a Receita fala que a desoneração tributária é feita paulatinamente, ela não é feita de uma vez. Por exemplo, o crédito presumido foi feito em 96, foi criado em 96. Antes disso, o crédito-prêmio já vigia. Então... E o presumido, não. A desoneração PIS COFINS vem em data diferente também, bem depois da vigência do crédito-prêmio. Não ficou claro para mim a desoneração da folha de

pagamento, não ficou claro para mim a desoneração da CIDE, não ficou claro uma série de impostos que incidem na cadeia produtiva e de forma diferenciada, de um produto para outro. Então, é uma matéria extremamente complexa, essa desoneração, ela está vindo e acho que o Senador Suplicy colocou muito bem aqui, essa desoneração infelizmente, porque não temos uma Reforma Tributária, ela está sendo feita de forma muito gradativa e complexa também.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senadora, V. Exa. me concede uma aparte rápida?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não, Senador.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Só para confirmar isso que V. Exa. está colocando, doutor, eu não estou lhe citando assim como foco da minha... Mas o senhor citou a questão do plástico que ele é alíquota zero...

SR. CLÁUDIO LOSSE: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Não, supondo só. Então ele não teria direito a um crédito, não é isso? Só que quando se faz esse plástico, ele vem lá de trás, se onerando na produção. O senhor tem o eteno, a produção do eteno primeiro, depois você tem a... Como?

SR. CLÁUDIO LOSSE: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Não. O que eu quero dizer é que ele, apesar de não estar com o IPI explícito, digamos assim, onerando a produção, ele está contido no seu custo uma oneração. Porque o eteno que ele foi feito pagou IPI. O cloro que entrou para formar o dicloreto também fez e por aí vai. Então, não é tão simples assim, dizer não, esse produto não tem carga tributária nenhuma, e, portanto não deve contribuir nada... Não pode receber nada da desoneração. Porque é muito mais complexo, a cadeia é muito complexa, qualquer que seja. Então, quando se passa para esses produtos mais sofisticados, como é o caso, então isso se torna mais complexo ainda. Muito obrigado.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Encerrando as minhas palavras, eu gostaria que a Receita, que teoricamente terá que ter esses dados, que pudesse oferecê-los para que a gente possa realmente aprofundar. Eu acho que, se o Governo chama para um acordo e os empresários chamam para um acordo, é porque o tema é tão complexo, tão difícil de ser medido e as consequências da não solução desse problema são tão graves, que eu acho que nós temos que realmente buscar um consenso e um consenso fundamentado, porque não dá para a gente fazer aqui

uma avaliação em cima de suposições. Não é possível que a gente possa considerar uma diferença, uma hora é 100 bilhões, outra hora é 200 bilhões, isso é muito grave. A pessoa afirmar uma coisa dessas, sem que haja dados suficientes para que a gente possa formar uma opinião a respeito do assunto. Eu gostaria de ter, através da Receita, o contraditório.

Dr. Gianetti apresentou uma planilha com 62 bilhões e eu gostaria que a Receita nos fornecesse uma planilha real, levando em conta essa desoneração toda que eu disse assim, as datas diferentes da desoneração do PIS COFINS, a introdução do crédito presumido, a desoneração da folha, a desoneração da CIDE. Então, eu acho que tudo isso é muito importante para gente ter uma opinião formada sobre o assunto. No mais, é deixar os meus agradecimentos a todos os expositores e dizer que realmente essa Audiência Pública foi muito importante para que a gente pudesse, pelo menos sentir a complexidade do tema e a gravidade do tema e que precisa de uma solução. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou pedir ao Senador João Tenório para que conduza a Reunião... Acredito que esteja perto do final. Enquanto isso eu vou tratar de um assunto de emergência.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Bom, é um prazer e uma honra muito grande substituir... Tentar substituir o Senador Garibaldi, mas como ele disse que está perto do fim, não vai me dar muito trabalho, não. Então, houveram algumas questões mais diretas e algumas mais amplas, que merecem uma avaliação de mais de um dos senhores que aqui estão presentes, eu gostaria de facultar a palavra primeiro ao Dr. Luiz Belluzzo, que eu acho que foi o mais solicitado nessa questão.

SR. LUIZ GONZAGA BELLUZZO: Eu queria em primeiro lugar responder a questão que me foi endereçada pelo Senador Osmar Dias, e na simulação que nós fizemos, nós concluímos que certamente há empresas do setor privado que vão ter um saldo negativo. E para isso nós concebemos uma fórmula de pagamento que permita uma espécie de parcelamento ao longo do tempo, que permita as empresas pagarem. O que nós queremos minimizar, eu queria minimizar, é na verdade reduzir ao mínimo esse saldo negativo tanto para a Receita quanto para os exportadores.

Há uma questão aqui, Senador, que eu vou envolver a resposta ao Senador João Tenório e a Senadora Lúcia Vânia, eu acho, que é uma questão de procedimento. Existe uma espécie de polarização, nesse caso, que vem de muito tempo, pelo que eu me dei conta quando fui chamado para participar, uma pola-

rização e uma certa radicalidade nas colocações das partes em relação ao acordo. Então, se há essa radicalidade, o acordo não vai ser possível. O acordo só vai ser possível se nós sentarmos, por exemplo, junto com a Receita, coisa que eu não consigo entender porque não, sentarmos junto com a Receita e junto façamos os cálculos corretamente, explicitando os nossos pressupostos. Nós tentamos fazer isso várias vezes, o Roberto fez uma apresentação na UNAFISCO, numa reunião da UNAFISCO, mas existe uma resistência, que é natural, porque eles até estão fazendo seu papel de agentes públicos, mas esse caso especialmente, há um caso que não vai ter solução se não houver esse acordo. Não vai ter solução. Qualquer que seja a solução, acho que foi o senhor que disse muito bem, a Receita não vai... Se o Governo ganha, a Receita não vai receber, isso vai para a dívida ativa e vai ficar lá jacente. Como alguém mencionou aqui a minha relação com o Presidente Lula, eu jamais discuti esse assunto com o Presidente Lula, até porque eu estava envolvido na negociação. Em nenhuma das reuniões eu discuti isso com o Presidente Lula e nem com o Ministro Guido Mantega, apesar de eu me encontrar frequentemente com ele, porque eu acho que não deveria fazer isso por uma questão de respeito à autonomia do Ministro e do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Dr. Belluzzo, fui eu que... Mas quando eu fiz, eu não quis dizer que V. Sa. estaria e teria oportunidade de discutir esse tema com o Presidente da República. Apenas o que eu citei foi a sua qualificação como um intermediador.

SR. LUIZ GONZAGA BELLUZZO: Não, entendi. Eu não estou fazendo uma crítica à sua colocação. Ao contrário, eu queria explicar qual era a minha posição a respeito disso. O que o Presidente disse várias vezes é que ele está preocupado com a dívida ativa e com esses esqueletos, ele está realmente preocupado. E está preocupado, como ele demonstrou várias vezes, em não infringir um dano a uma crise ao setor privado. Agora, não passou disso a nossa conversa, nem nunca eu me... Por essa circunstância eu não me envolvi nessa discussão dentro do Governo e nem quero, porque eu fui convidado como um consultor independente. Não acho que seja correto. Então, Senador João Tenório, quero dizer que o senhor me perguntou como é que se faz essa conciliação. Eu acho que essa conciliação já se iniciou. É preciso que a gente derrube as últimas barreiras, as últimas resistências. Porque ninguém está aqui para promover um acordo que se transforme num pesadelo ou para o Governo ou para o setor privado. Se nós estamos discutindo o acordo, se há uma discussão sobre o acordo é porque é uma ques-

tão é muito intrincada, é muito complexa, como disse a Senadora Lúcia Vânia. Se não fosse assim, nós não teríamos tantos incidentes judiciais e uma dificuldade tão grande em definir quais são as formas de se resolver a questão. Se está proposto o acordo, é porque o Governo e o setor privado perceberam...

A senhora perguntou sobre a participação do Ministério da Fazenda, é porque o Governo, representado pelo Ministério da Fazenda e o setor privado perceberam que não há uma saída simples para esse caso. Nós vamos ter que discutir, negociar e promover uma situação em que os danos aos contribuintes, às empresas e ao Governo sejam minimizados. E isso é perfeitamente possível se nós rompermos e derrubarmos as resistências que ainda existem e é natural que isso exista na burocracia, como dizia um filósofo do século XIX, frequentemente a burocracia se julga a alma do povo. Não vou dizer quem é esse filósofo porque... Deixo a sabedoria dos... Dizia: A burocracia se julga a alma do povo. É natural, porque ela foi formada assim. Mas numa economia em que você tem frequentes relações entre o privado e o público, é preciso que haja uma mediação. E frequentemente essa mediação não pode ser feita de uma forma simples.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Dr. Gianetti gostaria de completar.

SR. ROBERTO GIANETTI DA FONSECA: Eu queria rapidamente responder sobre a questão da OMC. Eu acho que como exportador que sou e dirigente de várias instituições, a FUNCEX, a FIESP, seria irresponsável propor algum tipo de solução desse litígio, crédito-prêmio de IPI, que viesse a infringir as regras da OMC. Porque nós estaríamos dando um tiro no pé. Quem teria o prejuízo disso? Os próprios exportadores. Ficariam com seus produtos eventualmente sem acesso, inacessíveis aos grandes mercados, seriam eventualmente tributados pelos países importadores. Então, nós seríamos os últimos a querer transgredir qualquer regra da OMC. Por isso mesmo fizemos questão de buscar o apoio e o conforto de um parecer da pessoa mais qualificada no Brasil a respeito desse tema, e que a meu ver também, dá um parecer inequívoco a respeito, que já foi oferecido à Procuradoria-Geral da Fazenda, que é o parecer do Prof. Luiz Olavo Batista, até recentemente Presidente do Tribunal de Solução de Divergência da Organização Mundial do Comércio. Portanto, senhores, eu acho que esse tema de estar ou não de acordo com a OMC, a meu ver está totalmente superado. Seja porque é incompatível com a nossa profissão de exportador, seja porque nós temos aqui o parecer do mais eminente jurista brasileiro a respeito desse tema e que ocupava até ontem, até outro dia o

cargo de Presidente do Tribunal da OMC. Quero falar... Você quer dar um aparte sobre isso? Por favor.

SR. HELENO TAVEIRA TORRES: Me foi solicitado também pelo eminente Senador Osmar Dias para me pronunciar a respeito, dizer o seguinte, eu respeito muito e já estive em muitas lutas ao lado da Receita Federal, entendo a preocupação da Receita Federal e quero dizer que a Receita Federal do Brasil, ela honra realmente as suas maiores tradições quando se preocupa com as repercussões internas e externas dos atos praticados. E eu já estive ao lado da Receita em muitas lutas, estive recentemente ao lado da PFN construindo um modelo, uma reforma da estrutura de cobrança do crédito tributário, que eu espero que esta Casa aprecie muito em breve, que faz parte do pacto republicano firmado pelos Três Poderes, e que eu tenho certeza que muito do que ali está servirá para engrandecer ainda mais os valores do Ministério da Fazenda, mas principalmente para facilitar a cobrança do crédito tributário.

Agora, há certos argumentos e para uma matéria tão complexa que nós precisamos pôr à Mesa. O primeiro é que o que estamos discutindo aqui é a extinção de um litígio grave. Um litígio que está prejudicando a indústria nacional e favorecendo a indústria estrangeira, favorecendo nossos competidores, quer nos próprios mercados, quer na facilitação de importação. Como é que funciona o acordo de subsídios? Basicamente, senhores, a OMC estabelece as seguintes regras. Vamos realizar uma competição legítima no mercado internacional. O produto que entrar tem que receber toda carga tributária, pode receber toda carga tributária até o limite daquilo que não se aplicaria a um produto interno. Então, esse é o princípio da não discriminação no âmbito interno. Ao mesmo tempo, estabelece-se um de saída, quer dizer, está proibido agregar qualquer valor redutor do montante de custo da produção para garantir, então, o quê? Uma neutralidade internacional, um princípio tanto para a importação, para garantir o tratamento nacional equivalente, mas também um dever do Estado de não reduzir preços na exportação. Ora, o que faz então o acordo subsídios? Estabelece que não podem ser dados subsídios sobre tributos diretos e tributos que incidem sobre pagamentos de salários. Então, os pagamentos de salários e aqueles relacionados à tributação direta, imposto sobre a renda, impostos sobre patrimônio, estes estão fora e qualquer valor concedido deve ser excluído, porque isso vai ser qualificado como subsídio proibido. Não pode ser dado subsídio e juros ou redução de valores. Agora, o que pode ser dado? Expressamente está no acordo, meus senhores, expressamente, a eliminação integral dos tributos indiretos de todos aqueles tributos que se

agrega ao preço. Isso é texto expresso, isso é texto de se ler em linhas expressas. Tributos indiretos, aqueles que incidem sobre o preço da mercadoria.

Portanto, no que concerne a CIDE, no que concerne ICMS, IPI, CPMF, ao ICMS, a outros tributos que tenham incidência sobre o preço da mercadoria, estes tem que ser desonerados na sua integralidade, Senador Suplicy. E eu gostaria de dizer que neste aspecto a Senadora Lúcia Vânia mesmo mencionou esse elemento, quer dizer, a CIDE combustível, por exemplo, ou a CPMF, não importa o nome, que seja contribuição, ou seja, imposto, qualquer um que se integre ao preço do produto e o majore, para fins de exportação, pode ser devolvido ao longo da cadeia. Por isso uma das nossas ideias com relação à extinção dos litígios, eu diria que nisso há um grande valor importante, que é aquele de reconhecer efetivamente, não o volume individual produto a produto, mas qual é a média incidente e essa média supera, em longa escala, 20, 30% de tributo acumulado. Mesmo hoje é impossível identificar o volume do crédito-prêmio acumulado pela Receita e eu faço realmente essa referência porque é uma questão muito difícil, porque os processos em curso muitas vezes não envolvem só o crédito-prêmio. Ele envolve o crédito-prêmio, alíquota zero, cobrança de IPI de outra banda, multas de diversas formas, então, eles nunca irão encontrar qualquer tempo que se dê para busca e levantamento desses números, será sempre um número parcial. Será sempre um número fundado em estatística, mas nunca um número real.

Então, com relação à Organização Mundial do Comércio, eu quero deixar os senhores muito tranquilos, porque esta Casa responsável pelos tratados internacionais que promove, o Congresso Nacional responde pelos tratados, e não há nenhum Decreto que reconheça essa extinção. E não há Decreto por uma razão, porque o Superior Tribunal de Justiça, em vários processos, conheceu dessa matéria e negou todos. Tanto é que está em vigor... Reconhece por sete a dois o Superior Tribunal de Justiça que o crédito-prêmio está em vigor e só se espera pelo menos uma decisão do Supremo Tribunal Federal para dizer se passa de 90 ou não, porque está em discussão o art. 41 dos atos das disposições constitucionais transitórias sobre ser setorial ou não o crédito-prêmio.

SR. ROBERTO GIANETTI DA FONSECA: Para concluir minha resposta rapidamente, Sr. Presidente, eu só queria dizer o seguinte. Quando os colegas da Receita... Acho que foi especialmente o Cláudio, falou a respeito da carga tributária, por exemplo, ele citou basicamente o IPI e o PIS COFINS. E falou que em 96 começou o crédito presumido do PIS COFINS, que foi uma maneira de, de certa forma, reinventar o

crédito prêmio. Acontece que o crédito presumido de PIS COFINS era de 5,25% sobre as matérias-primas e de difícil devolução, demorava três, quatro anos para uma empresa conseguir. Vocês sabem disso, vocês participaram da fiscalização. E tanto era insatisfatório em valor e forma que 99 foi modificado... Foi suspenso durante um ano foi suspenso, depois retornou, foi extinto em 2001, teve uma nova fórmula introduzida, na época até me lembro o Secretário Everardo Maciel anunciando isso que eu era Secretário-Executivo da Camex e a fórmula era tão complexa, que precisava de uma calculadora HP para o exportador chegar no valor que ele deveria eventualmente ter de volta. Ninguém nunca conseguiu receber. Raríssimas empresas conseguiram receber.

E me parece surpresa de que o Dr. Cláudio não tenha eventualmente lido a exposição de motivos do Ministro Antônio Palocci, quando introduziu o PIS COFINS não cumulativo, dizendo que as fórmulas anteriores feitas no Governo Fernando Henrique Cardoso eram insatisfatórias e que ele trazia, portanto, uma modernidade à fórmula do PIS COFINS pela não cumulatividade. Porque da forma anterior onerava as exportações, causava prejuízo ao país porque o país não podia exportar imposto. Está escrito na exposição de motivos do Ministro desse Governo. E como que a Receita desconhece isso? Está na exposição de motivos do Ministro Antônio Palocci, introduzindo a nova fórmula, que aí sim, deu solução ao problema do PIS COFINS. Não integral, mas acabou o problema de sobrar com sete, oito, 10% de cumulatividade na ponta exportadora, só pelo PIS COFINS.

Em relação ao ICMS, quero trazer só outra informação, por lei, é claro que o ICMS tem que ser desonerado na exportação. No entanto, poucos Estados cumprem a devolução do ICMS para as empresas exportadoras. Temos hoje mais de 30 bilhões de reais de crédito legítimo das empresas não devolvidos pelos Estados. E os Estados dizem afirmativamente: *“Não temos como pagar e não vamos pagar”*. Então, nós estamos exportando esse imposto. Isso virou custo para as empresas. E o PIS COFINS também tem resíduo ainda.

Portanto, o problema está longe de estar resolvido e nós ainda temos, quer dizer, que com o câmbio sobrevalorizado, tributos e deficiências logísticas, manter nossa exportação para não ter um apagão no comércio exterior desse país. Só dos 25 centavos que o câmbio caiu nas últimas semanas, a renda anualizada do exportador, de perda, foi 50 bilhões de reais, nós perdemos 50 bilhões de reais nas últimas semanas. 25 centavos vezes 200 bilhões, a conta é fácil. E aí a Receita fica julgando se é 65, 70, 80... Para nós a si-

tução é de desespero. Ou nós temos a desoneração tributária ou a exportação brasileira vai fracassar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente João Tenório, se me permite... As observações do Sr. Heleno Taveira Torres e Sr. Roberto Gianetti da Fonseca me levam a uma breve indagação, se me permite. Em que medida eles, considerando tanto as ações dos países desenvolvidos e da OMC, levam em consideração que nos países desenvolvidos, como nos Estados Unidos, no Reino Unido e outros países europeus, existe o que se denomina o crédito fiscal por remuneração recebida. Por acaso a FIESP, a FUNCEX já examinou quais as consequências, do ponto de vista da competitividade da economia brasileira, do ponto de vista dos empresários e dos trabalhadores sobre a existência? O senhor conhece bem o que é o *Earned Income Tax Credit*? O senhor sabe quantas famílias nos Estados Unidos receberam que valor como crédito fiscal a sua remuneração no ano passado? O senhor gostaria de saber, se porventura não sabe? O senhor conhece bem?

SR. HELENO TAVEIRA TORRES: Eu conheço superficialmente. Eu sei que existe, mas não tenho detalhes, Senador. Gostaria de aprender.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Certo. Então eu gostaria de transmitir, eu já conversei sobre isso com o professor Belluzzo, ele conhece bem. Mas, por exemplo, um trabalhador nos Estados Unidos hoje, recebe seis dólares e 95 por hora. Se ele trabalhar 160 horas por mês, 12 meses por ano, ele vai receber algo como quase 13 mil dólares, 12 mil e tanto. Se ele tiver na família, ele próprio, marido, mulher, duas ou mais crianças, ele recebe um crédito fiscal que se denomina *Earned Income Tax Credit*, crédito fiscal por remuneração recebida equivalente a 40% do que ganha. Ele vai receber, portanto, 12 e 900 mais quase cinco mil dólares, a sua remuneração vai para 18 mil dólares, aproximadamente. Ora, então um empresário que tenha... Há empresários no Brasil que têm empresas nos Estados Unidos e no Brasil. O senhor está em Brooklin, por exemplo, siderúrgica aqui e acolá. Lá nos Estados Unidos, a sociedade que contribui com impostos, contribui para que a empresa pague 40% a mais de quem trabalha, não consegue um tal nível de remuneração e complementa sua remuneração, este trabalhador se torna mais satisfeito, mais produtivo, mas quem paga é a sociedade.

O Brasil nunca... A FUNCEX, a FIESP, acho que nunca chegou a OMC e falou: "*Olha, vocês subsidiam as empresas e os trabalhadores, se tornando mais competitivos em relação a nós*". E eu não recomendaria que fizesse isso. Recomendaria que fizesse melhor no Brasil. E a melhor forma de fazê-lo é ou criar uma

forma de Imposto de Renda negativo dessa forma ou a forma ainda mais racional, o Congresso Nacional já aprovou, mas a FIESP e a FUNCEX precisam saber, se denomina renda básica de cidadania, que torna ainda mais... Significará ainda maior grau de competitividade e mais racional do que eles fazem. No início do Governo Bill Clinton, o senhor pode ler no "My Life", tem 17 citações ao ITC, que ele mais do que dobrou e expandiu. Continua a ser expandido. A taxa de desemprego quando ele começou era 7,5%. Quando ele terminou os oito anos era 3,9%. O Reino Unido resolveu então criar, pela iniciativa do Tony Blair, o Family Tax Credit, o trabalhador que em Londres recebe 800 Libras esterlinas, recebe 50% a mais de Family Tax Credit e recebe, portanto em vez de 800, 1200. Minha recomendação: A FIESP, a FUNCEX precisam estar conscientes disso. Não vou me estender mais, Sr. Presidente, porque isso também afeta o grau de competitividade internacional do Brasil.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu gostaria só de... Nós estamos às 14h10, estamos iniciando uma sessão importante aí que é a questão da... Eu gostaria apenas de dar a oportunidade aos nossos amigos parceiros...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só uma recomendação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Que esse é um tema, Senador, rico demais e exigiria, digamos, uma sessão especial sobre o assunto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Me disponho a ir à FIESP e à FUNCEX para debater o tema.

SR. HELENO TAVEIRA TORRES: [ininteligível] desse assunto, Senador, não pelos Estados Unidos, mas pela China. Levando em conta se poderiam ser dados Tax Rebates sobre tributos estaduais, municipais, e uma cota de que era de devolução aos trabalhadores, que deve ser algo semelhante. E a OMC ratificou a manutenção do Tax Rebate e dessa cota aos trabalhadores chineses.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito bem. Com a palavra a Receita Federal.

SR. FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR: Obrigado, Presidente. Respondendo aqui parcialmente à Senadora Lúcia Vânia, primeiro sobre a bipolaridade dos dados da Receita, porque na verdade nós fizemos dois cenários já que a gente não tinha, por falta de informação do que seria precisamente, então há dois cenários nos nossos dados. Um cenário com alíquota de 7,5, e um cenário com alíquota de 15%.

Por isso a diferença de 100 bilhões ou 200 bilhões. Na verdade se tratam de cenários diferentes.

Outro ponto que eu teria só para encerrar minha... A exposição, mas encerrar minha parte, o que eu penso, muito se cogitou aqui, se falou sobre segurança jurídica e também sobre que o acordo poria fim a uma querela judicial que vem se arrastando. Eu ponho a pergunta aqui para os senhores, será que esse acordo não seria mais um esqueleto que a gente estaria botando, nas palavras do Dr. Belluzzo? Que daqui 10, 20 anos nós estaríamos discutindo novamente? Será que a segurança jurídica não seria deixar o devido processo legal fluir, já que está sendo analisado no Supremo? Só isso, Excelência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Dr. Cláudio, por favor.

SR. CLÁUDIO LOSSE: Respondendo à Senadora Lúcia Vânia, em relação ao descompasso da Receita Federal com o Ministério da Fazenda. Eu sou auditor fiscal da Receita Federal, e como tal eu sou vinculado à lei, nossa atividade é plenamente vinculada e inclusive sob pena de responsabilidade funcional. Então, eu procuro seguir o que a lei manda. E eu estive estudando esse assunto durante dez anos, tanto na parte jurídica como na parte legal, não pode ser dissociadas, evidentemente, não há esse direito em absoluto a partir de 83, no mínimo a partir de 90. Eu tenho plena convicção disso.

E a primeira pergunta que fiz aqui quando cheguei em Brasília ontem foi: A Receita Federal, o que acha disso? A Receita Federal não concorda com isso. Essa foi a posição que me foi dada. Então, não está havendo um descompasso, eu como auditor da Receita Federal com a Receita Federal do Brasil. Se outras pessoas do Ministério da Fazenda pensam diferente, eu realmente desconheço. Em relação à posição da Procuradoria, eu não posso falar por eles, eu estou só aqui com as contra-razões. Há o recurso extraordinário que está com repercussão geral no Supremo e o que está nas contra-razões é que eu procurei resumir aqui. Então, não vejo descompasso também em relação ao que a Procuradoria entende sobre a extinção do benefício. Inclusive o Supremo já sinaliza, o Ministro Gilmar Mendes não tem decisão definitiva, mas em [ininteligível] ele disse que entende que o benefício extingue em 30/06/83. Então, há uma forte sinalização de que o Supremo vai ser favorável à tese da Fazenda.

Em relação à exposição de motivos do Ministro Palocci, eu realmente não li. Concordo, e falei aqui, que a forma de cálculo presumido era pobre, ela poderia não refletir realmente a quantidade de tributos acumulados na cadeia, ela considerava na realidade a alíquota era 5,37 que era considerado duas incidências

de PIS e COFINS. Aí, em 99, pelo que me consta, o crédito presumido foi suspenso por três trimestres, em função do ganho que os exportadores tiveram com a desvalorização cambial que houve na gestão, se não me engano, do Banco Central do... Não lembro agora... Gustavo Franco. Então foi suspenso o crédito presumido, porque achou que os exportadores ficaram numa situação tão vantajosa que suspenderam o benefício por três trimestres. Ele não foi extinto, ele simplesmente, como ele se presta a ressarcir as contribuições PIS e COFINS na cadeia produtiva, quando foi instituída a não cumulatividade, perdeu o sentido o crédito presumido para empresas sujeitas a não cumulatividade, restando somente para empresas tributadas pelo lucro presumido arbitrado, que são poucos exportadores.

Então, concordo que a forma de cálculo de crédito presumido é terrível, poderia não refletir exatamente o valor dos tributos acumulados para que você soubesse exatamente, em cada cadeia produtiva quantos tributos foram acumulados, você teria que ter milhares de alíquotas de crédito presumido. Porque cada empresa tem uma cadeia diferente. Cada empresa tem uma verticalização distinta. Então, tem setores que tem cumulação mínima, tem setores que tem acumulação muito grande, certo?

Em relação ao que foi falado aqui sobre o plástico, sobre a alíquota zero, esse é outro assunto que é o creditamento do IPI, a alíquota zero já foi decidido pelo Supremo, está pacificada a questão em relação a isso, e isso é uma coisa que tem a ver com o IPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Dr. Cláudio, eu apenas referi esse fato, porque V. Sa. citou esse fato como algo que poderia explicar, de certa forma, o seu argumento. Evidentemente que a gente sabe que isso--

SR. CLÁUDIO LOSSE: Eu estava explicando a tese do alíquota zero, tentando explicar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu gostaria de lembrar só... Ser um pouco rápido, porque nós estamos com o início da sessão aí de criação--

SR. CLÁUDIO LOSSE: Eu vou concluir, é bem rápido. Em relação a esses cálculos, lógico, a Receita vai ter que fazê-los para, digamos assim, fazer uma contrapartida aos cálculos apresentados, só que esses cálculos têm que primeiro definir critérios. Quem vai ser atingido, somente quem tinha ação judicial? Quais exportadores? As *Tradings Companies* vão receber ou o produtor? Vai atingir a todos os produtos ou vai tirar o minério de ferro? Se não atingir a quem não entrou em ação judicial, se o objetivo não é desonerar a cadeia produtiva do exportador, você não vai estar

cometendo uma injustiça fiscal, quebrando o princípio da isonomia tributária?

Então, eu discuto a ilegalidade também nesse aspecto e isso, com certeza, vai levar a uma série de ações judiciais dos outros exportadores. Saiu, por exemplo, um ato declaratório do Secretário da Receita Federal em 99, ato 31, que diz que o crédito-prêmio não se aplicava às compensações. Em cima disso criou-se toda uma matéria jurídica, o crédito-prêmio não existia, só porque o secretário disse isso. Imagine uma lei dizendo que o crédito-prêmio existia, vai gerar toda uma série de outras demandas jurídicas.

E eu vejo também a ilegalidade em função de ser uma remissão. Remissão, CTN só tem algumas hipóteses de remissão nos quais essa não se enquadra. Então eu vejo o problema da ilegalidade em relação ao CTN, da isonomia tributária, e do risco enorme de nós proliferarmos muito mais ainda essa discussão enquanto a nossa chance de sucesso no Supremo parece bastante grande, certo? Obrigado.

SR. HELENO TAVEIRA TORRES: [ininteligível] porque isso é muito importante. Justamente a escolha de 2002 como critério de extinção tem essa finalidade que o Dr. Cláudio menciona, ou seja, é um compromisso de todos pela extinção dos litígios. Ora, a extinção dos litígios vem com uma transação específica que só se aplica quando há litígio nos termos do artigo 177. Então, para os que estão em litígio em processos judiciais ou administrativos, a adesão ao regime estabelecido pela lei específica já será automaticamente a condição para abrir mão de todo e qualquer outro litígio sobre essa matéria. Ponto. Aos que estão fora, 2002 é o limite. Porque, claro, aquele que não litigou, que não entrou em alguma situação quer por provocação da Receita, quer por sua própria ação específica, esse está fora. E aí ele pode querer entrar em juízo para alegar direito à igualdade e participar? Não. Porque assim foi com o FGTS, assim... Inclusive hoje com súmula vinculante nº 01 do Supremo Tribunal Federal, justamente para dizer que se aplica inteiramente nos termos da lei. E assim foi com toda e qualquer transação específica. Quem está fora não pode entrar. E se alegar qualquer direito, nunca chegará a 2002. Porque pelo prazo de prescrição terá cinco anos a vencer e nunca chegará àquele limite estabelecido 2002. 2002 não tem só um efeito econômico de garantia... Um equilíbrio e uma redução de 60% do crédito potencial. Tem também essa função técnica, que é eliminar o acesso dos que estão fora a qualquer direito pleiteado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senhores, gostaria de agradecer a presença e a contribuição dos senhores, Dr. Cláudio Losse, Dr. Frederico Augusto Gomes de Alencar, Dr. Heleno

Taveira Torres, Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo, Dr. Roberto Gianetti da Fonseca. Eu gostaria de dizer que poucas sessões dessa Comissão tiveram, digamos assim, um desdobramento tão positivo, tão importante para todos nós, como essa que hoje acontece. Nós estamos lidando com um tema muito grande de repercussões imensas na vida nacional e a presença de... E a qualificação daqueles que aqui estiveram, simplesmente demonstram a importância que essa sessão teve.

Muito obrigado pela presença de todos, gostaria de registrar ainda a presença do Deputado Ricardo Barros, mais uma vez, do Deputado Renato Molling e inclusive a presença de uma quantidade grande de empresários de todo o Brasil, é bom que se diga, de todos os recantos brasileiros, o que demonstra a importância e a preocupação monumental que esse tema traz à produção nacional, sobretudo aquela voltada à exportação.

Muito obrigado e está encerrada essa nossa sessão.

Sessão encerrada às 14h22.

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia nove de junho do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, do Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Valdir Raupp, Romero Jucá, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Adelmir Santana, João Tenório, Arthur Virgílio, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Gim Argello e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Gerson Camata, Neuto de Conto, Pedro Simon, Raimundo Colombo, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de participação em reuniões político-partidárias em seu Estado, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar participando de missão oficial, Tasso Jereissati e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos membros que

a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento, Aviso nº 37/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de abril de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 486, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Arthur Virgílio que “unifica a hora legal no território brasileiro”, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gim Argello, usam da palavra os Senadores Arthur Virgílio, Delcídio Amaral e Tião Viana. A Presidência encerra a discussão e adia a votação da Matéria; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 02, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que “altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que a União participe do financiamento das instituições de educação superior estaduais”, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2009, terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2006, terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que “concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e cancela os débitos fiscais dessas instituições”, tendo como Relatora a Senadora Ideli Salvatti, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 03 e 04 que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 02 de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. Usa da palavra a Relatora, Senadora Ideli Salvatti, e, em seguida, o Senador Arthur Virgílio. A Comissão aprova o Requerimento nº 38/2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer análise prévia da Matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Item

05-Projeto de Lei do Senado nº 649, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que “acrescenta inciso X ao art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS dos produtos que menciona”, tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 11/12/2007, foi concedida Vista Coletiva. Em 18/12/2007, a Senadora Kátia Abreu apresentou Voto em Separado favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2004, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Octávio, que “altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado, nº 258, de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para autorizar a prestação de serviços de transporte aéreo doméstico entre pontos de escala de linhas internacionais, e dá outras providências”, e com o Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Tião Viana, que “altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para revogar restrições à oferta de serviços aéreos”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável ao PLS nº 184, de 2004, com a Emenda nº 01 que apresenta, e pela rejeição dos PLS nºs 258 e 259, de 2006. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Romero Jucá, usam da palavra os Senadores Delcídio Amaral, Arthur Virgílio, Antonio Carlos Júnior, Tião Viana, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Antônio Carlos Valadares. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao PLS nº 184, de 2004, com a Emenda nº 01-CAE, e pela rejeição dos PLS nºs 258 e 259, de 2006; Item 07-Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2008, não terminativo, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que “acrescenta art. 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados”, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e

Controle. Após a leitura do Relatório pelo Senador Arthur Virgílio, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, não terminativo, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que “acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta, e pela aprovação das Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Senador Pedro Simon. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator “Ad Hoc”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CAE; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “altera o art. 8º da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para atribuir ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social metade dos dividendos mínimos pagos pela Caixa Econômica Federal ao Tesouro Nacional”, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que “dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública”, tendo como Relator o Senador Efraim Moraes, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Efraim Moraes, o Presidente concede Vista ao Senador Tião Viana nos termos regimentais; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2008, não terminativo, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que “revoga o art. 109 do Decreto-lei nº 2.063, de 07 de março de 1940. (Dispõe sobre contrato de seguro sobre a vida de menores de 14 anos de idade)”, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 36/09-CAE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, para a realização de Audiência Pública desta Comissão a fim de debater as questões

atinentes à administração e regulamentação do uso de cartões de crédito, com a presença de representantes do Banco Central, do Ministério da Fazenda, da Confederação Nacional do Comércio, das administradoras de cartões de crédito e da Associação Nacional dos Consumidores e do Vice-Presidente da área de cartões de crédito do Banco do Brasil; o Requerimento nº 37/2009-CAE, de autoria do Senador Alvaro Dias, para que seja dispensada a realização da Audiência Pública requerida por meio do Requerimento nº 24/2007-CAE e o Requerimento nº 38/2009-CAE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requerendo que o PLS nº 191/2006, que “concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e cancela os débitos fiscais dessas instituições”, seja submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quanto aos aspectos constitucionais e legais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para o seu conhecimento: “*Aviso nº 3709 do Banco Central do Brasil encaminhado em cumprimento ao disposto na Lei de nº 9069/ 95. O demonstrativo das emissões do real, referente ao mês de abril de 2009, as razões delas determinantes, e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas*”. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Informo ainda que o prazo de encerramento para apresentação de emendas ao PLN nº 007, de 2009, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, para 2010. Perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, foi prorrogado para o dia 18 de junho de 2009. Caso V. Exas. desejem apresentar emendas perante essa Comissão, solicito que encaminhe impreterivelmente até às 18 horas do dia 12 de junho, segunda-feira, a emenda de sua autoria, para

discussão e votação na Reunião Ordinária do dia 16 de junho, terça-feira.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Romero Jucá, líder do Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a inversão de Pauta, para nós iniciarmos pelo item 6, é um item que eu tenho que relatar, porque eu terei outra reunião e, portanto, eu tenho que relatar uma matéria também na CCJ, e pediria a V. Exa. Então, se fosse da aquiescência da Comissão, que nós pudéssemos começar pelo item 6.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu apresentei um Requerimento para a realização de uma Audiência Pública aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, para que nós pudéssemos debater as questões relacionadas a administração e regulamentação do uso de cartões de crédito. Esse assunto vem sendo tratado pela imprensa, há uma série de medidas que estão sendo estudadas, em termos da equipe econômica do Governo, há uma grande reação na sociedade, nos setores do comércio em todo o Brasil e inclusive matérias do último final de semana, a questão da possibilidade, inclusive, de formação de cartel, entre duas redes de cartões de crédito no nosso país. Então, nós estamos apresentando este requerimento, para que nós pudéssemos realizar esta Audiência Pública, no requerimento eu estou solicitando que sejam convidados o representante do Banco Central do Ministério da Fazenda, da Confederação Nacional do Comércio, das administradoras de cartões de crédito e da associação nacional dos consumidores.

Então, seria uma audiência que teria como objetivo fazer uma análise, ver quais as medidas que nós poderíamos acompanhar, ou talvez até o próprio Congresso adotar, eu lembro que nós tivemos um projeto, inclusive, do Senador Adelmir Santana, que foi aprovado aqui no Senado e quando foi para Câmara, foi considerado prejudicado, não teve tramitação. Então, eu acho que este assunto está mais do que necessário o seu debate, o seu aprofundamento, e tomadas de medidas pelo Senado. E eu acho que a melhor Comissão para realizar esse debate é a CAE.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Senadora, uma sugestão, o Banco do Brasil é

um dos controladores das maiores redes. Talvez o Presidente do Banco do Brasil pudesse também ser convidado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu não tenho nenhum problema de incluir no requerimento, a presidência, a vice presidência é que cuida, a vice presidência é que cuida. Então, com esse acréscimo, eu acatando a sugestão do Senador ACM Júnior, se V. Exa. pudesse, inclusive, submeter o requerimento ainda hoje em aprovação, eu agradeceria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou submeter o requerimento com o acréscimo do Senador Antonio Carlos Júnior. Em votação o requerimento da Senadora Ideli Salvatti, que requer a realização de uma Audiência Pública para debater as questões atinentes a administração e regulamentação do uso de cartões de créditos. Em votação. Sras. e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado com o acréscimo feito pelo Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu tenho um Projeto, que é o primeiro item da Pauta, e o relator é o Senador Gim Argello, que fez, aliás, um bastante consubstanciado relatório, e é um Projeto que também percebo que tem a solidariedade do Senador Delcídio Amaral, eu aguardo a presença do Senador Gim, para que nós possamos fazer... Portanto, eu não oponho que outros projetos sejam votados na frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Gim Argello pediu uma inversão de Pauta para deixar o Projeto para ser votado mais tarde, em função de uma obrigação dele.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Exatamente isso, eu concordo plenamente e necessito disso. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 6 da Pauta: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo. Autoria: Senador Paulo Otávio. Que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 258 de 2006, não terminativo--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Qual é a página, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): 148.

Altera a lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para autorizar a prestação de serviço de transporte aéreo doméstico entre pontos de escala de linhas internacionais e dá outras providências. Autoria: Senador Valdir Raupp.

Projeto de Lei do Senado número 259, de 2006, não terminativo, também não terminativo, que altera a lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para revogar restrições à oferta de serviços aéreos. Autoria: Senador Tião Viana; relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável ao PLS nº 184, de 2004, com a Emenda nº 01 que apresenta pela rejeição dos PLS nº 258 e 259 de 2006. As matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Com a palavra o relator, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse Projeto, esse relatório que apresento, Sr. Presidente, é fruto de três projetos: do Senador Paulo Otávio, do Senador Valdir Raupp e do Senador Tião Viana. Nós estamos apresentando, então, um substitutivo, que, em linhas gerais, permite duas coisas: permite ampliar o capital de recursos externos para até 49% das empresas de aviação brasileiras, portanto, não se perde o controle, e alguns outros projetos havia a possibilidade de ser empresa internacionais voando no Brasil, que eu acho que na verdade seria algo que não seria, talvez, o melhor caminho estratégico para que o Brasil tivesse o controle desse processo de voos dentro do país, e também permite, a critério do governo brasileiro, que numa escala de um voo internacional, eventualmente possa haver o ingresso de passageiro local, ou seja, ficaria a critério do país, em determinados casos isso não é interessante e em outros casos isso pode ser interessante por conta, por exemplo, da aviação regional na Amazônia, já que há uma diferenciação de mercados e de condições de voos no país, nós somos um país continental. E portanto, meu parecer é pela aprovação de até 49% do capital e em condições especiais, a autorização brasileira, para que se faça nesses voos também a inserção de voos domésticos. O parecer é esse e eu peço a aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão a matéria. O Senador Delcídio Amaral pede a palavra para discutir, em seguida o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Vou ser bastante breve, Sr. Presidente, mas não poderia deixar de registrar a pertinência do relatório do Senador Romero Jucá, em função de tudo aquilo que nós

vivenciamos desde da discussão, meu caro Senador Romero Jucá, da Agência Nacional de Aviação Civil, esses temas todos, eles fizeram parte das abordagens todas associadas à criação da Agência Nacional de Aviação Civil.

No meu ponto de vista isso é bastante pertinente, fortalece a aviação comercial brasileira, cria com esses capitais, consolida cada vez mais as nossas companhias, cria as condições necessárias para uma diversificação, especialmente no atendimento ao mercado brasileiro, estimula a competitividade, e isso é fundamental para o nosso país.

E quero também registrar, meu caro Senador Romero Jucá, que nós vamos ter que discutir também a questão da INFRAERO, nós vamos ter que discutir também aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, a participação privada, mesmo a INFRAERO mantendo, tendo controle majoritário, está certo, desses investimentos ou dos negócios associados a INFRAERO, mas propiciando a possibilidade de recursos privados serem aportados, especialmente na melhoraria, modernização e ampliação, especialmente da nossa, da estrutura aeroportuária brasileira, que precisa desses investimentos, e está mais do que claro que a INFRAERO não tem as condições necessárias para fazer frente a todas as necessidades do Brasil.

Portanto, eu acho que esse Projeto que V. Exa. relata é o primeiro passo na busca de uma abertura maior nesse setor e na criação das condições necessárias para que realmente nós tenhamos uma aviação comercial e uma infraestrutura aeroportuária cada vez mais robusta e mais compatível com as necessidades do nosso país. É isso Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Vice-Presidente Delcídio Amaral desta Comissão e concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu entendo que o trabalho do relator foi competente, foi bastante minucioso, eu apenas me recinto da opinião da Aeronáutica. Eu queria perguntar ao Senador Jucá se houve alguma tratativa com a Aeronáutica... Pois não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não houve tratativa com a Aeronáutica, o Ministério da Defesa e a INFRAERO estão ultimando um Projeto que vai na mesma linha, mas eu preferi não esperar o Projeto do Executivo. Eu acho que, se nós temos aqui projetos de Srs. Senadores que tratam do mesmo tema, vão na mesma direção, eu preferi com celeridade--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas não houve de parte da Aeronáutica nada...?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, nenhum tipo de óbice, nenhum tipo de encaminhamento negativo, pelo contrário, os representantes da ANAC estão aqui, e a opinião técnica da ANAC é exatamente no sentido da aprovação do Projeto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sendo assim, Sr. Presidente, eu encaminharia o voto sim, no momento oportuno.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra a ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Na mesma linha, eu acho positivo o Projeto, no sentido de que ele facilita a capitalização das empresas aéreas brasileiras, a possibilidade de estímulo da concorrência, e também flexibiliza, dentro de regras que serão estabelecidas, a questão da utilização desses, digo das companhias internacionais para tráfego doméstico, em circunstâncias especiais que serão regulamentadas *a posteriori*. Então, eu acho positiva a iniciativa, e também do Senador Paulo Otávio, do Senador Valdir Raupp, e também do relatório do Senador Romero Jucá. Portanto, também encaminhamos o voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sr. Presidente Garibaldi, Sras. e Srs. Senadores, essa matéria, eu vejo a boa intenção do líder Romero Jucá, ele tenta atualizar um marco regulatório sobre o tema, seguramente isso vai seguir a partir daí pela ANAC, nas proporções devidas se tratando na questão. O fato é que existe uma situação grave no Brasil hoje, que vai da aviação regional às rotas oferecidas para integração dos chamados hubs. Então, nós vivemos uma situação muito delicada. O mundo inteiro tem mudado sobre esses aspectos, nós estamos no meio de uma crise econômica, eu tive a oportunidade de apresentar essa matéria, uma matéria tratando desse tema há alguns anos, e ela dizia respeito a facultar o mercado doméstico de aviação, às empresas internacionais, ou seja, quebrar o protecionismo em relação a esse item. E por que razão eu fiz tal defesa, Sr. Presidente? Em razão de nós termos um péssimo serviço para as regiões menos favorecidas economicamente do Brasil, e as grandes empresas insistem em criar uma pressão violenta de tarifa contra o usuário, de qualidade de serviço em relação ao usuário, e o que se observa na consequência? A aplicação permanente de grandes volumes de recursos do mercado de ações internacional e o esquecimento dos direitos e de uma menor margem de lucro, mas que estivesse voltada para o usuário a prestação do serviço. Então, nós não temos

efetivamente as grandes empresas se preocupando com a qualidade do serviço prestado aos usuários, exemplo é que todos veem em algumas aeronaves sobre atendimento interno, sobre espaçamento das aeronaves, sobre o horário de distribuições de voos, até o custo tarifário.

Para V. Exa. ter uma ideia, um exemplo claro da crise regional, lá no Município de Cruzeiro do Sul havia um empresa, que o Senador Arthur Virgílio conhece, chamada Rico, uma empresa que fazia o tráfego de integração regional Cruzeiro do Sul - Manaus, passando Rio Branco, Porto Velho, Manaus, essa empresa cobrava 350 reais pelo trecho, a Gol entrou e em quatro meses ela jogou uma tarefa menor do que 350 reais pelo trecho, a outra teve que sair porque não aguentava, logo a seguir a Gol subiu, hoje está 1922 reais o mesmo trecho.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Tião Viana, permite?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Permito, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sobre isso há uma... É muito oportuno isso, Senador, ter uma região que, de certa forma, ela se mistura, Acre e Amazonas se misturam, aquela região ali do Alto Juruá, enfim. Mas, para alguém sair hoje de Rio Branco do Acre para São Paulo, paga 600 reais. Para sair de Cruzeiro do Sul para Manaus, paga 1900 reais. Isso é uma luta que tem sido travada pelo Senador Tião Viana, pelo Deputado Gladson Cameli, por algumas pessoas lá, a qual eu me irmano, porque eu considero isso um desrespeito, exatamente é o abuso do monopólio, nós precisamos de mais empresas de mais azul, mais verde vocês mais roxo, empresa de toda cor, para que o preço baixe e a qualidade melhore. Essas empresas funcionam sem nenhum... um preço alto e sem nenhuma atenção ao usuário. A partir do tratamento, a partir do tratamento, é aquela coisa, a impressão que dá é que você está naquele ônibus intermunicipal, nem interestadual, aquela coisa desrespeitosa de fato. Mas eu não poderia aproveitar, Senador Tião Viana, de deixar de dar essa palavra de solidariedade a V. Exa., que é solidariedade a meu povo também, porque não é brincadeira se deslocar um doente, se não for atendido no Acre, um doente do Município de Guajará, de Pixuna, para Manaus. É um preço absurdo, realmente absurdo.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Então, eu agradeço ao Senador Arthur Virgílio, Presidente, e deixo claro o seguinte, essa matéria tem sido debatida por alguns grandes jornais e veja a V. Exa., nós temos a oferta de voos ainda, só na madrugada. Só pode haver transferência de doentes nos estados periféricos,

na madrugada, ou de pessoas, qualquer cidadão que quer se deslocar só tem a madrugada. Então isso é uma tragédia em função da cartelização, do monopólio estabelecido e a quebra das regionais que querem se apresentar como alternativa de comunicação. Por essa razão foi que eu apresentei esse Projeto de Lei que está pensado na forma em que o Senador Romero Jucá faz o substitutivo aqui.

Eu quero dizer que, em Plenário, regimentalmente, eu vou representar um requerimento pedindo o desapensamento. Nós vivemos uma fase de crise internacional, mas os Estados Unidos fizeram acordos com a União Europeia, há uma abertura de mercado doméstico entre essas regiões, Estados Unidos e a União Europeia, o Canadá fez com a União Europeia, fez com Austrália, e o Brasil precisa estar inserido nesse mundo atual de uma relação econômica mais aberta para o bem da competitividade, para o bem da qualidade de serviço prestados e para o bem do preço. Eu acho que as empresas aéreas brasileiras só vão dar um freio nessa ação discriminatória contra os estados periféricos se nós tivermos a determinação de manter projetos como esse. Se pactuarem, muito bem, vamos defender a empresa nacional, se não pactuarem e pensarem no lucro, vamos apresentar uma regulação à altura. Por essa razão eu vou concordar, nesse momento, com o Senador Romero Jucá, mas em Plenário eu apresentarei o Requerimento pedindo desapensamento do meu Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra--

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Só externando que a TAM tem tido bem mais sensibilidade quanto a essa discussão. Mas a Gol tem praticado verdadeira selvageria e indiferença com os estados periféricos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, parabenizar o Senador Romero Jucá pelo relatório e dizer que um ponto desse Projeto está consensuado, que é a abertura do capital para empresas estrangeiras. É uma pena que isso demore muito, já faz quatro anos que esses projetos estão tramitando aqui e ainda vai ter que passar pela CCJ, ainda vai para Câmara dos Deputados, e lamentavelmente Sr. Presidente, a roda gira, a roda da economia já girou, há quatro anos atrás, o mundo estava abarrotado de dinheiro, todas as empresas queriam investir em outras países, agora já mudou um pouco, quer dizer, daqui a pouco esse Projeto vai até perder o efeito. Mas o que é importante, é que tem que tramitar rápido e pelo menos esse percentual de 49%,

já houve Audiência Pública, eu participei de uma Audiência Pública no Rio de Janeiro, com a ANAC, com o Ministério da Defesa, com a Aeronáutica, com as empresas, com representação de todas as empresas aéreas, e esse percentual de 49% é consenso. Então, pelo menos isso tinha que andar rápido para poder, de repente, eventualmente, socorrer algumas empresas brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para discutir a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Garibaldi Alves, Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Esse Projeto de autoria do Senador Paulo Otávio, tem como Relator o Senador Romero Jucá, ele é da maior importância. Tem dois aspectos e me parece, pelo que eu pude ouvir dos Senadores que me antecederam, a abertura ou o aumento da possibilidade de aporte de capital estrangeiro nas empresas aéreas nacionais de 20 para 49%, me parece que há quase que um consenso para que isso seja aprovado. Evidentemente, na atual conjuntura, em que os recursos financeiros estão globalizados, não há mais como se impedir que haja aportes de capital estrangeiro em empresas nacionais, principalmente neste caso, que vai até o limite de 49%, ou seja, o comando da empresa continua nacional. Então, aí tem o nosso total apoio.

A segunda parte, que permite que o transporte aéreo doméstico possa ser feito por linhas internacionais em pontos dentro do nosso país, isso é uma questão que deve ser estudada, estudada com mais carinho, até porque, na minha região, talvez, não sei se isso seria um benefício, mas que nós precisamos ter uma reunião com a ANAC, no sentido de verificar por que a exorbitância do custo de uma passagem aérea em trechos internos da Amazônia. Você paga para ir de Belém até Redenção no sul do Pará, mais do que você paga para ir de Belém a Buenos Aires ou de Belém a Porto Alegre, ou de Belém a São Paulo. Quer dizer, não há sentido isso, na Amazônia nós só temos dois meios de locomoção: estrada é muito difícil, barco, que é a demorado e o outro é avião, que é muito caro. Então é preciso que haja realmente uma ação do Governo no sentido de priorizar a aviação, principalmente a de pequeno porte, os táxis aéreos na Amazônia.

Eu tive, Senador Arthur Virgílio, uma reunião há uma semana atrás com as empresas de táxi aéreo do Pará e várias reivindicações foram feitas por eles, no sentido de diminuir o custo. E eu tive uma informação, Senador Jucá, não sei se V. Exa., como relator, teve conhecimento disso, eu não sabia que cada contato

da aeronave com a torre, cada contato tem um preço, é cobrado um valor, é um valor. Então o voo, vamos dizer de vinte minutos entre Belém e Soure, na ilha do Marajó, que é logo em frente. A aeronave precisa fazer um contato para fazer o plano de voo, um outro para chegar na pista, o outro para decolar, o outro para dar a posição. Então, ele faz ao longo dessa viagem de 20 minutos, uns sete ou oito contatos e paga, e paga mais de... é cento e tantos reais para fazer esses contatos, que é problema de segurança.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade. Então, é importante, eu me comprometi, Senador Garibaldi Alves, eu me comprometi com os pilotos e com os empresários de táxi aéreo a fazer aqui um estudo pela consultoria junto a ANAC de tal forma como é que nós pudéssemos baratear esse sistema de transporte na Amazônia, que é da maior importância. Eu vou votar favorável ao Projeto, ao relatório do Senador Romero Jucá, e vamos verificar de que forma essa questão dos uso das linhas internacionais em escalas no Brasil.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Peça a palavra, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, essa proposta tem duas grandes virtudes. Primeira, por que caminha no sentido do barateamento das passagens aéreas, na medida em que admite, ou possibilita, a participação de empresas estrangeiras no mercado de transporte aéreo no Brasil. E a segunda virtude, que eu considero também importante, é que haverá sem dúvida alguma, uma alavancagem econômica no Brasil, nesse setor, porque a participação de investimentos estrangeiros passará de 20% para 49%. É um percentual bastante significativo, que deve ser levado em consideração notadamente agora, num momento como este, em que estamos precisando atrair capitais estrangeiros internamente, visando a criação de empregos e oportunidades maiores de investimentos. Por isso, eu quero me congratular com o relator, Senador Romero Jucá, e também com o seu autor, o ex-Senador Paulo Otávio, que teve essa grande visão de contribuir para contornar a crise do setor aéreo e ao mesmo tempo proporcionar a possibilidade de abertura de novas frentes de trabalho, barateamento de passagem e atração de investimentos provenientes do exterior.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o parecer do relator, Senador Romero Jucá. Os Senadores que concordam com o parecer do relator, permaneçam como estão. Aprovada a matéria. À unanimidade, aprovado o parecer do relator favorável ao PLS nº 184 de 2004, com a emenda nº 1 da CAE e pela rejeição dos PLS nº 258 e 259 de 2006. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa.

Item nº 4. Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2006. Terminativo. Autoria: Senador José Sarney. Relatora, Senadora Ideli Salvatti. Parecer: Favorável ao Projeto com as emendas de nº 01, 03 e 04 que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 02, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. Lembro que o Projeto é terminativo e exige quorum qualificado. Com a palavra a relatora Senadora Ideli Salvatti, item nº 4.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o nosso parecer com relação a este Projeto é, em termos de mérito, um parecer positivo. Nós queremos aprovar pelo mérito, conceder isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é de suma importância, tendo em vista o relevante papel que estas três instituições desempenharam ao longo da história do Brasil em todo o tempo da sua existência. Mas nós temos uma preocupação com relação a alguns aspectos que nos foram colocados a respeito da constitucionalidade e legalidade da matéria. Portanto, para que nós não sejamos atropelados e não tenhamos uma surpresa na tramitação e na continuidade desse Projeto, eu já quero de antemão dizer que pelo mérito, eu sou absolutamente a favor, mas se sentiria mais tranquila se a Comissão de Constituição e Justiça pudesse fazer a análise dos aspectos da constitucionalidade e da legalidade do Projeto. Portanto, eu estou apresentando um requerimento para que, além da nossa Comissão, a Comissão de Constituição e Justiça, também possa ser ouvida. Mas volto a dizer que meu parecer é pela aprovação da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. Já apresentou... O requerimento está sendo apresentado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o requerimento apresentado pela Senadora Ideli Salvatti. "Requerimento, nos termos do art. 101, inciso I e VI, do Regimento interno, que o PLS 191, de 2006, que concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação

ção Brasileira de Imprensa, e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e cancele débitos fiscais dessas instituições, seja submetida ao exame da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, quanto aos aspectos constitucionais e legais". Assina a Senadora Ideli Salvatti. Em votação o requerimento.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, uma breve consideração. Eu considero da maior justiça, da maior justeza se conceder essa isenção fiscal, a outras das quais discordo, algumas com as quais concordo, o benefício, por exemplo, áreas não privilegiadas, áreas que precisam se desenvolver, seguindo uma prática mundial de incentivar o mais pobre. Mas aí eu vejo o reconhecimento ao trabalho extraordinário que essas entidades, a começar pela ABL, fazem em prol da cultura brasileira. Portanto, obviamente que eu parabeno o Senador Sarney pela iniciativa tão oportuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o requerimento da Senadora Ideli Salvatti que solicita seja submetida ao exame da Comissão de Constituição e Justiça esse Projeto. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento... A matéria vai a CCJ, de acordo com a decisão do Plenário, depois retornará ao exame desta Comissão.

Requerimento de nº 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado, requeiro a dispensa de realização da Audiência Pública, requerida por meio do Requerimento 24/2007 da CAE. O Requerimento 24/2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, requer que seja convidado o Sr. Roberto Carvalho Azevedo, Subsecretário Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, para prestar esclarecimentos sobre a decisão de Organização Mundial do Comércio, OMC, relativo ao contencioso sobre a importação pelo Brasil de pneus usados e reformados da união Europeia. Trata-se de assunto cujos desdobramentos já levaram o Brasil assinar, em 5 de janeiro de 2009, um acordo com a União Europeia para evitar uma retaliação comercial no curto prazo, por não ter cumprido o prazo dado pela OMC para uniformizar a proibição, a importação de pneus usados e reformados. Assina o Senador Alvaro Dias, afirmando no final do requerimento que parece-nos extemporâneo dar segmento ao requerimento. Em votação o Requerimento do Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, apenas para esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o autor.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, apenas para esclarecer, o Senador Romeu Tuma não está presente, quando ele apresentou a proposta, se justificava plenamente, mas houve um fato novo, exatamente no dia 5 de janeiro de 2009, que dispensa a necessidade dessa Audiência Pública. Portanto, o pedido que faço em respeito ao Senador Romeu Tuma, porque realmente ficou extemporânea a sua solicitação, que é de 2007. Portanto, já está superado o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o requerimento do Senador Alvaro Dias. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, solicitaria de V. Exa. a mudança de Pauta, e queria prestar uma homenagem a V. Exa., e relatar o item 10, que é de autoria de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. é o Relator do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2008, não terminativo. Dispõem sobre cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública. Relator: Senador Efraim Morais. Parecer: Favorável ao Projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça. Com a palavra o Relator.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Agradeço a V. Exa., Senador Garibaldi Alves, Presidente dessa Comissão. E esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado PLS nº 336, de 2008 de autoria do eminente Senador Garibaldi Alves Filho, que objetiva reformular o sistema de execução judicial dos créditos lançados como Dívida Ativas das Fazendas Públicas da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e das autarquias e fundações de direito público. A nova sistemática revoga dispositivos na Lei nº 6830, de 22 de setembro de 1980, que regula a execução da Dívida Ativa das Fazendas Públicas, e remete diversas práticas ao código do processo civil. A justificação da proposição aponta a necessidade de reformulação do sistema de cobrança da Dívida Ativa das Fazendas Públicas e indicam o atual como evidentemente falho, porquanto a inadimplência alcança a meio trilhão de reais. Em contrapartida, a execução que não ultrapassa 3.7 bilhões de reais anuais.

A proposta é de aumentar o grau de efetividade mediante práticas, mas consentâneas com a realidade atual, pois está anacrônica a lei nº 6.830, de 1980. A conclusão é da lacuna no ordenamento jurídico, que explica a falta de controle judicial prévio, concentrando e abstrato da constitucionalidade, aliada ao poder decisório dos juízes de 1º grau. O PLS nº 336,

de 2008 compõem-se de 21 artigos, sendo o último dedicado a cláusula de vigência em todos os vínculos que o precedem aos comandos normativos, não foi apresentada emenda, Sr. Presidente. E a análise, nós queremos dizer que a proposição de autoria do Senador Garibaldi não apresenta vício de ordem regimental, o que torna admissível a sua análise, com base ao art. 99 do Regimento Interno dessa Casa, cabendo a essa Comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

No que respeita a técnica Legislativa, a proposição responde satisfatoriamente ao crivo da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. No mérito, é evidente que o procedimento judicial comum previsto no Código de Processo Civil é suficiente para dar efetividade à cobrança dos créditos fazendários, sem necessidade de aparatos extra judiciais, que já se mostraram ineficientes. Nessa via, a proposição visa a revogação de dispositivos de natureza processual, presentes na Lei nº 6.830, de 1980, que abrigará, tão somente os de natureza material.

A ordem valorativa das execuções também se altera, preferindo-se, a penhora de dinheiro, ou faturamento, como já consta no Código do Processo Civil, em vista da baixa efetividade da penhora e execução forçada de bens, que nem sempre são suficientes para ressarcir o erário ou são lançados em depósitos sem aproveitamento financeiro e entregues a intempérie, como é visto com frequência nos depósitos de automóveis em todas as capitais do país. Igualmente equivocado é aceitar-se Título de Propriedade de pedras preciosas, porquanto o mercado está eivado de falsificações. Portanto, bem andou o ilustre autor da proposição, que prioriza a moeda e o bem, com o claro objetivo de liquidez no projeto de ressarcimento dos cofres públicos.

Em suma, Sr. Presidente, o objetivo é persecução do crédito e não a garantia de medidas extrajudiciais, ou de penhoras de resultados duvidosos. Nesse sentido a proposição é um avanço bem-vindo, ainda que não se nutra a expectativa de que sozinha dará conta da recuperação breve, sequer da maior parte da Dívida Ativa contabilizada, em cujo estoque se abrigam dívidas verdadeiramente incobráveis, é por absoluta ausência de patrimônio suficiente para fazer frente às obrigações com o Fisco. Ademais, nunca é demais lembrar que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional necessita de condições materiais, financeiras e de recursos humanos para levar cabo a suas funções institucionais.

Portanto, diante da análise e o nosso relatório, conclui pelo voto, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2008. É o relatório Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Para discutir concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente Garibaldi, Srs. Senadores, é uma matéria de mérito inegável, eu quero render homenagens a V. Exa. Pelo valor legislativo que essa matéria tem, ela vem a corrigir e a favorecer ações práticas em relação a esse tema que diz respeito à cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública. Agora, o fato, Sr. Presidente, é que o Governo editou uma Medida Provisória de nº 449, do ano de 2009, que já contempla muitos dos itens apresentados no Projeto de Lei de V. Exa. Eu só lamento, porque eu acho que, se o Governo não tivesse essa volúpia legiferante, ele procuraria o Projeto de V. Exa., tentaria estimular o projeto de V. Exa. a algum item de aperfeiçoamento e apoiaria prontamente o projeto de V. Exa., mas prefere editar uma Medida Provisória, como se não tivesse qualquer sensibilidade com o valor do processo legislativo que os Senadores e os Parlamentares exercem. Eu fui vítima disso há uma semana no Projeto do Fumo, também o Governo tendo todas as condições de apoiar o meu Projeto que tratava da tributação, lança uma Medida Provisória, invadindo as prerrogativas do Senado, não me parece que o Governo ganhe com isso, e não pode ser só vaidade, me parece que algo grave que está acontecendo de descon sideração com as prerrogativas do Poder Legislativo e dos seus Parlamentares. Agora, como essa matéria, ela é constitucionalmente, já é uma atribuição da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional representar judicialmente a União nessas questões, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional pede um prazo para fazer uma análise técnica melhor do Projeto, e somente por essa razão eu vou pedir vistas, mas deixando claro que estou inteiramente de acordo com o mérito da matéria defendida pelo Senador Efraim Moraes, que é o Projeto de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo vistas ao Senador Tião Viana e agradeço ao Senador Efraim Moraes e ao Senador Tião Viana pelas suas considerações.

Item 7 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2008. Não terminativo, Acrescenta art. 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados. Autoria: Deputado Pompeo de Mattos. Relator: Senador Arthur Virgílio. Parecer: Pela rejeição do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência,

Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Um parecer pela rejeição do Projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Com a palavra o relator, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, é sempre lamentável quando se tem que rejeitar num Congresso que, dominado com Medidas Provisórias, quando se tem que rejeitar a matéria de iniciativa de um colega nosso, Deputado ou colega de Congresso, portanto, colega de Congresso, Deputado, ou colega de Congresso e de Senado, quando se trata de um Senador. Muito bem, nos termos do art. 99/01 do Regimento Interno do Senado, é submetido à Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei da Câmara PLC nº 51, de 2008 para exame de sua repercussão econômica e financeira. A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, trata de disciplinar a publicidade dos anúncios de vendas de veículos usados nos meios de comunicação social e escrita, mediante acréscimo de dispositivo à Lei nº 8.070, de 11 de setembro de 1990, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, o CDC. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, CCTCI. A redação final encaminhada ao Senado Federal, determina que nos anúncios de oferta desses bens, publicados em mídias impressas, será obrigatório informar, de maneira clara e objetiva, além das características do veículo e o preço de venda, o ano de fabricação, o modelo, a placa e o número de chassi. No Senado a matéria foi inicialmente encaminhada à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática a CCT, sendo designado como relator o Senador Cristovam Buarque que se pronunciou pela rejeição do Projeto.

Após análise nesta Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, o PLC 51, de 2008 será submetida à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a CMA. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Da análise: tendo em vista que o presente PLC será posteriormente apreciado pela CMA no ponto de vista da defesa do consumidor e já foi examinado pela CCT sobre o aspecto da publicidade, nesse colegiado consideremos pertinente analisar sua repercussão econômica. A esse respeito, não obstante a louvável intenção do autor da iniciativa, consideramos haver restrições importantes ao Projeto. Observe-se que a aprovação da presente iniciativa, ou seja, a obrigatoriedade que os anúncios de veículos automotores usados, contendo informação detalhadas sobre os mesmos, a nosso ver excessivas, acaba por penalizar as mídias

impressas, especialmente o segmento dos classificados dos jornais. O aumento do número de linhas de informação elevará o preço do anúncio para o consumidor, o que invariavelmente provocará uma retratação da quantidade de anúncios classificados contratados. Por outro lado, haverá por certo, uma migração para mídias desreguladas como a internet.

Note-se que, segundo dados dos Projeto Intermeios, que mede os investimentos feitos em mídia pelos anunciantes, o meio que mais cresceu em 2008, a exemplo do que tem acontecido nos últimos cinco anos, foi a internet, com 44.18%. Em segundo lugar, aparece a TV por assinatura, 25.3%, a TV aberta continua tendo a maior participação, 58.8%, crescimento em linha com a média do mercado. A pesquisa destaca, por outro lado, que os primeiros a sentir os efeitos da crise econômica foram os jornais e revistas, que apresentaram crescimento de 9.83% e 13.34% respectivamente. Entendemos que esse cenário pode agravado pela aprovação do Projeto, que cria uma distorção na participação de cada veículo de comunicação no mercado publicitário com claro prejuízo para os meios impressos. Essas, as repercussões de natureza econômica, que do nosso ponto de vista não recomenda o parecer favorável à iniciativa.

Do voto, Sr. Presidente, tendo em vista, as considerações apresentadas, somos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara, o PLC 51, de 2008. É esse o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão o relatório do Senador Arthur Virgílio. Os Senadores em votação o parecer do relator. Os Senadores que concordam com o parecer do relator, permaneçam como estão. Rejeitada a matéria. Aprovado o parecer do relator pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

[falha no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN):-- 8 Projeto de Lei do Senado de 2006. Não terminativo. A matéria constou da Pauta de 3 reuniões da CAE podendo, assim, ter a designação de um relator *ad hoc*. Autoria: Senadora Roseana Sarney. Parecer: Favorável ao Projeto com as emendas de nº 01 e 02 que apresenta, e pela aprovação das emendas 03 e 04, de autoria do Senador Pedro Simon. Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182, 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da Política Urbana. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa, em 28

de 2004, foi concedida vista coletiva. Peço ao Senador Antonio Carlos Júnior que funcione como relator *ad hoc* desta matéria.

Já recebi a informação, Senador Antonio Carlos Júnior, recebo agora a informação, aliás, que o parecer já foi lido. Então, basta V. Exa., se desejar, fazer alguns comentários, que julgar necessário.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do PLS nº 331, de 2006, da Senadora Roseana Sarney, que já se encontra em boa recuperação para todos nós, a alegria de todos nós. Com as emendas do relator e as emendas do Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o parecer do relator. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o parecer do relator *ad hoc*, Senador Antonio Carlos Júnior, permaneçam como estão. Aprovado o parecer do relator, favorável ao Projeto, com as emendas de nº 01, 02, 03 e 04 da CAE. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para decisão terminativa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É que o Senador Gim Argello já está conosco e já pode relatar, se V. Exa. desejar e achar oportuno, o item 1 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos voltar às origens. Projeto de Lei do Senado número 486, de 2008, não terminativo. Unifica a hora legal no território brasileiro. Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relator: Senador Gim Argello. Parecer: favorável ao projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): A propósito, Sr. Presidente, de onde surgiu a ideia de esse projeto vir também para a Comissões de Relações Exteriores? De onde partiu isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço a secretaria para me dar alguma informação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Meu medo é que isso aí seja coisa de senador que... De 82º senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Parece que já foi designado dentro da Mesa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois é, mas por quem?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi um despacho... Senador Arthur Virgílio, foi um despacho do Presidente Senador José Sarney, segundo informação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É, é estanho. Isso parece coisa de assessoria... Assim, tipo aqueles 82º, 83º senador, que aqui está cheio, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De acordo com a--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Quando o DIAP perguntar, agora, quem é o mais influente daqui, eu vou colocar o Dr. Agaciel Maia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De acordo com o que eu vou ler aqui, as Comissões--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Segundo, Dr. Zoghbi e terceiro quem fez essa mudança.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo a última a decisão terminativa.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Qual a razão, Presidente, em mérito? Para eu entender por que, o que tem a ver a Comissão de Relações Exteriores com a matéria dessa natureza?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Houve um--

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Só pode ser, Senador Arthur Virgílio, só pode ser porque ele está mencionado o Greenwich aqui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É verdade. [risos] Então, deveria ir também, porque o nome do relator é Senador Gim Argello. Então [interrupção do áudio] se tratar de sobrenome italiano.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, pede para ver, então, na Mesa, porque nós achávamos que era terminativo nessa Comissão, eu também concordo sendo Relator.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Estou fazendo um Requerimento para derrubar esse Plenário, Sr. Presidente, isso não é justo.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Eu também acredito que é terminativo nessa Comissão, porque não tenho, não faz sentido.

[falas sobrepostas]

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente Garibaldi, eu pediria à V. Exa. que olhasse a data que encaminharam para Relação Exteriores, que foi em dezembro de 2008, não era o Presidente Sarney ainda quem dirigia a Casa.

[falas sobrepostas]

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Não estou, com isso, querendo fazer qualquer crítica à V. Exa., que eu sei que conduziria muito bem uma matéria dessa natureza.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu acho que V. Exa. está querendo me derrubar.

[risos]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu acho que deram para V. Exa. uma coisa... V. Exa., de boa-fé, assinou algo que foi feito por senador sem voto, que, aqui, está cheio, eu repetido.

[falas sobrepostas]

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Então, Sr. Presidente, se fosse para fazer um debate de mérito aqui a mais... Qualquer coisa pode, mas ir para Relações Exteriores me parece um despropósito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não há nenhum sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É de submeter um horário legal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É só por causa do Greenwich ou, então, do Senador Gim Argello.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, eu abro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, podemos... A Comissão pode decidir aqui...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O que caberia um recurso?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Caberia um recurso ao Presidente.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Porque eu não sei... No regimento do Senado, eu não estou lembrado. No da Câmara, é decisão do Presidente da Casa, se vai, ou não, para a Comissão. É uma questão de ordem, talvez resolva, ou um apelo de V. Exa. ao Presidente da Casa para que reconsidere.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, hoje, eu formularei essa questão de ordem ao Presidente Sarney, pedindo que, monocraticamente, ele abra mão de uma protelação que não tem a menor razão de ser e que abre um precedente, porque, se fosse o projeto em si, tudo bem, mas não é o projeto em si. É que, amanhã, essa coisa vai vingando; quando alguém quiser protelar uma decisão, vai usar de artifícios que não são regimentais, que não são cabíveis, que não são lógicos.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria, até sugerindo ao Senador Arthur Virgílio, que é o autor do projeto, não só nós apresentarmos as justificativas com relação a não inclusão da Comissão de Defesa Nacional e Relações Exteriores para deliberar sobre esse assunto, como também, Senador Arthur Virgílio, já houve uma iniciativa anterior e, hoje, há essa iniciativa, inclusive na Câmara, de se fazer um plebiscito, e isso chegou a tramitar na CCJ e foi sobrestado pela Mesa Diretora do Senado. Eu entendo que, como disse o Senador Tião Viana, com as atribuições que o Congresso Nacional detém, com os instrumentos de Audiência Pública e outras questões que nós podemos efetivamente executar aqui, que essa proposta também leve em consideração a não realização de plebiscito, porque nós estamos abdicando de uma função que é nossa, aqui no Congresso Nacional. Eu estou citando isso porque já houve uma iniciativa anterior, Senador Tião Viana, no sentido de levar essa discussão a plebiscito. E eu pergunto quem paga o plebiscito, em que condições e se isso está nas atribuições do Congresso Nacional, e eu mesmo fui o relator do projeto do Senador Tião Viana, que valeu para o Acre, para Rondônia e para o Amazonas, pode até gostar... E Pará, oeste do Pará. E, depois, até gostaria de ouvir do Senador Tião Viana, como tem muita gente querendo surfar politicamente nisso, até como é que isso ficou depois que esse novo horário foi implantado, garanto que só tem benefício.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite, V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Na verdade, nós temos que ter muito cuidado. Eu me preocupo muito com as coisas perenes. Plebiscito não é brincadeira, ele cabe na pequena Suíça dos cantões; num país, como o Brasil, não. Nós estamos, aqui, numa luta por afirmação e reafirmação das prerrogativas do Congresso Nacional. Então, se começarmos com essa brincadeira de plebiscito para cá e plebiscito para acolá, nós vamos começar a criar no povo o hábito de que as decisões do congresso não são válidas, de que sempre elas terão que ser discutidas. É algo grave. Então, não é para se abusar, plebiscito é algo excepcional, a ser tratado com solenidade e para assuntos de extrema relevância. Jamais para virar arroz de festa, porque, virando arroz de festa, quem perde

é o Congresso Nacional, e, portanto, quem perde é o prestígio dos congressistas que o integram.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu poderia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, V. Exa..

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Até insisti, Sr. Presidente, para que o Senador Arthur Virgílio, que vai colocar essa questão para a Mesa, também inclua essa questão sobre o plebiscito, que, pelas razões que foram aqui elencadas, não... Um plebiscito não se presta para esse tipo de projeto, né? E, portanto, eu acho que nós poderíamos aproveitar essa oportunidade para zerar esse jogo, porque plebiscito é para outro tipo de consulta e concordo com o Senador Arthur Virgílio, é uma desmoralização, quando nós começarmos a fazer plebiscito para qualquer discussão que venha a ocorrer aqui, no Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sr. Presidente, eu concordo com o Senador Arthur Virgílio, Senador Delcídio, eu acho que essa matéria, ela procura atualizar o país em relação ao que está ocorrendo no horário. Veja que essa medida ocorreu - de mudança de horário - em quatro fusos no Brasil, em 1913. Desde então, nós tivemos o acesso à televisão, às atividades de iluminação das cidades, os hábitos foram sendo modificados, e o mundo inteiro mudou. A Europa toda fez modificações, quase toda a Europa mudou. O Reino Unido, que é a sede mãe do meridiano de mudança, hoje, tem uma mudança; mais de metade do ano, ele muda. Os países todos da Europa Ocidental fizeram suas modificações. A China tinha cinco fusos; por essa decisão de 1913, unificou numa só. Os Estados Unidos tem 50 estados, somente o Havaí ficou sem mudanças, os outros 49 modificaram os seus hábitos de horário. Então, a América do Sul mudou, a África mudou, não há razão para que se crie um debate menor sobre um assunto dessa natureza. O horário tem que estar subordinado à vida das pessoas, e não as pessoas subordinadas ao horário. O relógio mecânico surgiu no século XIII, Presidente. As pessoas parecem que não... Alguns parecem que não raciocinam... Quando nós nos guiávamos pela lua e pelo sol, era uma coisa; agora, nós temos um conjunto de ações da vida cotidiana que deve permitir que a sociedade se adapte aos tempos presentes.

Então, quando foi em 1913, o Nordeste brasileiro já disse: "Eu não vou seguir essa norma internacional", já se rebelou. Então, não é algo estático. Até lá, nós tínhamos um horário único no Brasil. Então, o apelo que

eu faço é que nós tenhamos a sensibilidade de votar essa matéria, que ela possa ir ao Plenário e que ela vá à Câmara dos Deputados, e concordo com o Senador Delcídio, Senador Arthur Virgílio. Nós não podemos submeter, subtrair as prerrogativas do congresso brasileiro. Se alguém tem manifestações contrárias, é mais do que legítimo e importante que venha aqui, debata nas Comissões, promova Audiência Pública, discuta o mérito, explore o conteúdo da matéria.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Além do que, senador, esvazia a Comissão presidida pelo Senador Garibaldi, esvazia a CAE.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Exatamente. Senador Antonio Carlos Magalhães, pai do Senador Antonio Carlos Junior, eu debati exaustivamente essa matéria com ele, foi um dos primeiros no Brasil, eu acho que foi o primeiro parlamentar no Brasil, a partir dos anos 80, a defender um ajuste de horários nacional único e fazia com toda firmeza e lamentava as manobras regimentais, que impediu a aprovação daquela matéria. Depois, veio o Senador Júlio Campos, que também--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Inclusive, Senador Tião. Só um aparte. Inclusive, o Senador Antonio Carlos apresentou um projeto, que até o horário de verão teria que ser unificado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Exatamente. Eu lembro, discutia isso com ele, de maneira muito permanente. Então, Sr. Presidente Garibaldi, eu acho que V. Exa. pode colaborar com o Senador Arthur Virgílio, essa matéria ter o debate na sua proporção de trâmite normal. Me parece que ir à Comissão de Relações Exteriores é submeter ao Itamarati um tipo de parecer desse, e é algo estapafúrdio. Então, eu quero concordar com o Senador Artur, com o parecer do Senador Gim Argello e defender, sim, a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Se o Senador Arthur Virgílio permitir, eu poderei ir com ele ao Presidente Sarney.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim, sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Iremos juntos, porque, ontem mesmo, eu fui ao Presidente Sarney, uma vez que houve um despacho do Presidente que subtraía dessa Comissão o exame do projeto do cadastro positivo. E eu... Só submetia à Comissão de Defesa do Consumidor e à Comissão de Justiça.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, eu fui a ele, e ele cedeu plenamente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Chega a ser uma estupidez até. Porque o que se espera da [ininteligível] é precisamente impacto econômico. Claro que isso aí tem reflexo sobre o consumidor, sobre a qualidade da relação do vendedor com o consumidor. Isso cabe... Se a gente achar o gancho, a gente até diz: "Tratar bem o consumidor correto, assunto da Comissão de Direitos Humanos", pode até inventar isso. Agora, subtrair um assunto, que é eminentemente econômico, de uma Comissão que discute eminentemente assuntos econômicos, chega a não ser inteligente. Não é... Eu diria que Prêmio Nobel de física, não vai levar, não, não leva.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só gostaria... Como eu aprendi muito com o Senador Tião Viana sobre esse assunto, como outros assuntos também, eu não poderia deixar de destacar aqui, e o Senador Tião Viana foi muito objetivo na sua abordagem, é importante destacar, Senador Tião Viana, que as mudanças de horário no mundo sempre foram movidas por interesse econômicos. E eu não tenho vergonha de assumir isso aqui, porque alguns comentários que foram feitos, com relação a essa questão, é que nós estávamos atendendo interesses econômicos. Também estamos atendendo interesses econômicos, e eu não tenho nenhuma vergonha de assumir isso, nenhuma vergonha.

Isso começou lá trás, com a Inglaterra, quando a Inglaterra tinha que operar portos pelo mundo, precisava sincronizar os horários, até para dar mais eficiência para a sua frota. Inglaterra era a maior potência naval do mundo. Isso avançou, depois, com o telégrafo, que é o equivalente a nossa internet, guardadas as devidas proporções, né? Com as ferrovias. É importante também lembrar, Senador Tião Viana foi muito pertinente quando aqui explicou, Senador Gim Argello, V. Exa. que é o relator competente dessa matéria, que os países todos se ajustaram, sim, continentes se ajustaram também. Hoje, nós não precisamos, Senador Tião Viana, falar muito. É só abrir o mapa-múndi e ver como é que está o desenho dos fusos, em função do que foi aprovado lá atrás, em função de Greenwich. Não há dúvida nenhuma a respeito disso. Os países se amoldando, se ajustando, né, a condições que, efetivamente, o dia a dia dos seus cidadãos... Condições que eram impostas. E o curioso, nessa discussão, Senador Tião Viana, V. Exa. é médico, diga-se de passagem, um excelente médico, é que começam a falar que essa diferença

de fuso de uma hora vai efetuar a saúde, mexe com o coração, dá câncer de pele, umas coisas inacreditáveis que eu ouvi, quando eu acho que é até exatamente o contrário. Você... Quando a expulsão solar é maior, é hora do almoço... Portanto, você... Muito pelo contrário, você vai poupar as pessoas.

Segunda coisa, e que é importante também registrar: "Ah, na escuridão...". Nós levantamos a região Centro Oeste, os horários de nascer no sol e horários de escolas, assim por diante, somente no mês de julho e agosto é que há alguma defasagem entre o nascer do sol e o horário escolar. Coisas que podem ser absolutamente administradas. Eu vou dar um exemplo aqui. O meu estado, o Mato Grosso do Sul, o estado do Senador Tião Viana, o estado de Mato Grosso, do Senador Jaime Campos, que também apresentou um projeto nesse sentido, nós perdemos quatro horas, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior por dia. Quando, às sete horas estamos tomando café, às oito, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, já começou, já começaram a trabalhar. Quando nós estamos a pleno vapor, às onze, meio-dia já é almoço na região Sudeste. Quando nós vamos almoçar ao meio-dia, é uma hora, já começou a trabalhar outra vez. E quando nós estamos no pique, às quatro, às cinco, a região Sudeste, os principais estados da federação já estão encerrando o expediente.

Aí alegaram a questão da segurança. Se for com estudante, com escola, adiantando meia-hora, em alguns meses, se for, efetivamente, necessário, porque são só os meses, é só no inverno que se verifica isso e não no mês cheio. Com relação ao retorno de quem trabalha, retorna no dia claro ainda. Portanto, tem vantagens sobre o ponto de vista de segurança. Outra coisa também: até a vida familiarizar, a possibilidade de um pai ou uma mãe de família conviver com seus filhos e exercer algum tipo de atividade, em função da claridade. E outra coisa: economia de energia também. Mas eu ouvi cada coisa, Senador Tião Viana. Eu, quando eu comecei a ouvir as barbaridades que foram apresentadas em alguns lugares, né, eu já falei aqui do plebiscito, eu achei inacreditável... V. Exa., Senador Gim Argello, imagine se V. Exa. for morar em Los Angeles, cinco horas de defasagem; ou seja, o Brasil, em função do fuso, ninguém pode viajar mais, ninguém pode estudar fora do Brasil, ninguém pode trabalhar fora do Brasil, porque vai ficar doente, não vai se adaptar. É importante registrar: no verão, a França, Paris, nove horas da noite está claro. No inverno, nove horas da manhã está escuro. Portanto, nós precisamos tornar essa discussão uma discussão embasada tecnicamente e uma discussão equilibrada, e não uma discussão politizada, com gente querendo faturar politicamente para

ver se consegue se posicionar ou ganha um votinhos a mais. Nós estamos discutindo um assunto sério e um assunto que tem, entre outras razões, um [ininteligível] econômico, intenso e importante também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Relator, o Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado Sr. Presidente. Gostaria de começar agradecendo, aos nobres Senadores, que muito colaboraram já com o relatório, Senador Delcídio Amaral, Senador Tião Viana, Senador Antonio Carlos Júnior, tendo em vista que já declararam os votos antes mesmo de ver um relato. Porque é uma matéria muito importante, é uma matéria muito importante para o país; é uma matéria que toda essa Comissão deve ser terminativa, nesta Comissão, Sr. Presidente, tendo em vista que eu até mudei aqui, que seguindo a orientação da Mesa, eu tinha colocado, e posteriormente deveria ir para Relações Exteriores, já tirei isso do meu relatório, e acredito que essa matéria tem que ser terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. Tendo em vista que o objetivo principal nessa matéria, Sr. Presidente, é o efeito econômico que trará de benefício ao nosso país.

Tendo dito essas palavras, começo então. Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 486 de 2008 que unifica a hora legal do território brasileiro. Relator, Senador Gim Argello, autor do Projeto nobre Senador Arthur Virgílio.

Relatório. O Projeto de Lei do Senado PLS nº 486 de 2008 de autoria de nobre Senador Arthur Virgílio está estruturado sobre a forma de dois artigos: O primeiro, unifica a hora legal em todo o território brasileiro, tomando como referência, a hora de Brasília com três horas de atraso, em relação à hora de Greenwich. O segundo artigo dispõem que a lei entre em vigor 60 dias a contada a sua publicação.

Em sua justificação, o autor rememora o fato de que a hora legal brasileira foi estabelecida a partir de 1º de janeiro de 1914, pelo decreto nº 10.546 de 05 de novembro de 1913, tendo como base a hora do meridiano fundamental de Greenwich, diluído de duas, três, quatro, ou cinco horas, conforme o fuso a que pertencer o lugar considerado.

Estabelecemos, portanto, um conjunto de quatro fusos horários para o país. O ilustre Senador lembra que a Lei nº 11.662 de 24 de abril de 2008, eliminou o quarto fuso fixando a hora do Estado no Acre e partes dos Estados do Amazonas e Pará em uma hora a menos em relação ao horário de Brasília.

Com isso, atualmente apenas, o Estados de: Amazonas, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima tem a defasagem de uma hora em relação a Brasília. Este fato causa os mais variados transtornos na relação dessas unidades da federação com os outros estados e o Distrito Federal.

O autor enumera alguns desses transtornos, tais como: Obstáculos a maior integração do espaço econômico nacional, prejuízo de grande monta e integração econômica das populações de atividades realizadas na porção mais Ocidental da área continental brasileira; Deficiente integração dos centros comerciais industriais de Manaus, Rio Branco, Cuiabá, Campo Grande, Porto Velho e Boa Vista; Nos negócios realizados nas praças no centro Sul do país, enorme descompasso no ritmo vertiginoso de progresso das comunicações e nos transportes.

O Senador Arthur Virgílio defende adoção de fuso horário único em todo o território nacional, anteunificação e informatização do sistema financeiro e o desenvolvimento os transportes aéreos e das comunicações via satélite. Considera ainda, os benefícios potenciais para as populações residentes nas regiões, Ocidentais do país levando a ter participação plena na vida econômica, política e cultural dos centros envolvidos, do Sul e do Sudeste.

É tese do autor que o PLS que apresenta é capaz de prover das condições indispensáveis para que a sociedade brasileira possa vencer os desníveis econômicos sociais que ainda divide o país em regiões ricas e regiões pobres.

Sr. Presidente, nesse artigo que eu fiz alteração, a matéria foi lida em Plenário em 17 de dezembro de 2008, sendo remetida a essa Comissão para decisão terminativa. Eu aqui já no meu parecer, então, eu peço que essa nossa Comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos, tenha caráter terminativo nessa matéria, tendo em vista que todo o teor, todo o conduto, todo o embasamento todo ele econômico. E aqui respeitando posições de todos os Senadores, mas levando em consideração também a posição do autor, que é dos Senadores que mais defende a Comissão de Relações Exteriores, mas isso não é matéria para Comissões de Relações Exteriores, isso deve ser terminativa aqui, por isso que eu alterei o meu relatório para que essa matéria possa ser terminativa nessa Comissão.

Análise. A análise do mérito PLS nº 486 de 2008, leva a conclusão de que a redução do número de fusos horários facilita, significativamente, a integração do espaço econômico nacional. Por extensão, a eliminação desses fusos, a partir da unificação da hora legal brasileira trará ganhos ainda maiores para a economia

nacional. Não se pode ignorar o fato de um acelerado desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, que presenciamos fornecer instrumentos capazes de diminuir as distâncias geográficas, políticas e culturais. Todavia, também não restam dúvidas quanto aos fatos dos Estados, cujo os fusos horários diferem da hora oficial do país serem muito prejudicados em seu desenvolvimento econômico. A existência de múltiplos fusos dificulta as transações sujeitas a horários específicos de abertura e fechamento das demais regiões. As operações de mercado financeiro, por exemplo, são desafios para gerentes e analistas de sistemas, pois as dificuldades são enormes, especialmente nos meses nos quais é adotado o horário de verão.

Veja o Sr. Presidente, mais uma vez o embasamento desse Projeto inteiro, é no mercado, é na economia, é portanto, matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Em resumo, quanto ao mérito das proposições julgamos que a unificação dos fusos facilitará e muito as atividades comerciais, financeiras de transporte, bem como a comunicação e das diferentes regiões do país. Em nosso entendimento, a proposição favorecerá o desenvolvimento dos Estados situados nas fronteiras Ocidentais do território nacional sem prejuízo para os demais, facilitando a integração das atividades econômicas, sociais e culturais do Brasil.

No que se respeita a iniciativa das leis, a presente proposição se encontra entre as competências do Congresso Nacional, especificados no art. 48 da Constituição Federal. Quanto ao aspecto jurídico, a nova proposta em novos sistemas jurídicos nacionais e é do ponto de vista técnico analísativo, obedece os preceitos da Lei Complementar nº 95 de 1998.

O voto. Pelo mérito e por sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 486 de 2008. Pois esse é o voto plenamente favorável. E concordando com esse Plenário, Sr. Presidente, que essa matéria tem que ser terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos, pelo benefício que traz para todos esses estados envolvidos, tendo em vista que V. Exa., que agora preside a Sessão--

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Permite ainda, Senador Gim Argello, antes de V. Exa. Concluir o voto, V. Exa. Permite?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Permite, nobre Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): É apenas uma sugestão para que V. Exa. no seu voto peça a consideração do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para solicitar uma nova decisão do Presidente

do Senado e não encaminhar a matéria à Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Que a sugestão colocada pelo nobre Senador Tião Viana, então, faça parte do nosso parecer, do nosso voto. E que não seja encaminhado ainda, enquanto não tiver uma decisão da Mesa e do Sr. Presidente José Sarney sobre essa matéria tão relevante para a região Norte e Nordeste. Pois esse é o nosso voto. Plenamente de acordo com essa matéria. Parabenizando ainda, o nobre Senador Arthur Virgílio pela sua preocupação não só com seu Estado de Amazonas, mas com os demais Estados, e acima de tudo pelo solo brasileiro e pela pátria.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Na verdade eu quem tenho que agradecer ao Senador Gim Argello pelo belíssimo relatório, relatório sensível. E ao Senador Tião Viana pela ideia muito criativa de no relatório do Senador Gim Argello constar já o apelo ao Presidente da Casa, no sentido de que monocraticamente abra mão dessa coisa estapafúrdia que é se inventar, porque eu [ininteligível] sem inventar uma nova Comissão para se protelar ainda mais uma decisão que é tão relevante para a economia de minha região. E eu não refiro, apenas, como minha região, meu Estado, eu falo de Amazonas, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima. Portanto, milhões e milhões de brasileiros.

E eu gostaria de tecer, até porque pensamento que me orientou assinar este projeto, já foi bastante esmiuçado pelo competente relator do Senador Gim Argello. Tecer algumas considerações, poucas, curtas considerações de ordem econômica. Vamos lá.

O projeto unifica a hora legal em todo o território brasileiro, tomando como referência a hora de Brasília. Segundo, os fusos horários criam vários transtornos para a integração do espaço econômico nacional causando prejuízos para as atividades realizadas na porção mais Ocidental da área continental brasileira. Dificulta, por exemplo, a integração dos centros comerciais e industriais para os Estados que não têm defasagem de horário em relação a Brasília. E, portanto, trata-se de se procurar por ganhos econômicos para a região afetada, que nós imaginamos agora em fase final de libertação, de uma dificuldade econômica, ganha o subsidiários para Brasil como um todo, que se essa região se desenvolve, se essa região se integra, o Brasil ten-

de a ganhar na parceria que inevitavelmente, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro poderão fazer com mais possibilidades de ganhos com a região que aqui represento e que V. Exa. representa, o Senador Tião Viana representa, Senador Valdir Raupp representa, Senadora Serys Slhessarenko representa e Senador Romero Jucá representa. Eu peguei precisamente os estados de Amazonas, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima, como aqueles que seriam beneficiados diretamente pela medida em tela.

Muito obrigado Senador Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Eu gostaria... O relatório já foi lido pelo competente relator Senador Gim Argello e eu gostaria de sugerir a V. Exas., que nós faríamos, encaminharíamos à Mesa do Senado essa solicitação de não passar com esse Projeto pela Comissão de Relações Exteriores, e nós votaríamos na semana que vem esse projeto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEMB-BA): Terminativamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Terminativamente, caso, a Mesa Diretora assim entenda. Senador, Tião Viana. V. Exa..

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Porque se nós votarmos hoje, Senador Tião Viana--

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Não é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não é terminativo prevalecendo o que a liturgia determina. Então, no meu ponto de vista, seria mais conveniente nós retiramos da tramitação a Comissão de Relações Exteriores e nós votarmos esse projeto na próxima terça-feira.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Apenas, pedindo a V. Exa. Que considere então, a discussão encerrada da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A discussão... Aliás, eu estive, inclusive, conversando com a Secretaria aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, a medida em que nós já discutimos esse assunto, e a medida que o Senador Gim Argello já leu seu relatório, a discussão está encerrada. Portanto, na terça-feira nós só votaremos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEMB-BA): Nominalmente e terminativamente.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Melhora muito a sua sugestão Sr. Presidente, todos nós concordamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se todos estiveram de acordo, esse será o encaminhamento dessa Mesa Diretora. E gostaria, Senador Arthur Virgílio, que também fosse colocada não só essa questão da Comissão de Relações Exteriores, como o assunto plebiscito que foi aqui citado que é uma descaracterização e uma desmoralização para o Congresso Nacional. O Senador Gim Argello, foi muito claro, chamou o art. 48 da Constituição que nos dá essa atribuição.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mais um pouco, eu há três meses que não cortava o cabelo, resolvi cortar, de repente o plebiscito para saber se fico pior de um jeito ou de outro, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Todos de acordo? Então, esse será o encaminhamento feito pela Mesa da Comissão de Assuntos Econômicos para Mesa Diretora do Senado federal.

Fica, portanto, adiada a votação e encerrada a discussão e adiada a votação para próxima terça-feira. Ok?

Não havendo mais... E vamos, evidentemente, aguardar o despacho da Mesa Diretora que deve ocorrer essa semana ainda. Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas para justificar, Presidente eu vim cedo aqui, dei minha presença. Porém, tenho uma solenidade hoje, tenho uma reunião solene, tenho uma sessão solene no Congresso Nacional em homenagem à Marinha brasileira, a batalha do Riachuelo, a Tamandaré, a Barroso. E eu então não podia deixar de ir lá para prestar essa grande homenagem a nossas Forças Armadas. De tal maneira, Sr. Presidente, que ainda não chegou a encomenda que eu fiz, que é um clone; eu mandei encomendar um clone, para ver se eu consegui estar em dois lugares ao mesmo tempo, fazer discurso e votar. Enquanto, não chegue o clone, eu peço a V. Exa. que justifique a minha ausência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Crivella. Não havendo mais nenhum orador inscrito e nenhuma matéria mais aqui na Pauta, consideramos encerrada essa Sessão e na terça-feira às dez horas da manhã, mais uma Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Uma boa-tarde a todos, muito obrigado.

Sessão encerrada às 12 horas.

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Pedro Simon, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Rosalba Ciarlini, Sérgio Guerra, Fleixa Ribeiro, Eduardo Azeredo, João Vicente Claudino, Gim Argello, Sérgio Zambiasi e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Presidente dá início à primeira parte da Reunião, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 07/2009-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2010-PLDO/2010 que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Presidente concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Eliseu Resende, que esclarece que foram apresentadas quatorze emendas. Após a leitura do Relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão considerou inadmissíveis as cinco Emendas de Meta e Prioridades apresentadas perante a Comissão e aprovou o encaminhamento das seguintes Emendas de Texto ao Projeto de Lei, **Emenda nº 01** – Modificativa - Corpo da Lei - Artigo 2 - Redução das metas de superávit primário; **Emenda nº 02** – Aditiva - Anexo II - Inciso XIX - Informações sobre NFSP – dívida líquida e bruta; **Emenda nº 03** – Aditiva - Anexo II - Inciso XIX - Informações sobre juros nominais; **Emenda nº 04** – Aditiva - Corpo da Lei - Artigo 2 - Redução metas esforço anticíclico; **Emenda nº 05** – Aditiva - Corpo da Lei - Artigo 2 - Redução metas pela queda da arrecadação; **Emenda nº 06** – Modificativa - Corpo da Lei - Artigo 12, Inciso VIII - Atualização de texto; **Emenda nº 07** – Aditiva - Corpo da Lei - Artigo 91, Inciso IV,

Alínea K - Substituição de importações e **Emenda nº 08** – Aditiva - Corpo da Lei - Artigo 56 - Emenda PLDO/2010. A seguir, o Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da segunda parte da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 486, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Arthur Virgílio que “unifica a hora legal no território brasileiro”, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com decisão terminativa. Em 09/06/2009, foi encerrada a discussão da Matéria. Usa da palavra o Relator, Senador Gim Argello, e, em seguida, os Senadores Arthur Virgílio e Romero Jucá. A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 02, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que “altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que a União participe do financiamento das instituições de educação superior estaduais”, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gerson Camata, usam da palavra os Senadores Osmar Dias, Efraim Moraes, Rosalba Ciarlini, Raimundo Colombo, Eliseu Resende, Ideli Salvatti, César Borges, Renato Casagrande, Antonio Carlos Júnior, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Jayme Campos, João Tenório, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante e Romero Jucá, que sugere a apresentação de duas emendas, sendo estas acatadas pelo Relator. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CAE que apresenta; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2009, terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 649, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que “acrescenta inciso X ao art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS dos produtos que menciona”, tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 11/12/2007, foi concedida Vista Coletiva.

Em 18/12/2007, a Senadora Kátia Abreu apresentou Voto em Separado favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “altera o art. 8º da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para atribuir ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social metade dos dividendos mínimos pagos pela Caixa Econômica Federal ao Tesouro Nacional”, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. Em 09/06/2009, o Senador Romero Jucá apresentou Voto em Separado pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Jayme Campos, usam da palavra os Senadores Eliseu Resende, Delcídio Amaral, Marcelo Crivella, Ideli Salvatti e Antonio Carlos Júnior. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator para reexame da Matéria; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2008, não terminativo, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que “revoga o art. 109 do Decreto-lei nº 2.063, de 07 de março de 1940. (Dispõe sobre contrato de seguro sobre a vida de menores de 14 anos de idade)”, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Usa da palavra o Relator, Senador Raimundo Colombo, e, em seguida, o Senador Romero Jucá. O Presidente concede Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2008, terminativo, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que “dispõe sobre incentivos às Políticas Públicas de Juventude executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos”, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CDH (Substitutivo). Após a leitura do Relatório pelo Senador Tasso Jereissati, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante e Osmar Dias. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 02-CAE, por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 08-Projeto de Resolução do Senado nº 25, de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “altera a Resolução nº 28, de 28 de agosto de 2008, que autoriza o Município de Porto Alegre (RS) a contratar operação de crédito

externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Colocado em votação a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 09-Projeto de Resolução do Senado nº 174, de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que “dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo - SESTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo - SENATUR”, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, e de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador César Borges, usam da palavra os Senadores Raimundo Colombo, Francisco Dornelles, Leomar Quintanilha, Marcelo Crivella, Adelmir Santana e Romero Jucá. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva nos termos regimentais. A Comissão aprova, ainda, o Aditamento ao Requerimento nº 36/2009-CAE, de autoria do Senador João Tenório, que requer seja acrescentado como convidado da Audiência Pública requerida pelo Requerimento nº 36/2009-CAE, a fim de discorrer sobre a administração e regulamentação do uso de cartões de crédito, o Dr. Aurélio Rios, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão – Consumidor e Ordem Econômica, da Procuradoria Geral da República. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 07, de 2009 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2010, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Foram apresentadas catorze Emendas a esta Comissão. Com a palavra o coorde-

nador das Emendas, Senador Eliseu Resende, para proferir o seu Parecer. Senador Eliseu Resende, V. Exa.. tem a palavra, pode sentar-se aonde V. Exa.. desejar.

Antes de o Senador Eliseu Resende usar da palavra, nós iremos fazer uma comunicação a esta Comissão. É que a Audiência Pública para debater as questões atinentes à administração e regulamentação do uso de cartões de crédito, em atendimento ao Requerimento nº 36/09 - CAE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, com o apoio do Senador Adelmir Santana, já está marcada para a próxima semana, dia 23 de junho de 2009, véspera de São João, terça-feira, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Alexandre Costa, onde nos encontramos. Estarão debatendo sobre cartões de crédito o Sr. José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (DEBAN), representando o Banco Central do Brasil; representando o Ministério da Fazenda, Sr. Paulo Rogério Caffarelli, vice-Presidente de Cartões e Novos Negócios de Varejo do Banco do Brasil; representante da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito; e, ainda, representante do Ministério da Fazenda e da Confederação Nacional do Comércio.

Com a palavra o Senador e ex-Ministro Eliseu Resende para proferir o seu Parecer sobre as Emendas de Comissão. Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves, Sr. Senador Delcídio Amaral, Srs. Senadores.

Vem aqui para Parecer de minha autoria as Emendas que se apresentam por essa Comissão ao Projeto de Lei nº 7, de 2009, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010. A teor no disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, aqui está o Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias aplicáveis ao próximo exercício.

A futura Lei das Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, orientará a elaboração da Lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá uma política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De acordo com as normas de tramitação do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, cujos fundamentos são lançados pela Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e pelo Parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa Resolução, esta Comissão é competente para propor Emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de Emenda coletiva.

São passíveis de Emendas, segundo o Parecer preliminar, o texto da Lei das Diretrizes Orçamentárias proposta, as metas e prioridades da administração pública federal, os quadros orçamentários demonstrativos e as informações complementares que devem acompanhar o Projeto de Lei, os demonstrativos de renúncia de receitas, inclusive as receitas previdenciárias, a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado e a relação das despesas isentas de limitação de empenho e de movimentação financeira.

Não há limites aplicáveis à propositura das Emendas, exceto quando estas forem feitas sobre metas e prioridades da administração, quando a Resolução nº 1 estabelece o limite de até cinco Emendas. Vale lembrar, também, que as Emendas apresentadas às metas e prioridades para o fim de sua admissão devem ter por objeto ação integrante da Lei do Plano Plurianual vigente. Além disso, devem estar de acordo com as demais normas que a Resolução dedica à matéria, notadamente ao seu art. 44 quando tratar-se de Comissão Permanente.

As Emendas dessa Comissão, portanto, como também das outras Comissões, devem relacionar-se com suas competências regimentais, ter caráter institucional e representar interesse nacional. É importante essa informação, Sr. Presidente, porque essa Comissão não pode apresentar Emendas que não correspondam às suas competências regimentais, como qualquer outra Comissão.

Foram apresentadas a essa Comissão, para efeito de decisão deste Plenário, um total de catorze propostas de Emenda. Dessas catorze propostas, cinco propostas referem-se às metas e prioridades [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio, por gentileza. Peço silêncio, Dr. Eustáquio. Vamos ouvir o nosso Relator, Ministro Eliseu Resende. Senador Eliseu Resende com a palavra.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu estava dizendo, Sr. Presidente, que foram apresentadas um total de catorze propostas de Emenda. Dessas Emendas, cinco referem-se às metas e prioridades, subordinando-lhes a propositura ao citado limite de até cinco Emendas. Nove outras Emendas dizem respeito ao texto propriamente dito do Projeto de Lei, não havendo, neste caso, limites do número de Emendas. Os proponentes dessas Emendas são os Senadores Roberto Cavalcanti, Inácio Arruda e Flexa Ribeiro. O Senador Roberto Cavalcanti apresenta uma Emenda, o Senador Inácio Arruda apresenta oito Emendas e o Senador Flexa Ribeiro apresenta cinco Emendas. Não

há óbice de acatamento das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio, por gentileza, para ouvirmos o Parecer do Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu acho que é importante ouvir o Parecer, porque eu vou só acatar uma observação adicional se isso for mencionado e trazido aqui na discussão por um Senador membro da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu gostaria de pedir ao Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior que fique atento a isso e à assessoria também. Se houver alguma alteração, tem que ser proposto por um Senador que esteja presente neste Plenário.

Passo ao Voto, Sr. Presidente, a nossa análise e o nosso Voto.

Não há óbice quanto ao acatamento das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, que são as Emendas do Senador Roberto Cavalcanti e do Senador Inácio Arruda.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Eliseu, eu gostaria de me manifestar em relação à Emenda 7.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): V. Exa. terá a palavra na hora oportuna; eu terminarei aqui a leitura do meu Voto.

Eu proponho a apresentação, por essa Comissão, das Emendas, então, de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9. Darei uma explicação por quê. São as Emendas do Senador Roberto Cavalcanti e do Senador Inácio Arruda. E nós não consideramos admissíveis, por razão que eu vou expor também, as cinco Emendas propostas pelo Senador Flexa Ribeiro. É uma pena que nós não tenhamos, nesse Plenário, a presença do proponente dessas Emendas. Assim, em vista das considerações feitas, repetindo, propomos a apresentação, por essa Comissão, das Emendas do Senador Roberto Cavalcanti e do Senador Inácio Arruda e propomos não serem apresentadas as Emendas do Senador Flexa Ribeiro. A razão de ser é que as Emendas do Senador Roberto Cavalcanti e do Senador Inácio Arruda são Emendas de texto do teor do corpo do Projeto de Lei e para as quais não há limites.

Então, nós temos, aqui, nove Emendas, a limitação é de cinco apenas, mas essa limitação se prende apenas no caso de Emendas alterando quantidades e prioridades. Já as Emendas do Senador Flexa Ribeiro foge à subárea temática desta Comissão. O Senador Flexa Ribeiro apresenta Emendas que não são pertinentes à competência regimental da Comissão de Assuntos Econômicos. As Emendas apresentadas pelo Senador Flexa Ribeiro seriam mais adequadas e

mais próprias se fossem apresentadas às Comissões a que se relacionam o Ministério de Desenvolvimento Social, o Ministério do Trabalho, o Ministério de Desenvolvimento Social, mais uma vez, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portanto, não são Emendas compatíveis com as competências regimentais dessa Comissão. Por causa disso, Sr. Presidente, nós não propomos à Comissão acatar essas Emendas. Nós gostaríamos de ter a manifestação do Senador Flexa Ribeiro, mas, infelizmente, ele não está presente. Já as Emendas do Senador Inácio Arruda e do Senador Roberto Cavalcanti são pertinentes às competências desta Comissão. A Emenda do Senador Roberto Cavalcanti diz respeito a uma Emenda de texto relacionada com a política da formação do superávit primário. As Emendas do Senador Inácio Arruda se referem às metas do superávit primário, às metas do esforço anticíclico, às metas para a queda de arrecadação, às metas de atualização do texto de substituição das importações, da redação dada ao art. 113, das informações sobre dívida líquida e bruta e as informações sobre juros nominais. Por essa razão, nós acatamos as Emendas do Senador Roberto Cavalcanti e todas as Emendas do Senador Inácio Arruda. Essa é a nossa proposição.

Acho que o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior tem uma proposição a fazer em adição ao meu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sr. vice-Presidente da Comissão, Sr. Relator das Emendas da LDO.

Eu tenho um reparo a fazer à Emenda nº 7, porque o Senador Inácio Arruda propõe tornar desnecessária a apresentação de demonstrativos contábeis do Banco Central, que são obrigatórios a cada sessenta dias. Ele propõe tornar isso desnecessário na apresentação, que é feita sobre o impacto e custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil nas execuções das suas políticas, ou seja, ele acha que poderia isso ficar na internet ou que pudesse ser apresentado nos relatórios semestrais do Banco Central. Então nós estamos deixando de ter informação bimensal para ter informação semestral. Portanto, eu vejo que essa Comissão terá menos informação em relação à atuação do Banco Central e eu me manifestarei então contrário a essa modificação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A proposição do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior é que nós não acatemos, no mérito, a Emenda nº 7 pelas razões por ele expostas. Respostas. De minha parte, Sr. Presidente, o Relator nada tem a opor com relação à colocação do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior e a nossa decisão final, se aprovada pelo Plenário, pode ser a de retirar, por questão de mérito, a Emenda nº 7 do Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. já encerrou o seu Parecer, o seu relatório?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu proponho então que as Emendas do Senador Flexa Ribeiro não sejam consideradas e as Emendas do Senador Roberto Cavalcanti e Inácio Arruda sejam acatadas, à exceção da Emenda do Senador Inácio Arruda nº 7, que trata do art. 113 do corpo da Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Eliseu Resende pelo brilhante trabalho, relatório. As Emendas estão em discussão. Em votação. Primeiro vamos submeter as Emendas que têm o Parecer favorável do Relator. Depois submeteremos as Emendas que têm Parecer contrário. Em votação. Os Senadores que concordam com o Parecer sobre as Emendas permaneçam como se encontram. O Parecer está aprovado. As Emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, um minutinho. Senador, eu gostaria apenas para precisar a aprovação aqui proferida pelo Presidente da Comissão, que estariam, neste caso, aprovadas as Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 8 e 9 e rejeitadas as Emendas nºs 7, 10, 11, 12, 13 e 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Relator e passamos ao Item 1 da pauta.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Desculpe, Senador Roberto Cavalcanti. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É rápido, Sr. Presidente. Eu gostaria só, em nome da

nossa equipe, em nome do nosso partido, o PRB, agradecer ao Senador Eliseu Resende pela acolhida da nossa proposta como Item nº 1. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 1 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 486, de 2008, não terminativo: "Unifica a hora legal no território brasileiro". A autoria é do Senador Arthur Virgílio. O Relator é o Senador Gim Argello. Parecer favorável. Na última Sessão, em 09/06/2009, foi encerrada a discussão da matéria. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com decisão terminativa. Com a palavra o Relator, se desejar.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Me parece que o relator dessa matéria não se encontra presente aqui. Eu não sei se V. Exa. vai nomear alguém *ad hoc*. Entretanto, se não for nomear alguém *ad hoc*, eu queria pedir à V. Exa. a inversão de pauta para o Item 5, se fosse possível, que eu sou o Relator dessa matéria e eu gostaria de me deslocar para uma outra Comissão, que é a Comissão de Assuntos Sociais, que eu sou o Relator, também, naquela Comissão, se for possível, é evidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Submeto a inversão de pauta, sugerida pelo Senador Jayme Campos, já que o Relator, o Senador Gim Argello, ainda se fará presente, mas dentro de alguns minutos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu concordo com a inversão de pauta e peço uma informação à V. Exa. Se o Item 2, que é de minha autoria, se nós poderemos apreciá-lo hoje ou se não há condições para isso. É o Item 2.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Item 2 da pauta, V. Exa. é o autor, e o Relator é o Senador Gerson Camata. O Senador Gerson Camata, inclusive, está presente aqui no Senado e--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu faço um pedido que, enquanto a gente aprecie o Item 5, do Senador Jayme Campos, que se convoque, então, o Senador Gerson Camata, porque esse projeto

é muito importante e não pode permanecer aqui, na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos atender à V. Exa. e vamos convidar o Senador Gerson Camata.

Item nº 5 da pauta.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não. Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Apenas para pedir para tirar de pauta o Item 4, Presidente, porque é um projeto do Senador Aloizio Mercadante, que visa dar isenção de PIS/PASEP e COFINS para carros blindados das Forças Armadas, mas isso já foi contemplado por Medida Provisória.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, a matéria está prejudicada.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A matéria está prejudicada, então eu pediria a V. Exa. para tirar de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. é o Relator, V. Exa. será atendido.

Item nº 5 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2006, não terminativo: "Altera o art. 8º, da Lei 11.124, de 16 de junho de 2005, para atribuir ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social metade dos dividendos mínimos pagos pela Caixa Econômica Federal ao Tesouro Nacional". O autor é o Senador Cristovam Buarque. O Relator é o Senador Jayme Campos. A matéria tem Parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta, e será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. Em 28/04/09, foi concedida vista coletiva. Em 09/06/09, o Senador Romero Jucá apresentou voto em separado pela rejeição do projeto. Com a palavra o Relator, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente Senador Garibaldi, Sr. vice-Presidente Senador Delcídio Amaral e demais Senadores e Senadoras aqui presentes.

O Projeto de Lei do Senado, PLS nº 2, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, acrescenta novo inciso (VII) ao art. 8º, da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e institui o Conselho Gestor (FNHIS), renumerando o atual inciso VII para inciso VIII. A redação proposta é A seguinte: art. 8, VII: metade dos dividendos mínimos que, nos ter-

mos do art. 202, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, couber, a CF repassar anualmente à União no art. 8º, outros recursos que lhe vierem a ser destinados. O objetivo é incluir entre as fontes do recurso metade dos dividendos mínimos que a Caixa Econômica Federal repassa anualmente à União por força do disposto no art. 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Lei das Sociedades por Ações. O art. 2º do projeto constitui a causa de vigência: a Lei resultante entrará em vigor no primeiro dia do exercício posterior ao da publicação.

De acordo com o autor da proposição, as duas principais fontes de recursos do FNHIS, recursos do Fundo de Apoio de Desenvolvimento Social e dotações do Orçamento Geral da União, não são suficientes para atender adequadamente à demanda por habitação da população de baixa renda, que concentra 80% do déficit habitacional do País. Apenas nas áreas urbanas esse déficit chega a 5,5 milhões de moradias. Além disso, a Caixa Econômica Federal é o principal agente financeiro do Governo para os programas habitacionais e de desenvolvimento urbano, opera como um banco comercial e aufere, além dos resultados financeiros. Nada mais justo, portanto, segundo o autor da proposição, do que destinar uma parcela dos lucros aos programas habitacionais destinados à população de baixa renda. O projeto foi despachado a essa Comissão de Assuntos Econômicos - CAE e Assuntos Sociais, cabendo a esta última manifestar em caráter terminativo. Não foram apresentadas Emendas.

Análise. De acordo com o art. 48, XIII, da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias da competência da União, especialmente sobre instituições financeiras e suas operações. Entre as competências da União cabe destacar a de legislar sobre a promoção *[soa a campanha]* de programas de construções de moradias e a melhoria das condições habitacionais e saneamento básico (art. 23, IX). A matéria objeto do PLS nº 2, de 2006, está incluída entre essas competências, não incorrendo, portanto, em qualquer vício de iniciativa.

Eu pediria a V. Exa., Sr. Presidente, que pedisse silêncio nesta Comissão aqui, que, lamentavelmente, eu não estou tendo condições de fazer a leitura *[soa a campanha]*. Solicito ao ilustre Senador Efraim ligar daqui a pouco para a Paraíba.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Silêncio.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Nos termos do inciso I, 3º, do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal: "Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria, que lhe seja submetida por

despacho do Presidente, inclusive sobre política de crédito e do sistema bancário". De acordo com o art. 8º, da Lei nº 11.124, de 2005, é constituído por: I - recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, de que trata a Lei nº 6.168, de 09 de dezembro de 1974; II - outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FNHIS; III - dotações do Orçamento Geral da União, classificadas na função de habitação; IV - recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação; V - contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais; VI - receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FNHIS; VII - receitas decorrentes da alienação dos imóveis da União que lhe vierem a ser destinados; VII - outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

A Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, Lei Orçamentária para 2008, inclui dotações da rubrica 56902 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social de 622,6 milhões e na rubrica 74911 recursos sob supervisão do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social de 450 milhões. O Projeto de Lei Orçamentária 2009 aumentou a dotação na rubrica 56902 para 1,32 milhões, mas reduziu a dotação da rubrica 71911 para 200 milhões. Contudo, esses valores se revelam ínfimos se consideradas as aplicações previstas no art. 11 da Lei 11.124, de 2005: I - aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais; II - produção de lotes urbanizados para fins habitacionais; III - urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social; IV - implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social; V - aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias; VI - recuperação ou produção de imóveis em áreas encortçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social; VII - outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do Fundo.

A estimativa da receita e dividendos da Caixa Econômica Federal, para o ano de 2008, contido na Lei 11.647 de 2008 é da ordem de 1,3 bilhões, que corresponde a percentual de 40% do lucro líquido previsto de 3,2 bilhões. Apenas a título de ilustração, se a Lei advinda do Projeto de Lei, ora sob análise, estivesse em vigor, os números apresentados apresentariam uma injeção de recurso no fundo da ordem de 660 milhões somente em 2008, o que representa, praticamente, todo o orçamento de investimento no fundo para o mesmo

ano. De fato, a Lei Orçamentária para 2008 contém dotações orçamentárias na rubrica 56902, do fundo para investimento da ordem de 600 milhões.

Finalmente, a Lei 11.481, de 2007, já incluiu o inciso VII, no art. 8º da Lei 11.124, de 2005, e reenumerou o antigo inciso VII para inciso VIII. Dessa forma, há que se fazer correção no PLS nº 2, de 2006, a fim de que o dispositivo a ser incluído seja adequadamente numerado, conforme Emenda proposta neste relatório.

Voto. Em virtude do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2006, com a seguinte Emenda: "Substitua-se a numeração dos incisos VII e VIII proposto para o art. 8, da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, pelo art. 1º, do PLS nº 2, de 2006, para os incisos VIII e IX. Este é o meu relatório, Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves e demais Senadores aqui presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Eliseu Resende, para discutir a matéria.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu confesso que ouvi atentamente o Parecer do Senador Jayme Campos, não obstante, eu não ter me aprofundado da matéria antes, mas quero trazer um assunto aqui à reflexão do Plenário.

Nós estamos vinculando os recursos provenientes de dividendos da Caixa Econômica a um programa habitacional. Eu tenho dúvidas com relação à constitucionalidade ou à legalidade dessa vinculação. As vinculações são sempre precedidas por ditames constitucionais adequados e há uma impropriedade em muitas das vinculações feitas. Lembrando que o Executivo, ao receber os dividendos da Caixa Econômica, pode aplicá-los no orçamento de acordo com as suas prioridades, pode ser uma decisão do Executivo de destinar os dividendos da Caixa Econômica para o programa habitacional ou não. Eu tenho dúvidas com relação à conveniência de colocar isso em Lei porque vira uma prerrogativa de vinculação, que é uma jurisprudência firmada e, talvez, desaconselhável. É a minha colocação, Sr. Presidente.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, vice-Presidente da Comissão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em seguida, daremos a palavra ao Senador Marcelo Crivella, Senadora Ideli e Senador Antonio Carlos Júnior. Com a palavra o Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só para enfatizar as palavras do Senador Eliseu Resende. Eu também tenho muitas dúvidas com relação a esse projeto, tenho dúvidas inclusive quanto à constitucionalidade e entendo que, quando o Tesouro Nacional recebe os dividendos da Caixa, entre outras aplicações, o Tesouro Nacional pode destinar recursos dos dividendos para programas habitacionais. Portanto, eu quero só deixar claro, Sr. Presidente, eu sei que esse tema já está a quatro reuniões aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, mas, se for à votação, quero dizer à V. Exa. que eu votarei contrariamente porque tenho muitas dúvidas com relação a esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente Senador Garibaldi, Sr. vice-Presidente Senador Delcídio. Eu fui Relator do Sistema Nacional de Habitação por Interesse Social, na ocasião em que essa Lei foi relatada, votada e aprovada aqui, no Senado e, posteriormente, sancionada pelo Sr. Presidente da República. Eu tenho o maior interesse que os recursos do Fundo Nacional de Habitação por Interesse Social aumentem; atualmente, nós temos algo acima de um bilhão. Esse projeto teria o meu aplauso. Agora, nesse momento, eu vou votar desfavoravelmente ao Relator e ao Autor, a quem tenho uma admiração profunda, por causa do programa que está em Plenário para votarmos agora, que é o Minha Casa, Minha Vida. Esse Programa Minha Casa, Minha Vida, já está destinando recursos, 6 bilhões já nesse próximo orçamento, para nós realizarmos um milhão de moradias.

Então eu acho que embora o projeto mereça todos os nossos aplausos e elogios e o relatório do Governador tenha sido de um brilhantismo ímpar, nós, com o Programa Minha Casa, Minha Vida, não temos a necessidade de aprovar esse projeto porque os recursos já foram contemplados, Sr. Presidente. Então eu vou votar desfavoravelmente ao projeto, aplaudindo-o de pé.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas uma observação. Há um

voto em separado a este projeto que, pelas várias manifestações feitas aqui, é um problema com bastante polêmica, bastante. Então, talvez, o mais recomendável seria que nós pudéssemos aguardar o autor do voto em separado, que é o Senador Jucá, Romero Jucá, para que nós pudéssemos deliberar em cima deste posicionamento que está, inclusive, oficializado de forma diferente ao Parecer já apresentado. Eu acho que seria de melhor conveniência nós aguardarmos para fazer uma deliberação completa e plena sobre o projeto. Eu já estou recebendo aqui a manifestação do Senador ACM Júnior também dizendo que é contrário ao projeto. Então talvez para que nós deliberemos com plenitude sobre a matéria, o ideal seria, quem sabe, suspender até a chegada do Senador Romero, que deve estar se aproximando aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Sr. vice-Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu tenho, também, severas dúvidas sobre a questão de constitucionalidade nesse projeto, inclusive a destinação compulsória de recursos, digamos dos dividendos da Caixa Econômica para o Fundo, entre outros problemas. Então, eu acho que não ficou claro para mim que ele é constitucional. E a Caixa Econômica, os recursos têm que ir para o Tesouro Nacional, e, depois, o Governo, então, dará outra destinação, mas colocar os dividendos da Caixa só para que a Caixa é financiadora da habitação, colocar metade dos seus dividendos dentro de um Fundo é absolutamente fora de propósito, até porque fere a prerrogativa do Executivo. Então, portanto, eu me manifesto contrário ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu pondero junto ao Relator para aguardarmos aqui, um pouco, a presença do Líder do Governo, que tem um voto em separado sobre a matéria.

Vamos passar ao Item 2, que "Altera o art. 9º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1966, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que a União participe do financiamento das instituições de educação superior estaduais". A autoria é do Senador Osmar Dias. O Relator é o Senador Gerson Camata. O Parecer é favorável ao projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com decisão terminativa. Com a palavra o Relator, o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. V. Exa. já anunciou

o projeto, o objetivo do mesmo, eu vou direto à análise do mesmo.

Primeiro, dizendo que esse projeto vai exatamente na direção das metas de educação do próprio Presidente da República. No Espírito Santo, por exemplo, onde nós só tínhamos universidade federal em Vitória, nós já temos ramos da universidade federal em São Mateus, no Norte do Estado, e em Alegre, no Sul do Estado, que são sendo ampliadas. Onde nós tínhamos apenas uma escola técnica em Vitória, já temos cinco inauguradas e seis a serem inauguradas pelo interior do Estado, de modo que demorou cem anos para se fazer a segunda até a décima segunda escola federal no Estado do Espírito Santo, mas recorde mundial em termos de educação técnica. O projeto do ilustre Senador Osmar Dias vai nessa direção. O relatório enumera aqui as dificuldades enfrentadas principalmente pelos Estados, as Unidades Federadas, para manter ensino superior diante dos enormes gastos na educação no segundo grau e, também, diante das dificuldades orçamentárias representadas até pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Levantou-se aqui o problema da constitucionalidade do projeto anterior, e eu vou enumerar alguns itens aqui, rapidamente, Sr. Presidente, que mostram que esse projeto, nesse aspecto, não é inconstitucional, porque ele diz o seguinte: “Em verdade, esses dispositivos determinam que normas orientadas, no sentido dos gastos de recursos públicos, só possam e devam ser aprovadas quando forem fundamentadas em: 1) estimativas do impacto orçamentário financeiro, no exercício em que deva entrar em vigor e nos demais subsequentes; 2) demonstrações quanto à origem dos recursos; 3) comprovação de que a despesa criada ou aumentada, bem como a renúncia fiscal, não afetará a meta de resultados fiscais; 4) demonstração de aumento permanente de receita ou de redução permanente de despesa como medidas de compensação à renúncia de receita ou criação e ampliação de despesa.

Esse PLS, de autoria do Senador Osmar Dias, Sr. Presidente, não traz quaisquer informações nesse sentido. Todavia, entendemos não poderia ser diferente, pois ele tão-somente, como já enfatizado, estipula a participação da União no financiamento das referidas instituições de ensino estaduais como princípio a ser observado na organização e estruturação do ensino nacional. Não define, não estipula quaisquer montantes de recurso ou de sua vinculação a serem alocados ou observados pela União. Trata-se de um projeto de norma de procedimento diretiva a orientar ações da União na organização e na estruturação do ensino nacional.

Relativamente ao mérito propriamente dito, o PLS 2, de 2007, caberá à Comissão de Educação a se pronunciar com mais propriedade e pertinência, uma vez que a ela deverá retornar em decisão terminativa, em consonância com o art. 102 do Regimento Interno do Senado.

Voto. Diante do exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Com a palavra o autor, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, esse projeto é importante não apenas para o Paraná, mas é importante para todos os estados brasileiros, e eu vou explicar por quê. O Estado do Paraná, como a maioria dos outros Estados, por uma carência de oferta de cursos de nível superior, por uma carência de oferta de curso superior para os jovens que querem cumprir, inclusive, a meta, estabelecida em 2001, pelo Plano Nacional de Educação, que é de ver 30% daqueles que têm entre 18 e 24 anos fazendo um curso superior, só que, no Brasil 9,8%, não chega a 10% dos jovens entre 18 e 24 anos que estão fazendo um curso superior. Isso, se comparado com a Argentina, ali perto, é uma distância enorme, porque, na Argentina, já são 33%, 34% dos jovens entre 18 e 24 anos. Não dá para comparar com outros países mais desenvolvidos, mas eu estou comparando com o que dá para comparar, um país nosso, vizinho. Pois bem, nós temos essa meta. Só que, em alguns estados, o Governo Federal foi generoso e criou universidades federais, com campus avançados, em, praticamente, todo o território daquele estado. Eu vou citar, por exemplo, o Estado de Minas Gerais, que é um estado bastante privilegiado nisso, do Senador Eliseu Resende. O Paraná tem seis universidades estaduais. Alguém pode pensar: “Bom, é um problema do Estado ter criado essas universidades”. Eu quero lembrar que a primeira universidade estadual foi criada no Paraná, pelo, então, Governador Paulo Pimentel, no início da década de 60. De lá para cá, ele criou duas, mais quatro foram criadas e alguns campus avançados foram também colocados para atender as regiões. Até o Governo Lula, praticamente existia a Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, que é centenária, que é uma universidade, inclusive, que leva Curitiba à denominação de Cidade Universitária, exatamente pela instalação da Federal. Agora não, com a Universidade Técnica Federal, nós

temos já a universidade federal presente em várias regiões do Paraná.

Mas, se a gente olhar o mapa do Brasil, vai ver que existe uma diferença muito grande entre estados, no que se refere ao atendimento do ensino superior público. O Estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, do Senador Delcídio, é um estado que também não foi beneficiado pelas universidades federais, não houve esse sentimento de que tem que haver uma distribuição melhor.

O ensino público é competência da União, é atribuição da União, o ensino público superior. Então, pensando nisso e pensando que é impossível os estados continuarem mantendo essas estruturas de universidades sozinhas, já que há uma concentração imensa de recursos no Governo Federal, que, hoje, detém 63% de toda a carga tributária, que não é pequena no Brasil, e os estados estão ficando aí com algo em torno de 21%, 22%.

Creio que daqui a pouco as universidades estaduais entrarão numa situação de crise irreversível. No meu Estado há um dispêndio de cerca de 700, 800 milhões por ano para o custeio das universidades estaduais. Claro que alguém pode dizer: "Bom, mas isso é um investimento no conhecimento". É, mas isso tem que ser dividido com o Governo Federal, porque o Estado não suporta mais fazer isso sozinho, mesmo porque nós temos hoje, aí o ProUni une que já traz os alunos carentes para a universidade e creio que custaria muito mais barato para o Governo Federal se associar aos Estados e manter as universidades estaduais, ampliar os cursos e ampliar os campus avançados dessas universidades estaduais do que ele criar universidades federais. Creio que essa associação permitiria, com menor investimento inclusive, o Governo Federal manter um número muito maior de estudantes fazendo curso superior.

Eu quero lembrar, também, que há uma outra situação: o Estado do Paraná não cobra nenhuma mensalidade dos estudantes nas universidades públicas. Se você pegar o curso de medicina, por exemplo, que é um curso caro em universidades privadas, cerca de 50% dos estudantes que estão lá fazendo o curso de medicina nas universidades estaduais do Paraná são egressos de outros Estados, mas quem paga o imposto que vai manter as universidades estaduais são as famílias que vivem no Paraná. Eu vejo aí, então, uma distorção. Quer dizer, os paranaenses, eles estão mantendo as universidades estaduais que recebem metade de estudantes para cursos caríssimos, como o de medicina, odontologia, e esses alunos vêm de outros estados. Não que isso não é bom para o Paraná, é muito importante o Paraná receber gente de todos os

estados brasileiros para estudar lá, até porque eles também deixam, na economia paranaense, dinheiro no restaurante, no hotel, enfim, na economia do estado, mas creio que nós estamos falando aqui de aumentar o número de vagas para aqueles que não podem pagar. Se discute lá na Comissão de Justiça cotas. Será que nós não estaríamos também resolvendo esse problema se nós dermos melhores condições para as universidades estaduais ampliarem cursos e vagas para receber mais estudantes com um custo menor para o Governo Federal do que a cada ano inaugurar uma nova universidade que depois não vai ser mantida e o nível de ensino, a qualidade de ensino vai caindo no País porque também os professores dessas universidades estaduais não estão sendo remunerados de forma adequada?

Então, pensando tudo isso, é que eu apresentei esse projeto, estou pedindo aqui a aprovação dele na Comissão de Assuntos Econômicos, que depois terá a votação terminativa na Comissão de Educação. Era isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador César Borges e, em seguida, o Senador Renato Casagrande.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, por favor, pode me inscrever, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim Morais e Senadora Rosalba.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Crivella, Antonio Carlos Júnior e Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Posso fazer? Sr. Presidente, até porque eu tenho--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, estou com a palavra, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É pela ordem, Sr. Presidente. Como eu tenho uma dúvida a respeito da constitucionalidade [soa a campainha]--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Só trazendo a campainha do Plenário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito grata, Presidente. Como eu tenho uma dúvida com

relação à constitucionalidade da matéria, eu vou pedir Vista do projeto. Então, eu gostaria, até para economizar no debate, apesar do veneno do Efraim, ali, dizendo que há uma marcação, não há. Eu tenho um entendimento claro do mérito do projeto do Senador Osmar Dias, nós temos uma situação muito semelhante em Santa Catarina, temos apenas uma única federal, agora que vamos ter a segunda, Santa Catarina, o Paraná e o Rio Grande do Sul com a Universidade da Fronteira Sul, que vai ter campus em Santa Catarina, dois no Paraná e dois no Rio Grande do Sul, portanto, eu sou parceira do Senador Osmar Dias na defesa de ampliarmos a oferta, mas como efetivamente nesta questão da constitucionalidade nós precisaríamos ter um pouco de clareza para poder votar, eu até para ter mais segurança preferia poder fazer a análise com o pedido de Vista. Então--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o autor.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria de propor à Senadora Ideli que não pedisse Vistas aqui, já que ela vai para a Comissão de Educação e lá é terminativo. Então nós poderíamos discutir mais profundamente na própria Comissão de Educação, porque eu acho que esse assunto interessa a todos nós. Claro, no meu estado, também temos uma situação, só tem uma estadual, mas é um estado pequeno, enfrenta muitas dificuldades a estadual--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Senadora Ideli, é um apelo de Senador para Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --e esse é o apelo, para que a gente pudesse fazer essa discussão na Comissão de Educação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para poder acatar, acolher a sugestão--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Ideli com a palavra, para--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --responder ao apelo da Senadora Rosalba.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para poder acolher e atender ao apelo da Senadora Rosalba, ela já deu o caminho, ou seja, aprovado aqui na CAE vai em caráter terminativo para a Comissão

de Educação. Portanto, o aspecto da constitucionalidade não será devidamente apreciado. Portanto, para poder permitir a tramitação aqui na CAE nós teríamos que, no mínimo, garantir que ele pudesse ser apreciado também pela Comissão de Constituição e Justiça, até porque a questão da constitucionalidade se deve a aspecto financeiro, porque o art. 211 da Constituição, aonde distribui as atribuições entre os três níveis de Entes Federados, diz no § 1º que a União financiará as instituições de ensino público federais. Então, veja que nós estamos atrelados a um item da Constituição que é claro, é explícito. Portanto, se não resolvermos o debate a respeito da constitucionalidade ou não, a matéria, do meu ponto de vista, não tem condição de prosperar, apesar do mérito reconhecido, elogiado do Senador Osmar Dias. Então--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, pediu pela ordem, além de ter prioridade, o autor, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, é exatamente na Constituição que eu me baseei para apresentar esse projeto. Lá está escrito que a responsabilidade pela educação superior é do Governo Federal. Se a responsabilidade é do Governo Federal, eu acho que é uma questão de inteligência o Governo Federal financiar parte do custeio das universidades públicas estaduais porque faz parte das atribuições dele, inclusive nas diretrizes de base da educação nacional isso está previsto. Se fosse inconstitucional não estaria nas diretrizes de base da educação. É só olhar nas diretrizes de base da educação nacional, há previsão de que o Governo vai ajudar supletivamente a financiar as universidades públicas, inclusive as estaduais.

Agora, Presidente, a coisa mais linda que tem aqui, no Senado Federal, é isso, essa é a coisa mais linda: a pessoa sabe que seu projeto vai ficar mais vinte anos aqui para ser votado, mas ela te elogia, ela fala assim: "Eu tenho uma admiração grande pelo Senador Osmar Dias, o projeto é lindo, maravilhoso", mas pau no projeto assim mesmo. Essa é a coisa mais linda que tem aqui dentro. Para não falar um palavrão, Presidente, aqui se fala assim: "Olha, você é um Senador que eu admiro muito, mas você vai levar assim mesmo um prejuízo grande, vai, por ter o seu projeto deixado aí na gaveta por mais dez anos". Quem sabe daqui há dez anos, Presidente, eu vou estar aqui de volta.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria aqui de mais uma vez fazer um apelo à Senadora Ideli, inclusive--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Rosalba, o seu apelo já foi feito, o apelo de V. Exa. Agora, eu tenho que dar a palavra ao Senador César Borges.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas ela peça lá na Comissão de Educação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Você me ama, Osmar Dias.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Veja bem, Sr. Presidente, aqui quando nós estamos obedecendo ao Regimento, sempre tem um pela ordem que atropela aqueles que se colocam de forma disciplinada [soa a campainha], porque, na verdade, a discussão não é pela ordem, a discussão é já o mérito e já pedido de Vista, e nós estamos seguindo V. Exa. que abriu a discussão e eu me escrevi para discutir. Então, eu quero que V. Exa. mantenha--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem a palavra, V. Exa. que tem a palavra pela ordem mesmo. Com a palavra, pela ordem, V. Exa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, pela ordem na discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Na discussão.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois é, eu quero, em primeiro lugar, parabenizar a oportunidade do projeto do nobre Senador Osmar Dias. Eu acho que ele detectou muito bem uma questão que é nacional, porque afeta vários estados brasileiros. Por falta, Sr. Presidente, de um passado, o Governo Federal, e não digo desse Governo, nos Governos anteriores não foram criadas escolas federais em número suficiente em muitos Estados, e aí eu entro no meu Estado da Bahia, nós passamos muitos anos apenas com uma única escola federal, a Universidade Federal da Bahia, muito, mais de meio século com a Universidade Federal da Bahia, o Governo do Estado responsavelmente com a educação de terceiro grau, a educação superior, criou quatro universidades estaduais dentro de todo o território baiano. Nós temos uma na cidade de Salvador, a Universidade Estadual da Bahia, criamos uma em Vitória da Conquista, que tem um campus também em Jequié e Itapetinga, que é a UESB, criamos uma no eixo Ilhéus-Itabuna, que é UESC, a Universidade Santa Cruz, e criamos uma na cidade de Feira de Santana, a Universidade Estadual de Feira de Santana, que respondem hoje por mais de 60% das vagas do ensino superior oferecido na Bahia. Eu posso dizer a V. Exa.. que nós colocamos aproximadamente 4% da receita líquida do Estado para manter as universidades estaduais. É um peso sobremaneira para o Governo estadual, essas universidades são gratuitas e prestam

relevantes serviços. Depois de muitos anos, agora, o Presidente Lula criou a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que carece ainda de implantar os seus cursos, de expandir, mas já é um grande passo.

Entretanto, esse projeto do Senador Osmar Dias, ele é de oportunidade muito grande porque eu vejo a situação hoje da Bahia, das escolas de nível superior estaduais, em situação precaríssima. Eu tenho acompanhado algumas visitas do Presidente Lula com o próprio Governador do Estado e em toda a cidade aonde nós vamos, em Cachoeira, uma cidade histórica, onde foi implantada inclusive já uma unidade da Universidade Federal do Recôncavo, os estudantes da Universidade Estadual de Feira de Santana protestando, exigindo professores, estudantes que não estão se formando porque o Governo do Estado deixou de alocar recursos para essas universidades. Ainda hoje eu farei um pronunciamento no Plenário sobre esse assunto. Estive na cidade de Barreiras e lá as unidades da Universidade Estadual da Bahia, a UNEB, os estudantes protestando durante toda a solenidade, exigindo professores e reforma física nas instalações, tudo isso porque o Governo do Estado deixou de cumprir sua obrigação com essas universidades. E se o Governo Federal, que tem constitucionalmente a obrigação de dar apoio ao ensino e ser responsável pelo ensino superior, mais do que nunca é oportuno este projeto para que o Governo Federal, em lugar de criar novas universidades, apoie as universidades estaduais existentes. Não é federalizar, eu não defendo federalização das universidades estaduais, mas, sim, com aporte financeiro do Governo Federal para isso.

Então, estarei aqui, votando favoravelmente a este projeto do Senador Osmar Dias e dizendo à Senadora Ideli que ela pode muito bem, já que ela tem dúvida quanto à constitucionalidade, fazer um requerimento para que esse projeto trâmite também na Comissão de Constituição e Justiça, que poderá sim aí na Comissão de Constituição e Justiça examinar a constitucionalidade ou não. Ela está tramitando nessa Comissão de Assuntos Econômicos, irá na Comissão de Educação em caráter terminativo, então antes de passar pela Comissão de Educação, ela passaria pela Comissão de Constituição e Justiça. Seria a maneira mais adequada de examinar a constitucionalidade, basta um requerimento feito pela Senadora Ideli para que esse projeto trâmite também na Comissão de Constituição e Justiça e não pedir Vista aqui, porque eu tenho certeza que ele será aprovado aqui pela maioria absoluta dos Srs. Senadores que têm esse problema em cada um dos seus Estados. Era isso daí. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Renato Casagrande [soa a campainha]. Peço silêncio.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, o projeto do Senador Osmar Dias é um bom projeto. Eu, de fato, acompanho aqui as palavras do Senador Gerson Camata que fez aqui das suas palavras a manifestação do exemplo nosso no Estado do Espírito Santo, como cada parlamentar aqui fala, o Senador César Borges falou da Bahia. Nós no Espírito Santo, agora com o Governo do Presidente Lula, estamos conseguindo expandir o ensino superior e o ensino tecnológico. Nós ficamos muito tempo, por exemplo, com três escolas técnicas, na época, e três escolas agrotécnicas. Agora nós passaremos a ter dezoito unidades do Instituto Federal de Educação e Ensino Tecnológico no Estado do Espírito Santo. De fato, a universidade teve uma ampliação tanto com o REUNI, ali na sede da Universidade em Vitória, como com a expansão em São Mateus, no Norte, e com a expansão em Alegre, no Sul do Estado do Espírito Santo. Nós não temos universidades estaduais lá no Espírito Santo, eu reconheço os avanços que tivemos do Governo Federal, mas, também, reconheço que nós vamos ter que avançar cada vez mais, não podemos ficar satisfeitos com aquilo que a gente tem, nós temos que avançar cada vez mais. Talvez um projeto desse possa incentivar o Governo do Estado, por exemplo, e eu sou um defensor disso há muito tempo, quando eu fui Deputado Estadual já defendia essa tese, que o Governo do Estado possa, além do Programa Nossa Bolsa que tem, que é um bom programa, que o Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, possa começar a pensar, por exemplo, numa Universidade Tecnológica no Estado do Espírito Santo. Como eu penso no Estado do Espírito Santo, cada Senador aqui pode pensar no seu Estado, pensando naquilo que pode ser feito.

Então, a tese da proposta é boa, talvez pudéssemos discutir um pouco mais a questão do percentual, de como seria isso, porque nós estamos alterando uma Lei. Então eu não discordo que tenhamos Vista do projeto por uma semana. Eu não acho, como o Osmar Dias falou, que vamos ficar aqui mais dez anos para votar essa matéria. Eu acho que na próxima Sessão a gente pode votar essa matéria, mas a gente sabe também que aqui no Senado são tantos os projetos para serem discutidos que a gente acaba discutindo efetivamente quando ele está em pauta para ser apreciado, para ser votado. Então, se é um defeito ou não, não importa essa avaliação agora, mas que uma semana ou quinze dias também não vai atrapalhar e o

meu Voto é favorável a essa matéria no momento em que ele for votado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Gim Argello quer falar sobre esse projeto?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, não [risos].

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEB-BA): O projeto do Senador Osmar Dias é meritório. Realmente, as universidades estaduais de vários dos Estados do Brasil vivem uma situação difícil, pela escassez de verbas para mantê-las e a ajuda do Governo Federal é fundamental. A ideia é excelente, nós temos que, aqui, aplaudir o Senador Osmar Dias pela ideia, pela concepção do projeto. Portanto, no mérito, eu sou favorável, sem dúvida. Agora, se há discussões em relação à questão da constitucionalidade, vamos esclarecer isso, seja com pedido de vista, seja com consulta à CCJ, para que o projeto não fique guardado mais vários anos. O que é importante é que ele trâmite. Portanto, eu me reservo a discutir a questão da constitucionalidade, pois, no mérito, eu sou amplamente a favor do projeto do Senador Osmar Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, apenas pela ordem, porque houve um acordo aqui. Então, vamos comunicar, se todos estiverem de acordo, pelo apelo feito pelo Senador César Borges, que fez o apelo no sentido de ouvirmos a Comissão de Constituição e Justiça. Para não ser feito requerimento ao Plenário, o procedimento que a assessoria nos orientou seria: apresentamos o requerimento e o Senador Gerson Camata acata no seu Parecer de que seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, nós deliberaremos, hoje, aqui, na CAE, e ouviremos a questão da constitucionalidade. Dirimida a dúvida sobre a constitucionalidade, o projeto é terminativo na Comissão de Educação. Portanto, aquilo que o Senador Osmar Dias está tão preocupado com a década, ele já está mais animado, que parece que já desceu para uma perspectiva de cinco anos. Eu espero que seja apenas cinco semanas, Senador Osmar Dias, pelo mérito do projeto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu acho que--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Efraim Moraes, pedindo desculpas ao autor.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só para dizer que de dez anos vai reduzir para cinco anos essa tramitação depois dessa decisão aí.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, eu acho que não devemos mais--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em seguida, o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Nós temos uma pauta extensa, a matéria vai para a Comissão de Constituição e Justiça, segundo o entendimento. Então, acredito que devemos passar, aproveitar o *quórum*, inclusive, para entrar nas matérias terminativas.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Agora, eu queria que V. Exa. colocasse o acordo em votação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nós vamos votar primeiro a matéria, vamos votar a matéria porque ela será objeto da apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, com a apresentação do requerimento na outra Comissão, na Comissão de Educação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, vamos fazer um apelo, pela ordem, para encerrar a discussão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas, Sr. Presidente, como eu estava inscrita depois do Senador Efraim--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, como Relator. Como Relator, Sr. Presidente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, eu posso concluir?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu estava inscrita depois do Senador Efraim, é algo que eu quero dizer aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. já tinha falado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É rápido, ali foi só um apelo que eu fiz à Senadora Ideli,

que quero dizer da minha alegria em saber que estamos chegando a um denominador comum, realmente uma solução muito clara que vai levar à Comissão de Educação e o requerimento para que seja realmente analisada a constitucionalidade. E parabenizar ao Senador Osmar Dias pela autoria do PLS nº 2.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, tendo sido feito o entendimento, eu respeito o entendimento e apoio. Eu apenas queria dizer à V. Exa. que o art. 121, da Constituição, diz que a União financiará as instituições de ensino público federais. Ela financiará as públicas federais, mas ela não é proibida de financiar as estaduais. Não existe qualquer tipo de impedimento de a União financiar instituições de ensino estaduais. Ela deve, ela é obrigada a financiar as federais, mas não existe impedimento dela financiar as estaduais. Eu queria trazer esse meu depoimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, como Relator, para encerrar a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Relator, o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, primeiro eu quero dizer que acato a sugestão da Senadora Ideli e também do Senador César Borges, incluindo no meu relatório uma Emenda para que seja ouvida então a Comissão de Constituição e Justiça, com a concordância do Senador Osmar Dias. Depois, eu queria dizer a ele e também tirar da cabeça as preocupações da Senadora Ideli, quer dizer, aquele meu projeto, por exemplo, na Lei Complementar do Crédito Cooperativo, ele demorou nove anos entre a Câmara e o Senado, nove anos, eu atrás do projeto na Câmara, atrás de Relator, atrás de Presidente da Câmara para colocar na pauta, de modo que esse projeto vai entrar em vigor depois do mandato da Dilma, no terceiro mandato do Lula, na outra eleição. Não há preocupação atualmente sobre a data de entrada, o orçamento vai--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então, V. Exa. não vai aprovar porque a Dilma não vai ser Presidenta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E a outra coisa é dizer o seguinte, Sr. Presidente: é uma Emenda à Lei 9.394, já que diz aqui: "A União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação em colaboração com os estados, Distrito Federal e municípios; prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, para o

desenvolvimento dos seus sistemas de ensino". Então, praticamente, ele está só especificando um pouquinho, sem veto.

Mas, então, eu acredito, que nós estamos analisando o mérito, eu mantenho o meu relatório, acolhido aqui o requerimento então no meu relatório da Senadora Ideli que seja ouvida a Comissão de Justiça e--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A assessoria da Mesa está ponderando que V. Exa.. não pode, a essa altura, acatar a solicitação da Senadora Ideli, porque, senão, nós não votaríamos agora a matéria.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então vamos votar e a gente encontra uma maneira regimental de mandar direto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ficaria para a outra Comissão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): OK. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu só gostaria de registrar, Presidente, e o Senador Osmar Dias, ele foi muito, como o Senador Gerson Camata, o meu Estado tem duas universidades federais: uma foi recém criada agora pelo Presidente Lula, a Universidade Federal da Grande Dourados, era um velho sonho do meu Estado, além da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mas eu concordo com V. Exa., Senador Osmar Dias, que a questão das universidades estaduais é uma questão preocupante, não só pela realidade do Paraná, mas de Mato Grosso do Sul também. Hoje nós sentimos claramente que a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul sofre inclusive com a possibilidade de fechamento de cursos, principalmente em campus avançados da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Ela é de fundamental importância porque tem formado excelentes profissionais que contribuem com o seu trabalho com o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul e mais do que nunca na implementação de projetos importantes para o nosso Estado.

Portanto, acho que essa discussão é uma discussão absolutamente meritória, não compreendi o encaminhamento dado. Como não cabe que o Senador Gerson Camata inclua no seu competente Parecer a oitiva da CCJ com relação a esse tema, eu confesso que não entendi qual é o encaminhamento que vai ser dado para que nós votemos na Comissão de Assuntos Econômicos esse projeto que, volto a insistir, é altamente pertinente e eu vejo, e não deve ser diferente

em Mato Grosso do Sul dos demais Estados, especialmente no que se refere às universidades estaduais. Portanto, eu acho que é um projeto importante. Não há nenhuma restrição no que se refere a se financiar pelo Governo Federal universidades estaduais, como disse muito bem o Senador Dornelles. Agora eu pergunto ao Presidente qual é o encaminhamento que será dado em função do pedido de Vista da Senadora Ideli e essa não possibilidade de se colocar no Parecer do Senador Camata essa análise e votação pela CCJ.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, ainda, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): O projeto do Senador Osmar Dias é meritório. As mesmas dificuldades que têm, lá, a Universidade Estadual do Paraná também vivencia a Universidade do Mato Grosso, que é a UNIMAT. Mato Grosso, o senhor conhece, tem 900 mil km², nós temos apenas uma Universidade Federal, em Cuiabá. Entretanto, quando Governador, eu criei a universidade estadual, Senador Osmar Dias, permitindo atender hoje quase vinte mil alunos de cursos de nível superior. Entretanto, a universidade está quase quebrado na medida em que os recursos transferidos pelo Estado, lá atrás previa ter dez mil alunos. Hoje, por falta da presença da Universidade Federal, o Estado praticamente, através da UNIMAT, teve que assumir o nível superior, ou seja, de terceiro grau. Nesse caso, eu imagino, como bem disse o Senador Dornelles, é possível, é legal, é constitucional na medida da Constituição no seu art. 108, é permitido, eu imagino que bastasse aprovar esse projeto e nós inseríssemos na Lei de Diretrizes Orçamentárias essa possibilidade não comprometendo, eu acho, nenhum percentual. Todavia, eu acho que a Federação tem que contribuir com as universidades estaduais. Meu caro Senador Eliseu Resende, conhecedor profundo desse imenso Brasil, se não fosse a Universidade do Estado de Mato Grosso, ou seja, a Universidade Estadual, lamentavelmente nós estaríamos hoje alguns milhares de brasileiros que não teriam condições de ter acesso ao nível desse terceiro grau.

Portanto, Senador Osmar Dias, o seu projeto é meritório, tem o nosso apoio e certamente terá o apoio da maioria absoluta dos membros dessa Comissão. Seria louvável e saudável se nós aprovássemos já aqui o relatório do Senador Gerson Camata, que eu

particularmente, como os demais, não vejo nenhum vício de inconstitucionalidade no relatório de V. Exa.. Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É uma consideração rápida, Sr. Presidente, baseado na palavra aqui, proferida pelos diferentes senadores, particularmente a referência do Senador Francisco Dornelles e do Delcídio Amaral.

Quando se examina aqui o texto do Projeto de Lei proposto pelo Senador Osmar Dias, a Ementa fala que o art. 9º passa a determinar que a União participe do financiamento das instituições financeiras estaduais, enquanto o texto acrescenta o inciso X ao art. 9º, falando na palavra participar. Há uma necessidade de discernir aqui sobre se a Lei é determinativa ou é autorizativa. O Senador Francisco Dornelles levantou um ponto importante: a Constituição não proíbe que a União financie as universidades estaduais. Mas do jeito que está a Ementa redigida aqui, ela determina que a União participe. Aí é preciso analisar com certa profundidade dado quais são os critérios. Todas as instituições de educação de ensino estaduais vão achar que há uma determinação para que a União participe do financiamento dessas instituições.

Eu levanto este ponto, é um ponto de redação, não é propriamente constitucional, mas que tem de ser refletido para decisão final sobre essa matéria. O que realmente se pretende? Que a União participe peremptoriamente do ensino estadual ou se fica a seu critério participar de acordo com as conveniências e as necessidades estipuladas nas diretrizes do setor de educação? É a minha colocação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador João Tenório. Faço um apelo para encerrarmos logo essa discussão e entrarmos na votação das outras matérias da pauta. Senador João Tenório com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, todos sabem nessa Casa [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio. Há um orador, não é na tribuna, mas é na Comissão.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Todos sabem, nessa Casa, as dificuldades, a penúria econômica que vive o meu Estado, o Alagoas, que tem dificuldade inclusive na manutenção do ensino primário fundamental e secundário. E, além do mais, tem tido como obrigação institucional carregar o custo de duas

universidades, o que faz com que nenhum dos três segmentos sejam atendidos adequadamente. Então eu gostaria de registrar o apoio e a admiração pela proposição do Senador Osmar Dias porque atende não só o seu Estado, que é um Estado rico, mas sobretudo aqueles Estados mais pobres que têm essa dificuldade adicional de manter as suas universidades. Obrigado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Inácio Arruda, o último orador inscrito, até porque há um projeto de V. Exa. aguardando votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Duas questões. Primeiro, é um projeto de grande alcance, é um projeto nacional; o Senado representa os Estados, mas esse projeto é de alcance nacional, de grande interesse do povo brasileiro, grande. É preciso a União participar, sim, do financiamento das instituições de ensino superior dos Estados. Aliás, é sua responsabilidade primeira. Então ele pode, deve e é necessário que participe desse financiamento. Então é um projeto louvável, Senador Osmar Dias, que eu espero que essa Comissão aprove.

Segundo, pela necessidade nossa, da nossa região e do Brasil inteiro. A segunda é a questão do procedimento que o nosso querido vice-Presidente já arguiu a dúvida do encaminhamento, como é que nós vamos encaminhar. Pelo que eu entendi aqui, a proposta é de um requerimento, como Emenda do Senador Gerson Camata, não é adequado, não é nem... Ele pode até fazer, mas o procedimento é o seguinte: esse projeto já era terminativo na Comissão de Educação, já devíamos ter liquidado esse assunto lá pelos méritos que ele têm. Há uma polêmica grande sempre com a Fazenda, Planejamento, que vem de muito tempo em relação ao financiamento de universidades estaduais. Não é que há uma proibição da Constituição, é que há uma busca do Governo de deixar nós estaduais, estaduais, e o Governo Federal [interrupção no áudio]. É uma polêmica de Governo, não é de Constituição, não há inconstitucionalidade. Mas como há uma tentativa de ouvir a Comissão de Constituição e Justiça, o procedimento é o seguinte: nós temos que suspender a tramitação aqui para ouvir a Comissão de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não há necessidade, V. Exa. chegou agora e precisa ser esclarecido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, eu não cheguei agora, não, eu estou há bastante tempo acompanhando desde o começo a discussão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Precisa ser esclarecido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu compreendo perfeitamente. Então, não há esse problema de inconstitucionalidade, não há a necessidade, na minha ótica, de ouvir a Comissão de Constituição e Justiça. Aliás, não precisava nem ter vindo à CAE, já era terminativo na Comissão de Educação. Então, eu acho que nós deveríamos colocar, na verdade, em votação e, se tiver necessidade de pedir vista, se pede vista e acabou. Vamos votar na semana seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos pôr em votação logo após a intervenção do Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu serei muito breve, Sr. Presidente. Eu gostaria só de me ater ao escopo principal do projeto, que é o da participação da União no ensino superior desenvolvido pelos Estados nas suas respectivas Unidades Federadas. É fundamental que isto ocorra sim, é importante sim, Sr. Presidente. O Brasil precisa efetivamente priorizar a formação, a capacitação dos nossos profissionais, é esse o caminho mais curto que o País pode encontrar para desenvolver-se. Então é preciso, efetivamente, que a União ajude, auxilie os Governos Estaduais, sobretudo dos Estados mais pobres, na formação e na capacitação da sua juventude.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa.. Em votação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O que é que nós estaremos votando? O acordo proposto foi aprovar o Parecer do Senador Gerson Camata com o acatamento do requerimento de ser ouvida a Comissão de Constituição e Justiça. Então eu preciso saber se é isso que vai ser votado, porque eu abri mão do pedido de Vista para que fosse aprovado já a oitiva da Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O acordo vai prevalecer na Comissão de Educação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, Sr. Presidente, se é desta forma, eu vou pedir vista, porque aí não fica garantido que a Comissão de Constituição e Justiça... Eu volto a dizer: as palavras do Senador Eliseu Resende me deram mais preocupação ainda, porque diz que, pelo texto, fica configurado que a União obrigatoriamente terá que financiar as estadu-

ais e não numa necessidade, não numa conveniência, não numa situação diferenciada de estado para estado. Então a Constituição é clara: a obrigatoriedade da União é de financiamento das federais, das federais. Não proíbe de atender as estaduais, mas pelo texto parece que há uma obrigatoriedade. Então ou esta Comissão aprova que a Comissão de Constituição e Justiça seja ouvida também ou então eu vou pedir Vista, Senador, porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou submeter, então, o requerimento de V. Exa., assinado pelo Senador Gerson Camata e por V. Exa., para que seja ouvida a Comissão de Justiça. É dentro do acordo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas vota antes, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos votar o requerimento e votar a matéria. Com a palavra o Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu vejo essa preocupação do Senador Eliseu Resende e da Senadora Ideli Salvatti, onde diz participar do financiamento, participar de forma facultativa ou poderá participar, que isso dirime a dúvida, porque existe um consenso aqui que não há problema constitucional. A compulsoriedade é que está em jogo. Poderá participar ou participar de forma facultativa do financiamento, quer dizer, a União poderá participar, mas não será obrigada a participar.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tem que alterar a Ementa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A Ementa diz que é obrigatório.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tem que alterar a Ementa, Senador Francisco Dornelles, pois fala em determinar. A União participará peremptoriamente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, essa confusão, eu gostaria de, como autor, dirimir.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não fala em determinar, não.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O texto escreve claramente participar, participar. Agora, pode participar com um real ou com um bilhão, participar.

Agora, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo para a Senadora Ideli Salvatti, em nome das suas colegas, professoras do país inteiro, que estão nas universidades estaduais. Elas não estão agora, nem eles, os professores, concordando com a posição de V. Exa., em não permitir a votação de um projeto de extrema importância para dar sustentabilidade às universidades estaduais, porque muitas estão capen-

gando, Senadora Ideli Salvatti. Laboratórios fechando, cursos fechando, e se nós não dermos uma solução para isso não adianta a gente fazer discurso em favor da educação nesse País, porque a educação não vai sobreviver só de discurso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Osmar Dias, em primeiro lugar, não adianta ficar com esse tipo de argumento de coitado dos professores, porque eu sou professora. Em primeiro lugar, eu acho que eu tenho mais condições de saber a realidade educacional--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não coloque palavras na minha boca, Senadora Ideli, não coloque palavras na minha boca. Eu não usei a palavra coitado dos professores, o que eu disse foi diferente. V. Exa. tem o hábito de colocar palavras na minha boca; não faça isso de novo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): V. Exa. também, V. Exa.. também.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não faça isso de novo, eu não disse isso. Se V. Exa. quer pedir vista, pegar o projeto e enfiar numa gaveta, pegue o projeto e enfie onde quiser, mas não coloque palavras na minha boca [soa a campainha].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Osmar Dias, eu peço, inclusive, pela decência do Plenário, que V. Exa. retire principalmente a última frase.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Enfiar na gaveta eu posso falar, não é, Presidente? Eu não posso falar enfiar o projeto na gaveta?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pode.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É, mas não foi bem só isso que V. Exa. falou.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Se não puder, eu retiro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas não foi bem só isso que V. Exa. falou.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Enfiar na gaveta eu posso, Presidente?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Portanto, o mérito do problema--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Ideli Salvatti, V. Exa. ficou satisfeita com o esclarecimento?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, eu não fiquei nem satisfeita com o esclarecimento, nem fiquei satisfeita com o tom, nem fiquei satisfeita com as palavras. A única coisa que eu estou levantando nesta Comissão é de que um projeto desta magnitude, desta importância, não pode ter risco de ser questionado juridicamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas isso--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por isso que eu estou insistindo que seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E vai ser ouvida, vai ser--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Portanto, eu só pedi isso, o acordo foi: vamos aprovar o requerimento que o Relator já acatou, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, dada a legalidade e a constitucionalidade do projeto; ele é meritório, eu já cansei de dizer isto aqui, sou uma das principais interessadas de que ele seja aprovado, mas aprovado para valer, porque se é aprovado e depois tem questionamento jurídico [soa a campainha], não vai adiantar de nada, por isso que o melhor é fazer o serviço correto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos votar a matéria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, Presidente, Presidente?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que o encaminhamento, se vai ouvir a Comissão de Constituição e Justiça, tem que ser um requerimento separado para remeter o projeto à Comissão de Justiça.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vai ser ouvida a Comissão de Constituição e Justiça. Requeiro, nos termos do art. 101... Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu cheguei ainda a pouco e peguei pelo meio o debate entre a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Osmar Dias. E eu, inclusive, que costume, não estou nem dizendo que não concordo com o Senador Osmar porque peguei literalmente pela metade o debate, eu comentava aqui, com o Senador Inácio Arruda, que eu não via como ilógica as palavras da Senadora Ideli. Não via como ilógicas. Agora, isso mostra, de qualquer maneira, como a responsabilidade de se governar impõe sobriedades. Não era esse o comportamento da senadora, quando se discutia o tal piso dos professores. Agora, não dá para tratar professor de coitadinho, mas, na hora do piso dos professores, tinha que dar de qualquer jeito e era uma coisa bem simples de se concluir: era que aquilo envolvia apenas recursos estaduais e centraram esforços em cima

da Governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, quando foram cinco ou seis Governadores de vários partidos, se eu não me engano de todos os partidos, eu não sei, que questionaram não o piso na justiça, mas alguns penduricários que vinham em cima dele. Então, quando se trata de recurso apenas estadual, dá para empurrar tudo para os Governadores; quando se trata de recurso que envolva qualquer coisa do federal, ela ciosamente exerce o seu dever de leal companheira, de leal e fraterna aliada do Governo do Presidente Lula.

Mas, de qualquer maneira, é só para se registrar: a posição mais correta para quem faz Governo ou para quem faz oposição é o ponto de equilíbrio. Eu estava aqui justamente tentando encontrar uma fórmula de dizer para o Senador Inácio: “Olha, ela não está sendo ilógica, porque de repente um Governador irresponsável, se não houver um limite, um Governador irresponsável pode empurrar para o Governo Federal contas e mais contas das universidades estaduais”. Isso não me parece justo, a priori.

Por outro lado, eu pergunto se é justa aquela campanha sistemática todo dia. Então essa coisa maniqueísta que, aliás, não faz jus à inteligência de tantos companheiros que nós temos aqui no Partido dos Trabalhadores, aquela campanha maniqueísta do tipo os amigos dos professores e os inimigos dos professores. Então têm os amigos dos trabalhadores e os inimigos dos trabalhadores. Têm os amigos da PETROBRAS e os inimigos das PETROBRAS. E pelo visto os amigos das PETROBRAS são os malversam lá dentro e os inimigos da PETROBRAS são os que denunciam a malversação.

Eu só chamei a atenção porque eu estava justamente me deixando seduzir pelo argumento da Senadora, quando vem à minha mente o episódio do piso dos professores, quando a coisa não foi analisada com critério, não foi analisada com dados de equilíbrio federativo. É só um alerta que faço como alguém que está como *outside*, porque quem entende de educação aqui é o Senador Cristovam. O Senador Osmar Dias dá a sua contribuição, mas quem entende de educação é o Senador Cristovam, até porque fala nisso todos os dias, a semana toda, de segunda a sexta, enfim. Como eu não sou tanto desse ramo, eu me limito a fazer aqui a observação quanto aos dois pesos e às duas medidas e eu prefiro um peso e uma medida só para nós mantermos todas a coerência. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Romero Jucá, líder do Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, o pedido de ida até a CCJ vai terminar demorando mais o projeto, que, no mérito, eu concordo, mas, da forma como está colocado, na minha visão, ele é inconstitucional. Não se pode obrigar o Governo Federal a garantir despesas do Governo Estadual. Da forma como está escrito, não é possível. Então eu quero dizer o seguinte: eu quero primeiro vista do projeto. Na próxima terça-feira, eu trarei um texto que procure compatibilizar essa questão da constitucionalidade com o mérito do projeto do Senador Osmar Dias, que todos nós somos favoráveis. Então eu peço Vista e apresentarei terça-feira um pequeno ajuste no texto para que se possa votar e não precise ir à CCJ, porque indo à CCJ demoraria mais, pois até ser distribuído ao Relator, pautado, pedido Vista, seria uma demora muito maior e nós queremos votar essa matéria rapidamente. Então eu peço Vistas e trarei na terça-feira.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, vista coletiva, vista coletiva.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu acho que esse é o ponto de equilíbrio.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osmar Dias, quantos anos vai demorar o pedido de vista de Romero Jucá?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vista coletiva, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu trarei terça-feira, Sr. Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ele disse terça-feira que vem; eu vou estar aqui para cobrar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Trarei terça-feira que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Se nós alterarmos o texto, altera o art. 9º da Lei, que estabelece as diretrizes [ininteligível] para permitir que a União participe do financiamento, e, no art. 9º, permitir a participação de financiamento das instituições de nível superior, se nós colocarmos o permitir, o projeto se torna absolutamente constitucional; basta colocar a palavra permitir. Não há problema nenhum, a modificação é simples.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante. Senador Aloizio Mercadante com a palavra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Presidente, eu acho que a iniciativa do Senador Osmar Dias possibilita um debate muito importante sobre a complementaridade entre a União e os Estados - e também teríamos que incluir os municípios - no processo de fortalecimento da educação pública no Brasil. Nós não podemos ter a União e os Estados - e mesmo os municípios - com uma atitude concorrente. Não tem que ser uma atitude concorrente, tem que ser uma construção de complementaridade, de fortalecimento.

No Estado de São Paulo, nós temos três universidades estaduais relevantes, UNESP, USP e UNICAMP, que detêm 10% dos recursos do ICMS para o seu financiamento. Mas eu, particularmente, apesar de ser volumes substanciais, são universidades que recebem alunos do Brasil todo, tanto na graduação, Mestrado, Doutorado. Esse projeto agora de Unificação do Vestibular Nacional, através do exame único do ENEM, isso vai aumentar a possibilidade de alunos de outros Estados estudarem nas universidades estaduais. Toda essa mudança, essa concepção nova educacional, eu acho que fortalece essa perspectiva de complementaridade que o projeto do Senador Osmar Dias procura sugerir.

Eu concordo com o Senador Romero Jucá que não pode ser inconstitucional, mas nós precisamos construir. Eu mesmo coloquei como Emenda de bancada uma para recursos para a USP. Outro ano, eu coloquei recursos para a UNESP e, na última vez, eu coloquei recursos para a UNICAMP. Infelizmente, o Ministério não liberou os recursos. De qualquer forma, com esse Fundo, quem sabe a gente possa fortalecer essa perspectiva. Então, resolvida a questão da constitucionalidade, eu acredito que "permitir" resolveria, não seria obrigatório, seria autorizativo e daria essa possibilidade de parceria entre a União e os Estados nas universidades estaduais. Eu acho que é uma boa solução. A minha sugestão é que o líder do Governo acate e nós poderíamos resolver desta forma o impasse.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Atendido o pedido de Vistas--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --do Senador do Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pela ordem, Sr. Presidente. Já que está se buscando um entendimento, eu queria fazer a seguinte proposição. Na Emenda, ao invés de dizer "para determinar", colocar "para autorizar" que a União participe de financiamen-

to, porque autoriza, e no texto, o que é que diz o art. 9, o *caput*? Diz o seguinte: "A União incumbir-se-á", ou seja, ele é obrigatório. Incumbir-se-á de quê? Art. 9º: "Permitir participar de financiamento suplementar das instituições de educação superior", porque a União vai entrar suplementarmente atuando para melhorar. Na verdade, do jeito que está, se não colocar o suplementar, vai parecer que a União, amanhã, vai bancar o financiamento. Então, suplementar é o limite, porque se pressupõe que vai corroborar com recursos. Se for assim, eu retiro o pedido de vista e a gente coloca, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o autor do projeto, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, a intenção era determinar mesmo, mas, pelo que eu estou vendo, determinar não vai passar. Então, se eu não posso ter a votação favorável para determinar, que, pelo menos, se abra esta possibilidade de permitir, de permitir.

Agora, Senadora Ideli Salvatti, eu usei todas as palavras que têm no dicionário e todos os termos que eu usei à V. Exa. foram com o mesmo respeito que V. Exa. se dirigiu a mim, apenas a forma de dizer minha é diferente da sua.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com a mudança que nós propomos, não é, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --o projeto com a Emenda do Senador Romero Jucá.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, como Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Relator, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então, a Ementa ficaria com a seguinte redação: "Altera o art. 9º, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para autorizar que a União participe do financiamento das instituições de educação superior estaduais". Autorizar. E lá no texto, devido à redação do art. 9º, da Lei 9.394, diz assim: "A União incumbir-se-á de: supletivamente participar do financiamento". Eu quero ver se essa redação--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Concordamos, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então são as Emendas que eu apresento, com a anuência do autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação a matéria, com as duas Emendas propostas pelo Relator. Os Senadores, que concordam com o Parecer e as Emendas do Relator, permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É só para pedir aos Senadores que vão permanecer aqui, depois de 2011, para acompanhar este projeto, que ele é muito importante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: V. Exa. vai estar onde, no Governo do Estado?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Depois de aprovada, a matéria vai, então, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com decisão terminativa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu sou Relator do Item 8, que é um item que corrige o empréstimo já aprovado à Prefeitura de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, e eu gostaria de pedir a votação desse item, porque, quando da aprovação da matéria, não foi referenciado no relatório a taxa de juro, que seria o contrato de financiamento, e ele não está podendo ser firmado exatamente por conta da falta dessa autorização. Então, eu gostaria de, já dando o Parecer favorável, pedir a votação do item do Rio Grande do Sul, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Romero Jucá, V. Exa. será atendido, mas há um item terminativo que precisa ser votado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Tem prioridade, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem prioridade por causa do problema do *quórum*.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, na última sessão, a Senadora Ideli Salvatti propôs uma Audiência Pública dessa Comissão, para

fazer uma avaliação do regramento e do posicionamento da questão dos cartões de crédito e sugeriu a convocação de alguns membros de entidades importantes que têm muito a ver com o assunto. Eu gostaria de aproveitar esse requerimento e sugerir igualmente a presença do Dr. Aurélio Rios, que é Subprocurador da República e Coordenador da Terceira Câmara de Coordenação de Revisão do Consumidor e Ordem Pública da Procuradoria-Geral da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. terá o seu requerimento votado ainda na sessão de hoje, propondo um novo convidado para a audiência sobre cartões de crédito, a ser realizada na próxima semana.

Processo terminativo, é o único processo terminativo da pauta, que é de autoria do Senador Inácio Arruda e o Relator é o Senador João Vicente Claudino. Está prejudicado.

Item 1. Projeto de Lei do Senado não terminativo. A discussão, inclusive, está encerrada. A autoria é do Senador Arthur Virgílio. O Relator é o Senador Gim Argello. Parecer favorável ao projeto. A matéria será ainda apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o autor do projeto, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Até para reforçar o esclarecimento já feito no Plenário da Casa, reafirmar que, aqui houve, a meu ver, um equívoco meu e das pessoas que pensavam do mesmo modo que eu próprio, o Senador Delcídio, o Senador Gim. Estava certo V. Exa., como Presidente, porque a praxe da Casa era ao menor sinal de qualquer ligação com outro tema afeto a outra Comissão qualquer da Casa, a matéria teria que passar pela outra para evitar qualquer constrangimento ou qualquer nulidade futura. Então, sendo assim, nós que, aqui, entendíamos que a matéria poderia ser dada como terminativa e que seria expletiva a remessa à Comissão de Relações Exteriores, nós aceitamos que ela vá à Comissão de Relações Exteriores, porque essa é a praxe, a praxe deve ser cumprida; não houve, portanto, qualquer equívoco por parte de V. Exa., como Presidente da Casa, àquela altura, quando assim deliberou. Portanto, se logramos a aprovação hoje, ela poderá, em prazo curto de tempo, ser analisada pela Comissão de Relações

Exteriores, quem sabe na próxima quinta-feira, na próxima quinta, mas de qualquer maneira é bom se fazer o registro porque a impressão que saiu é que teria havido um equívoco da Mesa que V. Exa. presidia e não houve. O equívoco então foi da interpretação que eu próprio imprimi, talvez pela vontade de ver a matéria aprovada, o equívoco foi meu e não de V. Exa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço à V. Exa. e concedo a palavra para encaminhar a votação, já estamos encaminhando a votação, ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu queria alertar que eu sou Relator de um projeto da Senadora Patrícia Saboya, que é terminativo, Item 7. Como V. Exa. tinha dado prioridade aos projetos terminativos, não colocou para a leitura do relatório o Item 7 da Senadora Patrícia Saboya, no qual eu sou Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem razão. Eu faço um apelo para que possamos ainda preservar o *quórum* e, em seguida, votar essa matéria.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Presidente?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, o Item 1, eu quero encaminhar favoravelmente também, Sr. Presidente. Eu considero da maior importância para a nossa região, para a região Norte, para o meu estado de Roraima e, portanto, o nosso Voto é favorável.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Gim Argello, Relator da matéria.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado. Como o Parecer já foi lido, já estamos em votação, eu só queria que o senhor concluísse essa votação, porque ficou prejudicada da semana passada para cá, e é um projeto, pelo que eu vi, todo nós, todos os estados que são afetados por isso estão torcendo e vibrando, mais do que isso, pedindo que se vote logo, porque é uma matéria que afeta diretamente a sete Estados brasileiros. Então, Sr. Presidente, por favor, vamos concluir a votação dessa matéria para que possa ir para a Comissão de Relações Exteriores e aí sim ter caráter terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação a matéria. Os senadores e senadoras, que aprovam o Parecer do Relator, permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional com decisão terminativa.

Item 7 da pauta. Projeto que “Dispõe sobre incentivos às Políticas Públicas de juventude executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos”, de autoria da Senadora Patrícia Saboya. O Relator é o Senador Tasso Jereissati. Com a palavra o Relator. Senador Tasso Jereissati com a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores. O Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2008, tem por objetivo estimular as pessoas físicas e jurídicas a contribuírem, mediante doação ou patrocínio, com políticas públicas voltadas para jovens entre 15 e 29 anos. Para tanto, autoriza a dedução do Imposto de Renda por elas devido dos valores aplicados naqueles fins. O benefício alcança pessoas físicas e jurídicas tributadas com base no lucro real e é limitado quanto a estas a 4% e quanto aquelas a 6% do imposto devido.

Em sua justificativa, a Senadora Patrícia Saboya argumenta que as ações de amparo e inclusão de jovens depende da participação da sociedade civil. No entanto, somente as doações e benefício de fundos voltados à criança e ao adolescente é que são dedutíveis do Imposto de Renda. Seria razoável e mais do que razoável, oportuno, estimular por meio desse benefício fiscal o patrocínio a programas voltados para brasileiros na faixa de 15 a 29 anos.

Análise. Nos termos do inciso IV, do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre à CAE examinar matérias em tramitação que tratem de tributos. No que toca à constitucionalidade formal, esta é amparada pelos arts. 24, § 1º, e 153, § 3º, que outorgam ao legislativo federal a competência para disciplinar as regras relativas ao Imposto de Renda. No âmbito material, o projeto se mostra em consonância com o princípio de proteção das pessoas em formação, previsto no *caput* do art. 227, e com o dever do Estado de promover e incentivar as ações educacionais da qual faz parte a qualificação para o trabalho, previsto no art. 205 da Constituição Federal.

No mérito, concordamos com os argumentos da Senadora Patrícia Saboya. Parece-nos mais do que oportuna que a participação da sociedade em programa de inclusão social de jovens deva ser estimulado pelo Estado, como já se faz, por exemplo, com as ações voltadas especificamente às crianças e adolescentes. Trata-se de ações complementares que resultarão em melhor qualidade de vida para parcela importante da população brasileira. O mérito da proposição, aliás, foi confirmado, sempre voltado para assuntos de relevância social.

Quanto ao Substitutivo, oferecido pela Comissão de Direitos Humanos, apresentamos as razões pelas quais nos manteremos fiéis ao texto original. Em primeiro lugar, não nos parece que a finalidade do projeto seja criar benefício restrito ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens, mas, sim, a qualquer Política Pública conduzido por entidades privadas sem fins lucrativos. Além disso, não nos parece adequado excluir do teto de 6% do imposto devido pela pessoa física o benefício destinado ao patrocínio do desporto, porquanto implicaria a criação de dois tetos e, por consequência, duplicaria a potencial renúncia de receita decorrente das deduções. Essa alteração também criaria dificuldades de enquadramento do patrocínio a projetos desportivos que ao momento visassem a inclusão social de jovens. Em sentido oposto, não só consideramos essencial manter a menção à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, como sugerimos Emenda de redação para não deixar dúvidas que o teto abrange concomitantemente ambos os benefícios, garantindo a higidez do projeto em relação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em razão do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, nº 269, em sua redação original, ressalvada a seguinte Emenda: Emenda no inciso II, do § 1º, do art. 2º, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2008, substitua-se a expressão “conjuntamente com” por “observado”. É este, portanto, Senador, o nosso Voto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Lembro que o projeto é terminativo--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --e exige *quórum* qualificado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, para discutir, e, em seguida, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu quero apenas encaminhar o voto. Em homenagem à Senadora Patrícia, nós vamos encaminhar o voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, a Senadora Patrícia Saboya, mais uma vez, demonstra a sua sensibilidade social e ela tem se marcado por uma presença muito forte, quando se trata da luta pela inclusão social de brasileiros à vida, à vida que todos merecem com ela sonhar e a ela almejar. Louvo também o relatório do Senador Tasso, até porque precisamente a Emenda nº 2, que o art. nº 2, a Emenda que ele apresenta melhora substancialmente o projeto e de maneira sutil aperfeiçoa aquilo que já era bom, ou seja, a Senadora Patrícia afirma a sua sensibilidade social, dá uma resposta do Senado brasileiro aos jovens que necessitam de atenção do Estado e essa é uma forma de tratar de maneira muito tópica, muito clara uma questão que está posta aos olhos de todos nós como uma chaga da sociedade brasileira. Portanto, obviamente que o nosso voto é a favor, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, essa faixa etária de 15 a 29 anos é a faixa etária da juventude mais exposta à violência, maior índices de homicídio, maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e, portanto, precisa de Políticas Públicas específicas. Nós já temos algumas iniciativas importantes como as que têm sido encaminhadas pela Secretaria Nacional da Juventude. O Senador Tasso Jereissati, na relatoria, eu acho que foi feliz por não ampliar os benefícios. Na realidade, o teto do benefício fiscal, da renúncia fiscal, porque você está retirando Imposto de Renda, então você está tirando dinheiro dos Estados, dos Municípios e da União para permitir políticas específicas para esse segmento. Estaria dentro do teto originário e, portanto, não há uma duplicação da renúncia fiscal. Eu acho que essa Emenda ajusta o projeto de forma mais consistente.

Eu ainda entendo, Senador Tasso, e gostaria de poder estar debatendo isso com a Senadora Patrícia, eu sou favorável ao projeto, mas nós deveríamos vincular alguns compromissos, algumas metas específicas, porque, por exemplo, na Lei Rouanet, que é uma renúncia fiscal para a cultura, hoje muitas empresas usam a renúncia fiscal na realidade para fazer marketing dela mesmo, de cultura não tem coisa alguma, nem assegura o acesso à população em termos de democratização do produto cultural. Então, você retira recursos do Estado para fazer política cultural, transfere para as empresas, que muitas fazem patrocínios verdadeiramente decisivos para o cinema, para o teatro, para a música brasileira, para publicações importantes, mas nem todas. Então, essa discussão de como é que

a gente vai controlar e fiscalizar para que entidades não-governamentais sérias possam fazer, mas as não sérias não possam, eu acho que é uma discussão que fica em aberto e que nós precisamos retomar esse debate. De qualquer forma, é meritório o debate, essa é uma área muito sensível, muita crítica. Quero parabenizar a Autora e o Relator pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, esse projeto é praticamente ultimamente complemento daquele que eu apresentei e foi votado, porque aquele trata da inclusão de jovens na idade de 18 a 24 anos, 29 anos seja, nas universidades brasileiras. É oferecer mais oportunidades, abrir mais vagas. Creio que aquele projeto, se atendido – porque, agora, ele ficou autorizativo e o Governo pode, ou não, atendê-lo do jeito que ficou -, ele é um complemento desse. Mas eu quero, aqui, mesmo na ausência da Senadora Patrícia Saboya, dizer que é um orgulho para o nosso partido tê-la atuante assim, principalmente nesta área de políticas para a juventude. Nós temos experiências já de sucesso nesta área, sabemos que as demandas econômicas e sociais são cada vez maiores, e o Estado não dá conta de resolver essas questões, principalmente nessa faixa de idade. É preciso que a sociedade seja convocada a participar e esta é uma forma inteligente, a dedução do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas para que haja recursos para implementação de Políticas Públicas com a participação de entidades do terceiro setor. Eu quero, também, votar, cumprimentar e agradecer o líder do Governo, por não ter pedido vista desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Encerrada a discussão, em votação. A votação é nominal. Senador Delcídio Amaral?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Voto com louvor e, mais do que nunca, registrando aí o trabalho da Senadora Patrícia Saboya e o relatório competente do Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Estamos votando. Eu lembro aos senadores que estamos votando o projeto e a Emenda do Relator, o Senador Tasso, votando na mesma oportunidade. É terminativo. O Senador Delcídio Amaral já votou.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Já votei.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Arthur Virgílio?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tasso Jereissati é o Relator, voto conhecido. João Vicente Claudino? Gim Argello? Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Leomar Quintanilha?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aprovado o Projeto de Lei, com a Emenda do Relator por unanimidade, de autoria da Senadora Patrícia Saboya.

Item 9 da pauta. Projeto de Lei do Senado de nº 174, de 2009, não terminativo: “Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo - SESTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR”. A autoria é do Senador Leomar Quintanilha. O Relator é o Senador César Borges, com Parecer favorável ao projeto.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Presidente, pela ordem.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O senhor pulou o Item 6 por quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos atender, aqui, a indagação do Senador Raimundo Colombo. V. Exa. tem razão, mas, em seguida, nós vamos votar o Item 6, Senador Raimundo Colombo.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, apenas se for cabível, por economia processual eu queria pedir autorização ao Senador Leomar Quintanilha e ao Senador César Borges que eu gostaria de pedir Vista do Item 9.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Francisco Dornelles anuncia que pedirá Vista.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a autorização do Senador Leomar Quintanilha e do--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, com todo respeito ao Senador Dornelles, eu acho que o pedido de Vista é regimental, entretanto, eu gostaria de ler o meu Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, ele apenas antecipou, V. Exa. tem todo o direito de ler o Parecer.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Assim, fica lido o Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Regimento, inclusive, impede que o pedido de vista faça surtir seus serviços antes da leitura do relatório. Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, verifico que o senhor conhece bem o Regimento e segue à risca esse Regimento. Eu parablenizo a V. Exa. por esta atitude.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, quem conhece bem é Gonzaga; eu conheço relativamente [risos].

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, vem a essa Comissão o Projeto de Lei nº 174, de 2009, que “Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo - SESTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR”. Em decorrência do Requerimento 579, de 2009, que foi do Senador Santana, vem à análise dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, que tem por objetivo incumbir à Confederação Nacional de Turismo - CNTUR, de criar, organizar e administrar o Serviço Social de Turismo - SESTUR e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo - SENATUR. O projeto em sua parte substancial prevê que a Confederação Nacional do Turismo ficará incumbida de criar, organizar e administrar o Serviço Social do Turismo e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo.

O Serviço Social do Turismo – SESTUR - deverá desenvolver, executar e apoiar programas voltados à promoção social e humana dos trabalhadores em turismo, hotelaria, apart hotéis e demais meios de hospedagem, restaurantes comerciais e coletivos, bares, casas de diversão e lazer, empresas organizadoras de eventos, parques temáticos e demais entidades, empresariais ou não, que desenvolvam atividades turísticas.

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo - SENATUR - deverá gerenciar, desenvolver, executar direta ou indiretamente, apoiar programas voltados à aprendizagem do trabalhador em turismo, hotelaria, apart hotéis e demais meios de hospedagem, restaurantes comerciais e coletivos, bares, casas de diversão e lazer, empresas organizadoras de eventos, parques temáticos e demais entidades, empresariais ou não, que desenvolvam atividades turísticas.

Aos Conselhos Nacionais do SESTUR e do SENATUR caberão o planejamento geral, a função normativa e a fiscalização da administração do Serviço Social do Turismo e do Serviço Nacional de Aprendizagem, bem como a decisão sobre a conveniência e a oportunidade de instalação de Conselhos Regionais, aprovação de suas regras de funcionamento e a definição das respectivas áreas de atuação.

As contribuições atualmente devidas pelo estabelecimento de turismo ao Serviço Social do Comércio - SESC e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC passarão a ser recolhidas nas

mesmas alíquotas e prazos e pelo mesmo sistema a favor do SESTUR e do SENATUR, respectivamente. Os profissionais autônomos que desenvolvem atividades no setor de turismo também deverão contribuir para o SESTUR e para o SENATUR. A partir de 1º de janeiro de 2010, cessarão a vinculação e a obrigatoriedade do recolhimento das contribuições das empresas de turismo, hotelaria, apart hotéis e demais meios de hospedagem, restaurantes comerciais e coletivos, bares, casas de diversões e lazer, empresas organizadoras de eventos, parques temáticos e demais entidades, empresariais ou não, que desenvolvam atividades turísticas ao SESC e ao SENAC. O SESTUR e o SENATUR poderão celebrar convênios para assegurar, transitoriamente, o atendimento dos trabalhadores das empresas de turismo e unidades do SESC e do SENAC mediante ressarcimento ajustado de comum acordo entre os convenientes.

Ao justificar a sua iniciativa, o autor alega: “Já não era sem tempo, pois não fazia o menor sentido a atividade do turismo estar enquadrada como uma apêndice do comércio, porque, como é óbvio e não requer maiores dissertações, nas últimas décadas, foi significativo e patente o desenvolvimento do turismo externo e interno, ampliando-se consideravelmente as atividades econômicas e profissionais vinculadas a essa atividade”.

Inclusive, eu gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, que, hoje, o Brasil tem o Ministério do Turismo e os Estados, as Unidades Federadas, têm também Secretarias de Turismo, os municípios também têm Secretaria de Turismo, que, antes, eram associados ao título de Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo ou Ministério de Indústria, Comércio e Turismo, e hoje há uma determinação administrativa, quase a nível nacional, pela importância do turismo, de uma especificidade do setor, da atividade econômica, e, por isso, foi criado o Ministério do Turismo, Secretaria de Turismo, sejam estaduais e municipais.

Ao projeto não foram apresentadas Emendas.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o presente Projeto de Lei. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, as atividades características de turismo - ACT registraram 73,87 bilhões de valor adicionado, valor criado por um agente econômico no Produto Interno Bruto em 2006, elevando naquele ano a participação do setor de turismo na economia brasileira para 3,66%, ante 3,61% em 2003. Esses dados fazem parte do estudo da economia do turismo, com uma perspectiva macroeconômica de 2003 a 2006, divulgado em 3 de junho deste ano pelo IBGE, e re-

sultado de um acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Turismo e o Instituto. Ainda de 2003 para 2006, o número de ocupados nas atividades características do turismo passou de 5,3 milhões para 5,7 milhões de trabalhadores no Brasil, o equivalente a 10,1% do setor de serviços, que totalizava 56,6 milhões e a 6,1% do total dos empregos do País, que é de 92,2 milhões. Em 2006, a atividade de serviço de alimentação liderava a ocupação no setor de turismo com 2,8 milhões de pessoas ou 50% do total das atividades características do turismo. Outros destaques são os serviços de transporte rodoviário, um milhão de pessoas, e as atividades recreativas, culturais e desportivas, um milhão.

A pesquisa do IBGE informa, ainda, que, em 2006, o total dos rendimentos pagos pelas atividades características do turismo, 31,34 bilhões, representou 3,23% dos rendimentos pagos pelo conjunto da economia brasileira, ficando levemente abaixo da participação observada em 2003. Segundo a pesquisa, em 2006, as atividades características do turismo pagaram remuneração média anual, incluindo o 13º salário, de R\$ 5.484,00 por trabalhador. Os maiores rendimentos médios anuais estavam no serviço de transporte aéreo (R\$ 68.400,06), aquaviário (R\$ 36.069,00) e ferroviário (R\$ 33.265,00), e os menores rendimentos médios no serviço de transporte rodoviário (R\$ 4.608,00) e no serviço de alimentação (R\$ 3.158,00).

O incremento do turismo no Brasil, atividade econômica reconhecida pelo seu potencial de geração de emprego e renda, sobretudo nas regiões menos favorecidas do País, deve ter suas necessidades de formação profissional e de lazer educativo atendidas por entidades ligadas às suas bases patronal e profissional. Como se sabe, é por intermédio das entidades, que realmente são possuidoras dos conhecimentos na área de turismo, que poderão ser implementadas ações que respondam aos anseios, necessidades, demandas, presentes e reprimidas, de um setor de importância vital para a economia brasileira. O envolvimento dos órgãos e entidades representativas do setor, tanto públicos como privados, é indispensável para se obter êxito nessa empreitada, pois somente com a conjugação do esforço de todos seremos capazes de superar os desafios que impedem a dinamização da atividade do setor de turismo com tão grande potencial, Sr. Presidente, para o país que, lamentavelmente, ainda, muito pouco aproveitada por uma série de deficiências estruturais.

Embora devamos nos concentrar na busca de soluções inovadoras para incrementar o turismo no país, experiências bem sucedidas em outras áreas de atividades produtivas podem e devem ser repetidas,

como a criação do Serviço Social do Turismo – SES-TUR - e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo - SENATUR. A importância do desenvolvimento do turismo no Brasil é evidenciado, inclusive, pela nossa Carta Magna, pela Constituição Federal, que, em seu art. 180, determina: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”. Reconhecido pela Lei Maior, a atividade econômica do turismo deve ser dotada, portanto, de todos os instrumentos que possibilite o seu incremento e desenvolvimento, a exemplo do que ocorreu com a indústria, comércio, transportes e cooperativas. Essas atividades econômicas, não há dúvida, devem em grande parte do seu crescimento e desenvolvimento às atividades de seus respectivos serviços sociais e de aprendizagem.

Pela dimensão que a atividade do turismo adquiriu, vemos com bons olhos a criação desses órgãos de serviços sociais e de aprendizagem voltados exclusivamente ao turismo, tendo em vista que a despeito dos esforços realizados os projetos e as atividades dos sistemas SESC e SENAC não atendem plenamente às necessidades e interesses dos profissionais do turismo. De fato, nesse tempo em que a prestação de serviços aos trabalhadores em turismo, hotelaria, apart hotéis e demais meios de hospedagens, restaurantes comerciais e coletivos, bares, casas de diversões e lazer, empresas organizadoras de eventos, parques temáticos e demais entidades empresariais ou não que desenvolvem atividades no setor de turismo, permaneceu vinculada ao Serviço Social do Comércio - SESC e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC, para os quais foram transferidos significativos recursos, acumularam-se problemas graves e crônicos, quer na atividade da assistência social, quer na capacitação profissional de seus trabalhadores. Não há dúvida que isso se deve, em parte, ao fato de que essa prestação de serviço nos moldes adequados nem sempre fez parte do elenco de prioridades das instituições do SESC e SENAC, e quando se dispensou alguma atenção à atividade de turismo faltou àqueles serviços a experiência, a habitualidade e o conhecimento do trato com o turismo, pré-requisitos que julgamos indispensáveis para a execução das tarefas a elas acometidas.

Em um mundo globalizado e bastante competitivo, é imperativo que as organizações devem ter em seus quadros profissionais da mais alta qualificação e capacitação. Todavia, só teremos uma qualificação satisfatória e adequada que atenda totalmente às necessidades dos trabalhadores, das instituições e do mercado se os programas forem elaborados com base

nas realidades existentes que, por conterem peculiaridades bem marcantes, exigirão estratégias e conteúdos diferenciados e específicos. Somente quem ostenta conhecimento pela vivência e convivência setoriais está realmente a habilitada a programar e a executar a qualificada formação profissional. Vale lembrar que neste contexto de crescente especialização foram criados o SENAR - Serviço Social da Agricultura e, mais recentemente, o SESCOOP - Serviço Social de Cooperativismo e o Sistema SEST/SENAT - Serviço Social do Transporte.

Não é demais enfatizar, enfim, que a presente proposta não gera novos encargos, quer para o setor privado, quer para o setor público, e, tampouco, para os estabelecimentos vinculados ao setor de turismo. Redirecionará tão-somente os recursos hoje canalizados para a área do comércio, o SESC e o SENAC, para entidades específicas do setor de turismo, a fim de serem aplicados na assistência, formação e qualificação dos trabalhadores que desenvolvem atividades vinculadas ao turismo, não importando seu local de trabalho ou vínculo empregatício.

Por isso, Sr. Presidente, ante todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, de autoria do Senador Leomar Quintanilha. Este é o relato e o Voto, Sr. Presidente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha, autor do projeto.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Presidente. Eu vou restringir a minha fala a duas colocações. Primeiro, cumprimentar o ilustre Senador César Borges pelo seu talento, pela sua dedicação, pela sua preocupação em elaborar um relatório, um Parecer tão consubstanciado, tão profundo e que vai oferecer os melhores subsídios para que os membros desta Comissão possam efetivamente participar deste debate muito importante.

O Senador Dornelles havia anunciado o seu desejo de pedir Vistas do processo, Sr. Presidente. Eu gostaria de dizer ao Senador Dornelles que eu não objeto, não tenho objeção ao pedido de Vista, não sei se dessa mesma forma se comportará o ilustre Relator, mas eu creio que a propositura do Senador Dornelles, seguramente S. Exa. trará elementos e subsídios importantes que certamente contribuirão para o debate que esta Comissão vai travar a respeito da proposta que nós estamos apresentando, que é uma proposta que não traz nada diferente do que já existe no País em relação aos segmentos produtivos organizados neste País. A agricultura já tem, o comércio já tem, a

indústria já tem, o transporte já tem, e eu creio que nós não podemos, a essa altura, não permitir e não reconhecer que o turismo efetivamente se desponta no mundo inteiro como um vetor forte e importante do desenvolvimento social e econômico de qualquer Nação. Então eu estarei à vontade para participar dos debates, das discussões que transcorrerão nesta Comissão e também na Comissão de Desenvolvimento Regional e me parece que também na Comissão de Constituição e Justiça, que o eminente Senador Adelmir Santana está solicitando. Que bom. Quanto mais nós debatermos, mais nós traremos à luz elementos e subsídios necessários a uma decisão, a mais ajustada, a mais apropriada possível. Muito obrigado, Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha pelo projeto apresentado, um projeto que realmente merece ser examinado com profundidade, e cumprimentar o Senador César Borges pelo Parecer, como Relator, pela sua relatoria, sempre brilhante e competente, como todas as matérias que ele relata e fala nesse Senado.

Eu queria apenas, Sr. Presidente, por uma questão, dada a relevância do assunto, examinar e ter a oportunidade de pedir Vista, não porque eu acredite que os relatórios não abordaram todos os temas, mas para que eu possa ter mais tempo para examinar a matéria, razão pela qual eu apresentei e ratifico o meu pedido de Vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Francisco Dornelles pediu vista da matéria. Mas, antes de concedê-la, concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Presidente, eu pediria, pela relevância do assunto, e nós, do Rio de Janeiro, temos interesse especial, que pudesse ser uma vista coletiva, e nós nos debruçaríamos sobre o projeto, no sentido de encaminharmos a discussão, aperfeiçoarmos e darmos prosseguimento à matéria. Eu vejo como o Senador César Borges, de que o turismo precisa de uma atenção específica, especial, toda voltada para ele. Não é só pelos recursos, não, mas também para a gente evitar o turismo sexual infantil. Preocupa muito isso, isso está crescendo no mundo inteiro e no Brasil também. Então, é preciso que a gente realmente possa encontrar um caminho ideal, para que o turismo, no Brasil, tenha, na parte da

iniciativa privada, a mesma assistência que hoje existe no setor industrial e no setor de comércio.

Acrescento apenas, para concluir, Sr. Presidente, de que hoje o Governo reparte 900 milhões de reais por ano com os Estados exportadores pela entrada de divisas. Há Estados que não são vocacionados para exportação, como o Pará com o minério de ferro, outros que são produtores de soja, de gado, mas que produzem muitos recursos em moeda estrangeira com o turismo e não entram na repartição desses 900 milhões, o que é uma injustiça, uma injustiça fiscal que nós cometemos nesse país. O Ceará, por exemplo, não é um grande estado exportador, mas é um grande importador de turistas, e ali se gera muitos recursos em moeda estrangeira. Acho que isso tudo deve ser discutido nesse projeto tão bem relatado pelo Senador César Borges. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu quero parabenizar ao Relator César Borges, bem como ao Senador Quintanilha pela iniciativa, mas eu queria aproveitar esse momento e fazer alguns reparos.

Esse setor de turismo tem merecido, por parte da Confederação Nacional do Comércio, a atenção desde que existe o "Sistema S". Só para dar uma noção, existe na Confederação Nacional do Comércio um Conselho Nacional de Turismo que bem recentemente comemorou cinquenta anos, que agrega todos os componentes desse *trade* de turismo naquela Casa. Ali também existe uma Câmara Brasileira de Turismo, formada por várias entidades, inclusive a Federação Nacional de Bares, Restaurantes e Similares que trata da questão do turismo. Um adendo que eu queria também lembrar é que o Ministério do Turismo foi fruto de debates que se realizaram aqui nesta Casa quando ainda era Presidente da Comissão de Turismo o atual Vice-Governador Paulo Otávio e que discutiu e que criou os fóruns de discussões na área do turismo, patrocinado esses fóruns pela Confederação Nacional do Comércio. Naquela oportunidade foram ouvidos todos os candidatos a Presidente da República e foram unânimes, na primeira eleição do Presidente Lula, e o Presidente Lula manteve o acordo, quando discutiu com todos os candidatos na criação do Ministério do Turismo.

Então, os serviços sociais, eles têm mais de sessenta anos no Brasil. Se existe a estrutura hoje do SESC, do SENAC, do SESI, do SENAI, apenas para citar os mais antigos, foi uma formação de mais de sessenta anos. Então o que me preocupa é cada

vez mais na criação desses serviços o processo de divisão que vai ocorrer nos recursos e a dispersão desses recursos que ficará pequeno, na medida em que você cria novos serviços e pouca coisa chegará à ponta. Claro, o turismo cresce de forma, como foi bem colocado pelo Relator, o Senador César Borges, muito claro, cresce de forma vertiginosa no mundo e no País e precisa ter atenção. Agora eu queria reafirmar, mais uma vez, que nunca foi deixado de dar a atenção devida. Todos conhecem o esforço dos hotéis escolas do SESC, das unidades que abrigam trabalhadores do comércio e dos serviços na formação de mão-de-obra dessa atividade. Agora é claro que não é o suficiente. O Brasil, por exemplo, ficou cem anos com pouco mais de cinquenta escolas técnicas. Agora é que se avizinha e há promessa de até 2011 chegarmos a quatrocentas escolas técnicas na área de formação. Esses vácuos foram preenchidos exatamente pelo SENAI e pelo SENAC na formação da mão-de-obra. O Senador Delcídio conhece, por exemplo, e o Senador César Borges conhece a instância do pantanal do SESC também na formação de mão-de-obra na área do turismo. Então não houve nenhum descuido nesses cinquenta anos ou mais de cinquenta anos com a área do turismo, como foi aventado no próprio projeto. Há, inclusive, uma afirmação que atesta isso no próprio relatório do Relator César Borges, quando ele diz aqui: "O SESTUR e o SENATUR poderão celebrar convênio para assegurar, transitoriamente, o atendimento dos trabalhadores das empresas de turismo nas unidades do SESC e do SENAC". Portanto, reconhece que elas existem. Em outro momento faz a citação da deficiência, da não especificidade na formação do pessoal do turismo. Olhe, eu volto a ensinar, repetir: nós temos um Conselho Nacional do Turismo formado por várias entidades do *trading* de turismo na CNC que tem cinquenta anos. Temos a Comissão Nacional de Turismo, uma Comissão Temática formada por Federação Brasileira e vários segmentos do turismo. Então, não houve o nosso descuido nessa natureza. Me preocupa, sim, não há dúvida de que deve ser discutida a matéria, mas a dispersão desses recursos, certamente vai chegar pouco à ponta no processo de formação de mão-de-obra.

Faço esse registro, Sr. Presidente, até por um dever de ofício, porque eu já tinha me manifestado em outra oportunidade em Plenário contrário à criação tanto das Confederações, e aí não cabe a mim, o Ministério do Trabalho reconheceu, como também a criação de novos serviços sociais, porque significará a pulverização dos recursos em poucos benefícios para aqueles que realmente necessitam, que são os trabalhadores.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu faço um apelo ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu farei por último.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, eu não quero falar não, eu quero pedir a votação do Item 8, que eu vou ter que sair, é um empréstimo do Rio Grande do Sul, é uma coisa automática, não tem nenhum tipo de problema.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Só muito rapidamente, Sr. Presidente, eu acho que--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Porque nós vamos ter muito tempo ainda para debater.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O pedido de Vista coletiva é mais do que regimental, eu acho que não há nenhum problema, é polêmica. Apenas eu queria destacar que, na verdade, houve a criação do Conselho Nacional do Turismo, pelo Ministério do Trabalho, por um despacho do Ministro do Trabalho Carlos Lupi, no dia 27 do primeiro desse ano, acolheu o requerimento da Confederação Nacional de Turismo, foi criado, e o passo seguinte seria a criação do "Sistema S". Eu não desmereço de forma alguma o trabalho do SESC e SENAC, mas acho que a nova realidade nacional e a necessidade de expansão do turismo requer algo específico para essa área. Era só isso, Sr. Presidente, e esperando que na próxima semana o assunto volte ao debate para um debate mais aprofundado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Fica concedido o pedido de vista coletiva a essa matéria.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, eu poderia fazer uma questão? Eu não conheço o Regimento da Casa e eu queria perguntar, fazer uma pergunta ao Senador César Borges, ao Senador Quintanilha e à V. Exa., se seria possível que esse pedido de vista pudesse ser por duas Sessões.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pudessem o quê?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Duas semanas. Pode.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Presidente é que decide.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Fica concedido, portanto, por duas semanas.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Até em consideração a São João.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, apenas para apresentar o voto favorável ao Item 8, Sr. Presidente, que regula a contratação de empréstimo do BID por Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Nós já aprovamos essa matéria e tinha saído sem a opção de contratação da taxa de juros remuneratória do financiamento. Então o Senador Zambiasi apresentou esse adendo e eu estou dando Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação. Os senadores, que concordam com o parecer do Relator, permaneçam como estão. Aprovado o Parecer do Relator.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu solicito urgência da matéria, urgência da Comissão para o Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De acordo com solicitação do Relator. Os senadores e as senadoras, que aprovam o pedido de urgência, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai ao Plenário do Senado.

Com a palavra o Senador Raimundo Colombo, Relator do Item 6, que "Revoga o art. 109, do Decreto-Lei nº 2063, de 7 de março de 1940".

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para registrar que eu vou pedir vista dessa matéria e trarei, na próxima semana, uma posição do Governo. O Governo ainda tem dúvidas sobre a matéria, é meritória, mas nós vamos pedir vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É um Projeto de Lei da Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): É um Projeto de Lei da Comissão de Constituição e Justiça que possibilita a contratação do seguro para menores. Nós queremos ter uma posição do Governo, oficial, não temos ainda, a SUSEP não se manifestou ainda, eu estou cobrando uma posição do órgão que supervisiona as seguradoras no País.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Raimundo Colombo, Relator da matéria.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Esse projeto é da própria Comissão de Justiça com a Consultoria e a Procuradoria dando o seu Parecer, mas nada impede o pedido de Vistas. Eu só acho que deve vir urgente porque é um assunto importante. Eu espero que na próxima semana a gente possa deliberar sobre ele.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Trarei na próxima semana, Sr. Presidente.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tendo em vista que as matérias da pauta foram apreciadas e outras retiradas por solicitação dos Relatores, vou colocar em votação a última matéria, que é a solicitação do Senador João Tenório para que participe do debate, na próxima semana, nesta Comissão, Audiência Pública sobre a regulamentação do uso de cartões de crédito, o Dr. Aurélio Rios, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da Terceira Câmara de Coordenação e Revisão do Consumidor e Ordem Econômica da Procuradoria da República. Em votação o requerimento. As Sras. e os Srs. Senadores, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h04.

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e três de junho do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Gerson Camata, Pedro Simon, Eliseu Resende, Adelmir Santana, Jayme Campos, Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo e Jefferson Praia e, ainda, do Deputado Federal Guilherme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Marcelo Crivella, César Borges, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Antonio Carlos Júnior, Efraim

Moraes, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública para debater as questões atinentes à administração e regulamentação do uso de cartões de crédito, em atendimento ao Requerimento nº 36/09-CAE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, e aditamento, de autoria do Senador João Tenório, tendo como convidados o Sr. José Antônio Marciano – Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos – Deban, do Banco Central do Brasil; Sr. Marcelo Ramos – Coordenador Geral de Comunicação e Mídia do Ministério da Fazenda; Sr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes – Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo da Confederação Nacional do Comércio; Sr. Paulo Rogério Caffarelli – Vice-Presidente de Cartões e Novos Negócios de Varejo do Banco do Brasil; Sr. Aurélio Rios – Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão – Consumidor e Ordem Econômica – da Procuradoria-Geral da República; Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – Abecs e Associação Nacional dos Consumidores. A Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, do Sr. José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos – Deban, do Banco Central do Brasil; Sr. Marcelo Ramos, Coordenador Geral de Comunicação e Mídia do Ministério da Fazenda; Sr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo da Confederação Nacional do Comércio; Sr. Paulo Rogério Caffarelli, Diretor da Abecs; Sr. Ivo Luiz de Sá Freire Vietas Júnior, Diretor da Abecs; Sr. Marcelo de Araújo Noronha, Diretor da Abecs. Após as exposições, usam da palavra a Senadora Ideli Salvatti e os Senadores Gerson Camata, Pedro Simon, Adelmir Santana, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante e, ainda, o Deputado Federal Guilherme Campos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata foi aprovada e está em condições de ser publicada no Diário do Senado Federal.

[soa a campanha]

A pauta de hoje consta de uma Audiência Pública para debater as questões atinentes à administração e regulamentação do uso de cartões de crédito, em atendimento ao Requerimento de número 36/09, da CAE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, e aditamento de autoria do Senador João Tenório.

Já estão presentes os nossos convidados, a quem convido para compor a Mesa: o Sr. José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamento, DEBAN, do Banco Central do Brasil; O Sr. Marcelo Ramos, Coordenador-Geral de Comunicação e Mídia, do Ministério da Fazenda; O Sr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, da Confederação Nacional do Comércio.

Estão presentes, também, representantes da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços, ABECs; o Diretor Paulo Rogério Caffarelli; o Diretor Marcelo Araújo Noronha e o Diretor Ivo Luiz de Sá Freire Vieitas Júnior.

Como já é do conhecimento dos membros dessa Comissão, claro, e de... E acredito que até dos convidados, os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

Então, de acordo... Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sem interromper V. Exa., Sr. Presidente, seria interessante que a assessoria da Comissão já pudesse colocar na Mesa dos senadores presentes todos os projetos que tramitam aqui, no Senado, que regulamentam ou que versam sobre cartões de crédito.

Porque nós já poderíamos colocar alguns pontos desses projetos, dos quais eu sou até relator de um que está lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, para que a gente pudesse, à luz desses projetos que já tramitam, a gente participar dessa audiência muito interessante, muito importante, dado o crescimento volumoso desse meio de pagamento tão eficiente e

tão moderno, mas que precisa, de vez em quando, passar sobre alguns filtros da lei.

Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço também a V. Exa. e digo que está sendo providenciado o dossiê e o material que V. Exa. está solicitando.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado a V. Exa., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Iniciando a fase de exposições dos nossos convidados, desde logo quero agradecer a todos os convidados que nos dão a honra da sua presença aqui ao nosso lado, eu quero dar a palavra ao Sr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, que é o Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo da Confederação Nacional do Comércio.

Portanto, V. Sa. tem a palavra, Sr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes.

SR. CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES: Bem, caro Senador Presidente da Comissão, senhores, meu caro Marciano, Marcelo Gomes, Paulo Rogério, Aurélio Rios, eu acho que é importante aqui, em poucas palavras, nós tentarmos sintetizar a importância desse assunto, isso é fundamental para nós entendermos a problemática dele e a sua complexidade.

Não é só aqui no Brasil que estamos passando por isso. Outros países também. Agora, os Estados Unidos também estão passando pelo mesmo problema de cartão de crédito de proteção ao consumidor.

O que é importante notar é o seguinte, para nós sermos pontuais: tem um trabalho muito bom do Banco Central, que foi publicado recentemente, sobre esse assunto, que dá as sugestões todas que devemos aqui, no Brasil, adotar.

Mas, antes de nós entrarmos nesse trabalho, que, para mim, está excelente, em termos técnicos, é preciso colocar alguns pontos importantes que estão acontecendo hoje, que levam esse assunto a ter mais importância ainda.

Primeiro, as estatísticas estão mostrando que a concessão de crédito para pequena e média empresa tem caído substancialmente desde o ano passado. Elas estão passando por dificuldades, por não terem acesso ao crédito e, se tem, tem o *spread* muito alto. Outra: a inadimplência dos cartões de créditos está aumentando, por causa da taxa de juros muito elevada que eles cobram em seus créditos rotativos.

O que me preocupa é que as pequenas e médias empresas, elas é que estão pagando uma taxa maior de desconto aos cartões de crédito. E elas que financiam praticamente os cartões de crédito, porque elas

só recebem em 30 dias. E tem uma taxa de desconto enorme, que come todos os seus lucros.

E, na atual circunstância, que o crédito está difícil, está caro, elas estão passando por tantas dificuldades que esse projeto que trata do cartão de crédito, ele não pode ser menosprezado. Inclusive, eu acho que tem que ser tratado pontualmente.

Tem uma opinião do Banco Central que eu concordo com ela em parte, que é importante você olhar todos, o cartão de crédito, de débito, de meios eletrônicos... Mas eu acho que dadas as circunstâncias atuais, é importante que o cartão de crédito seja priorizado, ao menos pontualmente, porque o custo está muito alto.

Vocês imaginem uma pequena e média empresa sem acesso ao crédito bancário, pagando taxas de descontos elevadas no cartão de crédito e não vendendo ainda, tem essa grande dificuldade.

Então, eu acho que é importante salientar que esse projeto do cartão de crédito deveria ser olhado com uma certa celeridade.

Bem, outro ponto que eu acho muito importante é que esse mercado de cartão de crédito é um mercado de dois lados. Então, é importante coordenar esses dois lados, as suas expectativas. Não pode ser uma coisa desbalanceada.

Atualmente está desbalanceado. Como nós já mostramos aqui, as taxas de desconto elevadas, o prazo para receber elevado, o custo oportunidade é elevadíssimo, porque enquanto não recebe a empresa tem que se financiar no mercado financeiro, a taxas altas, quando acha.

Então, está praticamente dificultando muito as pequenas e médias empresas. E outra, a tarifa de desconto, ela é pesada maior sobre segmentos mais fracos da economia. Os mais fortes pagam tarifa menor. Além de ter essa característica, então vocês imaginam hoje a dificuldade de uma farmácia, de um posto de combustível que tem uma margem de lucro pequena, não tem acesso ao crédito e quando tem, a taxas altas, e tem as maiores taxas de desconto no cartão de crédito.

Então, realmente é uma situação inédita. Nenhum país do mundo tem isso. Todos países do mundo estão mudando as suas legislações de cartão de crédito, exatamente para proteger o consumidor e também para viabilizar o outro lado, que são as empresas do comércio.

Agora, não tenha dúvida que o cartão de crédito oferece vantagens, como é o risco, hoje a análise do risco ficou muito mais fácil, proteção, segurança. Agora, não pode ser a esse custo elevado.

No Brasil, o grande problema que eu acho, é que nós temos vários pontos a serem tocados. O primeiro é o sobrepreço. É importante diferenciar os preços? Por que isso é importante?

É porque nem todos meios de pagamentos podem ser considerados idênticos. E outra, a diferenciação de preços ela vai permitir que o comerciante tenha poder de barganha, que ele não tem hoje. Hoje não tem barganha nenhuma. A taxa vem para ele como está. Taxa de desconto.

Então, se não tiver a diferenciação de preço, ao menos que hoje tenha alguma legislação, antes de você mudar os cartões de crédito, que permita maior transparência, como tem hoje a transparência das tarifas, saber quem está pagando o que de taxa de desconto. Isso ao menos pode mostrar ao pequeno que está pagando muito. Essa transparência pode ser feita, como foi feita no caso das tarifas bancárias. Isso é um ponto que pode ser feito naturalmente.

Agora, a diferenciação de preços, ela é fundamental, porque ao dar barganha, permite preços menores. Inclusive, para nossa macroeconomia, quando um comerciante dá desconto no preço vendido para uma pessoa que está com dinheiro à vista, na hora que vai alguém do IBGE coletar preços, ele vai pegar o preço que está com desconto, e não o preço sem desconto.

Então vai até possibilitar que os nossos dados de inflação, coletados pelo IBGE, sejam mais favoráveis que hoje não são, porque não pode ter diferenciação de preço e ele tem medo de dar diferenciação de preço.

Então, essa medida eu acho fundamental, que até pode ser vista separadamente das outras. Porque eu acho que as outras envolvem medidas mais complexas, mais amplas.

Também a interoperabilidade é fundamental. Os projetos aqui do Senador Santana, todos eles são bastante pontuais, e são os projetos que eu acho mais importantes do ponto de vista de imediatismo, para ao menos corrigir algumas distorções que nós temos hoje.

Bem, um outro ponto, que eu acho muito importante também, é a falta de transparência, que prejudica a autodisciplina dos mercados. Se nós tivéssemos hoje acesso a quem está pagando o que, provavelmente a autodisciplina ficaria mais fácil. O Banco Central, ele exerce um papel muito importante nessa área, porque ele fiscaliza as instituições financeiras, que por sua vez são sócias das empresas que estão no mercado hoje de crédito.

Então, quer dizer, os bancos emissores, as empresas credenciadoras tem sócios de instituições financeiras. Agora, também temos que reconhecer que

o nosso padrão, hoje, de concentração de instituições financeiras, tanto no lado do credor e do emissor, é compatível com o nosso padrão de concentração bancária. É uma realidade. Nós não vamos poder mudar isso da noite para o dia. Então, existe no Brasil concentração bancária, como existe em outros países e isso vai ser inevitável também na composição de alguns cartões de crédito.

Agora, uma concorrência maior no credenciamento, porque existe no credenciamento o que nós chamamos economia de escalas. Isso facilita muito os ganhos extraordinários que tem tido essas empresas. Se você abrir isso, terceirizar, tiver mais concorrência, possivelmente o custo vai diminuir.

Agora, vocês imaginem um lojista ou um dono de posto. Paga pelo aluguel das máquinas, porque não tem concorrência, não há interoperabilidade, ele tem a maior taxa de desconto, ainda vai no banco pegar dinheiro emprestado.

Ainda tem o seguinte detalhe: os títulos que ele chama-se recebíveis, muitas vezes são usados para descontar no banco, coisa que podia estar recebendo há mais tempo.

Uma das conclusões que eu achei mais importante desse relatório do Banco Central foi fundamental. Diz o seguinte: Mantida a taxa de intercâmbio fixa, mantida as taxas dos cartões de crédito para pagamento a prazo, nos atuais níveis, se o prazo de recebimento do lojista, do comerciante, fosse de dois dias, mesmo assim o ganho seria surpreendente, seria bom para os bancos emissores, para a área do cartão de crédito.

Quer dizer, se o prazo fosse de dois dias, pelo estudo que foi feito, o custo de oportunidade sendo bancado pelo emissor, mantida as atuais taxas, o lucro ainda será bastante razoável.

Então, vocês imaginem, então, se o prazo hoje de recebimento é 30 dias. Então, o lucro é extraordinário. Então, o estudo do Banco Central é muito bom, ele mostra as fragilidades do mercado. E tecnicamente falando, ele aponta outros países também que estão enfrentando o mesmo problema e como é que estão resolvendo esses problema.

O caso americano, por exemplo, vê mais o lado do consumidor. Transparência. Se não pode mudar uma taxa de cartão de crédito sem avisar o consumidor antes. Como é que ele vai... Ele tem que saber, ele tem que se posicionar... Porque se ele atrasa um pagamento, ele tem que ter transparência quanto que ele vai pagar por isso; essa é a preocupação hoje nos Estados Unidos.

Eu fico às vezes abismado de ver as taxas de juros, os cheques especiais, os bancos mudam e você só é avisado depois. Teria que ter uma transparência

maior, um aviso anterior para que você pudesse, ao menos, dar ao consumidor alternativas para saber o que ele está fazendo.

Os contratos não necessariamente são simples é importante simplificar. O Banco Central americano apresentou esse projeto nos Estados Unidos, que foi aprovado recentemente, todo ele um processo simplificador, não complica as coisas. Aqui também nós temos que ter... Enquanto esse projeto não é aprovado, quer dizer, mais amplo, nós temos que... No mínimo, transparência para facilitar as alternativas tanto do comerciante, que precisa saber se ele está pagando muito ou pouco, como também do consumidor.

Agora, eu acho que o prazo realmente não tem sentido. A diferenciação de preço vai permitir mais barganha para o comerciante, e esse prazo também teria que ser menor. E eu acho que o Banco Central, que fez um trabalho excelente na área técnica, poderia subsidiar, eventualmente, qualquer projeto maior que possa ser enviado para o Congresso, como fez o Banco Central americano.

Mas, enquanto isso, que isso demora, nós temos que tratar emergencialmente de alguns projetos que estão aqui, que podem resolver alguns problemas. O do Senador Santana, principalmente, a diferenciação de preço, interoperabilidade das máquinas. Isso aí é resolvível, sem que você tenha que fazer algo mais amplo.

Porque meu receio todo é que, se formos fazer algo mais amplo, vai demorar. E essa situação que está aí hoje, de aperto, porque uma coisa é certa, os cartões de crédito vão continuar crescendo, porque como instrumento de pagamento é excelente. Substitui a moeda, substitui o cheque. A clientela usa o cartão de crédito tranquilamente porque sabe que tem seguro o cartão. O comerciante tem ganho de escala, o comerciante tem segurança. Não precisa fazer nada de risco.

Então, é o meio de pagamento usado internacionalmente. Agora, hoje é um mercado de dois lados que está desfavorecendo tremendamente o outro lado. Agora, isso aqui não é, necessariamente, vamos dizer assim, absenteísmo. Não, é porque é uma coisa nova, que está mudando em todo o mundo.

Então, está na hora desse assunto ser mais discutido, mais debatido, e o peso do custo dele recair menos sobre o comércio. O consumidor hoje, por exemplo, está no seu direito de ter um cartão de crédito, desde que ele possa ter. Agora, ele tem um cartão de crédito até com prêmio negativo. Porque ele ganha milhas, não paga anuidade, tem uma série de vantagens, enquanto que o outro lado tem uma taxa de desconto enorme, só recebe em 30 dias, o custo da máquina é muito

elevado, não há concorrência entre os credenciadores. Então, está um mercado desbalanceado.

Agora, eu acho que também tem que ser feito, isso aí é um trabalho harmônico, como é um mercado de dois lados, ambas as partes têm que trabalhar juntas para chegarem a uma cooperação. Não é um mercado que possamos dizer que vai ter arbitrariedade na hora de você ter as coisas prontas. Tem que ter cooperação, como por exemplo, um exemplo típico, achei que o Banco Central, quando publicou no seu *site* as tarifas dos bancos, foi um exercício importante.

Quando ele está publicando o *spread* bancário, é importante., porque quem tiver acesso vê se está pagando muito ou pouco. Agora, também, por que não publica as taxas de descontos que os cartões têm, as taxas que eles cobram dos consumidores. É o primeiro passo a ser feito.

E outro passo seriam esses projetos, mais rápidos de serem aprovados. Só que eu acho que não dá tempo de fazer algo muito mais abrangente. Temos que atacar os pontos que estão machucando mais agora. E eu acho uma coisa muito séria ainda: nós vamos passar por uma crise aqui razoavelmente forte. Se não houver um controle da inadimplência dos cartões de crédito, se a economia não se recuperar rápido, as empresas estão endividadas, porque estão pagando juros altos, taxas de descontos enormes no cartão de crédito.

Então, é um projeto também, é uma análise também macroeconômica; não é só microeconômica. A preocupação hoje é generalizada em todo mundo com a inadimplência do consumidor nos cartões de crédito.

Então, acho que é importante que esse assunto seja debatido e eu volto a parabenizar o trabalho do Banco Central que está muito bom e deve ser olhado realmente como sendo o projeto básico para ser seguido e olhando aqueles pontuais, como do Senador Santana que está aqui no Congresso, e que podem ser transformados rapidamente, sem precisar de um grande projeto.

Agora, a diferenciação de preços, essa aí pode ser até uma interpretação da lei, para facilitar que isso saia mais rápido. Não podemos ficar amarrados a isso. Isso é um erro técnico, inclusive. Está deixando o IPCA ficar mais alto, desnecessariamente, porque você não pode dar desconto para o seu produto. Coisa que não existe em nenhum país do mundo. E estamos subsidiando um lado. Quem paga à vista está subsidiando o usuário do cartão. Então, essa é uma coisa realmente anacrônica que tem que ser mudada.

Senador, basicamente é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Carlos Ta-

deu Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo.

E concedo a palavra ao Sr. José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamento, DEBAN, do Banco Central do Brasil.

SR. JOSÉ ANTONIO MARCIANO: Bom-dia, senhores. Obrigado, Senador. Em nome do Banco Central queria agradecer o convite para comparecer a essa Comissão.

Para nós é muito importante esse contato direto com os senhores aqui no Parlamento, porque dá oportunidade de falarmos sobre um trabalho que estamos realizando e um assunto que está sendo muito discutido e que merece, de fato, um debate amplo.

Eu passo às mãos do senhor, como Presidente da Mesa, uma via do relatório que eu vou falar, vou tratar desse relatório na apresentação, enfatizando que esse trabalho é um trabalho de cooperação técnica realizado pelo Banco Central do Brasil, pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Nós vamos falar sobre o cenário em que produzimos esse relatório e depois entrar em detalhes do relatório.

O Banco Central do Brasil tem um projeto chamado Modernização dos Instrumentos de Pagamento de Varejo e foi dentro desse projeto que nós firmamos o convênio com as duas secretarias, objetivando fazer um estudo sobre cartões focado principalmente nas questões estruturais do mercado, a organização da indústria, a verificação de possíveis falhas de mercado e as implicações de políticas de medidas que eventualmente venham a ser adotadas com relação a indústria de cartões.

Primeiramente, queria mostrar esse gráfico aqui que mostra a evolução do uso dos instrumentos de pagamento no Brasil. Nós temos na primeira parte do gráfico somente os instrumentos de liquidação interbancária, onde se verifica o expressivo decréscimo na utilização de cheques no país, nós chegamos 2008 com 1 bilhão 300 e poucos milhões de cheques, saindo de mais de dois bilhões em 2003. Se voltarmos mais atrás, nos anos 90, no início dos anos 90, a quantidade de cheques utilizados no país foi acima de quatro bilhões e meio.

E o crescimento do uso dos cartões de pagamento, cartões de débito, cartões de crédito, que evidenciam a necessidade de se olhar com mais cuidado essa indústria, que é a que mais substitui o cheque e

também o dinheiro no país. Esse foi um dos princípios que norteou a realização do trabalho.

No gráfico debaixo nós temos incluindo as transações intra-bancárias, que são realizadas dentro do próprio banco pagador e recebedor tem conta. Aí as transferências de crédito dominam amplamente em quantidade, quase 6 bilhões e 900 milhões de transações em 2008, esse é o quadro em que nós temos na utilização de instrumentos de pagamento, dos pagamentos não em dinheiro no país.

Então, esses números são suficiente para justificar o porque de os reguladores passarem a olhar os cartões de pagamento com maior atenção.

O trabalho foi feito olhando bibliografia, a experiência internacional, analisamos vários países, coleta de dados, envolveu 2001 a 2007 e 38 conglomerados são os emissores de cartões Visa, cartões MasterCard, Hipercard, AmEx e TecBan, que é o cheque eletrônico.

Fizemos pesquisa amostral com estabelecimentos e também utilizamos a base de dados do SINDEC, que congrega, que consolida as informações vindas de PROCON. Ou seja, nós olhamos a indústria, todos os participantes da indústria, os lojistas e também o consumidor nessa pesquisa que foi feita.

Estrutura do... Da indústria, a conduta e o desempenho são os três principais pontos abordados no relatório.

Nós gostamos de enfatizar que nós estamos tratando basicamente de dois modelos de cartões. Nós temos nesse quadro o modelo de quatro partes. Modelo de quatro partes é utilizado pela MasterCard e pela Visa. Proprietário do esquema de pagamentos é o que se chama aí de bandeira, é a MasterCard ou a Visa, e nós temos credenciadores que são as empresas que chegam ao lojista, que fazem os contratos com os lojistas. E os bancos emissores que emitem os cartões que entregam para seus clientes.

Então, é sobre esse desenho que a gente sempre está tratando no relatório, tratando o lado emissor e o lado credor, como é que se dão as relações entre essas pessoas aí no modelo de quatro partes. Então, fica bem nítido aqui nesse modelo de quatro partes que existe alguém que tem... É o dono do esquema, vamos tomar, por exemplo, a Visa. No caso do Brasil, o credenciador não é no plural, é no singular, credenciador só existe a Visanet. No caso da MasterCard, ela é a dona do esquema de pagamentos. No Brasil, não é plural, é no singular, credor é só a Redecard e no lado dos emissores nós temos os bancos. São 37 bancos emissores Visa e 20 bancos emissores MasterCard.

O modelo de três partes, também tratado no relatório, tem como diferença básica que o proprietário do esquema de pagamentos é o emissor único e também

o credenciador único. Isso se dá nas bandeiras AmEx e Hipercard e também na TecBan, o cheque eletrônico. AmEx, propriedade do Bradesco, através do Banco [ininteligível] e a Hipercard do grupo Itaú-Unibanco, administrada também por um banco do conglomerado Unibanco, Unicard.

Nesse modelo, então, por construção só existe um emissor e ele também é o credenciador e dono. Isso tem algumas diferenças com relação ao mercado, mas não mudam, em essência, quando se fala nos aspectos que nós vamos abordar a seguir.

Olhando a organização da indústria pelo lado dos credenciadores, nós identificamos nesse trabalho Visanet, Redecard, TecBan, AmEx e Hipercard. Atribuímos para cada uma das principais atividades, o grupo técnico identificou, vamos olhar somente as cinco principais atividades, existem outras coisas que essas empresas fazem, mas de relevante para nós são as cinco atividades.

Se atribuirmos um ponto para cada um, nós chegamos a um grau de integração de cinco, ou seja, a indústria está todinha e verticalizada em cada uma das bandeiras, Visanet faz tudo que diz respeito à Visa, Redecard faz tudo que diz respeito à MasterCard, do ponto de vista de credenciamento, prestação de serviço de captura, as maquinetas e compensação e liquidação. TecBan, AmEx e Hipercard, por construção, é só um credenciador, é só um prestador de serviço de emissão também, está tudo concentrado, é diferente, mas, de qualquer forma, nas cinco credenciadoras, há integral verticalização.

Essas empresas, Visanet e Redecard, são de propriedades dos bancos. Esses dados são de 2007 e nós tínhamos essa composição. Nos últimos anos já se alterou com a Redecard, o Itaú comprando o Unibanco, foi feita oferta pública, já se alterou esse quadro. E no caso da Visanet está em processo de também de abertura de capital que vai alterar esse controle acionário.

Bem, até aqui nós falamos da forma de organização. E o que nós podemos identificar, o que o relatório identifica, é que existe falta de compartilhamento na prestação do serviço de rede, é o que se chama de interoperabilidade dos terminais de captura de transação. As maquininhas, maquinetas que o Senador Adelmir Santana tem uma paixão louca com essas máquinas, não é Senador?

Então, essas maquinetas é o ponto mais visível do que a gente chama de barreira à entrada de novos participantes. Qualquer um que queira ter... Lançar um novo esquema de pagamento no país, que queira lançar um novo cartão no país, ele enfrenta como uma das barreiras, é o fato de que ele não tem uma infra-

estrutura instalada, ele é obrigado a partir do zero e assim é que se dá... Assim que funciona essa barreira, porque é muito difícil um novo participante no mercado chegar no lojista. Além de todos, todos... Outras considerações que o lojista vai fazer se vai aceitar ou não esse novo cartão, ele ainda tem que providenciar a infraestrutura necessária, mais uma infraestrutura em cima do balcão dele.

O elevado grau de integração vertical também é outro ponto identificado como sendo uma barreira, porque o estabelecimento é obrigado a fazer o contrato com uma empresa só, só um credenciador, ou Redecard ou Visanet, no caso das duas maiores bandeiras e isso daí também funciona como uma barreira à entrada de novos participantes, porque o novo participante vai ter que ter credenciadores também para fazer o serviço.

Então, ali nós falamos da forma de organização, agora nós vamos tratar do grau de concentração.

Olhando pelo lado das bandeiras, é nítida a participação dominante da MasterCard e da Visa, tanto nos cartões de crédito, quanto nos cartões de débito, seja nos cartões ativos ou seja em quantidade de transações.

O que chama atenção aí é que no caso do cartão de débito, 99% das transações são Visa ou MasterCard; Visa Electron ou MasterCard Maestro. O 1% do cartão de débito é uma bandeira da TecBan, o cheque eletrônico, que nos últimos anos vem perdendo participação por falta de interesse dos seus proprietários em manter essa bandeira.

Ali eram os credenciadores, vamos olhar agora os emissores. Os emissores lembrando que nesses casos todos são bancos emissores.

Nós temos nos cartões de crédito os quatro maiores emissores são responsáveis por 72.8% da quantidade de transações, e nos MasterCard, os quatro maiores, 66.4. Esses números são de 2007, antes de haver as alterações de controle acionário que ocorreram no ano passado. Passando para o cartão de débito, do lado emissor mesmo gráfico, mas para cartão de débito, vê-se a concentração de quatro maiores emissores são responsáveis por 92.7% das transações e 77.1 no caso da MasterCard. Então, nós vemos aí que também há alta concentração no que se refere à emissão de cartões.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senhor...

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. José Antônio Marciano, permita, Presidente, pedir que ele possa... O Sr. José Antônio possa definir a diferença entre cartão de débito e de crédito, porque ainda

que nós utilizemos e tudo, nem sempre as pessoas conhecem bem essa diferença e será útil que o senhor possa bem esclarecer, até porque o senhor está falando das diferenças...

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Sim, senhor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas seria bom definir, por favor.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: O cartão de crédito, o cartão emitido por um banco e o banco atribui um limite de crédito para ele, cada portador de cartão já tem preestabelecido, no ato da emissão, um limite. Esse cartão pode ser usado nas lojas conveniadas, nas lojas credenciadas, aceitar o cartão de crédito e todas as compras são feitas e existe uma data marcada para que o portador do cartão pague a fatura. Então, quando ele recebe a fatura mensal ele tem a discriminação de todas as compras que ele fez com data marcada para pagar, que foi acordada com o banco. Tudo isso está... É um relacionamento banco/cliente. Essa transação, essas vendas com cartões de crédito, ela tem o nome Visa ou MasterCard ou AmEx, tem uma bandeira ali, tem um nome nessa operação, nesse cartão, que é o que nós chamamos proprietário do esquema.

Então, existe uma relação entre o lojista e o credenciador, que foi o dono do esquema, nesse caso aqui Visanet, o Redecard fez um contrato com o lojista para ele aceitar um cartão que o banco está dando crédito para o portador do cartão e o banco se responsabiliza pelo pagamento dessa fatura para o lojista.

No cartão de débito, o lojista tem conta num banco e o portador recebeu o cartão emitido por um banco. Toda transação que é feita ali é feita em movimentação do saldo da conta bancária, diretamente. Não existe data marcada para liquidar, não é acumulada a transação, não entra no limite de crédito, porque o gerenciamento de risco que o banco faz, o banco emissor faz, é verificar se tem dinheiro na conta do cliente.

Então, quando o senhor usa um cartão de débito, na sua conta, aparece um lançamento "compra com cartão de débito" e o dinheiro sai da sua conta e num prazo de até dois dias, que é a média do mercado, o dinheiro já está disponível na conta do lojista. Não há acumulação para pagamento no mês, não há parcelamento, isso é feito operação a operação diretamente na conta corrente. É uma transação entre contas correntes. Está ok?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu talvez faça uma pergunta que deveria saber, mas... Qual é a vantagem para a pessoa dizer: "Eu prefiro...". O lojista, digamos, vai pagar cartão de crédito ou de débito? Qual é a vantagem para a pessoa estar pa-

gando com o cartão de crédito ou de débito? Primeira pergunta.

Segundo, o mesmo cartão pode ser eventualmente utilizado ora como cartão para crédito ora para débito? O mesmo CrediCard, digamos, da Visa ou da MasterCard e assim por diante?

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: A vantagem, é uma coisa que a gente sempre tem que enfatizar e lembrar a população, só o dinheiro emitido pelo Banco Central é que não pode ser rejeitado. É obrigatório o curso legal só o dinheiro emitido pelo Banco Central, todas as outras formas de pagamento é negociação entre as partes. Então, pagar com o cartão de débito ou cartão de crédito, é negociação entre as partes.

Do lado do lojista, há lojista que entende que não compensa para ele trabalhar com cartão de crédito e esperar o pagamento chegar com 30 dias, ele prefere trabalhar só com cartão de débito e receber num prazo menor.

Do lado do portador do cartão, tem a questão do limite, nem sempre o portador do cartão está com limite disponível para fazer compra no cartão de crédito, e se ele tem saldo na conta corrente, ele paga com cartão de débito. Depende da conveniência das condições em que ele... É individual de cada portador de cartão.

E existe um apelo comercial, até, de fazer o famoso parcelado sem juros que é sempre no cartão de crédito. No cartão de crédito que aparece a figura da venda parcelada.

Quanto a ser... Eu tenho vários cartões, mas um desses aqui está escrito aqui atrás Visa Electron. Então, ao mesmo tempo que é um cartão da minha conta do Banco do Brasil, é um cartão de débito e é um cartão de crédito, é um cartão multi-função.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Que a maioria dos cartões é multi-função.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vou ver se o meu é aqui.

[risos]

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Então, olhando a questão do grau de concentração dos credenciadores, nós já falamos aqui, a concentração é total porque Visanet é o único que pode credenciar Visa e MasterCard é único que pode credenciar Redecard. As outras bandeiras que são grandes, a AmEx a Hipercard, por construção, são modelos de três partes e que o credenciador é único.

Mas nesses modelos de quatro partes, internacionalmente, o mais comum é haver muitos credenciadores para a mesma bandeira.

O outro enfoque, como eu falei, é a questão da conduta, as regras de conduta. A regra de aceitação de todos os cartões aqui no Brasil ela é adotada no sentido de que se o estabelecimento resolve aceitar cartões MasterCard ou Visa, ele aceita independente de qual foi o banco que emitiu o cartão. Então, não... Todos os cartões são iguais desde que tenham a bandeira marcada.

Se for Visa, todos os cartões são iguais; se for MasterCard, todos são iguais, inclusive na diferenciação de produto, como se o cartão é Platino, é um cartão *Gold*, tanto faz, tendo a bandeira sendo emitida por qualquer banco, o estabelecimento aceita. Isso nós entendemos, o relatório entende que é uma regra boa, porque estimula a concorrência na emissão, quer dizer, os bancos procuram oferecer cartões para seus clientes mesmo o cliente já tendo de uma bandeira, o próprio banco oferece outra bandeira para o cliente, existe um estímulo à concorrência na emissão. E dá mais credibilidade para o esquema, na medida em que o estabelecimento aceitando todos os cartões emitidos pelos bancos não ficam discriminando, o que pode afetar a credibilidade da bandeira.

A outra questão é que somente instituições financeiras ou controlada por instituição financeira é que fazem a emissão de cartões no Brasil. Isso também é uma regra entendida boa, porque dá mais condições de gerenciamento de risco.

O que não foi... O que foi apontado como regras que precisam ser aperfeiçoadas com relação à tarifa de intercâmbio, a forma de fixação dela e a questão da regra sobrepreço.

A tarifa de intercâmbio, naquele quadro do modelo de quatro partes, a tarifa de intercâmbio aparece como sendo a tarifa que os credenciadores pagam aos bancos emissores toda vez que um portador de cartão utiliza aquele cartão. E a regra de sobrepreço, o nosso colega de Mesa, o Diretor Thadeu, ex-diretor do Banco Central, nosso colega, já tratou desse assunto, é uma regra que nós entendemos, que o relatório entende, que na forma como está, ela causa distorções no mercado e prejuízo ao consumidor.

A questão para nós é muito simples: na medida em que o estabelecimento não pode diferenciar o preço na venda com cartões, cheque ou dinheiro, os credenciadores tem muito mais poder de impor os custos para o comerciante e as condições contratuais. Então, haveria... Seria benéfico permitir que o estabelecimento diferenciasse o preço, porque haveria uma concorrência entre os instrumentos de pagamento e, como eu disse, só o dinheiro do Banco Central é que é obrigatório ser aceito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Deixa eu só... Se o Presidente me permitir, só para eu ter o entendimento claro dessas duas questões. Tem uma tarifa que é cobrada pela utilização do sistema de cartão. Esta tarifa é igual para uma grande rede e é igual para um pequeno comércio?

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Vamos voltar nesse esquema. Ali nós temos credenciador e vendedor, lojista e... Colocando a Redecard ou a Visanet como credenciador. O lojista recebe o preço da venda descontado uma taxa de desconto. Essa taxa de desconto, ela varia de acordo com o tamanho do estabelecimento, com o volume de transações do segmento econômico, avaliação feita pelo credenciador--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aí é que entra a história do risco, quanto menor paga mais. É isto que foi dito? Não é uma taxa?

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: "O menor paga mais" seria pelo ganho de escala e pelo tamanho do segmento também.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Do segmento.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: São várias variáveis que são analisadas pelo credenciador para dizer por que este tem essa taxa de desconto e aquele tem uma taxa de desconto. Obviamente na hora que negocia com uma grande rede de supermercados que tem um potencial enorme de gerar transações, o preço que eles vão estabelecer--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Fica menor.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: É menor do que se for uma loja pequena, uma boutique, uma loja de rua... Então, existem diferenças aí.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Micro-empresa neste caso...

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: A micro-empresa, como uma regra geral, pode se inferir que elas pagam um preço maior de taxa de desconto do que uma grande rede.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Do que uma grande rede.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Uma grande rede. E eu falei da taxa de intercâmbio, a taxa de... A tarifa de intercâmbio é o credenciador que paga para o banco emissor. É uma remuneração que o banco emissor recebe porque o credenciador viabilizou o uso do cartão que o banco emissor entregou para o cliente.

Essa... Esse é o... Vamos dizer que é o ponto de partida para uma discussão muito grande que existe em cima da estrutura de custos na indústria.

Então, olhando esse gráfico aí, a tarifa de intercâmbio do credor pagando para os bancos emissores,

esse gráfico traz a média geral de todos os cartões ponderada pelo valor das transações.

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É para pedir silêncio.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: O que nós queremos... O que eu chamo atenção nesse gráfico é que, pegando a média geral, nós temos crescimento ao longo do tempo, mesmo com tudo que aconteceu no mercado brasileiro com relação a redução de custo de comunicação e os ganhos tecnológicos, ganho de escala, volume atingido de vendas e as tarifas... A tarifa de intercâmbio continua subindo. Tanto no cartão de débito quanto no cartão de crédito.

E aqui a taxa de desconto, é cobrada do estabelecimento, é quanto o credenciador está cobrando do estabelecimento. Da mesma forma, elas vêm subindo.

Nós diferenciamos na parte de baixo o cartão de crédito com taxa única, com parcela única, e quando tem parcelado, aquelas três parcelas, quatro parcelas.

Aqui não se reflete outros custos envolvidos que são cobrados do portador do cartão, que são as taxas no crédito rotativo. Nós estamos falando só da taxa cobrada do estabelecimento.

Também em termos de formação de preços, nós fazemos as seguintes considerações. No lado emissor, nós estamos tratando dos bancos emitindo os cartões, é mais sensível a preço e há muita facilidade para o portador do cartão negociar com o banco quanto que vai ser a anuidade. Como disse o Diretor Thadeu aqui, ele disse: "Tem portador que não paga taxa de anuidade". É o famoso ligar para a rede... Para o banco e falar assim: "Eu quero cancelar." "Por quê?" "Porque está muito alta a anuidade." Negocia-se, há alguma flexibilidade de negociação e então existe isso do lado da emissão.

Programas de recompensa, milhagens, acima de determinado nível de consumo com o cartão, também o camarada recupera a anuidade, e não há preço por transação. O que o portador do cartão paga é só essas tarifas de anuidade.

Já do lado do credenciador nós temos o preço do aluguel das maquininhas e porque o estabelecimento não tem uma maquininha que seja inter-operável ele paga o aluguel para cada uma das máquinas que está em cima do balcão...

Então esse é um dos pontos grandes da estrutura de custo para o lojista. Ele tem a taxa de desconto, no caso do cartão de débito, o que o relatório demonstra é que o cheque eletrônico que é um esquema local, que envolve somente bancos brasileiros, é a taxa de desconto, é menor do que da Visa Electron e do Visa

Maestro. No entanto esse esquema vem sendo desativado.

A outra questão que foi feita, são várias simulações, uma delas é quanto que a tarifa de intercâmbio ela... Qual a relação com a taxa de desconto e verifica-se que o repasse da tarifa de intercâmbio para a taxa de desconto é maior que um. Ou seja, um aumento na tarifa de intercâmbio provoca um aumento maior, não proporcional, à taxa de desconto.

E o que eu havia falado agora há pouco para a Senadora Ideli, a questão da diferenciação significativa da taxa de desconto por segmentos e lojistas, se é pequeno, se é grande... Isso daí também é identificado no relatório.

A última parte desse *slide*, esse gráfico que tem embaixo, é a pesquisa direta feita com estabelecimentos comerciais. Foram 500 estabelecimentos comerciais, o Banco Central contratou uma empresa de pesquisa para fazer esse trabalho porque os comerciantes não se manifestaram quando nós colocamos na Internet o pedido para eles preencherem um questionário qualitativo, nós acabamos comprando uma pesquisa para saber o que eles pensavam a respeito dos cartões.

Eu trouxe só esse dado aí, é uma das perguntas só, o relatório tem as demais, o que que de fato influencia o estabelecimento a escolher trabalhar com este cartão ou com outro cartão? O fator preponderante é a quantidade de portadores desse cartão. Quantas pessoas usam esse cartão. Isso pode ser na própria clientela dele, ele identifica que os clientes querem trabalhar com cartão Visa, MasterCard ou AmEx, e é isso que define para ele se ele vai ou não escolher esta bandeira.

A gente chama atenção que não é a taxa de desconto. A taxa de desconto não é tão relevante para ele, embora a reclamação seja muito grande com relação a outro valor da taxa de desconto, não é isso que faz com que ele escolha esta ou aquela bandeira.

Então, aqui nós identificamos como o lojista está praticamente engessado nessa estrutura que nós temos hoje, porque os clientes dele querem usar um cartão, ele não pode diferenciar o preço, o credenciador impõe uma taxa de desconto para ele, não tem... A margem de negociação é muito pequena e acaba que ele não pode se balizar, este ou aquele cartão pela taxa de desconto, mas basicamente a possibilidade dele vender para mais clientes com aquela bandeira.

Resultado financeiro, foram feitas várias simulações, um estudo simula vários cenários, o objetivo era identificar de que forma que a indústria está tendo resultado e eventual implicação de eventuais medidas, como aqui nós mostramos, muito rápido, uma síntese muito resumida mesmo de todos os trabalhos

que foram feitos no relatório e a idéia dessa principal fonte de receita, aí como nós falamos, financiamento, tarifa de intercâmbio e prazo, isolando a atividade de cartões como se o banco não fizesse nada mais além do que cartões, por isso que tem esses resultados, resultados superavitários no financiamento do cartão de crédito, mesmo sem o financiamento ainda haveria resultado.

No cartão de débito o resultado é deficitário, porque considera somente as receitas diretas com cartão de débito e lembrando cartão de crédito usualmente não é cobrado tarifa, em 2007, já não era usual a cobrança de tarifa ou anuidade sobre cartões de débito e posteriormente a Resolução 3.518 do Conselho Monetário proíbe a cobrança de anuidade no cartão de débito.

A tarifa de intercâmbio é a segunda maior fonte, vem crescendo, como naquele gráfico nós vimos e a medida que ela crescendo está influenciando mais do que proporcionalmente a taxa de desconto. Mas mesmo assim se extraísse essa receita, ainda seria positivo para o estabelecimento bancário.

E atividade também seria [ininteligível] como foi mencionado já, se houvesse redução do prazo de pagamento para estabelecimentos.

São exercícios que sinalizam que existe margem para os estabelecimentos bancários alterarem esses parâmetros.

Do lado dos credenciadores também foram feitos vários exercícios financeiros simulando os cenários, um deles é que foi feito olhando as principais atividades do credenciador, pegou-se empresas que tem atividade semelhante e foi feito um ajuste pelo risco para chegar à conclusão que a rentabilidade dos credenciadores (Redecard, MasterCard), está muito acima do que seria o padrão de outras empresas de risco semelhante no mercado.

Também demonstra-se que o aluguel de POS é uma fonte de receita significativa ao longo do tempo, é cerca de 30%, e não vem sendo repassado... Chega-se à conclusão que não vem sendo repassado os ganhos de escala e evolução tecnológica para os estabelecimentos, dado que mesmo com todo o crescimento da indústria estão... Continuam crescendo as taxas de desconto.

A questão da verticalização dos credenciadores, foi feita uma simulação separando as atividades de processamento de credenciamento, para chegar à conclusão que seria viável fazer isso. A idéia é verificar se alguma dessas medidas inviabilizaria as empresas resultantes, ou a empresa resultante.

O compartilhamento na infraestrutura, também no relatório, é identificado que, fazendo vários cenários de

depreciação do imobilizado, que há ganho suficiente, que a redução de custos seria suficiente para bancar o investimento necessário.

Bem, então essa é a nossa... Nossa apresentação sobre o relatório, enfatizando que esse relatório não é do Banco Central, o relatório é dos três órgãos reguladores, Banco Central, SDE e SEAE.

Muito obrigado, senador, e me coloco à disposição.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamento-DEBAN, do Banco Central do Brasil.

Dando continuidade a esta Audiência Pública sobre administração, regulamentação do uso de cartões de crédito, concedo a palavra ao Sr. Marcelo Ramos, Coordenador-Geral de Comunicação e Mídia do Ministério da Fazenda.

SR. MARCELO RAMOS: Obrigado, Senador. Prezados Senadores, prezados membros da Mesa, prezada audiência. Agradeço aqui em nome da Secretaria de Acompanhamento Econômico a oportunidade de vir a mais esse importante debate aqui no Senado.

Eu me favoreço aqui da habitual competente apresentação do Marciano, eu vou poder passar um pouco mais rapidamente com a minha apresentação.

O objetivo do Requerimento que nós recebemos era falar um pouquinho mais sobre as hipóteses de formulação de política pública decorrentes aí já do relatório, dos fatos aferidos no relatório.

Esse é uma coisa que nós ainda, as três autoridades participantes do convênio que gerou relatório, isso é uma coisa que nós ainda estamos estudando. Então, eu não vou falar sobre políticas específicas, mas vou falar sim sobre como fazer o desenho dessas políticas. Por favor.

A apresentação é rápida, ela tem esses três pontos aí. Como eu disse, o Marciano já falou bastante sobre a contextualização do convênio, então vou poder passar adiante, só reiterando, ele é fruto da participação dessas três entidades do Governo.

Aqui eu falo um pouco dos pontos do relatório, rapidamente também porque o Marciano falou bastante sobre isso.

O relatório foi publicado em março, final de março. É importante frisar que ele na sua publicação foi informado um período de 90 dias para envio de comentários e sugestões, esse prazo está terminando agora no final de junho, essa é outra razão também pela qual nós ainda não temos medidas específicas já que se possa dar publicidade, até porque nós ain-

da estamos recebendo as contribuições... O direito ao contraditório.

O Marciano também falou bastante sobre os pontos do relatório, só vou realçar de novo algumas das questões que eu vou até... Trato um pouco mais à frente que são esses pontos... Que... E no nosso entender eles geram problemas nesse mercado, que é justamente a questão da neutralidade do prestador de serviço, de compensação e liquidação em relação aos credenciadores, que atua como uma barreira à entrada anual dos credenciadores.

A questão da interoperabilidade entre os serviços de rede, que gera aquela profusão de POS no balcão dos lojistas, ou melhor, o que gera essa profusão é a falta de interoperabilidade, que esse é um dos pontos que a gente pretende resolver.

Em seguida a questão da exclusividade contratual na atividade credenciamento entre proprietário de esquema e credenciador nos modelos de quatro partes. Eu até friso alguns pontos que na verdade parece que já há uma experiência na questão da interoperabilidade, parece que já existe alguma experiência já de iniciativa das próprias redes de fazer interoperabilidade a alguns terminais para negócios específicos, como, por exemplo, venda porta a porta... Que eles chegaram à conclusão que seria interessante para eles mesmo poderem ter essa interoperabilidade. Mas ainda é bem restrita, como eu disse, a nichos específicos. Táxi, por exemplo. Já houve experiências assim.

A questão da exclusividade contratual, também a Redecard já não há exclusividade e na Visanet aparentemente as notícias dizem que com a abertura de capital, essa exclusividade também vai deixar de existir.

E finalmente a regra de não sobrepreço que foi bastante falado aqui pelo Dr. Carlos e pelo Marciano, que hoje a questão é que existem algumas normas que impossibilitam a diferenciação de preço segundo meio de pagamento.

Aqui então, como eu disse, nós não temos as políticas específicas ainda a serem seguidas, mas nós temos... Estamos pensando o que seria um roteiro para que a gente possa defini-las.

Em geral, do ponto de vista regulatório, existem, existem algumas alternativas... Alternativas em torno do tema de como o Estado pode influenciar no mercado para sanar falhas de mercado.

Existe a regulação, evidentemente, como todos nós conhecemos, que no Brasil é exercida pelas agências reguladoras, mas também pela administração direta em vários campos, ou outros agentes da administração indireta.

Existem as chamadas alternativas regulação tradicional. Existe a questão da autorregulação e a corre-

gulação. Autorregulação em geral envolve um grupo de agentes econômicos que desenvolvem voluntariamente regras ou códigos de conduta que regem a sua atividade. O grupo é responsável pelo desenvolvimento dos instrumentos de autorregulação e pela vigilância dos cumprimentos dessa norma. Como exemplo existem códigos de boas práticas, códigos de atividades profissionais, como por exemplo OAB, é um exemplo... etc., indústrias com base de regime de acreditação e outros que tenha a adoção de normas voluntárias.

A correção é muito parecida. Difere no sentido em que existe uma participação do Estado. O Estado então ele tem, digamos, uma atividade meio de corpo a corpo onde ele se favorece das informações que vem... Dos atores da atividade econômica e ao mesmo tempo influencia na criação das normas. Por favor.

Cada um desses estilos de regulação tem vantagens e desvantagens. A autorregulação e correção, tradicionalmente, na literatura econômica elas estão associadas a algumas vantagens como maior flexibilidade e adaptabilidade, por exemplo, em setores muito dinâmicos, economia, onde tecnologia, por exemplo, pode mudar rapidamente. A inexistência de um problema de assimetria informacional, já que os próprios atores estão atuando na definição ou sugestão de normas, potencialmente menores custos administrativos e de conformidade, ou seja, de vigilância sobre o cumprimento das normas, mecanismos de resolução de litígio mais eficientes.

E a literatura também aponta como desvantagem, por exemplo, a maior possibilidade de problemas quando há um desalinhamento de interesse entre membros do esquema de auto ou correção e o interesse público.

Então, vou dar alguns exemplos só para não ficar muito abstrato, sobre o que eu estou querendo dizer a esse respeito. Não, só... Pouquinho. Por exemplo, a administração da política de defesa da concorrência, ela pode ser entendida como um mecanismo de regulação do mercado direto, porque não há... Não há uma... Há o direito ao contraditório, o julgamento no CADE são processos adversariais, onde há produção de provas, há resposta por parte do... Dos agentes econômicos, mas não há uma conversa prévia, não há um fórum onde as empresas conversem com o Governo. Ou seja, é uma questão de regulação mesmo.

Um exemplo de correção que pode ser dado, foi um mecanismo adotado, por exemplo, pela ANATEL na questão da... Da implantação da portabilidade numérica na telefonia, onde se trata de um processo extremamente complexo, por conta dos sistemas, da compatibilidade de sistemas das empresas telefônicas, foi criada uma Câmara específica para que houves-

se a administração dessa... Dessa portabilidade... Da transição para um regime de portabilidade.

E um exemplo de autorregulação é, por exemplo, o CONAR, o conselho de autorregulação da propaganda. Por quê? Porque ali realmente a gente verifica que há um alinhamento total de interesse entre o interesse público, digamos, e os... As empresas de publicidade. Por quê? Porque se uma empresa de publicidade... Começa a adotar um estilo de publicidade muito agressivo ou popularesco, etc., ela pode criar uma reação da sociedade que vai afligir a todas as empresas de publicidade. Então, em geral são... Esses são exemplos de mecanismos de regulação e regulação, correção e autorregulação.

O que nós temos pensado aqui sobre um roteiro que já foi decisão quanto a esses pontos que nós falávamos, é que, no primeiro ponto, a questão da neutralidade do prestador de serviços, nós vemos que a autorregulação possivelmente não seria uma solução adequada.

Na questão da interoperabilidade, como eu falei, já existem exemplos de interoperabilidade em nichos específicos, não custa imaginar que possivelmente poderia ser o caso de que as empresas viessem a entender que a interoperabilidade é uma boa coisa e viessem a adotá-la voluntariamente ou então através de um mecanismo de correção.

Quanto à não exclusividade a mesma coisa. Como eu disse, também já existem alguns exemplos aí de não exclusividade, poderia também ser adotado os dois mecanismos.

E a regra de não sobrepreço, como de fato existem normas que... Que determinam a impossibilidade de cobrança diferenciada, segundo meio, então realmente aí teria que ser objeto de uma regulação direta, ou seja, de um ato que revogasse esses atos, que impedem a adoção da diferenciação.

Era isso que eu tinha a dizer, vamos passar logo para o debate que acho que talvez seja mais frutífero. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a Marcelo Ramos, Coordenador-Geral de Comunicação e Mídia do Ministério da Fazenda.

E agora teremos a participação dos representantes da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços, ABECS.

Falará o Diretor Marcelo de Araújo Noronha, que será o expositor, mas estão presentes os diretores Paulo Rogério Caffarelli, e o Diretor Ivo Luiz de Sá Freire Vieitas Junior, que estarão à disposição dos senadores, segundo nos afirmaram, na fase dos debates, juntamente com o expositor Marcelo de Araújo Noronha.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, permita?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu estou sendo chamado na Comissão de Educação, onde eu sou um relator de um projeto. Eu não sei se terei tempo de estar aqui na minha ordem de inscrição. Mas eu queria fazer uma sugestão. Nós estamos vendo como é que se avoluma o roubo de caixas fortes, arrombamento... Tinha uma quadrilha de 30 num banco, acho que do Paraná.

Eu vi nos jornais que, em Portugal, há um jateamento de tinta vermelha. Se tentar arrombar, esse dispositivo faz com que todas as notas fiquem vermelhas, o banco vai lá e troca no Banco Central no dia seguinte. Acabou o arrombamento de caixas eletrônicos. Por que que no Brasil, já que está o Banco Central aqui, podia levar essa sugestão, talvez seria muito interessante para acabar esse tipo de violência que quase sempre acaba com morte ou de policiais ou de pessoas inocentes que estão por ali com as balas perdidas e às vezes até dos assaltantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Sr. José Antônio Marciano, do Banco Central.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Senador. Senador Gerson Camata. O senhor levantou um ponto. Existem duas coisas aí: esses assaltos estão ocorrendo dentro das dependências bancárias.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Bancárias, exato.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Que são de responsabilidade dos bancos. Os bancos é que devem prover segurança nas dependências bancárias. Existe a regulação para isso.

Existe outro trabalho também que é com relação à movimentação de numerário que tem o departamento do meio circulante do Banco Central que está tratando disso, e existem várias propostas de solução, porque hoje já existe tecnologia muito mais avançada, obviamente, existe contêineres e formas de se transportar dinheiro que reduzem e muito o risco do transporte do jeito que é feito no país hoje.

Esse é um trabalho feito pelo departamento do meio circulante do Banco Central.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quero agradecer a presença nesta audiência coletiva do... Audiência Pública, aliás, do Deputado Guilherme Campos, Deputado Federal

do DEM de São Paulo. E concedo a palavra ao Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito, Marcelo de Araújo Noronha.

SR. MARCELO DE ARAÚJO NORONHA: Sr. Presidente Garibaldi Alves, Srs. Senadores, Sr. Dr. José Marciano, Marcelo Ramos, o Carlos Thadeu de Freitas Gomes, minhas senhoras e meus senhores.

Em nome da ABECS eu agradeço a oportunidade de participar desta importante Audiência Pública nesta importante Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Nós temos uma apresentação introdutória, em nome da indústria, que ela é relativamente extensa e, portanto, eu vou procurar fazê-la de uma forma dinâmica, Sr. Presidente, se o senhor me permite, para exatamente dar mais espaço para o debate, para as perguntas, como citou o Dr. Marcelo Ramos, da SEAE.

Então, se pudermos seguir adiante. Nesse primeiro *slide*... Por favor, podemos ir adiante. Pode clicar um pouco mais. Basicamente, eu queria aqui ressaltar o tamanho da nossa indústria, já foi citado no relatório apresentado pelo Banco Central, pela SEAE e pelo SDE, que nós temos aqui no Brasil 38 bancos emissores de cartões, mais de 500 milhões de plásticos quando terminamos o ano de 2008, mas há dados mais recentes publicados pela ABECS.

Mais de cinco... Cerca de 5,5 bilhões de transações realizadas por ano entre cartões de crédito, cartões de débito e cartões de bandeira própria, aqueles chamados cartões de loja ou *private labels*, ou seja, no ano de 2009 certamente esse número de transações superará e muito o volume de 6 bilhões de transações.

Mais de 60% dos domicílios brasileiros atendidos por cartões. Mais de um milhão e meio de varejistas que aceitam cartões de pagamentos em suas empresas, e os cartões já representam cerca de 25% do consumo das famílias no Brasil e um dado extremamente importante, que é uma estimativa da nossa indústria, que nós temos disponibilizado no mercado brasileiro, isso não é um crédito concedido no passado, mas hoje, todos os portadores de cartões no Brasil dispõem de cerca de 400 bilhões de reais em linhas de crédito para consumo com uma característica, a portabilidade do consumo do cartão, está certo? Isso estimula a cadeia produtiva, está certo, em todas as regiões do país indistintamente.

Adiante, basicamente eu queria citar aqui para não explicar toda a cadeia, que essa é uma cadeia complexa, às vezes a gente pensa que tem um plástico na mão, e que tudo acontece naquele plástico, mas há toda uma estrutura operacional por trás desses plásticos, toda uma tecnologia envolvida no negócio de cartões

de pagamento no Brasil, que, aliás, dispõe de uma das maiores ou uma das melhores tecnologias do mundo e um dos maiores parques instalados no mundo.

Então, nós temos a figura das bandeiras, que já foi aqui citada pelo Dr. Marciano, a figura dos emissores, que eu falei que nós temos cerca de 38 emissores no país, dos estabelecimentos comerciais e dos credenciadores, também temos a figura das processadoras, que não estão aqui citadas e que cominam com os consumidores, com os portadores de cartão no país, de cartões no país.

Então, eu quero chamar atenção nesse *slide* para a estrutura de cartões, que ela é extremamente complexa. Se seguirmos adiante, vamos ver... Por favor. Pode clicar mais uma vez, por gentileza.

Eu queria dizer para os senhores o seguinte: aqui nós podemos observar o ritmo de crescimento da indústria entre os períodos ou o ano de 2000 e de 2008. Então, a gente está vendo que em base de cartões, mais de 300% de crescimento nesse período, em volume transacionado de recursos a gente está falando de quase 500%, do período de 2000 a 2008. Portanto, nós temos uma conclusão básica: se essa indústria não trouxesse valor para os agentes dessa cadeia, obviamente que a gente não teria um crescimento tão significativo quanto a gente apresenta aqui e apresenta periodicamente em nosso site da ABECS.

Adiante, o outro aspecto que a gente quer abordar, por favor, se você puder clicar, eu queria chamar atenção para a ampliação do número de terminais no Brasil, que nos últimos três anos cresceu mais de 120%.

Se a gente for adiante também, por favor, a gente tem uma redução das diferenças regionais aqui. Por favor, mais uma. Ou seja, as regiões Nordeste e Sul, para caracterizar somente essas duas, ou todas as regiões, Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte, cresceram mais do que a região Sudeste, como os senhores podem observar naquele segundo *slide*, no segundo gráfico, perdão.

Outro aspecto relevante é que, obviamente, a gente tem... Como foi citado anteriormente pelos palestrantes, uma... Bandeiras mundiais relevantes no Brasil, bandeiras que tem uma representatividade grande no mundo inteiro e tem estruturas operacionais para viabilizar os meios de pagamento, mas nós temos um conjunto enorme de bandeiras, de credenciadoras e de emissores espalhados por todas as regiões do país. E que tem uma importância grande numa cidade, numa região, num Estado. É isso que os senhores podem observar nesse *slide* que nós estamos mostrando agora.

Seguindo adiante, eu queria comentar alguns efeitos positivos na economia com esse meio de pa-

gamento, que também é um meio de financiamento. Primeiro a viabilização de transições remotas. Mas o mais importante aqui é exatamente esse segundo tópico, senhores, a redução da inadimplência no varejo. Foi divulgado, acho que na sexta-feira passada, foi publicado pelos jornais nesse fim de semana, que a inadimplência com cheque teve um crescimento. Essa inadimplência beira os 8% do volume transacionado com cheques.

E o que a gente observa na indústria de cartões, com essa portabilidade do crédito e todo esse volume disponibilizado, Sr. Presidente, é que essa inadimplência é absorvida integralmente pelos emissores, pelos bancos. E aí, a gente tem um componente importante de valor na indústria de cartões para os estabelecimentos comerciais.

Outro *slide* que também traz aqui o dado... O dado relevante e eu falei no início da apresentação no primeiro *slide*, que a gente tem cerca de 400 bilhões de reais disponibilizado em crédito ao consumo e esse crédito, os senhores podem observar, que tem crescimento de 45%. Observem bem, Srs. Senadores, que quando nós divulgamos... Se os senhores observarem os dados divulgados pela ABECS, os senhores vão ver que o ritmo de crescimento do volume transacionado com cartão de crédito supera os 20%, porém o volume disponibilizado em crédito, ele cresce à ordem de mais de 40%.

Aqui nós temos um gráfico que mostra um crescimento de quase 45%. Então, esse é um dado extremamente expressivo. A gente está vendo que há uma mudança dos meios de pagamento, mas que as pessoas estão comprando cada vez mais, os consumidores vêem valor nesse instrumento e isso gera consumo e benefício para os estabelecimentos comerciais e se a gente passar pela cadeia produtiva, também para o Governo é extremamente importante. Por quê? Porque esse é um instrumento que formaliza a economia.

E um dado, por favor, se você puder voltar uma tela, esse último tópico aqui desse dado é extremamente importante. Quais são as classes que apresentam maior crescimento nesse volume de crédito disponibilizado? São as classes C e D, senhoras e senhores. Porque as classes A e B já tem um grande acesso a esse mercado de cartões, ao mercado de crédito no Brasil, Sr. Presidente.

Por favor. E nós... Acho que, aqui, eu terminei o primeiro tópico dessa... Os primeiros tópicos dessa apresentação, se eu puder dividi-la em dois, em duas partes.

O segundo tópico nós estamos trazendo aqui algumas contribuições ao debate depois de falar um pouco do tamanho dessa indústria e é claro que a gente tem

espaço para conversar muito mais sobre aspectos que envolvem tecnologia, que envolvem fraudes... Aliás, o senhor, o Senador Gerson Camata tocou num ponto importante, a gente, além dos aspectos de *ATM* que os bancos tem investido muito em segurança, a gente deve falar sobre fraudes, sobre a legislação de crimes eletrônicos, senhoras e senhores.

Mas, Sr. Presidente, isso talvez não seja o momento exato para a gente falar sobre isso, talvez no debate esse assunto saia, mas eu gostaria de ter oportunidade, efetivamente, de numa outra sessão, num outro momento, não sei se nessa Comissão ou noutra comissão de debater esse tema, que é extremamente importante para os usuários de cartão, para o povo brasileiro e para os estabelecimentos comerciais e para o Governo.

Então, a primeira contribuição nossa ao debate é que nós recebemos o relatório do Banco Central e a indústria vem trabalhando arduamente, exatamente para entender todos os aspectos que foram divulgados ali pelo Banco Central, pela SEAE e pelo SDE.

Segundo, o relatório... Por favor, volte mais uma. Por favor. Segundo, esse relatório aponta uma oportunidade de aperfeiçoamento e a gente está debruçado sobre essas oportunidades e estamos absolutamente abertos a discutir qualquer oportunidade de aperfeiçoamento e de melhoria da indústria. E nós estamos nos preparando, preparando uma manifestação para entregar agora no início da próxima semana acerca do estudo publicado pelos três organismos públicos.

Seguindo adiante... Obrigado. Eu gostaria de entrar em pontos aqui importantes também, da cadeia de valor na questão da precificação. Se você puder clicar mais uma vez, por favor. Senhores, o preço da nossa indústria é composto de vários valores. Nós temos anuidades e temos taxas ao portador. E eu vou me ater no *slide* seguinte à taxa de juros, mas é importante a gente lembrar que as anuidades, elas vem caindo.

O Brasil possui também um dos maiores *mixes* de produtos existentes no mundo, ou seja, a gente tem um produto básico, que atende ao consumidor de uma determinada maneira, o consumidor que não compra serviço, que compra preço, e que pode ter o seu cartão sem nenhum tipo de anuidade, sem nenhum tipo de taxa. E a gente tem um consumidor de alta renda que pode adquirir o seu cartão, pagando por uma gama enorme de serviços, isso está disponível no mercado brasileiro, diferentemente de outros mercados.

Então, existe um *mix* enorme de produtos que oferecem benefícios para o consumidor, para aquele consumidor que compra preço, que não quer pagar anuidade, que não quer pagar tarifa no seu cartão, e para aquele consumidor que quer comprar serviços,

quer comprar milhas, que quer comprar outros benefícios, como aliás foi muito bem citado pelo Dr. Marciano e pelo Dr. Marcelo Ramos.

O segundo aspecto que eu... Por favor. O segundo aspecto é em relação ao limite de crédito. Eu falava de 400 bilhões disponíveis, por estimativa, na economia, que cresceram aí cerca de 900% nos últimos seis anos.

Nós temos os aluguéis de terminais, que comumente citamos como aluguéis que custam ou podem custar 130 reais, mas que nós temos inúmeros aluguéis a 30 reais, a 11 reais, e, senhoras e senhores, a indústria brasileira foi para o interior, tem ocupado espaço nos pequenos municípios, levando tecnologia para lugares onde não existia sequer uma agência bancária.

Eu tenho um exemplo que foi divulgado em nosso último Congresso, o CMEP, é um Congresso promovido pela ABECS e pela FEBRABAN em outubro do ano passado, que está à disposição, Sr. Presidente, do senhor e de todos os senadores, que trata do case de Autazes, no Amazonas e sei que há Senadores aqui representantes daquele Estado. Imaginem os senhores que para chegar até essa cidade ou voltar, quer dizer, dependendo do caminho do rio, da direção do rio, de Manaus até lá se leva cerca de 24 horas, num sentido ou no outro. E num conjunto menor de horas, na volta ou na ida.

Mas o fato é que essas pessoas saíam para receber seus recursos noutra cidade, pegavam barcos e tudo mais. Hoje essa cidade está "bancarizada", nós temos lá cartões de débito, nós temos cartões de crédito e, com isso, nós observamos claramente um crescimento do comércio local, um estímulo à economia local e efetivamente uma satisfação enorme da população, do comércio local e também do Poder Público, que deixou de transportar dinheiro em avião para fazer os pagamentos aos seus funcionários e colaboradores de uma maneira completamente distinta.

A taxa de desconto aos lojistas, os senhores podem observar nesse gráfico aqui agora e que a gente vive um fenômeno de 2001 a 2008, de redução da taxa de desconto, e estou falando aqui, senhoras e senhores, Srs. Senadores, de uma... Da taxa de desconto combinada de cartões de crédito e cartão de débito. Ou seja, o cartão de débito, ele está sendo permeado pela economia e tem um crescimento maior até mesmo do que o cartão de débito.

E um ponto tocado aqui, também, pelos palestrantes, é que estamos falando de um mercado de duas pontas. Ou seja, se a gente mexer num preço você pode desregular esse preço efetivamente na indústria. Ainda...

Podemos seguir adiante, por favor. Em relação à contribuição para o debate, falando de taxa de juros de cartões, acho que isso é um testemunho aqui de tudo que nós estamos trazendo, de que a indústria não se furta ao debate e nós estamos absolutamente abertos para discutir qualquer tipo de aperfeiçoamento que seja em benefício da sociedade brasileira.

Se os senhores observarem aqui esses três gráficos, a gente pode verificar que em 2006, o volume da carteira dos bancos, ou seja, aquele contas a receber de cartões no final de dezembro de 2006, ou seja, no dia 31 de dezembro de 2006, representavam aproximadamente 36 bilhões de reais.

Desses, 60% desse volume de contas a receber, ou seja, dessa carteira, era composta por compras realizadas pelos portadores de cartões sem encargos, sem juros, e 40% com juros. Em 2007, a gente teve um salto significativo de 45% no volume, porém, a gente já começou a ver uma modificação expressiva da parcela sem juros que passou a 65%. Ela saltou mais 35% para o final de 2008 para cerca de 70 bilhões de reais com 67%, ou seja, mais de dois terços esse número já se aproxima dos 70%, de todas as compras efetuadas, ou seja, de todo o estoque de contas a receber, de compras efetuadas por cartões, que montam quase 70% sem juros. Somente uma parte desse conjunto é feito com encargos.

E aí os Srs. Senadores me permitam dizer que esses 30%, Sr. Presidente, não são compostos somente por encargo ou juros do rotativo, mas sim por uma gama de produtos e de modalidades distintas. Então, a taxa de juros aqui, ela não supera 10% simplesmente. Normalmente a gente olha a taxa pelo topo. Mas a gente tem taxa começando aqui em 1%, de um cartão BNDES. Mas o risco está nos emissores desse cartão.

Mas para não falar de repasse do BNDES, a gente está falando também do cartão aqui também do cartão consignado. Não só do consignado do INSS, Srs. Senadores, mas do cartão consignado para outras entidades públicas, para as empresas privadas, que tem taxa de juros muito menores, nós temos produtos que tem taxas que superam os 2%, os 3%.

E nós temos também inúmeras modalidades de parcelamento da fatura. Ou seja, o cliente fez sua compra, no final do mês se ele não quis ou não pôde pagar sua fatura integralmente, ele pode fazer um parcelamento dessa fatura com taxa de juros muito inferiores a essas taxas que normalmente a gente vê publicadas.

Por favor, podemos ir adiante.

Ainda na sequência, senhores, eu queria também ressaltar, Sr. Presidente, que a concorrência nesse mercado ela não se dá exclusivamente por preços.

Essa concorrência se dá em outras dimensões também. E aí repassando, sem entrar no detalhe de cada uma delas, nós podemos citar aqui o tamanho da plataforma, ou seja, essa expansão indo ao encontro de pequenas cidades, de pequenos municípios, tem uma diferença brutal, por exemplo, se a gente puder comparar o mercado brasileiro com o mercado mexicano, que tem um conjunto infinitamente menor, Sr. Presidente, de estabelecimentos comerciais.

Então, aqui nós vamos aos pequenos estabelecimentos lá na ponta, lá na Amazônia, como eu citei, no Amazonas, como eu citei há pouco tempo, os volumes de créditos ofertados aos portadores de cartão com limites e prazos de pagamento é outra dimensão concorrencial. Todo o esquema de benefícios aos portadores, a concorrência é colossal nesse mercado, com milhagens, programas diferenciados.

Segurança, senhoras e senhores. Esse tema é extremamente importante. Nós estamos falando de um meio de pagamento. Então, a segurança aqui é vital. O estabelecimento, ao final do seu período, ele tem certeza de que o valor que ele... De sua venda será integralmente honrado.

Então, se a gente não tiver segurança num sistema de pagamento, ele não funciona. E sem falar das fraudes que eu citei há pouco tempo, Sr. Presidente, que eu acho que certamente a gente vai poder debater a respeito. Mas na qualidade do serviço, promoção de pontos de venda, nos pontos de venda para os consumidores, o serviço ao lojista, que otimiza naturalmente essa relação com essas credenciadoras não só para receber cartões, mas para fazer recarga de celular, para implementar o correspondente bancário, enfim, otimizar toda essa relação e neutralizar, inclusive, o valor do aluguel do seu POS.

Daí a gente tem marca, crédito ao lojista... E aí me permitam falar um pouco do que o ilustre Carlos Thadeu, Dr. Carlos Thadeu citou aqui de crédito ao lojista, senhoras e senhores. É importante a gente lembrar como é que nasceu essa... A questão do período de 30 dias para pagamento para liquidação dessas compras, Srs. Senadores.

Ele nasceu a partir do momento em que no Brasil, historicamente, nós pagávamos com cheque pré-datado para 30 dias. Está certo? Sempre os lojistas concederam 30 dias para fazer pagamento, ou 60 ou 90 dias. Essa é a origem, para não me estender e entrar em determinados detalhes.

A diferença é que quando o lojista faz uma antecipação de cheque, o risco para o banco e para o lojista é bem maior, e, portanto o seu custo é maior. Quando ele faz uma antecipação no cartão de crédito, como a liquidação é absoluta, é certa, o que acontece? O

custo da antecipação cai. Então, o risco de crédito está diretamente associado ao preço praticado. Podemos ir adiante, por favor.

Outro aspecto é o dinamismo da indústria. Essa concorrência dinâmica que envolve os aspectos tecnológicos, Sr. Presidente. Aqui nós podemos observar nesse gráfico, sem me estender, que o Brasil, por exemplo, na função débito, se os senhores olharem o segundo gráfico, os senhores vão ver o seguinte: o que está hachurado em vermelho significa uma penetração maior das transações eletrônicas com chip. Ou seja, a gente começa a permear o chip pelo Brasil, de uma forma que os senhores não vão encontrar nos Estados Unidos.

Então, o Brasil tem uma indústria que investe fortemente em tecnologia, em alta tecnologia. O Brasil já é exportador de tecnologia de meios de pagamento. Isso fica claro nos dois, nos dois slides.

Aqui a gente tem um dado importante, Srs. Senadores. É que, a penetração desse meio de pagamento de cartões no consumo das famílias brasileiras representava em 2008 cerca de 22%, o que significa que nós temos um espaço colossal de crescimento ao longo do tempo, porque esse número em outros países atinge 44, 45%. Então... E a gente está rapidamente crescendo, por conta dos investimentos nessas indústrias.

E os senhores vão me permitir dizer o seguinte, Sr. Presidente: que se nós não tivéssemos investido no parque tecnológico que nós temos hoje no Brasil, jamais o Brasil teria essa penetração aqui. Ela é uma penetração que não acontece gratuitamente. Aconteceu porque foram investidos bilhões e bilhões e bilhões, diferentemente, por exemplo, do mercado mexicano, que tem talvez... Eu não tenho o número exato do mercado mexicano, Srs. Senadores, mas 300 mil estabelecimentos contra um milhão e meio de estabelecimentos no Brasil.

Então, a penetração não acontece por acaso. Acontece a partir de grandes investimentos feitos na cadeia produtiva pela indústria. Podemos ir adiante. Obrigado.

Eu estou concluindo já a apresentação. Por favor, se vocês puderem passar um pouco mais.

Eu queria só chamar atenção, dizendo o seguinte: a experiência internacional, ela mostra que intervenções podem ter efeitos colaterais contrários ao propósito apregoado. Veja, nós não estamos desalinhados aqui com V. Exas., com o Banco Central, com o SDE ou com o SEAE. Se a gente tiver, efetivamente, melhorias para fazer na indústria, vamos debater, vamos fazer, vamos colaborar.

Agora, a gente tem algumas experiências que o propósito do regulador era um propósito positivo. Po-

rém, a consequência não foi aquela que eles queriam. O caso da Austrália, o caso da Itália... Só para citar como exemplo, sem entrar no mérito.

Mas a gente está procurando o modelo brasileiro. Nós exportamos tecnologia, temos um mercado desenvolvido, o Brasil está muito bem sedimentado nos meios de pagamentos eletrônicos e particularmente nos cartões e o modelo brasileiro e nossa opinião, Srs. Senadores, como contribuição, aponta para diferenças regionais, desigualdade social e inclusão social, a sofisticação do mercado bancário brasileiro e, naturalmente, para o ambiente econômico.

E por fim, eu estou concluindo já a minha apresentação, a posição da indústria que na realidade é uma conclusão de tudo aquilo que eu falei até agora, Sr. Presidente, nós temos a dualidade na emissão, quer dizer, não temos mais os grandes emissores concentrados efetivamente numa bandeira, isso já aconteceu há muito tempo no Brasil, temos investido e aprimorado o combate à fraude, mas é muito importante a participação do Senado, do Congresso Nacional e de todos os organismos públicos pra gente combater esse mal, com a tipificação dos crimes eletrônicos, aliás esse projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, pela CAE aqui no Senado e está agora na Câmara.

Nós implementamos os bancos, ouvidorias para atender os clientes, estamos investindo fortemente na melhoria contínua dos processos e na qualidade de informações prestadas aos usuários, um exemplo disso na nossa indústria foi a publicação do Manual do Portador pela ABECS.

Investimos no código de autorregulamentação do setor e nós estamos na discussão com todo o sistema nacional de defesa do consumidor, no sentido de aprimorar e eliminar aquelas principais causas de reclamações dos clientes, com os esclarecimentos devidos aos clientes, adoção de novas tecnologias, como eu já citei aqui, o caso do chip, que o Brasil está extremamente desenvolvido e a competição no domicílio bancário, que ela é feroz por parte de todos os bancos.

E, por fim, dizer para os Srs. Senadores que a indústria está em acordo com o propósito do relatório que é acelerar a expansão e aumentar a eficiência dos meios de pagamento no Brasil, Sr. Presidente. Ela considera as medidas concorrenciais que possam aumentar a concorrência saudáveis e bem-vindas. E nós estamos absolutamente abertos para dialogar, para a gente chegar ao melhor modelo. Está certo?

Enfim, com os cuidados devidos a gente implementar eventuais modificações de maneira gradual, para avaliar os resultados e não cometer os pecados que outros reguladores cometeram noutros países,

como eu falei anteriormente. A possibilidade de corrigir esses rumos se a gente tiver tomado uma medida errada e, de fato, ter como objetivo final beneficiar o consumidor brasileiro.

Eu agradeço a oportunidade mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e nós ficamos à inteira disposição dos senhores para responder a qualquer questão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços, ABECS, o Diretor Marcelo de Araújo Noronha.

E lembro que ainda estão presentes os Diretores da ABECS, Paulo Rogério Caffarelli e Ivo Luiz de Sá Freire Vieitas Junior, que estarão também à disposição dos Senadores para esclarecimentos, para responder as perguntas.

De acordo com o regimento da Comissão, eu teria que passar a palavra, nesse momento, para a Senadora Ideli Salvatti, autora do Requerimento... Ah, ela está aí? Senadora Ideli Salvatti está presente.

Então, ela vai ter a palavra nesse instante, como autora do Requerimento de nº 36/09 da Comissão... Está se preparando ali.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Próximo inscrito é o Senador João Tenório, que foi autor do aditamento ao Requerimento. Depois está inscrito o Senador Jefferson Praia, para interpelar e depois o Senador Adelmir Santana.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Me desculpa, Sr. Presidente.

Mas, bom, em primeiro lugar eu queria agradecer a todos os nossos convidados, que atendendo a solicitação aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, se dispuseram a vir a essa Audiência Pública.

Aliás, é uma sucessão de audiências. Nós tivemos lá na Câmara dos Deputados, e agora aqui no Senado, é um assunto que está provocando muitas matérias na imprensa e também muitas reclamações lá na ponta, tanto dos consumidores... Inclusive estou aqui recebendo, o pessoal manda esta... Esta TV Senado é fantástica, porque aí o pessoal manda os bilhetinhos, eu terminei de receber aqui um, deixo eu localizar, alguém que está pagando uma taxinha de juros, assim, módica, entende, de 14% ao mês, ao mês, no cartão de crédito. E que não é nada, é coisa pouca.

E a reclamação também muito grande dos nossos comerciantes com a questão da demora no crédito,

do repasse do dinheiro, da questão das máquinas, da proliferação daquele maquinário todo.

E uma coisa que nos causa muita preocupação, o Senador Adelmir Santana é useiro e vezeiro em autoria de projetos sobre o assunto. Portanto, é algo que ele já vem se debruçando bastante tempo, já teve até matéria aprovada, mas é algo que nós não conseguimos entender, por que um setor que cresce na dimensão como cresce o setor de cartões, que nós tivemos uma... Uma situação de ter de 2000 até o ano passado, crescido um pouquinho menos de cinco vezes o número de cartões, aproximadamente cinco vezes o número de transações e mais do que... Quase seis vezes o volume, como é que um setor como este chega ao ponto que está sem termos tido capacidade nem de aprovar aqui no Congresso alguma regulamentação ou termos tido da parte das autoridades financeiras do país alguma medida?

Aí o Senador Adelmir Santana me relata de que é um setor que não... Não está, o Banco Central pode adotar alguma medida? A quem está submetido este setor? Deve explicações e deve seguir as regras estabelecidas por quem? Então, acho que essa seria uma das questões centrais que nós deveríamos aqui tratar.

O que precisa, teve uma das exposições que foi bastante interessante, foi a do responsável pelo Ministério da Fazenda, o Carlos Thadeu... Não, Marcelo, o Marcelo Ramos, do Ministério da Fazenda, aonde ele explicitou aqui o que precisaria obrigatoriamente de regulação, que é a questão da neutralidade dos prestadores de serviço em relação aos credenciadores, ou seja, não pode ser o diretamente interessado que detém o monopólio de credenciar.

Nós teríamos que ter algo, alguém, uma instância aonde o credenciamento pudesse ser aberto a todos e não ficar totalmente centralizado, praticamente monopolizado em apenas dois. E a questão da regra de não sobrepreço.

A interoperabilidade seria algo de correção. Mas nós vamos esperar quanto tempo as empresas pagando e aqui são dados, entende, extremamente absurdos. Eu tenho aqui matéria que saiu lá num jornal da minha paróquia. Uma mercearia familiar que fatura quatro mil por mês gasta 400 com aluguel do prédio, 170 com o Super Simples e 720 reais com os custos do cartão de crédito. Incluindo as tarifas, aluguel das tais maquininhas.

Uma pequena empresa que fatura 50 mil e tem quatro empregados, gasta cinco mil e 300 com custos de cartões por mês. Isto é mais do que paga de salário, sem encargos, aos seus funcionários. Então, tem algo nesta questão do peso, do quanto que pesa no

pequeno comerciante, no pequeno prestador de algum tipo de serviço, a questão dos cartões.

Eu não tenho a menor dúvida que é excelente, "bancariza", democratiza, dá acesso... Mas não pode ser cobrado este juro, não pode ter esta operação com tanto custo, seja no aluguel da maquininha, seja nas taxas, seja...

Os dados aqui das taxas, eu nem sei se estão corretos ou não, só em taxas de administração e antecipações, a indústria de cartões faturou 35 bilhões no ano passado. Dados divulgados aqui pela Federação... Da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, o Roque Pellizzaro, que inclusive é catarinense, é lá do nosso Estado.

Então, tem algo que precisa ser feito e não pode mais demorar. Não pode mais demorar. Não é à toa que a Câmara está fazendo audiência, não é à toa que o Senado está fazendo audiência. Porque algumas medidas terão que ser tomadas de imediato.

Esta questão do credenciamento tem que sair da mão de quem está controlando, tem que ter uma interoperabilidade das máquinas, é um absurdo, com toda a tecnologia, estamos exportando, estamos isso... Como é que não conseguimos fazer uma única máquina operar todos os cartões? Não tem quem explique isso. Não tem quem explique. E o aluguel da tal da maquininha, chega, em alguns casos, até mais de 200 reais, 80, 70, até 200 reais, dependendo da máquina.

Então, nós vamos precisar tomar estas providências de imediato. Então, eu queria aqui fazer alguns questionamentos.

Primeiro. O Banco Central fez esse belo relatório, esse belo diagnóstico. Já... Mais o Ministério da Fazenda, o CADE também tem uma discussão porque há essa história da "cartelização" entre Visa e Mastercard. Da parte do Governo, quem está aqui falando em nome do Governo, vai ter alguma medida rápida? Vai vir Medida Provisória, vai vir Projeto de Lei? Ou vamos ficar nós com a tarefa de encaminharmos... Nós estamos aqui... Eu peguei cinco projetos que estão aqui no... Que... Aqui no Senado, fora os que estão na Câmara.

Nós poderíamos, de repente, fazer um substitutivo global, fazer, juntar tudo que há de bom e tentar aprovar rapidamente. Mas é possível nós termos da parte do Governo alguma medida que mexa nestes principais "nós", que é a história das maquininhas, é a história das taxas, é a história das cobranças, é a história do repasse do dinheiro? Por que em todos os países se repassa o dinheiro com maior brevidade e aqui leva tanto tempo? Por que não é mais ágil? Então, assim, vai ter alguma medida rápida do Governo? Não vai, vai sobrar para nós.

Tem disposição das instituições que atuam com os cartões de crédito de fazer alguma coisa na linha da autorregulação? Se tem, o que pretendem fazer? Porque, de uma vez por todas, esta questão dos cartões de crédito, na ponta, tanto no consumidor quanto no comerciante, se tornou algo absolutamente insustentável. E por isso, eu espero, que desta Audiência Pública ou a gente tem uma luz do Governo, ou a gente tem uma luz dos operadores e da indústria de cartões, ou então nós, em termos de parlamentares, vamos ter que tomar providências.

Tem Medida Provisória aí, podemos fazer acordo, colocar emenda em Medida Provisória, se isso daí... Agilizar. Porque a exigência da população, seja do consumidor, seja do comerciante, é premente. É premente.

Então, era um pouco, quase mais, Presidente, o desabafo e mais uma vez quero agradecer que pelo menos nesta nossa audiência nós tivemos uma representação, uma representatividade maior. Nós estávamos até em dúvida, Senador Adelmir, se iríamos manter a audiência para o dia de hoje. Porque até na quinta-feira, Senador Garibaldi, nós não tínhamos uma confirmação de todos os nossos convidados.

E era muito importante a gente poder ouvir os dois lados e enquanto Parlamento nós poderemos ver se tem luz, de um lado ou de outro, porque se não tiver nós vamos ter que acender umas lanternas por aqui para tentar encontrar saída para esse problema que é bastante grave. Eu ficaria por aqui, Sr. Presidente, até para permitir que outros parlamentares também falem, e depois se houver necessidade dependendo do posicionamento eu voltarei a fazer alguma observação.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos então, na ausência do Senador Jefferson Praia, conceder a palavra ao Senador Adelmir Santana. E depois ouviremos os expositores.

Senador Pedro Simon quer se inscrever?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Cartão...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [ininteligível] pedi para a direção do Banco do Brasil: "Olha, se eu não tiver dinheiro na conta, me cobre um cheque [interrupção no áudio] cartão de crédito.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Meu Deus do céu. O senhor quer pagar à vista?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ou então que devolve, falta de fundos. Nada de botar lá no cartão de crédito.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Bem, então teremos agora a palavra do Senador Adelmir Santana, que é inclusive autor de mais de um projeto sobre... Quantos? Quatro. Sobre a regulamentação dos cartões de crédito.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, eu já começo dizendo que essa audiência teve uma mudança vertiginosa. Nós tivemos várias audiências e seminários inclusive aqui no Senado e fora daqui sobre essas matérias. E antes também da apresentação desses projetos.

Então, hoje eu vejo a presença aqui da ABECS, maciça presença, o que não ocorreu na Audiência Pública coletiva da Comissão de Defesa do Consumidor do Senado e da Câmara. E naquela oportunidade isso irritou sensivelmente os Deputados, que chegaram e aventaram inclusive a possibilidade de uma CPI, para ver se havia a presença dos representantes das bandeiras de cartão de crédito.

Então, eu queria inicialmente dizer que eu absolutamente não sou contrário ao cartão de crédito e débito, porque isso significa progresso, não há como se posicionar contrário a isso. É bom para o Estado, porque significa economia, economia inclusive de papel moeda, de circulação de outros meios de pagamento, é bom para o consumidor, que significa também segurança para esses consumidores, é bom para os empresários de comércio e serviços, para todos os empresários em geral, porque significa também segurança e comodidade, e já se fala até em cartão de crédito para campanhas eleitorais, para fazer doações para as campanhas eleitorais, campanhas... Naturalmente reais, legais, usar o cartão de crédito.

E o Brasil, inclusive, nessa questão de cartão de crédito, saiu um dado recente, lidera as compras com cartão, de forma mundial, em vestuário, olha que coisa interessante! 40% das compras hoje no mercado de vestuário é o mais alto índice do mundo, se dão com cartão de crédito.

Eu venho me debatendo nessa questão por vivenciar essa questão dos cartões de crédito. Nós sentimos aí, há uma evolução de forma geométrica do uso de cartão de crédito e débito no Brasil. Em 2002, foi dito aqui, 275 milhões de transações. Isso cresceu para 2008 para cinco e meio bilhões de transações. Em 2002, as transações, valores dessas transações, dito pela própria ABECS, é de 104 bilhões; em 2008 de 375 bilhões. Isso cresce também de forma geométrica.

Entretanto, os custos não caem na mesma proporção deste crescimento. Antes, no regime inflacionário, as taxas de descontos chegavam até 10%. Caiu pouco em relação ao crescimento.

Nós compreendemos que... Quando da implantação, e foi colocado aqui, diferenciou de outros países. Quando nós apresentamos esses projetos nós também fizemos pesquisa em vários mercados do mundo inteiro. Não foi simplesmente apenas pelo.... Apenas pelo vivenciamento.

As taxas de desconto, e foi colocado aqui também, e o próprio estudo diz isso, a taxa de desconto é aquele que o comerciante paga para as bandeiras. É 50%, hoje, mais caros do que as taxas cobradas internacionalmente, em outros países. A taxa de retorno... O valor de retorno, a data, o período, os dias, no Brasil é D mais 30; é o dia da compra mais 30 dias, que ocorre com 31, 32 dias. Todos nós sabemos o custo do dinheiro, dessa mercadoria tão rara e boa, quanto é que custa 31 dias disso. Então, 31 dias é que o dinheiro retorna para o empresário. Isso tem um custo nos preços da mercadoria.

Foi dito aqui também, é o único país do mundo também que o custo dos aluguéis, o pagamento dos aluguéis de equipamento são significativamente representativos, entram até nos balanços das empresas, quer dizer, porque tem muitas maquininhas por aí alugadas no Brasil inteiro. O custo da telefonia por discada ou dedicada e isso tudo eu quero dizer o seguinte: os preços hoje estão inflados com esses custos.

E há um subsídio cruzado. Pessoas que não dispõem do cartão, apesar do avanço nas classes C, D e E, que quase sempre é cartão de débito e não de crédito, mas tem também cartão de crédito, cresce, mas ainda tem espaço para muito crescimento, não é tão grande assim. Há um subsídio cruzado. Porque os preços, quando são formados pelos empresários de comércio e serviço, tanto de mercadorias e serviços, todos esses custos estão embutidos na formação desse preço. E há no processo regulatório brasileiro, um único dispositivo que é contrário à redução desses preços. Onde está isso? No Código de Defesa do Consumidor. No parágrafo segundo do art. 39, que foi... Fixou como preço à vista as compras feitas com cartão de crédito.

Um dos nossos projetos é exatamente que permite a diferenciação. Não, porque não é com objetivo, muitos entendem que é o aumento de preço, ao contrário, os preços estão crescidos hoje. Nós queremos é a permissividade(sic) para a redução, que já ocorre, mas que hoje é criminalizada pelo Código de Defesa do Consumidor.

Uma coisa me chamou atenção, e os senhores viram também nas explicações, e eu tenho debatido por isso, a questão dos credenciadores. Tem trinta e tantos emissores, credenciadores, mais de 90% do credenciamento se dá por duas únicas empresas, Visanet e Redecard. Mais de 90%, 95%. Foi o quadro que foi mostrado. Noventa... A soma dos dois, noventa e poucos, mais de noventa. Então, o que nós temos com o projeto? Que permite que seja credenciadores... Tenha a oportunidade de credenciar mais de uma bandeira, e não ficar na exclusividade.

Foi dito e muito claramente que esse é um mercado de 400 bilhões de crédito. Todos nós conhecemos essas vantagens dos cartões, e sabemos desse volume de crédito, que é bom para o comércio, é bom para o serviço, é bom para o país.

Agora, o que nós estamos debatendo é o custo desse crédito. Nós queremos que isso seja transparente, seja claro. Quer dizer, na verdade o custo desse crédito é muito elevado. A Revista Exame publicou recentemente o balanço só de uma bandeira Visa e mostrou que ele teve um lucro de 300 milhões, com patrimônio líquido de apenas 290 milhões. Está errado, tem alguma coisa errada nessas relações. Tem alguma coisa que está muito alto, esses custos estão muito elevados. Não há negócio nenhum no mundo.

Agora, recentemente foi aberto o capital de uma delas, e foi feito comentários sobre o volume de recursos que vai ser levantado isso. E diz lá, mesmo com todos esses projetos regulando, ainda é um excepcional negócio. Compre ações que é bom, porque a renda é boa e o capital imobilizado é pequeno e não precisa ter riscos, não ter preocupações com a rentabilidade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador, Senador Adelmir.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu consegui achar a folhinha que a TV Senado provocou aqui para... De uma infeliz que não teve a... A felicidade do Senador Pedro Simon de poder dispensar o cartão de crédito, mas assim: o percentual de juros ao mês é 14.9. Ao ano, 429. Mas já na própria fatura diz: Máximo possível no próximo período, 16 ao mês, 493 ao ano. Ou seja, já anuncia que dependendo do andar da carruagem pode ainda aumentar de 14.9 para 16 ao mês.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Muito bem, Senadora. O que eu me bato é que isso cresce em escala, escala vertiginosa, mas não há uma redução correspondente dos custos.

A comparação com outros países. Quando nós fomos elaborar esses projetos, nós fizemos várias com-

parações com os Estados Unidos, com a Europa, com países da Europa, da Ásia, da América do Sul... Até vizinhos nossos tem tratamento diferente do nosso.

Na Argentina, por exemplo, existe uma lei específica regulando essas questões. Nos Estados Unidos, nós sabemos todos, que isso é objeto de debate no Senado americano. Na Europa, no Congresso europeu é objeto de debate os custos dessas operações.

Então, há um questionamento mundial sobre a questão das bandeiras de cartão de crédito, sobre esse segmento como um todo, que bem colocou o representante da ABECS, envolve muitas empresas. Várias empresas. Credenciadores, emissores, os que controlam a...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Os programas... Enfim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Os processadores... Então, tem muitas instituições envolvidas nessas questões. E nem todas elas estão vinculadas a... Como são tratadas como instituições financeiras. Um dos nossos projetos traz isso para o Banco Central, para serem consideradas instituições financeiras, para ter um processo de fiscalização, e não apenas o processo de autorregulação que tem sido até agora.

É claro que as bandeiras tem evoluído. Quando nós começamos os primeiros debates, era impossível determinadas coisas. E já começam a dizer que são possíveis determinados objetivos que temos com esses projetos.

Eu volto a dizer que recentemente esse questionamento que se dá no mundo inteiro, o *New York Times* publicou uma... Divulgou a matéria e que estavam sendo baixadas as taxas de descontos para em torno de 2.1% para os pequenos negócios. Obama agora também chamou lá e criou uma agência reguladora para essas questões. É objeto de discussão também do Presidente Obama.

Bem recentemente também houve uma discussão... Uma discussão... Não me recordo agora, mas houve uma discussão... É o assunto que se discute no mundo.

Eu queria dizer também que esses projetos, esses projetos de lei que temos aqui visam, naturalmente, beneficiar não as empresas, não é nada disso, aos consumidores, porque volto a repetir, os preços estão inflados. Nenhum comerciante, pequeno comerciante ao fazer os seus preços leva em conta o custo de pessoal, a carga tributária, o custo de propaganda, o custo

de aluguel, e leva naturalmente em conta que hoje a moeda que circula e cresce em determinados centros comerciais, aqui mesmo em Brasília, nós temos estudos que mostra que mais de 80% das operações se dão com cartão de crédito.

Então, o sujeito que é um bom empresário ou que vai montar um negócio faz a pesquisa e verifica que a moeda circulante ali é cartão de crédito e débito. Portanto, os custos com essa operação estão embutidos nos preços finais dos produtos ou dos serviços. Eles estão inflados. E nós queremos que haja a permissividade(sic) para que haja uma retirada desses custos quando o pequeno consumidor ou o grande consumidor, ou quando o consumidor quiser fazer o pagamento por outro meio que não o cartão de crédito ou débito.

Há uma coisa que me chama muita atenção. Nós lutamos aqui muito, eu fui relator por duas vezes, na lei geral das micro e pequenas empresas e nós sabemos que essa lei beneficia faturamentos que vão até dois milhões e 400. E ela tem patamares de crescimento.

O que se observa nesse grupo, nesse tipo de negócio é que quem é maior paga menos. Porque, naturalmente, estão vendo o valor do tíquete médio, o número de operações... Existem até algumas empresas que tem taxa de desconto quase zero para o volume de negócio.

Agora, das pequenas, ela não tem nenhum poder de barganha; lhe é imposto um contrato para receber essa moeda de plástico que ele não pode barganhar nada. Ele vai montar um negócio nesse centro comercial e sabe, se ele não tiver o credenciamento dessas bandeiras não vai vender, vai ficar com a mercadoria, que a moeda que circula ali é cartão de crédito e débito, ele se sujeita a esses contratos.

Quando nós aqui... Há um dispositivo constitucional que diz que nós temos que dar tratamento diferenciado para os pequenos, tanto do ponto de vista da burocracia, do ponto de vista fiscal, do ponto de vista tributário. E é isso que contempla a lei geral, para manter os entes federativos, estados, municípios e União, essas pequenas empresas começam pagando 4,5% de todos esses tributos, oito tributos. Seis tributos federais, um tributo estadual...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Nos cartões inverte. O pequeno não tem poder de barganha e paga mais caro.

Esse é o objetivo dos nossos projetos. É dar um tratamento diferenciado aos pequenos. A evolução é tamanha, todos nós sabemos, o Brasil se caracteriza como país evoluído em TI, em tecnologia da informação, é perfeitamente possível a unificação dos POSs,

e da forma de cobrar numa única maquininha, é perfeitamente possível nós trazermos isso para o controle do Banco Central, que só entra quando passa, você recebe a fatura e é estimulado inclusive pelas bandeiras a pagar o mínimo.

Eu sou um grande usuário de cartão de crédito. Tenho uma porção. E uso bem, pago sempre com 31, 32, 33... E até 36 dias. Eu uso bem. Agora, quem tem um único cartão e não sabe usá-lo, está sujeito a essas taxas e quando se recebe a fatura, há um estímulo aí pelos bancos, dizendo "Pague o mínimo e fature. Pague parcela, em 10 parcelas", com taxa de juros que são inaceitáveis, são inaceitáveis no momento em que vivemos.

Então, o meu objetivo, volto a repetir, eu sou um usuário, entendo perfeitamente o que significa, o progresso que significa as bandeiras de cartão de crédito, mas não é possível que nós tenhamos apenas a autorregulação nesse segmento.

Nós temos que criar mecanismo que evite o monopólio do credenciamento, que evite o monopólio do uso dos equipamentos, os equipamentos tem que ser compartilhados.

Aliás, eu acho que era ao contrário, quem deveria pagar aluguel eram as bandeiras, porque nas empresas estão expostas as suas marcas, e suas marcas estão expostas... Deveria pagar uma taxinha para o pequeno comerciante, para fazer propaganda da bandeira ao invés de cobrar dele um aluguel.

Num dos seminários que tivemos aqui sob a alegação de que esse processo está se expandindo, chegando aos táxis, essa coisa, até brinquei com o Presidente da Visa. Qual é a bandeira que está no táxi? Ah, é a minha bandeira. Pois é, porque certamente se forem todas as bandeiras, que temos muitas, nós vamos ter que ir o táxi na frente e uma Kombi atrás com os equipamentos para poder cobrar do usuário. Não é possível.

É possível, sim, o compartilhamento desses equipamentos e eu acho que nós temos que buscar isso.

Era essa a minha explicação, Sr. Presidente, apenas para justificar que não tenho absolutamente nada, sou um usuário dos cartões. Agora, não podemos deixar mais por muito tempo os consumidores desprovidos de um marco regulatório dessas questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Suplicy, com a palavra, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu quero muito cumprimentar a Senadora Ideli Salvatti e Adelmir Santana por estarem tão... Terem promovido esta audiência, inclusive o Senador Adelmir, pelo fato de ter apresentado os diversos pro-

jetos, Senadora Ideli por ter promovido este debate, e cumprimento a todos os que aqui compareceram.

Eu tenho uma emergência agora, Sr. Presidente, porque vou receber o Presidente do SINDILEGIS sobre o projeto de transparência, no que diz respeito aos servidores, aqui na sala do Senador Pedro Simon. Um diálogo muito importante.

Mas eu gostaria apenas de formular aqui uma pergunta para os que, na sua exposição, disseram do crescimento tão significativo dos cartões de crédito, se neste cômputo está inserido inclusive os cartões que são recebidos pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que eram três milhões e meio em dezembro de 2003, passaram a ser agora 11 milhões e 400 mil, vão ser 12 milhões e 600 mil, e, se no caso das famílias beneficiárias do cartão de crédito, simplesmente é um cartão para sacar a moeda ou eventualmente também para realizar pagamentos?

Então, era a informação que gostaria, até porque isso, inclusive, deve ter contribuído para aquele crescimento que se deu de 2003 para o presente momento.

E é, inclusive, o crescimento pode ser previsto porque sabem os senhores que já é lei, que um dia haverá a renda básica de cidadania, se fosse hoje seria para 191 milhões e 300 mil habitantes, quero dizer que vai aumentar ainda mais com a transição do Bolsa Família para a renda básica de cidadania.

Muito obrigado pela colaboração dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de dar a palavra aos expositores, eu pergunto à Senadora Ideli Salvatti se as suas perguntas são dirigidas a todos ou se a apenas alguns? E quem, no caso?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta muito clara. Para quem está aqui em nome do Governo, Banco Central, Ministério da Fazenda, se tem alguma luz no sentido se que aquilo que é necessário regulamentar, regular, se isto irá acontecer qual é a previsão disso acontecer?

Tem questões que aqui são de... Poderiam ser resolvidas por autorregulação. Então, é claro que os representantes da Associação das Empresas de Cartão de Crédito poderiam também dar algum sinal.

Então, a minha pergunta acaba sendo extensiva à Mesa toda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Para todos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque senão vai caber a nós parlamentares ver que tipo de encaminhamento vamos dar em cima dos projetos que estão tramitando. Ou como o Senador Adelmir Santana já chegou até a sinalizar, de nós podermos ver algo

que seja fundamental a gente negociar e incluir numa Medida Provisória que esteja tramitando.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Adelmir Santana também quer ouvir de todos os esclarecimentos?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, eu fiz apenas um arrazoado do porque dos projetos. Mas eu me contento com qualquer... Alguém que queira se pronunciar sobre essas questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, concedo a palavra... Pela ordem de exposição, ao Sr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, que talvez tenha sido o menos acionado, mas que eu estou querendo que ele também seja crucificado aqui.

SR. CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES: Senador. Caro Senador Mercadante, eu acho que esse assunto já está bastante nítido. Quer dizer, esse trabalho conjunto está excelente do ponto de vista técnico. Agora, transformar isso em ato não pode demorar muito se for uma coisa mais abrangente.

Porque esse trabalho está sugerindo uma coisa mais abrangente, que todos meios de pagamentos, cartão de débito e de crédito, meio eletrônico, sejam regulamentados. Eu acho que hoje o problema maior é cartão de crédito. Não é o cartão de débito. Cartão de débito é praticamente uma coisa que em todos os países não tem taxa nenhuma, porque é um saque no depósito à vista. O cartão de crédito tem sobrepreço. As lojas podem colocar sobrepreço no cartão a crédito.

Então, o grande ponto é o seguinte: eu acho que nós temos que fazer medidas pontuais, como o Senador Adelmir Santana falou. Diferenciação de preço. Essa é fundamental; vai dar mais poder de barganha ao lojista, vai facilitar até o IPCA mais baixo, porque quando você for coletar os preços numa loja, vai coletar com preço mais baixo, porque o lojista vai dar desconto para quem pagar à vista, vai aumentar o poder de barganha do lojista ao negociar com o cartão, com o credenciador, que hoje, o lojista, ele é explorado, essa é a realidade. A taxa já é fixa do desconto e quanto menor o lojista, mais taxa ele paga. Eu discordo desse quadro que foi colocado aí que mostra que as taxas de desconto de débito estão caindo. Se colocar a taxa de desconto só e para o pequeno, ela está aumentando. E outra, o custo oportunidade é todo do lojista. Esperar 30 dias para receber dinheiro é muito tempo.

Esse trabalho do Banco Central, Senadora, tem uma grande vantagem, mostrou tecnicamente falando que mantidas as atuais taxas do cartão de crédito, crédito rotativo e outras taxas, esse pagamento de 30 dias pode se reduzir a dois dias, e mesmo assim vai

dar lucro ao banco emissor. Então, não tem sentido esse prazo longo de recebimento hoje do lojista.

E a outra ponta também que eu acho importante, já foi colocado aqui várias vezes, é a do consumidor. Realmente tem que ter transparência. O cartão não pode dizer que se você pagar mais um mês vai pagar taxas maiores, sem que o consumidor seja avisado disso preventivamente. Foi o que fez também os Estados Unidos; o cartão não pode cobrar uma taxa mais alta sem que preventivamente, você consumidor, aceite ou não, não pode ser uma imposição do cartão.

A indústria é boa para o Brasil, todos nós concordamos com ela, agora, eu faço uma pergunta aqui: todo mundo sabe que o Brasil tem o melhor sistema bancário do mundo, a tecnologia é formidável; agora, também tem o maior *spread* bancário. Nosso cartão também é um dos melhores cartões do mundo, "ban-carizou" muito, mas tem os maiores custos.

Então, o que adianta esse excesso de tecnologia se não chega à ponta. Óbvio que chegou em termos de volume. Óbvio que chegou em termos de você ter hoje parte do consumo das famílias, 25% é com cartão de crédito, avançou-se muito.

Agora, não se avançou nos custos, isto é, nas externalidades dessa indústria. Esse é o ponto mais importante que eu vejo.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, permita só uma... É bom que saibam também que mesmo no cartão de crédito... De débito, que é uma operação bancária, tira de uma conta e passa para outro, também há taxa de desconto. Taxa cobrada dos empresários.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante, pela ordem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pelas minhas responsabilidades na liderança não pude acompanhar toda a audiência, apenas trechos pela televisão. Queria saudar a todos os presentes, os Senadores que foram... Que deram início, o Senador Adelmir que vem levantando essa bandeira já há algum tempo na Casa, Senadora Ideli.

Mas pelo que eu entendi, a proposta objetiva, Dr. Carlos Thadeu, seria reduzirmos o prazo em que as intuições financeiras reembolsam os lojistas. Que hoje está em 30 dias, você tem países que são de dois dias, nós temos que reduzir esse prazo.

E o segundo, não permitir que no pagamento, quer dizer, qualquer aditivo de custos do ponto de vista do processo de pagamento do cliente, ele seja informado previamente e tenha a opção de aderir ou não a essa nova... A esse novo custo, esse aumento de custo. É isso?

SR. CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES: Exatamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): São as duas propostas objetivas.

SR. CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES: E mais o preço diferenciado também.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E o preço diferenciado para que o lojista possa--

SR. CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES: Possa dar um certo desconto para quem paga à vista. Que aí vai ter margem maior de negociação.

Isso acontece em todos os países do mundo. Você tem preço diferenciado. É uma... Senador, isso é uma coisa anacrônica, quando foi colocado isso como defesa do consumidor, não faz sentido.

Vai alguém do IBGE lá coletar preço numa loja. Como o lojista não pode dar desconto, oficialmente, ele informa essa pessoa que vai coletar o preço, o preço que ele vende no cartão, que é o preço mais alto, e não o preço que seria se vendesse a vista com dinheiro.

Então, até o IPCA poderia ser mais baixo, eventualmente. As taxa de juros poderiam ser mais baixas se tivesse diferenciação de preço no lojista.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, a terceira medida seria diferenciação de preços, modificar o estatuto de defesa do consumidor. São as três sugestões.

Era positivo, Presidente, que os representantes da Associação Brasileira de Empresas de Cartão de Crédito se manifestassem sobre essas sugestões e as implicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A hora deles vai chegar.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós estamos chegando... [risos]. É que o senhor está fazendo o encaminhamento sempre com cartão de crédito e não à vista.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, só para dar um dado também interessante. Se nós não legislarmos sobre isso, o que está acontecendo? Aqui, o Superior Tribunal de Justiça tem uma decisão de antes de ontem, três ou quatro dias atrás, por requerimento de entidades representativas do comércio e serviços que já reconhece esse dispositivo do Código de Defesa do Consumidor como anacrônico, e permite a cobrança diferenciada.

O que nós estamos buscando com esse projeto é universalizar isso. Quer dizer, é tirar isso. Não é pagamento à vista, se são D mais 30 para que o dinheiro retorne ao empresário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Sr. José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Opera-

ções Bancárias e do Sistema de Pagamento-DEBAN, do Banco Central do Brasil.

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Eu queria... Com relação à apresentação feita pelos representantes da ABECS, não vou pontuar, seriam várias observações, mas só em linhas gerais, que ali ao final da apresentação ele chamou atenção sobre a experiência internacional.

Nenhum dos três reguladores que elaboraram o relatório deixaram de lado de analisar como funciona e o que foi feito em termos regulatórios ou autorregulação nos países. No relatório tem um capítulo todo tratando disso, fala da Austrália, Reino Unido, Holanda, Itália, México... Que mais? Estados Unidos... Então, a experiência internacional... Inglaterra, Reino Unido.

A experiência internacional foi muito bem estudada, por isso que a gente fala que nós não estamos trabalhando sem ter embasamento conceitual, teórico, técnico e prático do que acontece no resto do mundo. Potencial de conhecimento nós todos sabemos que o potencial do Brasil é imenso e está sendo reconhecido sobre todos os setores, como o Brasil vem se distanciando de várias outras nações.

Nós temos potencial de crescimento econômico e obviamente o crescimento econômico gera o potencial de crescimento de tudo que faz a economia funcionar, inclusive os instrumentos de pagamento. Nós queremos instrumentos de pagamento o mais eficiente possível.

O que o relatório aponta é que os cartões de pagamento de crédito e débito, que são instrumentos de varejo mais utilizados, não estão oferecendo o nível de eficiência que a sociedade brasileira exige. Com relação ao que a Senadora Ideli Salvatti mencionou, quem e quais medidas. Eu começaria dizendo quem, nós temos três órgãos diretamente envolvidos com o assunto, SDE, SEAE e Banco Central, cada um tem sua esfera de competência.

É isso que nós estamos buscando fazer para que a ação pública, ação de Governo seja mais coordenada e efetiva possível. Todo a racional de constituição do acordo de cooperação técnica e a produção desse relatório tinha como ponto básico Governo ter ação mais efetiva possível e coordenada dos três órgãos.

Eu acho que o relatório é o ponto de partida para essas medidas. As medidas podem ser de autorregulação como o Marcelo Ramos explicou, podem ser diretas ou indiretas ou... Por indução. Neste momento nós não anunciamos nenhuma medida. Neste momento nós estamos dentro do prazo que foi dado à indústria de 90 dias para se manifestar com críticas e sugestões ao relatório, e como foi mencionado aqui, a indústria está preparando.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Encerra dia 30, não é?

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Encerra dia 30.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Estamos então na iminência?

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Nós estamos próximos de encerrar o prazo de recebimento. Após esse prazo, nós, se for o caso, faremos alguma complementação ou comentário. De qualquer forma, o relatório será dado como final depois de analisado eventual contribuição que as autoridades receberem. Nós estamos preparados para isso, assim como estamos conversando com a indústria sobre possíveis propostas que venham a ser oferecidas na linha da autorregulação.

Então, nós não vamos antecipar medidas nem prazos porque isso faz parte de um projeto maior. Com relação aos projetos que estão aqui no Senado e na Câmara dos Deputados, nós vemos com muito bons olhos que os parlamentares estão cada vez mais envolvidos. A nossa disposição em participar desses debates aqui na Câmara, aqui no Senado, estou vindo acho que pela segunda vez, na Câmara já foram três vezes, é a quinta vez que eu venho debater com os senhores, não só nas audiências públicas, nós estamos absolutamente à disposição dos Senadores, dos assessores para...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCIANO: Nós dois já estamos... [risos] Mais o Deputado Guilherme Campos que nos encontramos em todos os fóruns. Essa disposição nós estamos absolutamente muito convictos de que esse debate é salutar e o nosso objetivo quando nós enfatizamos a importância desse relatório é dado que é complexo de fato a indústria, há coisas a serem aperfeiçoadas e nós queremos fazer isso de uma forma muito bem feita e vamos conseguir com certeza mantendo tudo funcionando. Ninguém vai parar, suspender tudo e mudar, não é esse o caso.

E com relação às iniciativas parlamentares, eu acho... Eu acho que vários dos projetos que foram apresentados aqui estão em consonância com as conclusões do relatório e chamo atenção também que há outros projetos não diretamente ligados ao relatório de cartões [ininteligível] cartões, que merecem atenção da gente com relação ao reconhecimento da imagem digital, certificação digital, são muitas coisas envolvidas que poderiam produzir um sistema de pagamentos e varejo mais eficiente para o Brasil e que ainda há discussões quanto à base legal, se é possível, não é possível, com um dos exemplos o projeto que

está sendo... De iniciativa dos bancos, por indução do Banco Central, projeto que a gente vem trabalhando há muito tempo com os bancos, que é a redução de custos na compensação de cheques e que toda vez se esbarra na questão da validade jurídica da imagem do cheque. Então, são projetos que a gente gostaria, de fato, que se avançasse.

Diferenciação de preços. Muito se fala sobre isso, nós também temos a nossa visão no relatório, é uma das conclusões, um dos indicativos de que há coisas a serem aperfeiçoadas. Senador Adelmir Santana mencionou a decisão do STJ. O que saiu do STJ na semana passada foi a decisão quanto ao mérito de uma liminar obtida em 2004.

Então, todos os temores com relação à diferenciação de preços, que vários órgãos de defesa do consumidor, que até não entendo como é que órgão de defesa do consumidor não enxerga que é vantagem para o consumidor. Mas enfim, desde 2004 o comércio de Brasília pode praticar diferenciação de preços e não faz em larga escala.

Qual a experiência internacional com relação a isso? Eu tenho uma outra apresentação que trata especificamente sobre isso, todos os países em que havia, já caiu essa diferenciação de preço, da amostra que nós fizemos, apenas Chile e Brasil continuam insistindo nisso. Nós entendemos que, de fato, traz vantagens para o consumidor, traz vantagens para o sistema de pagamentos de uma forma geral.

Nós estamos falando em abrir o credenciamento, gerar competitividade, um ambiente mais competitivo no credenciamento do lojista para que haja concorrência intra bandeira, ou seja, vários credenciadores Visa, vários credenciadores Mastercard podem oferecer condições diferentes para o lojista e o lojista tem condições de negociar.

Quando se fala em interoperabilidade, que é outra coisa que é muito defendida no relatório e há até projetos com relação a isso, nós estamos falando em gerar mais concorrência para que outros participantes, aquele gráfico que a ABECS mostrou ali cheio de bandeirinha de cartões, está cheio de cartões de loja. É muito difícil um cartão dito universal, um cartão de ampla aceitação no mercado... É muito difícil para uma empresa lançar um cartão desse, porque existe essa barreira.

Então, a interoperabilidade geraria mais condições competitivas na oferta interbandeiras. Então, se nós tratamos da intrabandeira, da interbandeira, e vamos por diferenciação de preço. O dinheiro do Banco Central a população tem à disposição de graça e ele vai contestar o preço dos cartões.

Ninguém defende que os lojistas tenham duas tabelas de preço ou quatro tabelas de preço. O que nós defendemos é que o portador... O consumidor chegue e veja em que condições este ou aquele instrumento é mais favorável para isso.

E nós temos certeza que essa indústria de cartões, ela não vai perder a batalha na concorrência entre os instrumentos de pagamento com cheque ou com dinheiro, porque ela vai oferecer um preço mais compensador para o lojista que pesando todo o valor agregado do recebimento do cartão, um pagamento com cartão, ele vai chegar num momento que ele diz assim: "Eu não preciso diferenciar porque a segurança, o valor agregado desse instrumento de pagamento compensa o custo que eu estou pagando." É disso que nós estamos falando. Ninguém está pregando aqui tem que ter duas tabelas. Nós queremos é que o preço seja mais justo e que permita que o lojista trabalhe.

Com relação à outra... Que a Senadora Ideli Salvatti falou da taxa de juros de 14,5 que vai a 16,9, isso daí está dentro da taxa de juros das operações de crédito do sistema bancário que é outro projeto do Banco Central de redução do *spread* bancário. Está na... Está dentro da discussão, porque a taxa do crédito rotativo dos cartões é uma operação bancária que está no sistema bancário.

Eu acho que eu cobri os pontos levantados.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Ramos, Coordenador-Geral de comunicação e mídia do Ministério da Fazenda.

SR. MARCELO RAMOS: Obrigado. Bom, quanto à questão das medidas eu acompanho a posição do Marciano, nós não temos ainda como falar sobre as medidas. A única coisa que eu digo é que provavelmente nós as elaboraremos rapidamente após o fim do prazo.

Quanto à questão dos Projetos de Lei que estão no Congresso, nós somos da opinião também muitos deles vão bem de acordo, em consonância com resultados do relatório. Alguns deles têm que ser avaliados em relação a sua eficácia, por exemplo, essa questão de colocar foto no cartão, talvez não seja muito eficaz porque hoje em dia, por exemplo, grande parte das fraudes, eu não saberia dizer, talvez mais do que a metade delas são sem a presença do cartão, na verdade. São feitas via internet, mecanismo de *fishing*, então, talvez não seja muito eficaz.

Mas na maior parte dos projetos, eles estão endereçados já aqui no relatório. Por último eu só gostaria de falar da apresentação da ABECS, interessante, nós achamos interessante que eles façam realmente contribuições, eu espero só que as contribuições se-

jam mais dedicadas aos problemas identificados no relatório do que aos benefícios dos cartões que todos nós já conhecemos.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos conceder agora a palavra aos representantes da ABECS, da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviço. Falará inicialmente o Diretor Paulo Rogério Caffarelli.

SR. PAULO ROGÉRIO CAFFARELLI: Sr. Presidente, boa-tarde, Srs. Senadores, boa-tarde, boa-tarde aos presentes, boa-tarde aos colegas que compõem a Mesa.

É uma satisfação muito grande nós fazermos parte desse debate. O Senado está de parabéns, a Câmara está de parabéns por provocar justamente essas discussões, registrando aqui que a ABECS não é contra a regulação, pelo contrário, somos absolutamente a favor, e desde que essa regulação tenha aí... Leve em consideração todos os pontos de vista.

Falamos há pouco que o Brasil é referência mundial na automação bancária, seja em meios de pagamentos, seja em ATMs referência a todos... Venho observar aqui o grande investimento que desde a época inflacionária o Brasil fez com relação a esses processos.

E justamente são esses investimentos da automação bancária que permitem com que o mercado de cartão de crédito, como aconteceu no ano passado, tenha tido quase 400 bilhões de faturamento, seja em cartão de débito, seja em cartão de crédito.

Quando nós falamos em cartão de crédito, o usuário tem e o Brasil talvez seja um dos únicos países do mundo, o usuário tem até 40 dias para fazer o seu pagamento sem pagar um centavo de juros. Na verdade, o que passa a incidir juros é após o quadragésimo dia, onde nós temos um processo que se chama rotativo. E esse processo rotativo incide, sim, uma taxa de juros, sabendo valer que ele é considerado um crédito para efeitos emergenciais.

Ou seja, nós temos uma situação que se o usuário, o cliente, o correntista do banco precisar de um crédito com um período maior, nós temos outras linhas de crédito na área de CDC, de Crédito Direto ao Consumidor, na área de outras linhas de crédito com taxas de juros mais baratas, justamente porque esse crédito rotativo ele se faz de forma emergencial. Então, a orientação que nós damos num primeiro momento é o seguinte: evitem usar esse crédito rotativo, porque ele não é um crédito para ser utilizado durante todo o período. Então, esse é um primeiro ponto que nós temos que esclarecer.

De outro lado, o lojista tem uma grande vantagem quando ele recebe por meio de cartão de crédito, porque o risco todo desse processo não é do lojista, o lojista tem risco zero. Pode ser uma prestação, uma compra feita em dez meses, todo o risco durante todo o período dessa compra é arcado pelo banco emissor.

Então, tem uma série de pontos que tem que ser considerados aqui justamente porque nessa formação da taxa do crédito rotativo, por exemplo, leva-se em consideração justamente o índice de inadimplência, que não é baixo, dos usuários que acabam não pagando suas operações.

Então, nós chamaríamos aí atenção justamente para que dentro desse processo da regulação, possa ser feito de uma forma bastante complexa, que se observe todas as variáveis da formação deste mercado tão promissor que vem sendo o mercado de cartão de crédito, justamente porque ele favorece a inclusão bancária e ele favorece o volume de transações sem a necessidade do dinheiro físico, fato que aprimora e aperfeiçoa bastante o aspecto de segurança.

Eu gostaria de passar aqui aos meus colegas para que eles possam complementar outros dados, mas mais uma vez agradecer a oportunidade e deixar registrado aqui que a ABECS está inteiramente aberta a qualquer tipo de discussão e de aperfeiçoamento desse mercado tão importante, que é o mercado de cartão de crédito.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Diretor da ABECS, Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviço, Dr. Marcelo de Araújo Noronha.

SR. MARCELO DE ARAÚJO NORONHA: Sr. Presidente, o senhor me permite fazer uma sugestão aqui? O nosso Diretor, o nosso colega da ABECS, o Ivo Vieitas tem algumas considerações antes de outras considerações, se o senhor me permitir a gente trocar essa vez, eu lhe agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, com a palavra o Dr. Ivo Luiz de Sá Freire Vieitas Júnior. É Diretor também da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito.

SR. IVO LUIZ DE SÁ FREIRE VIEITAS JÚNIOR: Bom-dia a todos. Novamente faço coro com o colega Paulo e Marcelo e demais integrantes da Mesa. Um excelente debate. Agradecemos muito a oportunidade de estar aqui e acho que esclarecer vários pontos, todos muito pertinentes, que foram colocados aqui nessa discussão.

Em primeiro lugar, acho que vale lembrar uma coisa que talvez passe... Não vou dizer despercebida, mas talvez menos iluminada, que é... Esta é uma indústria toda interligada. Ou seja, todas... Todos os proventos e custos dessa indústria servem para, obviamente, fazer frente às suas várias... Aos seus vários desafios, custos, cargas.

Por que eu estou mencionando isso? A grande expansão feita, quer dizer, parte da expansão feita no crédito às classes C e D, e, portanto arcando com um risco maior de crédito, vieram também de taxas pagas pelos lojistas, que também gostariam de vender com segurança para esta categoria da população, que de outra forma não poderia comprar ou não teria seu risco aceito pelo próprio lojista.

Então, isso é importante que seja destacado, essa é uma indústria toda interligada e todas as suas mexidas afetam seus mais variados aspectos, incluindo "bancarização" da população, crédito a classes menos favorecidas e, portanto de maior risco e coisas dessa natureza.

Um outro ponto que eu acho que a gente gostaria de ressaltar, de mencionar aqui e corroborando acho que com os pontos levantados pelos colegas, Dr. Marciano, Dr. Marcelo. A competição nesta indústria ela é crescente. Nós ouvimos aqui hoje várias discussões sobre valores das taxas de desconto cobradas dos lojistas. Se o menor paga mais, se esses custos estão crescendo ao longo do tempo. Eu queria primeiro dizer aos senhores que dados, vamos dizer, numa quebra muito maior estão à disposição dos senhores para exame, mas o dado concreto, e nossa declaração aqui é: As taxas dependem não só de tamanho, mas de margens das indústrias, de natureza das indústrias.

A taxa cobrada de um posto de gasolina, de uma farmácia é muito menor do que a cobrada de um hotel onde, obviamente, a margem de contribuição de um preço de uma hospedagem é muito maior do que a margem possível num litro de combustível. Então, as taxas têm predominantemente a ver com segmentos do que com o tamanho das empresas. Supermercados pagam menos, margens mais apertadas e assim por diante.

E assim mesmo a competição em todas as etapas, e eu repito, todas as etapas da cadeia que foi analisada hoje, ela é crescente. Ela é crescente. Obviamente, em alguns elos da cadeia maior, em outros menor, mas crescente. E aqui eu cito um dado importante. A rede das maiores bandeiras passa um pouco de um milhão de estabelecimentos, há redes com 430 mil estabelecimentos, com 300 mil estabelecimentos... Então, não é dizer que não há competição. A competição é crescente.

Outra coisa se refere... Outro aspecto ressaltado aqui se refere à competição intra rede. Cada vez mais as redes passam mais instrumentos de pagamento. E isso tem sido um fenômeno porque as redes são custos... Elas têm ganhos de escala e precisam do volume para se viabilizar.

Vale lembrar que o Brasil é um dos países no mundo com maior rentabilidade por ponto de venda, exatamente por essa preocupação de cobrir todo o território nacional, mesmo que haja estabelecimentos com grande volume e estabelecimentos com poucas passagens de clientes e cartões e, portanto menor rentabilidade para todos os envolvidos. Então, existe uma preocupação muito grande em cobrir toda a gama de lojistas.

Por fim, eu não vou repetir as palavras do meu colega Paulo Caffarelli sobre as questões de juros e de fato os juros de rotativo de cartão de crédito não são uma linha de crédito para ser usada, elas são linhas emergenciais, hoje já há várias linhas ligadas ao cartão e a outras modalidades que têm taxas mais palatáveis, muito diferentes, e eu acho que vale lembrar que essas linhas são para o uso corrente das pessoas muito mais do que as linhas emergenciais do cartão de crédito.

A questão do sobrepreço, acho que é uma questão... Uma espécie de vaca sagrada da indústria e aqui foi... Muito foi dito e acho que adequadamente sobre a capacidade de barganhar e de dizer ao cliente que a compra à vista pode ser diferente de um preço ou outro meio qualquer.

Surpreendentemente, entrevistados, a grande maioria dos lojistas diz que não praticaria preços diferentes. Dado que de fato o valor da indústria para o negócio é um valor sólido, é um valor bem percebido. Há sim uma preocupação, não dessa associação, mas acho que de todos nós profissionais como cidadãos brasileiros.

Porque, de fato, nós entendemos que essa indústria presta um enorme serviço à Fazenda, nas suas mais variadas instâncias, na Fazenda federal, estadual e até municipal no sentido de informar e dar transparência aos reais movimentos do comércio. Nós encontramos em muitos casos, os senhores viram aí, as taxas médias cobradas ao redor de 3%, mais o custo de 15 dias, de 30 dias, perdão, de 1%, estamos falando em média 4% de custo para uma venda num cartão de crédito.

Os descontos que a gente encontra muitas vezes praticados por lojistas para compras em dinheiro é de dez, às vezes mais. Isso só pode ser explicado por... Talvez por mecanismos para evitar a carga tributária.

E esses mecanismos, o cartão de crédito ou sistemas de meio eletrônico ajudam a evitar.

Portanto, eu acho que existe um interesse do país, em geral que nós tenhamos um movimento no comércio e nas várias atividades, cada vez mais transparente. Portanto, é uma questão acho que muito mais de interesse do sistema como um todo, do que uma questão particular de uma parte da economia.

Eu gostaria de encerrar a minha contribuição com uma observação acho que muito relevante e acho que de pouco conhecimento da maioria dos presentes e... Existe grande evolução, e eu acho que quero comentar novamente a participação, as iniciativas do Banco Central, da Fazenda, do SEAE, do SDE, do... Enfim, dos diversos parlamentos, de fomentar uma discussão em torno do tema.

Não existe incentivo para os participantes do sistema participar de um sistema que não é sustentável, que acaba por se tornar às vezes alvo de críticas e portanto insatisfação dos próprios clientes que lhe dão razão de existir.

Então, gostaria de deixar claro que a discussão, como já disseram vários colegas, a discussão é saudável, ela está avançando, haverá mudanças sim, haverá mudanças significativas sim, algumas delas já anunciadas, já não há bandeiras, por exemplo, bandeiras exclusivas. As redes vão aumentar seu grau de competição intrarede, isso é um processo, e processo do qual acho que nós temos o maior prazer e mais do que isso, interesse em participar.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de conceder a palavra ao Diretor da ABECS, Marcelo de Araújo Noronha, que foi o expositor da ABECS na fase inicial, excepcionalmente nós temos aqui a presença do Deputado Guilherme Campos, Deputado Federal que deseja fazer uma intervenção, e eu faria apenas um apelo à compreensão dele para que fosse breve.

DEPUTADO GUILHERME CAMPOS (DEM-SP): Sr. Presidente, senhores expositores, cumprimentar a felicidade da Senadora Ideli pelo Requerimento que proporcionou essa audiência e não dizer da inveja de ter a presença aqui do pessoal da indústria do cartão de crédito, que nas audiências da Câmara contumazmente nós não temos a presença de vocês.

E especificamente no assunto, vamos nos ater somente ao meio de pagamento cartão de crédito. Vamos esquecer cartão de débito.

Cartão de crédito. O cartão de crédito que como foi colocado na exposição por parte do Sr. Marcelo, tem um crescimento fantástico, é de uma abrangência em todo o território nacional e no mundo, nós não somos

contra, somos a favor, sou usuário, usuário disciplinado para nunca cair no rotativo, para tentar fazer o maior uso do prazo chegando nos 35 dias em média, tentando fazer o melhor uso possível meu, enquanto usuário de cartão de crédito.

Agora, o que nos causa muita preocupação é o peso excessivo que o cartão e suas operadoras que onde, no duopólio, mais de 30% do mercado está na mão delas, faz em cima principalmente da micro e pequena empresa e ficaria até algumas sugestões para a própria exposição.

Primeira sugestão. Aquele gráfico onde se mostra as taxas de desconto, a taxa administrativa, vocês colocaram no mesmo saco débito e crédito. Nós sabemos que não é assim. Então, separar o que é crédito e separar o que é débito.

Segunda sugestão. Que pudesse ser dividido isso por ramos de atividade, como foi bem colocado. Nós sabemos que determinados ramos de atividade tem taxas específicas. Pudéssemos dividir em alguns grupos, como por exemplo, como sugestão, combustíveis, os supermercados, o setor de lazer, aí englobando as agências de viagens, hotéis e restaurantes, e o grande varejo. Dentro do grande varejo, separando o que são lojas de rede e o que são as pequenas empresas. Acho que nós poderíamos ter aí um raio X melhor das taxas praticadas. Poderíamos ter um desenho melhor.

E a terceira observação, naquele gráfico de pizza que foi colocado a respeito da venda sem juros. Aquela venda sem juros significa que aquele que vendeu um produto ou um serviço pode vendê-lo em dez vezes, que vai receber do cartão em 30 dias. Ah, em dez vezes. Então é sem juros para o cartão de crédito. É isso. Tá. Só uma dúvida.

E vou divergir do Sr. Carlos aqui na Mesa. Quem paga não são as lojas. Quem paga é o consumidor. As lojas são repassadoras. É o consumidor que, no frigar dos ovos, está tolhido na sua oportunidade de fazer uma opção. De fazer uma opção de se pagar por um serviço que é fantástico, é seguro, é rápido, te dá comodidade de você fazer o pagamento numa única fatura, se você precisar financiamento te dá oportunidade de financiamento, mas tudo isso está no preço.

E ele não está tendo a oportunidade de, na hora da compra, previamente informado, de fazer uma opção, de fazer a opção de um pagamento com todos esses serviços embutidos, que quem paga é ele, ou então, sem essa opção, pagando cheque, dinheiro ou débito, de uma forma diferenciada. Essa é a grande questão que eu coloco aqui. Porque, afinal, a opção, a liberdade da escolha isso não tem preço. Isso não tem preço... Fazendo aí, e vamos de outras formas pensando alternativas.

Nós temos aí agora nessa série de debates a oportunidade de nós mudarmos isso. E fico muito feliz com a observação dada por vocês, todos são testemunhas, que vocês acham justo essa diferenciação. Fico muito feliz. Acho que é uma probabilidade de estarmos aí com alguém contra essa liberdade ao consumidor que das operadoras não virá, como foi dito aqui.

E na questão da possibilidade da sonegação da venda, é uma observação muito forte. Nós temos a oportunidade de fazer o pagamento por débito, que é tão seguro quanto o outro meio de pagamento. E se você está afirmando isso, você tem que provar. É uma questão de... Simplesmente, quem acusa tem que provar. Só terminar... É rapidinho, rapidinho. Estou acabando.

Eu volto a insistir. Tudo que nós ouvimos está tolido principalmente na questão da opção. Eu quero optar por aquele meio que custa X ou então sem todos aqueles serviços embutidos, algo mais barato.

E na questão da... Do compartilhamento, se pudéssemos ter para os POSs o mesmo tratamento que nós temos hoje já compartilhado pelas redes nos PDVs através dos sistemas dedicados, já seria um grande avanço, tiraria uma grande parcela do custo, principalmente do pequeno que não tem o sistema dedicado. Aí é só vocês quererem. É só uma questão estar homologando equipamento para estar recebendo mais um cartão. Seriam essas considerações.

Muito obrigado pela oportunidade e pela gentileza do Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra... Antes de conceder a palavra ao Dr. Marcelo de Araújo Noronha, o Diretor da ABECs, da Associação Brasileira de Empresas de Cartão de Crédito, Ivo Luiz de Sá Freire quer prestar um esclarecimento.

SR. IVO LUIZ DE SÁ FREIRE VIEITAS JÚNIOR: Obrigado, Sr. Presidente. E eu vou ser muito breve. Agradeço a sua intervenção, Deputado, e acho que para nós é uma oportunidade também de colocar o que... O que são outros pontos de vista, não há resistências. Às vezes fica a impressão de proteção desse ou daquele ponto e na verdade de fato nós estamos buscando uma coisa que seja sustentável.

Vale acrescentar a uma pergunta que fez o Senador Suplicy sobre qual é a vantagem para as pessoas de usar cartão de débito e cartão de crédito. E é interessante e é razoável que essa seja uma pergunta feita por gente que não tem problema de crédito.

Porque de fato então ele tem o que nós chamamos de *multi-homing*(F), não de bandeira, mas de categoria de meio de pagamento e, portanto ele tem o doce problema de decidir se ele vai usar as vantagens do

cartão de crédito ou simplesmente ter um saque efetuado na sua conta bancária naquele momento.

É importante acrescentar que o cartão de crédito tem enorme campo para evoluir na população não "bancarizada" e o cartão de débito, que obviamente é um... Em geral um anexo padrão de todo mundo que tem conta em banco, mas que em geral é usado por quem, vamos dizer, por acaso tenha tido algum tipo de problema com seu histórico de crédito e, portanto tenha que estar disponibilizando seus recursos à vista.

Então, na verdade o que nós estamos dizendo aqui é que todos, cada vez mais, vão se beneficiar de um sistema cada vez mais inclusivo de lojistas e clientes.

Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao último orador inscrito para esta fase, o Diretor da ABECS, Marcelo de Araújo Noronha.

SR. MARCELO DE ARAÚJO NORONHA: Obrigado mais uma vez, Sr. Presidente. Eu vou ser breve em minhas considerações finais.

Eu queria dizer, Deputado, que V. Exa. tocou em alguns pontos importantes, mas antes de mais nada dizer que nós enviamos um ofício à Deputada Ana Arraes, Presidente da Comissão de Defesa dos Consumidores da Câmara, fomos pessoalmente lhe fazer uma visita, teremos o maior prazer em participar de todos os debates da Câmara dos Deputados, não podemos nos furtar a esse debate, o que eu me permito aqui explicar, porque não participamos do último é que nós estamos trabalhando arduamente para entregar um material explicativo, a nossa manifestação à consulta pública para o estudo do Banco Central, SEAE e SDE. Mas estamos à inteira composição da Câmara dos Deputados para colaborar no que for preciso.

Segundo, eu gostaria de fazer umas considerações muito rápidas sobre alguns pontos levantados aqui e agradeço a V. Exa., Senadora Ideli, porque V. Exa. colocou alguns pontos muito pertinentes em relação à indústria, em relação à preocupação dos consumidores, e, obviamente, se a gente for falar de cada um desses pontos, certamente levaríamos a tarde inteira aqui, e não é o caso.

Então eu queria fazer uma sugestão, colocar a ABECS e suas associadas à disposição dos senadores, Sr. Presidente, desta Comissão, também Deputado, da Câmara dos Deputados, para que os Srs. Senadores, Srs. Deputados possam conhecer *in loco* o funcionamento do nosso setor. E aí sim nós vamos ter oportunidade ou mesmo nos outros debates de endereçar pontos levantados aqui.

Acho que houve uma pequena confusão de termos aqui, foi mostrado pelos apresentadores a concentração de mercado nas redes, mais de 90% acho das transações, pelas duas redes, numa das apresentações, isso é concentração de mercado, existe nos outros países do mundo, mas nós naturalmente não aceitamos a história da cartelização, isso me permitam repudiar veementemente em nome do setor.

Eu gostaria também, Senadora, de dizer a V. Exa. que um dado, somente para contribuir e ficamos à disposição para debater todos os pontos, porque a senhora... V. Exa. levantou pontos absolutamente pertinentes, mas que a indústria já compartilha hoje 45% de suas transações. É muito importante deixar isso registrado, Sr. Presidente. Porque nós caminhamos para isso com naturalidade. E podemos depois discorrer oportunamente sobre esse tópico.

E, por fim, discorrer também, se for preciso, sobre a questão do pagamento em D mais dois do comportamento do mercado americano e do significado disso para os consumidores.

Então, me coloco à disposição, assim como a Associação Brasileira de Cartões para participar de qualquer debate de outras exposições mais detalhadas a respeito de qualquer tema e, mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradecemos o convite para participar dessa importante Audiência Pública.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quero agradecer a presença do Sr. José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias do Banco Central do Brasil, do Sr. Marcelo Ramos, Coordenador-Geral de Comunicação e Mídia do Ministério da Fazenda, do chefe da divisão econômica, Sr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, da Confederação Nacional do Comércio.

Quero agradecer aos representantes da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços, ABECS, Diretor Paulo Rogério Caffarelli, Diretor Marcelo de Araújo Noronha, Diretor Ivo Luiz de Sá Freire Vieitas Júnior.

Agradecer a Senadora Ideli Salvatti pela iniciativa de propor essa Audiência Pública, juntamente com o Senador João Tenório e com o Senador Adelmir Santana, agradecer a todos que participaram e encerrar a presente reunião, sem antes convocar uma reunião para a próxima terça-feira, quando esta Comissão estará apreciando uma pauta de projetos.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h26.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, E 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e quatorze minutos, do dia vinte e seis de maio de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, ROBERTO CAVALCANTI, MARCELO CRIVELLA, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, EDUARDO SUPLICY, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS e GIM ARGELLO**.

Justifica a ausência o Senador João Tenório. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões de cada Comissão, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos de nº 19 e 35 de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, com vistas a debater as Políticas Sociais e de Assistência à Saúde voltadas para o Idoso. A Senadora convida para comporem a mesa: o Dr. José Luiz Telles de Almeida – Diretor do Departamento de Ações Programática e Estratégica do Ministério da Saúde – (DAPES), Dra. Maria Alice Toledo – Professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília – (UNB), Dra. Elisa Franco de Assis Costa – Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – (SBGG) e o Sr. João Batista de Medeiros – Gerontólogo Social. A Presidente esclarece que cada convidado terá quinze minutos para suas exposições com tolerância de dois minutos para conclusão. A Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença da Sra. Jovita José Rosa, Conselheira do Conselho Nacional de Saúde (CNS); Dr. Pedro Pablo Magalhães Chacel, Corregedor do Conselho Federal de Medicina; Neuza Marinho de Campos, Coordenadora do Grupo Harmonia; Marya Machado, Assessora Parlamentar do Ministério da Saúde; Dra. Regina Siqueira, Consultora do Senado Federal; Maria Lúcia Dias da Silva Leão, Coordenadora do Grupo Divina Luz; Jorge Sayde, Gerente do Instituto Nacional do Câncer (INCA); Roni Donan, Pesquisador da Universidade Fe-

deral de São Paulo (UNIFESP); Elyo Fernandes, Presidente da Associação dos Idosos do Cruzeiro; Miriam Di Giovanni, Assessora Técnica do Ministério da Saúde; Corina Pereira de Souza, Coordenadora da Associação da Terceira Idade F.V. de Planaltina/DF; Talita Freitas Leite, Assessora Técnica do Conselho Federal de Fonoaudiologia; Marina Recena Grassi, Professora de Atividade Física para a Terceira Idade do GDF e Paulo de Souza, Presidente da Associação da Terceira Idade do Guará. A Presidente coloca em votação um Item Extra-Pauta, sendo o **REQUERIMENTO Nº 40, de 2009 – CAS**: “Nos termos do inciso II do parágrafo 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAUDE) a fim de debater as políticas públicas para a prevenção às queimaduras e a reabilitação de queimados”. **Autor**: Senador Papaléo Paes. **Resultado**: **Aprovado**. Às onze horas e vinte e sete minutos, o Senador José Nery assume a Presidência. Às onze horas e quarenta e dois minutos, o Senador Augusto Botelho assume os trabalhos. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 5ª Reunião Extraordinária Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, e com a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente do Idoso, da 3ª Sessão Legislativa ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior de cada Comissão. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. **Aprovada**.

A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos de nº 19 e 35 de 2009 - CAS, no âmbito do ciclo de debate sobre o SUS, tendo como tema *As Políticas Sociais e de Assistência à Saúde Voltadas para o Idoso*.

Convido os nossos ilustres convidados para tomarem lugar à Mesa. Dr. José Luís Telles de Almeida,

Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde. Dra. Maria Alice Toledo, Professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília, UNB. Dra. Elisa Franco de Assis Costa, Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. O Prof. João Batista de Medeiros, Gerontólogo Social.

Queremos aqui registrar a presença do Senador Flávio Arns, que tem sido sempre um senador muito atuante nessas questões em defesa do idoso, em defesa das ações sociais voltadas exatamente para aqueles que estão acima dos 60 anos, que nós sabemos que hoje no Brasil essa é uma grande preocupação. Graças a Deus a população está vivendo mais, se nós temos que comemorar porque estamos conseguindo fazer com que exista hoje já a possibilidade de se viver mais, mas nós temos que nos preocupar também com as políticas públicas que façam cumprir o estatuto do idoso e a nossa Constituição. O estatuto do idoso no art. 15, diz que é direito de todo o idoso ter assistência integral a sua saúde. Então, nós estamos aqui fazendo um debate dentro de um ciclo de debates que a Comissão de Assuntos Sociais vem promovendo com relação à Saúde Pública e analisando também as ações dentro do Sistema Único de Saúde.

Recebemos, é bem verdade, inúmeras reclamações no nosso estado, por e-mails, por cartas, das pessoas da terceira idade, com relação à falta de medicamento, a falta de assistência nos postos de saúde, enfim, uma série de questão que estão realmente, que nós estamos aqui para analisar e para propor, porque esse ciclo de debate ele tem uma finalidade maior, é analisar como estamos hoje e propor mudanças, trazer ideias que venham a contribuir para que os programas públicos realmente cheguem a atender aqueles que mais precisam. Sabemos que da grande maioria dos idosos aposentados, muitos não têm condições de ter um plano de saúde, a grande maioria não tem condições de ter uma assistência mais adequada à própria condição às suas necessidades. Então, isso tudo é preocupante e nós queremos sim, debater, analisar e propor, para que possamos juntos, Senado Federal, Governo Federal e a sociedade de uma maneira geral. Não adianta a gente querer tapar o sol com a peneira, nós temos é que trazer os nossos problemas que existem e são reais nesse Brasil muito grande, para que nós possamos juntos encontrar caminhos que venham melhorar e que tragam boas soluções.

E por isso que estamos aqui e queremos dizer do nosso agradecimento a todos que foram convidados, que vieram, nós sabemos que todos são profissionais que tem o seu tempo muito tomado em função do seu trabalho, mas não criaram nenhuma dificuldade, muito

pelo contrário, se colocaram extremamente a disposição para aqui estar, porque esse assunto é realmente relevante e importante, e no mundo de hoje, no Brasil que vivemos, sabemos que se hoje já temos 23 milhões de idosos, 23 milhões, o IBGE já projeta para 2030 quase 45 milhões, com um detalhe, as mulheres é um número bem maior. Então nós temos que nos preocupar, porque prevenir é o melhor remédio, se nós não pensarmos hoje, já estamos tendo problemas em função, talvez da falta de preparação para enfrentarmos essa situação, que é muito boa, sabendo que estamos vivendo mais, que isso já é fruto com certeza de outras políticas sociais, políticas públicas que estão dando a condição de que no Brasil possamos já viver mais. Nós queremos sim, é que viviam bem, mas que viviam com qualidade. Então, eu quero agradecer a presença de todos e antes de iniciarmos a exposição de cada convidado, nós queremos informar que os senhores terão 15 minutos para sua exposição, com 2 minutos de tolerância, mas se for necessário, é um assunto tão relevante, tão importante com certeza nós entenderemos e daremos mais tempo.

E logo após as exposições abriremos a palavra aos Srs. Senadores e Senadoras para os seus questionamentos e a lista de inscrição já está aberta. Com a palavra então a Dra. Elisa Franco de Assis Costa, que é Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, SBGG.

Queria só antes de a Dra. Elisa começar a falar, dizer que quando a gente fala idoso, a gente lembra de aposentado. Dizer que uma reunião que foi muito exitosa com o Presidente do Senado, Senador Sarney e o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Michel Temer, ficou acordado que agora em julho, no dia 8 de julho, nós vamos ter apreciação dos vetos(F) polêmicos com relação à aposentadoria. Então, queremos dizer que não estamos... Senador Paim é autor de vários desses projetos, mas nós aqui, Senador Arns, Senadora Rosalba, estamos nessa Comissão, nesse trabalho também de apoiar e de lutarmos, para que possamos ter os aposentados com mais tranquilidade, com mais justiça no reconhecimento do quanto eles contribuíram com seu trabalho para o Brasil.

E às vezes eu digo que aqui estamos hoje em causa própria, porque com certeza todos nós um dia estaremos com mais de 60. E o Prof. João Batista já disse que já está, não é, professor? Já passou dos 60, bastante, graças a Deus. Agora a gente só conta quando passar dos 100. Não parece. Isso é muito bom, antigamente quando dizia assim uma pessoa vendo 100 anos era coisa, meu Deus! Hoje já está acontecendo até com uma certa frequência, isso é muito bom. Mas

que seja podendo caminhar, lúcido, aproveitando a vida, isso é que é bom.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quando a gente diz saúde é vida, exercício é vida, exercício é vida, é saúde, está aí o resultado, Prof. João aqui nos dando aula com essa sua disposição.

Então, vamos começar com a Profa. Elisa Franco de Assis Costa.

SRA. ELISA FRANCO DE ASSIS COSTA: Obrigada, Senadora. E inicialmente eu gostaria de agradecer em nome da Senadora Rosalba Ciarlini o convite por estar aqui apresentando um assunto que há 20 anos, na qualidade de membro da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, há 20 anos eu me dedico ao estudo do envelhecimento e ao cuidado dos idosos, então, nós vamos colocar um pouquinho da visão da Sociedade sobre o problema das políticas sociais de assistência à saúde voltadas para o idoso.

Eu gostaria que você passasse o próximo, por favor. Mais outro. Esse aqui é um dado só para gente... ressaltando o que a senadora falou, mostrando a porcentagem de idosos na nossa população, que aumentou assustadoramente nos últimos 20 anos. Se vocês observarem, os Srs. Senadores e os demais presentes observarem, nós vamos ter um aumento muito grande. Mas o mais importante que eu gostaria de chamar atenção, é o aumento da população que nós chamamos de muito idosos. Pegarmos indivíduos com 80 anos ou mais, eles aumentaram nos últimos dez anos 65% quanto à população total, 21%. E se pegarmos só com 60 anos, 47%. Então, esse grupo, é um grupo muito especial, nós temos que pensar nele e é a população que mais cresce, nos Estados Unidos e nos demais países de língua inglesa ele é chamado de *oldest-old* e tem, inclusive, capítulos especiais para estudar essa população. Hoje equivale a um e meio milhões de pessoas, enquanto que a população idosa, ou seja, mais de 60 anos, 19 milhões. Pode passar o próximo.

A expectativa média de vida do Brasil hoje está em torno de 72 anos, lembrar que aos 60 anos a nossa expectativa de vida é mais ou menos parecida com os países desenvolvidos, ao nascer ela é abaixo e aos 80 ela chega a ser maior que a expectativa de vida de uma mulher americana, por exemplo, uma mulher brasileira aos 80 anos tem chance de viver bem mais que uma mulher americana. Ela foi o maior ganho de expectativa de vida que nós tivemos nos últimos anos, foi da mulher acima dos 60 anos. Então o Brasil teve o maior ganho, foi nessa faixa etária. Então é um grupo

muito especial, que além de nos preocupamos com os de 60, nós vamos ter que nos preocupar com os muito idosos agora também. Pode passar o próximo.

Esse é a população que vai mais crescer mostrando a pirâmide em inversão, de uma pirâmide ao contrário, o aumento nos próximos anos da população, principalmente de mulheres acima de 80 anos. Eu lembro que essa figura parece um furacão e um ciclone, e na verdade é isso que vai acontecer no nosso... com o desafio de política pública, é um verdadeiro ciclone, que nós temos que nos preparar para ele.

Pode passar o próximo. E o que a gente tem que lembrar é que aquilo que era privilégio de poucos, que é chegar à velhice, hoje é norma, menos em países poucos desenvolvidos. E isso é uma conquista, é fruto de política social adequada, de vacina, de melhora de assistência médica, de saneamento, mas é um desafio. Toda vez que a gente recebe uma Promoção a gente não recebe um prêmio, a gente recebe um novo desafio. É a mesma coisa, o país tem uma conquista e tem que lidar com esse desafio, que é o envelhecimento populacional. Pode passar o próximo.

E nesse desafio, nós temos que assegurar que o nosso desenvolvimento, tanto econômico como social, ele ocorra baseado em princípios capazes de garantir a equidade na distribuição de recursos a todos os grupos e a todas as faixas etárias. Não só de recursos, mas também de responsabilidade social, é importante lembrar que o idoso tem responsabilidade social. Pode passar o próximo.

O que acontece com desafios para sistema de saúde, você tem uma carga maior de pessoas idosas na população, você aumenta o número de doenças crônicas e o número de pessoas com incapacidade e uso de serviço de saúde. E ainda tem uma outra situação, se você tem... 50 a 60% das pessoas com mais de 60 anos tem hipertensão arterial. Se você detecta hipertensão arterial precocemente, para evitar as complicações da hipertensão, por exemplo, derrame, esse indivíduo tem que ir no sistema de saúde, você evita, ele vive mais, mas vai viver mais tempo tendo que fazer exames, tomar remédios, porque a doença não tem cura. E aí mais gastos ainda. Então um sistema funcionando, detectando precoce doença crônica, ele coloca o indivíduo mais tempo. Isso é um desafio também no serviço, pode passar o próximo.

E uma comparação, a gente se preocupa muito com o dado percentual de idosos na população, nós estamos com 10.4%. Mas se nós levamos em consideração o número absoluto, eu vou comparar com um país que tem uma rede, rede básica de saúde boa, que é o Canadá. Canadá hoje tem seis milhões de pessoas com mais de 60 anos, isso equivale a 19%

da população, o Brasil tem três vezes mais, três vezes mais e isso é uma carga. Então nós vamos ter vezes mais hipertensos, três vezes mais idosos diabéticos, do que o Canadá. Em termo de desafio para saúde é um número absoluto que conta, esqueça o número relativo. Isso é que o nosso problema. Hoje nós estamos numa situação muito mais difícil que o Canadá. Pode passar o próximo.

E por que é que é difícil? Esse é um slide que não está adequado, mas é só para resumir, lembrar que os idosos consomem mais serviço de saúde. E os muitos idosos, eles perambulam para os serviços de especialidades médicas. Quem não conhece um avô, um tio avô que vai em três, quatro médicos: cardiologista, reumatologista, endocrinologista. As doenças perduram por anos, elas um diagnóstico mais complexo porque eles têm uma manifestação atípica, necessitam de acompanhamento constante, medicação contínua e exame periódico. Fora que eles internam mais, geralmente vindo da urgência, internação, o tratamento é mais complexo, fica mais tempo no leito, readmitido com maior frequência nos primeiros três meses após a alta, e necessitam mais de serviço de reabilitação e de instituições de longa permanência, que é asilo. Então, esse grupo, ele demanda mais serviços de saúde por todos esses motivos.

E eu vou mostrar agora alguns gráficos que comprovam isso, pode passar o próximo. Eu vou falar muito mais de hospital e de urgência de paciente crítico, de paciente frágil, e a Dra. Maria Alice, nós dividimos um pouco, vai falar muito de demência, de ambulatorios. É claro que há uma superposição, mas nós tentamos dividir um pouco. Isso aqui mostrando a porcentagem de idosos que tem pelo menos três ou mais doenças crônicas, 30%. Então, lembrando que daqueles 19 milhões, 6 milhões tem doença crônica. No Canadá, 30% 2 milhões, nós temos três vezes mais idosos com doenças crônicas no Canadá, pode passar um próximo.

Isso é dado interessante é um trabalho americano, mas eu gosto de trazer, porque a Barbara Starfield é a pessoa que mais estuda essa situação de comorbidade, ou seja, de doenças crônicas coexistindo. É aquele indivíduo que tem artrose, enfisema, hipertensão e diabetes. O indivíduo que tem baixa comorbidade, ou seja, pouca doença crônica, ele consulta mais o clínico. O indivíduo que tem muita comorbidade, ele consulta mais o especialista, três ou mais visitas aos especialistas nos últimos 12 meses. Então é gasto em saúde. Pode passar o próximo.

E aqui mostrando um dado já nacional, pela pesquisa nacional por amostra de domicílio, mostrando que 44% dos idosos brasileiros tiveram três ou mais consultas no último ano. Pode passar o próximo.

E aqui é o índice de internação hospitalizar, o amarelinho são as mulheres e o azul claro os homens. Há um pico de internação na infância, posteriormente um pico da mulher na fase fértil, que é parto e puerpério, e aumenta assustadoramente o número de internações, e taxa de utilização de internações pela SUS na população geriátrica. Isso é um dado, é uma coisa que no Brasil e no mundo inteiro. Pode passar o próximo.

E a mortalidade desse idoso internado é maior, isso aqui é a mortalidade, isso que eu retirei agora a poucos dias da SUS, mostrando que a mortalidade de indivíduos com mais de 60 anos, principalmente dos homens, dentro do hospital é maior. Então nós temos um problema, que é internam mais e a gente tem que ter mais cuidados com essa internação. Pode passar o próximo.

E o gasto com a internação, isso aqui já é um estudo também, publicado na Revista do Sistema Único, na Epidemiologia e Serviços de Saúde, mostrando, esse aqui é a proporção gasto por tamanho da população, olha, os indivíduos com mais de 80 anos, os muitos idosos gastam 3.7 enquanto 0,7 em relação aos indivíduos jovens, os idosos como um todo, 2.6, e eles internam mais em relação à porcentagem da população que eles correspondem. Pode passar o próximo. O próximo, por favor.

Esse é um dado interessante, existem doenças que são consideradas sensíveis de atenção primária, ou seja, quando interna muito esse tipo de doença, a atenção primária ou a rede básica não está boa. Vocês observam que houve uma melhora, a linha de cima é a linha de 1999 e a linha de baixo 2006, reduziu a internação por condições sensíveis à atenção básica. Mas continua muito alta em idosos, sabe por quê? Um exemplo é pneumonia pelo germe pneumococo. Ela poderia ser evitada com atenção básica, só que o idoso vai continuar internando muito, porque muitas vezes não dá como diagnosticar na atenção básica, porque esse idoso tem apresentação atípica, ele chega de uma forma diferente, e principalmente o muito idoso que é a população que vai mais crescer. Então, isso é uma medida difícil na população idosa, pode passar o próximo.

E aqui mostrando, é um trabalho de São Paulo, mostrando que a maioria das internações de idosos são pacientes vindos do pronto-socorro, 52%. E esses pacientes que vieram do pronto-socorro geralmente, eles tinham mais incapacidade, 63%, para andar, para se vestir sozinho, para tomar banho. E a gente sabe que um indivíduo que tem esse tipo de incapacidade, independente da doença e da gravidade da doença, ele tem pior prognóstico para internação. Então, o idoso

interna mais, através da urgência, interna mais e ele tem pior prognóstico. Pode passar o próximo.

E aqui é um dado de hospital próximo, que é um hospital que eu tenho acesso que é um hospital de urgência, um hospital de urgências de Goiânia, mostrando que o atendimento é de 9 a 11% de idosos, 25 a 30% ficam internados diariamente, os leitos são ocupados por idosos, porque colocá-los na rede conveniada SUS não tem como, eles não aceitam. E em torno de 20% passaram por outro hospital nos últimos três meses, isso é uma coisa muito importante. Eles rodam por hospitais e vão tendo a sua doença agravada, até chegar uma situação que poderia ser evitada, se houvesse uma visão melhor do atendimento do idoso. Pode passar o próximo.

Mostrando aqui, o gasto internações por fratura de Fêmur, que é a fratura osteoporótica, como aumentou nos últimos de 2005 a 2008, ou seja, em três anos as internações pela fratura aumentaram 8% e os gastos com esse tipo de internação, 20% no SUS, pode passar o próximo.

Mostrando aqui que a principal causa de internação por causa externa em indivíduos idosos, principalmente nas mulheres, são quedas, as quedas são responsáveis pela maioria das internações por causa externas, ou seja... Mas é importante lembrar que acidente de transportes também acomete muito o idoso, principalmente o atropelamento, quem vive isso vê atentamente, então tudo isso é gasto de saúde. Pode passar o próximo.

E aqui mostrando o número, um trabalho da Profa. Maria Fernanda Lima Costa, mostrando a tendência de mortalidade, mostrando que o número de idosos, principalmente muito idosos, com mais de 80 anos, que falecem sem assistência médica no Brasil. Esse dado a professora assustou quando ela foi ver os dados do Data SUS e os dados de atestado de óbito, não, do sistema de mortalidade, e viu isso. A grande porcentagem de idosos falecem sem assistência médica, principalmente de muito idosos. Pode passar o próximo.

Isso para sociedade é ruim, porque dá uma sensação de descaso do sistema. Para o filho dessas pessoas, para os filhos, para família é uma sensação ruim. E o idoso tem mais incapacidade, isso é um trabalho brasileiro publicado numa revista britânica, mostrando como aumenta a incapacidade para alimentar-se, para andar pequenas distâncias e distâncias maiores com o envelhecimento. Quando chega a ter incapacidade para alimentar-se sem a ajuda de terceiro, é incapacidade grave, isso pode ser prevenido. O objetivo do atendimento médico geriátrico, do atendimento ao idoso é prevenir e retardar a incapacidade. Principalmente a incapacidade para atividades de vida diária, se vestir,

tomar banho, se cuidar sozinho. Isso que demanda o cuidado de outro e um grande problema. Pode passar o próximo.

E aqui mostrando... E leva na maioria dos países essas poucas a serem colocadas em instituições de longa permanência, ou seja, asilos. Essas pessoas recebem isso, tá? Eu sei que eu tenho mais dois minutos. E no Brasil nós temos poucos asilos ainda, não é que nós não colocamos, é que nós não temos instituições e nós vamos ter que lidar com esse problema. Pode passar o próximo.

E aqui esses idosos residentes de instituições, mostrando um trabalho, americano, eles internam mais, dado em torno de 25% de internações e readmitidos com frequência. E aqui dados de Goiânia, é um censo das instituições de longa permanência de Goiânia, 28% tiveram pelo menos uma internação no último ano, principalmente por quedas e problemas pulmonares, que podem ser evitados. Pode passar o próximo.

A maioria da nossa população usa o SUS, mesmo aqueles que têm saúde suplementar ou usam o serviço particular, eles acabam por usar o SUS. E um dado também da professora Maria Fernanda de Lima Costa, mostra que aqueles idosos que utilizaram o SUS no trabalho que ela fez, eles tinham piores condições de saúde, visitavam menos o médico, usavam o menor número de medicamentos prescritos, mas estavam satisfeitos. Tem um trabalho dizendo que eles estavam satisfeitos. E eu lembro do meu avô que dizia que a alguns anos atrás o Brasil era muito pior, não tinha médico. Melhorou muito, mas nós precisamos melhorar mais ainda. Pode passar o próximo.

E o problema que eu acho que eu contesto aqui é a política nacional. Na política nacional de saúde do idoso, considera-se idosos frágeis os que vivem em asilos e mais de 75 anos. Nós sabemos que nem todo o indivíduo com mais de 75 anos, do ponto de vista de fragilidade biológica, que isso é um síndrome geriátrica, a fragilidade, com características próprias. E não é nem todo, e aí é um problema. É vago a política, o que fazer com os frágeis? Você está detectando muito mais frágil, deixando de detectar quem realmente é, e não tem bem claro o que fazer com eles. Pode passar o próximo.

Nós vamos ter uma demanda maior por recursos humanos, principalmente porque se você tem serviços como reabilitação, internação domiciliar, centro dia, o recurso desse serviço é humano. E há uma cobrança, principalmente por causa das leis, uma expectativa maior da sociedade com relação ao idoso, o atendimento que o idoso tem que receber. Se vocês pensarem, ninguém mais aceita o idoso no quarto sendo, não recebendo nenhuma atenção médica. "Já está

velho não precisa cuidar”, isso não existe mais, a sociedade cobra, a família cobra, o próprio idoso exige. Pode passar o próximo.

E aí mostrando um recurso humano, a especialização em Geriatria, que a residência médica é o padrão ouro em especialização no mundo inteiro, tá, mostrando que nós temos só 60 vagas no Brasil, com 21 programas concentrados na região Sudeste, 40% na região Sul. Eu vou pedir a Senadora mais dois minutinhos, se ela não importar, e aos demais Senadores. Concentrando no Estado de São Paulo. Pode passar o próximo.

Houve um crescimento muito grande de 1980 para cá, há tanto de serviço de residência como indivíduos especializados, mas esse número é aquém do necessário. Pode passar o próximo.

E qual é o número? Esse é um dado interessante. Os maiores idosos não precisa do especialista em Geriatria, assim como a maioria dos hipertensos não precisa do cardiologista, a maioria dos diabéticos pode ser cuidados na rede básica, não necessariamente pelo especialista, que gasta muito tempo para se formar. 75% dos idosos podem ser atendidos na rede básica, um médico... Só que eles têm que receber capacitação para atender. O PSF, por exemplo. Então, na necessidade atual seriam 15 mil indivíduos com essa capacitação e 25 têm problemas muito complexos que sim necessitariam de geriatras. E um para cada mil, que é a proporção da Organização Mundial de Saúde, isso requeriria hoje no Brasil 5 mil geriatras, nós temos 744 geriatras no país, titulados, geriatras titulados, 744. Formam-se 56 por ano nas residências médicas. Além do que nós vamos precisar outros especialistas, como por exemplo, oftalmologista, vai aumentar a necessidade de oftalmologista com o envelhecimento populacional. Então, nós temos que investir também na formação de recursos humanos. Pode passar o próximo.

E aí eu coloco algumas coisas. A legislação diz que tem colocar a adequação a atendimento ao idoso e as responsabilidades, mas nós não conseguimos ainda que os gestores percebessem a importância do envelhecimento populacional. A legislação assume, inclusive, a política nacional do idoso que o problema maior é perder a incapacidade, mas a reabilitação ainda não é efetiva no SUS, com exceção de algumas regiões. Providência para implantar serviços especializados, mas eles não são vistos, por exemplo, na minha região, na minha cidade tem um centro de referência, mas ele não cabe na rede SUS, se o idoso passa mal lá, tem que ir para o CAES de novo para ir para um pronto-socorro, isso não existe, fica perambulando. A fragilidade é reconhecida na política, mas não tem parâmetros claros para detectá-la. E o estatuto fala em

especialista, mas não estimula a formação de capacitação e especialização. Pode passar o próximo.

Então, apesar dos demógrafos e epidemiologistas demonstrarem o desafio no envelhecimento, a gente precisa que os gestores mudem os conceitos enraizados, considere o idoso como prioridade, e implantem política de estado e não de governo, que realmente resulte na distribuição equânime do serviço de saúde para esse grupo populacional. Pode passar o próximo.

E as políticas públicas, elas são muito para prevenção, mas tem que ter os serviços multiprofissionais habilitados e os serviços de reabilitação, seria isso um serviço de saúde, que é a proposição do Robledo para um país em desenvolvimento. Pode passar o próximo.

A proposta que eu tenho, e que a sociedade faz, é o seguinte: Implantar e a executar o que já está ali já estabelecido, tanto na Legislação como na política, não temos que criar coisas novas, mas implantar. Pode passar o próximo.

E para terminar, é uma frase do Prof. Mário Sayeg, da Fiocruz, que falecido recentemente, que ele diz que nós temos um conjunto de leis bom para proteger o idoso, só que os gestores precisam basear-se em dados confiáveis, ou seja, eles precisam olhar as estatísticas para implantar os programas e usar esses recursos, que são escassos, de maneira racional e resolutive. É um professor da Fiocruz, um admirado na gerontologia brasileira, que eu acho que é isso aí. Nós temos um conjunto, basta nós executarmos. A minha proposta, a proposta da sociedade brasileira de Geriatria, é que se execute o que tem.

Muito obrigada e desculpe ter ultrapassado muito tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós é que agradecemos, não temos nada que desculpar, o tempo que a senhora ultrapassou foi um tempo muito válido para todos nós. Eu gostaria de agradecer a Dra. Elisa, dizer agora, antes de passar a palavra para o Prof. João Batista de Madeiros, eu quero registrar a presença da Conselheira Nacional Jovita José Rosa, Conselho Nacional de Saúde; do Dr. Pedro, Pedro Pablo Magalhães Chacel, que é corregedor do Conselho Federal de Medicina. Seja sempre muito bem-vindo Dr. Pedro. Neuza Marinho de Campos, coordenadora do grupo Harmonia e também a presença aqui da nossa amiga Maricota, aqui do Ministério da Saúde [risos].

Bem, então passamos a palavra à professora... Sim, eu também queria agradecer ao Prof. João Batista de Medeiros, esse livrinho, mas um livrinho no sentido não diminutivo, porque ele é pequenininho para ser mais prático para leitura, mas na realidade

ele é muito grande nas suas observações, nas suas orientações. “À Senadora Rosalba Ciarlini com votos de saúde, e paz, luz e ainda mais sucesso”, muito obrigada professor, Prof. João Batista. “Viva bem sua idade, bons conselhos”.

Então eu quero passar a palavra agora para o Prof. João, exatamente para o Prof. João Batista de Medeiros, que é Gerontólogo Social. Na realidade, professora, quando a senhora falava ainda... Infelizmente nós temos um número de profissionais que trabalham nessa área, ainda muito pequenos, no Brasil, geriatras não chegam a 800. E gerontólogo, se eu não estou enganada, talvez seja em torno de 400. Então, realmente é uma... E todos nós precisamos, sim, de políticas públicas, de profissionalização, de capacitação, de preparação, de incentivo a profissionais nessa área, já que a tendência é só crescer, é só crescente, na população acima de 60 anos. Então, passamos a palavra ao Prof. João Batista.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: Ilustre Senadora Rosalba Ciarlini, nobre presidente desses trabalhos. Dr. José Luís Telles de Almeida, Dra. Maria Alice Toledo e Dra. Elisa Franco de Assis Costa.

Eu sou um pouco diferente na minha exposição por esse Brasil lá fora eu não uso esses dados. Eu procuro interagir e olhar nos olhos das pessoas de forma a procurar transmitir-lhes aquilo que eu estou sentindo mesmo. E como sempre, eu trago um improviso junto comigo para não distorcer nada. Aconteceu várias vezes. E eu gostaria de começar conversando sobre o envelhecimento humano, porque só existem dois caminhos para o ser humano: Ou morre quando jovem ou fica velho, não tem jeito. Então, eu gostaria de ler aqui um artigo que eu escrevi.

Os seres humanos deveriam se preparar para o futuro, renunciando ao imediatismo da vida moderna, que impede as pessoas de pensarem no amanhã. Uma das consequências dessa pressa toda de viver é o desconhecimento da realidade natural, especialmente a que representa a chegada e a ultrapassagem dos 40 anos de idade.

A Gerontologia Social e a Geriatria são as ciências que tratam do envelhecimento humano, elas contêm as informações que podem ajudar a vencer os desafios que começam a aparecer na vida dos que entram na fase física da maturidade, e esse segmento tem muita pressa, por razões óbvias. A política nacional de proteção aos envelhecidos, que tem no Estatuto do Idoso sua maior força, quando for aplicada integralmente, fará desaparecer os preconceitos e as discriminações em relação ao envelhecimento humano. O Brasil possuiu hoje uma população de cerca de 23 milhões de pessoas com idade acima de 60 anos. Uma das muitas

causas do pequeno número de ações em favor dos envelhecidos brasileiros por parte da sociedade e autoridades, é o pouco conhecimento do envelhecimento na intensidade desejada, tanto que são poucas as universidades que oferecem cursos nessa especialidade, e os existentes, os cursos existentes não recebem a devida divulgação da grande mídia.

Para os menos informados, aqui estão algumas dicas que poderão ser úteis. O surgimento de fios de cabelo branco e o aparecimento de um pouco de cansaço físico no fim de cada dia, são alguns indícios de que a juventude plena está dando lugar ao amadurecimento que antecede a chegada do envelhecimento. O mito criado de que os homens, com a chegada do envelhecimento devem reduzir as atividades sociais, desinteressar-se por sexo, voltar para casa, vestir um pijama, aprender a fumar cachimbo, e ficar ao lado da mulher que está sentada fazendo tricô, sentada em uma cadeira de balanço, isso tudo precisa ser vencido com toda a urgência possível. Essa sentença vale também para as mulheres, ressalvadas as diferenças óbvias, já que algumas delas, por desconhecimento dos ditames da Gerontologia Social, aos alcançarem as idades dos 40, 50, 60 anos, começam a achar que o marido ou namorado já não as estão olhando como alguns anos, começando a sentirem velhas. Não é nada disso, a chegada dessa idade, trazem em seu bojo experiências importantes para vida social, sexual, cultural e muitos, muitos desafios que devem e podem ser vencidos. É fundamental que estejamos conscientes de que a chegada da maturidade é aquela fase que permitirá colocar em prática os conhecimentos adquiridos e como seres fortes e decididos, conquistar o direito de desfrutar uma vida equilibrada e ativa em todos os sentidos.

O Brasil, que entrou na globalização tentando igualar-se aos demais países já desenvolvidos, precisa colocar em prática o que já se faz lá fora em prol da valorização dos envelhecidos, porque dentro de 20 ou 30 anos teremos a 6ª população idosa do mundo. Ou o Brasil se apressa em suas ações, ou acontecerá o que previu o Geriatra, Presidente da Sociedade Internacional de Gerontologia, Geriatria e Gerontologia Social, Professor da UNB, Dr. Renato Maia Guimarães, perante a Subcomissão Permanente do Idoso do Senado. Ele diz: “*Se não forem adotadas providências urgentes em favor da valorização dos idosos, chegaremos aos 3º milênio tendo além de criança de rua, idosos de rua*”.

Eu agora gostaria de abordar a questão bastante, mas profunda na questão da saúde do idoso. O art. 15 do Estatuto determina: “*É assegurada a atenção integral à saúde do idoso por intermédio do Sistema*

Único de Saúde, SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços para prevenção, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente aos idosos. § 1º: A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de cadastramento da população idosa em base territorial". Não existe, não conheço uma instituição que tenha feito isso, pelo menos aqui no Distrito Federal. *"Atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios. 3º unidades geriátricas de referência com pessoal especializado nas áreas de Geriatria e Gerontologia Social"*. Aqui no Distrito Federal, eu era assessor do Governador na época, demos a sugestão, os idosos e nos reunimos, e debatemos e criamos um Projeto de Lei que tomou o número na Câmara Distrital de 233 de 15 de janeiro de 1992, eu vou ler a Lei, que virou Lei: "Dispõe sobre a implantação de ambulatórios e clínicas geriátricas na rede hospitalar do Distrito Federal. *"O Governador do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º: o Governador do Distrito Federal dotará a rede hospitalar da área pública de ambulatórios e clínicas geriátricas. Art. 2º: o Poder Executivo destinará recursos orçamentários, julgados necessários à implantação nas unidades especificadas no artigo anterior. O Poder Executivo destacará do orçamento de investimento e custeio de saúde do Distrito Federal, os recursos necessários à implantação dos ambulatórios e clínicas geriátricas na rede hospitalar pública. Revogam-se as exposições encontradas e etc, etc."* Agora vem a grande... Até hoje só um hospital está cumprindo essa Lei, o Hospital da Cidade Satélite do Guará, que mantém em funcionamento uma clínica e enfermaria geriátrica, o único.

As autoridades que governam o Distrito Federal alegam que faltam profissionais especializados, mas até essa data nenhum concurso foi realizado para contratar profissionais para o quadro de saúde do Distrito Federal. É triste informar, mas só um médico geriatra está trabalhando no Distrito Federal, no corpo de medicina da secretaria de saúde do Distrito Federal, e ele atende no Guará. É triste. Enquanto em Brasília já existem mais de 170.000 pessoas com mais de 60 anos e só um médico geriatra.

O decreto 1548 de 15 de junho de 97 dispõe sobre o atendimento prioritário nos centros de saúde do Distrito Federal. Alguns postos de saúde obedecem esse decreto, muitos não. O atendimento domiciliar do idoso é o art. 4º, atendimento domiciliar incluindo a internação para a população que dele necessitar e esteja impossibilitado de se locomover, inclusive, para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas,

filantrópicas ou sem fins lucrativos, e eventualmente conveniadas com o poder público nos meios urbano, urbano e rural. Art. 5º: reabilitação orientada para a Geriatria, Gerontologia, para a redução de sequelas decorrentes do agravo da saúde. É importante, não existem médicos geriatras e enfermeiros especializados no atendimento aos idosos nas equipes domiciliares no Distrito Federal. O § 2º diz: "Incumbe ao poder público fornecer aos idosos gratuitamente medicamentos, especialmente os do uso continuado, assim como prótese, órtese e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação e reabilitação. São grandes as filas dos postos de saúde e muitas, mas muitas reclamações pela falta de medicamentos necessários ao tratamento dos idosos. Aqui no Distrito Federal, vejam, na capital da república. Eu fico pensando nas cidades do interior.

Dou meu testemunho, fui convidado recentemente para assumir, foi o convite do atual Governador, para assumir a coordenação geral dos assuntos do idoso no governo do Distrito Federal. Antes de aceitar e negociar, fui consultar os planos de saúde, para mim e para a minha esposa. Nenhuma corretora de planos de saúde me fez proposta, e na sedes de duas empresas que visitei, disseram-me que só faziam planos coletivos para empresas e órgãos públicos. Fui enrolado por atendentes, e quando forcei a barra, querendo falar com a direção das empresas, vieram com planos individuais que devido a nossa idade, minha e da minha esposa, que ultrapassa os 70 anos, custariam mais de 3 mil reais para o casal. Isso é terrível, pois o § 3º do estatuto é bem claro: é vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade. E onde está a lei, minha gente? Os idosos estão sofrendo e não aparece ninguém para nos defender, eu não vejo ninguém. Será que os planos de saúde são tão fortes assim? O § 4º do estatuto do idoso determina, os idosos portadores de deficiências ou com limitações incapacitantes, terão atendimento especializado nos termos da lei. Que jeito, se não tem profissionais, devido à falta de profissionais especializados.

E agora, vão duas informações que eu discuto com qualquer técnico. Médicos geriatras clinicando no Brasil, nas grandes cidades, nas capitais, vejam bem, e a maioria deles particular, cobrando 300 a 350, porque não aceitam planos de saúde, eles não aceitam plano de saúde, então tem que pagar a consulta, 300, 350 foi a última que eu tive que pagar. Então, existe cerca de 900 profissionais para atender os mais de 23 milhões de pessoas idosas. Mais de 99% estão clinicando nos grandes centros urbanos, o idoso do interior está abandonado mesmo.

Agora vem a minha profissão, Gerontólogo Social. A Gerontologia Social muita gente não sabe nem o que é. Os médicos geriatras cuidam da saúde física do envelhecido, o geriatra cuida da cabeça. Trata da vida social do idoso, orienta, ele vem da linha da psicologia, é a vida psicológica do idoso. Existem cerca de 400 gerontólogos sociais em atividades no Brasil, e vejam bem para atender as 23 milhões pessoas de envelhecidas. Porque aqueles dados técnicos são dados do IBGE, mas eu não consegui essas informações, consegui projeções dentro do próprio IBGE, que nós estaremos com mais de 20 milhões, cerca de 23 milhões que vai aparecer no próximo censo.

Agora eu tenho um testemunho aqui do Distrito Federal, que eu recebi agora de manhã. É de uma enfermeira que eu não vou dizer o nome, porque ele ainda está em atividade como enfermeira nos hospitais de Distrito Federal. O SUS no DF, no Distrito Federal. Apesar de todas as vantagens que o SUS possibilitou, como cirurgias bariátricas, neurocirurgias, medicina nuclear, entre outros, a terceirização dos serviços quando a unidade de saúde não os possui, a possibilidade de parcerias, a situação dos idosos continua preocupante, ainda encontramos - preciso de dois minutinhos só - ainda encontramos no DF idosos que tem de ir para fila de marcação de consulta de madrugada. A demanda de outros estados é grande, mas não é só o motivo para os idosos continuarem sofrendo. Vemos todos os dias na mídia determinações judiciais que não são cumpridas. Há dois anos ou mais, não há mutirão de catarata nos serviços de médicos do SUS, e falta... o argumento: faltam lentes para serem colocadas. Sabemos estatisticamente que 90% dos idosos têm problemas visuais, o principal empecilho para se ter qualidade de vida autônoma. Os exames de maior complexidade, como mamografia, tomografia, exames computadorizados, os idosos não têm acesso, só se tiveram a sorte de ter um parente ou amigo na rede de saúde. Quem necessita de medicação de uso contínuo é o que mais sofre, quando a medicação chega na unidade de saúde, se ele não tiver conhecimento logo quando vai procurar, já acabou, é só receber a metade receita prescrita. E por aí vai. Então, isso é uma denúncia de uma enfermeira, que se as autoridades puderem resolver, nós estaremos aí.

Bem, isso aqui eu não vou ler porque não dá tempo, mas vai ficar para primeira Reunião de Subcomissão Permanente do Idoso. São os artigos do Estatuto do Idoso que estão cumpridos. Todo o Estatuto do Idoso, Lei 10.741 e a Lei 8.842 que criou a Política Nacional do Idoso. Eu gostaria de encerrar a minha participação agradecendo de coração e pedindo perdão pela demora e dizer ainda o seguinte: Não temos

que temer o envelhecimento, envelhecer não dói. Eu estou com 76 anos, continuo trabalhando e a semana passada o Senador me perguntou: "*Professor o senhor já encomendou a bengala?*", digo: "*Por que bengala? O dia que eu tiver que usar bengala eu não venho trabalhar mais, vou cuidar de minha saúde*", diz ele: "*Não, porque meu mandato termina, quando terminar o senhor já vai estar com 78 anos*", eu digo: "*Olha, então se prepara, o senhor vai ter que me atuar até o fim do seu mandato, se Deus continuar me ajudando, como está ajudando agora*".

E encerrando, é uma sugestão para todos aqui presentes. Eu descobri em 1988 um vírus que mata os aposentados em dois ou três anos, eu até denominei esse vírus de CRTC, vírus CRTC, que eu não estou biólogo, mas botei, nomei, por quê? Em dois anos o aposentado que adquire esse vírus morre, chama-se cama, rádio, televisão e cama, cama, rádio, televisão e cama. O aposentado que entrar nessa rotina, eu vou ter que ir no enterro dele dois anos, ou três anos depois. Muito obrigado e desculpe, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Cama, rádio, televisão e cama! Prof. João, isso já é um bom conselho. Olha, nós queremos dizer o quanto foi importante a sua participação, Prof. João, o senhor nos traz aqui, inclusive, essas denúncias que feitas por uma enfermeira, eu tenho certeza que no Brasil todo, nós encontramos a cada instante denúncias desta natureza. Inclusive os planos de saúde realmente isso precisa, não pode continuar.

Bem, nós vamos agora passar a palavra... Eu queria aqui registrar a presença do Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, Senador Augusto Botelho, do Senador João Durval, do Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Marcelo Crivella e o Senador Papaléo, que é o Vice-Presidente da Comissão de Saúde, e que também é Relator desses Ciclos de Debates, onde nós queremos, ao final debatendo todas as questões relacionadas com saúde que estão sendo levantadas na Comissão, trazidas pelos senadores, solicitando Audiências, nós possamos entregar ao próprio Ministério e à presidência da Casa um documento com sugestões com todo um relatório do que foi possível analisarmos, as denúncias que recebemos, enfim... Porque realmente vem a contribuir para o trabalho das políticas públicas voltadas à saúde do idoso. E também vai ser um grande instrumento de formações para os Projetos de Lei, para as nossas propostas como legisladores, que venha a melhorar realmente a questão de idoso.

Vamos aqui também fazer, eu queria dizer da nossa alegria de estarmos também aqui com a Dra. Regina Siqueira, que é consultora, que vem acompa-

nhando todas as audiências aqui na nossa Comissão, muito obrigada Regina, pelo trabalho que é feito pela consultoria da Casa, porque nós sempre devemos mostrar o quanto a consultoria é importante, porque nos acompanha e orienta, e dá todo um apoio necessário para que possamos desempenhar bem o nosso mandato.

E eu queria também registrar a presença de Maria Lúcia Dias da Silva Leão, coordenadora do grupo Divina Luz. Jorge Said, representante do Dr. Santini, Diretor-Presidente do INCA, ele é gerente do INCA. Obrigada pela presença. Roni Donan, pesquisador da UNIFESP, bem-vindo. Hélio Fernandes, da UID(F), Presidente da Associação dos Idosos do Cruzeiro, obrigada por ter vindo. Miriam Di Giovanni, presença da mulher é muito importante, já que nós somos maioria também nos idosos. Corina Pereira de Souza, coordenadora da Associação da Terceira Idade de Planaltina. Muito obrigada, D. Corina.

Então vamos continuar agora com a Dra. Maria Alice Toledo, Professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília, UNB.

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Bom bom-dia, Senadora, Senadores, a todos presentes, eu vou pedir permissão, na verdade, para falar de pé, porque eu acho que apresentação ela compete muito com a pessoa e a inteiração, eu acho que fica um pouquinho melhor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Fique à vontade, Dra. Maria Alice, e a senhora como psiquiatra, entende muito bem de como chegar melhor para o nosso entendimento. Com certeza.

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Bom, assim, eu acho que na verdade, há inteiração, porque uma pessoa falando de lá e todos olhando para cá, fica um pouco melhor, e talvez o vício também, por ser professora. Além de psiquiatra, eu sou professora de Geriatria da universidade de Brasília, e coordeno o programa de residência médica, uma das poucas residências que a gente tem, a gente conseguiu três vagas aqui em Brasília. A próxima, por favor.

Nós estamos atualmente com 6 residentes, três R2 e três R1, então, como até já foi exposto, Elisa mostrou muito bem em relação à pirâmide, o crescimento da população idosa, ela já é um desafio no ponto de vista tanto econômico quanto social. Aí a gente fica a frente desse novo paradigma, necessidade de estudos e de um dimensionamento dessas demandas futuras do idoso na saúde. E inclusive, eu gostaria de lembrar a saúde mental, não só a saúde de corpo, mas a saúde também do que nós psiquiatras chamamos também de... seria a alma, não é? Próximo, por favor.

Então, aqui tem a mesma pirâmide, que vocês já viram, do Brasil como um todo, mostrando agora por regiões. Então, a gente vê que o envelhecimento, ele ocorre em todas as regiões e a gente tem algumas regiões em que já tem a pirâmide, já não mais com essa base alargada, mas um formato um pouco mais cilíndrico, tanto no Sul quanto no Sudeste, semelhante à pirâmide de países, como, por exemplo, a França. Mas mesmo, por exemplo, Nordeste, Norte, onde a gente ainda tem uma base muito alargada, com uma natalidade ainda mais alta, mas a gente já tem também o ápice dessa pirâmide crescendo com um envelhecimento, é o número absoluto é bastante grande. Próximo.

Aqui são projeções, e são projeções que não tem como a gente fechar os olhos. Na verdade, e tanto em 2010 quanto em 2050, em 2050, praticamente a pirâmide, ela vira um cilindro, vai virar um cilindro, então, assim, o aumento do número de pessoas mais idosas é um desafio, realmente, nessa área de saúde. Próximo.

E se a gente compara também em relação ao percentual de população, a gente vê desde de 1950 e uma projeção para 2050, a gente vê que a população de 65 anos ou mais, caracterizada por essa faixa vermelha, é a população que mais cresce. A população infantil, com a queda da taxa de natalidade, a gente vê que há uma diminuição. Então, a população que mais cresce é a população do idoso. Próximo, por favor.

De maneira que a gente já tenha atualmente cerca de 20, a 23 milhões de indivíduos idosos e a projeção para o ano de 2025 é que a gente tenha 32 milhões de idosos. Então, isso requer medidas urgentes, do ponto de vista de saúde. O próximo.

Se a gente pegar, por exemplo, uma doença, doença de Alzheimer, que atualmente é um desafio no mundo inteiro, porque o principal fator de risco para doença de Alzheimer é o próprio envelhecimento. Então, assim, a gente observa que com o progredir, o avançar dos anos, existe uma progressão geométrica, exponencial, aliás. E a se a gente pega, na melhor das hipóteses, uma prevalência de 1.6 de indivíduos de doença de Alzheimer, fazer um cálculo de cerca de 20 milhões, nós vamos ter a projeção, na verdade, aqui para 32 milhões de 512 mil indivíduos com doença de Alzheimer. Então, é um contingente muito grande, e uma... E assim, é um... Tem características, na verdade, é uma doença que ela não fica no hospital, ela fica na família. Dá um custo muito grande para a família, não só com medicações, como a infraestrutura que esse familiar tem que ter, muitas vezes sem, inclusive, nem sabe como lidar com isso de ter que ter o cuidador, e aí passar por... Porque antigamente a gente tinha as

mulheres cuidando das crianças, e posteriormente cuidando dos idosos. Com a saída da mulher do domicílio para trabalhar, quer dizer, essa população ficou, quer dizer, grande maioria das famílias não é nem por não querer, mas é por não saber como lidar com esse idoso. E se o idoso ainda tem distúrbio de comportamento, o que fazer, um idoso que agride... Então é uma situação bastante complicada.

Atualmente a gente tem cadastrados no Distrito Federal 749 pacientes com doença de Alzheimer, que já é uma, assim, deve ter paciente pela população de Brasília que na verdade, se a gente pegar a prevalência mínima, não estão na verdade tendo acesso nem a esse cadastro e que retiram medicamento pelo serviço, pela Secretaria de Saúde, são 157 pacientes apenas. Então, aqui muitas coisas na verdade, por que a grande maioria não tem acesso a essa medicação? Várias coisas estão envolvidas nisso, mas, por exemplo, um exemplo que a gente vê dentro da área de saúde, fica extremamente angustiado, é por exemplo, dentro do protocolo que do ponto de vista teórico, ele é muito bem elaborado, é exigido, por exemplo, dosagem de vitamina B12. Do ponto de vista Acadêmico é correto, mas a gente não tem dosagem de vitamina B12 na rede pública em nenhum hospital, ou seja, só vai conseguir preencher o protocolo e dar entrada e conseguir a medicação quem tem dinheiro para fazer esse exame particular. E muitos dos nossos pacientes ganham um salário mínimo, às vezes é o salário mínimo do idoso que sustenta a família inteira. Então, assim, é necessário que veja, tem que ser colocado à disposição, dentro do serviço único de saúde, um laboratório que faça... Porque se é exigido que o indivíduo é obrigado a fazer esse exame para poder ter acesso a medicação, então deveria dar condições para que ele possa fazer esse exame sem o ônus, porque muito deles não tem condições de fazer esse exame particular. O próximo, por favor.

Então, esse é um gráfico que mostra que atualmente, por vários problemas que já foram falados, a grande maioria da nossa população idosa depende exclusivamente do SUS. Então, é necessário que se dê condições para que esse paciente ou esse indivíduo possa ter um atendimento digno. O próximo.

Aqui é só uma nota, na verdade do ano passado, setembro do ano passado e que mostra que a Geriatria ainda é uma especialidade escassa. Ele faz até na verdade, uma conta, ele calcula, parece até... Que a Dra. Elisa já falou que nós já teríamos mais 700 geriatras, talvez seja um dado mais atualizado, até o ano passado, eram 542 geriatras no país inteiro, 250 em território paulista, e mesmo assim, se a gente fizesse um cálculo, uma conta rápida, né, se o idoso do próprio

Estado de São Paulo, fosse utilizar o serviço, o atendimento do geriatra, cada profissional precisaria atender 47 mil pacientes, quer dizer, é impossível.

A outra coisa, por exemplo, depois de muita luta nós conseguimos a vaga, assim que fosse dada essa vaga para residência médica aqui em Brasília, mas mesmo já sendo, se a gente pegar a curva, as vagas para Geriatria tem aumentado, mas mesmo assim, os gráficos são favoráveis, mas ainda está muito, muito aquém do que deveria ser o mínimo. A gente vê, por exemplo, são oferecidas 68 vagas de residência de Geriatria no Brasil todo, e na Pediatria, por exemplo, 626. Então, o problema não é na verdade diminuir o número de vagas para pediatras, mas só para comparar, na verdade a proporção, com um país que está envelhecendo. Então, nós temos que tentar aumentar isso consideravelmente, e num tempo não muito demorado, mais a curto prazo. O próximo, por favor.

Visando, inclusive, o atendimento o idoso, aí a Portaria 702 de 12 de abril de 2002, criou 74 Centros de Referência de Medicina do Idoso, sendo um no Distrito Federal. Então, nós temos assim, de hospital público, realmente o hospital do Guará, que tem o Dr. Frattini, mas nós temos lá no Centro de Medicina, na verdade, 5 a 6 geriatras, também tendo esse atendimento à população, mas mesmo já tendo sido um ganho, é muito pouco, 74 centros para fazer esse atendimento. O próximo, por favor.

No Brasil inteiro, aqui já distribuído por estado.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: E essa unidade da UNB não é vinculada ao Distrito Federal lá, à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, um serviço independente da universidade. Atende o público--

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Assim, mas pelo Sistema Único de Saúde, a gente atende a população do Distrito Federal.

O próximo, por favor. E uma coisa que impressiona, e na verdade choca, a gente vendo por todas essas razões, o envelhecimento, a grande, o aumento dessa demanda, a insuficiência de serviços de médicos, até de formação, a gente vê, na verdade, a dotação orçamentária de 2080, e isso aqui sem saúde para o idoso. A gente tem 20 milhões, dos quais foram usados 6 milhões. Agora, para o exercício de 2009 isso cai para menos de metade, 8 milhões. Então, uma coisa que deveria estar na verdade aumentando, e foram usados 600 mil apenas. Então, é uma coisa que realmente não dá para gente entender, é um dado que na verdade choca. O próximo, por favor.

Então, o centro de referência, os centros de referências criados, eles na verdade, assim, foram criados considerando a necessidade de adotar medidas para fortalecer o desenvolvimento de ações que visam o

incremento das diretrizes essenciais da política nacional do idoso, então, a atuação são em todos os níveis, desde promoção de envelhecimento saudável, a atenção primária a saúde, manutenção de capacidade funcional, quanto já assistência ao idoso doente, reabilitação, na verdade do idoso, já uma atenção terciária a esse idoso, o detalhe é que a gente precisa, é um centro que tem um custo maior, na verdade, porque a gente precisa de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, atuando e atendendo esse idoso. Agora, são medidas, são efetivas, porque a gente observa que reduziu o número de internação, o tempo de permanência hospitalizar, que como a Profa. Elisa já mostrou, a hospitalização do idoso é um fator de deteriorização de independência funcional e da autonomia. Próximo, por favor.

Então, a gente vê, assim, por exemplo, esse aqui são fotos da oficina ambiental de jardinagem, onde nesse atendimento multidisciplinar, por exemplo, atualmente a gente tem o desfalque só da enfermagem, mas a gente tem assim, a cobertura multidisciplinar, então é uma coisa assim, muito gratificante quando a gente vê que funciona. Mas o problema, nós estamos com uma lista de espera de mais de 300 pacientes, dá uma média de 3 a 4 meses de espera. Então, não tem como você atender a toda a demanda. O próximo, por favor.

E quando a gente fala na verdade 'envelhecimento', a gente está falando de uma população extremamente heterogenia. A gente tem o envelhecimento como um processo universal, aonde existe uma queda de funções, funções orgânicas, mas o individual, a gente vai chegar e olhar nessa faixa etária de população, indivíduos que estão extremamente bem e ativos, mas nós vamos também estar lidando com indivíduos que estão no polo no oposto. Tem às vezes a mesma idade cronológica, mas eles estão numa situação desesperadora, não só para eles como para os próprios familiares que não sabem como lidar, como você vai ficar com o um paciente totalmente restrito numa cama e você é responsável por toda a higiene, por fazer curativo, por mudança... Alimentação, que é um problema, esse idoso tem grande dificuldade de se alimentar, fora o custo que aumenta muito. Então, esse tipo de paciente é um paciente que está muito arriscado a uma institucionalização. Se gente tivesse, até atenção, serviços aonde pudessem, na verdade, o idoso ter a institucionalização e ser atendido como um todo, inclusive do ponto de vista até de terapia ocupacional e tudo, é um aspecto. Mas os asilos, as grandes instituições que tem a gentes tem atualmente, são raras exceções, geralmente são depósitos, infelizmente é a realidade. O próximo, por favor.

Então, aqui só mostrando quando a gente fala do jovem a gente está falando de uma população um pouco mais homogênea, quando a gente fala do idoso eu vou pegar um grande diferencial, indivíduos que estão bem, e indivíduos que estão muito mal. Próximo, por favor.

Então, alternativas, por exemplo, a hospitalização, que a gente já viu que a a hospitalização, por uma série de motivos, não é a melhor opção, deveriam ser estimulados, inclusive. Então a gente tem, por exemplo, pacientes com demência avançada, sequelas de doença neurológicas e o atendimento domiciliar. Por exemplo, no centro de referência, no Centro de Medicina do Idoso nós fazemos um atendimento domiciliar por semana. Mas isso é muito aquém do que poderia... Assim, a demanda é muito maior. Se você consegue dar uma assistência para esse indivíduo, que a família às vezes não consegue nem levar ao hospital, você evita a institucionalização, e mais ainda, quando um familiar, um idoso começa a ter uma piora, um idoso, por exemplo, igual aquele eu mostrei no slide interior, o que ocorre? A família leva para o hospital, de um certo modo, dá graças a Deus porque na verdade vai ter alguém agora, os médicos vão estar medicando, as enfermeiras vão estar fazendo curativo, você não vai ter despesa nem com a alimentação do cuidador, nem com o do próprio paciente.

Então, a gente vive uma realidade hoje muito angustiante, é o paciente que a família interna porque está com uma pneumonia, precisa de uma internação e não pega mais. Então, é assim, um desespero a assistente social fica e atrás daquele familiar e o familiar vira e fala para gente: *"Mas doutor, eu venho todo dia visitar a minha mãe, meu pai, eu gosto dele, mas eu vou levar para casa, eu não sei por onde começo. Eu fico o dia inteiro fora trabalhando e eu não tenho..."*, quer dizer, então, existe essa estrutura de um... E aí o médico nunca mais vai lá, então ele não sabe na verdade o que fazer.

Unidade de hospitalização domiciliar. A gente tem atualmente o famoso home care, né, dentro de planos de saúde, mas a gente não tem nada nesse sentido que possa, inclusive, facilitar a ida desse idoso para casa, dentro de Sistema Público de Saúde. A outra alternativa, que eu acho que tem que ser uma coisa também estimulada, são enfermarias e unidades de cuidados paliativos. Porque é uma coisa também muito desesperadora para o parente ou para o familiar ter que, na verdade de uma hora para outra, aprender a lidar com um paciente terminal, mesmo porque a gente sabe que até sedação de dor e tudo vai ser difícil, ou então, esse paciente passa a ocupar um leito de hospital por tempo indeterminado. Então, eu acho

que são alternativas que devem ser também vistas do ponto de vista de incrementação no Sistema Público de Saúde. Próximo, por favor.

Uma outra coisa é que isso existe, até pela Portaria é colocado que, assim, seria função da Secretaria de Saúde estabelecer os fluxos assistenciais, mecanismos de referência e contra-referência, e as providências necessárias para que haja articulação assistencial entre a rede constituída e a rede de atenção básica e o programa de saúde da família. Se a gente conseguir aproveitar esses fluxos assistenciais, já vai ser um ganho muito grande. O problema é que a gente não tem na rede pública nem do programa de saúde da família, pessoas capacitadas, com capacitação para fazer o atendimento do idoso, e inclusive o próprio poderia ter uma assistência de atendimento domiciliar, desde que tivesse formação e fosse investido no treinamento desses profissionais para que ele pudesse, quer dizer, é uma coisa que está sendo subutilizada e na verdade não porque não se quer, não se tem formação. O próximo, por favor.

Infelizmente nós já temos o idoso de rua, Dr. Medeiros, é assim, é uma coisa que... Por quê? Porque todos, não existe... Existe uma seleção natural do ponto de vista de doenças mais graves, pacientes falecem mais jovens. Mas nós temos, inclusive, muito esquizofrênicos idosos, nós temos todos os problemas da saúde mental, os pacientes estão envelhecendo. Então, já é crítico, na semana passada a gente viu a saúde mental e a situação do idoso fica pior ainda. Então a gente já tem, infelizmente, essa situação de idosos de rua e muito desses idosos, são idosos que tem doença mental, é uma tristeza a gente ver e não existe uma política de saúde mental específica para o idoso. Infelizmente a gente tem alguns núcleos apenas, dentro da associação brasileira de psiquiatria existe a área de psiquiatria geriátrica, mas a gente vê que o psiquiatra, mesmo sendo treinado para atender o idoso, ele não está vinculado a essas unidades atenção do idoso. A gente vê, por exemplo, em centros universitários, por exemplo, a Universidade de Brasília tem, no Rio de Janeiro tem, em São Paulo tem o psiquiatra vinculado a esses centros, que é a ideia é o atendimento multidisciplinar. O próximo, por favor.

Isso aqui é só para assim, na verdade é um vídeo que está disponível na Internet, que é de dois minutos. Se a Senadora me permitir, eu vou assim passar, porque eu acho que são coisas assim que chocam, e sobre a reflexão dos maus tratos. Na verdade existem os maus tratos pela, vamos dizer assim, intenção de maltratar do indivíduo jovem, pela questão da parte, inclusive, financeira e tudo, mas existem também os maus tratos, porque a gente vê, às vezes o familiar desespera, ele

não sabe como lidar, não tem dinheiro, não tem capacitação, ninguém ajuda e ele se sente absolutamente só e perde a paciência em algumas situações. Então, são coisas dramáticas, que na verdade os dois podem ser vítimas, tanto a família quanto o idoso.

[exibição de vídeo]

REPÓRTER: *Milhões de idosos são vítimas de violência no Brasil. O mais dramático é que metade sofre agressão dentro de casa.*

REPÓRTER: *O que mais dói em D. Edite, de 80 anos, não é a cirurgia que fez recentemente nos dois joelhos, mas as palavras de ódio e desprezo que ouviu do próprio filho.*

D. EDITE: *"Se você não sair daqui, eu vou jogar meus panos de bunda lá na rua e você também. Se vire". Isso me machucou, me doeu, até hoje me dói.*

REPÓRTER: *Os outros cinco filhos também abandonaram a viúva aposentada, chegaram a sugerir colocar D. Edite no asilo, mas ela prefere lutar para viver num quarto alugado com a pensão de 330 reais por mês.*

Situações como a de dona Edite não são raras, um levantamento do Ministério da Saúde mostra que 2 milhões e 100 mil idosos no Brasil já sofreram algum tipo de violência, metade já foi vítima de maus tratos dentro da própria casa.

Quando se fala em violência doméstica, não é preciso ser filho ou parente o autor dos maus tratos. O cuidador Lauremar Ferreira espancava este aposentado de 83 anos que sofre de Mal de Alzheimer. Os tapas e outros tipos de agressão aconteciam quando a família estava fora de casa. O filho, desconfiado, teve sangue frio, e com uma câmera escondida gravou todas as cenas de maus tratos sofridos pelo pai, e inclusive a humilhação de ter o pijama sujo de urina esfregado no próprio rosto. O Ministério da Saúde prepara um programa preventivo contra a violência para instruir a família que se sente sobrecarregada com o idoso.

ENTREVISTADO: *Tem violência que o Sistema de Saúde tem que ter um apoio à estrutura familiar, porque às vezes uma pessoa doente em casa, idosa, dá uma sobrecarga muito grande para quem cuida.*

REPÓRTER: *Mas para os casos de violência física, há um número para denunciar, 0800 644 14601.*

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Assim, porque esse problema da saúde passa até na verdade a gerar todos esses... A pessoa às vezes se vê... Assim, não sabe, não tem uma alternativa, e aí a abordagem também do gerontólogo. Eu acho que só tem mais um.

Esse aqui foi apresentado até aqui mesmo, na Comissão de Assuntos Econômicos, em outubro de 2006. O interessante é que o próprio Presidente do IBGE chamava atenção para as contradições existentes

no Brasil, que o Brasil compartilha os indicadores econômicos dos países mais desenvolvidos e indicadores sociais dos menos desenvolvidos. Próximo, por favor.

Aqui também em relação ao idoso, a condição na família das pessoas idosas, acima de 65 anos, e a gente vê que a situação desse indivíduo idoso ser responsável pela família inteira, ela vem aumentando de 1991 para 2000. Então, você vê que a variação é muito maior, do que um idoso que poderia estar usufruindo dessa aposentadoria, não, ela está assumindo a responsabilidade, inclusive de sustentar a família. Próximo, por favor.

E isso mais importante nas áreas rurais, a gente vê que, por exemplo, a participação chega a 50% do rendimento total da família. O Nordeste, o idoso sendo cabeça da família já chega a proporção de 73% das residências. Próximo. Não, eu acho que aí já foi comentado, eu encerro a minha fala. E muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós queremos agradecer a Dra. Maria Alice Toledo pela sua brilhante explanação e experiência que apresentou, ela que vive realmente essa questão. E que aqui fez algumas colocações que realmente nos preocupam bastante quanto à questão de idoso de rua, a questão da crescente doença de Alzheimer e também, eu acho que muitas questões que nós depois... não vamos aqui analisar, porque vamos ter o tempo para os Senadores, o Senador Flávio Arns será o primeiro, já está inscrito, e logo depois do Dr. José Luís Telles.

Agora passo a palavra ao Dr. José Luís Telles de Almeida, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, que é o último expositor e depois passaremos às colocações dos Srs. Senadores.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Muito obrigado, Presidente Senadora Rosalba Ciarlini, eu queria parabenizar a Comissão por esse Ciclo de Debates, eu acho que nós todos estamos passando, quem milita na área de saúde, quem milita pela conquista do direito de cidadania à população brasileira, esse é um ciclo bastante oportuno, no momento em que o Sistema Único de Saúde passa. 20 anos de Sistema Único, 20 anos de construção de um outro modelo, um modelo distinto daquilo que existia há 30 anos atrás, onde só quem tinha acesso aos serviços de saúde e ao atendimento médico é quem tinha carteira de trabalho coberto pelo INAMPS, o Ministério da Saúde não tinha nenhuma ação direta de assistência, a não ser aquelas de prevenção de doenças endêmicas nas áreas rurais e nós conseguimos transformar um sistema excludente num sistema includente, um sistema de inclusão social, como o Deputado Sérgio Arouca,

querido Sérgio Arouca, o Presidente da Fundação Osvaldo Cruz, a qual pertence, uma vez afirmou que o Sistema Único de Saúde talvez seja o mais arrojado processo civilizatório que esse país já ousou construir para toda a população brasileira. E é isso, fizemos 20 anos de Sistema Único, estamos transformando um modelo, um modelo baseado na doença, um modelo baseado na atenção hospitalar, deslocando para um modelo baseado na comunidade, nas famílias, com ênfase na prevenção, na promoção de saúde, entendendo que as diferentes faixas etárias fazem parte de um ciclo vital e que as intervenções desde o pré-natal até o final da vida são fundamentais para que se garanta a dignidade da pessoa humana, já que é uma conquista de cidadania.

E é interessante, eu vou fazer um parêntese, é interessante que nós fizemos um movimento de conquista do Sistema Único de Saúde, de construção do Sistema Único de Saúde, exatamente no momento onde todo o receituário neoliberal dizia que o Estado deveria ser um Estado Mínimo, que não deveria interferir nas questões que o mercado poderia dar conta. Nós fomos na contra-mão desse receituário, construímos a partir da constituinte, que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado e aí nós estamos nesse desafio de ultrapassar as questões de governo e efetivamente fincar bases, para que as políticas de saúde sejam políticas de estado e que não fiquem a mercê das vontades dos seus governantes. Da mesma maneira que não fica a mercê das suas vontades dos seus governantes, nesses 20 anos de Sistema Único de Saúde, há um enfrentamento importante, emergente e urgente, que é a sua sustentabilidade econômica financeira. Nós hoje temos 190 milhões de pessoas no nosso país, nós podemos dizer certamente que 100% dessa população utiliza os serviços do Sistema Único de Saúde, não só o de assistência, que nós sempre vinculamos o SUS à assistência, mas SUS significa vigilância sanitária, significa uma série de ações que são fundamentais para a saúde da população. Enfrentamos uma grave situação que é a sustentabilidade desse sistema, em situações, por exemplo, de crise econômica mundial e que atinge o PIB, que atinge o desenvolvimento do nosso país e que coloca o orçamento da União dos estados e dos municípios na maré das arrecadações.

Bom, eu fiz essa introdução para nos situarmos que nós estamos discutindo apenas uma faixa etária da população, nós estamos discutindo o que nós temos enquanto o projeto de sociedade, em torno do Sistema Único de Saúde, na saúde como direito de cidadão. E aí eu pergunto, principalmente para as pessoas idosas que estão aqui, muitos deles representantes de grupo:

A nossa sociedade tá preparada lidar com as questões específicas dessa faixa etária? Com certeza, não. Essa é uma resposta que todas as exposições aqui nos colocaram, apesar da ênfase na saúde, mas podemos extrapolar os limites da saúde, quando nós andamos nas ruas, quando nós atravessamos os sinais, quando as pessoas mais idosas buscam se locomover, principalmente aquelas com mais de 80 anos para subir o degrau dos ônibus, isso quando os ônibus param no ponto, para que essa pessoa possa tomar o ônibus. Efetivamente é essa sociedade a qual nós vivemos, e talvez sejam poucas as sociedades no mundo que estão preparadas para lidar com a fragilidade da condição humana, que se expressa mais quando chegamos aos nossos limites etários, 60, 70, 80, 90, 100 anos.

Agora eu faço uma outra pergunta: A nossa sociedade está estática diante dessa situação? Ela está parada, assistindo estaticamente? Não, não está. Nós fizemos esse ano a Segunda Conferência Nacional de Direitos da Pessoa Idosa. Foram 600 delegados eleitos em cada município desse país, depois eleitos em cada estado desse país e que estiveram aqui em Brasília no mês de março, discutindo as deliberações que vieram dos estados, e ao final nós deliberamos, e eu digo nós, porque eu tenho a honra de presidir o Conselho Nacional de Direito do Idoso, nesse período de 2009/2010, nós deliberamos uma série de recomendações, não só aos gestores, mas para toda a sociedade. As políticas públicas estão paradas diante do processo de envelhecimento? Os indicadores estão nos dizendo que não, apesar dos grandes problemas que ainda enfrentamos, e talvez um dos mais sérios nesse país sejam as profundas desigualdades sociais que verificamos quando comparamos os indicadores de saúde, os indicadores sociais da região Norte e Nordeste com os indicadores da região Sul e Sudeste. Mas não estão parados, essa Casa é um exemplo. O que essa Casa produziu de legislação que possibilita proteção social da população idosa, é um exemplo para a América Latina, para os países inclusive da Europa. Estamos agora discutindo, junto com Secretaria Especial de Direitos Humanos, um movimento internacional de uma Convenção Internacional de Direitos da Pessoa Idosa, que é o único segmento da população que ainda não tem uma convenção específica, esse ano, foi esse ano, esse ano ou final do ano passado foi a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiências. Ora, as convenções servem para quê? Para reforçar mais e mais o compromisso da população e dos gestores em fazer com que a Legislação construída por essa Casa, seja executada. Temos belíssimas leis. Sr. João trouxe alguns exemplos do Estatuto do Idoso em relação a saúde que não são cumpridos.

E aí eu diria o seguinte, Sr. João, o senhor trouxe o exemplo do Distrito Federal, da mesma maneira que nós falamos, e aqui foi dito pelas Profas. Elisa e a Maria Alice, de que nós não podemos dizer que os idosos, ou a população idosa é homogênea, ela é heterogênea em função de que cada um envelhece de qualquer maneira. Nós também não podemos dizer que os gestores são homogêneos, o Sistema Único de Saúde, umas das duas diretrizes, foi a radical descentralização administrativa, entendendo que é na Prefeitura, é no nível local, nos territórios onde o Prefeito, o Secretário Municipal de Saúde tem condições de identificar quais são as suas prioridades. Mais ainda, o Sistema Único de Saúde, na sua legislação, instituiu os Conselhos Municipais, os Conselhos Estaduais, o Conselho Nacional de Saúde, para que os próprios usuários e suas representações tivessem a possibilidade de interferir nas prioridades definidas, inclusive na alocação orçamentária definida para aquele território, para aquela municipalidade. Portanto, nós também estamos diante de um país que tem uma profunda diversidade de gestão do sistema de saúde. Nós temos gestores absolutamente comprometidos, não só com princípio dos SUS, mas comprometidos com o os direitos de cidadania da população e temos município hoje que dão o exemplo para todo o país, da capacidade que se tem, uma vez que tenha compromisso político e vontade política, de transformar uma realidade e produzir exemplos fantásticos de atenção à saúde. Estava falando de internação domiciliar, nós temos uma portaria do Ministério da Saúde que está para ser regulamentada ainda esse ano, mas isso não impediu que determinadas secretarias estaduais e determinados municípios fizessem estratégias de internação domiciliar, possibilitando a atenção às populações mais frágeis. Nós queremos dar mais visibilidade a essas gestões, até porque dentro do Conselho Nacional de Secretários Municipais e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais, temos fomentado essa discussão para fazer com que aqueles exemplos dos gestores que efetivamente aplicam seus recursos escassos e finitos bem, fazendo uma gestão pública que a população, inclusive, nas épocas de eleições fazem a sua escolha em reeleger os seus prefeitos, o ano que vem teremos a eleição de Governador e eleição para Presidente da República, passa pelo crivo popular, esses gestores acabam sendo reconhecidos pela aplicação dos seus recursos. E aqueles gestores que, infelizmente, não aplicam bem os seus recursos, mas que o Ministério da Saúde tem buscado, a partir de 2006, estabelecer metas e monitorar metas com alguns indicadores de saúde identificando aquelas gestões que tiveram dificuldade de fazer ou de cumprir as metas mutuamente

estabelecidas. Aqueles gestores que não cumpriram as metas, o que fazemos? Cortamos os recursos? E quem paga a interrupção dos serviços? A própria população.

Então, nós temos trabalhado também junto com o CONAS e CONASEMS, de reforço dessas gestões, de capacitação dos gestores estaduais, dos gestores municipais, para que esse processo de gestão seja baseado em evidências, como nós falamos em gestão clínica, que é o trabalho do médico, do enfermeiro, enfim, do profissional de saúde, seja baseado em evidências científicas, a gestão também seja baseada em evidências científicas, de como se, diante de um quadro de aumento demográfico, de envelhecimento demográfico, aumento proporcional em número absolutos de população idosa. E concomitante, o aumento das doenças crônicas não transmissíveis, de que maneira estabelecemos estratégias que não são mais aquelas, há 30 anos atrás quando há uma Ata discutir a atenção primária em saúde que era basicamente visando a saúde materna infantil.

Então, efetivamente, temos um grande desafio pela frente, primeiro na construção do sistema único que respeite os seus princípios da integralidade. Segundo, de um sistema de saúde que faça com que não só o seu processo de gestão, mas de organização dos seus serviços, reflita as necessidades de um envelhecimento demográfico e as necessidades de um processo rápido de envelhecimento demográfico, que efetivamente nos coloca a sociedade ainda despreparada.

“Os gestores não têm compromisso com a saúde do idoso”. Não é verdade, em 2006, numa mudança de forma de relacionamento entre a União, os estados e os municípios, o Ministério da Saúde propôs aos estados e aos municípios, uma pactuação, definindo algumas prioridades, entendendo que essas prioridades teriam impacto na saúde e no bem estar da população brasileira. Em 2006 foi feito o Pacto pela Vida. Primeira prioridade colocada entre os gestores, a saúde do idoso. Só que estamos tão acostumados com discursos, que efetivamente desacreditamos na capacidade que, um documento escrito e pactuado entre os gestores tenha efetividade, quer dizer, que as pessoas efetivamente sintam que aquela prioridade está sendo executada. Dentro dessa prioridade da saúde do idoso nós tivemos a preocupação de estabelecer algumas ações estratégicas, Senadora. Ações estratégicas que vinham na direção da própria construção de um modelo que visava promoção, a prevenção de saúde. Uma delas é a caderneta de saúde da pessoa idosa. Um instrumento muito simples que permite identificar pessoas em situação de fragilidade, e aí, Dra. Elisa, nós não utilizamos o conceito de fragilidade geriátrica, porque nós

não temos geriatra na rede, nós utilizamos o conceito de fragilidade, daquilo que o dicionário Aurélio nos diz: Algo que é frágil é aquilo que pode se quebrar. Todos nós, ao chegarmos aos 75, 80 anos, se não tivermos uma proteção e um cuidado, podemos nos quebrar, literalmente quebrar, e foi dito aqui a fratura do fêmur em pessoas, em mulheres idosas, tem sido hoje uma preocupação e nós colocamos o ano passado como umas das prioridades, junto aos gestores, ações de prevenção de quedas e tratamento da Osteoporose. Bom, a caderneta de saúde ela hoje chegou à cifra de 13 milhões de cadernetas, fechamos o ano de 2008 com dez milhões, fecharemos esse ano com 15 milhões de cadernetas, que atinge mais de 60% da população. Onde estão essas cadernetas? Na estratégia Saúde da Família. Hoje a Estratégia Saúde da Família, que é uma estratégia que visa levar assistência saúde para aquelas população tradicionalmente não tinham assistência, cobre, e aí Sr. João, a saúde da família trabalha com territórios, ela cadastra famílias e cadastra indivíduos. Hoje nós temos um território nacional, 14 milhões de pessoas idosas, cadastradas pela Estratégia Saúde da Família. Significa dizer, Sr. João, que uma vez por mês, pelo menos uma vez por mês, o agente comunitário de saúde faz uma visita domiciliar.

Agora, a Dra. Elisa e a Dra. Maria Alice nos levantaram uma questão muito importante. As nossas universidades não acordaram para esse processo de envelhecimento demográfico. Não estamos formando, não só geriatras, mas com as poucas vagas de residência médica, sequer os estudantes de medicina, enfermagem, assistente social, fisioterapeutas, tem na sua grade curricular, conteúdos obrigatórios nessa área de saúde do idoso, são poucas as faculdades de medicina que colocam conteúdos obrigatórios. Significa dizer o seguinte: Os profissionais que nós estamos formando que estão entrando na Estratégia Saúde da Família, ou estão sendo absorvidos pelos sistemas locais de saúde, não tem formação adequada para lidar com as questões específicas da população idosa. “Ah, mas não gosto de atender idoso”. Com esse número 19 milhões de pessoas idosas no nosso país, hoje os centros de saúde, os postos de saúde, as Unidades Básicas de Saúde, a sua clientela principal tem sido a população idosa, e não mais com o paradigma da cura, que a gente intervém e tchau. Mas é o do cuidado, que necessita visitas constantes, necessita contatos sistemáticos com os serviços de saúde. E qual é a cultura entre os estudantes? E aí os estudantes de medicina, sobre o nosso Sistema Único de Saúde, qual é a cultura? Os alunos acham que o Sistema Único de Saúde é um sistema para pobre. Essa ideologia de elite, faz com que muito das especialidades médicas

mesmo abrindo concurso público em determinadas especialidades eu não entro, para quê? Ou quando entra é para fazer bico, mas ao salário não é muito bom, as condições de trabalho não são muito boas, mas isso é uma luta de cidadania, não é uma luta só de profissionais. Se o Sistema Único de Saúde é uma conquista em torno da cidadania, é uma luta de todo e qualquer cidadão brasileiro.

Portanto, a formação dos nossos profissionais, não só em conteúdos técnicos, mas em conteúdos políticos, é uma preocupação. Mais dois minutinhos, só para fechar aqui. Nós temos um programa muito interessante com o Ministério da Educação que chama Pró Saúde. E que esse ano começou com a medicina, e que esse ano abarca medicina, fisioterapia, enfermagem, odontologia. E o que significa esse programa Pró Saúde? Há uma inversão de recursos do Ministério da Saúde para aquelas universidades que estabelecem, dentro do seu currículo, estratégias de contato precoce do aluno com a atenção primária em saúde. Até para desconstruir a visão que a atenção primária em saúde é uma medicina de pobre para pobre. Não, se faz muita coisa na atenção primária, estamos aí com a vacinação dos idosos, 83% o ano passado de cobertura vacinal contra a Influenza. Ora, dentro da atenção básica na promoção, na prevenção e no cuidado, nós precisamos qualificar essa atenção, estendermos a atenção primária e a Estratégia de Saúde da Família para quase 100% dos municípios brasileiros. Sabemos da fragilidade que temos, em termos de fixação de profissional, principalmente no interior, mas a fragilidade também em termos de conteúdo.

Senadora, nós estamos com um contrato com o Ministério da Saúde entre o Ministério da Saúde e a Fundação Osvaldo Cruz, abrimos 500 vagas numa Educação a Distância que tem sido modelo, inclusive, para a Organização Panamericana de Saúde, uma Educação a Distância para profissionais da atenção básica das regiões Norte e Nordeste. Por que das regiões Norte e Nordeste? Porque é exatamente as regiões que têm menor capacidade instalada de formação de profissionais e menor número de profissionais habilitados em Gerontologia e Geriatria. Estamos com uma turma agora de 225 e começará outra turma de 225, completando 500 vagas.

Internação domiciliar, qualificação dos profissionais de saúde, um compromisso cada vez maior dos gestores locais, em relação à agenda construída em 2006, tem sido o esforço do Ministro Temporão para fazer com que a saúde do idoso saia do discurso, efetivamente seja uma prioridade. E aí Sr. João, eu gostaria só de afirmar o seguinte: A priorização nessa faixa etária, não significa necessariamente uma concorrên-

cia com as outras faixas etárias, porque nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, nós temos a priorização da população feminina nos serviços, aliás, essa priorização no serviço de saúde, ela devo ver ser pautada pelo risco de vida. Portanto, o que nós estamos defendendo junto com a população idosa, é que esse Sistema Único de Saúde seja efetivamente o melhor e o maior plano de saúde para essa população. Vamos brigar com os planos de saúde? Vamos. E quem é que vai brigar? Essa Casa, mais a população idosa organizada. E aí Sr. João, quem é que vai defender a população idosa? Somos todos nós, somos todos nós como o senhor faz, na sua militância cotidiana que eu já estive aqui pelo menos uma quatro vezes e que eu vi o senhor distribuindo o seu livrinho, fazendo a sua pregação, porque eu acho que é uma pregação, porque é com essa pregação que nós vamos mudar uma cultura perversa de negligência difusa, que não só traz esses casos de violência que aparecem na televisão, mas essa violência difusa cotidiana no nosso dia-a-dia, perpetrado por todos nós, por todos nós, com os preconceitos, dizendo que o idoso, o velho, a velha é incapaz, é incapaz de se defender, que ela é incapaz de participar. Demos o exemplo com a Conferência, nós precisamos lutar para cada vez mais que a população idosa organizada participe dos conselhos municipais de direito da pessoa idosa, participe do conselhos municipais de saúde, e que criemos nesse país uma cultura de cidadania, porque só a lei... E aí senadora, para terminar, eu acredito que piamente que nós não precisamos mais de leis neste estado brasileiro. O que nós precisamos é levar uma boa mobilização cidadã, para fazer com que os gestores públicos assumam o compromisso com a lei que foi deliberada por toda a população representada aqui por esse Senado, pela Câmara dos Deputados. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dr. João--

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: Não, é só para dizer para ele que todos aqueles... Eu fiz um estudo para a Subcomissão do Idoso, dos itens do estatuto que não são sendo cumpridos. Eu estou dando uma cópia para ele levar, para estudar profundamente o caso.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Eu não tenho dúvida que nós temos vários itens que não estão sendo cumpridos, em várias, em várias dimensões da nossa sociedade, eu não tenho dúvida, ninguém tem dúvida disso. Agora, o que nós precisamos é apontar para o futuro de 32 milhões de idosos, não olhar como uma catástrofe, porque tem gente que fala: "*Meu Deus, seremos...*", porque nós estaremos lá em 2025, "*seremos 32 milhões*", como se essa sociedade não

estivesse se preparando para esse... Não é catástrofe, é uma grande vitória e mais ainda será, se nós nos organizarmos em mobilizar uma sociedade para luta pelos seus direitos, e isso é cidadania.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, então, eu quero.... Não de forma nenhuma Dr. José. Exatamente, esse é um tema que mobiliza, é um tema que é bom saber que o senhor, que tem a responsabilidade de dirigir o departamento de ações programáticas e estratégicas do Ministério da Saúde, esteja realmente com todo esse entusiasmo que demonstrou aqui na Comissão, para que a gente possa ficar realmente mais, nos sentirmos mais protegido, e que o nosso trabalho, porque o trabalho não pode ser apenas dos gestores, da sociedade como um todo.

E eu gostaria que, antes de passar a palavra para o Senador Augusto Botelho, só colocar aqui uma questão. Eu tenho uma certa experiência nessa área, porque fui gestora de uma cidade, prefeita três vezes. E tenho certeza de que avançamos muito, independente dos recursos que nos chegavam, porque eram muito poucos e são, e isso precisa ser revisto, tanto pelo Ministério do Desenvolvimento Social, eu recebia para atender, na época a Prefeitura de Mossoró, atender 500 idosos, e nós fazíamos uma assistência de mais de 4 mil só nos núcleos de apoio, com o terapia ocupacional, porque tudo isso faz parte da saúde, tudo isso tem reflexo para a saúde. O Programa Saúde da Família precisa urgentemente de mais capacitação, para exatamente essa questão do idoso. Internação domiciliar, já fazemos desde 88, para ter uma ideia. Eu sou médica, talvez isso tenha sido algo que tenha, mas pediatra, e pediatra também cuida muito do idoso, porque eles são as nossas crianças de novo. Então fizemos isso desde 88, porque eu vi o quanto era, eu fui diretora de hospital, de pronto-socorro, então, eu via o quanto o idoso internado, aquelas internações mais demoradas, a família, devido o dia-a-dia, ou até porque já sentia que ali era um peso, abandonava, mas na casa, com a assistência, com a enfermeira, indo lá dando assistência, o médico podendo visitar, é outra diferença. Então o que a gente está vendo? Então o que eu quero dizer é o seguinte: Não é que o gestor... Acho que o Brasil é muito grande, as diferenças regionais são imensas, se aqui nós temos 99% dos poucos profissionais especialistas que estão tratando da questão de idoso, ficam nas grandes cidades, se concentram nas grandes cidades. Então nós temos que realmente, através do Programa Saúde da Família, criar cada vez mais a capacitação, criar condições de que os técnicos de enfermagem possam responder mais por essa demanda, e que os médicos que são poucos.

Olha, Dr. José, lá no Nordeste, no Norte é uma dificuldade muito... O Programa Saúde da Família, precisa ser colocado isso, e aqui eu vou fazer uma defesa dos gestores municipais. Os recursos são infinitamente insuficientes. Porque para você atrair um médico, para atrair não é a questão de ser um bom salário, é que ele possa pagar o aluguel da sua casa, ter uma condição digna lá no interior, numa distância muito grande. Tem pelo menos a condição de ter seu carrinho, o médico está começando ele não pode com 4, 3 mil e 500 reais. Porque, se eu não me engano, é isso que é repassado dentro do PSF para ser pago aos médicos, 3.500, 4.000 reais. Tem que haver uma complementação e os municípios que já tem uma carência muito grande de recursos, mas eles estão fazendo isso, estão pagando além das suas... do que podem e muitas vezes com dificuldades, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, e também a questão, os salários lá dos gestores são realmente bem, se comparados com o das cidades maiores, são bem menores, e eles não podem pagar aos médicos mais do que próprio Prefeito ganha, e isso está acontecendo. Então são essas dificuldades também, de ordem... Nós precisamos analisar porque onde o PSF precisa realmente chegar ainda mais, ter condições de atrair uma boa equipe, é nessa região. Porque o senador Augusto Botelho, também deve sofrer essa mesma questão lá no seu estado, que é Norte, nós somos Nordeste.

Então, eu queria aqui colocar exatamente isso. De estarmos realmente gratificados por ver a sua preocupação, o seu interesse, mas se isso hoje é algo inevitável que está crescendo cada vez mais, o interesse, o compromisso da sociedade, passa por um compromisso ainda maior de nós que fazemos gestão pública. E tem que ter, vamos dizer aqui, tem que ter o espelho e o espelho é o Ministério da Saúde, que pode realmente investindo, valorizando, correndo atrás, vamos dizer assim, não digo do prejuízo... Não é prejuízo, é do atraso. Que a gente possa realmente fazer com que nós possamos chegar.

Então eu vou passar a palavra para o Senador Augusto Botelho e depois voltaremos para o debate com os senhores. O Senador Augusto Botelho é o Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção Acompanhamento e Defesa da Saúde.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, eu sou Senador pelo Estado de Roraima e vou médico, estou exercendo o mandato de Senador agora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Desculpe, eu troquei tudo aqui, eu acho que é a idade também, viu... Senador Augusto Botelho, o senhor é Presidente da Subcomissão de

Saúde, de Promoção e Acompanhamento da Saúde. A de Assuntos Sociais, sou eu.

[risos]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, mas o pior é que ninguém percebeu também. Eu nem percebi, Senadora. Eu fiquei... Realmente essa Reunião aqui é uma Reunião que eu vim com um pouco assim... Que eu não gosto de legislar em causa própria, mas aqui vou legislando já, porque eu tenho 61 anos, vou fazer 62 esse ano. Mas é assim, eu entendo que realmente o SUS é muito importante, e que nós temos que lutar, nós justamente, esse Ciclo de Palestras que nós estamos fazendo é para a gente começar a analisar, para dar um rumo, se a gente quer mudar alguma coisa, ver onde é que nós estamos falhando, onde é que nós estamos acontecendo nessa forma. Aquela... A Dra. e Profa. Alice mostrou realmente que o ano passado nós tivemos 20 milhões e aplicamos 25%, mais ou menos, esse ano nós temos 8 ainda não aplicamos nem 10% ainda do recurso. Quer dizer, a gente orça, eu sou da Comissão de orçamento também. A gente bota o recurso no orçamento, mas a gente não executa, isso é difícil, principalmente, por quê? Por causa de dificuldades do próprio sistema, da burocracia e tudo. Nós poderíamos evoluir, já que nós temos uma deficiência muito grande de residentes, de vagas de residência de Geriatria, o recurso de treinamento poderia ser aplicado diretamente nas universidades que fizessem isso, desse programa do idoso, porque aqui tem um item para treinamento, que esse ano ficou em 100 mil, o ano passado foi mais, e o ano passado aplicaram bastante 340 milhões, 340 milhões, quase 300 mil aplicados em treinamentos, pesquisa e treinamento, 370 ou 270, eu não estou entendendo muito bem o número aqui.

Então, nós temos que tentar ir nesse rumo, o Ministério da Saúde pode apontar nessa direção. Agora esse ano eu vou tentar lutar para aumentar um pouco mais esse dinheiro, porque tem que... Eu estou aqui por causa da saúde, eu sou médico e saí do pronto-socorro para fazer campanha para ser Senador.

Bom, eu gostaria também que o José Luís Telles, que vibra com o assunto, quanto citasse que tinha municípios que já são exemplos, eu acho que deveria citar os municípios, eu gostaria de ouvir alguns municípios que são exemplos em assistência ao idoso, para a gente poder estimular tanto o município como os outros municípios que estão nos ouvindo, se dirigirem para lá para saber o que eles fizeram que fez essa melhora.

Em relação à cobrança, nós temos muitas leis aqui, mas eu entrei esse mês com um Projeto que é assim meio... Vai dar confusão, eu sou médico, e os

médicos vão reclamar também, porque geralmente Secretários de Saúde são médicos. É um projeto de responsabilidade sanitária, de responsabilidade com a saúde, porque os gestores, como na casa aqui no Rio de Janeiro, onde muitas crianças morreram de Dengue, quando poderiam praticamente se evitar de morrer aquelas crianças, se tivesse feito um grupo de gestão da Dengue quando ela começou, sem ficar com confusão de que o mosquito é do estado, é do município não sei o que não sei o quê, aquela lenga-lenga, não teria morrido tanta gente. Admite-se que morra alguém com Dengue hemorrágica, mas não tanto quanto como morreram, foi por causa daquilo que nós começamos a estudar, para fazer uma lei parecida com a responsabilidade fiscal, a nossa lei de responsabilidade fiscal, uma para sanitária, pegando uma parte. E o senhor falou também de que os recursos do Pró Saúde são passados para universidades que se dedicam, mas a saúde da família, eles são repassados realmente pelas mesmas cidades que tem programas nesse sentido?

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: [pronunciamento fora do microfone] O Ministério de Educação e o Ministério da Saúde. As universidades e as faculdades apresentam os projetos e os projetos são financiados.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pelo Ministério da Saúde?

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Pelo Ministério de Saúde. E o Ministério acompanha, junto com o Ministério da Educação, a execução desses projetos, tem projetos fantásticos, universidades colocando seus alunos desde o primeiro ano nos centros e postos de saúde. Agora nós temos pautado, viu, Senador, nós temos pautado o Pró Saúde para colocar o envelhecimento como uma questão, quer dizer, é sempre aquela visão da atenção primária ainda voltada para assistência materna infantil. Quer dizer, como é o que nós incorporamos a saúde do idoso como um elemento também de preocupação junto à formação desses jovens. Mas é um... Eu diria com toda a tranquilidade, que é um projeto de muito sucesso naquelas universidades que têm o financiamento do Ministério da Saúde.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu lamento também ter ouvido do senhor que os estudantes de medicina atualmente estão dizendo que o SUS é a medicina do pobre, está criando esse conceito? Eu estou há seis anos aqui, não tenho convívio com os acadêmicos.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Essa é uma visão geral, é um senso comum. O Sistema Único de Saúde, que o Sistema Público de Saúde,

tradicionalmente é visto como algo menor, quer dizer, normalmente a Medicina, e isso aí não é uma exclusividade do Brasil, quer dizer, há um interesse maior naquelas especialidades com maior densidade tecnológica. Vou dar o exemplo dos Estados Unidos, a Geriatria é muito pouco procurada nos Estados Unidos, até porque o sistema lá não existe um sistema público, porque tem baixa densidade diagnóstica e, portanto, tem pouco recurso de volta para aquele indivíduo, e também prestígio. Quer dizer, nós temos ainda uma ideologia de SUS voltado para pobre. Talvez menos do que há 20 atrás, mas ainda perpassa entre os estudantes de medicina.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas eu acho que é uma visão errada, por exemplo, que a medicina do SUS é a pior medicina. Quando a gente sofre um acidente na rua que é um estado grave de emergência, a gente vai ser atendido aonde? Então, deve estar havendo algum... Eu não estou na Academia, não tenho mais [ininteligível], mas eu acho que nós, os professores, devemos alertar a essa visão um pouco distorcida. Os transplantes, os transplantes cardíacos ocorrem que área no Brasil? Os transplantes de órgãos predominam em que área no Brasil? Então, eu não estou entendendo essa visão. Eu vou começar a conversar com nossos estudantes lá em Roraima, são poucos, na nossa faculdade têm poucos, mas são bem informados. E eu fiquei assim meio... Eu vou começar a ver nesse lado e ver o que está acontecendo, porque eu acredito que o sistema de saúde, claro que existem hospitais privados de ponta no Brasil, mas a maioria dos bons hospitais são públicos no Brasil.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Quando nós falamos dos hospitais, talvez haja aí uma diferenciação, porque nós hoje temos uma rede de atenção primária em saúde que abarca quase 100% dos municípios. Esse trabalho na atenção primária é muito desvalorizado, em contraponto aos trabalhos dos hospitais. Talvez, fazer entender melhor. Quer dizer, a visão de que a atenção primária, que efetivamente é pública, ela é de baixa densidade tecnológica, e ela tem baixa valorização por parte dos profissionais.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Na sociedade também?

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: A sociedade eu acho que talvez menos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Dentro dessa visão, aí dá para a gente entender melhor essa sua opinião em relação a isso. Mas, essa é a Medicina mais importante, é a prevenção é que mais barata e mais efetiva e mais simples, que pode ocorrer em qualquer município de 2.000 habitantes, de 3.000, ou de um milhão. E eu gostaria só que ele depois citasse,

quando fosse fazer as considerações, os municípios onde ele acha que a Medicina Geriátrica está funcionando. A assistência ao idoso está funcionando melhor.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, responda logo, porque já fica...

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: É um risco, essa pergunta é um risco.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu sei que não é um céu, mas pelo menos o que está melhor.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: De deixar algum município fora.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu digo assim, quando o senhor falar, já fala que vai citar alguns e vários merecem ser citados.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Olha, eu vou citar Acre, Rio Branco. O Estado do Acre, o compromisso que eles tiveram na qualificação e na capacitação das suas equipes de atenção básica e no cadastramento da população idosa.

Vou citar Maringá, que fez as academias abertas da Terceira Idade, que, inclusive, foi com o financiamento inicial da promoção da saúde do Ministério da Saúde, um exemplo belíssimo que agregou universitários e hoje tem sido reproduzido em vários outros municípios.

Vou citar Bahia, que tem um centro viu, Maria Alice, tem um Centro de Referência ao Idoso que tem um CAPS, um Centro de Atenção Psicossocial que tem buscado fazer com que a população idosa seja recebida e tenha um tratamento adequado. Talvez seja umas das maiores inovações dentro da reforma psiquiátrica, o estabelecimento de Centros de Atenção Psicossocial, multiprofissional e que nós temos lutado para não abrir CAPS de idoso, mas fazer com que os CAPS existentes sejam qualificados para entender problemas comuns da população idosa, depressão. Da mesma forma que o Alzheimer é um desafio, nós temos aí, não temos uma política nacional de atenção de Alzheimer, isso não é reconhecido pelo Ministério da Saúde, a despeito de ter uma política de atenção medicamentosa a essa população, mas é um desafio muito grande para o atenção primária, o diagnóstico precoce, a orientação aos familiares, aquele esquecimento: *"ah, está gagá, faz parte da idade..."*, não, já pode ser o prenúncio de uma doença e nós capacitarmos a atenção básica a fazer esse diagnóstico precoce.

Então citei o Rio Branco, citei a Bahia, Salvador, poderia citar a experiência de internação domiciliar nos hospitais federais no Rio de Janeiro, Maringá, Rio

Grande do Sul, que assumiu a prioridade na população idosa, São Paulo tem feito um trabalho exemplar na área de cuidadores de idosos, Pernambuco, que tem mobilizado o Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos para discutir o componente saúde. Enfim... Agora, veja, nós temos um leque de situações que precisam intervenções específicas. Se nós citarmos qual o município que tem esse leque já estruturado em andamento, nós não temos. É um projeto de construção, não tem. Mas o caminho está sendo trilhado, é isso que é importante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero agradecer. Agora vamos organizar aqui o debate, porque nós temos tempo para concluir, já, todos nós temos outras Comissões que já iniciaram, inclusive eu tenho que ir para a Educação e para a CAE. Então, eu acho que nós temos que dar uma ordenação aqui. Senador, agora vamos passar ao Senador José Nery, que... Não é nenhuma discriminação, primeiro que eu sei que o senhor tem a capacidade de síntese muito grande, e vai fazer essa síntese, para que os nossos apresentadores aqui do debate, possam fazer as suas respostas.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Senadora Rosalba, Srs. Senadores, ilustres convidados para essa Audiência para esse ciclo de debates, sobre o Sistema Único de Saúde, seus avanços, seus dilemas, preocupações comuns que aqui manifestadas. Talvez a Presidente Rosalba, ao fazer essa recomendação, sabe às vezes da briga que nós travamos aqui em torno dessa questão da disciplina para usar bem o tempo que dispomos, até porque, é uma realidade o fato de nós termos que uma manhã estamos aqui, mas tem duas, três Comissões esperando também a nossa participação.

Então, esse ciclo de debate evidentemente, como um todo e uma iniciativa Legislativa, visa, evidentemente constatar, diagnosticar um quadro mais geral, no caso do atendimento da Saúde Pública no Brasil específico aqui. Evidentemente busca-se trazer elementos para discussão que ajudem tanto a nós, a avaliarmos o caminho percorrido nessa importante experiência brasileira da política de Saúde Pública, embora, como todos os problemas que são recorrentes nessa questão, porém há um sistema em funcionamento, como eu disse, com avanços e com muitas lacunas. Mas o fundamental é buscarmos aqui nessas discussões, orientações que nos possibilite aprimorar a Legislação, avaliar o processo em que se desenvolve a implementação a essa universalização do atendimento através do SUS.

Agora, em específico a questão retratada nesse debate que trata as ações relativas e das políticas para os idosos, é claro que é preciso efetivamente, eu

creio, que melhorar essas políticas e creio que uma questão fundamental é investir na formação, na qualificação dos organismos da sociedade que participam dos Conselhos Municipais, tanto de idosos, bem como de saúde, porque essa questão não há uma forma mágica de resolver, dar formação, dar adequação para o bom atendimento, portanto, eu creio que uma diretriz muito clara seria um investimento no esforço para estabelecer de forma mais direta, mais consequente e mais objetiva, o controle social. E isso os Conselhos Municipais dos Idosos que já existem em milhares, em dezenas, em centenas de município brasileiros, ao lado dos próprios Conselhos Municipais de Saúde, ter uma atenção tenho essa política, a política específica em relação aos idosos. Eu creio que seria algo que poderia estar num planejamento mais permanente dos órgãos de Saúde Pública, do Ministério, aos dos estados e dos municípios, como algo fundamental para melhorar a qualidade do serviço das políticas, das ações, para os idosos do nosso país.

Parabenizar os todos os nossos expositores, palestrantes dessa manhã, pela sua contribuição. Eu creio que esse alerta, eu creio que essa preocupação comum, pode ser melhor implementada para melhorar a qualidade do serviço prestados ao idosos brasileiros.

Muito obrigado e parabéns aos senhores e as senhoras pelas exposições.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Senador Nery, V. Exa. tem sido importante na sua contribuição, trazendo aqui para o debate muitas colocações que a sua experiência, da sua vivência no seu estado e isso é muito importante.

Eu quero passar agora para o Senador Papaléo, que é o relator desse ciclo de debate.

Mas antes, Senador Papaléo, como nós temos um número regimental, eu gostaria de colocar para ser aqui analisado e votado o requerimento nos termos do inciso II do § 2º art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X dos art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de debater as políticas públicas para prever as queimaduras e a reabilitação de queimados. As autoridades às quais se pedem a participação são: Dr. José Adorno, Coordenador de Cirurgia Plástica da Unidade de Queimados do Hospital HRAN Regional Asa Norte, Dr. Flávio Nadruz Novaes, Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras. A Sra. Ana Aparecida de França e Silva, Presidente da Associação dos Portadores de Sequelas por Queimados, e um representante do Ministério da Saúde na área. Sala das Sessões,

26 de maio de 2009, Senador Papaléo Paes que faz a solicitação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu gostaria já de informar que essa Audiência vai acontecer no dia 9, e no dia 16 a audiência de órtese e prótese, que foi solicitada pelo senador Flávio Arns. Bem, então agora eu passo a palavra ao Senador Papaléo, que trará as suas indagações aos nossos expositores.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senhora Presidenta, Senadora Rosalba Ciarlini, Comissão de Assuntos Sociais, Sr. Presidente da Subcomissão de Saúde, Senador Augusto Botelho, Senador José Nery e um agradecimento e a nossa gratidão pela presença das senhoras e senhores expositores: Dr. José Luís Telles de Almeida, Dra. Maria Alice Toledo, Dra. Elisa Franco de Assis Costa e o Sr. João Batista de Medeiros, a quem nós temos aqui na Casa um grande respeito pela sua luta e participação na luta nessa questão relacionada aos idosos.

Eu teria, são verdadeiros relatórios e no final perguntas, o que não compõem agora para o momento. Eu vou fazer duas perguntas. Mas antes, eu quero louvar a nossa Presidenta, Senadora Rosalba, exatamente por que, pela iniciativa que ela tem de nós fazermos um ciclo de palestras, que essas palestras sobre assuntos extremamente importantes como o de hoje, que é uma realidade do Brasil que nós temos que ter muito cuidado, atenção, determinação e investimento. E vamos, Senador Nery, no final de todas essas palestras, nós vamos ter um documento. E este documento, claro, que será um documento da mais alta credibilidade pelas pessoas que são convidadas para vir para cá. Esse documento, tenho certeza absoluta, norteará os bons propósitos do Ministério da Saúde e de outras instituições, órgãos e ministérios, seja lá o que for para os nossos objetivos.

Quando o Senador Augusto Botelho tomou posse como o Presidente da Subcomissão de Saúde, ele lembrava nós estarmos ali, foi só... como é que eu digo, uma dobradinha, eu era Presidente e o Augusto era Vice, ele passou a ser Presidente, essa alternância democrática do poder. Então, o Augusto lembrava: "*Papaléo...*", nós temos que lembrar aqui que no início do nosso mandato aqui de gestão e foi exatamente no momento em que a gente chega à Casa, ainda meio desconhecendo o ambiente tudo, mas não perdendo a iniciativas, nós discutíamos a questão de Farmácia Popular. E aqui foi o embrião da criação Farmácia Popular, nós podemos dizer isso com toda certeza absoluta. Então, o que nós estamos discutindo hoje é uma questão extremamente séria. Uma questão que nós temos nós, não tem um, uma pessoa, a não ser que seja um psicopata em grau grave e elevadíssimo, não

vá pensar no idoso, a não ser esse. Porque ele nunca vai pensar que vai ficar idoso, que nunca vai precisar de ninguém e que idoso é isso mesmo e acabou-se, a não ser esse. Mas qualquer pessoa tem a sua determinação e intenção. E nós ficamos muitas vezes, em uma situação que só a nossa vontade, só a nossa boa vontade não alcança os objetivos. Nós precisamos de muitos investimentos e não é fácil nós recebemos, por exemplo, o Estatuto do Idoso, um documento mais lindo do mundo, mais justo do mundo, mas que nós vemos esse estatuto rigorosamente sendo ferido a todo o momento em quase todos os seus artigos. Ou seja, fica no papel algo muito bonito e na prática muito deplorável, por quê? No momento em que você não tem direito, "*ah porque eu não tenho direito*", mas quando passa a ser direito, você passa a querer o seu direito e é constrangedor nós vemos pessoas idosas cheias de direito, lutarem pelos seus direitos e sequer aqueles que pudessem atendê-los de uma maneira até cortês, nem isso essa pessoa tem.

Ou seja, nós temos que lutar para que nossos idosos, para nós que vamos chegar lá, que estamos chegando, eu estou quase lá, não adianta eu vou ter cabelo branco, mas ainda vou chegar na idade do idoso. Para que nós pensemos que nós somos responsáveis, que os que nos sucederam, sucederão, serão responsáveis, e aqueles que hoje estão na condição de fazer, executar, melhorar e ativar na população o direito que ela tem de lutar pela sua cidadania, no caso o idoso, seja sempre estimulada. Então eu vejo, por exemplo, na área da saúde, nós temos muitas dificuldades, nós temos dificuldade em formar uma equipe multidisciplinar, por quê? "*Ah, idoso, vai com o geriatra, ah, o geriatra passa remedinho geriatra, não sei o quê...*" Não é isso, não, é muito mais complexo do que isso, a equipe é multidisciplinar, envolve uma série de profissionais que precisam estar dotados de conhecimento para poder lidar com aquela situação.

Eu tenho uma certa experiência, porque eu estou cardiologia e lá na minha terra eu fui escolhido pelos idosos para ser médico dos idosos, então meu consultório são muitos idosos, ainda pouco eu dizia para o Nery: "*Nery, sábado eu atendi...*" não tem nada ver com política, com politicagem não, hein, porque quando chega eleição três meses antes, eu não sou doutor, não sou nada. Eu dizia: "*Nery, não tem situação mais confortável para nós assim...*" chegar um senhor, um idoso mesmo, uma senhora, dizer: "*Ô doutor, o senhor está um pouco abatido, o senhor...*" "*Ah, mas é que eu cheguei tarde, viajei*". "*Não, se cuide que nós precisamos senhor*". Aí chegar uma senhora, e tudo aconteceu sábado, sempre eu recebo frango, ovo de galinha, até porco já me deram, tudo... para quê, para agradecer, eu

acho que é aquele que os trata bem. Então eu acho que tem reconhecer isso, tem que dar de volta alguma coisa, quando isso deveria ser natural das pessoas. Então a outra diz: *"Ah, lhe incluo nas minhas orações todas as noites, para você ter muitos anos de vida e tal, que proteja com tudo que está acontecendo no Senado"*, eu disse: *"Então, reforça essa reza"*.

Mas o que eu quero dizer é que esse relacionamento, então falta, o idoso é tratado como qualquer um, aliás, está numa fila: *"Ah, não está prestando atenção"*, fura a fila aí. Então, essas coisas que realmente são questões sociais, e que na área da saúde nós não podemos deixar de questionar também, que há uma boa intenção, mas não existem boas ações para tentar compensar e reconhecer o direito que o idoso tem.

Então, por exemplo, eu vejo, é até interessante isso, que não quero de forma nenhuma levar isso como crítica, por eu ser do PSDB, não tem nada a ver. Chega aqui, o meu partido é a saúde. Nós vimos um quadro no Ministério da Saúde onde no orçamento do ano passado ele injetou, para ser usado na saúde, aplicado na saúde, 20 milhões e 800, eu vou arredondar, 20 milhões. E aplicou somente 6 milhões, ou seja, 6 milhões de reais na saúde do idoso, isso aí é insignificante. É insignificante, e por que no orçamento desse ano baixou a projeção orçamentária de 20 para 8 milhões e até agora só usou 607 mil reais, então isso tem que explicado, por quê? A gente tem que ter os motivos, pode ter os motivos técnicos, mas nos espanta isso, nos espanta, porque a senhora sabe muito bem, doutora, que convive dentro de um hospital como eu, eu sou médico, estou político, sempre exerci minha atividade médica, minha profissão é de médico, não de político. Então, a senhora sabe muito bem que a convivência dentro do meio, sabe que é muito difícil, nunca nenhuma Secretário de Saúde ou Diretor de hospital, ou de clínica vai receber medalha de ouro, pode até receber, mas banhada a ouro, mas de ouro mesmo, porque nunca nós conseguimos fazer um hospital ou qualquer outra instituição hospitalizar que trate de saúde, ter todas as suas necessidades atendidas, nunca, nunca. Vai ter tudinho, mas quando chega na hora da cirurgia, está faltando fio. Vai ter tudinho, quando chega na hora da cirurgia, olha, ainda não chegaram... é um absurdo, né, as luvas. Então, uma coisa pequena, mas que desmonta todo aquele processo que foi trabalhado.

Então eu quero aqui dizer que nós todos temos que manter nossos ideais sempre vivos, e cobrarmos sim, de maneira competente, educada, mas muito eficaz, a atuação do governo para atender as necessidades dos idosos. Eles se preocupam muito bem com a questão da Bolsa Família, a Bolsa Família, q se a

gente for analisar muito bem, é ótimo, é espetacular, mas é deprimente se ouvir, porque só falam em Bolsa Família, não dizem qual é o valor que uma família recebe, famílias que se submetem. Aí vem a minha crítica. Lá no meu estado é assim, se submetem a ganhar 80 reais por mês, 120 reais por mês, dependendo, 180 reais por mês, se submetem a ter seu voto comprado à prestação por esses valores que eu falei. Então, politizam a Bolsa Família. Então, a mesma preocupação que há com um jovem, que é extremamente necessário, esta mesma preocupação nós temos que ter com o idoso, que foi quem deu seu sangue, seu suor, sua vida durante o processo em que foi útil materialmente e emocionalmente à sociedade. Depois esse homem ou, esta mulher é abandonado? Não, ele é muito mais útil do que era, porque ele vai repassar as experiências da sua vida. E essas pessoas precisam, sim, do nosso carinho, da nossa atenção, do nosso respeito, os professores nas salas de aulas, nas criancinhas: *"olha, quando você passar por alguém, dê bom dia, dê boa tarde, dê boa noite"*, coisa que não acontece mais, né, mas eu ainda sou desse tempo. Dê bom dia, dê boa tarde, dê um sorriso, faz bem, isso é saúde. E essas situações, eu acho que tem que ser estimuladas sim, todas essas, para que nós cheguemos a um conjunto, e atendermos as necessidades que o idoso tem. E chamarmos todos os responsáveis, todos os políticos, todos aqueles que lidam na área da justiça, todos aqueles que lidam no executivo, chamar para eles as responsabilidades cabíveis para que eles cumpram rigorosamente, e quando não cumprirem justificarem e tentarem reparar esses erros. Mas eu quero fazer duas perguntas...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY

(PSOL-PA): Senador Papaléo, senador Papaléo Paes em razão das outras Comissões, então, as perguntas agora são bem-vindas.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP):

Perguntas são curtíssimas, cada umas têm 50 linhas no final tem a pergunta, eu vou só para pergunta. O SUS dispõe de serviços especializados em número adequado para o atendimento sobre o assunto que nós estamos discutindo? A distribuição desse serviço abrange todo o território nacional? Existem geriatras em número satisfatório na rede pública? Quando eu falo em geriatria, eu falo também na equipe multidisciplinar, não adianta ter só o geriatra. O PSF tem ações de saúde do idoso integradas? Perguntas. Fica, não estou direcionando.

A outra, o fato reconhecido que não formamos geriatras, e outros profissionais em número da saúde, outros profissionais em número suficiente para

enfrentamento dos problemas decorrentes do envelhecimento de nossa população, isso é fato consumado. Por que o sistema formador de recursos humanos em saúde está tão insensível a esse problema? Porque isso aí realmente está ao Deus dar, quem quer vai, faz o curso. Que iniciativas se fazem necessárias para reverter essa situação? Que recomendações os senhores e as senhoras fariam a esta Casa para nós, em relação à matéria? A última, a doença de Alzheimer constitui uma preocupação crescente das famílias e das autoridades sanitárias. Qual é a situação atual e quais são as estimativas em relação à incidência e prevalência da doença em nosso meio? Contamos com uma infraestrutura de serviço adequadas para o atendimento esses doentes? Onde se localizam esses serviços? Quem os mantém e gerencia? o setor público ou o setor privado? Essas são as perguntas e muito obrigado pela paciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Senador Papaléo Paes, passamos então agora a palavra aos nossos expositores. Como as perguntas do Senador Papaléo são amplas e abrangentes, eu creio que os nossos expositores, escolherão alguma questão, e não foi especificamente dirigida a um dos expositores, então, podemos ouvi-los.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Só pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Bem como dada a complexidade delas, poderão os expositores contextualizar melhor sua resposta em documento enviado à própria Comissão, ao Senador Papaléo Paes, que é o Relator dessa Subcomissão. Então, pudemos inicialmente fazer alguma abordagem e posteriormente uma resposta mais ampla e de acordo com as importantes perguntas que o senhor fez, possa ser dirigida ao senhor posteriormente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Permita-me.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pois não.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Vou encaminhar à Mesa as minhas perguntas, eu tenho muito interesse em receber as respostas, exatamente porque nós precisamos, na formalização do documento, termos resposta de muitas dessas perguntas que eu não fiz. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então fica esse encaminhamento, eu vou passar a presidência para o Senador Augusto Botelho, em razão de outro compromisso inadiável na CPI da Pedofilia, aqui ao lado, e em virtude por eu fazer alguns comentários, evidentemente, às perguntas feitas... Mas

isso fica a critério aí dos senhores expositores que tem uma resposta mais geral sobre as importantes perguntas que o senhor formulou, muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Desculpa aí essa pergunta, porque a gente tem que fazer, eu fui lá relatar um projeto, mas aí um Senador tinha pedido para eu vir, eu cancelei a Relatoria e a Senadora tinha que defender o Requerimento que ela fez lá, e esse aqui deve ter outra coisa. Desculpa assim essa corrida, mas que hoje é um dia que todas as Comissões estão se reunindo. Dentro da norma daqui da Casa, agora para encerrar, os senhores terão tempo para falar cada um determinado tempo, para considerações finais, ou ir para responder algumas questões que foram feitas e foram dirigidas para algum dos senhores. Eu não sei qual foi a ordem que começaram a falar, você tem a ordem? Prof. João Batista, um minutinho que o senhor vai já falar eu vou passar por ordem dos que falaram, para encerramento. Passo a palavra para a Sra. Elisa Franco de Assis de Costa, da Sociedade Brasileira de Gerontologia.

SRA. ELISA FRANCO DE ASSIS COSTA: Senador Papaléo, eu gostaria de receber as suas perguntas e o seu e-mail, para que eu possa respondê-las.

De antemão eu vou dar uma resposta para o senhor a todas elas: Não. Eu acho que resumindo as suas respostas, a resposta é não. E com relação à formação, eu vou de ater a ela, porque o Senador Botelho também colocou, eu acho que a formação, nós temos que ter vários níveis de formação, só lembrando que o SUS não é só rede básica, ela é a maior rede, mas nós teremos, independente de você dar a maior parte da assistência da rede básica, querendo ou não, nós teremos idosos que vão ser necessários serviço mais complexos, uma rede intermediária, uma rede de reabilitação, uma rede hospitalar. Infelizmente é uma realidade, o envelhecimento é um fator de risco intrínseco para qualquer doença crônica não transmissível, a gente sabe disso. Então, não modificado, ainda.

Então, mesmo que nós tratemos, nós temos promoção de saúde na rede básica, gente que combata hábitos de vidas inadequados, nós vamos ter uma porcentagem de idosos hipertensos, uma porcentagem de diabéticos e com artrose, que também tem o envelhecimento como fator inerente. Nós temos que colocar isso claramente, é uma questão biológica. Então, nós teremos necessidade no sistema de todas as áreas de atendimentos das devidas proporções conforme as doenças.

Mas eu acho que o SUS tem um problema, esse é uma visão minha e pessoal que eu vou colocar. Não tiro a importância do SUS, como ao longo desses 20

anos, o que ele foi importante para o país, eu ouvia isso do meu avô, que a assistência melhorou, que era da área de saúde. Mas eu gostaria de lembrar que falta conexão. O que eu sinto e eu vou falar na prática, o senhor falou como médico eu vou falar como médica, não há conexão, eu não consigo tirar da rede básica quando ele precisa para rede. Se ele chega na urgência eu não consigo depois evitar que ele volte na urgência com relação à rede básica, é a conexão.

Com relação à formação, eu coloco o seguinte, nós temos que capacitar basicamente para atender na rede básica e nós temos que formar geriatras, nunca vai ter geriatras, em lugar nenhum do mundo tem para todo mundo. O ano passado teve uma reunião do Ministério de Saúde com o Ministério da Educação, para discutir residência médica e a Geriatria foi considerada uma área que precisa de maior incentivo. Isso é uma coisa que vai, à medida que cresça e que haja um interesse pela especialidade, porque mesmo que você tenha vaga, você tem que ter um indivíduo querendo fazer, e o Senador Botelho colocou isso muito bem e o Dr. José Luís Telles também, muitos não querem. Mas mesmo nos Estados Unidos, recentemente publicaram um trabalho, deve ter sido em 2002, numa revista chamada se eu não me engano, foi... Uma revista de medicina geral. Ele publicou esse trabalho e demonstrou que mesmo aquelas especialidades consideradas especialidades tecnológicas, ou seja, de procedimentos, onde há o maior ganho, e foi comparado nesse trabalho, satisfação do profissional, a satisfação era ligada à remuneração. E essas tecnológicas eram melhores renumeradas, é claro, como é aqui no Brasil. Então deveriam ser mais satisfeitas, mas por incrível que pareça, os profissionais mais satisfeitos eram aqueles que tinham as especialidades chamadas de cognitivas, principalmente Geriatria, apesar de ter poucos, Pediatria, Infectologia, Psiquiatria, são especialidades que não tem procedimento para ganho. Isso é interessante, porque normalmente quem egressa nisso, quem sai disso é alguém escolheu, e que gosta, e que tem vocação, e paixão, porque o Dr. José Luís Telles, que depois que passou a se dedicar a essa área também tem se empolgado e demonstrou sua empolgação aqui.

Então eu acho que nós temos que incentivar, buscar quem quer fazer, e dar a ele condição. Com relação a SUS, isso falta muita coisa, houve avanços, mas falta coisa demais para ser feita e o mais importante é a conexão, nós temos que conectar as várias áreas dos SUS. Nós temos que trabalhar em conjunto, e com o idoso isso é essencial, porque senão ele sai de uma internação agora e o tempo com a sequência de AVC, teve um AVC recente, no período que ele consegue para ser encaixado, se for na reabilitação ele interna cinco vezes com Pneumonia, é isso que eu vejo. E aí não há razão, se poderia ser reabilitado

e recuperado a sua capacidade funcional. Então eu acho que nós temos que pensar isso, como conectar, é o mais importante.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui e passo a palavra ao Presidente da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado Elisa. Agora o próximo a fazer as considerações finais e responder alguma questão, é o Prof. João Batista Medeiros.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: Eu vou usar esse tempinho para agradecer em nome, eu aqui estou extrapolando, mas em nome de todos os idosos do Brasil, porque eu represento eles, eu estou com 76 anos, sou um dos criadores dos grupos comunitários de Terceira Idade desde 1986. Então, obrigado e precisamos de muitas reuniões como essas debates.

E eu queria deixar no ar aos médicos aqui presentes, uma observação dos idosos com quem eu tenho conversado, principalmente as famílias, cujo idoso está com Alzheimer. Eles foram viciados em televisão. Os últimos anos de vida deles foi na frente da televisão. E eu cheguei a seguinte conclusão e gostaria de deixar no ar para que se estude isso, é difícil? É difícil é um monstro da televisão, que ninguém tem coragem de falar contra, mas acontece que ela não deixa a gente pensar. Um acidente ocorreu ali, mostra o local, mostra o carro, mostra tudo, e responde tudo, a gente tem que só ficar “Ah...”, já o rádio, a leitura, faz com que a gente pense. Então, eu deixo aqui o meu pedido aos técnicos aqui presentes, vamos evitar o vício da televisão para ver se nós amenizamos um pouco o Alzheimer. Eu atribuo toda essa enormidade de casos de Alzheimer no Brasil e no mundo à origem básica, a televisão. Porque antes de televisão eu não tenho conhecimento, era caducado, o cara caducava, era velhinho, caducava, meu avô, meu bisavô e tudo. Mas, depois temos o Alzheimer e é preciso que se observe. Menos televisão, possível. Noticiário, tudo bem, mas menos televisão possível. Vamos ler, vamos estudar, vamos fazer ginástica, vamos caminhar, vamos viver, porque afinal de contas, a nossa vida é muito importante para os nossos descendentes.

Muito obrigado e espero contar com o convite para outras oportunidades como esta.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado Prof. João. Agora peço para as considerações finais a Profa. Maria Alice Toledo, da universidade de Brasília.

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Bom, eu acho que realmente dado ao tamanho, assim, a quantidade das perguntas e a profundidade, eu acho que seria bem mais interessante a resposta realmente por escrito. Agora, só uma observação, na verdade eu não vejo os alunos pelo menos, da Universidade de Brasília, não interessados, quer dizer não é a visão que a gente tem nessa univer-

sidade. Não é a visão deles, não estarem interessados nessa área básica e muito menos na Geriatria. Quer dizer, a procura é cada maior. Agora, eu acredito também que o incentivo para que sejam formados profissionais, também depende do que ele vai conseguir lidar lá na frente. Às vezes a gente vê, por exemplo, o não estímulo, não é porque não gosta de saúde básica ou porque não gosta de Geriatria, mas às vezes a pessoa se vê o que vai ser feito, não existe nenhum esquema, nenhuma... nada que você pode fazer, você se sente meio atado. Então, acaba que às vezes a procura, ela vai para outra área em função disso, de você se sentir às vezes até atado e preso em relação ao que você pode desenvolver. Mas vamos ver o que a gente pode, na verdade, estar até arrecadando para contribuir para melhorar.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): Muito obrigado, Dra. Maria Alice. Com a palavra agora o José Luís Telles, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde.

SR. JOSÉ LUÍS TELLES ALMEIDA: Agradecer a oportunidade de estarmos aqui. Eu acho que a palavra chave aqui foi dita, conexão, conexão no movimento social, conexão dos gestores, conexão aqui do legislativo, a possibilidade de construirmos projetos viáveis, factíveis, exequíveis, para essa sociedade que envelhece rapidamente, onde cada um de nós, de forma diferenciada, tem uma responsabilidade. Nós temos na saúde ainda uma herança que nos coloca esses vazios geográficos, ninguém quer ir para o interior, interior não tem cinema, o interior não tem teatro, o interior não tem a vida cultural que existe nas grandes cidades, nós temos dificuldades imensas de fixar médicos, principalmente especialistas em todas as áreas, no interior. Nós temos dificuldades imensas de estabelecer uma rede com as especialidades, porque nós temos uma herança do INAMPS, onde o INAMPS pagava diretamente a consulta aos especialistas, nós não temos rede estruturada nos estados, muito menos nos municípios, é um processo de construção. Estamos trabalhando o Ministério da Saúde, aí Dra. Elisa, estamos trabalhando com o ideia de construção de redes interligadas, interconectadas nas linhas de cuidado. Então, estamos produzindo linhas de cuidados específicas, mulheres em situação de violência, situações de pré-natal, quer dizer, mulheres gestantes, pessoas idosas com doenças crônicas não degenerativas, e a partir dessa construção da linha de cuidado, visualizar quais são os serviços essenciais.

Mas nós temos que ter claro também, eu acho que essa Comissão, quando discute o envelhecimento, quando discute a saúde da população idosa, deve ser claro que nenhuma política de saúde sozinha, dará conta dos desafios do envelhecimento. E aí a conexão fundamen-

tal, é a conexão intersetorial, não só entre os ministérios e aí avançamos. Agora recentemente o Presidente Lula, agora em março, fez um decreto colocando a coordenação da Política Nacional do Idoso, que antes estava no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para, no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos, secretaria essa que tem a sua missão articular as diferentes políticas no âmbito ministerial, e isso nos coloca numa possibilidade mais tangível de estruturarmos ações políticas e intersetoriais que tenham a população idosa como foco. O Ministério da Saúde tem buscado interlocução pró ativa, não é toa que é um representante que ocupa hoje a presidência do Conselho Nacional de Direito do Idoso, nessa articulação intersetorial.

E temos pregado, Sr. João, pregado, é essa a palavra, junto aos estados, junto aos municípios, essa fundamental articulação entre as diferentes secretarias, para que efetivamente essas políticas possam se comunicar. Que o idoso frágil, que é atendido na Saúde da Família, possa ter no Bolsa Família um suporte para tensão alimentar, que tenha na Farmácia Popular uma das possibilidades de acesso aos medicamentos que eles devem ser garantidos na atenção básica, que possam nas suas instituição de longa permanência, uma biblioteca, estruturada, um ponto de cultura enfim... É possível, e é isso que nós temos que dizer para sociedade. É possível construir políticas saudáveis para todo o ciclo de vida.

Alguns países já deram exemplo, o Brasil tem toda a possibilidade de também dar esse exemplo. Muito obrigado e parabenizo essa Comissão pela pertinência da temática aqui abordada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): Muito obrigado Dr. José Telles de Almeida, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde.

Em relação ao cuidador, já coloquei um projeto aqui para incluir o cuidador num amparo, numa lousa, em alguma coisa para ajudar, mas caiu. Eu acho que agora vou começar de novo, vou me meter de novo, porque já está começando a esclarecer essa ideia, porque lá em Roraima, a gente é médico da família, acompanha tudo, e eu sentia um problema quando adoecia uma pessoa na família, um parava de trabalhar para cuidar daquele. E eu acho que o cuidado melhor do idoso é dentro da família mesmo, ele só deve ir para instituição, quando não tiver essas condições. E realmente o idoso também, a gente elabora o futuro da gente quando a gente está vivendo se a gente se dedica bem a família, se dedica a família e tudo, quando a gente ficar idoso, a gente vai ter gente para se dedicar à gente. Eu sofria muito quando eu voltei para trabalhar em Roraima, eu via os idosos no hospital abandonados, a gente ficava assim, até

sofria com eles, mais uma irmã até que já morreu, a Madre Camila, que me chamou e me disse: “*Meu filho, você pode ficar triste, mas não fique sofrendo, ajude o máximo que você puder*”. “*Por que madre?*” Eu disse. “*Porque ele só está aqui jogado e isolado, porque ele nunca teve uma família, nunca cuidou de filho, nunca cuidou de nada*”, inclusive foi essa irmã que fundou a Casa dos Idosos no meu estado, [ininteligível] para essas pessoas. Mas nós construímos o nosso futuro, junto com a nossa família com os nossos amigos, com a nossa sociedade.

Eu acredito no SUS, eu sei que a coisas são difíceis e a descentralização do SUS é muito importante, nós descentralizamos bastante, estamos descentralizando, mas estamos errando na conexão, como a Dra. Elisa falou, a referência contra a referência, isso é uma falha muito grande no nosso sistema de saúde. Falha por causa de educação também. Nós na universidade, na faculdade, não somos chamados bem atenção para isso, de que você tem ter referência, tem que ter contra referência.

E eu acredito também que o Programa de Saúde da Família, se for treinado nessa área, vai melhorar muito a assistência ao idoso.

Então, muito obrigado a todos, eu gostaria de citar a presença do Sr. Paulo de Souza lá do Guará, da D. Marina Grace também, Professora de Atividade Física da Terceira Idade, e da D. Talita Leite, que é assessora técnica do Conselho Federal de Fonoaudiologia.

Muito obrigado a todos, declaro encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 11h59.

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E EMPREGABILIDADE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO, EM 27 DE MAIO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e sete de maio do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a Comissão de Assuntos Sociais e a

Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, com a presença dos Senadores Tasso Jereissati, Roberto Cavalcanti, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, César Borges, Marco Maciel, Marconi Perillo, Fernando Collor de Melo, Valter Pereira, Garibaldi Alves Filho, Renato Casagrande, Gilberto Goellner, Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Augusto Botelho, Pedro Simon, Mozarildo Cavalcanti, José Nery, Antônio Carlos Valadares, João Pedro, Romeu Tuma, Sérgio Guerra, Rosalba Ciarlini, Tião Viana, Neuto de Conto, Paulo Duque, Inácio Arruda, Mão Santa, Papaléo Paes e Almeida Lima. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Gerson Camata, Valdir Raupp, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública sobre o tema “O Papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no enfrentamento da Crise Financeira e de seus Impactos na Empregabilidade”, com a presença, como expositor, do Senhor Luciano Coutinho, Presidente do BNDES. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Tasso Jereissati, Valter Pereira, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Tião Viana, Antônio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Rosalba Ciarlini, Gilberto Goellner, Sérgio Guerra, Garibaldi Alves Filho e Augusto Botelho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Francisco Dornelles**, Presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu queria dizer da honra, Sr. Presidente Luciano Coutinho, de recebê-lo nessa Casa, V. Exa. que é um dos maiores expoentes da administração e hoje da economia do País e que vem fazendo um trabalho da maior profundidade, da maior responsabilidade e

da maior competência no BNDES. Eu queria dizer, Sr. Presidente, que eu estou aqui presidindo por dois motivos: porque sou o que tenho menos tempo no Senado e o que tenho mais idade, porque se fosse qualquer outro critério a presidência deveria caber ao Senador Valter Pereira ou ao Senador Marconi Perillo, que aqui representa a presidência do Senado e a Comissão de Infraestrutura, ou ao meu querido amigo, meu sempre Presidente, Garibaldi Alves.

Antes de iniciarmos os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Eu declaro, também, aberta a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a 14ª Reunião da Comissão de Infraestrutura, a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e a 9ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira, que hoje se realiza conjuntamente. A Audiência Pública é sobre o tema o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento no enfrentamento da crise financeira e seus impactos da empregabilidade, com a presença do Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, em atendimento aos Requerimentos nº 2, 5, 8 e 14 da CAE, ao Requerimento nº 6 da CAS, Requerimento nº 18 da Comissão de Agricultura, Requerimento nº 34 da Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati, Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Valter Pereira e Paulo Duque.

De acordo com as normas da presidência, o convidado fará a sua exposição, em seguida vamos abrir à fase de interpeleção pelos Senadores de acordo com a ordem de inscrição e de acordo com os requerimentos apresentados. Com a palavra o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

SR. LUCIANO COUTINHO: Exmos. Srs. Senadores, Exmo. Sr. Senador Francisco Dornelles, Exmo. Senador Garibaldi Alves, Exmo. Senador Marconi Perillo, Exmo. Senador Valter Pereira, Exmos. Srs. Senadores Casagrande e Suplicy. Antes de tudo, eu queria agradecer às Comissões do Senado a oportunidade de poder ter o diálogo com os senhores, agradecer aos Presidentes de Comissões a gentileza de ter reunido nessa Audiência os vários aspectos da economia brasileira. Quero especialmente dizer ao Senador Valter Pereira que, atendendo à solicitação do Exmo. Ministro Miguel Jorge, que me incumbiu de representá-lo com relação a vários assuntos relativos à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que eu estou à exposição, e dizer da minha alegria de estar aqui. Eu farei uma exposição breve para que possamos ter oportu-

nidade de esclarecer as questões que preocupam os Srs. Senadores.

Nós estamos num momento ainda muito difícil na economia mundial, embora nós vamos ver que os ativos, especialmente bolsas e preços, pararam de cair, mas no caso americano o setor imobiliário, os preços dos imóveis continuam muito deprimidos, continuam ainda caindo. Isso significa que a sensação de empobrecimento das classes médias americanas, a partir do seu patrimônio imobiliário, continua sendo um fator de freio à economia americana, o *Federal Reserve* americano continua atuando muito firmemente, oferecendo liquidez ao sistema, mas o sistema bancário não transmite essa liquidez plenamente para as empresas. É impressionante, por exemplo, o volume de depósitos do sistema bancário no próprio FED, a liquidez não flui e o crédito continua seletivo. Houve melhora apenas para empresas de muito bom *rating*. A atividade da economia mundial e americana nesse ano de 2009 atravessa uma recessão. Este último trimestre foi um trimestre de forte queda da americana mundial, da economia dos países desenvolvidos principalmente, e apenas um conjunto de economias emergentes, economias em desenvolvimento, especialmente China e Índia, e eu argumentaria aqui que o Brasil se juntará a este grupo de países, que começam a se recuperar, a sustentar o crescimento e a contribuir para que a recessão mundial não seja tão aguda. O próximo slide.

Eu queria mostrar aqui que os países emergentes vão contribuir e a sua participação tende a crescer na economia mundial. Essa tabela mostra a última projeção do Fundo Monetário para 2009 e 2010, é uma projeção razoavelmente pessimista, mostrando uma queda de quase 4% no PIB das economias desenvolvidas, um crescimento zero em 2010, enquanto de outro lado as economias em desenvolvimento não só mantêm uma relativa diferença em termos de taxa de crescimento como ajudam a recuperação da economia mundial. Essa é a projeção mais recente do FMI. Eu quero sublinhar esse aspecto, que as economias em desenvolvimento podem gradativamente, mas especialmente lideradas pela China, cuja taxa de crescimento mínima será de 6,5%, o consenso de analistas já mostra que a China talvez consiga crescer 7%, a Índia cujo desempenho tem se mantido mais firme do que o esperado também, talvez o FMI tenha subestimado um pouco essas taxas de crescimento, inclusive a nossa, mas o consenso é que as economias em desenvolvimento ajudarão a puxar a recuperação global e, portanto, descolarão da recessão internacional. O próximo quadro.

Com relação à crise de crédito nos Estados Unidos, como eu disse, nessa curva azul aqui nós temos que ler desse lado. As taxas de risco das empresas de

melhor qualidade *investment grade* americanas chegaram a bater em quase 300 pontos base; elas estão hoje um pouquinho abaixo de 200. É um nível ainda muito alto, mas é um primeiro indicativo de que as taxas de risco para as empresas de *investment grade* nos Estados Unidos começa a ceder. Por outro lado, todos os investimentos de alto risco ainda continuam, a leitura aqui, em taxas que chegaram a 2500 pontos base, portanto, 25 pontos de porcentagem encontram-se ainda um pouco abaixo de 2000 pontos de porcentagem; são taxas de risco elevadíssimas para empresas ou investimentos de alto risco ainda no mercado americano, mostrando que a dificuldade financeira nos Estados Unidos ainda permanece muito aguda, muito séria. O próximo, por favor.

Um aspecto relevante que tem diferenciado o Brasil, graças à obtenção do *investment grade* e graças ao reconhecimento pelos mercados da solidez macroeconômica brasileira, tem sido a clara discriminação positiva que tem sido feita pelos mercados em relação ao risco Brasil. O risco Brasil, que sempre havia sido superior à média, após o *investment grade* ele começou a correr um pouquinho abaixo da média e agora no período de crise com um diferencial substancial abaixo da média, numa demonstração muito clara dos mercados do reconhecimento da solidez da economia brasileira. Eu diria que a economia brasileira ultrapassou de forma muito hesitosa um *stress test*, um teste de estresse, tendo conseguido manter reservas, conseguido manter condições mínimas de crescimento do sistema econômico, manter a integridade da sua política econômica, manter condições fiscais sobre controle. Várias dessas condições têm sido reconhecidas pelo mercado. O próximo, por favor.

Outro ponto importante, eu mencionei, é que os preços dos ativos pararam de cair. Aqui temos os preços das commodities. Nós temos aqui forte queda no preço das commodities e uma estabilização de preços num patamar bem mais baixo, um patamar médio que remonta a 2006, 2007, mas as commodities caíram, estabilizaram e em comuns casos as commodities começam a dar sinais de melhora. Obviamente nós temos que fazer uma análise individual de cada mercado, mas graças, em boa parte, à demanda representada pela China, as commodities chegaram a um certo piso de sustentação, o que tem sido bastante positivo para o desempenho comercial brasileiro. Da mesma forma as Bolsas de Valores, que sofreram uma forte queda, já estabilizaram e nos últimos dois meses mostram até um comportamento, talvez, excessivamente exuberante, talvez não correspondente ao quadro, talvez a Bolsa antecipando, eu vejo aqui talvez até uma minibolha, uma certa antecipação da recuperação à frente, mas

mostrando que, pelo menos, do ponto de vista de precificação das bolsas, a impressão dos mercados é de que a crise já está sendo ultrapassada. O próximo.

Eu queria mostrar aqui uma coisa interessante com relação ao futuro do Brasil, quer dizer, o Brasil, historicamente, sempre cresceu acima da média mundial. De 1966 a 1981, se nós tomarmos de 1950 a 1980, enquanto a economia mundial crescia 5%, o Brasil cresceu 9,5%, quer dizer, o Brasil chegou a ter uma taxa de crescimento espetacular durante um período de quase trinta anos, uma média histórica muito alta, isso nos anos 50, 60 e 70. A partir dos anos 80, a hiperinflação, a desorganização das finanças públicas, a crise da dívida, a crise cambial, um período muito difícil, impôs à economia brasileira uma trajetória muito medíocre. Nos custou duas décadas e meia para superar essas dificuldades e o Brasil cresceu muito abaixo da média mundial. Foi devido ao esforço de reconstrução fiscal do País, que data desde o fim da conta movimento, passa por várias iniciativas, até a Lei de Responsabilidade Fiscal, e a sustentação de um superávit primário firme durante um longo período, é que um dos fundamentos foi estabelecido. O outro fundamento, o Plano Real, que meio à década de 90 conseguiu estabilizar a economia, embora ainda um terceiro problema sério tivesse remanescido, que foi a alta vulnerabilidade cambial do Brasil. E a alta vulnerabilidade cambial do Brasil foi superada apenas entre 2005 para 2006 quando um forte movimento de acumulação de reservas permitiu ao Brasil desdolarizar a dívida interna e acumular um colchão de reservas muito superior ao passivo externo público brasileiro. Então eu diria que este processo de acumulação de ganhos que foram consolidando a macroeconomia brasileira, e é um processo que ultrapassa várias iniciativas de governos, de vários governos, ele já se refletiu, especialmente a partir do robustecimento cambial, ele já se refletiu no período de 2004 a 2008 numa taxa de crescimento média em que o Brasil cresceu igual ao mundo, abaixo ainda do nosso potencial, do potencial que nós desejamos. Eu acho que nós, brasileiros, a sociedade brasileira almeja crescer mais do que a média mundial, como um País em desenvolvimento, jovem, com grandes fronteiras de expansão, nós certamente podemos crescer mais do que isso, mas nós já melhoramos, estamos empatados. Porém, embora tenhamos acumulado todas essas vantagens, nos defronta nesse momento uma grave crise internacional e a expectativa de um crescimento nos próximos anos muito baixo da economia mundial. Provavelmente a economia mundial nos próximos anos ostentará uma taxa de crescimento média muito mais baixa, principalmente das economias desenvolvidas. Portanto, o

Brasil terá que se descolar da economia global para aumentar e retomar uma trajetória de crescimento mais robusta. Nós precisamos, em síntese, sustentar a robustez macroeconômica brasileira, a robustez cambial, a estabilidade conquistada. Nós não podemos esquecer lições do passado, sustentar a nossa robustez, e precisamos fundamentalmente, na minha opinião, ampliar a capacidade de poupar e de investir do País. É a ampliação da capacidade agregada de poupança e investimento do País, a elevação da taxa de investimento do País que nos permitirá realizar no futuro um crescimento mais alto do que a média mundial. Isso está ao nosso alcance e eu tenho convicção de que o Brasil poderá alcançar no futuro um crescimento superior à média mundial pelas razões que eu gostaria de expor a seguir. Por favor.

Primeiro, o Brasil tem um potencial de consumo e de demanda doméstica muito firme. As famílias brasileiras têm uma baixa alavancagem em dívida e qualquer melhora consistente do emprego e da distribuição de renda produz no Brasil um impulso muito firme ao consumo. Nós vemos aqui que a sustentação entre 2005 e 2008 de um crescimento firme do emprego resultou em taxas de crescimento muito firmes do consumo das famílias, taxas até em certos momentos excessivamente aceleradas, que nos preocupavam, especialmente o Banco Central, preocupava pela pressão inflacionária que poderia advir de um crescimento sobreaquecido do consumo, mas o que está por trás disso aqui é o seguinte: o Brasil tem um potencial de crescimento do consumo familiar no mercado interno muito firme. E nós estávamos num ciclo muito virtuoso em que o crescimento do investimento, que é essa barrinha azul, há vários trimestres consecutivos superava o crescimento do PIB e permitia que a taxa agregada de investimento da economia estivesse subindo. Esse é o tipo de crescimento saudável, liderado pelo investimento, que nós devemos buscar para a sustentação a longo prazo do crescimento econômico com estabilidade. Eu quero argumentar também que o Brasil é uma das economias que tem condição de sustentar um crescimento rápido e firme dos investimentos. O próximo.

Aqui no quarto trimestre há queda. Nós podemos saltar esse slide. Por favor, o próximo.

Eu queria sublinhar agora aqui o mercado interno brasileiro. Ele está sendo preservado. Nós temos aqui a curva de desemprego de 2008 e a curva de desemprego de 2009. O desemprego de 2009 está um pouquinho acima do de 2008, ainda muito abaixo da queda do desemprego, da curva de desemprego verificada desde 2004, quer dizer, houve uma queda do desemprego. O ajuste de produção realizado desde setembro produziu uma queda do emprego nos

meses de outubro, novembro e dezembro, mas é relevante sublinhar que o emprego formal voltou a crescer no mês de março, 36 mil novos postos, e no mês de abril 106 mil novos postos. No caso do mês de abril, um crescimento forte da construção dos serviços e, também, uma neutralização da queda do emprego industrial. Eu não quero dizer com isso que a situação do emprego está superada, que a preocupação com a sustentação do emprego deva ser abandonada, mas eu quero dizer que há sinais objetivos de recuperação do mercado de trabalho brasileiro que, associado à melhora do salário mínimo e da renda previdenciária que está vinculada ao piso do mínimo, permitiu que a renda das famílias pudesse ter sido sustentada e, com isso, o consumo, especialmente nas vendas no varejo, vendas de supermercado, vendas em varejo, tenham exibido taxas reais de crescimento, de recuperação, o que é um fato importante, revelando a resistência do mercado interno brasileiro, a capacidade do mercado interno brasileiro de resistir ao processo de crise, o que é um fato muito importante para a nossa economia. Vamos em frente.

Isso se revela aqui no fato de se nós olharmos a massa salarial, na sustentação do aumento da massa salarial apesar da crise, ou seja, não houve uma quebra na massa salarial, embora tenha havido uma redução do emprego ali num período, ela foi compensada. Portanto, o mercado interno tem sido sustentado. O próximo.

Olhamos agora o lado do consumo que depende do crédito. O crédito sofreu de forma muito evidente, está aqui o sofrimento do crédito, embora o crédito, a pessoa jurídica desde setembro tenha sofrido mais do que o crédito para pessoa física, mas o crédito sofreu. Temos feito um esforço muito grande - podemos passar para o próximo - de sustentação do crédito. Desde setembro, se tomarmos um índice 100, os bancos públicos, até o fim de março, nós só teremos o número de abril do Banco Central anunciado hoje, por isso que eu não tenho a estatística incluindo abril, mas até março os bancos públicos tinham índice de concessões novas de crédito de 118,3 e o setor bancário privado de 102,1, ou seja, toda a expansão do crédito de setembro do ano passado a março deste ano, 82% da expansão do crédito foi providenciada pelo sistema bancário público e apenas 18% pelo sistema privado. Portanto, graças à existência de um sistema bancário público foi possível mitigar no Brasil a violência da crise de crédito observada em outras economias. Eu quero mostrar que o BNDES sozinho contribuiu com 34% do aumento de crédito nesse período. O próximo.

Então, em resumo, o crédito, eu sei que o Senador Dornelles me mandou algumas perguntas sobre

o crédito, eu acho que a questão do crédito não está totalmente resolvida, nós podemos falar disso depois. Temos ainda um desafio de melhorar as condições de crédito para pequenas e médias empresas, é um desafio ainda pendente, não está totalmente resolvido, mas eu queria falar agora da questão do investimento, porque é que eu tenho uma visão otimista da capacidade brasileira de recuperar o crescimento olhando, agora, aquela parcela do investimento que, em geral, é aquilo que os economistas chamam de investimento autônomo, ou seja, não é um investimento que depende da demanda do sistema econômico, é um investimento que depende de um cálculo de longo prazo e, em geral, de decisões autônomas do setor público. Os investimentos em geral, em energia, em petróleo e gás e em outras infraestruturas não foram afetados pela crise. Por quê? Porque esses investimentos dependem de ou iniciativas diretas do governo ou da oferta ao setor privado de concessões ou de autorizações para a construção e a operação de infraestruturas. Eu quero sublinhar, por exemplo, os planos. Esses levantamentos foram feitos pelo BNDES em agosto de 2008, antes da crise, e em dezembro de 2008. Então nós verificamos que em infraestruturas e em vários outros setores os investimentos foram não afetados ou muito pouco afetados pela crise. Por outro lado, investimentos que dependem muito do mercado externo, commodities de exportação que dependem do mercado internacional, por exemplo, na siderurgia é natural que os planos de investimentos tenham sido postergados em função de um cenário mundial muito adverso. Então houve, sim, uma postergação de planos de investimento, mas há uma parcela relevante de investimentos que não foi afetada pela crise. O próximo.

Nós podemos ver aqui ao contrário, que em determinados segmentos os sucessivos levantamentos realizados pelo BNDES, por exemplo, essa coluna aqui mostra o investimento efetivamente realizado no período de 2004 a 2007. Por exemplo, em petróleo e gás, 147 bilhões de reais. Ao fim de 2007, nos dois últimos meses de 2007, a projeção para o quadriênio 2007/2010 apontava 183. Ao fim de 2008, 202. Ao fim de 2008 apontava 269,7 para o quadriênio 2009/2012, ou seja, os sucessivos levantamentos que o banco tem feito de projetos nessas áreas que em geral passam, transitam pelo BNDES, revela, ao contrário do que se pensa, que esses investimentos no Brasil estão em expansão e não em retração. Os investimentos da cadeia de petróleo e gás estarão em expansão nos próximos anos graças à camada pré-sal, à preservação e o suporte à capacidade de investimentos da PETROBRAS. Posso dizer a mesma coisa em outros setores, por exemplo, na energia elétrica, que eu vou mostrar num outro slide,

mas mesmo em alguns setores, por exemplo, como a petroquímica, os investimentos estão sendo mantidos. Os investimentos, porém, por exemplo, se nós tomarmos celulose e papel, a crise afetou e postergou planos de investimentos para o futuro. O próximo.

Mas há ainda um ponto curioso. Mesmo no setor automotivo, por exemplo, os investimentos sofreram, mas sofreram relativamente pouco por conta do potencial do crescimento da economia brasileira. Por exemplo, surpreendentemente nós temos um projeto de investimento em análise de 1 bilhão e 300 milhões de dólares de uma fábrica nova, de uma plataforma global nova de uma das grandes empresas montadoras, que está em grave crise, mas no Brasil ela tem um plano robusto de investimento. Então existem energias e potenciais da economia brasileira que nós precisamos reconhecer e que estão sendo, felizmente, confirmados. O próximo.

Se nós olharmos as infraestruturas nós vamos ver também que os planos de investimento têm se ampliado. Em energia elétrica, por exemplo, o realizado entre 2004 e 2007, o projetado para os próximos quadriênios tem se ampliado. Eu quero sublinhar, por exemplo, que as usinas do Madeira estão sendo executadas, embora em algum momento tenha sido objeto de ceticismo, e não estamos aqui computando, por exemplo, os novos projetos de Belomonte e Tapajós. Então, portanto, a fronteira de investimento em energia, ela tende a crescer e não a se contrair. As telecomunicações têm mantido firme os seus cronogramas de investimento em função da rápida expansão das tecnologias de banda larga. Os investimentos em saneamento, graças à recuperação de muitas das empresas estaduais de saneamento, e nós temos trabalhado muito firmemente para buscar recuperar essas empresas estaduais de saneamento, e graças também a vários dos projetos do PAC, os investimentos em saneamento tem crescido e tem se expandido. Resumindo, o Brasil tem fronteiras de investimento de alto retorno em várias áreas – pode passar o próximo – que nos assegura que uma parcela importante do investimento tem um componente autônomo que irá se expandir apesar do cenário adverso. E eu quero separar esse conjunto de investimentos, que representa mais ou menos metade da formação bruta de capital fixo, dos investimentos das milhares de médias e pequenas empresas que são induzidas pela demanda. São investimentos que dependem muito do nível de uso de capacidade produtiva. Esses investimentos que dependem do uso da capacidade produtiva foram afetados pelo ajuste de produção, os planos de investimento foram postergados, e nós precisaremos, se nós lembrarmos, por exemplo, o uso de capacidade industrial no ano passado, média, estava em torno

de 84%, querendo chegar a 85%, que é um nível de perigo, digamos assim, do ponto de vista de inflação. O nível de uso de capacidade industrial caiu a quase 70%, está hoje em 76%, 77%. Ele está retornando. Mas será necessário que o crescimento do mercado interno se sustente para que a capacidade produtiva possa ser utilizada novamente, a ociosidade seja absorvida e na medida em que a ociosidade industrial venha a ser absorvida é natural que a grande massa de pequenas e médias empresas volte a investir, e é esse o grande problema que nós precisamos ainda enfrentar. Nós temos que sustentar o crescimento do mercado interno brasileiro e providenciar condições de apoio às médias e pequenas empresas do País para que, na medida em que sustentemos o crescimento do consumo, possamos vir a incentivar e apoiar firmemente a retomada do investimento por parte da grande massa de pequenas empresas, porque o investimento dos grandes blocos produtivos em infraestrutura, energia, petróleo, gás e outras, que dependem de decisões de grandes empresas, nós já estamos em processo de suporte e temos perspectivas positivas. O BNDES tem feito um esforço muito grande de apoiar a formação de capital fixo no Brasil, nós estamos ampliando a nossa participação direta no financiamento ao investimento no Brasil, temos apoiado, e vamos continuar apoiando fortemente, provavelmente em 2009 a nossa participação continuará crescendo. O próximo.

Os desembolsos do BNDES continuam em ascensão, até abril nós desembolsamos quase 93 bilhões de reais. Agora em maio, junho e julho nós deveremos nos estar aproximando de um desembolso perto a 100 bilhões de reais em doze meses, e as nossas aprovações que caíram um pouquinho e me causaram alguma preocupação, felizmente nós vamos poder reverter. Eu queria mostrar o próximo slide, por favor.

Nesse próximo slide nós vamos mostrando que nesse quadrimestre de janeiro a abril desse ano, felizmente as consultas ao BNDES voltaram a crescer e os enquadramentos voltaram a crescer fortemente. Aqui tem o enquadramento da operação PETROBRAS, mas mesmo que eu deduza daqui o enquadramento da operação PETROBRAS, que é muito grande, ainda assim nós temos um crescimento no volume de enquadramentos, o que me dá tranquilidade que nós vamos... Como esses enquadramentos em larga medida se transformam depois em projetos aprovados--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E a PETROBRAS?

SR. LUCIANO COUTINHO: A PETROBRAS representa 25 bi, é o empréstimo a PETROBRAS desses 67. Portanto, ele representa um percentual importante disso aqui.

Mas nós temos o enquadramento agora em maio crescendo, então nós estamos com a melhora do enquadramento, o que me permite - podemos seguir adiante - confiança de que poderá continuar crescendo a atuação do BNDES em termos de aprovação de projetos.

Uma palavra a respeito do PAC. Nesse momento o BNDES tem 304 projetos do PAC que representam um potencial de financiamento de 124 bilhões de reais. Desses 124 bilhões, 100 bilhões já estão enquadrados e 50 bilhões já estão aprovados e contratados. O BNDES é o principal financiador do lado privado do PAC. Nós queremos dizer o seguinte: existe um lado do PAC que é o OGU, que é o investimento que vem do Orçamento Geral da União, e existe um outro lado que é o PAC privado, através das concessões e através de vários outros empreendimentos, que dependem do setor privado e que tem recebido firme apoio do BNDES.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, se por possível esclarecer enquadramento, o que é exatamente é, por favor.

SR. LUCIANO COUTINHO: Bom, o enquadramento--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A diferença, porque tem aprovação, enquadramento e desembolso.

SR. LUCIANO COUTINHO: Um processo no BNDES passa por vários comitês. Inicialmente o BNDES recebe uma consulta, uma Carta-Consulta, essa consulta é analisada. Se essa consulta está conforme as regras do banco, se a empresa tem condições de cadastro e de *rating* mínimo aceitável, esse projeto passa por um comitê de avaliação e é enquadrado. Um projeto enquadrado recebe uma determinada prioridade e passa a ser analisado pelo banco. A partir da análise ele pode ser aprovado pela diretoria, depois de uma análise, de uma formatação da melhor forma de apoio financeiro do banco, a definição das condições, definição de garantias, definição de taxas. Após a aprovação o projeto é contratado e após a contratação começam a ocorrer os desembolsos do projeto contra a realização do investimento. Então esse processo, desde a consulta até o enquadramento, até a aprovação, tem levado em média seis meses, considerando que em alguns casos, obviamente dependendo das linhas, algumas linhas são muito rápidas, alguns projetos pela sua complexidade são projetos que demoram mais ou porque a consulta precisa ser refeita em função das prioridades, mas há, digamos assim, uma espécie de linha de montagem de tramitação dos projetos dentro do banco.

Então o banco participa como um financiador importante do esforço do PAC. Podemos passar para o próximo.

Eu queria, em atenção aqui à Comissão de Agricultura, ao Senador, falar um pouquinho do apoio do BNDES à agricultura, que muitas vezes é subestimado. Eu queria dizer o seguinte, Senador: no ano passado a agricultura recebeu praticamente 25 bilhões de reais em apoios do BNDES, distribuído como está aqui mostrado, quer dizer, financiamento de caminhões, uma parcela muito grande dos nossos caminhões vão para o setor agrícola, que depende de caminhões para a sua safra, e os demais programas, o Moderagro, o Modfrota principalmente, a soma dos programas do banco, além de outros pois diretos do banco, empréstimos diretos do banco a empresas do setor agrícola sob diversa formas. Portanto, é muito substancial. E o crescimento no ano passado foi de 63%, foi um crescimento até superior ao crescimento total do banco.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Investimento de crédito?

SR. LUCIANO COUTINHO: Do crédito para o setor agrícola. O crescimento do ano passado do banco estava em torno de 40%, quarenta e pouco por cento, para a agricultura superou. Então o banco tem sido muito ativo no suporte em agricultura. Agora depois da crise, de setembro a abril, comparando com o mesmo período, nós estamos mantendo um crescimento--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nesse valor aí está incluído o sucroalcooleiro?

SR. LUCIANO COUTINHO: Neste valor, o sucroalcooleiro, que está recém começando, tem muito pouquinho, mas vai estar incluído um aumento para o sucroalcooleiro, mas aqui dentro tem alguns preâmbulos diretos ao setor sucroalcooleiro.

Então nós estamos mostrando também que de setembro do ano passado a abril desse ano, depois da crise, nós já desembolsamos 17 bilhões para o setor agrícola como um todo. Então o BNDES tem tido, ao contrário do que se pensa ou que às vezes se diz sem conhecimento, um compromisso muito firme com o setor agrícola brasileiro, com os agronegócios brasileiros e não poderia ser diferente. A economia brasileira tem nos agronegócios um dos seus principais esteios. Não fora o agronegócio brasileiro, a nossa balança comercial seria uma balança fortemente deficitária; o Brasil depende do seu agronegócio para sustentar a sua robustez cambial e seria inteiramente ilógico e irracional que nós estivéssemos afastados ou não tivéssemos atenção ao setor agrícola como um todo e ao setor de agronegócios, agroindústrias, como um todo. Então nós teremos muita satisfação, depois, de olhar os programas. Eu sei que nós temos desafios pela frente

em função da crise de crédito, das dificuldades que alguns segmentos importantes do agronegócio estão enfrentando, nós temos consciência disso, mas nós temos buscado trabalhar muito para superar essas dificuldades. Vamos em frente.

Quero falar também do papel do BNDES na área social. Entre janeiro e abril de 2009 o nosso desembolso na área social tem crescido fortemente numa ação anticíclica. Nós estamos apoiando mais metrô, saneamento, ou seja, nós estamos buscando acelerar o desembolso nos contratos relativos a toda a área social do banco. O próximo.

Quero falar um pouco sobre o emprego, porque essa é uma outra questão muito endereçada ao banco. Numa das questões do Senador Dornelles, que eu recebi, era a questão do emprego, Senador, o BNDES desenvolveu um cálculo muito conservador, usando a matriz de insumo do produto, para calcular o impacto dos investimentos financiados pelo BNDES sobre a criação de empregos. Então o que nós temos é o seguinte: no ano passado os desembolsos do BNDES para capital fixo, para novas fábricas e novas unidades, representaram a criação ou manutenção de 2 milhões e 860 mil empregos. Então o BNDES tem contribuído de forma persistente e expressiva para a geração de empregos. Há, obviamente, aí um pedaço de rotatividade do emprego e o saldo líquido de criação de empregos é diferente desse, mas o BNDES se preocupa e tem como um dos principais nortes da sua política operacional a criação e sustentação de empregos. O investimento, é muito fácil de entender isso. O investimento é o melhor instrumento de criação de emprego em qualquer economia, e como o BNDES é o principal financiador do investimento, é natural que o resultado da sua atuação seja muito favorável em termos de criação de emprego. O próximo.

Mas mais do que isso, há um estudo recente feito pelo IPEA, um estudo muito interessante. Ele toma amostras de empresas comparáveis, empresas do mesmo porte e dos mesmos setores, e analisa essas duas amostras. Essas amostras cobriram o período de onze anos, de 1995 a 2006. Amostras de empresas apoiadas versus amostras de empresas não apoiadas pelo BNDES. Então amostra de empresas apoiadas pelo BNDES revela que no primeiro ano elas tinham 14% mais emprego e no terceiro ano 27% mais emprego do que a amostra das empresas não apoiadas. Se nós olhássemos remuneração média, também. Se nós olharmos escolaridade e produtividade, não está aí, mas o BNDES tem um efeito qualitativo: não só ele queria emprego, ele ajuda a criar emprego, mas o desembolso do BNDES tem tido um papel positivo

de melhora qualitativa da estrutura empresarial brasileira. O próximo.

Quero falar agora também, em atenção ao setor de agronegócios, sobre a nossa compreensão relativa a um setor tão importante. Nós sabemos que as linhas de crédito ficaram muito escassas num período recente, especialmente o financiamento que era oferecido por *tradings*, que desapareceu, e o financiamento oferecido por alguns bancos, especialmente bancos pequenos e médios que saíram do crédito e, na verdade, resgataram e sufocaram o crédito para empresas do agromercado em várias regiões. Além disso, houve queda na demanda internacional e houve, em alguns casos, a produção que ia para o mercado internacional foi jogada no mercado interno com queda de preço. Em outros setores houve um ciclo muito forte de investimento que, colhido pela crise, produziu uma ociosidade que afetou várias empresas; foi especialmente o caso do setor de frigoríficos. Enfim, isso levou, felizmente, um conjunto limitado de empresas importantes para a recuperação judicial. Nós temos trabalhado arduamente para tentar encontrar soluções dentro da Lei de Recuperação Judicial para a solucionar o caso dessas empresas, porque nos interessa... Esses ativos empresariais, vários deles, são ativos empresariais de alta qualidade, essas empresas precisam ser recuperadas. E eu quero dizer muito claro aqui, quando a gente quer dizer que precisamos recuperar as empresas, não quer dizer que nós vamos salvar ou recuperar os controladores das empresas. Se as empresas ainda têm patrimônio positivo, é lícito que os controladores tenham a sua fatia correspondente ao patrimônio positivo, mas se as empresas têm patrimônio negativo, trata-se de orquestrar, dentro da Lei de Recuperação, seguindo as normas da Lei, a busca de investidores que possam recuperar a empresa, comprar a empresa em recuperação, apresentar um novo plano de negócio e recuperar essas empresas dentro da Lei, porque empresas são instituições muito valiosas para serem sacrificadas, especialmente empresas que têm um acervo de tecnologia, de capacidade produtiva; isso precisa ser recuperado. Então nós estamos muito empenhados em apoiar o processo de recuperação judicial buscando atrair investidores, apoiar esses novos investidores para que eles possam recuperar a empresa. Podemos seguir adiante.

No caso do açúcar e álcool, felizmente, os preços estão melhorando em função de uma frustração de produção na Índia e de sustentação da demanda. No caso do etanol, nós sofremos com o mercado a partir da redução de vendas de veículos, a partir de uma certa redução do consumo e também das exportações. Entretanto, com o Programa de Orientação(F) do Alcool

nós vamos poder estocar e impedir que o preço continue em queda livre, poder ajudar, e, também, maior destinação para o açúcar vai nos permitir acomodar. Nós temos a convicção de que o setor sucroalcooleiro superará essa crise, temos uma visão otimista quanto ao futuro setor sucroalcooleiro e temos apoiado a recuperação do setor. O próximo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem a perspectiva americana também.

SR. LUCIANO COUTINHO: Tem a perspectiva também, como o Senador está me lembrando aqui, de abertura do mercado americano.

Rapidamente, o BNDES tomou um grande número de medidas, eu não me lembro agora, eu acho que foram mais de quarenta e duas medidas contra a crise, desde a eclosão da crise, mas em resumo as principais medidas desde setembro. Primeiro, a entrada do BNDES firme em capital de giro. O BNDES tradicionalmente sempre financiou investimento ao longo prazo. Em função da crise, o BNDES abriu uma linha de giro que tem sido muito demandada e nós vamos estar executando, entre as diversas categorias de giro, algo próximo a 10 bilhões ou mais ao longo desse ano de 2009, o que é uma mudança importante nas linhas do BNDES. E nós temos produzido giro para a produção, para a exportação, através da ampliação do pré-embarque, e de empréstimos-ponte para projetos de infraestrutura, temos apoiado, porque o mercado tem sido muito seletivo na oferta de crédito a empréstimos-ponte para infraestrutura. O BNDES tem se empenhado muito em fortalecer as pequenas e médias empresas. Nós ampliamos o limite do Cartão BNDES, que era até 250 mil reais, para 500 mil reais. Ampliamos o prazo de três anos para quatro anos e baixamos a taxa de juro, sendo que o resultado é que o Cartão BNDES tem crescido 100% nesse quadrimestre, quer dizer, os desembolsos do Cartão. O Cartão está crescendo fortemente, ele é um precioso instrumento de apoio à pequena empresa que nós temos utilizado. Além disso, nós permitimos o refinanciamento de até 20% da carteira de pequenas empresas do banco. O refinanciamento era permitido para apenas 4% da carteira e nós flexibilizamos o financiamento para que os bancos possam refinarçar pequenas empresas em casos de necessidade de refinanciamento. Então temos buscado apoiar o refinanciamento para pequenas empresas. Um outro programa importante se destinou à manutenção da capacidade de investimento dos Estados da Federação. O Governo Federal ofereceu aos Estados um volume de 4 bilhões de reais para apoio à sustentação dos investimentos dos Estados. O BNDES também participa do apoio ao Programa Minha Casa, Minha Vida, o programa de construção, apoiando a cadeia

produtiva, apoiando a expansão da cadeia produtiva e através de programas de apoio à qualidade. Podemos seguir adiante, por favor.

Com relação a programas que estão entrando em operação agora em abril e esperamos poder expandir fortemente, um deles é o Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro, que é o Programa de Orentagem(F), ao qual eu já fiz referência. O Programa PROCAP Produção é um programa muito interessante. Esse programa visa financiar o cooperado para que ele possa capitalizar a sua Cooperativa. Esse programa permite a recapitalização de cooperativas através do financiamento ao cooperado, seja a cooperativa singular ou seja o próprio cooperado pessoa física. Quero sublinhar, também, o Programa Especial de Crédito Rural - PROCER, que é um programa de 10 bilhões de reais de crédito ao setor rural em diversas modalidades. E, também, o Programa de Giro – PEC/BNDES, que também está aberto aos setores de agronegócio. Esses programas todos são programas muito relevantes. Estes programas, o PAS e o PRÓCER, têm equalização de juros. O Programa PROCAP Produção é um programa em condições bastante favoráveis e o PEC também é um programa que tem como base uma taxa de 10,25%, uma taxa bastante favorável para o capital de giro. Podemos seguir adiante, por favor.

O Programa de Apoio aos Estados é um programa que foi também perguntado pela assessoria do Senador Dornelles. O Programa de Apoio aos Estados tem uma dotação de 4 bi e ele tem como distribuição, Senador, proporcional ao Fundo de Participação dos Estados que, como sabemos, é diretamente proporcional à população e inversamente proporcional à renda per capita dos Estados. Então os Estados mais pobres, mais populosos, recebem mais do que os Estados mais ricos, de maior renda per capita. Portanto, esse é um programa que beneficia, a grosso modo, os Estados menos desenvolvidos do Brasil, com destaque para os Estados do Nordeste. Neste programa será oferecido TJLP + 3% e todos os Estados já apresentaram—

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Presidente, por favor.

SR. LUCIANO COUTINHO: Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Volte um pouquinho só.

SR. LUCIANO COUTINHO: Volte uma.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): São 4 bilhões?

SR. LUCIANO COUTINHO: 4 bilhões de reais. Está aqui a apresentação, Senador, ficará. Podemos seguir.

Esse programa todos os Estados já apresentaram, está todo enquadrado. Os Estados do Nordeste estão

aqui, por conta da renda per capita mais baixa são os mais beneficiados e nós esperamos implementá-lo com grande agilidade para ajudar a sustentação dos investimentos dos Estados. Podemos seguir adiante.

Dentre as medidas mais recentes, Srs. Senadores, o BNDES obteve, um dos seus pleitos importantes atendidos, que era a redução da taxa do empréstimo de 100 bilhões ao BNDES. O empréstimo de 100 bilhões foi feito com TJLP + 2,5% de *spread* para o Tesouro. Ele foi arbitrado em um momento em que a Taxa Selic estava lá em 14,75%. Para reduzir o impacto sobre o Tesouro, sobre o subsídio implícito do Tesouro entre o custo de captação do Tesouro e o custo de empréstimo ao BNDES, o empréstimo foi feito com TJLP + 2,5%. Ocorre que felizmente, graças à queda expressiva da Taxa Selic, esse aproximação da Taxa Selic da TJLP, tornou esse custo um custo extremamente incômodo, posto que o BNDES teria que repassar esse custo para o setor privado. Então atendendo a um pleito, o Ministro Guido e o Presidente da República houveram(F) por bem reduzir a taxa de 2,5% para 1%. Então o custo dos recursos do BNDES foi reduzido de 2,5%, TJLP + 2,5%, para TJLP + 1%. Em função dessa redução de custos nós anunciamos imediatamente uma redução dos custos de várias das linhas do banco que estavam muito onerosas. Por exemplo, o empréstimo-ponte que partia de 14,5% para infraestrutura foi reduzido para uma faixa entre 8,15% e 10%. O Programa Especial de Crédito, que é o Programa de Giro, a taxa saiu de 14,5% para 10,25%, isso para o sistema bancário, pois depois disso o sistema bancário coloca o seu *spread*, quer dizer, 10,25% é o custo básico e mais a remuneração do agente financeiro. E, finalmente, as taxas de pré-embarque à exportação que foram reduzidas. Além disso, toda a linha FINAME, as parcelas da linha FINAME e outros programas que tinham parcelas, especialmente o 20% adicional para chegar a 100%, que estava com TJLP + 2,5%, foi reduzido. Então o BNDES repassou para as suas linhas imediatamente a redução do juro. Então essas foram as medidas mais recentes. O próximo slide.

Eu quero concluir a minha apresentação dizendo que nós temos a convicção, Srs. Senadores, que a economia brasileira tem condições de crescer bem acima da média mundial nos próximos anos, ou seja, a economia brasileira tem condições efetivas de se descolar da crise e crescer acima da média. Este desempenho da economia brasileira estará calcado boa medida em seu mercado interno - eu já falei sobre isso. Eu quero sublinhar também o grande potencial da construção habitacional no Brasil. É um tremendo potencial que eu não fiz referência na exposição, mas o Brasil tem um grande déficit habitacional, especialmente nas

classes de baixa renda. Tem uma baixa alavancagem no sistema financeiro do crédito imobiliário, há uma avenida para o crédito imobiliário crescer a partir da redução das taxas de juros. Então eu tenho uma visão muito otimista quanto ao potencial de crescimento do sistema de construção habitacional no Brasil. Além disso, como eu já expus, o investimento no Brasil será dinamizado por quatro grandes eixos: petróleo e gás, energia, logística e agronegócios, que são vetores muito poderosos de sustentação do investimento. O que nós precisamos agora é apoiar as pequenas e médias empresas para que elas possam também recuperar os investimentos. E eu posso dizer aos senhores, além disso, que o BNDES tem um firme compromisso com a inovação tecnológica e com o meio ambiente, são dois compromissos muito firmes sobre os quais eu não falei, mas é importante deixar sublinhado aqui, além do nosso total empenho em suportar a economia. Muito obrigado pela atenção. Peço desculpas por ter me alongado demais na exposição.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu gostaria que me inscrevesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria cumprimentá-lo pela exposição competente e objetiva que acabou de fazer. A sua presença na presidência do BNDES tem sido um marco da administração pública brasileira e o BNDES tem tido uma função extremamente importante num momento em que o País enfrenta essa crise financeira de empregabilidade.

Nós passamos agora aqui às inscrições. Foi adotado o critério daqueles Senadores que fizeram os requerimentos. O primeiro seria o Senador Suplicy, que aqui não está. Vamos fazer de três em três, se vocês concordarem. Em seguida, o Senador Tasso Jereissati. O Senador Arthur Virgílio não está presente. Inácio Arruda, Senador Valter Pereira e o Senador... Vamos aqui dar a palavra ao Senador Tasso Jereissati e em seguida ao Senador Valter Pereira.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Srs. Presidentes, Srs. Senadores, Dr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Primeiramente eu gostaria de parabenizar ao Presidente Luciano Coutinho pela exposição bastante clara, bastante transparente, que demonstra bem o importantíssimo papel que o BNDES tem desempenhado ao longo de toda a sua história, mas, principalmente, recentemente durante essa crise econômica que afetou o mundo inteiro; realmente o BNDES tem tido um papel fundamental. Gostaria de ressaltar que, apesar de Senador de oposição e ser um crítico constante do governo que aí está, a minha

admiração e respeito pelo Luciano Coutinho pelo que ele representa, um homem sério, competente e que tem uma história que honraria qualquer governo em qualquer época no Brasil.

Algumas coisas, no entanto, Presidente, eu gostaria de ver esclarecido e eu não vejo com o mesmo otimismo que V. Sa. vê no quadro que aí foi entregue. Por exemplo, o papel do BNDES tem sido fundamental, sem dúvida nenhuma. Mas observando o desenho e mesmo confirmado aqui pelo desenho que V. Sa. fez, tem sido investido um volume de recursos muito mais naquilo que vocês estão chamando de operações estruturadas, ou seja, salvar ou ajudar ou suportar empresas em dificuldades do que propriamente novos investimentos que vão promover novos empregos, crescimento industrial, etc. Não que o salvamento não seja necessário, mas, a meu ver, esses últimos recursos e essas últimas grandes operações feitas pelo BNDES têm sido concentrada basicamente nessas operações, chamadas operações estruturadas. Por exemplo, as cinco maiores operações de empréstimos feitas pelo BNDES foram para quatro frigoríficos e uma empresa de cana-de-açúcar nos últimos tempos, todas operações estruturadas, todas operações no sentido de resolver problemas financeiros dessas empresas, empresas, aliás, que boa parte merece. Em algumas delas o BNDES inclusive passou a ser coproprietário, em algumas delas o BNDES passou a ser coproprietário. O investimento, outro volume fundamental, foi para a PETROBRAS, que deixou, enfim, de ter condições de obter recursos lá fora e praticamente, pelo que foi mostrado ali, 40% foi para a PETROBRAS. Isso é o Grupo PETROBRAS, Presidente Coutinho, quando fala aqueles 25%? É o Grupo PETROBRAS como um todo? Porque há uma mudança de critério também para efeitos de referência, no BNDES, em que passa a considerar não a PETROBRAS como um grupo para efeito de risco, de empréstimos à mesma empresa, não é isso? Há uma mudança de critério, há uma mudança de critério aí que me parece que foi feita sob medida para a PETROBRAS, para que o banco pudesse atender a PETROBRAS. E aí também me parece que há uma nova autorização, que eu não entendi direito, e gostaria que V. Sa. me explicasse, que para as empresas estatais, me parece também que aí é feito sob medida para a PETROBRAS, que para as empresas estatais o BNDES poderia repassar para essas empresas não em dinheiro, não em moeda corrente, mas em títulos públicos, o que eu também não entendi, porque está se criando uma nova moeda, uma moeda paralela, e essa empresa poderia pagar ao BNDES em títulos públicos depois de volta ao invés de pagar... Pagaria em títulos públicos. Isso, por que é que isso só vale para

as estatais e não vale para as outras empresas? Porque aí a gente estaria criando um mercado de títulos públicos e eu gostaria de entender essas duas modificações também, ou seja, a questão de concentrada em operações estruturadas e a questão dessas duas modificações que foram feitas.

Dessas operações estruturadas me chama a atenção uma especial e aí V. Sa. vai me explicar porque, talvez, tenha capacidade de entender melhor do que eu. Segundo o Presidente Lula, as pessoas que fizeram operações de derivativos foram os “picaretas”, não é isso? “Picaretas” ou “pilantras”.

SR. LUCIANO COUTINHO: Como os Deputados.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Que usaram o termo, foram os “picaretas”. Segundo uma explicação aqui muito bem feita pelo Presidente Meirelles, o lucro entre quem perdeu e quem ganhou naquelas operações de derivativos, boa parte dos ganhos concentrou-se no Banco Central, foi o Banco Central que ganhou. O Banco Central, por sua vez, repassou para o Tesouro como o lucro do Banco Central que foi repassado para o Tesouro. O tesouro repassou esse dinheiro para o BNDES nesses empréstimos e o BNDES repassou para os “picaretas” de volta, nessas operações estruturadas, algumas delas; os “picaretas”, eu não concordo, os “picaretas” conforme o que o Presidente Lula chamou, não é isso? – [risos]. Eu queria explicar que o Presidente Luciano Coutinho, eu me considero amigo dele há uns vinte anos, ele está olhando feio para mim, mas é mais ou menos isso, porque ele foi professor e quando eu era jovem lá no CIC(F) no Estado do Ceará, várias vezes, e ainda jovem, várias vezes ele foi me explicar algumas operações que ele não entendia. Agora eu estou pedindo que ele, como professor brilhante que é, me explique esse círculo vicioso que começa com “picaretas” e termina com “picaretas”, segundo o Presidente Lula, não é a minha opinião sobre o assunto. Mas me parece que a gente fez uma cirandinha aí, porque parte desse dinheiro voltou para os “picaretas”.

Então são essas as questões... “Picaretas”, eu não concordo com isso, é preciso explicar, que com certeza o Presidente Luciano Coutinho vai me explicar também, ele que sempre foi um grande professor de economia, talvez, agora, venha a ser também mestre em semântica, explicar um significado diferente sobre a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati. Passo a palavra agora ao Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu acho que a vinda do Dr. Luciano Coutinho a esta Comissão multidisciplinar enriqueceu o debate acerca da crise e mostrou perspectivas que realmente estavam em todas as nossas expectativas. Não nos surpreendeu o depoimento dele, dada a sua notável biografia. Conheço a história do Dr. Luciano Coutinho e sei que o BNDES não poderia ter um comando melhor, especialmente nesse momento de crise, e os dados trazidos à colação demonstram claramente isso. O BNDES tem sido o braço direito do fomento da economia brasileira e, indiscutivelmente, tem sido o grande amortecedor dos efeitos da crise na economia brasileira. Portanto, eu quero inicialmente cumprimentar o Dr. Luciano Coutinho pelo equilíbrio, pela descrição com que o banco tem se conduzido e pela firmeza em momentos tão graves pelos quais nós passamos e que ainda não terminamos. Mas, a par disso, algumas dúvidas eu gostaria que fossem esclarecidas.

Uma delas, que diz respeito a uma atividade que afeta profundamente o meu Estado, que é o agronegócio. O Dr. Luciano Coutinho demonstrou que houve um efetivo incremento na disponibilização de crédito para esse segmento da economia que se reveste da maior importância, até porque contribui na formação do PIB com mais de 1/3 e, portanto, é um setor que precisa efetivamente de todo o apoio creditício, de todo o incentivo do governo. Recentemente, Dr. Luciano Coutinho, o segmento sofreu o impacto de fechamento de frigoríficos. Para a economia de um Estado como o Mato Grosso do Sul, acredito que Mato Grosso e Goiás, menos do que os dois primeiros, enfim, a região Centro-Oeste, o abalo no setor frigorífico causa um efeito em cadeia, porque afeta o produtor, afeta a produção, afeta duramente o emprego e afeta, sobretudo, o setor público, onde tem, nas unidades frigoríficas, às vezes, a única ou uma das poucas fontes de emprego. Eu conheço Municípios que o fechamento do frigorífico significa o colapso total da economia e da arrecadação do próprio Município. A crise dos frigoríficos levou ao fechamento de mais de vinte unidades só em Mato Grosso do Sul e um desemprego muito grande. Há algumas incertezas ainda, porque o BNDES tem pautado, aliás, com louvor, por uma conduta discreta, diferentemente de outros segmentos que são espalhafatosos com as suas ações. E no caso do setor frigorífico, há uma inquietação sobretudo por parte daqueles que forneceram para o setor e que estão ainda passando e amargando dificuldades porque não receberam os seus créditos.

Então nós queríamos que o senhor esclarecesse exatamente até onde foi socorrido o setor, até onde poderá ser socorrido e, principalmente, levando em

conta que em alguns casos desses financiamentos o BNDES investiu inclusive com a participação societária, embora, reconheça-se, com um padrão minoritário, dentro de uma faixa de acionista ou de cotista minoritário. Então é claro que se o BNDES tem uma participação nesses investimentos, o objetivo deve ser salvar os investimentos. Então nós queremos que o senhor esclareça sobre a efetiva participação nesse segmento e qual a perspectiva que tem de salvar aquilo que existe no segmento frigorífico, que tanto interessa no agronegócio de Mato Grosso do Sul e de toda a região Centro-Oeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Valter Pereira. Eu passo a palavra agora ao autor do primeiro requerimento e o terceiro orador, dentro daquela ideia de fazer três Senadores de cada vez, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu precisei ausentar-me por instantes para receber o Presidente do Senado da Bolívia com o Presidente Sarney, mas gostaria de cumprimentar ao Presidente Luciano Coutinho, do BNDES, pela excelente exposição e, sobretudo, ao mostrar que o BNDES vem tendo um papel fundamental para fazer o Brasil enfrentar adequadamente e da melhor maneira possível a crise internacional. Eu gostaria de formular algumas perguntas pontuais com respeito a alguns casos que aconteceram.

Em primeiro lugar, o caso da EMBRAER, que o BNDES tem uma relação de apoio. Eu gostaria de que pudesse nos dizer qual a natureza, seja com participação acionária, seja através de empréstimos, e que diálogo teve a direção do BNDES com a própria direção da EMBRAER e com a representação dos trabalhadores que solicitaram o apoio do próprio Presidente Lula e da própria presidência do BNDES para que pudesse haver um diálogo no sentido de minorar quaisquer problemas para o conjunto dos que trabalham na EMBRAER.

Segundo, um outro episódio importante e recente, até mencionado não oralmente, mas por escrito na sua exposição, que levou o BNDES a acompanhar a fusão da Perdigão com a Sadia. Agradeço se puder nos dizer qual foi a natureza da ação realizada junto a estas duas empresas que agora constituem a Brasil Foods, operação esta que inclusive deverá ser objeto ainda de exame por parte dos órgãos que examinam o procedimento de concorrência no Brasil, como o CADE, a Secretaria de Direito Econômico. Então agradeço se puder nos dar uma informação sobre isso.

Em terceiro, como o BNDES já há anos vem avaliando como importante também apoiar as operações

de microcrédito e como as operações de microcrédito constituem também um dos importantes braços de apoio à resolução de problemas sociais com a criação de oportunidades para o pequeno empreendedorismo, mas com experiências muito positivas, então eu agradeceria se puder nos dar uma informação nesta área.

Quarto, com respeito à reflexão que o BNDES tem feito relativamente ao estabelecimento do marco regulatório que está por ser criado, especialmente no que diz respeito à exploração do petróleo no pré-sal, nas profundezas do pré-sal.

E, finalmente, quinto, atendendo ao Presidente Francisco Dornelles, agradeceria se puder nos dar uma evolução de quaisquer têm sido as principais fontes de recursos do BNDES que de alguma forma tem o seu lado do ativo apoiado por recursos, sejam eles de alguma monta provenientes do PIS/PASEP, seja do FAT, seja de outras fontes, eventualmente do Tesouro e das próprias aplicações do BNDES, como tem evoluído as fontes de recursos do BNDES, quais são as principais, inclusive para que tenhamos uma noção de como é que a evolução da economia brasileira afeta positivamente ou não as suas fontes de recurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, passo a palavra ao senhor e perguntaria apenas se poderia abordar se o governo brasileiro ou o banco, o BNDES, tem alguma política própria ou específica para garantir as exportações de manufaturados do Brasil para os países da América Latina que constituem hoje o principal mercado do País nessa área. Muito obrigado.

SR. LUCIANO COUTINHO: Bom, eu queria agradecer aos Senadores, saudar a Senadora Rosalba, o Senador João Pedro, o Senador Augusto Botelho, o Senador Suplicy, o Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Tasso, o Senador Sérgio, o Senador Tião, meu querido Senador Pedro Simon. Eu vou tentar responder aqui com brevidade as questões.

Senador Tasso, eu queria dizer, primeiro, com relação à questão das operações estruturadas do BNDES. Uma parcela muito importante dessas operações foram feitas antes da crise. Portanto, elas não estão relacionadas a nenhum tipo de socorro à empresa. Notadamente várias operações feitas para empresas de agronegócios em que o BNDES atuou como um indutor do desenvolvimento, da formalização da governança e da abertura de capital dessas empresas, percebendo que em vários agronegócios, tomando especificamente o caso dos frigoríficos, percebendo o enorme potencial de competitividade brasileira nessa área e de outro lado a existência de um quadro relativamente pulverizado de empresas sem conformidade, às vezes com práticas de informalidade, etc., a atua-

ção do banco no sentido de estimular a formação de grupos com grande competência industrial, por desenvolver essa competência industrial e tecnológica e, ao mesmo tempo, estruturas empresariais que pudessem migrar sucessivamente dentro do mercado de capitais para a condição de empresa de novo mercado. Nós buscamos estimular isso, até porque toda a política de participações acionárias do BNDES não pode se não que almejar que as empresas deem passos muito firmes na direção da melhoria de sua governança para que elas tenham liquidez no mercado, ou seja, não faria nenhum sentido um banco público congelar capital em empresas fechadas de natureza não líquida, etc. Então é importante que o banco seja um promotor do mercado de capitais. Essa é uma das razões pelas quais o banco precisa ser um promotor firme do desenvolvimento do mercado de capitais do Brasil e um promotor firme do desenvolvimento de APS(F) e de progresso em matéria de governança corporativa no Brasil. Então muitos apoios foram feitos a partir de um diagnóstico de competitividade. Eu acho que a economia brasileira tem muita competitividade em muitos setores. Essa competitividade, às vezes, é imbatível, mas ela requer o desenvolvimento de estruturas empresariais muito mais modernas e competentes para isso. Então uma grande parte das operações estruturadas, na verdade, dá BNDES-PAR, se refletiram num processo de desenvolvimento e de investimento das empresas. Quando o banco entrou no capital de algumas empresas, ele não o fez sem examinar todo o programa de investimentos da empresa. E o financiamento via renda variável, portanto, não significa uma prática que é realizada sem critério, ao contrário, ela é realizada dentro de critérios muito claros de interesse para o desenvolvimento da economia. Muito bem. Posteriormente à crise, Senador, foram muito poucos os casos em que o banco apoiou a reestruturação de empresas através de operações de capitalização ou de empréstimos através de debêntures; foram poucos os casos. E esses poucos casos só foram efetuados após uma condição preliminar absolutamente imprescindível, qual seja, de que os prejuízos derivados das operações com derivativos fossem previamente refinanciados pelos bancos que originaram esses prejuízos. Eu queria talvez, Senador, aqui distinguir duas coisas, quer dizer, os ganhos que o Banco Central teve no mercado futuro, porque ele estava curto em dólar, ele estava operando e ele teve ganhos, dos ganhos realizados por bancos que venderam produtos de derivativos duplamente indexados ou alavancados, derivativos que repicavam sempre que a taxa de câmbio depreciava e que provocou... Eram produtos muito perigosos, produtos que eu considero tarja preta, que deveriam in-

clusive ser objeto de supervisão prévia, produtos que produziram prejuízos muito expressivos e em grandes empresas exportadoras. A condição prévia, absolutamente imprescindível, é que essas empresas renegociem com os bancos o refinanciamento com carência e o refinanciamento ao longo prazo desses prejuízos. Por que razão? Pela razão óbvia, Senador. Nós não poderíamos aportar capitais ou créditos para que essas empresas dessem saída ao lucro dos bancos, ou seja, nós não poderíamos financiar(F) o pagamento desses prejuízos aos bancos. Então, na verdade, as empresas terão que... Essa condição foi honrada em todos os casos, esses prejuízos foram refinanciados a longo prazo e apenas depois que esses prejuízos foram refinanciados pelo sistema bancário privado é que o BNDES se dispôs a participar de operações de mercado para recapitalizar essas empresas com o objetivo de fortalecer novamente a sua capacidade de investimento, porque não faria sentido, por exemplo, abandonar empresas de alta qualidade à sua própria sorte e impedi-las de continuar investindo. Então a atuação do banco, eu quero sublinhar que a atuação do banco foi feita estritamente em condições de mercado. Nós não oferecemos recursos em TJLP, recursos do FAT para operações de reestruturação. Essas operações foram todas operações realizadas com recursos da BNDES-PAR em condições de mercado, recursos até absolutamente com taxas exatamente iguais às taxas de mercado. Foram operações de mercado e que nós esperamos que revertam em lucros para a própria BNDES-PAR na medida em que essas empresas demonstrem recuperação. Então eu creio que essas operações têm mérito e elas não representam uma parcela tão grande.

Obviamente, com relação à PETROBRAS, Senador, um esclarecimento importante da sua questão. O empréstimo à PETROBRAS é um empréstimo de grande escala. Ele foi aprovado, ele está em processo final de contratação, ele ainda não foi desembolsado e contratado. O objetivo desse empréstimo foi assegurar ao mercado a financiabilidade do Plano de Investimentos da PETROBRAS. É um Plano de Investimento de grande escala e, portanto, com a crise internacional de crédito, a PETROBRAS, que tinha facilidade de refinanciamento no mercado internacional de crédito, é conhecido, com o fechamento do mercado internacional a PETROBRAS, inclusive, pressionou durante alguns momentos o sistema doméstico de crédito. Esse empréstimo visa ancorar a capacidade de financiamento da PETROBRAS ao longo prazo. E, de fato, após o anúncio desse empréstimo a PETROBRAS obteve mais consultas e mais facilidade em financiar o seu Programa de Investimento. Esse é o objetivo. É

um empréstimo de longo prazo que reflete a curva de juros do Tesouro e do BNDES, portanto, a curva de longo prazo de uma operação em moeda estrangeira, então é uma operação de mercado, com taxas de juros de mercado, e o fato de que ela é feita... Eu vou explicar agora apenas a questão dos títulos, que foi objeto da sua curiosidade corretamente. Como essa é uma operação de grande escala, primeiro eu quero dizer o seguinte: é uma operação feita refletindo a curva de juro em moeda estrangeira, então é uma operação feita em moeda, é um crédito feita em moeda, a PETROBRAS não vai nos pagar de volta em títulos. Apenas o repasse inicial é feito em títulos por uma questão de conveniência de mercado, que o senhor poderá entender facilmente pelo seguinte: se o BNDES recebesse recursos do Tesouro, monetizar os títulos, entregar em dinheiro para a PETROBRAS, a PETROBRAS, como não vai utilizar imediatamente todos os recursos no seu Programa de Investimento, ela irá outra vez aplicar parcela do recurso em títulos para que ela possa monetizar ao longo do Programa de Investimento. Então é por pura conveniência e para evitar pressão sobre o mercado de títulos que o repasse inicial pode ser feito em títulos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUCIANO COUTINHO: Ele pode ser feito por tranches ou ele pode ser feito... Isso nós estamos exatamente na fase final de contratação do empréstimo, se ele pode ser feito por tranches de títulos, mas ainda assim como a PETROBRAS pode não ter utilização imediata daquela tranche, para evitar que você monetize e reaplique em títulos, a PETROBRAS então fica com... E como a PETROBRAS trabalha com um pessoal de bancos, ela pode ir monetizando essas tranches à medida em que ela tenha necessidade de desembolso. É por uma simples questão de conveniência e de não afetar o mercado de papéis públicos por operações repetidas de monetização. Era apenas por essa questão, não há nada além dessa conveniência. Mas é uma operação de crédito padrão, não haverá nenhuma nova modalidade de empréstimo em que você retomará o empréstimo em títulos, então não haverá um circuito de empréstimos em títulos, como era a sua preocupação, é apenas isso e nós--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUCIANO COUTINHO: Pois não. O BNDES tem um patrimônio de referência em torno de 45 bilhões de reais. Então esse patrimônio de referência, ele foi ampliado, mas os limites para empréstimo a empresas tinham ficado muito pequenos. Então nós ampliamos os limites para empréstimos, mas esses limites estão

dentro de parâmetros de confiabilidade, considerando o patrimônio de referência do banco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O empréstimo para a PETROBRAS ficaria mais de 50%, que é 25 bi?

SR. LUCIANO COUTINHO: Vinte e cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): E o patrimônio de referência 45 bi?

SR. LUCIANO COUTINHO: 45 bi, mas o patrimônio de referência do banco está sendo ampliado ao longo desse ano. Nós estamos capitalizando e estamos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUCIANO COUTINHO: O banco tem que cumprir regras de Basileia, nós cumprimos regras de Basileia, nós estamos sob regulação do Banco Central. O banco tem uma alavancagem muito baixa considerando Basileia, nós mostramos isso numa apresentação aqui na CAE um tempo atrás. Então nós seguimos totalmente a regulamentação de Basileia, nós estamos submetidos à supervisão do Banco Central anualmente, aliás, o Banco Central teve até essa semana a missão, a supervisão bancária esteve no banco, então nós estamos dentro das regras.

Agora é importante considerar também que um empréstimo desse tipo, ele é um empréstimo que pode ter, parte desse empréstimo, é para uma empresa cujo controlador é o Tesouro Nacional que, também, é o controlador do BNDES. Então esse é um fator mitigador de risco importante, nós temos autorização do Tesouro para realizar essa operação.

Com relação, eu não sei, eu acho que eu toquei todas as questões levantadas pelo Senador Tasso Jereissati, a quem quero agradecer ao seu elogio pessoal, Senador, também lhe tenho em grande conta como Senador e como pessoa pública. V. Exa. conta com a minha admiração, temos um relacionamento pessoal muito cordial, que eu espero que possamos preservar ao longo das nossas vidas porque amizades são coisas que são muito preciosas. Então eu quero agradecer ao seu elogio.

Senador Valter Pereira, eu quero lhe dizer o seguinte: nós consideramos realmente extremamente grave a questão do setor de frigoríficos. Nós sabemos que muitos frigoríficos pequenos estão sofrendo graves dificuldades, vários fecharam. Nós temos tentado atuar junto com o Banco do Brasil e com a rede de bancos que apoiam o setor agrícola para através das linhas, especialmente das novas linhas de crédito criadas para a agricultura, especialmente a linha PROCER, para o refinanciamento de frigoríficos que estão em situa-

ção solvente, que tem que ter aquela diferença entre problema de liquidez e problema de solvência. Para empresas que têm problema de liquidez, apenas problema de liquidez, nós temos obrigação de emprestar para que elas ultrapassassem o problema de crédito. Agora existe um conjunto de casos, infelizmente, de insolvência que nós temos que trabalhar para solucionar. Especialmente há um caso mais importante de recuperação judicial de um grande frigorífico, nós estamos trabalhando em conjunto com os credores na apresentação de um plano de negócio. Existe engajamento aí de bancos de investimento e advaisers financeiros buscando a atração de investidores que possam assumir o negócio, através da apresentação de um Plano de Recuperação, porque nós entendemos que a Lei de Recuperação Empresarial, a Lei de Recuperação de Empresas existe exatamente para tratar desses casos de insolvência e a Lei de Recuperação é muito clara no sentido de que na insolvência se deve separar o tratamento dado aos controladores do tratamento dado à instituição enquanto empresa. Salvar o fundo de comércio e salvar o negócio é meritório através de ingresso de investidores ou através de capitalizações de mercado, enquanto que os controladores que originaram o problema devem arcar com as suas consequências. Então esse processo, que é previsto na Lei, é um processo lícito e que nós teremos a obrigação de, como Banco de Desenvolvimento, lutar para a recuperação de empresas, está certo? Eu acredito que seria uma irresponsabilidade, enquanto Banco de Desenvolvimento, cruzar os braços diante dessa situação. Nós temos obrigação, portanto, de lutar muito e nós estamos empenhados em buscar a recuperação das empresas dentro dos preceitos da Lei.

Nós estamos abertos ao diálogo com o setor de frigorífico, nós estamos tentando ajudar, que os frigoríficos que estão em melhor situação possam auxiliar os outros através da aquisição de projetos ou da aquisição de novas plantas ou de plantas que estão ociosas em determinados projetos, de tal maneira a permitir aos grupos que estejam insolventes de ter a oportunidade de recuperação através da venda de ativos isolados. Então esse é um trabalho bastante exaustivo. Eu confesso ao senhor que eu tenho, nos últimos meses, a minha jornada de trabalho tem sido exaustiva, eu tenho trabalhado aí *over time*, trabalhado excessivamente por causa que a construção dessas soluções é trabalhosa e exige muito empenho, mas nós estamos empenhados nisso e vamos trabalhar nessa direção.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade, se me permite, pela ordem aqui, Senador Jayme Campos, eu queria fazer apenas um adendo naturalmente

à pergunta do Senador Valter Pereira feita ao ilustre Presidente Luciano Coutinho, em relação a essa mesma matéria da pergunta, do questionamento em relação à área frigorífica.

Presidente Luciano, me causa muita preocupação e estranheza na medida em que o BNDES está hoje associado, ou seja, compor(F) alguma participação de algumas empresas frigoríficas do Brasil. Eu não vou me referir o nome, até porque não interessa. Todavia, têm alguns frigoríficos, o Frigorífico Independência, vamos se referir a ele aqui, que em princípio tinha feito uma engenharia financeira e o BNDES tinha comprado 28%, se não me falha a memória, até 30% dentro da sua participação nessa empresa. Entretanto, o BNDES liberou na primeira parcela, de um total de 480 a 500 milhões de reais, se não me falha a memória, 250 milhões, e num determinado momento, no mês de dezembro, se não me falha a memória, a empresa já não vinha andando tão bem como o banco esperava, eu imagino que fosse assim. O banco não liberou a segunda parcela. Feito isso, uma das ponderações que esta empresa faz, ou seja, leva ao conhecimento dos seus credores, sobretudo os credores que forneceram boi para a sua atividade econômica, no caso especificamente do Mato Grosso, que eu posso falar com mais perfeição, de que um dos motivos em que não foi, ou seja, pago a esses fornecedores, foi tendo em vista que o BNDES não cumpriu com a segunda participação, ou seja, da segunda liberação. Mas o que eu fico mais preocupado, Luciano, é de que se o banco, num primeiro instante, comprou 28% do ativo e do passivo do Grupo Independência, eu imagino também que neste caso, como a empresa pediu recuperação judicial, o banco também é responsável em 28% deste passivo junto aos nossos fornecedores. Eu pergunto a V. Exa.: Como é que está o andamento dessa engenharia financeira deste grupo para que ele possa quitar o seu passivo junto aos seus fornecedores, sobretudo rebanho bovino, que até governo nenhuma resposta nós, do Mato Grosso, não temos em relação, naturalmente, a essa pendência que existe com os pecuaristas daquele Estado e, com certeza, há algumas centenas vivendo em situação difícil por falta de quitação desde pagamento. Essa é a minha indagação, Presidente Luciano Coutinho.

SR. LUCIANO COUTINHO: Obrigado, Senador. Eu vou responder com muito cuidado porque nós estamos falando de um caso específico e eu estou sujeito à regra de sigilo bancário. O senhor levantou um caso que é público de uma empresa cujo processo de perda de substância foi muito rápido e inesperado. Era uma empresa modelo em termos de governança, de liquidez muito reputada no mercado.

O fato do BNDES não ter podido integralizar a segunda parcela deveu-se ao fato de que várias das cláusulas do contrato com o banco não puderam ser honradas pela empresa em função da sua situação financeira. Além disso, a empresa entrou em recuperação judicial, o que também é mais um dos processos e que os regulamentos do banco impedem uma operação de capitalização de uma empresa que está em processo de recuperação judicial sem que tenha um Plano de Recuperação Judicial aprovado, quer dizer, não seria consistente com a própria Lei de Recuperação. Então nós temos que aguardar. Eu sei, Senador, das aflições, das dificuldades sérias e das repercussões que têm tido em vários Estados, mais especialmente no seu Estado, Senador Jayme Campos. Mas nós estamos trabalhando, o que eu posso lhe dizer é que nós estamos trabalhando junto com os credores num Plano de Recuperação da empresa e nós esperamos encontrar um caminho dentro da Lei de Recuperação para que a empresa possa retomar suas atividades e que os fornecedores, especialmente os pequenos fornecedores, que estão amargando sérias dificuldades, possam ser ressarcidos. Nós estamos trabalhando firmemente aí nessa direção.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu queria apenas um minuto só, Senador Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu quero dizer que temos vários inscritos. Estão inscritos aqui o Senador Tião Viana, Pedro Simon, Antônio Carlos Valadares, Sérgio Guerra, de modo que, para mim, seria difícil não respeitar essa ordem.

SR. LUCIANO COUTINHO: Respondendo às questões do Senador Suplicy, Senador, depois nós gostaríamos de conversar pessoalmente consigo, viu? Eu entendo a sua aflição e gostaria de conversar pessoalmente.

Senador Suplicy, relativamente à EMBRAER, o BNDES tem uma participação residual no capital não votante da EMBRAER resultante do passado, ele não participa do bloco de controle da EMBRAER, a EMBRAER é uma empresa puramente privada e tem um bloco em que o BNDES não participa. O BNDES não financia a EMBRAER nos últimos anos. A EMBRAER se financiava estritamente no mercado e felizmente o mercado era suficientemente líquido para financiar a EMBRAER. Depois da crise, porém, o BNDES tem financiado não a EMBRAER, mas os compradores da EMBRAER. O BNDES tem ajudado a EMBRAER a vender. Nós realizamos operações no ano passado importantes, são públicas, para a British [ininteligível], para o Grupo Air France e para outras grandes empresas americanas para comprarem aeronaves da EM-

BRAER. E vamos ter que continuar a fazer isso mais intensamente na medida em que o sistema bancário internacional não tem oferecido crédito à EMBRAER; nós temos que apoiar as vendas da EMBRAER. Mais recentemente, Senador, nós estamos estruturando operações em reais para que a EMBRAER seja capaz de vender no Brasil suas aeronaves e que possamos apoiar o desenvolvimento da aviação regional no Brasil. Nesse sentido nós apoiamos projetos da AZUL e ontem, na reunião de diretoria, o BNDES aprovou um projeto para a compra de aeronaves pela TRIP, que nós estamos esperando poder ampliar, porque a aviação regional precisa se desenvolver no Brasil com um modelo de negócio consciente e nós vamos continuar apoiando. Eu acho que é nossa obrigação apoiar as vendas da EMBRAER, sem as quais a questão do emprego na empresa fica complicado. Eu quero lhe dizer que, atendendo à solicitação de V. Exa., eu recebi o sindicato, eu atuei como mediador no sentido de solicitar à empresa que abrisse uma negociação com o sindicato para que houvesse uma... Essa negociação terminou sendo propiciada pela intervenção do TRT, porque o TRT forçou um processo de entendimento, e desse processo de entendimento resultou uma melhoria das condições no processo de dispensa dos funcionários da EMBRAER. Mas eu quero lhe dizer que, no que dependeu de nossa intervenção, nós buscamos sensibilizar a empresa para um diálogo com o sindicato e para que as condições originais do processo de demissão fossem melhoradas, fossem substancialmente revistas e melhoradas.

Relativamente à Sadia e Perdigão, eu agradeço a pergunta porque eu gostaria de esclarecer que esse processo de fusão não transitou pelo BNDES; esse foi um processo negociado entre as partes privadas. O BNDES não financiou a aquisição de uma pela outra, de nenhum processo neste caso, e como a empresa resultante, a Brasil Foods, precisará de uma capitalização para a redução de dívida, essa capitalização será feita através de uma operação de mercado. Essa operação de mercado será, em boa medida, garantida pelos próprios acionistas da empresa e, portanto, ela tem tudo para ser uma operação de mercado muito bem sucedida. O BNDES poderá examinar e participar dessa oferta pública se considerar isso uma operação vantajosa. Nós, possivelmente, poderemos participar disso. Eu tenho dito que poderemos participar, mas esperamos que o mercado reaja muito favoravelmente e a nossa participação pode até ser pequena, residual ou até não acontecer, porque nós só iremos participar em condições que sejam vantajosas para o BNDES. Então é uma demonstração até que nem sempre essas operações dependem do BNDES, que felizmente

o Brasil tem um mercado de capitais pujante, que está se recuperando e que pode, muitas vezes, solucionar esses problemas, o que para nós é uma demonstração de vitalidade do Brasil. Nós estamos muito satisfeitos com essa solução. Considero também, Senador, que dado às implicações para a concorrência o sistema brasileiro de defesa da concorrência deve examinar a questão concorrencial com muito cuidado e deve eventualmente sanar os impactos sobre a concorrência sem prejudicar os ganhos de sinergia que uma grande empresa brasileira, como essa, pode vir a ter no desenvolvimento das suas exportações e na presença brasileira em outros mercados.

Em relação ao microcrédito, é uma pergunta desafiadora, Senador. É um desafio fazer microcrédito no Brasil. O BNDES, particularmente para o BNDES, que é um banco de atacado, digamos assim, tem apenas a sede no Rio de Janeiro, nós temos buscado trabalhar com várias instituições. O Banco do Nordeste, principalmente, tem uma experiência muito interessante em microcrédito, nós temos nos associado ao Banco Nordeste, repassado recursos para o Banco Nordeste operar em microcrédito, e nós temos buscado atuar com pequenos bancos ou instituições credenciadas por pequenos bancos especializadas em microcrédito. É uma tarefa difícil e nós esperamos que com a redução de taxas de juro e, especialmente, com a criação de mecanismos de mitigação de crédito, de risco de crédito, o microcrédito possa se tornar um instrumento mais efetivo no Brasil, porque ele é muito caro. E aqui há uma necessidade de a criação de mecanismos de aval e de garantia. É uma matéria complexa. Eu chamaria a sua atenção para uma experiência muito hesitosa em países da América Latina, que é o desenvolvimento de sociedade garantidoras de crédito comunitárias. Nós estamos muito interessados em apoiar o desenvolvimento dessa sociedade comunitária garantidora de crédito porque fundos de aval de cima para baixo não têm se revelado muito eficiente, mas é uma matéria que gostaríamos em outra oportunidade de aprofundar consigo. É uma matéria complexa que demandaria muito tempo explicar.

Fontes de recursos para o BNDES. O BNDES tem fundamentalmente o FAT e o Retorno. A carteira do FAT é uma carteira importante, o Retorno dos recursos do FAT, que representam um potencial de cerca de 55 bilhões/ano de financiamento para o BNDES. Como a escala do BNDES cresceu, o Tesouro Nacional nos propiciou este empréstimo de grande escala que eu, na minha apresentação, fiz referência, cujo custo foi felizmente reduzido recentemente. Então nós temos recursos do FAT, os recursos do Tesouro. Além disso, o BNDES tem obtido com sucesso captações de moe-

da estrangeira das instituições multilaterais de crédito. Nós temos merecido créditos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Banco Mundial, créditos de grande escala. Nesse ano mais de 3 bilhões de dólares em créditos das instituições multilaterais e, além disso, nós estamos captando em outras instituições, no Japão, na Alemanha, em vários bancos internacionais que têm honrado o BNDES com empréstimos bastante convenientes. Além disso, o BNDES tem sido procurado insistentemente pelo mercado, na medida em que o risco Brasil tem crescido o BNDES tem sido instado pelo mercado. Eventualmente o BNDES poderá voltar ao mercado e captar no mercado internacional a taxas convenientes. É importante que a gente se mantenha no mercado e tenha uma curva de juros de mercado que reflita a qualidade do crédito do BNDES, que é muito boa. Então o BNDES se emparelhou até um pouquinho melhor do que a PETROBRAS nos seus lançamentos. Então nós temos que zelar pela reputação, pela qualidade do BNDES nas captações internacionais. Então nós temos nos desdobrado para manter a capacidade de investimento do banco para fazer face aos desafios. Eram essas então as questões.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado. Obrigado pela atenção também com respeito à questão da EMBRAER.

SR. LUCIANO COUTINHO: Tem uma última questão do Senador Dornelles. Desculpe, Senador, mas a questão a respeito de garantias na exportação para a América Latina. Essa é uma pergunta muito importante.

Senador, o senhor sabe que erroneamente às vezes se pensa que o BNDES financia países da América Latina como se nós estivéssemos dando um crédito em aberto para a Argentina ou para a Colômbia, etc. O que na verdade o BNDES faz é que ele financia a exportação de bens e serviços acoplados a um projeto. Se uma empresa brasileira construtora ganha um projeto ou se uma empresa fornecedora brasileira ganha um contrato de fornecimento de equipamentos de um determinado projeto, o BNDES pode financiar a exportação desses bens e serviços através de um contrato de exportação. Esse contrato, em geral, só é desembolsado contra a execução e a entrega do serviço depois de estarem devidamente auditadas e atestadas. Nesses contratos, em geral, o BNDES busca que eles tenham garantias sólidas. Felizmente, todos os contratos do BNDES têm um nível de garantia muito firme, principalmente através do Convênio de Créditos Recíprocos. O Convênio de Créditos Recíprocos é uma instituição, é um convênio entre Bancos Centrais de toda a ALADI, é um convênio que tem mais de quarenta anos, nunca teve nenhum inadimplemento, é uma garantia de pagamento muito

sólida, muito firme, e que tem sido honrada por todas as economias. Em geral isso significa que o coletivo dos Bancos Centrais honra se um determinado Banco Central não executar o pagamento. Então é uma garantia muito firme, é uma garantia coletiva. Em geral os Bancos Centrais podem cursar os títulos de dívida no CCR construindo garantias domésticas para isso ou garantias das dadas por seus respectivos Tesouros ou por outras formas, mas é um mecanismo de garantia muito eficiente e nós temos buscado, em toda a nossa exportação de serviços, ter a cobertura de garantias dessa natureza. Então, portanto, nós operamos com conforto, com relativo conforto, digamos assim, de ter a cobertura de garantias adequadas.

Muito obrigado, Senador, desculpe, as perguntas são difíceis e às vezes é difícil dar respostas muito sintéticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Mas a V. Exa. só podem ser apresentadas perguntas difíceis, porque V. Exa. tem competência para responder todas elas.

Nós temos agora o Senador Tião Viana, o Senador Antônio Carlos Valadares e o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sr. Presidente Senador Francisco Dornelles, Srs. Senadores. Eu serei muito objetivo. Primeiro meus cumprimentos ao Dr. Luciano, que é uma referência quando o assunto é política de desenvolvimento, resistência do Brasil, a capacidade do Brasil em resistir a esse momento difícil da economia mundial e o melhor de tudo é nós observarmos a instituição BNDES saindo de uma condição de instituição hermética, que estava vinculada basicamente a um restrito setor empresarial brasileiro, vinculada a uma espécie de partidarização da vida econômica brasileira e hoje voltada para o desenvolvimento e associada ao País naquilo que há de mais essencial, que é o suporte à sensibilidade que a economia tem de um modo geral. Hoje o BNDES, eu digo com muito orgulho e reconhecendo isso como um tributo ao Dr. Luciano Coutinho, ele está presente no Brasil inteiro, ele chegou às regiões brasileiras. Ele está do meu Estado do Acre ao Rio Grande do Sul. Ele faz parte da vida econômica e do desenvolvimento das diversas regiões brasileiras. Então é uma grande evolução que essa instituição financeira passa nos últimos anos. É um banco que está associado nesse momento de resistência do Brasil à crise, à apreciação cambial, a expansão de crédito, o aumento da demanda interna, investimentos e consumo, a aceleração do crescimento, em tudo isso o BNDES estava vivamente interligado ao Brasil.

Eu faria apenas, Dr. Luciano, considerações que, primeiro, não divergem do agradecimento que eu tenho com a minha região, com o meu Estado. Eu sei da luta que o senhor pessoalmente teve com a sua equipe toda de dirigentes em olhar para o desenvolvimento dos Estados brasileiros nas regiões onde não havia chance de chegada do BNDES. O Acre hoje está muito bem, muito sólido e em expansão do seu investimento público, sobretudo para assegurar uma economia própria, independente, com incorporação tecnológica, com afirmação do emprego formal e com integração a uma visão de mercado, que a América Andina se afirma na nossa região, com a consagração da Rodovia Bioceânica e tudo. Mas tinha alguns itens que eu gostaria de considerar e ouvi-lo.

Um é sobre as Prefeituras. Por exemplo, nós temos há anos a capital do Acre, Rio Branco, que é um Município que detém mais da metade da população, com projetos aprovados no BNDES da ordem de 70 milhões, um agora de 36 milhões, aprovado há mais de três anos, francamente aprovado, o BNDES estimulou, acolheu o Município, reconheceu o mérito e aprovou tecnicamente o financiamento, mas ele não anda. Não anda porque me parece que é entrave do superávit primário ainda. Aí eu vejo essa mudança que houve do superávit primário. Eu vejo o Brasil no PAC, o governo abrindo uma linha de crédito para as chamadas cidades sedes da Copa de 2014. Então eu vejo que há uma movimentação e uma dinâmica própria, mas o empréstimo continua retido e eu lhe confesso que esse empréstimo seria uma alavanca fundamental para a vida municipal do Estado. Se outros Municípios da região não conseguiram, alguns conseguiram, mas nós vimos agora aquela linha robusta de crédito que o senhor se referiu, só para o meu Estado, de 137 milhões a mais, além de se eu for falar, nós vamos ter quase 3 bilhões em financiamentos para o Acre e isso é muita coisa para um Estado da proporção econômica do Acre, mas nós temos a margem dessa natureza na política de financiamento dos Municípios. Então se o senhor puder considerar se há no horizonte uma desobstrução para assegurar crédito que vai ser pago pelo Município, não é recurso de outra natureza, não é do Governo Federal, é BNDES, Prefeitura, eu gostaria de ouvir, e com uma consideração sua sobre essa ótica sempre vinculada diretamente ao desenvolvimento, que é de fato a razão do BNDES. Mas hoje, quando se olha a Índia, metade da economia da Índia depende de serviço, ela não depende de investimento produtivo direto. Então há um olhar nesse sentido, nós podemos mudar e ampliar o olhar? O senhor falou em suporte energético, falou em ações da PETROBRAS, o senhor falou em linhas de habitação, mas serviços,

nós temos linhas fortes ou crescentes nessa área, que é algo que me parece muito importante e que pode dar uma resposta econômica de baixo período, curto período e ser fundamental para a geração de emprego? Então isso é um item que me chama a atenção. E debatendo recentemente com técnicos do BNDES no Estado eu alertava para um item que hoje é o segundo grande componente da economia americana. A primeira indústria americana é a de armas; a segunda é a do conhecimento. Nós não temos uma linha de financiamento para o conhecimento no Brasil. Quando olhamos para as academias, elas vivem minguando, correndo atrás e implorando financiamento como se fosse um ônus ao País. Os americanos têm metade dos estudantes de pós-graduação do planeta, vão para lá gerando um forte circuito econômico e de expansão da economia local. Então em que é que o BNDES pode contribuir para financiar conhecimento, cursos de especializações e gestão, cursos de especialização e política de desenvolvimento regionais, porque me parece que não é algo claro para as Prefeituras e para os Governos Estaduais.

No mais, é franca admiração e respeito à sua condução à frente do BNDES. É um tributo dado ao presente e ao futuro do Brasil que a sua gestão promove.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado, Senador Tião Viana. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho. Em primeiro lugar eu gostaria de, a exemplo do Senador Tião Viana, enaltecer o trabalho concreto e efetivo que vem realizando o BNDES para promover o desenvolvimento no nosso País, notadamente nesse momento de crise em que há uma retração econômica, não só aqui, como no mundo inteiro, e se não fosse a participação de instituições financeiras brasileiras, como o BNDES, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, certamente que as dificuldades seriam muito maiores, muito mais acentuadas do que as que estão vivenciando neste momento.

Eu, sem dúvida alguma, estou muito satisfeito com a inclusão, entre os programas prioritários do BNDES, a aprovação de financiamento direto aos Estados visando a realização de obras de infraestrutura urbana, rural, nos Municípios dos Estados brasileiros. Em primeiro lugar, como se trata de um programa da mais alta magnitude do ponto de vista social, eu gostaria de que V. Exa. fizesse um comparativo, uma vez que há uma reclamação da oposição de que o BNDES direciona mais os seus recursos mais para o Sul e o Sudeste, que no que se relaciona a esse programa

de financiamento aos Estados para obras de infraestrutura, confio em V. Exa. com relação a Sergipe, o Governador Marcelo Déda muito agradece à atuação do BNDES no que diz respeito a esse projeto, a esse programa que já foi assinado, e eu compareci, tive o prazer de comparecer ao lado do Governador e de outros parlamentares no Rio de Janeiro, na assinatura deste Programa Sergipe Cidades. Então eu gostaria que V. Exa. fizesse um comparativo com relação a esse programa, como está agindo o BNDES em termos de aplicação, uma comparação entre o Sul e Sudeste e o Norte e Nordeste.

Nós estamos acompanhando aqui pela internet de que está havendo um aumento do nível de inadimplência em relação às empresas, não em relação às pessoas físicas, mas no que se refere às pessoas jurídicas houve um aumento da inadimplência nesses últimos meses. Então eu gostaria de saber se mesmo com a redução do *spread*, porque houve realmente uma redução do *spread*, se isso vai implicar na redução do nível de financiamento às empresas no âmbito do BNDES.

E, por último, nós sabemos que entre a iniciativa da empresa em procurar uma instituição financeira e a liberação do recurso, decorre um tempo que às vezes ultrapassa aquilo que a empresa esperava. Eu tenho exemplos lá no meu Nordeste não com o BNDES, mas com outras instituições nossas, de que o crédito para ser liberado ou o financiamento para ser concedido tem uma burocracia enorme. A empresa tem que obedecer a determinados trâmites que, na prática, isso desanima aqueles que pretendem um financiamento. Então eu gostaria de saber, no que diz respeito a esse problema da liberação do recurso, desde o início qual o tempo médio que uma empresa leva para obter o financiamento tão desejado? Se a burocracia, não por culpa da entidade, mas por culpa dos órgãos fiscalizadores; por culpa não, por obrigação dos órgãos fiscalizadores, tipo Tribunal de Contas da União, até exigências do Ministério Público, da CGU, enfim, V. Exa. tem que cumprir um ritual e também obedecer ao Tesouro, que transfere recursos para o BNDES. Eu gostaria de saber o tempo necessário, o tempo médio para um financiamento às empresas brasileiras no BNDES.

Obrigado a V. Exa., meus parabéns pelo seu trabalho primoroso, que sem dúvida alguma vai repercutir no futuro da economia do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Santo Antônio Carlos Valadares. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti e, em seguida, a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu gostaria de cumprimentar a todos os Presidentes, especificamente o Senador Dornelles, em função dos resultados obtidos na Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade. Tem passado por aqui, por esta Casa, em Audiência Pública, os maiores gestores da economia brasileira, economistas, e nos têm dado um grande enriquecimento. V. Sa., Dr. Luciano Coutinho, não pode imaginar, nós, Senadores, como temos sido enriquecidos com estas audiências. E até temos o lado positivo que seria, talvez, o pé quente do Senador Dornelles, que a crise é a boa crise. Eu considero uma crise que está sendo superada e uma crise que gerará oportunidades e dará ao Brasil uma projeção no futuro maior do que quando o Brasil foi envolvido globalmente nessa crise.

Quanto ao desempenho do BNDES e do gestor Luciano Coutinho, eu transiro minhas palavras e repito as palavras do Senador Tasso Jereissati, que é empresário e é crítico do governo. Então ninguém melhor do que Tasso Jereissati para ter feito os elogios a V. Sa., que eu faço parte da base do governo e poderia ficar supostamente comprometido com elogios de base de governo, mas não, na verdade o Senador Tasso Jereissati não poderia ter feito maiores e melhores referências do que as que foram feitas por ele.

Também um ponto que eu gostaria só de ressaltar é que a gestão brasileira no serviço público nos envaldece. Veio hoje V. Sa., tem vindo aqui Presidente do Banco Central, Presidente de PETROBRAS, Ministro de Estado e, na verdade, o Brasil está em boas mãos. Eu digo isso como empresário, com a capacidade que nós temos de avaliar gestores. Eu considero que o Brasil, esse elogio não se prende ao governo somente Lula, pode se estender aos governos outros passados, mas na verdade o Brasil tem evoluído a nível de gestão e isso é muito importante.

Agora eu vou pontuar assim três perguntas que eu gostaria que fossem esclarecidas.

No tocante ao empréstimo da PETROBRAS, eu posso estar enganado, mas o que eu consegui entender é que a liberação do empréstimo aconteceu de forma total. Foi tomado o empréstimo e o BNDES liberou a totalidade do valor do empréstimo, mesmo sabendo que as aplicações desse empréstimo eram frutos de um cronograma de aplicação ao longo de um tempo, razão pela qual até foi explicado a possibilidade da própria PETROBRAS reverter esses valores para títulos de governo, títulos outros, dentro da operação da não necessidade de estar com esse dinheiro em caixa. Eu pergunto se este procedimento é um procedimento normal, usual, ou se, como empresário, eu sempre me habituei a assistir aos empréstimos do

BNDES através de um cronograma de desembolso, na qual a empresa, digamos, é creditada num valor de 10 milhões e vai liberando de milhão em milhão na medida em que vai comprovando as aplicações. E a justificativa, se eu não estou enganado, razões pela qual nesse caso da PETROBRAS o desembolso aconteceu de uma só vez.

Um outro assunto, eu gostaria de pegar mais carona no talento de V. Sa., é no tocante do dólar como moeda de referência, principalmente nas operações da América Latina. A moeda dólar é uma moeda que é âncora das transações internacionais, mas estranhamente é uma moeda que, digamos, se a moeda de referência internacional fosse o Real e se o Brasil tivesse passado pela crise econômica que passou ou está passando os Estados Unidos, internacionalmente o valor do Real teria ido para o espaço. E, na verdade, nós continuamos mantendo, num País em crise, a moeda de referência daquele País. Então eu gostaria, como foi referenciado que V. Sa. é professor, eu gostaria de aprender qual a tendência mundial em termos dessas transações internacionais.

E, por fim, só fazer uma referência. No material distribuído a nós, Senadores, estão aqui os volumes de recursos que foram alocados no Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e Distrito Federal, abreviado como PEF, e curiosamente, eu gosto muito de garimpar números, nós, que estamos habituados ao eixo da grande economia brasileira, que é São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, esses cinco Estados, somados, estão alocados para eles 351 milhões. E unicamente para o Estado da Bahia está alocado 376 milhões. Significa que para o Estado da Bahia está alocado mais recursos do que para a totalidade desses cinco grandes Estados brasileiros. Eu gostaria só de entender a motivação e dizer que fui em busca desse número tentando defender a Paraíba, eu sou Senador pelo Estado da Paraíba, e não pude nem reclamar, porque proporcionalmente aos outros Estados, o que está alocado para o Estado da Paraíba está dentro de uma dimensão justa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado ao Senador Roberto Cavalcanti. Passo a palavra à nossa prezada Presidenta, a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Senador Francisco Dornelles, V. Exa. que com muita competência vem conduzindo os trabalhos da Comissão de Controle à Crise Econômica, que o Brasil e o mundo vem vivenciando, de acompanhamento da crise. Quero cumprimentar ao Senador Garibaldi, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento, o Dr. Luciano Coutinho, e os Srs. Senadores aqui presentes, Senador Gilberto, Senador Botelho, Senador Valadares e Senador Roberto Cavalcanti.

Sr. Presidente, claro que como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais as nossas indagações serão voltadas para essa área. Nós temos o maior respeito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social pelo trabalho que ele realiza, até porque eu sei que a nível social já existe inclusive um prêmio que é voltado para aqueles projetos que são apresentados a nível de Municípios, de Estados. Eu digo isso com muita propriedade porque participei, quando Prefeita da cidade de Mossoró, e fui premiada duas vezes. Era um programa que o BNDES fazia com a Fundação Ford e com a Fundação Getúlio Vargas. E os projetos que eram aprovados, eles recebiam um valor para poder fazer crescer, reaplicar dentro daquele objetivo do projeto. Então eu lembro que foi o nosso Projeto Água Viva Luz do Sol, quando nós tínhamos, e ainda existe lá na nossa cidade, começamos uma experiência que foi muito exitosa de poços tubulares que eram movidos a energia solar, com desalinizadores, onde nós levávamos a água potável para as comunidades e através do rejeito, da água salobra, também era aproveitada em outras atividades. E fizemos também pequenas adutoras, também movida a energia solar. Por isso o nome é Água Viva Luz do Sol, porque muitos dos poços tubulares eram voltados para o pequeno irrigante, gerando emprego, gerando renda. Durante dois anos nós tivemos a oportunidade de participar e de sermos premiados. O senhor ainda não era o Presidente, mas eu espero que isso esteja continuando, porque realmente é um incentivo, estimula a todos a que tenhamos o reconhecimento de projetos que são bons e que são, vamos dizer assim, inovadores.

Mas eu gostaria aqui de falar sobre os desembolsos da área de inclusão social dentro do projeto da sua exposição. Aqui o senhor colocou que os desembolsos sociais de janeiro a abril de 2009 cresceram 177% ante o igual período de 2008. Desde já eu quero parabenizá-lo, porque é muito importante que esses desembolsos para a inclusão social realmente sejam crescentes. Mas observando bem, do total de 788,8 milhões, 686 milhões praticamente foram investidos para metrô, saneamento e rodovias. Na área de economia solidária, educação... Educação, inclusive, foi o menor investimento: 0,1; ações sociais: 0,7; economia solidária: 6,9 - e aqui eu gostaria de saber se dentro dessa economia solidária também está incluído os microcréditos, microcrédito de apoio.

SR. LUCIANO COUTINHO: Está.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Bem, então eu queria fazer essa observação porque, na realidade, eu sei da importância social que é o metrô. O saneamento, eu quero inclusive parabenizá-lo, porque a saúde aqui está apenas com 19,4. 19,4 milhões, não é apenas isso quando você soma com 232 milhões de saneamento, que é a saúde, que é ação voltada para a saúde. Mas fica aqui essa observação. Que projetos são esses que a educação só teve direito a 0,1? As ações sociais a 0,7? Seção de inclusões sociais, eu acho que de certa forma para metrô, saneamento, rodovias, já existem outras linhas de crédito, inclusive voltadas para investimentos, que são empréstimos que os próprios Estados, na sua grande maioria, hoje têm acesso. Como o senhor aí anunciou, mais 4 bilhões para financiamento aos Estados dentro de condições especiais. E como os Estados estão tendo essas condições especiais, eu gostaria também de perguntar: há algum programa também semelhante para os Municípios? Porque nós sabemos que temos Municípios de médio porte com capacidade de endividamento, com necessidades prementes na área social, na área de infraestrutura, no desenvolvimento urbano, e que muitas vezes ficam impossibilitados de realizá-los, inclusive Municípios que podem dar garantias, e aí eu vou me dirigir inclusive pela minha região, pelo meu Estado. Muitos Municípios, como o Município de Mossoró, que são Municípios da área produtora de petróleo, o Município de Açu, que é de uma região altamente produtiva de fruta, de cassinocultura e também de petróleo, onde está Açu(F), mas que passa por uma situação muito difícil em função de duas enchentes que foram seguidas. Então, há necessidade de maiores investimentos. Se também Municípios dessa natureza, desse porte, se existem financiamentos voltados com condições especiais, porque aos Estados, desculpa eu dizer, surgiu de repente, agora, um financiamento há um ano dos Governadores terminarem o seu mandato, inclusive o nosso Estado já está autorizado para um pedido de 300 milhões, e nós sabemos que em um ano para obra de infraestrutura muitas vezes não dá tempo nem para fazer o projeto, quanto mais para utilizar o recurso. Então parece assim que está chegando no final do mandato para que possam desenvolver. Claro que nós queremos sempre mais recursos, vou defender, se precisar da minha aprovação eu darei, porque é recurso para o meu Estado, não é para governante A ou B, é para que seja realmente utilizado no Estado, mas aí nós queremos um acompanhamento.

Gostaria também de fazer uma solicitação ao Sr. Presidente com relação ao Fundo Social. O Fundo Social que nós sabemos que é formado por rendimentos do lucro do próprio BNDES. Então eu gostaria, Sr.

Presidente, se é possível, até essa solicitação será da própria Comissão de Assuntos Sociais, que nos fosse enviado relatório da aplicação do Fundo Social e seus valores, porque eu considero importantíssimo, mas sabemos que inclusive que Projeto de Lei que já tramitou nessa Casa, de autoria do Senador Tasso Jereissati, cujo Relator, se eu não estou enganado, foi o Senador Marcos Maciel, falava, inclusive foi aprovada, que na distribuição mais justa desses recursos do Fundo Social sendo voltadas para regiões mais pobres, mais carentes e, conseqüentemente, todos nós sabemos que é o Norte, o Nordeste e, em terceiro lugar, o Centro-Oeste.

Então ficam aqui essas nossas solicitações, nossas indagações e queremos, como colocou o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador Tasso, aprender mais com o senhor. Na realidade eu sempre digo que da parte de economia o meu professor nessa Casa é o Senador Dornelles, é o Senador Tasso, o Mercadante, são muitos Senadores que tratam dessa área. A minha área muito mais é o social porque a minha formação é médica pediatra, mas tive a experiência de administrar um Município três vezes. E a economia doméstica, toda mulher tem uma noção de economia, porque nós somos realmente quem melhor sabe tratar da economia doméstica. Então era isso que eu queria colocar e muito obrigada por ter atendido ao nosso convite de fazer essa Audiência conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Nós temos aqui, como já anunciei, os Senadores Augusto Botelho, Gilberto Goellner e Sérgio Guerra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de elogiar o Presidente da Comissão porque nós estamos tendo uma aula aqui importante.

Mas, professor Luciano Coutinho, eu queria chamar a atenção que realmente nesse seu quadro de programa social, ainda é pouquinho, mas dá para incluir a agricultura familiar. É um programa familiar, está aqui incluído no agronegócio, mas é uma coisa extremamente social. Eu gostaria de parabenizar a sua gestão porque no ano passado variou 75% e no mesmo período agora já variou 131%. Eu queria saber como é que o BNDES chega na agricultura familiar, porque na minha cabeça e na cabeça da maioria pessoas do Brasil o BNDES é um banco de grandes, de grandes empresas. A agricultura familiar é a pontinha da nossa agricultura e essa expansão de 131% significa que realmente a gestão de V. Exa. está se preocupando com o social. Espero que continue nessa curva ascendente, porque realmente 80% das pessoas que vivem no campo estão incluídas em agricultura familiar e são

as pessoas que têm mais carência de crédito e mais dificuldades de acesso a isso. Eu queria elogiar a V. Exa. pela atitude e saber como é que está chegando no agricultor familiar esse PRONAF do BNDES.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente do BNDES, que muito nos honra aqui no Senado hoje nessa Audiência Pública. Eu tenho duas questões que vejo como prioritárias, Sr. Presidente, em relação à participação efetiva do BNDES. Uma é no setor de transporte de cargas do País. O Estado de Mato Grosso, da qual eu represento, nós temos uma característica diferenciada de outros Estados, onde a logística ainda se faz por caminhões, e o BNDES aplicou, tem uma carteira, vamos dizer assim, em 2008, acima de 6 bilhões no financiamento de caminhões. Em 2006 já tivemos uma pequena crise nesse setor, ocasionada pela dificuldade de renda dessas transportadoras. Existe no Mato Grosso transportadoras que estão congregadas em associações muito fortes, onde eles treinam os motoristas, eles dão assistência social, a família do motorista que se ausenta da sua residência, enfim, tem um programa muito auspicioso, mas todas elas passam por um momento de falta de renda e a dificuldade de pagar os empréstimos, auspiciosos. Foi criado, então, em 2006, esse programa extraordinário de apoio ao setor de transporte rodoviário de carga dentro do BNDES que facilitou, propiciou uma carência e as prestações inadimplentes foram refinanciadas. Eu proporia, dentro da solicitação dessas associações de transportadores, que fosse dado, nesse momento difícil por que passam as transportadoras, que têm o seu custo alicerçado praticamente em cima do combustível óleo diesel, aonde 50% a 60% do custo do transporte rodoviário de carga é feito em cima do óleo diesel, eles estão com muita dificuldade, dificuldade de renda, dificuldade de quitar as prestações do BNDES. Então nesse momento, se fosse reativado esse programa, ajudaria muito as empresas a se recompor, não perder os seus caminhões e nós termos, então, garantido os empregos tão necessários em toda essa cadeia de logística.

O segundo diz respeito à situação porque passa a pecuária brasileira que teve essa dificuldade financeira dos frigoríficos, da indústria de carne, e recaiu agora na recuperação judicial, aonde existe um papel fundamental aqui no Congresso que é remodelar a Lei de Falências. A Lei de Falências hoje, como se constitui no País, como ela está constituída, ela permite à empresa solicitante dessa recuperação judicial a dar prioridade de recompor os créditos trabalhistas, mas

deixa de fora os ativos, aquela entrega de bovinos, de suínos, de aves ou uma *trading* que esmaga soja, a de soja ou a de milho, eles ficam fora. Então essas empresas, intencionalmente ou não, nos trinta dias que antecede, como o pagamento é à prazo, adquiriram para pagamento a prazo e deixaram os pecuaristas sem receber, e dentro da recuperação judicial de dez, quinze, vinte anos, dá uma quebradeira. Então a crise hoje não é dos frigoríficos, é da pecuária brasileira, daqueles que forneceram os ativos que tinham e ficaram na mão. A minha pergunta é: além de nós termos uma obrigação aqui de mudar essa Lei, colocando então esses ativos também como prioritários, e dentro desse processo nós estamos estudando inserir Emendas de Medidas Provisórias para acelerar esse processo de revisão da Lei de Falências, mas eu vejo que a concessão de crédito de empresas que estão pleiteando novos créditos, e créditos necessários, porque essas plantas precisam ser reativadas, se há condições do BNDES também dar prioridade para que esses recursos novos emprestados, deem preferência também à recuperação desses produtores rurais, esses pecuaristas, que estão hoje numa situação penosa, porque são pequenos, médios produtores de toda a natureza, que quebraram praticamente. Então nós não podemos estar recuperando uma empresa e deixando toda uma cadeia produtiva na mão sem solução de recuperação. É nesse sentido que eu pergunto se é possível fazer, eu diria assim, um auxílio para que também essa cadeia produtiva pudesse voltar a produzir, dando preferência de pagamento dos créditos ativos que foram entregues a esses frigoríficos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado ao Senador Gilberto Goellner. Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente Luciano, Presidente Dornelles. Todos conhecemos a história de uma refinaria lá em Pernambuco por muitas razões. Me lembro de muito tempo atrás ter ido à Venezuela cuidar disso com o atual Governador Eduardo e com outras pessoas pernambucanas. Desde aquele momento havia uma intenção clara dos venezuelanos, na época com uma empresa bastante estruturada, de trabalharem o projeto de uma refinaria no Nordeste, de uma maneira especial em Pernambuco. Essa questão da refinaria, depois, virou uma discussão extremamente pitoresca. Um belo dia o Presidente disse que precisava fazer várias refinarias, foi o atual Presidente do Senado, o nosso amigo José Sarney. Outra vez havia uma decisão de examinar a possibilidade de uma refinaria fora do Brasil e por muitas razões, por muito tempo isso não foi resolvido. O Presidente Lula tem um mérito grande nisso. Primei-

ro, porque decidiu pela instalação de uma refinaria no Nordeste. E, segundo, porque decidiu para que essa refinaria se instalasse em Pernambuco. No contexto deste acerto, uma associação com a PEDEVESA. Eu vou ser bastante breve, até por conta do tempo. A PEDEVESA, como se sabe, ela não tem tido a colaboração do governo venezuelano, ao contrário, é uma empresa que perdeu racionalidade, governança ao longo do período do atual Presidente. Eu fui ao ato de lançamento, foram vários já os atos de lançamentos da PEDEVESA, até mesmo antes da campanha eleitoral que já começou. Eu fui num ato de lançamento em que o Presidente Chávez falou três horas e o Presidente Lula uns quarenta minutos. O ato durou umas seis horas e de vaias intensas para os não petistas. Jarbas ainda era o Governador de Pernambuco. O fato concreto é que a refinaria começou no projeto junto com a PEDEVESA, com o discurso da PEDEVESA, por isso chamou Abreu e Lima. Muito tempo depois, acompanhando isso com distância regulamentar, eu fui à PETROBRAS cuidar de outro assunto. Sendo pernambucano, encontrando pernambucanos, perguntei pela relação da PEDEVESA com a PETROBRAS no projeto pernambucano. O consenso de muitos que eu ouvi é de que a PEDEVESA era um péssimo parceiro e que, além do mais, não tinha cumprido nada do que tinha acertado, não tinha confirmado pagamentos que devia ter feito e fazia exigências para lá de pitorescas, nada que tivesse conteúdo, racionalidade, que pudesse ser apropriado como um elemento importante numa negociação. Nem para isso prestava as exigências feitas. A explicação mais comum é que como o Brasil tem uma relação de trocas bastante positiva com a Venezuela, havia um grande interesse do governo, de uma maneira geral, e do Presidente, em particular, em manter essa expectativa de entendimento com a PEDEVESA. O mercado sabe que a PEDEVESA não caminha bem, que a PEDEVESA não é um bom parceiro, que a PEDEVESA tem momentos graves de falta de liquidez. Esse fato, tudo isso veio a se confirmar nessa expedição à Bahia, na qual o Presidente disse e os Presidentes disseram que não tinha colaboração real e provável da PEDEVESA com a PETROBRAS no projeto de Pernambuco e que a PETROBRAS vai fazer o projeto sozinha, o que talvez fosse até a vontade íntima e justificada da PETROBRAS.

A minha pergunta ao Presidente Luciano, que é uma pessoa que eu conheço desde jovem, que estimo desde jovem, que admiro o tempo todo, devo lhe dizer que se o governo atual tivesse muita gente como o Presidente Luciano Coutinho, as relações da oposição com o governo seriam outras. Nós não temos nenhuma dúvida sobre o BNDES como temos sobre a

PETROBRAS, entre muitas razões pela sua condução, e outros companheiros, outras pessoas que eu conheço de lá, que formam uma estrutura de alta qualidade, importante para o Brasil, como também é importante a PETROBRAS, porém, infiltrada por gente que não devia estar lá. Isso tudo não é assunto do Presidente Luciano Coutinho. Porém, Presidente, eu pergunto o seguinte: eu leio que o banco vai financiar empresas venezuelanas que têm parceria com empresas brasileiras em projetos na Venezuela. Uma pergunta é: Essas empresas são como a PEDEVESA ou essa empresa é a PEDEVESA? Será que essas parcerias são de qualidade ou será que há nisso um conteúdo político mais exacerbado e que foge rigorosamente ao escopo de uma operação bancária racional e com a lógica de uma operação de um Banco de Desenvolvimento, um banco da qualidade e da importância estratégica do BNDES para todos nós? Essa é uma pergunta.

A outra pergunta bastante rápida, apenas para um esclarecimento, esses 100 bilhões que foram para a PETROBRAS são recursos que vieram do Tesouro. O governo paga pelos recursos que está captando no mercado em torno de 12%, agora eu agora eu acho que um pouco menos. Esses recursos estão sendo emprestados à PETROBRAS por algo em torno de 8%. Isso é um subsídio, isso justifica, por que é assim?

São essas duas perguntas que eu faço ao Presidente Luciano, dizendo que eu tenho muita satisfação de vê-lo Presidente do BNDES, como brasileiro, como pernambucano e como quem lhe conhece como quase desde menino. Receba essa palavra como um elogio não apenas meu, mas do meu partido todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente Luciano, a palavra lhe pertence.

SR. LUCIANO COUTINHO: Eu enviarei depois para os Senadores que se ausentaram as respostas. Às suas respectivas perguntas, ao Senador Valadares, ao Senador Tião, depois eu responderei.

Senador Roberto Cavalcanti, primeiro dizer que o empréstimo da PETROBRAS ainda não foi desembolsado, nós ainda estamos finalizando. Ele foi aprovado, mas ainda não desembolsado. Portanto, a sua hipótese de que não é exatamente como o senhor imaginou, quer dizer, nós vamos ter um programa de investimentos, nós vamos supervisionar a execução do programa e nós estamos fazendo as tratativas finais para a formatação do crédito à PETROBRAS, que será em moldes tradicionais do BNDES. Apenas em determinadas tranches, a ideia que eu expliquei ao Senador Tasso, de repassar em títulos, é para evitar que numa determina tranche fique um excesso, mas não há nada de extraordinário nisso.

A sua questão sobre o dólar como moeda referência é uma questão muito complexa e demandaria muito tempo para explicar, mas a minha convicção é o seguinte: o dólar é uma moeda em processo de enfraquecimento. O grande déficit fiscal americano nos próximos dois anos, três anos, vai provavelmente debilitar o dólar, mas por outro lado ela é a moeda que tem a maior abrangência nas transações de comércio e de mercados de capitais inclusive. Então é difícil substituí-la enquanto moeda. Então nós vamos viver um período em que nós temos uma moeda mundial em processo de debilitação, o que pode produzir pressões de inflação, produzir pressões especulativas. É uma coisa complicada.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas a preocupação existe?

SR. LUCIANO COUTINHO: Existe. Essa preocupação, nós deveríamos olhar para outros ativos alternativos, particularmente no que diz respeito à gestão das reservas externas brasileiras, poderíamos levar em consideração esse aspecto, como outros Bancos Centrais ou outros países ou outros... Obviamente o setor privado fará as suas opções, mas obviamente ela é uma moeda reserva, continuará sendo por muito tempo, difícil de substituir, mas é muito provável que ela se debilite.

A sua questão a respeito do programa dos Estados, a sua curiosidade, é muito simples. O programa foi distribuído com base nos mesmos critérios do Fundo de Participação dos Estados, cuja determinação em Lei estabelece que o Fundo de Participação é distribuído de maneira proporcional ao tamanho da população e inversamente proporcional à renda per capita. Então Estados mais pobres, menos desenvolvidos, corresponde aos do Nordeste, têm maior parcela no Fundo de Participação dos Estados pela renda per capita, e os mais populosos, é o caso da Bahia, têm uma participação por conta da população. Em contrapartida, os Estados do Sul e Sudeste, que têm renda per capita mais alta, recebem menos. Então é estritamente dentro da regra do Fundo de Participação que estão refletidas nessa distribuição. Não é uma distribuição arbitrária, ela segue a regra da própria legislação brasileira.

Senador Augusto Botelho, quero lhe dizer que a agricultura familiar, nós estávamos olhando aqui a tabela dos investimentos da área social, o Fundo Social, inclusive, mas eu queria chamar a atenção que a agricultura familiar tem sido fortemente apoiada e eu não sei se na Tabela 22, no Slide 22, nós vemos aqui, que é o anterior, nós vemos aqui que o PRONAF recebeu desembolsos em 2008 de 539 milhões de reais e de setembro a abril desse ano já recebeu 615 milhões, quer dizer, a rubrica que mais teve expansão nos últi-

mos meses foi exatamente o apoio à agricultura familiar. O BNDES se engajou muito firmemente no Programa Mais Alimentos, tem trabalhado com estreitada parceria com o MDA e isso se reflete no firme apoio à agricultura familiar, que está aqui registrada.

Senador Gilberto, a sua preocupação com o setor de transporte de cargas é uma preocupação extremamente válida. Nós melhoramos muito as condições de financiamento aos transportadores. Nós passamos, depois da crise, a financiar veículos usados, coisa na hora que era feita. Ampliamos a cobertura a 100%. Passamos a financiar *leasing* também, especialmente para pequenas empresas que têm dificuldade com o CND, através do *leasing* o mecanismo torna acessível o financiamento. Nós fizemos vários apoios. Eu vou levar em conta a sua sugestão. Nós estamos trabalhando no aperfeiçoamento do Programa Pró-Caminhoneiro, então nós esperamos olhar para o pequeno transportador, que é principalmente a sua preocupação, e encontrar maneiras de tornar mais acessíveis os programas. Nós estamos aguardando um instrumento de mitigação de crédito, que será o Fundo de Garantia ou FGPC, uma transformação do FGPC, para poder criar instrumentos ainda mais eficazes de apoio aos pequenos transportadores de carga. Então eu acho que o senhor está vindo ao encontro de uma preocupação sobre a qual nós já estamos trabalhando e poderemos depois lhe esclarecer.

Sobre a Lei de Falências, eu estou de acordo consigo que os créditos trabalhistas devem ser protegidos, mas o pequeno fornecedor fica esquecido. Eu estou de inteiro acordo que a recuperação de qualquer empresa precisa priorizar os pequenos fornecedores e a recuperação da cadeia fornecedora. Então, portanto, não pode ser punitiva com a cadeia de pequenos fornecedores. Em qualquer recuperação que extremos apoiando, nós vamos ter como critério que o sacrifício deve ser feito, primeiro, pelos controladores, pelos investidores, segundo, pelos financiadores, pelos bancos, e só em último caso pelos fornecedores. E para os pequenos fornecedores não faz sentido impor um sacrifício, porque eles são o alimento, são eles que de fato permitem o funcionamento das empresas. Então nós temos que tratar com justiça nos processos de recuperação os pequenos fornecedores. Eu estou de acordo com a sua preocupação.

E, finalmente, às questões da Senadora Rosalba. Senadora Rosalba, eu fico muito contente da sua avaliação do Água Viva Luz e Sol, eu prometo que vou olhar como o programa está sendo executado, certamente é um programa de mérito. Eu quero lhe dizer que o governo fez para Municípios uma política semelhante à que fez para os Estados, mas o governo fez no caso

dos Municípios um ressarcimento integral do Fundo de Participação dos Municípios garantindo o mesmo nível de arrecadação de 2008 no ano de 2009, ou seja, impedindo que haja uma queda do Fundo de Participação. No caso dos Estados, isso está sendo feito através de um refinanciamento. No caso dos Municípios é através de uma transferência. Portanto, é mais até favorável aos Municípios o que está sendo feito.

Com relação ao Fundo Social, eu terei muito prazer, Senadora, de nós lhe enviarmos todo um relato de toda a atuação social do BNDES. Eu quero lhe dizer que o BNDES está com uma preocupação muito grande com a educação e saúde, mas naqueles números ali nós temos uma dificuldade, pois como nós não podemos emprestar diretamente para Estados e Municípios sem autorização do Tesouro Nacional, em geral os Municípios e Estados nos procuram para projetos grandes, para projetos mais onerosos. Então são as infraestruturas de grande porte, as rodovias ou o saneamento, os programas de saneamento que nos ocupam. Os Estados usam os seus limites. Mas nós estamos interessados em apoiar projetos integrados. É o caso do Acre, é o caso de Sergipe, em que nós estamos apoiando ações integradas nas cidades e no sistema de cidade, apoiando educação, saúde, apoiando matadouros, apoiando criação de galpões para artesanato e para pequenas indústrias, fazendo um apoio multisetorial, além das pequenas estradas e vias. Então nós estamos inaugurando uma atuação mais próxima ao que a senhora quer e nós também estamos desenvolvendo linhas novas para apoiar o setor privado na saúde e na educação, porque também são setores que merecem o nosso apoio. Então nós poderemos, em algum momento, fazer com que a nossa diretoria da área social lhe faça uma visita de esclarecimento, teremos muito prazer com isso.

E, por fim, prezado Senador Sérgio Guerra, eu não vou fazer comentários a respeito da questão da refinaria, pois é uma questão atinente à PETROBRAS. O que eu sei apenas é que a PETROBRAS tem uma disposição de levar adiante o projeto da refinaria a despeito das eventuais dificuldades com a PEDEVEVA. O projeto está assegurado, será desenvolvido.

Agora com relação à exportação brasileira, a questão das exportações para países da América Latina ou a Venezuela, especificamente, eu queria esclarecer o seguinte. Primeiro, o BNDES não financia empresas dos outros países. O que o BNDES faz é financiar a exportação de bens e serviços do Brasil por empresas brasileiras. Isso significa que uma empresa brasileira precisa ter um contrato no exterior, ou se é uma empresa de equipamentos, por exemplo, um hidrogenador ou uma composição ferroviária, que

a empresa brasileira tenha ganho a licitação e tenha o contrato de fornecimento lá fora, ou se é uma construtora, que a construtora brasileira tenha ganho contrato de [ininteligível] de prestação de serviço, de construção e conclusão da obra lá no exterior. Então a empresa brasileira tendo um contrato, nós podemos financiar a exportação brasileira contra a comprovação e, em geral, nós financiamos o contratante, através do contratante, com garantias. Nós exigimos garantias muito firmes. Uma garantia do Fundo Garantidor de Exportação, portanto, uma garantia do Tesouro brasileiro, que cobra taxas de mercado para o seguro, e dependendo do *rating* do País é um seguro bastante oneroso, ou se o País preferir mitigar o risco, ele pode optar por cursar esses pagamentos no convênio de créditos recíprocos, que é um convênio entre Bancos Centrais da ALADI, funciona há mais de quarenta anos, nunca houve um inadimplemento e é um mitigador de risco muito poderoso, porque se um determinado Banco Central não honrar, todos os outros vão honrar em nome dele e exercem pressão para que ele o faça. Nós tivemos aqui, por exemplo, no caso do Equador, tem honrado porque os créditos estão sendo cursados dentro do CCR. Então, no caso da Venezuela, os empréstimos do BNDES deverão cursar pelo CCR, eles deverão ter a garantia CCR ou deveremos construir outro tipo de garantia muito sólida que assegure ao BNDES absoluta confiabilidade no financiamento à exportação. Eu quero dizer aqui que o BNDES se orgulha da sua excelência na concessão de empréstimos. Falou-se que o BNDES às vezes demora, demora. O prazo médio às vezes de uma tramitação é de seis meses, era muito mais, a gente reduziu, estamos lutando para reduzir abaixo disso, mas a gente se orgulha que o BNDES tem uma taxa de inadimplência baixíssima, muito abaixo do setor financeiro privado. A taxa de inadimplência do BNDES no último relato é de 0,15%, porque nós somos zelosos com o uso dos recursos públicos, os usos dos recursos do FAT, e nós temos obrigação de assim ser. Então, Senador, eu posso lhe tranquilizar que nós não iremos, em nenhum caso, por em risco a credibilidade e a segurança das operações de financiamento externo que o BNDES realiza. Para qualquer País nós esperamos que essas condições sejam atendidas para que esses financiamentos eventualmente possam ser executados. Era isso que eu teria a dizer.

Eu não sei se tinha uma outra questão. Seria a respeito da PETROBRAS, subsídio da PETROBRAS. Eu posso lhe assegurar que não há subsídio na operação da PETROBRAS. Dentro dos recursos do banco há uma discriminação. No caso dos recursos à PETROBRAS, será feito o seguinte: nós vamos repassar à PETROBRAS em moeda estrangeira na curva inter-

nacional do Tesouro. Então nós vamos tomar recursos a custo de mercado, usando a curva de longo prazo como referência, e, portanto, o Tesouro vai repassar ao banco, o banco cobrará um pequeno *spread* e nós vamos repassar à PETROBRAS em condições de mercado. Portanto, no caso da PETROBRAS, é uma operação de mercado, em condições de mercado, refletindo a curva de longo prazo, o custo de longo prazo do Tesouro Nacional. Portanto, há zero de subsídio, ao contrário, essa operação gerará algum pequeno *spread* natural na operação com o BNDES. Então não há nenhum subsídio.

É isso que eu teria a esclarecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Sr. Presidente. E para encerrar, vamos encerrar com chave de ouro, passo a palavra ao nosso querido Presidente Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente Luciano Coutinho, Sr. Presidente Francisco Dornelles, Senadora Rosalba. Eu quero perguntar o seguinte: as medidas anticrise que foram adotadas pelo BNDES, algumas delas por óbvio deverão continuar, por exemplo, ampliar o nível de participação do BNDES no investimento. Mesmo que a crise passe, o BNDES não vai deixar de aumentar os financiamentos para investimentos. Mas eu pergunto se uma dessas medidas, por exemplo, ampliar a oferta de capital de giro, produção, exportação, empréstimo-ponte, quando a crise passar o BNDES vai prosseguir com essa oferta? Manutenção da capacidade de investimento dos Estados da Federação, apoiar o setor de construção civil, qualidade de construção industrializada, aumentar o apoio por intermédio da renda variável, consolidação e maior participação no capital das empresas, será que essas medidas são apenas emergenciais e o banco não vai considerar que algumas delas vieram para ficar? Vão continuar a serem adotadas? E a outra pergunta, o senhor já deve estar esperando por ela, que diz respeito... Inclusive a Senadora Rosalba está saindo, mas se ela não estivesse saindo, ela ia me apoiar nessa pergunta.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já voltei, Presidente, para lhe apoiar.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Diz respeito ao aeroporto, ao modelo de construção, de concessão do Aeroporto de São Gonçalo que está em construção no Rio Grande do Norte, no início apenas, e que parece ser uma pergunta assim que interessa só ao nosso Estado, uma pergunta paroquial, mas que na verdade não é porque é um aeroporto que tem uma posição estratégica, uma vez que nós estamos na esquina do continente americano, do

continente europeu, do continente africano, e esse aeroporto poderá até proporcionar, vamos dizer assim, uma redistribuição de cargas. Então eu perguntaria a V. Sa.: Como vão essas tratativas junto ao BNDES com relação ao financiamento desse aeroporto? Está sendo estudado por ora o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente Luciano Coutinho.

SR. LUCIANO COUTINHO: Exmo. Senador Garibaldi, obrigado por suas perguntas. Eu quero lhe dizer o seguinte: algumas das ações emergenciais do BNDES, nós esperamos que o mercado de crédito retome e possa suprir, principalmente no que diz respeito à oferta de capital de giro e à oferta de algumas linhas de giro. O BNDES, certamente, continuará oferecendo capital de giro quando ele é associado ao investimento. Então o giro associado ao investimento, é natural que o BNDES continue financiando, como sempre fez. Mas esse giro emergencial, nós esperamos que o mercado de crédito se normalize e que ele possa voltar a ocupar o seu papel no sistema bancário. Mais do que isso, nós temos a esperança de que a redução dos *spreads* de crédito possa prover capital, junto com a queda da SELIC, a redução dos *spreads*, permita que o setor bancário privado possa suprir crédito ao Brasil a custos razoáveis, como em todo o lugar do mundo. Esse é o nosso objetivo, quer dizer, não é o objetivo do BNDES ficar substituindo o mercado de maneira permanente. Nós estamos fazendo um esforço e esperamos que esse esforço tenha um prazo para terminar.

Agora com relação aos Estados, também nós estamos fazendo nesse momento um aporte emergencial que nós não esperamos seja necessário repetir na medida em que a economia volte a crescer e que os Estados voltem a ter a sua receita crescendo, mas certamente do ponto de vista do desenvolvimento nós queremos continuar emprestando aos Estados brasileiros para que eles desenvolvam suas infraestruturas. Então o BNDES continuará sendo um parceiro de todos os Estados brasileiros. Obviamente o BNDES tem que avaliar o *rating* dos Estados, a capacidade financeira dos Estados, e tem que obedecer ao Tesouro Nacional. Nós só podemos financiar aquilo que estiver dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro da capacidade de pagamento dos Estados e autorizado pelas Resoluções do Senado e pelo Tesouro Nacional. Dentro dessas condições, não há nenhuma razão para que o BNDES... Ao contrário, o BNDES deve apoiar o desenvolvimento das infraestruturas dos diversos Estados da Federação e nós temos tentado fazer isso, inclusive com uma abordagem mais completa para não ficarmos sempre prisioneiros de apoiar aqueles gran-

des projetos sem olhar o entorno econômico e social dos projetos. Esse é um ponto.

Com relação ao setor de construção, Senador, a sua pergunta é muito boa. É claro que nós temos que ter uma divisão de trabalho. A Caixa Econômica, no Brasil, é que é a grande responsável pelo apoio ao setor de construção, especialmente da construção habitacional. Mas algumas áreas da construção não podem ficar órfãs e nós temos tido um papel muito forte recentemente em apoio à construção: ou completando a ação da Caixa Econômica, como parceiros da Caixa Econômica, como financiadores da cadeia produtiva, porque a construção comanda uma enorme cadeia produtiva, do cimento ao vidro, os plásticos, as cerâmicas, ao material elétrico, a imensa cadeia produtiva que a construção não existe sem ela, que nós é que apoiamos a cadeia produtiva, e, além disso, nós temos que apoiar, sim, a construção de infraestrutura comercial, industrial e outras infraestruturas, de turismo, infraestrutura de escritórios, shopping centers. Então este tipo de infraestrutura de construção, por exemplo, a nossa linha de shopping centers está sendo muito demandada, o apoio ao varejo, nós temos obrigação de apoiar, estamos apoiando, ela tem sido muito bem sucedida e certamente é uma linha permanente de atuação do banco.

Relativamente à renda variável, ao papel do BNDES-PAR, o BNDES-PAR é um banco de investimentos extremamente bem sucedido, ele continuará operando, continuará fortalecendo o capital das empresas brasileiras, continuará ajudando setores que ainda não tenham um grau de amadurecimento, de governança, a se tornarem empresas firmes, sólidas, de capital aberto com liquidez e com boas estratégias, nós continuaremos apoiando as empresas, mas nós não queremos substituir o mercado, o que nós queremos é fazer isso junto com o mercado. Nós queremos fortalecer o mercado brasileiro de capitais, até porque para a gente apoiar as empresas é preciso que elas tenham liquidez. O BNDES, como eu disse, não pode engessar recursos em empresas fechadas e ilíquidas, ele tem que ter liquidez, então o BNDES é um grande apoiador e continuará sendo um grande apoiador do mercado de capitais e nós faremos esse apoio de maneira coordenada com o mercado de capitais.

A sua última questão, Senador, o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Nós consideramos um projeto prioritário para o BNDES. A consultoria concluiu o projeto e nós estamos fazendo aperfeiçoamentos no projeto para que ele tenha absoluta segurança. Nós já temos prospectado interessados, nós sentimos que o setor privado tem grande interesse em concorrer numa eventual licitação da concessão do aeroporto.

A ANAC está trabalhando num modelo de concessão, nós precisamos que ela conclua o seu trabalho, sob a orientação do Ministério da Defesa, e nós temos certeza que esse é um projeto que será vitorioso, porque pelo interesse privado já manifesto no aeroporto eu acredito que ele é um projeto que terá viabilidade e que poderá inclusive, obviamente, o escalonamento do projeto pode ser repensado em função da crise internacional, o projeto é modularizável, quer dizer, ele tem um investimento grande que é a pista, mas toda a infraestrutura ao redor pode ser modularizada conforme o desenvolvimento do projeto, isso facilita muito. É um projeto fundamental para o Brasil, não é fundamental só para o Rio Grande do Norte, é fundamental para o Brasil, nós vamos apoiar-lo e temos um grande interesse em torná-lo um paradigma importante de operação aeroportuária no Brasil.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só um minutinho, Sr. Presidente, eu queria pedir permissão, o senhor me desculpe, eu não sei se regimentalmente eu posso fazer aqui só uma observação. Presidente Luciano Coutinho do BNDES, realmente esse projeto, como o Senador Garibaldi disse: Senadora Rosalba, eu voltei porque quando fala do Aeroporto de São Gonçalo, nós sabemos que é algo importantíssimo para o Brasil e para o nosso Estado. Eu queria só uma previsão, pela sua experiência, a esses estudos que ainda precisam ser concluídos, tem uma ideia do tempo que isso pode demandar ainda?

SR. LUCIANO COUTINHO: Nós estamos querendo trabalhar, Senadora, para ter a licitação desse projeto no máximo em setembro ou outubro, se depender de nós. Ele, obviamente, precisará da formatação do edital e da modelagem de concessão privada pela ANAC, a aprovação pelos Conselhos. O projeto depois terá que transitar pelo Tribunal de Contas para que o Tribunal autorize a licitação. Agora no que depender do BNDES, nós somos um fator, estamos trabalhando estreitamente ligados ao Governo do Rio Grande do Norte. Nós não seremos fator de atraso do projeto, nós estamos empenhados em ver esse projeto licitado o quanto antes.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Presidente. Essa notícia nos deixa bastante confortável, felizes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador Garibaldi Alves, Senadora Rosalba, foi uma honra muito grande ter presidido a reunião ao lado de V. Ex^{as.}, foi uma satisfação muito

grande tê-los aqui. Eu quero saudar aos Senadores, o Senador Inácio Arruda que aqui chegou.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu estava substituindo V. Exa. na Comissão de Justiça--

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --para a votação de catorze representantes do Conselho Nacional de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): É verdade, eu agradeço muito. Presidente Luciano Coutinho, a sua presença aqui é um marco das Audiências dessa Comissão, objetividade, clareza, foi uma verdadeira aula que V. Exa. acabou de dar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, a oposição chegou na Comissão de Justiça elogiando bastante a apresentação do Presidente Luciano Coutinho. E na situação atual do Brasil nós não podemos desconfiar disso, eu acho que a oposição está convencida mesmo de que nós estamos com uma gestão elevadíssima do ponto de vista da sua qualidade no BNDES.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado. Encerramos assim a Sessão. Agradecemos a sua presença, Presidente, como sempre foi um marco muito importante. Amanhã teremos aqui o Ministro Guido Mantega, às dez horas, em Sessão Conjunta dessa Casa.

Sessão encerrada às 13h39.

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E EMPREGABILIDADE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO, EM 28 DE MAIO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e oito de maio do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Jayme Campos, Efraim Morais, Delcídio Amaral, João Ribeiro, César Borges, Eduardo Suplicy, Francis-

co Dornelles, Roberto Cavalcanti, Tião Viana, Eliseu Resende, Gilvam Borges, Romero Jucá, Eduardo Azevedo, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Tasso Jereissati, Wellington Salgado, Rosalba Ciarlini, Aloizio Mercadante, Pedro Simon, Renato Casagrande, Mão Santa, Adelmir Santana, Arthur Virgílio, Gilberto Goellner, Romeu Tuma e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, João Tenório, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública sobre os temas “A desvalorização da moeda brasileira; a crise econômica; os efeitos da redução de IPI sobre a arrecadação da união, dos estados e dos municípios; e sobre as mudanças no rendimento da caderneta de poupança”, em atendimento aos Requerimentos nºs 05, 06, 07, 12 e 13-CAE e aditamento ao Requerimento nº 29/09-CAE, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Aloizio Mercadante, César Borges e Flexa Ribeiro, e aos Requerimentos nºs 03/09-CI e 04/09-CAS, de autoria do Senador Inácio Arruda, com a presença, como expositor, do Excelentíssimo Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Tasso Jereissati, Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio, Wellington Salgado, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e a 10ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa ordinária, da 53ª legislatura, a realizar-se em conjunto. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação

das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. As Atas, então aprovadas, serão publicadas no Diário do Senado Federal. [soa a campanha].

Essa Audiência Pública, para discorrer sobre a desvalorização da moeda brasileira, a crise econômica, os efeitos da redução de IPI sobre a arrecadação da União, dos estados e dos municípios e sobre as mudanças no rendimento da caderneta de poupança, conta, para a honra nossa, com a presença do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Guido Mantega, em atendimento aos requerimentos nº. 05, 6 e 7, 12 e 13, de 2009, e aditamento ao Requerimento nº. 29/09, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Aloizio Mercadante, César Borges e Flexa Ribeiro, e ao Requerimento nº. 03/09, da Comissão de Infraestrutura, e 04/09, de autoria do Senador Inácio Arruda. S. Exa., o Sr. Guido Mantega terá o tempo que desejar para fazer a sua exposição, e, em seguida, abriremos à fase dos debates, concedendo a palavra às senadoras e senadores inscritos. Antes de conceder a palavra ao nosso ilustre convidado, o Ministro Guido Mantega, teremos a palavra do Senador Eliseu Resende, que representa aqui a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, Sr. Ministro Guido Mantega, Sras. e Srs. Senadores, a nossa presença aqui, Sr. Presidente, Sr. Ministro, é para representar o Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Senador Fernando Collor, que está afônico e não pôde comparecer. Desejar boas-vindas ao Ministro e ouvi-lo atentamente, junto com os demais senadores, porque são extremamente importantes e relevantes as questões que serão discutidas e debatidas aqui, ouvindo o Ministro da Fazenda Guido Mantega. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quero registrar a presença na Mesa do Senador Francisco Dornelles, Presidente da Comissão que faz o acompanhamento da crise financeira e empregabilidade. E vou ter a honra, agora, de conceder a palavra ao Ministro Guido Mantega, para fazer sua exposição a respeito da crise financeira e as suas implicações com relação ao nosso país. Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senador Garibaldi Alves, Presidente da CAE, o Senador Eliseu Resende, presidindo a Comissão de Serviços de Infraestrutura, e o Senador Francisco Dornelles, que preside a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade. Agradeço ao convite para vir aqui a esta Casa,

para poder explicar a situação da crise mundial e da economia brasileira, cumprimento os demais senadores e senadoras que estão aqui presentes, os técnicos, jornalistas, assessores, e vou fazer uma breve exposição da situação da crise internacional e as suas repercussões sobre a economia brasileira.

Nós produzimos um PowerPoint que foi disponibilizado aos Srs. Senadores e Senadoras para que possam acompanhar melhor a minha exposição. Às vezes, a gente passa algum gráfico pouco visível. Com o texto na mão, fica mais fácil de acompanhar. Nós temos visto, nas últimas semanas, sinais de melhoria da crise internacional. Esses sinais são positivos, são bem-vindos, porém, devemos ter em mente que a crise não acabou, talvez apenas tenha passado o pior momento dela e já estejamos retornando para níveis de normalidade maior em relação aos últimos meses. Um dos fatores que está trazendo esta melhoria é a consolidação do Governo Obama e o aumento da confiança dos mercados mundiais nas ações dos vários Governos. Isso não significa que os problemas centrais da crise financeira tenham sido resolvidos. Por exemplo, os ativos tóxicos que enfraquecem os grandes bancos continuam presentes, ainda não foram digeridos, não foram absorvidos. Os bancos ainda não estão liberando volume de crédito suficiente para mover as economias. Então, ainda falta crédito, e o crédito continua caro e de difícil acesso para vários segmentos da sociedade. Mas, de qualquer forma, em relação ao quadro bastante crítico, bastante grave, que nós observamos no final do ano passado, começa a haver algum distencionamento do crédito. O crédito está voltando para alguns segmentos do setor financeiro, os bancos que, antes, tinham total desconfiança, entre eles mesmos e em relação ao consumidor, estão voltando a atribuir crédito, estão liberando o interbancário, e, com isso, nós podemos ter algum alívio naquela situação difícil. Porém, nada impedirá que o ano de 2009 seja um ano de recessão para as principais economias do mundo.

Então, uma recessão forte em vários países, principalmente nos países avançados. Mas essa recessão, ela será mais forte nos primeiros trimestres desse ano, e, no final do ano de 2009, já notaremos uma mudança e, provavelmente, algumas economias já estarão trabalhando no positivo, já estarão com PIB positivo. A trajetória esperada do PIB mundial é aquele que está representado naqueles gráficos. Nós podemos ver o gráfico azul. A linha azul representa o comportamento das economias avançadas. Os senhores podem notar que, em 2009, as economias avançadas, elas têm uma queda do nível do PIB. A queda deve ser em torno de 4%. Ou seja, o PIB médio das economias avançadas será menos 4%, em 2009. A boa notícia é que já está

em curso uma recuperação, mas que começa lá debaixo, porque a queda foi forte, e essa recuperação se dará ao longo do ano 2009, de modo que, em 2010, os países, mesmo os países avançados, já estarão com resultados positivos no seu PIB. Modestos, porém positivos. Nós esperamos que, ainda durante os dois, três anos, o PIB terá um comportamento fraco nessas economias avançadas. Já nas economias emergentes, que são representadas pela linha vermelha, os senhores podem ver que, também, elas sofrem uma queda no nível de atividades, porém tendem a ficar positivas, produto positivo, e a recuperação se dará, também, ao longo de 2009, de modo que, em 2010, essas economias estejam de volta com os índices de crescimento que tinham antes da crise. Portanto, recuperação mais rápida das economias emergentes, recuperação mais demorada nas economias avançadas.

Então, esse gráfico mostra também que nós temos um distanciamento entre as economias avançadas, que tendem a ter um desempenho inferior, um desempenho mais fraco, e as economias emergentes, que tendem a ter um desempenho mais forte. Passamos adiante. Bom, o que está acontecendo no Brasil? No ano passado, nós tivemos um excelente desempenho da economia até o terceiro trimestre, e, no quarto trimestre, tivemos uma forte desaceleração, de modo que o resultado final do ano de 2008 foi de um crescimento de 5.1. Então, estão equivocados aqueles que dizem que nós tivemos recessão no ano passado. O ano passado foi um ano de excelente crescimento para o Brasil, com exceção do último trimestre, quando nós acompanhamos, logo depois da quebra do Lehman Brothers, a desaceleração forte da economia internacional.

No primeiro trimestre deste ano, a economia brasileira ainda passou por um período fraco, de desempenho bastante fraco da economia, porém, no final do primeiro trimestre, já temos sinais de recuperação, de modo que a crise começou mais tarde no Brasil do que em outros países, pela sua situação econômica melhor e deve ser mais curta, deve terminar mais rapidamente no Brasil do que em outros países. Essa pequena melhora que nós observamos nos mercados financeiros internacionais, nas últimas semanas, já se refletiu no Brasil, com uma retomada do fluxo de capitais. Então, essa melhora, esse aumento da disponibilidade financeira, se traduziu, nessas semanas, no aumento do investimento direto externo, da entrada de capitais em busca da Bolsa de Valores e outras aplicações na economia brasileira. Passamos adiante.

Nós podemos ver, por este quadro, a diferença de comportamento da economia brasileira em relação a outras economias. Nós colocamos aí as principais, e cada uma daquelas torres representa um trimestre eco-

nômico. Nós temos aí cinco trimestres representados, e, quando a torre está acima da linha zero, significa um crescimento positivo do PIB no trimestre, e, quando está baixo da linha zero, um crescimento negativo. Os senhores podem ver que o Brasil é o país que teve o maior desempenho, porque, no ano passado, nós temos, ali, a partir do primeiro trimestre do ano passado, nós tivemos o Brasil, que é o último à direita, três trimestres de crescimento bastante expressivo, em torno de 6, 6,5% de crescimento do PIB, em cada um dos três trimestres, e, finalmente, no último trimestre, uma queda forte do produto, conforme os senhores podem observar. Mas o Brasil tendo um desempenho melhor do que os demais países.

Nós notamos também o aumento de confiança na economia brasileira, que é representado pelo índice de risco-país. A curva vermelha representa o risco dos países emergentes como um todo e a curva azul, o risco do Brasil. Os senhores podem ver que os níveis de risco caminharam muito próximos até, mais ou menos, outubro do ano passado. Setembro, outubro do ano passado foi quando ocorreu a crise, que dá aquele pico de risco, aumento do risco dos países emergentes de modo geral. Porém, de lá pra cá, nós podemos notar que o Brasil vem apresentando um risco menor do que os demais países emergentes, demonstrando uma confiança maior que há no Brasil. Passamos adiante.

Podemos ver essa confiança a partir de uma pesquisa feita pela Emerging Markets Private Equity Survey, que diz que o Brasil é o segundo mercado mais cobiçado pelos investidores estrangeiros. Nós temos aí o quadro de 2008, a situação em 2008, a coluna 2008, que mostra que o mercado emergente mais atraente é a China, em primeiro lugar, e o Brasil estava em quarto lugar. Porém, passando para 2009, nós podemos ver que o Brasil passou em segundo lugar, passou na frente da Índia, da Rússia e de outros mercados emergentes, em termos de atratividade. Portanto, de confiança. Passamos adiante.

Nós temos aqui a representação do desempenho da indústria automobilística, que continua sendo uma indústria importante em vários países, porque representa uma parte expressiva do PIB. Aqui, no Brasil, a indústria automobilística representa cerca de 23% do PIB industrial brasileiro. E os senhores podem ver, numa comparação do primeiro trimestre de 2009 em relação ao primeiro trimestre de 2008, que a recuperação da produção de veículos leves, o Brasil é o último, ali, colocado. Nós tivemos, em vários países, uma queda importante da produção de veículos leves, nos três meses, de janeiro a março de 2009, em relação a janeiro a março de 2008. Estados Unidos, por exem-

plo, teve uma queda de 38% na produção; Japão, 23. Apenas a Alemanha teve uma expansão, França caiu, Itália também, Espanha, 44% a menos, e o Brasil já recuperou e já está produzindo mais veículos do que estava produzindo em igual período do ano passado. Portanto, houve uma queda e, depois, uma recuperação forte, em função das medidas que foram tomadas na economia. Passamos adiante.

Podemos ver que um dos sustentáculos da economia brasileira, uma das razões pelas quais o PIB brasileiro, ele fica mais forte, ele cai menos, em relação a outras economias, é que o Brasil... A economia brasileira depende mais do mercado interno do que do mercado externo. O mercado externo é representado pelas exportações, e as exportações brasileiras representam 13% do PIB. Portanto, quando cai o nível de atividade internacional, o Brasil é menos atingido do que, por exemplo, a Alemanha, cujas exportações representam 40% do PIB, ou o Japão, que representa mais ou menos a mesma coisa. Existem economias na Ásia, no leste europeu, cuja exportação representa 50, 60% do PIB. Então, quando cai a atividade internacional, todas elas têm uma retração forte do PIB. Já o Brasil, como tem o mercado interno que se manteve forte, graças à massa salarial, os senhores estão vendo ali, em 12 meses, de abril a abril, 7,3% de crescimento da massa salarial, nós mantemos uma capacidade de consumo e um mercado mais forte aqui no Brasil. Pode passar adiante, pode pular essa.

Bom, outro fator que dá robustez à economia brasileira, solidez à economia brasileira é o nosso desempenho fiscal. O Brasil tem tido um bom desempenho fiscal, ao longo dos últimos anos, e consegue manter esse desempenho fiscal durante a crise, o que é difícil de ser visto nos outros países, todos eles com uma forte deterioração da sua situação fiscal. Nós reduzimos o nosso superávit primário em 2009, para poder fazer mais política anticíclica, e, mesmo assim, o nosso resultado fiscal, ele é bastante satisfatório e um dos melhores, quando comparado com outros países. Os senhores podem ver aí a comparação do resultado fiscal, que é esperado para o ano de 2009, projetado pela Economist Intelligence Unit's, que é da Revista The Economist, que mostra que o Brasil é o penúltimo país, ele tem o segundo melhor desempenho fiscal de todos os países do G 20. Terá, portanto... Prevê-se um déficit nominal de 2.1% neste ano. Não fosse a crise, nós estaríamos muito próximos do déficit nominal zero. Mas, como tivemos que reduzir o primário, então nós ficaremos com 2.1, um resultado bastante satisfatório. Se nós olharmos a dívida pública, que é um indicador fiscal fundamental, vamos ver, ali, o Brasil tendo um pequeno aumento da dívida pública, mas, na verdade,

aquele aumento de 36.8 para 40.9 se deveu ao fato que nós tiramos a PETROBRAS do resultado fiscal da União. Porque é só recolocar a PETROBRAS que nós estaríamos com os 36. A PETROBRAS significava esses 3% de diferença que estão ali. Então, não houve nenhuma piora na dívida pública brasileira em função da crise. E se nós olharmos os outros países, vamos ver que os outros países todos estão com aumento expressivo da sua dívida pública, mesmo os países considerados mais sólidos, como o Reino Unido, os Estados Unidos, o Japão, todos eles com um crescimento expressivo da dívida pública.

No próximo quadro, nós podemos ver a projeção desta dívida para o ano de 2010. Em 2010, vamos pegar ali o Brasil, essa dívida bruta. Portanto, não estão deduzidas as reservas. Como os outros países eu não tinha dívida líquida para 2010, eu tive que usar a base de comparação de dívida bruta. Então, a dívida bruta do Brasil, ali, teria sido, em 2008, de 60%; 2009, 57%; 2010, 54%. Portanto, a nossa dívida está caindo, continua caindo, e a da maioria dos outros países está subindo, e subindo para patamares bastante elevados. Estados Unidos, por exemplo, em 2010, deverá atingir uma dívida de 77% do PIB. Perdão, 79% do PIB. Alemanha, 74% do PIB. Portanto, a nossa dívida é menor do que a dívida desses países. Então, não se pode pôr em dúvida a solidez fiscal das contas públicas brasileiras. Uma das razões da nossa solidez é que nós diminuimos a vulnerabilidade externa do país ao longo do tempo.

No próximo gráfico, nós podemos ver que as reservas internacionais do Brasil não só se mantiveram no patamar que estavam pré-crise, como, agora, estão sendo expandidas, porque nós voltamos a comprar reservas. Voltamos a comprar dólares, portanto aumentar as reservas internacionais. Estamos com 205 bilhões. Muitos países que tinham reservas elevadas já estão com menos reservas do que estavam, quando a crise se iniciou. Portanto, isso também é um fator importante de solidez da economia brasileira. Outro fator importante é que, ao contrário de outras economias, o sistema financeiro é sólido. Ele é menos alavancado, nós temos ali o índice de Basiléia, a relação entre o capital e os empréstimos. No caso, Basiléia recomenda 8%, e, no Brasil, nós temos 17,6%. Portanto, nós temos um risco menor, uma alavancagem menor dos bancos brasileiros. Além disso, os bancos brasileiros são submetidos a uma regulação muito mais forte do que a regulação de outras economias. E, além disso, nós temos, no Brasil, bancos públicos que têm um comportamento fundamental durante a crise, porque eles podem aumentar mais o crédito e baixar as taxas de juros. Passamos adiante.

Qual é a diferença do Brasil em relação à crise de hoje e em relação a crises do passado? No passado, quando o Brasil era uma economia mais frágil, quando ocorria uma crise, até menor do que esta, porque esta crise é uma crise de grandes proporções, é uma crise mundial, uma crise de grande envergadura, mas, mesmo nas crises menores que tivemos no passado, como a economia brasileira estava fragilizada, não tinha reservas, o Governo, para impedir a fuga de capitais, era obrigado a elevar a taxa de juros, e a taxa de juros era elevada de forma extraordinária. Ao elevar a taxa de juros, o déficit público aumentava, e a dívida pública também, porque é um custo financeiro para o estado. Em função disso, o Governo tinha que fazer ajuste fiscal. Cortar gastos, cortar investimentos no meio da crise. Então, a ação do Governo acabava levando o país a uma recessão. Redução de investimentos, redução de empregos, etc. Portanto, o Governo não podia fazer uma política anticíclica. Fazia uma política praticamente pró-cíclica, para se defender dos problemas que uma economia vulnerável e fragilizada enfrentava.

Mas, hoje, no gráfico seguinte, nós podemos ver que o país que tem uma solidez macroeconômica pode enfrentar a crise de uma outra maneira, fazendo uma política anticíclica. Então, ao invés de elevar o juros, nós podemos diminuir os juros. Ao invés de restringir o crédito, nós podemos aumentar o crédito, que é o que está sendo feito com a política monetária de crédito, liberando compulsórios, fazendo cortes nas taxas de juros básicas... Enfim, criando mecanismos, de modo a atenuar a escassez de créditos que essa crise provocou. Na política fiscal, também uma política fiscal anticíclica. Nós, antes, tínhamos que subir impostos para poder equilibrar as contas públicas, e, hoje, nós podemos reduzir tributos, de modo a estimular a atividade econômica. Manter os programas sociais, sem desativá-los, manter o investimento público e até elevá-lo, podendo nos dar ao luxo de diminuir provisoriamente o superávit primário, para poder fazer essa política anticíclica. Dessa maneira, a gente atenua o impacto da crise. Ao invés de aumentar, amplificar, nós atenuamos, e a crise pode ser de mais curta duração.

Então, em síntese, por que o Brasil está... Por que a situação já está melhorando no Brasil? A nossa conjuntura financeira está melhorando gradualmente, ainda está longe de estar normalizada, porém, apresenta algumas melhorias. A política anticíclica tem dado resultados, as reduções de tributos para o setor automotivo, para a linha branca, para o setor de material de construção, o programa habitacional já dá resultados, o financiamento habitacional está crescendo, está havendo negócios, o setor não está demitindo.

Então, a política anticíclica dá resultados mais rápidos no Brasil. E, além disso, nós reunimos confiança. O mercado acredita que o Brasil reúne melhores condições para sair da crise. Digo o mercado, porque, além de nós acharmos isso, é importante também qual é o conceito, a reputação que o Brasil tem e adquiriu. E, portanto, a confiança no país, isso ajuda a nós sairmos mais rapidamente da crise. O Brasil oferece condições mais seguras e mais atraentes para a vinda de capitais. Nós podemos, no gráfico seguinte, ver alguma melhoria, por exemplo, no preço das commodities. O Brasil é um grande exportador de commodities, portanto isto interfere, sobretudo, com a nossa agricultura. Havendo melhoria do preço das commodities, a agricultura continua funcionando bem, e nós podemos ver que, depois de ter tido aquela alta, o choque de commodities, os senhores estão lembrados do ano passado, que nós tivemos uma alta forte do preço das commodities, depois tivemos uma queda, e, agora, nós já estamos com recuperação de preço de commodities, o que é bom para a nossa balança comercial, é bom para o setor agrícola. Podemos ver o reflexo disso também na Bolsa de Valores, no gráfico seguinte.

A nossa Bolsa de Valores, que sofreu o impacto da crise, sofreu perdas no primeiro momento, mas já está em processo de recuperação. Somente no mês de maio até o dia... Do início até o dia 21 de maio, houve um ingresso de investimentos, no exterior, na bolsa, de 4,2 bilhões de reais. Logo mais, as empresas brasileiras poderão estar fazendo ofertas de ações na bolsa, poderão estar captando recursos para fazer seus investimentos na Bolsa de Valores, como vinham fazendo antes da crise começar, fazendo IPOs, porque terão disponibilidade de recursos, terão interessados na aquisição das suas ações. Nós podemos ver uma comparação do desempenho das principais bolsas do mundo e a bolsa brasileira. Aí está o período compreendido de setembro até maio deste ano, e podemos ver que as perdas da bolsa brasileira, computado esse período, são entre as menores da série que está aí colocada. As bolsas americanas perderam muito mais, as principais bolsas européias também, o Brasil tem uma perda de 3% em relação a setembro. Sem falar que, antes de setembro, a bolsa brasileira tinha subido vários pontos percentuais. Portanto, ainda está no lucro. Para quem estava lá dois, três anos, está no lucro.

Se nós olharmos o período mais recente, a curva azul é a curva da Bovespa, no período... Os senhores podem ver. A partir de março, nos últimos dois meses, portanto, um crescimento permanente da bolsa brasileira comparada com a Dow Jones, que não tem o mesmo comportamento. Deu uma melhorada também, mas uma melhorada inferior ao desempenho da

bolsa brasileira. Passamos adiante. E podemos ver o movimento cambial. Nos meses de crise, houve saída de capitais, e a situação, o resultado do balanço de pagamentos não foi tão bom quanto era no período anterior. Chegamos a ter déficit financeiro, ou seja, saíram mais recursos do que entraram, durante vários meses, porém, nós já demos a virada. No mês de maio, nós já temos um resultado positivo, ainda aí estamos até o dia 22 de maio, não completou o mês, mas nós já temos um saldo financeiro positivo, juntamente com o saldo comercial positivo. Então, o Brasil já está se refazendo desse período. O investimento direto voltou a crescer também. Os senhores podem ver ali, essa curva é o investimento anualizado, em 12 meses, 41 bilhões nos últimos 12 meses. O ano passado foi um ano excepcional, nós tivemos ingresso de 45 bilhões de dólares de investimento externo, e, no mês de abril, nós tivemos 3,4 bilhões de dólares de investimento externo. Portanto, o investimento externo está voltando à economia brasileira.

Bom, do ponto de vista do comportamento do sistema financeiro, o que nós podemos ver ali é que a curva vermelha é a curva do crédito à pessoa física, é a evolução do crédito à pessoa física. E a curva azul é da evolução do crédito à pessoa jurídica. Podemos ver que, depois de termos atingido um ápice de volume de crédito à disposição, mais ou menos em abril, maio do ano passado, passou a haver uma queda do crescimento do crédito, uma queda forte no último trimestre até janeiro deste ano e começou a haver uma recuperação do volume de crédito. Então, podemos ver que houve uma recuperação maior na pessoa física, voltando aos patamares anteriores à crise, mas a pessoa jurídica ainda está aquém daquilo que é necessário. Portanto, o crédito está voltando, mas não é suficiente para suprir as necessidades da economia brasileira.

Nesse quadro seguinte, nós podemos ver a evolução do crédito, desmembrado entre a participação dos bancos públicos, bancos privados nacionais e bancos privados estrangeiros. A curva marrom representa o crédito aportado pelos bancos públicos e podemos ver que os bancos públicos têm aumentado o volume de crédito na economia. Então, eles é que, de certa forma, sustentaram uma retomada do crédito, a manutenção de um certo nível de crédito. Já os bancos privados nacionais diminuíram, é a curva verde. Em relação ao patamar de setembro, eles diminuíram a liberação de crédito, e os bancos privados estrangeiros também diminuíram, que é a curva marrom claro. Então, essa curva ainda é insatisfatória para as necessidades da economia brasileira, mas nós temos notado, nas últimas semanas, uma reação maior do sistema financeiro. Me parece que, finalmente, está havendo uma com-

petição maior no sistema financeiro, onde os bancos públicos estão ofertando crédito em volume maior a taxas menores. O sistema privado também está fazendo o mesmo, está começando a fazer o mesmo, está havendo um alongamento do prazo de crédito, porque tinha havido o encurtamento. Quando a crise começou, o crédito foi reduzido e foi encurtado no tempo, os financiamentos que eram de 50 meses, 60 meses, passaram para 30 meses, para 20 meses e assim por diante, e, agora, está havendo uma recomposição dos prazos que eram praticados antes. Então, no caso do setor automobilístico, nós já estamos vendo ofertas de crédito para prazos de 60 meses, 70 meses, até 80 meses, o que é uma novidade no período recente. Portanto, há uma recomposição no período mais recente. Porém... Passa adiante.

Porém, o spread, que é cobrado pelo setor financeiro, ainda é extremamente elevado no Brasil. Aliás, esse é um problema crônico, é um problema antigo, e, no período de crise, ele se agravou. Os senhores podem ver. A curva azul é o spread cobrado da pessoa jurídica. E o spread e a curva vermelha é o spread cobrado da pessoa física. A curva vermelha deve ser lida à direita. Então, nós podemos ver que o spread para o crédito da pessoa física chegou a 45% acima do juro, do juro básico. Só o spread. Não é o juro final para o tomador. É 45% acima dos juros. Portanto, exorbitante. Mas está com o comportamento benigno caindo para cerca de 37,5%. É melhor do que estava, porém, ainda, muito alto. No caso da pessoa jurídica, os spreads continuam bastante elevados e têm que ser reduzidos para permitir uma retomada mais forte, mais firme da economia brasileira. Na semana passada, foi aprovado o cadastro positivo na Câmara dos Deputados. Eu acredito que essa matéria já esteja entrando na pauta do Senado e seria extremamente positivo que nós pudéssemos aprovar rapidamente o cadastro positivo, que é um compromisso dos bancos para que eles reduzam as taxas de spread, porque, segundo eles, vai diminuir a incerteza e a possibilidade de inadimplência no setor financeiro. Passamos adiante.

Bom, podemos ver aí o comportamento do câmbio no Brasil e nos outros países e podemos ver ali que houve, nos últimos três meses, uma valorização do câmbio, no sentido contrário do que tinha havido, logo depois do início da crise, a partir de setembro, que houve uma desvalorização do câmbio, uma valorização do dólar e desvalorização das outras moedas. Aqui, nós estamos numa direção inversa. Está havendo uma desvalorização do dólar e, portanto, uma valorização de várias moedas. E o Brasil está lá, com uma valorização, nos últimos três meses, de 17,66%. Mas não é o único. Se fosse o único, seria... O real estaria

se valorizando frente o dólar e outras moedas, mas é, fundamentalmente, frente ao dólar. No quadro seguinte, nós podemos ver o comportamento dos últimos 30 dias, quando o real, é ali, a faixa verde mais clara, teve uma valorização de 9,84. Mas os outros países também tiveram valorizações menores, a maioria menores do que a brasileira, mas isso também é explicado não só pela desvalorização do dólar, mas é explicado também pela confiança que existe no Brasil, pela atratividade que o Brasil representa para os investidores externos. É um sinal positivo para a economia brasileira. Mas, como toda moeda tem duas faces, tem uma face negativa essa valorização, porque ela diminui, ou ela diminui as vantagens do setor exportador. As vantagens que haviam sido adquiridas com a desvalorização do real, barateando os produtos brasileiros, com esta valorização, você encarece o produto brasileiro e há um prejuízo para o setor exportador. Então, é uma moeda de duas faces. Tem um lado bom, que é o lado de que há um reconhecimento de que o Brasil é uma economia sólida, que vai se recuperar rapidamente e com o auxílio do ingresso de capitais, porém, isso tem um prejuízo para o setor exportador. Passamos... Pode passar adiante.

Se nós compararmos o real com uma cesta de moedas, a cesta das moedas dos países com os quais nós mais transacionamos. Então, vamos ver que a situação não é tão dramática do ponto de vista do câmbio. Nós podemos ver a trajetória desde 95, quando houve uma valorização do real, depois desvalorização... Depois... Perdão, uma valorização, depois desvalorização, e, no período mais recente, os senhores estão vendo ali setembro de 2008, nós temos uma valorização da moeda... Perdão, uma desvalorização e uma valorização no período mais recente. Esse quadro, ele abrange um período muito longo, então fica difícil de ver com clareza as variações. Mas a variação é essa: de setembro em diante, houve uma desvalorização da moeda, e, a partir dos últimos dois meses, três meses, houve uma valorização. Passamos adiante.

Eu acredito que esta crise, embora traga uma série grande de problemas para a economia brasileira, ela também pode ser vista como oportunidade. Os países que estão melhor posicionados, que reúnem condições melhores, podem até tirar alguma vantagem da crise. Por exemplo, se está havendo uma valorização da moeda brasileira, significa que está havendo entrada maior de recursos estrangeiros, é o momento de aumentar as nossas reservas, que tão bem fizeram para a economia brasileira, nesse período mais recente. Quando, em 2006, nós argumentamos fortemente, no sentido de que deveríamos aumentar as reservas que estavam estagnadas em 58 bilhões de

dólares, alguns até criticaram este caminho. Quando chegamos a 100 bilhões de dólares de acúmulos de reservas, alguns diziam que era muito, que não precisávamos ir além dos 200 bilhões. Chegamos aos... Além de 100 bilhões. Chegamos aos 200 bilhões, e a crise justamente nos colheu no momento que nós tínhamos uma situação confortável, portanto ficou demonstrado que ter reservas é um bom negócio para o país. É seguro, aumenta a estabilidade da economia, reduz a vulnerabilidade externa, o que foi comprovado no momento de crise.

Portanto, eu acredito que o Brasil, pelo porte da sua economia, poderá ter reservas mais elevadas que os 205 bilhões que temos hoje. E temos que encaminhar nessa direção. Mas a crise, como eu dizia, ela pode trazer algumas oportunidades. Por exemplo, acelerar algumas mudanças importantes que vinham ocorrendo na economia internacional, no sentido de dar um destaque maior para o desempenho dos países emergentes. Então, nós estamos vendo nitidamente que os chamados países avançados vêm perdendo terreno em relação aos emergentes, têm um dinamismo menor, têm um mercado que cresce menos, têm menos condições, e, portanto, nós estamos assistindo a um enfraquecimento do dólar, do euro, da libra e do iene, que eram as moedas dominantes, ou são as moedas dominantes, nas transações internacionais. E temos visto o surgimento de novos países e novas moedas. O iuan, chinês evidentemente, terá um papel cada vez mais importante, e o real também é uma moeda respeitável, que já é utilizada em transações internacionais.

Portanto, o resultado desta crise poderá ser que os chamados brics, o Brasil, Rússia, Índia, China, sairão desta crise mais fortalecidos ou menos chamuscados do que outros países e poderão sair na frente dos outros países, se nós soubermos fazer as políticas econômicas adequadas.

Passamos adiante, para finalizar. Então, quais são os novos protagonistas no cenário internacional? Os novos protagonistas são justamente os países emergentes, aqueles que têm tido um dinamismo econômico maior, taxas de crescimento maiores que as taxas de crescimento dos países avançados, que modernizaram a sua estrutura positiva, aqueles países que têm contas públicas externas mais equilibradas e não que têm desequilíbrios, por exemplo, que tem a economia americana, a economia japonesa, que têm recursos naturais abundantes, energia principalmente. O Brasil possui grandes reservas de energia ainda a serem exploradas, que nos dão uma solidez de perspectiva de mais reservas, e grandes produtores de alimentos. E o Brasil é um grande produtor de alimentos. Então,

nós combinamos essas condições mais, digamos, convenientes, e, além disso, nós temos, à semelhança da China, da Índia, um grande mercado consumidor que ainda pode crescer muito, ao contrário de outros países, cujo mercado consumidor já atingiu sua potencialidade máxima. É por essas razões que nós acreditamos que o Brasil já está saindo da crise, sairá mais rapidamente do que outros países e poderá ocupar uma posição privilegiada num cenário econômico internacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradecemos ao Ministro Guido Mantega, pela sua exposição brilhante, objetiva, a respeito da crise financeira e suas repercussões no nosso país, uma exposição num tom bastante otimista. E, dentro do que está convencionado, vamos dar a palavra, agora, aos senadores que foram autores dos requerimentos de convite ao Ministro. Inicialmente, concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ministro, Senadores Garibaldi, Dornelles, Eliseu Resende, Presidente das comissões que aqui recebem o Ministro Guido Mantega, Ministro Guido Mantega, senhores, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Ministro Guido Mantega, hoje, os jornais noticiam aquilo que já se sabia, mas, oficialmente, agora, declarado pelo comitê da Fundação Getúlio Vargas, composta dos economistas notáveis, encarregados de estudarem os ciclos econômicos no Brasil, mas noticiam que o comitê diz que o Brasil está em recessão desde o final do último trimestre do ano passado. Ou seja, nós estamos no meio de uma recessão. Passado o primeiro trimestre, já estamos no segundo e, com certeza, a probabilidade de que nós continuemos diminuindo o tamanho da economia este ano é bastante grande. Todos os analistas falam, alguns entre zero e 1,5% deve ser o recuo da nossa economia. É importante notar que esse recuo não é pouco. Se nós pegarmos o recuo de 3%, 4%, na economia européia ou americana, nós estamos falando de países que têm baixíssimo, quase uma estabilidade de crescimento demográfico e uma renda per capita já bastante elevada, o que é ruim para esses países, mas não é trágico.

No caso do Brasil ou país como a China, por exemplo, que tem crescimento demográfico elevado e renda per capita baixa, o encolhimento da economia é trágico. A primeira pergunta que faço, e tem ainda relação com uma pergunta que vou fazer, apresentando algumas tabelas aqui... Não seria melhor, Ministro Mantega, que nós assumíssemos os problemas, a recessão, as dificuldades, como estão fazendo todos os países do mundo, do que ficarmos dizendo, como dissemos alguns meses atrás, no ano passado, pri-

meiro que era uma marolinha, que não iria afetar o Brasil, que era problema do Bush, do outro lado do Atlântico... Depois, insistindo no crescimento de 4%, depois insistindo no crescimento de 2%... Enfim, essas coisas todas levam a uma certa incerteza sobre que cenário nós estamos realmente vivendo. Eu acho que nós deveríamos fazer como os outros países: assumir, assumir os problemas, fazer contas reais, que a gente possa chegar e rechegar na frente, para que nós possamos realmente ter a postura necessária à crise que nós estamos vivendo. Por esta razão, contando esses números que a gente quer entender o que está acontecendo, o que é realidade, o que é recessão, o que que não é, é que nós, eu, junto com minha assessoria, encontramos alguns números que nós precisamos de uma explicação para que nós possamos entender. Nos dados do SIAFI, que V. Exa. está vendo ali, nós vamos encontrar uma discrepância tremenda entre a média de restos a pagar, processados da Previdência, entre todos os anos, que é 79 milhões, 90 milhões, sempre na casa dos milhões... Na maioria das vezes, não chegando nem na casa de centena de milhões. De repente, em 2009, esse número pula para 16 bilhões. Ou seja, restos a pagar da Previdência de 16 bilhões. Isso, por si só, já é estranho, porque restos a pagar de Previdência não é normal. Uma obra, uma coisa, tudo bem. Mas, da Previdência, isso não é normal. Então... E, ali, a linha histórica mostra realmente essa discrepância gigantesca, que a gente sai da casa... Nos últimos três anos, 82 milhões, 32 milhões, 35 milhões para 16 bilhões. O que é que explica esse 'restos a pagar' passando para um número bem a gosto do nosso Presidente, nunca visto antes na história desse país? Ainda em relação a esse mesmo ponto, esse 'restos a pagar', consultando o SIAFI, refere-se a pagamento de benefícios e pensões de dezembro, que deveriam ter sido pagos, na melhor das hipóteses, em janeiro. Não é isso? Se tivesse sido, não houve uma mudança e se jogou esse pagamento para janeiro? Porque, com certeza, os aposentados receberam. Não há hipótese de não terem recebido. Mas se jogou esse pagamento para janeiro. Mas, no SIAFI, esse pagamento também não aparece em janeiro. Esse pagamento aparece só em fevereiro e no montante inferior ao saldo de 16 bilhões. Não se paga nada em janeiro, e, em fevereiro, há um pagamento de 11 bilhões, ficando um saldo ainda de cinco bilhões, o que é profundamente estranho. Porque, também, se não foi pago em janeiro, se não foi pago em dezembro, deveria ter sido pago em janeiro, e, no entanto, só foi pago em fevereiro e num saldo ainda que não bate com aquele número de 16 bilhões. Esse valor...

Vamos supor que esses 11 bilhões tenham sido pago em fevereiro, que também não dá para explicar. Esses cinco bilhões que nunca foram pagos da Previdência de Benefícios e Pensões, o que representa esses cinco bilhões que ainda não foram pagos, aparentemente não foram pagos até agora? Achando isso completamente surrealista, nós consultamos o balanço geral da União, e, no balanço geral da União e nos relatórios do Governo da Lei de Responsabilidade Fiscal, mostram os 16 bilhões de restos a pagar da Previdência. A pergunta é o seguinte: o que é que está errado? O balanço geral da União ou o SIAFI? Mesmo descontando o valor já pago de restos a pagar na Previdência, de 11 bilhões, pago em fevereiro, o saldo do 'restos a pagar', processado no início de 2008 para o início de 2009, passou de três bilhões para 13 bilhões; um crescimento de mais de 300%. Como explicar um crescimento tão grande de restos a pagar processados, mesmo excluindo os 11,7 bilhões da Previdência, pagas em fevereiro, que também ainda não entendi por que que foi pago em fevereiro o relativo a dezembro. Esse crescimento de 10 bi nos 'restos a pagar' processados, já excluindo o pagamento de 11 bi para a Previdência em fevereiro, tem algum impacto no cálculo do superávit primário? Essa é uma pergunta muito importante, ministro, que eu gostaria de ver esclarecido. Isto é, o primário efetivamente realizado teria sido menor, no montante dos 10 bi, antes mencionado? Quer dizer, a meu ver, nós temos três alternativas. O primário, o superávit primário foi menor, em 10 bi, o SIAFI está completamente errado e ainda não foi acertado, porque... Ou a outra alternativa é que parte dos beneficiários não tenham recebido esses recursos. Eu gostaria de ver explicado isso, ministro, e saber da sua projeção de crescimento do PIB para esse ano e quando nós vamos sair da recessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Se o plenário concordar, nós vamos fazer a chamada de três senadores...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria que o Ministro, como é uma pergunta muito detalhada, pedir, no caso, que houvesse uma explicação, porque, a meu ver, são explicações de assuntos graves. Ou o SIAFI está errado, ou o superávit primário está errado... Se V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quer uma resposta imediata. O Ministro concorda?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, com a palavra o Ministro Guido Mantega.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Senador Tasso, em primeiro lugar, fazer um comentário sobre a recessão da economia brasileira. De fato, no último trimestre do ano passado, a economia brasileira sofreu uma queda forte do nível de atividade. Isso eu mostrei ali no quadro e não podemos negar esse fato. E o primeiro trimestre desse ano deveremos também ter crescimento negativo. Não sabemos ainda de quanto, o número vai sair no dia 9 de julho, e, portanto, até lá... Mas nós já sabemos que houve, de fato, um crescimento negativo. Com isso, não dá para concluir nem que nós tivemos uma recessão no ano passado, porque, no ano passado, tivemos crescimento, sim, mas uma queda no final do ano--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A partir do último trimestre do ano passado e agora estamos em recessão.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Aí estamos misturando dois anos. Então, esse conceito de recessão técnica, me desculpem os economistas, sou um deles, são conceitos que podem ser adotados ou não. Eu não vou questionar a fundação da qual eu pertenço. Sou professor da fundação há muitos anos. O conceito que alguns economistas adotaram é que dois trimestres consecutivos representam uma recessão técnica. Agora, o que isto significa? O que interessa é: o que significa do ponto de vista econômico? Significa que dois trimestres consecutivos você teve um crescimento negativo. Não diz nada do que está acontecendo na economia agora ou no trimestre consecutivo. Então, nós estamos olhando com o retrovisor. Com o retrovisor, de fato, nós tivemos esse período de baixo nível de atividade. Como eu mostrei ali, o Brasil foi um dos países menos afetados pela crise internacional. Até setembro, ninguém sabia a violência desta crise. Com uma ou outra exceção, talvez o Rubini, que, agora, é um economista que está na moda aí, o Rubini tinha previsto, mas 99% dos outros não tinha previsto uma crise dessa magnitude. Portanto, em agosto do ano passado, não ia fazer aqui terrorismo econômico, dizer: "Olha, estou achando que vamos afundar ali adiante". Não dava. A economia estava bem. Até setembro do ano passado, a economia crescia 6,5% o PIB trimestral. Todos os setores estavam indo muito bem. As outras economias já estavam desacelerando. Até a chinesa, que é considerada uma economia forte, uma economia bastante resistente, ela já estava com desaceleração desde o início do ano. Nós estávamos resistindo aqui, graças a uma combinação de fatores favoráveis ao Brasil. O mercado interno continuava se expandindo, estávamos já perdendo algum mercado externo. Então, aquilo que dizíamos estava correto. E, em 2008, não dava para prever, e não havia previsão dos economis-

tas, que 2009 teríamos crescimento negativo. Pode ver as estatísticas, pode ver as previsões. Pegue 10 previsões aí, no ano passado, todo mundo dizia: "Vamos crescer 4%, 5% o ano que vem". A crise foi de uma violência maior que todos esperavam e aí mudamos as previsões. Nós mudamos, eles mudaram.

À medida que a crise foi tomando forma, tomando corpo, nós não só admitimos a sua violência como tomamos as medidas à altura, para combatê-las. E acho que isso foi bem sucedido. O importante é a capacidade de resistência maior da economia brasileira e a superação dos problemas apresentados. Essa crise serviu para pôr o Brasil à prova. E acho que nos saímos muito bem dessa prova, e, agora, não adianta nós ficarmos dizendo: "Ah, mas lá, no último trimestre, foi bem, ou não foi bem, foi pior ou foi melhor". O importante é que já estamos em processo de recuperação, olhando pra frente, sem olhar com o retrovisor. Olhando pra frente é que nós estamos no processo de recuperação. Temos vários problemas para resolver, e eu mencionei aqui um sério, o crédito ainda não é suficiente. Tem empresa que ainda não tem acesso ao crédito. A taxa de juros é muito elevada no Brasil, e isso atrapalha a produção. Está melhorando? Está melhorando. Está dilatando os créditos? Está dilatando. Mas ainda estamos longe e temos que enfrentar esses problemas.

Portanto, eu tenho assumido as dificuldades, e, mais do que isso, temos tomado medidas muito rapidamente para enfrentar esses problemas da melhor maneira possível. Portanto, claro, não dá para nos cobrar as previsões que foram feitas no início do ano passado para este ano, porque não vai dar certo para nenhum analista. Outro dia, tem aí um articulista que falava que eu errava as previsões econômicas e citava como exemplo o ano de 2003. O sujeito dizia: "Ah, o Ministro, em 2003, tinha projetado um crescimento de 0,8 ou 1%, e o crescimento foi 0,5, alguma coisa". Então, fez lá até um cálculo matemático, dizendo: "Quando o Ministro projetar 1%, você dá um desconto de 40% na projeção". Eu achei muito engraçado, só que ele só pegou o pior ano, o ano em que eu não acertei. Esqueceu de pegar 2006, que eu era Ministro da Fazenda, 2007, 2008, onde nós acertamos as previsões de crescimento econômico.

Em 2006, senador, no início de 2006, talvez eu era o único que dizia que íamos ter 4% de crescimento em 2006. E teve 4% de crescimento em 2006. Todo mundo dizia: "Ah, é o Ministro fazendo propaganda eleitoral, porque é ano eleitoral, contando vantagem e tudo mais". E de fato, porque nós estávamos inclusive tomando medidas governamentais, de modo a estimular esse crescimento. 2007 acertamos e 2008 também. Agora, 2009 é um ano de grande volatilidade, onde todos os

analistas estão revendo suas projeções. Tem analista que muda de semana por semana, mês a mês. O fundo monetário, cada mês, solta uma nova previsão. É muito difícil acertar, e eu tenho errado como outros podem errar também. A previsão de 2009 é muito mais difícil de fazer do que as previsões dos outros anos. Então, podemos errar, podemos acertar... Então... Passando para a questão do SIAFI que o senhor mencionou ali. O que houve no SIAFI, na Previdência, é uma mudança no sistema de contabilidade. O sistema de contabilidade do Governo vem sendo reformulado ao longo do tempo, modernizado ao longo de todos esses anos. E é, diga-se de passagem, um dos mais modernos do mundo. Mas o setor de Previdência não costumava contabilizar restos a pagar, pagamentos que eram empenhados em dezembro, mas pagos no ano seguinte. Isso é absolutamente normal na administração pública. Pagamentos de... Empenhos feitos em dezembro, você não consegue executá-los em dezembro. Projetos é muito comum, os senhores sabem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu vou chegar lá. É um projeto... Está lá o recurso disponível, o Congresso autorizou, tem a dotação, faz o empenho e depois vai executar. Então, pode executar e pode não executar. E nós temos cancelado o 'restos a pagar'. Em março desse ano, cancelamos vários milhões de resto a pagar de obras não realizadas. Mas, quando se trata de despesa de pessoal, aí é diferente, porque a despesa de pessoal, ela vai se realizar. Então, no orçamento da União, por exemplo, a folha de salário da União funciona assim também. Você empenha o salário de dezembro, porém você só faz até a liquidação, porque a liquidação ainda não é o pagamento, e, finalmente, faz o pagamento em janeiro. Dia 2 de janeiro, dia 3 de janeiro. Então, você está pagando ali. No caso da Previdência, é a mesma coisa. Você faz o empenho em dezembro e liquida o pagamento em janeiro. Não há possibilidade de não ter feito o pagamento de janeiro porque você--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas não aparece o pagamento.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Pois é, vou explicar. Senão, os aposentados já estariam aqui, cercando os Ministérios, para a gente fazer o pagamento. Então, não tem essa possibilidade. Só que o sistema contábil da Previdência, ele era pouco menos desenvolvido, digamos, mais atrasado do que o sistema de outros Ministérios, onde nós procedemos naturalmente a um pagamento imediato. Então, nós introduzimos, na Previdência, no ano de 2008, o procedimento de restos a pagar. Não era contabilizado como restos a pagar.

Era como se fosse... No mesmo procedimento, você fazia empenho e, depois, o segundo procedimento era liquidação e pagamento. Juntos. Sendo que são duas operações distintas. Porque liquidação é você botar o dinheiro no caixa. Mas não pagou ainda. Você fazendo único procedimento contábil.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ministro, eu não quero lhe interromper, mas só para esclarecer--

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Não, mas deixa... O senhor vai entender, se eu der a explicação completa. Portanto, houve uma mudança no padrão contábil, uma melhoria, onde nós passamos a explicitar o que, de fato, era restos a pagar. Então, aquilo que não foi, de fato, desembolsado em 2008 teria que ter sido inscrito em restos a pagar e liquidado, pago, no ano seguinte, na contabilidade do ano seguinte. Do ponto de vista do regime de caixa, é o melhor. Porque o outro era regime de competência. O regime de competência é uma despesa, é o salário de dezembro. Então, você contabiliza em dezembro. Mas, como você só paga em janeiro, não sei se é uma minúcia técnica, mas o Banco Central, que é o responsável pelo resultado primário, não está interessado no regime de competência, ele está interessado no regime de caixa. Ou seja, aquilo que é pago e o que não é pago. Então, pelo regime de caixa, o pagamento só se dá no ano seguinte. Então, nós dissemos: "Vocês têm que contabilizar como restos a pagar, porque vocês não pagaram, têm que entrar em 2008 como restos a pagar, quando vocês farão a liquidação". Do ponto de vista do pagamento, não mudou nada. Até teve uma pequena mudança, que, em 2007, nós antecipamos uma parte do pagamento, pagamos em dezembro. É 16, porque a folha é 20. A folha total do setor é de 20 bilhões. Mas, em 2007, nós antecipamos o pagamento dos aposentados que recebiam até um salário mínimo. Então, foi pago em 2007. Sobrou 16 para serem líquidos e pagos em 2008. Por isso que aparece, em 2009, o 'restos a pagar' que foi feito em 2008, por esse movimento contábil. É meramente uma mudança de contabilidade. Não muda o superávit primário.

Eu posso lhe dar aqui um relatório, dizendo quais foram as mudanças que foram feitas de natureza contábil, desmembrando a operação que antes era liquidação e pagamento numa única, então ficou liquidação uma coisa, pagamento é outra, como é em outros Ministérios, surgiu a figura do 'restos a pagar', que, daqui pra frente, se o senhor olhar, nos próximos anos, vai continuar aparecendo esse valor de 16 bilhões de restos a pagar. Então, não afeta o primário de modo nenhum. Zero. Não tem impacto no primário nenhum. Não foi feita nenhuma mudança que impactasse o pri-

mário. Apenas uma mudança contábil. Aí o senhor vai dizer... Por acaso, ainda, nesse ano, a contabilidade falhou em janeiro. O pagamento foi feito, mas houve uma falha aqui. Vou ler até o que me foi passado. A competência das despesas dos benefícios previdenciários do mês de dezembro, cujos pagamentos ocorreram entre os dias 25 de dezembro de 2008 a 24 de janeiro de 2009, foi totalmente registrado no mês de dezembro. Aproximadamente, 21 bilhões. Desse total, cerca de 4,5 bilhões foram pagos em dezembro, aí sobrou os tais 16. Sendo inscritos em 'restos a pagar processados' o valor aproximado de 16,6 bilhões, bem como na conta de passivo financeiro. No período de 01 a 20 de janeiro de 2009, foram emitidas diversas ordens bancárias, utilizando-se do saldo constante do passivo financeiro, totalizando 11,7 bilhões. No entanto, por falha na rotina contábil, tais ordens bancárias não deixaram saldo registrado na conta de restos a pagar, processados a pagar. Então, houve uma falha de rotina de contabilidade da Previdência, fato esse identificado e corrigido em fevereiro, por meio de nota de lançamento. É isso. Então, do ponto de vista do primário, zero. Não tem alteração nenhuma. Do ponto de vista contábil--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Está lançado em alguma outra conta compatível com isto. Mas do ponto--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ministro, o senhor me desculpe, mas nós não podemos ficar analisando contas que a contabilidade não bate, e ela falha e deve estar lançado... Não pode estar lançado em outra conta. Contabilidade é contabilidade.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Mas, senador, o senhor me faz uma pergunta extremamente técnica, detalhada, me coloca... O assunto aqui não era contabilidade da Previdência do SIAFI e quer que eu responda minuciosamente. Até dei-lhe uma resposta conceitual, dizendo ao senhor: "Não tem mudança no superávit".

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu concordo, então. Eu entendi. Mas há falhas... O que V. Exa. está dizendo aqui é que existem falhas na contabilidade do Governo?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Houve uma falha na contabilidade--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, duas. Duas porque tem cinco bi que não está aparecendo ali.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Deve estar contabilizado numa conta compatível. Nós não tivemos tempo de levantar...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Não aparece em lugar nenhum, Ministro. Eu procurei, procurei...

MINISTRO GUIDO MANTEGA: O valor de 4,8 bi na conta de restos a pagar, processados a pagar, está registrado no passivo compensado. O financeiro já foi pago. Falta fazer a baixa contábil. A data prévio e o INSS farão a baixa contábil em maio. Então, isso está lá, nessa conta, no passivo compensado.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Falta fazer a baixa, o lançamento contábil. Pelo amor de Deus, Ministro.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Isso aqui não interfere nas contas.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas, ministro, se a gente não pode confiar nos números da contabilidade porque existem faltas, é preciso fazer uma reformulação séria nesse sistema contábil do Governo, porque--

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Nós estamos aqui, com o sistema contábil de muitos anos, que foi implantado por outros Governos, é verdade, e tem que ser modernizado a cada momento. Ele pode representar uma ou outra falha. Nós podemos ter mais do que essa falha, provavelmente, mas, no essencial, que é qual é o primário, o que o Governo efetivamente pagou, para quem pagou, isso não tem falha nenhuma, isso é absolutamente preciso. Então, se houve uma preocupação do senador quanto ao resultado primário, posso lhe afiançar que não houve nenhuma interferência desse problema contábil.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ministro, eu realmente... Eu gostaria de ter mais conhecimento, se fosse possível, desses números, porque eu fico extremamente preocupado de saber que os números do SIAFI não são confiáveis.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Os números do SIAFI são confiáveis, mas, como todo sistema, ele admite um pequeno número de falhas. Se nós pegarmos o sistema do Senado, sistema da Câmara, qualquer sistema, qualquer empresa privada, certamente nós vamos encontrar alguma pequena falha, que não tem importância nenhuma. Deve ser corrigido, é verdade, deve ser modernizado, e nós temos nos preocupado em modernizar o nosso sistema de folha de pagamentos, etc., para evitar--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Contabilidade é um sistema centenário, mais do que centenário, seculares, e lançamento contábil é lançamento contábil, ministro. Isso não é por causa de sistema, mudança de sistema. Na verdade, eu não vou insistir no assunto, mas eu gostaria só de, se V. Exa. permitir, que seus técnicos me expliquem isso

melhor, porque essa conta está muito... Essa conta está muito...

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Perfeito, nós podemos mandar um relatório completo para o senador, com todas as explicações.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E eu gostaria de ver a questão do SIAFI também, da confiabilidade dos números do SIAFI.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Pode ficar tranquilo, que o SIAFI--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ministro Guido, Sr. Presidente, Dornelles, da nossa Comissão de Acompanhamento da Crise, da Comissão de Assuntos Econômicos, nosso representante da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Inácio Arruda, demais senadores presentes. Eu acho que é inquestionável, hoje, por todos os analistas responsáveis, independentes, que estão olhando os números com mais rigor, que o Brasil demonstrou uma capacidade de resistência a essa crise surpreendente, para aqueles que não acompanhavam de forma mais atenta. Surpreendente porque, se nós compararmos a resposta que o Brasil está dando a esta crise com as outras crises que nós passamos - e essa é uma crise muito mais profunda do que as outras crises recentes que o Brasil atravessou -, o desempenho da economia brasileira é absolutamente reconhecido internacionalmente, não apenas pelos analistas, mas pelo mercado, pelos investimentos, pelos resultados que estão aparecendo. E os indicadores de comparação com as principais economias do mundo demonstram isso. Não é só a capacidade de resistência.

Eu acho que o que nós precisamos debater no Brasil é que as nossas condições de sair na frente nessa crise, de sair melhor nessa crise, de ter uma perspectiva de futuro cada vez mais consolidada, se destaca, de forma muito visível, em relação às principais economias do mundo. Eu vejo, Ministro Guido, eu sou bastante pessimista em relação aos desdobramentos dessa crise, no que se refere à economia americana, ao leste europeu, e, especialmente, ao Japão, na Ásia. Pessimista porque nós tínhamos um modelo em que a economia americana consumia muito mais do que produzia, ela se financiava através de um sistema financeiro sofisticado, alavancado, sem nenhuma prudência, e foi embutindo ativos tóxicos de grande magnitude, e as empresas, as famílias, o Estado e a sociedade se endividavam brutalmente para sustentar esse padrão de consumo. Esse modelo acabou. Acabou e deixou como herança ativos tóxicos que não foram totalmente

contabilizados, nós não sabemos qual é o custo de você absorver, e, sobretudo, como o endividamento das famílias e das empresas permanece, e o endividamento médio de uma família americana é uma vez e meia a renda disponível anual, então, não há uma perspectiva de uma recuperação forte da economia americana, nem da economia da União Européia, especialmente porque a Ásia, o leste europeu é, nesta crise, o que a América Latina foi nos anos 80, e o Japão, que já vinha numa situação de baixo crescimento, agora aprofunda a trajetória de recessão, com projeções de queda de PIB de até 6%.

Bom, num quadro como esse, é uma ingenuidade de imaginar que os países emergentes que estão bem posicionados, China, Índia e Brasil, possam recuperar a economia mundial. Não há menor possibilidade. Quer dizer, o rabo não vai abanar o cachorro. Enquanto os Estados Unidos, Europa e Japão não se recuperarem, nós não teremos um ambiente de crescimento acelerado, nem para o Brasil, nem para a China, que caiu de um patamar de 15, 16, 14% de crescimento para 7, 6, nem para a Índia. O que nós podemos fazer, e estamos fazendo com competência, é resistir. Acho que o Governo tomou medidas muito importantes, a redução do IPI de automóveis, redução de IPI de linha branca, a redução de IPI da construção civil, o programa 'Minha casa, minha vida', que é um grande desafio para alavancar a construção civil, que é um setor que está empregando, nos últimos 12 meses, 18 mil pessoas, contratação nova. Então, muito importante essa resposta. A manutenção do PAC... Então, acho que nós estamos resistindo... [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio. [soa a campainha]. Silêncio, por favor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Porque temos um mercado interno de massas, fizemos uma forte inclusão social, mantivemos o salário mínimo, o Bolsa Família, o emprego já se recuperou, e isso nos dá um diferencial em relação aos outros países. O que é a minha preocupação fundamental nessa conjuntura? Primeiro, o câmbio. Quer dizer, a relação... O mix da política econômica, câmbio e juros. É verdade que a taxa de juros vem caindo consistentemente, acho que o Banco Central atrasou a queda da taxa no final do ano passado, mas ela vem caindo e é importante que ela continue caindo. Porque, se nós assistimos uma apreciação do câmbio, nesse quadro de retração do comércio internacional, nós perderemos competitividade no momento que nós temos que ocupar mercado para defender o nível de atividade. Então, a recuperação de reservas... Nós perdemos um pouco de reserva, acho que o Banco Central pode atuar mais fortemente não

só no mercado futuro, como vinha fazendo, mas no mercado pronto, e vejo que a queda da taxa básica e o esforço da redução da Selic, acho que o Banco do Brasil agora está numa posição mais agressiva, são muito importantes pra gente poder continuar tendo esse desempenho, eu diria, reconhecido globalmente, exitoso no enfrentamento dessa grave crise.

A segunda preocupação que eu queria demonstrar é com a questão fiscal. Se é verdade que a reunião do G 20 foi muito importante, quero parabenizar V. Exa., que ajudou a articular, junto com o Presidente Lula, aquele fórum, que foi uma inflexão na crise mundial, sinalização de apoio ao FMI, que está correto o Brasil ter participado desse esforço, de ampliar os investimentos no gasto público, fazer uma política anticíclica global, a idéia da regulação, do controle do sistema financeiro internacional. Acho que foi uma inflexão, o ambiente melhorou em todos os sentidos depois do G 20. Mas o déficit público americano, este ano, é 12% do PIB. O déficit público da União Européia é 10% do PIB. Se nós colocarmos as garantias bancárias, estamos falando de um déficit anual que pode chegar a 26% do PIB, na União Européia, e pode superar 26% do PIB nos Estados Unidos. Evidente que nem toda garantia, espero, que seja executada, mas nós teremos um déficit superior a 12% e 10%, na União Européia. E o Japão na mesma direção. O que que isso representa? Representa que, quando nós saímos da crise, a inflação volta. Quando nós saímos da crise, a taxa de juros internacional vai subir. Quando nós saímos da crise, esses Governos vão ter que cortar gasto, cortar subsídio, cortar incentivo e aumentar a carga tributária. Coisa que nós conhecemos, que nós vivemos isso muitas vezes. O Brasil recuperou a condição de fazer política anticíclica. É muito importante que, nesse esforço fiscal de amenizar a recessão e fazer uma política anticíclica, criar condições para a recuperação, o Brasil não perca o horizonte do equilíbrio fiscal. Para que, na saída da crise - nós devemos sair primeiro -, a gente possa manter o juros baixos, vamos ter um grande ganho de competitividade, se nós preservarmos isso, e possamos manter a capacidade de investimento, sem ter que voltar à política recessiva que nós tínhamos no período anterior, ao longo dos últimos 20, 25 anos. Pela primeira vez, nós recuperamos essas condições. E nós temos que dosar, quer dizer, no momento imediato, a política antirrecessiva, olhando pra frente, pra que a gente mantenha essa liberdade que foi duramente conquistada, V. Exa. ajudou muito a construir esse cenário, e acho que é um período que demonstra que nós ganhamos liberdade da política econômica e devemos preservá-la, para

sair sustentadamente na recuperação do crescimento. Muito obrigado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É apenas para saber como fica a minha... Eu era um dos requerentes--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. é um privilegiado. Vai falar agora.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É o único momento que sou privilegiado nessa Casa, Sr. Presidente. Ministro, aqui, eu tenho a maior dificuldade para falar, sabia? É verdade. Mas olhe, Presidente, eu estava ouvindo, em casa e no carro, esta reunião, que eu julgo tão proveitosa, e gostaria, antes de mais nada, de fazer um reparo. Quando a gente fala dos emergentes, acho que o Brasil... Até porque a crise não foi diretamente aqui, o Brasil tem, de certa forma, resistido à crise. Não com a força e com o otimismo que V. Exa. pregava, e V. Exa. chegou a falar de crescimento de 4%, quando eu falava que não ia a 1, e V. Exa., depois, dividiu por dois, 2%, e eu digo: "Não vai a 1 mesmo. Vai ser crescimento negativo, enfim". E, agora, V. Exa. fala de 1 a 2, e eu continuo dizendo que não vai ser de 1 a 2, vai ser menos do que um, e, se chegar a zero, é para nós todos reunirmos num belo *happy hour* e comemorarmos isso, porque as mais otimistas previsões falam em 0,45 de crescimento negativo, e a gente tem que enfrentar a realidade.

Eu tenho, Presidente, uma queixa... Não é uma queixa, é algo a lamentar. Porque, em nenhum momento dessa crise, houve uma reação de Brasil. Não houve. Houve sempre a preocupação do Governo de salvar sua própria pele. Em nenhum momento, apelo à União Nacional, algo que foi, por mim, proposto, da Tribuna do Senado, e aí começa esse jogo de números e começa esse jogo de repassar a responsabilidade para alguém. Eu gostaria de fazer um reparo ao meu amigo Aloizio, porque, quando se mistura... É uma coisa esperta. A gente põe pra fora a Rússia, que a gente sabe que está mal, pôr pra dentro, ela enfearia o clube, e a gente se referindo ao restante dos brics, a gente diz: "Brasil, Índia e China...". Só que o Brasil, e o IBGE é muito confiável, muito mais confiável que o IBGE da China, até porque, aqui, é uma democracia, graças a Deus, e a China não é... Então, qualquer ditadura, de qualquer latitude, mente. Na democracia, o pessoal mente, imagina na ditadura. O IBGE diz hoje: "O Brasil está em recessão desde o ano passado". E

a gente sabe que as perspectivas são, se Deus quiser, de terminarmos o ano com viés de crescimento, mas com resultados bastante danosos para o emprego, bastante danosos para a vida dos brasileiros. A gente tem que separar, porque, embora crescendo menos do que precisa para sustentar um bilhão e 400 milhões de bocas, a China está crescendo, e a mesma coisa se aplica à Índia, que precisa crescer muito. Se o Brasil cresce quatro, significa mais do que sete na Índia, enfim, na China. Mas o fato é que esses dois países conseguiram, apesar dos pesares todos, manter níveis de crescimento. Nós, aqui, não. Nós simplesmente... E se nós unificarmos os métodos, classificarmos, analisarmos a questão do desempenho econômico, pelos mesmos parâmetros americanos, por exemplo, nós vamos ter resultados muito mais duros do que os que estão sendo apresentados, enfim. Não critico o método. Só estou dizendo que não foi pouco o que o Brasil perdeu, do ponto de vista da sua capacidade de produzir riqueza neste ano.

E me intriga, ministro, essa questão que foi levantada pelo Senador Jereissati já há muito tempo. Me chamou atenção quando V. Exa. disse algo parecido, se não estou enganado, algo parecido com... Uma questão técnica, como essa, surpreende. A questão técnica, nessa sessão, ela não pode surpreender, porque surpreenderia se nós, aqui, levássemos a conversa para o lado da passeata, que alguns gostam tanto, enfim. Nós nem tanto. Nós não estamos querendo fazer passeata nenhuma. Queremos, simplesmente, discutir algo que nos preocupa. Primeiro, quando eu vi assim restos a pagar, primeiro números insignificantes há tempos atrás, depois restos a pagar de mais de 16 bilhões, eu falei: "Meu Deus, restos a pagar!". Eu pensei logo no Ministro Andreazzi(F). Eu falei: "Restos a pagar da ponte Rio-Niterói. Aí eu compreendo. Mas restos a pagar da Previdência? O que foi? Não pagaram os velhinhos? Não foi isso, porque não vi nenhum velhinho reclamando". Então, teria sido uma brutal à sua revelia que o tenho e sei como uma pessoa de bem, uma brutal fraude contábil? Restos a pagar da Previdência é uma coisa nova. Sinceramente, é nova, não é uma coisa velha, não é uma coisa... Habitual, inclusive. Aí eu fiquei ainda embasbacado, porque nós temos... De qualquer maneira, quando se faz toda essa tentativa de resposta, sobra aqueles tais cinco bi, não houve informação sobre as alterações que estariam sendo processadas para a nação brasileira, isso é que caracteriza uma democracia, nós informarmos o que está se passando na vida econômica do país, e, por outro lado, ministro, me preocupa muito alguns dados que nós vamos recolhendo aí do desempenho da economia brasileira, que... Por exemplo, essa queda,

em abril, de 22% da indústria de base, a gente sabe o quanto isso reflete no emprego e a gente sabe que esses setores vão começar a pressionar agora o Presidente da República para obterem as benesses que foram concedidas, por exemplo, ao setor automotivo. E eu aqui já faço uma observação. Não gostaria, de forma alguma, que fosse via IPI, porque o Governo tem as suas contribuições e o Governo tem o seu caixa, me parece que bastante mais bem fornido do que os demais caixas dos outros entes federativos. Que faça qualquer concessão que tiver que fazer, se tiver que fazer a concessão, que faça usando as contribuições que são de benefício exclusivamente federal. Porque deu um desgoverno, que não sei como vai ser resolvido. A concessão via IPI desgovernou a vinda de 4500 Prefeituras e complicou a vida das mil restantes. O Governo está buscando repor, correndo atrás do prejuízo, isso é uma coisa louvável. Eu peço aos governadores, inclusive, que reponham do ICMS o que os municípios têm perdido, até porque foi um bom exemplo do Governo Federal, mas eu prego, ministro, que esqueçam os impostos, e, portanto, os tributos compartilhados, e se lembrem das contribuições que são apenas federais. A insistência que eu tenho em localizar os cinco bi que não consegue aparecer, que, de repente, desapareceram, enfim, gostaria de ver, V. Exa., se possível, até porque não estava na sessão, repetindo, que providências tópicas vai tomar para nós esclarecermos essa história dos restos a pagar, enfim, e como ver a evolução do emprego no país, ou do desemprego, levando em conta que nós temos esses 22% de queda da indústria de base, dos números da indústria de base no mês de abril, e a gente sabe o quanto isso reflete no nível de emprego do país.

Eu pergunto à V. Exa. se V. Exa. concorda que o desemprego poderá atingir os dois dígitos, e aí, ministro, de brasileiro para brasileiro, eu tenho a impressão que nós temos que chegar a números verdadeiros. E mais, uma crise que não interessa a ninguém, não interessa a oposição, porque herdar uma massa falida não é uma coisa boa. Eu entendo que nós interrompemos algo que... E, aqui, para nós, vou fazer justiça, que não era ignorado pelo Ministro Palocci. O Ministro Palocci sempre fazia... E eu tenho por V. Exa. muita estima pessoal, e acho que V. Exa. pode perfeitamente entrar nesse mesmo ritmo. O Ministro Palocci, ele sabia trabalhar o Brasil como uma sequência. Ele não inventou o Brasil em 2003. Certa vez, o Marcos Lisboa, aqui, para desespero do Aloizio Mercadante, o Marcos Lisboa chegou a dizer que tinham que erguer uma estátua para o Pedro Malan. E olha que eu achei um exagero porque eu nunca pensei em erguer uma estátua para o Malan, embora ele seja um fraterno

amigo meu. Mas o Marcos Lisboa disse que queria essa estátua, enfim. Eu, também, me opor, não me oponho. Ou seja, ontem, Aloizio dizia: "A política de recuperação do salário mínimo...".

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Três artigos 14 já, Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É o art. 42, é o que sempre ele pede, enfim. Ele multiplica por três, aí ele... Mas, veja bem, política de recuperação do salário mínimo. Do jeito que fala, parece que começou em 2003. Foi uma constante do Governo passado a política de recuperação do salário mínimo, e essas políticas de recuperação do salário mínimo, V. Exa. sabe melhor do que eu, não são causas, mas consequências de um processo de estabilização que vem de tempos e tempos atrás. Aí eu louvo o Presidente Lula, por ter mantido isso, como eu louvo o Presidente Itamar, por ter dado o pontapé inicial e louvo o Presidente Fernando Henrique, por ter consolidado a estabilidade econômica. Se nós continuarmos contando as histórias sempre pela metade, nós vamos ter dificuldade de compor o consenso de Brasil. A gente vai ter dificuldade de encontrar pontos em comum, porque parece que é uma eterna disputa e parece que a disputa seria eu torcendo para o senhor ir mal, e, futuramente, o senhor torcendo para eu ir mal, e eu não quero que o senhor vá mal e sei que o senhor não tem a perversidade cívica de querer que eu vá mal amanhã, se for o caso de eu voltar... Eu, quando digo eu, o meu partido. Voltar a exercer uma função de poder aqui. Eu tenho a impressão que nós tínhamos que buscar política de Brasil e noção do quanto já se fez na história. Ontem, eu fiz justiça ao ex-Presidente Fernando Collor. A abertura da economia foi muito importante, muito criticada por tantos, mas foi um pontapé inicial. O Presidente Sarney, lá atrás, procurou modernizar o Banco Central, tomou algumas atitudes, que, depois, reverteram em outros avanços. Aí vem o Presidente Itamar, faz o que fez, vem o Presidente Fernando Henrique, faz o que fez, vem o Presidente Lula e faz o que fez. Eu tenho muita admiração pelo primeiro mandato do Presidente Lula, em relação à política fiscal dele. Muita admiração. E reclamo muito da política fiscal atual, que eu julgo flácida, julgo frouxa, julgo que essa política fiscal planta as bases para uma crise brasileira futura, se nós não... Nós não podemos admitir que seja normal a arrecadação cair por quatro, cinco meses seguidos, e os gastos correntes crescerem quatro, cinco meses seguidos. Não dá certo nem na vida da sua família, nem na minha, e, se não dá certo na sua família e nem na minha, obviamente que não dá certo na família de todos nós, que é o Brasil.

Portanto, eu queria aqui fazer não essa reclamação, mas essa... Dizer uma certa amargura, porque, numa hora de crise como essa, a gente não consegue parar de se antagonizar. A gente não conseguiu fazer uma reunião ampla em que se dissesse: "Olha, é uma crise séria que está por aí, vamos juntar todos, e todas as contribuições. Esqueçamos essa história de quem vai vencer, quem não vai vencer, e vamos também esquecer o escamoteamento de números, vamos esquecer esse jogo, que, pra mim, é um jogo menor, é um jogo miúdo, de ver se eu levo vantagem: 'Olha, eu não perdi, a minha popularidade não baixou, e não sei o que... Ou baixou por causa deles, porque eles não sei o que...'". Ou seja, isso tudo é pequeno em relação ao país. Era hora da veia do estadista saltar e se ressaltar.

Portanto, eu, que jamais descreditei da boa-fé de V. Exa., eu estou apenas preocupado com as preliminares, aqui levantadas, com a denúncia feita já há tempos atrás e, estranhamente, sem resposta, deveria ter vindo uma resposta imediata. Pelo menos, uma vez, o Ministro Jobim, quando nós dissemos algo que não consultava a realidade aqui, um site disse que estaria havendo um contrabando de armas para a Venezuela, eu próprio levantei isso da Tribuna, porque era meu dever levantar essa lebre, como líder do partido de oposição. Ministro Jobim veio aqui, com uma rapidez brutal. Mas essa rapidez não foi copiada, depois, nem por ele mesmo e nem pelos demais. E eu pensei que nós tínhamos instaurado um 'padrão Jobim' de comportamento para todos os ministros. Então, essas coisas de a gente fazer no arroubo e fazer no arranque, de repente, não é assim. O Senador Tasso faz a denúncia grave, essa denúncia não é respondida por V. Exa., não é respondida por nenhuma autoridade da equipe econômica, e, por outro lado, nós estamos aqui, vendo V. Exa. se dizer surpreendido. Surpreendido com uma denúncia de semanas atrás. E, finalmente, uma figura que foi meu colega de Câmara, meu querido amigo, ele não pisou na bola, nem no tomate, pisou no tomateiro todo, foi o Ministro Paulo Bernardo, com aquela história de dizer que nós estávamos solicitando CPI da PETROBRAS para privatizar a PETROBRAS. Primeiro, poucas pessoas tinham tanta afinidade com a política do governo passado quanto o secretário de finanças do Governador Zeca, do PT, quanto o Paulo Bernardo. O Paulo Bernardo tinha entrada mais livre no Palácio do Planalto do que eu, naquela época, enfim, e obtinha o que queria por lá. Então, é abaixo dele isso. Essa conversa é para os passeateiros(F), essa é abaixo dele. Essa história de dizer que vai privatizar a PETROBRAS nos obriga a dizer uma coisa dura: que a gente quer desprivatizar a PETROBRAS, que

a gente quer reestatizar a PETROBRAS, quer colocar a PETROBRAS nas mãos e no interesse do Estado Brasileiro, não nas mãos de pessoas que podem estar fazendo malversações lá dentro. Dizer que ela está acima do bem e do mal e que não pode ser investigada, ela pode, pelo Ministério Público, ela pode, pela Polícia Federal, ela pode, pela Justiça brasileira, ela pode, pelo Tribunal de Contas da União, mas não pode por mim, senador, não pode pelo Senador Mercadante, não pode por nenhum senador que temos a precípua obrigação de investigar administração direta e administração indireta do país.

Então, é outro tema que, se a gente jogar com a adrenalina lá embaixo, colocar a bola no chão e conversar em termos de país, Presidente Garibaldi, nós vamos poder chegar a resultados bons para a PETROBRAS. Ruins talvez para um ou outro, mas bons para a PETROBRAS como um todo, sem essa tentativa de estigmatizar... Em outras palavras, eu vejo V. Exa. uma figura serena, uma liderança serena, que tem tudo para influenciar no Governo, em relação às coisas gerais, que não têm a ver com que V. Exa. se responsabiliza. V. Exa. não tem que se responsabilizar pela piada de mal gosto do seu colega Ministro Paulo Bernardo, mas V. Exa. pode perfeitamente nos explicar como vê o desemprego e como estão... E esses cinco bi, que não pode virar aquela Conceição, do Cauby Peixoto, aquela que ninguém sabe, ninguém viu. Eu lhe dou um abraço muito afetuoso e aguardo a sua resposta. Obviamente que já tem os 142 artigos aí do Mercadante, que possibiltarão, certamente, mas, pelo menos, um 14 meu, eu imagino.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero ser muito breve, para respeitar os outros inscritos, mas queria basicamente dizer o seguinte: eu concordo com uma parte da intervenção do Senador Arthur, que nem é tão compatível com outra parte da intervenção, mas é uma parte relevante, que nós temos que reconhecer o que foi feito historicamente no Brasil. É discutir os erros e equívocos e apontar o que foi feito corretamente. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve no Fórum Econômico Mundial um dia antes de eu participar, e, lá, publicamente, com toda a imprensa internacional presente, elogiou a política econômica do Brasil, dizendo que o Brasil estava respondendo muito bem à crise, que as medidas que estavam sendo tomadas eram positivas, e eu, no dia seguinte, disse: “É verdade, eu também penso dessa forma e parte do que é possível fazer, hoje, também foi construído no Governo anterior, onde

tivemos algumas medidas, por exemplo, em relação a equacionar o problema fiscal no Brasil, a buscar criar parâmetros novos que foram importantes”. Eu discordava da política de privatização, eu tinha divergência, mas tinha pontos muito positivos que tinham que ser, evidentemente, reconhecido. Agora, no debate que nós estamos fazendo hoje, essa atitude significa reconhecer o diferencial do Brasil no enfrentamento dessa crise. Ora, os Estados Unidos estão em recessão há 17 meses. E nós vimos, há 21 meses de crescimento, de trimestres crescendo, o mais longo período desde 1980, desde o início da crise. Crescemos 30% do PIB nesses 21 trimestres consecutivos. A crise nos atingiu tardiamente. Nós ficamos aí, é verdade, dois trimestres com queda do PIB, mas o primeiro trimestre de 2009 é melhor que o último trimestre de 2008, e, cada mês que passa, o desempenho é melhor. É só olhar, por exemplo, o mercado de trabalho. Nós tivemos 600 mil desempregados líquidos, no final do ano, em dezembro, mas, fevereiro, tivemos nove mil positivo; março, tivemos 35 mil positivo; abril, tivemos 126 mil positivo. O mercado de trabalho voltou, está se recuperando.

Vamos olhar a indústria automotiva. Nos Estados Unidos, a produção automotiva caiu de 17 milhões de veículos para sete milhões. Cinco milhões e meio de trabalhadores foram desempregados nos Estados Unidos. A nossa indústria automotiva, só a China, a Alemanha e o Brasil, ela conseguiu voltar. E nós já estamos com dados positivos no mercado de trabalho. E o mais importante: algumas políticas sociais, e eu quero elogiar também a oposição, reconhecer, hoje, o êxito, porque elas foram muito criticadas no passado e o salário mínimo vem de antes, mas tem uma política continuada, sustentada, com acordo com todas as centrais sindicais. Ontem, inclusive, votamos Medida Provisória, uma coisa muito importante essa conquista. O Bolsa Família que distribui mais renda que o salário mínimo. A pobreza não aumentou nessa crise; ao contrário, as políticas de proteção social, as políticas de inclusão social estão permitindo continuar aumentando a renda do setor mais pobre, em termos reais, e isso ajuda a criar um mercado interno forte, ajuda a amenizar a crise.

Então, eu acho que nós precisamos realmente apontar as dificuldades, como eu tentei apontar, o câmbio, o juros, apontar o desafio fiscal, o equilíbrio das finanças públicas, e reconhecer os avanços. Eu acho que nós vamos ter um debate qualificado sobre essa matéria, só engrandece a oposição, o Governo, engrandece o Brasil e mostra, também na democracia, que nós estamos melhores do que China, socialmente melhores do que Índia, e isso tudo, social, político e econômico, coloca o Brasil num rumo extremamente

promissor. E esse é um reconhecimento internacional e do povo brasileiro. Por isso, para quem achava que o Lula ia quebrar a cara nessa crise, ele virou o cara. Por tudo isso que o Brasil é como nação, além das qualidades que o nosso Presidente possui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, art. 14 também, por tempo brevíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concedo o art. 14, mas três minutos só.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Eu sei que esse debate... Eu já conheço esse debate há muito tempo entre o Senador Mercadante e o Senador... Deu um branco agora, rapaz. Arthur Virgílio. Então, veja bem. Agora, eu queria saber se eu tenho uma inscrição. Acho que é válido o art. 14 também, mas eu queria ver se V. Exa...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas vai ser breve, vai ser breve, vai ser bem rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): São três minutos só.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É para elogiar a intervenção do Senador Aloizio, porque, precisamente, isso, a meu ver, vai criando um clima bom para se chegar a conclusões de Brasil, e não de facções, com algumas observações. O Senador diz... Reconheceu o mérito, acho que isso é fundamental, eu acabei de reconhecer méritos, considero... Sou admirador da gestão econômica do Governo Lula, no geral. Agora, muito especialmente quando ele teve que enfrentar a crise de 2003 e foi rígido no fiscal, e, a meu ver, foi acertado no monetário. Agora, quando o Senador fala nas privatizações, elas continuaram. As concessões de estradas, enfim, não se privatizou o IRB, porque houve a queda do Palocci, mas estava lá o Marcos Lisboa, já, deslocado da sua função estratégica de secretário de política econômica, para coordenar a privatização do IRB. Ou seja, nem nisso, o Presidente Lula se diferenciou.

Agora, é verdade que os Estados Unidos estão em recessão há 17 meses, e o Brasil tem enfrentado melhor. É uma boa autocrítica. E o PROER, que o Presidente Lula já tem tanto orgulho dele, a ponto de tê-lo oferecido ao Presidente Bush como solução para os males do sistema bancário brasileiro. Foi tão criticado. A Lei de Responsabilidade Fiscal, tudo isso que o Senador Aloizio acaba, agora, de elogiar, enfim. Por outro lado, não dá para o Brasil se colocar como vítima, dizendo que o Brasil crescia sem parar, de repente o mundo atrapalhou. Ora, desculpe, mas eu pergunto: e o Brasil não crescia sem parar, também, por causa do mundo, do mundo benigno? Então, nós

temos é que estar preparados para dar as nossas respostas internas. E no mais, dizer que concordo, outra vez, com o senador, quando ele diz que o Brasil é o melhor dos brics. Se formos colocar no computador as qualidades e os defeitos de cada país, nós temos a mais sólida democracia, nós temos as instituições mais fortes, nós temos, por mais que a imprensa não acredite, o melhor dos três parlamentos, dos quatro parlamentos, nós temos, enfim... Há muito tempo, já há 16 anos, nós temos estabilidade econômica... Eu não confio em dados que ditadura me dê. O Brasil está muito melhor socialmente do que a Índia, é verdade, e a China é governada por uma figura que segue a tradição autoritária, que vem desde os tempos da esquerda, na União Soviética. [soa a campainha].

Eu encerro, Presidente, dizendo que concordo com essa última assertiva do Senador. O Brasil, pra mim, é o melhor dos brics e ele precisa de acertos agora. Eu recomendaria muita atenção à parte fiscal. Porque, pra mim, o grosso dos problemas brasileiros está na parte fiscal. Quando se fala em política contracíclica, a gente faz sempre aumentando o endividamento. Ontem mesmo, o dinheiro do BNDES significa o tesouro captar caro e dar para o BNDES, que tem que fazer isso e faz, o BNDES, emprestando barato. Tem aí um burquinho fiscal que não existiria se nós tivéssemos poupado dinheiro na época da bonança. E o Brasil não poupou investimento público, que está num nível baixo, enfim, mas, no geral, acredito que foi uma boa intervenção a do Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

E, quando ele fala bem, V. Exa. não deixa ele falar mais. Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu lembro que o Ministro Guido Mantega veio mais para falar do que pra ouvir. Com a palavra o Senador Inácio Arruda--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pelo menos essa era a idéia do conjunto dos requerentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O terceiro do primeiro grupo. Terceiro orador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor me desculpe, Presidente. Eu não entendi o que foi o abraço dos dois líderes. O que que significou?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa. está com ciúmes, mas será cumprimentado também, com o mesmo entusiasmo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Um dia, pode ser.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Um dia ele pode conseguir...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria fazer, assim, duas indagações que eu considero muito significativas para o Brasil, desse esforço do Brasil. Uma é relativa a essa questão do superávit primário. Eu lembro que essa é uma questão, do ponto de vista histórico, no campo da economia, recente no Brasil. Nós não tínhamos esse instrumento de política econômica até alcançarmos os idos dos anos 90, quando se impôs, no mundo, o famoso consenso de Washington, e, portanto, o advento veloz da política, chamada de novo liberalismo ou o famoso neoliberalismo. Surgiu aqui a questão do superávit primário, com o intuito de criar reservas internas para suprir o pagamento principalmente da dívida, que, cada vez, era mais estonteante, que continua sendo. Quer dizer, os compromissos do país continuam muito graves, em relação a pagamentos de juros.

Então, esse instrumento de política econômica, o superávit primário, também não seria a hora de nós revisarmos, já que ele foi instrumento desse advento? Ele surgiu nos anos 90 com essa força do... No Brasil, com essa força do movimento neoliberal. Não era a hora de nós revisarmos? Porque eu tenho examinado que nós fazemos uma conjunção de juros que se mantêm muito altos. Mesmo com as reduções recentes, os juros brasileiros, a Taxa Selic é muito elevada, se associarmos a isso... V. Exa., mesmo, mostrou aqui nas tabelas, mesmo caindo, os spreads, tanto para a pessoa física como para a jurídica, são muito elevadas, é uma... Isso, sim, são verdadeiros escândalos nacionais. É pouco explorado midiaticamente, mas são escândalos brutais para a economia brasileira.

Então, associamos, conjugamos Taxa Selic elevada, isso puxa também o spread, spreads elevados, superávit primário e o câmbio pelas razões que V. Exa. levantou, pode, numa hora, entrar em recursos, digamos assim, uma confiança muito grande na economia, recursos externos, mas, grosso modo, nesses últimos anos, tivemos uma valorização cambial, e essa valorização... Quando nós arguirmos que é necessário você trabalhar mais, melhorar o desempenho do Brasil na exportação, exportar menos primários, ter mais manufaturas, competir mais nesse mercado internacional, quando você cria essas condições melhores para exportar, o câmbio talvez, muitas vezes, nos cria dificuldades. Então, nós temos uma conjunção de fatores de política macroeconômica, que, a meu ver, estabelecem dificuldades para a economia brasileira, para a economia nacional. A crise está mostrando que é possível nós revertermos essa situação. Nós podemos reduzir

Taxa Selic mais... Até na velocidade maior, controlar a inflação e também reduzir o superávit primário, que seria, digamos assim, a situação mais favorável para retomar a economia nacional.

Então, eu olho essas questões e vi, na mudança apresentada na LDO... A primeira parte da mudança é exatamente redução de superávit primário. Mas, logo em seguida... E também de juros. Mas, logo em seguida, para 2010, a LDO já aponta para 2010, 2011 e 2012 a elevação do superávit primário e elevação da Taxa Selic. Quer dizer, já aponta no caminho da elevação da Taxa Selic e do superávit primário. Não era o caso de nós invertermos isso? Criarmos uma situação em que vamos reduzindo, em 2009, 2010, 2011, 2012, Taxa Selic e também superávit primário, para favorecer o desempenho do Governo, dos seus investimentos, que têm sido um dos principais alavancadores da economia nacional? Notadamente, os investimentos da PETROBRAS, que saíram do superávit primário, acho que já foi um ganho significativo, não deixar a PETROBRAS amarrada aqui, porque ela é o grande alavancador, um dos grandes alavancadores da economia e que puxa o setor industrial também no país. Me preocupa essas questões, aqui, centrais. Depois, exatamente, função da Taxa Selic, nós criamos, em um dos instrumentos de busca, de apoio para o desenvolvimento da economia, que é a poupança, nós também sempre ficamos nessa dificuldade. Se cai a Taxa Selic, nós temos que examinar o problema da poupança. Porque a poupança e principalmente os pequenos e médios poupadores, que fizeram apostas na poupança, perdendo em relação a outros títulos que estavam mais vantajosos, na hora de ganhar um pouquinho, vão ter que se contentar também com redução dos ganhos na poupança.

E, por último, o problema da política fiscal, utilizada para alavancar determinados setores da economia. Eu considero que o Governo acertou. Ele fez certo. E pode fazer mais. Na área da mobilidade e do transporte de pessoas físicas no Brasil... Quer dizer, reduziu no automóvel, depois foi para um setor da economia muito significativa, que é a chamada linha branca. Nesse setor de locomoção, acho que faltou, mas, também, porque entramos até... Até as motos entraram. Inclusive um programa recente foi aprovado e apresentado para empréstimos para a renovação da frota de motoqueiros que utilizam a moto como instrumento de trabalho. Mas ficou fora um dos instrumentos de mobilidade das pessoas, que representa 10% da locomoção de trabalhadores, que é exatamente a bicicleta. Eu fiz uma proposta, que está em discussão aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós somos o terceiro maior produtor de bicicleta no mundo. Terceiro maior do mundo. Só não estamos produzindo a famosa bicicleta

elétrica, que ainda importamos essa bicicleta. É uma cadeia produtiva muito interessante, muito interessante, porque mexe com as pessoas mais simples e mais pobres, do ponto de vista da locomoção, além de ter alguns nichos de mercado, destinados a um setor de classe média que usa a bicicleta como esporte, como lazer, como recuperação física, etc. Então, você tem possibilidades, também, de avançar para a questão da bicicleta, do ponto de vista da mobilidade urbana, porque esse é um importante instrumento da mobilidade urbana. Acho que nós podemos usar esse instrumento. E eu propus que fizéssemos alteração aqui, não só no IPI, para não prejudicar demasiadamente, porque o impacto é insignificante nesse caso das bicicletas, do IPI, na repartição dos tributos. O único... A única pendência que poderia surgir seria no caso de Manaus, que tem um pólo de produção que, em termos relativos, você pode dizer que tem um peso, e que já tem algumas vantagens e que os outros todos teriam a mesma vantagem, pelo menos. Ou vantagens iguais. Mas não é tão significativo que impeça a Fazenda e o Governo. Eu tomei a iniciativa do ponto de vista Legislativo. Mas eu estou propondo que o Governo faça. Que é uma coisa positiva, é para a população mais carente, mais pobre do país, que pode adquirir a bicicleta. Tem um programa do Ministério das Cidades, junto com os Correios, de produção de bicicletas de baixo custo, que seriam entregues diretamente pelos Correios, na casa do cidadão, um programa excepcional, e que pode ser entregue com um custo bem menor, se nós fizermos essa redução e ajudarmos a alavancar ainda mais esse setor. E eu propus, então, que fizéssemos IPI, PIS e COFINS. Porque ele mexeria também em dois tributos que são do Governo Federal e que ele pode dispor para poder alavancar um setor da economia tão significativo como a cadeia de produção da bicicleta, que é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Inácio Arruda, V.Exa. está indo de bicicleta mesmo. Vamos ver se acelera mais.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não. Eu sou antipoluinte. Não podemos poluir o ambiente, principalmente o ambiente econômico.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Ministro Guido Mantega.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Ministro Guido Mantega, queria perguntar à V. Exa. que, nessa sua resposta que V.Exa... V. Exa., embora sabendo que é um assunto complexo, difícil e delicado, acho que V. Exa. podia aproveitar e abordar as consequências, como está vendo as consequências dessa valorização do câmbio a curto e a médio prazo. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, pela ordem, antes do Ministro, por favor. Tem quantos inscritos mais? Porque, aí, de repente, o ministro matava tudo no final. Tem muita gente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas ainda tem seis inscritos.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Obrigado, Presidente. Eu também concordo com o Senador Mercadante de que, nos Estados Unidos e Europa, nós continuaremos tendo uma situação difícil, embora, nas últimas semanas, nós tenhamos observado alguns sinais de melhoria. O que podemos dizer é que parou de cair, mas será um longo processo de recuperação. Então, o seu pessimismo acho que é fundamentado. Porém, embora a crise seja muito violenta, a maioria dos analistas, ou os mais conceituados, estão dizendo que, já em 2010, mesmo esses países já terão crescimento positivo. Pequeno, mas terão. 1,5%. E ficarão com esse crescimento baixo até digerirem os problemas que ainda não foram solucionados: ativos tóxicos, a robustez do sistema financeiro, falta de regulamentação e assim por diante. Então, concordo, e concordo também que isso, de certa forma, vai nos afetar, porque o Brasil tem uma parte da sua economia voltada para o mercado interno e outra parte voltada para o mercado externo. Nós dependemos, também, das nossas importações, do comércio internacional. E se ele continuar fraco, isso vai comprometer uma parte do nosso crescimento. Por isso que eu considero que nós vamos nos recuperar, porém, vamos ficar com crescimento, em 2010, alguém daquele que tivemos em 2007 e 2008. 2007, tivemos 5.7%; 2008 até o terceiro trimestre, 6,5. Então, certamente, não vamos ter. Calculo algo como 3 a 4% de crescimento para o Brasil, no ano de 2010. Portanto, uma recuperação maior. Por quê? Porque dependemos mais do nosso mercado interno e dependemos das políticas anticíclicas que o Governo está promovendo.

Concordo que devemos manter o equilíbrio fiscal, mas, no ano de 2009, não poderemos fazer diferente

do que pôr em prática políticas anticíclicas, porque, senão, fica pior. Se você não faz a política anticíclica, você acha que está gastando recursos ou deixando de arrecadar, quando você faz uma desoneração de IPI, só que você está enganando, porque, se você não fizer aquela medida, o nível de atividade, ela vai cair mais do que cairia. Espontaneamente, cairia mais. Portanto, teríamos mais desemprego, menos recolhimento da Previdência, teríamos que pagar salário-desemprego para os trabalhadores, teríamos desmontes de cadeia produtiva. E, quando você faz a desoneração, você consegue recuperar mais rapidamente. Então, mesmo que o Governo Federal, mesmo estados e municípios, tenham alguma perda naquele tributo, em compensação com a atividade econômica, que é estimulada pela redução, você acaba tendo uma vantagem.

Então, eu não sei se os Governos avançados, as economias avançadas vão subir os juros, tão logo essa crise esteja mais calma, possa amainar. Acredito que os Governos fizeram uma opção, que eu chamaria de política keynesiana. Todos nós aprendemos com as crises anteriores, e principalmente eles, que sofreram a depressão dos anos 30, e sabem que, se bobear na política econômica, vão jogar a economia para baixo. Então, eu tenho confiança no bom senso das economias avançadas, que, mesmo passado o momento mais traumático, continuarão fazendo políticas anticíclicas e políticas de estímulo à economia, de modo que a recuperação será mais rápida. Eu sei que tem economias com graves problemas para resolver. Os desequilíbrios da economia americana, desequilíbrio fiscal, desequilíbrio nas contas externas, que eles terão que resolver. Mas terão que resolver gradualmente, senão, o Presidente Obama vai jogar fora o mandato dele, com crescimento medíocre de 2, 3% e olhe lá. Eu acredito que isso não vá acontecer.

Eu acho interessante a proposição do Senador Arthur Virgílio, no sentido de que nós deveríamos ter, se não um pacto nacional, mas uma ação conjunta, mesmo, de toda a nação, de todo o Parlamento, dos economistas. Acho que, em certa medida, isto houve. Porque eu vim muito mais vezes aqui, ao Congresso, dialogar com os senhores, recebi críticas, estímulos de todos, inclusive da oposição, levei tudo em consideração, mandamos uma série de Medidas Provisórias, para podermos viabilizar a política anticíclica, que foram aprovadas aqui, pelo Parlamento, portanto houve uma colaboração, houve uma participação conjunta, e eu até gostaria que fosse maior. Então, eu concordo com a sua linha de raciocínio, com a sua proposição de que, no momento em que o país é acometido por uma grave crise internacional, nós devemos nos unir pelos interesses do país, e não pelos interesses de

uma agremiação política. Então, eu estou de acordo com isso e apoiarei o seu trabalho nessa direção.

Eu fiquei um pouco em dúvida quanto a sua avaliação do nosso desempenho fiscal e quanto às medidas anticíclicas que nós tomamos. Porque o senador fala em benesses concedidas à indústria automobilística, quando, na verdade, nós não demos nenhuma benesse para a indústria, demos benesses, talvez, para o consumidor, que foi a redução de preços. Exigimos redução de preço e manutenção de empregos, para fazermos aquelas medidas de desoneração. Renunciamos, portanto, a uma arrecadação e usamos principalmente os tributos regulatórios, conforme indica a Constituição, que são justamente o IPI. O IPI é o melhor tributo regulatório. Então, mesmo para usar outros tributos é mais difícil. O único caso que nós usamos o PIS/COFINS, veja o senador, foi no caso das motos, para beneficiar o seu Estado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro, permite? Eu acabei de deixar um bilhete, porque eu não queria ser acusado de falar demais. Então, vou repetir aqui, agora. A informação que tenho é que beneficia pouco o meu estado, porque restringe aos 8% dos motociclistas que, trabalhadores, têm carteira assinada. Ou seja, aqueles que estão no emprego informal e que merecem atenção... Eu lhe fiz um apelo para fazer [ininteligível], junto ao Governo, no sentido de mexer nisso. Porque os que estão no trabalho informal estão excluídos desse benefício. E eu retiro a palavra benesse. Eu apenas gostaria de discutir se o IPI seria a melhor forma de se conceder. Porque prejudicou enormemente os municípios, agravou uma crise que começa onde o cidadão mora, e, se pudéssemos encontrar, ao beneficiar qualquer setor, visando - eu concordo com V. Exa., beneficiar ao consumidor e reativar a economia - algo que não mexa com a já complicada e delicada situação dos municípios. E o benefício para o pólo industrial de Manaus, para ser completo, precisaria que também vissem os trabalhadores do emprego informal, e que estão fora. Apenas... 92%, mais ou menos, estão fora do benefício que o Governo, com boa-fé, certamente concedeu.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Nós podemos aperfeiçoar aí esse instrumento em relação às motos. O fato é que nós conseguimos fazer um acordo com as empresas de não demissão. E isso é muito importante para o Estado. Agora, o instrumento mais adequado é o IPI, porque ele já é considerado um tributo regulatório.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas o Presidente chegou a dizer que não ia mexer mais nisso. Eu li, uma vez, o Presidente Lula dizendo: "Não vou mais mexer no IPI".

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Nesse momento, não há nada em vista para se mexer no IPI. Então, ele é um instrumento regulatório. Ele traz algum prejuízo para os estados e municípios? Traz, porque nós dividimos, nós compartilhamos o IPI e o Imposto de Renda com estados e municípios. Porém, se nós pegarmos os últimos quatro anos, vamos observar o quanto aumentou o fundo de participação dos municípios e fundo de participação estadual; 40% em valores reais, graças a esse crescimento forte que a economia brasileira pôde percorrer nesses últimos anos. E, além disso, o Governo garantiu que os municípios receberiam, em 2009, uma complementação de recursos do orçamento da União, que pudesse manter o mesmo patamar, o mesmo valor nominal de arrecadação que eles tinham em 2008. 2008 foi o ápice. Portanto, eles tinham ganhado muito, eles estavam com os cofres cheios em 2008. Claro que assumiram compromissos, fizeram gastos, investimentos, e daí passaram por dificuldades que nós reconhecemos, e, em função disso, fizemos essa medida, que garante que eles terão o mesmo recurso nominalmente. Mas nós preferimos, os gestores, não sei se o Ministro Dornelles também preferia, usar esses tributos, porque eles já foram feitos com essa finalidade. O IPI, o IOF, o imposto de importação, o imposto de exportação, que são os tributos regulatórios. Os demais tributos têm outra natureza. E nós reduzimos também o Imposto de Renda para pessoa física, fizemos uma nova tabela de Imposto de Renda para pessoa física.

Eu acho que, no final das contas, os municípios e os estados não vão perder com isso, porque nós estamos aumentando o poder de compra da população, segurando o mercado interno, que é um valor que nós temos hoje. E, por isso, vai haver uma repercussão positiva para os estados e municípios, que o cidadão, ele está gastando é no município. Se ele tem mais... A nossa desoneração foi da ordem de cinco bilhões para o Imposto de Renda, que será apurado no final do ano. Cada mês, o cidadão está pagando menos Imposto de Renda, ele tem um poder aquisitivo maior; até o final do ano, são cinco bilhões. Esses cinco bilhões, eles são gastos pela população, eles ativam a economia dos municípios; portanto, é um poder aquisitivo maior que nós estamos fazendo.

E fizemos tudo isso, Srs. Senadores, sacrificando o menos possível o resultado das contas públicas. E aí eu quero dizer que, talvez, haja um equívoco do senador, quando ele diz que nós não estamos praticando uma boa política fiscal. Aliás, política fiscal que começou no seu Governo. E eu não estou dizendo aqui só porque houve uma cobrança sua, direta ou indireta, e já houve uma resposta do Senador Mercadante, mas

porque, na última vez que aqui eu vim, neste Plenário, acho que na própria CAE, eu reconheci os méritos dos Governos anteriores em colocar a economia brasileira em situação mais adequada, mais forte. E ela, hoje, se encontra nessa situação, graças ao trabalho de muitos governos, e, principalmente, dos últimos dois. Vamos reconhecer.

Portanto, estamos reconhecendo, sim, aquilo que foi feito pelos outros Governos, a política fiscal começou, e eu acho que nós fomos a fundo. Porque, quando nós pegamos o Governo, em 2003, nós tínhamos uma dívida de 53% do PIB, e ela foi reduzida até 36% do PIB. O senador elogiou o Ministro Palocci, senti que ele tem uma preferência, nutre uma preferência que me deixou, assim, um pouco enciumado, digamos assim, mas a questão de gosto não se discute.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não fique enciumado, porque diz que ciúme de homem é a pior coisa do mundo. Não fique, não. Mas, ao contrário, eu vejo V. Exa. como uma pessoa doce, uma pessoa correta. É verdade, tenho estima pessoal mesmo. Cheguei a ter o prazer de conhecer sua esposa, enfim, e tenho por V. Exa. uma admiração e respeito muito grande. E não fique enciumado, mesmo, porque eu apenas digo que, talvez, a diretriz do Governo tenha sido... Eu vou dizer o que eu penso. A diretriz pode ter sido o seguinte: durante aquela primeira etapa, que foi a etapa dura de enfrentar a crise de 2003 e de dar credibilidade ao Governo, o jogo foi mais duro. Depois, com a benesse do mundo, com a benignidade do mundo e as coisas todas dando certo, talvez tenha dito assim: "Poxa, a gente está indo tão bem que não precisa fazer reforma mais... A gente está indo tão bem que dá para aumentar os gastos correntes...".

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu só queria completar o meu raciocínio, pra dizer que não foi isso que nós fizemos--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas só não fique enciumado, ministro, porque eu tenho um carinho por você muito grande.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Obrigado. Agora, já estou recuperado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ciúme de homem é pior do que ciúme de mulher.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu falei. Eu falei isso agora. Eu estou morrendo de medo disso.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: É que eu também percebi alguma coisa com o Mercadante, também... Então, não sei.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro, dito desse jeito, isso vai me deixar muito bem

em certa parte do eleitorado do Amazonas e mal na outra. Eu queria juntar as duas, que eu disputo eleição majoritária.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Mas eu queria dizer que o nosso resultado fiscal, acho que o senhor não teve ocasião de vê-lo, mas foi passado um texto para dizer que o nosso... A nossa situação fiscal hoje é a melhor de todos os tempos. Nós fizemos o ano passado o maior primário de todo o nosso Governo. E de toda a série histórica. E ainda sem computar o fundo soberano que alguns até não gostavam, mas ele está com uma poupança de meio por cento do PIB, que não foi gasta. Nós deixamos de gastar aquela poupança.

Portanto, eu acho que nós prosseguimos na diretriz que o Ministro Palocci iniciou no seu Governo e fomos além até. E o único ano que nós estamos com primário menor é este ano de 2009. Mas eu acredito que se o senhor estivesse no meu lugar estaria fazendo igual ou melhor, certamente, e também diminuindo o primário para poder fazer uma ação anticíclica, que aliás todos os países do mundo estão fazendo. E mesmo fazendo essa ação anticíclica, nós vamos manter a dívida PIB na mesma posição. Na mesma posição. E no ano que vem a nossa proposta é fazer o mesmo primário do ano passado. Portanto, mantendo ano eleitoral nós vamos propor, estamos propondo que o Governo central faça o mesmo primário que fez... O mesmo primário que está na LDO proposto pelo Governo ano passado.

Portanto vamos manter o equilíbrio fiscal de forma bastante rigorosa. Nós cuidamos disso e damos importância e, portanto nossa dívida vai continuar caindo. A nossa previsão é que ela continuará caindo e será uma das menores do mundo dos países mais importantes.

O Senador Arruda menciona se nós deveríamos ter um primário nessa... Dessa magnitude. E Senador, posso lhe afirmar que eu nunca fui conservador, neoliberal e mantenho as mesmas crenças e mesma... Mesma orientação teórica que eu tinha no passado. Eu acho que foi necessário um período de austeridade fiscal maior no Brasil porque as nossas contas estavam desequilibradas, haviam sofrido problemas inflacionários e era necessário um saneamento das nossas contas. Eu também não gosto de fazer superávit para pagar juro. Agora, o Brasil hoje é credor líquido na área internacional. Então, nós não estamos pagando juros lá para fora. Porque antigamente, no passado o Brasil pagava um monte de juro para o capital estrangeiro, para a dívida externa brasileira. E nós, praticamente, neutralizamos, porque nós temos hoje mais reservas do que a nossa dívida interna. A dívida do Governo Federal é de 61 bilhões de dólares. E nós temos 205 bilhões

de dólares de reserva. Então nós somos credores, e não devedores. Então hoje nós estamos tranquilos, não estamos pagando juros lá para fora. Ou estamos recebendo mais do que estamos pagando. Os títulos brasileiros são colocados no mercado internacional. Então, essa fase passou.

O superávit é importante porque o Brasil ganhou solidez fiscal, e não deixamos de fazer nada que fosse necessário em nome do superávit. Essa é a diferença que no passado muitas vezes quando se fazia o superávit primário para pagar juros, sim, era em detrimento de programas sociais, em detrimento de investimentos do Governo, da infraestrutura. E hoje não é isso que se faz. Nós conciliamos um superávit, uma situação robusta com investimentos públicos, com programas sociais, de modo que eu diria que a melhor situação possível é essa. É você ter um equilíbrio fiscal, mas também estar atendendo a população nas suas necessidades.

Eu concordo que os *spreads* são muito elevados, eu mesmo tinha mencionado isso, estou de acordo, e que nós temos ainda uma situação anômala do ponto de vista dos juros no país. Mas eu acho que até caminhando para a normalidade. Nós já tivemos Selic aqui de 40%, 50%, sei lá quanto. E hoje... 52. E hoje nós caminhamos para uma normalidade. Ainda está acima, ainda é, digamos, algo que nos distingue de outros países. E não tem sentido, porque o Brasil ele já está equilibrado em todos seus parâmetros econômicos. Falta termos uma taxa básica normal. Estamos caminhando nessa direção, agora que a inflação está sob controle... Agora que você tem as contas que a inflação está sob controle, você tem espaço para poder reduzir a taxa básica e eu acredito que nos próximos dois anos, não estou dizendo agora nem no próximo COPOM, porque eu não falo desse assunto, mas no futuro próximo, nos próximos dois anos o Brasil deverá ter taxas básicas semelhantes aos países que, com as mesmas condições brasileiras, estamos caminhando para isso vamos alcançar essa situação e é justamente porque estamos mudando o patamar da nossa taxa básica de juros que mudanças têm que ser feitas na economia. Resquícios do período inflacionário tem que ser eliminados. Indexações que ainda existem tem que ser suprimidas, porque senão a taxa não consegue baixar. Você continua contaminando a inflação futura com a inflação passada. E nós estamos caminhando para isso. Por isso que nós tivemos que fazer mudanças na poupança, foi mencionado aqui, preservando aqueles que dependem da poupança. Os pequenos poupadores foram todos preservados. Agora, não é possível que você tenha todas as taxas baixando e você manter uma única taxa elevada segurando a Selic,

porque se você não reduz o rendimento da poupança, você acaba impedindo que a Selic caia. Você cria um piso para a Selic. Então, o que nós fizemos? Fizemos algo para que não prejudicasse a esmagadora maioria dos poupadores; 99% dos poupadores foram poupados, porque eles continuarão com os mesmos privilégios, mas mesmas prerrogativas, o rendimento continuará alto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

MINISTRO GUIDO MANTEGA: São 50 milhões... Desculpe, 50 mil... Até 50 mil, que são 99% das cadernetas, 99 são até 50 mil. Então, 50 mil continuará no *status quo* atual. Acima disso, gradualmente, pagarão tributo, principalmente nosso objetivo é atingir os grandes poupadores, os grandes investidores que tem alternativa e que hoje já quando aplicam no sistema financeiro pagam Imposto de Renda. Quando aplicam em fundo de renda fixa, aplicam em outros... Até aplicam em ações, pagam Imposto de Renda. Agora, nós não queremos que esses grandes que aplicam um milhão, dois milhões, três milhões, quatro milhões, dez milhões, entrem na caderneta porque ela se torna mais rentável e fujam a tributação. Então estabelecemos uma tributação bastante moderada que será aplicada se a taxa de juros básica cair, porque aí aproxima os rendimentos de ambas as aplicações. Acho que fizemos a coisa... Nós, digamos, mantivemos a poupança com uma melhor aplicação para o pequeno poupador brasileiro. Ele vai estar ganhando mais, inclusive. À medida que todas as taxas caem, o pequeno poupador ganha mais. E os grandes tem opção. Se quiser ir para a poupança, vão ter que pagar o imposto, que é justo que pague imposto que são grandes tributos. São grandes recursos.

O Senador Dornelles me pergunta das consequências da valorização do câmbio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

MINISTRO GUIDO MANTEGA: As bicicletas eu não tinha conhecimento. Eu gostaria que o senhor me trouxesse essa proposta a conhecimento de modo que a gente possa ver se é viável fazermos um plano para estimular a utilização de bicicleta no país. Acho que me parece que a ideia é bastante interessante.

Em relação ao câmbio, também eu tenho uma preocupação quando o câmbio brasileiro se valoriza. É claro que nós não podemos esquecer quais são as razões pelas quais o câmbio se valorizou. Primeiro são por fatores positivos. Demonstram que o dólar é que está se desvalorizando e que o real é uma moeda valorizada. É uma moeda que atrai investimentos e capitais externos. Portanto, ela é uma vantagem que o

país tem. No momento que vários países amargam a perda de capitais e há saída de capitais de vários países ainda, já foi maior, mas ainda há saída de capitais, nós temos o privilégio de termos entrada de capitais. Já temos no mês de maio saldo líquido de capitais. O que é bom. Claro que desde que sejam capitais que vão para o investimento e uma parte deles é para investimento, tivemos 3,4 bilhões já de investimento, e que venham depois para aumentar o financiamento, aquele financiamento que havia antes da crise, que entrava na bolsa e comprava novas ações, lançamento de ações IPO de novas empresas. Esse é o lado bom. O lado problemático é que ele diminui a competitividade do produto brasileiro, das exportações brasileiras. Portanto, atrapalha um pouco as exportações, diminui a nossa competitividade. Apesar disso, não recomendo uma mudança de regime cambial. O Governo não cogita fazer nenhuma mudança. O câmbio flexível é a melhor modalidade de câmbio. Apenas temos que aproveitar o momento para comprarmos mais reservas, para que aumentemos as reservas do país. É uma maneira de você dar um alívio a esse mercado que está pressionado pelo dólar. Mercado vendedor de dólar você enxuga comprando mais reservas. É por isso, o Banco Central já voltou a comprar reserva e poderá comprar muito mais. E nós sabemos que a reserva é um seguro que o Brasil tem. É um seguro diante de crise. Porque na crise que o cidadão que está com dinheiro dentro do país fala: Olha, o país aguenta uma saída de capitais? Aguenta um ataque especulativo? Se você não tem reserva, você não aguenta. E acontece o ataque especulativo e acontece a saída de capitais. Mas se você tem reservas como tínhamos, aí o pessoal fala: Bom, esse país consegue sustentar uma saída de capitais. Então, nem adianta sair que não vale a pena. Vamos continuar aqui. E, portanto é isso que eu vejo em relação à questão cambial. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Os próximos Senadores que vão dirigir indagações ao Ministro serão o Senador Wellington Salgado, o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador Renato Casagrande, sendo que o Senador Renato Casagrande teve que se ausentar.

Eu concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Presidente Garibaldi. Senador Francisco Dornelles, Senador Inácio Arruda, Ministro Guido Mantega.

Eu, inclusive, queria colocar para o Ministro Guido Mantega que eu acho que V. Exa. é um injustiçado. E realmente, sem querer aproveitar o ponto do carinho do Senador Arthur Virgílio com V. Exa. Por que é um

injustiçado? Porque toda vez falam dos Ministros anteriores. Só que ninguém viveu uma grande crise como essa, que estamos vivendo. E quem está pilotando a máquina é o Ministro Guido Mantega. Pilotando nesse momento, se saindo muito bem, tive a oportunidade de viajar a Nova Iorque, pago do meu bolso, Presidente Garibaldi, para que não possa haver nenhuma especulação a respeito, quando o Presidente Gabrielli da Petrobras foi receber o prêmio de grande empresário da Câmara Brasil- Estados Unidos esse ano. E aqui eu cito muitas vezes uma covardia muito grande em comparar e nos colocar... Colocar o Brasil no BRIC por quê? Porque se nós tivéssemos, Senador Arthur Virgílio, na Rússia, ele já estaria na Sibéria. Na China decaptado, e a Índia... A Índia é um país onde a mão de obra é barata demais e não é esse o plano do Brasil. O Brasil hoje tem proteção para com a mão de obra.

Eu vejo esse momento como um momento maravilhoso para o Brasil mesmo tendo a crise. Por que, Presidente Garibaldi? Eu estive com o Presidente da Petrobras em Nova Iorque, onde ele acabava de chegar com a China com um cheque de dez bilhões de dólares. Se eu estiver errado o Ministro Mantega me corrige. Um cheque de dez bilhões dado pela China para investir no pré-sal onde nós vamos pagar com o petróleo. Não sei se é justamente isso, mas foi isso que o Presidente me falou. Ora, se o meu banco a quem eu trabalho há muito tempo me desse um dinheiro para abrir uma empresa e fosse pagar ao banco com o produto dessa empresa e não o dinheiro, é o melhor negócio do mundo. E eu cito também que a China hoje está muito preocupada com investimento em títulos, em títulos americanos. Então ela começa a diversificar, o que os economistas chamam de *portfólio*, colocar em outros países. E está começando a colocar no Brasil. Muito bem, nesse momento que a China começa a diversificar a sua aplicação de recursos, começa a colocar no Brasil, nós temos aqui algo legítimo da democracia brasileira que é uma CPI junto... Em cima da Petrobras. Uma CPI que é legítima. É assim que funciona o Congresso Brasileiro. Porém, vejo algumas situações que acabam acontecendo no momento de toda essa... Esse momento maravilhoso para o Brasil internacional. Temos a questão da Petrobras mudar o sistema de lançamento e a receita também questionar. É legítimo a Petrobras mudar, é legítimo a receita questionar e atuar. O que não é legítimo é isso ir para a primeira página dos jornais. Isso não pode acontecer. A Receita Federal ela tem que resolver as questões administrativas na Justiça, mas não pode jogar na primeira página de jornal. Acho que isso vai acabar no momento que o Supremo também vai ter que fazer algo como fez com as algemas com

a Polícia Federal, vai ter que tomar uma atitude com a Receita Federal.

Muito bem, Ministro. Eu estive... Eu recebi da FIE-MG, por acaso ontem chegou ao meu gabinete uma análise de tudo que está acontecendo em Minas de janeiro a março de 2009. Eu não vou ficar lendo cada item porque ela fala em produção, produtos finais, emprego... Satisfação com a situação financeira... Mas eu vou falar nos principais problemas que a FIEMG identificou. E por que vou colocar aqui os principais problemas, Ministro? Porque como foi colocado por V. Exa. e também por alguns Senadores, colocam aqui o *spread* e a taxa de juros como principal problema junto da economia. Só que o que a FIEMG me manda não coloca. Essa questão da taxa de juros aparece como quarto item dos principais problemas das indústrias de Minas Gerais. Qual o principal problema? Elevada carga tributária: 61,3% dos empresários colocam esse como principal problema. Segundo, falta de demanda. Claro que é fruto dessa crise que nós estamos vivendo. Terceiro, acompanhei acirrada de mercado. Por quê? Se existe falta de demanda, todo mundo baixa o preço e aí é a lei da sobrevivência. E o quarto item é a taxa de juros elevada: 32% responderam. Quinto item, falta de capital de giro, ou seja, não há disponibilidade de recursos para os empresários. Quinto item, 21,2%. Inadimplência dos clientes. Sexto item, 15,1. Alto custo da matéria-prima. Sétimo item, falta de financiamento de longo prazo, é o BNDES que só financia empresa grande. Acaba não financiando empresa pequena. Taxa de câmbio, falta de trabalhadores. Então, esses são os principais problemas enfrentados pelas empresas em Minas Gerais. Eu vou pedir ao meu gabinete, depois mandem uma cópia. Talvez V. Exa. até tenha que a FIEMG deve ter mandado. Eu vou encaminhar porque é um documento muito importante que a FIE-MG me colocou.

Agora, Ministro, eu fico muito preocupado e o Senador Garibaldi que me diga quando eu estiver elevando o meu tempo, pode tocar a sineta que eu vou parar. Mas eu vejo o seguinte, o momento internacional do Brasil é um momento maravilhoso. Nós temos um Presidente que tem conseguido trazer recursos no prestígio pessoal, na sua credibilidade interna que está passando para o exterior. Veja algumas mudanças com relação ao encaminhamento do capital. Hoje tem muita gente descobrindo o Brasil. Então, nós temos que ter uma atenção especial com esse momento.

Falaram que o Presidente Lula era um homem de sorte. Ele perdeu um monte de eleição até ganhar. Mas diziam que ele tinha sorte. Depois não tinha crise nenhuma e vem a pior crise do mundo em cima do Governo dele. E, no entanto, Ministro, eu vejo que a

sua equipe, junto com o também Meirelles, tem coordenado muito bem essa crise. É claro que oposição usa a todo momento a frase do Presidente da marolinha. Mas se for comparado com lá fora, não vou chamar de marolinha, mas a crise aqui dentro foi muito bem administrada comparado com que está acontecendo lá fora. Isso dentro de uma democracia. Não é uma ditadura, não é como na Rússia, não é como na China. Aqui a oposição fala, a oposição traz V. Exa. aqui e V. Exa. vem sempre, senta e explica humildemente com a sua equipe. Isso não era comum acontecer, não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Diz que a oposição da China é em Washington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso não era comum acontecer aqui, não. E V. Exa. sujeita democraticamente às perguntas, dá as soluções... Quando encontra erro fala que existe erro... Porque normalmente nenhum Ministro falaria que tem erro no balanço, não, como foi apresentado aqui. Esconderia, falaria que iria ver e não responderia. V. Exa. fala: "Não, houve um erro, a oposição entende isso", critica, mas V. Exa. entende o que tem que ser dito, tem que ser dito a verdade. Esse, talvez, seja o melhor momento da democracia brasileira.

Então, Ministro Guido Mantega, vou passar para V. Exa. o relatório que a FIEMG me mandou para a sua assessoria, para que possa dar uma olhada, sei que é uma assessoria muito boa. Agora, V. Exa. tem sido realmente injustificado. Eu participei de algum momento com V. Exa. lá atrás no CPMF, tive algumas críticas políticas, e de lá para cá venho acompanhando o trabalho de sua equipe e tem se saído muito bem. A própria oposição fica em situação difícil porque a economia, com toda a crise internacional, está indo muito bem.

Então, espero ser o primeiro a parabenizá-lo a V. Exa., a sua equipe, como vem conduzindo essa crise, com o Presidente Lula... Muitos vão falar depois. A oposição não aceita mas é uma covardia o que estão fazendo com V. Exa. Porque V. Exa. realmente é um homem... Um grande Economista está segurando o navio, está segurando muito bem em mar revolto.

Então, Presidente, era isso que eu queria colocar, a questão da Petrobras eu acho que pode acontecer, vejo momento inoportuno, só isso, pode criar dificuldades internacionais pra gente porque nós temos os recursos que estão mudando de posições internacionalmente. O Brasil hoje é a namorada. Todos podem vir para cá. A noiva, como V. Exa. gosta de falar. A noiva.

Então, Ministro Guido Mantega, parabéns para vossa equipe, como vem conduzindo esse momento, e espero que conduza até o final do próximo Governo que virá por aí. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Wellington Salgado e concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, Garibaldi Alves, parabéns por mais esta reunião, essa Audiência. O nosso abraço, nossas boas-vindas ao Ministro Guido Mantega, me acosto a tudo que foi dito sobre a gestão de V. Sa., e espero que o Brasil continue em boas mãos.

Uma contestação, uma evidência que nós temos tido nessas comissões aqui no Senado, essas Audiências Públicas se arrastam por horas, mas a presença da gestão do Governo Brasileiro, do Governo Lula, ela tem demonstrado um extraordinário nível de competência. Por aqui passaram diversos outros Ministros, Presidente de Petrobras, Presidente de Banco Central, e eu me orgulho como brasileiro do Brasil estar em boas mãos. Minha avaliação é mais empresarial, que é minha origem, então, quando se é empresário se avalia os homens sempre torcendo que a gestão seja profissionalizada, a gestão seja o ponto forte. E na gestão brasileira não se percebe "jabutis", como dizem. Não tem ninguém colocado em cima de uma cerca, tem sim pessoas de alta competência. Então me acosto às referências. Eu vou talvez ser um pouco... Assim... Rasteiro na explicação inicial em respeito à audiência da TV Senado. A TV Senado tem uma audiência muito forte e tenho certeza, V. Exas, Senadores e Sr. Ministro jamais necessitaria de que eu iniciasse o meu questionamento da forma que vou questionar e no final farei somente duas perguntas. Então, na verdade, se fala muito, já foi falado hoje aqui sobre o problema do dólar. E os jornais de hoje, inclusive, citam a referência que o dólar, psicologicamente, furou a barreira dos dois reais... É um aspecto mais psicológico, mas na verdade ele influencia nas taxas.

Existe de um lado os exportados brasileiros preocupados e o Governo, o próprio Governo Brasileiro preocupado com a balança comercial, que é a troca entre importações e exportações. A crise global ela afetou sem dúvida as exportações e os exportadores. Uma série de fatores. Os preços internacionais mais baixos, os volumes menores, esse câmbio variado, uma série de fatores faz com que a atividade de exportação no Brasil esteja com nível de preocupação elevado. Os Estados Unidos, na verdade, foi o grande responsável pela deflagração dessa crise global. Se não fosse a crise americana, bancos americanos, carteiras imobiliárias americanas, o conjunto dos danos à economia global foram motivados sem dúvida pelos Estados Unidos, ou pelo menos com a maior intensidade provocada pelos Estados Unidos. A moeda nos Estados Unidos é dólar.

Então, automaticamente se um país tem uma crise ou passa por problemas econômicos, a sua moeda tende a se desvalorizar. Então, a tendência da moeda americana é perder valor, é ser depreciada.

No contraponto o Brasil tem sido afetado pela crise global, porém ele, talvez, seja dos países que de menor forma foi afetado pela crise global. Uma série de fatores fizeram com que o Brasil assim se comportasse. A política econômica correta do Governo Brasileiro, a saúde financeira do Banco Central brasileiro e da rede bancária brasileira, a autossuficiência de petróleo, o mercado interno forte, um mercado externo pulverizado. Na verdade o Brasil hoje não é dependente de nenhum país no tocante as exportações e vários outros fatores inclusive o clima interno brasileiro, o clima político interno com um Governo com aprovação de 80%. Então, quando se tem uma saúde psicológica dentro do país, automaticamente esse país tem uma tendência a se alavancar mais. Moeda. Moeda brasileira real, a tendência da sua moeda tendo em vista que o país vai bem é a moeda pelo menos manter seu nível de valor.

Eu fiz essa explicação para que o público entenda o que está se passando. O dólar, nesses últimos cinco meses, ele perdeu 13,67%, que é expressivo, é um valor expressivo a nível internacional. Nós brasileiros estávamos mal acostumados com as inflações altas de tempos atrás, 13% talvez não significasse tanto. Porém, em economias estáveis, como é o caso da economia brasileira, 13,67 é um valor extremamente forte.

Então, como o dólar é uma moeda de referência das trocas internacionais, eu perguntaria a V. Exa. o seguinte: Se concorda que existe uma tendência da depreciação do dólar internacionalmente. Vamos esquecer Brasil. Dólar em relação a moedas de outros países. E como o Brasil poderia enfrentar a circunstância de ter uma economia estável, uma moeda estável, não desvalorizando o dólar que internacionalmente está depreciado? Eu digo não desvalorizando o dólar porque na verdade nós temos que aceitar a regra do mercado, que é a tendência de valorização ou desvalorização de moedas internacionais, porém a nossa referência internacional de trocas nas importações e exportações é o dólar.

Então eu gostaria de saber qual a opinião de V. Exa. no sentido do que fazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. O último orador inscrito. Senador Augusto Botelho não está inscrito e nem quer se inscrever? Não. Então, Senador Eduardo Suplicy. O último orador inscrito presente.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr. Presidente Francisco Dornelles, da Comissão de Acompanhamento, prezado Ministro Guido Mantega. Agradeceria se puder nos informar como tem sido o resultado da medida anunciada no início do ano sobre a aplicação de parte das reservas em direitos especiais de saque no Fundo Monetário Internacional, se foi efetivada com que valor, aproximadamente, a sua proporção em relação às reservas hoje de 205 bilhões de dólares, e se já se pode ter uma avaliação dos resultados que estavam sendo preconizados na medida que eu avalei como muito positiva. E ainda que o Senador Francisco Dornelles tenha já feito, formulado a pergunta, mas agradeceria se puder nos aprofundar um pouco mais a análise sobre qual a melhor combinação do objetivo de se reduzir gradualmente as taxa de juros, conforme V. Exa. mencionou que espera que em dois anos o Brasil tenha uma taxa de juros bem menor que a presente com a acumulação de reservas de moedas externas, de tal forma que se possa ajudar o crescimento dos investimentos com a menor taxa de juros, assim estimular o crescimento da economia, do nível de emprego, e evitando-se a não valorização do real com o objetivo de portanto estimular as exportações. Ou seja, como realizar isso de forma harmônica e procurando manter os objetivos tanto da estabilidade dos preços ou da moeda, bem como os objetivos de melhor crescimento da atividade econômica e das oportunidades de emprego?

Eu gostaria de ressaltar, Ministro, hoje não veio nos seus dados, mas, inclusive, cumprimentar V. Exa. e o Governo do Presidente Lula no seu todo pelos resultados alcançados em conseguir ano a ano, desde o início do primeiro Governo de 2003, porque desde 2002 até agora todos os anos registrou-se na análise dos dados do IBGE a diminuição da pobreza absoluta, bem como do índice de desigualdade socioeconômica, passando da ordem de 0,59 em 2002 para 0,55, aproximadamente, acho que é o último dado, a não ser que V. Exa. tenha uma informação ainda mais recente de diminuição com respeito aos últimos dados. E... Mas em que pese isso, nós ainda temos um quadro de pobreza bastante acentuado, inclusive de fome.

Eu tive a oportunidade, Ministro Guido Mantega, de anteontem assistir um filme que eu recomendo a todos os colegas e a todo o povo brasileiro do cineasta José Padilha, o mesmo de "*Tropa de Elite*", de "*Ônibus 174*" e outros filmes que... "*Os carvoeiros*", e da mesma produtora é o filme "*Estamira*", são todos filmes que tratam dos principais problemas sociais hoje vigentes no Brasil, e o filme a que me refiro se chama "*Gara-pa*". Retrata a vida de três famílias no Ceará. Uma na

grande Fortaleza, outra numa cidade média, numa cidade menor e outra ali no setor rural. O cotidiano durante um mês das três famílias com muitos filhos, em casas muito carentes, muito pobres, destituídas até dos móveis básicos que normalmente há em cada casa. Mas ali estão essas famílias vivendo em 2005, uma delas já era inscrita no Programa Bolsa Família, segundo depoimento ali expresso por 12 dias nos 30 do mês aquilo ajudava muito, mas depois ficava a situação tão difícil.

O nome “*Garapa*” tem a ver com aquilo que famílias pobres no Nordeste muitas vezes tomam para suprir as suas necessidades de fome e sede, água com açúcar natural, mascavo, ou, portanto muitas vezes é o que resta para eles. Mas é importante notar que a melhoria do coeficiente DINE(F) de desigualdade se deu apesar das taxas de juros altas que muitas vezes tem caracterizado a economia brasileira e que, obviamente, representa uma remuneração alta para o capital. Mas, o que eu gostaria de lhe perguntar, Ministro, é como é que estão as perspectivas para os próximos anos tendo em conta que o Brasil, segundo o próprio Presidente Lula tem anunciado, muitas vezes dizendo até que parece que Deus é brasileiro, veio morar no Brasil e ajudou a Petrobras a encontrar lá no fundo do oceano Atlântico, na camada do pré-sal extraordinária reserva petrolífera.

Então, como é que... Tendo em conta que o Brasil poderá dispor destes resultados decorrentes da exploração de recursos naturais, como será possível assegurar tanto a boa oportunidade educação para todos, conforme o Presidente Lula tem expresso, e a erradicação da pobreza absoluta? E lhe faço uma pergunta, um apelo pessoal sobre como é que está a proposição do Fundo que irá administrar esses recursos?

No início desse ano, caro Ministro Mantega, a Ministra Dilma Rousseff teve um diálogo comigo e dizendo que era importante que eu pudesse estar dialogando com a equipe no Governo, inclusive o secretário de política econômica, Nelson Barbosa, a respeito desta reflexão sobre o que vai ser feito com o pré-sal, assim como com... A respeito do projeto que cria o Fundo Brasil de Cidadania, conforme V. Exa. tem conhecimento se trata de um projeto aprovado por todos os partidos aqui no Senado Federal, já aprovado na Câmara dos Deputados, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e da Família, tramita na Comissão de Finança e Tributação, onde o relator designado é o Deputado Ciro Gomes... Vou pedir, senão não vou conseguir. Eu espero. E o Deputado Ciro Gomes, ainda há duas semanas me disse que aguarda a sinalização do Governo para completar o seu parecer que ele gostaria até que possa ser favorável, mas com todas as sugestões que

o Governo, especialmente o Ministério da Fazenda, o Ministério de Minas e Energia e outros, do Planejamento. Então gostaria de solicitar a V. Exa. que possa analisar e prover ao Deputado Ciro Gomes das informações necessárias para que ele possa completar o seu parecer em harmonia com o Executivo.

E finalmente gostaria de lhe encaminhar um estudo da rede Renda Básica de Cidadania, da rede Renda Básica da Espanha que, recentemente, divulgou um manifesto que me parece muito interessante. O Presidente da rede Renda Básica é o Economista Daniel Raventós, membro da Basic Income Earth Network e justamente um manifesto sobre uma Renda Básica na situação atual da crise econômica e aqui nos dá uma informação mais específica para a Espanha, mas de como tal instrumento poderia muito, em tese, ajudar a resolução de problemas. Então isso aqui é uma contribuição que eu encaminho a V. Exa. Então, muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro Guido Mantega.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Obrigado, Sr. Presidente. Queria começar agradecendo a generosidade do Senador Wellington Salgado. Certamente ele ultrapassou os méritos que me são devidos. E se há um êxito na política econômica que o Brasil está praticando hoje, ele se deve em primeiro lugar à condução do Presidente Lula, em segundo lugar a ação dos trabalhadores brasileiros que conseguem continuar mantendo o otimismo, enquanto o mundo todo está se despençando, está se desesperando. Aqui a confiança é maior e a capacidade de trabalho, a tenacidade do brasileiro. Em terceiro lugar, dos empresários que se mantiveram também confiantes, estão trabalhando. E em quarto lugar o Governo, o Legislativo, todos que estão colaborando para que o Brasil enfrente esse grande desafio. De fato você mencionou, essa é a maior crise que a nossa geração já assistiu. Ela não parece tão grande aqui no Brasil porque nós todos, que eu citei, estamos minimizando essa crise. Mas lá fora é assustadora. Você esteve lá fora e pôde verificar, por exemplo, nos Estados Unidos lojas vazias. Eu estive lá várias vezes, reunião do Fundo Monetário, reunião do G20, você sai na rua e as lojas estão às moscas. Ninguém fazendo compra. Muitas casas sendo abandonadas, prédios inteiros vazios que não se sabe que destinação terão. 500, 600, 700 milhões de desempregados a mais por mês, já acumulando seis, sete, oito milhões de desempregados. E essa também é a realidade do Reino Unido, realidade dos países europeus, do leste europeu e tudo mais. Não tem nada a ver com o cenário que nós olhamos aqui no Brasil. O cidadão

vai lá fora, parece que está num outro mundo. Aqui no Brasil sentimos, claro, algumas consequências da crise, porém elas são muito menores do que verificamos lá. E mesmo quando nós citamos os países mais bem sucedidos, no caso a China, a Índia, nós podemos ver, não é verdade que a China não foi afetada, ou que ela foi afetada menos que o Brasil. O PIB da China estava crescendo 12%, e agora está crescendo 6%. Portanto, ela perdeu seis pontos percentuais de crescimento. Metade. E na China eles têm que dar emprego para milhões e milhões de trabalhadores. E, portanto, mesmo comparado com a China, eu diria que nós estamos saindo razoavelmente bem. Em relação à Rússia, melhor ainda. E à Índia.

Portanto, acho que o Brasil está sendo reconhecido pelo trabalho de todos e pela construção do país. É um trabalho de construção de um novo país que foi feito e que está tendo resultados. E tem reconhecimento lá fora. Os empresários que vão lá fora, que vão participar de Congressos, Seminários, são assediados. Eu tenho vários relatos de empresários que são assediados por outros empresários para poder fazer associação, fazer investimento. Eles querem investir no Brasil, querem trabalhar no Brasil. Então isto é um excelente sinal e acho que o Senador captou muito bem aquilo que acontece aqui e lá fora. E uma das razões pelas quais o Brasil também tem essa aceitação é que tem empresas como a Petrobras. A Petrobras é a maior empresa brasileira é quem faz maior volume de investimento por ano no Brasil. Não tem nenhuma outra que faz esse volume. Esse ano são 66 bilhões de investimentos, estimula uma cadeia produtiva longa, cria empregos, indústria naval, bens de capital, metalúrgica... E, portanto, é uma empresa que deve ser valorizada. A empresa que hoje tem destaque internacional. Acho que na área do petróleo e gás, é a empresa que hoje mais investe no mundo, que as outras reduziram seus investimentos. E nós continuamos investindo que temos lá o pré-sal que é uma riqueza nacional.

Eu só queria esclarecer, Senador, que a Receita Federal não se manifestou em nenhum momento em relação à Petrobras. Em nenhum momento ela se manifestou, mesmo porque não poderia fazê-lo. Por uma questão de sigilo tributário, sigilo fiscal. A Petrobras como qualquer empresa brasileira tem o privilégio do sigilo tributário. E seria um descumprimento à lei se tivesse havido alguma coisa. O que houve é que, digamos, más interpretações dos fatos. O que aconteceu é que a Petrobras foi consultada por um jornalista ou uma jornalista que é um contribuinte como qualquer outro que lhe pediu explicações sobre a Medida Provisória 2158/35, de 2001. Que é a Medida Provisória que rege a contabilidade das empresas quando há

uma variação cambial grande e que permite que as empresas transitem do regime de competência para o regime de caixa, que está totalmente correto porque são empresas que possuem ativos no exterior e que por uma simples mudança de câmbio, ou seja, não mudou nada. O patrimônio é o mesmo. Se tem um prédio lá fora, é o mesmo prédio. Mas quando valoriza o dólar, as empresas têm que lançar no balanço do Brasil, traduz de dólar em real, parece que o patrimônio aumentou. Foi apenas uma mudança do câmbio. Teria que pagar tributo, Imposto de Renda, como se o lucro fosse. Mas na verdade é uma variação cambial. Sabiamente o Governo anterior fez esta Medida Provisória que diz que as empresas poderão transitar de um regime de competência para regime de caixa. Ou seja, você só poderá--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Poderia repetir? Foi o Governo anterior que fez, Ministro?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Foi o Governo anterior que fez essa lei.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não é desse Governo?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Não é desse Governo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então a Petrobras utilizou um artifício criado no Governo anterior?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu não chamaria artifício.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Usou uma Legislação?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Usou a Legislação que lhe permitia mudar a contabilidade, proceder... Em vez de fazer a contabilidade por competência... Competência o que é? Ela teria que no final daquele ano contábil registrar como lucro e pagar o Imposto de Renda como lucro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Variação patrimonial. Agora, quer dizer que não foi feito nesse Governo essa mudança?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Não, não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vem lá de trás?

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Foi feito... Exatamente a primeira Medida Provisória de 99. E foi feita por ocasião da grande variação cambial que se deu em 99. As empresas poderiam ter sérios problemas de balanço, porque houve uma desvalorização de 66% da nossa moeda. Eles teriam lucros... Então, não estava... Eu acho até que estava certo, porque as empresas não tem um lucro efetivo. E quando o câmbio vira, aí

teria um prejuízo. Então falou: “Não, não é nem lucro nem prejuízo”. O que acontece? Passa para o regime de caixa... Só quando... Se você vender aquele ativo, aí você realiza o lucro e aí você paga. Então, a Legislação existe e foi feita no Governo anterior.

Apenas a Receita se manifestou para o contribuinte que a consultou sem mencionar qualquer empresa, porque não poderia, e não mencionou a Petrobras. Apenas repetindo o que reza essa Medida Provisória, dizendo, o art. 1º diz: “*A partir do dia 1º de janeiro de 2000, as variações monetárias de direitos de crédito e obrigações em função da taxa de câmbio serão consideradas para efeito da determinação da base de cálculo do Imposto de Renda pelo regime de caixa*”. Ou seja, permite a mudança contábil. Só isso. A receita tem mais dois parágrafos que não vou repetir. Só falou isso. Algum jornal pegou e disse: “Olha, a Receita está censurando a Petrobras”. Coisa que não fez e não poderia fazê-lo porque seria punida. Porque vários contribuintes fizeram a mesma coisa. Todas as empresas que tem ativos no exterior fizeram a mesma coisa. Devem ter usado. Se usaram da maneira adequada ou não a Receita estará investigando, como investiga todos os contribuintes, principalmente os grandes, e com as consequências devidas.

A Receita emitiu uma nota de esclarecimento que eu vou ler rapidamente porque pelo visto, assim, as manchetes de jornais todo mundo vê, mas as notas de esclarecimento ficam lá na 52ª página, no final do caderno e ninguém enxerga.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas se precisar, Ministro, esclarecimento da Receita porque está passando uma informação, desculpe, Presidente, sem pedir autorização a V. Exa., está passando uma informação de que a Receita teria vazado isso. O que não é verdade. Então se puder me mandar...

MINISTRO GUIDO MANTEGA: Não, ela não vazou, ela deu uma nota oficial. Foi consultada como qualquer contribuinte se você Senador quiser um esclarecimento sobre... Sei lá, a Medida 443, como é que ela se aplica, quais são os artigos... A receita vai lhe responder. A qualquer contribuinte ela responderá. Sem mencionar... Olha a nota de esclarecimento aqui. “*A respeito da controvérsia gerada a partir da divulgação pela imprensa de matérias jornalísticas questionando procedimentos supostamente adotados por contribuintes relativamente ao reconhecimento de variações cambiais para fins de tributação a Receita Federal do Brasil esclarece: Não se manifestou sobre a situação fiscal de quaisquer empresas, nem quanto a existência ou não de procedimentos instaurados, resultados apurados, teses existentes ou efeitos dela*

decorrentes. Nem poderia fazê-lo, conforme expressamente estabelece o art. 198 do Código Tributário Nacional, que assegura o sigilo fiscal. Não divulgou nota oficial sobre qualquer empresa, ao contrário do que foi dito por alguns órgãos da imprensa...”. E assim vai. Está certo?

Então, veja, houve um equívoco. A receita não se manifestou, não poderia fazê-lo, e naturalmente ela pode agir, ela deve estar examinando de todas as empresas para ver se foi procedimento correto ou não e a empresa tem direito de defesa, de apelação e tudo mais. Foi isso que aconteceu.

Bom, eu vou examinar aqui as demandas da FIE-MG, as questões colocadas pela FIEMG, a elevação da carga tributária... Nós concordamos sempre que o Brasil possui uma elevada carga tributária, é uma das razões pelas quais apresentamos o projeto de Reforma Tributária que vai... Acredito, será votado na Câmara em breve e virá para esta Casa também em breve, e nesse ínterim temos feito muita redução tributária. Tem uma lista inteira das reduções de nossa responsabilidade nesse período. Temos feito. Inclusive na crise já aproveitamos e fizemos mais reduções. Falta de demanda e também nós procuramos consertar com crédito e redução tributária e capital de giro que acho que é um dos problemas principais, principalmente pequenas e médias empresas e nós também criamos várias linhas nesse sentido.

O Senador Cavalcanti coloca uma questão muito interessante neste momento, porque ele parte da premissa correta de que a desvalorização do dólar que se dá por motivos que ele muito bem explicou aqui, prejudica os exportadores brasileiros. Fato com o qual nós concordamos. Mas aí ele faz uma reflexão mais profunda sobre qual é o destino do dólar enquanto moeda de troca internacional e reserva de valor, eu acrescentaria. Muito bem colocada, Senador, porque o que eu acho que vai acontecer é o seguinte, vai haver um enfraquecimento do dólar como moeda hegemônica no cenário internacional. Não só do dólar. Do dólar, da libra esterlina, [soa a campainha] que é segunda também moeda, do euro e do yen. Por quê? Porque as moedas, em parte, refletem o dinamismo das economias. A situação do país. Então, o país que está com um déficit fiscal de 17... Não é... A previsão apreciando é de 13.7 para os Estados Unidos. Déficit fiscal 13.7. Já pensou, Senador Dornelles, se tivéssemos aqui no Brasil 13.7 de déficit? Seria o final do mundo. Mas nos Estados Unidos eles emitem...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Tem muita troca para se trocado.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: É, tem muita troca. Então, de fato a tendência do dólar é que ele vá

perder espaço no cenário internacional e que outras moedas passem a ter um protagonismo maior, aonde nas trocas internacionais, reserva de valor... O real é uma delas. É reconhecido. As transações em real vem aumentando consideravelmente. Hoje nós colocamos título em real. Oferecemos aplicações financeiras em real, que os aplicadores internacionais o fazem. E, portanto, no futuro haverá o rebalanceamento, vamos chamar assim, uma nova correlação de forças com o dólar tendo um papel menor.

Agora, aproveito para responder a questão do direito especial de saque que me foi perguntado. Entre as novas moedas ou novas formas de reserva de valor que surgirão, estão os direitos especiais de saque. O que é o direito especial de saque? Ele foi inventado curiosamente numa reunião do Fundo Monetário feita no Brasil em 1969, uma sugestão feita aqui no Brasil. Que o fundo emitisse direito especial de saque. O que é? Ele é um direito de saque. Como diz o nome, você emite o título, eu sou o Fundo Monetário, eu tenho aqui um país emergente e emito o título e dei para esse título aqui direito especial de saque. Um bilhão. Isso aqui permite que ele, se precisar, o país transforma isso nas quatro moedas oficiais do Fundo Monetário, que são o dólar, o yen, a libra e o euro. Então, o país que possui o direito especial de saque ele pode trocar por uma dessas moedas ou então mantê-lo nas suas reservas. E é a reserva de valor. Portanto, nós na última reunião do G20 fizemos uma proposta que foi acatada pelos demais membros do G20 de que o Fundo Monetário emitisse 250 bilhões de dólares em direitos especiais de saque e os distribuisse para os membros do Fundo Monetário, dos quais o Brasil faz parte, e que os membros pudessem transacionar com esse direito de modo a... O país, por exemplo, os Estados Unidos não precisa. Ele passa para um outro país que precisa. O Brasil poderia fazer isso. De modo a injetar 250 bilhões nessa nova modalidade. E com isso está valorizando uma alternativa de uma moeda internacional... Não é bem uma moeda, é uma espécie de um título, uma quase moeda, vamos chamar assim, mas que poderá ter curso internacional se nós criarmos um mercado secundário de direitos especiais de saque que ele tem uma rentabilidade. É um avanço que poderá ser obtido no futuro a partir dessa crise, a crise não traz só coisa ruim, traz também algumas coisas boas que vai levar a essa moeda que valoriza o yuan, o próprio real. Porque o próximo passo será exigir que ele seja também trocado por direitos... Por real, por yuan, e não só pelo yen e pelas outras moedas. Então será o próximo passo.

Outro passo que estamos dando é que estamos oferecendo créditos para países da América Latina, em

reais. Crédito em reais para Argentina, para o Uruguai, para o Paraguai e os países da América Latina. Não é dólar. A gente abre uma conta de crédito, eles têm que abrir uma outra conta de crédito lá na moeda local e claro que eles vão usar essa moeda para comprar produto brasileiro e estimular o intercâmbio. Nós fortalecemos a economia, porque ela tem uma reserva em real, fortalecemos o real como moeda de troca e fortalecemos o intercâmbio comercial entre os países. Então é uma ação regional que fortalece o real como moeda internacional. Então, acho que essas questões são muito importantes e pertinentes.

E para finalizar, o Senador Eduardo Suplicy pergunta sobre se eu tenho informações sobre os dados da desigualdade da pobreza, eu lhe digo que não tenho além dessas informações oficiais, porque são dados que demoram a sair. Que ela depende de uma pesquisa chamada pesquisa nacional de domicílios, PNAD, que faz o IBGE. Ela demora acho que dois anos para sair. Então deve sair agora a PNAD de 2006.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): 2007.

MINISTRO GUIDO MANTEGA: De 2007. Mas eu tenho certeza absoluta, Senador, que nesta pesquisa haverá uma melhoria dos dois indicadores que o senhor mencionou. O índice de Gini vai melhorar, ou seja, a diminuição da desigualdade; nós estamos com 0,53, se não me engano. Estávamos com 0,58, estamos em 0,53. Vai melhorar o índice de Gini, ou seja, a desigualdade diminui e a pobreza vai diminuir ainda mais, como tem havido de modo que nós estamos... Nós estamos completando as metas do milênio num prazo muito mais curto. Metas que estabelecidas pela ONU para o Brasil até 2015, já estão sendo cumpridos agora. Então, tenho certeza que esses dados vão melhorar e para lhe informar.

Quanto ao desemprego foi perguntado aqui, o Brasil é um dos países que menos está aumentando o desemprego. Nós temos uma sazonalidade do desemprego, o último indicador aponta que o desemprego está em 8.9. Não é muito diferente do ano passado. Podem ver as curvas. É menor do que o desemprego do ano retrasado e de 2005 e 2006. Portanto, apesar de tudo, apesar da crise, nós tivemos, é claro, um número maior de demissões em dezembro, aqueles 600 mil... Se bem que 300 mil eram sazonais, mas nós já estamos criando empregos. O saldo já é positivo. Na última CAGED, ali está o quadro para os senhores verem, nós tivemos ali aquela torre para baixo vermelha é dezembro, que foi 600, janeiro costuma haver negativo, talvez foi um pouco maior; fevereiro já foi positivo e agora em abril, nós tivemos 106 mil novos empregos criados. Ou seja, a diferença entre admissão e demissão foi positiva em

106 mil empregos. Portanto, uma situação diante de uma crise bastante razoável, ou seja, mesmo num ano de crise nós vamos ter um balanço de emprego positivo no final deste ano, coisa que pouquíssimos países terão. E no ano que vem vamos recobrar a criação de empregos que é necessária para o país.

Eu não sei se consegui responder a todas as perguntas, mas eu queria--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só... Eu queria... Se me permite, Sr. Presidente. Com respeito ao IPI, eu perguntei, o Senador Inácio Arruda e sua Assessoria confirmou, sobre as bicicletas. Seria de 10%. Mas também a Assessoria informou que como quase todas as bicicletas hoje no Brasil são produzidas em Manaus, elas são já isentas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eram. Eram produzidas em Manaus.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eram?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Hoje tem menos de 20% da produção.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ah, bom. Então aí seria relevante. Que me parece interessante, Ministro, gostaria de... De propor que se para os automóveis foi considerada esta isenção, ou diminuição de IPI, me parece de bom senso que para as bicicletas possa ser considerado isto por causa da... Dos efeitos benéficos da mesma.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador... Atendendo a um apelo do próprio Ministro, que tem um compromisso agora, nós vamos ter que encerrar essa Audiência Coletiva. O Senador Wellington Salgado...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, rapidamente. É que eu deixei de falar aqui nesse relatório da FIEMG, tem... Sobre a economia brasileira, é rápido. Ele diz, o que os empresários dizem, Ministro, e é bom para V. Exa. *"Após dois trimestres de pessimismo, executivos da indústria mineira voltaram a mostrar confiança na economia nacional, de acordo com indicador de 51.5 pontos. Mesmo diante do cenário da crise mundial os empresários acreditam numa melhora no ambiente econômico nos próximos meses. Empresas de todos os portes pesquisadas compartilham do mesmo sentimento, com indicadores de 50.5, 52.7 e 51.4 pontos para pequenas, médias e grandes empresas respectivamente."*

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Ministro Guido Mantega, meus cumprimentos pela

belíssima exposição que V. Exa. fez nas comissões, meus cumprimentos também pela competência como V. Exa. vem conduzindo o Ministério da Fazenda. Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu também quero agradecer ao Ministro... Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Antes de V. Exa. agradecer, em agradecimento a presença e a palestra que ele ofereceu à Comissão, eu quero fazer a entrega do projeto que eu tive a felicidade de tomar iniciativa, mas representa o pensamento de muitos Senadores, para o Ministro poder dar uma examinada. Eu não quero esse privilégio. Se V. Exa. junto com o Governo considerar que é uma ideia boa, adotem, independente da nossa iniciativa no Parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ministro, muito obrigado pela presença aqui, V. Exa. está de parabéns, não deixou nenhuma pergunta sem resposta, foi claro, foi objetivo, ficou à vontade como não é a primeira vez, como sempre acontece nesse debate, e eu só espero que V. Exa. possa voltar. E quando voltar a crise não esteja ainda tão grande.

Sessão encerrada às 13h43.

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL E DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 2 DE JUNHO DE 2009.

Às dez horas e trinta minutos do dia dois de junho de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos(as) seguintes senadores(as): **ADELMIR SANTANA, ANTONIO CARLOS VALADARES, AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, CRISTOVAM BUARQUE, DELCÍDIO AMARAL, EFRAIM MORAIS, FLÁVIO ARNS, FLEXA RIBEIRO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, INÁCIO ARRUDA, JAYME CAMPOS, JOÃO RIBEIRO, JOSÉ NERY, KÁTIA ABREU, MARCELO CRIVELLA, MOZA-**

RILDO CAVALCANTI, NEUTO DE CONTO, OSMAR DIAS, PEDRO SIMON, RENATO CASAGRANDE, ROBERTO CAVALCANTI, ROMEU TUMA E VALDIR RAUPP. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas Comissões. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 6 de 2009 – CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com adendo da Senadora Marisa Serrano, aprovado em 24/3/09, **Requerimento 20, de 2009-CRA**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, aprovado em 26/5/2009, **Requerimento nº 3, de 2009 – CRE**, de autoria da Senadora Kátia Abreu e Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 5/3/09, **Requerimento nº 22, de 2009-CRE**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, aprovado em 21/5/2009, **Requerimento nº 36, de 2009 – CAS**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, aprovado em 20/5/09, e **Requerimento nº 34, de 2009 – CRE**, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, João Pedro e Rosalba Ciarlini, aprovado em 28/5/2009, com a finalidade de debater o cumprimento do programa **“Metas de Desenvolvimento do Milênio”** fixadas pela Organização das Nações Unidas – **ONU**, no ano 2000, e adotadas por 189 países, inclusive no Brasil, e devem ser atingidas até 2015, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Darci Bertholdo** – Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais – Representante da Casa Civil da Presidência da República, Sr^a. **Laura da Veiga** – Secretária de Avaliação e Gestão de Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministro **Sílvio José Albuquerque e Silva** – Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Sr. **Marco Otávio Bezerra Prates** – Diretor do Departamento de Competitividade Industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção – **MDIC**, Sr. **Adson França** – Assessor Especial do Ministro de Estado da Saúde, Sr. **Antonio Luíz Machado de Moraes** – Assessor da Secretaria de Política Agrícola do **MAPA**. Representante do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Sr. **Sérgio Wanderly Silva** – Representante do Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – **CONGEMAS**. Resultado: Audiência Pública Conjunta Realizada. Após as exposições dos Senhores convidado fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Rosalba Ciarlini e

Augusto Botelho. Resultado: Audiência Pública Conjunta Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 15ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que, com anuência do plenário, são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à audiência pública conjunta, com a finalidade de debater o cumprimento do Programa Metas de Desenvolvimento do Milênio, fixadas pela Organização das Nações Unidas, no ano de 2000, e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil, e devem ser atingidas até 2015, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Darci Bertholdo, assessor da subchefia de análise e acompanhamento de políticas governamentais, representante da Casa Civil da Presidência da República; Sra. Laura da Veiga. E eu gostaria até de convidar os ilustres representantes para tomarem assento à Mesa. Sr. Darci Bertholdo, Sra. Laura da Veiga, secretária de avaliação de gestão de informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministra Gláucia Gauch, diretora do departamento de direitos humanos e temas sociais... Aliás, Ministra Gláucia, diretora do departamento de direitos humanos e temas sociais, representante do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que, neste ato, será representado pelo Sr. Sílvio Albuquerque Silva; Sr. Marco Otávio Bezerra Prates, diretor do departamento de competitividade industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção; Sr. Adson França, assessor especial do Ministro de Estado da Saúde; Sr. Antônio Machado de Moraes, assessor da subsecretaria de política agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Sérgio Wanderly Silva, tesoureiro do colegiado nacional de gestores municipais de assistência social.

Como todos os senhores sabem, esta audiência pública foi, inicialmente, motivada por uma intervenção da Senadora Kátia Abreu, que entendeu, juntamente

com outros colegas, como a Senadora Rosalba Ciarlini e Marisa Serrano, bem como o Senador Cristovam Buarque, de que deveríamos fazer um acompanhamento... O Senador Eduardo Azeredo também foi um dos autores. Deveríamos fazer um acompanhamento das medidas adotadas pelo Governo brasileiro e pela sociedade nacional, sobre as metas estabelecidas por 189 países, dos quais o Brasil é um dos signatários e cujos resultados, cujas metas deverão se atingidas no ano de 2015.

Então, nós vamos, neste momento, passar a palavra para o Sr. Darci Bertholdo...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria, como autora do requerimento, se V. Exa. permitisse, fazer algumas poucas palavras antes de iniciar as apresentações, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode usar da palavra, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os nossos convidados e, apesar da honra de recebê-los aqui, eu não poderia deixar de comentar a ausência dos Ministros de Estado. Nenhum ministro pôde comparecer, e dois ministros, sequer, mandaram representantes, como me informou, agora há pouco, a secretaria da Comissão, como o Ministro Fernando Haddad, Ministro da Educação, não mandou representante e nem o próprio veio, e também o Ministro Carlos Minc, também, do Meio Ambiente, não compareceu, e, sequer, mandou representante. Os demais vieram representando, o Darci Bertholdo, a Casa Civil; a Sra. Laura Veiga, o Ministério da Ação Social; Silvio José, das Relações Exteriores... Enfim, Ministério da Saúde, Ministério da Educação... Desculpa, Ministério da Agricultura e CONGEMAS também não sei se veio.

Sr. Presidente, eu lamento muito que nenhum ministro, especialmente o Ministro Patrus Ananias, eu esperava muito que ele estivesse aqui, mas, com certeza, deve ter tido um compromisso inadiável para não estar presente num debate desta natureza.

Nós aprovamos, no plenário desta Casa, uma comissão especial, temporária, para acompanhar o cumprimento das metas do milênio, estabelecidas pela ONU. São oito metas, e o Brasil, como signatário, claro, corretamente, assinou essas metas. E essa meta, a meta principal, na minha avaliação, é a número 1 escrita, e não menos importante às demais, é exatamente a redução da fome à metade até 2015.

Nós estamos falando da redução da fome de quase 1 bilhão de pessoas, e isso significa, até 2015, a redução da fome de 500 milhões de pessoas pelo mundo, e o Brasil, segundo a FAU, tem 24 milhões de pessoas enquadradas nessa situação, e, nesse 1 bilhão de pessoas, o Brasil está com 24 milhões de pessoas. Apesar dos programas sociais, de suas eficácias, nós ainda estamos com esse número terrível em nosso país, um país emergente como o Brasil.

E eu, com essa ação e essa atitude, com os demais colegas senadores, nós queremos, como responsabilidade que temos com o estado brasileiro, acompanhar essa decisão do Brasil de cumprir com as metas do milênio. Nós não estamos... Eu, particularmente, não tenho visto nenhuma ação pública, explícita, claro que interiormente nos ministérios, alguma coisa deve estar sendo feita, mas eu acho que nós deveríamos dar mais publicidade às ações da meta do milênio, mesmo porque nós temos o terceiro setor, nós temos entidades civis que querem participar, como a CNA, que representa os produtores comerciais do país, que representa o grande agronegócio, com 1 milhão e 200 mil produtores, e que já está inserido nas metas do milênio. Nós já assinamos uma cooperação com o Itamaraty, nós estamos fazendo qualificação profissional através do nosso S, na África, em Angola. Com o Itamaraty, vamos construir lá uma escola. E a CNA, também, criou as escolas-fazendas, onde nós receberemos os africanos aqui, de língua portuguesa, para também serem qualificados com o nosso S. Nós estamos distribuindo conhecimento, dividindo conhecimento com os africanos, para que isso, também, possa ser um componente da meta do milênio, que é não só distribuição de comida, mas ensinar fazer a comida com qualidade e, principalmente, com produtividade.

E, no Brasil, não é diferente, a nossa responsabilidade maior... O SENAR também está trabalhando as metas do milênio, aqui no setor rural, haja vista que a ONU, em seu relatório do ano passado, identifica que, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, de cada cinco pobres, quatro estão na zona rural, quatro estão escondidos nas estradas de chão desse Brasil afora, desse grande Brasil de 850 milhões de hectares, e, talvez, seja nesses locais que estão esses 24 milhões de pessoas que estão passando fome e sem qualquer assistência.

Quero lembrar, apenas como um ponto de vista crítico, mas procurando um caminho para a solução, com toda sinceridade, é justamente voltar e devolver as políticas públicas para o campo. Se nós observarmos o desenvolvimento e os gastos orçamentários dos ministérios, nos últimos dez anos de Brasil, nós vamos ver uma redução enorme nas aplicações feitas das po-

líticas no campo, haja vista que nós também temos o Ministério das Cidades e não temos o Ministério dos Municípios, para que a infraestrutura e todos os programas possam chegar até o campo.

Nós estamos implementando alguns modelos, para que os ministérios possam entender que é possível, sim, atender 1/3 da população brasileira, como mão-de-obra economicamente ativa, e 5 milhões de produtores rurais, especialmente 4,5 milhões, que são da agricultura familiar e pequenos agricultores, que estão no campo, nessa extrema pobreza, identificada pela FAU.

Então, o nosso objetivo é... Principalmente, o meu objetivo é devolver as políticas públicas do Governo Federal, do estado brasileiro, quer seja União, quer seja Estado, quer seja município, ao interior do Brasil, à zona rural, onde estão os mais pobres, devolver essas políticas públicas, e que nós possamos fazer esse acompanhamento como obrigação que o Senado tem dessa representação, e, também, demonstrar ao mundo que o Brasil, talvez, senão certeza, é o grande remédio doce para esse amargo da fome, pois nós temos 100 milhões de hectares ainda disponíveis para produção de alimentos, sem desmatar, sequer, uma árvore, sem fazer nenhum desmatamento. Então, nós podemos solucionar essa questão, se as metas, realmente, forem levadas a sério. Se é isso que o mundo quer - e deve querer -, acabar com a fome, nós precisamos colocar os números nas planilhas, nós precisamos ver aonde estão os países que ainda detêm terras sem desmatamento, para produção de alimentos, e fazer um grande esforço mundial para que, realmente, essa meta número 1 possa ser cumprida.

Sr. Presidente Valter Pereira, para nós findarmos com a fome de 1 bilhão de pessoas no mundo, nós precisamos de uma área de 76 milhões de hectares de plantio, entre carne e grãos, e o Brasil tem 120 milhões de hectares disponíveis, apenas fertilizando as áreas de pecuária, as áreas de pecuária caberia todo o rebanho nacional hoje, em 1/3 da área ocupada. Então, nós temos essa destinação para as metas. E isso custaria, apenas para plantio, 60 bilhões de dólares, presidente, apenas 60, para que pudesse processar todo esse alimento. Para não cumprir a meta apenas a 50%, mas a 100%, nós precisaríamos, por ano, em torno de 100 bilhões de dólares para, efetivamente, essa meta ser cumprida.

E para que a gente possa ter uma noção do que significa esses 100 bilhões, se é muito, se é pouco, se é fácil arrumar esse dinheiro, eu consegui encontrar valores que, realmente, me deixaram indignada. Eu levantei todo o gasto militar do mundo com armamento, e nós estamos gastando 1 trilhão e 300 bilhões de

reais em armamentos, em militarização dos países. Os Estados Unidos, desse valor, gasta 45%; em segundo lugar, a Inglaterra e a China, com 5%. Então, eu imagino: da onde poderia sair esse fundo internacional, verdadeiro, para que nós pudéssemos investir e acabar com a fome, definitivamente? Fora o contrabando, que não está nessa cifra de 1,5 trilhão e meio de dólares; 1,5 trilhão de dólares... Está me lembrando aqui o Senador Romeu Tuma, que, originário da Polícia Federal, conhece bastante bem como funciona esse contrabando.

Então, se nós e o mundo todo gasta 1,5 trilhão de dólares com armamento, com guerras, nós precisamos de 100, 100 bilhões, apenas, para acabar com a fome, em todos os países, com 1 bilhão de pessoas.

Então, eu gostaria de deixar esse questionamento. Objetivamente, o Brasil poderia encampar essa bandeira. Claro que nós temos outras áreas no mundo, que também podem ser utilizadas, nós não temos a pretensão de apenas o Brasil fornecer todas essas áreas para produção, mas, com certeza, terão dificuldades em encontrar áreas pelo mundo afora, área de sobra nós é que temos uma quantia significativa, e nós poderíamos, então, encampar essa grande bandeira de um fundo internacional, talvez em cima do gasto com armamento militar, para que nós pudéssemos cumprir os 100% da meta e não 50% dela. É perfeitamente possível.

Então, eu gostaria dessa avaliação por parte dos Ministérios e, de fato, conhecer o que cada Ministério está fazendo. Aqui no Brasil, a Casa Civil coordena todo esse processo com relação ao acompanhamento das metas, a, efetivamente, o que está sendo feito no Brasil, e os demais Ministérios fazem parte desse Conselho, dirigido pela Casa Civil, Dilma Rousseff, com relação a, efetivamente, o que é que está sendo feito no Brasil.

Então, eu gostaria de ouvir de cada um, na medida do tempo possível dado ao nosso Presidente, o que é que está sendo feito e com relação a essa questão de nós, efetivamente, propormos ao mundo esta possibilidade de plantio efetivo para o fim da fome até 2015. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Ministro Carlos Minc não veio, porém, a presidenta da CNA acabou fazendo a primeira palestra da reunião, foi a primeira expositora. Parabéns pela brilhante exposição.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, assim iniciamos... Senadora

Rosalba também quer fazer uma intervenção, eu abro a palavra para ela.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Na realidade, como nós estamos aqui em conjunto, embora eu quero aqui até parabenizar a Senadora Kátia, que foi quem levantou essa bandeira, que nós concordamos plenamente de estarmos aqui, nesse momento, dando início a um debate e um acompanhamento mais minucioso das metas do milênio, que é algo que nós... O Brasil, como signatário, nós temos a obrigação de analisar, saber, até agora, o que conseguimos avançar, quais são os gargalos, quais são as dificuldades e em que nós podemos contribuir com a responsabilidade que temos aqui no Senado e como a nossa Comissão de Assuntos Sociais, com certeza, tem uma importância ainda maior.

A Senadora Kátia falou muito bem quando colocava o problema da fome, e tem algumas metas que analisamos que ainda estão distantes de alcançarmos e que, no Brasil, realmente, é uma mancha que nos deixa, realmente, preocupados, como a questão da mortalidade materna, que ainda é muito alta, e que, talvez, por termos tido a oportunidade de notificar, Senador Valter, ela, inclusive, foi crescente. Eu sei... E aí tudo tem uma relação, tem um link, a fome leva também a que muitas mulheres estejam desassistidas em condições nutricionais e outras questões que levam a esse estado de chegar até a morte, morte materna, algo inaceitável nos dias de hoje.

Conseguimos avançar muito na questão da redução da mortalidade infantil, mas não podemos, de forma nenhuma, admitir chegar em 2015 e não termos cumprido essa meta, a meta do início de tudo que é da vida, e termos ainda um índice tão alto com relação à mortalidade materna.

Então, quero, aqui, agradecendo a presença de todos, lembrar que a fome, ela também... Nós podemos interpretá-la de várias formas. Nós temos que combater a fome de alimentos, sim, mas também a fome do conhecimento, porque essa fome do conhecimento é de fundamental importância para que possamos vencer todas as etapas. E uma das nossas metas, também, não é apenas colocar na escola, é ter qualidade de ensino, é dar condições a que o aluno, a criança, o jovem possa permanecer, pelo menos, para terminar o ensino fundamental, que nós sabemos que a evasão escolar é altíssima.

Então, todas essas análises são de fundamental importância para que possamos, realmente, somar esforço, e concordo plenamente com a senadora, e abrimos também para que outras entidades possam vir a somar nesse esforço, que é de todos os brasileiros e que nós temos a responsabilidade. O Brasil

assinou. Quando colocou ali a sua assinatura... Claro, o Presidente e todos os fazem o Governo Federal, ali estavam colocando como um carimbo, dizendo: "Nós vamos conseguir!". E é isso que eu quero, que possamos provar que podemos, sim, que podemos fazer um país onde as metas do milênio não somente sejam alcançadas, mas sejam superadas, porque são coisas simples, são coisas que podemos assim... Talvez até complexas para chegarmos até lá, pela falta do conhecimento, por uma visão distorcida, histórica, de milhares de anos, de como esse país foi, de certa forma, tratado no passado, mas que nós tenhamos essa consciência, consciência social, não somente dos que estamos aqui neste debate, não somente daqueles que receberão do povo a responsabilidade, para que, no Senado, na Câmara, nas várias instâncias do Legislativo e do Poder Executivo, estejamos nessa luta, mas a consciência social de todos, principalmente daqueles que tiveram a oportunidade de receber o conhecimento, tiveram a oportunidade de não precisar estar na lista, nas estatísticas dos que passam fome e nem nas estatísticas daqueles que, infelizmente, não tiveram ainda acesso à saúde e o meio ambiente, à consciência, que eu acho que é o mais importante quando nós debatemos isso, é despertar essa consciência, e que todos os oito fatores, se nós analisarmos bem, eles estão entrelaçados, eles formam toda uma questão que temos que avançar e conseguir.

Então, fica aqui o agradecimento pelos que aqui vieram, e, na certeza de que esse assunto não será fruto só de uma audiência, nós temos, enquanto Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Comissão de Assuntos Sociais, de Relações Exteriores, de Educação, de Direitos Humanos, eu acho que essas metas precisam agora, mais do que nunca, levantada essa questão, de estarmos acompanhando, estarmos analisando, estarmos em busca de ações, de projetos que venham apoiar, incentivar e estimular, para que o Brasil possa, lá na frente, antes mesmo de 2015, dizer: "Valeu a pena. Conseguimos!". Muito obrigada.

[soa campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Agora, nós vamos iniciar as exposições dos nossos convidados.

Então, primeiro, é o Darci Bertholdo, que está representando aqui a Casa Civil.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Eu acho que, na verdade, as duas senadoras representaram os ministros ausentes, a Senadora Kátia aproveitou a oportunidade para substituir o Minc,

e o substituiu bem, só que mudou um pouco o tema, que ela foi pelo viés da agricultura e da produção.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Claro. V. Exa. tem razão. E a Senadora Rosalba acabou representando o Ministro da Saúde, embora ele também tenha um representante aqui, que é o Dr. Adson, que vai falar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E da Educação, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Educação. Exatamente. Mas, de qualquer forma, facilitou a tarefa dos dois.

Então, Bertoldo, é a sua palavra.

Nós vamos estabelecer aqui o seguinte: uma meta de dez minutos para cada um, a fim de que possa fluir com certa rapidez. Isso não significa que nós vamos adotar uma rigidez capaz de interromper o fechamento de um raciocínio.

SR. DARCI BERTHOLDO: Bom dia a todos. Em nome, aqui, da Ministra Dilma, eu, em primeiro lugar, peço, em nome dela, escusas pela impossibilidade da sua presença, e me foi solicitado que aqui representasse a Casa Civil.

O meu nome é Darci Bertholdo, e eu coordeno um grupo de trabalho, que foi instituído em 2003, pelo Presidente da República, para o acompanhamento e o monitoramento das metas do milênio.

E aqui, então, eu me proporia a falar um pouco das iniciativas do Governo Federal em torno desta matéria, sem entrar muito no detalhe da cada área específica, porque, isso, eu entendo que os Ministérios, aqui presentes, poderão discorrer um pouco mais especificamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Os Ministérios aqui ausentes?

SR. DARCI BERTHOLDO: Aqui presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Entendi errado.

SR. DARCI BERTHOLDO: Os Ministérios, aqui presentes, poderão, então, detalhar um pouco mais o que vem sendo feito em relação a cada um dos objetivos especificamente.

Eu iniciaria, então, listando aqui as iniciativas adotadas pelo Governo Federal. Nós, como sabemos, em 2000, os países, os 189 países pactuaram a promoção desses 18 objetivos, e o Presidente da República tem reafirmado, em diversas oportunidades e nos vários Fóruns, especialmente da ONU, o compromisso brasileiro de promover o alcance desses objetivos. De fato, é convicção do Governo que esses objetivos podem e devem ser alcançados pelo Brasil. Com esse intuito

e com a criação desse grupo de trabalho, eu apenas cito, como um exemplo da decisão de se ter, de fato, no âmbito da Casa Civil, pessoas envolvidas com o acompanhamento do cumprimento desses objetivos, e, além da Casa Civil, a assessoria especial da Presidência da República, o Ministério do Planejamento, o Ipea, o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que integram este grupo.

Sob a coordenação desse grupo, foram já elaborados três relatórios, então. Um desses relatórios, o último, a gente trouxe alguns exemplares aqui, para se ter a ideia, mas eles estão disponíveis, todos eles, em sites, tanto do PNUD como do Ipea, como um site específico que temos para acompanhamento, que é odmbrasil.org.br, onde podem ser acessados esses relatórios.

Esses três primeiros não têm uma periodicidade exata, mas a gente sempre procurou fazer com que coincidissem a elaboração desses relatórios, inclusive com a abertura da assembléia da ONU, todos os anos, e o Presidente da República levou esses três primeiros relatórios sempre quando fez a abertura dessas assembleias da ONU.

Nós estamos, neste momento, montando um cronograma, para fazermos o quarto relatório que pretendemos, para que os dados sejam os mais atuais possíveis, incluir dados da Pnad de 2009, e esse relatório, diferentemente dos outros, ficará pronto após a assembléia da ONU, porque os dados da Pnad vão estar disponíveis em outubro.

Nós, então, temos mapeadas as ações do Governo, que de, alguma forma, têm impacto sobre o cumprimento desses objetivos. O Governo Federal instituiu, como uma forma também de envolver a sociedade civil, os municípios, a população, enfim, o chamado Prêmio ODM. Esse prêmio é coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Em 2008, teve a sua primeira edição. Agora, está sendo já preparado, para que, no início de 2010, já tenhamos, novamente, a premiação daquelas iniciativas, tanto de sociedade civil como de prefeituras, do Poder Público, dos Governos estaduais, que mereçam ser destacadas, com algum tipo de, digamos assim, reconhecimento por parte do Governo Federal. Esse prêmio também tem um site, que é mantido e atualizado pela Secretaria Geral da Presidência da República.

Outra iniciativa, que é também com esse intuito de promover o envolvimento, o mais possível, das prefeituras, dos prefeitos, dos novos prefeitos que assumiram os seus mandatos: o Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Assuntos Federativos, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, instituiu esta agenda de compromissos

entre o Governo Federal e municípios. Esta agenda de compromissos 2009/2012, ela foi lançada em fevereiro deste ano e busca fazer com que os prefeitos, os municípios, aderindo a esta agenda, monitorem, em nível de município, cada uma dessas metas do milênio, desses objetivos do milênio, das metas em relação a cada objetivo, identifiquem os indicadores que serão monitorados, e eles mesmos, com incentivo e apoio do Governo Federal, promovam, no nível do seu município, o cumprimento de cada um desses objetivos. Além desses objetivos do milênio, são colocados alguns compromissos, nesta agenda, que, do ponto de vista do Governo Federal, são fundamentais e que devem ser, paralelamente, perseguidos com a erradicação do sub-registro, que, por meio de uma campanha muito forte do Governo, em parceria com a sociedade civil e com todas as instâncias de Governo, deveremos alcançar.

Bom, eu vou apenas pontuar algumas questões em relação a cada uma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Doutor, me desculpe. O último relatório que V. Exa. disse que trouxe é esse de setembro 2007.

SR. DARCI BERTHOLDO: 2007.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que o último será em 2010, segundo...

SR. DARCI BERTHOLDO: Nós vamos concluí-lo no final deste ano.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpe-me. É para gente, depois, ir com calma e casar com a exposição de V. Exa.

SR. DARCI BERTHOLDO: Nós temos dados mais recentes, mas que ainda não estão em relatório, por exemplo. Então, pretendemos ter todos esses dados sistematizados agora, estamos fechando um cronograma... Nós temos, então, neste relatório... Pretendemos manter no próximo, mais ou menos, este desenho. Nós temos cada uma das metas identificadas, cada uma das metas relacionadas com os seus indicadores, e, então, a gente acompanha isso e tem condições de ter a ideia da evolução, ao longo de tempo destes indicadores. Por exemplo, a questão do objetivo primeiro, que é a erradicação da extrema pobreza e da fome, nós temos, por parte da ONU, estabelecidas duas metas: a primeira é reduzir pela metade, entre 90 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar por dia. Esse 1 dólar, na verdade, não é exatamente 1 dólar, é o que se tem como paridade do poder de compra. Então, no Brasil, isso significa, aproximadamente, hoje, em torno 43 a 45 reais por mês. Relação dólar/real daria cerca de 50 reais por mês, digamos assim.

Este é o objetivo, é a [soa campanha] meta da ONU: reduzir pela metade a proporção da população

com esta renda. No Brasil, nós estabelecemos, o Governo assumiu o compromisso de reduzir, ter como meta reduzir a proporção a 1/4, não a metade. Nós, inclusive, já conseguimos, por esses critérios da ONU, conseguimos atingir essa meta, o Brasil já alcançou a meta, de reduzir à metade a proporção da população que vive com menos de 1 dólar por dia. Mas o Brasil assumiu e coloca isso publicamente. Neste relatório, assumiu o compromisso de reduzir esta proporção a 1/4, não nos serve apenas a metade, e já chegamos a isso.

Nós tínhamos, no Brasil, 8,8% da população, em 1990, que vivia com menos de 1 dólar. Estamos, hoje, com 4,2% da população. E com a meta que estabelecemos, de se chegar a 1/4, vamos reduzir isso a menos de três, menos de 3% da população.

E, assim, nós temos, também, em relação a outras metas, compromissos do Brasil, que são mais ambiciosos, inclusive, do que as próprias metas da ONU. Vamos seguindo.

Nós associamos nesse relatório, observamos no relatório, e os senhores podem verificar no slide adiante, nós colocamos estes gráficos que mostram esta evolução, em relação a cada uma das metas e em relação a cada um dos indicadores selecionados para acompanhar o cumprimento dessas metas. Nesse caso da erradicação da extrema pobreza e da fome, então nós temos aí este indicador do 1 dólar por dia e temos outros indicadores, também, que foram selecionados, e aí o trabalho é feito pelos vários Ministérios, coordenados por nós, da Casa Civil, com a participação muito presente, ativa, do Ipea e do IBGE, que nos auxiliam com todos esses dados.

No caso deste relatório, então, nós podemos concluir, deste último que nós temos, desse relatório, como disse o senador, são dados da Pnad de 2005, mas aí nós já percebemos que caiu a desigualdade de renda por região e por raça no Brasil. Se nós observarmos os gráficos, vamos verificar que, de fato, o índice que mede, o coeficiente que mede a desigualdade no Brasil caiu, de 1995 para 2005, significativamente. Nós tínhamos um coeficiente de 0,60 e chegamos, em 2005, a 0,56. Claro que esse índice não é bom, porque este coeficiente de Gini, quanto maior... Um inteiro desse coeficiente significa a maior desigualdade possível, e o zero significaria a menor desigualdade possível, onde todos teriam o mesmo nível de renda. No Brasil, estamos com 0,56, em 2005, esse índice já, em 2007, se reduziu. O objetivo aqui é chegar o mais próximo possível de zero.

Para termos uma ideia, nos Estados Unidos, esse índice é de 0,49, na Dinamarca, que é onde a igualdade é maior, a desigualdade é menor, nós temos um

índice de 0,24. Quer dizer, nós estamos no caminho, mas estamos ainda precisando... Um dos grandes problemas do Brasil, todos nós sabemos, ao longo da nossa história, é, de fato, a desigualdade. Nós estamos chegando a cumprir a meta nº 1, no que diz respeito a esse indicador de pobreza, mas nós sabemos que a desigualdade é o nosso grande problema. E temos como perseguir isso. O Brasil já provou que é possível fazer isso [soa campainha] porque reduziu significativamente esta desigualdade nos últimos anos. Outra constatação é que a pobreza, que era quatro vezes maior na zona rural, em 90, hoje, recuou para três vezes, em 2005. Quer dizer, é, também, um avanço importante. É claro que tem que se buscar, perseguir, resolver, de forma mais adequada, o problema da desigualdade, que ocorre muito mais no campo do que na cidade, mas avançamos. Uma constatação também é que a desnutrição acompanha a distribuição da pobreza. Claro, onde existe a pobreza, existe maior desnutrição. E outra é que a desnutrição infantil cai, vem caindo significativamente, os dados também mostram que nós avançamos bastante em relação a essa questão.

Vamos adiantando. Eu já passei do meu tempo. Como eu disse, o objetivo aqui não seria entrar em detalhes, acaba que a gente comenta um pouco mais do que devia. Eu peço desculpas ao senador. Mas, rapidamente, aqui, só para ter alguns dados de importância, depois o MDS pode falar. Mas só para se ter uma ideia, da [soa campainha] prioridade que o Governo atribui a este objetivo, de fato, é que o grande programa do Governo, com esta finalidade, é o Programa Bolsa Família, que, de fato, está alcançando os seus resultados. Nós vamos chegar, em 2009, a 12 milhões de famílias sendo atendidas, isso significa mais de 50 milhões de pessoas, que, com certeza, estarão saindo daquela linha de pobreza que a ONU estabelece como de extrema pobreza.

Nós, assim, temos, em relação aos demais objetivos, um detalhamento em cada um deles, neste relatório que vamos manter sempre ao longo da produção dos próximos, e algumas observações. Quer dizer, em relação a esses objetivos ao atingimento desses objetivos, aqui em relação ao primeiro, já comentei, ao objetivo dois, que é universalizar a educação primária, o Brasil está chegando lá... O problema não é propriamente a universalização do acesso, mas, sim, a permanência na escola, que é um desafio, o desafio que se constata como necessário de ser enfrentado. O Brasil e o Governo procura tomar medidas com essa finalidade. Mais recentemente, apenas para mencionar, é na questão da formação dos professores, na busca de alocação de mais recursos para formar professo-

res da educação básica, para aquilo que se garanta mais condição de permanência, merenda na escola. São ações que são necessárias para que se tenha a permanência, e que, também, por outro lado, se garanta a qualidade, porque apenas a universalização é um objetivo que já está sendo alcançado.

O terceiro. Promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres. Aí eu peço que vá adiantando para cumprir aqui o tempo. Nós sabemos que no Brasil este objetivo de promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, da forma que ele está colocado pela ONU, não é bem o caso do Brasil, nós não temos o problema da falta de acesso das mulheres ao ensino, por exemplo, as mulheres até frequentam, tem mais presença na escola do que os homens. Tem-se essa situação. A questão da mulher é, principalmente, em relação ao mercado de trabalho, onde aí se constata maior grau de desigualdade, maior grau de discriminação, e esta é uma questão que também desafia. A defasagem escolar que se tem no Brasil é mais em relação à cor e raça do que pelo sexo. Essa é uma conclusão que nós chegamos nestes relatórios.

O quarto objetivo: redução da mortalidade na infância. Como eu disse, o Brasil se aproxima da meta de redução na mortalidade da infância. [soa campainha]. Pode passar o próximo. Vem caindo a mortalidade infantil. O Programa Saúde na Família é a grande razão para que se consiga atingir essa meta. Melhorar a saúde materna. Outro objetivo. Aqui também sabemos que estamos no caminho, mas precisamos avançar mais. Eu peço para botar ao próximo slide. Nós saímos de uma mortalidade de 61,2 para 53,4 óbitos a cada cem mil nascidos vivos, óbitos maternos, entre 97 e 2005. Reduzimos, mas não reduzimos suficientemente. Aqui a gente entende que há muito o que fazer, e o governo tem consciência e está tomando as medidas no campo da saúde com essa finalidade.

Combater o HIV, AIDS, malária e outras doenças [soa campainha], também outro objetivo onde o Brasil é exemplo e tem avançado muito, e temos, como necessidade, o último deste objetivo. O último slide é, de fato, trabalhar nas questões em relação à tuberculose e à malária que temos constatado redução, mas temos consciência de que há necessidade de mais... Também aqui, apenas uma breve observação, nesse compromisso com os municípios está se incluindo o combate à dengue como uma das ações a serem levadas a frente.

Temos a questão da sustentabilidade ambiental. Aí nós precisamos... Este objetivo envolve, além do próprio ambiente em si, especificamente, no caso da Amazônia, o desmatamento da Amazônia, nós

temos incluído aí as metas em relação a saneamento básico, habitação e onde o Brasil avança e temos decisão de Governo de alocação de recursos, estrategicamente nestas áreas, para buscar, efetivamente, atingir essas metas nessas áreas, que nós sabemos que são vulneráveis a questão do saneamento básico e da habitação.

O último objetivo é a parceria mundial para o desenvolvimento. E, aqui, o Brasil tem sido reconhecido como um país atuante, que tem buscado, de fato, trabalhar com a perspectiva de não só participar ativamente nos fóruns internacionais, com reconhecimento da sua importância, do seu protagonismo, mas, concretamente, atuando em ações que têm como finalidade o combate à fome, à erradicação da miséria, inclusive, particularmente, numa relação... E aí não sou especialista da área, mas o pessoal do Ministério das Relações Exteriores tem mais condições de falar, mas com uma visão de cooperação com os países, aqui a gente denomina no relatório a Cooperação Sul-Sul. E nisso tem feito, tem promovido ações concretas, inclusive, chegando a perdoar dívida de determinados países com este objetivo de promover a parceria mundial para o desenvolvimento.

Eu peço desculpas pela demora, Senador, mas eu acho que era isso que eu podia trazer aqui agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cumpre nos agradecer a sua compreensão e agradecer a sua exposição.

E, agora, nós vamos passar à segunda expositora, que é a Dra. Laura Veiga, e ela terá também os dez minutos prorrogáveis, se necessário, para cumprir a meta.

SRA. LAURA VEIGA: A minha meta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A nossa meta.

SRA. LAURA VEIGA: A nossa meta.

Sr. Senador, Presidente da mesa, Senadora Rosalba, demais membros do Governo que estão na Mesa e Srs. Senadores que estão no plenário, em particular, agradecendo à Senadora Kátia Abreu por ter promovido ser uma das organizadoras deste evento.

Eu quero, inicialmente, apresentar as desculpas pela ausência do Ministro Patrus Ananias, porque o Ministro está acompanhando o Presidente em missão no interior. Então, foi uma convocação que não depende da agenda dele e nem da vontade dele, mas depende de uma ação governamental, e eu tenho certeza que ele teria o maior prazer de estar aqui, porque já esteve na Casa inúmeras vezes, e ele tem um enorme respeito pelo Poder Legislativo, inclusive porque veio do Poder Legislativo, enquanto deputado.

Eu vou me ater para, inclusive, tentar ficar dentro do tempo que me foi designado, me ater um pouco ao tipo de grandes ações do Ministério, mas, em particular, inicialmente, eu gostaria de fazer uma colocação de natureza mais geral.

Nós entendemos, dentro do Ministério do Desenvolvimento Social, com esse nome, que nós temos aquelas políticas, que são políticas sociais tradicionais, como é a área da educação e da saúde, que são políticas de marca de longa data, mas nós temos um compromisso que o Governo assumiu, que é exatamente fazer com que se eleve o patamar de qualidade de vida daqueles setores que foram historicamente, com o qual esse país tem uma tremenda dívida social. Então, como o nosso Ministro sempre diz, o nosso Ministério se dirige e busca atender, buscar ações que possam garantir a elevação desse patamar no país. Não que a gente já tenha alcançado hoje, que seja um patamar aceitável, mas é sempre aquela busca, alcançar um patamar, buscarmos um além do que nós.

Então, é nessa direção que o Ministério atua. E o Ministério atua através... Ele começou atuando através de três grandes vertentes, que é a vertente da transferência de renda condicionada, que é o Programa Bolsa Família, da vertente da segurança alimentar e nutricional, herdando a missão, inclusive, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, o antigo MESA, e da área de assistência social, que é uma área que também se busca elevar, mudar, inclusive, o paradigma de atuação dessa política, no sentido de nós construirmos um sistema de proteção social não contributivo, porque a previdência já está na Constituição que a assistência social é um dos tripés, faz parte do sistema de Seguridade Social, no entanto, para fazer com que isso se transforme, saia da letra da lei e passe a representar a realidade nesse País, há um enorme esforço do Ministério, a qual eu tenho a honra de pertencer, para fazer com que se constitui e se crie isso que nós chamamos, realmente, de desenvolvimento social e do sistema de proteção social não contributivo. Isso significa, portanto, nós termos que adotar um novo olhar, que, muitas vezes, nós nos defrontamos, um novo olhar sobre o que, muitas vezes, a gente tem chamado, pelo menos, nos esquemas orçamentários como gastos sociais e passarmos a entendê-los como investimentos sociais. São investimentos, porque se nós não corrigimos questões que hoje afetam a população em extrema pobreza, isso vai repercutir em termos, inclusive, de gastos governamentais, no futuro, muito mais alto, porque a prevenção é sempre melhor do que você está lidando já com situações, por exemplo, de violação de direitos e do que seja, é muito mais caro você, inclusive, tentar. Então, eu soube que hoje está

tendo outra comissão sobre segurança pública, sobre problema de narcotráfico, nesse momento, e é importante nós todos termos esse olhar mais amplo sobre as necessidades das nossas população.

Então, o grande programa no sentido de transferência de renda do Ministério é o Programa Bolsa Família que todos, eu imagino, todos os senhores, tenham as informações, e o representante da Casa Civil acabou de fazer uma menção aí. Esse programa, hoje, tem 11 milhões de famílias e está com a meta de expansão, ele vai chegar a ter uma meta ainda para poder avançar um pouco mais. Hoje já se aplica nesse Programa 12 bilhões de reais, anualmente falando. É comparado, inclusive, comparado quando o que se alcança com esse Programa, é muito pouco em termos, é um programa altamente eficiente do ponto de vista de gastos, porque o que se alcança com ele é muito alto, comparado com o que ele custa. Além desse programa, nós temos o Programa de Benefício de Prestação Continuada que atendeu no final de 2008 2 milhões, 900 mil pessoas que são pessoas idosas e pessoas deficientes que vivem, que têm uma renda familiar menor do que 1/4 de salário mínimo. Esse programa envolve 14 bilhões de reais. Além disso, na linha de atuação do Ministério, então, esses são os dois grandes programas na área de transferência de renda, porque a transferência e o combate à pobreza significa garantir a renda mínima para as pessoas, num determinado patamar, para elas poderem, inclusive, programar, minimamente, as suas vidas. Então, esse é um programa direcionado a isto. Além disso, nós temos todo o avanço da área de assistência social, que é uma política que começou, de fato, ela começa, ela é reconhecida na Constituição, em 1993 você tem a LOAS, mas ela começa, de fato, a ser implantada a partir de 2002, 2003 e, particularmente, a partir de 2004. Então, aí nós temos a construção daquilo que corresponde, por exemplo, na área da saúde, que são os ambulatórios, ou os postos de saúde na área da educação que corresponde às escolas, nós chamamos centros de referência da assistência social, e o Ministério financia a expansão disso com o apoio das prefeituras dos Estados. É importante dizer que todas as políticas são descentralizadas e dependem fortemente da ação dos Estados e dos Municípios. Além disso, na área da segurança alimentar renutricional... Eu estou vigiando o relógio que está ali atrás. Já perguntei ao presidente da mesa e ele me explicou a razão daquele relógio ali.

Na área de segurança alimentar a nossa atuação se direciona junto com outros Ministérios, no apoio à agricultura familiar, através, inclusive, da compra direta de alimentos, apoiando esse tipo de programa que

garante a elevação, inclusive, do poder de compra dos pequenos agricultores, das pesquisas que nós temos realizado. Temos, junto com a ASA, a criação e a expansão do Programa de Cisternas para o semi-árido, porque como os senhores e as senhoras sabem, você tem uma parte enorme da população brasileira que enfrenta situações que não têm o acesso à água e há um enorme desgaste para garantir a água de beber. Então, a primeira água que é essa água de beber está sendo buscada através de cisternas e tem todo um programa de expansão nessa direção de atendimento, inclusive, da população, uma população mais rural e da região do semi-árido brasileiro.

O Ministério apóia 80 mil agricultores e distribui 1 milhão e 100 mil, distribuiu 1 milhão e 100 mil cestas de alimentos no ano de 2008. Essas são as grandes ações, além das ações na linha das cozinhas comunitárias, dos restaurantes populares e etc. E de programa, inclusive, de trabalho educativo junto à população para melhorar os seus padrões de nutrição e de acesso à água.

[soa a campainha]

Eu vou vigiar o senhor. Tirou-me um minuto ali. Avisa-me antes, me avisa um minuto antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode ficar tranqüila, que, aqui, nós não tiramos, só acrescentamos.

SRA. LAURA VEIGA: Só acrescentam? Está ótimo. Obrigada. Mas eu vou tentar terminar rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não precisa ser Enéias aqui. Tem tempo suficiente.

SRA. LAURA VEIGA: Então, está bom.

Então, o nosso entendimento, e esta fala é muito nessa direção, que o Brasil se comprometeu com essas metas que são as metas que fazem parte desse grande compromisso mundial que são as metas do milênio, o Brasil, como disse já o representante da Casa Civil, o Brasil já atingiu alguma dessas metas, por exemplo a da erradicação. A meta do milênio da erradicação da extrema pobreza foi atingida em 2005, portanto, dez anos antes [soa a campainha] da meta geral, e, além do mais, temos a questão da redução da pobreza, da igualdade nesse País. Agora é importante também afirmar que a nossa garantia de desenvolvimento não passa somente por esse tipo de ação, nós temos, realmente, de trabalhar para que possamos ter uma sociedade, como disse a Senadora Rosalba, onde morram menos, nós termos menos mortalidade materna, já avançamos na mortalidade infantil, de reduzir a mortalidade infantil, temos trabalho na direção de garantir com que os jovens nossos possam adquirir uma educação de qualidade de modo que eles possam

garantir os seus ativos no futuro, e ter uma sociedade, realmente onde nós possamos nos orgulhar e dizer que nós avançamos para um país mais justo e de melhor qualidade de vida para todos.

Obrigada pela atenção e obrigada pelo convite, que eu tive a honra de estar representando o meu Ministro aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, D. Laura. Veja que não precisou tanto esforço para que a senhora cumprisse, também, a meta de tempo da Comissão.

E, agora, nós vamos ouvir o Ministro Silvío José Albuquerque, que é chefe de divisão de temas sociais do Ministério das Relações Exteriores.

SR. SÍLVIO JOSÉ ALBUQUERQUE: Muito obrigado. Sr. Presidente, cumprimento também a Senadora Kátia Abreu e a elogio pela iniciativa de convocar essa audiência, Senador Romeu Tuma, demais senadores. Em primeiro lugar, gostaria de justificar a ausência do Ministro Celso Amorim. O Ministro Celso Amorim se encontra, no momento, acompanhando o Presidente Lula. Se realiza, nessa semana, a Assembléia Geral da OEA, e, por esta razão, o Ministro não pôde vir a essa audiência.

Eu sou o chefe de divisão de temas sociais e me ocupo, dentre outros temas, do tema ligado aos objetivos de desenvolvimento do milênio. Eu gostaria de fazer uma breve digressão para deixar clara a importância que o Itamaraty atribui ao tema do desenvolvimento social e como se chegou, a ONU chegou aos objetivos definidos em 2000.

Em 48, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o mundo no pós-guerra permitiu que houvesse um consenso internacional que refletisse naquela declaração uma série de direitos que conjugavam direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais. Mas muito pouco depois dessa Declaração ser assinada, o mundo conheceu a guerra fria, e já em 66 quando foram assinados os dois pactos internacionais, o primeiro deles sobre direitos civis e políticos e o segundo sobre direitos econômicos, sociais e culturais, o que se viu foi uma batalha ideológica em torno de dois conceitos ou dois princípios, o primeiro deles consagrando direitos civis e políticos, que não são considerados como direitos de cumprimento obrigatório e imediato, direito à vida, direito de não ser torturado, direito ao voto, direito de políticos, e o segundo conjunto de direitos seriam os direitos econômicos, sociais e culturais que foram vistos pelos países do Ocidente, basicamente inspirados pela ideologia gerada pela guerra fria, como direitos socializantes que eram basicamente direitos econômicos, os direitos à habitação, o direito à alimentação decente, e

essa crise entre duas visões de mundo distintas levou a que durante décadas os direitos econômicos, sociais e culturais fossem até mesmo negados como direitos humanos por parte dos países desenvolvidos.

Avançamos para a década de 80. Em 86, a Assembléia Geral da ONU edita a Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento. O Brasil teve uma participação muito importante na redação e aprovação dessa Declaração, mas uma declaração da ONU não tem o peso cogente que tem uma convenção das Nações Unidas, uma declaração das Nações Unidas continua sendo um instrumento de cumprimento voluntário pelos Estados e é entendido pelos juristas internacionais como um instrumento de força hierarquia menor comparativamente a uma convenção.

Mas, no final da década de 80, já há uma série de circunstâncias que permitem que a ONU lance, no início da década de 90, a primeira das conferências mundiais. A primeira delas foi a Conferência Sobre os Direitos das Crianças, que lançaria a década das conferências, as conferências realizada ao longo da década de 90 marcam uma virada das Nações Unidas numa tentativa de redefinição de conceito de desenvolvimento. Em 90, também, pela primeira vez, é publicado o relatório do PNUD sobre o desenvolvimento humano, no qual é inserida a primeira tentativa de balizar, de medir a realidade socioeconômica de mundo. Cria-se ali um modelo de medição, o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, que leva em consideração, além do PIB, a longevidade, a alimentação adequada, o serviço de saúde, os níveis de escolaridade; enfim, é a primeira tentativa das Nações Unidas de poder medir o grau de evolução dos Estados em relação ao cumprimento dos direitos definidos já em 48, sedimentados em 66 e reafirmados em 86, na Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento.

Esse momento, início da década de 90, é também o momento que marca o fim da guerra fria e percebe-se que havia ali um contexto internacional altamente favorável ao exercício da diplomacia multilateral. E, com isso, a ONU resolve, por meios dessas conferências mundiais, resgatar o valor da dignidade humana e reafirmar e promover o bem comum e corrigir os desequilíbrios entre os vários países, e, enfim, promover um melhor desenvolvimento humano nos vários países membros.

A declaração do milênio é produto dessa evolução, de 48 até 90 em que os Estados buscam redefinir o conceito de desenvolvimento, e ela reflete, basicamente, um consenso internacional que pouco depois também seria revisado, mas que estabelece metas claras que foram expostas pelo representante da Casa Civil, que buscam aferir o grau de evolução de cada

um dos países. No caso, foram 189 países que assinaram a Declaração, e ao longo, desde a assinatura da Declaração até hoje, já houve uma revisão universal, realizada cinco anos depois da assinatura da Declaração, e prevê-se que, em 2010, em setembro de 2010, haverá uma segunda revisão internacional dos objetivos e metas definidas em 2000.

O Brasil tem advogado pela permanência do tema do desenvolvimento na agenda das discussões dos principais fóruns internacionais, e, para o Governo brasileiro, o desenvolvimento humano é um fenômeno que vai além do mero desenvolvimento econômico e se destina a melhorar concretamente a condição de vida de cada indivíduo, em cada sociedade em que ele está inserido.

Eu gostaria de focar a minha breve exposição no objetivo nº 8, que diz respeito basicamente ao estabelecimento de parceria mundial para o desenvolvimento, porque os demais serão tratados, já foram tratados por alguns dos expositores que me precederam e os demais serão ainda aprofundados por outros expositores.

E eu fazê-lo... Eu gostaria de ressaltar a grande preocupação que tem sido manifestada pelo Governo brasileiro com o comprometimento, muitas vezes retórico, dos países desenvolvidos em relação ao alcance dos ODMs. Eu digo isso porque, logo depois da assinatura da Declaração do Milênio, se realizou, no México, na cidade de Monterrei, uma conferência internacional sobre financiamento ao desenvolvimento. E, nessa conferência internacional, se definiram vários critérios que deveriam ser seguidos pelos Estados para auxiliar e cooperar para o avanço dos ODMs nos vários países. E um dos mais simbólicos e emblemáticos é o de que os países desenvolvidos destinem 0,7% do seu PIB para ajuda oficial ao desenvolvimento. Esse é um número baixo, é um número mínimo, é um objetivo mínimo que foi fixado e acordado pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento no México, mas que não tem sido cumprido pelos países desenvolvidos, ou seja, o Brasil, em suas intervenções, nos vários foros internacionais tem sido enfático no sentido de dizer que apenas os países nórdicos, mas não os países desenvolvidos como os Estados Unidos, Reino Unido, França, apenas os países nórdicos têm cumprido com essa meta muito importante de 0,7% do PIB para ajuda ao desenvolvimento nos países em desenvolvimento, os países pobres, basicamente. E isso é algo que o Brasil diz com legitimidade, porque nós temos procurado promover projetos de cooperação internacional que buscam, basicamente, ampliar a capacidade de conhecimento, o acesso e a capacitação de recursos humanos em países do sul. E a Cooperação Técnica Sul-Sul [soa campanha] executada pelo Brasil parte

do pressuposto de que o Brasil, ao contrário do que fizeram, historicamente os desenvolvidos, ao auxiliar os países em desenvolvimento, o Brasil não quer simplesmente prestar ajuda sem ensinar os países em desenvolvimento a desenvolver capacidades técnicas para eles próprios encontrarem os seus caminhos e soluções para atingir cada um dos ODMs. Nesse sentido uma das medidas mais emblemáticas que o Brasil tem adotado foi em relação à redução, ao perdão da dívida externa de países em desenvolvimento. O Brasil perdoou, por exemplo, 95% da dívida externa de Moçambique com o Brasil, e temos também buscado concentrar a cooperação técnica em países africanos, de língua portuguesa e outros com afinidades maiores com o Brasil. Então, eu diria que 52% da cooperação técnica, prestada pelo Brasil, é destinada ao continente africano, e isso é feito sem condicionalidades prévias, o que não é o caso da cooperação prestada pelos países desenvolvidos.

E eu quero me referir, especificamente, com uma das metas que compõe o objetivo nº 8, que diz respeito à cooperação com as empresas farmacêuticas para proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis aos países em desenvolvimento. Um dos temas dos quais eu me ocupo são as temas relacionados à saúde, e acabei de voltar agora da Assembléia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, e, mais uma vez, o que se percebeu, diante da crise que se vive no mundo da saúde, provocado pelo vírus H1N1, é que existe uma perigosa concentração [soa campanha] de tecnologia e recursos em mãos de poucos países desenvolvidos, e mais especificamente poucos laboratórios concentrados nesses países desenvolvidos que vulnerabiliza extremamente as populações de países em desenvolvimento. No caso do único antiviral que se revela eficiente e eficaz para prevenir o avanço da doença gerada pelo vírus H1N1, o que se percebe é que os países desenvolvidos concentram a maior parte do estoque mundial desse antiviral, e os países pobres têm ou nenhum estoque ou muito pouco estoque, no caso do Brasil, por uma previsão feita no passado recente, o Brasil conta com 9 milhões de tratamentos desse antiviral, e o que serve para proteger cerca de 4% da população brasileira, mas essa realidade está muito distante da realidade dos países pobres, africanos, em sua imensa maioria, e centros americanos. [soa campanha].

Então, a cooperação para promoção dos ODMs é algo que os países desenvolvidos deveriam ter implementado com maior eficácia e determinação desde 90, não o fizeram, o Brasil participa de dois grupos com os países desenvolvidos, um deles criado em 2007 numa reunião havida nas Nações Unidas, em

paralelo à Assembléia Geral das Nações Unidas, que reuniu o primeiro-ministro Gordon Brown, o primeiro-ministro da Noruega, Stoltenberg, e o Presidente Lula, e, basicamente, é uma iniciativa que busca estimular e incentivar o alcance dos ODMs 4, 5 e 6, os ODMs de saúde. E também participamos de uma iniciativa capitaneada pelo primeiro-ministro Gordon Brown que busca incentivar o alcance dos ODMs como um todo. E, portanto, não nos eximimos da responsabilidade nem de prestar contas às Nações Unidas e nem de dialogar bilateralmente e em instâncias mais restritas com países desenvolvidos na busca do alcance dos ODMs. O Itamaraty acredita que a revisão de 2010, de setembro de 2010 será uma oportunidade para o Brasil demonstrar que a exceção do ODM5 atingiremos todos os ODMs até 2015, e temos procurado, através do ODM Brasil, que é visto pelas Nações Unidas, o prêmio ODM Brasil como uma boa prática e um exemplo mundial a ser replicado em outros países, temos a convicção de que o Brasil tem muito a ensinar e a cooperar para o avanço dos ODMs em todos os países do mundo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao Ministro Silvio, que foi muito objetivo na sua exposição.

E chamamos o próximo expositor, que é o Sr. Marco Otávio Bezerra, diretor do departamento de competitividade industrial da Secretaria de Desenvolvimento e Produção do Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comércio. Com a palavra, Marco.

SR. MARCO OTÁVIO BEZERRA PRATES: S. Exa. Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidindo os trabalhos desta Mesa, Srs. Senadores e Senadoras. Do ponto de vista do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Exterior, o nosso campo de atuação tem sido mais focado no objetivo 7, que é garantia da sustentabilidade ambiental.

Nesse aspecto, nós temos aí, pelo menos, dois programas importantes. O primeiro deles é o FUNDO AMAZÔNIA, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDS, que foi estruturado em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Relações Exteriores e que representa um mecanismo bastante inovador de busca de recursos para apoio ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira, porque é um fundo que capta recursos internacionais. Ele, hoje, está com 130 milhões de dólares já assegurados, já doados pelo governo da Dinamarca, e esses 130 milhões serão aplicados em projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia que deverão ser apresentados ao BNDS que fará avaliação técnica, usual que faz aos seus projetos, mesmo

sendo projetos a fundos perdidos. Esse recurso será aplicado então em projetos de desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas de produtos madeiros e não madeiros da Amazônia, e a obtenção de novas doações está condicionada à redução da taxa de desmatamento na Amazônia.

Então, ele é um mecanismo bastante criativo e que fomenta o processo da redução do desmatamento, associada ao desenvolvimento de cadeias produtivas dentro da Amazônia, porque não adianta, simplesmente, combater o ilícito, se você não der alternativa de renda para as pessoas. E o Fundo vai nessa direção de promover o desenvolvimento de cadeias sustentáveis. Isso é também fundamental, porque uma das coisas que o Ministério vai fazer é estudar o mercado internacional para produtos sustentáveis na Amazônia. Qual é o potencial desse mercado? Quais são os principais produtos que podem ser desenvolvidos cuja produção possa ser desenvolvida no interior da Amazônia e que tem mercado no exterior? Porque já tivemos experiências do tipo fazer programas de venda e degustação de sucos de frutas da Amazônia em grandes redes de supermercado no exterior e depois não ter produção organizada para suprir a demanda que é gerada.

Então, esses mecanismos vai nos auxiliar nesse sentido, e é um fundo que está entrando agora em operação. Qualquer proposta de projeto pode ser feita através de consulta ao site do BNDS e com a elaboração da carta consulta para projetos, e nós estamos precisando de bons projetos nessa área. Outra iniciativa importante do Ministério dentro do Programa Nacional de Mudança Climática é com relação buscar uma siderurgia mais sustentável no Brasil. Todos aqui devem saber a siderurgia brasileira é movida, em grande medida, mais de 90% dela é a carvão mineral ou coque que é um elemento muito emissor de CO₂.

Dentro do setor industrial... Embora o setor industrial corresponda a apenas 2% das emissões brasileiras, dentro do setor industrial, o setor siderúrgico é o principal emissor. Então, nós estamos fazendo um trabalho de avaliação profunda da cadeia produtiva da siderurgia para tentar estabelecer uma meta de que, pelo menos, 30% da siderurgia brasileira seja feita, use como fonte de energia e como redutor carvão vegetal renovável, de fonte renovável, inclusive, para reduzir a pressão sobre o desmatamento que parte da siderurgia usa carvão de mata nativa. Esse trabalho vai fazer, vai consistir em analisar o parque industrial instalado da cadeia de siderurgia para verificar quais as plantas que têm condições de absorver, de produzir com maior quantidade de carvão vegetal renovável, porque grandes siderúrgicas, grandes altos fornos,

com mais de 1 milhão de capacidade, representando a ordem(F) de produção anual, eles precisam de carvão mineral, pelo problema da resistência física, que é diferente entre o carvão vegetal e o carvão mineral. Mas boa parte da siderurgia pode substituir o carvão mineral por carvão vegetal.

Então, a partir dessa análise do parque produtivo instalado, da análise de formas mais eficientes para você converter madeira em carvão, nós procuraremos fazer com que essa cadeia aumente a quantidade de carvão vegetal renovável. Vamos, inclusive, trabalhar no processo de melhoria do ambiente de negócio para aumentar a produção de carvão vegetal renovável no Brasil. E, nisso, o papel desta Casa é muito importante, no sentido de aperfeiçoar os marcos regulatórios relativos à produção florestal no país, que tem uma série de travas e que dificulta o desenvolvimento desse negócio. E, então, a gente vai trabalhar, estamos fazendo esse estudo e a partir dele vamos formular uma política de âmbito nacional para promover o aumento da produção de carvão vegetal renovável e a maior utilização dele na siderurgia brasileira, para que futuramente a gente possa vir colocar no mundo que o Brasil tem uma siderurgia mais limpa, e com isso ter um diferencial de mercado para o aço brasileiro.

Com relação à água que é outra questão, na questão ambiental da maior importância, o Brasil tem, hoje, dentro do uso de energia um programa de conservação de energia de etiquetagem de produtos. Eu acho que todos já viram, quando você vai comprar um eletrodoméstico, uma geladeira, uma máquina de lavar, tem uma etiqueta que faz a classificação por eficiência energética do produto. No caso de água nós vamos fazer, junto com o Inmetro, nós estamos formulando um programa para etiquetagem de produtos referentes a consumo de água. Então, máquina de lavar, torneiras, chuveiros, vasos sanitários. Nós estamos nos inspirando num programa existente em Singapura. Singapura, por exemplo, tem um consumo de água na descarga de vaso sanitária de 1,95 litros, menos de 2 litros por descarga, no Brasil os produtos nossos consomem 6 litros por descarga. Então, a criação desse programa de etiquetagem do uso de água, de equipamentos economizadores de água deve ajudar muito no combate ao desperdício da água, que todos nós sabemos é um ponto essencial do ponto de vista de que nós estamos caminhando para cada vez ter situações mais críticas em termos de abastecimento das nossas cidades e das nossas populações.

Então, esse programa de etiquetagem é inspirado no programa de Singapura deve dar uma contribuição muito importante para a otimização do uso da

água em todos os ambientes residenciais, industriais e etc. no país.

Em linhas gerais, era isso que eu queria colocar. E fico à disposição para os debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos ao Dr. Marco Prates.

E agora passamos à área de saúde, Dr. Adson. Se o senhor quiser sentar aqui, o senhor pode fazer a sua palestra aqui.

O Dr. Prates foi o único que até agora observou rigorosamente o tempo que lhe fora reservado. Parabéns.

SR. MARCO OTÁVIO BEZERRA: Obrigado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu, infelizmente, não posso continuar devido o horário e o número de palestrantes que foi agendado para uma única audiência pública. São três, quatro, cinco, seis palestrantes. Então é um número bastante elevado, e os compromissos, a ordem do dia já começou com relação à data do meio ambiente, e eu tenho uma coletiva agora sobre a MP 458 que eu sou relatora que é a titulação de terras na Amazônia. Mas eu vou deixar toda a minha assessoria aqui anotando que estão cuidando das metas do milênio. Quero apenas deixar três questionamentos e sair.

A Sra. Laura disse que o Brasil cumpriu as metas até 2005. Em 2005, já atingiu as metas do milênio. Eu quero entender porque a FAU... A senhora disse que, em 2005, a meta da extrema pobreza, mas a FAU coloca como um dado de 2004, estou achando um dado muito perto do outro, que ainda temos 24 milhões e 14 milhões em extrema pobreza. Em um ano, findar com isso, eu espero que isso tenha acontecido. Mas nós temos que checar esses dados com a FAU. Eu gostaria de saber o que é que está sendo feito diretamente nos assentamentos do Brasil, porque esse é um local que eu conheço bem, e só vejo lá extrema pobreza, com raríssimas exceções.

Segundo ponto: eu gostaria, também, de saber a respeito dos critérios de avançar, de exigências com relação ao Bolsa Família, no sentido de implementar as portas de saída. Acabar com a fome não se limita apenas a dar um recurso indefinidamente para a compra do seu alimento naquele momento. Muito mais importante é não só dar o alimento, mas que o fim dessa fome seja sustentável. O que é que nós estamos fazendo para que essas pessoas que recebem o Bolsa Família, hoje, e que precisam desse Bolsa Família, o que é que está sendo feito, de fato, para que essas

peessoas possam ficar independentes e não precisam mais do Bolsa Família e, portanto, a meta do milênio ser cumprida de verdade? E não só com dação de cesta básica.

E eu gostaria de saber dos que comentaram, especialmente, o Ministério das Relações Exteriores com relação ao pós-Kyoto na Dinamarca, em dezembro. Eu gostaria de saber se o Brasil está pensando em inserir os serviços ambientais, como recomenda a ONU, para o combate à pobreza rural, especialmente, aos pequenos produtores do mundo, e eu quero saber do Brasil se vocês estão levando essa discussão para o pós-Kyoto que são os serviços ambientais. O que é que vão ganhar os produtores mais pobres do mundo, que são os pequenos por serem gestores de água, de biodiversidade por sequestrarem CO2 com seus plantios? Então, se o Ministério está imbuído com esta proposta que está sendo discutida no mundo inteiro hoje.

Então, eu agradeço e peço desculpas. E gostaria que, nas próximas audiências públicas, nós pudéssemos chamar um número menor de palestrantes, para que o debate pudesse ser melhor implementado, haja vista a importância dessa matéria para todos nós. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, Dr. Adson, que é representante do Ministério da Saúde.

SR. ADSON FRANÇA: Bom dia a todos e todas. Uma satisfação muito grande estar nesta valorosa audiência pública. Em nome do Ministro José Gomes Temporão, reafirmamos o pedido de desculpas, por questões de agenda, mas gostaríamos, também, de reafirmar o apreço do Ministro que esteve nesta Casa há 15 dias para discutir a influência a H1N1 há 30 dias, e já tem agendado um retorno a esta Casa. Cumprimentar o Senador Valter Pereira, a Senadora Kátia Abreu e demais Senadores e Senadoras por todo esse empenho, e, de forma especial, os colegas também, gestores do Ministério através do Ministro Silvío Albuquerque, o próprio Darci Bertholdo e da Laura como mulher, como gestora e colega de trabalho.

Senador Valter, na área de saúde, nós temos dados bastante relevantes, como foi levantado pelo colega de gestão e chefe importante na Casa Civil, o Darcy, dados relevantes e importantes em relação aos ODMs. O Brasil tem dado uma contribuição bastante destacada em nível mundial, e isso não é uma atitude, Senador, presunçosa e arrogante, até porque não faz parte do estilo do Ministro José Gomes Temporão, sanitarista há 30 anos. E onde está a relevância, Senador, Senadoras e demais membros? Nós somos o primeiro país, no mundo, a propor e conquistar na Organização Mundial de Saúde e mostrar a importân-

cia de que fosse realizada uma primeira conferência internacional para discutir os objetivos do desenvolvimento do milênio dentro do contexto da saúde, e entendendo a transversalidade. Nós não temos uma visão pequena de achar que esses objetivos existe uma chamada, entre aspas, muralha da China entre um e outro ou eles podem ser tratados de forma estanque, todos eles têm elementos em comum e a base é um elemento muito forte, é o elemento econômico, social para o próprio desenvolvimento dos outros objetivos. Mas foi o Brasil que aprovou na Conferência em Genebra, e nós tivemos a oportunidade de acompanhar o Ministro Temporão a Primeira Conferência Internacional dos ODMs do setor saúde, e que era importante que esta Casa, tão relevante para a sociedade brasileira, fizesse esse registro em seus anais e que os próprios Senadores e Senadoras tomassem conhecimento disso ao realizar uma avaliação, afinal de contas, além, do que está sendo relatado por outras representações do governo, o que vem sendo feito? Então, nos dias 18 a 20 de novembro, próximo passado, de 2008 nós acolhemos aqui a OMS, todos os organismos internacionais, nove, acolhemos 18 países da América Latina, do Caribe e da África, os de língua portuguesa, para aprofundar os ODMs do setor saúde, e entendendo que eles são quatro, cinco, seis, mas o oitavo também tem uma relação, como diz o Ministro Silvío, muito bem, que diz respeito à produção de medicamentos e ao patenteamento, que é esse debate internacional extremamente relevante das questões relacionadas à propriedade intelectual.

Vejamos, nobre senador, que coisa assustadora. O CDC, órgãos americanos, levaram dois dias para nos passar o sequenciamento do vírus H1N1 para o Brasil, ou seja, 48 horas para passar, quando tudo, hoje, pode ser passado de forma on-line. Será que isso tem algum elemento de colonialismo cultural por trás? O fato é que esse debate de patenteamento nos interessa, e muito. A democracia, na questão da propriedade intelectual, é questão de sobrevivência da humanidade. Nós precisamos, a cada descoberta de novo vírus, de uma nova bactéria ou a cada acesso a um medicamento, a um antídoto, ele precisa ser democratizado para a humanidade, ou, então, nós criamos duas classes, dois segmentos, dois extratos àqueles que têm acesso e àqueles que terão acesso, se nós pudermos desejar os países mais desenvolvidos, passar ou se as indústrias que patentearão desejarem passar. Então, esse desafio que o Ministério das Relações Exteriores e que o Ministério da Saúde deu uma contribuição agora em Genebra é relevante. Então, é o primeiro aspecto, realizamos uma conferência.

Segunda boa notícia. Nós voltamos para o Conselho da Organização Mundial de Saúde e estávamos fora, e isso, às vezes, a imprensa não divulga. Eu me lembro do ex-ministro Jatene, Senador Valter Pereira, ele diz que na área de saúde, no SUS, notícia boa parece que só aparece se a gente pagar. E como o ex-ministro Jatene é extremamente coerente e ético, como o Ministro José Gomes Temporão, nós não vamos pagar. Então, parece que as notícias boas vão ficar difíceis de aparecer, e aí nós precisamos dos nobres, Senadores e Senadoras para valorizar um pouco mais e o parlamento brasileiro, essas notícias boas. Essa é a primeira notícia boa.

O Brasil, segundo a OMS e segundo a revista Lancet, deve cumprir o objetivo do desenvolvimento do milênio nº 4, três anos antes do previsto, 2012. É relevante que senadores e senadoras, deputados e deputadas dissessem isso independente da sua filiação partidária, por que não? Isso não é responsabilidade desse governo, é um processo histórico, esse governo tem contribuições, mas é uma responsabilidade da sociedade brasileira que conquistou isso, por que não valorizar independente da sua filiação partidária? Esse é o primeiro aspecto. O segundo aspecto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só um detalhe. Três anos antes todas as metas voltadas para a saúde?

SR. ADSON FRANÇA: Não, não. Eu falei da quatro, nobre Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ah, sim. Está certo.

SR. ADSON FRANÇA: Eu falei da 4, nobre Senadora, e, como tudo é gravado, eu fico tão tranquilo e tenho profundo respeito pela senhora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ninguém mais do que eu venho elogiando e dizendo como é bom chegarmos lá.

SR. ADSON FRANÇA: Não tenha dúvida. E é colega, e eu fui um dos primeiros, na última audiência aqui, a valorizar e fazer um elogio pessoal.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu entendi que eram todas. Eu já tomei um susto.

SR. ADSON FRANÇA: Não. Eu falei nº 4. Não sei se a Mesa ouviu bem, eu falei objetivo nº 4, eu repeti o objetivo nº 4, três vezes, mas temos um profundo respeito pela Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mesmo vamos festejar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mesmo que seja o objetivo nº 4, eu acho que essa é uma construção que se faz tijolo o tijolo.

SR. ADSON FRANÇA: Coletiva, histórica.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E é relevante, sim, o cumprimento dessa, a aproximação do cumprimento de outras metas, porque, amanhã, nós vamos cumprir todas as metas. Eu, por tudo que tenho ouvido, por tudo que tenho discutido sobre esse assunto, eu acho que o Brasil está bem avançado, não só em uma, mas na maioria das suas metas.

SR. ADSON FRANÇA: Obrigado, Senador. Então, nesse sentido, é importante...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só um detalhe aqui, Dr. Adson.

SR. ADSON FRANÇA: Pois não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só para eu fazer um parêntese. Porque, realmente, eu tinha dada uma saída, mas o item 4 tem muito a ver com a minha vida, com a minha história, até porque eu sou pediatra, e pediatra no Nordeste. Conheço desde quando tudo começou e fui uma das militantes da Pastoral da Criança, de todo aquele trabalho que iniciou antes do Programa Saúde da Família. Fui à Cuba conhecer como podíamos melhorar, foi muita coisa. Então, eu quero dizer e fico muito feliz, é bom mesmo que a gente consiga e mantenha a meta.

SR. ADSON FRANÇA: Claro. E eu fui uma pessoa que, na audiência que o Ministro esteve aqui, elogiei a sua história, porque, hoje, a crise moral entrou em todas as profissões, senador, e ver médicas e médicos coerentes no parlamento, para nós, é extremamente importante, e eu fiz um elogio à Senadora, quando estive aqui, na última vez, junto com o Ministro José Gomes Temporão, pela sua trajetória coerente. Agora, concretamente, a gente precisa, senadores e senadoras, deputados e deputas, independentemente de partido e de imprensa, valorizar as coisas que estão indo. Não que a senadora não faça, muito pelo contrário, isso não diz respeito à intervenção dela, eu fiz apenas uma referência geral.

A mortalidade infantil... Nós, agora, estamos com um projeto, que é um projeto de enfrentar as desigualdades regionais e as iniquidades. Porque os objetivos do milênio é preciso ter muito claro. Nós chamamos o Brasil de um país, mas é um continente, mas está consolidado como país, mas vamos... Permita-me essa brincadeira, esse continente é extremamente heterogêneo, então se você não enfrenta as iniquidades e as desigualdades regionais você não consegue cumprir todas as metas dos objetivos do milênio. O Senador Botelho um profundo conhecedor da Amazônia Legal, como a Senadora também, nós estamos agora com a meta de enfrentar a redução da mortalidade infantil nos 17 Estados que compõem a Amazônia Legal e Nordeste brasileiro como prioridade. E aí alguns dirão? Vão fazer

a mortalidade infantil e não vão cuidar das mulheres? Não. A nossa visão é: é impossível enfrentar e cuidar da mortalidade infantil se nós não enfrentarmos o outro problema, que ainda é uma vergonha nacional e eu estou muito à vontade, cirurgião, ginecologista e obstetra com 24 anos de formado, sem nenhuma atitude presunçosa, [soa campainha] passei pela Febrasgo, então a mortalidade materna ainda é uma grande dificuldade nossa. Mas a mortalidade materna nossa que é o objetivo nº 5 ela era 126 por 100 mil nascidos vivos, depois ela passou para 96 por 100 mil nascidos vivos, e agora ela está em 74 por 100 mil nascidos vivos. Isso significa, Senador, que ainda é muito aquém e é uma necessidade nossa esse enfrentamento. Dos 74 por 100 mil nascidos vivos, o ideal para a Organização Mundial de Saúde é 20 por 100 mil nascidos vivos, é o ideal para o grau de desenvolvimento industrial do Brasil, e para a mortalidade infantil nós estamos com 19.3 por mil nascidos vivos, e para a Organização Mundial de Saúde nós devemos chegar a 14.4 por mil nascidos vivos e devemos chegar à meta da infância até 5. Então, na mortalidade infantil nós estamos indo muito bem, na mortalidade materna nós temos limitações e temos honestidade de admiti-las.

Então, ao enfrentar agora a Amazônia Legal e o Nordeste com maior prioridade, nós temos que qualificar melhor o Programa de Saúde da Família, nós precisamos qualificar melhor as urgências e emergências obstétricas e neonatais. Nós temos que qualificar melhor o pós-parto e nós temos que avançar no planejamento reprodutivo, planejamento familiar e nós temos que resolver um problema que nós precisamos muito dos senhores e das senhoras que é o problema da força de trabalho no Brasil. Nós estamos... Não é um problema, necessariamente, de falta de médicos e médicas, é como fixar o médico ou a médica na Amazônia Legal, no Nordeste brasileiro, nas regiões mais pobres. Então, nesta questão da mortalidade infantil nós vamos, já está muito claro e o Presidente da República assinou com todos os governadores, [soa campainha] o Ministro assinou com todos os outros, e nós estamos, em perspectiva, liberando já nos próximos 30 dias 110 milhões para a Amazônia Legal e para o Nordeste brasileiro, esses 110 milhões já fizemos as oficinas com os secretários. Vamos à Roraima, vamos à Rondônia, estivemos agora no Piauí, e estivemos na caravana de cinco, já fizemos oito oficinas e vamos fazer 17 para quê? Para indenizar qual é a necessidade em cada Estado. Agora, essa é a parte do Governo Federal e esperamos que os governos estaduais e os governos municipais cumpram a sua parte. Então, no caso do Governo Federal nós vamos ampliar em 12% só da família para a região Norte e Nordeste, vamos ampliar

em 587 leitos de UTI neonatal, nós vamos ampliar em 1.470 leitos de UCI neonatal. Ontem fomos cumprimentados por Dioclécio Campos Júnior, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. Vamos ampliar em 31 bancos de leite humano, vamos ampliar, no caso da gestante, o enfrentamento das quatro grandes causas da mortalidade materna no Brasil hipertensão arterial, hemorragia, infecção puerperal e complicações por abortamento. Então, nós vamos treinar no Nordeste e na Amazônia Legal equipes de 250 maternidades, especialmente, na urgência e emergência obstétrica neonatal, mas aí precisamos dos senadores e das senadoras e desse valoroso Congresso, é o problema da fixação do profissional no local. Então, nós temos carência de profissional que é um problema histórico de vários governos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer um corte nessa sua manifestação. Esse problema é um problema, eu acredito, nacional. Hoje, os municípios mais distantes da capital de Mato Grosso do Sul estão pagando hoje, Senadora Rosalba, nada menos que 15, 16 mil reais para levar um generalista, não é um especialista, porque o especialista é raro e, realmente, não tem solução, tem que mandar para a capital.

E eu aí vou fazer uma indagação. Eu apresentei uma proposta e gostaria que o senhor considerasse a objetividade dela com relação a isso. Eu apresentei uma proposta para instituir uma modalidade de pagamento para quem faz a Universidade Federal, para os alunos da Universidade Federal ou das universidades públicas de maneira geral que é a contrapartida de serviços profissionais depois de formado, que eu acho que quem frequentou uma universidade pública que teve um custo que foi arcado com o erário tem que dar a sua contrapartida, sim. E essa contrapartida é exatamente essa, a partir do momento em que ele conclui o seu curso, ele tem que ir para o interior, ele tem que ir aonde o doente está, a fim de que ele possa aí então cumprir a finalidade do curso para o qual ele se propôs. Por que o que acontece? Às vezes, o indivíduo se vale de uma universidade pública, se vale dos investimentos públicos na sua formação, e depois ele nem exercer a profissão vai, até mesmo da iniciativa privada. Então, é criar essa obrigação para que ele, após a conclusão do seu curso, vá para o interior cumprir essa determinação, e assim suprir essa demanda que existe de pessoal especializado no grande interior brasileiro.

SR. ADSON FRANÇA: Obrigado, Senador. E queria dizer o seguinte: que nós acolhemos já essa sua manifestação e outras de outros senadores e deputados. E está sendo encaminhado, já para o Congresso,

a proposta, primeiro dessa contrapartida, estudou em universidade pública, o profissional, especialmente médico, médica e enfermeira precisa ir para o local onde nós estamos precisando, e não para a cidade que a pessoa, inicialmente, deseja, então dentro desse contexto. Dois: a possibilidade de a gente fazer um desconto de 1% daqueles que pagarem, que tem dívidas com o governo ao mês. Então, nós teríamos aí, se aprovado isso, 1% ao mês, a pessoa teria que dar cem meses se ela teve todo o custo dos seus estudos custeados pelo governo, teria que dar cem meses para nós, ou seja, para a sociedade brasileira, para o SUS como uma forma de ir para a Amazônia, para o Nordeste, para as regiões mais distantes. Então, isso está sendo encaminhado para a Secretaria de Gestão de Trabalho junto com vocês aqui em reunião, e já envolvendo o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira. Então, eu acho que nós estamos numa fase boa, nós estamos otimistas de que até o final do ano a gente encontre essa saída, porque a força de trabalho é o grande problema. E finalizando, Senador, para não ser deselegante, em relação ao objetivo 6 que é a questão da AIDS, os casos acumulados, hoje, são de 474 mil, 273 casos cerca de 32 mil casos por ano. Isso significa que o Brasil conseguiu um fato inédito. Nós estamos exatamente há quase oito anos sem aumento do número de casos anual, e com perspectiva de cumprir a meta número 6 em 100% em 2015, mesmo em relação à malária e à tuberculose que são desafios, a tuberculose, nós estamos já com análises concretas de 95 a 100% de cobrir em 2015. Mas voltamos a dizer, as desigualdades regionais e iniquidades nos preocupam, porque em alguns lugares nós vamos cumprir antes em 2012, 2013, 2014; mas em algumas regiões tipo Amazônia Legal e Nordeste, talvez a gente cumpra em 2016. Então, na média nacional a gente vai bem na área da saúde para 2015, mas nós temos disparidades. Vejamos que disparidade que este País precisa ainda avançar nos desafios das iniquidades e as desigualdades regionais. A mortalidade infantil na região Sul, e a gente tem que comemorar, é 12 por mil nascidos vivos, [soa campainha] e a mortalidade infantil na região Nordeste é 27 por mil nascidos vivos. Enquanto o Secretário Osmar Terra, no Rio Grande do Sul, corretamente busca centros de referência para fazer cirurgias cardiopediátricas para chegar a 9, que é o dígito de dez, nós, ainda no Nordeste e na Amazônia Legal, ainda temos que qualificar o pré-natal, nós temos que avançar numa série de questões, nós temos ainda que enfrentar questões de diarreia, mesmo que o saneamento tenha avançado, de pneumonia e temos que enfrentar, acima de tudo, urgências e emergências obstétricas. Nós precisamos, e o Governo Federal e o

Ministério da Saúde está com esse propósito, qualificar melhor as maternidades brasileiras. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Acho que foi muito oportuna a sua manifestação. E nós não temos dúvida de que, na área de saúde, o Brasil avança significativamente, e a maior demonstração disso foi com relação à gripe tipo A, que assustou a todos, e, de repente, encontrou um país que estava preparado, que estava estruturado, que tinha uma rede pronta para entrar em ação, e o surto acabou não se transformando, efetivamente, num surto, foi mais uma ameaça do que, realmente, um fato.

Mas, de qualquer forma, nós agradecemos aqui a sua participação.

Sr. Sérgio Wanderly, tesoureiro do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.

SR. SÉRGIO WANDERLY: Quero cumprimentá-lo, e fico muito feliz, inclusive, porque sou conterrâneo de V. Exa., sou de Mato Grosso do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): São Gabriel do Oeste?

SR. SÉRGIO WANDERLY: São Gabriel do Oeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Que beleza! São Gabriel está sendo representado aqui, com certeza.

SR. SÉRGIO WANDERLY: Eu... Na verdade, a nossa participação aqui fica distinta das falas que tiveram até agora, que é apresentação de relatórios, análises de como têm sido implementadas as metas do milênio, no nosso país. O nosso olhar como gestor municipal, e aí uma fala dos municípios, queremos parabenizar o chamamento. A Senadora Rosalba acho que fez uma fala introdutória muito interessante e também a Senadora Kátia Abreu. E quando a Senadora Kátia Abreu nos fala, ela esteve conosco no Encontro Nacional dos Gestores que nós fizemos, esse ano, em Curitiba, eram quase três mil gestores da assistência. E ela nos falava sobre as desproteções sociais ou a desproteção social no campo. A fala também do MDS aqui, a gente fica muito lastreado na fala do MDS, enquanto gestor de uma área específica, que é a área da assistência social.

A nossa preocupação, e acho que, em algum ponto, em algum momento, ela aparece, é a questão de como nós vivemos um país continente, e essa coisa de o Brasil falando e a capilaridade como é que está acontecendo isso lá na ponta. Porque, na verdade, as metas do milênio ou como a gente coloca, os objetivos de desenvolvimento do milênio, eles foram festejados em 2000, foram alardeados, foram levados

a conhecimentos de todos. E o que nós sentimos hoje, como gestores, é que há um pouco, ou a gente sente que é pouco discutido hoje nos nossos espaços. Nós, na verdade, em cada área, seja da educação, da assistência social, da saúde, acabamos sendo levados pela ação dos Ministérios. E aí eu acho que a leitura da Casa Civil é pertinente. Quer dizer, nós vamos nos inscrevendo dessa forma, mas também com todas as dificuldades que o senhor mesmo colocou. Quer dizer, temos que ter uma leitura de um país continente, nós temos questões, por exemplo, de conurbação internacional, cidades como as nossas de Mato Grosso do Sul que convivem na separação de um país do outro com apenas uma rua, que é o limite. E aí o que significa isso quando a gente está falando também de proteção social, quando a gente está falando das metas do milênio? Como que é essa convivência?

O Governo Federal e as instituições internacionais não têm estabelecido como prioritárias essas discussões, ou os espaços que nós temos, não tem sido falado, não tem sido colocadas as metas do milênio. Nós sentimos como gestores e o colegiado. Era para estar aqui o nosso presidente. Ele está numa missão em Paris, na França, e pela graça de Deus ele mudou o voo, ele estava nesse voo, fatídico, que nós estamos acompanhando, com dor, o acontecido, Marcelo Garcia, e o que nós temos percebido é uma rapsódia. Na verdade, nós temos sentido como pano de fundo as metas do milênio, mas as dificuldades que nós temos no município, e o senhor acompanha como Senador e os senadores aqui acompanham em cada Estado, é, por exemplo, agora quando vamos aumentar em 1 milhão e 300 mil famílias a questão do Bolsa Família é festejado, e contribui muito, inclusive, com as metas por quê? Através do Bolsa Família nós estamos garantindo para o brasileiro e para a brasileira acesso a serviços na área de saúde, e na área de educação. Mas ele vem na contra mão de um processo que nós estamos vivendo hoje também uma crise mundial, e que, de certa forma, ele arrefece, eu acho que não só a nossa construção, como o país inteiro, e vivemos um momento de queda de arrecadação. Então, quando temos, por um lado, garantindo aumento de acesso cidadão à alimentação, ou seja, a transferência de renda ou mesmo a questão do benefício de prestação continuada, nesse país, para o município nós temos tido essa dificuldade. Ele nos encontra no momento de queda de arrecadação, chega a 18, a 20% a queda e que, de certa forma, nós tivemos aí alguns problemas em termos de a gente avançar, de fato, na implementação dessas metas.

Temos as metas com perspectiva de patamar de civilidade, mas a grande preocupação é a fala, de

novo, da Senadora Kátia Abreu, não simplesmente a porta de saída, e o que significa para gente da área da assistência social, é, de novo, a questão que está posta, a questão social é capital e trabalho e que daí vem as desigualdades, e dizer numa análise geral que as desigualdades têm diminuído, por certo que sim, mas nós as temos presentes e, principalmente, num país que 73% são municípios de pequeno porte um e dois, ou seja, até 50 mil habitantes, todos nós temos muitas dificuldades e uma delas, como o próprio Senador acabou falando, hoje para conseguir um médico ou qualquer profissional em municípios que estão mais para dentro do Estado é de grande dificuldade, e quando nós estamos hoje, principalmente, na área da assistência social consolidando ou dando forma ao sistema único de assistência social nós temos sofrido muito, porque não é tão simples e tão fácil colocar hoje o que é para a saúde, o posto de saúde, o que é para a educação a escola ter a casa da família, como diz o Ministro Patrus, a questão do centro de referência da assistência social. Nós temos dificuldades com profissionais, mas que isso, dois profissionais, geralmente, que é colocado um assistente social e um psicólogo para dar conta de 5 mil famílias referenciadas.

Então, a missão é hercúlea, e se junte a isso a questão da especialidade, ou a especialização disso, que, quando vamos para o campo da questão da violação de direitos, nós ainda não temos muito claro esse equipamento, nós temos dificuldades, inclusive, dos profissionais, de novo. E, quando nós falamos isso, o que significa? No município hoje e nós termos com a Constituição, e tudo caminha para isso municipalizar, municipalizar e municipalizar. Mas, na mesma linha que vamos municipalizando, os recursos não têm chegado. Então, quando nós fazemos a nossa fala e falamos aqui da questão das metas do milênio, o nosso fazer diário contribui na perspectiva do que está sendo desenhado ou arranjado, quando o Brasil, junto com os outros são signatários e assinam esse acordo para que a gente melhore, na verdade, patamares de civilidade do mundo até 2015. Mas nós temos essas dificuldades, elas têm se somado. O que falta para município pequeno é conhecimento, é informação. Então, eu festejo as iniciativas da Casa Civil, mas, de fato, pouca coisa chega, acho que nós temos que ser mais insistentes na questão das metas, colocar que, de fato, como a gente percebeu aqui, é uma questão orgânica, mas que isso, a gente percebe no Governo Federal, e até pelo acúmulo e condições que não temos, em município pequeno nós não temos, a gente fala que a gente troca o pneu do ônibus em movimento, a gente vai fazendo as coisas... São poucos profissionais, muita dificuldade, e quando nós vemos aqui as falas tão consertadas e,

principalmente, da saúde que deu essa lógica da intersectorialidade, nós ainda padecemos muito disso na base, nós ainda falamos de casinhas, a saúde isolada da educação, isolada da assistência.

E aqui, Senadora, Senadores, a grande contribuição no Governo Federal com o Bolsa Família. Está nos desenhando a nova perspectiva, não tem como fazer assistência social sozinho, educação ou saúde, nós temos que ser complementares e, na verdade, interdependentes, e quando nós ouvimos aqui as falas e que uma meta está imbricada na outra, na verdade, na vida que vivemos lá, porque a vida se dá no município, na rua tal da cidade tal, nós ainda não temos essa leitura. Nós temos muita dificuldade de ter esse entendimento. As políticas não são ou não têm os programas e os projetos essa complementaridade, um que bebe do outro, e não só na lógica de somar, não é simplesmente somar educação mais assistência mais habitação que vai ser igual à inclusão, à melhoria de qualidade de vida. De fato, a gente tem uma visão global, perceber que a pessoa que nós estamos tratando está sendo atendida por todas essas políticas. Então, é um novo olhar, uma nova visão que nós precisamos hoje. E as metas do milênio nos colocam nessa perspectiva. Mas nós estamos dando os primeiros passos. 88, a Constituição; 93, a Lei Orgânica da Assistência Social; 2004, a gente começa a ter a política nacional; 2005, agora, se começa a desenhar a questão do sistema único de assistência social.

E aí, falando dessa área e encerrando já, a grande dificuldade que temos, a gente sempre e tem isso como uma lógica, um lugar de disputado, um lugar de disputa política, não se vê como uma questão de direito, e é tão difícil desenhar a porta de saída, porque não se tem o entendimento do que é pobreza e como trabalhar pobreza neste País. Quando se fala que Bolsa Família vai gerar pessoas que não querem trabalhar ou que elas vão ficando escorada no programa, é uma inverdade. Nós temos que fazer uma leitura mais abrangente dessa situação. E com poucos anos que temos da NOB/SUAS que a gente está agora tentando dar uma formatação, o principal e o mais agravante para gente termos percebido, e aqui foi falado, e acho que a saúde sempre é uma escola para gente, é a questão do profissional, sem profissional, sem dinheiro, com pouco recurso, Senador, com pouco recurso e bons profissionais nós conseguimos criar alternativas. Agora sem profissional e é a questão de recursos humanos que nós temos, [soa campainha], prefeituras que não têm concurso, que não fazem concurso, pessoas que vão sendo trocadas a cada quatro anos, nós começamos de novo, começamos de novo, e de novo, e de novo, diferente da saúde.

Outra coisa: nós estamos tramitando no Congresso Nacional uma lei que, para a gente, hoje, é fundamental e que vai contribuir muito com tudo isso, que é o PL/SUAS, que é o Projeto de Lei que vai dar a institucionalidade desse sistema e nos coloca a possibilidade de pagar o profissional com recurso federal. Nós não temos recursos nos municípios, são poucos, e sem esse avanço, e muito mais o que tem feito, tem se desdobrado o Ministério de Desenvolvimento Social e o Ministro Patrus para essa qualificação, capacitação e informação da base. Nós somos um país grande, um país forte; esse Governo tem marcas muito interessantes e avanços no campo social e na questão dos direitos, mas nós ainda na base [soa campainha] ainda somos, temos grandes dificuldades de assimilar essas questões, de avançar haja vista que a própria Senadora Rosalba colocou. Nós temos 500 anos de dívida, e não é de uma hora para outra que a gente vai avançar. E as metas do milênio, na verdade, nos coloca uma perspectiva, e é um trabalho de formiga que a gente tem que, passo a passo, e com muito entendimento e proximidade do governo central, das prefeituras e do que está acontecendo na base, de fato, a gente avançar e conseguir realizar as nossas intenções.

Muito obrigado. Não trago números. Na verdade, era mais um posicionamento nosso de como percebemos e vivemos a meta do milênio no município.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Sérgio, que é meu conterrâneo, e com muita alegria que eu faço esse registro, representa uma cidade muito próspera, e que, indiscutivelmente, vive um momento até privilegiado em relação às demais cidades do interior, uma região que tem dado uma boa contribuição para o desenvolvimento do Estado. E ele, aqui, com certeza, deu uma contribuição muito grande para esse debate. Muito obrigado, Sérgio.

Agora, o último expositor, que é o de casa, o da Agricultura, é o Antônio Luiz Machado de Moraes, que é assessor da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que eu convido para participar da Mesa e fazer a sua exposição. Pela ordem, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Valter, enquanto o nosso próximo expositor se dirige à mesa, eu gostaria só aqui de dizer ao nosso representante do Congenex que, realmente, quando ele fala desse trabalho tem que ser em conjunto: saúde, educação, ação social, porque eu acho que tudo isso é que forma a cidadania. E eu tive uma experiência, fui prefeita três vezes. Então, você sabe que a gente vai, quando é prefeita, uma vez que volta, já vem com mais experiência. E eu fiz uma reforma administrativa e criei a Secretaria de Cidadania, onde a educação,

a saúde, a cultura e o esporte, a assistência social, a geração de emprego e renda eram gerências, levei-os para o mesmo espaço, e aí se trabalhava em conjunto interagindo. E isso foi uma coisa que teve também um aproveitamento muito grande, inclusive de custos, porque muitas ações a gente utilizando, havendo essa integração até de pessoal, de ter uma consciência que a educação podia influir na saúde e a saúde tinha que estar na educação. Então, com tudo isso, a assistência social era um carro chefe que não podia andar só, ela tinha que andar, mas tinha que ter as suas rodas. Então, tudo isso é muito interessante, porque nós conseguimos muito, e eu tenho certeza que os avanços que temos, e que foram muito importantes nessa área, também contribuiu bastante na questão de estarmos em conjunto. E tinha a geração de emprego e renda que era um projeto realmente onde não foi possível, através... Eu não vou citar aqui como, porque aí fica depois em outra oportunidade, eu poderia detalhar, que nós levamos mais de 3 mil numa cidade no interior de Nordeste, na cidade de Mossoró, mais de três mil pequenas micro empresas surgiram desse trabalho, onde você tinha oportunidade de trabalhar família, como um todo, de fazer a inclusão.

Então, foi a experiência muito boa, que eu acho que isso, e aqui tocando, realmente, pudéssemos caminhar e não foi só, depois serviu de modelo para muitas outras cidades. Eu fiquei muito feliz, porque é bom quando a gente faz algo que depois pode olhar para trás sem virar estátua de sal.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aliás, V. Exa. representa o Estado do sal.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com muito orgulho. Eu sou da terra do sal e do sol, e todo brasileiro, todo dia, sente um gostinho do Rio Grande do Norte, principalmente, da região salina, porque 96% do sal brasileiro vem do nosso Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Sr. Antônio Luiz Machado de Moraes.

SR. ANTÔNIO LUIZ MACHADO DE MORAES: O meu cordial bom dia a todos.

Eu gostaria, inicialmente, em nome do Ministro Reinhold Stephanes, de agradecer pelo convite que lhe foi feito de participar desta audiência pública. Infelizmente, ele está, no momento, numa missão no exterior e, portanto, impossibilitado de aqui comparecer.

O meu objetivo é, como está ali indicado, é falar um pouco da contribuição da agricultura brasileira para a meta do milênio em relação à fome, à redução da fome.

A questão da fome no que se refere àquilo que o setor pode oferecer, temos dois aspectos, um primeiro aspecto se refere à ampliação da disponibilidade de alimento saudável, e segundo lugar, que haja condições de acesso a esse alimento. E quando eu falo em condições de acesso do lado da produção, eu falo em preço, é preciso que haja preços acessíveis aos consumidores para que se avance em relação à redução da fome no Brasil e no mundo.

A contribuição do Brasil, nesse sentido, em termos de ampliar a disponibilidade é uma contribuição que se faz, não só em relação ao problema da fome, no Brasil, mas no mundo, porque como todos sabem, nós somos um grande país, um país, grande exportador de alimentos.

E eu vou apresentar alguns dados sobre os avanços acentuados havidos em termos de aumento dessa disponibilidade de alimento para o Brasil e para o mundo.

Eu, inicialmente, quero me referir aos preços por quê? Porque o preço significa acesso. Claro, dada a renda do consumidor, mas é importante os preços. E a grande preocupação dos últimos anos, entre os países onde a fome é o problema mais crônico, é exatamente a elevação dos preços havida, a acentuada elevação dos preços havida a partir dos últimos anos, de 2006, em particular.

Mas o que eu quero mostrar aqui é que, na verdade, os preços dos alimentos no mundo vêm apresentando um declínio acentuado, tanto produtos agrícolas como pecuários, desde meados dos anos 70, como indica aqui. O gráfico vem apresentando uma queda acentuada, persistente em seus preços. E a partir de 1998, 1997, temos aí um longo período de declínio menor e de estabilidade, somente a partir de 2006 é que surge essa crise dos preços, somente a partir de 2006 é que os preços dos alimentos apresentam uma tendência ascendente acentuada, por várias razões que são conhecidas, como o preço do petróleo, o preço dos insumos e o aumento da demanda chinesa, em particular.

Mas vou mostrar também que, assim como a agricultura é um setor que tem contribuído não só em aumentar a produção, mas tem contribuído historicamente com os preços baixos do alimento, diante das adversidades que se observa e são acentuadas pela crise em termos de dificuldade de produção, e preços elevados, a agricultura é o primeiro setor... É o que mais suporta crise, é o que menores efeitos perversos apresentam como resposta à crise, e é o primeiro setor a manifestar recuperação, é o que se recupera mais rapidamente.

E aqui, muito rápido, eu quero indicar, conclusivamente, qual é o cenário de preços. Segundo a OCDE, os preços dos alimentos comparados com as últimas três safras apresentarão, nesse ano e no próximo ano, uma queda em torno do que está assinalado em vermelho, em torno de 15 a 20%. O que se reflete na produção, tudo em vermelho, o que chamo atenção aqui é apenas a coluna em vermelho em termo de variação de produção, uma queda que reflete essa situação, e que também se reflete nas exportações, só que em menor grau, o impacto maior é na produção e não na exportação.

Em que pese historicamente os preços dos alimentos no mundo e no Brasil terem sido declinantes e baixos, o fato é que a agricultura, mesmo assim, em que pese os preços desestimulantes, e em que pese as dificuldades e infraestrutura, dificuldades internas de expandir a produção e as dificuldades externas também de expandir a produção que é o protecionismo, mesmo assim, o Brasil deu um salto gigantesco, é isso que eu queria destacar aqui, um salto gigantesco nas últimas duas décadas em termos da produção. Viabilizado pelo aumento da produtividade, esforço do governo em termos de pesquisa, esforço do governo em termos de políticas públicas, além, da pesquisa, mas, sobretudo, mas do que o esforço do governo de políticas públicas adequadas é o esforço do próprio produtor. O mérito maior é, efetivamente, do produtor que respondeu aos estímulos de mercado, que respondeu amplamente aos estímulos de governo, é a ele que cabe o mérito.

A performance excepcional, na produção, se reflete também, e com mais intensidade ainda, nas exportações. O Brasil é um país auto-suficiente em alimento, nossas importações são praticamente, não diria inexistente, mas são mínimas, e têm se mantido constantes por décadas, e a exportação, esse é o grande fenômeno, que experimentou uma aceleração nos últimos anos pelo estímulo dos preços, como mencionei, mas nós somos, inegavelmente, não apenas, eu já posso dizer com tranquilidade, uma potencia agrícola, mas somos um dos países líderes no mercado agrícola mundial. E, aqui, eu tenho, sinteticamente, apresentado qual é a fatia do mercado mundial que o Brasil detém, qual o espaço que a agricultura ocupa no cenário internacional, dado recente de 2008, em carne bovina nós temos uma fatia de 30% do mercado mundial, em suína 10%, aves 44; enfim, aí estão indicados esses níveis. E chamo atenção, em particular, o óleo de soja que é um produto básico na alimentação humana de 63%, açúcar da mesma forma, praticamente 60%.

Aqui não vou me deter, mas apenas muito rápido, com o flash, apresentar a seguinte indicação. Esse de-

sempenho global, em termos de expansão de produção e de exportações, é uma performance excepcional acontecida nos últimos 20 anos em todos os produtos agrícola, em feijão que é o produto alimentar básico. Em termos de milho, o Brasil que no final dos anos 90, quer dizer, praticamente no espaço de uma década, o Brasil sai da condição de importador para a condição de exportador de milho. Soja é dispensável qualquer comentário, porque somos o segundo maior produtor mundial e exportador do produto. E aqui outro produto que é de alimento básico e que no qual o Brasil tem uma presença expressiva no mercado mundial e tem uma performance excepcional em termos de carnes, exceto a carne suína que, de resto, enfrenta problemas no mercado internacional, de acesso por razões sanitárias, tem se mantido historicamente constante, praticamente, constante à produção, mas no que se refere a carnes de aves e carne bovina nós temos havido uma expansão e que em menos de uma década multiplicamos por três o nível de produção e de exportação. A produção e exportação de carne bovina e de aves foram multiplicadas por três, tanto a produção, quanto a exportação. Isso em uma década, menos de uma década. Isso é um [soa campainha] indicador excepcional desse desempenho.

E aqui, voltando um pouquinho à questão dos preços, perdão, voltando um pouco ao impacto da crise, o que eu quero dizer para vocês é que, aqui, eu tenho dados mensais do ano passado e deste ano, em relação às nossas exportações e importações. O que eu quero dizer, como disse há pouco, é que a agricultura responde, reage, se recupera mais rápido do que os demais setores. E nós estamos experimentando exatamente isso, estamos num processo de recuperação da nossa trajetória ascendente em termos de produção e de exportações. Ali está claramente indicado esse ponto de inflexão rumo a uma recuperação, porque não podemos antecipar que seja persistente, duradoura, mas, de qualquer forma, temos uma indicação de que está havendo um processo de recuperação. Se será mantido ou não, não podemos avançar, mas o importante é que se observa essa tendência de recuperação.

E caminhando para a conclusão. O que eu queria também apresentar é que o Ministério tem estudos prospectivos em relação ao cenário, e a participação do Brasil, no cenário mundial, até 2018, e esse quadro que está aqui fala por si só em termos dessa fatia enorme que o Brasil tem no mercado mundial agrícola de alimentos, ela deverá dobrar até 2018, ela deverá dobrar de 30 para 60% essa fatia. E nos demais produtos da mesma forma, carne de aves, vai dobrar também, mais do que dobrar, e assim nos demais produtos. Então, não só nós tivemos [soa campainha], concluindo, não

só nós tivemos uma trajetória histórica excepcional, uma verdadeira revolução verde no Brasil, como o que se antevê é que esse processo revolucionário de expansão do setor agrícola vai se manter e se intensificar na próxima década.

Essa é a minha última transparência, porque, aqui, eu quero deixar uma mensagem. Todo esse desempenho observado e previsto em relação à agricultura brasileira é um desempenho... Não quero usar a palavra saudável, não é próprio, mas eu quero dizer que é sem... Para sintetizar, sem protecionismo, a agricultura brasileira não é protegida, não há proteção no setor agrícola. E aqui essa informação aqui é da OCDE que calcula os níveis de apoio concedido ao produtor pelo país. E o que nós temos claro aqui é que aquela linha azulada, se puder acompanhar, é do nível de apoio ao produtor. É o apoio que o produtor recebe como fruto das políticas... Está ali indicado PSE, é uma sigla em inglês, mas significa nível de apoio ao produtor, e essa linha aqui indica esse nível de apoio que tem se mantido, raramente, constante, nos últimos anos, em torno de 5%, aumentou um pouquinho nos últimos três anos, mas se mantém em termos de 5%. Enquanto a OCDE, os países da OCDE, em conjunto, esse nível de apoio é de 29%, isso é bem sabido que os países desenvolvidos protegem, substancialmente, o setor agrícola, e o Brasil sem proteção apresentou aquela performance que eu mostrei e se antecipa uma performance ainda maior, sem a proteção. [soa campainha].

E, aqui, o último ponto dessa conclusão é que ali está duas cores. Em azul e a parte superior em azul negritada, e a parte de baixo, o que é que elas indicam? Como está ali assinalado, na parte superior, nós temos as transferências orçamentárias, que é, essencialmente, crédito, o apoio concedido por microcrédito, e nessa parte de baixo é um tipo de apoio chamado apoio baseado em produto que é o apoio que é dado em termos das políticas de apoio à comercialização do produto, produto porque é uma política que foca o produto final, é um benefício que é apropriado pelo produtor no estágio final da sua produção, quando ele vai comercializar, enquanto que a de crédito é o benefício que é dado ao produtor no momento em que ele vai plantar, antes e fim do plantio ou durante o plantio. E está havendo uma inversão. O que está passando a prevalecer é o apoio dado por meio do apoio à comercialização que é quando o produto está pronto. E qual o mérito? Qual a diferença? Última observação. Qual a diferença? Qual o mérito dessa inversão do instrumento de apoio? É de que os instrumentos de apoio dados ao produtor na fase da comercialização, eles são apoios que, reconhecidamente, são os apoios que menos distorcem os mercados, e o apoio que é

considerado o apoio mais distorcível dos mercados é o apoio que é dado via subsídio ao crédito.

Então, nós estamos avançando do ponto de vista não só de ter baixos níveis de apoio, como, em particular, estamos avançando em termos de recursos de autonomia e de instrumentos mais modernos e avançados e mais neutros em termos de distorções que possam ser provocadas, causadas no mercado.

Em todos os países desenvolvidos, esses níveis de apoio são todos eles da ordem de 29% na OCDE e acima de 29% em vários países membros da OCDE, como é o caso do João, por exemplo, como é o caso da Suíça e vários outros países.

Então, eu devo concluir dizendo que todo esse avanço, aqui indicado, nesse em particular, fruto das reformas de política agrícola havidas no País ao longo da última década, é um processo que também continua, não só do lado da produção e está havendo uma transformação na mudança, uma inovação e um avanço, mas, também, do ponto de vista das políticas públicas, nós continuamos avançando. Enquanto, em todo o mundo, o protecionismo ainda continua sendo uma ameaça, e, para nós, representa uma ameaça, no caso do Brasil, não bastasse os níveis baixos de apoio que nós damos, o Brasil está reformando as suas políticas no sentido de diminuir ainda mais esse nível de apoio. Aqui, medido do ponto de vista global, claro que [ininteligível] exceções em relação ao pequeno produtor, em relação a certas atividades, você tem um nível maior de subsídio, mas, na média, em termos de país, é o cenário. E eu agradeço a oportunidade de ter aqui apresentado aos senhores essas informações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, Sr. Antônio Luiz. Eu acho que foi objetiva a sua exposição. Efetivamente, a agricultura, que é objeto da Comissão que presido, tem dado uma contribuição inestimável e seus avanços são mostrados pelo próprio desempenho que tem diante do PIB, mais de 1/3 da composição do PIB decorre da atividade agropastoril, que é significativo para a nossa economia.

Mas, agora, eu consulto o Senador Augusto Botelho se deseja fazer alguma intervenção, já que foi o único parlamentar que ficou comportado o tempo todo, prestando atenção. Então, eu acho que é merecedor de todo o tempo possível para fazer a sua intervenção.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentar os convidados e agradecer a presença de todos eles.

Eu sou médico e Senador do Estado de Roraima, a minha região, vou falar mais na área de saúde, que

interessa. Mas devo considerar e parabenizar também o trabalho de todo o país, em relação à diminuição da taxa de mortalidade infantil, que, realmente, os programas de prevenção, de educação, influenciaram muito. Mas eu atribuo um pouco também ao Bolsa Família, que permitiu que as pessoas comessem melhor, que os pobres fossem melhor alimentados com redução da taxa de desnutrição infantil.

Mas eu vou reclamar, um pouco, em relação a uma doença que aflige e mata muita gente no meu Estado, apesar de ter baixado a mortalidade para 1 para 10 mil, mas é mortalidade ainda, é a mortalidade da malária na região amazônica, porque o pessoal se preocupa muito com as árvores da Amazônia, com as florestas da Amazônia. E o homem da Amazônia? E o povo da Amazônia? Nós ainda temos perto de quase 600 mil casos de malária por ano na Amazônia. Malária é uma doença grave. Só quem nunca teve malária... Eu sou médico e fui ter a primeira malária... Eu formei em 72, e sou de lá, mas a primeira malária que tive foi em 1985, mais ou menos...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, V. Exa. é colecionador? Falou a primeira malária.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Primeira malária. Porque eu tive três. Lá a gente conta assim: o cara teve vinte, teve uma, teve trinta; é assim na Amazônia, minha região. Então, é uma doença muito séria, muito grave e mata muita gente. Há dez anos a mortalidade era quase 10 por dez mil, uma por mil casos, era muito grande, mas graças a alguns medicamentos que, antigamente, vinham de contrabando da China, mas que o Ministério da Saúde agora dispõe claramente para todo mundo, que nós não temos deixado mais as pessoas morrerem de malária. Mas nós precisamos mover políticas para a malária. São simples. Essa mudança, essa queda de malária que houve nesses últimos anos foi por medidas simples, como a colocação de microscopistas dentro das comunidades nos postos. Um microscópio não custa nem 6 mil reais, hoje em dia, não sei quanto custa um microscópio. Mas o que acontece, geralmente, é assim, o microscopista é treinado dentro da própria comunidade. Quando muda o prefeito, infelizmente, é isso que acontece que prejudica a malária lá. Muda o prefeito, aí o prefeito quer mudar todo mundo, muda o microscopista, e aí até treinar outro, até adiantar outro a malária começa a dar um pico de novo, e aí começa a matar. Então, nós temos que achar uma forma de tentar acabar com isso.

Outra questão é de fixação do médico no interior. O salário, realmente, não é uma coisa que fixe o médico, porque 15 mil é um salário razoável, bom, o salário

igual, praticamente, ao nosso que é um salário de 16 mil, mas não fixa o médico no interior, porque existem outros fatores que nós temos que melhorar: as condições de vida, no interior, de habitação. E 80% dos nossos municípios tem menos de 20 mil habitantes, e são esses os mais carentes, quando não tem médico quem é que prescreve lá? É um auxiliar de enfermagem, um atendente de enfermagem, uma técnica de enfermagem. Graças a Deus que existem essas pessoas em todos os municípios, senão ficariam os curandeiros, que continuam também os curandeiros, mas é bom que também tenhamos as pessoas técnicas.

Eu vivo pensando, tentando achar uma forma de a gente conseguir fixar, essa forma de a lei obrigar e tudo não vai ser uma forma que vai conseguir. Existe um contingente de médicos estrangeiros que querem vir para o Brasil. Nós temos que regulamentar a forma desses médicos exercerem aqui. As universidades têm que abrir as portas, não é abrir, oferecer treinamento, oferecer provas para fazerem isso. Se eu quiser exercer medicina nos Estados Unidos eu tenho todas as facilidades. Começa que eu faço uma prova aqui no Brasil. Não sei se ainda está fazendo, na época se fazia uma prova aqui no Brasil para você conseguir uma residência lá nos Estados Unidos, e aí consegue. Porque para o país é interessante trazer o médico formado, médico competente. Claro que vai vir outro que não é competente, porque médico custa caro ao Brasil. E eu estou falando só do médico, mas falta dentista, falta psicólogo; mas eu estou falando do médico, porque o médico é o mais emblemático, porque é o que o pessoal reclama mais. Mas eu acho que as nossas metas, o Brasil está desenvolvendo bem. Mas eu queria viver num país onde não morresse... Nós estamos perdendo, mais ou menos, até cinco anos de idade, uma média de 22 crianças na nossa média do Brasil, que é a mortalidade infantil. Eu queria viver num país onde morresse só o que não tivesse jeito mesmo, e espero que a gente ainda viva neste País. Porque, quando eu me formei, a média era cento e poucas pessoas, crianças. Então, nós evoluímos bastante. Graças a Deus, o meu Estado ainda não está na média ideal, mas no Norte o melhor índice é o Estado de Roraima.

Então, eu acredito que é bom que se fixe essas metas. Eu fiquei feliz de saber que vai haver uma revisão agora em 2010 para gente torná-las mais rígidas e aumentar os objetivos, porque a nossa visão de 2000, a visão de hoje em relação a esses indicadores. E também que as pessoas, também, os eleitores, na hora de votar nos seus candidatos, olhar os que se preocupam com os indicadores de saúde, olhar os que se preocupam em melhorar a qualidade de vida das pessoas. Mas é uma mudança. Eu acredito mui-

to e atribuo muito a Sistema Único de Saúde essa melhora nos indicadores de saúde do Brasil. Porque, realmente, a nossa saúde melhorou. Nós não temos uma Brastemp de saúde nos nossos hospitais, mas são melhores, precisamos é desenvolver mais, pagar melhor os trabalhadores da saúde, precisamos regulamentar a Emenda 29 para que a verba da saúde seja uma verba fixa no orçamento da União, que nós não conseguimos adiantar, porque nesta Casa, no Senado, ele já foi aprovado, essa emenda que estabelece um patamar, mas lá na Câmara dos Deputados está presa. Nós temos que fazer a sociedade cobrar isso. Porque se sabe que a educação tem melhorado, com dificuldades, mas nós temos que avançar mais também na educação.

Então, só reafirmo a minha crença de que nós vamos melhorar este País mesmo, e precisamos, cada um no seu setor, discutir para gente conseguir atingir essas metas, se a gente atingir a meta já é um grande passo, mas eu acho que as metas têm que ficar mais rígidas, um pouco, para que a gente consiga melhorar a vida das pessoas.

Fiquei estarecido com aquela informação da Kátia Abreu, de que a gente gasta 1,5 trilhão em arma e com 600 e poucos bilhões de dólares resolveria a fome do mundo. Mas a fome realmente não dá lucro, arma dá lucro. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora tem que saber se ela está incluindo nessa conta as armas dos traficantes. Que esse aí é outro departamento.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se incluir, com certeza, deve ser muito mais, porque isso, é como se diz, não está sendo computado, um grande problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Que, aliás, eu não vi aqui nessas discussões nenhuma referência sobre a questão do tráfico de entorpecentes, que eu acho que está matando mais do que muitas patologias, e está levando ao desespero famílias inteiras e, especialmente, uma legião de crianças, de adolescentes. Eu acho que também é um atentado contra os direitos humanos perpetrado por organizações criminosas.

Mas vamos passar agora. A Senadora Rosalba fez as suas intervenções. Tem alguma resposta pendente de algum expositor, Senadora?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não. Exatamente, eu queria só aqui colocar para a área de saúde que nós vimos o seguinte. Nós estamos avançando bastante na mortalidade infantil, graças a Deus. Antes de 2015 nós vamos atingir a meta. Mas como a mortalidade materna continua alta, isso

nos dá a impressão de que a mortalidade infantil, na realidade, já melhorou bastante, mas no período puerinatal também ainda preocupa, primeiro ano, ela está relacionada, podemos assim dizer, ela tem alguma relação também com o alto índice da mortalidade materna, porque são gestações que não estão sendo devidamente acompanhadas, cujos problemas terminam afetando também a criança, se um parto complicado ou por alguma questão com infecção, uma série de questões que vocês sabem que pode levar à morte materna também afeta essa criança. Então, aí eu acho que essa questão, esse é um gargalo que está precisando ser desatado para melhorar para a mãe e para as crianças. Porque nós temos, inclusive, e eu sou relatora de um projeto sobre criança que, acho fundamental, que é exatamente sobre a educação infantil, creche e educação infantil. Hoje nós temos vagas para crianças do ensino fundamental, a partir de seis anos, mas nessa fase perigosíssima que vai de um ano até cinco anos que é a fase da creche e da educação infantil, o índice é baixíssimo de oferta para as crianças e nós não chegamos nem a 17%, só das crianças que estão tendo acesso à educação infantil.

Então, é um período onde essas unidades que darão apoio às crianças, que já dão, também a criança é alimentada, é acompanhada, então vejo que esse é o ponto fundamental para que através da educação se tenha mais recursos.

O ano passado, o Ministério da Educação disponibilizou trezentas unidades de apoio integral à criança, creche da educação infantil para todo o Brasil. Nós temos 1.640, mais de 1.600 municípios. Então, vejam, foram apenas trezentas. Então, eu acho que esse é o setor que nós temos que nos somarmos para que nós possamos investir mais. É a minha visão, é exatamente. E vejo e fico feliz que o Ministério esteja, agora, já colocando como prioridade UTI neonatal. Eu tenho exemplos, por exemplo, da cidade, vou dar aqui a cidade de Mossoró, que tem quase 300 mil habitantes e não existe uma UTI neonatal, colocaram alguns leitos, depois de muita pressão o Governo do Estado colocou alguns leitos, mas não... Eu trabalhei como neonatologista muitos e muitos anos e vejo que ali não é, realmente, uma UTI neonatal, precisando avançar muito, isso no Estado do Rio Grande do Norte, é a segunda cidade, que só encontra UTIs neonatal bem equipada, bem estruturada na capital e nem em toda maternidade. Imagine quem está no interior que é atendido pelo SUS, que não tem acesso.

E, também, outra questão que eu gostaria de colocar seria uma sugestão, é no Programa Saúde da Família. Nós sabemos que a carência de médico é grande e isso é um problema que nós não podemos

resolver de imediato, porque até preparar um médico, ele está estruturado, mas nós temos crescente o número, a área de enfermagem cresceu bastante, talvez, seja uma mão-de-obra que está mais disponível. Por que não investir na enfermeira obstetra? Seria fundamental, principalmente, dessas regiões mais distantes para o acompanhamento, para o parto normal, para todas aquelas orientações que hoje, por mais humanizada, uma série de questões. Eu acho que poderia acrescentar nessas regiões onde a mortalidade materna é ainda maior, o Programa Saúde da Família ter na sua equipe uma enfermeira obstetra. E, pelo amor de Deus, diga ao Ministro que nós precisamos de mais recursos para o Programa Saúde da Família. Os municípios estão, do que recebem, estão investindo três, quatro, cinco vezes mais para poder ter profissionais da área, porque o que o Ministério repassa é muito pouco, com relação a cada equipe. Isso precisa ser melhorado.

Era só isso que eu queria colocar, investir mais exatamente nessa área básica valorizando os profissionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dr. Adson quer comentar?

SR. ADSON FRANÇA: Serei bem objetivo. Primeiro, Senador Botelho, as ponderações muito coerentes. A questão da malária, esse é um grande desafio nosso, e queria concordar com as sugestões do nobre Senador, porque já fazem parte desse processo de debate no Ministério. Agora se o Senador pergunta: não poderia ser um pouco mais rápido? Eu digo com, muita franqueza, e tenho certeza que o Ministro Temporão não vai me demitir por isso, podia, entre outras coisas, está falando profissionais em algumas áreas e está faltando recursos, mas o próprio Ministro Temporão admite que a gente já podia estar um pouquinho mais rápido nessa questão da malária.

Gostaria, para os nobres Senadores e Senadoras, chamar atenção o seguinte: olha como tudo se interrelaciona, para cada um grau, e é um estudo de 25 espertos que estiveram junto com a gente, Senador Botelho, lá no Acre na inauguração da primeira fábrica de preservativo público da América Latina, nobre Senador Valter Pereira. Nós vamos produzir até o final de 2012 400 milhões de preservativos/ano com borracha do Brasil, borracha nossa que já podia ter sido feito há mais tempo, e de uma necessidade de 1 bilhão e 200 mil preservativos/ano que é a média nacional. Em vista das relações sexuais que ocorre no Brasil e tal, nós precisamos de 1 bilhão e 200 milhões. E o governo brasileiro comprou 1 bilhão e 200. Então em quatro anos nós vamos estar com, mais ou menos, 35% de produção nossa, dinheiro público e fixando 600 famílias

lá em Xapuri no Acre e garantindo a borracha de lá, e garantindo preservativo de qualidade que nós temos condições até de vender, se for o caso, mas é melhor vender para o mercado nacional ou entregar para o SUS gratuitamente, porque é dinheiro do Governo Federal, do governo estadual. Então esses parêntese...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem que esconder isso da igreja.

SR. ADSON FRANÇA: Bom, essa é uma dificuldade. Que, infelizmente, segmentos religiosos acham que o preservativo não tem importância, que o vírus passa e que, talvez, seja melhor defender a abstinência sexual e que a sociedade deveria ter apenas atividade sexual depois do casamento, e é complexo para nós, nós achamos que o Estado é laico, e que é difícil, porque nós precisamos do preservativo para evitar que a AIDS cresça e que a gestação inoportuna e indesejada que leva ao abortamento, leva à morte de adolescentes. Então, é oportuno que o senhor diz. E é lamentável para nós. Todos os embates que a gente tem, em alguns lugares nós somos vaiados, somos hostilizados, porque tem certos segmentos fundamentalistas que acham...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É só distribuir sem a vista do Padre.

SR. ADSON FRANÇA: Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Porque aí não tem problema.

SR. ADSON FRANÇA: E nós incorporaremos essa...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu acho que não é tanto assim não. Vamos ser realistas. Não é dessa forma não. Melhorou bastante, na realidade, a igreja defende.

SR. ADSON FRANÇA: Tem melhorado. Mas eu fiz referência...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E eu também quero dizer aqui que nós temos que colocar como tudo se relaciona aqui, mais educação sexual nas escolas, conhecimento.

SR. ADSON FRANÇA: Mas justiça seja feita, Senadora, que por elogio à senhora, entre outras coisas, é que três mandatos de prefeita sem nenhum processo, e chegar ao Senado da forma que chegou, é por isso que a reafirmação do elogio.

Agora nós temos Câmaras de Vereadores, neste País, buscando proibir o uso de preservativo, não vou citar aqui agora, para evitar uma polêmica. Nós temos Câmaras de Vereadores, neste País, contra a anticoncepção de emergência dizendo que é abortiva, e não é abortiva, porque já está provado cientificamente. Nós temos Câmaras de Vereadores, neste País, tentando ser contra a lei do planejamento familiar, contra

a vasectomia, contra uma série de coisas. Então, é a heterogeneidade do País. Mas vou focar aqui. Então malária, estamos de acordo.

Segundo aspecto. Mortalidade materna. O que a nobre Senadora levanta e pediatra, Senador Valter Pereira e demais colegas de gestão do Governo Federal, é extremamente pertinente. Por que é que a mortalidade infantil vem caindo bastante ao longo dos anos? Quanto maior a escolaridade da mãe mais cai a mortalidade infantil. Quanto mais eu uso a vacina, programa nacional de imunização, o Brasil tem 41 imunobiológicos. E nós temos mais vacinas, Senador, gratuitas do que a Inglaterra, Canadá e França, então não é mais do que Paraguai. Com todo respeito pelos paraguaios, pelos uruguaios, pelos argentinos. Mas olha que nível, o Programa Nacional de Imunização no Brasil é referência internacional. Eu acho difícil a grande imprensa falar com frequência, mas na hora que tem um problema aí fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer uma crítica sobre publicidade das vacinas. Vacina contra gripe. A vacina contra gripe, toda a mídia que é produzida pelo Ministério da Saúde passa a ideia de que é privativa de pessoas--

SR. ADSON FRANÇA: Idosas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --acima de 60 anos de idade. Quando, na verdade, é um equívoco, na verdade, a vacinação é permitida em qualquer faixa etária. Então, o que o Ministério estimula é a busca aos postos de saúde, embora, deveria ressaltar que ela é facultada em outras unidades privadas onde poderia se ampliar, consideravelmente, a faixa de vacinação.

SR. ADSON FRANÇA: Levarei para a Ascon e para o secretário Gerson Pena, porque tem uma parte que diz respeito ao idoso e tem outra parte que tem outra forma.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na realidade, é porque nos postos de saúde a vacina só é permitida para os idosos.

SR. ADSON FRANÇA: Hoje é.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu acho que o esclarecimento tinha que ser dado para que todos se imunizassem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Por exemplo, se eu quiser, ainda não cheguei aos 60, se eu quiser ser vacinada eu vou ter que no serviço privado, porque no posto de saúde é só a partir de 60 anos. Esse que é o grande problema.

SR. ADSON FRANÇA: Porque os recursos que nós temos hoje, o corte, a linha de corte no Ministé-

rio, foi que o recurso que tinha, o foco era o idoso. E aí para quem não é...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas só complementar, já que se falou em vacina. Quando é que nós vamos ter a vacina de pneumococos, porque grandes casos de morte...

SR. ADSON FRANÇA: Está na lista nossa e já tem um grupo trabalhando com isso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque só os filhos de rico que podem pagar e estão fazendo.

SR. ADSON FRANÇA: Não só essa, tem outras também, e aí volta o problema da Emendo 29. O orçamento do Brasil, foi dito aqui pelo Ministro, numa sessão fenomenal coordenado pela nobre Senadora, Senador Valter Pereira, o Ministro José Gomes Temporão foi diretor de planejamento do INAMPS em 1986. Se houvesse uma correção do orçamento, o orçamento do SUS, esse ano, era para ser 107 bilhões de reais, o nosso orçamento é 50 bilhões. E o Barack Obama pediu apenas ao Congresso Nacional 1 trilhão e 200 bilhões de dólares para melhorar a universalização das 45 milhões de pessoas nos Estados Unidos que não têm recursos. Então, o Ministro Temporão, o Conaes, o Conasems, os governos todos, os Senadores já têm identidade, já tem unanimidade, então também não corro o risco de exoneração, de que nós precisamos, o sub-financiamento da saúde estar levando a essas dificuldades. Como é que eu resolvo colocar um leito de UTI, Senador, neonatal, custa 112 mil reais, se eu consigo colocar uma nova UTI, pode ir um novo leito para 400, ou seja, vai esbarrando em recurso, recurso e recurso, e você começa, infelizmente, se você não tem recurso para tudo, você começa a cortar aqui e acolá.

Mas voltando aqui, para finalizar mesmo. Nós temos assim, chegamos à seguinte situação: melhorou a mortalidade infantil no componente pós-neonatal que é o componente depois de um mês, vamos chamar assim. Então, melhorou por causa do saneamento, melhorou por causa da vacina, melhorou por causa da hidratação oral, melhorou por causa do PSF, melhorou por causa de uma série de questões do Bolsa Família; mas a parte neonatal, especialmente, na primeira semana, no Norte e Nordeste brasileiro 62% das crianças no Norte e Nordeste brasileiro, morrem na primeira semana de vida. Então, se elas morrem na primeira semana de vida o risco da mãe morrer é muito grande. Então, nós precisamos agora, nós estamos com que desafio? Não basta só o pré-natal, ele precisa ser melhorado? Precisa. Mas é o problema da urgência e emergência no parto que envolve tecnologia, envolve gente qualificada, envolve recursos. E esse problema de qualificação

dos profissionais do obstetra e do pediatra ali não está fácil. Como diz o Senador Botelho: "Não é só com isso aí". Agora, Senador, uma informação para coletivizar. O problema do registro dos médicos estrangeiros, o Ministro Temporão já informou ao Presidente Lula, e o Ministro Haddad e o Ministro Temporão, agora em julho os 246 médicos de uma região do mundo vão fazer prova, 14 universidades brasileiras vão fazer essa prova, se os médicos passarem, eles registrarão o título no Conselho Federal de Medicina. E até o final do ano os outros 300 médicos estrangeiros, quer seja da Europa, da Bolívia, de Cuba, de qualquer lugar, prestarão prova, porque o CFM é uma autarquia, elas só podem exercer a medicina no Brasil se registrar o diploma no CFM. Então, não tem saída, tem que passar na prova. Se não passar vai ter que fazer um novo curso, fazer uma nova repescagem e um nova prova, porque o Conselho Federal de Medicina não aceita, e aí vamos respeitar a autarquia, respeitar a legislação brasileira.

Agora, mesmo assim, nós estamos com um problema que vocês Senadores e Senadoras precisam nos ajudar. O Brasil não fez um plano estratégico de quantos médicos precisam, de quantas enfermeiras precisam, de quantos obstetras precisam. Então, as escolas foram formando, me perdoem essa expressão que não é elegante, com base na bola da vez. Naquele momento que dava mais dinheiro, era radiologia. Então, eu formo mais radiologista. Naquele momento, o que dava mais dinheiro era cirurgia plástica, então a cirurgia plástica cresce. E, agora, nós estamos com um problema mundial, a queda de pediatra, porque pediatra não tem procedimento acessório para melhorar a sua remuneração. Ele tem a consulta, se ele é pediatra cirurgião ele ganha melhor, se ele não é pediatra cirurgião ele está com dificuldade, é um problema europeu, é um problema no Canadá e é um problema do Brasil. Já tem residência médica no Brasil de pediatria que está sobrando vaga. Então, eu só estou falando isso, em nome do Ministro Temporão, de que a coisa é muito complexa. Nós precisamos do Congresso, precisamos do CFM, precisamos da AMB e precisamos da enfermagem.

E aí, concluindo, nobre Senadora, o Ministério da Saúde pagou 22 cursos para enfermeiras obstétricas no País e, infelizmente, alguns nobres colegas meu, que eu sou toxoginecologista também, professores catedráticos dizem o seguinte: "Tudo bem, ela fez o curso, mas na minha maternidade ela não faz parte, na minha maternidade só quem faz parte é ginecologista e obstetra". Como é que uma enfermeira obstétrica que fez um curso de especialização pode ir para o interior fazer parto se ela não treina em algum lugar?

Ela precisa treinar e fazer parte em algum lugar. Esse é um problema que o Ministro Temporão está com uma reunião marcada com as entidades médicas para a semana que vem para gente encontrar o caminho do meio, porque os cursos nós estamos fazendo. Elas não estão conseguindo é fazer, é colocar em prática aquilo que aprenderam. Muito obrigado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O caminho do meio é o Programa Saúde da Família, coloca porque aí vocês criam condições, nas próprias maternidades públicas, elas fazerem um treinamento. Só que as maternidades públicas estão se acabando.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A D. Laura deve algumas respostas para a Senadora Kátia Abreu. Vou passar a palavra a ela.

SRA. LAURA VEIGA: Eu vou tentar ser bastante rápida. A primeira pergunta tem a ver com a informação que, inclusive, consta desse relatório, que é o primeiro gráfico do relatório que o representante da Casa Civil entregou aos senhores aí, que fala exatamente da redução da extrema pobreza que aconteceu... Nós estávamos com 8.8, em 1990, e, 2005, 4.2%. Então, esses são os dados, inclusive, da Pnad. Então, portanto, isso aqui são os dados disponíveis. Se a FAU estiver com outros dados, provavelmente, deve estar usando estatísticas diferentes dessas, que são as estatísticas oficiais do governo brasileiro.

A Senadora também fez algumas indagações sobre os critérios, problemas de assentamentos, que tipo de ações tem para os assentamentos, os critérios para a porta de saída.

Uma primeira questão da porta de saída, nós não usamos essa expressão no Ministério de Desenvolvimento Social, porque, no nosso entendimento, o que nós temos de buscar sempre são ampliar cada vez mais as rotas de incorporação e não aquilo que o Ministro sempre diz o seguinte... Fica um pouco aquela expressão que, no interior de Minas, a gente menciona isso: "Você quer ficar livre? Vamos ficar livre desses pobres". Não se trata disso, se trata de construir as rotas de incorporação. E, nesta direção também, é sempre importante destacar que isso não é tarefa de um setor somente, isso é uma tarefa de vários setores que deseja atuar conjuntamente, e, no caso, especificamente, é importante ver, por exemplo, que, quando foi lançado os programas para o território da cidadania, houve certa crítica, seja para imprensa ou mesmo no legislativo, dizendo que aquilo nada mais é do que um conjunto de programas já existentes que se juntou. É importante destacar que, primeiro, não é verdade isso, mas, de qualquer maneira, mesmo que fosse só isso, quando você consegue fazer com que vários programas comecem atuar convergentemente

sobre um território, isso significa você amplia, potencializa a utilização dos serviços. Então, isso é importante, é bom que se diga isso. Então quando se examina as estatísticas do território da cidadania, o Ministério, onde tem mais ações em todos eles, chama Ministério de Desenvolvimento Social, seja através do Bolsa, seja através do PRONAF, seja da Agricultura Familiar, seja através das cisternas, e por aí vai.

Então, nós temos... Eu vou fazer uma pequena propaganda da minha secretaria. Nós temos uma ferramenta disponível na Internet, chama matriz de informação social, e se os senhores quiserem, inclusive, nós temos algumas estatísticas que a gente faz para alguns territórios específicos, ter cidadania é um deles, como também temos umas estatísticas sobre a Amazônia Legal, temos algumas outras estatísticas sobre o semi-árido que não os recortes, necessariamente, dos Estados, das unidades federativas. Então, esse é um tipo de ação que se faz.

Outro tipo de ação que está atrelado no Programa Bolsa Família tem a ver com as condicionalidades, as condicionalidades representam, e aí dependemos fortemente da área de saúde e da área de educação, representa exatamente evitar com que as famílias comprometam os ativos, ou seja, aquilo que pode garantir, no futuro, a independência da próxima geração, ou seja, garantir com que a criança e o adolescente permaneçam na escola, e torcendo que o Ministério, que a área de educação consiga fazer esse grande movimento que ela está empenhada e melhorar a qualidade da escola, e tornar a escola mais entrante para, inclusive, fazer esse processo de retenção da criança e do adolescente dentro da escola.

Então, esse é um trabalho que não é um trabalho somente de um Ministério, é um trabalho que nós temos de torcer e trabalhar juntos para que as coisas aconteçam de uma forma convergente.

Da mesma forma, nós temos as condicionalidades da saúde que tem a ver, inclusive, com o atendimento da criança e o atendimento das mães. Além disso, nós temos e agora está em ação, nós estamos procurando implementar junto com o Ministério do Trabalho todo um programa de qualificação direcionado para o chamado Plansec e construção civil, Bolsa Família. Então, isso aí significa um pouco a capacitação, e houve uma negociação com o Sinduscon e outros sindicatos da construção civil para que parte das pessoas que sejam qualificada nesse programa sejam absorvidas nas obras que estão associados ao PAC.

Então, o que é significa, portanto? O que está se buscando é... E são os exemplos que eu estou dando de tentativa de fazer de busca da ação convergente, que é por aí que nós vamos gerar as oportunidades,

então se criam oportunidades, e essas oportunidades você tem de buscar fazer, por um lado, a capacitação, e, por outro lado, tentar que o mercado de trabalho se sensibilize, abrigue e absorva essa população, porque como se tem, quando você tem uma taxa de desemprego alta o que acontece é que o mercado de trabalho tem condições de selecionar mais dentro dessa força de trabalho, ele pode selecionar mais. Então, se fosse para o poder você tem que fazer um trabalho, também, de sensibilização daqueles que geram os empregos e tem essa possibilidade.

Então, o que é que eu chamo atenção aqui? Eu estou chamando atenção sobre a importância, primeiro, da convergência e, segundo, nos desenhos dos nossos programas nós estamos buscando criar essas convergências, seja através das condicionalidades, seja através do Plansec, seja através da atuação nos territórios de cidadania, seja através da atuação, por exemplo, da integração, da busca da integração da aquisição de alimentos, por exemplo, com a distribuição desses alimentos para os setores que precisam dos alimentos, por exemplo, cesta básica ou alimentação que se dá para as creches e etc.

E nos assentamentos tem ações relacionadas, não só com o Bolsa Família que estão, e há todo um processo dentro do próprio Ministério, daqueles que, até agora, tenham tido a dificuldade de ter acesso ao Bolsa Família por falta de documentação, um trabalho grande, inclusive, junto com os municípios para fazer com que essa documentação seja obtida para poder facilitar o acesso.

Então, eu quero chamar atenção sobre. E eu estive, estou acabando de voltar lá do Mato Grosso do Sul, voltei de lá sábado, porque eu fui para a reunião do e Conseas. Conheci o Bonito lá que é bonita mesmo a tal da região. Que eu até brinquei, porque tem lugar que chama Bonito, mas você chega lá e não é bonito, coisa nenhuma. Mas no caso, específico, de Bonito é bonito.

Então, mais uma vez, eu queria agradecer e colocando o Ministério à disposição dos senhores e das senhoras para qualquer informação que julgarem mais, qualquer detalhamento, e teremos sempre o maior prazer em dar as informações que os Srs. Senadores e deputados desejarem. E muito obrigada pelo convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. A hora avança na direção do início da sessão plenária, a sessão da tarde.

E ao encerrar esta sessão, eu gostaria de agradecer aqui a referência que a D. Laura faz a Bonito, efetivamente, ali é um pedacinho do paraíso instalado no Mato Grosso do Sul.

E quero, aqui, agradecer, então, a todos que participaram deste evento, ao Darci Bertholdo, À Laura, ao Ministro Silvio, ao Marco Otávio, ao Adson França, ao Antônio Luiz, ao Sérgio; enfim, a todos que deram a sua contribuição e trouxeram aqui informações preciosas que serão, obviamente, digeridas e, sobretudo, exploradas pelos parlamentares que compõem as Comissões que participaram desta audiência conjunta.

E não havendo... Aliás, havendo ainda um assunto a tratar, mas não havendo mais quorum, eu vou deixar a deliberação para a próxima reunião.

E quero declarar, então, encerrada a presente reunião, com agradecimento a todos os senhores e senhoras que participaram deste evento. Muito obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h27.

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11h00 HORAS.

Às onze horas e trinta e nove minutos, do dia três de junho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, PAULO DUQUE, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, RAIMUNDO COLOMBO, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY E VALDIR RAUPP**. Justificam a ausência os Senadores Eduardo Azeredo e Papaléo Paes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica que o Item 04, Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2007, fica retirado de pauta a pedido do autor, Senador Garibaldi Alves Filho, o Item 05, Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2007, Item 08, Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2005, Item 09, Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2008, Item 11, Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2008, Item 12, Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2007 e Item 13, Projeto de

Lei da Câmara nº 1, de 2009, ficam retirados de pauta a pedido dos Relatores. Passa-se a apreciação das matérias. **EXTRA-PAUTA - ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 41, DE 2009 - CAS** “Nos termos do inciso II do parágrafo 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAUDE), no âmbito do Ciclo de Debates sobre o SUS a fim de debater “As Políticas Sociais e a Assistência à Saúde Materna”, com a participação dos seguintes convidados: - Representante do Ministério da Saúde; - Sra. Guacira César de Oliveira – Socióloga, Diretora do Colegiado do Centro Feminino e Estudos e Assessoria (CFEMEA); - Prof. José Aristodemo Pinotti – médico ginecologista, professor titular e Chefe do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, membro permanente do Advisory Panel on Maternal and Child Health da Organização Mundial de Saúde, atualmente, Secretário Municipal Especial da Mulher do Estado de São Paulo; - Sr. Francisco Batista Júnior – Presidente do Conselho Nacional de Saúde; - Dr. Nilson Roberto de Melo – Presidente da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO”. **Autores:** Senadora Rosalba Ciarlini e Senador Augusto Botelho. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA - ITEM 16 – REQUERIMENTO Nº 42, DE 2009 - CAS** “Nos termos regimentais, e em aditamento aos RQS nº 40/CAS/2009, Requeiro que a realização da audiência pública sobre as políticas públicas para a prevenção às queimaduras e a reabilitação de queimados, seja em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, no âmbito do Ciclo de Saúde sobre o SUS”. **Autora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA - ITEM 17 – REQUERIMENTO Nº 43, DE 2009 - CAS.** “Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado 301, de 2008, que altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Com as participações dos seguintes convidados: Joaquim Lima de Oliveira – Superintendente Nacional do FGTS; Paulo Eduardo Cabral Furtado – Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS; Mário Avelino – Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil; Ricardo Patah – Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e ex-integrante do Conselheiro Curador do FGTS”. **Autor:** Senador

César Borges. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA - ITEM 18 – REQUERIMENTO Nº 44, DE 2009 – CAS** “Requeiro nos termos regimentais Aditamento ao Requerimento 38/2009-CAS, de autoria do Senador Marcelo Crivella, através do qual foi solicitada realização de Audiência Pública para instrução do PLC 122, de 2006, com a presença dos seguintes convidados. Maria Berenice Dias, advogada, ex-Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; Roberto Gonçalves, advogado – OAB/RJ; Ivair dos Santos, Secretaria Especial de Direitos Humanos Presidência da República; Gustavo Venturi, Fundação Perseu Abramo; Roberto Arriada Lorea, Juiz Federal”. **Autora:** Senadora Fátima Cleide. **Resultado: Aprovado. ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2008.** “Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para suspender a incidência da contribuição previdenciária no caso que especifica.” **Autor:** Senador Gilberto Goellner. **Relator:** Senador Valdir Raupp. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com voto contrário do Senador Renato Casagrande. A matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, para prosseguimento de sua tramitação.** Às doze horas e dezenove minutos, o Senador Paulo Paim assume a presidência. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008.** “Regula o exercício da Profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências”. **Autor:** Deputado Arnaldo Faria de Sá. **Relator:** Senador Renato Casagrande. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista ao Senador Flávio Arns. EXTRA-PAUTA - ITEM 19 – REQUERIMENTO Nº 45, de 2009 – CAS** “Nos termos do art. 93, inciso I, requeiro a realização de audiência pública a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2008, que “dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Para tanto solicito que sejam ouvidas as seguintes organizações: - Associação dos Médicos do Brasil – AMB; - Conselho Federal de Medicina – CFM; - Federação Nacional das Cooperativas Médicas – FENCOM; e - Federação Nacional dos Médicos – FENAM; - Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; e – Representante da UNICAPs. “Sem o prejuízo de outras que possam ser indicadas pelos nobres membros desta Comissão”. **Autor:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA - ITEM 20 – RE-**

QUERIMENTO Nº 46, de 2009 – CAS “Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado para debater em audiência pública dessa Comissão o Secretário de Controle Interno do Tribunal de Contas da União em Mato Grosso, Dr. Carlos Augusto de Melo Ferraz, a respeito da saúde indígena e atuação da Fundação Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde sobre a questão”. **Autor:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Resultado: Aprovado. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2008.** “Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica.” **Autor:** Senador Gerson Camata. **Relator “ad hoc”:** Senador Mão Santa. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda 01-CAS. A matéria irá à Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE, para prosseguimento de sua tramitação. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008.** “Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.” **Autor:** Deputado Eduardo Cunha. **Relator:** Senador Paulo Duque. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto. EXTRA-PAUTA - ITEM 21 – REQUERIMENTO Nº 47, DE 2009 - CAS** “Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no âmbito da Sub-Comissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, para instruir os Projetos de Lei do Senado nºs 115 e 152, de 2007, que tratam sobre a regulamentação da profissão dos Comerciantes. Solicito, ainda, que sejam convidados para participar da Audiência Pública os abaixo relacionados: Sr. Roque Pellizzaro Junior – Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas – CNDL; Sr. Alencar Burti – Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil – CACB; Sr. Antonio Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Sr. Nabil Sahyoun – Presidente da Associação Brasileira de Lojista de Shopping – ALSHOP; e Sr. Sussumo Honda – Presidente da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS”. **Autor:** Senador Adelmir Santana. **Resultado: Aprovado.** Os itens 02, 03 e 06 ficam adiados. O Senador Flávio Arns solicita à Comissão o encaminhamento de um documento, em nome da CAS, ao Ministro da Saúde, referente às questões da Portaria 2867,

de 27/11/2008, da Saúde Mental e da regulamentação da genética clínica do SUS. O Senador Flávio Arns também sugere a realização de uma reunião administrativa no âmbito da CAS, para que sejam discutidas as formas de entendimento entre os participantes da Audiência Pública a respeito da Saúde Mental. O presidente comunica o recebimento do Ofício 774 da Câmara Municipal de Diadema, referente ao Requerimento nº 346/09 de voto de congratulações pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 60 de 2007 (regulamentando a presença de um psicólogo e um assistente social nas escolas públicas). Fizeram uso da palavra os Senadores Flávio Arns, César Borges, Fátima Cleide, Valdir Raupp, Paulo Paim, Renato Casagrande, Mozarildo Cavalcanti, Mão Santa, Paulo Duque e Adelmir Santana. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Paulo Paim**, Presidente em exercício.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata e sua aprovação da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A pedido da relatora, Senadora Lúcia Vânia, o PLS 109/2007 fica retirado de pauta, assim como, também, a pedido do Senador Eduardo Azeredo, o PLS 301/2008, também fica retirado de pauta. E a pedido do Senador Papaléo, que também está viajando, o PLS nº 450/2008 e o PLC nº 01/2009 ficam retirados de pauta, assim como o PLS 121/2005, de autoria do ilustre colega. A pedido do Senador Garibaldi Alves Filho, fica também retirado de pauta o PLS nº 463/2007, a pedido do Senador Garibaldi e do Senador João Durval.

Eu gostaria aqui de informar que esses pedidos foram acatados, em função dos relatores não poderem estar presentes. Mas na próxima reunião deliberativa voltarão à pauta. E caso o relator não esteja presente nós iremos indicar um relator *ad hoc*, como ficou entre as orientações que foram definidas por esta Comissão, no início dos nossos trabalhos, quando da instalação da nova diretoria da Comissão.

Antes de fazer a análise dos requerimentos, eu gostaria de informar que, ontem, com a participação de vários membros desta Comissão, tivemos uma audiência que eu considero que foi muito produtiva, importante; uma audiência em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Direitos Humanos sobre a avaliação, uma análise das metas do milênio. A presença de representantes de vários Ministérios, foi possível se ter uma visão de como andam as metas do milênio, o Brasil é signatário ao lado de 189 países. Essas metas que são importantíssimas para o desenvolvimento, para a justiça social dos países em desenvolvimento, como é o caso do nosso país, que fala sobre a meta mais importante que é o combate à fome. Nós temos também a questão da saúde da mulher, a outra meta que deveremos atingir, que nós assumimos esse compromisso, o Brasil, de até 2015, é com relação ao meio ambiente, com relação à questão da mortalidade infantil, esse, inclusive, é o item 4 das metas do milênio, nós vamos atingi-la no ritmo que estamos avançando até 2012, de acordo com a meta estabelecida pela ONU. Vamos, inclusive, ter condições de ficar abaixo da meta que foi estabelecida, que é muito bom no caso da mortalidade infantil. E, ontem, vários pontos foram analisados. Nós queríamos, inclusive, sugerir que, posteriormente, Senador Flávio Arns, Senador João Durval, nós possamos nos debruçar em reuniões sobre cada meta isoladamente, porque, em uma só reunião, tratar de todas as metas, submetas, envolvendo meio ambiente, relação de emprego, combate à fome, mortalidade infantil, saúde da mulher, acompanhamento da terceira idade, a questão da luta contra a discriminação de cor, de raça, de sexo, de religião, fica muito difícil numa só reunião.

Então, eu quero, aqui, sugerir, desde já, que nós pudéssemos ver cada um dos pontos isoladamente, em outro momento, seria uma sugestão que nós poderíamos debater, e, por exemplo, se a meta da educação, fazemos em parceria com a educação, a meta ligada à questão... E o senhor, como Presidente da Educação, já estou aqui colocando essa nossa sugestão: pudéssemos fazer em conjunto, para analisar detalhadamente. Em 2010, a própria ONU já vai fazer essa avaliação de todos os países, para que novas políticas públicas possam ser criadas, e aquelas que estão no rumo certo possam continuar. Mas eu acho que seria importantíssimo que nós, com a experiência que temos, com o nosso trabalho legislativo, com o que conhecemos desse Brasil, pudéssemos, cada qual, dar a nossa contribuição, já analisarmos mais detalhadamente. Eu espero que, depois, possamos, aqui, trazer como fazer essa avaliação de cada uma dessas metas,

que é muito importante e é algo que nós precisamos realmente fazer cumprir. Não podemos nos acomodar e dizer: “Ah, porque a mortalidade infantil nós vamos conseguir”, enquanto o Brasil tem uma mancha, que é essa terrível, que é a mortalidade materna. Nos dias de hoje, ainda morrem, Senador César Borges, muitas mulheres de parto, por falta de um pré-natal bem acompanhado, por falta das condições para o nascimento, que leva à infecção. São mulheres que, no pós-parto, até 40 dias depois, são acometidas de algumas infecções. E o pior é que esse índice poderia ser reduzido em 93%, se nós tivéssemos, realmente, com a saúde da mulher, tendo a atenção que ela merece, já que ela é geradora de vida.

Enquanto isso, o que é que a gente observa? A mortalidade infantil reduziu bastante. Nós estamos indo no ritmo bem, vamos dizer assim, bastante acelerado, mas o que ainda temos que vencer da mortalidade infantil, por incrível que pareça, é exatamente nos primeiros meses de vida. Isso você veja como está interligado com as próprias condições do parto, da gestação, do pré-natal. Então, isso é algo que preocupa bastante. O Programa Saúde da Família já chega em muitos recantos, mas ainda existem muitos vazios nesse Brasil. Então, em função de não ter toda a cobertura de assistência à saúde, as mulheres grávidas não são bem acompanhadas. Eu vi ontem, inclusive, estava... Sei que nós não podemos, num país como o nosso, deixar de também reconhecer que tem regiões onde os partos são através de parteiras, são mulheres que têm o dom, curiosas, que aprenderam no dia-a-dia da vida, na universidade da vida. Mas o próprio Ministério tem que dar todo apoio, estimular, preparar, já que elas são necessárias, elas recebam também todo o reconhecimento, todo o apoio, para que possam ter melhores condições para realizar o parto.

Então, são essas as questões que a gente vê... Também o excesso de cesarianas que são feitas nesse país é algo que, comparando com os países desenvolvidos... Você veja que, na Alemanha, você tem apenas, de todos os partos, apenas 6% de cesariana, enquanto, no Brasil, deve ser o inverso: de todos os partos, deve ser 6% parto normal.

Então, são dados, assim, que realmente nos preocupa bastante. E agora é essa: de analisar meta a meta. Parabéns! Palmas para aquelas que nós estamos conseguindo: combater a fome, mortalidade infantil, a criança na escola, essa está bem colocada, nós já avançamos muito, Senador Flávio Arns. Mas a qualidade da escola... Não estamos conseguindo manter a criança na escola. Então, são essas questões que eu quero aqui, colocando para os senhores, se os senhores concordarem, nós fazemos também um ciclo

para debater mais isoladamente cada questão. Claro, é isoladamente, mas com relação, porque, quando você diz combater à fome, você tem, na merenda escolar, um programa que combate a fome. Mas, especificamente, educação, fome, saúde, sem que seja numa única reunião. Foi muito boa, muitas questões foram colocadas, mas a gente não pôde chegar, vamos dizer assim, a conclusões que nos levassem a ideias de novas políticas públicas para ampliar.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero, Sra. Presidente, concordar com o encaminhamento, dizer que discutir as metas, individualmente, é um objetivo importante. Podemos fazer isso em várias ocasiões, junto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, dependendo do tema a ser abordado, porque, por exemplo, mortalidade infantil, diminuição dos índices de mortalidade infantil, o trabalho que a Pastoral da Criança, por exemplo, faz no Brasil, atendendo 1,5 milhão de crianças em bolsões de pobreza, e onde os índices de mortalidade infantil, pela ação da Pastoral e com apoio do Poder Público, já diminuiu, já alcançou os patamares aceitáveis, em termos de objetivos, há bastante tempo, isso significa educação da comunidade, por isso que é necessário fazer também pela Comissão de Educação. Nós nos interessamos pelo tema, é uma educação não formal, não acadêmica, não na faculdade ou na escola. A mesma coisa em relação à mortalidade materna, o atendimento no parto significa um problema de saúde, mas significa, também, um processo de educação das parteiras, de qualificação, de profissionalização, de infraestrutura nos locais, que é uma educação que a LDB prevê, Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional não formal, não acadêmica, não escolar; mas importante e necessário. Então, só quero dizer à V. Exa. que concordo inteiramente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, fico muito feliz que o senhor, como Presidente da Comissão de Educação, concorde, porque a educação é fundamental. Nesse caso da saúde, tanto materna como infantil, é fundamental a educação, e que, também, outros, como a Pastoral da Criança, que tem sido fundamental tanto na questão da mortalidade infantil como também de orientações que eles levam de casa em casa. E eu fico muito à vontade em falar, porque eu fiz parte da Pastoral da Criança, na época que... Isso na década de 80, quando a situação da criança era muito, muito pior do que existe hoje. Eu, como pediatra, Senador Flávio Arns, quando comecei, voltei para a minha terra, para a minha região, semi-árido do Nordeste, a mortalidade infantil era altíssima. Nós tínhamos realmente aquelas

crianças que pareciam crianças da África, aquelas que eram só o corinho e o osso, situações gravíssimas de desnutrição. Hoje, é bem diferente, e é por isso que eu defendo tanto a PEC, que é de minha autoria, para a licença-maternidade de seis meses, porque vivi essa situação e pude comparar criança que era amamentada com criança que não era amamentada, e o quanto se ganha, quanto o Brasil lucra com aquelas crianças que são bem amamentadas e que têm uma saúde bem melhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero, Sra. Presidente, acrescentar um dado, porque a gente está tratando justamente do cuidado com a mulher e do cuidado com a criança, da mulher, da mãe, da mulher, antes, inclusive, da gestação, e durante a gestação, no nascimento, mortes de mães no nascimento, e, naturalmente, se a mãe morre no nascimento, muitas crianças ficam deficientes no nascimento--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): No nascimento, por parto complicado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Paralisia cerebral, por exemplo, é essencialmente decorrente do sofrimento da criança, no momento do nascimento, ou antes, na hora, ou um pouquinho depois, paralisia cerebral, e a criança que tem um problema motor acentuado, faltou oxigenação, faltou atendimento e a criança fica com deficiência.

Eu só quero dizer que isso interessa a todos, inclusive à escola, porque nós temos 25 milhões de pessoas com deficiência no Brasil. V. Exa. é pediatra, sabe que 30% dessas deficiências são decorrentes de fatores que, até o momento, não podem ser evitados, fazem parte da genética humana, ou seja, 8 milhões de nascimentos. 17 milhões de problemas podem ser evitados por cuidados que se tomem antes da gestação, por exemplo, vacinação contra a rubéola, antes da gestação, um acompanhamento bem feito durante a gestação, um momento do nascimento seguro, e as metas do milênio, depois, porque nós temos 18 milhões de brasileiros, 17 milhões que não precisariam ser deficientes, são pela falta de cuidados básicos nestes momentos, em particular. É claro que, depois ainda, vem outros problemas, diabetes, por exemplo, que podem levar à cegueira, amputação, hipertensão, acidente de carro, mas, essencialmente, é lá no nascimento. Antes da gestação, na gestação, no nascimento e depois do nascimento. Quer dizer, a grande maioria está lá. Então, se a gente investir bastante... O pessoal diz: "Não, mas não tem dinheiro". Você vai ter que ter mil vezes mais para tratar a falta de dinheiro que você diz que não tinha lá para prevenir esses problemas. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É verdade. O senhor, agora, tocou num ponto que eu sempre... Tem que se entender que saúde não é gasto, é investimento. Veja o caso da rubéola. Muitas mães... Eu lembro que eu era neonatologista, e, quando a criança vinha com problemas, ia pesquisar o motivo, ela tinha tido uma... Ela achava que tinha tido uma intoxicaçãozinha simples, e tinha sido uma rubéola que tinha deixado o seu filho com problemas para o resto da vida, e, para o custo Brasil, essa criança passava, realmente, a ser uma criança que tinha um custo muito alto. Então, as vacinas barateiam muito. Veja que, hoje, nós não temos, praticamente, mais sarampo, coqueluche. Quanto se deixou de gastar com as complicações dessas doenças, e o pior, eram fatais; na rubéola, a mesma coisa. Então, esse cuidado de erradicar a rubéola é importantíssima, como outras patologias que nós precisamos também ter mais vacinas, mais cuidados, para exatamente... Agora, tem uma coisa, Senador Flávio Arns, que é diretamente ligada à educação: também está comprovado, nesse índice de mortalidade materna, que, quanto maior o nível educacional da mulher, a mortalidade materna, aí, ela realmente cai. Então, mostra como a educação é fundamental também para essas questões da saúde.

Mas vamos, agora, passar à aprovação do requerimento, porque eu sei que esse é um assunto bastante interessante, que a gente passaria aqui horas e horas, todos têm experiência, mesmo quem... Não é porque eu sou médica e o senhor tem essa experiência com deficiente, mas todos nós vivenciamos, de uma maneira ou de outra, no nosso Estado, na nossa região, essas situações que são muito graves. O Senador César Borges já foi governador e deve ter também passado por situações dessas, todas ligadas à saúde.

Mas vamos, aqui, ao requerimento. Nos termos do inciso II, do § 2º, do art. 58, da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, no âmbito do ciclo de debates sobre o SUS, a fim de combater as políticas sociais e assistência à saúde materna, com a participação dos seguintes convidados... Como aqui já tratamos de saúde materna, acho que ficaria até para depois analisar se não poderia ser uma audiência só, já com a educação, para tratarmos também da questão da meta do milênio, que será tratada, com certeza, nessa audiência. Aqui é sobre as políticas sociais, assistência à saúde materna, prestada pelo SUS, que é dentro daquele ciclo de debate que nós estamos realizando, que já vimos

aqui a questão do idoso, da saúde mental, que a saúde mental ainda vamos ter outra audiência para podermos ouvir várias outras entidades, ligadas a essa questão. Então, aqui, nós vamos convidar os representantes do Ministério da Saúde, a Sra. Guacira César de Oliveira, socióloga, diretora do colegiado do Centro Feminino de Estudos e Assessoria – CFEMEA; Prof. Pinotti, médico ginecologista, professor titular e chefe do departamento de ginecologia e obstetrícia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, membro permanente do Advisory Panel on Maternal and Child Health, da Organização Mundial de Saúde, atualmente Secretário Municipal Especial da Mulher do Estado de São Paulo; o Sr. Francisco Batista Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, e o Sr. Nilson Roberto de Melo, Presidente da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia, FEBRASGO. Requerimento da Senadora Rosalba e do Senador Augusto Botelho. Os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nos termos regimentais e aditamento ao Requerimento RQS nº 40, da CAS/2009, requeiro que a realização da audiência pública sobre as políticas públicas para a prevenção às queimaduras e reabilitação de queimados, de autoria do Senador Papaléo, seja em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, no âmbito do ciclo de saúde sobre o SUS. Essa audiência já estava aprovada, para que não tenhamos que fazer duas audiências, fazer uma só.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, perante essa douta Comissão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado 301/2008, que altera o § 1º, do art. 9º, da Lei nº 8.036 de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, com a participação dos seguintes convidados: Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS; Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário-Executivo do Conselho Curador do FGTS; Mário Avelino, Presidente da ONG, Instituto FGTS Fácil; Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT, e ex-integrante do Conselho Curador do FGTS. Autoria do Senador César Borges. Os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Se o senador quer--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Queria apenas justificar esse requerimento, Senadora Rosalba, que preside esta Comissão de Assuntos Sociais, é que nós apresentamos este projeto, e claro que já recebemos manifestação por parte de quem administra o FGTS, por parte das autoridades governamentais, que não veem com bons olhos qualquer

projeto que mexa no FGTS, e esse aqui nós estamos mexendo para favorecer aos trabalhadores brasileiros. Porque, Senador Flávio Arns, Senador João Durval, o que acontece é que há uma baixa remuneração do FGTS. Hoje, a fórmula que é adotada sequer cobre a correção, a inflação. A correção existente é uma taxa referencial de juro TR, mais juro de 3% ao ano, que não tem acompanhado a inflação, e o FGTS é aquela grande poupança do trabalhador. Então, eu tenho cálculos que, após um período de 35 anos de trabalho, você vai ter uma perda de 22% no poder de compra do trabalhador brasileiro. E esse recurso do FGTS, ele é aplicado com remuneração superior ao que é dado ao trabalhador, o que termina havendo um superávit no FGTS, que eu quero ver repartindo com os trabalhadores para melhorar a rentabilidade do que está guardado no Fundo de Garantia do trabalhador lá, exatamente no fundo. Mas, se falar isso, sempre o Conselho Curador e a própria Caixa Econômica acha que, com isso, você perturba o funcionamento do FGTS. O parecer aqui, nesta Comissão do Senador Eduardo Azeredo, é favorável à aprovação do nosso projeto, em caráter não terminativo. Entretanto, era bom discutir a questão, não tem problema nenhum discutir. O que nós queremos é exatamente preservar o interesse maior do trabalhador, dando uma rentabilidade, garantindo a ele uma rentabilidade e divisão do resultado da aplicação do seu dinheiro, porque o Fundo de Garantia é um dinheiro do trabalhador que possa ser repartido com o próprio trabalhador.

Então, o nosso projeto visa exatamente trazer justiça para essa aplicação, essa poupança, que é do trabalhador brasileiro. Não é do Governo, é do trabalhador brasileiro. Mas, para que o assunto seja discutido democraticamente, abertamente, eu estou requerendo, Sra. Presidente, aprovação desta audiência pública, onde nós possamos ouvir os dois lados da questão. Nós estamos convocando tanto os administradores do Fundo, na pessoa do Sr. Joaquim Lima de Oliveira, que é Superintendente Nacional do FGTS, do Paulo Eduardo Cabral Furtado, que é Secretário-Executivo do Conselho Curador, mas também ouvir o Mário Avelino, que é Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil, e o Sr. Ricardo Patah, que é Presidente da União Geral dos Trabalhadores e que é ex-integrante do Conselho Curador do FGTS. Apenas para justificar o nosso requerimento e pedir que os Srs. Senadores, aqui presentes, possam aprovar o requerimento para essa audiência pública.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo com o requerimento, concordo com a audiência pública e já quero antecipar que eu concordo com o mérito do projeto, porque é exatamente isso, é inconcebível que um recurso que se tenha disposição, que é remunerado, de acordo com certas regras e não atinja, pelo menos, os índices da inflação, que tem que ser, inclusive, de alguma maneira, pensar se nesse sentido a favor do trabalhador. Então, concordo inteiramente, acho que isto deve ser discutido e já me posiciono a favor do projeto do Senador César Borges.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, agora, passamos à votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Gostaria também de colocar em votação o requerimento anterior, já que não foi ainda votado que é o que trata da audiência pública em conjunto sobre a prevenção de queimaduras e reabilitação de queimados no ciclo de saúde sobre o SUS. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos agora ao requerimento...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Da minha autoria?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Ok.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Da Senadora Fátima Cleide. Colher o requerimento e depois a Senadora fará. E, logo em seguida, Senador Valdir, nós temos aqui o item 1 que o senhor é relator e nós passaremos a apreciar.

Aditamento ao Requerimento 38/2009 da CAS. Requeiro nos termos regimentais aditamento ao Requerimento 38/2009 CAS de autoria do Senador Marcelo Crivella, através do qual foi solicitada a realização de audiência pública para instrução do PLC 122/2006 com a presença dos seguintes convidados: Maria Benenice Dias, advogada, ex-desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; Roberto Gonçalves, advogado da OAB, Rio de Janeiro; Ivair dos Santos, Secretaria Especial de Direitos Humanos Presidência da República, Gustavo Venturi, Fundação Perseu Abramo; e Roberto Arriado Lorea, juiz federal.

A Senadora Fátima Cleide deseja fazer a apresentação, a defesa.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, Senadora, só para dizer que o outro requerimento já foi aprovado. E nós entendemos que foram convidadas cinco pessoas para dizer a mesma coisa. Então, para que haja, democraticamente, a defesa do contraditório, também, nós estamos apresentando esse aditamento, e eu fico super feliz porque até nós não fizemos nenhu-

ma audiência aqui, no início não achamos que necessitava. Mas já que houve o requerimento, então é bom que a gente escute os dois lados, e que a gente possa ter, cada vez mais, conhecimentos sobre os diversos aspectos que envolvem a polêmica do PLC 122.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Realmente, eu acho que é muito bem vinda a colocação da Senadora Fátima Cleide, que nós precisamos realmente ouvir as duas partes, para que cada um possa fazer a sua avaliação e que possamos ter o melhor projeto que seja em benefício da população.

Eu gostaria de colocar em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Temos agora a presença do Senador, do nosso vice-Presidente, o Senador Paulo Paim.

E vamos passar ao item 1. Decisão não terminativa, Projeto de Lei de autoria do Senador Gilberto Goellner, o relator é o Senador Valdir Raupp. O parecer é pela aprovação do projeto.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em análise nesta Comissão o Projeto de Lei 79/2008 de autoria do Senador Gilberto Goellner que pretende desonerar a exportação isentando da incidência das contribuições sociais agroindústria. Para alcançar o objetivo a que se propõe acresce um art. 22C à Lei nº 8.212/1991 que determina a não incidência de contribuições sociais sobre as receitas da agroindústria decorrente de exportação de produtos cuja comercialização ocorra a partir de 02 de dezembro de 2001. Estabelece ainda os parâmetros a serem utilizados para identificar as pessoas jurídicas, preponderantemente, exportadoras para os fins que especifica. Serão aqueles que tiverem a receita bruta decorrente de exportação no ano calendário imediatamente anterior aos da aquisição maior que 80% da receita bruta total no mesmo período. Nos termos do projeto para fazer jus à isenção, as empresas deverão atender aos termos e condições estabelecidos pela Receita Federal, e declarar ao vendedor da forma expressa e sobre as penas da lei que atende a todos os requisitos estabelecidos.

A iniciativa também determina que a pessoa jurídica, que, após adquirir a produção de agroindústria beneficiada com a suspensão, dá-lhes destinação diversa da exportação, ficará obrigada a recolher as contribuições não pagas pelo fornecedor acrescido de juro, de multa, de mora ou de ofício contados da data da aquisição. Finalmente, para atender os dispostos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2001, a Lei de Responsabilidade Fiscal. O projeto determina

que o Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente da isenção nela prevista, e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará Projeto de Lei orçamentário subsequente à publicação da lei, bem como, incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes. Um dos maiores desafios do Brasil é desonerar de tributos as suas exportações para conseguir colocar a sua produção no mercado internacional em melhores condições competitivas. É preciso incentivar a nossa agroindústria e a exportar. O projeto pretende estabelecer relativamente a contribuição previdenciária benefício semelhante ao que estabelece à legislação do PIS e da COFINS que exclui a tributação sobre as operações de venda de produtos com a finalidade de exportação para empresas conhecidas como tradings até o momento da efetivação da transação. Essa diferença de tratamento, conforme oportunamente apontou o autor da iniciativa, o Senador Gilberto Goellner, em sua justificção, tem criado uma situação de grande injustiça, pois, atualmente, somente são beneficiadas as grandes empresas com capacidade para exportar diretamente os produtores que têm menor porte envolvidos em operações de exportação indireta, se veem na contingência de ter que se valer da intermediação das tradings, caso queiram exportar, e o que é pior, sem poderem se beneficiar da não incidência das contribuições pela falta de estatuto jurídico que assim determina.

Assim, Sras. e Srs. Senadores, para fomentar a exportação e dar maior equidade entre os setores produtivos do nosso País, a iniciativa é de alta relevância para a sociedade brasileira.

Do voto. Em razão do exposto opinamos pela aprovação do PLS nº 79/2008. É o voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu posso imaginar que um dos graves problemas que o Brasil enfrenta seja em termos de exportações ou de, eventualmente, inclusive, a questão econômica interna é a distorção tributária, carga tributária e isso tudo vem, na verdade, dificultando e impedindo que o Brasil, inclusive, avance de uma maneira mais adequada, gerando mais emprego e mais renda. Por exemplo, a questão da desoneração na área da informática, onde as pessoas pensavam que haveria, na verdade, perda tributária, por causa da desoneração, houve um aumento da arrecadação de 80% em função da desoneração, quer

dizer, se desonerou e com base nisso a arrecadação aumentou em 80%, e a pirataria que era de 70%, 75 diminui para 40%. Então, é uma coisa sobre a qual eu penso que todos nós devemos nos debruçar.

Aqui existem dúvidas que, inclusive, foram levantadas, em termos de impacto disto na questão da previdência, quer dizer, se isso vai causar dificuldades ou não. A Secretaria do Tesouro Nacional levantou esta dificuldade, levantou também a dificuldade de que isso tem que fazer parte de um conjunto mais amplo de debates, como é a própria reforma tributária, mas como nós não sabemos do empenho das partes na aprovação da reforma tributária. A gente também não pode ficar esperando eternamente pela reforma, na hora que esta reforma vier, naturalmente haverá desoneração de acordo com o pretendido da folha de pagamento, haverá também outros critérios em termos de previdência que não os atuais.

Então, eu acho que as dificuldades que deveriam ser analisadas nesse projeto, mas, como o projeto é de natureza não terminativa, esse debate, propriamente econômico, tributário, vai acontecer na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu só penso que, em termos sociais, me baseando naquilo que aconteceu na área da informática que gera emprego, gera renda, se arrecadou mais, a pirataria diminuiu, significativamente, o preço do produto pirateado, o preço do produto legal ficou muito mais próximo do produto pirateado, então isso fez com que a economia avançasse, significativamente, na área da informática. Então, eu penso que, em termos sociais, esse debate é importante, gera emprego, gera renda e gera oportunidades.

Mas a Comissão de Assuntos Econômicos pode se debruçar mais atentamente nas observações que a Secretaria do Tesouro Nacional vem fazendo a respeito do tempo. Por isso eu voto a favor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para discutir, Sra. Presidente. Eu quero demonstrar a mesma preocupação que demonstrou aqui o Senador Flávio Arns, até para mostrar o mínimo de coerência, como eu falo sempre, de minha parte. Eu que apresento tantos projetos em defesa dos aposentados, pensionistas, idoso, deficientes; e sei que a receita é a seguridade social, consequentemente, ali está a Previdência. E quando o projeto vem na linha de uma renúncia de todas as contribuições previdenciárias para o setor de exportação, no caso aqui de produtos comercializados, eu demonstro também as minhas preocupações. E eu ia até reclamar aqui da orientação do governo, porque eu não tinha recebido nada, mas não vou reclamar, porque disseram que não recebi porque cheguei agora, então estou recebendo aqui, estou vendo a orientação pela rejeição do projeto, porque renúncias da Segurida-

de, da Previdência eu me preocupo, e muito, mas em respeito ao meu caro amigo Valdir Raupp, e também o autor do projeto eu vou seguir na mesma linha do Senador Flávio Arns, demonstrando as minhas preocupações, não vou pedir vista porque vai para a CAE, se fosse terminativo eu confesso que eu pediria vista, pediria vista para debater, discutir aqui e aprofundar. E já foi pedido vista coletiva, inclusive, já nos disseram. Mas eu levantei aqui as minhas preocupações, não é terminativo e na CAE nós vamos ter que aprofundar o debate, e não é só nesse caso, Senador Valdir Raupp, a minha preocupação é enorme. Nós estamos aqui para aprovar agora o fim do fator, o reajuste dos aposentados, temos esse veto que eu estou brigando tanto que é 16.67 e acaba sendo uma renúncia. Então, vista já foi pedida, vista coletiva, e eu vou acompanhar então a mesma posição do Senador Flávio Arns, na certeza que na CAE a gente possa aprofundar o debate.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em votação a matéria.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu vou votar, Sra. Presidente, eu vou me manifestar contra o projeto, pelas razões expostas pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Flávio Arns, então a minha posição vai ser contrária ao projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns, como vota, Senador? Contrário.

É simbólica?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para registrar meu voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aqueles que não aprovam se manifeste.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com respeito ao Senador Valdir Raupp.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado o projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu gostaria agora de... Eu vou ter que me ausentar por alguns instantes. O Senador Paulo Paim assume agora a presidência e o projeto item 14 que o relator é o Senador Casagrande.

Está com a palavra. O Projeto de Lei da Câmara nº 187 de 2008.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado.

Autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, Sra. Presidente, Sr. Presidente, tem o objetivo de regulamentar o exercício da profissão de técnico em imobilização ortopédica, e uma atividade que na Câmara dos Deputados a proposição foi submetida à análise

das Comissões de Seguridade Social e Família do trabalho e administração e foi aprovado conforme proposta original do Senado. E o artigo enumera, primeiro enumera as atribuições próprias à função de técnico em imobilização ortopédica, o art. 2º estabelece as condições para o seu exercício ao exigir do profissional certificado de conclusão de ensino fundamental e médio ou equivalente, e possua formação profissional por intermédio de escola técnica específica, cujo curso tenha duração, mínima, de dois anos. O outro requisito exigido é a posse do diploma devidamente registrado no órgão federal competente expedido por escola técnica em caráter público ou privado propriamente reconhecido pelo Poder Público.

O art. 4º determina que a escola técnica de formação de técnicos em imobilização ortopédica somente poderão ser reconhecidos se apresentarem condições de instalação satisfatória e corpo docente de reconhecida idoneidade profissional sob orientação de médico especialista em ortopedia. E os demais artigos. O art. 7º dispõe que as escolas técnicas em imobilização ortopédicas existentes ou a serem criadas deverão remeter o órgão competente para fim de controle e fiscalização de registro. Cópia da ata relativa ao exame final a qual conste os nomes dos alunos aprovados e as médias respectivas.

O art. 9º trata dos provisionados ao assegurar aos técnicos e auxiliares de gesso devidamente registrado no órgão competente e os direitos previsto no corpo do Projeto de Lei.

A análise que nós fizemos, Presidente, quanto à constitucionalidade, nós temos total concordância com relação à sua constitucionalidade, e, todavia, com relação ao mérito, nós fizemos algumas sugestões de mudanças naquilo que foi encaminhado pela Câmara dos Deputados e somos pela aprovação do projeto com uma emenda que trata da supressão de alguns incisos, primeiro o inciso II do art. 6º do Projeto de Lei da Câmara que diz o seguinte: a admissão à primeira série da escola técnica em imobilização ortopédica dependerá do cumprimento do artigo do disposto do § 2º do art. 4º desta lei, e que para haja entendimento também mudamos a redação do art. 10º, do Projeto de Lei, que trata da jornada de trabalho dos funcionários, abrangidas por essa lei. Será de 6 horas e de 30 horas semanais. E outra emenda no art. 2º, inciso II: possuir diploma de habilitação profissional devidamente registrado no órgão federal competente, expedido por escola técnica em imobilização ortopédica. E a emenda nº 4, do art. 8º: os diplomas expedidos por escolas técnicas em imobilização ortopédica, devidamente reconhecidas, terão validade em todo o território

nacional e deverão ser registrado nos termos do inciso II do art. 2º desta lei.

Com essas emendas, nós somos favoráveis à aprovação da matéria, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Não havendo... Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu tenho as minhas dúvidas que o Senador Casagrande poderia esclarecer, porque eu fico imaginando a formação de um técnico em imobilização ortopédica que é algo importante, necessário; mas que essa pessoa tenha que ser formada por uma escola técnica. Eu fico imaginando se existe essa possibilidade, no Brasil, se não seria, por exemplo, o caso de hospitais de fratura, por exemplo, que existem pelo Brasil, sei que lá em Curitiba existem alguns no Paraná, em outros Estados devem existir também. Se não seria o caso, por exemplo, mais viável, mas possível, mais realista, talvez que o próprio hospital de fratura numa parceria pudesse formar os técnicos, de imobilização ortopédica. Já tem a infraestrutura, tem o médico, tem a parte prática, tem a parte de estágio. Eu não sei até que ponto que uma escola técnica, não sei se já existe, se alguma escola técnica está ofertando esse curso, e não sei se seria possível fazer nessa direção. Ao mesmo tempo, eu fico pensando na carga horária de 30 horas semanais, será que isso é interessante? Será que não seria deixado para a situação específica de um determinado contexto? E as escolas técnicas devem, eu penso assim, que talvez, vamos dizer, sem impedir que a qualidade aconteça que houvesse um processo de formação através dos hospitais, e alguma coisa assim, que fosse autorizado. Não sei o que é que V. Exa. pensa do assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, essa matéria ainda tem condições de ser pedida vista dela, eu acho que o Senador Flávio Arns levanta questões que são merecedoras de reflexão por parte dele. Nós temos prazos, Senador Flávio Arns, que permite que a gente faça em conjunto essa reflexão e, se assim compreender que merece reflexão, ainda há essa oportunidade na tramitação legislativa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É terminativo em que Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Daqui vai para o plenário, porque ele veio da Câmara e, daqui, vai para o plenário.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Há possibilidade ainda do senhor pedir vista.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Vai para o plenário, na sequência.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para mim só enriquece.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu peço vistas então do processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Concedida vistas para o Senador Flávio Arns.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, pela ordem, antes de o senhor passar para outro item, porque, pedido vista, encerramos essa discussão.

Eu sou relator de uma matéria importante, que é a que regulamenta o cooperativismo de trabalho. O Projeto de Lei 131 foi aprovado na Câmara, e ele foi acordado na Câmara, eu estou apresentando o mesmo relatório no entendimento com OCB, Unicafe e demais entidades do setor do cooperativismo. A minha intenção, hoje, era pedir para que ele pudesse entrar em extrapauta, mas, talvez, os Senadores queiram ainda fazer um debate. É um projeto importante que as cooperativas de trabalhos, todas estão reivindicando a aprovação dele, se ninguém tiver discordância, poderíamos até apresentar o relatório extrapauta, se o plenário assim compreender. Se não for este o caminho, gostaria de marcar para incluí-lo em pauta. Eu, semana que vem, não estarei neste dia da Comissão aqui, para que a gente pudesse colocar em pauta, logo após, sem ser a semana que vem, quinta-feira é um feriado, na outra semana, a gente pudesse incluir em pauta já avisando aos parlamentares que nós votaríamos a matéria, se esse for o melhor encaminhamento. Um ou outro me atende, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Casagrande, a Mesa possui aqui um requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti. Em resumo, ele está pedindo uma audiência pública para debater o tema. E aí não sei como é que nós poderíamos fazer. Se for o entendimento do plenário, eu posso ler o requerimento, que é regimental. Naturalmente, marcaríamos, quem sabe, audiência pública para o debate e com o compromisso de, logo após a audiência pública, ser votado o projeto de V. Exa. o relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É uma prerrogativa, naturalmente, do Senador Mozarildo. Eu só quero, acho que é importante--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Assegurar que haja votação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --assegurar que haja votação e que todo mundo ceda um pouco nesse debate, para que a gente possa avan-

çar em termos daquilo que foi aprovado na Câmara. A Unicafe tinha uma discordância com o art. 7º e abriu mão, a OCB tinha uma discordância. Então, tem um entendimento firmado entre as entidades que tratam do cooperativismo nacional com relação ao projeto, mas toda a legitimidade do Senador Mozarildo de fazer a audiência pública. O que nós não gostaríamos é de adiar, de protelarmos porque a OCB vai comemorar também as suas datas, proximamente, e quer avançar com relação a essa regulamentação do setor de cooperativismo de trabalho, mas, naturalmente, nós temos aqui que nos curvamos àquilo que o parlamentar tem como legitimidade que é de fazer o debate destas matérias.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero deixar bem claro ao Senador Casagrande e para todos os nossos pares que, na verdade, o objetivo desse requerimento é justamente esclarecer pontos que no projeto estão obscuros e aí pode ver que eu estou requerendo a audiência depois entre o Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica Brasileira. Porque, realmente, eles questionam e aqui estou falando também como médico, que as cooperativas médicas não estão devidamente contempladas nessa questão. Então, como são cooperativas importantes para o próprio sistema, eu gostaria que eles pudessem esclarecer aos membros da Comissão de forma que nós pudéssemos votar, de maneira consciente, o projeto como está ou quem sabe, encontrando alternativas, como o próprio Senador Casagrande colocou.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Nós temos aqui, na verdade, do Senador Mozarildo Cavalcanti, só para informar ao plenário, dois requerimentos de audiência pública de dois temas diferentes. Se o plenário concorda, nós colocaríamos, de imediato, se tiver em votação os dois requerimentos de sua autoria, mas se dois temas diferentes, eu vou ler cada um deles. Se ninguém discorda, então está aprovado a entrada extrapauta dos dois requerimentos que eu vou ler, de imediato, o primeiro que trata da questão que envolve os Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Casagrande.

Sr. Presidente, nos termos do art. 93, inciso I, requero a realização de audiência pública a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara 131/2008 que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho e revoga o § único do art. 442 da consideração das leis de trabalho, aprovado pelo Decreto 5.452 de 1º de maio de 43. Para tanto, solicito que sejam ouvidas as seguintes organizações: Associação

dos Médicos do Brasil, Conselho Federal de Medicina, Federação Nacional das Cooperativas Médicas, Federação Nacional dos Médicos; sem o prejuízo de outras que possam ser indicadas pelos nobres membros desta Comissão. Senador Mozarildo Cavalcanti. Em discussão o requerimento. Se ninguém discorda, aprovado. E sem prejuízo de que sejam indicados outros nomes, se assim a Comissão entender.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Poderia reler os nomes, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para tanto solicito, Senador Mozarildo Cavalcanti, que sejam convidadas as seguintes organizações: Associação dos Médicos do Brasil - AMB, Conselho Federal de Medicina - CFM, Federação Nacional das Cooperativas Médicas FENCOM, e Federação Nacional dos Médicos - FENAM.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu gostaria de, com a permissão do Senador Mozarildo, acrescentar duas entidades: a OCB e a Unicafe que o Márcio, o coordenador da Unicafe me escapou, mas OCB e Unicafe para poder participar dessa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Entendo que não há problema nenhum, as duas entidades indicadas estão contempladas, e nós vamos acrescentar aqui no documento. Em votação. Os que concordam, permaneçam como se encontram, aprovado com adendo do Senador Casagrande.

O outro requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti. O Senador Flávio Arns queria se posicionar sobre isso? O outro requerimento do Senador Mozarildo Cavalcante.

Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Requeiro nos termos do art. 93, inciso II do regimento interno do Senado Federal seja convidado para debater em audiência pública desta Comissão o Secretário de Controle Interno do Tribunal de Contas da União em Mato Grosso, Dr. Carlos Augusto de Melo Ferraz, a respeito da saúde indígena e atuação da Fundação Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde sobre a questão. Aí vem a justificativa. Em discussão. Ninguém mais quer discutir. Em votação. Os que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Temos ainda um projeto, o item 7, que não é terminativo. Projeto de Lei do Senado nº. 412/2008. Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento de dislexia na educação básica. Autor Senador Gerson Camata, relatora é a Senadora Marisa Serrano. O parecer é pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta, e o Senador Mão Santa, a pedido da própria Senadora Marisa Serrano, poderia, ad hoc, ser o relator, se assim V. Exa. entender.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Estou aqui para obedecer o Presidente do Senado Paulo assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A pedido da Senadora.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Relatório da Senadora Marisa Serrano da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 402/2008 que dispõe sobre o diagnóstico de tratamento da dislexia na educação básica. Relatora: Senadora Marisa Serrano.

O Projeto de Lei do Senado nº 402/2008 de autoria no Senador Camata tem a finalidade de determinar que o Poder Público mantenha programa de diagnóstico e tratamento da dislexia em estudante de educação básica. É o que anuncia o art. 1º da proposição. O art. 2º estabelece que o diagnóstico do tratamento deve ocorrer por equipe multidisciplinar integrada por educadores, psicólogos, psicopedagogos e médicos. O acesso a recursos didáticos adequados ao aprendizado deve ser assegurado às crianças e aos adolescentes com dislexia, conforme determina o art. 3º.

O art. 4º determina que os sistemas de ensino garantam aos professores de educação básica cursos sobre o diagnóstico de tratamento da dislexia.

O 5º e último artigo é a cláusula da vigência da lei, prevista para o ano letivo subsequente ao da publicação. Na justificção do projeto, o autor ressalta a importância do diagnóstico precoce da dislexia, disfunção neurológica caracterizada pela dificuldade de leitura. Em consequência o aprendizado do aluno dislexo pode ser globalmente prejudicado cuja disfunção acarreta também dificuldades na compreensão dos enunciados.

Ainda, segundo o autor, o aluno dislexo pode se sentir frustrado e desenvolver problemas emocionais e comportamentos anti-sociais como excessiva agressividade e retraimento. O PLS nº. 402/2008 foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais que deverá iniciar a apreciação da matéria e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte para decisão em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise: a dislexia é um distúrbio do aprendizado de certos aspectos da linguagem, manifesta, principalmente, como dificuldade na leitura, existem basicamente dois tipos dessa disfunção neurológica, dislexia adquirida e dislexia de desenvolvimento adquirida é mais comum em adultos e tem como principais causas acidente vascular cerebral e traumatismo craniano, com dano cerebral. A de desenvolvimento tem causas ainda não bem definidas.

O tipo de dislexia de que trata o projeto de apreciação é o de desenvolvimento, ou seja, o que acomete

te crianças e adolescentes do período escolar. Esse distúrbio de leitura não está associado à deficiência mental e nem a distúrbio de visão ou audição.

Várias pessoas famosas e bem-sucedidas, em diferentes áreas, o crescimento foi dislexo. Churchill, Hans Christian Andersen, Agatha Christie, Albert Einstein e [ininteligível]. Apenas para citar alguns que enfrentam dificuldades na escola por serem dislexos.

Embora, em muitos casos, a dislexia leve não chegue a causar transtorno no seu portador, os estudantes com grau mais acentuado de distúrbio são alvos de incompreensão, de discriminação, tanto por parte de colegas, quanto professores, que desconhecem ou que não percebem a condição. A dificuldade de leitura, muitas vezes, é interpretada como sinal de debilidade mental, e as zombarias e as repressões afetam a auto-estima da criança ou adolescente dislexo.

Segundo a Associação Internacional, cerca de 10 a 15% da população mundial tem dislexia. Mauro Muszkat, neuropediatra da Universidade de São Paulo, estima que essa porcentagem seja de 5% da população escolar. Por sua vez, Mauro Spinelli, médico foniatra da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, considera esse percentual não superior a 1%. Qualquer que seja o percentual, o [ininteligível], o número de aluno dislexo é entre 12 milhões e 9 milhões. É bastante elevado que justifique a instituição de programa objeto da proposição.

O diagnóstico oportuno da dislexia de desenvolvimento possibilita ao corpo docente aos profissionais especializados em instituir medidas destinadas a melhorar o aprendizado dos alunos dislexos e de prever distúrbios emocionais e comportamentais consequentes ao ato discriminativo de que são vítimas. A prevenção desses estudos confere inegável mérito à proposição do que diz respeito à saúde.

O PLS nº. 402/2008 respeita o dispositivo do Regimento Interno do Senado, relativa à iniciativa e a tramitação de proposições legislativas, como os preceitos de técnica legislativa instituído pela Lei Complementar nº. 95. Exceto ao que diz respeito à data de início da vigência da lei, é conveniente que o art. 5º define essa data, motivo pelo qual, apresentamos a emenda com essa finalidade. A constitucionalidade, a juridicidade e o mérito relativo aos aspectos educacionais serão apreciados pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, amplo da decisão terminativa.

Voto. Em vista do disposto, o voto é pela aprovação do mérito, relativa à saúde do Projeto de Lei do Senado nº 412/2008, com a seguinte emenda: emenda da CAS, se dê ao art. 5º Projeto de Lei do Senado nº 402/2008 a seguinte redação: art. 5º esta lei entra

em vigor no dia 1º de janeiro do ano subsequente de sua população.

Presidente relatora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Mão Santa, que como relator ad hoc apresentou o parecer elaborado pela Senadora Marisa Serrano. A matéria vai ainda à Comissão de Educação. Está em discussão. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer que o projeto é da maior importância, é algo fundamental. A população com dislexia é uma população significativa, muitas vezes, com muitas dificuldades no contexto escolar, acadêmico, muitas vezes, dependendo da severidade do caso, a situação sendo confundida com deficiência intelectual e que não é, como o relatório fala, não é problema de visão, de audição. Então é um assunto que eu acho que merece mesmo a reflexão desta Comissão e daqui vai para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A minha dúvida, mas isso a gente debate na Comissão de Educação, é se nós não deveríamos tornar o projeto um pouco mais abrangente, porque dislexia é uma das situações que se chama distúrbio ou disfunção de aprendizagem, que, de acordo com as classificações, podem ser até mais presente do que a própria deficiência intelectual, porque nós poderíamos ter, por exemplo, disgrafia, disortográfica, dislexia, um conjunto de problemas de dificuldades que devem ser atendidas adequadamente e também no contexto escolar, não só, mas também no contexto escolar.

Mas eu penso que é uma das mais fundamentais e importantes e que deve receber de todos nós a atenção devida. Então, eu quero parabenizar o Senador Gerson Camata, autor pela preocupação, a Senadora Marisa Serrano que fez o relatório a favor, o Senador Mão Santa que foi o relator ad hoc, e dizer que esse debate a gente pode perfeitamente aprofunda-lo na Comissão de Educação.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a inscrição. Vamos à votação. O parecer é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 402/2008 com a emenda que apresenta de autoria do Senador Gerson Camata. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vou repetir a votação devido à emenda. Os Srs. Senadores que concordam com a emenda, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao item 10, também não terminativo com a presença já do relator Senador Paulo Duque. Projeto de Lei da Câmara nº 122/2008. Altera a Lei 9.615 de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização

de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais. Autor: Deputado Eduardo Cunha, relator: Senador Paulo Duque. Parecer pela aprovação do projeto. A matéria irá ainda à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento de sua tramitação.

A matéria consta da pauta da reunião do último dia 30/04/2009, sendo adiada a sua deliberação.

Com a palavra o Senador relator Paulo Duque para proferir o seu relatório.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é uma matéria muito oportuna a ser apreciada e definida, decidida por esta Comissão. Que o Brasil país muito grande, país que pratica muito esporte, país que tem um grande potencial, haja vista, as conquistas e os sucessos aqui no exterior. Ela tem como objetivo alterar uma lei denominada Lei Pelé, acrescentando a esta lei dois artigos. Um desses artigos determina que entidades de práticas esportivas e participação ou de rendimento profissional ou não profissional, amador, promovam exames períodos destinados a avaliar a saúde dos atletas. É claro que nem todas as entidades esportivas do país, sobretudo no interior, terão essa condição de ter médico e obrigar os exames periódicos. É difícil, mas não é impossível. E outro obriga a que os clubes, de modo geral, nas competições, de modo geral desportivas, de todo caráter, disponibilizem equipes para atendimento de emergência que possam acometer hábitos e atletas. Se já se faz isso, bem ou mal, a gente tem visto até na televisão, em grandes jogos de futebol, por exemplo, ambulâncias com equipes disponibilizadas para uma emergência qualquer.

O autor, que, ora, é o Deputado Federal, Eduardo Cunha, faz uma bonita exposição e acha que essas ocorrências funestas poderiam ter sido evitadas com diagnóstico precoce e atendimento médico adequado e oportuno. Tem razão. Esta proposição foi distribuída nesta Comissão, que depois irá para a Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Redistribuída a mim, por força da nova composição, a matéria já havia recebido minuta de relatório favorável de autoria do Senador Cristovam Buarque e cujos fundamentos aproveitei em várias oportunidades.

Embora a Lei Pelé seja bastante abrangente, ela é falha no que diz respeito à matéria tratada nesse Projeto de Lei da Câmara. Essa lei contém apenas um dispositivo que trata do assunto correlato ao determinar que é dever da entidade de práticas esportiva empregadora submeter os atletas profissionais aos exames médicos e clínicos necessários ao desempenho do

esporte. Ela não é abrangente à lei, ela cuida apenas do profissional.

Embora em alguns casos as mortes dos demais agravos à saúde dos atletas e dos árbitros possam ser evitados mediante um diagnóstico precoce, o dano surge inesperadamente, mesmo em atletas e árbitros sadios. Daí a importância da presença durante a competição de uma equipe multiprofissional, adequadamente treinada para o pronto atendimento. As mais frequentes emergências médicas que ocorrem durante as competições, que demandam atendimento imediato, são as contusões e as distensões musculares, os ferimentos abertos, as rupturas e ligamentos, as fraturas ósseas, as arritmias, paradas cardíacas, perda de consciência por compulsão cerebral, por exaustão ou por distúrbios metabólicos. Estamos registrando isso sempre, nas competições. Em todos esses casos, a atuação de profissionais habilitados para o atendimento de emergência é imprescindível, diz o autor. As medidas resultarão em benefício para o esporte brasileiro, especialmente, para os atletas e árbitros. Essas consequências benéficas conferem inegável mérito a essa proposição. Embora, aqui não seja a Comissão de Justiça, Presidente, mas quanto à constitucionalidade, não vislumbramos nem óbice à aprovação do projeto. Visto que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre esporte e sobre a proteção em defesa da saúde. É o que diz a Constituição Federal nos incisos IV e XII do art. 24.

São respeitados também os requisitos que conferem juridicidade à norma legal, os preceitos técnicos e legislativos instituídos pela Lei Complementar nº. 95/98 e os critérios à admissibilidade e à tramitação de proposições estabelecidas pelo regimento interno do Senado.

O voto é, pois, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122/2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Sr. Relator Senador Paulo Duque. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122/2008, do nobre Deputado Eduardo Cunha. Os Srs. Senadores e Senadoras, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Educação.

Chegou à Mesa uma solicitação extrapauta do Senador Adelmir Santana. Eu vou ler o requerimento. Requerimento 2009. Requeiro, nos termos do inciso I, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, no âmbito da Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego da Previdência So-

cial, para instruir os Projetos de Lei do Senado nº 115 e 152, que tratam da regulamentação da profissão dos comerciários, projeto de nossa autoria, o 115 e o 152, do Senador Simon. Já realizamos uma audiência pública com a presença dos representantes dos trabalhadores. Entendo e já estou defendendo o seu requerimento. Então, solicito ainda que sejam convidados a participar da audiência pública os abaixo-relacionados: Sr. Roque Belizário Júnior, Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas – CNDL; Sr. Alencar Buth(F), Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil - CACB; Sr. Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; e o Sr. Nabil Sahyoun, Presidente da Associação Brasileira de Lojistas de Shopping - ALSHOP, de autoria do Senador Adelmir Santana. Os que concordam--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Sr. Presidente, só queria fazer... V. Exa. já disse as razões, tivemos uma audiência pública quando eu vim dos trabalhadores, e, naquele instante, fizemos esse requerimento que tinha que ir todas as centrais, todos os representantes dos comerciários, e a necessidade de ouvirmos a outra parte.

Eu queria pedir um adendo à V. Exa. à inclusão - aí tem quatro nomes - de um quinto nome, se fosse possível, que é o Presidente da Associação Brasileira de Supermercados, que emprega muita gente nessa área dos comerciários, Sr. Susumo Honda. Se for possível, eu queria a inclusão antes de submeter à aprovação ou submeter à aprovação, já com essa inclusão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, primeiro, eu consulto o plenário se concordam extrapauta, permaneçam como se encontram os que concordam. Concordamos. Agora, vamos à votação do requerimento, com o adendo proposto por V. Exa. Então, os que concordam com a aprovação do requerimento, com o adendo colocado pelo Senador Adelmir Santana, que ele vai encaminhar à Mesa, por escrito, mas que ele já fez de forma oral, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu só quero dizer que concordo integralmente com a sua argumentação. Os próprios representantes dos trabalhadores, naquela oportunidade, foram ouvidos, e nós combinamos, naquele momento, que ouviríamos também os representantes. E talvez tenhamos até uma terceira, quem sabe com as duas partes construindo um grande entendimento. Então, o requerimento foi também aprovado. O Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só pediria a palavra para fazer uma solicitação à Mesa. Não sei se é possível agora.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que o Ministro da Saúde... Duas solicitações, na verdade. A primeira: o Ministro da Saúde esteve em audiência pública nesta Comissão há algum tempo, e a assessoria parlamentar do Ministério da Saúde está aqui presente, inclusive, e eu próprio levantei a situação para o Ministro da situação da Portaria 2.867, de 27/11/2008, que diz que as ações de fisioterapia, várias coisas, mas entre as várias coisas: fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, medicina, que ocorre na área da deficiência intelectual e do autismo, que elas deixariam de ser extrateto e passariam a constar no teto do Município e do Estado, e isso já fez com que houvesse uma diminuição de recursos que chega, inclusive, a 30%, e o Ministro disse que voltaria à situação anterior, que já havia determinado, e eu sei que ele já havia promovido, inclusive, em manifestações que aconteceram no Brasil, mas não aconteceu nada até agora. Na área da saúde mental para a pessoa que tenha distúrbio mental, distúrbio psíquico, a mesma coisa. Quer dizer, era extrateto e passou a ser no teto, e isso faz com que os programas de saúde mental, naturalmente, Estados e Municípios que tem mil necessidades na área da saúde, vão dizer: "Olha, pessoa com doença mental vai ficar lá no fim da lista". O Ministro disse: "Não, nós vamos mudar as duas situações". E, ao mesmo tempo, a terceira situação que foi levantada na audiência com o Ministro, foi a questão da regulamentação da genética clínica no SUS, o Ministério da Saúde já autorizou que a genética clínica passasse a constar nos procedimentos do SUS, mas falta a regulamentação e o Ministro, inclusive, disse, o Dr. Beltrano estava na audiência pública também, o Dr. Beltrano já está providenciando e vai providenciar. Contudo, não sei há quanto tempo aconteceu a audiência pública com o Ministro. Um mês, mais ou menos, mais ou menos, um mês, mas de qualquer forma o Ministro havia prometido isso já para a PAS(F) e representantes da área há cerca de três meses. O que me preocupa é que isso não aconteceu.

Então, eu queria fazer o apelo. Já fiz na tribuna do Senado e faço agora, nesta Comissão, que eu poderia, inclusive, auxiliar na redação de um documento para que não seja uma posição minha, Sr. Presidente, seja uma posição da Comissão de Assuntos Sociais, escrevendo para o Ministro e pedindo, como desdobramento da audiência pública, o encaminhamento definitivo dessa solução, porque há um drama no Brasil, uma preocupação no Brasil inteiro, e, se o Ministro disse, ele já está convencido disso. Ele falou, pelo menos, na audiência, dizendo que o Dr. Beltrano já ia mudar, mas, como não mudou até agora, assim pedindo. Por

que procrastinar, se já existe a decisão de mudar? E existe um clima de absoluta intranquilidade no Brasil, na área da pessoa com doença mental, distúrbio psíquico, saúde mental, que a gente teve a audiência. Então, o apelo que eu faço é que haja, simplesmente, uma correspondência oficial, mas deixando bem claro, e o apelo eu fiz para a Senadora Rosalba, no plenário, ela estava presente.

E a segunda coisa, Sr. Presidente, é que nós tivemos uma bela audiência pública noutro dia a respeito da saúde mental, com a Associação Brasileira de Psiquiatra, a Associação de Psiquiatra do Distrito Federal, Escola Paulista de Medicina e o Dr. Pedro Delgado, e foram levantadas algumas situações pela Associação Brasileira de Psiquiatra do Distrito Federal, e eu penso que não precisa, há um conflito entre as partes, e esse conflito, na minha ótica, não precisa existir, porque nós precisamos, na verdade, é entender que hospitalização continua sendo necessária, medicamentos são necessários e tratamentos, eventualmente, são necessários como é necessário e imprescindível a organização de serviços para pessoas com distúrbio mental na comunidade, prevenir problemas, identificar precocemente, e, assim por diante. Então, eu gostaria de sugerir que houvesse, simplesmente, uma reunião administrava em que nós poderíamos, administrativamente, aqui dentro desta Comissão, oficial, dentro desta Comissão, e eu me coloco à disposição para vir, para conversar com as pessoas, a gente convidar, mas fazermos esta reunião aqui na secretaria da Comissão para dizer: "A reunião vai acontecer na Comissão de Assuntos Sociais para buscarmos formas de entendimento de parceria". Eu costumo fazer muito isso na Comissão de Educação. A gente tem audiência pública, mas a gente faz, toda semana, reuniões administrativas para irmos resolver os problemas, porque se a gente for resolver só na audiência pública nós vamos demorar muito tempo, e nem sempre na audiência pública é o clima adequado para achar uma solução, às vezes, tem que se discutir, tem que sentar, tem que ver, ponderar, pense nisso, pense naquilo. E a Comissão pode ajudar a fazer com que as pessoas convirjam para um denominador comum.

Então, são os dois pleitos, encaminhamento e um documento, e depois a gente conversar com a secretaria da Comissão, a Gisele que é sempre muito atenciosa e solícita, nesse sentido, para nós agendarmos uma reunião, que as pessoas já querem vir conversar e conversarmos para ter o desdobramento da audiência pública. Que o que mais me angustia é a gente fazer audiência pública, o problema é levantado, a gente vê que pode ter a solução. Então, nós vamos contribuir para esta solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Flávio Arns, com certeza absoluta, V. Exa. será atendido nas duas solicitações, tanto a primeira, que é simplesmente um ofício, baseado na sua fala ao Ministro da Saúde, encaminhado pelo Presidente desta Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E a assessoria parlamentar do Ministro se encontra aqui presente, e ela até já pôde antecipar isso no gabinete do Ministro--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza absoluta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --para dizer: "Olha, eu acho que, no Brasil, tem tanta coisa que a gente pode resolver logo, não ficar demorando". Ainda mais se existe a concordância.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E a segunda questão, também não vejo problema algum, de termos uma reunião administrativa. Vou passar, inclusive, a sua solicitação, não só à secretaria, mas também à Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini. E V. Exa. mesmo já na Comissão de Direitos Humanos e outras Comissões, fez diversas reuniões, como essa, que deram resultados concretos, por isso, tenho certeza absoluta, que o seu pedido será atendido.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer, Sr. Presidente, que V. Exa. era o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e foi trazida a situação de medicamentos excepcionais de alto custo. Eu acho que nós estamos chegando ao ponto, agora, felizmente, de termos um projeto consensual, executivo, doentes e legislativo, fruto de conversas, de brigas e de discussões e tal; mas no final se chega a uma conclusão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Lembro-me que V. Exa. e o Senador Tião Viana tinham dois projetos e houve essa negociação com o Executivo e que V. Exa. dá agora a boa notícia e poderíamos ter uma redação única, mediante o entendimento que vai beneficiar a todos.

Por fim, comunico o recebimento do Ofício 774, da Câmara Municipal de Diadema, referente ao Requerimento nº 346/2009, de voto de congratulações pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 60/2007, regulamentando a presença de um psicólogo e um assistente social nas escolas públicas.

Está encerrada a presente reunião da Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República. Muito obrigado, Senador Mão Santa, aqui presente ainda, Senador Flávio Arns.

Sessão encerrada às 13h06.

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 09 DE JUNHO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e quarenta e três minutos, do dia nove de junho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, EXPEDITO JÚNIOR, ROBERTO CAVALCANTI, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, ROSALBA CIARLINI, EFRAIM MORAIS, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, CÉSAR BORGES, EDUARDO SUPLYCY, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP e MARISA SERRANO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata das reuniões anteriores que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos de nº 19 e 40 de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e do Senador Papaléo Paes, com vistas a debater as Políticas Públicas para a Prevenção às Queimaduras e a Reabilitação de Queimados. O Senador convida para comporem a mesa: a Sra. Roberta Maria Leite Costa – Coordenação de Média e Alta Complexidade da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) - Ministério da Saúde; Dr. José Adorno – Coordenador de Cirurgia Plástica da Unidade de Queimados do HRAN; Dr. Flávio Nadruz Novaes – Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras; e a Sra. Ana Aparecida de França e Silva – Presidente da Associação dos Portadores de Sequelas por Queimaduras (APOSEQ). O Presidente esclarece que cada convidado terá quinze minutos para suas exposições com tolerância de dois minutos para conclusão. O Senador Augusto Botelho registra a presença dos senhores Dr. Mário Frattini – Médico do SESI/HRAN, Dr. Leonardo Rodrigues da Cunha – Médico do Hospital de Queimaduras Ltda, Anápolis-GO e Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras, Regional de Goiás, Dr. Francieleide Paes da Silva - Média Cirurgia Geral e a Sra. Neli Muraki Ishikawa – Técnica do Ministério da Saúde. Fizem uso da palavra os Senadores Papaléo Paes, Flávio Arns e Rosalba Ciarlini. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, **Eliana Almeida**

Zamboni R. da Cunha, Secretária Adjunta da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Augusto Botelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Augusto Botelho**, Presidente em exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 6ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior da Comissão. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos 19 e 40 de 2009, da CAS, no âmbito do Ciclo de Debates sobre o SUS, 20 anos do SUS, tendo como tema *As Políticas Sociais para a Prevenção às Queimaduras e Reabilitação dos Queimados*.

Os nossos convidados ilustres para... Estão presentes, e convido-os para tomar lugar à Mesa: a Sra. Roberta Maria Leite Costa, da Coordenação de Queimados do Ministério da Saúde; a Sra. Ana Aparecida de França e Silva, Presidente da Associação dos Portadores de Sequelas em Queimaduras, APOSEQ; o Dr. Flávio Nadruz Novaes, Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras; o Dr. José Adorno, Chefe de Cirurgia Plástica da Unidade de Queimados do HRAN.

Esclareço que cada convidado terá quinze minutos para a sua exposição, com dois minutos de tolerância. Logo após as exposições, abriremos a palavra para as Sras. e Srs. Senadores, para os seus questionamentos. A lista de inscrição já está aberta.

Com a palavra a Dra. Ana Aparecida de França, Presidente da Associação dos Portadores de Sequelas por Queimaduras, da APOSEQ.

SRA. ANA APARECIDA DE FRANÇA E SILVA: Bom dia a todos--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A campanha toca automaticamente quando faltar um minuto para terminar.

SRA. ANA APARECIDA DE FRANÇA E SILVA: Obrigada. Primeiro, eu gostaria de fazer uma ressalva, eu não sou doutora, eu sou professora, e faço um trabalho voluntário junto aos portadores de necessi-

dades... Ô, desculpa, os portadores de sequelas em queimaduras, aqui em Brasília.

Eu elenquei alguns pontos que eu gostaria de colocar, até representando os sequelados, para melhor elucidar a minha fala.

Então, existe hoje no país, não são números, assim, que eu posso precisar, mas cerca de um milhão de pessoas queimadas. Nesse contexto a gente coloca todas as queimaduras. Desde as mais leves até as mais graves. Então, é um número bastante grande, elevado, assusta, mas acontece em nosso país.

E, nesse contexto, nós temos como grande vilão os acidentes domésticos e, em especial, os causados com álcool. E seguido deles, também os acidentes causados por acidentes de trabalho, acidentes de carro, também, nós temos alguns, mas a grande maioria mesmo são os acidentes domésticos.

Dentre as dificuldades do sequelado em queimaduras, eu elenquei as dificuldades de acesso ao tratamento. Existem muitas unidades de queimados no país, mas nem todas as regiões do país contemplam o tratamento de queimados. Então, existe cerca de 18 estados que atendem à demanda de queimados e esse atendimento está distribuído entre a rede particular estadual e também no âmbito federal e o que leva as pessoas das regiões onde não tem esse atendimento a ter que buscar em outros estados.

Então, principalmente, a região norte, o Amazonas, o Acre, então... O Tocantins... Essas regiões não têm unidade de queimados. Então, o que faz com que essas pessoas procurem em outras localidades, como, no caso, Brasília, mais próxima dessas regiões, a gente acaba recebendo um número mais acentuado dessas pessoas aqui, que vem em busca do tratamento.

Um outro ponto, também, que eu elenquei foi a questão de melhorar e implementar o sistema de saúde pública, tendo em vista melhorar e atender a demanda de cirurgias reparadoras, assistência social, o apoio em medicamentos, o apoio psicológico e fisioterapêutico.

Como não existem tantas unidades de queimados, como eu citei, e não existem também, assim, muitos profissionais que estão para atender essas pessoas, dificulta no caso a... O acesso do paciente nas cirurgias reparadoras. Eu acredito que depois o Dr. Mário e o Dr. Flávio vão elucidar melhor isso, que são da área técnica, são especializados nisso.

E outra dificuldade que o sequelado em queimadura também enfrenta é em dar continuidade ao tratamento de reabilitação. Esse tratamento de reabilitação, que acontece no ambulatório, depois que ele ganha a alta da unidade de queimados, ele passa por

um processo bastante demorado de tratamento e aí entram as dificuldades dele.

A grande maioria dos sequelados em queimaduras são pessoas carentes e tem que se deslocar das suas... Dos seus locais de moradia para um lugar mais longe, para fazer o seu tratamento.

Então, eles encontram dificuldade no transporte, porque é uma rotina bastante puxada no decorrer da semana, cerca de três vezes na semana ele tem que retornar ao hospital para fazer o tratamento que compreende a troca de curativos, a fisioterapia, o tratamento psicológico e também os retornos com o cirurgião plástico.

E esse ir e vir para ele é bastante difícil, tendo em vista que ele, sendo uma pessoa carente, ele não tem como bancar o seu ir e vir com passagens de ônibus, até porque os mesmos têm que vir acompanhados de um familiar, que eles estão impossibilitados de se locomover sozinhos.

Outra dificuldade aqui também na questão da reabilitação é o acesso ao medicamento. Então, o sequelado em queimadura, ele passa por uma rotina de uso de óleo hidratante mineral, que é bastante caro, o uso do filtro de proteção solar e a questão da malha de compressão, que é um dos itens mais caros do tratamento.

Então, isso ainda não está disponível de forma, assim, fácil para o sequelado. Essa é uma das maiores dificuldades que a gente enfrenta hoje. A outra... E também mais grave, a gente pode elucidar isso nos relatos dos próprios sequelados, é a inserção social dele, seja na escola, na sociedade ou no mercado de trabalho.

Por que isso acontece? Devido ao preconceito em relação a sequelas. Então nós temos casos de sequelados que foram fazer refeições em restaurantes e se depararam com o fato de pessoas que saíram do local porque não estavam suportando conviver com uma pessoa que tivesse uma marca tão visível.

E recente, nós temos também, um dos sequelados que está aqui presente, o Juarez, ele está enfrentando dificuldades de trabalho, de reinserção no mercado de trabalho dada às sequelas que ele ficou, que são bastante visíveis.

Então, a sociedade ela tem se preparado para aceitar, para incluir as pessoas. Mas o sequelado em queimadura, ele sofre isso de forma mais pontual.

Depois vou falar um pouquinho da lei.

A questão... Uma outra coisa que nós entendemos que precisa ser melhorado, tendo em vista o grande número de pessoas sequeladas no país, é intensificar as campanhas de prevenção. Eu acho que esse sentido nós podemos contar com o apoio de todos os se-

nhores. Essas campanhas teriam que ser campanhas educativas mesmo, no âmbito do próprio país.

Então, não adianta a gente só fazer um trabalho de formiguinha, essa ação tem que acontecer de forma mais macro pra que a gente possa minimizar esse número aí de pessoas com sequelas em queimaduras.

Então, as pessoas geralmente elas se queimam muito na época dos festejos juninos, então por isso que seria necessário a gente intensificar essas campanhas. Na época do frio, porque improvisam aquecedores com álcool, pessoas que estão em condições de risco, morando em barracos que não tem energia elétrica, elas improvisam a iluminação com velas, o que leva a acidentes de queimar a casa e automaticamente as pessoas...

Um outro item também... A segurança da rede elétrica, a segurança no trabalho e também a questão dos fogos de artifícios, que nessa época do ano as pessoas acabam se excedendo e que traz muita gente para o hospital.

Eu coloquei um item também, da adequação da lei, da legislação. Então, nós sabemos, assim, todos nós temos direitos. E cabe a nós um questionamento: por que será que ainda hoje o sequelado em queimadura tem que passar por esse constrangimento?

Ele não tem os mesmos direitos que uma pessoa portadora de necessidade especial, porém, para a sociedade ele é uma pessoa que é renegada, porque ele tem uma marca física visível. Então, para o mercado de trabalho ele não serve. Ninguém vai querer dar um trabalho para uma recepcionista que tem uma seque-la visível no rosto. Então, quem vive essa história de perto sabe o quanto que isso é verdadeiro.

Como eu citei, a sociedade, ela tem buscado formas de inclusão, mas o sequelado em queimadura, ele não é contemplado ainda nessa... Nessa inclusão. Então, a gente sabe que o art. 23, ele prevê sobre o acesso de... À saúde, a Lei 7.853, de 89, ela dispõe sobre o apoio aos PNEs, que é os portadores de necessidades especiais. Então, ele... A lei ela veda qualquer tipo de discriminação nos salários, cria critérios de admissão do portador de necessidade especial no mercado de trabalho, garantindo reserva de vaga nos concursos públicos e até garante a distribuição de remédios. Isso tudo está assegurado através da própria Constituição Federal.

Então, um dos nossos anseios aqui, enquanto representante dos sequelados em queimaduras, é isso: por que o sequelado em queimadura ainda não é contemplado nessas leis? Porque para ele conseguir um benefício, ele tem que comprovar que ele é um deficiente físico, ou um portador de necessidade especial,

que também depois eu acredito que o Dr. Adorno vai elucidar melhor a questão das sequelas.

Só que deixo registrado isso: por que que a gente ainda não conseguiu? E eu acredito que hoje, a gente possa, assim, dar passos para que a gente possa conseguir algumas ações mediante a isso, para ter assegurado também o direito do sequelado e a inserção dele de forma mais cidadã.

Então, é isso que eu gostaria de deixar registrado. Eu acredito que todos os sequelados que estão aqui já sofreram essa discriminação, esse preconceito. Então, quem não sofreu enquanto sequelado, sofreu enquanto mãe. Quando você tem que... Tanto que quando a criança queimada, ela tem que retornar ao ambiente escolar, ela sofre muito, porque ela passou a ter uma nova fisionomia, ela tem marcas e a sociedade, infelizmente, ainda não está preparada para lidar com isso.

Embora a gente tenha esse número grande de portadores de sequelas de queimaduras, então a sociedade ainda não está preparada para melhor assisti-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, D. Ana Aparecida França.

Eu gostaria de falar com os convidados, que essas palestras aqui serão depois compiladas num relatório, cujo relator é o Senador Papaléo Paes, que está aqui presente, que é o Vice-Presidente da Comissão de Saúde, e nós temos também o nosso assessor do Senado na área de saúde, Dr. Romero, que está ali tomando as devidas anotações, que vai ajudar o Papaléo na elaboração do relatório.

O Senador Valdir Raupp é de Rondônia e o Senador Paulo Paim é do Rio Grande do Sul, são dois Senadores que também são grandes interessados na área social e na área de saúde. Papaléo e eu somos médicos, somos obrigados a ficar e temos interesse, naturalmente, pela profissão. Mas esses dois são dois que contribuem muito com a gente nas ações de saúde aqui e mais outros senadores que não estão aqui presentes.

Esse um milhão e 600 mil são pessoas--

SRA. ANA APARECIDA DE FRANÇA E SILVA: Não... Um milhão.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Um milhão... Há um milhão e seiscentas...

SRA. ANA APARECIDA DE FRANÇA E SILVA: Cerca.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Há cerca de um milhão, com sequelas de queimadura ou de acidentes de queimados por ano?

SRA. ANA APARECIDA DE FRANÇA E SILVA: Não. Esses dados, assim, como eu te falei, eu não posso precisar esse número. Depois o Dr. Flávio vai elucidar melhor, vai complementar essa fala. Então, assim, há dados que cerca de um milhão de pessoas sofrem queimaduras no país. Só que esse dado, assim, não são todos queimaduras graves, são todos os acidentes, desde uma queimadura com ferro de passar até as queimaduras mais graves.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ok.

SRA. ANA APARECIDA DE FRANÇA E SILVA: Mas existe um número grande de pessoas que são queimadas, sofrem queimaduras no país. Nem todas, claro, deixam sequelas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado.

Agora é o Dr. Flávio Nadruz Novaes, Presidente da Sociedade Brasileira de queimaduras. O senhor tem 15 minutos. A campanha não tocou hoje? Está bom, está Ok.

SR. FLÁVIO NADRUZ NOVAES: Excelentíssimos Srs. Senadores, bom dia. É uma honra estar aqui no dia de hoje tendo essa oportunidade.

O mote daquilo que vou falar, do ponto de vista didático, seguramente não teríamos a fala da professora Ana se tivéssemos feito a prevenção das queimaduras.

O segundo tópico que vou procurar ser lógico na minha apresentação é a colocação de que nós não temos que criar leis de proibição, mas sim criarmos leis à prevenção, ao estímulo às campanhas e a educação para que elas não ocorram.

Primeiro, por favor.

Então, assim, alguns conceitos. Primeiro, de que queimadura não é acidente, ela pode ser prevenida em quase a sua totalidade.

Tem um *pointer* aqui, muito obrigado.

Aquilo que referencia este um milhão apresentado pela professora Ana, isso vem da literatura médica num livro de Maria Cristina Serra e Dino Gomes, um livro de mais de 10 anos, que se chama *Queimaduras*, aonde há essa colocação, na forma que ela disse, não de internações, mas em todos os níveis e certamente esse é um número muito aproximado.

Segundo, o que nos rege hoje, do ponto de vista de atendimento, são as Portarias 1.273 e 1.274 do Ministério da Saúde, do ano de 2000, que normatiza os serviços de queimadura classificando-se como alta complexidade, também cuja abordagem ela leva a pensar nessa distribuição geográfica.

O que eu quero aqui também colocar em relação à Dra. Roberta é que hoje há uma forma muito harmô-

nica e muito sinérgica de produzir resultados entre o Ministério da Saúde, entre a sociedade brasileira de queimaduras, onde esta interlocução está permanentemente aberta, de forma a nós podermos construir juntos um modelo bastante saudável, bastante democrático dessa assistência e então essa possibilidade nos foi oferecida.

Política de prevenção das queimaduras, do ponto de vista público, nos faltam bastante, com campanhas ou ausência que seja do meu conhecimento, de prevenção a nível nacional nunca realizadas.

Seguinte, por favor.

O que acontece hoje no serviço do qual eu sou coordenador, numa cidade a 143 quilômetros da Capital do Estado de São Paulo, da cidade de São Paulo, que se chama Limeira. Entre o dia 1º de janeiro e 30 de maio, nós tivemos 141 internações e o número total de dias eram 151. Ou seja, nós tivemos 0,93 internações/dia, praticamente uma internação por dia no nosso serviço. Dessas internações, 29, ou seja, 19,21%, praticamente 20%, das internações eram crianças menores de 12 anos. Dessas 29, 11 álcool líquido, 38%, e 18 por líquido aquecido, 62%.

Quero destacar que dessas crianças duas tinham menos de um ano. Qualquer outro agente foi zero. Considerando, então que, vamos lá, o raciocínio, quase 20%, isso no meu serviço, quer dizer, este que eu tenho o dado fidedigno, 20% tem menos de 12 anos e dentro desses agentes eu gostaria de dizer que nós poderíamos já ter diminuído 20% dessas internações, haja vista, como disse, nenhum outro agente queimou essas crianças senão líquido aquecido e inflamável, e este inflamável era o álcool líquido.

Seguinte, por favor.

Estes somos nós: a caneta ali não é um esquecimento, mas é um parâmetro de comparação de tamanho. Eu pessoalmente fiz essas fotografias há dois anos, em Aracaju, onde existe uma feira de fogos de artifício; aquela da esquerda permite inclusive que seja soltada dentro da água. Isso está livremente lá, pelo menos há dois anos, foi quando eu fiz essas fotos lá.

Então, precisamos prevenir, precisamos que haja legislação para o limite disso ou qualquer outra, haja vista o aumento no Nordeste, no Estado de São Paulo, isto não me parece significativo, dos acidentes que provocam queimaduras e grandes mutilações por conta das festas juninas.

O Seguinte.

O que nós temos hoje do ponto de vista da sociedade? O Dia Nacional do queimado, dia 6 de junho, foi sábado passado, instituído em 1919 pelo Senador Lúcio Alcântara, do Ceará. Todas as iniciativas que tangem ações de comemoração do Dia Nacional do

Queimado partem das regionais, da Sociedade Brasileira de Queimaduras e, progressivamente, felizmente temos tido bastante adesão e isto tem crescido, tem tido apoio da mídia a divulgação e sempre que a gente fala a gente acaba indiretamente já prevenindo as queimaduras.

Seguinte.

Algumas propostas: o Projeto de Lei 117/2009 que institui a semana de prevenção às queimaduras, do Deputado Estadual Jonas Donizette, do PSB São Paulo; o Projeto de Lei 659/2002 que tange a regulamentação, a comercialização do álcool líquido, proposta da Deputada Estadual Maria Lúcia Prandi, do PT de São Paulo, segundo informações está para sanção do Sr. Governador do Estado, Sr. José Serra; e o projeto 692/2007 que restringe a venda do álcool líquido, do Senador Antônio Valadares, do PSB do Ceará, que está em trâmite agora neste momento aí aqui a nível federal. É o único, e eu por isso coloquei em destaque, seja do nosso conhecimento.

Mais um, por favor.

Estas algumas iniciativas. Os dois primeiros são cartazes feitos pela Sociedade Brasileira de Queimaduras, um de 2008, o do meio de 2009, para comemorar o dia, isto a gente disponibiliza. A nossa Sociedade precisa se destacar aqui, a Sociedade Brasileira de Queimaduras, em número, é a terceira do mundo. A primeira está nos Estados Unidos, a segunda no Japão, a terceira é a brasileira.

A Sociedade Brasileira de Queimaduras, diferentemente do que alguns dizem, ser pequena, ela é grande. Ela é muito maior do que a do Canadá, França, Inglaterra, Espanha, Itália e países desenvolvidos.

O da direita é uma campanha feita no Estado do Ceará, *Queimadura Também Marca para o Resto da Vida*, foi uma campanha feita no início da virada do milênio, ano 2000, com uma grande repercussão. Enquanto essa campanha foi praticada na sua fase de impacto, houve uma sensível redução dos casos com visitas a domicílio, cartilhas e tudo mais.

No ano de 2008, o Maurício de Souza fez o lançamento, no Estado de Minas Gerais, junto com o Governador Aécio Neves, daquele gibizinho, cuja proposta era, em dois anos, serem distribuídos 10 milhões de cartilhas. No Estado de São Paulo, a proposta é que seja distribuída uma cartilha a cada aluno do ensino fundamental, e que isto chega a uma casa dos dois milhões no Estado.

Então, esta iniciativa é muito didática e, inclusive, obriga a criança, na sua leitura, consultar os pais quanto aos passatempos que contem e temos também essa disponibilidade, como falei aos senhores, todas essas iniciativas privadas e torcemos pelas iniciativas

públicas. Se somos exemplo no mundo a redução da AIDS, sem dúvida nenhuma é porque nós brasileiros fizemos isso com muita competência e continuamente mantemos essa lembrança. Antes de carnaval, de festas e tudo.

Então, este paralelo que eu trato onde se tornou líder, é isso que nós gostaríamos enquanto pessoas participantes na nossa sociedade que nós conseguíssemos também essa drástica redução a partir das campanhas.

Seguinte, por favor: sequela. Que aquilo que a professora Ana falou. Quanto custa tratar uma sequela? É só operar? Não, não é. Quer dizer, quanto tempo dura este tratamento? É só cirurgia auto-hospitalar? Também não é. Qual o custo à família com transporte, com tudo, como ela muito bem colocou? Qual o custo da redução de capacidade laborativa? Qual o custo previdenciário, haja vista que muitos desses pacientes adultos superam um ano ou dois anos até retornarem à sua capacidade de trabalho normal. Qual o custo de reinserção social? Quer dizer, são perguntas das quais eu pessoalmente estou procurando respostas.

Qual o custo a todo e qualquer processo de humanização, dentro de sequelas tão graves como estas duas que a gente coloca aqui? Quer dizer, aquela criança, ela não consegue andar; aquela paciente, cuja face, obviamente, por motivos também sabidos, está tapado, não eleva seu braços e tem uma deformidade bastante acentuada.

Então, são perguntas que nós devemos nos fazer para que possamos evitar talvez todas essas questões que são muito elevadas e trazer com isso, então, a redução às queimaduras a partir da prevenção.

Seguinte.

Concluindo, então. Nossa proposta de promover campanhas de prevenção, promover pesquisa, a nível acadêmico, no tratamento, nas queimaduras, na forma de prevenir, promover cursos de capacitação, uma parte disso a Sociedade Brasileira de Queimaduras tem se proposto a realizar, a partir de um curso que se chama Curso Nacional de Normatização de Atendimento ao Queimado, promover a adequação dos ambientes, evitando então o grande perigo que a cozinha representa nestas crianças com líquidos aquecidos, promover eventos como esse que possam formar opinião a favor de prevenção e lembrar aqui, destacado, que inclusive uma das discussões até de inserção de tecnologia, o Supremo Tribunal Federal, na presença do Sr. Presidente, o Ministro Gilmar Mendes tem procurado tratar no âmbito de todo do SUS, não só das queimaduras, mas aonde também procuramos fazer com que essa inserção não seja visto como aumento, mas sim de redução de custo, como forma de nós reinserirmos esse

paciente o mais rapidamente. E a nossa imaginação talvez permita tantas outras ações que culminem, então, com esta prevenção.

O último, por favor.

Para que a gente tenha boas visões como esta. Muito obrigado, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A jato. Dr. Flávio Nadruz falou rápido, mas deixou bem claro que nós precisamos educar as pessoas e a nação brasileira, o Governo tem que entrar mais um pouco nisso, não só o Governo, as pessoas também, os estados e os municípios.

A nossa Presidente esteve aqui presente mas vai fazer uma votação... É obrigada a votar na Comissão, depois ela volta para cá. O próximo é o Dr. José Adorno, Chefe da Cirurgia Plástica do HRAN. Vai fazer também uma exposição.

SR. JOSÉ ADORNO: Bom dia a todos. Agradeço o convite, então, e a oportunidade de estarmos aqui falando sobre um problema que já nos acomete e já vivenciamos isso há muitos anos, por trabalharmos com queimadura.

Então, quando... O propósito aqui é definir exatamente qual o grau de deficiência, então, que nós estamos falando do paciente queimado. Quando então uma cicatriz é uma deficiência física? Isso são algumas frases do... No meu ambulatório, do tratamento, que nós... Quem trata queimadura frequentemente ouve: "É o pior trauma ao qual o ser humano pode sobreviver." "Não há tratamento sem dor", "As cicatrizes são para sempre", "Prefiro morrer", "Ele não quer mais ir para a escola", "Não tinha dinheiro para o ônibus", "Não consigo emprego", "Me ajuda a aposentar, doutor", "Doutor, vai ficar uma marca? Vai ficar uma cicatriz feia?" Ou simplesmente aqueles que menos falam, um olhar baixo, triste e desesperançoso.

Esse *slide*, ele é antigo. Propositadamente, quando eu comecei a falar de queimaduras em reuniões e tudo mais, mas ele me serve hoje para fazer um *check-list* do que nós melhoramos. A queimadura continua tendo um alto custo psicossocial. Paciente, família e sociedade, todos sofrem. A morbidade ou a morbilidade da Organização Mundial de Saúde é cerca de uma pessoa em cada grupo de 200 há de se queimar. Eu acredito que isso melhora ou piora, conforme os índices de educação da população. O tratamento é sempre caro. A reabilitação prolongada. O peso socioeconômico é muito grande, porque ele atinge especialmente crianças e adultos jovens.

Uma falta de política pública de reabilitação e prevenção. Talvez melhoramos bastante no Centro de Queimado nos últimos anos, através do Ministério da Saúde, de uma atuação permanente da Sociedade

Brasileira de Queimaduras, mas essas duas pontas da prevenção, como bem falou o Dr. Flávio, e reabilitação, elas ainda estão necessitando de uma intensidade maior de ação.

Recursos Humanos também é muito difícil em queimadura, visto que não são todos que querem trabalhar com esse tipo de paciente. E o banco de dados do nosso país, nós podemos ver que temos melhorado bastante. Já temos informações hoje que nós não tínhamos há 10 anos atrás.

Mas nós temos que conviver com esse tipo de coisa, ainda. Uma adição perversa da utilização livre do álcool no nosso país, com o tratamento negligenciado, seja por falta de informação, seja por falta de dificuldade de acesso a serviços credenciados ou pessoas especialistas para que impedisse que essa criança que se queimou com menos de cinco anos idade, evoluísse dessa forma trágica com retrações completamente incapacitantes e deformantes.

A dor, ela começa exatamente no início do tratamento. Aliás, no início do acidente. E ela acompanha o paciente queimado ao longo de todo o seu tratamento até a sua própria marginalização da sociedade, como bem a professora Ana já colocou alguns exemplos.

A procedência para muitos centros, ela é dificultada. Veja que aqui, em Brasília, por exemplo, nós temos uma procedência de vários outros Estados, de Minas Gerais, Bahia, Tocantins, exatamente por aquilo que a Ana falou que é a dificuldade de acesso que as pessoas têm a serviço de tratamento de queimado por centros especializados.

A dor acontece durante os procedimentos, para cirurgias de enxerto, a dor acontece pela fisioterapia, que tem que existir desde o tratamento enquanto o paciente está internado, ele não quer levantar, não quer mexer em nada porque tudo dói. Mas os profissionais são obrigados a motivá-los a fazer com que eles evitem sequelas maiores. Mais fisioterapia. É fisioterapia o tempo inteiro, e toda ela dolorosa do início ao fim.

Quando ele se vê de alta, ele se vê numa situação dessas, com cicatrizes extensas, essa aqui é uma cicatriz bem recente, de um paciente que ainda está numa fase inicial, então ele tem que ter uma preocupação, cuidados com alimentação, cuidados com o sol, a hidratação permanente da pele, fisioterapia, o psicólogo, o médico, a malha compressiva, muitas idas e vindas ao centro de tratamento de queimados, o paciente tem que estar aderido ao centro de serviço de queimados, ao serviço de queimados, porque ele não pode ser tratado em qualquer serviço que não seja especializado. E várias outras necessidades gerais que o paciente tem da sua vida social.

As malhas compressivas, como bem a professora Ana colocou, ele é um item muito caro, e tem que ser usado de um a dois anos, utilizado precocemente, e nós temos dificuldades, muitos serviços têm dificuldade para conseguir malha gratuitamente para que seus pacientes não tenham a evolução das sequelas. Mas cadê a malha? Nem sempre a malha chega exatamente no ponto, na hora exata. Ou seja, dois meses depois que ele recebe uma alta, tem que acompanhar, ele precisa de uma malha instalada para evitar esse tipo de sequela que gera a hipertrofia, um aumento da cicatriz muito grande.

A ida e vinda, nós estamos falando de uma classe economicamente menos privilegiada. Ir e vir para o centro de queimado exige custo com transporte. E nem sempre ele tem direito ao passe livre. Que seja na época do tratamento, não digo para sempre, mas pelo menos para facilitar a ida dele ao centro de tratamento de queimados, o que dificulta exatamente o tratamento e o acompanhamento do paciente.

Problemas com trabalho, muitas vezes são pacientes então que são... Perdem seus empregos, tem a dificuldade de recolocação. A criança, ela sofre uma discriminação na escola, onde ele deixa de frequentar a escola porque a escola não está capacitada e prepara para recebê-lo e orientar essa criança e o grupo todo de inserção na escola para que ele não deixe de frequentar a escola. Isso é muito comum nos ambulatórios.

Isso é retrato de que houve aqui um atendimento agudo, nós estamos vendo os enxertos, ou seja, a ferida foi coberta. Mas o acompanhamento não houve. Não teve malha, não teve tratamento das cicatrizes. Os motivos: faltou centro de referência para ele se tratar? O problema foi financeiro? O problema foi desinformação? Ele não aderiu ao tratamento ou foi isso tudo junto? O que permitiu com que ele evoluísse tão mal assim?

As retrações começam a se instalar, os pacientes começam a ficar com quadro de deficiência física grave. As crianças sempre representam um grupo grande, como o Dr. Flávio já colocou, de cerca de 30 a 50% dos pacientes nos mais diferentes serviços, o grupo pertence ao grupo das crianças. É a vítima mais frequente das queimaduras.

As cirurgias, a partir daí, do momento que ele tem sequelas, são imensamente procuradas. Nós temos uma fila muito maior do que nós podemos atender. Todos os serviços são assim.

Para retirar suas cicatrizes, para melhorar sua aparência, para melhorar a funcionalidade, como essa criança aqui, queimaduras extensas atingindo todo o corpo, e que requer cuidado para o resto da vida. Ou-

tras, para melhorar ainda mais as retrações que ela quer ficar livre, alguém pode olhar... Bom, não melhorou muito. Não, melhorou... Pelo menos deu um contorno anatômico para a formação da mama, que ela nunca teve desde criança e tudo mais. Então, as cirurgias... Cicatrizes incapacitantes, que dificultam a movimentação. Mais cicatrizes incapacitantes, que deixou esse paciente 34 anos com o braço preso no tórax.

Cicatrizes estigmatizante. Aqui tem um problema muito sério: são as queimaduras de face. Elas podem variar em grau de intensidade maior e menor, mas elas marginalizam, elas estigmatizam, dificultam muito o acesso e a convivência do queimado com o seu grupo social, seja no trabalho, na escola... Enfim, qualquer grupo social que ele esteja inquerido, inserido.

Nas mais diferentes formas... Uma criança que se... Já se recusava ir à escola por causa da cicatriz de face e era motivo de... Ou seja, ele não foi inserido de volta na sua escola. Ele simplesmente tratou, recebeu alta, e fez o seu tratamento, mas ele não foi inserido na escola, não teve uma... A escola não teve capacidade de recebê-lo para que ele descontinuasse seu estudo.

Mais cicatrizes de face, elas sempre estigmatizam muito e eles procuram muito a resolução do problema, a melhoria. Mas lógico que isso não passa só por cirurgias. Isso depende de todo um processo de reinserção, com tratamento psicológico, com acompanhamento na escola...

Enfim. Mais cicatrizes de face. Queimaduras extensas atingindo todo o corpo. Ela está com uma cicatriz muito boa do ponto de vista anatômico. Mas isso é uma pele que vai requerer cuidado para o resto da vida, porque sempre vai ser uma pele desidratada, ressecada, uma pele difícil de conduzir, de ela ter a vida toda cuidado com a alimentação, com o sol.

Mas funcionalmente ela está bem. Então, a queimadura passa por uma fase de reabilitação física, desde a fase psicossocial, vocacional, desde a fase adulta até a fase de ressocialização.

Na fase aguda, sobrevida e necessidades físicas. É o confinamento do paciente queimado à unidade de queimado. Na fase intermediária, adaptação hospital e necessidades psicossociais a curto prazo. Deixou a família, deixou todos os seus problemas... Enfim, deixou todo o seu trabalho, a sua vida para ficar internado por um tempo muito prolongado.

E a fase de recuperação que é o retorno ao mundo exterior. Isso é muito difícil. Para quem acompanha os pacientes, eles têm uma dificuldade muito grande, é natural que tenham, porque voltam com uma série de deficiências.

As necessidades psicossociais a longo prazo. E são realmente a muito longo prazo. Eu trato queimaduras, exclusivamente queimaduras, há 15 anos e eu tenho pacientes que comecei a tratar quando eram crianças ou adolescentes, hoje são adultos, porque eles necessitam do serviço de queimado, do apoio do serviço de queimado durante muito tempo.

Então a fase de ressocialização, reintegração à sociedade e reabilitação emocional, social e vocacional. Existem muitas leis, muitas. Começamos lá em 89, depois viemos aqui para a regulamentação do tipo de deficiência física, é nesse ponto aqui que eu vou... Eu vou discutir mais com vocês, e uma série de benefícios que vêm em função da lei do deficiente físico e a sua caracterização.

O Decreto 3.298, dezembro de 99, considera como deficiência física: *"Deficiência física, alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando comprometimento da função física, apresentando sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia"*, eu vou fazer questão de ler todos para vocês porque, para ver que não está incluído, *"triplegia, triparisia, miplegia, miparesia, ostomia, amputação, ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para desempenho de suas funções."*

Aqui, automaticamente, o queimado ficou excluído da lei de deficiência física.

Esse paciente, por várias vezes ele está aqui na audiência inclusive já voltou onde eu preencho, está aqui minha assinatura, está aqui os códigos que diz a ele que ele é portador de queimaduras. Pronto, ele é deficiência física. Mas lá atrás, aqui você... Aqui está escrito aquela lei que eu li para vocês. Com detalhes. Então ele volta de novo porque não consegue.

Então, ele não consegue emprego, ele não consegue andar, ele não consegue... Enfim. Ele está excluído da sociedade, nesse amparo legal, nesse amparo...

Mais cicatrizes de uma paciente que se queimou no restaurante e pronto; Uma cicatriz extensa que requer que ela tenha cuidado com essa cicatriz durante muitos anos. Ela vai sofrer durante muitos anos e não vai deixar de acompanhar. Então, ela tem que ser reabilitada, ela tem que ser readaptada ao trabalho... Isso não é fácil. Pronto.

Três moças felizes que eu comecei a tratar, que nós começamos a tratar, a unidade de queimados, muito novas. Podemos dizer que elas estão reabilitadas, não conseguem, muitas delas não conseguem emprego. Essa tem vários cursos, inclusive de línguas. Não consegue emprego. Outras, muito sorridentes e felizes, que

já aprenderam a conviver com seu sofrimento, mas não teria nem motivo para estar tão felizes. Elas dificilmente conseguem uma reinserção no mercado.

Então, nós buscamos aqui uma promoção da igualdade, direitos, respeito à dignidade, combater preconceito e discriminações, inclusão social, sociedade justa e humana, corrigindo situações de desigualdade através da promoção do debate. Não está ainda no debate a deficiência física do paciente queimado.

Na Constituição reverbera esse tipo de colocação, Estado e a sociedade tem o dever de favorecer condições ao pleno exercício dos direitos individuais e sociais e sua efetiva integração nacional. Existem vários benefícios aos portadores de deficiência física: direito ao trabalho, ao passe livre, educação, saúde, acessibilidade e isenções fiscais.

Direito ao trabalho, está dito, estabelece a reserva de vagas nas empresas, obrigações... De 100 ou mais funcionários. Isso é uma lei.

Direito ao passe livre, conhecida como a lei do passe livre. Prevê que toda pessoa com deficiência tem direito ao transporte coletivo interestadual gratuito e que cabe a cada Estado e Município legislar em benefício.

Direito à educação. Haverá quando necessário serviço de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades da cliente da educação especial e que o atendimento à educação será feito em classe, escola, serviço especializado, enfim, para que ampare o paciente com necessidades especiais na escola.

Direito à saúde, direito à acessibilidade, direito a isenções fiscais e financiamento. Isso beneficia o deficiente.

A proposta é, que nós trazemos, adoção e definições de parâmetros, classificação dos diversos tipos de lesão a serem consideradas [soa a campainha], estou terminando, a serem consideradas quando da realização de perícias por parte da equipe multidisciplinar a ser constituída. A concessão e/ou extensão de benefícios específicos após perícia a ser realizado por profissionais especializados, médico, fisioterapeuta, psicólogo, incluindo dentre outros os temas saúde, educação, trabalho, meios de transporte, fiscais e financiamentos.

Tirar o queimado por trás, que existe por trás da sua cicatriz e olhando o mundo, como se fosse uma coisa externa e trazer ele para exercício da sua cidadania e seus direitos efetivos.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dr. José Adorno. Gostaria de registrar a presença do Senador Flávio Arns

também que é outro ativo nas Comissão de Assuntos Sociais e a presença do Dr. Mauro Sérgio de Souza, técnico do seguro social, Francilene Paes e Silva, médica cirurgiã-geral voluntária, Leonardo Rodrigues Cunha, médico, Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras, regional Goiás, Dr. Mário Frattini, médico do Distrito Federal, do HRAN e a Sra. Neli [ininteligível], técnica do Ministério da Saúde, estão presentes aqui também e alguns pacientes também, portadores de sequelas de queimadura.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pois não, Sr. Presidente... Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só me desculpando porque eu cheguei atrasado e já me desculpando depois que às 11h00 eu presido a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas eu vou depois ver todas as exposições, as perguntas e as discussões que, porventura, ocorrerem.

Eu só quero antecipar, só para dizer para o José, Dr. José Adorno, de que nós temos, inclusive nesta Comissão, uma subcomissão para assuntos para a pessoa com deficiência. E eu tenho o prazer inclusive de presidir e o Senador Eduardo Azeredo vice-presidir, e que pode junto com a Comissão presidida pelo Senador Augusto Botelho, que é esta aqui da Subcomissão de Saúde, pensarmos no Decreto 3.298.

Então, apreciaríamos receber uma contribuição para ver quem que poderia ser incluído, e aí nós conversarmos sobre este assunto para aprofundarmos para que se ele estiver incluído no Decreto, ou na lei, porque nós fizemos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, eu até relatei, não incluímos. Mas eu acho que deve ser incluído. Só sabendo os critérios e tudo isso. Porque se estiver incluído, aí a pessoa terá direito a todos os outros benefícios mencionados pelo senhor, em termos de saúde, de emprego, passe livre, isenções e tal. O importante é a pessoa estar inserida dentro das definições que procuram dizer quem são as pessoas com deficiência.

E ao mesmo tempo, naturalmente, a gente sempre tem que tomar um cuidado, porque é muito importante hoje em dia esse debate porque a pessoa diz: "Não, eu quero fazer o concurso público e estar incluído na reserva de vagas específicas para a pessoa com deficiência." Então, ela tem que ser considerada na Legislação, por enquanto não existe uma lei que diga quem são as pessoas com deficiência, existe só o Decreto que regulamenta a lei, que foi mencionado pelo senhor.

Mas, de qualquer forma, o que eu quero dizer é que nós estamos à disposição, acho da minha parte extremamente justo, necessário e importante, e vamos pensar juntos então como alterar o que existe, para que essa população seja beneficiada também.

SR. JOSÉ ADORNO: Eu agradeço a colocação. O paciente queimado, o único que é incluído até agora é aquele que tem amputação. Então, o que nós temos que discutir, os parâmetros, e eu concordo com V. Exa., é que realmente existe as coisas abusivas. E eu frequentemente vejo isso na minha vivência diária. Então, há de se criar esses parâmetros para que seja incluído.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Flávio, realmente, naquela lei, tem um item que exceptua as pessoas com deformidades estéticas. Nós temos que justamente, juntamente com a sociedade brasileira de queimados, que já deve ter alguma idéia... De propor para incluir quais são os tipos de queimados que vão ser considerados como portadores de necessidades especiais.

E isso é uma coisa que a gente pode fazer aqui e começar a andar e correr com essa... Com essa... Aqui e na Câmara também, Senador Flávio, porque é uma coisa que é urgente do nosso ponto de vista de médico.

O Senador Flávio é um dos que luta muito pela inserção das pessoas com necessidades especiais na sociedade, no mercado de trabalho, de todas as formas.

Então agora ouviremos a Sra. Roberta Maria Leite Costa, da Coordenação de Queimados do Ministério da Saúde, que também é da área de saúde, é fisioterapeuta.

SRA. ROBERTA MARIA LEITE COSTA: Bom dia a todos, eu só queria [interrupção no áudio] ficar aqui, que é Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade, que um dos temas que a gente acompanha também é a questão da rede de serviços de queimaduras.

Queria agradecer o convite, fico muito em nome da nossa coordenação fico muito, em nome da nossa Coordenação, fico muita tranquila e confortada de estar aqui com vocês, principalmente porque a Comissão, a gente sabe que está sempre muito envolvida nessas ações junto com o Ministério da Saúde, e também fico muito confortada pela... Todas as exposições que foram feitas porque a gente quando tem um trabalho que arduamente vem tentando fazer com que sejam sensibilizados os gestores, os profissionais de saúde, todos os parceiros que podem estar dando resposta conjunta para que as ações sejam amplificadas e integralizadas, isso, numa ocasião dessas, nos deixa bastante tranquilos porque é mais um momento que

a gente pode estar levando as nossas preocupações e as nossas normativas, para que sejam mais amplamente divulgadas.

A gente tem... Pode passar, por favor.

A gente tem como diretrizes o Ministério da Saúde, de tomar por base a necessidade de organizar a assistência a pacientes com trauma de queimaduras e serviços hierarquizados, regionalizados, estabelecendo uma estratégia de relação com sistema estadual de referência hospitalar e atendimento de urgências e emergências, seguindo-se do princípio da universalidade, integridade das ações.

O Ministério da Saúde procurou implantar uma rede estadual de atendimento ao queimado. Então, assim, desde 2001... Pode passar o próximo. Foi criada a Portaria... Foi instituída a Portaria 1.273, como já falou o Dr. Flávio, e a 1.274.

A 1273 ela organiza a rede de serviços, que ela tinha a intenção de fazer com que houvesse mais acesso a serviços de saúde especializados em queimaduras. Havia, na época não havia nenhum tipo de diretriz com relação a isso, desde 2000 essa portaria foi instituída e até então a gente estabeleceu parâmetros de quantitativo de serviços, mais à frente eu vou mostrar para vocês como isso está distribuído.

Mas, infelizmente, ao passar de nove anos, nós não conseguimos ainda que todos os Estados, que todos os gestores tenham esse número de serviço habilitado no país. Há sempre uma dificuldade de sensibilização dos gestores e de profissionais de saúde para que eles respondam a essa necessidade de organização de serviço.

Ela é composta por centro de referência de assistência ao queimado a nível intermediário, que nesse caso, a gente colocou na época para os estados que não haviam nenhum tipo de serviço e eles não tinham a estrutura física para responder como um centro de referência de assistência ao queimado, que eles pelo menos estruturassem o hospital para dar conta dessa demanda.

Só que nós não temos nenhum serviço a nível intermediário. Nós temos centros de referência ou hospitais gerais hoje no país.

Pode passar o próximo. Pode passar o próximo.

Então, na definição da própria sociedade e... Uma definição internacional, há uma... Eu vou precisar colocar isso aqui para vocês mais à frente verem alguns dados. O pequeno queimado, que são queimaduras de pequeno e segundo grau com até 10% de área corporal atingida. Se houve alguma modificação, Dr. Flávio, por favor, me corrija. O médio queimado de primeiro e... Queimaduras de primeiro e segundo grau com área corporal atingindo em torno de 10 a 25% ou

queimaduras de terceiro grau com 10% de área corporal atingida ou queimaduras de mão e pés.

Pode passar o próximo.

O grande queimado é a queimadura de primeiro e segundo grau de área corporal atingida maior que 25%. Queimadura de terceiro grau com mais de 10% de área corporal atingida ou períneo ou região genital. Queimaduras de qualquer extensão associada a lesão inalatória, politrauma, trauma craniano, trauma elétrico, insuficiência renal, insuficiência cardíaca, insuficiência hepática, distúrbio de hemostasia, embolia pulmonar, infarte agudo, quadros infecciosos graves, síndrome compartimental.

Então, são definições aonde a gente vai estar acompanhando como é que está se dando essa assistência para esses casos e daí que a gente gerou um rol de procedimentos para acompanhar esses casos.

Pode passar o próximo.

Então, no Hospital Geral é aquele que, embora não seja especializado atendimento ao queimado, ele está cadastrado pelo gestor local para estar atendendo esses casos, para estar fazendo uma assistência para esses pacientes de queimaduras.

Pode passar o próximo.

O centro de referência. Esse sim é um hospital que ele tem a habilitação feita pelo Ministério da Saúde, pela Portaria 12.103, onde ele tem todo um perfil diferenciado, é uma unidade de saúde que tem um corpo de profissionais de saúde especializado para atender os queimados, onde ele tem uma estrutura física diferenciada, onde ele tem uma unidade dentro da estrutura hospitalar, ele tem uma unidade isolada, específica para atender os queimados com leitos de UTI, com centro cirúrgico, com a equipe multidisciplinar, toda especializada para o atendimento do queimado.

Pode passar o próximo.

Desculpa, ali era o intermediário. Desculpa, eu fiz um lapso aí. Tudo que eu falei está em relação ao centro de referência de alta complexidade. O intermediário era aquele que eu falei anteriormente, que ele estava para suprir os estados que não tinham essa, não tinham unidade hospitalar e que tinham essa qualificação.

Só que não houve nenhuma solicitação de credenciamento para esses casos. Então, hoje a gente só tem os estados que não tem hospital que são centro de referência, que não são habilitados e que esses pacientes são atendidos em hospitais gerais. Ou os centros de referência.

Pode passar o próximo, por favor.

Então, hoje, como eu falei, a gente deveria ter, a previsão era de que houvessem 68 centros de re-

ferência. Nós temos hoje 41 habilitados, distribuídos em 18 estados.

Pode passar o próximo.

Aqui a gente tem a distribuição deles por estado. Só corrigindo, que o Estado do Tocantins nós temos duas unidades habilitadas. E, atualmente, a gente conseguiu com muita dificuldade, para vocês terem uma idéia, a gente iniciou um processo de habilitação do hospital de urgência e emergência de Ananindeua, no Pará, conseguimos habilitar este ano.

Então, no Pará temos agora, habilitado, este ano um. Eles estão distribuídos, mas a gente tem um déficit muito grande na Região Norte. Uma dificuldade também na Região Nordeste e estamos com Amazonas tentando estruturar uma unidade há bastante tempo, mas a dificuldade de estruturação, da própria estrutura física do hospital.

Temos um agora na região de Cruz das Almas no interior da Bahia que está com processo de credenciamento junto com o Estado para que chegue para nós a habilitação. Então, é uma dificuldade que o Ministério tem com relação à sensibilização dos gestores para que estejam implantando essas unidades nas suas localidades.

Pode passar o próximo, por favor.

Então, na Portaria de 2000, incluía os procedimentos da tabela do SUS com relação ao pequeno, médio e grande queimado. No ano de 2007 houve... Vocês que acompanham, sabem que houve uma reestruturação da tabela de procedimentos do SUS. Com isso nós fizemos toda uma revisão e uma ampliação da assistência para os queimados, onde contemplamos também que era... Que foi uma questão bem colocada aqui e... Foi com relação à questão dos procedimentos sequenciais de sequelas.

Então, havia dificuldade de que esses pacientes eles tinham o atendimento inicial mas não havia os procedimentos para estar contemplando. Os profissionais faziam, mas não havia uma ampla assistência com relação a isso.

Então, quando foi em 2007, na unificação da tabela de procedimentos, nós ampliamos, trabalhamos inclusive em conjunto com a sociedade e colocamos mais procedimentos que hoje estão disponibilizados principalmente com relação... Pode passar o próximo que está... Principalmente com relação à questão de correção de sequela. Eu coloquei apenas alguns exemplos, mas existem bastante outras opções.

Com relação ao atendimento fisioterapêutico, nós criamos dois procedimentos para dar essa assistência, que é o atendimento ao paciente médio queimado e grande queimado, e o tratamento das sequelas, a fisioterapia para o acompanhamento das sequelas,

incluímos a reconstrução mamária com prótese de silicone reconstrução de orelha... Toda a gama de procedimentos de reconstrução as quais os pacientes precisam estar fazendo...

Eu não coloquei aqui porque o rol era muito grande, eu peguei apenas alguns exemplos, mas com relação a procedimentos da tabela do Sistema Único de Saúde para disponibilizar para os usuários, nós temos com relação ao questionamento que foi bem colocado aqui, a questão das malhas, as malhas também estão incluídas no rol de procedimentos da tabela do SUS desde o ano de 2000. Todos os tipos de malha, seja de membro superior, seja de membro inferior, seja de tronco... Todas elas estão colocadas no SUS.

Mas nós fizemos um levantamento agora, no ano passado, onde há uma dificuldade de informação, a gente não tem muito isso claro se é uma questão de conduta dos serviços ou uma questão do gestor, mas há uma dificuldade de informação, são pouquíssimos os estados que informam a aquisição de malha e, na nossa ótica, todos os Estados, de todos os serviços habilitados, eles deviam apresentar as informações nas APACs, que são APACs, procedimentos que é a dispensação das malhas.

Mas isso não tem acontecido. A gente está fazendo um levantamento, eu pessoalmente tenho ligado ultimamente para todos os gestores a quais a gente tem serviço habilitado, verificando o que eles estão tendo dificuldade, para gente estar vendo e até inclusive no que a gente pode estar sendo parceiro nesse momento.

Pode passar o próximo.

Em função da nova organização, foi realizada estruturação, eu já falei, estou vendo que o meu tempo está acabando, eu queria agilizar, a gente já falou que tem as malhas, que a gente fez uma revisão de toda a questão das UTIs de queimados, a gente tem o leito de UTI específico para queimados, porque a gente entende que são pacientes que precisam de uma assistência diferenciada, porque correm risco de infecção, não dá para esses pacientes estarem sendo atendidos nas mesmas UTIs dos hospitais gerais. Então, há uma necessidade de UTI de queimados e nós implementamos isso.

Pode passar o próximo, por favor.

Aí a gente fala que o nosso próximo procedimento [soa a campanha] existe a necessidade do acompanhamento e do pagamento do tratamento.

Pode passar o próximo, por favor.

Vou tentar agilizar o mais rápido. Aqui a gente tem a distribuição do atendimento de queimados pelos Municípios do país. Obrigada. Muita gentileza do senhor. Então, aqui a gente tem a distribuição dos casos de

queimaduras atendidos no país. Se a gente for ver o que está de azul é as áreas da Região Norte onde a gente viu que a gente só tem um serviço aqui e dois aqui e o do Centro-Oeste. Então, há bastante pacientes que sofrem traumas por queimadura na Região Norte, nos quais a gente não tem serviço especializado, estão todos sendo atendidos no Hospital Geral.

Mas há também uma dificuldade com relação a profissionais de saúde, principalmente médico cirurgião plástico para dar atendimento a essas... O Município de Cruz das Almas, ele está, assim, me pedindo encarecidamente que eu indique alguém. Eu não posso fazer isso, mas assim, que se indique alguém que possa ser do serviço deles. Então, existe uma dificuldade muito grande de profissional de saúde para acompanhar esses pacientes.

Pode passar o próximo, por favor.

Então, a gente observa que em todos os Estados o número de leito paciente de queimadura é insuficiente para a demanda. Nem todas as unidades de queimadura existente obedece o estabelecido nas normativas vigentes sobre a área de queimaduras, onde se recomenda que essas unidades devem ser isoladas do corpo do hospital ou então dentro do próprio hospital, porém funcionando em unidade isolada autônoma. A gente precisa que... São exigências que é para qualificar a assistência. Mas gente tem dificuldade com relação a isso.

Pode passar o próximo.

Há um déficit, como eu já falei, quanto a recursos humanos, médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais... Também a maioria dos serviços apresentam déficit com relação a equipamentos, a sala de cirurgias e terapia intensiva.

Há necessidade também de cursos de capacitação, como todos já falaram aqui, com relação a treinamento prático mesmo que eles vivenciem isso, até como a gente fala, para haver um apaixonamento pela área, porque é uma área muito gratificante de se trabalhar, quando você vê o Dr. José Adorno falar que tem pacientes... Como o Dr. Flávio, então, não sei quantos anos já de profissão, mas que acompanham pacientes quase que a vida toda, fazem uma história de vida junto com o paciente.

Isso é apaixonamento. Isso não dá para deixar aqui... Você não trabalha numa área dessa com outros interesses a não ser com interesse de ver aquela aquela resobilidade daquele paciente, a reinserção daquele paciente novamente na sociedade.

Por favor, o próximo.

Então, aqui nós temos alguns dados com relação aos atendimentos que são realizados no Sistema

Único de Saúde, incluindo hospitais gerais e centros de referência, 2008, onde a gente observa que 35% dos atendimentos de internação, aqui está bem centralizado com relação a internação, porque ambulatorial, infelizmente, a gente não teve tempo de compilar tudo. O maior número é médio queimado, são 47,9% dos atendimentos são feitos em médio queimados. A gente tem um detalhamento aqui maior com relação aos gastos, aos procedimentos de sequelas de queimadura.

O... Aí, não, o anterior, por favor. Aí.

Então, a gente tem que... Mesmo a gente observando que o grande queimado, o número é 5600, mas o valor é muito alto. É um paciente que tem uma necessidade de uma assistência, porque ele demanda leito de UTI, ele demanda procedimentos sequenciais. A gente tem a questão do incremento já com relação às cirurgias de sequela, a gente tem os enxertos... Então, há uma... Uma atenção bastante já diferenciada com relação a esses pacientes no último ano.

Pode passar o próximo, por favor.

Aqui a gente tem as taxas de permanência. Houve uma falha aqui na hora que o gráfico se montou, onde a gente vê a criança aqui, mas a gente tem em torno de 8,26%... De 8 dias a taxa de permanência. Isso eu acho que o Dr. Flávio também concorda comigo, é uma das menores taxas de permanência do mundo, então, [soa a campanha] o que isso representa, que os pacientes estão sendo atendidos, estão sendo operados e estão saindo precocemente dos leitos.

Por favor, o próximo.

Aqui são as taxas de óbito. A gente observa que há um número de óbito muito maior nos homens do que nas mulheres. Mas principalmente na faixa etária de 60 anos e nos adultos jovens.

Pode passar o próximo.

Pronto. Então, eu queria concluir falando para vocês que além de todas essas ações, o Ministério também, já com todas as mudanças que houve no pacto pela saúde, no pacto de gestão, a gente já está com um olhar de estar revendo essa Portaria 1.273 e 1.274 para que possamos estar achando outros mecanismos de sensibilização dos gestores com relação a estruturar esses serviços, porque é imprescindível que a gente possa estar ampliando o mais rápido possível nesses estados a assistência ao queimado no país.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sra. Roberta Maria Leite Costa, do Ministério da Saúde.

Agora, nós vamos passar para a questão das perguntas dos Senadores. Eu gostaria de chamar a Presidente para assumir para ficar pelo menos um

pouquinho na sessão aqui, a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Augusto Botelho, o senhor é Presidente da Comissão de Acompanhamento à Saúde, que é Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais. Mas acho que está sendo muito bem conduzido. Eu prefiro ficar aqui que eu estou cheia de perguntas hoje. E quando a gente está presidindo não pode fazer muitas perguntas. Tem que se ficar, vamos dizer assim... Na neutralidade, na condução dos trabalhos. Então, eu deixo--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então eu lhe passo a palavra para começar fazendo as perguntas, Papaléo. Ela começará a fazer as perguntas, a nossa Presidente. Pronto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, na realidade eu quero agradecer a todos vocês que aqui vieram, sei que atenderam ao nosso convite, meu e do Senador Augusto Botelho, e dizer que infelizmente eu não pude estar desde o início, quero até me desculpar, que eu tive um compromisso em São Paulo e isso atrasou a chegada até aqui.

Mas acho que esse assunto é um dos... Nós estamos fazendo, foi esclarecido aos senhores, havia muitas solicitações de audiências com relação à saúde, e muitos outros questionamentos que foram surgindo aqui no decorrer das nossas reuniões. Então, resolvemos fazer um ciclo de debate sobre saúde pública e, consequentemente, sobre o SUS que temos e o SUS que queremos.

Até o final do ano a gente pretende concluir uma série de audiências públicas e daí todos, o Senador Papaléo foi escolhido como relator desse ciclo de audiências, nós vamos ter as sugestões, as idéias, com certeza algumas propostas de lei que serão levadas ao Governo Federal através do Ministério e também apresentado aqui na Casa.

Era a contribuição que queremos dar, até porque essa Comissão tem vários médicos, acho que é a Comissão que tem mais médicos presentes, é natural, é onde está a Subcomissão de Saúde, e que precisamos realmente analisar, com a luz do que nós vivenciamos em cada um dos nossos Estados, e é muito importante.

Mas agora voltando à questão dos queimados, que sabemos ser algo que realmente tem proporções bem maiores do que muitos imaginam, e que não é fácil também, de certa forma conseguir. O importante é fazer a prevenção, mas sempre eu sei que... Que há uma dificuldade, aí entra também uma série de questões, a prevenção passa também pela segurança que temos que ter quando se trata com produtos inflamáveis, a questão do álcool líquido, do álcool... Toda essa ques-

tão também, que principalmente na fase das crianças, que são as mais atingidas por esses inflamáveis.

Mas eu queria saber, já ficou, uma das perguntas já ficou... Mas ficou esclarecida, que era para saber se todos os estados tem centro de referência, já vi que não.

E gostaria de saber, assim, o que o Ministério pode colocar à disposição de municípios ou de estados que queiram colocar o seu centro de referência? Vou dar aqui um exemplo: porque pelo que eu senti, aí é colocado à disposição de quem queira se credenciar, a sua instituição, a sua... Mas de repente o município pode querer criar um centro de referência para os casos de queimados. Se há, no Ministério, alguma... Recursos, se há uma proposta para que municípios ou o próprio governo do estado possa conseguir meios para fazê-lo nas suas cidades?

E também se já... Com relação às universidades, qual é a relação com as universidades, já que nós sabemos que seria fundamental as universidades, até porque a área onde... Prestam assistência imensa e também prepara profissionais para... Para... Para exercer as suas atividades.

Também, outra coisa que... Sobre a qualificação e a preparação. Nós sabemos que esse Brasil é muito grande, pelo mapa que foi colocado ali, os centros de referência, claro, ficam sempre em cidades... Capitais ou cidades mais prósperas. Mas os casos mais graves, não sei se é porque eu sou de um estado do interior, já morava na cidade de interior, mas era a segunda cidade do Estado e era referência para a saúde, nós recebíamos muito, muito, vindo de cidades ainda menores, mais distantes, e esse aí... Hoje nós sabemos que o Programa Saúde da Família está praticamente em todos os municípios. Se há uma preparação dessas equipes do Programa Saúde da Família ou se o Ministério está pensando nisso? E que dentro do Programa Saúde da Família, em toda a cidade, se tenha uma... Uma equipe de referência. Porque não é só... É ótimo que pudesse ter um centro de referência em todos os municípios. Sei que isso é relativamente impossível, mas pelo menos um no Estado.

Mas que alguém tenha como fazer, vamos dizer assim, a triagem, ver a necessidade, a urgência, para que o tratamento, aquela pessoa ao ser deslocada, seja encaminhada para esse centro, realmente tenha prioridade e não tenha demora.

Porque apesar de estar aí comprovado que o nosso tempo de demora é pequeno, mas é porque muitos casos só chegam na fase de sequelas quando precisam e aí o cirurgião plástico sabe disso, quantos precisam exatamente de fazer correções que por falta de uma orientação anterior se tornam ainda mais difícil.

Era isso o que eu queria colocar, as nossas, as minhas preocupações.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Senadora. Eu vou passar a palavra ao Senador Papaléo para responder todos em conjunto, que terça-feira é um dia muito apertado aqui de comissões. A gente tem um monte de comissões para ir também. Senador Papaléo que vai ser nosso relator vai fazer as indagações.

E eu gostaria de sugerir ao Senador Papaléo que a gente pudesse apressar a inclusão dos queimados entre os itens, aqueles itens, fazer um...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É isso aí que me chamou muita atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para a gente poder acelerar. Os que estão precisando, estão precisando agora.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, Augusto Botelho, da Comissão... Subcomissão de Saúde, a Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Rosalba Ciarlini, e sinceramente agradecer a participação aqui dos convidados que aceitaram, tenho certeza, com muito prazer, inclusive o prazer do ofício de participarem desta luta, que é uma luta que realmente nós não sabemos quando chegamos ou chegaremos à vitória.

Ao Dr. Flávio Nadruz Novaes, que é o Presidente da Sociedade Brasileira de Queimados, a Dra. Roberta Maia Costa, representando aqui o Ministério da Saúde, ao Dr. José Adorno, Coordenador de Cirurgia Plástica da unidade de queimados do HRAN, a professora Ana Aparecida de França e Silva, que é Presidente da associação dos portadores de sequelas por queimados.

Eu vi sua exposição e realmente a senhora mostrou todas as dificuldades, as angústias daqueles sequelados que realmente parecem ser pacientes eternos. Eles sempre ficarão com uma sequela física e psicológica. E por isso o cuidado, redimensionar o cuidado com esses pacientes. Se nós tivéssemos condições de alcançar uma alternativa que pudesse realmente ter esses pacientes, como pacientes permanentemente acompanhados por uma equipe multidisciplinar, para que realmente o respeito a esses cidadãos pudesse ser evidenciado, nós teríamos resultados bem melhores do que aqueles feitos só com o esforço de cada um dos senhores e das senhoras aqui.

Então, quero parabenizar a V. Sa. e dizer que realmente V. Sa. é Presidente de uma associação que acredito que lhe preocupa e lhe dá muita ocupação o seu tempo para esses problemas que são sérios.

O Dr. Flávio Novaes, quero cumprimentar o senhor, vi sua... Sua palestra, e realmente foi uma palestra muito objetiva, prática e extremamente importante

para nós. E aí V. Sa. faz uma referência aqui sobre a ausência das campanhas preventivas. Realmente nós temos esta carência.

É uma carência que o senhor até comparou com a propaganda sobre AIDS. Propaganda sobre AIDS ou doenças sexualmente transmissíveis, foi uma propaganda que teve seu período de bastante intensidade; não conheço bastante... Não conheço bastante, não. Não conheço a técnica de periodicidade dessas propagandas. Mas vejo que ultimamente nós estamos desaquecidos dessas propagandas no meio de comunicação. E para mim isso é muito negativo. Dá uma sensação para a pessoa, para quem está assistindo, que já resolveram o problema. Por isso não precisa mais nenhum tipo de esclarecimento.

E sobre a questão das queimaduras, essa ausência de campanhas são... Eu acredito que nunca houve assim um processo que nós pudéssemos ter essas campanhas popularizadas e alcançáveis. Nós temos aqui esse livro de queimaduras, daqui a pouco vou perguntar para a doutora se nós podemos ter liberdade, possibilidade de manter toda essa formação, inclusive com a apresentação do Sr. Ministro da Saúde, mas com a possibilidade de termos até os parlamentares de fazerem multiplicar e distribuir em seus Estados. Depois a senhora até me diz se posso fazer isso.

E o senhor refere à questão do álcool. O álcool líquido. Passa pelo Congresso, por aqui pelo Senado, o Senador Antônio Carlos Valadares desde 2007, o senhor fez essa referência, não sei se foi o senhor ou o Dr. José Adorno que fez a referência. O projeto de 2007 sobre a... Terminantemente proibir a venda do álcool líquido, que é causador de 38%, pelos dados que nos forneceram, dos acidentes de queimadura, das queimaduras.

Então, eu vejo tanta... Assim, nós falamos até mais com o coração, eu vejo tanta Medida Provisória atrapalhando nosso trabalho de legisladores, aqui, do Legislativo, tanta Medida Provisória, Medida Provisória que realmente é de interesse puramente político, sem nenhuma urgência, relevância... E aparece aí, de repente, nos atrapalhando.

Eu vejo que nós poderíamos ser radicais nessa questão da venda do álcool nas prateleiras, no comércio do álcool líquido. Deveria haver uma ação radical do Governo, a senhora que representa aqui o Ministro da Saúde, no sentido de termos até uma Medida Provisória do Presidente da República decretando que a partir daquele momento não se poderá mais comercializar álcool líquido. E nós teríamos pelo menos uma redução drástica no número de queimados através...

Aí nós vamos ficar com esse projeto, Senador Antônio Carlos Valadares, rolando aí. Desde 2007 está.

Aí lá vem os lobistas, dos fabricantes de álcool comercial. É *lobby* para cá, *lobby* para lá, engaveta para cá põe o processo lá embaixo do montão que tem por aí.

Então, nós não podemos passar por isso. É uma questão grave de saúde pública e a responsabilidade é única e puramente de comercialização das nossas leis e nós sabemos que hoje, principalmente, com essa liberdade que tem o Presidente da República, a Presidência da República ou qualquer Presidente da República, com Medida Provisória pode extinguir de uma vez por todas e de caráter imediato essa venda. Logicamente, dando prazo mais breve possível para que a indústria se adapte, no caso o álcool em gel, que acredito que os senhores conhecem muito melhor do que eu.

Dr. José Adorno falou a questão do álcool, que eu já falei. Então, o senhor acompanha a dor física e a dor psicológica do paciente e da família. Porque não é só o paciente que sofre, não. Sofre a família, sofrem os amigos, sofrem muitas pessoas, o senhor sofre, sua equipe sofre. Todos aqueles que lidam no dia-a-dia, porque realmente é algo tenebroso nós depararmos... Aquele primeiro momento do queimado, o primeiro momento do queimado, assim, aparentemente não é tão agressivo como o que vai se apresentar depois, não é tão agressivo. Não tem deformações que nós temos se aquele paciente não receber o atendimento agudo e não receber o acompanhamento, não é doutor?

Então, você vê o queimado e depois vê... Um ano depois, e realmente você vai ver o que eu estou falando. Então, nós temos que... Infelizmente nós... Foi claro aí, eu sei que não é só vontade, também não vou entrar aqui na demagogia, na hipocrisia de dizer se o governo quiser faz centro de queimado e de referência em tudo que é lugar que quiser.

Não, absolutamente. Isso tem que ver a participação dos municípios, do estado, do Ministério da Saúde... Agora, lamentavelmente, Municípios como o meu, com o capital do meu Estado, do Amapá, Município de Macapá, cuja sua receita 80% tem como componente fundo de participação dos municípios, o FPM, onde até agora concentra 60% da população do Amapá e até agora, até abril, nós recebemos 28 milhões de repasse, aí divide por quatro, veja quanto é por mês para ter todas as obrigações que os Municípios têm hoje pela descentralização de serviços, então os senhores vêem a dificuldade do que é o Município assumir, por exemplo, a tentativa de um centro de referência na nossa capital.

Então, inclusive, Senador Augusto Botelho, o seu, Boa Vista, recebeu 69 milhões. E nós vamos ter que conversar a respeito disso que tem algum erro porque a nossa população é maior, eu espero que não seja agora, me deixa na esperança. Uma população maior, nós temos cinquenta e tantos mil habitantes a mais, o nosso índice para dividir esse FPM é o mesmo, 2,8, e eu não sei se é porque o Jucá é líder do Governo que vocês recebem mais do que nós. Não sei, vou até ver isso. Mas, para ver só a... Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Recebi várias queixas desse discurso de V. Exa. ontem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Foi, é? De quem?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Foi. Dos prefeitos, secretários de Prefeitura... Depois eu vou explicar isso para não interromper aqui.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Bom, se foi de lá tudo bem. Mas não foi do Amapá não? Então está bom. Então, para mostrar a dificuldade que tem os municípios. 15% o município tem que investir na saúde. O que é 15% do que nós temos para investir, manter um hospital? Não tem condições.

Então, nós vimos ali a distribuição dos centros de referência que o Norte é praticamente... Está desprotegido para esse tipo. E nós todos sabemos aonde a cultura... A tecnologia demora mais a chegar, tudo mais, aonde tem mais acidentes, menos informações e tudo mais. Então, eu quero dizer que o senhor, V. Sa. foi muito feliz ao lembrar sobre a lei que eu tenho... Três mil... O Senador Flávio Arns... É o Decreto 3.298 que realmente ela esqueceu dos queimados, logicamente vão... Nós vamos...

Peço até ao senhor que independente até da questão da Comissão aqui que eu quero receber isso para fazer um estudo sobre a inclusão dos queimados, dentro de critérios que os técnicos, os senhores e as senhoras possam nos fornecer, porque nós somos parlamentares, eu sou médico mas a especialização... Minha especialização é outra, não tem nada a ver e jamais me atreveria, mesmo sendo especializado, querer formular isso sem ouvir aqueles que realmente lidam no dia-a-dia, e que logicamente é o motivo das nossas audiências, é ouvir aqueles que são especializados.

Então, corrigir isso aqui que é uma falha, uma omissão muito grave. Está provado e comprovado que dificilmente nós... Até a gente se limita um pouco a falar certas... Certas frases, ou certas... Porque nós queremos até agradecer a presença dessas pessoas aqui que estão... Aqui na nossa audiência, pessoas que tem as experiências de terem passado, de estarem passando

por todo esse trabalho que esses, os nossos profissionais aqui se dedicam a fazer, e que vocês tenham... Têm essa experiência que a família e os acidentados realmente possam sentir que há uma boa vontade de todos, que a determinação de cada um é importante para que nós possamos minimizar aqueles casos em que realmente as sequelas são muito graves.

O senhor falou que tem paciente que pegou na adolescência e, hoje, são adultos. Veja o que compromete emocionalmente o senhor com essas pessoas. E logicamente o senhor olha essas pessoas como um pai, quer ver aquelas pessoas se recuperarem, reingressarem no meio social, de uma maneira bem readaptada e tudo mais. Isso lhe causa uma angústia muito grande, como causa nos demais.

Então, vamos ver essa questão aqui, é muito importante porque exclui os queimados... Logicamente que irão ser criteriosamente enquadrados aqui. Quero dar o parabéns ao senhor.

A Dra. Roberta Maia Leite Costa, quem eu pergunto logo... Depois pedir autorização lá para o Sr. Ministro para nós reproduzirmos, sem tirar os direitos autorais, inclusive com a declaração do... Com a... Como é? A apresentação do Sr. Ministro. E aqui eu quero agradecer o Ministério da Saúde, porque independente de qualquer momento político partidário, de qualquer participação política partidária de Senadores, de parlamentares, o Ministério da Saúde nunca se negou a se fazer presente, inclusive o Sr. Ministro sempre que pode está aqui... Enfim, nós não temos queixa nenhuma, muito pelo contrário, temos é que agradecer ao Ministério da Saúde.

Então, nós vimos... Eu já fiz referência aos centros de referência em assistência aos queimados, o Amapá está pleiteando ainda um, nós fazemos o tratamento em um Hospital Geral e isso aí nós sabemos que a deficiência, ela colabora para que nós não tenhamos o resultado esperado quando daquele centro em que estão equipados, tanto com... Materialmente, quanto com profissionais.

E a equipe multidisciplinar que deve haver, isso aí deve ser uma preocupação que nós deveremos injetar nossos esforços em cima disso, e agradecer a todos, desculpem se eu falei muito, agradecer a todos porque eu sou relator desse... Dessa audiência e por isso eu peço que qualquer outra informação que tenham, que tenham escapado aqui, em vir para nós, para que nós possamos deixar esse nosso trabalho bem repleto de informações, porque o resultado de todas essas audiências nós vamos fazer em um volume, compor em um volume e sugerir a todas as instituições, ao Ministério da Saúde, outras instituições para que... Sugestões da nossa parte e antes de darmos essas sugestões, nós

queremos receber também, inclusive na formulação de leis, que é o nosso caso aqui na Casa.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Papaléo. Agora será a oportunidade dos senhores responderem as perguntas ou fazerem algumas considerações.

Mas, antes, eu gostaria só de frisar que, realmente, o tratamento de queimado, o cirurgião plástico que opta por tratar de queimado, ele tem um grande espírito humanista. Mas grande mesmo. Porque a reconstrutora não é nem o alcatra da cirurgia plástica, é o filé. A gente sabe muito bem disso. Então, a cirurgia estética é que atrai o meio dos médicos.

Esses dois que estão aqui, todas as equipes deles são pessoas que tem o alto espírito de dedicação ao ser humano. E realmente é uma coisa que a gente faz, assim, porque gosta de fazer e se sente bem em fazer. Eu tratei de queimados até uns 15 anos atrás. Eu sou cirurgião geral. Aí começaram a chegar os plásticos em Roraima eu me afastei. Porque dá um trabalho e a gente sofre muito tratando de queimado.

E nós temos uma médica lá, cirurgia plástica, a Rutiene, que está há cinco anos tentando implantar o nosso centro lá. Vive me pressionando e agora vou começar a pressionar a nossa amiga Dra. Roberta para a gente ver se sai o nosso centro de Roraima. Porque não tem nenhum. Eu pensei que tivesse algum outro lá. Não tem nenhum no Norte. E do jeito que ela vive brigando e ela é brigadora, talvez a gente consiga primeiro do que do Papaléo lá.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pode, Papaléo, pode falar.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Para fazer justiça, nós temos uma cirurgia plástica, Dra. Zeneide Alves de Souza, o senhor conhece a Dra. Zeneide...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Dr. Flávio conhece todos.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É uma abnegada que sempre fez sozinha, agora temos outros colegas, Dr. Alexandre Lourinho e outros colegas que estão.

Mas ela é uma abnegada desde o início. Eu me lembro que eu era Secretário de Saúde em 1984, quando aconteceu um acidente, uma... Um incêndio numa residência, inclusive de uma funcionária lá da Secretaria de Saúde, e eu me fiz presente lá para... Me envolvendo até na questão lá do... Das ações lá durante o incêndio.

Então, a Dra. Zeneide, abnegadíssima, eu tenho certeza absoluta que seria para ela a coroação dela como profissional que outro dia até me espantei, porque ela comemorou seus 70 anos, mas realmente não... Ela tem 70 anos só na idade. Mas no trabalho, acho que ela tem 15. Estou falando a idade dela porque ela que falou.

[sobreposição de falas].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na aparência com certeza ela não deve ter 70. Se estiver está ruim.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Só para descontrair um pouquinho, quando a mulher diz a idade junto de outra, nenhuma acredita. Por isso que ela tem que diminuir mesmo a idade. Porque se ela disser “eu tenho 30 anos” e ela tiver 30 anos, quando ela sair as outras vão dizer: Que nada, isso tem 40. Então, é melhor diminuir. O conselho que eu dou para as mulheres é--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, pois o conselho que eu dou é não minta. Diga sua idade verdadeira, que o gostoso é alguém dizer: “Mas tudo isso? Você aparentava que tinha bem menos.” Isso que é bom.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, mas, se disser a idade verdadeira, as outras aumentam mais dez anos.

Então, a Dra. Zeneide é uma dedicada, entrou na compulsória agora. Mas atua de manhã, de tarde e de noite nessa questão e nos escapelados, que é outro problema seriíssimo. Os senhores sabem. Eu quero homenagear a Zeneide aqui, homenagear, mandar um grande abraço para ela e dizer que essa Audiência Pública ela terá conhecimento na sua totalidade, que eu tenho certeza que ela vai voltar a reanimar suas esperanças por um centro de referência no Estado do Amapá.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Papaléo. Mas, realmente, a Rutiene que briga mais, mas nós temos mais dois plásticos lá, que é o Marcus Vinicius e o [ininteligível] que ajudam, mas quem carrega o piano é a Rutiene.

Eu passo a palavra para o Dr. Flávio Novaes, Presidente da Sociedade Brasileira de Queimados.

SR. FLÁVIO NADRUZ NOVAES: Srs. Senadores, V. Exa. foi muito feliz. Conheço ambas há muitos anos, tive o prazer de estar no seu estado o ano passado, na luta da Sociedade Brasileira de Queimaduras, para que conseguíssemos estruturar a idéia para a construção desse serviço.

Repito que esta parceria extremamente saudável e produtiva, esta abertura que a gente sempre teve no Ministério da Saúde já há alguns anos tem produzido

frutos. Mas é função da sociedade realmente visitá-los e V. Exa. demonstra realmente o grande conhecimento, claro, além de um colega médico, como representante do seu Estado, porque nós vimos falar sobre os escalpelamentos muito elevados, talvez e infelizmente um dos maiores índices per capita do Brasil que é uma preocupação que o Ministério da Saúde já teve uma ação sobre isso, certamente é do seu conhecimento, e contem, ambos, aprendi muito lá em Roraima, muito, porque tem uma cultura bastante diferente de nós que vivemos no interior do Estado de São Paulo. Então, aprendi muito, foi muito gratificante e realmente se puderem inserir aqui meu cumprimento a ambos, gostaria de fazer.

A memória da gente nos trai muitas vezes. Então, quando vi essa cartilha sendo distribuída eu lembrei, e até pedi que conferisse porque se o senhor ver a assinatura do Ministro, então Ministro, Excelentíssimo Sr. Ministro Humberto Costa, esta cartilha tem, se não estiver enganado cinco a seis anos. 2005, quatro anos. Foi lançada em Caruaru e posteriormente em Aracaju, por conta... Campina Grande... Então em Fortaleza.

Então, aquilo, e que pareça coerente, porque a tese que vim advogar aqui a da prevenção, da utilização da mídia, quer dizer, e temos a honra de ver em primeiro lugar aqui, por uma gentileza, o símbolo da nossa sociedade que deveria estar em último, considerando ter aqui o nosso Governo como o ser mais importante a todos nós.

Mas a tese que venho defender, então é da universalidade, a exemplo do que nós estamos falando do SUS, dessas campanhas. A mídia tem um acesso muito grande, muito maior do que a cartilha. As campanhas são divididas em três fases. A primeira delas é de impacto. O senhor vai com cartilha e mídia. A segunda fase de manutenção, e nesta aí nós temos falhado e muito inclusive estas citadas que são campanhas menores, individuais. Então, a estruturação disso, que tenho certeza nós conseguiremos fazer em parceria, o Dr. José Adorno, de imediato, pode em nome da Sociedade Brasileira de Queimaduras, participar desse fornecimento de dados e discussão, vamos dizer, de competência até onde vai, o que é realmente a incapacidade física. Mas a Sociedade Brasileira de Queimaduras é a terceira do mundo, em número de membros, tem muito interesse em colaborar com V. Exa. na construção de todo esse processo, como já estamos fazendo há alguns anos.

Então, estou muito feliz e à disposição, pronto ao trabalho, porque essa é a nossa função de construir o nosso país.

Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [pronunciamento fora do microfone] Dr. Flávio, com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, passar a palavra para o Dra. Roberta.

Agora eu gostaria de parabenizar o Dr. Flávio por esta luta. Porque eu sei que aí o senhor está colocando não somente o seu trabalho, mas também o coração. Isso é uma causa muito justa. E olhando aqui para os senhores que falavam em cirurgia plástica, eu sou pediatra. E sofri muito porque pediatra recebe a criança queimada, praticamente muitas vezes na primeira hora, está de plantão no pronto-socorro, tem que tomar os cuidados.

E depois a gente acompanha. Acho que é o único médico que tem a condição de acompanhar, de ver crescer, ver como ficou. E a criança que fica com seqüelas, ela é uma criança marcada, é uma criança sofrida. E lá na nossa região, como eu falei anteriormente, é uma região mais de interior, pobre, muitas vezes eu encontrei, já na fase adulta, meninos que ainda estavam sonhando um dia em fazer uma restauração, em fazer uma cirurgia restauradora, porque não tinham tido oportunidade.

Então, é isso que eu vejo, Dra. Roberta, esta dificuldade. Não sei se eu fui muito clara. Essa questão de como fazer com que os queimados cheguem a ter acesso a esse tipo de atendimento. Muitas vezes, na hora da urgência, não tem porque não dá pra trazer 500, 1000 mil quilômetros, 700 quilômetros de um lugar onde tenha pelo menos uma estrutura mais... Então é feito assim... Aqueles cuidados que... Dos curiosos mesmo. Dos famosos curiosos que muitas vezes cobrem com café que não é pra cobrir... Fazem tudo errado.

Então, essa orientação, esse esclarecimento nesse caso. Mas o pior é depois. Como chegar para que eles possam ter um pouco... Aí acho que o papel, Ana Aparecida, da Associação é importantíssimo, é fundamental. Porque essas associações têm um papel fundamental nessas questões no nosso país.

Eu vejo a questão da APAE. Foi uma associação que surgiu dos pais de pessoas excepcionais, e aí adeu condição com que todos olhassem para aquela questão. É o caso também da associação que cuida dos queimados, dos que tem sequelas de queimado que também, tomara Deus que ela se espraie, para que possa sempre estar chamando atenção, convocando, fazendo esse trabalho solidário, que é um trabalho que não pode ser só de médico, tem que ser da sociedade como um todo.

Então eu queria aqui só... Desculpe ter... Presidente, mais uma vez tomado esse tanto tempo. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Senadora. Dr. José Adorno, do HRAN.

SR. JOSÉ ADORNO: Muito importante isso que a Senadora colocou. Mas eu pontuei aqui algumas coisas interessantes que eu tenho ouvido aqui.

O SUS que temos e o SUS que queremos, ou o SUS que precisamos. Nós notamos sempre, nós da ponta assistencial, para todos que trabalham com queimado... Todos que estão aqui presentes que trabalham com assistência a queimados, especialmente unidades públicas. Uma dificuldade de gestão muito grande, muito grande para que as ações que... As decisões que são tomadas no Ministério da Saúde atinjam o paciente lá no ambulatório.

Então, por exemplo, a questão das malhas é uma questão difícil, as próprias cirurgias, você conseguir próteses para fazer reconstruções, enfim, as outras órteses que se precisa, como os *splints*, imobilizadores, que os fisioterapeutas sempre precisam e tudo mais.

Isso é uma dificuldade que nós temos que vencer no nosso país, que é um país gigante, onde nós vemos ali, por exemplo, na distribuição de queimados, uma região muito grande, tem uma incidência muito grande de paciente queimados sem uma assistência adequada. E eu fico pensando, se nós precisaríamos obrigatoriamente começar essa ação de expandir o tratamento a queimado por montar serviços de referência em todos lugares e criar serviços.

Nós temos aqui, como bem colocou a Senadora, e isso eu acho que é uma coisa muito boa que é o Programa Saúde da Família, saúde comunidade. Que trabalha lá junto, em casa, em lugares muito distantes.

Nós notamos quem trabalha com queimadura que há um desconhecimento muito grande por parte das equipes de profissionais acerca de queimaduras. Queimadura não é uma especialidade, ela ainda não é. A gente aprende queimadura trabalhando com queimadura. Não existe... Existe uma proposta na Argentina, nos Estados Unidos, se fazer uma residência e formar o que a gente chama, entre aspas, de "queimadólogo". Isso não existe. É um projeto e... Enfim, a gente aprende trabalhando com queimadura. Foi assim que eu aprendi, foi assim que eu acho que o Dr. Flávio aprendeu, e todo mundo que trabalha com isso, o Dr. Mário Frattini, já trabalhamos, tem o Dr. Leonardo, enfim, trabalhamos aprendendo, mas acumulando experiência.

Ou seja, hoje somos considerados especialistas no tratamento de queimaduras. E eu acho que esses especialistas ou esses centros de referência poderiam funcionar como fatores multiplicadores do conhecimento da queimadura. Tanto na prevenção que nós notamos

que ela é muito pouco abordada nos programas de prevenção em geral.

Fico pensando eu se o Saúde da Família, por exemplo, saúde comunidade, que estava visitando as casas, visitando, não pode através de um programa que eles sejam treinados para isso, fazer essa replicação da prevenção no ambiente doméstico, que é onde as queimaduras acontecem. Avisar sobre o perigo das queimaduras, sobre o perigo do álcool, a utilização de fogos de artifício. O próprio profissional agente de saúde pode fazer isso, mas isso tem que ser incluído no programa deles.

Outra dificuldade que nós temos muito grande do centro de referência. Tratamos, recebemos gente lá do Norte e tudo mais. Chega o momento da alta. Ele não tem como voltar para onde ele mora. Esse é um problema muito grande. Porque você enxerta, você trata, faz a cirurgia, ou faz o tratamento clínico, ele retorna para a comunidade. Ele entra em desespero, porque lá não tem o profissional.

Não vamos longe, não. Para eu mandar um paciente para fazer fisioterapia nas cercanias de Brasília, perto, aqui na região do entorno e tudo mais. Não tem profissionais para fazer a fisioterapia. Não tem enfermeiros treinados para cuidar das cicatrizes. Eu acho que esse conhecimento, ele pode ser expandido e utilizada a própria estrutura do Saúde da Família, para se atender o paciente, antes de pensarmos já em sair replicando e aumentando... Eles são importantes, os centros de referência, mas é um conhecimento que nós podemos botar no próprio programa de saúde da comunidade, Saúde da Família.

Esse é um ponto que eu acho que importante da gente... Da gente... E ele pode trabalhar tanto na prevenção quanto na reabilitação. Desde que lá tenha profissionais capacitados a tratarem o paciente com sequela de queimadura.

Então, eu acho isso uma medida que seria importante, talvez antes de a gente mobilizarmos milhões e milhões para criarmos centros de queimados, que são caros. Eles são muito caros. Tratamento de queimadura é um tratamento caro. Mas tem muitas ações que podem ser feitas com o Saúde da Família, que está lá, já está implantado. Esses profissionais têm que ser treinados. Nós teríamos que pensar numa forma de treiná-los para que eles fizessem tanto a prevenção quanto recebendo.

É o serviço de contra-referência que tem outros países mais desenvolvidos. Então, ele vem com serviço de referência, você faz a contra-referência: "Estou lhe encaminhando fulano de tal, Isac, que precisa fazer isso, isso e isso." Precisou de malha, precisou

de órtese, ele pode recorrer ao centro, mas ele tem esse contato.

É isso que nós precisamos fazer pelo paciente queimado, inicialmente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Bom, Dr. José Adorno, Presidente, mais uma vez, eu queria, aqui, também, dizer que como o senhor colocou exatamente aquilo que eu acho que eu estava pensando. Até essa referência, ter esse encaminhamento, ter esse treinamento, essa preparação, para que, lá no interior de Rondônia, de... Não é, Augusto Botelho?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Roraima.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Roraima. Roraima e Rondônia. Ou no interior do meu Rio Grande do Norte, possa alguém no lugar mais distante, na zona rural, meu Deus, como acontece acidentes... E muitas vezes por desconhecimento, por falta de informação.

E a própria equipe, ao chegar, porque você sabe que no interior tem esse detalhe, que o programa Saúde da Família, infelizmente, o número de médicos que temos no Brasil fica muito concentrado nas maiores cidades.

Mas, no interior, nós deixamos de ter equipes porque não tem médico. Isso é um fato. Ou então, muitas vezes, tem médicos fazendo mais do que podem. Isso aqui, não estou fazendo denúncia nenhuma. Colegas meu... Acho que estão fazendo o que faz um PSF pela manhã numa cidade, à tarde noutra... Às vezes, no final de semana, ainda dá plantão noutra, porque falta médico.

Então, assim, é como dizer aquela gambiarra necessária, não pode deixar de ter. Não pode... A boa dedicação exclusiva, mas é um município pequenininho. Então, eles ficam lá se virando, porque é a única referência. E, muitas vezes, eles não têm... Como se diz, não têm como para onde caminhar, o que fazer.

E quem vai... Tem Municípios que só tem médico no final de semana. Durante a semana toda é enfermeira, que já melhoramos muito com a questão que hoje tem obrigatoriedade de ter o curso técnico de enfermagem. As enfermeiras formadas já aumentou bastante o número de enfermeiras. Então, acho que essas pessoas podem também estar preparadas.

Porque são elas que estão no dia-a-dia, são elas que ficam... Muitas vezes tem o médico da equipe, mas é a enfermeira que está indo na casa, ele fica na unidade da cidade para atender, porque elas ficam fazendo a referência, mas é ela mesmo que está de casa em casa. O médico não tem como ir porque ele é o único numa cidade. Tem que atender a tudo no mundo. Então, são essas questões que eu acho que

passa por aí. O senhor tem toda razão. Prevenção é que realmente vai fazer com que o custo Brasil seja bem mais baixo.

Porque é sempre saúde, eu digo isso, nunca a gente imagina que... Quando eu digo assim, a sequência de uma queimadura, o custo desse tratamento, se poderia ter sido evitado por uma boa orientação ou até mesmo com uma assistência correta na hora que isso acontece, reduz bastante.

SR. JOSÉ ADORNO: Só para salientar o seguinte: para o ponto de reabilitação a distância não precisamos... Na maioria dos procedimentos não precisamos de médicos. Precisamos de agentes de saúde para prevenção e na reabilitação, enfermeira e fisioterapeuta.

Ela tendo conhecimento da patologia, quando precisar do médico, ela referencia. Não, aqui é caso de cirurgia. Eu já não consigo mais liberar essa retração. Mas ela tem que ter conhecimento disso. Ela não pode estar fazendo um tratamento errado. Porque senão ela pode piorar a situação. Então, ela tem que ter conhecimento. E nessas ações não precisa de médicos. Mas precisa ter conhecimento.

Muito obrigado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra, agora, a professora Ana Aparecida.

SRA. ANA APARECIDA DE FRANÇA E SILVA:

Está desligado. Eu gostaria, primeiramente, de agradecer a todos os senhores e senhora pela oportunidade de os sequelados estarem aqui representados, mostrando suas angústias, suas dificuldades de enfrentar a nova vida, que com a sequela eles têm que seguir.

Gostaria também de colocar uma outra questão. Fico feliz em saber que, no Amazonas, está sendo cogitada a possibilidade de ter uma unidade de queimados. Eu, especialmente, vim a Brasília há quatro anos para tratar meu filho, que também é sequelado, foi tratado aqui em Brasília, eu fiquei com ele algum... Cerca de sete dias na UTI, em Manaus, e, de lá, como ele... Não tinha pessoas preparadas para tratá-lo, então nós tínhamos o HRAN como referência e para cá nós viemos e tivemos que mudar toda a nossa vida em função do acidente que meu filho passou.

Vimos para cá em busca de um tratamento que não tem data para terminar. Então, ele passou por uma amputação de membro, nós tivemos que mudar a nossa vida, eu tive que abrir mão do meu concurso público para poder dar as condições que meu filho precisava. E quando eu recebi o convite, através do Dr. José Adorno para estar à frente da Associação, então eu entendi muito dos porquês de eu estar vivenciando isso.

Então, hoje eu posso através do meu trabalho, eu sei que o tempo cada um faz, eu além de professora, eu sou voluntária. Então eu costumo dizer na escola assim: não existe tempo livre; tempo a gente faz. Então, eu tenho uma tarde livre, essa tarde livre é pra eu estar agindo em função dos sequelados em queimaduras.

É claro que eu não vim aqui para falar do trabalho da Associação. Só gostaria de fazer essa ressalva que... E colocar mais uma vez em relação à preocupação do Ministério Público em estar implementando unidades de queimados no país e também colocar assim que o Dr. Adorno colocou muito bem, não basta só criar unidades de queimados, eu acho que a gente tem que estar capacitando outras pessoas para que possa estar atendendo essas pessoas que sofreram essas sequelas.

E outra preocupação que eu levo, eu fiquei também assim bastante satisfeita em saber, é claro que já existe a lei que rege sobre a doação de órteses e próteses, mas infelizmente a morosidade em fazer cumprir a lei no nosso país é uma coisa que emperra muito, e no sistema de saúde não é diferente.

Então, todas as pessoas que estão aqui usando malhas, hoje, de compressão, que é o item mais caro do tratamento, essas pessoas estão usando graças à sensibilidade das pessoas que abraçaram a causa, que estão lutando através de um trabalho voluntário. Nenhuma dessas pessoas que aqui estão conseguiram suas malhas através do benefício da lei.

Então, fico feliz que a senhora tenha reforçado, doutora, a questão de que a lei contempla a doação de órtese e prótese, sabemos disso, somos sabedores disso, está aí o Dr. Mário Frattini que sabe das dificuldades que é para a gente fazer... Fazer valer a lei, para que o sequelado tenha o seu direito garantido.

Então, o que... Até gostaria depois de conversar melhor com a senhora pra que a gente possa, assim, encontrar meios mais eficazes de como isso chegar na ponta, que é o sequelado em queimaduras.

Então, fico... Eu saio daqui hoje bastante satisfeita com a sensibilidade de todos vocês que conseguiram entender o propósito da nossa reunião aqui hoje, a reunião de pessoas que estão lutando por melhorias. E eu acredito que o sequelado em queimaduras vai passar agora a ser incluído, que ele não é até então.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, doutora. Senadora, fale.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pela ordem, Sr. Presidente. Por isso que eu disse que é melhor ficar aqui, porque a gente fala mais, aí você só conduz.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então fale, fale. Acho que ela tinha que ficar era aqui mesmo [risos].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas a professora Ana Aparecida, ela tocou acho que no ponto da ferida. É essa questão que o Dr. José Adorno já tinha também, de certa forma, lembrado.

Quando a gente está... Existe a lei para que as órteses, as próteses, as malhas sejam entregues às pessoas de forma gratuita, mas pelo Sistema SUS, mas isso não está acontecendo.

Por isso que nós fizemos esse ciclo de debates, porque muitas vezes, quem está na gestão, mas que não foi lá na ponta, não teve a oportunidade de ouvir, não viu as filas que nós vimos nas unidades, nos hospitais... É uma coisa... Meu Deus do céu.

Uma enfermaria de queimados, o Ministério devia fazer uma supervisão, doutora. Eu sei que a sua disposição, da sua vontade, diga isso ao Ministro. Precisa ir em cada uma para ver as dificuldades. No hospital Walfredo Gurgel, em Natal, é uma calamidade. É uma coisa assim, que a assistência daquele hospital, o Governo do Estado se cobra mas não está chegando... Aí bota a culpa para o Governo Federal... Mas quem está querendo assistência naquela hora, está precisando... Querendo, não, está precisando, não sabe a quem procurar.

Aí fica a questão das órteses, das próteses, das malhas. Eu tenho recebido *e-mails*, tenho inclusive um rapaz me encaminhado, é porque eu não... Nós vamos ter uma outra audiência específica sobre órtese e prótese, aí vou trazer contando o calvário dele. Há três anos a prótese que ele usa, ele mandou fotografias e disse a quem já procurou nesse país e não conseguiu.

Então, são casos dessa natureza que acontecem também com os queimados. É isso que eu digo. Será que aquela história de média complexidade, alta complexidade, passa por um Conselho Federal, Conselho Estadual para chegar ao município. Não teria como a gente fazer isso de forma mais ágil, mais simplificada, talvez só com o Conselho Municipal direto ao município, que é onde o cidadão está vivendo, onde ele está batendo na porta e que não está encontrando? Fica aqui essa interrogação até para que a gente possa, dentro do sistema SUS, fazer essa avaliação. Que é algo doloroso. Você precisar de qualquer coisa que passa da assistência básica, nos municípios que não são plenos, até os plenos tem dificuldade, porque... Aí depende de outras instâncias. E, nessas instâncias, a gente sabe que entra também um fator político, infelizmente, que eu acho o maior crime, que é envolver política em saúde. Pode se envolver com qualquer outra coisa, menos com a saúde, que é a vida, e daí

você tem apenas que fazer a sua parte, prestar assistência, o Governo fazer sua parte, os médicos fazer o seu trabalho, a sociedade também fazer a sua parte e jamais querer usufruir qualquer dividendo ou criar alguma dificuldade.

Mas acontece. Acontece, sim, entre os municípios, de governo para município... infelizmente acontece. Não estou falando aqui a nível de Governo Federal. Eu quero que... Nós estamos levantando uma questão que o Governo analise, veja, mande mais na ponta ouvir, observar, porque acho que muitas vezes está se perdendo até recurso que se gasta de uma forma... Vamos dizer assim, com algumas questões de custo muito alto quando as mais simples estão deixando de acontecer por falta de recurso para coisas tão simples.

E fica também aqui o nosso apelo, que o Ministério faça uma campanha maciça, uma campanha associada ao treinamento, à preparação dessas equipes Programa Saúde da Família que sirva como uma contra-referência. Eu acho que isso seria fundamental, Dra. Roberta. E me coloco à disposição de todos vocês. Porque acho que nós precisamos é exatamente isso, é discutir e debater, tirarmos, vamos dizer assim, levantar um pouco do tapete para que a gente possa conhecer melhor essa realidade que nós sabemos que existe em muitos recantos do nosso país.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigada, Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não vou mais atrapalhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Dra. Roberta Costa. Não está atrapalhando não, Senadora.

SRA. ROBERTA MARIA LEITE COSTA: Então, eu estava aqui inclusive comungando aqui com o Dr. Flávio a respeito da nossa satisfação de estarmos aqui.

Porque é uma área, dentre tantas outras que a nossa coordenação acompanha, que tem mais dificuldade com relação à sensibilização de parceiros. As outras sofrem muitas pressões externas e as coisas muitas das vezes acontecem até por uma questão mesmo de pressão. E com relação ao queimado, tem sido sempre uma questão de empenho, o Dr. Flávio sabe bem disso, um empenho bem específico de técnicos que se disponibilizam a estar indo buscar as respostas para esses nossos anseios que são o mesmo de vocês.

A senhora colocou questões extremamente importantes, e com todas elas eu também comungo. Mas com relação... Talvez vou começar do final para que a gente... As perguntas do início a gente possa concluir.

Com relação à questão das visitas *in loco* às unidades, nós fomos visitar todas as unidades. Nós... Isso é praxe, as unidades têm que mandar todos os anos os relatórios, infelizmente algumas não mandam, mas todas unidades tem que mandar relatórios de acompanhamento dos casos, como é que está se comportando, a assistência quanto à questão da infecção, quanto a questão dos casos, dos agentes etiológicos, eles têm que nos encaminhar isso para gente ter um acompanhamento anual com relação a isso.

Com relação à questão da universidade, a senhora colocou no início. Como eu falei, nós temos uma proposta, a gente já tem uma minuta de Portaria, porque essa Portaria foi feita no momento que o Sistema Único de Saúde visava muito a questão de serviços, e hoje ela já visa todo esse enfoque da integralidade. Então, assim, a questão da reabilitação biopsicossocial desses pacientes que tem sequelas de queimadura, a questão da assistência integral com relação à atenção básica.

Então, o que é que a gente tem para o futuro? Eu não posso dizer que isso aí já é uma coisa... São intenções da área para ir para discussões da tripartite, para que sejam pactuadas. É que a gente tenha uma diretriz diferenciada, que ela vá desde a atenção básica, realmente, até os centros de referência. E os centros de referência entrariam com outro conceito.

Hoje, o conceito de referência é um hospital que... Um hospital de ensino, que é contratualizado com o Ministério da Saúde, onde ele tem metas, ele tem planos de acompanhamento e de capacitação. Então, essa questão com relação à ação do centro de referência, ele vai estar muito voltado e o objetivo dele é capacitar todos os profissionais de saúde que ali são formados, como também disseminar essa informação para a atenção básica.

Então, como a senhora perguntou, como fica a universidade? A universidade fica parceira no momento em que, como ele sendo um centro referenciado, contratualizado, onde ele tem metas a cumprir, isso é a nova idéia que o Ministério da Saúde tem com relação a centro de referência, para todas as outras diretrizes e a do queimado a proposta é que seja assim também futuramente, que serão hospitais que tem uma capacidade de serem multiplicador da informação e multiplicador do conhecimento. Então, que a ação realmente vá atingir até a atenção básica.

A senhora falou uma coisa perfeita: a gente tem dificuldade de médicos generalista no Saúde da Família. Então, há essa dificuldade, como há dificuldade de ter o cirurgião plástico para as unidades de queimaduras. Vocês falaram aqui coisas que me animaram muito, ora. Roraima e Amapá, eu me sensibilizo

também porque também acompanho a área do escalpelado. Além do queimado acompanho a questão dos escalpelados. E nós temos dificuldades de estarmos estruturando serviços.

E se o Amapá já tem e Roraima também já tem, a coisa mais importante que hoje dentro da estruturação de serviço que é o profissional para dar essa assistência. Então, você já tem muita coisa que... A gente tem uma unidade, como eu falei, em Cruz das Almas, que está pronta e não tem médico cirurgião plástico. Pronta, pronta, pronta, com toda a estrutura montada e não tem um médico para dar assistência e habilitar.

Então, é a qualificação da assistência no centro de referência ela tem que ser diferenciada. Aí a senhora me perguntou com relação a recurso. Recurso existe sim a disponibilização com relação... Vocês sabem muito bem, com relação ao Fundo Nacional de Saúde estar enviando propostas de projetos via Fundo Nacional de Saúde para que esteja estruturando essas unidades. Isso é instrumento viável e principalmente na área de queimaduras quando a gente sabe que existe o Fundo Nacional... O Fundo. Muitas das vezes vocês enviam até emenda parlamentar para que essas unidades sejam estruturadas.

E quanto ao custeio das ações, aí tem todo o rol de procedimento que são custeados e tem quando o hospital é um Hospital Geral, ele recebe o valor do procedimento. Quando ele é um centro de referência, ele tem um incremento do valor que varia de 10 até 66% dependendo do tipo de procedimento que ele disponibiliza para o seu usuário.

Então, existe, sim, ferramentas de gerenciamento de recurso diferenciado para a área dos queimados. Quanto à questão de números, que a gente precisa deixar claro, eu coloquei ali, a gente colocou o número com relação a atendimentos de internação por queimaduras.

Hoje é em torno de 24.500 internações por ano, isso foi o dado de 2008, por ano de queimaduras, que totalizou 19.870 usuários, pessoas que tiveram queimaduras. Então, é um número considerável por ano, que a gente precisa, sim, saber que isso é um número ali, estanque, anual, mas que esse acompanhamento ele vai sendo aí por um tempo que a gente não tem essa parametrização de quanto tempo vai precisar dessa assistência.

Quanto ao Senador Papaléo, ele me perguntou com relação à disponibilização... Das cartilhas, não há problema nenhum, muito pelo contrário, a gente tem interesse sim que sejam... Na verdade a intenção foi essa, que a gente sensibilizasse os gestores para eles estarem fazendo a sua distribuição. Eu só peço que no caso como foi uma ação que foi realizada em

2005, onde a gente enfatizou muito a questão da prevenção com relação às festas juninas, então fomos a Aracaju, Campina Grande, Caruaru, o Ministro estava na época era o Humberto Costa participando dessa ação... Eu só peço que o senhor me permita a gente fazer a atualização porque como está com o dado ainda do Humberto Costa, que a gente possa... Que o Dr. Temporão possa estar atualizando. Mas muito pelo contrário, a intenção... Oi?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. ROBERTA MARIA LEITE COSTA: Rapidamente, sim, claro, claro. Isso é coisas que a gente faz rapidamente. Basta que vocês tenham a solicitação que o gestor ou que o senhor... Como queiram, queiram estar fazendo essa distribuição, rapidamente a gente faz, sem problema nenhum.

A assessoria de comunicação tem a mídia disso, a assessoria de comunicação do Ministério da Saúde tem a mídia disso e é possível sim, não tem problema nenhum. Eu só preciso estar levando à assessoria de comunicação para que eles façam todas as atualizações e não... A intenção, na época, foi com relação a isso mesmo. Nós fizemos, os gestores... Alguns já acionaram, por exemplo, essa campanha repercutiu tão bem na época que foi o motivador do Município de Cruz das Almas que era um dos maiores índices de queimaduras do país. Os maiores índices. Se eu não me engano, 700 queimaduras no período junino porque eles têm uma briga de espada... De... Eu não lembro o nome como chama, o gestor, Secretário de Saúde conversou comigo, mas eu não lembro, eles têm uma briga de lança, de fogos de artifício, de espada com fogos de artifício e aquilo gerava queimaduras inúmeras e gravíssimas.

E eles fizeram a campanha, deram continuidade a isso, reproduziram e houve uma redução... Se eu não me engano, 750 para 280 queimaduras no período.

Então, a gente fica muito à vontade para dizer que não há problema. Desde que a gente só atualize com relação à assessoria de comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dra. Roberta.

Bom, nós vamos encerrar, eu gostaria de fazer algumas considerações. Em relação a essa malha de compressão, por exemplo, dentro da próxima divulgação o SUS já está fornecendo a malha. Agora, temos que divulgar para as pessoas que o uso da malha é uma coisa necessária à pessoa, que vai prevenir a sequela posterior que é para haver maior aceitação da sociedade, das pessoas que estão sentadas dentro de dela no ônibus e na... EU sei, mas as pessoas aceitarem. Porque a pessoa fica com um pouco de...

Existe uma... É conscientizar a população sobre a necessidade deles usarem.

Outra coisa é que na próxima cartilha aqui, na próxima cartilha, apareça as lamparinas. Eu disse que não atendia mais queimado, assim, não cuidava mais do queimado na enfermaria, mas eu trabalhei na emergência até o dia que saí para a campanha política. Então, eu recebi muitas vezes queimado o pai e três filhos. A mãe e dois filhos. Eu me... Me deixava curioso, aquilo, como é que é? O que aconteceu?

É que eles fazem uma lamparina com aquela lata de leite ninho, mete um pavio e bota o diesel ali dentro. Aí, está acabando o óleo diesel, de noite na casa, no interior, bota na mesa a lamparina e pega a garrafa de diesel para encher e vem todas as crianças envolta para ver. É um acidente comum. As lamparinas. As lamparinas que é acidente comum na minha região. Vem toda a família queimada para o hospital. Então, que aqui chame atenção na próxima propaganda.

E também diz procurar o médico. 80% dos Municípios do Brasil não tem médico. Fique bem claro isso na cabeça. Então, procurar o serviço de saúde, a enfermeira, alguém que seja de referência.

E principalmente sobre essa visão que temos que ter que o Ministério da Saúde daqui pra frente, nos treinamentos da extensão básica, chame atenção para a prevenção de queimadas. O professor Flávio Novaes foi muito claro, que nós temos que trabalhar na prevenção da queimada. E se Deus quiser, Dr. José Adorno, nós nunca vamos ter um queimadólogo no Brasil, que nós vamos trabalhar para que evite acontecer isso e para que esses acidentes diminuam.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, não serão muitos desempregados, não. Não tem isso.

Então... Eu gostaria de agradecer a presença de todos os convidados, que trouxe um assunto que é muito importante, nós temos um milhão de pessoas sofrendo isso, e tem outra coisa importante que eu vi aqui também.

A verba da saúde são 50 bilhões; bi, bi, 50 bilhões. Sabe quanto é que nós estamos gastando com queimado aqui, pela estatística da doutora? 8% daquela verba. É muito dinheiro gasto com queimado. Então, compensa fazer uma prevenção.

Eu não gostava de pensar em dinheiro, não, mas aqui a gente tem que fazer tudo pensando em dinheiro. Eu sou médico do interior. Tem que calcular isso. 8% da verba. Eu fiz uma regra de três, se eu não errei a minha regra de três aqui, dá 8%. É muito dinheiro gasto com queimado. Então... Se a gente falar

em dinheiro, aí o pessoal... Não o pessoal assim da... O pessoal da grana que solta dinheiro para a saúde, se interessa mais de fazer as coisas. Temos que fazer uma campanha séria com isso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Talvez gastando 1% se faça uma campanha que vai reduzir esse custo 0,1%.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): 0,5% do orçamento a gente gastando para fazer isso. 8% do orçamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tratar é muito mais caro do que prevenir, sempre foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a sessão, dizendo que o Dr. Romero, que está ali, poderia começar a pensar, com a sociedade, sobre a inclusão dos queimados no deficiente físico. Que é o nosso assessor que elabora o nosso projeto e acha as brechas na lei pra gente meter o que a gente quer dentro.

Muito obrigado a todos e um bom dia pra todos.

Sessão encerrada às 11h55.

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 10h00 HORAS.

Às doze horas e doze minutos, do dia dezesseis de junho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, RAIMUNDO COLOMBO, LÚCIA VÂNIA, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, EDUARDO SUPPLY, INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI, JAYME CAMPOS e MARISA SERRANO**. Justificam a ausência o Senador Augusto Botelho e o Senador Heráclito Fortes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Orçamento de 2010 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2010 - PL Nº 07/09 – CN). A Presidente comunica o recebimento do Convite da 3ª Pautar

Brasil e o I Encontro de Assessores Parlamentares dos Conselhos de Fiscalização Profissional, que será realizado entre os dias 18 e 20 de junho de 2009, e aproveita para convidar um dos Senadores membros da Comissão para participar do referido encontro e que o interessado entre em contato com a Secretaria da Comissão nesta data em razão da proximidade do evento. A palavra é concedida ao Senador Jayme Campos, Relator das Emendas ao **PROJETO DE LEI Nº 07/2009-CN**, Lei de Diretrizes Orçamentárias, que “Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências”. Após a leitura do relatório é iniciada a discussão. O relator, Senador Jayme Campos, acata sugestão da Senadora Lúcia Vânia em alterar o relatório, substituindo a Emenda nº 30 (Inclusão à Meta), que dispõe sobre: “Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo e Associação das Pioneiras Sociais” pela Emenda nº 02 (Inclusão à Meta), que dispõe sobre: “Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais”. **Item Único:** PROJETO DE LEI Nº 07/2009-CN. **Autor:** Presidente da República. **Relator:** Senador Jayme Campos. **Resultado: Aprovadas cinco Emendas à Meta e 15 Emendas de Texto, sendo: Emenda nº 01** (inclusão à Meta) “Implantação de inclusão de Serviços de Atenção à Saúde da Mulher Vítima de Violência” – Acréscimo à Meta: 100; **Emenda nº 02** (Inclusão à Meta) “Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais” – Acréscimo à Meta: 2.000.000; **Emenda nº 03** (Inclusão à Meta) “Atenção Especializada em Saúde Mental” - Acréscimo à Meta: 54; **Emenda nº 04** (Inclusão à Meta) “Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica” - Acréscimo à Meta: 60; **Emenda nº 05** (Inclusão à Meta) “Promoção de Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos” - Acréscimo à Meta: 50.000.000; **e emendas ao Texto: Emenda nº 01** (Aditiva ao Texto) Corpo da Lei - Artigo 36, Parágrafo 5º “§ 6º Fica permitida a celebração de convênios e contratos de repasse com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a R\$100.000,00 (cem mil reais) nos casos em que a transferência de recursos para as entidades e organizações de assistência

social seja efetivada por intermédio dos Fundos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal”; **Emenda nº 02** (Aditiva ao Texto) Corpo da lei – artigo 34 inciso X “XI) voltadas para ações de promoção social à mulher e à maternidade”; **Emenda nº 03** (Aditiva ao Texto) Corpo da lei – artigo 39 parágrafo 2º inciso II alínea i “j) às ações de enfrentamento à crise ou aos seus efeitos”; **Emenda nº 04** (Aditiva ao Texto) Corpo da lei – artigo 51 inciso II “III) para expansão da cobertura do seguro desemprego em pelo menos 20%”; **Emenda nº 05** (Aditiva ao Texto) Corpo da lei – artigo 51 – inciso II “III) para expansão em até 20% dos benefícios do bolsa família e para ações voltadas para erradicação e enfrentamento da pobreza”; **Emenda nº 06** (Modificativa ao Texto) Corpo da Lei – artigo 51 – inciso I “I – do reajuste dos benefícios da seguridade social garantido-se aumento real do salário mínimo, das aposentadorias e pensões em percentual equivalente à taxa de variação real do PIB de 2008 ou segundo outra sistemática que venha a ser estabelecida em legislação superveniente; e”; **Emenda nº 07** (Modificativa ao Texto) Corpo da Lei – artigo 32 inciso I “I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registradas ou certificadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou em outro órgão competente das demais áreas de atuação governamental”; **Emenda nº 08** (Modificativa ao Texto) Corpo da Lei – artigo 34 inciso III “III – voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, inclusive assistência a portadores de DST/ AIDS, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e por outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas ou certificadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou em outro órgão competente das demais áreas de atuação governamental”; **Emenda nº 09** (Modificativa ao Texto) Corpo da Lei – artigo 34 inciso X “X – voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, em especial as que exerçam atividades junto a populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas, assentados da Reforma Agrária, pescadores artesanais, crianças e adolescentes, idosos, agricultores familiares e trabalhadoras rurais”; **Emenda nº 10** (Modificativa ao Texto) Corpo da Lei – artigo 36 inciso I “I – aplicação de recursos de capital, ressalvadas as situações previstas nos incisos IV, VIII, IX e X do art. 34 desta Lei, exclusivamente para.”; **Emenda nº 11** (Modificativa ao Texto) Corpo da Lei – artigo 36 inciso VII “VII – declaração emitida no exercício de 2009 pela própria entidade beneficiária sob as penas da lei, de seu funcionamento regular nos últimos doze meses, inclusive com ins-

crição no CNPJ, e comprovação da regularidade do mandato de sua diretoria; e”; **Emenda nº 12** (Modificativa ao Texto) Corpo da Lei – artigo 37 parágrafo único “Parágrafo Único. Não se exigirá contrapartida nas transferências de recurso às entidades de saúde, educação e assistência social registradas ou certificadas pelo Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS ou em outro órgão competente da área da saúde”; **Emenda nº 13** (Modificativa ao Texto) Corpo da lei – artigo 4º “Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2010, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e ao PPI, bem como aquelas constantes do Anexo I desta Lei, especialmente as que promovem a igualdade de gênero e étnico-racial ou atendam a pessoas com deficiência as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2010, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa. c) excesso de arrecadação de receitas próprias, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso II, 3º e 4º, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; e IV – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo federal, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços”; **Emenda nº 14** (Modificativa ao Texto) Corpo da Lei – artigo 91 parágrafo 1º “§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a impor condicionamentos aos contratos de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES de que trata o inciso IV deste artigo relativos à criação de postos de trabalho ou a restrição à demissão imotivada a vigorarem no exercício de 2010, aplicando-se as restrições do § 1º às empresas que descumpram os condicionamentos contratuais relativos à criação de postos de trabalho ou a restrição à demissão imotivada”; **Emenda nº 15** (Substitutiva ao Texto) Corpo da lei – artigo 52 “Art. 52. Para a transferência de recursos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, efetivada mediante convênios ou similares, será exigida contrapartida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, facultando-se-lha das entidades privadas, observado o disposto no caput do art. 37 e seu parágrafo único desta Lei, nos mesmos limites estabelecidos no art. 39 desta lei”. Ao final, a Presidência comunica que amanhã haverá reunião deliberativa e conta com a presença dos Senhores e Senhoras Senadoras. Fizeram uso da palavra os Senadores Jayme Campos,

Lúcia Vânia e Roberto Cavalcanti. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Comunicamos o recebimento do convite nº. 03, Pautar Brasil, e o Primeiro Encontro Nacional de Assessores Parlamentares dos Conselhos de Fiscalização Profissional, que será realizado dia 18 e 20 de junho de 2009. Gostaria de comunicar e convidar os Srs. Senadores para participar do referido encontro, entrando em contato com a secretaria da Comissão, se possível ainda hoje, em razão da proximidade do evento.

Com a palavra, agora, o Senador Jayme Campos, que é o relator das emendas que foram colocadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sra. Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, demais senadores e senadoras, como já está à disposição aqui desde às 10 horas o nosso relatório, Sra. Presidente, eu vou ler apenas o exame de mérito das emendas, com parecer favorável à admissibilidade. Quanto ao mérito, consideramos as propostas relevantes e oportunas, são inegavelmente de interesse nacional e estão na área de competência regimental da CAS, a limitação numérica imposta pela resolução nº. 01, de 2006 - CN, contudo, nos força a escolher apenas cinco das emendas relativas ao anexo de metas. Observamos que foram contemplados três Ministérios, no âmbito das sugestões. A maior parte das emendas foram apresentadas ao Ministério da Saúde, no total de 20. Nesse órgão, as emendas se concentraram nos programas orçamentários 1312: Programação da capacidade resolutive e da humanização na atenção da saúde; 1293: Assistência farmacêutica e insumos estratégicos; e 1220: Assistência ambulatorial e hospitalar especializado. Ao Ministério do Trabalho e Emprego, foram apresentadas seis emendas, e, por último, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, uma emenda.

Assim, para acolher emendas que representassem todos os Ministérios, sob responsabilidade dessa Comissão e, ao mesmo tempo, favorecer o maior número de senadores, no acolhimento das emendas, propomos a adoção dos seguintes critérios para a escolha das cinco emendas ao anexo de metas e prioridades, já consideradas ou relevante(F) emenda das propostas apresentadas. A) Três emendas para o Ministério da Saúde; B) Uma emenda para o Ministério do Trabalho e Emprego; C) Uma emenda para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; D) As emendas para o Ministério da Saúde sejam escolhidas dentre as que mais se concentraram nos programas orçamentários citados; E) A emenda referente ao Ministério do Trabalho seja escolhida nas ações de maior concentração de emendas 2 e E 00 (F), inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Voto. Diante do exposto, votamos para que esta Comissão delibere pela apresentação de todas emendas de texto ofertadas, e, quanto ao anexo de metas e prioridades, a apresentação das seguintes emendas, sugestão: 3) Resolutiva e da humanização da atenção à saúde. Atenção à saúde da mulher e vítima de violência, Ministério da Saúde, efeito de meta em anexo, inclusão. 28) 0102, Rede de Proteção Social ao Trabalho, e 2E0: inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Trabalho e emprego. Acréscimo. 33) 1220, assistência ambulatorial e hospitalar especializada. 20B0, Atenção especializada em saúde mental. Ministério da Saúde acréscimo. 40) 1384, proteção social básica. EB30, estruturação na rede de serviço de proteção social básico, Ministério do Desenvolvimento Social e Inclusão. 43) 1293, assistência farmacêutica e insumos estratégicos. 4368, promoção da assistência farmacêutica e insumos para os programas de saúde estratégicos. Ministério da Saúde, acréscimo.

Propomos ainda que a secretaria da Comissão fique incumbida de proceder adequação aos que se fizerem necessários à formalização da apresentação das emendas da CMO. Sala de Comissão, 16 de junho de 2009, Senador Jayme Campos, relator. Esse é meu voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos, então, para a votação.

Eu gostaria, aqui, de dizer da importância do relator, Senador Jayme Campos, inclusive reforçando ações do mais alto valor para a saúde e para a Assistência Social, como a questão das ações de atenção à saúde da mulher, às mulheres vítimas de violência, ampliação das ações de distribuição de medicamentos, promoção de assistência farmacêutica e insumos para

programa de saúde estratégica, atenção especial em saúde mental, inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, de saúde foi de autoria da Senadora Rosalba, Fátima Cleide e Marisa Serrano.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Sr. Relator.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria de pedir à senhora, interferindo, mas, aqui, tem uma proposta, aqui, da Senadora Lúcia Vânia, de substituir a emenda nº. 28, em tela, pela emenda nº. 30, que vai destinar recursos também para a Rede Sarah Kubitschek. Gostaria de propor à V. Exa., tendo em vista que a Senadora Lúcia Vânia não está aqui no Plenário, está chegando; entretanto, como relator, nós acatamos. Substituir a emenda 28, em tela, pela emenda 30, que vai beneficiar, ou seja, atender mais de frente as necessidades da Rede Sarah.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que é, realmente, um serviço de saúde que merece de todos nós um reconhecimento, até porque a sua expansão... Hoje, nós temos o Sarah no Ceará, temos o Sarah na Bahia, Sarah em Brasília, e é uma luta de todos nós, que possamos ter a Rede Sarah sendo expandida, chegando a outros estados, senador. Eu digo com toda... Eu tenho esse sonho, que ele possa, um dia, nós termos a Rede Sarah no Rio Grande do Norte. Então--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu também gostaria imensamente de ter lá no Estado do Mato Grosso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente. Que nós sabemos o quanto é importante a prestação de serviço e realmente ameniza, salva vidas, é de uma importância muito grande. E, então, acho que é muito justa, Senadora Lúcia Vânia, a sua solicitação, que já foi acatada pelo relator. Em votação o relatório. Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Amanhã... Gostaria de informar que, amanhã, teremos, a partir das 11 horas, uma reunião deliberativa da Comissão de Assuntos Sociais, uma pauta de 16 itens. Entre eles, estará, também, o projeto, que já foi aprovado, da CCJ, e que, agora, aqui, nesta Comissão, será analisado, da questão que cria, regulamenta a profissão de mototáxi e motoboy, do qual serei a relatora. Então, quero convidar a todos para que estejam aqui, dando *quórum*, e nós possamos ter realmente... Agilizar essa questão, que é um projeto que vem desde 2001. Começou pela Câmara dos Deputados, em 2001. É uma atividade que, hoje, no

Brasil, está presente em quase quatro mil municípios, já com a concessão autorizada pelos municípios, mas é uma atividade que, de certa forma, por não ter uma regulamentação federal, podemos considerar irregular, clandestina. Então, é necessário, realmente, criar as diretrizes, as normas, a base de uma regulamentação e reconhecer, que são milhares, milhões, mais de dois milhões de mototaxistas que existem nesse país. E no interior, Senador Jayme Campos, nas cidades menores, é o único meio de transporte público. Então, nós sabemos que não é o ideal, mas é o que a própria população aceitou... A criatividade do brasileiro fez com que nós tivéssemos mototáxi. Precisa ter alguns resguardos? Precisa. E, para isso, tem a Lei Federal regulamentando e reconhecendo essa atividade. Então, amanhã, Senadora Lúcia Vânia, Senador Jayme Campos, Senador Roberto e todos que formam essa Comissão, gostaria de que os senhores pudessem estar presentes, para que nós possamos, com as idéias e análise de cada um, possamos ver esse projeto que eu sou relatora e que, desde já, todos sabem, já disse isso muitas vezes, sou defensora.

Eu gostaria, então, agora, de passar a palavra à Senadora Lúcia Vânia. Senadora, a sua proposta já foi acatada, mas é importante que a senhora faça a sua defesa.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não. Eu agradeço, Sra. Presidente, a deferência. Quero cumprimentar o Senador Jayme Campos e dizer, senador, da minha gratidão, V.Exa., em entender a importância da substituição da emenda 28 pela emenda 30, uma vez que, ao longo do tempo, ao longo dos anos que estou aqui no Congresso Nacional, aqui no Senado da República, eu tenho defendido as emendas do Sarah Kubitschek. É uma instituição que merece todo nosso apoio, e todos nós, parlamentares, usufruímos do serviço do Sara Kubitschek, uma vez que a demanda dos nossos estados, em favor do hospital, é sempre muito forte, e somos atendidos com muita presteza no Sarah Kubitschek, temos tido o apoio total do Dr. Campos da Paz, que tem sido muito atencioso com o Congresso Nacional, e, portanto, nada mais justo que a aprovação dessa emenda, que vai beneficiar centenas de pessoas de baixa renda que procura o Hospital Sarah Kubitschek, que é a excelência na área de reabilitação.

Portanto, agradeço, Senador Jayme Campos, e agradeço à V. Exa. essa atenção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Agora, vamos passar a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, que teve, também, uma emenda de sua autoria, que é a 384/2 B30. O programa... É o número do programa de pro-

teção... A emenda se refere à proteção social básica, MDS, estrutura da rede de serviços de proteção social básica. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti. A emenda nº. 40.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Senadora Presidente, Rosalba Ciarlini, gostaria, em nome da nossa equipe, em nome do meu partido e em meu nome, agradecer ao Senador Jayme Campos pelo acolhimento dessa nossa emenda. Não é fácil, nós sabemos as limitações, são apenas cinco emendas que são aprovadas. Então, eu gostaria de fazer este agradecimento público e, também, aproveitando a oportunidade, gostaria de me acostar ao que foi dito pela Senadora Lúcia Vânia, no tocante ao Hospital Sarah Kubitschek. É um hospital referência nacional e parabéns pelo que foi dito a respeito do Sarah Kubitschek. É o nosso, repetindo mais uma vez, Senador Jayme Campos, nosso obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Senador Jayme Campos teve uma grande missão, que foi, entre tantas emendas, que foram 43 apresentadas, ter que escolher apenas cinco. Mas eu quero, aqui, fazer uma análise bastante importante. Nós tivemos a maioria para a saúde, e isso é o reflexo que, realmente, a saúde precisa de mais recurso, porque nós precisamos de uma saúde melhor nos nossos estados, nós estamos sentindo e voltados, senador, senadores, para questões que já estivemos debatendo aqui nessa Casa: saúde mental, a saúde materna, que vamos ter uma Audiência Pública sobre saúde da mulher, saúde materna, saúde da mulher, a questão de medicamentos, que é outra grande dificuldade, nós sabemos... Carência, muitas pessoas deixam de ser assistidas porque não têm condições, não é ofertado a eles os medicamentos necessários e, também, com relação à saúde, a questão do Sarah. Mas eu passo, agora, a palavra ao relator, para suas apreciações.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pela ordem, Sra. Presidente. Eu queria apenas [interrupção no áudio] da Comissão, aqui, na manhã e tarde de hoje, primeiro agradecer à V.Exa. por ter me designado como relator dessa matéria, na medida em que é extremamente importante, sobretudo que mexe com vidas humanas.

Na minha cidade, Senadora Rosalba, Senadora Lúcia Vânia, Senador Roberto, tem um pároco, chama Padre Aldaci. Uma certa feita, participando do evento na inauguração de uma ala – eu, como Prefeito dessa Várzea Grande, numa ala de UTI - ele disse que duas coisas, na escala de valores, são importantes. Primeiro é Deus, segundo é a vida. Nesse caso, particularmente, imagino que os recursos que V. Exas. propõem aqui,

através de suas emendas, nós estamos lidando com vidas. Não tinha, naturalmente, como não acatar a emenda de V. Exas., porque são emendas que, certamente, vão atender uma grande parcela das pessoas menos abastadas desse país, as pessoas mais carentes, e que precisam, efetivamente, do Poder Público constituído no Brasil. O Brasil, lamentavelmente, todos nós sabemos, é um país que ainda pratica pouca política social, que ainda tem uma dívida impagável com as pessoas mais carentes desse Brasil, e, quando a Senadora Lúcia Vânia, aqui, sensível naturalmente às causas sociais, sobretudo quando se fala em... O Sarah é uma referência no Brasil, e vou dizer mais longe, no mundo. Ontem, eu estava assistindo um programa na televisão, na Globo News, não sei se V. Exa. acompanhou, eu tive a oportunidade ímpar de assistir da minha residência, em Mato Grosso, e vi o trabalho, o trabalho operoso, competente, sobretudo humano, em que o Sarah Kubitschek faz em prol das pessoas, não só em Brasília, no Rio de Janeiro, me parece que tem uma unidade também no Maranhão, Salvador, etc., etc. Um trabalho extraordinário, me tocou profundamente como ser humano, me comoveu, e, na medida que V. Exa., Senadora Lúcia, propõe, aqui, uma emenda como essa para o Sarah, eu não tinha dúvida alguma, algo teria que ser descartado. Naturalmente, tudo sendo prioridade, mas tinha que ser descartado para atender, naturalmente, a emenda de V. Exa., que não tenho dúvida alguma... O Sarah vai ser, eu imagino, pelo menos pouco atendido, na medida em que, lamentavelmente, o orçamento que o Brasil se aprova, através da Comissão, ele não é de forma impositiva. Na verdade, muitas das vezes, é contingenciado, não é liberado na sua totalidade. Mas, contudo, só a ação da senhora, a boa vontade de V. Exa., não tenho dúvida alguma, já valeu a pena ser relator dessa Comissão.

Da mesma forma, do Senador Roberto Cavalcanti, aqui, valeu a pena, como relator, atender às V. Exas., na medida que propôs aqui essas emendas. Eu não tinha dúvida alguma de atender, porque são atendimentos que visam, exclusivamente, o bem comum daquelas pessoas menos favorecidas e da questão social. E é essa hora que eu imagino que nós temos que ter sensibilidade. Nenhum pai, nenhuma mãe, nenhum ser humano, que tenha, realmente, um pouquinho de sensibilidade, deixaria de atender, Rosalba Ciarlini, realmente essas emendas, e, aqui, eu fico feliz de participar desse momento aqui, de ter oportunidade ímpar de relatar realmente essa matéria, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, presidida e capitaneada por V. Exa. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada. Antes de darmos por encerrada essa Reunião, quero, mais uma vez, parabenizar o Senador Jayme Campos pelo seu trabalho, ao Senador Roberto, que teve uma emenda também aprovada no Ministério do Desenvolvimento Social, Senadora Lúcia Vânia. E dizer algo que, talvez, os senhores não tenham se apercebido, mas, Senador Jayme Campos, pela primeira vez, as mulheres, aqui, nessa Casa, estão conseguindo ser vitoriosas, porque foram cinco emendas, quatro de autoria das mulheres: Senadora Fátima Cleide, Senadora Marisa, Rosalba e Lúcia Vânia. E, para não ser só mulher, teve a do Senador Roberto Cavalcanti.

Muito obrigada e até a próxima Reunião. Está encerrada esta Reunião.

Sessão encerrada às 12h31.

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11h00 HORAS.

Às onze horas e quarenta minutos, do dia dezessete de junho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, EXPEDITO JÚNIOR, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, PAULO DUQUE, GARIBALDI ALVES FILHO, MÃO SANTA, EFRAIM MORAIS, RAIMUNDO COLOMBO, LÚCIA VÂNIA, EDUARDO AZEVEDO, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, JOSÉ NERY e VALDIR RAUPP**. Justificam a ausência os Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda e Heráclito Fortes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente comunica que os Item 03, Projeto de Lei do Senado nº 463 de 2007 fica retirado de pauta a pedido do autor, Senador Garibaldi Alves Filho, o Item 06, Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2005, fica retirado da pauta a pedido do autor, Senador Papaléo Paes e o Item 09, Projeto de Lei da Câmara nº 187 de 2008, fica retirado de pauta por solicitação do Senador Flávio Arns.

Passa-se a apreciação das matérias. **ITEM 08 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1 DE 2009.** “Estabelece normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos que especifica. (serviços de barbearia, manicure, aplicação de tatuagens e inserção de piercings).” **Autor:** Deputado Ciro Pedrosa. **Relator:** Senador Papaléo Paes. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer nos termos da Emenda nº 01-CAS (substitutivo).** Às onze horas e cinquenta e dois minutos, o Senador Paulo Paim assume a presidência. Às doze horas e nove minutos, o Senador Flávio Arns assume a presidência. O Presidente registra a presença da Deputada Federal Pérpetua de Almeida (PC do B/Acre). **ITEM 16 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203 DE 2001.** “Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, ‘mototaxista’, em entrega de mercadorias, e em serviço comunitário de rua, e ‘motoboy’ com o uso de motocicleta.” **Autor:** Deputado Federal Mauro Miranda. **Relatora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Parecer:** Pelo acolhimento parcial do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS Nº 203 de 2001, nos termos do texto consolidado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme o Art. 133, § 6º do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável, nos termos do texto consolidado aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto, (art. 133 § 6º RISF), com voto contrário do Senador Renato Casagrande. Aprovado requerimento de urgência nº 51 – CAS (item 18). EXTRA-PAUTA - ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 51, DE 2009 – CAS.** “Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do regimento Interno, para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n.º 203 de 2001, que “Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadoria, e em serviço comunitário de rua, e “motoboy” com o uso de motocicleta.” **Autora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado.** Às doze horas e trinta e três minutos, a Senadora Rosalba reassume a presidência. A Presidente registra a presença do Senador Marconi Perillo (PSDB/GO), 1º Vice-Presidente do Senado Federal. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81 DE 2009.** “Outorga isenção do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes na importação aos equipamentos hospitalares sem simi-

lar nacional.” **Autor:** Senador Delcídio Amaral. **Relator:** Senador Papaléo Paes. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. A matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento de sua tramitação.** Às doze horas e cinquenta e três minutos, o Senador Papaléo Paes assume a presidência. Às doze horas e cinquenta e oito minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. **ITEM 04 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109 DE 2007.** “Acresce dispositivo à Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.” **Autora:** Senadora Kátia Abreu. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o substitutivo por 10 (dez) votos favoráveis. A matéria vai a turno suplementar conforme o art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. ITEM 01 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498 DE 2007.** “Altera o inciso III do art. 2º da Lei nº 11.476, de 29 de maio de 2007, para permitir que os portadores de diploma de técnico de nível médio em Enologia e os alunos que ingressaram em curso deste nível até 29 de maio de 2007 possam exercer a profissão de Enólogo e dá outras providências”. **Autor:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relator:** Senador Inácio Arruda. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 01-CAS, por 11 (onze) votos favoráveis. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74 DE 2008.** “Acrescenta art. 1º- A ao regulamento a que se refere o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro ao território da República, para dispor que se aplicam as disposições do regulamento aos leilões celebrados por meio da rede mundial de computadores.” **Autor:** Senador Valdir Raupp. **Relator:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Resultado: Aprovado o substitutivo por 09 (nove) votos favoráveis. A matéria vai a turno suplementar conforme o art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. ITEM 07 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450 DE 2008.** “Estabelece o direito do portador da doença de hepatopatia grave aposentar-se integralmente por invalidez.” **Autor:** Senador Romeu Tuma. **Relator:** Senador Papaléo Paes. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o substitutivo por 10 (dez) votos favoráveis. A matéria vai a turno suplementar conforme o art. 282, combinado com o**

art. 92 do RISF. ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23 DE 2004. “Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)”. **Autor:** Senador Marcelo Crivella. **Relator “ad hoc”:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com as duas emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº01 e 02 – CAS, por 11 (onze) votos favoráveis.** Às treze horas e dezoito minutos, o Senador Paulo Paim assume a presidência. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59 DE 2006.** “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de fornecimento de bolsas de colostomia pelos planos e seguros privados de saúde.” **Autora:** Deputada Jandira Feghali. **Relatora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com a rejeição da emenda a ele oferecida, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer nos termos da Emenda nº 01-CAS (substitutivo).** Às treze horas e vinte e um minutos, a Senadora Rosalba Ciarline reassume a presidência. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 48 DE 2009 – CAS.** “Nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, a fim de obter subsídios para instruir as Senhoras e os Senhores Senadores a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 114 de 2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de Teólogo. Solicita-se a participação das seguintes autoridades: Darcy Cordeiro, Vice-Presidente do Conselho Interconfessional para o Ensino Religioso de Goiás (CIERGO); Valmor da Silva, Diretor da Associação Ecumênica dos Biblistas do Brasil (ABIB); João Batista Isaquiel Ferreira, Presidente da Convenção Brasileiras dos Ministros das Igrejas, Assembléias de Deus, Ministério de Missões e Igrejas Filiadas (COBRAMAD); e Isaías Lobão Pereira Junior, Professor da Faculdade Evangélica de Brasília”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** O Senador Flávio Arns sugere que outros nomes de participantes sejam encaminhados à Comissão, para a que seja realizada outra audiência pública referente ao tema. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 49 DE 2009 – CAS.** “Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da Comissão de Assuntos Sociais, a fim de

obter subsídios para instruir as Senhoras e os Senhores Senadores a respeito das políticas públicas voltadas para a profilaxia e o tratamento da hemofilia no Brasil. Solicita-se a participação das seguintes autoridades: Marinus Eduardo de Vries Marsico, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; Selene de Oliveira Santa Cruz, Presidente da Ajude-C; Luiz de Melo Amorim Filho, Diretor-Técnico da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS); Carlos Sérgio Chiattonne, Presidente da Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia (SBHH); e Guilherme Genovez, Coordenador-Geral de Sangue e Hemoderivados, do Ministério da Saúde”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** O Senador Flávio Arns questiona a lista de convidados referentes ao RQS nº 49 de 2009, devido à ênfase dada à questão do sangue, transfusão e hemoderivados, em detrimento da participação dos doentes e famílias de hemofílicos. O Senador Flávio Arns sugere à Secretaria da Comissão consulta ao Conselho Nacional de Saúde, para que este órgão indique entidade que represente nacionalmente os hemofílicos. **EXTRA-PAUTA - ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 50, DE 2009 – CAS.** “Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, para debater a Crise Mundial e seus reflexos no Emprego no Brasil, devendo ser convidados o Senhor José Carlos de Assis - Assessor da Presidência do BNDES, o Dr. Márcio Pochmann e outros a serem definidos pela própria comissão.” **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** O Senador Paulo Paim sugere que não haja ampliação do rol de convidados referentes ao RQS nº 50 de 2009. Os itens 05, 06 e 13 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Expedito Júnior, Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Mão Santa, Rosalba Ciarlini, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, César Borges, José Nery e Valdir Raupp. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Carmargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental declarado aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Aprovada. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Eu falei antes de...

Por solicitação do Senador Papaléo Paes, autor do PLS 121/2005, a matéria fica retirada da pauta.

Vamos dar início à análise de Projetos de Leis pelo Item 08. Projeto de Lei da Câmara nº 01/2009 que estabelece normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos que especifica serviço de barbearia, manicure e aplicação de tatuagem e inserção de piercing. O autor é o Deputado Ciro Pedrosa e o relator é o Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra... Não terminativo. Ao Senador Papaléo Paes para proferir o seu relatório. Item 08. A matéria constou na pauta na reunião do dia 03 de junho sendo adiada a sua deliberação.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini. O projeto... E Srs. Senadores. O Projeto de Lei da Câmara nº 01/2009, nº 275/2007, na origem, estabelece normas de segurança sanitária para estabelecimentos que prestam serviços que possam provocar cortes ou perfurações corporais nos clientes, tais como: barbeiros, manicures, pedicures, tatuadores e similares.

O objetivo da proposição é minimizar o risco de infecção por doenças infectocontagiosas, tais como: AIDS, Hepatite do tipo B e C transmitidas por meio de objetos perfurantes ou cortantes contaminados. Para tanto torna obrigatória a desinfecção e a esterilização dos instrumentos e utensílios utilizados de acordo com as normas de vigilância sanitária. Excetua dessa prática, contudo, os instrumentos descartáveis que deverão ter suas embalagens abertas à vista dos clientes. Além disso, obriga os estabelecimentos supramencionados a ostentarem mensagem relativa à permissão da utilização de instrumentos, aparelhos ou utensílios trazidos pelos próprios clientes. Por fim, tipifica o descumprimento da nova norma como infração sanitária. A cláusula de vigência estabelece que a lei entra em vigor na data de sua publicação, concedendo aos estabelecimentos prazos de 90 dias para se adequarem à norma.

Na Câmara dos Deputados o projeto foi apreciado pelas Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e Cidadania, e no Senado a proposição será examinada apenas por esta Comis-

são de Assuntos Sociais, e se aprovada irá para a plenária da Casa.

Análise, Sra. Presidente. *“Proposição por análise pretende contribuir para a prevenção da disseminação de doenças infectocontagiosas com vistas à proteção da saúde de clientes e trabalhadores de serviços de barbearia, manicure, pedicure, tatuagem e similares, e a redução de gastos dos serviços públicos de saúde com tratamento dessas doenças. A despeito do mérito do projeto, contudo, julgamos que a matéria em questão é própria de normas infralegais, assim já em 1993 o Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo, editou um regulamento a respeito do assunto, a Portaria ACVS nº 11 de 16 de agosto de 93 que dispõe sobre o funcionamento de estabelecimentos que exercem atividades de podólogo que é pedicuro, e mais recentemente publicou a Portaria ACVS nº 12 de 07 de agosto de 1999 que dispõe sobre o estabelecimento de interesse de saúde denominado gabinetes de tatuagens e de piercings e dá providências correlatas”.*

Eu quero adiantar o meu relatório e deixar bem claro aqui, Sra. Presidente e Srs. Senadores, da importância que tem este projeto, visto que não existem normas sanitárias que direcionem a essas casas que prestam esses serviços. E o que nós vemos por aí nas praças públicas são pessoas sendo tatuadas, sem nenhum tipo de cuidado preventivo contra a essa causa de doenças que são por perfurações da pele e transmitida pelo sangue, e, realmente, as pessoas até não têm a mínima noção sobre isso. Então, a intenção do projeto é exatamente normatizar que a vigilância sanitária passe a fiscalizar, passe a orientar estes estabelecimentos para que nós não tenhamos essas doenças que são transmissíveis de maneira muito fáceis, desde que elas tenham os instrumentos para isso, no caso as barbearias, manicures, os tatuadores, como eu digo, se vê em praça pública aquilo acontecendo. Nós não sabemos se eles estão usando ali material descartável ou não, os piercings que são também feitos em praça pública. Muitas vezes, eu assisto muito isso quando eu passo em Belém na Praça da República. São dez, 15 e, realmente, as pessoas se submetem àquilo sem ter o mínimo cuidado, porque elas não têm a mínima educação em saúde para se prevenir. Então, por isso a importância.

Então, a exposição que nós fazemos no nosso relatório é falando da Hepatite, da AIDS e outras doenças que podem ser transmitidas dessa maneira. Então, diante de toda essa evolução que fazemos aqui e que justifica plenamente, o meu voto é pela aprovação do PLC nº 01/2009 nos termos do seguinte: aí vem, Projeto de Lei da Câmara nº 01/2009, substitutivo, altera

a Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999 que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências com a finalidade de obrigar a regulamentação dos serviços de barbearia, cabeleireiro, salão de beleza, manicure, pedicure, podólogo, aplicação de tatuagens, inserção de piercings e congêneres.

O Congresso Nacional decreta: art. 1º. O art. 8º da Lei 9.782 de 26 de janeiro de 1999 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, remunerando-se os parágrafos seguintes. Art. 8º § 5º entre os serviços de interesse para o controle de riscos à saúde da população, a que se refere o § 4º serão obrigatoriamente regulamentados pela agência de serviços, pela agência os serviços de barbearia, cabeleireiro, salão de beleza, manicure, pedicure, podólogo, aplicação de tatuagens, inserção de piercings e congêneres, podólogo. Art. 2º esta lei entra em vigor após decorridos os 180 dias de sua publicação oficial.

Então, é esse o nosso voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Podólogo. Deixar bem claro que é podólogo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero parabenizar... Um minuto Senador Expedito. Quero parabenizar o Senador Papaléo pelo relatório, pela preocupação que realmente é muito pertinente, são atividades que precisam de uma supervisão, de uma fiscalização, porque, na realidade, nós sabemos que interferem, se não forem bem conduzidas, com a saúde da população na transmissão de doenças infectocontagiosas e doenças, inclusive, graves, doenças que podem levar a situações muito drásticas, como é o caso da Hepatite, da AIDS e outras moléstias que são transmitidas por material contaminados ou por infecções. Parabéns. Aprovada a matéria.

Com a palavra o Senador Expedito, pela ordem.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, eu gostaria de fazer um pedido à V. Exa. para que nós pudéssemos fazer uma inversão da pauta. Haja vista que nós não temos *quorum* aqui também para votar matérias terminativas. Mas como item 16 é matéria não terminativa, eu gostaria de pedir a inversão,

e se nós pudéssemos votar o item 16 que, inclusive, a relatora é a Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se todos estiverem de acordo nós podemos fazer a inversão.

Antes eu gostaria de solicitar, por solicitação do Senador Garibaldi Alves Filho, a retirada do Item 3 que é uma decisão terminativa, o Senador não vai poder estar presente e solicitou que deixasse para uma outra oportunidade. Se os senhores concordarem, permaneçam como se encontram. E o Item 9 também é uma decisão não terminativa, mas que foi solicitado pelo Senador Flávio Arns que regula o exercício da profissão de técnico em mobilização ortopédica e dá outras providências. Solicitou que fosse retirado de pauta já que existe uma audiência pública que será relacionada a essa questão.

Então, passamos agora. Vou passar a presidência ao Senador Paulo Paim para que possamos relatar o item 16 que trata da profissão de mototáxi e motoboy.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não terminativo. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 230/2001. Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais de transporte de passageiros mototaxista e entrega de mercadoria em serviços comunitários de rua, motoboy com uso de motocicleta. Autor do substitutivo: Câmara dos Deputados, autor do PLS 301: Senador Mauro Miranda, relatora: Senadora Rosalba Ciarlini. Parecer pelo acolhimento parcial do substitutivo da Câmara dos Deputados PLS 203/2001 nos termos do texto considerado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme art. 133, § 2º do regimento interno do Senado Federal.

Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini para proferir o seu relatório.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Chega à análise desta Comissão o substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 203/2001 de autoria do Senador Mauro Miranda que trata da regulamentação da profissão de mototaxista e motoboy. Na realidade, a regulamentação evoluiu para elaboração de um texto consolidado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta casa que concilia as diversas lições sobre o assunto, e é esse texto final que analisaremos. Esse projeto foi aprovado, recentemente, na Comissão de Constituição e Justiça, e depois de ter sido bastante debatido com Audiências Públicas. Nós sabemos que se trata de uma matéria que desde 2001 vem tramitando no Congresso Nacional. E temos ainda outros projetos que foram

apresentados, no total de 14 projetos todos sobre o reconhecimento da profissão e a regulamentação.

Nós sabemos que essa é uma realidade hoje brasileira, não adianta a gente querer tapar o sol com a peneira, Senador Paulo Paim, é uma realidade brasileira, infelizmente nós temos em todos os Estados brasileiros, principalmente, no interior, em função da carência de transportes coletivos públicos e, de repente, foi surgindo, são milhões, para se ter uma ideia pelo próprio Ministério do Trabalho nós temos a informação de que são dois milhões e 800 mil trabalhadores que são motoboy ou moto-taxista, a grande maioria motoboy que fazem o motofrete, e o relatório é exatamente voltado a que possamos apreciar essa matéria que é não terminativa aqui na Comissão, daqui ela seguirá para o plenário, onde, com certeza, teremos oportunidade de aprofundar ainda mais o debate para que possamos finalizá-la da melhor maneira possível, mas sempre tendo que reconhecer que são trabalhadores, milhões de trabalhadores que precisam ter os seus direitos assegurados e, por outro lado, nós precisamos também garantir a segurança àqueles que usam seus serviços. Não pode é continuar como está de uma forma. É uma autorização e uma regulamentação municipal que não é reconhecida, porque precisa que haja uma lei federal, o CONTRAN também precisa ter suas normas e regulamentações de controle, e a profissão só cresce, a atividade só cresce no interior e sem que possamos ter uma fiscalização maior em que possamos ter, realmente, uma regulamentação dos serviços para que eles possam ser, para que possamos realmente conter os excessos e as questões que não estejam de acordo com a segurança e com o desempenho da atividade.

Em relação à tramitação da matéria na Câmara dos Deputados, reportamos ao parecer da CCJ nesta Casa que acompanhando o brilhante parecer do nobre Senador Expedito Júnior optou por aprovar a matéria acolhendo dispositivo do projeto original do Senado Federal com os acréscimos julgados cabíveis durante a tramitação naquela Casa. O resultado final então inclui a regulamentação da profissão de mototaxista e da atividade toda que envolve esses profissionais com as devidas cautelas para garantir a segurança e integridade dos trabalhadores.

Análise do projeto: *“Não detectamos aspectos inconstitucionais ou injurídicos no texto consolidado da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para regulamentar as atividades dos profissionais em transporte de passageiro, mototaxista, entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e motoboy com o uso de motocicleta. O mesmo pode se dizer das regras de segurança nos serviços de transportes re-*

munerado de mercadorias. São mudanças legais que refere, especificamente, as qualificações para o exercício profissional, portanto, passíveis de modificação, mediante iniciativa do Poder Legislativo, tendo em vista que se trata de matéria essencialmente trabalhista. Também em relação ao frete com o uso de motocicleta não há impedimentos de iniciativa ou competência para legislar capazes de ensejar inconstitucionalidade. Foram respeitados, além disso, os pressupostos de juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa com relação a este último aspecto, houve um esforço de conciliação de texto que até permitiu a visualização de algumas impropriedades devidamente corrigidas. Compete a esta Comissão nos termos do que dispõe o inciso I do art. 100 do regimento interno do Senado Federal opinar sobre relações de trabalho, organização do Sistema Nacional de Emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, Previdência Social, população indígena e assistência social. O tema é indubitavelmente trabalho, e por esta razão não é questionável à nossa competência.

Quanto ao mérito cremos que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realizou um trabalho positivo de debates, de conciliação de interesses e buscou atender aos anseios de um setor que merece todo o nosso respeito, dado o elevado número de empregos que pode oferecer empregos formais que pode oferecer e agilidade com que o trabalho desses profissionais complementa vazios na área de serviços e atende as exigências da vida moderna. A regulação do motofrete e a adoção de normas de segurança no trânsito específicas para esta atividade econômica, embora o projeto original não tratasse desses aspectos também representam um alívio para aqueles que trabalham nessa área. Estaremos reconhecendo a dignidade desses profissionais e dando a eles uma legislação que diminui a informalidade e prepara essa categoria para futuras conquistas que podem gerar mais segurança, renda e cidadania.

Assim cremos que a junção entre a proposição do Senado Federal e a maior parte do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados oferece um quadro legal que pode ser a base jurídica inicial necessária ao desenvolvimento da atividade profissional dos mototaxista moto-frentistas. Tratando-se de uma atividade nova não se pode esperar uma regulamentação perfeita, mas, certamente, os ajustes necessários terão como suporte uma norma básica na qual se reconhece, principalmente, a validade, dignidade e importância desses cidadãos que arriscam a vida para fazer a economia girar com novos empregos e desenvolvimento para todos”.

Em face do exposto somos pelo acolhimento parcial do substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 203/2001 nos termos do texto consolidado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme o art. 133, § 6º do regimento interno do Senado Federal.

O voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu quero, Sr. Presidente, cumprimentar a relatora, presidente desta Comissão, Senadora Rosalba e dizer que, na verdade, nós não estamos criando nada, nós estamos simplesmente regulamentando uma categoria que já existe e trabalham mais de dois milhões 800 mil trabalhadores que trabalham na informalidade. Deixar claro que há uma preocupação muito grande... Inclusive, eu debati bastante com o Senador Mercadante por causa da questão de São Paulo, do Estado de São Paulo, nós não estamos criando nada para lugar nenhum, nós estamos regulamentando uma categoria que o texto constitucional já diz, a questão da regulamentação é de responsabilidade do legislativo municipal, é de responsabilidade das prefeituras municipais. O que nós estamos fazendo aqui é reconhecendo um serviço que existe e não adianta nós querermos tapar o sol com a peneira, não adianta nós fecharmos os olhos e achar que isso não existe. Eu estava discutindo aqui com o Senador Casagrande, e respeito o posicionamento, respeito a posição, assim como respeitei lá na Comissão de Constituição e Justiça do Senador Mercadante. Eu entendo que aquilo que é bom, às vezes, para a nossa região, aquilo que é bom, às vezes, para o Rio Grande do Norte não é bom para Rondônia. Mas, às vezes, aquilo que, de repente, é bom também para Santa Catarina, que é bom para o Espírito Santo, para o Rio Grande do Sul, também não é bom para Rondônia. Esse é o nosso País, é um país de grandes dimensões. E nós temos que enfrentar este problema, porque, na verdade, é um problema que nós não estamos inventando e nem criando, já existe. Vai aumentar o número de acidente. Isso é conversa para boi dormir. Perdoem-me. É porque não querem a aprovação do projeto. Eu respeito aqueles que, às vezes, por exemplo, é o governador do Estado, são os prefeitos, principalmente, das capitais que não queriam ter esse serviço regulamentado.

Mas eu faço um apelo aqui para que nós posamos votar aqui na Comissão, e, logo em seguida, este projeto, o mérito dele será discutido no plenário do Senado e lá sim, lá então nós vamos aprofundar

a discussão, a regulamentação desse projeto depois quem vai fazer--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Na realidade é a regulamentação da profissão.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Isso.

Da profissão e depois quem vai regulamentar o projeto--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Porque autorização e regulamentação passa pelo Conselho Nacional de Trânsito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pelo CONTRAN. Exatamente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

E pelos municípios.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Agora,

o que nós queremos--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Eu quero, inclusive, aqui acrescentar uma coisa, Senador Expedito. Desculpe-me. Não sei se eu posso, presidente, posso?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como relatora e Presidente pode sempre.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Já são mais de três mil municípios. Nós temos mais da metade de todos os municípios brasileiros que já têm por lei municipal esse serviço autorizado que nós sabemos que não é legal porque falta lei federal.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): En-

tão, dessa forma eu quero parabenizar V. Exa. e quero cumprimentá-la pela brilhante exposição que faz e pelo voto favorável, regulamentando e reconhecendo uma categoria que já existe e que estão trabalhando na informalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr.

Presidente, Sra. Senadora relatora, Srs. Senadores, e a todos os presentes.

Eu, realmente, eu ouvia também o Senador Expedito argumentar, e a argumentação dele é uma argumentação forte, natural e tem que ser compreendida. O que está aqui se reconhecendo, como V. Exa. falou, é a profissão, a regulamentação da profissão. Não é exatamente isso? A questão da concessão dos serviços é uma concessão pública dos serviços do mototaxista, ele vai ter que ter uma placa e uma autorização das prefeituras, assim como são os táxis para que ele possa trabalhar, porque vai envolver aqui o Conselho Nacional de Trânsito e outros órgãos afins para que a regulamentação da atividade profissional. Eu sou médico, eu sou regularizado como médico, mas a minha atividade profissional, o desenvolvimento dela nenhum serviço de saúde vai receber as determinações, seguir

as regras do Conselho Regional e Federal de Medicina, das Agências de Vigilâncias Sanitárias e todos os órgãos fiscalizadores da profissão. Eu queria que o Senador Casagrande compreendesse esta. Não adianta você ser só motoboy ou mototaxista, se você não tiver a sua profissão, além, de reconhecida, regulamentada pelos órgãos competentes, que não somos nós que vamos regulamentar. Então, é o caso. Eu pediria que não se fizesse protelação desse projeto aqui, porque estou ouvindo fazerem audiência pública.

Nós temos um fórum de debate que é o fórum mais justo que se tem, porque os 81 senadores irão participar, que é o plenário. Então, eu pediria encarecidamente, aqueles que já conhecem, que existe esse serviço no País, que têm esses profissionais clandestinos fazendo esse trabalho, inclusive, lá em Macapá a prefeitura já reconheceu o trabalho, e eles são clandestinos porque eles não têm profissão, porque não são reconhecidos como profissionais, mas eles executam o trabalho que a prefeitura resolveu fazer a regulamentação dela e liberar, mesmo contra o Conselho Nacional de Trânsito e este--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esta aqui é uma decisão do Supremo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Decisão do Supremo. Exatamente, seguiu a decisão do Supremo.

Fui prefeito, Senador Paim, em 93 começou o mototáxi lá em Macapá, era uma pressão de todos os lados dos donos de empresas de ônibus, de taxistas, era uma pressão enorme, mas a vontade, a aprovação da população superou esse tipo de pressão, o que eu não fiz foi reconhecer naquela época, porque realmente nós estávamos sem muitos subsídios para reconhecer. Mas desenvolveu. E agora 15 anos depois se está pedindo a regulamentação ou a regularização, o reconhecimento, digo melhor, da profissão, das profissões de mototáxi e motoboy. É reconhecer. O que é que você é? Qual é a sua profissão? Sou mototaxista. Está aqui, sou mototaxista. Qual é a sua profissão? Sou engenheiro. Está aqui a minha profissão. Por que o que é que eles dizem hoje? "Eu sou mototaxista, mas não tem reconhecida essa profissão".

Então, eu pediria encarecidamente que não houvesse esse tipo de protelação, porque nós vamos passar por audiências públicas, vamos ter os debates, e, tenho certeza absoluta, que esses debates, hoje, não vão colaborar, praticamente, em nada, porque tudo que nós deveríamos e teríamos que conhecer sobre a atividade do mototaxista e do motoboy, nós já conhecemos melhor pela prática do dia a dia, e pelos anos que essas duas atividades estão sendo desenvolvidas.

Muito obrigado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu queria só manifestar...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu passo... O Senador Paim.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Inscreva-me, aí, Presidente, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não. Pela ordem, Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou inscrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Casagrande está inscrito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sou agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não. Agora é o... Há, sim, Renato Casagrande.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu estava inscrito, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Estava inscrito após o Senador Casagrande.

Então, eu passo a palavra, neste momento, ao Senador Renato Casagrande, e em seguida ao Senador César Borges.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu tenho... Falei com o Senador Expedito Júnior, eu tenho restrições ao projeto, eu tenho pleitos de gestores municipais, estaduais no Espírito Santo com relação a esta matéria, eu tenho restrições à matéria, não tenho restrições à parte de motoboys. A nossa restrição lá no Estado do Espírito Santo, pela realidade do Estado do Espírito Santo é com relação à regulamentação do mototáxi, temos restrições, eu tenho pleito para que possamos pedir vista dessa matéria. Estou recebendo apelo aqui dos Senadores com relação ao tema. Minha posição é contra a matéria do jeito que ela está, eu voto contra, me posiciono contra a matéria. Mas vou atender ao apelo dos companheiros aqui, que estão aqui, não vou pedir vista à matéria, mas vou votar contra, quero registrar a minha votação contra e vamos fazer o debate, porque daqui ela vai para o plenário, no plenário do Senado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Então, V. Exa. não faria o pedido de vista?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não vou pedir o pleito por solicitação de V. Exas. eu não vou fazer o pleito, pedido de vista e vou votar con-

tra, registrar o meu voto contra e vamos levar o debate para o plenário do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo a palavra ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu acho que a realidade se impõe diante da legislação. Temos uma realidade, um fato, nascido, talvez, de uma necessidade da própria população, nascido da necessidade de sobrevivência de muitos brasileiros que não tendo outro tipo de possibilidade para uma atividade econômica viável, nascido da necessidade também da população de se transportar, de se locomover dentro das cidades, uma vez que o transporte urbano ficou caríssimo, e boa parte da nossa população, hoje, ela simplesmente se locomove a pé, porque não tem condições de pagar um transporte coletivo, porque não há uma política pública direcionada a um custo menor de insumos, por exemplo, com óleo diesel para o transporte coletivo nas nossas cidades. Diante de todas essas dificuldades e essas realidades o mototáxi passou a ser uma realidade em muitas das nossas cidades, mesmo cidades de pequeno porte em todo o interior do Brasil. Isso nós assistimos. Nós chegamos a cidade do interior e, às vezes, quando há uma incompreensão por parte do Poder Público, principalmente, municipal, aqueles mototaxistas estão protestando e solicitando uma regulamentação para que eles possam estar assistidos na sua atividade econômica, que eles abraçaram e a população abraçou também, porque se não houvesse a demanda, se a população não quisesse ou não aceitasse o serviço, você não usaria. Mas não. Hoje tanto o serviço do mototaxista, como do motoboy é uma realidade dentro da nossa economia. E se é uma realidade o que nós precisamos fazer é o quê? É regulamentá-la para dar mais segurança àqueles que vivem disso e também exigir do Governo que os órgãos de trânsito deem a proteção necessária para que essas pessoas não estejam passíveis de morrerem nas vias públicas por falta de uma regulamentação suficiente para dar proteção a elas. Há dificuldades para compatibilizar o tráfego de veículos de quatro rodas, com veículos de duas rodas? Há. Mas a engenharia de tráfego está aí para resolver esses problemas. Qual é a melhor fórmula? Não vou dizer porque não sou especialista no assunto. Se é segmentar vias específicas para o transporte de duas rodas ou não. E se falou numa lei que você teria que seguir os veículos de quatro rodas, o que me parece que não satisfaz, seria um absurdo, seria limitar exatamente a velocidade e a agilidade para que o veículo de duas rodas, as motocicletas pudessem transitar de forma mais rápida. No fundo é que precisamos nos

debruçar sobre a realidade que existe nas grandes capitais e nas pequenas cidades do País.

Então, por isso é que acho que esse projeto é um grande avanço. Eu parablenizo o Senador Expedito, porque ele sempre se dedicou a esse assunto. Foi incansável batalhador para que fosse possível alcançarmos esse momento de aprovação, pelo menos, em nível de comissão aqui no Senado, teve audiência pública na CCJ, e o relato da Senadora Rosalba. Eu acho que devemos aprovar rapidamente e continuarmos as discussões, porque o assunto não se encerra nessa regulamentação. Só vai se encerrar esse assunto quando houver regulamentação e segurança completa para aqueles que vivem desse mister que é tão nobre quanto qualquer outro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo a palavra, em seguida, ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu acho que nós no Congresso Nacional temos o dever de cuidar desses meninos, a maioria são meninos, que em busca da sobrevivência acabam sendo mototaxistas--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E meninas.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E meninas também. Que acabam indo para essa profissão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só com um detalhe, pela lei só agora a partir de 21 anos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): De 21. É o seu artigo. Está aqui. É o Item 01 do art. 2º.

São quatro artigos importantes. Agora, sem sombra de dúvida, nós precisamos debater a exaustão. Não vou pedir audiência pública e nem pedir vista porque concordo com o Senador César Borges, a gente precisa dar um passo, a gente precisa avançar. Eu me elegi há sete anos, e de lá para cá apresentei seis projetos, projetos importantes, por exemplo, proibir que as pessoas peçam coisas, seja pizza ou remédio e obrigue o moto-taxista a entregar em 30 minutos, em 15 minutos, senão o sujeito não paga. Isso nas grandes cidades é um risco tremendo. Nos dias de chuva, vocês sabem, motocicleta é um veículo que as pessoas caem, e muitos perdem a vida, o doutor sabe, e outros ficam paraplégicos e até tetraplégicos. Então, o sujeito tem uma loja e diz assim: "Olha, eu garanto que te entrego em 15 minutos. Se você não receber não paga". E lá sai o mototaxista ou o motoboy desesperado para entregar essa mercadoria. Isso não é justo. Isso é uma coisa que nós temos que proibir e me preocupa muito. Como

também essas empresas que exploram esses meninos e meninas para fazerem entrega nas grandes cidades, mas não dão para eles o equipamento de couro, as botas. Eu vejo lá no Rio de Janeiro, eles passam pela Avenida Brasil, na Avenida Presidente Vargas nem nenhuma roupa de proteção, se levar um tombo ou se houver um acidente, dificilmente, escaparão.

Então, eu tenho um projeto também para que eles todos só possam trafegar com o seu equipamento completo, isso é muito importante. E, finalmente, aí já não é só o mototáxi, nem o motoboy. Roberto, eu acho que nós tínhamos que votar e aprovar uma resolução do CONTRAN para que só se vendesse motocicleta, no Brasil, com air-bag. Eu acho que é tão perigoso o uso da motocicleta. Eu até faço um desafio a vocês. Lá no Rio de Janeiro tem a Associação Brasileira de Reabilitação. Deve ter em cada Estado uma entidade dessas que cuida de pessoas sequeladas, pessoas que hoje precisam fazer terapia. Nós devíamos estabelecer que motocicletas, no Brasil, só fossem vendidas, só saíssem de fábrica com air-bag, para nós diminuirmos o número de mortes desses tantos brasileiros que compram milhões de motocicletas, todos os anos, o financiamento é muito barato, custa R\$ 200,00 a prestação e é um perigo nas grandes cidades brasileiras. Eu fiz aqui um projeto também para que eles não trafegassem entre pistas, trafegassem como automóveis. Eles hoje, pela premência do tempo para entregar a mercadoria passam entre os carros, entre duas pistas, é um perigo, é um tremendo perigo. E outra coisa, o senhor imagina um piloto de avião tem autoridade de dizer: "Não vou decolar porque as condições de tempo, as condições meteorológicas não são favoráveis, ou não vou pousar nesse aeroporto". Um motoboy, pode ser a tempestade que for não tem autoridade de dizer ao patrão: "Não vou sair com motocicleta, porque estou arriscado a cair numa chuva num temporal".

Então, o Expedito sabe que nós precisamos, com todo cuidado e apreço, nos dedicar aos detalhes da lei, para protegermos esses meninos e darmos efetividade, seja uma profissão segura e que todos nós possamos votar uma boa lei aqui. Então, vamos para o debate no plenário, estamos dando um passo. Agora espero que o relator possa atender a esses reclames, fazer essas emendas, implementar esses artigos à lei e nós sairmos com a consciência tranquila de que estamos regulamentando uma profissão e dando segurança aos profissionais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. Cumprimen-

tar também a Senadora Rosalba Ciarlini que foi, na verdade, a relatora desse parecer.

Eu vou ter que pedir licença a vocês todos para discordar, pela primeira vez, na minha vida, do meu grande líder Senador Marcelo Crivella. Acosto-me a tudo que foi dito no sentido da segurança, nós todos temos que ter a extrema consciência e fazermos e adaptarmos as leis para que, na verdade, tenhamos leis que proporcionem melhor segurança a todos, quer sejam usuários de motocicleta, quer sejam usuários de revólver, porque, na verdade, um segurança de um banco, um segurança ou um profissional militar recebe um instrumento de trabalho, que é um revólver, uma metralhadora, um tanque de guerra, e isso não dá direito, ao mesmo, de trafegar com esse tanque de guerra em via pública, em excesso de velocidade, ou numa localização que não seja permitida, ou mesmo ao revólver atirar ou dar rajada de metralhadoras em via pública. Agora o que nós não podemos esquecer é que nós estamos num mundo até globalizado, o mundo hoje é globalizado para o bem, é globalizado para o mal, mas é globalizado para o bem, no sentido de fazer com que se assista o mundo, e se assiste o mundo andando de motocicleta nos Estados Unidos, na Suíça, em qualquer país que seja referência, na França, cada país cuidando dos seus cidadãos da melhor forma, criando reservas, estabelecendo normas, estabelecendo procedimentos, porém, se assiste ao mundo. Nós não vamos querer, no Brasil, sermos mais precisos do que o relógio suíço. Aí é que o meu maior respeito e maior admiração ao meu líder, Senador Marcelo Crivella, mas no tocante ao air-bag de moto não existe em nenhum país no mundo em que isto seja uma regra, uma norma, não existe ainda comprovadamente nenhum experimento que comprove que o uso do air-bag significa a minimização de um dano a um motociclista, porque o motociclista se ele, efetivamente, usar o equipamento dele de forma inadequada, existem motocicletas hoje que andam a 300km por hora. Então, não adianta o air-bag a 300km por hora. Então, na verdade, é uma questão técnica.

Eu diria que nós não podemos cegarmos a um problema que é do uso da motocicleta. O uso da motocicleta é um fato incontestável de volumes crescentes. As vendas de motocicletas no Brasil têm crescido numa proporção, realmente, extremamente vertiginosa, graças exatamente ao uso, à explosão das densidades, o crescimento demográfico das cidades, a expansão das cidades, antigamente se ia a pé ao cinema, se ia a pé à praça, porque estava numa pequena comunidade. Hoje nas grandes cidades, cidades como Brasília, como qualquer outra os locais estão distantes, e o meio de transporte de motocicleta é um meio que se

transformou de uso até para as populações de baixa renda. A mulher, a inserção da mulher no uso da motocicleta é também um fato admirável que é crescente o uso. Antigamente, motocicleta começou na lambreta ou começou na Halidavison que quem andavam eram os patrulheiros rodoviários ou então era os filhos de pai rico que tinham os lambretas da época. Hoje não, hoje a motocicleta é um suporte indispensável ao transporte das populações de baixa renda.

Então, eu diria que, na verdade, nós não podemos tentar transformar o Senador numa lupa de um microscópio eletrônico, nós estamos aqui é querendo descobrir o DNA de uma bactéria, ou nós estamos querendo aqui, na verdade, achar a precisão da precisão, é inquestionável a necessidade de regulamentarmos a profissão, é inquestionável, indiscutível o uso da motocicleta no Brasil e no mundo. O Brasil... Dê graças a Deus que eu andei nas Filipinas, andei na Tailândia, andei na Indonésia ao lado de motocicleta. Ali, sim, ali é um caos, porque, na verdade, as pessoas usam motocicleta como andam na rua a pé, andam no sentido de mão e contramão, não existe, cruzam as avenidas, sobem caçadas. Isso é que se encontra nesses países que até usam. Então, o Brasil, prioritariamente, avançar e estabelecer regras e normas, é fantástico, o Brasil está à frente, e o Brasil também está à frente da produção mundial de motocicleta, é um dos países que mais produz motocicleta. Isso representa, para a economia de País, uma alavancagem fantástica, e, principalmente, para o usuário que, fundamentalmente, no Brasil, se fizer o perfil, é usuário de baixa e extrema baixa renda. A prestação da motocicleta hoje é mais barata do que um vale-transporte. O vale-transporte é mais caro do que você dar uma motocicleta a um cidadão. A prestação que se gasta com o vale-transporte é mais caro do que uma prestação de motocicleta para o usuário.

Então, eu, com todo respeito, peço permissão ao meu Senador e líder Crivella para poder ter na forma da extrema rigidez. Nós daqui a pouco vamos criar tantas regras, tantas normas para o uso que vamos ser o país que vai ser ridicularizado no mundo, porque os países avançados do mundo disciplinam, mas de forma não tão precisa.

Era isso que eu tinha a dizer. E parabenizar a Senadora Rosalba Ciarlini e parabenizar o Senador Expedito Júnior, no tocante ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, só uma palavrinha, só para esclarecer ao Senador Roberto Cavalcanti que o air-bag não é coisa sofisticada não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador, eu só gostaria, porque nós estamos avançando no debate e eu gostaria de passar a palavra, nesse momento, ao Senador inscrito.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, o art. 14, Sr. Presidente, foi citado. É só para esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, pela ordem, Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, é o seguinte. Deixa-me explicar para vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só peço que seja bastante suscito. Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Porque senão fica a idéia de que se trata de uma coisa complexa e cara. Não é não. Eu não sei em quais países do mundo isso é aplicado, mas é uma ideia dos Estados Unidos, em vários estados lá isso é usado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): As motos mais modernas do mundo são as brasileiras.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, eu estou dizendo a questão do air-bag. A questão do air-bag é o seguinte: é um colete que tem um dispositivo inflável que é acionado quando o sujeito sai, quando ele é injetado da motocicleta. Então, tem uma correntinha ligada ao colete e presa no tanque de combustível. A partir do momento que ele tem uma queda aquela corrente se rompe, e aquele colete se enche de ar, inclusive, protegendo o pescoço. É só isso. Eu não estou pedindo aqui uma lupa eletrônica de um microscópio atômico. É do colete, mas é chamado de air-bag de motocicleta. Então, é um colete que tem um dispositivo ligado ao tanque de gasolina que quando rompe imediatamente infla, como se fosse um desses coletes que a gente tem no avião.

Senador Roberto, é só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer que o art. 14 foi muito bem utilizado e ilustrado também. [risos].

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Flávio Arns, que preside a sessão, Senadora Rosalba, presidente titular desta Comissão, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Lógico que a minha primeira preocupação, como médico, é realmente com o alto índice de mortalidade em acidentes de motocicletas. Agora esse alto índice se deve não à falta de regulamentação da questão, acontece em relação à falta de fiscalização da aplicação da lei. Então, se nós não regulamentarmos essa profissão por argumentar

que a pessoa é cobrada de atender rapidamente um pedido, tem que sair debaixo de condições favoráveis. Isso aí existe previsão legal para não acontecer.

Então, eu acho que se o Presidente Lula baixou o IPI das motos, está estimulando que se use moto e existe uma profissão que existe, de fato. O que nós estamos querendo é não ficar sofismando e regulamentar, fazer um marco regulatório para essa profissão que atende a muita gente desempregada, a muita gente que não tem outra forma de ganhar dinheiro para sustentar sua família.

Então, eu acho que nós temos, sim, que aprovar o projeto, discutir depois em plenário detalhes, mas que é um avanço e que busca justamente fazer uma inclusão de uma faixa de pessoas, que se não fosse essa profissão não teriam do que viver é verdade, e que é de uma grande utilidade para a grande maioria da população brasileira. Varia, é lógico, de município para município, e para isso o município tem autonomia para fazer a sua concessão de acordo com a peculiaridade de cada município.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcante. Antes de encerrar a discussão vou passar a palavra à relatora do projeto, Senadora Rosalba Ciarlini. Antes de passar só quero destacar a presença da Deputada Perpétua Almeida PC do B do Acre. Muito bem vinda.

Com a palavra, Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inclusive, Senador, eu queria fazer o seguinte. Já que todos aqui estão de acordo, por que é que o senhor não coloca em votação e depois eu faço aqui algumas observações que serão debatidas lá no plenário?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pode ser feito desta maneira. Então, está encerrada a discussão. Está em votação a matéria. Senadores--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, me permitiria--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está em votação, está em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minuto. Mas eu vou conceder a palavra a V. Exa. na sequência. Está encerrada a discussão. Em processo de votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade dos presentes. Houve a manifestação anterior do Senador Renato Casagrande, contrária ao projeto, porém, dos presentes a votação foi aprovada por unanimidade.

Eu quero passar a palavra, neste momento, eu quero devolver a presidência da Comissão à Senadora Rosalba Ciarlini que também como presidente,

sem dúvida, pode fazer as observações, já que o um Projeto de Lei da qual ela é relatora, teve o seu processo encerrado.

Então, devolvo a presidência à Senadora Rosalba Ciarlini.

[troca de presidência]

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente Rosalba, logo que for possível, eu gostaria de pedir a palavra, pela ordem. Eu sei que a senhora vai falar primeiro, logo em seguida do Senador Nery eu gostaria de pedir a palavra pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu vou anotar, já que o Senador Nery também solicitou e o Senador...

Eu gostaria primeiro de agradecer ao Senador Flávio Arns que deu todo o equilíbrio necessário, como sempre faz, bem conduzindo os trabalhos. E antes de dar a palavra, pela ordem, ao Senador Expedito, eu quero dizer que realmente a aprovação nesta Comissão do projeto eu quero agradecer a todos os nossos pares aqui da comissão que foi por unanimidade. Isso é muito importante porque agora vamos para uma decisão terminativa. Bem vindo, Senador Marconi Perillo. Vamos para uma decisão terminativa no plenário. E é muito importante que os senhores que conhecem a atividade... E eu quero aqui colocar uma posição que anteriormente não quis para não confundir. Eu fui prefeita três vezes de um município, de um município que no meu Estado é o segundo município do Estado, município, para nós, de grande porte. Confesso que resisti muito, tinha até um compromisso com os taxistas de que o mototáxi nós não iríamos, de forma nenhuma, aceitar aquele serviço. Mas ao decorrer dos anos eu fui vencida, vencida por essa atividade que cada vez foi crescendo e vendo que se não houver realmente uma forma de fiscalizar, de criar, por exemplo, proteções para criança, de criar proteções para aqueles que utilizam o serviço de uma maneira geral, de criar normas que essa moto seja identificada. O que é que acontece hoje? É uma atividade que todos podem pegar uma moto, bota o colete e vai embora ser moto-taxista.

Então, nós queremos, realmente, regulamentar, dar os direitos trabalhistas, ser uma profissão e como profissão ter os seus direitos e seus deveres. Então, isso é algo que eu gostaria aqui de colocar da importância... Realmente, é uma realidade em toda... Eu tive agora, no final de semana, quando cheguei à cidade de Currais Novos, estavam lá na festa junina a multidão de mototaxista era quem estava levando e trazendo todo aquele pessoal, porque não tinha outro meio de transporte, e o que tinha as pessoas mais carentes não têm condição porque, realmente, são de baixa renda.

Cheguei na cidade de Acari a mesma coisa, em todos os recantos. Na cidade de Santana de Seridó que teve uma festa imensa, grande; mas é uma cidade de 2.700 habitantes, e lá tem se visto também. Então, é algo que é difícil. Na Amazônia toda aqui está a Deputada Perpétua Almeida. Quero até parabenizá-la pela sua preocupação, e seu acompanhamento por entender. Ontem eu estava conversando com uma jornalista, e ela me falava até ponderando essas questões que são polêmicas, e que precisa de segurança, a questão da higiene, da segurança do passageiro. Mas ela mesmo disse: "Lá em Parintins quando eu fui eu usei o serviço". Então, é algo que a gente vê que infelizmente o Brasil... Eu quero que chegue o momento que ele possa avançar para que esses trabalhadores que são mototaxistas ou motofrentistas ou motoboy, porque não têm outra atividade, eles gostariam de ter um emprego mais tranquilo, mas que também eles possam agora partindo dessa discussão e da aprovação de medidas que regulamentem, que realmente tragam a autorização da atividade para que possa também ser exigido deles mais profissionalização. Isso tudo é muito importante.

Então, eu queria aqui dizer que essa etapa vencemos, e agora vamos ao plenário, esperando que no plenário possamos, cada vez mais, melhorar com a experiência de cada um dos senhores, com essa visão do Brasil que não pode ser só o Brasil de São Paulo ou o Brasil da cidade de São Paulo ou do Rio de Janeiro, são cidades cada qual cuja regulamentação do serviço passa também pela prefeitura, pelo Executivo, pelas normas do Conselho Nacional de Trânsito que nós queremos que realmente se regule para que haja fiscalização, haja critérios e que possamos ter mais segurança e mais tranquilidade.

Eu gostaria de passar agora, pela ordem, a palavra ao Senador José Nery que pediu antes do senhor, Senador Expedito.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Senadora Rosalba, Srs. e Sras. Senadores e Senadoras, Deputada Perpétua. Sem dúvida, esse é um tipo de projeto que ao alcançar, que o estatuto da sua... E um problema e alcançar a sua regulamentação para uma categoria de profissionais e trabalhadores, são aquelas realidades que acabam por se impor e colocar a necessidade pela força da sua existência, da sua presença de ter que contar para o pleno exercício daquela atividade com a sua legalidade, a sua regulamentação. Porque essa atividade surgiu no interior do Ceará, na década ainda de 80, município, inclusive, que eu morei e trabalhei: Crateús, quando começou, realmente, e ao longo desse período, são mais de quase 20 anos, foi muito contestada porque

implicava um novo seguimento de trabalhadores atuando e disputando com outros segmentos também de trabalhadores que exerciam a tarefa do transporte de passageiros.

No Estado do Pará o serviço de mototáxi é realidade nos 143 municípios do Estado. Os municípios maiores, municípios médios é até municípios muito pequenos, mas é um meio de transporte para o setor mais empobrecido da população, se não tem dez reais, cinco reais para pagar o táxi, ele pode ser transportado por dois reais.

Eu participei, ainda na qualidade de vereador, Senadora Rosalba, quando muitos municípios brasileiros mesmo sabendo de que a atividade não estava regulamentada pelo Congresso Nacional e muito menos pelos órgãos de trânsito do País, o CONTRAN, era tida, de fato, como atividade do ponto de vista jurídico como ilegal, alguns municípios, entre os quais o município de Abaetetuba onde trabalhei, onde fui vereador. Fui relator de um projeto em nível local estruturando, organizando o serviço de mototáxi. Claro, o estabelecimento de regras é precário, porque não tinha uma regulamentação nacional para fazer aquela tarefa, mas muitos municípios tentando organizar a atividade tomarão essas providências. E a luta dos trabalhadores mototaxistas e suas associações, e até em sindicatos, federações, organizados no país inteiro, na verdade, a sua organização, a sua insistência para aprovação desse projeto, que agora consegue aqui o apoio unânime da Comissão de Assuntos Sociais, esperamos, se não unanimidade, mas a maioria no plenário do Senado de modo que essa atividade seja finalmente regularizada, regulamentada e, sobretudo, as municipalidades possam ter também instrumentos eficazes com base na legislação do trânsito, para fiscalizar a atividade, porque, ao mesmo tempo, que ela precisa desse estatuto, dessa regulamentação é bom dizer que ela precisa, igualmente, de uma competente fiscalização dos municípios para que abusos não sejam cometidos, porque é usual o transporte de três, quatro pessoas na moto, com crianças. Nós podemos verificar isso nas nossas cidades. Então, ao lado da regulamentação é igualmente necessário que os municípios se adequem a essa nova realidade para exercer a eficiente fiscalização.

Parabéns a todos os Senadores que aqui se posicionaram pela aprovação do projeto da regulamentação, bem como, redobrar agora os esforços para que possamos ter no plenário do Senado o apoio da maioria dos Srs. Senadores e Senadoras para a causa do transporte popular em mototáxi. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Eu gostaria aqui de

pedir aos Srs. Senadores que permanecessem mais um pouco, nós estamos quase com o *quorum* para terminativo, e tem muitos projetos terminativos mais importantes.

Eu queria aqui pedir ao Senador Mozarildo, ao Senador Mão Santa, ao Senador Expedito, ao Senador Papaléo, ao Senador João Durval, ao Senador Roberto, ao Senador Flávio Arns, ao Senador Nery que permaneçam para que a gente possa... Já estão vindo mais alguns Senadores votar as matérias terminativas que são importantes com relação a profissões, ao dia a dia; porque esta Comissão é a comissão que chega realmente perto das questões sociais de saúde do cidadão no dia a dia.

Senador Expedito, por favor, seja breve porque nós temos outras matérias.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu só quero completar aqui. Já parabeneizei V. Exa., no início, mas gostaria de fazê-lo novamente e espero que V. Exa. possa usar essa mesma rapidez no plenário do Senado e, de repente, como relatora do projeto lá no plenário, Senadora Rosalba. Senadora Rosalba, eu espero que a senhora seja relatora também no plenário do Senado porque V. Exa. dará agilidade que esse projeto precisa. Há mais de dez anos que nós estamos com esses projetos sendo tramitado no Senado, e eu não sei quais são as forças ocultas que não deixavam esses projetos seguirem, não deixavam esses projetos serem nem, sequer, discutidos.

Então, eu quero parabenizar V. Exa. cumprimentar aqui o Senador João Durval, o Senador João Durval também tem um projeto que moderniza, que melhora, inclusive, esse nosso projeto que é um projeto melhor. Eu gostaria de cumprimentar aqui o Senador João Durval, são 14 projetos só da regulamentação do serviço de moto-táxi. Mas o projeto mais adiantado e que nós entendemos que seria o que daria mais possibilidade de nós votarmos rápido esse projeto, e por isso que eu quero cumprimentar, parabenizar aqui, não poderia deixar de cumprimentar também o Senador Flávio Arns que foi o presidente em exercício, enfim, a todos aqueles, o Senador Roberto, a todos aqueles que ajudaram na aprovação desse projeto, principalmente V. Exa. Eu gostaria de pedir, eu não sei a maneira, mas eu gostaria de pedir que nós pudéssemos votar aqui a urgência do projeto, para que o projeto já pudesse se dirigir ao plenário do Senado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, nós poderemos analisar esta questão. Eu vou pedir aqui à assessoria para ver se ainda colocamos hoje para ser votado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Já poderia colocar agora, presidente. Já poderíamos colocar urgência aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, já temos aqui o requerimento, exatamente... Foi rápido. O requerimento assinado pela Senadora Rosalba Ciarlini.

"Requeremos urgência nos termos do art. 336, inciso II do regimento interno para o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 203/2001 que regulamenta o exercício das atividades dos profissionais de transporte passageiro, mototaxistas, entrega de mercadoria e em serviço comunitário de rua e motoboy com o uso de motocicleta". Eu queria só aqui... Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria aqui só de fazer um detalhe. Que você veja a importância de que nós possamos reconhecer a profissão, a palavra é reconhecer a profissão para que a partir daí possa ser criado os critérios de segurança, de saúde, através do Conselho Nacional de Trânsito e também das concessões que serão dadas pelos municípios. Porque enquanto não existir como profissão não existirá nenhuma forma de fiscalizar e de controlar, como bem falou aqui o Senador, uma moto carregando, levando na garupa três pessoas. Isso não pode existir. Mas como é que você sabe se aquela, realmente, é uma mototáxi ou não? Porque ela não tem identificação.

Pois não, Senador Roberto, pela ordem.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, pela ordem. É só um aprimoramento em termos de terminologia. Eu gostaria que exatamente visando que esses projetos, cada vez mais, se acostem à realidade do motociclista brasileiro. Senadora, é no sentido de que a terminologia, o usuário de motocicleta se chama motociclista, ele pode usar no lazer e no seu transporte pessoal, ele pode usar na competição de motocicleta, ele pode, como profissão, utilizar no sentido de ser motociclista ou mototaxista. Mas o proprietário da moto gosta de ser chamado de motociclista.

Então, seria interessante que toda vez que nós tratássemos na Casa sobre o tema, tratássemos como motociclista, e as profissões que estão referentes ao uso da motocicleta é que são mototaxista ou motoboy, porque o mototaxista também ele é no lazer, usuário da motocicleta, ele é no esporte usuário da motocicleta. Então, é muito importante que lá na frente não se venha imputar que a lei foi feita só para mototaxista ou motoboy, quando, na verdade, ela pode ter uma abrangência atendendo a todos os motociclistas.

Muito obrigado.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senadora Rosalba Ciarlini, eu queria dar o meu ponto de vista. Primeiro, a moto hoje é o cavalo da vida moderna. Eu nunca vi na civilização botar obstáculo e frear o uso de cavalo. O sujeito tinha um cavalo usava como queria e está aí. E hoje a moto. Agora eu queria inspirar V. Exa., além desse direito que eles têm, tem outro que é imoral e é do Governo. Esse Governo é muito imoral. Lá no Piauí que governa para o PT eu quero denunciar que o emplacamento de uma moto é 600 reais, é 20% o preço. Nos Estados Unidos da América de Barack Obama, com 25 dólares você paga o emplacamento de um carro qualquer que seja ele. Então, esse Governo é uma corrupção, pede dinheiro por todo lado. Já pensou, além desses serem togados, serem roubados, assaltados pelo Governo, pelo DETRAN no emplacamento, são 20% o emplacamento, são 600 reais, uma moto média, não de luxo é seis mil. Então, nos Estados Unidos da América se emplaca um veículo por 25 dólares.

Então, esse povo que está de moto, já tem dois sofrimentos: essa limitação do trabalho da liberdade de ganhar o seu sustento e está sendo, vamos dizer, assaltado pelos Detrans que tem aí. No Piauí é 20% o emplacamento, e isso não existe. Isso é uma imoralidade. É como o Boris Casoy diz: "Isto é uma vergonha".

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Tenho dois não terminativos, o 7º e o 10º. Se fosse possível eu fazer o relatório agora, faria com a objetividade de sempre.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós vamos, inclusive, Senador Papaléo, o senhor é relator do Item 10. Eu gostaria, inclusive, de que esse fosse, se o senhor concordasse, se pudéssemos... Agora eu estou vendo que nós temos já *quorum*.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): O Item 07 também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Chegou o Senador Valdir Raupp.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, o Item 07...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O item 10.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Primeiro o Item 10.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Item 10, primeiro. Que outorga o Projeto de Lei do Senado nº 81/2009 que outorga isenção do imposto de importação, do imposto sobre produtos industrializados, da contribuição para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público e da constituição para o financiamento da seguridade social incidentes na importação aos equipamentos hospitalares sem similar nacional. O autor é Senador Delcídio Amaral, o relator é o Senador Papaléo Paes, e o parecer foi pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes para proferir o seu relatório.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, é um projeto extremamente feliz do Senador Delcídio Amaral, ele sairá daqui e irá para a Comissão de Assuntos Econômicos, e todos já tendo conhecimento do relatório, o meu voto é pela aprovação do projeto. É não terminativo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos à aprovação. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos agora para o item terminativo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos, então ao Item 04, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 109/2007 que acresce dispositivo à Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996 que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal e trata do planejamento familiar e estabelece penalidades e dá outras providências. A autora é a Senadora Kátia Abreu e a relatora é a Senadora Lúcia Vânia, o parecer é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

Item 04, Senador Garibaldi. O senhor é muito bem-vindo. Fazia tempo que a Comissão de Assuntos Econômicos deixava o senhor vir participar aqui das nossas reuniões.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): V. Exa. já está começando no quererismo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): São os mototaxistas que já estão trazendo todos para cá.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): A senhora está levantando a bandeira do quererismo, o movi-

mento que fez o Getúlio voltar, a senhora já está começando com o Garibaldi aqui.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Antes de ouvirmos o parecer, eu queria fazer um apelo, após a votação desse item terminativo, que invertêssemos a pauta, é o Item 12 que eu sou relator, e eu gostaria... Depois tenho outro compromisso e gostaria muito de relatar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Mozarildo, é muito justo, porque o senhor hoje foi o primeiro a chegar à Comissão.

Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sra. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares. O relatório é composto apenas de dois artigos, dos quais o segundo é a cláusula de vigência prevista para ocorrer na data de sua publicação.

“O Projeto de Lei do Senado nº 109/2007 de autoria da Senadora Kátia Abreu inclui por meio de seu art. 1º, inciso VI no Parágrafo Único do art. 3º da Lei 9.263 de 12 de janeiro de 1996, Lei do Planejamento Familiar. Análise: o objetivo do PLS nº 109/2007 é incluir o aconselhamento genético no rol das atividades básicas obrigatórias de planejamento familiar que integram o programa de atenção à saúde do homem e da mulher ou do casal a ser oferecida em toda rede de serviço do Sistema Único de Saúde - SUS que hoje são as seguintes, primeira: assistência à concepção e a contracepção. Inciso I: o atendimento pré-natal, inciso II: assistência ao parto, ao puerperal e ao neonatal, inciso III: o controle de doenças sexualmente transmissíveis, inciso IV: o controle e a prevenção do câncer cérvico uterino do câncer de mama e do câncer de pênis. Inciso V: em nossa análise não vislumbramos quaisquer óbices constitucionais ou jurídicos à aprovação do projeto”.

Portanto, Sra. Presidente, vou ao voto. “Em face do exposto votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107 de autoria da Senadora Kátia Abreu de 2007 e da sugestão a ela apresentada na forma do seguinte substitutivo: O inciso V do Parágrafo Único do art. 3º da Lei 9.263 de 12 de janeiro de 96 passa a vigorar com a seguinte redação: inciso V: o controle e a prevenção do câncer cérvico uterino, do câncer de mama, do câncer de pênis e do câncer de próstata, art. 2º: o caput do art. 4º da Lei 9.263 de 12 de janeiro de 1996 passa a vigorar com a seguinte redação: O planejamento familiar se orienta por ações preventivas

e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para regulação da fecundidade assegurado o oferecimento do aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.

Art. 3º: essa lei entra em vigor 365 dias após a data de sua publicação”.

Era o que eu tinha a relatar, Sra. Presidente. O voto pela aprovação, com as emendas já aqui evidenciadas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Como vota o Senador Mozarildo?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Garibaldi?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E a Senadora Rosalba não vota, mas aprova. Estamos com todos vocês. Até porque planejamento familiar é algo que nós precisamos, realmente que cada vez seja maior e os cuidados com

a saúde da mulher, ainda maior, para reduzir a mortalidade materna que ainda é muito grande.

Passamos agora, antes do relatório que será lido pelo Senador Mozarildo que é o Item...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): 12.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): 12. Nós queremos passar aqui para a votação. Só a votação, porque já foi lido o parecer, do Item 01 já foi lido, já foi discutido que é com relação à criação--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um ajuste de redação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Um ajuste de redação para permitir que os portadores de diploma de técnico de nível médio em enologia e os alunos que ingressaram em curso deste nível até 29 de maio de 2007 possam exercer a profissão de enólogo. Já foi lido. O relator foi o Senador Inácio Arruda, o parecer foi pela aprovação do projeto com uma emenda, e a matéria constou da pauta das reuniões dos dias 18 de março, 25 de março, 24 de abril, 15 de abril, 30 de abril e 03 de junho, e hoje nós temos a oportunidade de fazer a votação. Todos já conhecem o projeto. É importante porque vai dar... Muito importante. O Senador Paulo Paim fez questão de estar presente, até porque quando fala em vinho tem que pensar no Rio Grande do Sul.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso é uma dívida, na verdade, que a gente tem com o Zambiasi. O projeto é dele, e ele está esperando há quase seis meses para gente ajeitar essa correção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só a votação.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Deixa-me encaminhar aqui, porque, enfim, aqui em vinho eu aqui sou autoridade, não tenho dinheiro para comprar o Pêra Manca, porque eu não tenho. Mas eu quero dizer o seguinte, olha, isso é riqueza, não é só isso não. Bem aí a Argentina tem uma política que não entra vinho de fora não. Só é argentino, você pode ir a um restaurante. E os nossos vinhos do Rio Grande do Sul, da Casa Valduga e Miolo são extraordinários. Então, tudo que for para incrementar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não esqueça do Vale do São Francisco, nordestino, mas também muito bom.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas a luz foi lá. São Bento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Bento Gonçalves.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Bento Gonçalves. Então, nós temos que valorizar essa riqueza

do Rio Grande do Sul. A Argentina você sabe que o mercado entrou no Brasil, por essas facilidades. Então, tudo que for para favorecer o mercado e a produção de vinho em homenagem a Bento Gonçalves, ao Rio Grande do Sul, à Casa Valduga, o Miolo, um grande vinho, nós estaremos aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O vinho do papa? O Miolo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em votação a matéria. Senadora Lúcia Viana?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval? Senador Garibaldi?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim. Apoio.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não só vota como apoia.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): E bebo o vinho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [risos] Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Parabéns pelo projeto, parabéns Senador Paulo Paim. De acordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mozarildo?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator. Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quero parabenizar a todos os enólogos, técnicos de nível médio que agora passam a ser reconhecidos como enólogo. E ao nobre Senador Zambiasi que foi o autor e também ao Senador que

foi o relator, o Senador Inácio Arruda, como também o Senador Paulo Paim, que desde a primeira hora estava aqui vigilante para que nós pudéssemos aprovar. E quero aqui dizer que acho que está de parabéns este Brasil, porque é uma profissão, e é uma atividade que gera emprego e renda e que tem tudo para crescer cada vez mais. Até o Vale do São Francisco, no semi-árido nordestino, também faz o seu bom vinho, com excelência os prossecos.

Então, quero passar agora... Tem que repetir por quê?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Repetir a votação para a emenda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim. Agora tem a emenda, vamos repetir a votação para a emenda. Pode repetir a votação para a emenda? Todos concordam? Sim? De acordo.

Então, passamos ao item do Senador Mozarildo que é o relator. Item...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): 12.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): 12. Decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2008 que acrescenta art. 1º, item A o regulamento ao que se refere o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932 que regula a profissão de leiloeiro ao território da república para dispor que se aplicam à disposição do regulamento aos leilões celebrados por meio da rede mundial de computadores. O autor é o Senador Valdir Raupp que está presente, e o relator é o Senador Mozarildo Cavalcante, e o parecer é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo, aprovado na comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para proferir o seu relatório.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senadora Rosalba, presidente desta Comissão, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. O Senador Valdir Raupp foi muito feliz ao propor esse projeto, porque hoje já se pratica a questão do leilão através da Internet, mas sem exigir que os leilões sejam feitos por profissionais registrados que são os leiloeiros. Então, abre uma brecha para ilicitudes, as mais diversas. Então, esse projeto, na verdade, altera um decreto, é o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 32, que o objetivo é incluir o projeto no âmbito do citado Decreto, os leilões virtuais de forma a garantir maior segurança aos usuários. E eu vou ao final, já que houve um substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, que eu entendo que deve ser prestigiado, primeiro porque os sítios de leilões virtuais não operam exatamente leilões realizados por

profissionais especializados. Trata-se a hipótese de uso de rede mundial de computadores como instrumento de corretagem capaz de aproximar comprador e vendedor quanto à coisa ofertada. E segundo: porque os direitos dos usuários do convênio eletrônico não serão melhor garantido pela presença de um leiloeiro homologado pela Junta Comercial, mas pela aplicação dos contratos dessa natureza dos preceitos da defesa do consumidor. E terceiro: porque a adoção compulsória de leiloeiro de toda e qualquer venda virtual poderia causar tumulto à atividade do comércio eletrônico, de forma a prejudicar os efeitos positivos dessa tecnologia que são a democratização de oportunidade e o fortalecimento da ocorrência, observação feita pelo relator Senador Renato Casagrande.

A solução adotada pelo substitutivo apresentado pelo relator na CCT demonstra ser adequada ao especificar que a venda em pregão público possa ser realizada também por meio da Internet, o que se faz por meio de alteração do art. 19 do Decreto. Assim a proposição sob análise estaria tecnicamente mais correta e seu impacto se limitaria à atividade do leiloeiro público. Pelos motivos expostos manifestamos pela aprovação do projeto na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Ciência e Tecnologia e que está, portanto, aqui, anexado.

Então, o voto é pela aprovação do substitutivo aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Garibaldi?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mozarildo relator?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado por unanimidade. Se os senhores concordarem, podemos repetir a votação para... Aprovada. A matéria vai a turno complementar art. 282 combinado com o art. 92 do regimento interno do Senado Federal.

Passamos agora ao Item 07 Projeto de Lei do Senado nº 450/ 2008. Estabelece o direito do portador da doença de hepatopatia grave se aposentar integralmente por invalidez. O autor é o Senador Romeu Tuma e o relator é o Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes para proferir o seu relatório.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, Sra. Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores. Da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa sob o Projeto de Lei do Senado 450/2008 que estabelece o direito do portador da doença de hepatopatia grave de se aposentar integralmente por invalidez. Todos têm em mãos o relatório que fiz. É um relatório, realmente bem consubstanciado e que fez com que eu desse meu parecer favorável com o voto à aprovação do Projeto de Lei nº 450/2008 na forma do seguinte projeto. Projeto de Lei do Senado 450/2008. Substitutivo. Acrescenta dispositivo à Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990 estabelecendo para portador de hepatopatia grave e o direito de aposentadoria integral por invalidez permanente. O § 1º decretado, claro, pelo Congresso Nacional do art. 186 da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990 passa a vigor com a seguinte redação, art. 186, § 1º: consideram-se doenças graves contagiosas ou incuráveis a que se refere o inciso I desse artigo: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, Doença do Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose, anquilose, nefropatia grave, estados avançados do Mal de Paget, síndrome da imunodeficiência adquirida - AIDS, hepatopatia grave e outras que a lei indicar com base na medicina especializada. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Então, essa é a nossa proposta pela aprovação, claro, com a justificativa dada durante todo o meu relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Valdir Raupp, como vota?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mozarildo?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo já votou pela aprovação. Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Garibaldi?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim, com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim, com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim, com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim, com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovada. A matéria vai a turno suplementar, art. 282, combinado com o art. 92 do regimento interno.

Vamos agora passar para o Item 02. Eu ia, inclusive, parabenizar o Senador Papaléo pelo brilhante relatório e ao Senador, o autor da matéria Senador Romeu Tuma, que apesar de não estar presente, mas já fez um trabalho brilhante quando passou por esta Comissão. Essa é uma coisa importante que realmente nós médicos sabemos o quanto é debilitante o paciente com doença hepática, crônica e já numa fase bem avançada.

Item 02 é uma decisão terminativa. É de autoria do Senador Marcelo Crivella que altera o Projeto de Lei do Senado nº 23/2004, que altera com vistas a fomentar a utilização da energia solar a Lei nº 10.257 e

10 de julho de 2001, Estatuto das Cidades para instituir diretrizes a ser observada pelos municípios e a Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964 para condicionar obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação. O relator é o Senador Inácio Arruda que já leu, havia, anteriormente, lido o relatório, e fez alterações e agora vou designar como relator *ad hoc* o Senador Paulo Paim para que seja lido o novo relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O projeto é do Senador Marcelo Crivella. O Senador Inácio Arruda já tinha lido todo o seu parecer, mas mediante o lançamento de um milhão de casas, para a campanha Minha Casa, Minha Vida, ele fez algumas adaptações. Como ele já leu o relatório eu só vou ler as emendas que ele colocou no segundo momento. Emenda nº 01 PLS 23/2004, art. 1º PLC 23 passa a vigorar a seguinte redação: art. 1º, art. 2º da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 passa a vigorar acrescido do inciso seguinte. Eu só faço um apelo aos Senadores que é o último terminativo. Art. 2º instituição pelos municípios de norma de utilização de fontes energéticas para edificação de uso coletivo públicas ou privadas sob sua jurisdição contenham, prioritariamente, sistemas para aquecimento de água com a utilização da energia solar ou de outras fontes alternativas consideradas limpas, por meio do aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis. Emenda 2: inclua-se na Lei 4.380 de 21 de agosto de 1974 o seguinte artigo, art. 13: os edifícios de uso coletivo construídos com o recurso do sistema financeiro de habitação conterão, prioritariamente, sistemas para aquecimento de água com a utilização presente ou futura da energia solar ou outras fontes alternativas consideradas limpas, por meio de aproveitamentos econômicos dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

O parecer é favorável, inclusive, as duas emendas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não Havendo quem queira discutir. Passamos à votação. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella? É o autor. Claro que sim. Senador Mozarildo?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Garibaldi?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu peço para agradecer aos colegas, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concordam em repetir a votação para as emendas? Aprovada. A matéria vai à secretaria geral da mesa. Parabéns, Senador Marcelo Crivella.

Foi uma boa caminhada. Mas isso é importantíssimo. Energia solar, realmente, nós precisamos colocar na pauta deste País. Porque não é possível. A gente vê países onde passam seis meses com neve e com energia solar e o Brasil com esse solzão o ano todo sem ter energia solar.

Item 11. Como eu sou relatora, vou solicitar ao Senador Paulo Paim que assuma a presidência.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como já havia anunciado, passamos a palavra à relatora, Senadora presidente da Comissão, Projeto 59/2006 da Câmara.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É uma decisão não terminativa. Projeto de Lei da Câmara nº 59/2006 que altera a Lei nº 9.656 de 03 de junho de 1998 para dispor sobre a obrigatoriedade e fornecimento de bolsas de colostomia pelos planos e seguros privados de saúde. A autor é a Deputada Jandira Feghali, e o parecer é pela aprovação do projeto com a rejeição da emenda a ele oferecida na forma do substitutivo que apresenta.

Esse é um projeto que, realmente, de grande alcance, nós sabemos o quanto é uma situação realmente difícil para aqueles que precisam usar bolsa de colostomia por um período muito longo, e que os planos de saúde não fornecem. Então, são casos, realmente que podemos dizer assim, é uma minoria, mas nós

temos que aqui, esta Casa está em defesa do direito para todos. E essa minoria precisa ser protegida e ser resguardada. Então, o voto é pela aprovação com a seguinte emenda: dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 59/2006 a seguinte redação: Parágrafo Único: as operadoras poderão reajustar a contraprestação pecuniária com base em calculo atuarial quando o produto de que trata o caput, for destinado a uso permanente no âmbito domiciliar ou ambulatorial.

É esse o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade.

Volta a presidência para a nobre Senadora Rosalba.

Aprovada a matéria relatada, ela vai ao plenário do Senado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Requerimento nº 14/2009. Nos termos do inciso I do art. 93 do regimento interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais a fim de obter subsídios para instruir as Sras. e os Srs. Senadores a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 114/2005 que dispõe sobre o exercício da profissão de teólogo. Solicita-se a participação das seguintes autoridades: Darcy Cordeiro, vice-presidente do Conselho Interconfessional para o Ensino religioso de Goiás; Valmor da Silva, diretor da Associação Ecumênica dos Biblistas do Brasil; João Batista Isaquiel Ferreira, presidente da Convenção Brasileira dos Ministros das Igrejas Assembleia de Deus, Ministério das missões e igrejas filiadas Cobramad; Isaias Lobão Pereira Júnior, professor da Faculdade Evangélica de Brasília. Sala das sessões, 17 de junho, Senador Paulo Paim.

Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, só para destacar que, talvez, a gente precisasse ter uma pluralidade, talvez maior em termos dos convidados para discutir a matéria, porque eu penso que, por exemplo, mesmo de outras religiões, não só dos católicos, também CNBB e outros, não sei se haverá mais de uma audiência ou seria única audiência.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Nós iríamos, Senador Flávio Arns, convidar também Dom Dimas que é o secretário geral da CNBB ou quem ele indicar para participar do debate.

É importante dizer, Senadora Rosalba, de que o ministério tanto do sacerdote católico, como protes-

tante, são a maioria no País, estou citando apenas os dois, não será uma profissão, não terão eles carteira profissional, não terão eles salário, porque é vocacional. Agora existe o teólogo que é aquela pessoa que presta assessoria a livros, a escritores de livros, a autores de filme que fazem obras intelectuais e, portanto, não é um ministério pastoral, ele não é um padre, não é um pastor, é um teólogo; ele dá aula de teologia, e ele desenvolve. Então, é essa profissão que nós estamos tentando regulamentar. Fugiria completamente do escopo das tradições religiosas nós regulamentarmos uma profissão de padre, profissão de pastor, profissão de bispo, porque não é profissão, é vocação. Não pode haver ali uma relação de carteira assinada. Agora existe a profissão do teólogo que é aquele que estuda teologia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA
CIARLINI (DEM-RN): Mas eu vejo também que--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu penso também, Sra. Presidente, eu entendo a argumentação, eu até penso assim, é que existem os cursos de teologia, sem dúvida alguma, em todas as religiões existe o curso de teologia. Agora eu penso também--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA
CIARLINI (DEM-RN): Os cursos são universitários hoje já...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Me parece muito estranho regulamentar a profissão de teólogo. Mas de qualquer forma é uma discussão que tem que ser feita. Contudo, por exemplo, existe o Conselho Nacional, não sei exatamente, Conic - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, eu acho que seria bom pensar dentro das igrejas Cristãs que são igrejas também numerosas, importantes e eles poderiam trazer o ponto de vista deles sobre a formação, sobre o que pensam desta área, e não só católicos, eu penso aqui, inclusive, já tem, o que eu acho bom, Associação Ecumênica dos Biblistas, porque hoje quando se tem ensino religioso nas escolas, eu não sei também como é que esta organização, me parece, até o autor do requerimento, o Senador Paulo Paim, me parece, salvo melhor juízo, que nós deveríamos ter, pelo menos, uma ideia, me parece, e eu também não estou em condições de dar um subsídio mais estruturado, mas para ver quem é que poderia vir para ser assim algo representativo, porque eu não sei se Associação Ecumênica dos Biblistas, eu não conheço, eu não sei quem é... O Ensino Religioso de Goiás Interconfessional para o ensino religioso de Goiás, Igrejas Assembleias de Deus. Não, isso está claro. Professor da Faculdade Evangélica de Brasília. Está claro também. Não sei, acho que a gente poderia pensar nos nomes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, num primeiro momento veio uma relação dos 20 nomes, e como a Presidente adota um critério de somente quatro--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): De quatro nomes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --na verdade, esses quatro aqui, pelo que me foi informado, seria de posições diferentes. E estaria contemplado aqui nos quatro. E que nós poderíamos fazer outra audiência pública com outros nomes a partir desse primeiro debate.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu penso que talvez... Eu acho que a Presidente tem toda razão em termos de dizer que nós temos que limitar o número de expositores, até para aproveitarmos melhor o conteúdo. Quanto a isso, para mim está perfeito. Agora só vemos os nomes. Eu acho que não há oposições aqui dentro pró e contra, mas posicionamento em termos do que as pessoas acham, regulamentar a profissão de teólogo. Por exemplo, para mim, eu teria que pensar mais porque me parece complicado. Mas de qualquer forma eu acho que dá para pensar.

Então, se V. Exa. concorda vamos pensar nos nomes e sugerirmos também à secretaria da Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigado, Senador Flávio Arns. Eu acho que esse é o procedimento que nós esperamos que o senhor, realmente, como sempre, com muita tranquilidade, com muito equilíbrio, a gente possa, recebendo as suas sugestões, possamos, realmente, ter audiência o mais rápido possível. Até porque como o senhor fala, é uma profissão e aí vem a interrogação. Mas os cursos de teologia em nível superior são crescentes, inclusive, no Brasil. Recentemente no nosso Estado foi autorizado o curso de teologia lá na cidade de Mossoró, e também já temos outros para ser autorizados com nível superior. Então, acho que é algo que cria, se tem o curso, temos que ter o profissional e por aí tem que ser analisado. Então, em votação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Agora essas duas instituições precisam ser ouvidas: CNBB e CONIC, nessa reunião ou na próxima, realmente precisam ser ouvidas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Precisamos ouvir.

Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de nº 49. Requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da Comissão de Assuntos Sociais, a fim de

obter subsídio para instruir as Sras. e Srs. Senadores a respeito das políticas públicas voltadas para a profilaxia e o tratamento da hemofilia no Brasil. Solicita-se a participação das seguintes autoridades: Marinus Eduardo de Vries Marsico, Procurador do Ministério Público do Tribunal de Contas da União; Selene de Oliveira Santa Cruz, Presidente da Ajude-C; Luiz de Melo Amorim Filho, Diretor técnico da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia, Hemobrás; Carlos Sérgio Chiattonne, Presidente da Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia; Guilherme Genovez, coordenador-geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde. O Senador Paulo Paim é o autor do requerimento. Srs. Senadores--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu gostaria de discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu considero o assunto importante, necessário à população que necessita de tratamento para hemofilia no Brasil, uma população que sofre muito, é necessário então um debate maior para se saber as políticas públicas voltadas para a área. Contudo, se o Senador Paulo Paim me permite falar eu acho que existe uma ênfase muito grande nos convidados para a questão de sangue, de transfusão, de produção, hemoderivados, biotecnologia e do Ministério da Saúde, inclusive, o coordenador-geral de sangue e hemoderivados e pouca participação do doente, do doente e de sua família, porque grandes dificuldades para o doente é ter acesso, além do sangue, naturalmente, mas tratamento, atendimento, odontologia, psicologia, preparação. Então, eu não vejo também muita razão para o Tribunal de Contas da União estar participando, salvo melhor juízo, desse debate, em vez de colocar o Tribunal de Contas, porque imagina o Tribunal de Contas vai nesse sentido opinar em que sentido? A gente chamar mais uma entidade relacionada ao doente e à família. Porque tem uma entidade aqui que é Presidente da Ajude-C. Eu não sei que entidade, mas deve ter alguma entidade--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É uma entidade voltada para... Porque nós temos muitas associações de hemofílicos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E os nomes todos, Senador Flávio Arns, só para deixar claro, foi sugestão deles. Eu não indiquei um nome aí. Essas entidades e os familiares preocupados com essa situação, é que colocaram, inclusive, o Tribunal de Contas que queriam aprofundar esse debate. Agora eu concordo com V. Exa. que conhece o setor muito mais do que eu que fiz o gesto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Tribunal de Contas é sempre importante, e tudo, sem dúvida, mas o Tribunal de Contas vai, vamos dizer, fiscalizar, acompanhar alguma política pública. Então, eu penso que deve haver uma associação nacional de doentes hemofílicos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que eles estão contemplados aí.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu não sei se essa entidade é nacional.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É nacional.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas eu, se me permitisse, sem demérito, deixando muito claro--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É muito bem vindo que o senhor sugira.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sem demérito para o Tribunal de Contas, senão o Tribunal de Contas acha que a gente não quer que o Tribunal de Contas participe.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não tem problema nenhum.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não é isso. Mas eu acho que o Tribunal de Contas depois vai dizer qual que é a política pública, qual que é o recurso, está sendo bem aplicado, não está, está havendo desvio, não está, ou coisa semelhante. Então, para não ficar muita gente, porque não dá para ficar seis, já tem cinco aqui, que já é bastante. Então, eu tiraria o Tribunal de Contas e colocaria... E eu até tomaria liberdade de perguntar ao Conselho Nacional, a secretaria podia fazer isso no Conselho Nacional de Saúde quem é que os representam, se houver a representação, se não houver eles vão dizer, qual é a entidade nacional dos hemofílicos. Está bom?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, vamos colocar em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. E aguardamos as sugestões--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Do Senador Flávio Arns.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --para que nós possamos adaptar da melhor maneira possível. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, eu queria colocar, se me permite, extra-pauta porque já está acertado com a senhora, inclusive, a data desse requerimento que a senhora está com ele em mãos, nesse momento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Paulo Paim. Requerimento nº 50 com fundamento no disposto do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combi-

nado com o art. 90, inciso II do regimento interno do Senado Federal do regimento, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente e Defesa do Emprego e da Previdência Social para debater a crise mundial e seus reflexos no emprego no Brasil, devendo ser convidado o Sr. José Carlos de Assis, Assessor da presidência do BNDS; o Dr. Marcio Pochmann e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora, me permita, nesse caso eu faria o pedido para que a gente, inclusive, não ampliasse, se possível, e só viesse especificamente os dois, porque eu assisti duas exposições, tanto uma do José Carlos de Assis, uma brilhante exposição sobre a crise e o reflexo no desemprego, e também do Dr. Marcio Pochmann. Seria uma exposição que ambos fariam, o Dr. Assis, inclusive, tem uma proposta interessantíssima sobre emprego que eu queria que ele apresentasse a esta Comissão. Sem prejuízo de outros debates e de outras reuniões que nós permitíssemos que esses dois fizessem a sua exposição sobre a crise e o desemprego e as propostas que eles trariam para nós, nesse dia. É isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se todos estiverem de acordo, colocamos em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Está encerrada a reunião, convidando a todos para a próxima quarta-feira, dia 24 audiência pública que tratando das questões das cooperativas.

Gostaria aqui de agradecer a presença de todos, Srs. Senadores, assessores de Ministérios, assessores da Casa, consultores que aqui vieram, e dizer que a consultora Regina que tem acompanhado sempre os nossos trabalhos, a Sra. Andréa Boni que participa aqui da Comissão, a Maricota, conhecida como Maricota, a querida Maricota aqui do Ministério da Saúde e a todos que têm... A nossa secretária Gisele, Eliane e a todos que fazem parte desta Comissão, e que tem nos ajudado no trabalho.

Muito obrigado e até a próxima reunião.

Sessão encerrada às 13h37.

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO (EXTRA-ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11h00 HORAS.

Às onze horas e nove minutos, do dia vinte e quatro de junho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM**, com

a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, RENATO CASAGRANDE, GILVAM BORGES, ADELMIR SANTANA, PAULO DUQUE, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, LOBÃO FILHO E VALDIR RAUPP**. Justificam a ausência os Senadores Roberto Cavalcanti e João Durval. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica que o Item 01, Projeto de Lei do Senado nº 668 de 2007, fica retirado de pauta a pedido da relatora, Senadora Fátima Cleide. Passa-se a apreciação das matérias. **ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450 DE 2008**. “Estabelece o direito do portador da doença de hepatopatia grave aposentar-se integralmente por invalidez.” **Autor:** Senador Romeu Tuma. **Relator:** Senador Papaléo Paes. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas em Turno Suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 450 de 2008 foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.** **ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74 DE 2008**. “Acréscita art. 1º- A ao regulamento a que se refere o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro ao território da República, para dispor que se aplicam as disposições do regulamento aos leilões celebrados por meio da rede mundial de computadores.” **Autor:** Senador Valdir Raupp. **Relator:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas em Turno Suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 74 de 2008 foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.** **ITEM 04 - DENÚNCIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 01 DE 1997**. “Advogado inscrito na Seccional da OAB no Estado do Acre sob o nº 502 oferece à Comissão para a apreciação de uma fita de videocassete com denúncias de atos criminosos e atentatórios à liberdade individual, à vida, a integridade física e aos direitos humanos contra cidadãos do povo interiorano-fronteiriço de Bonfim/RR (fronteira com a Guiana).” **Autor:** Senhor Antônio Carlos Costa. **Relator:** Senador José Nery. **Parecer:** Pelo encaminhamento ao Senhor Procurador-Geral da República, para que essa autoridade adote as providências cabíveis, uma vez que os fatos nela narrados dizem respeito à matéria da Competência do Mi-

nistério Público Federal. **Resultado: Concedida vista ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. (Art. 132, § 1º, RISF).** **ITEM 05 - REQUERIMENTO Nº 52 DE 2009 – CAS**. “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para subsidiar esta Comissão sobre o PLS 708/2007, de autoria do Senador César Borges, que estatui sobre o exercício da Engenharia Civil e autoriza a criação da Ordem Brasileira de Engenheiros Civis - OBENC, como seu Órgão de Representação e Fiscalização Profissional e dá outras providências, com a presença de representantes das seguintes entidades: - Associação Brasileira de Engenheiros Civis (ABENC); - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).” **Autores:** Senador Inácio Arruda e Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** **ITEM 09 - REQUERIMENTO Nº 54 DE 2009 – CAS**. “Requeiro, nos termos regimentais, a realização, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, de audiência pública para apresentação do Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) no exercício de 2008, a pedido do Diretor-Presidente da ANVISA.” **Autor:** Senador Augusto Botelho. **Resultado: Aprovado.** **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 55 DE 2009 – CAS**. “Requeiro nos termos regimentais Aditamento ao Requerimento 41/2009-CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e do Senador Augusto Botelho, através do qual foi solicitada realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE), no âmbito do ciclo de Debates sobre o SUS a fim de debater “As Políticas Sociais e a Assistência à Saúde Materna”, com a presença da seguinte convidada: Irmã Vera Lúcia Altoé, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança.” **Autores:** Senadora Rosalba Ciarlini e Senador Augusto Botelho. **Resultado: Aprovado.** **ITEM 08 - REQUERIMENTO Nº 53 DE 2009 – CAS**. “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais – CAS para instruir o PLS 005/2006 que “dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Nível Médio em Administração e sua inclusão nos Conselhos que regem a atividade e dá outras providências”, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Roberto Carvalho Cardoso, Presidente do Conselho Federal de Administração; e Sr. Zilmar Sousa, membro da Comissão Representativa dos Técnicos em Administração de Nível Médio.” **Autor:** Senador Inácio Arruda. **Resultado: Aprovado.** **EXTRA-PAUTA – ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 56 DE 2009 – CAS**. “Em aditamento ao Requerimento nº 45, de 2009, aprovado por esta Comissão em 03 de

junho próximo passado, requeiro sejam também convidados, para a audiência pública proposta pelo mesmo, as seguintes pessoas: Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Representante do Ministério Público do Trabalho; - Dr. Fábio Leal Cardoso, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT.” **Autor:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA - ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 57 DE 2009 – CAS.** “Em aditamento ao Requerimento nº. 29/2009 – CAS, cuja aprovação incorrerá na realização de Audiência Pública para discutir o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil, que sejam convidados como expositores o Dr. Valdmário Rodrigues Júnior, Diretor de Integração Cooperativista da UNIMED do Brasil, e o Dr. Geraldo Rocha Mello, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FENASAÚDE).” **Autores:** Senador Flávio Arns e Senador Augusto Botelho. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA - ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 58 DE 2009 – CAS.** “Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais realize AUDIÊNCIA PÚBLICA para debater a greve dos servidores do INSS e as possibilidades de contribuir para a solução do conflito. Requeiro que sejam convidados para a referida audiência: o senhor José Barroso Pimentel - Ministro da Previdência Social; o senhor Valdir Moysés Simão - Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); o senhor Moacir Lopes – dirigente da Federação Nacional dos Servidores da Previdência Social – FENASPS e o senhor Warley Martins Gonçalves – Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados – COBAP, a ser realizada em conjunto com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social”. **Autores:** Senador José Nery, Senador Paulo Paim e Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.** O Senador José Nery solicita que a Audiência Pública a que se refere o RQS nº 58 de 2009 ocorra na próxima semana, devido à urgência da situação a ser debatida. O senador Paulo Paim sugere que tal Audiência seja realizada em conjunto com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social e que aconteça no dia 1º de julho de 2009, quarta-feira, data a ser confirmada pela Presidente da Comissão, Senadora Rosalba Ciarlini. O Item 06 e o Item 07 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, Inácio Arruda e José Nery. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim e pu-

blicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotíпия informatizada.

Senador **Paulo Paim**, Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Havendo número regimental declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Comunico que o Projeto de Lei do Senado nº 109/2007 em turno suplementar nesta Comissão foi enviado à Secretaria-Geral da Mesa, em atendimento ao ofício do Senado Federal nº 941/2009, para que se possa dar segmento à tramitação do requerimento de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que o referido projeto seja encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a pedido da Relatora Senadora Fátima Cleide, o Item 01 PLS 668/2007 fica retirado de pauta.

Item 02. Decisão terminativa turno suplementar. Projeto de Lei do Senado nº 450/2008 estabelece o direito do portador da pessoa de hepatopatia grave se aposentar integralmente por invalidez.

Olha, eu queria só informar que segundo... Eu antes de vir para cá passei na Comissão de Educação, e o Senador Flávio Arns que gostaria de participar desta decisão. Eu pergunto ao autor, Senador Romeu Tuma, o relator: Senador Papaléo Paes e o parecer pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Já foi votado, nominalmente, é terminativo, e agora é só o turno suplementar. Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes. Em discussão a matéria.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AM): Excelência, nós, já que tivemos a primeira aprovação, sem nenhum tipo de contestação, considerando o projeto extremamente importante para a sociedade, e lembrando aqui que o autor Senador Romeu Tuma foi muito feliz por essa sua determinação quanto ao projeto, e eu peço que o projeto seja aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): A Secretaria da Mesa me informa que como não houve emendas, não teria nem como alterar, nem que houvesse a boa vontade, digamos, de parte do Senador Flávio Arns. Mediante o fato eu sou obrigado a dizer que não foram apresentadas emendas no turno suplementar. Já concedi a palavra ao relator. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. E não sendo oferecidas emendas na discussão

suplementar o substitutivo oferecido ao PL 450/2008 é definitivamente adotado nos termos do art. 284 do regimento interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa. Esse não cabe votação. Acho que é na mesma linha também esse, Item 03, decisão terminativa, turno suplementar.

O Projeto de Lei do Senado nº 74/2008. Acrescenta o art. 1º ao regulamento a que se refere o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932 que regula a profissão de leiloeiro ao território da república para dispor que se apliquem à disposição do regulamento aos leilões celebrados por meio da rede mundial de computadores. Autor: Senador Valdir Raupp, relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, parecer pela aprovação do projeto na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. A presidência esclarece que na última reunião, 17/06/2009 foi aprovado um substitutivo proveniente da CCT. Não foram apresentadas emendas e nem emenda no turno suplementar. Se não têm emendas, subentende-se que não poderá haver alteração.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, como V. Exa. frisou, não foram oferecidas emendas, e esse projeto é um projeto que tem um cunho de modernizar, portanto, a questão dos leilões dos pregões eletrônicos. E eu apelo para que seja, efetivamente, aprovado e encaminhado à Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir. Encerro a discussão. E não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo proveniente da CCT ao PLS 34/2008 é, definitivamente, adotado nos termos do art. 284 do regimento interno do Senado Federal.

A matéria vai também à Secretaria-Geral da Mesa.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, com relação ao Item 04.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Mozarildo pede se nós podíamos olhar o Item 04.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu queria pedir vista do Item 04, porque é uma matéria que diz respeito ao meu Estado, um fato ocorrido no município do meu Estado, e pelo que está colocado aqui, uma situação muito grave, gostaria de pedir vista para examinar.

O Senador José Nery, me informa a Mesa, é o relator. Ele não se encontra aqui, mas ele virá, natu-

ralmente, se ele quiser, ele poderá fazer o comentário necessário, mas, sem sombra de dúvida, é regimental o seu pedido de vista e ele será concedido.

Item 05. Requerimento. Autor: Senador Inácio Arruda. O Senador Inácio Arruda não se encontra. Eu subscrevo.

O que é que diz o Senador Inácio Arruda? Requeiro nos termos do art. 93, inciso I do regimento interno do Senado Federal a realização de audiência pública para subsidiar esta Comissão sobre o PLS 708/2007, de autoria do nobre Senador César Borges que estatui sobre o exercício da engenharia civil, e autoriza a criação da Ordem Brasileira da Engenharia Civil – OBENC com o seu órgão de representação e fiscalização profissional e dá outras providências, com a presença de representante das seguintes entidades: Associação Brasileira da Engenharia Civil, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Naturalmente, estou aprovando. Como o Senador Inácio Arruda não está, eu mesmo estou assinando, só para validar a aprovação do...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não... Eu sei que não só eu assinarei, como os senhores também assinarão pela não presença aqui, mas fortalecendo a iniciativa do nobre Senador Inácio Arruda.

O Item 09. Aprovado o requerimento do Senador Inácio Arruda, que eu também chamei e, tenho certeza, que todos assinariam para que se dê provimento à sua proposta.

O Item 09 é um requerimento de autoria do Senador Augusto Botelho. Requeiro nos termos regimentais a realização no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais de audiência pública para apresentação de relatório anual de atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa no exercício de 2008, a pedido do Diretor-Presidente da Anvisa.

Em discussão a matéria. Com a palavra o autor.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, nós sabemos que a Agência de Vigilância Sanitária Nacional cresceu depois do SUS, foi criada e tem feito um trabalho muito importante em relação à sanidade dos alimentos, à entrada de doenças nos aeroportos e nos portos, e nós precisamos que o Presidente venha prestar contas do que foi feito, principalmente, agora com essa história da Gripe Suína

também que já está entrando no País, essa epidemia que está se alastrando, para gente saber, realmente, como é que a Anvisa está atuando. E eu fiz esse requerimento no sentido de que a gente possa ver os trabalhos da Anvisa nesse último ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Augusto Botelho, está em discussão o seu requerimento. Se alguém quiser fazer algum... Temos três médicos no plenário, e nesse momento dizem que eu posso encerrar a discussão.

Então, eu encaminho para votação. Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Mesa já informou que o Senador Mozarildo Cavalcanti está propondo que nós possamos aprovar um requerimento extrapauta. Eu vou dizer o que diz o requerimento e passo a palavra a V. Exa.

O requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti que faremos duas votações, uma para entrada extrapauta e depois para votação. Diz o seguinte: *“Em aditamento ao requerimento nº 45/2009 aprovado nesta Comissão em 03 de junho, próximo passado, requeiro que sejam convidados para audiência pública, proposta pelo mesmo, as seguintes pessoas: representante do Ministério do Trabalho e Emprego; representante do Ministério Público do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT”*.

Senador Mozarildo Cavalcanti com a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Paulo Paim, prezados Srs. Senadores, como está dito no requerimento, nós já aprovamos na sessão do dia 03 de junho a convocação de uma audiência. O que eu estou pedindo, justamente, é o aditamento, porque a matéria diz respeito a cooperativas de trabalho. Então, nada mais importante do que ouvirmos o representante do Ministério do Trabalho e Emprego, o representante do Ministério Público do Trabalho e também o da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Porque se tem a ver, efetivamente, com o interesse das cooperativas de trabalho, nós precisamos ouvir a manifestação dos órgãos oficiais que tem a ver diretamente com essa questão. Então, por isso eu acho que um cuidado a mais com o projeto que tem um alcance social muito importante que, justamente, visa regulamentar a questão das cooperativas de trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão... Ninguém para discutir o requerimento. Primeiro a votação. Os que concordam, [ininteligível]. Em votação se todos os Senadores con-

cordam que esse requerimento seja colocado extrapauta. Aprovado.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item 10 também é um requerimento. Senadora Rosalba e Senador Augusto Botelho. *“Requeiro nos termos regimentais aditamento ao Requerimento 41/2009 da CAS de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e do Senador Augusto Botelho, através do qual foi solicitada a realização de audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa à Saúde, no âmbito do ciclo de debate sobre os SUS a fim de debater as políticas sociais e a assistência à saúde materna, com a presença da seguinte convidada: Irmã Vera Lúcia Altoé, Coordenadora nacional da Pastoral da Criança”*.

Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir. Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Outro requerimento extrapauta de autoria do Senador Flávio Arns e Augusto Botelho, em aditamento ao requerimento nº 29/2009 CAS, cuja aprovação incorrerá na realização de audiência pública vai discutir o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil, e que sejam convidados como expositor o Dr. Valmir Rodrigues Júnior, Diretor de integração cooperativa da Unimed do Brasil e Dr. Geraldo Rocha Mello, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar.

Senador Flávio Arns e Augusto Botelho. Alguém quer discutir? Se não há quem queira discutir. Então, eu boto em votação a introdução do requerimento e extrapauta. Em votação. Aprovado.

Em aprovação agora, em discussão o requerimento. Alguém quer discutir o requerimento? Se ninguém quer discutir vamos logo para votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento do Senador Augusto Botelho e Flávio Arns, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Olha, não há mais nenhuma matéria em discussão e votação. Se os Senadores tiverem algum tema que quiserem discutir neste momento, esta presidência está à disposição.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu peço a palavra a V. Exa.

Sr. Presidente, ontem nós tivemos a oportunidade lá em plenário, eu vejo que o assunto é muito importante, porque é assunto que envolve a Casa, maldo-samente, o nome de alguns Senadores, e ontem na... Hoje eu já sei onde saiu, eu tinha tirado isso do blog

do Josias, mas foi o Estadão, o Estado de São Paulo. As pessoas têm pavor, medo de falar em nome de jornal, porque você sabe que a ditadura desse poder é muito forte. Mas eu quero dizer que é verdade. Nessa lista que listaram assim: “Senadores que figuram como beneficiários de atos secretos, atos secretos que apelidaram, ou sem consentimento pessoal são os seguintes. E aí dá uma lista enorme aqui que tem nomes que realmente você diz: bom, tem alguma coisa errada aí. Esses aqui eu não conheço, não vou julgar, mas esses aqui como: Cristovam Buarque, Paulo Paim, Pedro Simon que todos conhecem, Eduardo Suplicy, César Borges, Romeu Tuma, Tião Viana, o meu nome, do Senador Botelho, do Senador Mozarildo; enfim, foi uma maldade sem precedentes. Eu digo que isso aqui, essa lista foi elaborada por um profissional que não é de boa qualificação. Porque nós sabemos que tem bons caracteres e maus caracteres, ou bom caráter ou mau caráter em qualquer profissão. Mas, infelizmente, acredito que tenha sido um mau caráter, um inconsequente, alguém que trata essas pessoas como se não fossem seres humanos, como se não tivessem amigos, família, colegas de trabalho; um grupo imenso de pessoas que cruzam com a gente nos corredores. Então fazem essa maldade. E ainda lhe digo que é feito assim, prepara isso e depois vão lá para a bebedeira, que se geralmente passam a noite se divertindo, e lá acham graça, debochando num desrespeito total. Então, o meu nome, como diversos outros, foram citados aqui. Eu lhe digo que eu fui acordado. Foi assim. Eu queria um tempinho, uns cinco minutos. Ontem de manhã eu fui acordado por um radialista, um radialista duro, o cara é duro, tem um programa da manhã daqueles que bate mesmo, bem preparado ele, muito inteligente. E me telefonou, acordou e ele disse: “Olha, é o Carlo Lobato que está falando e... Senador, nós temos aqui uma lista que está o seu nome, do Senador Gilvam, do Senador Sarney daqui do Amapá e nós queremos um esclarecimento seu. De antemão, lhe digo que todos aqui da Mesa, são quatro jornalistas”. O baixa o pau. “Todos aqui, unanemente, lhe defendem pelo seu passado...” Porque eu sou médico, minha profissão é médico; sou médico, e estou envolvido na política e sempre disse que trouxe para a minha vida política a mesma responsabilidade da minha vida médica de nunca ter faltado um dia no meu emprego, em um plantão, enfim. E eles me defendiam: “Mas queremos ouvir a sua versão”. Eu disse: “Olha, eu não conheço a lista. Onde é que está?”. Ele me deu o endereço, fui lá no blog do Josias e vi a lista. Depois que eu li a lista, aí eu retornei para ele dizendo: “Eu te confesso que eu não sei o que significa isso, mas mais uma coisa eu quero lhe afirmar: eu não tenho nenhuma

atitude, ação de benefício dentro da Casa, pessoal, e digo: fiquem tranquilos, aguardem amanhã que eu vou dizer o que é”.

E isso aí, Senador, você sabe, o psicopata ele olha para um negócio desse e fala: “Ah! Isso não tem nada a ver”. Mas nós que temos consequência, eu me preocupo com um colega que estudou comigo há 35 anos, que me conheceu, e: “Poxa, o Papaléo não é mais aquele, está numa lista de bandido. Que coisa é essa?” Quer dizer, é muito grave isso, ofende a pessoa, o ser humano. Eu fui buscar o que é essa tal de lista. Olhe, Senador, eu também culpo muito a nós Senadores ali no plenário. E você vê, talvez por eu não ser conhecido no Brasil inteiro, no Brasil, sei lá, sou muito conhecido no meu Estado, sou um anônimo no meu País. Mas eu falava numa coisa, num assunto que era: vejam o que estão chamando de ato secreto. É impossível no Poder Público você pagar alguém secretamente, é impossível você relacionar um funcionário secretamente. Impossível. Possível é fazer corrupção, mas impossível você roubar com ato, pode fazer corrupção como? Contrata uma obra e chega com o camarada que está fazendo a obra, faz ele ganhar a obra, mas tudo no papel está bonitinho, quanto mais certinho for o papel, mas corrupção tem, que é porque o cara não quer ser pego.

Não é o caso de atos administrativos, ficarem arrolando pessoas como malfeitores da Casa em atos administrativos. Ridículo isso. Isso é bandagem de quem faz isso. Então, me preocupo sim.

Uma amiga minha, uma senhora amiga minha disse: “Olha, Senador, quando eu vi o senhor falando e disse que o senhor estava se preocupando com o colega que não vê há 35 anos o senhor, eu chorei de ver a sua preocupação com a sua imagem. Ela chorou, ela me disse que chorou, se emocionou, por quê? Porque eu quero que o meu colega que não me vê há 35 anos saiba que é não porque a gente entra na vida política que vai se descaracterizar, tirar o seu caráter, sua personalidade. Fui ver o que era o tal do ato secreto. E eu tinha razão quando eu pedia: “Expliquem o que estão chamando de ato secreto. Expliquem. Eu já tinha falado na tribuna, eu, Senador Paulo Paim: “Olha, está havendo um equívoco. Estão chamando de ato secreto o que sai no boletim administrativo da Casa que deixa de ser secreto porque todos os dez mil que circulam aqui dentro passa a saber se quiserem, e são aqueles que não foram para a Internet, estão chamando de secreto”. Aí saiu ontem o relatório, realmente no relatório não é chamado de ato secreto para esses aqui e não é. Eu não sei o termo correto, talvez o Senador Casagrande possa até saber o termo correto, mas não foram chamados de atos secretos,

seriam atos de divulgação incompleta para divulgação pública, vamos dizer, faltou a transparência para o povo brasileiro. Pronto.

Os meus dois atos que me disseram segretos que me envolveram nessa lista. Primeiro: *"Boletim administrativo do pessoal de 27 de dezembro de 2007. Decisão da Comissão Diretora da Casa, art. 1º os cargos símbolos CF02 criado pelo ato da Comissão nº 27/98 poderão ser preenchidos de forma alternativa nos termos do art. 5º da Resolução 63 de 1997. Este ato entra em vigor na data da sua publicação"*. Foi publicado. Por isso que aqueles cargos SF02 hoje eles podem ser divididos em pequenos salários de FC08. Aí assinaram, olha só: Garibaldi, Efraim Moraes, Gerson Camata, Magno Malta, César Borges, eu, ato secreto, o meu nome está aqui e eles relacionaram e Antonio Carlos Valadares. O segundo é o nº 3331 de segunda-feira 03 de outubro de 2005, boletim administrativo do pessoal, também, a atos da Comissão Diretora do Senado Federal. *"A Comissão Diretora do Senado Federal no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e considerando a necessidade de atender a demanda de recursos humanos na área de assistência direta aos Senadores decide: autorizar a divisão de dois cargos em comissão assessor técnico, símbolo SF02 equivalente a FC08 dos gabinetes parlamentares dos membros da Comissão Diretora das Lideranças prevista na decisão da Comissão Diretora do dia 21 de fevereiro de 2005 para preenchimento alternativo em assistente parlamentar, símbolo AP07 e/ou assistente parlamentar símbolo AP08 sem aumento de despesas"*. São aqueles casos: pega um cargo de 12 mil reais divide em seis ou sete de mil e poucos reais. Assinaram o Presidente da Casa Renan Calheiros, Antero Paes de Barros, Paulo Octávio, Eduardo Siqueira Campos, Serys Slhessarenko e Papaléo Paes. Então, lamentavelmente, nunca isso será limpadado, nunca ninguém vai conseguir limpar isso. Isso aqui foi um saco de pena que jogaram de cima de um edifício numa ventania muito forte. E agora a gente está tentando juntar uma por uma delas. Nunca vai conseguir. Então o que eu quero lamentar é isso.

Eu quero dizer, Senador Paim, que eu tenho respeito absoluto pela imprensa, nunca me nego a dar qualquer tipo de informação, mas também, tenho um repúdio àqueles maus jornalistas, os jornalistas irresponsáveis que têm muitos. Não é porque eu sou médico que eu sou um homem de bem, porque eu sou médico. Não é porque aquele é pastor que é o melhor homem do mundo, porque é um pastor. Não. Não tem muito médico que é bandido, tem muito médico preso por bandidagem, assim como tem muito jornalista que é bandido que deveria estar preso e não está, porque,

infelizmente, a liberdade de determinados jornalistas, liberdade deles em falar não respeita a liberdade do cidadão que não quer ter a sua integridade abalada por algo que ele não cometeu. Ou seja, a imprensa condena, basta ela dizer: o fulano matou fulano. Já condenou. Daqui a dez anos ele é absolvido. Não dá uma notinha dizendo que ele é absolvido que é para não admitir o erro.

Então, eu queria que houvesse seriedade para gente voltar a acreditar nesse repórter e ele dizer: "cometi esses erros e reconheço. Desculpem-me". Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Papaléo, eu quero deixar aqui a minha total concordância e solidariedade com o seu pronunciamento. E me permita, só para dar um exemplo. Eu, graças a Deus, a imprensa gaúcha tem dado todo o espaço para que os três senadores do Rio Grande mostrem a bobajada que é esses tais atos secretos que, pelo menos, estão sendo divulgados. Se houve equívoco, vão punir quem errou. Mas então dizem o seguinte: o principal problema do gabinete do Senador. Sabe qual é o principal problema? É um funcionário que vocês todos conhecem, que é o meu subchefe de gabinete, concursado da Casa e que está comigo desde que aqui eu cheguei. Então está lá Canindé Pegado que todos conhecem. Vou fazer até uma homenagem ao Canindé. Canindé, tu é um dos melhores funcionários que eu conheci ao longo da minha vida pública. Só que a tua lotação, para mim, diz que foi no ato secreto. Ele é funcionário concursado da Casa, competente--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Você vê que ele é tão bom que o pessoal queria deixá-lo secreto, porque se todo mundo souber todo mundo queria.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E é assessor na Comissão de Direitos Humanos, está hoje como subchefe do meu gabinete, a Raquel é a chefe e ele é o subchefe. Um profissional excelente, não tem uma falta, não atrasa um minuto, e está lá o nome dele. Olha, eu tive que dar solidariedade. "Canindé, fique tranquilo, Canindé". Porque quando eu cheguei eles dão a nossa disposição seis funcionários, se não me engano, concursados. Eu optei por três, que é o Luiz, a Raquel e o Canindé. Então, o Canindé está lotado lá direitinho, trabalhando e está lá. "Não, porque na época quando o Senador chegou aqui o Canindé foi mandado para o gabinete dele, só que não foi divulgado no último ato, sei lá o que, e por isso está lá ato secreto. Canindé, tu é campeão! Tu és um bom Senador. Estou te homenageando de público aqui, eu estou homenageando todos os servidores da

Casa, estou falando diretamente para a TV Senado. É um absurdo--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AM): Permite-me.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --E dizem que é o problema que teve para que nós tivéssemos um ato secreto. Canindé, tu é campeão, tu é bom!

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, como a questão não é secreta, eu peço a V. Exa., se puder, que vote um requerimento de minha autoria, que está aqui, é o Item 08 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que ele se nega a falar desse assunto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas é o rei da hipocrisia. Não quero nem entrar no assunto porque tem muita gente que adora um holofote. Não vou nem dizer de onde.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AM): Eu quero fazer um reconhecimento, Senador Paim, todos nós aqui respeitamos V. Exa. pelo seu passado, pelo seu trabalho, pela sua seriedade. E eu quero dar um reconhecimento do seu caráter. Caráter de homem e de parlamentar. Em momento algum V. Exa. aproveitou essa situação que a Casa estava passando para meter mais, como diz o outro, mais pilha contra a Casa. E foi sempre essa a minha preocupação. Não pense que eu ia para ali me defender, nem defender o Presidente Sarney, eu estava defendendo a instituição, defendendo o direito desses servidores que fazem concurso, que vem para cá trabalhar porque trabalham mesmo, não tem servidor fantasma aqui dentro, que vem para cá trabalhar, e hoje estão tendo que esconder a sua carteirinha, o seu crachá, porque nós não vínhamos para a tribuna defender a instituição, sempre muitos até jogando contra a instituição.

Eu quero reconhecer a sua palavra de ontem lá no plenário. V. Exa. mostrou equilíbrio, bom senso e responsabilidade com a função que V. Exa. exerce. Falou, eu não sei repetir as suas palavras, não teria nem capacidade de repetir suas palavras; mas ouvi, de novo, ontem 1h30 da manhã, V. Exa. falou em nome da Casa, da instituição, não fez nenhuma referência à sua pessoa, falou em busca do resgate, do respeito a esta Casa, e por isso eu quero dizer da minha admiração maior ainda pelo seu caráter, entendeu? E quero que V. Exa. me considere um amigo que lhe conheceu há seis anos, mas que tenho todas as referências para querer que V. Exa. me considere um amigo, porque eu me considero o seu amigo. Eu agradeço a V. Exa. pelo que fez por todos nós ali, não só nós Senadores, com palavras equilibradas, bem colocadas; mas a todo o Senado Federal, porque V. Exa. é muito reconhecido

e respeitado, por isso a indignação quando eu vejo o seu nome também aqui nessa lista.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Papaléo Paes, e pode saber que a recíproca é verdadeira, eu tenho o maior orgulho de dizer que sou seu amigo.

Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, queria pedir a inclusão de um requerimento extrapauta que trata sobre encaminhamentos em relação à greve dos servidores do INSS.

Mas eu queria também dirigir uma rápida palavra sobre esses fatos todos, alguns deles com clara conotação de tentar colocar todos na vala comum, porque os atos, os crimes, as ilicitudes que aconteceram, que estão acontecendo no Senado Federal, não aconteceriam se não tiver, em algum momento, a chancela e o apoio de alguns dos dirigentes da Casa. Os contratos superfaturados, as licitações dirigidas, como a Polícia Federal investigou, no entanto, não houve desdobramento para uma apuração correta aqui dentro. Então, a divulgação daquela lista de 35 Senadores, tenho absoluta, certeza que se houver algum ou outro responsável que esteja envolvido com esses atos, porque tinham responsabilidades na gestão aqui da Casa, mas eu posso dizer, da mais absoluta convicção de que os Senadores que tiveram ali seu nome citado por atos cometidos por funcionários, foi funcionário que fez aquilo, tem alguém que é responsável pela publicação, pela publicização dos atos, não o fez, e segundo a denúncia que existe, dita pelo próprio responsável, o funcionário Franklin disse que houve a orientação para não publicar determinados atos, que seria uma forma de colocar pessoas, biografias, histórias que são absolutamente inatacáveis na vala comum da bandalheira que, infelizmente, se transformou o Senado Federal. Dito, porque os fatos estão aí, nós não podemos esconder, não podemos botar a sujeira para debaixo do tapete. Por isso, deve ser sempre muito clara a nossa solidariedade, Senador Paim, Senador Papaléo, Senador Pedro Simon, Senador Cristovam, Zambiasi; eu posso citar todos aqueles 35 nomes, sabe por quê? Não há provas, indícios que possa dizer é este ou aquele que tem responsabilidade. Por isso eu queria, ao lado da solidariedade, do meu testemunho, a honradez, a seriedade e a solidariedade com a indignação manifestada. O Senador Augusto Botelho que tem uma história, não se põe dizer atos que venham macular a história de sua imagem, está lá como ato secreto, porque o responsável está aí, omite a publicação de um ato administrativo feito de forma deliberada ou não, orientada ou não, mas o fato é que

existiram esses fatos, e agora todo mundo fazer parte de uma lista de malfeitores, isso não é aceitável, portanto, a minha clara solidariedade, Senador Paulo Paim, a quem sendo membro da Mesa, chancelou, assinou um ato lá, foi aprovado e tal na mesa, você colocou a sua assinatura e, indevidamente, depois você querer responsabilizar diante desses fatos.

Então, eu creio que eu tenho conversado com o Senador Augusto Botelho que a divulgação ontem daqueles 37 nomes tinha também o objetivo. Quem vazou isso? Eu responsabilizo a Diretoria da Casa e duvido se não há gente da Mesa envolvido nisso também. Qual o objetivo de divulgar justamente ontem quando seria publicado o relatório daquela comissão de sindicância apontando algumas medidas? Não seria uma forma intimidatória de dizer: não pode ir muito fundo, não pode investigar, porque se investigar a fundo vai respingar em quase todo mundo, em quase todos os partidos.

Então, eu desconfio e queria corroborar com a sua preocupação, Senador Botelho. Acho que o senhor interpretou corretamente. Talvez aquela divulgação no dia de ontem foi uma sinalização equivocada e até criminosa, porque colocar pessoas de bem, honradas na vala comum da bandalheira que existe aqui não é algo que se possa aceitar, e, talvez, tenha tido o endereço assim. Não vamos aprofundar muito a investigação porque esse negócio é mais complicado do que se pode imaginar. Como nós sabemos, se existir Senador envolvido é algo muito restrito e é a poucas pessoas. Não pode... A minha solidariedade e aqui um pedido que eu vou renovar, vou fazer, fiz um de público na tribuna do Senado a cada um dos meus colegas, está nas nossas mãos fazer a verdadeira tarefa de casa e a limpeza que necessita aqui. Vamos investigar a fundo e investigar a fundo. Comissão de Sindicância vai poder quebrar sigilo de funcionário, de senador, de empresa, ou de quem quer que seja envolvido nessas falcaturas todas? Não pode, não vai. Então, para mim nós devíamos colocar diante do País, diante de nós mesmos com a tarefa de: vamos investigar em profundidade através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e alguns colegas me dizem: "Mas olha, nós vamos ficar cada vez mais expostos". Mas olha, não podemos ficar mais expostos do que já ficamos. Eu acho que agora nós temos a dizer o seguinte: identificamos e temos um problema, vamos atrás dele e vamos sinalizar depois esse processo, tipificar os crimes, identificar os responsáveis, adotar aqui o conjunto daquelas boas medidas e algumas já estão sendo tratadas para dar transparência nesta Casa.

Então, eu queria me solidarizar com todos que tiveram, indevidamente, o seu nome citado, irrespon-

savelmente citado, vazado e dado informação por gente desta Casa, e dizer, ao mesmo tempo, vamos com a mesma força e com a mesma firmeza apurar na verdadeira extensão, porque se não fizermos, daqui a três, quatro semanas paralisa um pouquinho e aí volta de novo. Vamos fazer o que tem que ser feito logo. Portanto, eu conclamo e peço o apoio dos senhores a investigação ampla, completa, geral e restrita sobre tudo e sobre todos para passar, de uma vez por todas a limpo, todas essas bandalheiras, quadrilhas que funcionam aqui no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, com a sua fala que todos nós comungamos transparência absoluta de todos os atos que aconteçam no Congresso Nacional.

Vamos então ao Item 08. Requerimento. Autor: Senador Inácio Arruda. *"Requeiro nos termos do art. 93, inciso I do regimento interno do Senado Federal a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais - CAS para instruir o PLS 005/2006 que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico de nível médio em administração e sua inclusão nos conselhos que regem a atividade e dá outras providências. Com a presença dos seguintes convidados: o Sr. Roberto Carvalho Cardoso, Presidente do Conselho Federal de Administração e o Sr. Zilmar Souza, membro da Comissão Representativa dos Técnicos em Administração de Nível Médio".*

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o requerimento. Aqueles Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós temos agora um requerimento extrapauta do Senador José Nery. Eu vou ler o requerimento e daí a gente já aprova tanto a inclusão em pauta, se eles concordarem, como também a votação. Diz o requerimento do Senador José Nery. *"Requeiro nos termos do art. 93, inciso II do regimento interno do Senado Federal que a Comissão de Assuntos Sociais realize audiência pública para debater a greve dos servidores do INSS e as possibilidades de contribuir para a solução do conflito. Requeiro que sejam convidados para a referida audiência o Sr. José Barroso Pimentel, Ministro da Previdência Social, o Sr. Valdir Moyses Simão, Presidente do Instituto Nacional de Seguro Social INSS, o Sr. Moacir Lopes, Dirigente da Federação Nacional dos Servidores da Previdência Social - FENASPS, e o Sr. Warley Martins Gonçalves, presidente da Comissão Brasileira de Aposentados - COBAP. Senado Federal, 18 de junho de 2009".*

Os Srs. e Senadores e Senadoras que concordam que a matéria entre extrapauta, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu vou passar a palavra, já que vamos discutir o requerimento ao Senador José Nery, mas vou propor ao Senador José Nery que seja em parceria com a própria Subcomissão que V. Exa. faz parte de Trabalho e Previdência desta mesma comissão.

A palavra com V. Exa.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paim, de pronto, podemos, inclusive, subscrever conjuntamente, Senador Papaléo, o requerimento que estou apresentando, pedir ao Senador Paim, Senador Papaléo, membro da Subcomissão em defesa da saúde--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Emprego e da Previdência.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Emprego e da Seguridade Social pudesse então ser realizada conjuntamente é da Comissão e da Subcomissão, e o objetivo principal, Senador Botelho, é buscar pelo diálogo com as partes um entendimento para ver se a gente consegue uma solução rápida, adequada para essa greve que trabalhador nenhum, como a nossa experiência mesmo diz, faz greve porque acha bom e bonito. A greve sempre é um recurso, um instrumento utilizado para buscar, forçar uma negociação entre as partes. E eu creio que nós podemos aqui oferecer uma contribuição, trazendo ao debate de forma franca, responsável e coerente para que se encontre um encaminhamento para a greve. E sugeriria a V. Exa., Senador Paim, de fazer esforços no sentido de realizarmos essa audiência pública bem no início da próxima semana para que pudéssemos aqui, eu creio na própria quarta-feira, no meio da próxima semana, pudéssemos então fazer esse diálogo, essa conversação pública aqui no âmbito da Comissão, nessa audiência pública para encontrar um caminho que ajude a sair do impasse que a greve representa no momento.

Muito obrigado. E espero a aprovação e a realização dessa audiência conforme solicitado.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em votação o requerimento do Senador José Nery, aprovado por mim, e assinado também por mim. O Senador Papaléo que propõe uma audiência pública para discutir uma greve dos servidores do INSS, e já que acertamos em parceria com a própria Subcomissão de Emprego e Previdência. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A única questão, Senador José Nery, é de nós vermos a questão da data, porque nós já temos para a próxima quarta-feira uma audiência pública onde o

autor é o Senador Mozarildo Cavalcanti que vai discutir o PLC 131, de 2008 que dispõe sobre a organização e financiamento das cooperativas de trabalho, e isso está marcado para quarta-feira. Que horas? Às 11 horas. E na outra semana, na terça nós temos já uma audiência pública, dia 02 também, dia 02 já tem a questão da crise mundial de emprego, no próximo dia 02, onde vai vir o IPEA e o BNDS.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então, Sr. Presidente, eu queria fazer aqui um apelo na presidência, ao senhor e à Senadora Rosalba e demais membros da Comissão, no sentido de que nós pudéssemos realizar uma reunião extraordinária nessa próxima semana, sugiro na quinta-feira preservando o calendário já definido para quarta, audiência pública às 11 horas, de modo que pudéssemos fazer e realizar essa audiência--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na quinta temos uma audiência pública.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Também da CAS?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na semana que vem. Dia 02. Dia 02 é quinta? Não? Dia 02 que dia é?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Dia 02 é quinta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É quinta. Nessa quinta tem uma audiência pública, e tem uma também na quarta aqui. Na terça tem alguma coisa?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim, mas daí eu teria lá. Só se fazem aqui. Só se fica indicativo dia 30, acertar com a Senadora.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Dia 30.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Devido à greve seria bom, porque é bem rápido, seria na próxima terça tipo 11 horas da manhã.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Nós não poderíamos... Dia 30 eu estou verificando aqui, eu já tenho algum problema porque me parece que a CPI da Pedofilia vai fazer audiência no Amazonas.

Não teríamos condições de fazer à tarde?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A secretária está propondo exatamente isso. Na quinta à tarde, então. Porque essa audiência do IPEA se inicia às 9 horas, até às 11 horas deve terminar. Vamos marcar 11h30 no próximo dia 02. Pode ser?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pode ser. Dia?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dia 02, 11h30.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): As 11h30 da manhã, quinta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery tem um parecer que V. Exa. é o relator, é o Item 04. Denúncia da Comissão de Assuntos Sociais e o Senador Mozarildo Cavalcanti, inclusive, já pediu vista, mas V. Exa. teria que ler.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O Senador Mozarildo falou comigo a respeito da denúncia que envolve moradores, violação de direitos humanos no Município de Bonfim, Roraima. Como se trata do Estado que o Senador Mozarildo representa aqui no Senado, ele me comunicou do pedido de vista, é e claro que nós temos a concordância, tendo em vista, que é importante que ele aprecie a denuncia que formulada por um advogado da OAB daquele município, e, evidentemente, quem sabe possa até oferecer alguma contribuição no sentido do melhor encaminhamento da questão. Portanto, há concordância, e eu aguardo a manifestação do Senador Mozarildo para, depois, oferecer, evidentemente, parecer conclusivo.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está concedido, então, o pedido de vista ao Senador Mozarildo.

E Senador José Nery, eu só vou deixar que a decisão final para a sua audiência pública para discutir a greve do INSS seja definida pela Presidente, ela vai, inclusive, talvez, consultar a Presidente, se pode ser na quarta ou na quinta, nesse mesmo horário. Mas essa resposta V. Exa. terá ainda no dia de hoje, e falar com o Ministro, também, os convidados. Está ok?

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h58.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE CONJUNTA COM A 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e quatorze minutos, do dia vinte e seis de maio de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM,**

ROBERTO CAVALCANTI, MARCELO CRIVELLA, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, EDUARDO SUPPLY, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS e GIM ARGELLO.

Justifica a ausência o Senador João Tenório. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões de cada Comissão, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos de nº 19 e 35 de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, com vistas a debater as Políticas Sociais e de Assistência à Saúde voltadas para o Idoso. A Senadora convida para comporem a mesa: o Dr. José Luiz Telles de Almeida – Diretor do Departamento de Ações Programática e Estratégica do Ministério da Saúde – (DAPES), Dra. Maria Alice Toledo – Professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília – (UNB), Dra. Elisa Franco de Assis Costa – Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – (SBGG) e o Sr. João Batista de Medeiros – Gerontólogo Social. A Presidente esclarece que cada convidado terá quinze minutos para suas exposições com tolerância de dois minutos para conclusão. A Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença da Sra. Jovita José Rosa, Conselheira do Conselho Nacional de Saúde (CNS); Dr. Pedro Pablo Magalhães Chacel, Corregedor do Conselho Federal de Medicina; Neuza Marinho de Campos, Coordenadora do Grupo Harmonia; Marya Machado, Assessora Parlamentar do Ministério da Saúde; Dra. Regina Siqueira, Consultora do Senado Federal; Maria Lúcia Dias da Silva Leão, Coordenadora do Grupo Divina Luz; Jorge Sayde, Gerente do Instituto Nacional do Câncer (INCA); Roni Donan, Pesquisador da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Elyo Fernandes, Presidente da Associação dos Idosos do Cruzeiro; Miriam Di Giovanni, Assessora Técnica do Ministério da Saúde; Corina Pereira de Souza, Coordenadora da Associação da Terceira Idade F.V. de Planaltina/DF; Talita Freitas Leite, Assessora Técnica do Conselho Federal de Fonoaudiologia; Marina Recena Grassi, Professora de Atividade Física para a Terceira Idade do GDF e Paulo de Souza, Presidente da Associação da Terceira Idade do Guará. A Presidente coloca em votação um Item Extra-Pauta, sendo o **REQUERIMENTO Nº 40, de 2009 – CAS:** “Nos termos do inciso II do parágrafo 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

(CASSAÚDE) a fim de debater as políticas públicas para a prevenção às queimaduras e a reabilitação de queimados". **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.** Às onze horas e vinte e sete minutos, o Senador José Nery assume a Presidência. Às onze horas e quarenta e dois minutos, o Senador Augusto Botelho assume os trabalhos. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Augusto Botelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Augusto Botelho**, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 5ª Reunião Extraordinária Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, e com a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente do Idoso, da 3ª Sessão Legislativa ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior de cada Comissão. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos de nº 19 e 35 de 2009 - CAS, no âmbito do ciclo de debate sobre o SUS, tendo como tema *As Políticas Sociais e de Assistência à Saúde Voltadas para o Idoso*.

Convido os nossos ilustres convidados para tomarem lugar à Mesa. Dr. José Luís Telles de Almeida, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde. Dra. Maria Alice Toledo, Professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília, UNB. Dra. Elisa Franco de Assis Costa, Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. O Prof. João Batista de Medeiros, Gerontólogo Social.

Queremos aqui registrar a presença do Senador Flávio Arns, que tem sido sempre um senador muito atuante nessas questões em defesa do idoso, em defesa das ações sociais voltadas exatamente para aqueles que estão acima dos 60 anos, que nós sabemos que hoje no Brasil essa é uma grande preocupação. Graças a Deus a população está vivendo mais, se nós temos que comemorar porque estamos conseguindo fazer com que exista hoje já a possibilidade de se viver mais, mas nós temos que nos preocupar também com

as políticas públicas que façam cumprir o estatuto do idoso e a nossa Constituição. O estatuto do idoso no art. 15, diz que é direito de todo o idoso ter assistência integral a sua saúde. Então, nós estamos aqui fazendo um debate dentro de um ciclo de debates que a Comissão de Assuntos Sociais vem promovendo com relação à Saúde Pública e analisando também as ações dentro do Sistema Único de Saúde.

Recebemos, é bem verdade, inúmeras reclamações no nosso estado, por e-mails, por cartas, das pessoas da terceira idade, com relação à falta de medicamento, a falta de assistência nos postos de saúde, enfim, uma série de questão que estão realmente, que nós estamos aqui para analisar e para propor, porque esse ciclo de debate ele tem uma finalidade maior, é analisar como estamos hoje e propor mudanças, trazer ideias que venham a contribuir para que os programas públicos realmente cheguem a atender aqueles que mais precisam. Sabemos que da grande maioria dos idosos aposentados, muitos não têm condições de ter um plano de saúde, a grande maioria não tem condições de ter uma assistência mais adequada à própria condição às suas necessidades. Então, isso tudo é preocupante e nós queremos sim, debater, analisar e propor, para que possamos juntos, Senado Federal, Governo Federal e a sociedade de uma maneira geral. Não adianta a gente querer tapar o sol com a peneira, nós temos é que trazer os nossos problemas que existem e são reais nesse Brasil muito grande, para que nós possamos juntos encontrar caminhos que venham melhorar e que tragam boas soluções.

E por isso que estamos aqui e queremos dizer do nosso agradecimento a todos que foram convidados, que vieram, nós sabemos que todos são profissionais que tem o seu tempo muito tomado em função do seu trabalho, mas não criaram nenhuma dificuldade, muito pelo contrário, se colocaram extremamente a disposição para aqui estar, porque esse assunto é realmente relevante e importante, e no mundo de hoje, no Brasil que vivemos, sabemos que se hoje já temos 23 milhões de idosos, 23 milhões, o IBGE já projeta para 2030 quase 45 milhões, com um detalhe, as mulheres é um número bem maior. Então nós temos que nos preocupar, porque prevenir é o melhor remédio, se nós não pensarmos hoje, já estamos tendo problemas em função, talvez da falta de preparação para enfrentarmos essa situação, que é muito boa, sabendo que estamos vivendo mais, que isso já é fruto com certeza de outras políticas sociais, políticas públicas que estão dando a condição de que no Brasil possamos já viver mais. Nós queremos sim, é que viviam bem, mas que viviam com qualidade. Então, eu quero agradecer a presença de todos e antes de iniciarmos a exposição

de cada convidado, nós queremos informar que os senhores terão 15 minutos para sua exposição, com 2 minutos de tolerância, mas se for necessário, é um assunto tão relevante, tão importante com certeza nós entenderemos e daremos mais tempo.

E logo após as exposições abriremos a palavra aos Srs. Senadores e Senadoras para os seus questionamentos e a lista de inscrição já está aberta. Com a palavra então a Dra. Elisa Franco de Assis Costa, que é Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, SBGG.

Queria só antes de a Dra. Elisa começar a falar, dizer que quando a gente fala idoso, a gente lembra de aposentado. Dizer que uma reunião que foi muito exitosa com o Presidente do Senado, Senador Sarney e o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Michel Temer, ficou acordado que agora em julho, no dia 8 de julho, nós vamos ter apreciação dos vetos(F) polêmicos com relação à aposentadoria. Então, queremos dizer que não estamos... Senador Paim é autor de vários desses projetos, mas nós aqui, Senador Arns, Senadora Rosalba, estamos nessa Comissão, nesse trabalho também de apoiar e de lutarmos, para que possamos ter os aposentados com mais tranquilidade, com mais justiça no reconhecimento do quanto eles contribuíram com seu trabalho para o Brasil.

E às vezes eu digo que aqui estamos hoje em causa própria, porque com certeza todos nós um dia estaremos com mais de 60. E o Prof. João Batista já disse que já está, não é, professor? Já passou dos 60, bastante, graças a Deus. Agora a gente só conta quando passar dos 100. Não parece. Isso é muito bom, antigamente quando dizia assim uma pessoa vendo 100 anos era coisa, meu Deus! Hoje já está acontecendo até com uma certa frequência, isso é muito bom. Mas que seja podendo caminhar, lúcido, aproveitando a vida, isso é que é bom.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quando a gente diz saúde é vida, exercício é vida, exercício é vida, é saúde, está aí o resultado, Prof. João aqui nos dando aula com essa sua disposição.

Então, vamos começar com a Profa. Elisa Franco de Assis Costa.

SRA. ELISA FRANCO DE ASSIS COSTA: Obrigada, Senadora. E inicialmente eu gostaria de agradecer em nome da Senadora Rosalba Ciarlini o convite por estar aqui apresentando um assunto que há 20 anos, na qualidade de membro da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, há 20 anos eu me dedico ao estudo do envelhecimento e ao cuidado dos idosos,

então, nós vamos colocar um pouquinho da visão da Sociedade sobre o problema das políticas sociais de assistência à saúde voltadas para o idoso.

Eu gostaria que você passasse o próximo, por favor. Mais outro. Esse aqui é um dado só para gente... ressaltando o que a senadora falou, mostrando a porcentagem de idosos na nossa população, que aumentou assustadoramente nos últimos 20 anos. Se vocês observarem, os Srs. Senadores e os demais presentes observarem, nós vamos ter um aumento muito grande. Mas o mais importante que eu gostaria de chamar atenção, é o aumento da população que nós chamamos de muito idosos. Pegamos indivíduos com 80 anos ou mais, eles aumentaram nos últimos dez anos 65% quanto à população total, 21%. E se pegarmos só com 60 anos, 47%. Então, esse grupo, é um grupo muito especial, nós temos que pensar nele e é a população que mais cresce, nos Estados Unidos e nos demais países de língua inglesa ele é chamado de *oldest-old* e tem, inclusive, capítulos especiais para estudar essa população. Hoje equivale a um e meio milhões de pessoas, enquanto que a população idosa, ou seja, mais de 60 anos, 19 milhões. Pode passar o próximo.

A expectativa média de vida do Brasil hoje está em torno de 72 anos, lembrar que aos 60 anos a nossa expectativa de vida é mais ou menos parecida com os países desenvolvidos, ao nascer ela é abaixo e aos 80 ela chega a ser maior que a expectativa de vida de uma mulher americana, por exemplo, uma mulher brasileira aos 80 anos tem chance de viver bem mais que uma mulher americana. Ela foi o maior ganho de expectativa de vida que nós tivemos nos últimos anos, foi da mulher acima dos 60 anos. Então o Brasil teve o maior ganho, foi nessa faixa etária. Então é um grupo muito especial, que além de nos preocupamos com os de 60, nós vamos ter que nos preocupar com os muito idosos agora também. Pode passar o próximo.

Esse é a população que vai mais crescer mostrando a pirâmide em inversão, de uma pirâmide ao contrário, o aumento nos próximos anos da população, principalmente de mulheres acima de 80 anos. Eu lembro que essa figura parece um furacão e um ciclone, e na verdade é isso que vai acontecer no nosso... com o desafio de política pública, é um verdadeiro ciclone, que nós temos que nos preparar para ele.

Pode passar o próximo. E o que a gente tem que lembrar é que aquilo que era privilégio de poucos, que é chegar à velhice, hoje é norma, menos em países poucos desenvolvidos. E isso é uma conquista, é fruto de política social adequada, de vacina, de melhora de assistência médica, de saneamento, mas é um desafio. Toda vez que a gente recebe uma Promoção a gente

não recebe um prêmio, a gente recebe um novo desafio. É a mesma coisa, o país tem uma conquista e tem que lidar com esse desafio, que é o envelhecimento populacional. Pode passar o próximo.

E nesse desafio, nós temos que assegurar que o nosso desenvolvimento, tanto econômico como social, ele ocorra baseado em princípios capazes de garantir a equidade na distribuição de recursos a todos os grupos e a todas as faixas etárias. Não só de recursos, mas também de responsabilidade social, é importante lembrar que o idoso tem responsabilidade social. Pode passar o próximo.

O que acontece com desafios para sistema de saúde, você tem uma carga maior de pessoas idosas na população, você aumenta o número de doenças crônicas e o número de pessoas com incapacidade e uso de serviço de saúde. E ainda tem uma outra situação, se você tem... 50 a 60% das pessoas com mais de 60 anos tem hipertensão arterial. Se você detecta hipertensão arterial precocemente, para evitar as complicações da hipertensão, por exemplo, derrame, esse indivíduo tem que ir no sistema de saúde, você evita, ele vive mais, mas vai viver mais tempo tendo que fazer exames, tomar remédios, porque a doença não tem cura. E aí mais gastos ainda. Então um sistema funcionando, detectando precoce doença crônica, ele coloca o indivíduo mais tempo. Isso é um desafio também no serviço, pode passar o próximo.

E uma comparação, a gente se preocupa muito com o dado percentual de idosos na população, nós estamos com 10.4%. Mas se nós levamos em consideração o número absoluto, eu vou comparar com um país que tem uma rede, rede básica de saúde boa, que é o Canadá. Canadá hoje tem seis milhões de pessoas com mais de 60 anos, isso equivale a 19% da população, o Brasil tem três vezes mais, três vezes mais e isso é uma carga. Então nós vamos ter vezes mais hipertensos, três vezes mais idosos diabéticos, do que o Canadá. Em termo de desafio para saúde é um número absoluto que conta, esqueça o número relativo. Isso é que o nosso problema. Hoje nós estamos numa situação muito mais difícil que o Canadá. Pode passar o próximo.

E por que é que é difícil? Esse é um slide que não está adequado, mas é só para resumir, lembrar que os idosos consomem mais serviço de saúde. E os muitos idosos, eles perambulam para os serviços de especialidades médicas. Quem não conhece um avô, um tio avô que vai em três, quatro médicos: cardiologista, reumatologista, endocrinologista. As doenças perduram por anos, elas um diagnóstico mais complexo porque eles têm uma manifestação atípica, necessitam de acompanhamento constante, medicação contínua

e exame periódico. Fora que eles internam mais, geralmente vindo da urgência, internação, o tratamento é mais complexo, fica mais tempo no leito, readmitido com maior frequência nos primeiros três meses após a alta, e necessitam mais de serviço de reabilitação e de instituições de longa permanência, que é asilo. Então, esse grupo, ele demanda mais serviços de saúde por todos esses motivos.

E eu vou mostrar agora alguns gráficos que comprovam isso, pode passar o próximo. Eu vou falar muito mais de hospital e de urgência de paciente crítico, de paciente frágil, e a Dra. Maria Alice, nós dividimos um pouco, vai falar muito de demência, de ambulatórios. É claro que há uma superposição, mas nós tentamos dividir um pouco. Isso aqui mostrando a porcentagem de idosos que tem pelo menos três ou mais doenças crônicas, 30%. Então, lembrando que daqueles 19 milhões, 6 milhões tem doença crônica. No Canadá, 30% 2 milhões, nós temos três vezes mais idosos com doença crônicas no Canadá, pode passar um próximo.

Isso é dado interessante é um trabalho americano, mas eu gosto de trazer, porque a Barbara Starfield é a pessoa que mais estuda essa situação de comorbidade, ou seja, de doenças crônicas coexistindo. É aquele indivíduo que tem artrose, enfisema, hipertensão e diabetes. O indivíduo que tem baixa comorbidade, ou seja, pouca doença crônica, ele consulta mais o clínico. O indivíduo que tem muita comorbidade, ele consulta mais o especialista, três ou mais visitas aos especialistas nos últimos 12 meses. Então é gasto em saúde. Pode passar o próximo.

E aqui mostrando um dado já nacional, pela pesquisa nacional por amostra de domicílio, mostrando que 44% dos idosos brasileiros tiveram três ou mais consultas no último ano. Pode passar o próximo.

E aqui é o índice de internação hospitalizar, o amarelinho são as mulheres e o azul claro os homens. Há um pico de internação na infância, posteriormente um pico da mulher na fase fértil, que é parto e puerpério, e aumenta assustadoramente o número de internações, e taxa de utilização de internações pela SUS na população geriátrica. Isso é um dado, é uma coisa que no Brasil e no mundo inteiro. Pode passar o próximo.

E a mortalidade desse idoso internado é maior, isso aqui é a mortalidade, isso que eu retirei agora a poucos dias da SUS, mostrando que a mortalidade de indivíduos com mais de 60 anos, principalmente dos homens, dentro do hospital é maior. Então nós temos um problema, que é internam mais e a gente tem que ter mais cuidados com essa internação. Pode passar o próximo.

E o gasto com a internação, isso aqui já é um estudo também, publicado na Revista do Sistema

Único, na Epidemiologia e Serviços de Saúde, mostrando, esse aqui é a proporção gasto por tamanho da população, olha, os indivíduos com mais de 80 anos, os muitos idosos gastam 3,7 enquanto 0,7 em relação aos indivíduos jovens, os idosos como um todo, 2,6, e eles internam mais em relação à porcentagem da população que eles correspondem. Pode passar o próximo. O próximo, por favor.

Esse é um dado interessante, existem doenças que são consideradas sensíveis de atenção primária, ou seja, quando interna muito esse tipo de doença, a atenção primária ou a rede básica não está boa. Vocês observam que houve uma melhora, a linha de cima é a linha de 1999 e a linha de baixo 2006, reduziu a internação por condições sensíveis à atenção básica. Mas continua muito alta em idosos, sabe por quê? Um exemplo é pneumonia pelo germe pneumococo. Ela poderia ser evitada com atenção básica, só que o idoso vai continuar internando muito, porque muitas vezes não dá como diagnosticar na atenção básica, porque esse idoso tem apresentação atípica, ele chega de uma forma diferente, e principalmente o muito idoso que é a população que vai mais crescer. Então, isso é uma medida difícil na população idosa, pode passar o próximo.

E aqui mostrando, é um trabalho de São Paulo, mostrando que a maioria das internações de idosos são pacientes vindos do pronto-socorro, 52%. E esses pacientes que vieram do pronto-socorro geralmente, eles tinham mais incapacidade, 63%, para andar, para se vestir sozinho, para tomar banho. E a gente sabe que um indivíduo que tem esse tipo de incapacidade, independente da doença e da gravidade da doença, ele tem pior prognóstico para internação. Então, o idoso interna mais, através da urgência, interna mais e ele tem pior prognóstico. Pode passar o próximo.

E aqui é um dado de hospital próximo, que é um hospital que eu tenho acesso que é um hospital de urgência, um hospital de urgências de Goiânia, mostrando que o atendimento é de 9 a 11% de idosos, 25 a 30% ficam internados diariamente, os leitos são ocupados por idosos, porque colocá-los na rede conveniada SUS não tem como, eles não aceitam. E em torno de 20% passaram por outro hospital nos últimos três meses, isso é uma coisa muito importante. Eles rodam por hospitais e vão tendo a sua doença agravada, até chegar uma situação que poderia ser evitada, se houvesse uma visão melhor do atendimento do idoso. Pode passar o próximo.

Mostrando aqui, o gasto internações por fratura de Fêmur, que é a fratura osteoporótica, como aumentou nos últimos de 2005 a 2008, ou seja, em três anos as internações pela fratura aumentaram 8% e os gas-

tos com esse tipo de internação, 20% no SUS, pode passar o próximo.

Mostrando aqui que a principal causa de internação por causa externa em indivíduos idosos, principalmente nas mulheres, são quedas, as quedas são responsáveis pela maioria das internações por causa externas, ou seja... Mas é importante lembrar que acidente de transportes também acomete muito o idoso, principalmente o atropelamento, quem vive isso vê atentamente, então tudo isso é gasto de saúde. Pode passar o próximo.

E aqui mostrando o número, um trabalho da Profa. Maria Fernanda Lima Costa, mostrando a tendência de mortalidade, mostrando que o número de idosos, principalmente muito idosos, com mais de 80 anos, que falecem sem assistência médica no Brasil. Esse dado a professora assustou quando ela foi ver os dados do Data SUS e os dados de atestado de óbito, não, do sistema de mortalidade, e viu isso. A grande porcentagem de idosos falecem sem assistência médica, principalmente de muito idosos. Pode passar o próximo.

Isso para sociedade é ruim, porque dá uma sensação de descaso do sistema. Para o filho dessas pessoas, para os filhos, para família é uma sensação ruim. E o idoso tem mais incapacidade, isso é um trabalho brasileiro publicado numa revista britânica, mostrando como aumenta a incapacidade para alimentar-se, para andar pequenas distâncias e distâncias maiores com o envelhecimento. Quando chega a ter incapacidade para alimentar-se sem a ajuda de terceiro, é incapacidade grave, isso pode ser prevenido. O objetivo do atendimento médico geriátrico, do atendimento ao idoso é prevenir e retardar a incapacidade. Principalmente a incapacidade para atividades de vida diária, se vestir, tomar banho, se cuidar sozinho. Isso que demanda o cuidado de outro e um grande problema. Pode passar o próximo.

E aqui mostrando... E leva na maioria dos países essas poucas a serem colocadas em instituições de longa permanência, ou seja, asilos. Essas pessoas recebem isso, tá? Eu sei que eu tenho mais dois minutos. E no Brasil nós temos poucos asilos ainda, não é que nós não colocamos, é que nós não temos instituições e nós vamos ter que lidar com esse problema. Pode passar o próximo.

E aqui esses idosos residentes de instituições, mostrando um trabalho, americano, eles internam mais, dado em torno de 25% de internações e readmitidos com frequência. E aqui dados de Goiânia, é um censo das instituições de longa permanência de Goiânia, 28% tiveram pelo menos uma internação no último ano, principalmente por quedas e problemas pulmonares, que podem ser evitados. Pode passar o próximo.

A maioria da nossa população usa o SUS, mesmo aqueles que têm saúde suplementar ou usam o serviço particular, eles acabam por usar o SUS. E um dado também da professora Maria Fernanda de Lima Costa, mostra que aqueles idosos que utilizaram o SUS no trabalho que ela fez, eles tinham piores condições de saúde, visitavam menos o médico, usavam o menor número de medicamentos prescritos, mas estavam satisfeitos. Tem um trabalho dizendo que eles estavam satisfeitos. E eu lembro do meu avô que dizia que a alguns anos atrás o Brasil era muito pior, não tinha medico. Melhorou muito, mas nós precisamos melhorar mais ainda. Pode passar o próximo.

E o problema que eu acho que eu contesto aqui é a política nacional. Na política nacional de saúde do idoso, considera-se idosos frágeis os que vivem em asilos e mais de 75 anos. Nós sabemos que nem todo o indivíduo com mais de 75 anos, do ponto de vista de fragilidade biológica, que isso é um síndrome geriátrica, a fragilidade, com características próprias. E não é nem todo, e aí é um problema. É vago a política, o que fazer com os frágeis? Você está detectando muito mais frágil, deixando de detectar quem realmente é, e não tem bem claro o que fazer com eles. Pode passar o próximo.

Nós vamos ter uma demanda maior por recursos humanos, principalmente porque se você tem serviços como reabilitação, internação domiciliar, centro dia, o recurso desse serviço é humano. E há uma cobrança, principalmente por causa das leis, uma expectativa maior da sociedade com relação ao idoso, o atendimento que o idoso tem que receber. Se vocês pensarem, ninguém mais aceita o idoso no quarto sendo, não recebendo nenhuma atenção médica. “*Já está velho não precisa cuidar*”, isso não existe mais, a sociedade cobra, a família cobra, o próprio idoso exige. Pode passar o próximo.

E aí mostrando um recurso humano, a especialização em Geriatria, que a residência médica é o padrão ouro em especialização no mundo inteiro, tá, mostrando que nós temos só 60 vagas no Brasil, com 21 programas concentrados na região Sudeste, 40% na região Sul. Eu vou pedir a Senadora mais dois minutinhos, se ela não importar, e aos demais Senadores. Concentrando no Estado de São Paulo. Pode passar o próximo.

Houve um crescimento muito grande de 1980 para cá, há tanto de serviço de residência como indivíduos especializados, mas esse número é aquém do necessário. Pode passar o próximo.

E qual é o número? Esse é um dado interessante. Os maiores idosos não precisa do especialista em Geriatria, assim como a maioria dos hipertensos não

precisa do cardiologista, a maioria dos diabéticos pode ser cuidados na rede básica, não necessariamente pelo especialista, que gasta muito tempo para se formar. 75% dos idosos podem ser atendidos na rede básica, um médico... Só que eles têm que receber capacitação para atender. O PSF, por exemplo. Então, na necessidade atual seriam 15 mil indivíduos com essa capacitação e 25 têm problemas muito complexos que sim necessitariam de geriatras. E um para cada mil, que é a proporção da Organização Mundial de Saúde, isso requeriria hoje no Brasil 5 mil geriatras, nós temos 744 geriatras no país, titulados, geriatras titulados, 744. Formam-se 56 por ano nas residências médicas. Além do que nós vamos precisar outros especialistas, como por exemplo, oftalmologista, vai aumentar a necessidade de oftalmologista com o envelhecimento populacional. Então, nós temos que investir também na formação de recursos humanos. Pode passar o próximo.

E aí eu coloco algumas coisas. A legislação diz que tem colocar a adequação a atendimento ao idoso e as responsabilidades, mas nós não conseguimos ainda que os gestores percebessem a importância do envelhecimento populacional. A legislação assume, inclusive, a política nacional do idoso que o problema maior é perder a incapacidade, mas a reabilitação ainda não é efetiva no SUS, com exceção de algumas regiões. Providência para implantar serviços especializados, mas eles não são vistos, por exemplo, na minha região, na minha cidade tem um centro de referência, mas ele não cabe na rede SUS, se o idoso passa mal lá, tem que ir para o CAES de novo para ir para um pronto-socorro, isso não existe, fica perambulando. A fragilidade é reconhecida na política, mas não tem parâmetros claros para detectá-la. E o estatuto fala em especialista, mas não estimula a formação de capacitação e especialização. Pode passar o próximo.

Então, apesar dos demógrafos e epidemiologistas demonstrarem o desafio no envelhecimento, a gente precisa que os gestores mudem os conceitos enraizados, considere o idoso como prioridade, e implantem política de estado e não de governo, que realmente resulte na distribuição equânime do serviço de saúde para esse grupo populacional. Pode passar o próximo.

E as políticas públicas, elas são muito para prevenção, mas tem que ter os serviços multiprofissionais habilitados e o os serviços de reabilitação, seria isso um serviço de saúde, que é a proposição do Robledo para um país em desenvolvimento. Pode passar o próximo.

A proposta que eu tenho, e que a sociedade faz, é o seguinte: Implantar e a executar o que já está ali já estabelecido, tanto na Legislação como na política,

não temos que criar coisas novas, mas implantar. Pode passar o próximo.

E para terminar, é uma frase do Prof. Mário Sayeg, da Fiocruz, que falecido recentemente, que ele diz que nós temos um conjunto de leis bom para proteger o idoso, só que os gestores precisam basear-se em dados confiáveis, ou seja, eles precisam olhar as estatísticas para implantar os programas e usar esses recursos, que são escassos, de maneira racional e resolutiva. É um professor da Fiocruz, um admirado na gerontologia brasileira, que eu acho que é isso aí. Nós temos um conjunto, basta nós executarmos. A minha proposta, a proposta da sociedade brasileira de Geriatria, é que se execute o que tem.

Muito obrigada e desculpe ter ultrapassado muito tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós é que agradecemos, não temos nada que desculpar, o tempo que a senhora ultrapassou foi um tempo muito válido para todos nós. Eu gostaria de agradecer a Dra. Elisa, dizer agora, antes de passar a palavra para o Prof. João Batista de Medeiros, eu quero registrar a presença da Conselheira Nacional Jovita José Rosa, Conselho Nacional de Saúde; do Dr. Pedro, Pedro Pablo Magalhães Chacel, que é corregedor do Conselho Federal de Medicina. Seja sempre muito bem-vindo Dr. Pedro. Neuza Marinho de Campos, coordenadora do grupo Harmonia e também a presença aqui da nossa amiga Maricota, aqui do Ministério da Saúde [risos].

Bem, então passamos a palavra à professora... Sim, eu também queria agradecer ao Prof. João Batista de Medeiros, esse livrinho, mas um livrinho no sentido não diminutivo, porque ele é pequenininho para ser mais prático para leitura, mas na realidade ele é muito grande nas suas observações, nas suas orientações. “*À Senadora Rosalba Ciarlini com votos de saúde, e paz, luz e ainda mais sucesso*”, muito obrigada professor, Prof. João Batista. “*Viva bem sua idade, bons conselhos*”.

Então eu quero passar a palavra agora para o Prof. João, exatamente para o Prof. João Batista de Medeiros, que é Gerontólogo Social. Na realidade, professora, quando a senhora falava ainda... Infelizmente nós temos um número de profissionais que trabalham nessa área, ainda muito pequenos, no Brasil, geriatras não chegam a 800. E gerontólogo, se eu não estou enganada, talvez seja em torno de 400. Então, realmente é uma... E todos nós precisamos, sim, de políticas públicas, de profissionalização, de capacitação, de preparação, de incentivo a profissionais nessa área, já que a tendência é só crescer, é só crescente,

na população acima de 60 anos. Então, passamos a palavra ao Prof. João Batista.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: Ilustre Senadora Rosalba Ciarlini, nobre presidente desses trabalhos. Dr. José Luís Telles de Almeida, Dra. Maria Alice Toledo e Dra. Elisa Franco de Assis Costa.

Eu sou um pouco diferente na minha exposição por esse Brasil lá fora eu não uso esses dados. Eu procuro interagir e olhar nos olhos das pessoas de forma a procurar transmitir-lhes aquilo que eu estou sentindo mesmo. E como sempre, eu trago um improviso junto comigo para não distorcer nada. Aconteceu várias vezes. E eu gostaria de começar conversando sobre o envelhecimento humano, porque só existem dois caminhos para o ser humano: Ou morre quando jovem ou fica velho, não tem jeito. Então, eu gostaria de ler aqui um artigo que eu escrevi.

Os seres humanos deveriam se preparar para o futuro, renunciando ao imediatismo da vida moderna, que impede as pessoas de pensarem no amanhã. Uma das consequências dessa pressa toda de viver é o desconhecimento da realidade natural, especialmente a que representa a chegada e a ultrapassagem dos 40 anos de idade.

A Gerontologia Social e a Geriatria são as ciências que tratam do envelhecimento humano, elas contêm as informações que podem ajudar a vencer os desafios que começam a aparecer na vida dos que entram na fase física da maturidade, e esse segmento tem muita pressa, por razões óbvias. A política nacional de proteção aos envelhecidos, que tem no Estatuto do Idoso sua maior força, quando for aplicada integralmente, fará desaparecer os preconceitos e as discriminações em relação ao envelhecimento humano. O Brasil possui hoje uma população de cerca de 23 milhões de pessoas com idade acima de 60 anos. Uma das muitas causas do pequeno número de ações em favor dos envelhecidos brasileiros por parte da sociedade e autoridades, é o pouco conhecimento do envelhecimento na intensidade desejada, tanto que são poucas as universidades que oferecem cursos nessa especialidade, e os existentes, os cursos existentes não recebem a devida divulgação da grande mídia.

Para os menos informados, aqui estão algumas dicas que poderão ser úteis. O surgimento de fios de cabelo branco e o aparecimento de um pouco de cansaço físico no fim de cada dia, são alguns indícios de que a juventude plena está dando lugar ao amadurecimento que antecede a chegada do envelhecimento. O mito criado de que os homens, com a chegada do envelhecimento devem reduzir as atividades sociais, desinteressar-se por sexo, voltar para casa, vestir um pijama, aprender a fumar cachimbo, e ficar ao lado da

mulher que está sentada fazendo tricô, sentada em uma cadeira de balanço, isso tudo precisa ser vencido com toda a urgência possível. Essa sentença vale também para as mulheres, ressalvadas as diferenças óbvias, já que algumas delas, por desconhecimento dos ditames da Gerontologia Social, aos alcançarem as idades dos 40, 50, 60 anos, começam a achar que o marido ou namorado já não as estão olhando como alguns anos, começando a sentirem velhas. Não é nada disso, a chegada dessa idade, trazem em seu bojo experiências importantes para vida social, sexual, cultural e muitos, muitos desafios que devem e podem ser vencidos. É fundamental que estejamos conscientes de que a chegada da maturidade é aquela fase que permitirá colocar em prática os conhecimentos adquiridos e como seres fortes e decididos, conquistar o direito de desfrutar uma vida equilibrada e ativa em todos os sentidos.

O Brasil, que entrou na globalização tentando igualar-se aos demais países já desenvolvidos, precisa colocar em prática o que já se faz lá fora em prol da valorização dos envelhecidos, porque dentro de 20 ou 30 anos teremos a 6ª população idosa do mundo. Ou o Brasil se apressa em suas ações, ou acontecerá o que previu o Geriatra, Presidente da Sociedade Internacional de Gerontologia, Geriatria e Gerontologia Social, Professor da UNB, Dr. Renato Maia Guimarães, perante a Subcomissão Permanente do Idoso do Senado. Ele diz: *“Se não forem adotadas providências urgentes em favor da valorização dos idosos, chegaremos aos 3º milênio tendo além de criança de rua, idosos de rua”*.

Eu agora gostaria de abordar a questão bastante, mas profunda na questão da saúde do idoso. O art. 15 do Estatuto determina: *“É assegurada a atenção integral à saúde do idoso por intermédio do Sistema Único de Saúde, SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços para prevenção, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente aos idosos. § 1º: A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de cadastramento da população idosa em base territorial”*. Não existe, não conheço uma instituição que tenha feito isso, pelo menos aqui no Distrito Federal. *“Atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatorios. 3º unidades geriátricas de referência com pessoal especializado nas áreas de Geriatria e Gerontologia Social”*. Aqui no Distrito Federal, eu era assessor do Governador na época, demos a sugestão, os idosos e nos reunimos, e debatemos e criamos um Projeto de Lei que tomou o número na Câmara Distrital de 233 de 15 de janeiro de 1992, eu vou ler a Lei, que virou Lei: *“Dispõe sobre*

a implantação de ambulatorios e clínicas geriátricas na rede hospitalar do Distrito Federal. *“O Governador do Distrito Federal, faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º: o Governador do Distrito Federal dotará a rede hospitalar da área pública de ambulatorios e clínicas geriátricas. Art. 2º: o Poder Executivo destinará recursos orçamentários, julgados necessários à implantação nas unidades especificadas no artigo anterior. O Poder Executivo destacará do orçamento de investimento e custeio de saúde do Distrito Federal, os recursos necessários à implantação dos ambulatorios e clínicas geriátricas na rede hospitalar pública. Revogam-se as exposições encontradas e etc, etc.”* Agora vem a grande... Até hoje só um hospital está cumprindo essa Lei, o Hospital da Cidade Satélite do Guará, que mantém em funcionamento uma clínica e enfermaria geriátrica, o único.

As autoridades que governam o Distrito Federal alegam que faltam profissionais especializados, mas até essa data nenhum concurso foi realizado para contratar profissionais para o quadro de saúde do Distrito Federal. É triste informar, mas só um médico geriatra está trabalhando no Distrito Federal, no corpo de medicina da secretaria de saúde do Distrito Federal, e ele atende no Guará. É triste. Enquanto em Brasília já existem mais de 170.000 pessoas com mais de 60 anos e só um médico geriatra.

O decreto 1548 de 15 de junho de 97 dispõe sobre o atendimento prioritário nos centros de saúde do Distrito Federal. Alguns postos de saúde obedecem esse decreto, muitos não. O atendimento domiciliar do idoso é o art. 4º, atendimento domiciliar incluindo a internação para a população que dele necessitar e esteja impossibilitado de se locomover, inclusive, para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos, e eventualmente conveniadas com o poder público nos meios urbano, urbano e rural. Art. 5º: reabilitação orientada para a Geriatria, Gerontologia, para a redução de sequelas decorrentes do agravo da saúde. É importante, não existem médicos geriatras e enfermeiros especializados no atendimento aos idosos nas equipes domiciliares no Distrito Federal. O § 2º diz: *“Incumbe ao poder público fornecer aos idosos gratuitamente medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como prótese, órtese e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação e reabilitação. São grandes as filas dos postos de saúde e muitas, mas muitas reclamações pela falta de medicamentos necessários ao tratamento dos idosos. Aqui no Distrito Federal, vejam, na capital da república. Eu fico pensando nas cidades do interior.*

Dou meu testemunho, fui convidado recentemente para assumir, foi o convite do atual Governador, para assumir a coordenação geral dos assuntos do idoso no governo do Distrito Federal. Antes de aceitar e negociar, fui consultar os planos de saúde, para mim e para a minha esposa. Nenhuma corretora de planos de saúde me fez proposta, e na sedes de duas empresas que visitei, disseram-me que só faziam planos coletivos para empresas e órgãos públicos. Fui enrolado por atendentes, e quando forcei a barra, querendo falar com a direção das empresas, vieram com planos individuais que devido a nossa idade, minha e da minha esposa, que ultrapassa os 70 anos, custariam mais de 3 mil reais para o casal. Isso é terrível, pois o § 3º do estatuto é bem claro: é vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade. E onde está a lei, minha gente? Os idosos estão sofrendo e não aparece ninguém para nos defender, eu não vejo ninguém. Será que os planos de saúde são tão fortes assim? O § 4º do estatuto do idoso determina, os idosos portadores de deficiências ou com limitações incapacitantes, terão atendimento especializado nos termos da lei. Que jeito, se não tem profissionais, devido à falta de profissionais especializados.

E agora, vão duas informações que eu discuto com qualquer técnico. Médicos geriatras clinicando no Brasil, nas grandes cidades, nas capitais, vejam bem, e a maioria deles particular, cobrando 300 a 350, porque não aceitam planos de saúde, eles não aceitam plano de saúde, então tem que pagar a consulta, 300, 350 foi a última que eu tive que pagar. Então, existe cerca de 900 profissionais para atender os mais de 23 milhões de pessoas idosas. Mais de 99% estão clinicando nos grandes centros urbanos, o idoso do interior está abandonado mesmo.

Agora vem a minha profissão, Gerontólogo Social. A Gerontologia Social muita gente não sabe nem o que é. Os médicos geriatras cuidam da saúde física do envelhecido, o geriatra cuida da cabeça. Trata da vida social do idoso, orienta, ele vem da linha da psicologia, é a vida psicológica do idoso. Existem cerca de 400 gerontólogos sociais em atividades no Brasil, e vejam bem para atender as 23 milhões pessoas de envelhecidas. Porque aqueles dados técnicos são dados do IBGE, mas eu não consegui essas informações, consegui projeções dentro do próprio IBGE, que nós estaremos com mais de 20 milhões, cerca de 23 milhões que vai aparecer no próximo censo.

Agora eu tenho um testemunho aqui do Distrito Federal, que eu recebi agora de manhã. É de uma enfermeira que eu não vou dizer o nome, porque ele ainda está em atividade como enfermeira nos hospitais

de Distrito Federal. O SUS no DF, no Distrito Federal. Apesar de todas as vantagens que o SUS possibilitou, como cirurgias bariátricas, neurocirurgias, medicina nuclear, entre outros, a terceirização dos serviços quando a unidade de saúde não os possui, a possibilidade de parcerias, a situação dos idosos continua preocupante, ainda encontramos - preciso de dois minutinhos só- ainda encontramos no DF idosos que tem de ir para fila de marcação de consulta de madrugada. A demanda de outros estados é grande, mas não é só o motivo para os idosos continuarem sofrendo. Vemos todos os dias na mídia determinações judiciais que não são cumpridas. Há dois anos ou mais, não há mutirão de catarata nos serviços de médicos do SUS, e falta... o argumento: faltam lentes para serem colocadas. Sabemos estatisticamente que 90% dos idosos têm problemas visuais, o principal empecilho para se ter qualidade de vida autônoma. Os exames de maior complexidade, como mamografia, tomografia, exames computadorizados, os idosos não têm acesso, só se tiveram a sorte de ter um parente ou amigo na rede de saúde. Quem necessita de medicação de uso contínuo é o que mais sofre, quando a medicação chega na unidade de saúde, se ele não tiver conhecimento logo quando vai procurar, já acabou, é só receber a metade receita prescrita. E por aí vai. Então, isso é uma denúncia de uma enfermeira, que se as autoridades puderem resolver, nós estaremos aí.

Bem, isso aqui eu não vou ler porque não dá tempo, mas vai ficar para primeira Reunião de Subcomissão Permanente do Idoso. São os artigos do Estatuto do Idoso que estão cumpridos. Todo o Estatuto do Idoso, Lei 10.741 e a Lei 8.842 que criou a Política Nacional do Idoso. Eu gostaria de encerrar a minha participação agradecendo de coração e pedindo perdão pela demora e dizer ainda o seguinte: Não temos que temer o envelhecimento, envelhecer não dói. Eu estou com 76 anos, continuo trabalhando e a semana passada o Senador me perguntou: *“Professor o senhor já encomendou a bengala?”*, digo: *“Por que bengala? O dia que eu tiver que usar bengala eu não venho trabalhar mais, vou cuidar de minha saúde”*, diz ele: *“Não, porque meu mandato termina, quando terminar o senhor já vai estar com 78 anos”*, eu digo: *“Olha, então se prepara, o senhor vai ter que me atuar até o fim do seu mandato, se Deus continuar me ajudando, como está ajudando agora”*.

E encerrando, é uma sugestão para todos aqui presentes. Eu descobri em 1988 um vírus que mata os aposentados em dois ou três anos, eu até denominei esse vírus de CRTC, vírus CRTC, que eu não estou biólogo, mas botei, nomei, por quê? Em dois anos o aposentado que adquire esse vírus morre, chama-se

cama, rádio, televisão e cama, cama, rádio, televisão e cama. O aposentado que entrar nessa rotina, eu vou ter que ir no enterro dele dois anos, ou três anos depois. Muito obrigado e desculpe, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Cama, rádio, televisão e cama! Prof. João, isso já é um bom conselho. Olha, nós queremos dizer o quanto foi importante a sua participação, Prof. João, o senhor nos traz aqui, inclusive, essas denúncias que feitas por uma enfermeira, eu tenho certeza que no Brasil todo, nós encontramos a cada instante denúncias desta natureza. Inclusive os planos de saúde realmente isso precisa, não pode continuar.

Bem, nós vamos agora passar a palavra... Eu queria aqui registrar a presença do Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, Senador Augusto Botelho, do Senador João Durval, do Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Marcelo Crivella e o Senador Papaléo, que é o Vice-Presidente da Comissão de Saúde, e que também é Relator desses Ciclos de Debates, onde nós queremos, ao final debatendo todas as questões relacionadas com saúde que estão sendo levantadas na Comissão, trazidas pelos senadores, solicitando Audiências, nós possamos entregar ao próprio Ministério e à presidência da Casa um documento com sugestões com todo um relatório do que foi possível analisarmos, as denúncias que recebemos, enfim... Porque realmente vem a contribuir para o trabalho das políticas públicas voltadas à saúde do idoso. E também vai ser um grande instrumento de formações para os Projetos de Lei, para as nossas propostas como legisladores, que venha a melhorar realmente a questão de idoso.

Vamos aqui também fazer, eu queria dizer da nossa alegria de estarmos também aqui com a Dra. Regina Siqueira, que é consultora, que vem acompanhando todas as audiências aqui na nossa Comissão, muito obrigada Regina, pelo trabalho que é feito pela consultoria da Casa, porque nós sempre devemos mostrar o quanto a consultoria é importante, porque nos acompanha e orienta, e dá todo um apoio necessário para que possamos desempenhar bem o nosso mandato.

E eu queria também registrar a presença de Maria Lúcia Dias da Silva Leão, coordenadora do grupo Divina Luz. Jorge Said, representante do Dr. Santini, Diretor-Presidente do INCA, ele é gerente do INCA. Obrigada pela presença. Roni Donan, pesquisador da UNIFESP, bem-vindo. Hélio Fernandes, da UID(F), Presidente da Associação dos Idosos do Cruzeiro, obrigada por ter vindo. Miriam Di Giovanni, presença da mulher é muito importante, já que nós somos maioria também nos idosos. Corina Pereira de Souza, coordenadora

da Associação da Terceira Idade de Planaltina. Muito obrigada, D. Corina.

Então vamos continuar agora com a Dra. Maria Alice Toledo, Professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília, UNB.

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Bom bom-dia, Senadora, Senadores, a todos presentes, eu vou pedir permissão, na verdade, para falar de pé, porque eu acho que apresentação ela compete muito com a pessoa e a inteiração, eu acho que fica um pouquinho melhor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Fique à vontade, Dra. Maria Alice, e a senhora como psiquiatra, entende muito bem de como chegar melhor para o nosso entendimento. Com certeza.

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Bom, assim, eu acho que na verdade, há inteiração, porque uma pessoa falando de lá e todos olhando para cá, fica um pouco melhor, e talvez o vício também, por ser professora. Além de psiquiatra, eu sou professora de Geriatria da universidade de Brasília, e coordeno o programa de residência médica, uma das poucas residências que a gente tem, a gente conseguiu três vagas aqui em Brasília. A próxima, por favor.

Nós estamos atualmente com 6 residentes, três R2 e três R1, então, como até já foi exposto, Elisa mostrou muito bem em relação à pirâmide, o crescimento da população idosa, ela já é um desafio no ponto de vista tanto econômico quanto social. Aí a gente fica a frente desse novo paradigma, necessidade de estudos e de um dimensionamento dessas demandas futuras do idoso na saúde. E inclusive, eu gostaria de lembrar a saúde mental, não só a saúde de corpo, mas a saúde também do que nós psiquiatras chamamos também de... seria a alma, não é? Próximo, por favor.

Então, aqui tem a mesma pirâmide, que vocês já viram, do Brasil como um todo, mostrando agora por regiões. Então, a gente vê que o envelhecimento, ele ocorre em todas as regiões e a gente tem algumas regiões em que já tem a pirâmide, já não mais com essa base alargada, mas um formato um pouco mais cilíndrico, tanto no Sul quanto no Sudeste, semelhante à pirâmide de países, como, por exemplo, a França. Mas mesmo, por exemplo, Nordeste, Norte, onde a gente ainda tem uma base muito alargada, com uma natalidade ainda mais alta, mas a gente já tem também o ápice dessa pirâmide crescendo com um envelhecimento, é o número absoluto é bastante grande. Próximo.

Aqui são projeções, e são projeções que não tem como a gente fechar os olhos. Na verdade, e tanto em 2010 quanto em 2050, em 2050, praticamente

a pirâmide, ela vira um cilindro, vai virar um cilindro, então, assim, o aumento do número de pessoas mais idosas é um desafio, realmente, nessa área de saúde. Próximo.

E se a gente compara também em relação ao percentual de população, a gente vê desde de 1950 e uma projeção para 2050, a gente vê que a população de 65 anos ou mais, caracterizada por essa faixa vermelha, é a população que mais cresce. A população infantil, com a queda da taxa de natalidade, a gente vê que há uma diminuição. Então, a população que mais cresce é a população do idoso. Próximo, por favor.

De maneira que a gente já tenha atualmente cerca de 20, a 23 milhões de indivíduos idosos e a projeção para o ano de 2025 é que a gente tenha 32 milhões de idosos. Então, isso requer medidas urgentes, do ponto de vista de saúde. O próximo.

Se a gente pegar, por exemplo, uma doença, doença de Alzheimer, que atualmente é um desafio no mundo inteiro, porque o principal fator de risco para doença de Alzheimer é o próprio envelhecimento. Então, assim, a gente observa que com o progredir, o avançar dos anos, existe uma progressão geométrica, exponencial, aliás. E a se a gente pega, na melhor das hipóteses, uma prevalência de 1.6 de indivíduos de doença de Alzheimer, fazer um cálculo de cerca de 20 milhões, nós vamos ter a projeção, na verdade, aqui para 32 milhões de 512 mil indivíduos com doença de Alzheimer. Então, é um contingente muito grande, e uma... E assim, é um... Tem características, na verdade, é uma doença que ela não fica no hospital, ela fica na família. Dá um custo muito grande para a família, não só com medicações, como a infraestrutura que esse familiar tem que ter, muitas vezes sem, inclusive, nem sabe como lidar com isso de ter que ter o cuidador, e aí passar por... Porque antigamente a gente tinha as mulheres cuidando das crianças, e posteriormente cuidando dos idosos. Com a saída da mulher do domicílio para trabalhar, quer dizer, essa população ficou, quer dizer, grande maioria das famílias não é nem por não querer, mas é por não saber como lidar com esse idoso. E se o idoso ainda tem distúrbio de comportamento, o que fazer, um idoso que agride... Então é uma situação bastante complicada.

Atualmente a gente tem cadastrados no Distrito Federal 749 pacientes com doença de Alzheimer, que já é uma, assim, deve ter paciente pela população de Brasília que na verdade, se a gente pegar a prevalência mínima, não estão na verdade tendo acesso nem a esse cadastro e que retiram medicamento pelo serviço, pela Secretaria de Saúde, são 157 pacientes apenas. Então, aqui muitas coisas na verdade, por que a grande maioria não tem acesso a essa medicação?

Várias coisas estão envolvidas nisso, mas, por exemplo, um exemplo que a gente vê dentro da área de saúde, fica extremamente angustiado, é por exemplo, dentro do protocolo que do ponto de vista teórico, ele é muito bem elaborado, é exigido, por exemplo, dosagem de vitamina B12. Do ponto de vista Acadêmico é correto, mas a gente não tem dosagem de vitamina B12 na rede pública em nenhum hospital, ou seja, só vai conseguir preencher o protocolo e dar entrada e conseguir a medicação quem tem dinheiro para fazer esse exame particular. E muitos dos nossos pacientes ganham um salário mínimo, às vezes é o salário mínimo do idoso que sustenta a família inteira. Então, assim, é necessário que veja, tem que ser colocado à disposição, dentro do serviço único de saúde, um laboratório que faça... Porque se é exigido que o indivíduo é obrigado a fazer esse exame para poder ter acesso a medicação, então deveria dar condições para que ele possa fazer esse exame sem o ônus, porque muito deles não tem condições de fazer esse exame particular. O próximo, por favor.

Então, esse é um gráfico que mostra que atualmente, por vários problemas que já foram falados, a grande maioria da nossa população idosa depende exclusivamente do SUS. Então, é necessário que se dê condições para que esse paciente ou esse indivíduo possa ter um atendimento digno. O próximo.

Aqui é só uma nota, na verdade do ano passado, setembro do ano passado e que mostra que a Geriatria ainda é uma especialidade escassa. Ele faz até na verdade, uma conta, ele calcula, parece até... Que a Dra. Elisa já falou que nós já teríamos mais 700 geriatras, talvez seja um dado mais atualizado, até o ano passado, eram 542 geriatras no país inteiro, 250 em território paulista, e mesmo assim, se a gente fizesse um cálculo, uma conta rápida, né, se o idoso do próprio Estado de São Paulo, fosse utilizar o serviço, o atendimento do geriatra, cada profissional precisaria atender 47 mil pacientes, quer dizer, é impossível.

A outra coisa, por exemplo, depois de muita luta nós conseguimos a vaga, assim que fosse dada essa vaga para residência médica aqui em Brasília, mas mesmo já sendo, se a gente pegar a curva, as vagas para Geriatria tem aumentado, mas mesmo assim, os gráficos são favoráveis, mas ainda está muito, muito aquém do que deveria ser o mínimo. A gente vê, por exemplo, são oferecidas 68 vagas de residência de Geriatria no Brasil todo, e na Pediatria, por exemplo, 626. Então, o problema não é na verdade diminuir o número de vagas para pediatras, mas só para comparar, na verdade a proporção, com um país que está envelhecendo. Então, nós temos que tentar aumentar

isso consideravelmente, e num tempo não muito demorado, mais a curto prazo. O próximo, por favor.

Visando, inclusive, o atendimento o idoso, aí a Portaria 702 de 12 de abril de 2002, criou 74 Centros de Referência de Medicina do Idoso, sendo um no Distrito Federal. Então, nós temos assim, de hospital público, realmente o hospital do Guará, que tem o Dr. Fratini, mas nós temos lá no Centro de Medicina, na verdade, 5 a 6 geriatras, também tendo esse atendimento à população, mas mesmo já tendo sido um ganho, é muito pouco, 74 centros para fazer esse atendimento. O próximo, por favor.

No Brasil inteiro, aqui já distribuído por estado.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: E essa unidade da UNB não é vinculada ao Distrito Federal lá, à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, um serviço independente da universidade. Atende o público--

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Assim, mas pelo Sistema Único de Saúde, a gente atende a população do Distrito Federal.

O próximo, por favor. É uma coisa que impressiona, e na verdade choca, a gente vendo por todas essas razões, o envelhecimento, a grande, o aumento dessa demanda, a insuficiência de serviços de médicos, até de formação, a gente vê, na verdade, a dotação orçamentária de 2080, e isso aqui sem saúde para o idoso. A gente tem 20 milhões, dos quais foram usados 6 milhões. Agora, para o exercício de 2009 isso cai para menos de metade, 8 milhões. Então, uma coisa que deveria estar na verdade aumentando, e foram usados 600 mil apenas. Então, é uma coisa que realmente não dá para gente entender, é um dado que na verdade choca. O próximo, por favor.

Então, o centro de referência, os centros de referências criados, eles na verdade, assim, foram criados considerando a necessidade de adotar medidas para fortalecer o desenvolvimento de ações que visam o incremento das diretrizes essenciais da política nacional do idoso, então, a atuação são em todos os níveis, desde promoção de envelhecimento saudável, a atenção primária a saúde, manutenção de capacidade funcional, quanto já assistência ao idoso doente, reabilitação, na verdade do idoso, já uma atenção terciária a esse idoso, o detalhe é que a gente precisa, é um centro que tem um custo maior, na verdade, porque a gente precisa de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, atuando e atendendo esse idoso. Agora, são medidas, são efetivas, porque a gente observa que reduziu o número de internação, o tempo de permanência hospitalizar, que como a Profa. Elisa já mostrou, a hospitalização do idoso é um fator de deteriorização de independência funcional e da autonomia. Próximo, por favor.

Então, a gente vê, assim, por exemplo, esse aqui são fotos da oficina ambiental de jardinagem, onde nesse atendimento multidisciplinar, por exemplo, atualmente a gente tem o desfalque só da enfermagem, mas a gente tem assim, a cobertura multidisciplinar, então é uma coisa assim, muito gratificante quando a gente vê que funciona. Mas o problema, nós estamos com uma lista de espera de mais de 300 pacientes, dá uma média de 3 a 4 meses de espera. Então, não tem como você atender a toda a demanda. O próximo, por favor.

E quando a gente fala na verdade 'envelhecimento', a gente está falando de uma população extremamente heterogeneia. A gente tem o envelhecimento como um processo universal, aonde existe uma queda de funções, funções orgânicas, mas o individual, a gente vai chegar e olhar nessa faixa etária de população, indivíduos que estão extremamente bem e ativos, mas nós vamos também estar lidando com indivíduos que estão no polo no oposto. Tem às vezes a mesma idade cronológica, mas eles estão numa situação desesperadora, não só para eles como para os próprios familiares que não sabem como lidar, como você vai ficar com o um paciente totalmente restrito numa cama e você é responsável por toda a higiene, por fazer curativo, por mudança... Alimentação, que é um problema, esse idoso tem grande dificuldade de se alimentar, fora o custo que aumenta muito. Então, esse tipo de paciente é um paciente que está muito arriscado a uma institucionalização. Se gente tivesse, até atenção, serviços aonde pudessem, na verdade, o idoso ter a institucionalização e ser atendido como um todo, inclusive do ponto de vista até de terapia ocupacional e tudo, é um aspecto. Mas os asilos, as grandes instituições que tem a gente tem atualmente, são raras exceções, geralmente são depósitos, infelizmente é a realidade. O próximo, por favor.

Então, aqui só mostrando quando a gente fala do jovem a gente está falando de uma população um pouco mais homogênea, quando a gente fala do idoso eu vou pegar um grande diferencial, indivíduos que estão bem, e indivíduos que estão muito mal. Próximo, por favor.

Então, alternativas, por exemplo, a hospitalização, que a gente já viu que a a hospitalização, por uma série de motivos, não é a melhor opção, deveriam ser estimulados, inclusive. Então a gente tem, por exemplo, pacientes com demência avançada, sequelas de doença neurológicas e o atendimento domiciliar. Por exemplo, no centro de referência, no Centro de Medicina do Idoso nós fazemos um atendimento domiciliar por semana. Mas isso é muito aquém do que poderia... Assim, a demanda é muito maior. Se você consegue

dar uma assistência para esse indivíduo, que a família às vezes não consegue nem levar ao hospital, você evita a institucionalização, e mais ainda, quando um familiar, um idoso começa a ter uma piora, um idoso, por exemplo, igual aquele eu mostrei no slide interior, o que ocorre? A família leva para o hospital, de um certo modo, dá graças a Deus porque na verdade vai ter alguém agora, os médicos vão estar medicando, as enfermeiras vão estar fazendo curativo, você não vai ter despesa nem com a alimentação do cuidador, nem com o do próprio paciente.

Então, a gente vive uma realidade hoje muito angustiante, é o paciente que a família interna porque está com uma pneumonia, precisa de uma internação e não pega mais. Então, é assim, um desespero a assistente social fica e atrás daquele familiar e o familiar vira e fala para gente: *"Mas doutor, eu venho todo dia visitar a minha mãe, meu pai, eu gosto dele, mas eu vou levar para casa, eu não sei por onde começo. Eu fico o dia inteiro fora trabalhando e eu não tenho..."*, quer dizer, então, existe essa estrutura de um... E aí o médico nunca mais vai lá, então ele não sabe na verdade o que fazer.

Unidade de hospitalização domiciliar. A gente tem atualmente o famoso home care, né, dentro de planos de saúde, mas a gente não tem nada nesse sentido que possa, inclusive, facilitar a ida desse idoso para casa, dentro de Sistema Público de Saúde. A outra alternativa, que eu acho que tem que ser uma coisa também estimulada, são enfermarias e unidades de cuidados paliativos. Porque é uma coisa também muito desesperadora para o parente ou para o familiar ter que, na verdade de uma hora para outra, aprender a lidar com um paciente terminal, mesmo porque a gente sabe que até sedação de dor e tudo vai ser difícil, ou então, esse paciente passa a ocupar um leito de hospital por tempo indeterminado. Então, eu acho que são alternativas que devem ser também vistas do ponto de vista de incrementação no Sistema Público de Saúde. Próximo, por favor.

Uma outra coisa é que isso existe, até pela Portaria é colocado que, assim, seria função da Secretaria de Saúde estabelecer os fluxos assistenciais, mecanismos de referência e contra-referência, e as providências necessárias para que haja articulação assistencial entre a rede constituída e a rede de atenção básica e o programa de saúde da família. Se a gente conseguir aproveitar esses fluxos assistenciais, já vai ser um ganho muito grande. O problema é que a gente não tem na rede pública nem do programa de saúde da família, pessoas capacitadas, com capacitação para fazer o atendimento do idoso, e inclusive o próprio poderia ter uma assistência de atendimento

domiciliar, desde que tivesse formação e fosse investido no treinamento desses profissionais para que ele pudesse, quer dizer, é uma coisa que está sendo subutilizada e na verdade não porque não se quer, não se tem formação. O próximo, por favor.

Infelizmente nós já temos o idoso de rua, Dr. Medeiros, é assim, é uma coisa que... Por quê? Porque todos, não existe... Existe uma seleção natural do ponto de vista de doenças mais graves, pacientes falecem mais jovens. Mas nós temos, inclusive, muito esquizofrênicos idosos, nós temos todos os problemas da saúde mental, os pacientes estão envelhecendo. Então, já é crítico, na semana passada a gente viu a saúde mental e a situação do idoso fica pior ainda. Então a gente já tem, infelizmente, essa situação de idosos de rua e muito desses idosos, são idosos que tem doença mental, é uma tristeza a gente ver e não existe uma política de saúde mental específica para o idoso. Infelizmente a gente tem alguns núcleos apenas, dentro da associação brasileira de psiquiatria existe a área de psiquiatria geriátrica, mas a gente vê que o psiquiatra, mesmo sendo treinado para atender o idoso, ele não está vinculado a essas unidades atenção do idoso. A gente vê, por exemplo, em centros universitários, por exemplo, a Universidade de Brasília tem, no Rio de Janeiro tem, em São Paulo tem o psiquiatra vinculado a esses centros, que é a ideia é o atendimento multidisciplinar. O próximo, por favor.

Isso aqui é só para assim, na verdade é um vídeo que está disponível na Internet, que é de dois minutos. Se a Senadora me permitir, eu vou assim passar, porque eu acho que são coisas assim que chocam, e sobre a reflexão dos maus tratos. Na verdade existem os maus tratos pela, vamos dizer assim, intenção de maltratar do indivíduo jovem, pela questão da parte, inclusive, financeira e tudo, mas existem também os maus tratos, porque a gente vê, às vezes o familiar desespera, ele não sabe como lidar, não tem dinheiro, não tem capacitação, ninguém ajuda e ele se sente absolutamente só e perde a paciência em algumas situações. Então, são coisas dramáticas, que na verdade os dois podem ser vítimas, tanto a família quanto o idoso.

[exibição de vídeo]

REPÓRTER: *Milhões de idosos são vítimas de violência no Brasil. O mais dramático é que metade sofre agressão dentro de casa.*

REPÓRTER: *O que mais dói em D. Edite, de 80 anos, não é a cirurgia que fez recentemente nos dois joelhos, mas as palavras de ódio e desprezo que ouviu do próprio filho.*

D. EDITE: *"Se você não sair daqui, eu vou jogar teus panos de bunda lá na rua e você também. Se vire". Isso me machucou, me doeu, até hoje me dói.*

REPÓRTER: *Os outros cinco filhos também abandonaram a viúva aposentada, chegaram a sugerir colocar D. Edite no asilo, mas ela prefere lutar para viver num quarto alugado com a pensão de 330 reais por mês.*

Situações como a de dona Edite não são raras, um levantamento do Ministério da Saúde mostra que 2 milhões e 100 mil idosos no Brasil já sofreram algum tipo de violência, metade já foi vítima de maus tratos dentro da própria casa.

Quando se fala em violência doméstica, não é preciso ser filho ou parente o autor dos maus tratos. O cuidador Lauremar Ferreira espancava este aposentado de 83 anos que sofre de Mal de Alzheimer. Os tapas e outros tipos de agressão aconteciam quando a família estava fora de casa. O filho, desconfiado, teve sangue frio, e com uma câmera escondida gravou todas as cenas de maus tratos sofridos pelo pai, e inclusive a humilhação de ter o pijama sujo de urina esfregado no próprio rosto. O Ministério da Saúde prepara um programa preventivo contra a violência para instruir a família que se sente sobrecarregada com o idoso.

ENTREVISTADO: *Tem violência que o Sistema de Saúde tem que ter um apoio à estrutura familiar, porque às vezes uma pessoa doente em casa, idosa, dá uma sobrecarga muito grande para quem cuida.*

REPÓRTER: *Mas para os casos de violência física, há um número para denunciar, 0800 644 14601.*

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Assim, porque esse problema da saúde passa até na verdade a gerar todos esses... A pessoa às vezes se vê... Assim, não sabe, não tem uma alternativa, e aí a abordagem também do gerontólogo. Eu acho que só tem mais um.

Esse aqui foi apresentado até aqui mesmo, na Comissão de Assuntos Econômicos, em outubro de 2006. O interessante é que o próprio Presidente do IBGE chamava atenção para as contradições existentes no Brasil, que o Brasil compartilha os indicadores econômicos dos países mais desenvolvidos e indicadores sociais dos menos desenvolvidos. Próximo, por favor.

Aqui também em relação ao idoso, a condição na família das pessoas idosas, acima de 65 anos, e a gente vê que a situação desse indivíduo idoso ser responsável pela família inteira, ela vem aumentando de 1991 para 2000. Então, você vê que a variação é muito maior, do que um idoso que poderia estar usufruindo dessa aposentadoria, não, ela está assumindo a responsabilidade, inclusive de sustentar a família. Próximo, por favor.

E isso mais importante nas áreas rurais, a gente vê que, por exemplo, a participação chega a 50% do rendimento total da família. O Nordeste, o idoso sendo cabeça da família já chega a proporção de 73% das

residências. Próximo. Não, eu acho que aí já foi comentado, eu encerro a minha fala. E muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós queremos agradecer a Dra. Maria Alice Toledo pela sua brilhante explanação e experiência que apresentou, ela que vive realmente essa questão. E que aqui fez algumas colocações que realmente nos preocupam bastante quanto à questão de idoso de rua, a questão da crescente doença de Alzheimer e também, eu acho que muitas questões que nós depois... não vamos aqui analisar, porque vamos ter o tempo para os Senadores, o Senador Flávio Arns será o primeiro, já está inscrito, e logo depois do Dr. José Luís Telles.

Agora passo a palavra ao Dr. José Luís Telles de Almeida, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, que é o último expositor e depois passaremos às colocações dos Srs. Senadores.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Muito obrigado, Presidente Senadora Rosalba Ciarlini, eu queria parabenizar a Comissão por esse Ciclo de Debates, eu acho que nós todos estamos passando, quem milita na área de saúde, quem milita pela conquista do direito de cidadania à população brasileira, esse é um ciclo bastante oportuno, no momento em que o Sistema Único de Saúde passa. 20 anos de Sistema Único, 20 anos de construção de um outro modelo, um modelo distinto daquilo que existia há 30 anos atrás, onde só quem tinha acesso aos serviços de saúde e ao atendimento médico é quem tinha carteira de trabalho coberto pelo INAMPS, o Ministério da Saúde não tinha nenhuma ação direta de assistência, a não ser aquelas de prevenção de doenças endêmicas nas áreas rurais e nós conseguimos transformar um sistema excludente num sistema includente, um sistema de inclusão social, como o Deputado Sérgio Arouca, querido Sérgio Arouca, o Presidente da Fundação Osvaldo Cruz, a qual pertença, uma vez afirmou que o Sistema Único de Saúde talvez seja o mais arrojado processo civilizatório que esse país já ousou construir para toda a população brasileira. E é isso, fizemos 20 anos de Sistema Único, estamos transformando um modelo, um modelo baseado na doença, um modelo baseado na atenção hospitalar, deslocando para um modelo baseado na comunidade, nas famílias, com ênfase na prevenção, na promoção de saúde, entendendo que as diferentes faixas etárias fazem parte de um ciclo vital e que as intervenções desde o pré-natal até o final da vida são fundamentais para que se garanta a dignidade da pessoa humana, já que é uma conquista de cidadania.

E é interessante, eu vou fazer um parêntese, é interessante que nós fizemos um movimento de conquista do Sistema Único de Saúde, de construção do Sistema Único de Saúde, exatamente no momento onde todo o receituário neoliberal dizia que o Estado deveria ser um Estado Mínimo, que não deveria interferir nas questões que o mercado poderia dar conta. Nós fomos na contra-mão desse receituário, construímos a partir da constituinte, que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado e aí nós estamos nesse desafio de ultrapassar as questões de governo e efetivamente fincar bases, para que as políticas de saúde sejam políticas de estado e que não fiquem a mercê das vontades dos seus governantes. Da mesma maneira que não fica a mercê das suas vontades dos seus governantes, nesses 20 anos de Sistema Único de Saúde, há um enfrentamento importante, emergente e urgente, que é a sua sustentabilidade econômico financeira. Nós hoje temos 190 milhões de pessoas no nosso país, nós podemos dizer certamente que 100% dessa população utiliza os serviços do Sistema Único de Saúde, não só o de assistência, que nós sempre vinculamos o SUS à assistência, mas SUS significa vigilância sanitária, significa uma série de ações que são fundamentais para a saúde da população. Enfrentamos uma grave situação que é a sustentabilidade desse sistema, em situações, por exemplo, de crise econômica mundial e que atinge o PIB, que atinge o desenvolvimento do nosso país e que coloca o orçamento da União dos estados e dos municípios na maré das arrecadações.

Bom, eu fiz essa introdução para nos situarmos que nós estamos discutindo apenas uma faixa etária da população, nós estamos discutindo o que nós temos enquanto o projeto de sociedade, em torno do Sistema Único de Saúde, na saúde como direito de cidadão. E aí eu pergunto, principalmente para as pessoas idosas que estão aqui, muitos deles representantes de grupo: A nossa sociedade tá preparada lidar com as questões específicas dessa faixa etária? Com certeza, não. Essa é uma resposta que todas as exposições aqui nos colocaram, apesar da ênfase na saúde, mas podemos extrapolar os limites da saúde, quando nós andamos nas ruas, quando nós atravessamos os sinais, quando as pessoas mais idosas buscam se locomover, principalmente aquelas com mais de 80 anos para subir o degrau dos ônibus, isso quando os ônibus param no ponto, para que essa pessoa possa tomar o ônibus. Efetivamente é essa sociedade a qual nós vivemos, e talvez sejam poucas as sociedades no mundo que estão preparadas para lidar com a fragilidade da condição humana, que se expressa mais quando chegamos aos nossos limites etários, 60, 70, 80, 90, 100 anos.

Agora eu faço uma outra pergunta: A nossa sociedade está estática diante dessa situação? Ela está parada, assistindo estaticamente? Não, não está. Nós fizemos esse ano a Segunda Conferência Nacional de Direitos da Pessoa Idosa. Foram 600 delegados eleitos em cada município desse país, depois eleitos em cada estado desse país e que estiveram aqui em Brasília no mês de março, discutindo as deliberações que vieram dos estados, e ao final nós deliberamos, e eu digo nós, porque eu tenho a honra de presidir o Conselho Nacional de Direito do Idoso, nesse período de 2009/2010, nós deliberamos uma série de recomendações, não só aos gestores, mas para toda a sociedade. As políticas públicas estão paradas diante do processo de envelhecimento? Os indicadores estão nos dizendo que não, apesar dos grandes problemas que ainda enfrentamos, e talvez um dos mais sérios nesse país sejam as profundas desigualdades sociais que verificamos quando comparamos os indicadores de saúde, os indicadores sociais da região Norte e Nordeste com os indicadores da região Sul e Sudeste. Mas não estão parados, essa Casa é um exemplo. O que essa Casa produziu de legislação que possibilita proteção social da população idosa, é um exemplo para a América Latina, para os países inclusive da Europa. Estamos agora discutindo, junto com Secretaria Especial de Direitos Humanos, um movimento internacional de uma Convenção Internacional de Direitos da Pessoa Idosa, que é o único segmento da população que ainda não tem uma convenção específica, esse ano, foi esse ano, esse ano ou final do ano passado foi a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiências. Ora, as convenções servem para quê? Para reforçar mais e mais o compromisso da população e dos gestores em fazer com que a Legislação construída por essa Casa, seja executada. Temos belíssimas leis. Sr. João trouxe alguns exemplos do Estatuto do Idoso em relação a saúde que não são cumpridos.

E aí eu diria o seguinte, Sr. João, o senhor trouxe o exemplo do Distrito Federal, da mesma maneira que nós falamos, e aqui foi dito pelas Profas. Elisa e a Maria Alice, de que nós não podemos dizer que os idosos, ou a população idosa é homogênea, ela é heterogênea em função de que cada um envelhece de qualquer maneira. Nós também não podemos dizer que os gestores são homogêneos, o Sistema Único de Saúde, umas das duas diretrizes, foi a radical descentralização administrativa, entendendo que é na Prefeitura, é no nível local, nos territórios onde o Prefeito, o Secretário Municipal de Saúde tem condições de identificar quais são as suas prioridades. Mais ainda, o Sistema Único de Saúde, na sua legislação, instituiu os Conselhos Municipais, os Conselhos Estaduais, o Conselho

Nacional de Saúde, para que os próprios usuários e suas representações tivessem a possibilidade de interferir nas prioridades definidas, inclusive na alocação orçamentária definida para aquele território, para aquela municipalidade. Portanto, nós também estamos diante de um país que tem uma profunda diversidade de gestão do sistema de saúde. Nós temos gestores absolutamente comprometidos, não só com princípio dos SUS, mas comprometidos com o os direitos de cidadania da população e temos município hoje que dão o exemplo para todo o país, da capacidade que se tem, uma vez que tenha compromisso político e vontade política, de transformar uma realidade e produzir exemplos fantásticos de atenção à saúde. Estava falando de internação domiciliar, nós temos uma portaria do Ministério da Saúde que está para ser regulamentada ainda esse ano, mas isso não impediu que determinadas secretarias estaduais e determinados municípios fizessem estratégias de internação domiciliar, possibilitando a atenção às populações mais frágeis. Nós queremos dar mais visibilidade a essas gestões, até porque dentro do Conselho Nacional de Secretários Municipais e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais, temos fomentado essa discussão para fazer com que aqueles exemplos dos gestores que efetivamente aplicam seus recursos escassos e finitos bem, fazendo uma gestão pública que a população, inclusive, nas épocas de eleições fazem a sua escolha em reeleger os seus prefeitos, o ano que vem teremos a eleição de Governador e eleição para Presidente da República, passa pelo crivo popular, esses gestores acabam sendo reconhecidos pela aplicação dos seus recursos. E aqueles gestores que, infelizmente, não aplicam bem os seus recursos, mas que o Ministério da Saúde tem buscado, a partir de 2006, estabelecer metas e monitorar metas com alguns indicadores de saúde identificando aquelas gestões que tiveram dificuldade de fazer ou de cumprir as metas mutuamente estabelecidas. Aqueles gestores que não cumpriram as metas, o que fazemos? Cortamos os recursos? E quem paga a interrupção dos serviços? A própria população.

Então, nós temos trabalhado também junto com o CONAS e CONASEMS, de reforço dessas gestões, de capacitação dos gestores estaduais, dos gestores municipais, para que esse processo de gestão seja baseado em evidências, como nós falamos em gestão clínica, que é o trabalho do médico, do enfermeiro, enfim, do profissional de saúde, seja baseado em evidências científicas, a gestão também seja baseada em evidências científicas, de como se, diante de um quadro de aumento demográfico, de envelhecimento demográfico, aumento proporcional em número abso-

lutos de população idosa. E concomitante, o aumento das doenças crônicas não transmissíveis, de que maneira estabelecemos estratégias que não são mais aquelas, há 30 anos atrás quando há uma Ata discutir a atenção primária em saúde que era basicamente visando a saúde materna infantil.

Então, efetivamente, temos um grande desafio pela frente, primeiro na construção do sistema único que respeite os seus princípios da integralidade. Segundo, de um sistema de saúde que faça com que não só o seu processo de gestão, mas de organização dos seus serviços, reflita as necessidades de um envelhecimento demográfico e as necessidades de um processo rápido de envelhecimento demográfico, que efetivamente nos coloca a sociedade ainda despreparada.

“Os gestores não têm compromisso com a saúde do idoso”. Não é verdade, em 2006, numa mudança de forma de relacionamento entre a União, os estados e os municípios, o Ministério da Saúde propôs aos estados e aos municípios, uma pactuação, definindo algumas prioridades, entendendo que essas prioridades teriam impacto na saúde e no bem estar da população brasileira. Em 2006 foi feito o Pacto pela Vida. Primeira prioridade colocada entre os gestores, a saúde do idoso. Só que estamos tão acostumados com discursos, que efetivamente desacreditamos na capacidade que, um documento escrito e pactuado entre os gestores tenha efetividade, quer dizer, que as pessoas efetivamente sintam que aquela prioridade está sendo executada. Dentro dessa prioridade da saúde do idoso nós tivemos a preocupação de estabelecer algumas ações estratégicas, Senadora. Ações estratégicas que vinham na direção da própria construção de um modelo que visava promoção, a prevenção de saúde. Uma delas é a caderneta de saúde da pessoa idosa. Um instrumento muito simples que permite identificar pessoas em situação de fragilidade, e aí, Dra. Elisa, nós não utilizamos o conceito de fragilidade geriátrica, porque nós não temos geriatra na rede, nós utilizamos o conceito de fragilidade, daquilo que o dicionário Aurélio nos diz: Algo que é frágil é aquilo que pode se quebrar. Todos nós, ao chegarmos aos 75, 80 anos, se não tivermos uma proteção e um cuidado, podemos nos quebrar, literalmente quebrar, e foi dito aqui a fratura do fêmur em pessoas, em mulheres idosas, tem sido hoje uma preocupação e nós colocamos o ano passado como umas das prioridades, junto aos gestores, ações de prevenção de quedas e tratamento da Osteoporose. Bom, a caderneta de saúde ela hoje chegou à cifra de 13 milhões de cadernetas, fechamos o ano de 2008 com dez milhões, fecharemos esse ano com 15 milhões de cadernetas, que atinge mais de 60% da população. Onde estão essas cadernetas? Na estratégia Saúde

da Família. Hoje a Estratégia Saúde da Família, que é uma estratégia que visa levar assistência saúde para aquelas população tradicionalmente não tinham assistência, cobre, e aí Sr. João, a saúde da família trabalha com territórios, ela cadastra famílias e cadastra indivíduos. Hoje nós temos um território nacional, 14 milhões de pessoas idosas, cadastradas pela Estratégia Saúde da Família. Significa dizer, Sr. João, que uma vez por mês, pelo menos uma vez por mês, o agente comunitário de saúde faz uma visita domiciliar.

Agora, a Dra. Elisa e a Dra. Maria Alice nos levantaram uma questão muito importante. As nossas universidades não acordaram para esse processo de envelhecimento demográfico. Não estamos formando, não só geriatras, mas com as poucas vagas de residência médica, sequer os estudantes de medicina, enfermagem, assistente social, fisioterapeutas, tem na sua grade curricular, conteúdos obrigatórios nessa área de saúde do idoso, são poucas as faculdades de medicina que colocam conteúdos obrigatórios. Significa dizer o seguinte: Os profissionais que nós estamos formando que estão entrando na Estratégia Saúde da Família, ou estão sendo absorvidos pelos sistemas locais de saúde, não tem formação adequada para lidar com as questões específicas da população idosa. *"Ah, mas não gosto de atender idoso"*. Com esse número 19 milhões de pessoas idosas no nosso país, hoje os centros de saúde, os postos de saúde, as Unidades Básicas de Saúde, a sua clientela principal tem sido a população idosa, e não mais com o paradigma da cura, que a gente intervém e tchau. Mas é o do cuidado, que necessita visitas constantes, necessita contatos sistemáticos com os serviços de saúde. E qual é a cultura entre os estudantes? E aí os estudantes de medicina, sobre o nosso Sistema Único de Saúde, qual é a cultura? Os alunos acham que o Sistema Único de Saúde é um sistema para pobre. Essa ideologia de elite, faz com que muito das especialidades médicas mesmo abrindo concurso público em determinadas especialidades eu não entro, para quê? Ou quando entra é para fazer bico, mas ao salário não é muito bom, as condições de trabalho não são muito boas, mas isso é uma luta de cidadania, não é uma luta só de profissionais. Se o Sistema Único de Saúde é uma conquista em torno da cidadania, é uma luta de todo e qualquer cidadão brasileiro.

Portanto, a formação dos nossos profissionais, não só em conteúdos técnicos, mas em conteúdos políticos, é uma preocupação. Mais dois minutinhos, só para fechar aqui. Nós temos um programa muito interessante com o Ministério da Educação que chama Pró Saúde. E que esse ano começou com a medicina,

gem, odontologia. E o que significa esse programa Pró Saúde? Há uma inversão de recursos do Ministério da Saúde para aquelas universidades que estabelecem, dentro do seu currículo, estratégias de contato precoce do aluno com a atenção primária em saúde. Até para desconstruir a visão que a atenção primária em saúde é uma medicina de pobre para pobre. Não, se faz muita coisa na atenção primária, estamos aí com a vacinação dos idosos, 83% o ano passado de cobertura vacinal contra a Influenza. Ora, dentro da atenção básica na promoção, na prevenção e no cuidado, nós precisamos qualificar essa atenção, estendermos a atenção primária e a Estratégia de Saúde da Família para quase 100% dos municípios brasileiros. Sabemos da fragilidade que temos, em termos de fixação de profissional, principalmente no interior, mas a fragilidade também em termos de conteúdo.

Senadora, nós estamos com um contrato com o Ministério da Saúde entre o Ministério da Saúde e a Fundação Osvaldo Cruz, abrimos 500 vagas numa Educação a Distância que tem sido modelo, inclusive, para a Organização Panamericana de Saúde, uma Educação a Distância para profissionais da atenção básica das regiões Norte e Nordeste. Por que das regiões Norte e Nordeste? Porque é exatamente as regiões que têm menor capacidade instalada de formação de profissionais e menor número de profissionais habilitados em Gerontologia e Geriatria. Estamos com uma turma agora de 225 e começará outra turma de 225, completando 500 vagas.

Internação domiciliar, qualificação dos profissionais de saúde, um compromisso cada vez maior dos gestores locais, em relação à agenda construída em 2006, tem sido o esforço do Ministro Temporão para fazer com que a saúde do idoso saia do discurso, efetivamente seja uma prioridade. E aí Sr. João, eu gostaria só de afirmar o seguinte: A priorização nessa faixa etária, não significa necessariamente uma concorrência com as outras faixas etárias, porque nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, nós temos a priorização da população feminina nos serviços, aliás, essa priorização no serviço de saúde, ela devo ver ser pautada pelo risco de vida. Portanto, o que nós estamos defendendo junto com a população idosa, é que esse Sistema Único de Saúde seja efetivamente o melhor e o maior plano de saúde para essa população. Vamos brigar com os planos de saúde? Vamos. E quem é que vai brigar? Essa Casa, mais a população idosa organizada. E aí Sr. João, quem é que vai defender a população idosa? Somos todos nós, somos todos nós como o senhor faz, na sua militância cotidiana que eu já estive aqui pelo menos uma quatro vezes e que eu vi o senhor distribuindo o seu livrinho, fazendo a sua

pregação, porque eu acho que é uma pregação, porque é com essa pregação que nós vamos mudar uma cultura perversa de negligência difusa, que não só traz esses casos de violência que aparecem na televisão, mas essa violência difusa cotidiana no nosso dia-a-dia, perpetrado por todos nós, por todos nós, com os preconceitos, dizendo que o idoso, o velho, a velha é incapaz, é incapaz de se defender, que ela é incapaz de participar. Demos o exemplo com a Conferência, nós precisamos lutar para cada vez mais que a população idosa organizada participe dos conselhos municipais de direito da pessoa idosa, participe do conselhos municipais de saúde, e que criemos nesse país uma cultura de cidadania, porque só a lei... E aí senadora, para terminar, eu acredito que piamente que nós não precisamos mais de leis neste estado brasileiro. O que nós precisamos é levar uma boa mobilização cidadã, para fazer com que os gestores públicos assumam o compromisso com a lei que foi deliberada por toda a população representada aqui por esse Senado, pela Câmara dos Deputados. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dr. João--

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: Não, é só para dizer para ele que todos aqueles... Eu fiz um estudo para a Subcomissão do Idoso, dos itens do estatuto que não são sendo cumpridos. Eu estou dando uma cópia para ele levar, para estudar profundamente o caso.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Eu não tenho dúvida que nós temos vários itens que não estão sendo cumpridos, em várias, em várias dimensões da nossa sociedade, eu não tenho dúvida, ninguém tem dúvida disso. Agora, o que nós precisamos é apontar para o futuro de 32 milhões de idosos, não olhar como uma catástrofe, porque tem gente que fala: "*Meu Deus, seremos...*", porque nós estaremos lá em 2025, "*seremos 32 milhões*", como se essa sociedade não estivesse se preparando para esse... Não é catástrofe, é uma grande vitória e mais ainda será, se nós nos organizarmos em mobilizar uma sociedade para luta pelos seus direitos, e isso é cidadania.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, então, eu quero.... Não de forma nenhuma Dr. José. Exatamente, esse é um tema que mobiliza, é um tema que é bom saber que o senhor, que tem a responsabilidade de dirigir o departamento de ações programáticas e estratégicas do Ministério da Saúde, esteja realmente com todo esse entusiasmo que demonstrou aqui na Comissão, para que a gente possa ficar realmente mais, nos sentirmos mais protegido, e que o nosso trabalho, porque

o trabalho não pode ser apenas dos gestores, da sociedade como um todo.

E eu gostaria que, antes de passar a palavra para o Senador Augusto Botelho, só colocar aqui uma questão. Eu tenho uma certa experiência nessa área, porque fui gestora de uma cidade, prefeita três vezes. E tenho certeza de que avançamos muito, independente dos recursos que nos chegavam, porque eram muito poucos e são, e isso precisa ser revisto, tanto pelo Ministério do Desenvolvimento Social, eu recebia para atender, na época a Prefeitura de Mossoró, atender 500 idosos, e nós fazíamos uma assistência de mais de 4 mil só nos núcleos de apoio, com o terapia ocupacional, porque tudo isso faz parte da saúde, tudo isso tem reflexo para a saúde. O Programa Saúde da Família precisa urgentemente de mais capacitação, para exatamente essa questão do idoso. Internação domiciliar, já fazemos desde 88, para ter uma ideia. Eu sou médica, talvez isso tenha sido algo que tenha, mas pediatra, e pediatra também cuida muito do idoso, porque eles são as nossas crianças de novo. Então fizemos isso desde 88, porque eu vi o quanto era, eu fui diretora de hospital, de pronto-socorro, então, eu via o quanto o idoso internado, aquelas internações mais demoradas, a família, devido o dia-a-dia, ou até porque já sentia que ali era um peso, abandonava, mas na casa, com a assistência, com a enfermeira, indo lá dando assistência, o médico podendo visitar, é outra diferença. Então o que a gente está vendo? Então o que eu quero dizer é o seguinte: Não é que o gestor... Acho que o Brasil é muito grande, as diferenças regionais são imensas, se aqui nós temos 99% dos poucos profissionais especialistas que estão tratando da questão de idoso, ficam nas grandes cidades, se concentram nas grandes cidades. Então nós temos que realmente, através do Programa Saúde da Família, criar cada vez mais a capacitação, criar condições de que os técnicos de enfermagem possam responder mais por essa demanda, e que os médicos que são poucos.

Olha, Dr. José, lá no Nordeste, no Norte é uma dificuldade muito... O Programa Saúde da Família, precisa ser colocado isso, e aqui eu vou fazer uma defesa dos gestores municipais. Os recursos são infinitamente insuficientes. Porque para você atrair um médico, para atrair não é a questão de ser um bom salário, é que ele possa pagar o aluguel da sua casa, ter uma condição digna lá no interior, numa distância muito grande. Tem pelo menos a condição de ter seu carrinho, o médico está começando ele não pode com 4, 3 mil e 500 reais. Porque, se eu não me engano, é isso que é repassado dentro do PSF para ser pago aos médicos, 3.500, 4.000 reais. Tem que haver uma complementação e os municípios que já tem uma carência muito grande de

recursos, mas eles estão fazendo isso, estão pagando além das suas... do que podem e muitas vezes com dificuldades, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, e também a questão, os salários lá dos gestores são realmente bem, se comparados com o das cidades maiores, são bem menores, e eles não podem pagar aos médicos mais do que próprio Prefeito ganha, e isso está acontecendo. Então são essas dificuldades também, de ordem... Nós precisamos analisar porque onde o PSF precisa realmente chegar ainda mais, ter condições de atrair uma boa equipe, é nessa região. Porque o senador Augusto Botelho, também deve sofrer essa mesma questão lá no seu estado, que é Norte, nós somos Nordeste.

Então, eu queria aqui colocar exatamente isso. De estarmos realmente gratificados por ver a sua preocupação, o seu interesse, mas se isso hoje é algo inevitável que está crescendo cada vez mais, o interesse, o compromisso da sociedade, passa por um compromisso ainda maior de nós que fazemos gestão pública. E tem que ter, vamos dizer aqui, tem que ter o espelho e o espelho é o Ministério da Saúde, que pode realmente investindo, valorizando, correndo atrás, vamos dizer assim, não digo do prejuízo... Não é prejuízo, é do atraso. Que a gente possa realmente fazer com que nós possamos chegar.

Então eu vou passar a palavra para o Senador Augusto Botelho e depois voltaremos para o debate com os senhores. O Senador Augusto Botelho é o Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção Acompanhamento e Defesa da Saúde.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, eu sou Senador pelo Estado de Roraima e vou médico, estou exercendo o mandato de Senador agora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Desculpe, eu troquei tudo aqui, eu acho que é a idade também, viu... Senador Augusto Botelho, o senhor é Presidente da Subcomissão de Saúde, de Promoção e Acompanhamento da Saúde. A de Assuntos Sociais, sou eu.

[risos]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, mas o pior é que ninguém percebeu também. Eu nem percebi, Senadora. Eu fiquei... Realmente essa Reunião aqui é uma Reunião que eu vim com um pouco assim... Que eu não gosto de legislar em causa própria, mas aqui vou legislando já, porque eu tenho 61 anos, vou fazer 62 esse ano. Mas é assim, eu entendo que realmente o SUS é muito importante, e que nós temos que lutar, nós justamente, esse Ciclo de Palestras que nós estamos fazendo é para a gente começar a analisar, para dar um rumo, se a gente quer mudar alguma coisa, ver onde é que nós estamos falhando,

onde é que nós estamos acontecendo nessa forma. Aquela... A Dra. e Profa. Alice mostrou realmente que o ano passado nós tivemos 20 milhões e aplicamos 25%, mais ou menos, esse ano nós temos 8 ainda não aplicamos nem 10% ainda do recurso. Quer dizer, a gente orça, eu sou da Comissão de orçamento também. A gente bota o recurso no orçamento, mas a gente não executa, isso é difícil, principalmente, por quê? Por causa de dificuldades do próprio sistema, da burocracia e tudo. Nós poderíamos evoluir, já que nós temos uma deficiência muito grande de residentes, de vagas de residência de Geriatria, o recurso de treinamento poderia ser aplicado diretamente nas universidades que fizessem isso, desse programa do idoso, porque aqui tem um item para treinamento, que esse ano ficou em 100 mil, o ano passado foi mais, e o ano passado aplicaram bastante 340 milhões, 340 milhões, quase 300 mil aplicados em treinamentos, pesquisa e treinamento, 370 ou 270, eu não estou entendendo muito bem o número aqui.

Então, nós temos que tentar ir nesse rumo, o Ministério da Saúde pode apontar nessa direção. Agora esse ano eu vou tentar lutar para aumentar um pouco mais esse dinheiro, porque tem que... Eu estou aqui por causa da saúde, eu sou médico e saí do pronto-socorro para fazer campanha para ser Senador.

Bom, eu gostaria também que o José Luís Telles, que vibra com o assunto, quanto citasse que tinha municípios que já são exemplos, eu acho que deveria citar os municípios, eu gostaria de ouvir alguns municípios que são exemplos em assistência ao idoso, para a gente poder estimular tanto o município como os outros municípios que estão nos ouvindo, se dirigirem para lá para saber o que eles fizeram que fez essa melhora.

Em relação à cobrança, nós temos muitas leis aqui, mas eu entrei esse mês com um Projeto que é assim meio... Vai dar confusão, eu sou médico, e os médicos vão reclamar também, porque geralmente Secretários de Saúde são médicos. É um projeto de responsabilidade sanitária, de responsabilidade com a saúde, porque os gestores, como na casa aqui no Rio de Janeiro, onde muitas crianças morreram de Dengue, quando poderiam praticamente se evitar de morrer aquelas crianças, se tivesse feito um grupo de gestão da Dengue quando ela começou, sem ficar com confusão de que o mosquito é do estado, é do município não sei o que não sei o quê, aquela lengalenga, não teria morrido tanta gente. Admite-se que morra alguém com Dengue hemorrágica, mas não tanto quanto como morreram, foi por causa daquilo que nós começamos a estudar, para fazer uma lei parecida com a responsabilidade fiscal, a nossa lei de

responsabilidade fiscal, uma para sanitária, pegando uma parte. E o senhor falou também de que os recursos do Pró Saúde são passados para universidades que se dedicam, mas a saúde da família, eles são repassados realmente pelas mesmas cidades que tem programas nesse sentido?

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: [pronunciamento fora do microfone] O Ministério de Educação e o Ministério da Saúde. As universidades e as faculdades apresentam os projetos e os projetos são financiados.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pelo Ministério da Saúde?

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Pelo Ministério de Saúde. E o Ministério acompanha, junto com o Ministério da Educação, a execução desses projetos, tem projetos fantásticos, universidades colocando seus alunos desde o primeiro ano nos centros e postos de saúde. Agora nós temos pautado, viu, Senador, nós temos pautado o Pró Saúde para colocar o envelhecimento como uma questão, quer dizer, é sempre aquela visão da atenção primária ainda voltada para assistência materna infantil. Quer dizer, como é o que nós incorporamos a saúde do idoso como um elemento também de preocupação junto à formação desses jovens. Mas é um... Eu diria com toda a tranquilidade, que é um projeto de muito sucesso naquelas universidades que têm o financiamento do Ministério da Saúde.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu lamento também ter ouvido do senhor que os estudantes de medicina atualmente estão dizendo que o SUS é a medicina do pobre, está criando esse conceito? Eu estou há seis anos aqui, não tenho convívio com os acadêmicos.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Essa é uma visão geral, é um senso comum. O Sistema Único de Saúde, que o Sistema Público de Saúde, tradicionalmente é visto como algo menor, quer dizer, normalmente a Medicina, e isso aí não é uma exclusividade do Brasil, quer dizer, há um interesse maior naquelas especialidades com maior densidade tecnológica. Vou dar o exemplo dos Estados Unidos, a Geriatria é muito pouco procurada nos Estados Unidos, até porque o sistema lá não existe um sistema público, porque tem baixa densidade diagnóstica e, portanto, tem pouco recurso de volta para aquele indivíduo, e também prestígio. Quer dizer, nós temos ainda uma ideologia de SUS voltado para pobre. Talvez menos do que há 20 atrás, mas ainda perpassa entre os estudantes de medicina.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas eu acho que é uma visão errada, por exemplo, que a

medicina do SUS é a pior medicina. Quando a gente sofre um acidente na rua que é um estado grave de emergência, a gente vai ser atendido aonde? Então, deve estar havendo algum... Eu não estou na Academia, não tenho mais [ininteligível], mas eu acho que nós, os professores, devemos alertar a essa visão um pouco distorcida. Os transplantes, os transplantes cardíacos ocorrem que área no Brasil? Os transplantes de órgãos predominam em que área no Brasil? Então, eu não estou entendendo essa visão. Eu vou começar a conversar com nossos estudantes lá em Roraima, são poucos, na nossa faculdade têm poucos, mas são bem informados. E eu fiquei assim meio... Eu vou começar a ver nesse lado e ver o que está acontecendo, porque eu acredito que o sistema de saúde, claro que existem hospitais privados de ponta no Brasil, mas a maioria dos bons hospitais são públicos no Brasil.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Quando nós falamos dos hospitais, talvez haja aí uma diferenciação, porque nós hoje temos uma rede de atenção primária em saúde que abarca quase 100% dos municípios. Esse trabalho na atenção primária é muito desvalorizado, em contraponto aos trabalhos dos hospitais. Talvez, fazer entender melhor. Quer dizer, a visão de que a atenção primária, que efetivamente é pública, ela é de baixa densidade tecnológica, e ela tem baixa valorização por parte dos profissionais.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Na sociedade também?

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: A sociedade eu acho que talvez menos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Dentro dessa visão, aí dá para a gente entender melhor essa sua opinião em relação a isso. Mas, essa é a Medicina mais importante, é a prevenção é que mais barata e mais efetiva e mais simples, que pode ocorrer em qualquer município de 2.000 habitantes, de 3.000, ou de um milhão. E eu gostaria só que ele depois citasse, quando fosse fazer as considerações, os municípios onde ele acha que a Medicina Geriátrica está funcionando. A assistência ao idoso está funcionando melhor.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, responda logo, porque já fica...

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: É um risco, essa pergunta é um risco.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu sei que não é um céu, mas pelo menos o que está melhor.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: De deixar algum município fora.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu digo assim, quando o senhor falar, já fala que vai citar alguns e vários merecem ser citados.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Olha, eu vou citar Acre, Rio Branco. O Estado do Acre, o compromisso que eles tiveram na qualificação e na capacitação das suas equipes de atenção básica e no cadastramento da população idosa.

Vou citar Maringá, que fez as academias abertas da Terceira Idade, que, inclusive, foi com o financiamento inicial da promoção da saúde do Ministério da Saúde, um exemplo belíssimo que agregou universitários e hoje tem sido reproduzido em vários outros municípios.

Vou citar Bahia, que tem um centro viu, Maria Alice, tem um Centro de Referência ao Idoso que tem um CAPS, um Centro de Atenção Psicossocial que tem buscado fazer com que a população idosa seja recebida e tenha um tratamento adequado. Talvez seja umas das maiores inovações dentro da reforma psiquiátrica, o estabelecimento de Centros de Atenção Psicossocial, multiprofissional e que nós temos lutado para não abrir CAPS de idoso, mas fazer com que os CAPS existentes sejam qualificados para entender problemas comuns da população idosa, depressão. Da mesma forma que o Alzheimer é um desafio, nós temos aí, não temos uma política nacional de atenção de Alzheimer, isso não é reconhecido pelo Ministério da Saúde, a despeito de ter uma política de atenção medicamentosa a essa população, mas é um desafio muito grande para o atenção primária, o diagnóstico precoce, a orientação aos familiares, aquele esquecimento: *“ah, está gagá, faz parte da idade...”*, não, já pode ser o prenúncio de uma doença e nós capacitarmos a atenção básica a fazer esse diagnóstico precoce.

Então citei o Rio Branco, citei a Bahia, Salvador, poderia citar a experiência de internação domiciliar nos hospitais federais no Rio de Janeiro, Maringá, Rio Grande do Sul, que assumiu a prioridade na população idosa, São Paulo tem feito um trabalho exemplar na área de cuidadores de idosos, Pernambuco, que tem mobilizado o Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos para discutir o componente saúde. Enfim... Agora, veja, nós temos um leque de situações que precisam intervenções específicas. Se nós citarmos qual o município que tem esse leque já estruturado em andamento, nós não temos. É um projeto de construção, não tem. Mas o caminho está sendo trilhado, é isso que é importante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero agradecer. Agora vamos organizar aqui o debate, porque nós temos tempo para concluir, já, todos nós temos outras Comissões

que já iniciaram, inclusive eu tenho que ir para a Educação e para a CAE. Então, eu acho que nós temos que dar uma ordenação aqui. Senador, agora vamos passar ao Senador José Nery, que... Não é nenhuma discriminação, primeiro que eu sei que o senhor tem a capacidade de síntese muito grande, e vai fazer essa síntese, para que os nossos apresentadores aqui do debate, possam fazer as suas respostas.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Senadora Rosalba, Srs. Senadores, ilustres convidados para essa Audiência para esse ciclo de debates, sobre o Sistema Único de Saúde, seus avanços, seus dilemas, preocupações comuns que aqui manifestadas. Talvez a Presidente Rosalba, ao fazer essa recomendação, sabe às vezes da briga que nós travamos aqui em torno dessa questão da disciplina para usar bem o tempo que dispomos, até porque, é uma realidade o fato de nós termos que uma manhã estamos aqui, mas tem duas, três Comissões esperando também a nossa participação.

Então, esse ciclo de debate evidentemente, como um todo e uma iniciativa Legislativa, visa, evidentemente constatar, diagnosticar um quadro mais geral, no caso do atendimento da Saúde Pública no Brasil específico aqui. Evidentemente busca-se trazer elementos para discussão que ajudem tanto a nós, a avaliarmos o caminho percorrido nessa importante experiência brasileira da política de Saúde Pública, embora, como todos os problemas que são recorrentes nessa questão, porém há um sistema em funcionamento, como eu disse, com avanços e com muitas lacunas. Mas o fundamental é buscarmos aqui nessas discussões, orientações que nos possibilite aprimorar a Legislação, avaliar o processo em que se desenvolve a implementação a essa universalização do atendimento através do SUS.

Agora, em específico a questão retratada nesse debate que trata as ações relativas e das políticas para os idosos, é claro que é preciso efetivamente, eu creio, que melhorar essas políticas e creio que uma questão fundamental é investir na formação, na qualificação dos organismos da sociedade que participam dos Conselhos Municipais, tanto de idosos, bem como de saúde, porque essa questão não há uma forma mágica de resolver, dar formação, dar adequação para o bom atendimento, portanto, eu creio que uma diretriz muito clara seria um investimento no esforço para estabelecer de forma mais direta, mais consequente e mais objetiva, o controle social. E isso os Conselhos Municipais dos Idosos que já existem em milhares, em dezenas, em centenas de município brasileiros, ao lado dos próprios Conselhos Municipais de Saúde, ter uma atenção tenho essa política, a política específica em relação aos idosos. Eu creio que seria algo que poderia

estar num planejamento mais permanente dos órgãos de Saúde Pública, do Ministério, aos dos estados e dos municípios, como algo fundamental para melhorar a qualidade do serviço das políticas, das ações, para os idosos do nosso país.

Parabenizar os todos os nossos expositores, palestrantes dessa manhã, pela sua contribuição. Eu creio que esse alerta, eu creio que essa preocupação comum, pode ser melhor implementada para melhorar a qualidade do serviço prestados ao idosos brasileiros.

Muito obrigado e parabéns aos senhores e as senhoras pelas exposições.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Senador Nery, V. Exa. tem sido importante na sua contribuição, trazendo aqui para o debate muitas colocações que a sua experiência, da sua vivência no seu estado e isso é muito importante.

Eu quero passar agora para o Senador Papaléo, que é o relator desse ciclo de debate.

Mas antes, Senador Papaléo, como nós temos um número regimental, eu gostaria de colocar para ser aqui analisado e votado o requerimento nos termos do inciso II do § 2º art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X dos art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de debater as políticas públicas para prever as queimaduras e a reabilitação de queimados. As autoridades às quais se pedem a participação são: Dr. José Adorno, Coordenador de Cirurgia Plástica da Unidade de Queimados do Hospital HRAN Regional Asa Norte, Dr. Flávio Nadruz Novaes, Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras. A Sra. Ana Aparecida de França e Silva, Presidente da Associação dos Portadores de Sequelas por Queimados, e um representante do Ministério da Saúde na área. Sala das Sessões, 26 de maio de 2009, Senador Papaléo Paes que faz a solicitação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu gostaria já de informar que essa Audiência vai acontecer no dia 9, e no dia 16 a audiência de órtese e prótese, que foi solicitada pelo senador Flávio Arns. Bem, então agora eu passo a palavra ao Senador Papaléo, que trará as suas indagações aos nossos expositores.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senhora Presidenta, Senadora Rosalba Ciarlini, Comissão de Assuntos Sociais, Sr. Presidente da Subcomissão de Saúde, Senador Augusto Botelho, Senador José Nery e um agradecimento e a nossa gratidão pela presença das senhoras e senhores expositores: Dr. José Luís Telles de Almeida, Dra. Maria Alice Toledo, Dra.

Elisa Franco de Assis Costa e o Sr. João Batista de Medeiros, a quem nós temos aqui na Casa um grande respeito pela sua luta e participação na luta nessa questão relacionada aos idosos.

Eu teria, são verdadeiros relatórios e no final perguntas, o que não compõem agora para o momento. Eu vou fazer duas perguntas. Mas antes, eu quero louvar a nossa Presidenta, Senadora Rosalba, exatamente por que, pela iniciativa que ela tem de nós fazermos um ciclo de palestras, que essas palestras sobre assuntos extremamente importantes como o de hoje, que é uma realidade do Brasil que nós temos que ter muito cuidado, atenção, determinação e investimento. E vamos, Senador Nery, no final de todas essas palestras, nós vamos ter um documento. E este documento, claro, que será um documento da mais alta credibilidade pelas pessoas que são convidadas para vir para cá. Esse documento, tenho certeza absoluta, norteará os bons propósitos do Ministério da Saúde e de outras instituições, órgãos e ministérios, seja lá o que for para os nossos objetivos.

Quando o Senador Augusto Botelho tomou posse como o Presidente da Subcomissão de Saúde, ele lembrava nós estarmos ali, foi só... como é que eu digo, uma dobradinha, eu era Presidente e o Augusto era Vice, ele passou a ser Presidente, essa alternância democrática do poder. Então, o Augusto lembrava: "Papaléo...", nós temos que lembrar aqui que no início do nosso mandato aqui de gestão e foi exatamente no momento em que a gente chega à Casa, ainda meio desconhecendo o ambiente tudo, mas não perdendo a iniciativas, nós discutíamos a questão de Farmácia Popular. E aqui foi o embrião da criação Farmácia Popular, nós podemos dizer isso com toda certeza absoluta. Então, o que nós estamos discutindo hoje é uma questão extremamente séria. Uma questão que nós temos nós, não tem um, uma pessoa, a não ser que seja um psicopata em grau grave e elevadíssimo, não vá pensar no idoso, a não ser esse. Porque ele nunca vai pensar que vai ficar idoso, que nunca vai precisar de ninguém e que idoso é isso mesmo e acabou-se, a não ser esse. Mas qualquer pessoa tem a sua determinação e intenção. E nós ficamos muitas vezes, em uma situação que só a nossa vontade, só a nossa boa vontade não alcança os objetivos. Nós precisamos de muitos investimentos e não é fácil nós recebemos, por exemplo, o Estatuto do Idoso, um documento mais lindo do mundo, mais justo do mundo, mas que nós vemos esse estatuto rigorosamente sendo ferido a todo o momento em quase todos os seus artigos. Ou seja, fica no papel algo muito bonito e na prática muito deplorável, por quê? No momento em que você não tem direito, "ah porque eu não tenho direito", mas quando

passa a ser direito, você passa a querer o seu direito e é constrangedor nós vermos pessoas idosas cheias de direito, lutarem pelos seus direitos e sequer aqueles que pudessem atendê-los de uma maneira até cortês, nem isso essa pessoa tem.

Ou seja, nós temos que lutar para que nossos idosos, para nós que vamos chegar lá, que estamos chegando, eu estou quase lá, não adianta eu vou ter cabelo branco, mas ainda vou chegar na idade do idoso. Para que nós pensemos que nós somos responsáveis, que os que nos sucederam, sucederão, serão responsáveis, e aqueles que hoje estão na condição de fazer, executar, melhorar e ativar na população o direito que ela tem de lutar pela sua cidadania, no caso o idoso, seja sempre estimulada. Então eu vejo, por exemplo, na área da saúde, nós temos muitas dificuldades, nós temos dificuldade em formar uma equipe multidisciplinar, por quê? *“Ah, idoso, vai com o geriatra, ah, o geriatra passa remedinho geriatra, não sei o quê...”* Não é isso, não, é muito mais complexo do que isso, a equipe é multidisciplinar, envolve uma série de profissionais que precisam estar dotados de conhecimento para poder lidar com aquela situação.

Eu tenho uma certa experiência, porque eu estou cardiologia e lá na minha terra eu fui escolhido pelos idosos para ser médico dos idosos, então meu consultório são muitos idosos, ainda pouco eu dizia para o Nery: *“Nery, sábado eu atendi...”* não tem nada ver com política, com politicagem não, hein, porque quando chega eleição três meses antes, eu não sou doutor, não sou nada. Eu dizia: *“Nery, não tem situação mais confortável para nós assim...”* chegar um senhor, um idoso mesmo, uma senhora, dizer: *“Ô doutor, o senhor está um pouco abatido, o senhor...”* *“Ah, mas é que eu cheguei tarde, viajei”.* *“Não, se cuide que nós precisamos senhor”.* Aí chegar uma senhora, e tudo aconteceu sábado, sempre eu recebo frango, ovo de galinha, até porco já me deram, tudo... para quê, para agradar, eu acho que é aquele que os trata bem. Então eu acho que tem reconhecer isso, tem que dar de volta alguma coisa, quando isso deveria ser natural das pessoas. Então a outra diz: *“Ah, lhe incluo nas minhas orações todas as noites, para você ter muitos anos de vida e tal, que proteja com tudo que está acontecendo no Senado”*, eu disse: *“Então, reforça essa reza”.*

Mas o que eu quero dizer é que esse relacionamento, então falta, o idoso é tratado como qualquer um, aliás, está numa fila: *“Ah, não está prestando atenção”*, fura a fila aí. Então, essas coisas que realmente são questões sociais, e que na área da saúde nós não podemos deixar de questionar também, que há uma boa intenção, mas não existem boas ações para tentar compensar e reconhecer o direito que o idoso tem.

Então, por exemplo, eu vejo, é até interessante isso, que não quero de forma nenhuma levar isso como crítica, por eu ser do PSDB, não tem nada a ver. Chega aqui, o meu partido é a saúde. Nós vimos um quadro no Ministério da Saúde onde no orçamento do ano passado ele injetou, para ser usado na saúde, aplicado na saúde, 20 milhões e 800, eu vou arredondar, 20 milhões. E aplicou somente 6 milhões, ou seja, 6 milhões de reais na saúde do idoso, isso aí é insignificante. É insignificante, e por que no orçamento desse ano baixou a projeção orçamentária de 20 para 8 milhões e até agora só usou 607 mil reais, então isso tem que explicado, por quê? A gente tem que ter os motivos, pode ter os motivos técnicos, mas nos espanta isso, nos espanta, porque a senhora sabe muito bem, doutora, que convive dentro de um hospital como eu, eu sou médico, estou político, sempre exerci minha atividade médica, minha profissão é de médico, não de político. Então, a senhora sabe muito bem que a convivência dentro do meio, sabe que é muito difícil, nunca nenhuma Secretário de Saúde ou Diretor de hospital, ou de clínica vai receber medalha de ouro, pode até receber, mas banhada a ouro, mas de ouro mesmo, porque nunca nós conseguimos fazer um hospital ou qualquer outra instituição hospitalizar que trate de saúde, ter todas as suas necessidades atendidas, nunca, nunca. Vai ter tudinho, mas quando chega na hora da cirurgia, está faltando fio. Vai ter tudinho, quando chega na hora da cirurgia, olha, ainda não chegaram... é um absurdo, né, as luvas. Então, uma coisa pequena, mas que desmonta todo aquele processo que foi trabalhado.

Então eu quero aqui dizer que nós todos temos que manter nossos ideais sempre vivos, e cobrarmos sim, de maneira competente, educada, mas muito eficaz, a atuação do governo para atender as necessidades dos idosos. Eles se preocupam muito bem com a questão da Bolsa Família, a Bolsa Família, q se a gente for analisar muito bem, é ótimo, é espetacular, mas é deprimente se ouvir, porque só falam em Bolsa Família, não dizem qual é o valor que uma família recebe, famílias que se submetem. Aí vem a minha crítica. Lá no meu estado é assim, se submetem a ganhar 80 reais por mês, 120 reais por mês, dependendo, 180 reais por mês, se submetem a ter seu voto comprado à prestação por esses valores que eu falei. Então, politizam a Bolsa Família. Então, a mesma preocupação que há com um jovem, que é extremamente necessário, esta mesma preocupação nós temos que ter com o idoso, que foi quem deu seu sangue, seu suor, sua vida durante o processo em que foi útil materialmente e emocionalmente à sociedade. Depois esse homem ou, esta mulher é abandonado? Não, ele é muito mais

útil do que era, porque ele vai repassar as experiências da sua vida. E essas pessoas precisam, sim, do nosso carinho, da nossa atenção, do nosso respeito, os professores nas salas de aulas, nas criancinhas: *“olha, quando você passar por alguém, dê bom dia, dê boa tarde, dê boa noite”*, coisa que não acontece mais, né, mas eu ainda sou desse tempo. Dê bom dia, dê boa tarde, dê um sorriso, faz bem, isso é saúde. E essas situações, eu acho que tem que ser estimuladas sim, todas essas, para que nós chegarmos a um conjunto, e atendermos as necessidades que o idoso tem. E chamarmos todos os responsáveis, todos os políticos, todos aqueles que lidam na área da justiça, todos aqueles que lidam no executivo, chamar para eles as responsabilidades cabíveis para que eles cumpram rigorosamente, e quando não cumprirem justificarem e tentarem reparar esses erros. Mas eu quero fazer duas perguntas...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY

(PSOL-PA): Senador Papaléo, senador Papaléo Paes em razão das outras Comissões, então, as perguntas agora são bem-vindas.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Perguntas são curtíssimas, cada uma tem 50 linhas no final tem a pergunta, eu vou só para pergunta. O SUS dispõe de serviços especializados em número adequado para o atendimento sobre o assunto que nós estamos discutindo? A distribuição desse serviço abrange todo o território nacional? Existem geriatras em número satisfatório na rede pública? Quando eu falo em geriatria, eu falo também na equipe multidisciplinar, não adianta ter só o geriatra. O PSF tem ações de saúde do idoso integradas? Perguntas. Fica, não estou direcionando.

A outra, o fato reconhecido que não formamos geriatras, e outros profissionais em número da saúde, outros profissionais em número suficiente para enfrentamento dos problemas decorrentes do envelhecimento de nossa população, isso é fato consumado. Por que o sistema formador de recursos humanos em saúde está tão insensível a esse problema? Por que isso aí realmente está ao Deus dará, quem quer vai, faz o curso. Que iniciativas se fazem necessárias para reverter essa situação? Que recomendações os senhores e as senhoras fariam a esta Casa para nós, em relação à matéria? A última, a doença de Alzheimer constitui uma preocupação crescente das famílias e das autoridades sanitárias. Qual é a situação atual e quais são as estimativas em relação à incidência e prevalência da doença em nosso meio? Contamos com uma infraestrutura de serviço adequadas para o atendimento esses doentes? Onde se localizam es-

ses serviços? Quem os mantém e gerencia? o setor público ou o setor privado? Essas são as perguntas e muito obrigado pela paciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY

(PSOL-PA): Muito obrigado ao Senador Papaléo Paes, passamos então agora a palavra aos nossos expositores. Como as perguntas do Senador Papaléo são amplas e abrangentes, eu creio que os nossos expositores, escolherão alguma questão, e não foi especificamente dirigida a um dos expositores, então, podemos ouvi-los.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Só pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY

(PSOL-PA): Bem como dada a complexidade delas, poderão os expositores contextualizar melhor sua resposta em documento enviado à própria Comissão, ao Senador Papaléo Paes, que é o Relator dessa Subcomissão. Então, pudemos inicialmente fazer alguma abordagem e posteriormente uma resposta mais ampla e de acordo com as importantes perguntas que o senhor fez, possa ser dirigida ao senhor posteriormente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Permita-me.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY

(PSOL-PA): Pois não.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Vou encaminhar à Mesa as minhas perguntas, eu tenho muito interesse em receber as respostas, exatamente porque nós precisamos, na formalização do documento, termos resposta de muitas dessas perguntas que eu não fiz. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY

(PSOL-PA): Então fica esse encaminhamento, eu vou passar a presidência para o Senador Augusto Botelho, em razão de outro compromisso inadiável na CPI da Pedofilia, aqui ao lado, e em virtude por eu fazer alguns comentários, evidentemente, às perguntas feitas... Mas isso fica a critério aí dos senhores expositores que tem uma resposta mais geral sobre as importantes perguntas que o senhor formulou, muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):

Desculpa aí essa pergunta, porque a gente tem que fazer, eu fui lá relatar um projeto, mas aí um Senador tinha pedido para eu vir, eu cancelei a Relatoria e a Senadora tinha que defender o Requerimento que ela fez lá, e esse aqui deve ter outra coisa. Desculpa assim essa corrida, mas que hoje é um dia que todas as Comissões estão se reunindo. Dentro da norma daqui da Casa, agora para encerrar, os senhores terão tempo para falar cada um determinado tempo, para considerações finais, ou ir para responder

algumas questões que foram feitas e foram dirigidas para algum dos senhores. Eu não sei qual foi a ordem que começaram a falar, você tem a ordem? Prof. João Batista, um minutinho que o senhor vai já falar eu vou passar por ordem dos que falaram, para encerramento. Passo a palavra para a Sra. Elisa Franco de Assis de Costa, da Sociedade Brasileira de Gerontologia.

SRA. ELISA FRANCO DE ASSIS COSTA: Senador Papaléo, eu gostaria de receber as suas perguntas e o seu e-mail, para que eu possa respondê-las.

De antemão eu vou dar uma resposta para o senhor a todas elas: Não. Eu acho que resumindo as suas respostas, a resposta é não. E com relação à formação, eu vou de ater a ela, porque o Senador Botelho também colocou, eu acho que a formação, nós temos que ter vários níveis de formação, só lembrando que o SUS não é só rede básica, ela é a maior rede, mas nós teremos, independente de você dar a maior parte da assistência da rede básica, querendo ou não, nós teremos idosos que vão ser necessários serviço mais complexos, uma rede intermediária, uma rede de reabilitação, uma rede hospitalar. Infelizmente é uma realidade, o envelhecimento é um fator de risco intrínseco para qualquer doença crônica não transmissível, a gente sabe disso. Então, não modificado, ainda.

Então, mesmo que nós tratemos, nós temos promoção de saúde na rede básica, gente que combata hábitos de vidas inadequados, nós vamos ter uma porcentagem de idosos hipertensos, uma porcentagem de diabéticos e com artrose, que também tem o envelhecimento como fator inerente. Nós temos que colocar isso claramente, é uma questão biológica. Então, nós teremos necessidade no sistema de todas as áreas de atendimentos das devidas proporções conforme as doenças.

Mas eu acho que o SUS tem um problema, esse é uma visão minha e pessoal que eu vou colocar. Não tiro a importância do SUS, como ao longo desses 20 anos, o que ele foi importante para o país, eu ouvia isso do meu avô, que a assistência melhorou, que era da área de saúde. Mas eu gostaria de lembrar que falta conexão. O que eu sinto e eu vou falar na prática, o senhor falou como médico eu vou falar como médica, não há conexão, eu não consigo tirar da rede básica quando ele precisa para rede. Se ele chega na urgência eu não consigo depois evitar que ele volte na urgência com relação à rede básica, é a conexão.

Com relação à formação, eu coloco o seguinte, nós temos que capacitar basicamente para atender na rede básica e nós temos que formar geriatras, nunca vai ter geriatras, em lugar nenhum do mundo tem para todo mundo. O ano passado teve uma reunião do Ministério de Saúde com o Ministério da Educa-

ção, para discutir residência médica e a Geriatria foi considerada uma área que precisa de maior incentivo. Isso é uma coisa que vai, à medida que cresça e que haja um interesse pela especialidade, porque mesmo que você tenha vaga, você tem que ter um indivíduo querendo fazer, e o Senador Botelho colocou isso muito bem e o Dr. José Luís Telles também, muitos não querem. Mas mesmo nos Estados Unidos, recentemente publicaram um trabalho, deve ter sido em 2002, numa revista chamada se eu não me engano, foi... Uma revista de medicina geral. Ele publicou esse trabalho e demonstrou que mesmo aquelas especialidades consideradas especialidades tecnológicas, ou seja, de procedimentos, onde há o maior ganho, e foi comparado nesse trabalho, satisfação do profissional, a satisfação era ligada à remuneração. E essas tecnológicas eram melhores renumeradas, é claro, como é aqui no Brasil. Então deveriam ser mais satisfeitas, mas por incrível que pareça, os profissionais mais satisfeitos eram aqueles que tinham as especialidades chamadas de cognitivas, principalmente Geriatria, apesar de ter poucos, Pediatria, Infectologia, Psiquiatria, são especialidades que não tem procedimento para ganho. Isso é interessante, porque normalmente quem egressa nisso, quem sai disso é alguém escolheu, e que gosta, e que tem vocação, e paixão, porque o Dr. José Luís Telles, que depois que passou a se dedicar a essa área também tem se empenhado e demonstrou sua empolgação aqui.

Então eu acho que nós temos que incentivar, buscar quem quer fazer, e dar a ele condição. Com relação a SUS, isso falta muita coisa, houve avanços, mas falta coisa demais para ser feita e o mais importante é a conexão, nós temos que conectar as várias áreas dos SUS. Nós temos que trabalhar em conjunto, e com o idoso isso é essencial, porque senão ele sai de uma internação agora e o tempo com a sequência de AVC, teve um AVC recente, no período que ele consegue para ser encaixado, se for na reabilitação ele interna cinco vezes com Pneumonia, é isso que eu vejo. E aí não há razão, se poderia ser reabilitado e recuperado a sua capacidade funcional. Então eu acho que nós temos que pensar isso, como conectar, é o mais importante.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui e passo a palavra ao Presidente da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado Elisa. Agora o próximo a fazer as considerações finais e responder alguma questão, é o Prof. João Batista Medeiros.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: Eu vou usar esse tempinho para agradecer em nome, eu aqui estou extrapolando, mas em nome de todos os idosos

do Brasil, porque eu represento eles, eu estou com 76 anos, sou um dos criadores dos grupos comunitários de Terceira Idade desde 1986. Então, obrigado e precisamos de muitas reuniões como essas debates.

E eu queria deixar no ar aos médicos aqui presentes, uma observação dos idosos com quem eu tenho conversado, principalmente as famílias, cujo idoso está com Alzheimer. Eles foram viciados em televisão. Os últimos anos de vida deles foi na frente da televisão. E eu cheguei a seguinte conclusão e gostaria de deixar no ar para que se estude isso, é difícil? É difícil é um monstro da televisão, que ninguém tem coragem de falar contra, mas acontece que ela não deixa a gente pensar. Um acidente ocorreu ali, mostra o local, mostra o carro, mostra tudo, e responde tudo, a gente tem que só ficar “Ah...”, já o rádio, a leitura, faz com que a gente pense. Então, eu deixo aqui o meu pedido aos técnicos aqui presentes, vamos evitar o vício da televisão para ver se nós amenizamos um pouco o Alzheimer. Eu atribuo toda essa enormidade de casos de Alzheimer no Brasil e no mundo à origem básica, a televisão. Porque antes de televisão eu não tenho conhecimento, era caducado, o cara caducava, era velhinho, caducava, meu avô, meu bisavô e tudo. Mas, depois temos o Alzheimer e é preciso que se observe. Menos televisão, possível. Noticiário, tudo bem, mas menos televisão possível. Vamos ler, vamos estudar, vamos fazer ginástica, vamos caminhar, vamos viver, porque afinal de contas, a nossa vida é muito importante para os nossos descendentes.

Muito obrigado e espero contar com o convite para outras oportunidades como esta.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado Prof. João. Agora peço para as considerações finais a Profa. Maria Alice Toledo, da universidade de Brasília.

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Bom, eu acho que realmente dado ao tamanho, assim, a quantidade das perguntas e a profundidade, eu acho que seria bem mais interessante a resposta realmente por escrito. Agora, só uma observação, na verdade eu não vejo os alunos pelo menos, da Universidade de Brasília, não interessados, quer dizer não é a visão que a gente tem nessa universidade. Não é a visão deles, não estarem interessados nessa área básica e muito menos na Geriatria. Quer dizer, a procura é cada maior. Agora, eu acredito também que o incentivo para que sejam formados profissionais, também depende do que ele vai conseguir lidar lá na frente. Às vezes a gente vê, por exemplo, o não estímulo, não é porque não gosta de saúde básica ou porque não gosta de Geriatria, mas às vezes a pessoa se vê o que vai ser feito, não existe nenhum esquema, nenhuma... nada que você

pode fazer, você se sente meio atado. Então, acaba que às vezes a procura, ela vai para outra área em função disso, de você se sentir às vezes até atado e preso em relação ao que você pode desenvolver. Mas vamos ver o que a gente pode, na verdade, estar até arrecadando para contribuir para melhorar.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dra. Maria Alice. Com a palavra agora o José Luís Telles, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde.

SR. JOSÉ LUÍS TELLES ALMEIDA: Agradecer a oportunidade de estarmos aqui. Eu acho que a palavra chave aqui foi dita, conexão, conexão no movimento social, conexão dos gestores, conexão aqui do legislativo, a possibilidade de construirmos projetos viáveis, factíveis, exequíveis, para essa sociedade que envelhece rapidamente, onde cada um de nós, de forma diferenciada, tem uma responsabilidade. Nós temos na saúde ainda uma herança que nos coloca esses vazios geográficos, ninguém quer ir para o interior, interior não tem cinema, o interior não tem teatro, o interior não tem a vida cultural que existe nas grandes cidades, nós temos dificuldades imensas de fixar médicos, principalmente especialistas em todas as áreas, no interior. Nós temos dificuldades imensas de estabelecer uma rede com as especialidades, porque nós temos uma herança do INAMPS, onde o INAMPS pagava diretamente a consulta aos especialistas, nós não temos rede estruturada nos estados, muito menos nos municípios, é um processo de construção. Estamos trabalhando o Ministério da Saúde, aí Dra. Elisa, estamos trabalhando com o ideia de construção de redes interligadas, interconectadas nas linhas de cuidado. Então, estamos produzindo linhas de cuidados específicas, mulheres em situação de violência, situações de pré-natal, quer dizer, mulheres gestantes, pessoas idosas com doenças crônicas não degenerativas, e a partir dessa construção da linha de cuidado, visualizar quais são os serviços essenciais.

Mas nós temos que ter claro também, eu acho que essa Comissão, quando discute o envelhecimento, quando discute a saúde da população idosa, deve ser claro que nenhuma política de saúde sozinha, dará conta dos desafios do envelhecimento. E aí a conexão fundamental, é a conexão intersetorial, não só entre os ministérios e aí avançamos. Agora recentemente o Presidente Lula, agora em março, fez um decreto colocando a coordenação da Política Nacional do Idoso, que antes estava no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para, no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos, secretaria essa que tem a sua missão articular as diferentes políticas

no âmbito ministerial, e isso nos coloca numa possibilidade mais tangível de estruturarmos ações políticas e intersetoriais que tenham a população idosa como foco. O Ministério da Saúde tem buscado interlocução pró ativa, não é toa que é um representante que ocupa hoje a presidência do Conselho Nacional de Direito do Idoso, nessa articulação intersetorial.

E temos pregado, Sr. João, pregado, é essa a palavra, junto aos estados, junto aos municípios, essa fundamental articulação entre as diferentes secretarias, para que efetivamente essas políticas possam se comunicar. Que o idoso frágil, que é atendido na Saúde da Família, possa ter no Bolsa Família um suporte para tensão alimentar, que tenha na Farmácia Popular uma das possibilidades de acesso aos medicamentos que eles devem ser garantidos na atenção básica, que possam nas suas instituições de longa permanência, uma biblioteca, estruturada, um ponto de cultura enfim... É possível, e é isso que nós temos que dizer para sociedade. É possível construir políticas saudáveis para todo o ciclo de vida.

Alguns países já deram exemplo, o Brasil tem toda a possibilidade de também dar esse exemplo. Muito obrigado e parabéns a essa Comissão pela pertinência da temática aqui abordada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado Dr. José Telles de Almeida, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde.

Em relação ao cuidador, já coloquei um projeto aqui para incluir o cuidador num amparo, numa lousa, em alguma coisa para ajudar, mas caiu. Eu acho que agora vou começar de novo, vou me meter de novo, porque já está começando a esclarecer essa ideia, porque lá em Roraima, a gente é médico da família, acompanha tudo, e eu sentia um problema quando adoecia uma pessoa na família, um parava de trabalhar para cuidar daquele. E eu acho que o cuidado melhor do idoso é dentro da família mesmo, ele só deve ir para instituição, quando não tiver essas condições. E realmente o idoso também, a gente elabora o futuro da gente quando a gente está vivendo se a gente se dedica bem a família, se dedica a família e tudo, quando a gente ficar idoso, a gente vai ter gente para se dedicar à gente. Eu sofria muito quando eu voltei para trabalhar em Roraima, eu via os idosos no hospital abandonados, a gente ficava assim, até sofria com eles, mais uma Irmã até que já morreu, a Madre Camila, que me chamou e me disse: *“Meu filho, você pode ficar triste, mas não fique sofrendo, ajude o máximo que você puder”*. *“Por que madre?”* Eu disse. *“Porque ele só está aqui jogado e isolado, porque ele nunca teve uma família, nunca cuidou de filho, nunca*

cuidou de nada”, inclusive foi essa Irmã que fundou a Casa dos Idosos no meu estado, [ininteligível] para essas pessoas. Mas nós construímos o nosso futuro, junto com a nossa família com os nossos amigos, com a nossa sociedade.

Eu acredito no SUS, eu sei que as coisas são difíceis e a descentralização do SUS é muito importante, nós descentralizamos bastante, estamos descentralizando, mas estamos errando na conexão, como a Dra. Elisa falou, a referência contra a referência, isso é uma falha muito grande no nosso sistema de saúde. Falha por causa de educação também. Nós na universidade, na faculdade, não somos chamados bem atenção para isso, de que você tem referência, tem que ter contra referência.

E eu acredito também que o Programa de Saúde da Família, se for treinado nessa área, vai melhorar muito a assistência ao idoso.

Então, muito obrigado a todos, eu gostaria de citar a presença do Sr. Paulo de Souza lá do Guará, da D. Marina Grace também, Professora de Atividade Física da Terceira Idade, e da D. Talita Leite, que é assessora técnica do Conselho Federal de Fonoaudiologia.

Muito obrigado a todos, declaro encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 11h59.

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CONJUNTA COM A VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 09 DE JUNHO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e quarenta e três minutos, do dia nove de junho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, EXPEDITO JÚNIOR, ROBERTO CAVALCANTI, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, ROSALBA CIARLINI, EFRAIM MORAIS, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, CÉSAR BORGES, EDUARDO SUPPLY, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP e MARISA SERRANO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata das reuniões anteriores que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos de nº 19 e 40 de 2009

– CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e do Senador Papaléo Paes, com vistas a debater as Políticas Públicas para a Prevenção às Queimaduras e a Reabilitação de Queimados. O Senador convida para comporem a mesa: a Sra. Roberta Maria Leite Costa – Coordenação de Média e Alta Complexidade da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) - Ministério da Saúde; Dr. José Adorno – Coordenador de Cirurgia Plástica da Unidade de Queimados do HRAN; Dr. Flávio Nadruz Novaes – Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras; e a Sra. Ana Aparecida de França e Silva – Presidente da Associação dos Portadores de Sequelas por Queimaduras (APOSEQ). O Presidente esclarece que cada convidado terá quinze minutos para suas exposições com tolerância de dois minutos para conclusão. O Senador Augusto Botelho registra a presença dos senhores Dr. Mário Frattini – Médico do SESI/HRAN, Dr. Leonardo Rodrigues da Cunha – Médico do Hospital de Queimaduras Ltda, Anápolis-GO e Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras, Regional de Goiás, Dr. Francieleide Paes da Silva - Média Cirurgiã Geral e a Sra. Neli Muraki Ishikawa – Técnica do Ministério da Saúde. Fizeram uso da palavra os Senadores Papaléo Paes, Flávio Arns e Rosalba Ciarlini. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, **Eliana Almeida Zamboni R. da Cunha**, Secretária Adjunta da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Augusto Botelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Augusto Botelho**, Presidente da CAS-SAÚDE.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 6ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior da Comissão. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos 19 e 40 de 2009, da CAS, no âmbito do Ciclo de Debates sobre o SUS, 20 anos do SUS, tendo como tema *As Políticas Sociais para a Prevenção às Queimaduras e Reabilitação dos Queimados*.

Os nossos convidados ilustres para... Estão presentes, e convido-os para tomar lugar à Mesa: a Sra. Roberta Maria Leite Costa, da Coordenação de Queimados do Ministério da Saúde; a Sra. Ana Aparecida de França e Silva, Presidente da Associação dos Portadores de Sequelas em Queimaduras, APOSEQ; o Dr. Flávio Nadruz Novaes, Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras; o Dr. José Adorno, Chefe de Cirurgia Plástica da Unidade de Queimados do HRAN.

Esclareço que cada convidado terá quinze minutos para a sua exposição, com dois minutos de tolerância. Logo após as exposições, abriremos a palavra para as Sras. e Srs. Senadores, para os seus questionamentos. A lista de inscrição já está aberta.

Com a palavra a Dra. Ana Aparecida de França, Presidente da Associação dos Portadores de Sequelas por Queimaduras, da APOSEQ.

SRA. ANA APARECIDA DE FRANÇA E SILVA:

Bom dia a todos--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A campainha toca automaticamente quando faltar um minuto para terminar.

SRA. ANA APARECIDA DE FRANÇA E SILVA:

Obrigada. Primeiro, eu gostaria de fazer uma ressalva, eu não sou doutora, eu sou professora, e faço um trabalho voluntário junto aos portadores de necessidades... Ô, desculpa, os portadores de sequelas em queimaduras, aqui em Brasília.

Eu elenquei alguns pontos que eu gostaria de colocar, até representando os sequelados, para melhor elucidar a minha fala.

Então, existe hoje no país, não são números, assim, que eu posso precisar, mas cerca de um milhão de pessoas queimadas. Nesse contexto a gente coloca todas as queimaduras. Desde as mais leves até as mais graves. Então, é um número bastante grande, elevado, assusta, mas acontece em nosso país.

E, nesse contexto, nós temos como grande vilão os acidentes domésticos e, em especial, os causados com álcool. E seguido deles, também os acidentes causados por acidentes de trabalho, acidentes de carro, também, nós temos alguns, mas a grande maioria mesmo são os acidentes domésticos.

Dentre as dificuldades do sequelado em queimaduras, eu elenquei as dificuldades de acesso ao tratamento. Existem muitas unidades de queimados no país, mas nem todas as regiões do país contemplam o tratamento de queimados. Então, existe cerca de 18 estados que atendem à demanda de queimados e esse atendimento está distribuído entre a rede particular estadual e também no âmbito federal e o que leva as

peessoas das regiões onde não tem esse atendimento a ter que buscar em outros estados.

Então, principalmente, a região norte, o Amazonas, o Acre, então... O Tocantins... Essas regiões não têm unidade de queimados. Então, o que faz com que essas pessoas procurem em outras localidades, como, no caso, Brasília, mais próxima dessas regiões, a gente acaba recebendo um número mais acentuado dessas pessoas aqui, que vem em busca do tratamento.

Um outro ponto, também, que eu elenquei foi a questão de melhorar e implementar o sistema de saúde pública, tendo em vista melhorar e atender a demanda de cirurgias reparadoras, assistência social, o apoio em medicamentos, o apoio psicológico e fisioterapêutico.

Como não existem tantas unidades de queimados, como eu citei, e não existem também, assim, muitos profissionais que estão para atender essas pessoas, dificulta no caso a... O acesso do paciente nas cirurgias reparadoras. Eu acredito que depois o Dr. Mário e o Dr. Flávio vão elucidar melhor isso, que são da área técnica, são especializados nisso.

E outra dificuldade que o sequelado em queimadura também enfrenta é em dar continuidade ao tratamento de reabilitação. Esse tratamento de reabilitação, que acontece no ambulatório, depois que ele ganha a alta da unidade de queimados, ele passa por um processo bastante demorado de tratamento e aí entram as dificuldades dele.

A grande maioria dos sequelados em queimaduras são pessoas carentes e tem que se deslocar das suas... Dos seus locais de moradia para um lugar mais longe, para fazer o seu tratamento.

Então, eles encontram dificuldade no transporte, porque é uma rotina bastante puxada no decorrer da semana, cerca de três vezes na semana ele tem que retornar ao hospital para fazer o tratamento que compreende a troca de curativos, a fisioterapia, o tratamento psicológico e também os retornos com o cirurgião plástico.

E esse ir e vir para ele é bastante difícil, tendo em vista que ele, sendo uma pessoa carente, ele não tem como bancar o seu ir e vir com passagens de ônibus, até porque os mesmos têm que vir acompanhados de um familiar, que eles estão impossibilitados de se locomover sozinhos.

Outra dificuldade aqui também na questão da reabilitação é o acesso ao medicamento. Então, o sequelado em queimadura, ele passa por uma rotina de uso de óleo hidratante mineral, que é bastante caro, o uso do filtro de proteção solar e a questão da malha de compressão, que é um dos itens mais caros do tratamento.

Então, isso ainda não está disponível de forma, assim, fácil para o sequelado. Essa é uma das maiores dificuldades que a gente enfrenta hoje. A outra... E também mais grave, a gente pode elucidar isso nos relatos dos próprios sequelados, é a inserção social dele, seja na escola, na sociedade ou no mercado de trabalho.

Por que isso acontece? Devido ao preconceito em relação a sequelas. Então nós temos casos de sequelados que foram fazer refeições em restaurantes e se depararam com o fato de pessoas que saíram do local porque não estavam suportando conviver com uma pessoa que tivesse uma marca tão visível.

E recente, nós temos também, um dos sequelados que está aqui presente, o Juarez, ele está enfrentando dificuldades de trabalho, de reinserção no mercado de trabalho dada às sequelas que ele ficou, que são bastante visíveis.

Então, a sociedade ela tem se preparado para aceitar, para incluir as pessoas. Mas o sequelado em queimadura, ele sofre isso de forma mais pontual.

Depois vou falar um pouquinho da lei.

A questão... Uma outra coisa que nós entendemos que precisa ser melhorado, tendo em vista o grande número de pessoas sequeladas no país, é intensificar as campanhas de prevenção. Eu acho que esse sentido nós podemos contar com o apoio de todos os senhores. Essas campanhas teriam que ser campanhas educativas mesmo, no âmbito do próprio país.

Então, não adianta a gente só fazer um trabalho de formiguinha, essa ação tem que acontecer de forma mais macro pra que a gente possa minimizar esse número aí de pessoas com sequelas em queimaduras.

Então, as pessoas geralmente elas se queimam muito na época dos festejos juninos, então por isso que seria necessário a gente intensificar essas campanhas. Na época do frio, porque improvisam aquecedores com álcool, pessoas que estão em condições de risco, morando em barracos que não tem energia elétrica, elas improvisam a iluminação com velas, o que leva a acidentes de queimar a casa e automaticamente as pessoas...

Um outro item também... A segurança da rede elétrica, a segurança no trabalho e também a questão dos fogos de artifícios, que nessa época do ano as pessoas acabam se excedendo e que traz muita gente para o hospital.

Eu coloquei um item também, da adequação da lei, da legislação. Então, nós sabemos, assim, todos nós temos direitos. E cabe a nós um questionamento: por que será que ainda hoje o sequelado em queimadura tem que passar por esse constrangimento?

Ele não tem os mesmos direitos que uma pessoa portadora de necessidade especial, porém, para a sociedade ele é uma pessoa que é renegada, porque ele tem uma marca física visível. Então, para o mercado de trabalho ele não serve. Ninguém vai querer dar um trabalho para uma recepcionista que tem uma seque-la visível no rosto. Então, quem vive essa história de perto sabe o quanto que isso é verdadeiro.

Como eu citei, a sociedade, ela tem buscado formas de inclusão, mas o sequelado em queimadura, ele não é contemplado ainda nessa... Nessa inclusão. Então, a gente sabe que o art. 23, ele prevê sobre o acesso de... À saúde, a Lei 7.853, de 89, ela dispõe sobre o apoio aos PNEs, que é os portadores de necessidades especiais. Então, ele... A lei ela veda qualquer tipo de discriminação nos salários, cria critérios de admissão do portador de necessidade especial no mercado de trabalho, garantindo reserva de vaga nos concursos públicos e até garante a distribuição de remédios. Isso tudo está assegurado através da própria Constituição Federal.

Então, um dos nossos anseios aqui, enquanto representante dos sequelados em queimaduras, é isso: por que o sequelado em queimadura ainda não é contemplado nessas leis? Porque para ele conseguir um benefício, ele tem que comprovar que ele é um deficiente físico, ou um portador de necessidade especial, que também depois eu acredito que o Dr. Adorno vai elucidar melhor a questão das sequelas.

Só que deixo registrado isso: por que que a gente ainda não conseguiu? E eu acredito que hoje, a gente possa, assim, dar passos para que a gente possa conseguir algumas ações mediante a isso, para ter assegurado também o direito do sequelado e a inserção dele de forma mais cidadã.

Então, é isso que eu gostaria de deixar registrado. Eu acredito que todos os sequelados que estão aqui já sofreram essa discriminação, esse preconceito. Então, quem não sofreu enquanto sequelado, sofreu enquanto mãe. Quando você tem que... Tanto que quando a criança queimada, ela tem que retornar ao ambiente escolar, ela sofre muito, porque ela passou a ter uma nova fisionomia, ela tem marcas e a sociedade, infelizmente, ainda não está preparada para lidar com isso.

Embora a gente tenha esse número grande de portadores de sequelas de queimaduras, então a sociedade ainda não está preparada para melhor assisti-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, D. Ana Aparecida França.

Eu gostaria de falar com os convidados, que essas palestras aqui serão depois compiladas num rela-

tório, cujo relator é o Senador Papaléo Paes, que está aqui presente, que é o Vice-Presidente da Comissão de Saúde, e nós temos também o nosso assessor do Senado na área de saúde, Dr. Romero, que está ali tomando as devidas anotações, que vai ajudar o Papaléo na elaboração do relatório.

O Senador Valdir Raupp é de Rondônia e o Senador Paulo Paim é do Rio Grande do Sul, são dois Senadores que também são grandes interessados na área social e na área de saúde. Papaléo e eu somos médicos, somos obrigados a ficar e temos interesse, naturalmente, pela profissão. Mas esses dois são dois que contribuem muito com a gente nas ações de saúde aqui e mais outros senadores que não estão aqui presentes.

Esse um milhão e 600 mil são pessoas--

SRA. ANA APARECIDA DE FRANÇA E SILVA: Não... Um milhão.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Um milhão... Há um milhão e seiscentas...

SRA. ANA APARECIDA DE FRANÇA E SILVA: Cerca.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Há cerca de um milhão, com sequelas de queimadura ou de acidentes de queimados por ano?

SRA. ANA APARECIDA DE FRANÇA E SILVA: Não. Esses dados, assim, como eu te falei, eu não posso precisar esse número. Depois o Dr. Flávio vai elucidar melhor, vai complementar essa fala. Então, assim, há dados que cerca de um milhão de pessoas sofrem queimaduras no país. Só que esse dado, assim, não são todos queimaduras graves, são todos os acidentes, desde uma queimadura com ferro de passar até as queimaduras mais graves.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ok.

SRA. ANA APARECIDA DE FRANÇA E SILVA: Mas existe um número grande de pessoas que são queimadas, sofrem queimaduras no país. Nem todas, claro, deixam sequelas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado.

Agora é o Dr. Flávio Nadrusz Novaes, Presidente da Sociedade Brasileira de queimaduras. O senhor tem 15 minutos. A campainha não tocou hoje? Está bom, está Ok.

SR. FLÁVIO NADRUZ NOVAES: Excelentíssimos Srs. Senadores, bom dia. É uma honra estar aqui no dia de hoje tendo essa oportunidade.

O mote daquilo que vou falar, do ponto de vista didático, seguramente não teríamos a fala da profes-

sora Ana se tivéssemos feito a prevenção das queimaduras.

O segundo tópico que vou procurar ser lógico na minha apresentação é a colocação de que nós não temos que criar leis de proibição, mas sim criarmos leis à prevenção, ao estímulo às campanhas e a educação para que elas não ocorram.

Primeiro, por favor.

Então, assim, alguns conceitos. Primeiro, de que queimadura não é acidente, ela pode ser prevenida em quase a sua totalidade.

Tem um *pointer* aqui, muito obrigado.

Aquilo que referencia este um milhão apresentado pela professora Ana, isso vem da literatura médica num livro de Maria Cristina Serra e Dino Gomes, um livro de mais de 10 anos, que se chama *Queimaduras*, aonde há essa colocação, na forma que ela disse, não de internações, mas em todos os níveis e certamente esse é um número muito aproximado.

Segundo, o que nos rege hoje, do ponto de vista de atendimento, são as Portarias 1.273 e 1.274 do Ministério da Saúde, do ano de 2000, que normatiza os serviços de queimadura classificando-se como alta complexidade, também cuja abordagem ela leva a pensar nessa distribuição geográfica.

O que eu quero aqui também colocar em relação à Dra. Roberta é que hoje há uma forma muito harmônica e muito sinérgica de produzir resultados entre o Ministério da Saúde, entre a sociedade brasileira de queimaduras, onde esta interlocução está permanentemente aberta, de forma a nós podermos construir juntos um modelo bastante saudável, bastante democrático dessa assistência e então essa possibilidade nos foi oferecida.

Política de prevenção das queimaduras, do ponto de vista público, nos faltam bastante, com campanhas ou ausência que seja do meu conhecimento, de prevenção a nível nacional nunca realizadas.

Seguinte, por favor.

O que acontece hoje no serviço do qual eu sou coordenador, numa cidade a 143 quilômetros da Capital do Estado de São Paulo, da cidade de São Paulo, que se chama Limeira. Entre o dia 1º de janeiro e 30 de maio, nós tivemos 141 internações e o número total de dias eram 151. Ou seja, nós tivemos 0,93 internações/dia, praticamente uma internação por dia no nosso serviço. Dessas internações, 29, ou seja, 19,21%, praticamente 20%, das internações eram crianças menores de 12 anos. Dessas 29, 11 álcool líquido, 38%, e 18 por líquido aquecido, 62%.

Quero destacar que dessas crianças duas tinham menos de um ano. Qualquer outro agente foi zero. Considerando, então que, vamos lá, o raciocínio, qua-

se 20%, isso no meu serviço, quer dizer, este que eu tenho o dado fidedigno, 20% tem menos de 12 anos e dentro desses agentes eu gostaria de dizer que nós poderíamos já ter diminuído 20% dessas internações, haja vista, como disse, nenhum outro agente queimou essas crianças senão líquido aquecido e inflamável, e este inflamável era o álcool líquido.

Seguinte, por favor.

Estes somos nós: a caneta ali não é um esquecimento, mas é um parâmetro de comparação de tamanho. Eu pessoalmente fiz essas fotografias há dois anos, em Aracaju, onde existe uma feira de fogos de artifício; aquela da esquerda permite inclusive que seja soltada dentro da água. Isso está livremente lá, pelo menos há dois anos, foi quando eu fiz essas fotos lá.

Então, precisamos prevenir, precisamos que haja legislação para o limite disso ou qualquer outra, haja vista o aumento no Nordeste, no Estado de São Paulo, isto não me parece significativo, dos acidentes que provocam queimaduras e grandes mutilações por conta das festas juninas.

O Seguinte.

O que nós temos hoje do ponto de vista da sociedade? O Dia Nacional do queimado, dia 6 de junho, foi sábado passado, instituído em 1919 pelo Senador Lúcio Alcântara, do Ceará. Todas as iniciativas que tangem ações de comemoração do Dia Nacional do Queimado partem das regionais, da Sociedade Brasileira de Queimaduras e, progressivamente, felizmente temos tido bastante adesão e isto tem crescido, tem tido apoio da mídia a divulgação e sempre que a gente fala a gente acaba indiretamente já prevenindo as queimaduras.

Seguinte.

Algumas propostas: o Projeto de Lei 117/2009 que institui a semana de prevenção às queimaduras, do Deputado Estadual Jonas Donizette, do PSB São Paulo; o Projeto de Lei 659/2002 que tange a regulamentação, a comercialização do álcool líquido, proposta da Deputada Estadual Maria Lúcia Prandi, do PT de São Paulo, segundo informações está para sanção do Sr. Governador do Estado, Sr. José Serra; e o projeto 692/2007 que restringe a venda do álcool líquido, do Senador Antônio Valadares, do PSB do Ceará, que está em trâmite agora neste momento aí aqui a nível federal. É o único, e eu por isso coloquei em destaque, seja do nosso conhecimento.

Mais um, por favor.

Estas algumas iniciativas. Os dois primeiros são cartazes feitos pela Sociedade Brasileira de Queimaduras, um de 2008, o do meio de 2009, para comemorar o dia, isto a gente disponibiliza. A nossa Sociedade precisa se destacar aqui, a Sociedade Brasileira de

Queimaduras, em número, é a terceira do mundo. A primeira está nos Estados Unidos, a segunda no Japão, a terceira é a brasileira.

A Sociedade Brasileira de Queimaduras, diferentemente do que alguns dizem, ser pequena, ela é grande. Ela é muito maior do que a do Canadá, França, Inglaterra, Espanha, Itália e países desenvolvidos.

O da direita é uma campanha feita no Estado do Ceará, *Queimadura Também Marca para o Resto da Vida*, foi uma campanha feita no início da virada do milênio, ano 2000, com uma grande repercussão. Enquanto essa campanha foi praticada na sua fase de impacto, houve uma sensível redução dos casos com visitas a domicílio, cartilhas e tudo mais.

No ano de 2008, o Maurício de Souza fez o lançamento, no Estado de Minas Gerais, junto com o Governador Aécio Neves, daquele gibizinho, cuja proposta era, em dois anos, serem distribuídos 10 milhões de cartilhas. No Estado de São Paulo, a proposta é que seja distribuída uma cartilha a cada aluno do ensino fundamental, e que isto chega a uma casa dos dois milhões no Estado.

Então, esta iniciativa é muito didática e, inclusive, obriga a criança, na sua leitura, consultar os pais quanto aos passatempos que contem e temos também essa disponibilidade, como falei aos senhores, todas essas iniciativas privadas e torcemos pelas iniciativas públicas. Se somos exemplo no mundo a redução da AIDS, sem dúvida nenhuma é porque nós brasileiros fizemos isso com muita competência e continuamente mantemos essa lembrança. Antes de carnaval, de festas e tudo.

Então, este paralelo que eu trato onde se tornou líder, é isso que nós gostaríamos enquanto pessoas participantes na nossa sociedade que nós conseguíssemos também essa drástica redução a partir das campanhas.

Seguinte, por favor: sequela. Que aquilo que a professora Ana falou. Quanto custa tratar uma sequela? É só operar? Não, não é. Quer dizer, quanto tempo dura este tratamento? É só cirurgia auto-hospitalar? Também não é. Qual o custo à família com transporte, com tudo, como ela muito bem colocou? Qual o custo da redução de capacidade laborativa? Qual o custo previdenciário, haja vista que muitos desses pacientes adultos superam um ano ou dois anos até retornarem à sua capacidade de trabalho normal. Qual o custo de reinserção social? Quer dizer, são perguntas das quais eu pessoalmente estou procurando respostas.

Qual o custo a todo e qualquer processo de humanização, dentro de sequelas tão graves como estas duas que a gente coloca aqui? Quer dizer, aquela criança, ela não consegue andar; aquela paciente, cuja

face, obviamente, por motivos também sabidos, está tapado, não eleva seu braços e tem uma deformidade bastante acentuada.

Então, são perguntas que nós devemos nos fazer para que possamos evitar talvez todas essas questões que são muito elevadas e trazer com isso, então, a redução às queimaduras a partir da prevenção.

Seguinte.

Concluindo, então. Nossa proposta de promover campanhas de prevenção, promover pesquisa, a nível acadêmico, no tratamento, nas queimaduras, na forma de prevenir, promover cursos de capacitação, uma parte disso a Sociedade Brasileira de Queimaduras tem se proposto a realizar, a partir de um curso que se chama Curso Nacional de Normatização de Atendimento ao Queimado, promover a adequação dos ambientes, evitando então o grande perigo que a cozinha representa nestas crianças com líquidos aquecidos, promover eventos como esse que possam formar opinião a favor de prevenção e lembrar aqui, destacado, que inclusive uma das discussões até de inserção de tecnologia, o Supremo Tribunal Federal, na presença do Sr. Presidente, o Ministro Gilmar Mendes tem procurado tratar no âmbito de todo do SUS, não só das queimaduras, mas aonde também procuramos fazer com que essa inserção não seja visto como aumento, mas sim de redução de custo, como forma de nós reinserirmos esse paciente o mais rapidamente. E a nossa imaginação talvez permita tantas outras ações que culminem, então, com esta prevenção.

O último, por favor.

Para que a gente tenha boas visões como esta. Muito obrigado, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BO-TELHO (PT-RR): A jato. Dr. Flávio Nadruz falou rápido, mas deixou bem claro que nós precisamos educar as pessoas e a nação brasileira, o Governo tem que entrar mais um pouco nisso, não só o Governo, as pessoas também, os estados e os municípios.

A nossa Presidente esteve aqui presente mas vai fazer uma votação... É obrigada a votar na Comissão, depois ela volta para cá. O próximo é o Dr. José Adorno, Chefe da Cirurgia Plástica do HRAN. Vai fazer também uma exposição.

SR. JOSÉ ADORNO: Bom dia a todos. Agradeço o convite, então, e a oportunidade de estarmos aqui falando sobre um problema que já nos acomete e já vivenciamos isso há muitos anos, por trabalharmos com queimadura.

Então, quando... O propósito aqui é definir exatamente qual o grau de deficiência, então, que nós estamos falando do paciente queimado. Quando então uma cicatriz é uma deficiência física? Isso são algumas

frases do... No meu ambulatório, do tratamento, que nós... Quem trata queimadura frequentemente ouve: “É o pior trauma ao qual o ser humano pode sobreviver.” “Não há tratamento sem dor”, “As cicatrizes são para sempre”, “Prefiro morrer”, “Ele não quer mais ir para a escola”, “Não tinha dinheiro para o ônibus”, “Não consigo emprego”, “Me ajuda a aposentar, doutor”, “Doutor, vai ficar uma marca? Vai ficar uma cicatriz feia?” Ou simplesmente aqueles que menos falam, um olhar baixo, triste e desesperançoso.

Esse *slide*, ele é antigo. Propositadamente, quando eu comecei a falar de queimaduras em reuniões e tudo mais, mas ele me serve hoje para fazer um *check-list* do que nós melhoramos. A queimadura continua tendo um alto custo psicossocial. Paciente, família e sociedade, todos sofrem. A morbidade ou a morbilidade da Organização Mundial de Saúde é cerca de uma pessoa em cada grupo de 200 há de se queimar. Eu acredito que isso melhora ou piora, conforme os índices de educação da população. O tratamento é sempre caro. A reabilitação prolongada. O peso socioeconômico é muito grande, porque ele atinge especialmente crianças e adultos jovens.

Uma falta de política pública de reabilitação e prevenção. Talvez melhoramos bastante no Centro de Queimado nos últimos anos, através do Ministério da Saúde, de uma atuação permanente da Sociedade Brasileira de Queimaduras, mas essas duas pontas da prevenção, como bem falou o Dr. Flávio, e reabilitação, elas ainda estão necessitando de uma intensidade maior de ação.

Recursos Humanos também é muito difícil em queimadura, visto que não são todos que querem trabalhar com esse tipo de paciente. E o banco de dados do nosso país, nós podemos ver que temos melhorado bastante. Já temos informações hoje que nós não tínhamos há 10 anos atrás.

Mas nós temos que conviver com esse tipo de coisa, ainda. Uma adição perversa da utilização livre do álcool no nosso país, com o tratamento negligenciado, seja por falta de informação, seja por falta de dificuldade de acesso a serviços credenciados ou pessoas especialistas para que impedisse que essa criança que se queimou com menos de cinco anos idade, evoluísse dessa forma trágica com retrações completamente incapacitantes e deformantes.

A dor, ela começa exatamente no início do tratamento. Aliás, no início do acidente. E ela acompanha o paciente queimado ao longo de todo o seu tratamento até a sua própria marginalização da sociedade, como bem a professora Ana já colocou alguns exemplos.

A procedência para muitos centros, ela é dificultada. Veja que aqui, em Brasília, por exemplo, nós

temos uma procedência de vários outros Estados, de Minas Gerais, Bahia, Tocantins, exatamente por aquilo que a Ana falou que é a dificuldade de acesso que as pessoas têm a serviço de tratamento de queimado por centros especializados.

A dor acontece durante os procedimentos, para cirurgias de enxerto, a dor acontece pela fisioterapia, que tem que existir desde o tratamento enquanto o paciente está internado, ele não quer levantar, não quer mexer em nada porque tudo dói. Mas os profissionais são obrigados a motivá-los a fazer com que eles evitem sequelas maiores. Mais fisioterapia. É fisioterapia o tempo inteiro, e toda ela dolorosa do início ao fim.

Quando ele se vê de alta, ele se vê numa situação dessas, com cicatrizes extensas, essa aqui é uma cicatriz bem recente, de um paciente que ainda está numa fase inicial, então ele tem que ter uma preocupação, cuidados com alimentação, cuidados com o sol, a hidratação permanente da pele, fisioterapia, o psicólogo, o médico, a malha compressiva, muitas idas e vindas ao centro de tratamento de queimados, o paciente tem que estar aderido ao centro de serviço de queimados, ao serviço de queimados, porque ele não pode ser tratado em qualquer serviço que não seja especializado. E várias outras necessidades gerais que o paciente tem da sua vida social.

As malhas compressivas, como bem a professora Ana colocou, ele é um item muito caro, e tem que ser usado de um a dois anos, utilizado precocemente, e nós temos dificuldades, muitos serviços têm dificuldade para conseguir malha gratuitamente para que seus pacientes não tenham a evolução das sequelas. Mas cadê a malha? Nem sempre a malha chega exatamente no ponto, na hora exata. Ou seja, dois meses depois que ele recebe uma alta, tem que acompanhar, ele precisa de uma malha instalada para evitar esse tipo de sequela que gera a hipertrofia, um aumento da cicatriz muito grande.

A ida e vinda, nós estamos falando de uma classe economicamente menos privilegiada. Ir e vir para o centro de queimado exige custo com transporte. E nem sempre ele tem direito ao passe livre. Que seja na época do tratamento, não digo para sempre, mas pelo menos para facilitar a ida dele ao centro de tratamento de queimados, o que dificulta exatamente o tratamento e o acompanhamento do paciente.

Problemas com trabalho, muitas vezes são pacientes então que são... Perdem seus empregos, tem a dificuldade de recolocação. A criança, ela sofre uma discriminação na escola, onde ele deixa de frequentar a escola porque a escola não está capacitada e prepara para recebê-lo e orientar essa criança e o grupo todo de inserção na escola para que ele não deixe de

frequentar a escola. Isso é muito comum nos ambulatórios.

Isso é retrato de que houve aqui um atendimento agudo, nós estamos vendo os enxertos, ou seja, a ferida foi coberta. Mas o acompanhamento não houve. Não teve malha, não teve tratamento das cicatrizes. Os motivos: faltou centro de referência para ele se tratar? O problema foi financeiro? O problema foi desinformação? Ele não aderiu ao tratamento ou foi isso tudo junto? O que permitiu com que ele evoluísse tão mal assim?

As retrações começam a se instalar, os pacientes começam a ficar com quadro de deficiência física grave. As crianças sempre representam um grupo grande, como o Dr. Flávio já colocou, de cerca de 30 a 50% dos pacientes nos mais diferentes serviços, o grupo pertence ao grupo das crianças. É a vítima mais frequente das queimaduras.

As cirurgias, a partir daí, do momento que ele tem sequelas, são imensamente procuradas. Nós temos uma fila muito maior do que nós podemos atender. Todos os serviços são assim.

Para retirar suas cicatrizes, para melhorar sua aparência, para melhorar a funcionalidade, como essa criança aqui, queimaduras extensas atingindo todo o corpo, e que requer cuidado para o resto da vida. Outras, para melhorar ainda mais as retrações que ela quer ficar livre, alguém pode olhar... Bom, não melhorou muito. Não, melhorou... Pelo menos deu um contorno anatômico para a formação da mama, que ela nunca teve desde criança e tudo mais. Então, as cirurgias... Cicatrizes incapacitantes, que dificultam a movimentação. Mais cicatrizes incapacitantes, que deixou esse paciente 34 anos com o braço preso no tórax.

Cicatrizes estigmatizante. Aqui tem um problema muito sério: são as queimaduras de face. Elas podem variar em grau de intensidade maior e menor, mas elas marginalizam, elas estigmatizam, dificultam muito o acesso e a convivência do queimado com o seu grupo social, seja no trabalho, na escola... Enfim, qualquer grupo social que ele esteja inquerido, inserido.

Nas mais diferentes formas... Uma criança que se... Já se recusava ir à escola por causa da cicatriz de face e era motivo de... Ou seja, ele não foi inserido de volta na sua escola. Ele simplesmente tratou, recebeu alta, e fez o seu tratamento, mas ele não foi inserido na escola, não teve uma... A escola não teve capacidade de recebê-lo para que ele descontinuasse seu estudo.

Mais cicatrizes de face, elas sempre estigmatizam muito e eles procuram muito a resolução do problema, a melhoria. Mas lógico que isso não passa só por cirurgias. Isso depende de todo um processo de

reinserção, com tratamento psicológico, com acompanhamento na escola...

Enfim. Mais cicatrizes de face. Queimaduras extensas atingindo todo o corpo. Ela está com uma cicatriz muito boa do ponto de vista anatômico. Mas isso é uma pele que vai requerer cuidado para o resto da vida, porque sempre vai ser uma pele desidratada, ressecada, uma pele difícil de conduzir, de ela ter a vida toda cuidada com a alimentação, com o sol.

Mas funcionalmente ela está bem. Então, a queimadura passa por uma fase de reabilitação física, desde a fase psicossocial, vocacional, desde a fase adulta até a fase de ressocialização.

Na fase aguda, sobrevida e necessidades físicas. É o confinamento do paciente queimado à unidade de queimado. Na fase intermediária, adaptação hospital e necessidades psicossociais a curto prazo. Deixou a família, deixou todos os seus problemas... Enfim, deixou todo o seu trabalho, a sua vida para ficar internado por um tempo muito prolongado.

E a fase de recuperação que é o retorno ao mundo exterior. Isso é muito difícil. Para quem acompanha os pacientes, eles têm uma dificuldade muito grande, é natural que tenham, porque voltam com uma série de deficiências.

As necessidades psicossociais a longo prazo. E são realmente a muito longo prazo. Eu trato queimaduras, exclusivamente queimaduras, há 15 anos e eu tenho pacientes que comecei a tratar quando eram crianças ou adolescentes, hoje são adultos, porque eles necessitam do serviço de queimado, do apoio do serviço de queimado durante muito tempo.

Então a fase de ressocialização, reintegração à sociedade e reabilitação emocional, social e vocacional. Existem muitas leis, muitas. Começamos lá em 89, depois viemos aqui para a regulamentação do tipo de deficiência física, é nesse ponto aqui que eu vou... Eu vou discutir mais com vocês, e uma série de benefícios que vêm em função da lei do deficiente físico e a sua caracterização.

O Decreto 3.298, dezembro de 99, considera como deficiência física: *"Deficiência física, alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando comprometimento da função física, apresentando sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia", eu vou fazer questão de ler todos para vocês porque, para ver que não está incluído, "triplegia, triparresia, miplegia, miparesia, ostomia, amputação, ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para desempenho de suas funções."*

Aqui, automaticamente, o queimado ficou excluído da lei de deficiência física.

Esse paciente, por várias vezes ele está aqui na audiência inclusive já voltou onde eu preencho, está aqui minha assinatura, está aqui os códigos que diz a ele que ele é portador de queimaduras. Pronto, ele é deficiência física. Mas lá atrás, aqui você... Aqui está escrito aquela lei que eu li para vocês. Com detalhes. Então ele volta de novo porque não consegue.

Então, ele não consegue emprego, ele não consegue andar, ele não consegue... Enfim. Ele está excluído da sociedade, nesse amparo legal, nesse amparo...

Mais cicatrizes de uma paciente que se queimou no restaurante e pronto; Uma cicatriz extensa que requer que ela tenha cuidado com essa cicatriz durante muitos anos. Ela vai sofrer durante muitos anos e não vai deixar de acompanhar. Então, ela tem que ser reabilitada, ela tem que ser readaptada ao trabalho... Isso não é fácil. Pronto.

Três moças felizes que eu comecei a tratar, que nós começamos a tratar, a unidade de queimados, muito novas. Podemos dizer que elas estão reabilitadas, não conseguem, muitas delas não conseguem emprego. Essa tem vários cursos, inclusive de línguas. Não consegue emprego. Outras, muito sorridentes e felizes, que já aprenderam a conviver com seu sofrimento, mas não teria nem motivo para estar tão felizes. Elas dificilmente conseguem uma reinserção no mercado.

Então, nós buscamos aqui uma promoção da igualdade, direitos, respeito à dignidade, combater preconceito e discriminações, inclusão social, sociedade justa e humana, corrigindo situações de desigualdade através da promoção do debate. Não está ainda no debate a deficiência física do paciente queimado.

Na Constituição reverbera esse tipo de colocação, Estado e a sociedade tem o dever de favorecer condições ao pleno exercício dos direitos individuais e sociais e sua efetiva integração nacional. Existem vários benefícios aos portadores de deficiência física: direito ao trabalho, ao passe livre, educação, saúde, acessibilidade e isenções fiscais.

Direito ao trabalho, está dito, estabelece a reserva de vagas nas empresas, obrigações... De 100 ou mais funcionários. Isso é uma lei.

Direito ao passe livre, conhecida como a lei do passe livre. Prevê que toda pessoa com deficiência tem direito ao transporte coletivo interestadual gratuito e que cabe a cada Estado e Município legislar em benefício.

Direito à educação. Haverá quando necessário serviço de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades da cliente da educação especial e que o atendimento à educação será feito

em classe, escola, serviço especializado, enfim, para que ampare o paciente com necessidades especiais na escola.

Direito à saúde, direito à acessibilidade, direito a isenções fiscais e financiamento. Isso beneficia o deficiente.

A proposta é, que nós trazemos, adoção e definições de parâmetros, classificação dos diversos tipos de lesão a serem consideradas [soa a campainha], estou terminando, a serem consideradas quando da realização de perícias por parte da equipe multidisciplinar a ser constituída. A concessão e/ou extensão de benefícios específicos após perícia a ser realizado por profissionais especializados, médico, fisioterapeuta, psicólogo, incluindo dentre outros os temas saúde, educação, trabalho, meios de transporte, fiscais e financiamentos.

Tirar o queimado por trás, que existe por trás da sua cicatriz e olhando o mundo, como se fosse uma coisa externa e trazer ele para exercício da sua cidadania e seus direitos efetivos.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): Muito obrigado, Dr. José Adorno. Gostaria de registrar a presença do Senador Flávio Arns também que é outro ativo nas Comissão de Assuntos Sociais e a presença do Dr. Mauro Sérgio de Souza, técnico do seguro social, Francilene Paes e Silva, médica cirurgiã-geral voluntária, Leonardo Rodrigues Cunha, médico, Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras, regional Goiás, Dr. Mário Frattini, médico do Distrito Federal, do HRAN e a Sra. Neli [ininteligível], técnica do Ministério da Saúde, estão presentes aqui também e alguns pacientes também, portadores de sequelas de queimadura.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): Pois não, Sr. Presidente... Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só me desculpando porque eu cheguei atrasado e já me desculpando depois que às 11h00 eu presido a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas eu vou depois ver todas as exposições, as perguntas e as discussões que, porventura, ocorrerem.

Eu só quero antecipar, só para dizer para o José, Dr. José Adorno, de que nós temos, inclusive nesta Comissão, uma subcomissão para assuntos para a pessoa com deficiência. E eu tenho o prazer inclusive de presidir e o Senador Eduardo Azeredo vice-presidir, e que pode junto com a Comissão presidida pelo Sena-

dor Augusto Botelho, que é esta aqui da Subcomissão de Saúde, pensarmos no Decreto 3.298.

Então, apreciaríamos receber uma contribuição para ver quem que poderia ser incluído, e aí nós conversarmos sobre este assunto para aprofundarmos para que se ele estiver incluído no Decreto, ou na lei, porque nós fizemos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, eu até relatei, não incluimos. Mas eu acho que deve ser incluído. Só sabendo os critérios e tudo isso. Porque se estiver incluído, aí a pessoa terá direito a todos os outros benefícios mencionados pelo senhor, em termos de saúde, de emprego, passe livre, isenções e tal. O importante é a pessoa estar inserida dentro das definições que procuram dizer quem são as pessoas com deficiência.

E ao mesmo tempo, naturalmente, a gente sempre tem que tomar um cuidado, porque é muito importante hoje em dia esse debate porque a pessoa diz: "Não, eu quero fazer o concurso público e estar incluído na reserva de vagas específicas para a pessoa com deficiência." Então, ela tem que ser considerada na Legislação, por enquanto não existe uma lei que diga quem são as pessoas com deficiência, existe só o Decreto que regulamenta a lei, que foi mencionado pelo senhor.

Mas, de qualquer forma, o que eu quero dizer é que nós estamos à disposição, acho da minha parte extremamente justo, necessário e importante, e vamos pensar juntos então como alterar o que existe, para que essa população seja beneficiada também.

SR. JOSÉ ADORNO: Eu agradeço a colocação. O paciente queimado, o único que é incluído até agora é aquele que tem amputação. Então, o que nós temos que discutir, os parâmetros, e eu concordo com V. Exa., é que realmente existe as coisas abusivas. E eu frequentemente vejo isso na minha vivência diária. Então, há de se criar esses parâmetros para que seja incluído.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Flávio, realmente, naquela lei, tem um item que exceptua as pessoas com deformidades estéticas. Nós temos que justamente, juntamente com a sociedade brasileira de queimados, que já deve ter alguma idéia... De propor para incluir quais são os tipos de queimados que vão ser considerados como portadores de necessidades especiais.

E isso é uma coisa que a gente pode fazer aqui e começar a andar e correr com essa... Com essa... Aqui e na Câmara também, Senador Flávio, porque é uma coisa que é urgente do nosso ponto de vista de médico.

O Senador Flávio é um dos que luta muito pela inserção das pessoas com necessidades especiais

na sociedade, no mercado de trabalho, de todas as formas.

Então agora ouviremos a Sra. Roberta Maria Leite Costa, da Coordenação de Queimados do Ministério da Saúde, que também é da área de saúde, é fisioterapeuta.

SRA. ROBERTA MARIA LEITE COSTA: Bom dia a todos, eu só queria [interrupção no áudio] ficar aqui, que é Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade, que um dos temas que a gente acompanha também é a questão da rede de serviços de queimaduras.

Queria agradecer o convite, fico muito em nome da nossa coordenação fico muito, em nome da nossa Coordenação, fico muito tranquila e confortada de estar aqui com vocês, principalmente porque a Comissão, a gente sabe que está sempre muito envolvida nessas ações junto com o Ministério da Saúde, e também fico muito confortada pela... Todas as exposições que foram feitas porque a gente quando tem um trabalho que arduamente vem tentando fazer com que sejam sensibilizados os gestores, os profissionais de saúde, todos os parceiros que podem estar dando resposta conjunta para que as ações sejam amplificadas e integralizadas, isso, numa ocasião dessas, nos deixa bastante tranquilos porque é mais um momento que a gente pode estar levando as nossas preocupações e as nossas normativas, para que sejam mais amplamente divulgadas.

A gente tem... Pode passar, por favor.

A gente tem como diretrizes o Ministério da Saúde, de tomar por base a necessidade de organizar a assistência a pacientes com trauma de queimaduras e serviços hierarquizados, regionalizados, estabelecendo uma estratégia de relação com sistema estadual de referência hospitalar e atendimento de urgências e emergências, seguindo-se do princípio da universalidade, integridade das ações.

O Ministério da Saúde procurou implantar uma rede estadual de atendimento ao queimado. Então, assim, desde 2001... Pode passar o próximo. Foi criada a Portaria... Foi instituída a Portaria 1.273, como já falou o Dr. Flávio, e a 1.274.

A 1273 ela organiza a rede de serviços, que ela tinha a intenção de fazer com que houvesse mais acesso a serviços de saúde especializados em queimaduras. Havia, na época não havia nenhum tipo de diretriz com relação a isso, desde 2000 essa portaria foi instituída e até então a gente estabeleceu parâmetros de quantitativo de serviços, mais à frente eu vou mostrar para vocês como isso está distribuído.

Mas, infelizmente, ao passar de nove anos, nós não conseguimos ainda que todos os Estados, que todos os gestores tenham esse número de serviço

habilitado no país. Há sempre uma dificuldade de sensibilização dos gestores e de profissionais de saúde para que eles respondam a essa necessidade de organização de serviço.

Ela é composta por centro de referência de assistência ao queimado a nível intermediário, que nesse caso, a gente colocou na época para os estados que não haviam nenhum tipo de serviço e eles não tinham a estrutura física para responder como um centro de referência de assistência ao queimado, que eles pelo menos estruturassem o hospital para dar conta dessa demanda.

Só que nós não temos nenhum serviço a nível intermediário. Nós temos centros de referência ou hospitais gerais hoje no país.

Pode passar o próximo. Pode passar o próximo.

Então, na definição da própria sociedade e... Uma definição internacional, há uma... Eu vou precisar colocar isso aqui para vocês mais à frente verem alguns dados. O pequeno queimado, que são queimaduras de pequeno e segundo grau com até 10% de área corporal atingida. Se houve alguma modificação, Dr. Flávio, por favor, me corrija. O médio queimado de primeiro e... Queimaduras de primeiro e segundo grau com área corporal atingindo em torno de 10 a 25% ou queimaduras de terceiro grau com 10% de área corporal atingida ou queimaduras de mão e pés.

Pode passar o próximo.

O grande queimado é a queimadura de primeiro e segundo grau de área corporal atingida maior que 25%. Queimadura de terceiro grau com mais de 10% de área corporal atingida ou perineo ou região genital. Queimaduras de qualquer extensão associada a lesão inalatória, politrauma, trauma craniano, trauma elétrico, insuficiência renal, insuficiência cardíaca, insuficiência hepática, distúrbio de hemostasia, embolia pulmonar, infarte agudo, quadros infecciosos graves, síndrome compartimental.

Então, são definições aonde a gente vai estar acompanhando como é que está se dando essa assistência para esses casos e daí que a gente gerou um rol de procedimentos para acompanhar esses casos.

Pode passar o próximo.

Então, no Hospital Geral é aquele que, embora não seja especializado atendimento ao queimado, ele está cadastrado pelo gestor local para estar atendendo esses casos, para estar fazendo uma assistência para esses pacientes de queimaduras.

Pode passar o próximo.

O centro de referência. Esse sim é um hospital que ele tem a habilitação feita pelo Ministério da Saúde, pela Portaria 12.103, onde ele tem todo um perfil diferenciado, é uma unidade de saúde que tem um

corpo de profissionais de saúde especializado para atender os queimados, onde ele tem uma estrutura física diferenciada, onde ele tem uma unidade dentro da estrutura hospitalar, ele tem uma unidade isolada, específica para atender os queimados com leitos de UTI, com centro cirúrgico, com a equipe multidisciplinar, toda especializada para o atendimento do queimado.

Pode passar o próximo.

Desculpa, ali era o intermediário. Desculpa, eu fiz um lapso aí. Tudo que eu falei está em relação ao centro de referência de alta complexidade. O intermediário era aquele que eu falei anteriormente, que ele estava para suprir os estados que não tinham essa, não tinham unidade hospitalar e que tinham essa qualificação.

Só que não houve nenhuma solicitação de credenciamento para esses casos. Então, hoje a gente só tem os estados que não tem hospital que são centro de referência, que não são habilitados e que esses pacientes são atendidos em hospitais gerais. Ou os centros de referência.

Pode passar o próximo, por favor.

Então, hoje, como eu falei, a gente deveria ter, a previsão era de que houvessem 68 centros de referência. Nós temos hoje 41 habilitados, distribuídos em 18 estados.

Pode passar o próximo.

Aqui a gente tem a distribuição deles por estado. Só corrigindo, que o Estado do Tocantins nós temos duas unidades habilitadas. E, atualmente, a gente conseguiu com muita dificuldade, para vocês terem uma idéia, a gente iniciou um processo de habilitação do hospital de urgência e emergência de Ananindeua, no Pará, conseguimos habilitar este ano.

Então, no Pará temos agora, habilitado, este ano um. Eles estão distribuídos, mas a gente tem um déficit muito grande na Região Norte. Uma dificuldade também na Região Nordeste e estamos com Amazonas tentando estruturar uma unidade há bastante tempo, mas a dificuldade de estruturação, da própria estrutura física do hospital.

Temos um agora na região de Cruz das Almas no interior da Bahia que está com processo de credenciamento junto com o Estado para que chegue para nós a habilitação. Então, é uma dificuldade que o Ministério tem com relação à sensibilização dos gestores para que estejam implantando essas unidades nas suas localidades.

Pode passar o próximo, por favor.

Então, na Portaria de 2000, incluía os procedimentos da tabela do SUS com relação ao pequeno, médio e grande queimado. No ano de 2007 houve... Vocês que acompanham, sabem que houve uma rees-

truturação da tabela de procedimentos do SUS. Com isso nós fizemos toda uma revisão e uma ampliação da assistência para os queimados, onde contemplamos também que era... Que foi uma questão bem colocada aqui e... Foi com relação à questão dos procedimentos sequenciais de sequelas.

Então, havia dificuldade de que esses pacientes eles tinham o atendimento inicial mas não havia os procedimentos para estar contemplando. Os profissionais faziam, mas não havia uma ampla assistência com relação a isso.

Então, quando foi em 2007, na unificação da tabela de procedimentos, nós ampliamos, trabalhamos inclusive em conjunto com a sociedade e colocamos mais procedimentos que hoje estão disponibilizados principalmente com relação... Pode passar o próximo que está... Principalmente com relação à questão de correção de sequela. Eu coloquei apenas alguns exemplos, mas existem bastante outras opções.

Com relação ao atendimento fisioterapêutico, nós criamos dois procedimentos para dar essa assistência, que é o atendimento ao paciente médio queimado e grande queimado, e o tratamento das sequelas, a fisioterapia para o acompanhamento das sequelas, incluímos a reconstrução mamária com prótese de silicone reconstrução de orelha... Toda a gama de procedimentos de reconstrução as quais os pacientes precisam estar fazendo...

Eu não coloquei aqui porque o rol era muito grande, eu peguei apenas alguns exemplos, mas com relação a procedimentos da tabela do Sistema Único de Saúde para disponibilizar para os usuários, nós temos com relação ao questionamento que foi bem colocado aqui, a questão das malhas, as malhas também estão incluídas no rol de procedimentos da tabela do SUS desde o ano de 2000. Todos os tipos de malha, seja de membro superior, seja de membro inferior, seja de tronco... Todas elas estão colocadas no SUS.

Mas nós fizemos um levantamento agora, no ano passado, onde há uma dificuldade de informação, a gente não tem muito isso claro se é uma questão de conduta dos serviços ou uma questão do gestor, mas há uma dificuldade de informação, são pouquíssimos os estados que informam a aquisição de malha e, na nossa ótica, todos os Estados, de todos os serviços habilitados, eles deviam apresentar as informações nas APACs, que são APACs, procedimentos que é a dispensação das malhas.

Mas isso não tem acontecido. A gente está fazendo um levantamento, eu pessoalmente tenho ligado ultimamente para todos os gestores a quais a gente tem serviço habilitado, verificando o que eles estão tendo dificuldade, para gente estar vendo e até

inclusive no que a gente pode estar sendo parceiro nesse momento.

Pode passar o próximo.

Em função da nova organização, foi realizada estruturação, eu já falei, estou vendo que o meu tempo está acabando, eu queria agilizar, a gente já falou que tem as malhas, que a gente fez uma revisão de toda a questão das UTIs de queimados, a gente tem o leito de UTI específico para queimados, porque a gente entende que são pacientes que precisam de uma assistência diferenciada, porque correm risco de infecção, não dá para esses pacientes estarem sendo atendidos nas mesmas UTIs dos hospitais gerais. Então, há uma necessidade de UTI de queimados e nós implementamos isso.

Pode passar o próximo, por favor.

Aí a gente fala que o nosso próximo procedimento [soa a campanha] existe a necessidade do acompanhamento e do pagamento do tratamento.

Pode passar o próximo, por favor.

Vou tentar agilizar o mais rápido. Aqui a gente tem a distribuição do atendimento de queimados pelos Municípios do país. Obrigada. Muita gentileza do senhor. Então, aqui a gente tem a distribuição dos casos de queimaduras atendidos no país. Se a gente for ver o que está de azul é as áreas da Região Norte onde a gente viu que a gente só tem um serviço aqui e dois aqui e o do Centro-Oeste. Então, há bastante pacientes que sofrem traumas por queimadura na Região Norte, nos quais a gente não tem serviço especializado, estão todos sendo atendidos no Hospital Geral.

Mas há também uma dificuldade com relação a profissionais de saúde, principalmente médico cirurgião plástico para dar atendimento a essas... O Município de Cruz das Almas, ele está, assim, me pedindo encarecidamente que eu indique alguém. Eu não posso fazer isso, mas assim, que se indique alguém que possa ser do serviço deles. Então, existe uma dificuldade muito grande de profissional de saúde para acompanhar esses pacientes.

Pode passar o próximo, por favor.

Então, a gente observa que em todos os Estados o número de leito paciente de queimadura é insuficiente para a demanda. Nem todas as unidades de queimadura existente obedece o estabelecido nas normativas vigentes sobre a área de queimaduras, onde se recomenda que essas unidades devem ser isoladas do corpo do hospital ou então dentro do próprio hospital, porém funcionando em unidade isolada autônoma. A gente precisa que... São exigências que é para qualificar a assistência. Mas gente tem dificuldade com relação a isso.

Pode passar o próximo.

Há um déficit, como eu já falei, quanto a recursos humanos, médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais... Também a maioria dos serviços apresentam déficit com relação a equipamentos, a sala de cirurgias e terapia intensiva.

Há necessidade também de cursos de capacitação, como todos já falaram aqui, com relação a treinamento prático mesmo que eles vivenciem isso, até como a gente fala, para haver um apaixonamento pela área, porque é uma área muito gratificante de se trabalhar, quando você vê o Dr. José Adorno falar que tem pacientes... Como o Dr. Flávio, então, não sei quantos anos já de profissão, mas que acompanham pacientes quase que a vida toda, fazem uma história de vida junto com o paciente.

Isso é apaixonamento. Isso não dá para deixar aqui... Você não trabalha numa área dessa com outros interesses a não ser com interesse de ver aquela aquela resobilidade daquele paciente, a reinserção daquele paciente novamente na sociedade.

Por favor, o próximo.

Então, aqui nós temos alguns dados com relação aos atendimentos que são realizados no Sistema Único de Saúde, incluindo hospitais gerais e centros de referência, 2008, onde a gente observa que 35% dos atendimentos de internação, aqui está bem centralizado com relação a internação, porque ambulatorial, infelizmente, a gente não teve tempo de compilar tudo. O maior número é médio queimado, são 47,9% dos atendimentos são feitos em médio queimados. A gente tem um detalhamento aqui maior com relação aos gastos, aos procedimentos de sequelas de queimadura.

O... Aí, não, o anterior, por favor. Aí.

Então, a gente tem que... Mesmo a gente observando que o grande queimado, o número é 5600, mas o valor é muito alto. É um paciente que tem uma necessidade de uma assistência, porque ele demanda leito de UTI, ele demanda procedimentos sequenciais. A gente tem a questão do incremento já com relação às cirurgias de sequela, a gente tem os enxertos... Então, há uma... Uma atenção bastante já diferenciada com relação a esses pacientes no último ano.

Pode passar o próximo, por favor.

Aqui a gente tem as taxas de permanência. Houve uma falha aqui na hora que o gráfico se montou, onde a gente vê a criança aqui, mas a gente tem em torno de 8,26%... De 8 dias a taxa de permanência. Isso eu acho que o Dr. Flávio também concorda comigo, é uma das menores taxas de permanência do mundo, então, [soa a campanha] o que isso representa, que os pa-

cientes estão sendo atendidos, estão sendo operados e estão saindo precocemente dos leitos.

Por favor, o próximo.

Aqui são as taxas de óbito. A gente observa que há um número de óbito muito maior nos homens do que nas mulheres. Mas principalmente na faixa etária de 60 anos e nos adultos jovens.

Pode passar o próximo.

Pronto. Então, eu queria concluir falando para vocês que além de todas essas ações, o Ministério também, já com todas as mudanças que houve no pacto pela saúde, no pacto de gestão, a gente já está com um olhar de estar revendo essa Portaria 1.273 e 1.274 para que possamos estar achando outros mecanismos de sensibilização dos gestores com relação a estruturar esses serviços, porque é imprescindível que a gente possa estar ampliando o mais rápido possível nesses estados a assistência ao queimado no país.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sra. Roberta Maria Leite Costa, do Ministério da Saúde.

Agora, nós vamos passar para a questão das perguntas dos Senadores. Eu gostaria de chamar a Presidente para assumir para ficar pelo menos um pouquinho na sessão aqui, a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Augusto Botelho, o senhor é Presidente da Comissão de Acompanhamento à Saúde, que é Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais. Mas acho que está sendo muito bem conduzido. Eu prefiro ficar aqui que eu estou cheia de perguntas hoje. E quando a gente está presidindo não pode fazer muitas perguntas. Tem que se ficar, vamos dizer assim... Na neutralidade, na condução dos trabalhos. Então, eu deixo--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então eu lhe passo a palavra para começar fazendo as perguntas, Papaléo. Ela começará a fazer as perguntas, a nossa Presidente. Pronto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, na realidade eu quero agradecer a todos vocês que aqui vieram, sei que atenderam ao nosso convite, meu e do Senador Augusto Botelho, e dizer que infelizmente eu não pude estar desde o início, quero até me desculpar, que eu tive um compromisso em São Paulo e isso atrasou a chegada até aqui.

Mas acho que esse assunto é um dos... Nós estamos fazendo, foi esclarecido aos senhores, havia muitas solicitações de audiências com relação à saúde, e muitos outros questionamentos que foram surgindo aqui no decorrer das nossas reuniões. Então, resolvemos fazer um ciclo de debate sobre saúde pública e,

consequentemente, sobre o SUS que temos e o SUS que queremos.

Até o final do ano a gente pretende concluir uma série de audiências públicas e daí todos, o Senador Papaléo foi escolhido como relator desse ciclo de audiências, nós vamos ter as sugestões, as idéias, com certeza algumas propostas de lei que serão levadas ao Governo Federal através do Ministério e também apresentado aqui na Casa.

Era a contribuição que queremos dar, até porque essa Comissão tem vários médicos, acho que é a Comissão que tem mais médicos presentes, é natural, é onde está a Subcomissão de Saúde, e que precisamos realmente analisar, com a luz do que nós vivenciamos em cada um dos nossos Estados, e é muito importante.

Mas agora voltando à questão dos queimados, que sabemos ser algo que realmente tem proporções bem maiores do que muitos imaginam, e que não é fácil também, de certa forma conseguir. O importante é fazer a prevenção, mas sempre eu sei que... Que há uma dificuldade, aí entra também uma série de questões, a prevenção passa também pela segurança que temos que ter quando se trata com produtos inflamáveis, a questão do álcool líquido, do álcool... Toda essa questão também, que principalmente na fase das crianças, que são as mais atingidas por esses inflamáveis.

Mas eu queria saber, já ficou, uma das perguntas já ficou... Mas ficou esclarecida, que era para saber se todos os estados tem centro de referência, já vi que não.

E gostaria de saber, assim, o que o Ministério pode colocar à disposição de municípios ou de estados que queiram colocar o seu centro de referência? Vou dar aqui um exemplo: porque pelo que eu senti, aí é colocado à disposição de quem queira se credenciar, a sua instituição, a sua... Mas de repente o município pode querer criar um centro de referência para os casos de queimados. Se há, no Ministério, alguma... Recursos, se há uma proposta para que municípios ou o próprio governo do estado possa conseguir meios para fazê-lo nas suas cidades?

E também se já... Com relação às universidades, qual é a relação com as universidades, já que nós sabemos que seria fundamental as universidades, até porque a área onde... Prestam assistência imensa e também prepara profissionais para... Para... Para exercer as suas atividades.

Também, outra coisa que... Sobre a qualificação e a preparação. Nós sabemos que esse Brasil é muito grande, pelo mapa que foi colocado ali, os centros de referência, claro, ficam sempre em cidades... Capitais ou cidades mais prósperas. Mas os casos mais graves,

não sei se é porque eu sou de um estado do interior, já morava na cidade de interior, mas era a segunda cidade do Estado e era referência para a saúde, nós recebíamos muito, muito, vindo de cidades ainda menores, mais distantes, e esse aí... Hoje nós sabemos que o Programa Saúde da Família está praticamente em todos os municípios. Se há uma preparação dessas equipes do Programa Saúde da Família ou se o Ministério está pensando nisso? E que dentro do Programa Saúde da Família, em toda a cidade, se tenha uma... Uma equipe de referência. Porque não é só... É ótimo que pudesse ter um centro de referência em todos os municípios. Sei que isso é relativamente impossível, mas pelo menos um no Estado.

Mas que alguém tenha como fazer, vamos dizer assim, a triagem, ver a necessidade, a urgência, para que o tratamento, aquela pessoa ao ser deslocada, seja encaminhada para esse centro, realmente tenha prioridade e não tenha demora.

Porque apesar de estar aí comprovado que o nosso tempo de demora é pequeno, mas é porque muitos casos só chegam na fase de sequelas quando precisam e aí o cirurgião plástico sabe disso, quantos precisam exatamente de fazer correções que por falta de uma orientação anterior se tornam ainda mais difícil.

Era isso o que eu queria colocar, as nossas, as minhas preocupações.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Senadora. Eu vou passar a palavra ao Senador Papaléo para responder todos em conjunto, que terça-feira é um dia muito apertado aqui de comissões. A gente tem um monte de comissões para ir também. Senador Papaléo que vai ser nosso relator vai fazer as indagações.

E eu gostaria de sugerir ao Senador Papaléo que a gente pudesse apressar a inclusão dos queimados entre os itens, aqueles itens, fazer um...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É isso aí que me chamou muita atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para a gente poder acelerar. Os que estão precisando, estão precisando agora.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, Augusto Botelho, da Comissão... Subcomissão de Saúde, a Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Rosalba Ciarlini, e sinceramente agradecer a participação aqui dos convidados que aceitaram, tenho certeza, com muito prazer, inclusive o prazer do ofício de participarem desta luta, que é uma luta que realmente nós não sabemos quando chegamos ou chegaremos à vitória.

Ao Dr. Flávio Nadruz Novaes, que é o Presidente da Sociedade Brasileira de Queimados, a Dra. Roberta

Maia Costa, representando aqui o Ministério da Saúde, ao Dr. José Adorno, Coordenador de Cirurgia Plástica da unidade de queimados do HRAN, a professora Ana Aparecida de França e Silva, que é Presidente da associação dos portadores de sequelas por queimados.

Eu vi sua exposição e realmente a senhora mostrou todas as dificuldades, as angústias daqueles sequelados que realmente parecem ser pacientes eternos. Eles sempre ficarão com uma sequela física e psicológica. E por isso o cuidado, redimensionar o cuidado com esses pacientes. Se nós tivéssemos condições de alcançar uma alternativa que pudesse realmente ter esses pacientes, como pacientes permanentemente acompanhados por uma equipe multidisciplinar, para que realmente o respeito a esses cidadãos pudesse ser evidenciado, nós teríamos resultados bem melhores do que aqueles feitos só com o esforço de cada um dos senhores e das senhoras aqui.

Então, quero parabenizar a V. Sa. e dizer que realmente V. Sa. é Presidente de uma associação que acredito que lhe preocupa e lhe dá muita ocupação do seu tempo para esses problemas que são sérios.

O Dr. Flávio Novaes, quero cumprimentar o senhor, vi sua... Sua palestra, e realmente foi uma palestra muito objetiva, prática e extremamente importante para nós. E aí V. Sa. faz uma referência aqui sobre a ausência das campanhas preventivas. Realmente nós temos esta carência.

É uma carência que o senhor até comparou com a propaganda sobre AIDS. Propaganda sobre AIDS ou doenças sexualmente transmissíveis, foi uma propaganda que teve seu período de bastante intensidade; não conheço bastante... Não conheço bastante, não. Não conheço a técnica de periodicidade dessas propagandas. Mas vejo que ultimamente nós estamos desaquecidos dessas propagandas no meio de comunicação. E para mim isso é muito negativo. Dá uma sensação para a pessoa, para quem está assistindo, que já resolveram o problema. Por isso não precisa mais nenhum tipo de esclarecimento.

E sobre a questão das queimaduras, essa ausência de campanhas são... Eu acredito que nunca houve assim um processo que nós pudéssemos ter essas campanhas popularizadas e alcançáveis. Nós temos aqui esse livro de queimaduras, daqui a pouco vou perguntar para a doutora se nós podemos ter liberdade, possibilidade de manter toda essa formação, inclusive com a apresentação do Sr. Ministro da Saúde, mas com a possibilidade de termos até os parlamentares de fazerem multiplicar e distribuir em seus Estados. Depois a senhora até me diz se posso fazer isso.

E o senhor refere à questão do álcool. O álcool líquido. Passa pelo Congresso, por aqui pelo Senado, o Senador Antônio Carlos Valadares desde 2007, o senhor fez essa referência, não sei se foi o senhor ou o Dr. José Adorno que fez a referência. O projeto de 2007 sobre a... Terminantemente proibir a venda do álcool líquido, que é causador de 38%, pelos dados que nos forneceram, dos acidentes de queimadura, das queimaduras.

Então, eu vejo tanta... Assim, nós falamos até mais com o coração, eu vejo tanta Medida Provisória atrapalhando nosso trabalho de legisladores, aqui, do Legislativo, tanta Medida Provisória, Medida Provisória que realmente é de interesse puramente político, sem nenhuma urgência, relevância... E aparece aí, de repente, nos atrapalhando.

Eu vejo que nós poderíamos ser radicais nessa questão da venda do álcool nas prateleiras, no comércio do álcool líquido. Deveria haver uma ação radical do Governo, a senhora que representa aqui o Ministro da Saúde, no sentido de termos até uma Medida Provisória do Presidente da República decretando que a partir daquele momento não se poderá mais comercializar álcool líquido. E nós teríamos pelo menos uma redução drástica no número de queimados através... Aí nós vamos ficar com esse projeto, Senador Antônio Carlos Valadares, rolando aí. Desde 2007 está.

Aí lá vem os lobistas, dos fabricantes de álcool comercial. É *lobby* para cá, *lobby* para lá, engaveta para cá põe o processo lá embaixo do montão que tem por aí.

Então, nós não podemos passar por isso. É uma questão grave de saúde pública e a responsabilidade é única e puramente de comercialização das nossas leis e nós sabemos que hoje, principalmente, com essa liberdade que tem o Presidente da República, a Presidência da República ou qualquer Presidente da República, com Medida Provisória pode extinguir de uma vez por todas e de caráter imediato essa venda. Logicamente, dando prazo mais breve possível para que a indústria se adapte, no caso o álcool em gel, que acredito que os senhores conhecem muito melhor do que eu.

Dr. José Adorno falou a questão do álcool, que eu já falei. Então, o senhor acompanha a dor física e a dor psicológica do paciente e da família. Porque não é só o paciente que sofre, não. Sofre a família, sofrem os amigos, sofrem muitas pessoas, o senhor sofre, sua equipe sofre. Todos aqueles que lidam no dia-a-dia, porque realmente é algo tenebroso nós depararmos... Aquele primeiro momento do queimado, o primeiro momento do queimado, assim, aparentemente não é tão agressivo como o que vai se apresentar depois, não

é tão agressivo. Não tem deformações que nós temos se aquele paciente não receber o atendimento agudo e não receber o acompanhamento, não é doutor?

Então, você vê o queimado e depois vê... Um ano depois, e realmente você vai ver o que eu estou falando. Então, nós temos que... Infelizmente nós... Foi claro aí, eu sei que não é só vontade, também não vou entrar aqui na demagogia, na hipocrisia de dizer se o governo quiser faz centro de queimado e de referência em tudo que é lugar que quiser.

Não, absolutamente. Isso tem que ver a participação dos municípios, do estado, do Ministério da Saúde... Agora, lamentavelmente, Municípios como o meu, com o capital do meu Estado, do Amapá, Município de Macapá, cuja sua receita 80% tem como componente fundo de participação dos municípios, o FPM, onde até agora concentra 60% da população do Amapá e até agora, até abril, nós recebemos 28 milhões de repasse, aí divide por quatro, veja quanto é por mês para ter todas as obrigações que os Municípios têm hoje pela descentralização de serviços, então os senhores vêm a dificuldade do que é o Município assumir, por exemplo, a tentativa de um centro de referência na nossa capital.

Então, inclusive, Senador Augusto Botelho, o seu, Boa Vista, recebeu 69 milhões. E nós vamos ter que conversar a respeito disso que tem algum erro porque a nossa população é maior, eu espero que não seja agora, me deixa na esperança. Uma população maior, nós temos cinquenta e tantos mil habitantes a mais, o nosso índice para dividir esse FPM é o mesmo, 2,8, e eu não sei se é porque o Jucá é líder do Governo que vocês recebem mais do que nós. Não sei, vou até ver isso. Mas, para ver só a... Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Recebi várias queixas desse discurso de V. Exa. ontem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Foi, é? De quem?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Foi. Dos prefeitos, secretários de Prefeitura... Depois eu vou explicar isso para não interromper aqui.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Bom, se foi de lá tudo bem. Mas não foi do Amapá não? Então está bom. Então, para mostrar a dificuldade que tem os municípios. 15% o município tem que investir na saúde. O que é 15% do que nós temos para investir, manter um hospital? Não tem condições.

Então, nós vimos ali a distribuição dos centros de referência que o Norte é praticamente... Está desprotegido para esse tipo. E nós todos sabemos aonde a cultura... A tecnologia demora mais a chegar, tudo

mais, aonde tem mais acidentes, menos informações e tudo mais. Então, eu quero dizer que o senhor, V. Sa. foi muito feliz ao lembrar sobre a lei que eu tenho... Três mil... O Senador Flávio Arns... É o Decreto 3.298 que realmente ela esqueceu dos queimados, logicamente vão... Nós vamos...

Peço até ao senhor que independente até da questão da Comissão aqui que eu quero receber isso para fazer um estudo sobre a inclusão dos queimados, dentro de critérios que os técnicos, os senhores e as senhoras possam nos fornecer, porque nós somos parlamentares, eu sou médico mas a especialização... Minha especialização é outra, não tem nada a ver e jamais me atreveria, mesmo sendo especializado, querer formular isso sem ouvir aqueles que realmente lidam no dia-a-dia, e que logicamente é o motivo das nossas audiências, é ouvir aqueles que são especializados.

Então, corrigir isso aqui que é uma falha, uma omissão muito grave. Está provado e comprovado que dificilmente nós... Até a gente se limita um pouco a falar certas... Certas frases, ou certas... Porque nós queremos até agradecer a presença dessas pessoas aqui que estão... Aqui na nossa audiência, pessoas que tem as experiências de terem passado, de estarem passando por todo esse trabalho que esses, os nossos profissionais aqui se dedicam a fazer, e que vocês tenham... Têm essa experiência que a família e os acidentados realmente possam sentir que há uma boa vontade de todos, que a determinação de cada um é importante para que nós possamos minimizar aqueles casos em que realmente as sequelas são muito graves.

O senhor falou que tem paciente que pegou na adolescência e, hoje, são adultos. Veja o que compromete emocionalmente o senhor com essas pessoas. E logicamente o senhor olha essas pessoas como um pai, quer ver aquelas pessoas se recuperarem, reingressarem no meio social, de uma maneira bem readaptada e tudo mais. Isso lhe causa uma angústia muito grande, como causa nos demais.

Então, vamos ver essa questão aqui, é muito importante porque exclui os queimados... Logicamente que irão ser criteriosamente enquadrados aqui. Quero dar o parabéns ao senhor.

A Dra. Roberta Maia Leite Costa, quem eu pergunto logo... Depois pedir autorização lá para o Sr. Ministro para nós reproduzirmos, sem tirar os direitos autorais, inclusive com a declaração do... Com a... Como é? A apresentação do Sr. Ministro. E aqui eu quero agradecer o Ministério da Saúde, porque independente de qualquer momento político partidário, de qualquer participação política partidária de Senadores, de parlamentares, o Ministério da Saúde nunca se negou a se fazer presente, inclusive o Sr. Ministro

sempre que pode está aqui... Enfim, nós não temos queixa nenhuma, muito pelo contrário, temos é que agradecer ao Ministério da Saúde.

Então, nós vimos... Eu já fiz referência aos centros de referência em assistência aos queimados, o Amapá está pleiteando ainda um, nós fazemos o tratamento em um Hospital Geral e isso aí nós sabemos que a deficiência, ela colabora para que nós não tenhamos o resultado esperado quando daquele centro em que estão equipados, tanto com... Materialmente, quanto com profissionais.

E a equipe multidisciplinar que deve haver, isso aí deve ser uma preocupação que nós deveremos injetar nossos esforços em cima disso, e agradecer a todos, desculpem se eu falei muito, agradecer a todos porque eu sou relator desse... Dessa audiência e por isso eu peço que qualquer outra informação que tenham, que tenham escapado aqui, em vir para nós, para que nós possamos deixar esse nosso trabalho bem repleto de informações, porque o resultado de todas essas audiências nós vamos fazer em um volume, compor em um volume e sugerir a todas as instituições, ao Ministério da Saúde, outras instituições para que... Sugestões da nossa parte e antes de darmos essas sugestões, nós queremos receber também, inclusive na formulação de leis, que é o nosso caso aqui na Casa.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Papaléo. Agora será a oportunidade dos senhores responderem as perguntas ou fazerem algumas considerações.

Mas, antes, eu gostaria só de frisar que, realmente, o tratamento de queimado, o cirurgião plástico que opta por tratar de queimado, ele tem um grande espírito humanista. Mas grande mesmo. Porque a reconstrutora não é nem o alcatra da cirurgia plástica, é o filé. A gente sabe muito bem disso. Então, a cirurgia estética é que atrai o meio dos médicos.

Esses dois que estão aqui, todas as equipes deles são pessoas que tem o alto espírito de dedicação ao ser humano. E realmente é uma coisa que a gente faz, assim, porque gosta de fazer e se sente bem em fazer. Eu tratei de queimados até uns 15 anos atrás. Eu sou cirurgião geral. Aí começaram a chegar os plásticos em Roraima eu me afastei. Porque dá um trabalho e a gente sofre muito tratando de queimado.

E nós temos uma médica lá, cirurgia plástica, a Rutiene, que está há cinco anos tentando implantar o nosso centro lá. Vive me pressionando e agora vou começar a pressionar a nossa amiga Dra. Roberta para a gente ver se sai o nosso centro de Roraima. Porque não tem nenhum. Eu pensei que tivesse algum outro lá. Não tem nenhum no Norte. E do jeito que ela vive

brigando e ela é brigadora, talvez a gente consiga primeiro do que do Papaléo lá.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pode, Papaléo, pode falar.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Para fazer justiça, nós temos uma cirurgia plástica, Dra. Zeneide Alves de Souza, o senhor conhece a Dra. Zeneide...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Dr. Flávio conhece todos.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É uma abnegada que sempre fez sozinha, agora temos outros colegas, Dr. Alexandre Lourinho e outros colegas que estão.

Mas ela é uma abnegada desde o início. Eu me lembro que eu era Secretário de Saúde em 1984, quando aconteceu um acidente, uma... Um incêndio numa residência, inclusive de uma funcionária lá da Secretaria de Saúde, e eu me fiz presente lá para... Me envolvendo até na questão lá do... Das ações lá durante o incêndio.

Então, a Dra. Zeneide, abnegadíssima, eu tenho certeza absoluta que seria para ela a coroação dela como profissional que outro dia até me espantei, porque ela comemorou seus 70 anos, mas realmente não... Ela tem 70 anos só na idade. Mas no trabalho, acho que ela tem 15. Estou falando a idade dela porque ela que falou.

[sobreposição de falas].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na aparência com certeza ela não deve ter 70. Se estiver está ruim.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Só para descontrar um pouquinho, quando a mulher diz a idade junto de outra, nenhuma acredita. Por isso que ela tem que diminuir mesmo a idade. Porque se ela disser "eu tenho 30 anos" e ela tiver 30 anos, quando ela sair as outras vão dizer: Que nada, isso tem 40. Então, é melhor diminuir. O conselho que eu dou para as mulheres é--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, pois o conselho que eu dou é não minta. Diga sua idade verdadeira, que o gostoso é alguém dizer: "Mas tudo isso? Você aparentava que tinha bem menos." Isso que é bom.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, mas, se disser a idade verdadeira, as outras aumentam mais dez anos.

Então, a Dra. Zeneide é uma dedicada, entrou na compulsória agora. Mas atua de manhã, de tarde e de noite nessa questão e nos escarpelados, que é outro

problema seriíssimo. Os senhores sabem. Eu quero homenagear a Zeneide aqui, homenagear, mandar um grande abraço para ela e dizer que essa Audiência Pública ela terá conhecimento na sua totalidade, que eu tenho certeza que ela vai voltar a reanimar suas esperanças por um centro de referência no Estado do Amapá.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BORTOLHO (PT-RR): Obrigado, Papaléo. Mas, realmente, a Rutiene que briga mais, mas nós temos mais dois plásticos lá, que é o Marcus Vinicius e o [ininteligível] que ajudam, mas quem carrega o piano é a Rutiene.

Eu passo a palavra para o Dr. Flávio Novaes, Presidente da Sociedade Brasileira de Queimados.

SR. FLÁVIO NADRUZ NOVAES: Srs. Senadores, V. Exa. foi muito feliz. Conheço ambas há muitos anos, tive o prazer de estar no seu estado o ano passado, na luta da Sociedade Brasileira de Queimaduras, para que conseguíssemos estruturar a idéia para a construção desse serviço.

Repito que esta parceria extremamente saudável e produtiva, esta abertura que a gente sempre teve no Ministério da Saúde já há alguns anos tem produzido frutos. Mas é função da sociedade realmente visitá-los e V. Exa. demonstra realmente o grande conhecimento, claro, além de um colega médico, como representante do seu Estado, porque nós vimos falar sobre os escalamentos muito elevados, talvez e infelizmente um dos maiores índices per capita do Brasil que é uma preocupação que o Ministério da Saúde já teve uma ação sobre isso, certamente é do seu conhecimento, e contem, ambos, aprendi muito lá em Roraima, muito, porque tem uma cultura bastante diferente de nós que vivemos no interior do Estado de São Paulo. Então, aprendi muito, foi muito gratificante e realmente se puderem inserir aqui meu cumprimento a ambos, gostaria de fazer.

A memória da gente nos trai muitas vezes. Então, quando vi essa cartilha sendo distribuída eu lembrei, e até pedi que conferisse porque se o senhor ver a assinatura do Ministro, então Ministro, Excelentíssimo Sr. Ministro Humberto Costa, esta cartilha tem, se não estiver enganado cinco a seis anos. 2005, quatro anos. Foi lançada em Caruaru e posteriormente em Aracaju, por conta... Campina Grande... Então em Fortaleza.

Então, aquilo, e que pareça coerente, porque a tese que vim advogar aqui a da prevenção, da utilização da mídia, quer dizer, e temos a honra de ver em primeiro lugar aqui, por uma gentileza, o símbolo da nossa sociedade que deveria estar em último, considerando ter aqui o nosso Governo como o ser mais importante a todos nós.

Mas a tese que venho defender, então é da universalidade, a exemplo do que nós estamos falando do SUS, dessas campanhas. A mídia tem um acesso muito grande, muito maior do que a cartilha. As campanhas são divididas em três fases. A primeira delas é de impacto. O senhor vai com cartilha e mídia. A segunda fase de manutenção, e nesta aí nós temos falhado e muito inclusive estas citadas que são campanhas menores, individuais. Então, a estruturação disso, que tenho certeza nós conseguiremos fazer em parceria, o Dr. José Adorno, de imediato, pode em nome da Sociedade Brasileira de Queimaduras, participar desse fornecimento de dados e discussão, vamos dizer, de competência até onde vai, o que é realmente a incapacidade física. Mas a Sociedade Brasileira de Queimaduras é a terceira do mundo, em número de membros, tem muito interesse em colaborar com V. Exa. na construção de todo esse processo, como já estamos fazendo há alguns anos.

Então, estou muito feliz e à disposição, pronto ao trabalho, porque essa é a nossa função de construir o nosso país.

Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BORTOLHO (PT-RR): [pronunciamento fora do microfone] Dr. Flávio, com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, passar a palavra para o Dra. Roberta.

Agora eu gostaria de parabenizar o Dr. Flávio por esta luta. Porque eu sei que aí o senhor está colocando não somente o seu trabalho, mas também o coração. Isso é uma causa muito justa. E olhando aqui para os senhores que falavam em cirurgia plástica, eu sou pediatra. E sofri muito porque pediatra recebe a criança queimada, praticamente muitas vezes na primeira hora, está de plantão no pronto-socorro, tem que tomar os cuidados.

E depois a gente acompanha. Acho que é o único médico que tem a condição de acompanhar, de ver crescer, ver como ficou. E a criança que fica com seqüelas, ela é uma criança marcada, é uma criança sofrida. E lá na nossa região, como eu falei anteriormente, é uma região mais de interior, pobre, muitas vezes eu encontrei, já na fase adulta, meninos que ainda estavam sonhando um dia em fazer uma restauração, em fazer uma cirurgia restauradora, porque não tinham tido oportunidade.

Então, é isso que eu vejo, Dra. Roberta, esta dificuldade. Não sei se eu fui muito clara. Essa questão de como fazer com que os queimados cheguem a ter acesso a esse tipo de atendimento. Muitas vezes, na hora da urgência, não tem porque não dá pra trazer 500, 1000 mil quilômetros, 700 quilômetros de um lugar onde

tenha pelo menos uma estrutura mais... Então é feito assim... Aqueles cuidados que... Dos curiosos mesmo. Dos famosos curiosos que muitas vezes cobrem com café que não é pra cobrir... Fazem tudo errado.

Então, essa orientação, esse esclarecimento nesse caso. Mas o pior é depois. Como chegar para que eles possam ter um pouco... Aí acho que o papel, Ana Aparecida, da Associação é importantíssimo, é fundamental. Porque essas associações têm um papel fundamental nessas questões no nosso país.

Eu vejo a questão da APAE. Foi uma associação que surgiu dos pais de pessoas excepcionais, e aí adeu condição com que todos olhassem para aquela questão. É o caso também da associação que cuida dos queimados, dos que tem sequelas de queimado que também, tomara Deus que ela se espraie, para que possa sempre estar chamando atenção, convocando, fazendo esse trabalho solidário, que é um trabalho que não pode ser só de médico, tem que ser da sociedade como um todo.

Então eu queria aqui só... Desculpe ter... Presidente, mais uma vez tomado esse tanto tempo. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Senadora. Dr. José Adorno, do HRAN.

SR. JOSÉ ADORNO: Muito importante isso que a Senadora colocou. Mas eu pontuei aqui algumas coisas interessantes que eu tenho ouvido aqui.

O SUS que temos e o SUS que queremos, ou o SUS que precisamos. Nós notamos sempre, nós da ponta assistencial, para todos que trabalham com queimado... Todos que estão aqui presentes que trabalham com assistência a queimados, especialmente unidades públicas. Uma dificuldade de gestão muito grande, muito grande para que as ações que... As decisões que são tomadas no Ministério da Saúde atinjam o paciente lá no ambulatório.

Então, por exemplo, a questão das malhas é uma questão difícil, as próprias cirurgias, você conseguir próteses para fazer reconstruções, enfim, as outras órteses que se precisa, como os *splints*, imobilizadores, que os fisioterapeutas sempre precisam e tudo mais.

Isso é uma dificuldade que nós temos que vencer no nosso país, que é um país gigante, onde nós vemos ali, por exemplo, na distribuição de queimados, uma região muito grande, tem uma incidência muito grande de paciente queimados sem uma assistência adequada. E eu fico pensando, se nós precisaríamos obrigatoriamente começar essa ação de expandir o tratamento a queimado por montar serviços de referência em todos lugares e criar serviços.

Nós temos aqui, como bem colocou a Senadora, e isso eu acho que é uma coisa muito boa que é o Programa Saúde da Família, saúde comunidade. Que trabalha lá junto, em casa, em lugares muito distantes.

Nós notamos quem trabalha com queimadura que há um desconhecimento muito grande por parte das equipes de profissionais acerca de queimaduras. Queimadura não é uma especialidade, ela ainda não é. A gente aprende queimadura trabalhando com queimadura. Não existe... Existe uma proposta na Argentina, nos Estados Unidos, se fazer uma residência e formar o que a gente chama, entre aspas, de "queimadólogo". Isso não existe. É um projeto e... Enfim, a gente aprende trabalhando com queimadura. Foi assim que eu aprendi, foi assim que eu acho que o Dr. Flávio aprendeu, e todo mundo que trabalha com isso, o Dr. Mário Frattini, já trabalhamos, tem o Dr. Leonardo, enfim, trabalhamos aprendendo, mas acumulando experiência.

Ou seja, hoje somos considerados especialistas no tratamento de queimaduras. E eu acho que esses especialistas ou esses centros de referência poderiam funcionar como fatores multiplicadores do conhecimento da queimadura. Tanto na prevenção que nós notamos que ela é muito pouco abordada nos programas de prevenção em geral.

Fico pensando eu se o Saúde da Família, por exemplo, saúde comunidade, que estava visitando as casas, visitando, não pode através de um programa que eles sejam treinados para isso, fazer essa replicação da prevenção no ambiente doméstico, que é onde as queimaduras acontecem. Avisar sobre o perigo das queimaduras, sobre o perigo do álcool, a utilização de fogos de artifício. O próprio profissional agente de saúde pode fazer isso, mas isso tem que ser incluído no programa deles.

Outra dificuldade que nós temos muito grande do centro de referência. Tratamos, recebemos gente lá do Norte e tudo mais. Chega o momento da alta. Ele não tem como voltar para onde ele mora. Esse é um problema muito grande. Porque você enxerta, você trata, faz a cirurgia, ou faz o tratamento clínico, ele retorna para a comunidade. Ele entra em desespero, porque lá não tem o profissional.

Não vamos longe, não. Para eu mandar um paciente para fazer fisioterapia nas cercanias de Brasília, perto, aqui na região do entorno e tudo mais. Não tem profissionais para fazer a fisioterapia. Não tem enfermeiros treinados para cuidar das cicatrizes. Eu acho que esse conhecimento, ele pode ser expandido e utilizada a própria estrutura do Saúde da Família, para se atender o paciente, antes de pensarmos já em sair replicando e aumentando... Eles são importantes, os centros de referência, mas é um conhecimento que

nós podemos botar no próprio programa de saúde da comunidade, Saúde da Família.

Esse é um ponto que eu acho que importante da gente... Da gente... E ele pode trabalhar tanto na prevenção quanto na reabilitação. Desde que lá tenha profissionais capacitados a tratarem o paciente com sequela de queimadura.

Então, eu acho isso uma medida que seria importante, talvez antes de a gente mobilizarmos milhões e milhões para criarmos centros de queimados, que são caros. Eles são muito caros. Tratamento de queimadura é um tratamento caro. Mas tem muitas ações que podem ser feitas com o Saúde da Família, que está lá, já está implantado. Esses profissionais têm que ser treinados. Nós teríamos que pensar numa forma de treiná-los para que eles fizessem tanto a prevenção quanto recebendo.

É o serviço de contra-referência que tem outros países mais desenvolvidos. Então, ele vem com serviço de referência, você faz a contra-referência: "Estou lhe encaminhando fulano de tal, Isac, que precisa fazer isso, isso e isso." Precisou de malha, precisou de órtese, ele pode recorrer ao centro, mas ele tem esse contato.

É isso que nós precisamos fazer pelo paciente queimado, inicialmente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Bom, Dr. José Adorno, Presidente, mais uma vez, eu queria, aqui, também, dizer que como o senhor colocou exatamente aquilo que eu acho que eu estava pensando. Até essa referência, ter esse encaminhamento, ter esse treinamento, essa preparação, para que, lá no interior de Rondônia, de... Não é, Augusto Botelho?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Roraima.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Roraima. Roraima e Rondônia. Ou no interior do meu Rio Grande do Norte, possa alguém no lugar mais distante, na zona rural, meu Deus, como acontece acidentes... E muitas vezes por desconhecimento, por falta de informação.

E a própria equipe, ao chegar, porque você sabe que no interior tem esse detalhe, que o programa Saúde da Família, infelizmente, o número de médicos que temos no Brasil fica muito concentrado nas maiores cidades.

Mas, no interior, nós deixamos de ter equipes porque não tem médico. Isso é um fato. Ou então, muitas vezes, tem médicos fazendo mais do que podem. Isso aqui, não estou fazendo denúncia nenhuma. Colegas meu... Acho que estão fazendo o que faz um PSF pela manhã numa cidade, à tarde noutra... Às

vezes, no final de semana, ainda dá plantão noutra, porque falta médico.

Então, assim, é como dizer aquela gambiarra necessária, não pode deixar de ter. Não pode... A boa dedicação exclusiva, mas é um município pequenininho. Então, eles ficam lá se virando, porque é a única referência. E, muitas vezes, eles não têm... Como se diz, não têm como para onde caminhar, o que fazer.

E quem vai... Tem Municípios que só tem médico no final de semana. Durante a semana toda é enfermeira, que já melhoramos muito com a questão que hoje tem obrigatoriedade de ter o curso técnico de enfermagem. As enfermeiras formadas já aumentou bastante o número de enfermeiras. Então, acho que essas pessoas podem também estar preparadas.

Porque são elas que estão no dia-a-dia, são elas que ficam... Muitas vezes tem o médico da equipe, mas é a enfermeira que está indo na casa, ele fica na unidade da cidade para atender, porque elas ficam fazendo a referência, mas é ela mesmo que está de casa em casa. O médico não tem como ir porque ele é o único numa cidade. Tem que atender a tudo no mundo. Então, são essas questões que eu acho que passa por aí. O senhor tem toda razão. Prevenção é que realmente vai fazer com que o custo Brasil seja bem mais baixo.

Porque é sempre saúde, eu digo isso, nunca a gente imagina que... Quando eu digo assim, a sequela de uma queimadura, o custo desse tratamento, se poderia ter sido evitado por uma boa orientação ou até mesmo com uma assistência correta na hora que isso acontece, reduz bastante.

SR. JOSÉ ADORNO: Só para salientar o seguinte: para o ponto de reabilitação a distância não precisamos... Na maioria dos procedimentos não precisamos de médicos. Precisamos de agentes de saúde para prevenção e na reabilitação, enfermeira e fisioterapeuta.

Ela tendo conhecimento da patologia, quando precisar do médico, ela referencia. Não, aqui é caso de cirurgia. Eu já não consigo mais liberar essa retração. Mas ela tem que ter conhecimento disso. Ela não pode estar fazendo um tratamento errado. Porque senão ela pode piorar a situação. Então, ela tem que ter conhecimento. E nessas ações não precisa de médicos. Mas precisa ter conhecimento.

Muito obrigado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra, agora, a professora Ana Aparecida.

SRA. ANA APARECIDA DE FRANÇA E SILVA: Está desligado. Eu gostaria, primeiramente, de agrade-

cer a todos os senhores e senhora pela oportunidade de os sequelados estarem aqui representados, mostrando suas angústias, suas dificuldades de enfrentar a nova vida, que com a sequela eles têm que seguir.

Gostaria também de colocar uma outra questão. Fico feliz em saber que, no Amazonas, está sendo cogitada a possibilidade de ter uma unidade de queimados. Eu, especialmente, vim a Brasília há quatro anos para tratar meu filho, que também é sequelado, foi tratado aqui em Brasília, eu fiquei com ele algum... Cerca de sete dias na UTI, em Manaus, e, de lá, como ele... Não tinha pessoas preparadas para tratá-lo, então nós tínhamos o HRAN como referência e para cá nós viemos e tivemos que mudar toda a nossa vida em função do acidente que meu filho passou.

Vimos para cá em busca de um tratamento que não tem data para terminar. Então, ele passou por uma amputação de membro, nós tivemos que mudar a nossa vida, eu tive que abrir mão do meu concurso público para poder dar as condições que meu filho precisava. E quando eu recebi o convite, através do Dr. José Adorno para estar à frente da Associação, então eu entendi muito dos porquês de eu estar vivenciando isso.

Então, hoje eu posso através do meu trabalho, eu sei que o tempo cada um faz, eu além de professora, eu sou voluntária. Então eu costumo dizer na escola assim: não existe tempo livre; tempo a gente faz. Então, eu tenho uma tarde livre, essa tarde livre é pra eu estar agindo em função dos sequelados em queimaduras.

É claro que eu não vim aqui para falar do trabalho da Associação. Só gostaria de fazer essa ressalva que... E colocar mais uma vez em relação à preocupação do Ministério Público em estar implementando unidades de queimados no país e também colocar assim que o Dr. Adorno colocou muito bem, não basta só criar unidades de queimados, eu acho que a gente tem que estar capacitando outras pessoas para que possa estar atendendo essas pessoas que sofreram essas sequelas.

E outra preocupação que eu levo, eu fiquei também assim bastante satisfeita em saber, é claro que já existe a lei que rege sobre a doação de órteses e próteses, mas infelizmente a morosidade em fazer cumprir a lei no nosso país é uma coisa que emperra muito, e no sistema de saúde não é diferente.

Então, todas as pessoas que estão aqui usando malhas, hoje, de compressão, que é o item mais caro do tratamento, essas pessoas estão usando graças à sensibilidade das pessoas que abraçaram a causa, que estão lutando através de um trabalho voluntário. Nenhuma dessas pessoas que aqui estão conseguiram suas malhas através do benefício da lei.

Então, fico feliz que a senhora tenha reforçado, doutora, a questão de que a lei contempla a doação de órtese e prótese, sabemos disso, somos sabedores disso, está aí o Dr. Mário Frattini que sabe das dificuldades que é para a gente fazer... Fazer valer a lei, para que o sequelado tenha o seu direito garantido.

Então, o que... Até gostaria depois de conversar melhor com a senhora pra que a gente possa, assim, encontrar meios mais eficazes de como isso chegar na ponta, que é o sequelado em queimaduras.

Então, fico... Eu saio daqui hoje bastante satisfeita com a sensibilidade de todos vocês que conseguiram entender o propósito da nossa reunião aqui hoje, a reunião de pessoas que estão lutando por melhorias. E eu acredito que o sequelado em queimaduras vai passar agora a ser incluído, que ele não é até então.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, doutora. Senadora. Senadora, fale.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pela ordem, Sr. Presidente. Por isso que eu disse que é melhor ficar aqui, porque a gente fala mais, aí você só conduz.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então fale, fale. Acho que ela tinha que ficar era aqui mesmo [risos].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas a professora Ana Aparecida, ela tocou acho que no ponto da ferida. É essa questão que o Dr. José Adorno já tinha também, de certa forma, lembrado.

Quando a gente está... Existe a lei para que as órteses, as próteses, as malhas sejam entregues às pessoas de forma gratuita, mas pelo Sistema SUS, mas isso não está acontecendo.

Por isso que nós fizemos esse ciclo de debates, porque muitas vezes, quem está na gestão, mas que não foi lá na ponta, não teve a oportunidade de ouvir, não viu as filas que nós vimos nas unidades, nos hospitais... É uma coisa... Meu Deus do céu.

Uma enfermaria de queimados, o Ministério devia fazer uma supervisão, doutora. Eu sei que a sua disposição, da sua vontade, diga isso ao Ministro. Precisa ir em cada uma para ver as dificuldades. No hospital Walfredo Gurgel, em Natal, é uma calamidade. É uma coisa assim, que a assistência daquele hospital, o Governo do Estado se cobra mas não está chegando... Aí bota a culpa para o Governo Federal... Mas quem está querendo assistência naquela hora, está precisando... Querendo, não, está precisando, não sabe a quem procurar.

Aí fica a questão das órteses, das próteses, das malhas. Eu tenho recebido *e-mails*, tenho inclusive um rapaz me encaminhando, é porque eu não... Nós vamos ter

uma outra audiência específica sobre órtese e prótese, aí vou trazer contando o calvário dele. Há três anos a prótese que ele usa, ele mandou fotografias e disse a quem já procurou nesse país e não conseguiu.

Então, são casos dessa natureza que acontecem também com os queimados. É isso que eu digo. Será que aquela história de média complexidade, alta complexidade, passa por um Conselho Federal, Conselho Estadual para chegar ao município. Não teria como a gente fazer isso de forma mais ágil, mais simplificada, talvez só com o Conselho Municipal direto ao município, que é onde o cidadão está vivendo, onde ele está batendo na porta e que não está encontrando? Fica aqui essa interrogação até para que a gente possa, dentro do sistema SUS, fazer essa avaliação. Que é algo doloroso. Você precisar de qualquer coisa que passa da assistência básica, nos municípios que não são plenos, até os plenos tem dificuldade, porque... Aí depende de outras instâncias. E, nessas instâncias, a gente sabe que entra também um fator político, infelizmente, que eu acho o maior crime, que é envolver política em saúde. Pode se envolver com qualquer outra coisa, menos com a saúde, que é a vida, e daí você tem apenas que fazer a sua parte, prestar assistência, o Governo fazer sua parte, os médicos fazer o seu trabalho, a sociedade também fazer a sua parte e jamais querer usufruir qualquer dividendo ou criar alguma dificuldade.

Mas acontece. Acontece, sim, entre os municípios, de governo para município... infelizmente acontece. Não estou falando aqui a nível de Governo Federal. Eu quero que... Nós estamos levantando uma questão que o Governo analise, veja, mande mais na ponta ouvir, observar, porque acho que muitas vezes está se perdendo até recurso que se gasta de uma forma... Vamos dizer assim, com algumas questões de custo muito alto quando as mais simples estão deixando de acontecer por falta de recurso para coisas tão simples.

E fica também aqui o nosso apelo, que o Ministério faça uma campanha maciça, uma campanha associada ao treinamento, à preparação dessas equipes Programa Saúde da Família que sirva como uma contra-referência. Eu acho que isso seria fundamental, Dra. Roberta. E me coloco à disposição de todos vocês. Porque acho que nós precisamos é exatamente isso, é discutir e debater, tirarmos, vamos dizer assim, levantar um pouco do tapete para que a gente possa conhecer melhor essa realidade que nós sabemos que existe em muitos recantos do nosso país.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Não vou mais atrapalhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Dra. Roberta Costa. Não está atrapalhando não, Senadora.

SRA. ROBERTA MARIA LEITE COSTA: Então, eu estava aqui inclusive comungando aqui com o Dr. Flávio a respeito da nossa satisfação de estarmos aqui.

Porque é uma área, dentre tantas outras que a nossa coordenação acompanha, que tem mais dificuldade com relação à sensibilização de parceiros. As outras sofrem muitas pressões externas e as coisas muitas das vezes acontecem até por uma questão mesmo de pressão. E com relação ao queimado, tem sido sempre uma questão de empenho, o Dr. Flávio sabe bem disso, um empenho bem específico de técnicos que se disponibilizam a estar indo buscar as respostas para esses nossos anseios que são o mesmo de vocês.

A senhora colocou questões extremamente importantes, e com todas elas eu também comungo. Mas com relação... Talvez vou começar do final para que a gente... As perguntas do início a gente possa concluir.

Com relação à questão das visitas *in loco* às unidades, nós fomos visitar todas as unidades. Nós... Isso é praxe, as unidades têm que mandar todos os anos os relatórios, infelizmente algumas não mandam, mas todas unidades tem que mandar relatórios de acompanhamento dos casos, como é que está se comportando, a assistência quanto à questão da infecção, quanto a questão dos casos, dos agentes etiológicos, eles têm que nos encaminhar isso para gente ter um acompanhamento anual com relação a isso.

Com relação à questão da universidade, a senhora colocou no início. Como eu falei, nós temos uma proposta, a gente já tem uma minuta de Portaria, porque essa Portaria foi feita no momento que o Sistema Único de Saúde visava muito a questão de serviços, e hoje ela já visa todo esse enfoque da integralidade. Então, assim, a questão da reabilitação biopsicossocial desses pacientes que tem sequelas de queimadura, a questão da assistência integral com relação à atenção básica.

Então, o que é que a gente tem para o futuro? Eu não posso dizer que isso aí já é uma coisa... São intenções da área para ir para discussões da tripartite, para que sejam pactuadas. É que a gente tenha uma diretriz diferenciada, que ela vá desde a atenção básica, realmente, até os centros de referência. E os centros de referência entrariam com outro conceito.

Hoje, o conceito de referência é um hospital que... Um hospital de ensino, que é contratualizado com o Ministério da Saúde, onde ele tem metas, ele tem

planos de acompanhamento e de capacitação. Então, essa questão com relação à ação do centro de referência, ele vai estar muito voltado e o objetivo dele é capacitar todos os profissionais de saúde que ali são formados, como também disseminar essa informação para a atenção básica.

Então, como a senhora perguntou, como fica a universidade? A universidade fica parceira no momento em que, como ele sendo um centro referenciado, contratualizado, onde ele tem metas a cumprir, isso é a nova idéia que o Ministério da Saúde tem com relação a centro de referência, para todas as outras diretrizes e a do queimado a proposta é que seja assim também futuramente, que serão hospitais que tem uma capacidade de serem multiplicador da informação e multiplicador do conhecimento. Então, que a ação realmente vá atingir até a atenção básica.

A senhora falou uma coisa perfeita: a gente tem dificuldade de médicos generalista no Saúde da Família. Então, há essa dificuldade, como há dificuldade de ter o cirurgião plástico para as unidades de queimaduras. Vocês falaram aqui coisas que me animaram muito, ora. Roraima e Amapá, eu me sensibilizo também porque também acompanho a área do escarpado. Além do queimado acompanho a questão dos escarpados. E nós temos dificuldades de estarmos estruturando serviços.

E se o Amapá já tem e Roraima também já tem, a coisa mais importante que hoje dentro da estruturação de serviço que é o profissional para dar essa assistência. Então, você já tem muita coisa que... A gente tem uma unidade, como eu falei, em Cruz das Almas, que está pronta e não tem médico cirurgião plástico. Pronta, pronta, pronta, com toda a estrutura montada e não tem um médico para dar assistência e habilitar.

Então, é a qualificação da assistência no centro de referência ela tem que ser diferenciada. Aí a senhora me perguntou com relação a recurso. Recurso existe sim a disponibilização com relação... Vocês sabem muito bem, com relação ao Fundo Nacional de Saúde estar enviando propostas de projetos via Fundo Nacional de Saúde para que esteja estruturando essas unidades. Isso é instrumento viável e principalmente na área de queimaduras quando a gente sabe que existe o Fundo Nacional... O Fundo. Muitas das vezes vocês enviam até emenda parlamentar para que essas unidades sejam estruturadas.

E quanto ao custeio das ações, aí tem todo o rol de procedimento que são custeados e tem quando o hospital é um Hospital Geral, ele recebe o valor do procedimento. Quando ele é um centro de referência, ele tem um incremento do valor que varia de 10 até

66% dependendo do tipo de procedimento que ele disponibiliza para o seu usuário.

Então, existe, sim, ferramentas de gerenciamento de recurso diferenciado para a área dos queimados. Quanto à questão de números, que a gente precisa deixar claro, eu coloquei ali, a gente colocou o número com relação a atendimentos de internação por queimaduras.

Hoje é em torno de 24.500 internações por ano, isso foi o dado de 2008, por ano de queimaduras, que totalizou 19.870 usuários, pessoas que tiveram queimaduras. Então, é um número considerável por ano, que a gente precisa, sim, saber que isso é um número ali, estanque, anual, mas que esse acompanhamento ele vai sendo aí por um tempo que a gente não tem essa parametrização de quanto tempo vai precisar dessa assistência.

Quanto ao Senador Papaléo, ele me perguntou com relação à disponibilização... Das cartilhas, não há problema nenhum, muito pelo contrário, a gente tem interesse sim que sejam... Na verdade a intenção foi essa, que a gente sensibilizasse os gestores para eles estarem fazendo a sua distribuição. Eu só peço que no caso como foi uma ação que foi realizada em 2005, onde a gente enfatizou muito a questão da prevenção com relação às festas juninas, então fomos a Aracaju, Campina Grande, Caruaru, o Ministro estava na época era o Humberto Costa participando dessa ação... Eu só peço que o senhor me permita a gente fazer a atualização porque como está com o dado ainda do Humberto Costa, que a gente possa... Que o Dr. Temporão possa estar atualizando. Mas muito pelo contrário, a intenção... Oi?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. ROBERTA MARIA LEITE COSTA: Rapidamente, sim, claro, claro. Isso é coisas que a gente faz rapidamente. Basta que vocês tenham a solicitação que o gestor ou que o senhor... Como queiram, queiram estar fazendo essa distribuição, rapidamente a gente faz, sem problema nenhum.

A assessoria de comunicação tem a mídia disso, a assessoria de comunicação do Ministério da Saúde tem a mídia disso e é possível sim, não tem problema nenhum. Eu só preciso estar levando à assessoria de comunicação para que eles façam todas as atualizações e não... A intenção, na época, foi com relação a isso mesmo. Nós fizemos, os gestores... Alguns já acionaram, por exemplo, essa campanha repercutiu tão bem na época que foi o motivador do Município de Cruz das Almas que era um dos maiores índices de queimaduras do país. Os maiores índices. Se eu não me engano, 700 queimaduras no período junino

porque eles têm uma briga de espada... De... Eu não lembro o nome como chama, o gestor, Secretário de Saúde conversou comigo, mas eu não lembro, eles têm uma briga de lança, de fogos de artifício, de espada com fogos de artifício e aquilo gerava queimaduras inúmeras e gravíssimas.

E eles fizeram a campanha, deram continuidade a isso, reproduziram e houve uma redução... Se eu não me engano, 750 para 280 queimaduras no período.

Então, a gente fica muito à vontade para dizer que não há problema. Desde que a gente só atualize com relação à assessoria de comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dra. Roberta.

Bom, nós vamos encerrar, eu gostaria de fazer algumas considerações. Em relação a essa malha de compressão, por exemplo, dentro da próxima divulgação o SUS já está fornecendo a malha. Agora, temos que divulgar para as pessoas que o uso da malha é uma coisa necessária à pessoa, que vai prevenir a sequela posterior que é para haver maior aceitação da sociedade, das pessoas que estão sentadas dentro de dela no ônibus e na... EU sei, mas as pessoas aceitem. Porque a pessoa fica com um pouco de... Existe uma... É conscientizar a população sobre a necessidade deles usarem.

Outra coisa é que na próxima cartilha aqui, na próxima cartilha, apareça as lamparinas. Eu disse que não atendia mais queimado, assim, não cuidava mais do queimado na enfermaria, mas eu trabalhei na emergência até o dia que saí para a campanha política. Então, eu recebi muitas vezes queimado o pai e três filhos. A mãe e dois filhos. Eu me... Me deixava curioso, aquilo, como é que é? O que aconteceu?

É que eles fazem uma lamparina com aquela lata de leite ninho, mete um pavio e bota o diesel ali dentro. Aí, está acabando o óleo diesel, de noite na casa, no interior, bota na mesa a lamparina e pega a garrafa de diesel para encher e vem todas as crianças envolta para ver. É um acidente comum. As lamparinas. As lamparinas que é acidente comum na minha região. Vem toda a família queimada para o hospital. Então, que aqui chame atenção na próxima propaganda.

E também diz procurar o médico. 80% dos Municípios do Brasil não tem médico. Fique bem claro isso na cabeça. Então, procurar o serviço de saúde, a enfermeira, alguém que seja de referência.

E principalmente sobre essa visão que temos que ter que o Ministério da Saúde daqui pra frente, nos treinamentos da extensão básica, chame atenção para a prevenção de queimadas. O professor Flávio Novaes foi muito claro, que nós temos que trabalhar na prevenção da queimada. E se Deus quiser, Dr. José Adorno,

nós nunca vamos ter um queimadólogo no Brasil, que nós vamos trabalhar para que evite acontecer isso e para que esses acidentes diminuam.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, não serão muitos desempregados, não. Não tem isso.

Então... Eu gostaria de agradecer a presença de todos os convidados, que trouxe um assunto que é muito importante, nós temos um milhão de pessoas sofrendo isso, e tem outra coisa importante que eu vi aqui também.

A verba da saúde são 50 bilhões; bi, bi, 50 bilhões. Sabe quanto é que nós estamos gastando com queimado aqui, pela estatística da doutora? 8% daquela verba. É muito dinheiro gasto com queimado. Então, compensa fazer uma prevenção.

Eu não gostava de pensar em dinheiro, não, mas aqui a gente tem que fazer tudo pensando em dinheiro. Eu sou médico do interior. Tem que calcular isso. 8% da verba. Eu fiz uma regra de três, se eu não errei a minha regra de três aqui, dá 8%. É muito dinheiro gasto com queimado. Então... Se a gente falar em dinheiro, aí o pessoal... Não o pessoal assim da... O pessoal da grana que solta dinheiro para a saúde, se interessa mais de fazer as coisas. Temos que fazer uma campanha séria com isso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Talvez gastando 1% se faça uma campanha que vai reduzir esse custo 0,1%.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): 0,5% do orçamento a gente gastando para fazer isso. 8% do orçamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tratar é muito mais caro do que prevenir, sempre foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a sessão, dizendo que o Dr. Romero, que está ali, poderia começar a pensar, com a sociedade, sobre a inclusão dos queimados no deficiente físico. Que é o nosso assessor que elabora o nosso projeto e acha as brechas na lei pra gente meter o que a gente quer dentro.

Muito obrigado a todos e um bom dia pra todos.

Sessão encerrada às 11h55.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2009,

QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia quatro de março de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador Romeu Tuma, com a presença dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Romero Jucá, Kátia Abreu, Demóstenes Torres, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Junior, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Osmar Dias, Renato Casagrande, Marcelo Crivella, César Borges, Paulo Paim, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado de Oliveira, Neuto de Conto, Efraim Morais, José Agripino, Eduardo Azeredo, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy e a Senhora Senadora Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o biênio 2009/2010. Usam da palavra os Senhores Senadores Romeu Tuma, Expedito Júnior, Eduardo Azeredo, Valter Pereira, José Agripino, Antonio Carlos Junior, Adelmir Santana, Marco Maciel, Leomar Quintanilha, Osmar Dias, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Wellington Salgado de Oliveira e a Senhora Senadora Kátia Abreu. A Comissão elege Presidente o Senador Demóstenes Torres (DEM/GO). A Presidência suspende a presente Reunião às onze horas e trinta e três minutos, e reabre às dezoito horas e vinte e um minutos. A Comissão elege Vice-Presidente o Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB/MG). A Presidência declara encerrada a Reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos; e, para constar, eu, Gillete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **DEMÓSTENES TORRES**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª**SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 45 MINUTOS.**

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura. Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Se os Srs. Senadores e Senadoras concordarem... Aprovado.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2009/2010.

Eu queria informar que foi registrado até o presente momento a candidatura do Senador Demóstenes para Presidente, ficando em aberto, ainda, a falta de indicação para o Sr. Vice-Presidente. Então, nós poderemos dar início à votação de presidente deixando aberto a de vice para que haja a indicação do partido que fizer jus a isso.

Pergunto ao Senador Pedro Simon se quer presidir a Comissão. Senador Pedro Simon, pergunto se o senhor quer presidir? Eu já dei início.

Então, está à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação e marcadas com caneta esferográfica tinta azul, que já se encontra na cabina de votação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Exª pode começar a chamar para gente poder votar, Presidente? Porque há tantas comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só um segundinho que eu estou só assinando a cédula e já vou dar início. Senão a Secretaria aqui... Está dizendo que não pode.

Eu pediria que fosse designado um Sr. Senador para fiscalizar a votação. Senador Expedito, poderia fazê-lo? Por favor.

Chamo a Senadora Serys Slhessarenko. Senador Aloizio Mercadante. Aloizio Mercadante, ausente. Eduardo Suplicy.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Suplente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Antonio Carlos Valadares.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Eu vou chamar todos os titulares, em seguida... Porque pode chegar o titular antes de encerrar a sessão.

Senadora Ideli Salvatti. Senador Expedito Júnior. Senador Expedito Júnior. Senador Pedro Simon. Senador Almeida Lima. Gilvam Borges. Francisco Dornelles. Uma Questão de Ordem do Senador Pedro Simon. Por favor, atenção, Senador Pedro Simon pediu uma Questão de Ordem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu cometi uma irregularidade. Eu votei aberto na frente de todo mundo. Votando aberto na frente de todo mundo, eu mostrei o voto. E como a idade está pegando, me disseram que eu votei 'não'. Então, pelo amor de Deus, vai ter um voto 'não', que é o meu...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Só tem um candidato que não... Almeida Lima. Gilvam Borges. Gilvam Borges, já pegou a cédula? Francisco Dornelles. Valter Pereira. Romero Jucá. Kátia Abreu. Demóstenes Torres. Jayme Campos. Senador Marco Maciel. Antonio Carlos Júnior. Arthur Virgílio. Arthur Virgílio eu acho que foi votar na CRE. Flexa Ribeiro. Lúcia Vânia. Tasso Jereissati. Osmar Dias. Osmar Dias.

Vou chamar os Srs. Suplentes. Renato Casagrande. Augusto Botelho. Marcelo Crivella. Está aí presente. Senador Marcelo. Marina Silva. César Borges. Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT – RS): Aqui, viu?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Oba, irmão. Falta um do bloco de apoio ao Governo. Ainda falta um eleitor. Vou passar agora à maioria, PMDB, PP, os suplentes. Leomar Quintanilha. Renan Calheiros. Geraldo Mesquita. Falta um. Valdir Raupp. Wellington Salgado. Pode botar o Flexa. Marca o Flexa aí. Está faltando um, pode votar Senadora Ideli. Francisco Dornelles eu chamei aqui do PMDB e PP. Ainda não completou? Neuto De Conto. PMDB e PP fechou.

Bloco da minoria: Senador Efraim Moraes. Adelmir Santana. Raimundo Colombo. José Agripino. Eli-seu Resende. Eduardo Azeredo. Marconi Perillo. Mário Couto. Sérgio Guerra. Osmar Dias. Completo com o Osmar Dias?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O senhor pode votar agora. Chama o senhor e vota.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Eu vou votar.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Expedito, o que você é aí na ordem [ininteligível] todo entusiasmado com essa eleição?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Ele está entrando com recurso que impediram de ele ser candidato a vice. Eu vou chamar os partidos que faltam eleitor. Dois senadores... Tasso Jereissati... Já votou, Senador?

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Arthur Virgílio. Arthur Virgílio completa o...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É só votar. Aqui fechou.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Não, mas agora o senhor... Já completamos, graças a Deus, 23 votantes. Portanto... Não pode tirar e pôr outra vez. Não pode tirar voto e pôr outra vez.

Senhoras e senhores, pergunto se alguém quer levantar alguma questão, tendo em vista que foi encerrada a proporcionalidade dos partidos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): [risos]. Não, eu não sou o mais velho, mas o mais velho passou a responsabilidade à minha pessoa. E o Senador José Agripino concordou. Está liquidado o assunto. 23 votantes. Eu gostaria de ver quais poderiam ser Srs. escrutinadores. Expedito? Senador José Agripino poderia e o Senador ACM? Para levantar os votos. Então, ACM Júnior. Kátia Abreu, minha Presidente da República. 22 votos. Foram 23. Secretário... Eu votei. Espera um pouquinho, cadê o...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Vou ler a lista de votação. Serys Slhessarenko votou, Valadares votou, Ideli Salvatti votou, Expedito Júnior votou e Marcelo Crivella, o que completou... E Paulo Paim, completou o bloco de apoio ao Governo. Maioria, PMDB e PP. Votou Pedro Simon, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Leomar Quintanilha e Geraldo Mesquita Júnior, que completou a maioria PMDB e PP. Voto da minoria, DEM e PSDB. Kátia Abreu votou, Demóstenes Torres votou; Jayme Campos não votou, Marco Maciel votou, Antonio Carlos Júnior votou, Arthur Virgílio votou, Flexa Ribeiro votou, Tasso Jereissati votou, Efraim Moraes votou e José Agripino votou. Todos completaram DEM e PSDB. PTB – votei eu, e PDT – Osmar Dias. Então nós vamos contar. Quantos votaram aqui? Conta aqui como fiscal. 23. Está certo então.

Então, conferiu a lista com o número de votos. Tendo em vista os escrutinadores, vou pronunciar o resultado. Eu gostaria até... Senador Marco Maciel, tendo em vista o pronunciamento do Senador Pedro Simon, que ele autocomunicou o seu voto, como não por um erro, segundo ele, vai ser contado para poder

corresponder ao número de votantes. Então, foram 22 a favor do Senador Demóstenes Torres e um 'não', que foi comunicado como um erro do Senador Pedro Simon. Pergunto se alguém tem alguma questão a levantar a respeito. Senador Demóstenes Torres. Senador Demóstenes...

Então, eu comunico aos senhores presentes, Senadores e Senadoras e a imprensa, que praticamente por unanimidade o Senador Demóstenes Torres foi eleito para o biênio 2009/2010 como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Antes de passar a Presidência ao Senador Demóstenes Torres, queria comunicar, uma comunicação pessoal, Senador Casagrande, em razão da amizade que me vinculou ao Senador Demóstenes Torres durante a nossa vida profissional. Ele como promotor público e Secretário de Segurança do Estado de Goiás e eu Diretor da Polícia Federal, vários trabalhos pudemos realizar juntos. E como na expectativa de ter voltado à Comissão de Justiça, sem dúvida nenhuma terei um imenso prazer de trabalhar sob a Presidência do Senador Demóstenes, meu amigo pessoal; companheiro de trabalho e da mesma origem profissional.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Passo a Presidência ao ilustre--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não, pela ordem. Só um minutinho, então.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu também queria cumprimentar aqui o novo Presidente da CCJ, o Senador Demóstenes, mas também fazer aqui um agradecimento especial aqui ao Senador Marco Maciel. Não poderia deixar de registrar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aliás, olha, cumprimento V. Ex^a pela lembrança da eficácia e eficiência da Presidência do Senador Marco Maciel que soube conduzir com elegância, com discrição e com competência essa... E o nosso vice. O senhor foi vice?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vice.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nosso vice que também nas horas necessárias soube como--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu não poderia deixar passar em branco, Sr. Presidente, então eu gostaria de transmitir aqui o nosso abraço e os nossos agradecimentos ao Senador Marco Maciel.

[soa a campainha] E desejar ao Senador Demóstenes Torres sucesso e que Deus ilumine essa Comissão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, encerrou o mandato do Senador Marco Maciel, que tive a honra... Com quem eu tive a honra de exercer a Vice-Presidência desta Comissão. E eu não poderia deixar de fazer um registro da mais alta significação da convivência que nós tivemos durante esses dois anos sob a Presidência do Senador Marco Maciel. Indiscutivelmente ele honrou a Presidência desta Comissão. Foi uma figura extremamente ciosa de suas responsabilidades, agiu com espírito republicano em todos os momentos difíceis, em todos os momentos importantes dessa Comissão. Foi um democrata que soube ouvir, que soube assegurar a participação de todos nessa Comissão. De sorte que ao encerrar o nosso mandato eu quero prestar a minha mais sincera homenagem a esse grande homem público, a esse grande brasileiro chamado Marco Maciel. E registrar também a minha grande expectativa com relação ao Senador Demóstenes Torres, que vai assumir o comando deste órgão técnico a partir de hoje.

Indiscutivelmente trata-se de um dos mais brilhantes componentes desta Comissão, um parlamentar que tem participado ativamente de todas as decisões, tem discutido amplamente todo o ordenamento político, jurídico do nosso país, e especialmente mostrando um compromisso muito grande no combate à criminalidade. Portanto, eu acho que esse órgão técnico sai de mãos extraordinárias do Presidente Marco Maciel e passa para as mãos de outro jurista merecedor da nossa confiança, dada a dedicação, a competência e o espírito público que assinala a conduta do Senador Demóstenes Torres.

Portanto, meus parabéns ao Senador Demóstenes Torres e os nossos votos de que se conduza da melhor forma possível, dignificando mais ainda a Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador José Agripino, V. Ex^a.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria de, ao anunciar... Após o anúncio feito por V. Ex^a do nome do Senador Demóstenes Torres como vencedor do pleito, por quase unanimidade dos votos, eu gostaria, em nome do meu partido, partido que tenho a honra de liderar nesta Casa, manifestar o orgulho que temos, todos nós do partido, pelo trabalho feito nesses últimos meses pelo Senador Marco Maciel, ex-Governador, ex-Deputado, ex-Vice-Presidente da República, e que se ouve com extrema competência e com equilíbrio que são os traços característicos de sua ação política no desempenho do mandato de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

S. Ex^a prestou bons serviços ao país. Fez a Comissão andar com a velocidade que o país exige de uma Comissão importante como a CCJ, agiu com equilíbrio, com independência, com autoridade, mas com isenção, acima de tudo com isenção. E agora outro democrata, o ilustre Senador Demóstenes Torres, jurista de inegável preparo jurídico, permanente e assíduo membro titular da Comissão de Constituição e Justiça é eleito para suceder o Senador Marco Maciel.

Estamos vivendo uma crise de profundidade, Senador Romeu Tuma. O papel do Senado e das suas comissões mais importantes pode ser muito importante para a identificação de saídas para a crise, ou para a votação de coisas que facilitem a saída da crise. Quando eu falo coisas, são leis. E o aperfeiçoamento é muito produto da condução das comissões, do comando. A agilidade, o aperfeiçoamento do texto, é produto claro que do entendimento do grupo que compõe a Comissão. Mas o maestro é o Presidente. E acho que nós estamos na Comissão de Constituição e Justiça como estivemos com Marco Maciel, estamos nós Senadores muito bem servidos com o novo presidente. Com Demóstenes Torres que vai assumir e a quem eu desejo em nome do meu partido o melhor êxito em nome do interesse do nosso país. Muito obrigado a V. Ex^a e sucesso ao Senador Demóstenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que o DEM, que conduziu por esses últimos anos a Comissão, Senador José Agripino, a condução do DEM na Presidência dessa Comissão se deve à visão profunda que V. Ex^a tem em escolher aqueles que realmente poderiam dar esta velocidade e essa produtividade que a Comissão teve até hoje, da Presidência de membros do DEM. Os dois são excelentes. Eu quando pude estava aqui com indicação de V. Ex^a, e sei o que representa para o Congresso o trabalho da Comissão de Justiça. Cumprimento também V. Ex^a por tudo isso.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [falas sobrepostas] para passar a Presidência.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu não sei se devo passar a Presidência ou segurar um pouquinho. Porque eu queria alertar os Srs. Líderes, Presidente Líder José Agripino, o Vice-Presidente da Comissão, que ficou em aberto. Ficou em aberto por falta de indicação. Se quiserem me indicar eu estou aqui. Mas... Tem que decidir isso para ele poder ter um Vice-Presidente já pronto para na hora

de necessidades substituí-lo. Então, provavelmente ele marcará uma nova reunião para a eleição do Vice-Presidente. Pois não, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, eu também queria fazer aqui, também uma homenagem justa ao presidente que sai, Presidente Marco Maciel, pela sua conduta durante o período em que presidiu a CCJ, com uma produtividade muito grande, com eficiência bastante grande, com a sua competência e a sua forma de agir.

Então, a Comissão realmente trabalhou bastante. Eu queria fazer... Homenagear o presidente que sai; Presidente Marco Maciel, e também saudar o novo presidente, o nosso companheiro Demóstenes Torres também de competência comprovada e que, com certeza, vai fazer com que a CCJ caminhe, digamos, no ritmo importante, aqui o ritmo que o Senado precisa. Então eu queria também saudar o ex-Presidente Marco Maciel e saudar o novo Presidente, Demóstenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em seguida Adelmir Santana.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Presidente. Eu também gostaria... Não poderia deixar aqui de homenagear o nosso Marco Maciel, essa pessoa tão íntegra, tão capaz, tão competente, tão equilibrada, e que conduziu essa Comissão com primor, com a sua elegância de sempre, com o seu equilíbrio, sem fazer distinção entre os colegas, por questão partidária, sempre distribuindo as relatorias de forma equânime, e eu quero aqui, ainda dizer, que um dos momentos mais importantes da minha vida pública foi quando relatora da CPMF, escolhida pelo Senador Marco Maciel, Presidente dessa Comissão, que eu só tenho a agradecer-lo por essa experiência extraordinária que, de certa forma, projetou também o meu trabalho aqui no Senado Federal e quero dizer, Senador Marco Maciel, que o senhor não é só o orgulho da sua família, dos seus filhos, mas um orgulho dos Democratas. Nós temos imensa alegria em tê-lo no nosso quadro, porque em todos os lugares que o senhor nos representa o senhor sempre faz um grande papel, nos orgulhando sempre, nos ensinando, e mostrando ao Brasil os quadros extraordinários que o Democratas tem aqui no Senado Federal.

E desejar também boas-vindas ao Senador Demóstenes Torres pela sua experiência, pela sua capacidade. Eu tenho certeza que você também vai fazer um brilhante trabalho. Quero dizer que você conte conosco, do seu partido – Democratas, estou aqui nessa Comissão como titular para que nós possamos aprovar; debater, discutir as matérias, que são importantes

para o nosso país, e principalmente para a sociedade brasileira. Parabéns, Demóstenes. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Antes de passar a palavra ao Senador Adelmir, queria saudar o Deputado Rodrigo Maia, ilustre Presidente do DEM, que vem demonstrar o prestígio do Senador Demóstenes ao assumir a Presidência dessa importante Comissão. Com a palavra Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, eu queria inicialmente dizer da minha alegria em ter sido conduzido nessa Comissão como um de seus membros titulares pelo Senador Marco Maciel, que substituiu o não menos brilhante e bom condutor dessa Comissão, Senador ACM. Esta Comissão teve, na segurança de Marco Maciel, na forma como conduziu seus trabalhos, um bom desempenho nesse período. Eu costumo dizer que gosto de estar sempre ao seu lado. Lamentavelmente, até por questões de ordenamento de trabalhos aqui na Casa, eu não vou fazer parte como titular desta Comissão na gestão de Demóstenes Torres. Mas tanto quanto ACM e Marco Maciel, eu tenho certeza de que essa Comissão sob a regência de Demóstenes Torres terá, naturalmente, a mesma desenvoltura, a mesma segurança que nós tivemos a oportunidade de observar nesses últimos anos. Parabenizo, portanto, a Demóstenes Torres, agradeço a Marco Maciel pela convivência nesse período e à forma como conduziu também quero lhe parabenizar a forma de condução da Presidência da CCJ. Parabenizo aos dois desejando sucesso ao que chega e a certeza de que vamos caminhar numa direção com segurança da Comissão mais importante dessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Marco Maciel. Senador Marco Maciel, V. Ex^a vai falar? Eu convidaria V. Ex^a a sentar aqui na Mesa e passo a Presidência ao Demóstenes e V. Ex^aalaria ao lado dele, se permitisse. Por favor. E passo a Presidência ao ilustre Senador Demóstenes Torres.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Passo a palavra ao nosso ilustre Presidente, Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Presidente Demóstenes Torres, graças à gentileza do Senador Romeu Tuma e de V. Ex^a eu tenho a oportunidade de falar no instante em que V. Ex^a acaba de ser eleito para presidir a Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Presidente, só para eu suprir uma falha, chamar para a Mesa o nosso querido Pre-

sidente do DEM, Rodrigo Maia. Considere-se, então, sentado aqui na Mesa, Presidente.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então eu gostaria, Sr. Presidente, de aproveitar a ocasião para agradecer entre [ininteligível] e sensibilizado as palavras do Senador Valter Pereira, que foi um assíduo Vice-Presidente da Comissão e seus conhecimentos jurídicos muito ajudou a que nós dilucidássemos questões complexas na Comissão de Constituição e Justiça. E devo agradecer, portanto, o trabalho que o Senador Valter Pereira cumpriu aqui no momento em que nós assumimos a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça em função do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, que presidia a Comissão com muito talento, engenho e arte e que realizou um trabalho notável em vários campos no Congresso Nacional, mas de modo especial na Comissão de Justiça, sobretudo com a sua preocupação no combate à violência. Nesse sentido foram aprovados muitos projetos, fechados depois num pacote chamado pacote contra a violência que produziu bons resultados.

Devo também aproveitar a ocasião para agradecer também as generosas palavras proferidas pelo Senador Antonio Carlos Júnior que sucedeu seu pai na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e se ouve também de forma muito competente, e mais do que isso, caracterizado por uma grande assiduidade, que era outra característica de seu pai também, que sempre estava presente nas Comissões de Constituição e Justiça. E acredito que ele muito nos ajudou, relatando projetos complexos, e permitindo fazer com que nós pudéssemos avançar na aprovação de muitas proposições, muitas das quais ainda dependem de homologação de aprovação pelo Plenário.

E desejo também estender meus agradecimentos para a Senadora Kátia Abreu, que foi relatora do momentoso... Da momentosa PEC relativa à CPMF, e graças à sua aplicação e à sua dedicação nós obtivemos o que eu considero uma grande vitória, foi contribuir de alguma forma para reduzir a carga tributária que incide de forma regressiva, de modo especial sobre os estamentos mais... De menor poder aquisitivo de nossa população.

E por fim queria fazer uma referência também ao Senador Adelmir Santana, que integrou de forma muito competente a nossa Comissão, relatou muitos projetos, mormente aqueles relativos ao Distrito Federal e seu entorno.

Agora, não poderia deixar de fazer aqui ainda uma referência muito especial à presença do Presidente do partido, como V. Ex^a já salientou, do Deputado Rodrigo Maia. E é importante lembrar que atuamos aqui Câmara e Senado em parceria sobre muitas das

questões que nos desafiaram ao tempo em que exerci a Presidência da Comissão.

Desejo, por fim, Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres, agradecer a colaboração que o Senador Romeu Tuma nos deu nesse momento da transição, mas também dizer a V. Ex^a que a escolha do seu nome foi uma escolha que teve uma repercussão muito positiva no Senado e, especialmente, nesse colegiado. Por que... E isso se extrai inclusive da votação que V. Ex^a teve que expressa o reconhecimento que a Casa tem com relação à sua pessoa, pela sua conduta, pelos seus conhecimentos jurídicos e também pela sua dedicação às atividades aqui do Senado Federal, de modo especial essa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto eu faço votos, mas eu tenho certeza que isso se materializará, ou seja, isso vai acontecer, que V. Ex^a... Faço votos que V. Ex^a venha continuar agora alçado à condição da Presidência da Comissão, continuará a oferecer sua melhor colaboração ao Senado, ao Congresso Nacional e assim fazendo com que nós possamos melhorar o desempenho das nossas instituições. E inclusive avançando também no plano de aprovação de projetos que visem a dar ao país um clima que todos nós aspiramos, sobretudo nessa área de Segurança Pública e de combate à violência. E, portanto eu cumprimento V. Ex^a, felicito-o pela sua eleição, mas expresso também a minha alegria em vê-lo investido na função e também expresso o meu desejo de colaborar com o trabalho fecundo que V. Ex^a vai realizar. Muito obrigado a V. Ex^a.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu quero me associar aos colegas que me antecederam, Sr. Presidente, ao desejar votos de muito sucesso a V. Ex^a na condução dos destinos dessa tão importante Comissão. V. Ex^a que tem uma atuação destacada na Casa e particularmente nessa Comissão, revelando saberes jurídicos extraordinários, à altura das demandas deste país, e das expectativas que a população tem com relação ao Senado e com relação à CCJ. E nós, integrando esta Comissão, esperamos poder prestar também a nossa modesta contribuição para que a sua gestão seja revestido em melhor desempenho e tenha êxito total.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Presidente, Senador Demóstenes, permita só uma breve interrupção. Gostaria também de ressaltar de modo muito especial a forma também como aqui se comportou o nosso líder, Senador José Agripino. O líder da

nossa bancada, que foi membro assíduo e que também trouxe uma boa contribuição ao desenvolvimento de nossos trabalhos. E aproveito a ocasião também para agradecer as demais agremiações partidárias que estão representadas aqui na Comissão pela colaboração que nos deram a mim e ao Senador Valter Pereira na condução das nossas atividades. Muito obrigado a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Obrigado. Eu... Por favor, Sr. Presidente. É uma honra tê-lo aqui, e eu devo confessar que hoje é um dia especialmente feliz na minha vida. Ser Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado é, digamos, o coroamento de uma carreira jurídica que eu já não tenho mais. Eu tive a oportunidade de ser Procurador-Geral de Justiça do meu Estado duas vezes, Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e aqui eu vejo o Dr. Cosenzo, que hoje é Presidente da CONAMP, eu fui Presidente duas vezes do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça, foi quando tive a oportunidade de pela primeira vez visitar V. Ex^a como Vice-Presidente da República, e acabei sendo Secretário de Segurança Pública e Secretário de Justiça do meu Estado. E confesso que eu tenho uma paixão pelo direito. Mas me transformei num político. E gosto de ser político. Acho que a nossa atividade é essencial, imprescindível para o país.

O Poder Legislativo, assim como os demais poderes, tem uma missão ética fundamental. E uma missão de fazer com que o cotidiano das pessoas avance. Nós não... Nós não conseguimos, ainda, ter o modelo ideal, digamos assim, para a entrada das pessoas na política, para a investidura dessas mesmas pessoas, o desempenho delas... Todo esse problema que nós enfrentamos. Mas, afinal de contas, acho que praticamente todos os países do mundo também têm esses problemas. Mas nós não podemos usar isso como subterfúgio para não resolvermos tudo isso.

E me sinto muito feliz também em suceder três grandes Presidentes que aqui passaram. Edison Lobão, que foi o nosso primeiro Presidente, depois Antonio Carlos Magalhães, que era uma figura extraordinária, como todo ser humano com os seus defeitos, mas principalmente suas virtudes, um homem que eu tinha profunda afeição e que me prestigiou muito nessa Casa. E agora V. Ex^a, esse político, intelectual, com uma carreira absolutamente serena e produtiva, Governador de Estado, Presidente da Câmara dos Deputados, Vice-Presidente da República, membro da Academia Brasileira de Letras... São tantos os atributos de V. Ex^a que nós passaríamos o dia aqui tentando encontrar ainda mais adjetivos para poder qualificá-lo.

Mas V. Ex^a, acima de tudo, é um grande companheiro de partido, é um homem público de espírito elevado, é um ser humano conciliador e fico muito feliz de receber das mãos de V. Ex^a essa Presidência.

Eu tenho certeza, e V. Ex^a já disse aqui, foi modesto no que disse quanto a seus feitos à frente da Comissão. Foram muitos. V. Ex^a teve que fazer o pacote, concluir o pacote antiviolação que foi iniciado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Ex^a apresentou diversas matérias relativas à Reforma Política. E conseguiu, sobretudo, dar a importância a cada um que aqui estava. V. Ex^a distribuiu com equidade projetos para que as pessoas, os Senadores pudessem relatá-los e, infelizmente, até por conta do excesso de Medidas Provisórias muitos deles acabam parados na Mesa e nós não conseguimos votá-los. Mas, à medida que eles forem votados, a gestão de V. Ex^a ainda encontrará maior realce, mostrando a importância que teve para o Brasil.

Eu assumo disposto a trabalhar como trabalhou V. Ex^a. Nós temos aí uma série de projetos na área de Segurança Pública, na área de justiça, da Reforma Política que todos mencionam, nós temos uma Constituição que precisa ser complementada, são mais de 60 artigos ainda pendentes de complementação, eu tenho certeza que eu não vou dar conta de fazer tudo, que nós não vamos dar conta de fazer tudo. Mas, podemos caminhar. Eu estava esperando assumir a Presidência, eu sou um homem bastante precavido, jamais sentaria por antecipação numa cadeira, tanto é que não procurei V. Ex^a para que nós pudéssemos conversar sobre a Comissão, o farei, pedirei uma audiência a V. Ex^a para que nós possamos conversar e V. Ex^a transmita toda a sua experiência que, com certeza, vai me ajudar a conduzir os trabalhos dessa Casa.

E finalmente agradeço a todos os meus colegas de partido, ao presidente do meu partido, Senador Rodrigo Maia, que tem empreendido um grande esforço em fazer com que... Já está vindo? É um ato falho positivo. Deputado Rodrigo Maia, que tem feito um grande esforço para que o nosso partido se transforme no partido do Brasil moderno. Não que nós no passado não tenhamos ajudado. V. Ex^a mesmo foi um dos grandes expoentes na confecção da frente liberal que ajudou a fazer com que esse país se transformasse numa democracia. V. Ex^a é uma figura histórica das mais proeminentes. E o Senador... O Deputado Rodrigo Maia, agora investido na função de presidente cria também... Tenta transformar o nosso partido e tem conseguido em grande parte fazer um partido moderno e um partido que corresponda aos anseios de toda a sociedade.

Agradeço ao que eu chamo de líder hereditário, nosso Antonio Carlos Júnior, ao Senador Leomar Quintanilha, aos Senadores ausentes que hoje nós estamos votando todas as demais Comissões, e agradeço, principalmente, aos eleitores, ao povo do meu Estado que me confiou esse mandato e que eu espero cumpri-lo a contento até o fim.

Por fim, eu suspendo essa sessão uma vez que o regimento prevê... Concedo a palavra a V. Ex^a.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, desculpe interrompê-lo antes... Para antes que V. Ex^a encerre a presente reunião, eu gostaria de registrar também a colaboração que encontrei da Secretaria da Comissão. À frente a Dra. Gildete Mello e toda a sua equipe, e também agradecer a assessoria do Senado Federal, que, sobretudo os integrantes que estavam destacados para o acompanhamento das atividades da Comissão de Justiça... Comissão de Justiça e Cidadania. Portanto, eu não queria deixar de consignar esse nosso reconhecimento ao profissionalismo dos membros, do secretariado... Da Secretaria da Comissão, mas também da Assessoria Técnica do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, por fim eu suspendo a presente sessão, o nosso regimento diz que o Presidente tem que ser... O Vice-Presidente tem que ser eleito na mesma sessão do Presidente. Então, eu vou suspender a sessão e ainda hoje, assim que o PMDB indicar o seu candidato a vice, essa Comissão tradicionalmente o vice é do PMDB, e já foi definido que será também do PMDB nessa gestão, então suspendo essa reunião e assim que tivermos uma posição do PMDB eu comunico a todos os membros para que nós possamos novamente nos reunir e fazer a eleição do Vice-Presidente. Muito obrigado e fico muito feliz, repito, de ter recebido das mãos de V. Ex^a. Para mim uma grande honraria.

Sessão suspensa às 11h33.

Sessão reaberta às 18h21.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental declaro reaberta a 1^a Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 53^a Legislatura, destinada à eleição do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2009/2010.

Foi registrada até o presente momento a seguinte candidatura: Senador Wellington Salgado. Sobre a Mesa encontram-se à disposição das senhoras Senadoras e dos senhores senadores as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão

ser utilizadas após a chamada nominal para votação e marcadas com caneta esferográfica, tinta azul, que já se encontra na cabine de votação.

Será procedida a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias. Encerrada a votação faremos a devida apuração.

Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para votar?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para votar.

Senador Wellington Salgado. Senador Valter Pereira. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Em ordem alfabética, não é Presidente?

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Jayme Campos. Senador Antonio Carlos Júnior. Peço apenas para que os senhores assinem a lista de votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como ele não pediu, não tem como.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É... [risos]. Disse que você não pediu, votou em branco.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não faz isso comigo não, eu já trabalhei para você.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Presidente, eu quero fazer uma denúncia aqui: está fazendo boca de urna, crime eleitoral, chamar aqui o pessoal do MP aqui para ver se...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aí é só falar com o Demóstenes, vem tudo.

[risos].

O MP todinho, o Demóstenes conhece todo mundo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente. Presidente. Presidente. Presidente Demóstenes, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que hoje durante a votação que elegeu V.Exa. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, eu não tive oportunidade de me pronunciar, porque estava muito tumultuada a eleição hoje de manhã aqui no Senado, especialmente na Comissão de Infraestrutura.

Mas eu gostaria de nesse momento de manifestar aqui a minha alegria de ver V.Exa. presidindo essa

Comissão, e o Senador Wellington como Vice, e dizer a V.Exa. que como titular do PDT nesta Comissão, estarei à disposição de V.Exa. para a missão que V.Exa. me designar, relatar matérias importantes, relatar aquilo que interessa ao país, numa Comissão importante como é a CCJ, a mais importante do Senado.

Nós teremos, sem nenhuma dúvida, uma tarefa difícil nesse semestre, em função das matérias que se prenunciam vindo para cá, reforma política, emendas constitucionais que nós teremos que votar aqui. Deus queira que venha a Reforma Tributária em forma de emenda constitucional, terá que passar por aqui.

Então, V.Exa. tem uma tarefa imensa a cumprir juntamente com os membros dessa Comissão. Da parte do PDT, de minha parte, eu quero desejar muito sucesso e dizer que V.Exa. merece ocupar o posto de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, pelo desempenho do seu mandato com o rigor e a seriedade que o caracterizam.

Portanto, Senador Demóstenes, com os cumprimentos do meu partido, o PDT, desejo muito sucesso a V.Exa. e ao Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V.Exa. e retribuo todos os adjetivos que V.Exa. me endereçou. Realmente V.Exa. é um orgulho para essa Casa, um grande senador e tenho certeza que como membro da Comissão irá receber diversas tarefas da maior importância, e honrará cada dia mais o seu mandato e os brasileiros que o escolheram para ser Senador da República, um dos melhores de nossa legislatura. Agradeço a V.Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, senhor Presidente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra pela ordem ao ilustre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, hoje de manhã tive oportunidade de realçar os atributos que ornamentam o seu caráter, sua conduta nesta Casa e tenho a certeza de que V.Exa. fará um trabalho à altura do seu antecessor, que foi o Senador Marco Maciel, que emprestou a esta Comissão um extraordinário prestígio, mercê da produção legislativa que aqui teve, desde a ascensão do Senador Antonio Carlos Magalhães, que em momento de rara oportunidade criou aqui um mutirão anti-violência, que ele efetivamente contribuiu para o combate a esse mal, já que muitas das medidas preconizadas defendidas, sustentadas aqui nesta Comissão, hoje fazem parte do ordenamento jurídico penal do nosso país. E V.Exa. teve um papel fundamental.

Portanto, tudo o que eu disse hoje pela manhã corresponde inteiramente a verdade. E a expectativa nossa é das melhores possíveis. E é uma expectativa também muito promissora até porque V.Exa. ganha como Vice-Presidente outro parlamentar diligente. O Senador Wellington Salgado presidiu a Comissão de Ciência e Tecnologia, onde teve uma regularidade absoluta, inquestionável, com grande rendimento. Um parlamentar que atuou com bastante eficiência e que deixou naquela Comissão uma página histórica de grande trabalho, de grandes serviços prestados ao Senado Federal e ao país. Portanto, tenho a certeza que V.Exa. vai ter alguém que tem uma atuação efetiva, dinâmica e muito competente ao seu lado.

Quero, portanto, neste momento, felicitar mais uma vez V.Exa. e fiz questão de comparecer hoje aqui a tarde para dar meu voto especialmente ao meu companheiro de partido, Wellington Salgado, na certeza de que ele vai dar uma grande contribuição. É um parlamentar sobretudo versátil, um parlamentar que aprendeu com bastante rapidez.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Um grande parlamentar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Um grande parlamentar. E tem uma característica que o torna polêmico, que é um homem que joga aberto, que enfrenta o debate de peito aberto, com muita franqueza, com muita lealdade e isso daí é uma marca que eu respeito e que admiro e, por isso, tornei-me amigo do Senador Wellington Salgado, a quem eu desejo que seja um grande parceiro dessa Comissão e um grande auxiliar da Mesa Diretora dos trabalhos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V.Exa. e digo que V.Exa. é um dos grandes parlamentares, juristas, desse país. V.Exa. tem uma formação sólida, é um advogado brilhante, é um palestrante reconhecido no Brasil inteiro, no seu Estado é um homem especialmente admirado e nós fazemos coro com o Estado que o escolheu Senador.

E digo o mesmo que V.Exa. disse do nosso Senador Wellington Salgado. Aliás, é quem tem experiência, presidiu duas Comissões nessa Casa: Comissão de Educação e Comissão de Ciência e Tecnologia e que, por muitas vezes, irá dirigir os trabalhos e, com certeza, honrará essa Comissão.

O Senador Jaime Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Sr. Vice-Presidente Senador Wellington Salgado. Eu quero apenas externar aqui a minha alegria, meu contentamento de ver V.Exas. investidos no cargo de Presi-

dente dessa Comissão tão importante, que é a CCJ, e de Vice-Presidente.

Certamente os senhores terão a capacidade suficiente, como sempre tiveram no longo de sua trajetória como parlamentar desse Congresso Nacional, de fazer um trabalho exemplar, sobretudo, nos liderando como naturalmente Presidente e Vice-Presidente, e nós como membro titular desta Comissão, a certeza em cumprir o nosso papel, sobretudo na medida em que esta Comissão é uma das Comissões mais importantes aqui no Senado Federal.

Portanto, tenho a certeza que Demóstenes Torres e Wellington Salgado, é uma dobradinha que, certamente, qualquer Comissão seria imprescindível a participação e a presença de V.Exa., na medida que são pessoas que têm história e que certamente querem fazer com que o Senado Federal seja resgatado em toda a sua plenitude àquilo que lhe cabe, que é legislar, fiscalizar e acima de tudo de defender os interesses da sociedade brasileira.

Portanto, meu correligionário Senador Demóstenes Torres, falo a V.Exa. de que o nosso contentamento, a nossa alegria, dos Democratas desse país de ver V.Exa. na Presidência da CCJ, certamente simboliza, com certeza, a figura do político correto, honesto, competente e, acima de tudo, ético. Por isso tenha a certeza que hoje os Democratas do Brasil se sentem realmente lisonjeados e acima de tudo orgulhosos de ter V.Exa. na Presidência.

Da mesma forma também me dirijo ao valoroso companheiro, Senador pelo Estado de Minas Gerais, companheiro Wellington Salgado, que, como bem disse aqui o Senador Valter, já foi Presidente da Ciência e Tecnologia, da Educação, enfim, tem toda uma experiência para que possa, certamente, conduzir bem os trabalhos dessa Comissão tão importante que é a CCJ, no Senado Federal.

Sucesso, felicidades e que Deus abençoe V.Exas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço as palavras de V.Exa. e digo que V.Exa. é um brasileiro ilustre, do melhor quilate e tenho a honra de ser seu colega de bancada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra, antes ao Senador Flexa Ribeiro, que tinha se inscrito antes, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Demóstenes Torres, Vice-Presidente Senador Wellington Salgado. Eu, pela manhã, eu tive a satisfação de votar em V.Exa. para a Presidência da

CCJ, mas não tive a oportunidade de me pronunciar. E hoje nessa nova Sessão Ordinária, eu complemento a satisfação votando no Senador Wellington Salgado para a Vice-Presidência desta importante Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

E o faço, Senador Demóstenes, com a maior tranquilidade, porque reconheço em V.Exa. todas as condições para exercer esta Presidência de forma exitosa, pela sua competência, pela sua... Pela condução que V.Exa. já deu aos trabalhos desta Comissão, como relator dos mais importantes projetos que por aqui tramitaram ao longo dessas sessões legislativas anteriores.

Então, isso o credencia, dentro evidentemente do conhecimento jurídico que V.Exa. é capacitado, de exercer essa Presidência e levar a bom êxito os trabalhos da Comissão.

E ao seu lado, Senador Wellington Salgado, que teve um trabalho exemplar nos dois anos da sessão legislativa passada, a frente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática do Senado. Então, ele vem, a partir de agora, ajudá-lo a que conduza os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça, no caminho do que seja melhor para o Brasil, como V.Exa. tem defendido sempre nos pronunciamentos, na sua posição, honrando o povo de Goiás que o elegeu para representá-lo no Senado Federal.

Parabéns, que Deus abençoe a V.Exa. e ao Senador Wellington na missão que iniciam nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço imensamente as palavras de V.Exa., que também terá uma função extraordinária aqui, para que possamos encontrar esse melhor caminho para o Brasil.

V.Exa. que é um Senador de espírito público elevado e um dos grandes companheiros que nós temos nessa Casa. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, senhores senadores, eu já havia me manifestado pela manhã, saudando a eleição de V.Exa., que sem dúvida é uma... Engrandece esta Comissão e o próprio Senado, eu acho que nós não teríamos... A substituição do Senador Marco Maciel não poderia ser tão bem feita quanto sendo entregue a V.Exa.

Então, realmente, V.Exa. tem todos os predicados para conduzir essa Comissão num momento importante do Senado e eu quero novamente saudá-lo e também saudar ao nosso colega Wellington Salgado, que cuja experiência de Comissão nós já vimos, já está comprovada, eu fui, tive a oportunidade de ser membro da CCT onde ele era Presidente e realmente a produção legislativa lá foi muito boa. Portanto, o

Senador Wellington também vai com certeza ajudar a V.Exa. a fazer um bom trabalho aqui na CCJ. Gostaria de saudar também o nosso colega, o Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço as palavras de V.Exa., Senador Antonio Carlos Júnior. E as retribuo. V.Exa. é um colega que já tinha mais experiência na Casa, já tinha sido Senador anteriormente, encontra-se no seu segundo mandato, é filho de um homem que é referência na política baiana e nacional e V.Exa. mesmo é uma grande referência e pai também de um outro grande Deputado, um homem, uma família política saudável e, com certeza, V.Exa. nos ajudará muito nessa Comissão.

Já encerrou?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já tem o total de votos?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a votação, convido os Senadores Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira para funcionarem como escrutinadores.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Branco... Ué? O quê que está acontecendo aqui? Branco, branco, branco, branco... O quê que aconteceu? As cédulas todas são brancas.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Seis "Sim". Sete...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): 12.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu fiz 13.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): 13?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): 13 votos sim, nenhum branco.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concluída a apuração dos votos foi verificado o seguinte resultado: Vice-Presidente eleito o Senador Wellington Salgado com 13 votos "Sim", nenhum "Não", nenhuma abstenção.

Passo a palavra ao ilustre Senador Wellington Salgado, para que possa usar da palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente Demóstenes Torres, demais Senadores presentes, todos que estão me vendo pela TV Senado.

Eu me sinto muito feliz de ter sido eleito Vice-Presidente desta Comissão. O destino, muitas vezes se diz, que se você pudesse ver o futuro você enlouqueceria, porque realmente tem coisas que acontecem, que há 15 anos atrás eu não poderia imaginar.

Eu participei e vi o povo goiano votando no Senador Demóstenes, toda a sua caminhada política. Então, eu me sinto muito orgulhoso de ser o Vice-Presidente de V.Exa. Não porque o meu partido me indicou e realmente eu tenho que agradecer também ao meu partido, Senador Pedro Simon, que declinou também, que foi o indicado pelo partido. Para mim é uma honra muito grande substituir o Senador Valter Pereira, que era o Vice na... Do Senador Marco Maciel.

Agora, me sinto muito feliz de caminhar ao lado de V.Exa. Conheço a história de V.Exa. no Estado de Goiás, vi o quão, o quanto moderno na área da legislação V.Exa. é, acredito que esse mandato V.Exa. vai conduzir esta Comissão para caminhos da modernidade jurídica, que V.Exa. é uma pessoa, um homem, um político atualizado, muito bem informado, um homem que lê, um homem que procura estar sempre atualizado com o nosso tempo, com a questão dos julgamentos que acontecem no país, qual é o caminho jurídico que está acontecendo.

E eu sempre digo para V.Exa., que espero um dia vê-lo no Supremo, eu digo porque vai ser muito bom para o país. V.Exa. é uma daquelas cabeças que conduzem o país. Não é porque estou na presença de V.Exa. não, porque isso, em conversa sempre, digo isso, inclusive, membros do meu partido.

Então, é uma honra muito grande, é uma Comissão, é a Comissão mais importante do Senado Federal, é uma Comissão que, presidida por V.Exa., como já disse aqui, vou repetir, tenho certeza que irão acontecer uma série de mudanças modernas aqui que vão ser, vão acabar ocasionando uma série de discussões aqui com votações que vão ser polêmicas e V.Exa. vai conduzir essa Comissão e essa Comissão vai conduzir o Senado e a nação brasileira para um caminho de mais modernidade.

Me sinto também muito bem nesse momento por ter aqui o Senador Antonio Carlos Júnior, porque toda a vez que eu entro nessa Comissão eu lembro do pai de V.Exa., porque o pai de V.Exa. ele conseguia dar a austeridade e a respeitabilidade que essa Comissão exige, ao mesmo tempo que tinha também uma bondade que poucos falaram na sua história. E eu conheci essa bondade do Senador Antonio Carlos. Então, no momento que eu vejo o seu filho aqui, pai do Deputado mais votado da Bahia, da história da Bahia, que eu fiz essa consulta, eu me sinto confortável.

E eu sempre via o Senador Antonio Carlos com um carinho muito grande com o Senador Demóstenes, as principais, as questões que mais, que teriam mais debate ele sempre dava a relatoria para V.Exa. Ele tinha um carinho muito especial com V.Exa., sempre dava as relatorias importantes para V.Exa., isso é verdade, eu sentia que ele estava como se preparando V.Exa. para um dia estar sentado nessa cadeira que se encontra agora.

É impressionante como a gente, olhando para trás, e vendo o momento que a gente está vivendo, a gente consegue ver como o destino estava sendo bem encaminhado, eu via, todas as vezes, o Senador ACM, sentava aqui, ele pegava as coisas mais importantes e dava para V.Exa. Eu falava: "Mais que danado, ele tem um carinho especial para o Senador Demóstenes". Na verdade ele estava preparando...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Marco Maciel também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, claro, claro também. Mas eu digo assim, eu sentia mais como se ele estivesse preparando V.Exa. para um dia sentar nessa cadeira, e realmente era o que ele estava fazendo. É impressionante!

E V.Exa. chega hoje a essa cadeira da Comissão mais importante do Senado Federal, que é a CCJ, com um partido que, para mim, foi o partido que foi o maior vencedor dessas eleições que aconteceram nessa Casa, foi o partido que conduziu com o objetivo, uma eleição polêmica que nós tivemos, com a base do Governo, posições contrárias, No entanto, o Partido dos Democratas, o partido de V.Exa. não vota mostrando voto, é um partido que politicamente foi o mais correto. Conseguiu os seus objetivos políticos, honrou os seus acordos feitos e ninguém questionou, porque sabe que o DEM foi nessa linha.

Então, V.Exa. junto com o Senador José Agripino, Senador Marco Maciel, estão de parabéns, Senador Antonio Carlos, por pertencer a um partido que caminha numa direção que é a direção de cumprimento das posições, não importa que às vezes elas sejam até questionáveis, mas vocês sempre caminham firmes.

Então me sinto muito orgulhoso de ter vivido esse momento ao lado dos Democratas e me sinto orgulhoso por todo o momento que virá, eu sendo Vice de V.Exa. Tenho certeza absoluta que aqui aconteceram debates maravilhosos, polêmicos e ao mesmo tempo modernos e caminhando para uma situação de modernidade jurídica que é o que esse país precisa. Nós não podemos ter as questões demorando tanto a ser julgadas, Senador Demóstenes, porque muitas vezes

a demora do julgamento acaba levando um lado à vitória sem ter o julgamento.

Então, V.Exa., muitas vezes também tivemos posições contrárias mas nos respeitamos. Eu acho que isso é que é o importante na política. Então, agradecendo ao meu partido por ter me indicado, mas ao mesmo tempo muito feliz de ser o Vice de V.Exa., que com certeza marcará a história.

Muito obrigado ao meu partido, aos senhores que votaram em mim, muito obrigado a Valter Pereira, a quem com certeza vou me consultar quando tiver questões polêmicas que o Presidente me colocar algumas responsabilidades, porque em termos jurídicos o nosso partido, respeito V.Exa. e o Senador Almeida Lima, V.Exa. sabe disso, são os dois juristas do PMDB e esse momento eu queria até falar mais tempo, porque é um momento maravilhoso que tem que se curtir ao máximo, mas não vou dar uma de um Senador que fica falando eternamente, porque aqui tem que se falar pouco e se dar resultado.

Então, muito obrigado ao meu partido, e muito obrigado aos senhores que votaram em mim. Obrigada, Sr. Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem mesmo. Agradeço a todos os Srs. Senadores, e encerro a presente reunião convocando outra para quarta-feira, às 10 da manhã, próximo dia 11. 11? Dia 10, às 10 da manhã.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, 11.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dia 11, às 10 da manhã. Vale a última palavra. Encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 18h45.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia onze de março de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Expedito Júnior, Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Junior, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Au-

gusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Paulo Paim, Romero Jucá, Renan Calheiros, Geraldo Mesquita Júnior, Valdir Raupp, Efraim Moraes, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, Gim Argello e das Senadoras Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Antonio Carlos Valadares, Alvaro Dias, Sérgio Guerra e a Senhora Senadora Marina Silva. Registra-se a presença do Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta:

ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 715, DE 2007

-TERMINATIVO – “Institui o Conselho de Defesa Comercial, órgão federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com poderes judicantes para aplicar direitos antidumping, medidas compensatórias, provisórias ou definitivas, e salvaguardas.” **Autoria:** Senador Francisco Dornelles.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Em 10/12/2008, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 715, de 2007, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 715, de 2007, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. O Presidente passa a Presidência ao Senador Wellington Salgado de Oliveira. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2008 (PL. nº 04208/2001, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.”** **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 9, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11.

Em 15/12/2008, foram recebidas as Emendas nºs 1 a 10, de autoria do Senador Alvaro Dias. Durante a discussão da matéria, o Senador Romeu Tuma oferece a Emenda nº 11, que recebe Parecer contrário; e a Senadora Ideli Salvatti oferece a Emenda nº 12, que recebe Parecer favorável. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). A Comissão aprova o **Requerimento nº 3, de 2009 – CCJ**, de Urgência para a matéria. A Presidência registra a presença do Deputado

Federal Clodovil Hernandes. O Senador Demóstenes Torres reassume a Presidência. **ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2008** – TERMINATIVO – “Altera o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, de forma a excluir a estipulação de prazo para a formulação do requerimento a que o dispositivo se refere e dá outras providências.”

Autoria: Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Senadora Ideli Salvatti. **Parecer:** Favorável ao Projeto com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 2001** – TERMINATIVO – “Altera o artigo 1º da Lei nº 9807, de 13 de julho de 1999, para estabelecer normas que visam a proteger a vítima e a testemunha de delito.” **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Parecer:** Pela aprovação da redação do texto final que apresenta. A matéria retorna à CCJ para manifestação quanto ao texto final. Em 10/03/2009, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Concedida vista à Senadora Ideli Salvatti e ao Senador Osmar Dias, nos termos regimentais.

ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2005 -TERMINATIVO– “Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, para criminalizar a omissão de funcionários de laboratórios fotográficos que tomam conhecimento de fotos pornográficas envolvendo criança ou adolescente.” **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Favorável à matéria e à Emenda nº 1-CDH. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CDH-CCJ. **ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359, DE 2004** – TERMINATIVO – “Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para o fim de determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública o uso da Rede Mundial de Computadores nos procedimentos licitatórios e atos subseqüentes.” **Autoria:** Senador Augusto Botelho. **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Favorável à matéria com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. O Senador Demóstenes Torres passa a Presidência para o Senador Wellington Salgado de Oliveira. **ITEM 2) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2007** (PL nº 01288/2007, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a possibilidade

de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica.” **Autoria do Substitutivo:** Câmara dos Deputados. **Autoria do Projeto:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Pela aprovação da ementa e dos arts. 1º, 2º e 3º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 175, de 2007, e pelo restabelecimento, ao mesmo tempo, dentre as alterações processadas pelo art. 2º do PLS nº 175, de 2007, das mudanças preconizadas aos arts. 115, 122 e 132 da Lei de Execução Penal, na forma do texto originalmente aprovado pelo Senado Federal, sem prejuízo do ajuste redacional para uniformizar a denominação do novo instituto (que passa a ser “monitoração eletrônica” e não “rastreamento eletrônico”). Em 20/08/2008, a Comissão aprovou o Requerimento nº 27, de 2008-CCJ, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante, que solicita a realização de Audiência Pública para instrução da matéria. Em 11/03/2009, a Comissão aprova o Requerimento nº 4, de 2009-CCJ, de autoria do Senador Eduardo Suplicy que solicita a dispensa da Audiência Pública. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2008** (PL nº 02181/2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Dá nova redação aos arts. 982 e 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (participação do defensor público na lavratura de escrituras públicas).” **Autoria:** Deputado Rogerio Lisboa. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2001** – NÃO TERMINATIVO – (Tramitam em conjunto as PEC’s nº 22, de 2001; nº 43, de 2003; nº 60, de 2005; nº 20, de 2006; e nº 8, de 2007) “Dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública”. **Autoria:** Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. Tramita em conjunto com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2003** – NÃO TERMINATIVO – “Altera o inciso LXIV do artigo 5º, da Constituição Federal. (Dispõe sobre a adoção de medidas de segurança para os responsáveis pela prisão, nos casos de delitos relacionados com o crime organizado)”. **Autoria:** Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. Tramita em conjunto com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 60, DE 2005** – NÃO TERMINATIVO – “Altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo

sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública”. **Autoria:** Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. Tramita em conjunto com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2006** – NÃO TERMINATIVO – “Altera a redação do inciso VII do art. 129 da Constituição Federal. (Dispõe sobre o controle externo da atividade policial, direcionando a investigação criminal, com o auxílio dos órgãos da polícia judiciária)”. **Autoria:** Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. Tramita em conjunto com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2007** – NÃO TERMINATIVO – “Dá nova redação aos arts. 144 e 167 da Constituição Federal, para criar fundo de segurança pública e vincular os seus recursos”. **Autoria:** Senador Marconi Perillo e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. **Parecer:** Favorável à PEC nº 60, de 2005, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e contrário às PEC’s nº 22, de 2001; nº 43, de 2003; nº 20, de 2006; e nº 8, de 2007. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2006** (PL nº 5.067/2001, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.” **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Parecer:** Favorável à matéria. Em 06/03/2009, foram recebidas as Emendas nºs 1 a 14, de autoria do Senador Valter Pereira (Pendientes de Parecer). **Resultado:** Retirado de Pauta para análise das Emendas. **ITEM 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 2007** (PL nº 00206/2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Altera o art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para autorizar o enteado ou a enteada a adotar o nome de família do padrasto ou da madrasta.”

Autoria: Deputado Clodovil Hernandes. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Parecer:** Favorável à matéria. **Resultado:** Retirado de Pauta. **REQUERIMENTOS APRECIADOS 1) REQUERIMENTO Nº 1, DE 2009-CCJ:** “Requerem nos termos regimentais, seja convidado o Exmo. Sr. Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, para que compareça à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos motivos que levaram sua Secretaria a acionar a Advocacia Geral de União na pendência envolvendo o nacional brasileiro menor de idade Sean Ribeiro Goldman. **Autoria:** Senadores Francisco Dornelles, Romeu Tuma, Gilvam Borges e Expedito Júnior.” **Resultado:** Aprovado. O Presidente em exercício, Senador Wellington Salgado, devolve a Presidência ao Senador Demóstenes. **2) REQUERI-**

MENTO Nº 2, DE 2009-CCJ. “Requeiro nos termos do art. 93, I, do RISF a realização de audiência pública nesta Comissão para instruir a matéria do PLC 180, de 2008, com a presença dos seguintes especialistas e interessados: Bolívar Lamounier, Cientista Político; Demétrio Magnolli, Doutor em Geografia Humana; Helda Castro de Sá, Presidente da ONG Nação Mestiça; Francisco Jhony Rodrigues Silva, Presidente do Fórum Afro da Amazônia (FORAFRO); e Vera Fávero, Coordenadora do Movimento Negro Socialista de Santa Catarina”. **Autoria:** Senadores Tasso Jereissati e Francisco Dornelles. **Resultado:** Aprovado. **3) TERMO ADITIVO AO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2009-CCJ.** Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº2, de 2009-CCJ, que pede a realização de audiência pública para instruir o PLC nº 180, de 2008 que dispõe sobre o estabelecimento de quotas nas universidades públicas brasileiras, para o fim de também convidar, como debatedores, o Dr. William Douglas, da Coordenação da Educafro; Dr. Augusto Werneck, do Movimento dos Promotores de Justiça do Brasil; Sr. Daniel Cara, da Campanha Mundial pelo Direito à Educação; Sr. Wellington do Carmo Faria, da Coordenação do MSU; e a Sra. Rosani Fernandes, do Fórum da Educação Indígena. **Autoria:** Senadora Ideli Salvatti e Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **5) REQUERIMENTO Nº 4, DE 2009-CCJ.** “Requeiro, nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, a dispensa da audiência pública aprovada por esta Comissão, em 20 de agosto de 2008, conforme Requerimento nº 27, de 2008-CCJ, referente ao SCD nº 175, de 2007, que ‘Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica’”. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Resultado:** Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião, às treze horas e trinta e nove minutos, ficando adiados os demais itens, a saber: 5) PLC Nº 104, DE 2006; 6) PLC Nº 178, DE 2008; 8) PLS Nº 51, DE 2006; 10) PLC Nº 153, DE 2008; 11) PLS Nº 38, DE 2007; 13) PLS Nº 228, DE 2006; 14) SCD AO PLS Nº 138, DE 2006; 15) PEC Nº 19, DE 2003; 16) PEC Nº 30, DE 2003; 18) OFS Nº 5, DE 2002; 19) PLS Nº 44, DE 2007; 21) PLS Nº 613, DE 2007; 22) PLS Nº 175, DE 2004; 23) PLS Nº 112, DE 2008; 26) PEC Nº 38, DE 1999 que tramita em conjunto com a PEC Nº 3, DE 2004; 27) PDS Nº 385, DE 2003; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Se-

nado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotíпия informatizada. – Senador **DEMÓSTENES TORRES**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 37 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Legislatura Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciar propriamente a sessão, gostaria de fazer algumas ponderações com V.Exas.. Primeiro: Hoje nós temos andando na Comissão 1.920 processos. A semana passada eram 1.713. 1.793. Então, é um número que vem crescendo constantemente. Se nós mantivermos o mesmo ritmo de outras... De outras sessões legislativas, nós vamos acabar julgando nesses dois anos ou votando nesses dois anos algo em torno de 500 procedimentos.

Eu proponho à V.Exas. algo que eu discuti com toda assessoria e preferi tratar publicamente porque se os senhores aprovarem será, acredito eu, de grande valia para todos nós. Eu estou propondo que nós discutamos na quarta-feira as matérias mais polêmicas. Na quinta-feira, ao invés de encerrar a reunião na quarta, eu deixo em aberto para fazer uma reunião com matérias menos polêmicas. Na quinta-feira e na terça-feira. Por que isso? Porque aí nós podemos, com as assinaturas que nós temos na quarta-feira, fazer a sessão com qualquer número de senador. Muito bem. Qual é o risco disso? Nenhum. Eu me comprometo com os senhores que na terça-feira, toda terça-feira, eu passo para todos os senadores todos os projetos que estarão pautados quarta, quinta e terça-feira.

Isso quer dizer o seguinte, se algum senador discordar de algum projeto que esteja pautado eu o retiro dos dias de quinta e terça-feira, e o coloco na quarta-feira. Então, eu darei a oportunidade para que todos os senadores tenham acesso à pauta com muita antecedência, inclusive para que nós possamos estudar todas as matérias e evitar o maior número possível de pedido de vista. Isso não quer dizer que o Senador está impedido de... Quer dizer que ele estará impedido de fazer o pedido de vista. Não. De jeito nenhum. Hoje, por exemplo, tem várias matérias aqui que, pela

complexidade, ensinarão, tenho certeza, pedido de vista. Mas, dá oportunidade para o senador e a sua assessoria para que eles possam estudar detidamente esse projeto e com muita antecedência. Essa seria a primeira proposta.

Ou seja, com certeza eu vou precisar muito do Senador Wellington Salgado nesses dias todos, muitas vezes... Aí nós poderemos inclusive realizar as audiências públicas, eu já tive oportunidade de estar aqui numa segunda-feira, por exemplo, e o que acontece? Numa segunda praticamente não tinha ninguém, o Senado acabou pagando para que muitas pessoas viessem aqui e essas pessoas foram embora sem fazer a audiência pública. Então, nós teremos a oportunidade de agilizar esses procedimentos.

Segundo. Nós temos aqui cerca de 200 projetos de propostas de aplauso e de outras propostas semelhantes. Eu não posso devolver esses procedimentos para a Mesa sem a manifestação da Comissão de Constituição e Justiça. O Presidente José Sarney encontrou uma maneira engenhosa. Ele está votando em bloco esses projetos de aplauso. E o que eu queria propor? Queria propor que nós distribuíssemos isso para uma única pessoa, ou alguns, três, quatro, sem a necessidade, e aí eu colocaria em votação, sem a necessidade de afetarmos a distribuição proporcional aos partidos. Eu quero dizer que eu estou obedecendo isso.

Ontem, por exemplo, eu distribuí cerca de 250 processos e distribuí para todos os titulares e todos os suplentes, no intuito de fazer o quê? Justamente valorizar a opinião do Senador. Eu peguei aí muitos projetos ainda, ontem, projetos de 2003, propostas de 2003, que foram distribuídos ontem. Então, em respeito mesmo à vontade de todos, eu gostaria que nós tomássemos essa posição.

Também comecei a fazer alguma coisa que não fere a nossa autonomia, mas em comum acordo com o Ministério da Justiça e com o Poder Judiciário. Tanto é que se encontra aqui o Dr. Pedro Abramovay, que é Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça. Também temos representantes aqui do Supremo Tribunal Federal. Hoje os senhores podem ver o seguinte: nós estamos pautando projeto de... Projetos significativos para o Brasil.

Por exemplo, hoje nós vamos votar aqui o novo regramento das medidas cautelares processuais e que, entre outras coisas, se os senhores votarem favorável, nós vamos acabar com as prisões provisórias especiais, por exemplo, para quem tem curso superior, para ministros religiosos... E se os senhores quiserem avançar, nós podemos acabar com toda espécie de prisão provisória diferenciada.

Então, nas quartas-feiras eu gostaria de reunir depois com os líderes, mas nós poderíamos fazer dessa forma. O Senador Marco Maciel encontrou uma outra maneira engenhosa de resolver também o problema de excesso de projetos. O que ele fez? Pediu à consultoria da Casa que apensasse os processos, dessem sugestão para que os processos fossem apensados, em razão da similitude dos temas, da conexão dos temas. E isso tem sido feito. Os senhores vão ver que os senhores vão receber um pacote de projetos, às vezes tem 20, 25 projetos, um apensado ao outro. Porque é uma maneira também de dar um retorno mais imediato.

Então, em síntese, eu abro a palavra, Senadora Ideli Salvatti já se encontra inscrita, e seria uma maneira de nós conseguirmos votar tudo durante esses dois anos. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria me inscrever também, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já está... Perfeito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu acho de fundamental importância que nós tenhamos capacidade de rapidamente baixar o estoque dos projetos que precisam ser apreciados pela Comissão de Constituição e Justiça.

No entanto, a forma como isto vai ser organizado, V.Exa. está apresentando uma proposta, eu entendo que tenha que, obrigatoriamente, ter o aval dos líderes partidários da Casa--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concorde.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para que a gente possa organizar. Até porque numa perspectiva de nós termos... Claro que com diferenciação do grau de dificuldade, deliberações da Comissão de Constituição e Justiça mais vezes durante a semana, vai exigir dos membros, e principalmente dos líderes, que tem que cuidar para que tudo ande conforme as decisões partidárias aqui na Casa, vai demandar muito mais esforço, muito mais monitoramento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, nada melhor do que os líderes, o colégio de líderes se pronunciar. Eu, particularmente, acho que é interessante a proposta que V.Exa. está apresentando, mas quem tem que responder, até porque na condição de ter ocupado o cargo de líder, eu sei que depois a cobrança vem: "Como é que deixou acontecer, como é que deixou passar? Como é que deixou ser aprovado ou ser rejeitado determinada matéria?"

Então, já que a responsabilidade e a cobrança será dos líderes, que eles possam ter a oportunidade de opinar e que a metodologia que V.Exa. está propondo só possa ser implementada a partir do aval das lideranças.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Eu inclusive, Senadora Ideli, já falei com o Presidente Sarney, pedi a ele que numa próxima reunião de líderes que ele me convoque para que eu possa expor essa idéia e que os líderes a aprovelem ou não. Já tive oportunidade de conversar, por exemplo, com o Senador Aloizio Mercadante, onde diz que gostaria que essas decisões fossem realmente colegiadas, porque é a única maneira que nós conseguiríamos realmente limpar a pauta nesses dois anos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E se V.Exa. me permite, eu já quero dar, fazer uma proposta, fazer uma sugestão para a pauta do dia de hoje. V.Exa. inclusive é autor... Aliás, V.Exa. é relator de um projeto da Presidência da República que trata da agilização do Código de Processo Penal, agilização--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, como nós já tivemos uma ação muito contundente aqui da Comissão de Constituição e Justiça, conseguimos modificar, teve aquele Grupo de Trabalho, várias alterações no Código de Processo Penal foram viabilizadas a partir do trabalho que realizamos aqui, eu queria propor que esse fosse o primeiro ponto de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Até porque há debate, há propostas de... Inclusive eu estou aqui sendo portadora de uma Proposta de Emenda que quero fazer o debate. E em segundo lugar, se V.Exa. também me permitir, eu sou relatora de um projeto que é o item 25 da pauta, que trata de uma questão que há muito tempo aguarda uma solução definitiva. Muito já se encaminhou, já tivemos vários demitidos da era Collor, do período Collor que já foram anistiados, estão sendo reintegrados ao serviço público, mas ainda há uma situação que atinge milhares de pessoas que um projeto que está aqui na Comissão, que me deram a honra de relatar trata.

Portanto, se for possível, para agilizar o processo penal e para corrigir mais rapidamente uma mazela que se arrasta há tanto tempo, eu gostaria de pedir, se fosse possível, a inversão da pauta do item 7 e do item 25.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Colocarei em seguida em vota-

ção, Senadora Ideli. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria rapidamente, primeiro cumprimentar V.Exa. pela assunção da Presidência da Comissão de Justiça, pelas suas qualidades pessoais e intelectuais, principalmente voltadas para a área da Justiça. Então, a substituição de V.Exa. na pessoa do Senador Marco Maciel traz uma tranquilidade para essa Comissão pela... Pelos resultados que conseguirá.

E V.Exa. já traz à esta Casa um projeto de encaminhamento rápido dos projetos. Agora mesmo falava com o Senador Francisco Dornelles, nosso ex-Ministro, o Osmar Dias, eu, todos nós sofremos às vezes um *bypass*(F) de projetos que apresentamos, pelo retardamento que a culpa é do Congresso, que atrasa o Governo, acha que é bom; e o que a gente quer? É que aprove porque é importante para a sociedade brasileira.

Então, eu estou inteiramente de acordo com V.Exa., não deixarei nunca de cumprimentá-lo por essas virtudes pessoais, intelectuais que V.Exa. tem, fui o torcedor para que V.Exa. assumisse essa Presidência ao lado do nosso Sansão. Acredito com isso, sem dúvida nenhuma, a Comissão não perderá a velocidade que foi dada pelo Ministro, pelo nosso Ministro Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inclusive, inclusive, Tuma, também passarei a mandar para todos os senadores um resumo feito pela consultoria de todos os projetos. De forma que o Senador relator, se ele optar por ler o resumo ele estará completo e facilitará também o andamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Facilitará a velocidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E isso se o Senador quiser fazer assim. Será mais uma opção que ele terá.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem um exemplo aqui que o Senador Marco Maciel, quando o Supremo pediu para aprovar as ADIN, que eram inconstitucionais, porque cada vez um município e um estado entra, e os outros, como não tem a aprovação do Senado, a ratificação, entrava com outro projeto. E ia sobrecarregando. O Senador, como V.Exa., fez um mutirão e acho que em um mês liquidamos todas as ADINs que estavam aqui, V. Ex^a colaborou muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Aliás, é forçoso reconhecer que o Senador Marco Maciel foi muito engenhoso na Presidência e conseguiu baixar significativamente o número de Projetos de Lei e de Pro-

posta de Emenda à Constituição que se encontrava em andamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desejo boa sorte a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Obrigado. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Presidente Demóstenes Torres, eu gostaria de acrescentar mais uma informação sobre a comunicação que V.Exa. acaba de fazer. É que além do levantamento e do trabalho de síntese que a assessoria da Casa fez, a matéria também foi encaminhada depois à Secretaria Geral da Mesa, Dra. Cláudia Lira, para que observasse a compatibilidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dos temas.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente. E mais do que isso, para que quando a matéria, uma vez aprovada aqui fosse para o plenário já se tivesse um exato conhecimento do procedimento adotado.

Então, eu gostaria de acrescentar apenas esse ponto, que além do trabalho da assessoria que foi muito competente, e se houve com bastante agilidade, mas também que a Secretaria Geral da Mesa nos ajudou e muito no encaminhamento da questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Muito obrigado a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Presidente Demóstenes, eu gostaria aqui de cumprimentar V.Exa. pela iniciativa de agilização da tramitação e aprovação de projetos e todo o esforço que foi feito nessa direção terá meu apoio, então eu cumprimento V.Exa. e eu acho que nós teremos mais de uma sessão por semana, isso é uma coisa boa, o apensamento, todas essas iniciativas são importantes para que nós possamos ter uma boa produtividade na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente Demóstenes, também quero apoiar a proposta de V.Exa., e até porque nós ouvimos e fazemos discursos do Plenário reclamando que nós não podemos votar matérias em função das Medidas Provisórias. E aí ficaria incoerente nós reclamarmos no Plenário que não

votamos Projetos de Lei e matérias apresentadas pelos parlamentares se nós não fizemos isso aqui na Comissão. Quando V.Exa. foi anunciar o número, a gente pensava aqui em 100, 200 projetos, estava conversando com o Senador Romeu Tuma. 1.900 projetos é--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Desde quando o Senador Marco Maciel deixou a Presidência para cá, o número já aumentou em quase 200.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pois é. Então, eu acho que todo esforço é importante para darmos conta dessa missão. Eu só tenho uma preocupação que eu quero expor. V.Exa. disse que nós faremos reuniões quarta, que é o dia regimental, e nesse dia regimental nós votaremos as matérias mais polêmicas, porque o quórum está assegurado. E que na quinta nós votaríamos as consensuais, as de consenso. Mas é necessário, Presidente, que aqueles que assinaram a lista de presença possam assinar também depois o voto, o relatório, para ficar completo. Porque senão vai ficar... Dispare na... O número de assinaturas ali, o número de assinaturas nas matérias.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Inclusive é regimental. V.Exa. tem toda razão.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É só essa lembrança apoiando inteiramente a proposta de V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa. pelas propostas apresentadas, visando agilização dos trabalhos da Casa, tem meu integral apoio.

Queria apenas em relação à proposta da Senadora Ideli Salvatti, dizer que o item nº. 01 da pauta é um projeto que já foi votado nessa câmara de turno suplementar, sobre Defesa Comercial, e eu gostaria que fosse mantido, falei com a senadora agora que ela concorda que continuasse a ser o primeiro item.

E também aí colocado com o senhor o Requerimento que eu apresentei, o apoio do Senador Gilvam Borges e Romeu Tuma, eu pediria também que--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Votaremos imediatamente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em relação aos 200 projetos de aplauso, esses requerimentos, eu gostaria de fazer então a seguinte proposta: há cerca de 200 requerimen-

tos de votos de aplauso no âmbito dessa Comissão aguardando designação de relator.

Ocorre que nos termos do art. 126, do Regimento Interno dessa Casa a designação de relator, independentemente da matéria e de reunião da Comissão, obedecerá a proporção das representações partidárias ou dos blocos parlamentares nela existentes, e será alternada entre seus membros.

Consulto as Sras. e Srs. Senadores se podemos dispensar a aplicação deste art. apenas com referência aos votos de aplauso ou semelhantes, constantes do art. 222 do Regimento Interno, por tratarem de matéria pacífica.

A intenção, portanto, é fazer com que um único senador, ou dois ou três relatem isso e nós acabemos com esses votos de aplauso de uma vez por todas. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 01 da pauta. Senador, o Senador Flexa Ribeiro não se encontra aqui para fazer o relatório. Nós aguardamos o Senador? É o item 01. Nós podemos designar o *ad hoc*?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ah, muito bem. Perdão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): OK, como é turno suplementar, inclusive...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Já foi votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Então... Projeto de Lei do Senado nº. 715 de 2007: "*Institui o Conselho de Defesa Comercial, órgão federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com poderes judicantes para aplicar direitos antidumping, medidas compensatórias, provisórias ou definitivas, e salvaguardas*". Autor, Senador Francisco Dornelles, relator, Senador Flexa Ribeiro. Em 10 de dezembro de 2008 foi aprovado o substitutivo ao PLS nº. 715 de 2007, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282, combinado com art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de substitutivo integral. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado

como definitivamente adotado, sem votação (art. 284 ,Regimento Interno do Senado Federal). A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, sobre o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar agora.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sobre a Mesa Requerimento que passo a ler: “*Requeiro nos termos do §1º, do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III, do art. 90 e §1º, do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Excelentíssimo Sr. Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos para que compareça à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dessa Casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos motivos que levaram sua Secretaria a acionar a Advocacia Geral da União na pendência envolvendo o nacional brasileiro menor de idade Sean Ribeiro Goldman*”. Senador Francisco Dornelles, Romeu Tuma... Senadores Francisco Dornelles, Romeu Tuma, Gilvam Borges e Expedito Júnior. Em votação o Requerimento. V.Exa. quer...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Há uma tradição na Casa, que eu espero que a Comissão preserve, que quando se trata de Ministro de Estado nós fazemos na forma de convite. Evidente que o Ministro terá todo o interesse de estar presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se houver a aquiescência do--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Há concordância?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Concor--
dância.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Converto... Faço a conversão, portanto, para convite.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, só para esclarecer por que eu assinei a proposta do Senador Francisco Dornelles. É um assunto que está trazendo um conflito internacional pelas manifestações do próprio Governo americano.

Como é uma questão de família, então ela se choca, e acredito que o Senador Dornelles tem razão quando diz que é uma questão de família e está

no Judiciário para julgar, tanto no americano como o brasileiro. Então, a opinião do Governo pode trazer um agravamento da situação.

Então, o que ele propõe é que haja uma explicação do Ministro da Secretaria de Direitos Humanos, por isso que eu assinei.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Como o Presidente da Comissão de Direitos Humanos é do meu partido, Senador Cristovam Buarque, eu fiquei sabendo que a Comissão de Direitos Humanos deverá fazer também esse convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Podemos fazer uma conjunta.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu não pertenço à Comissão, por isso que eu estou só alertando V.Exa., que se houver o convite lá, para evitar duas sobre o mesmo assunto...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós fazemos. Eu entro em contato com o Senador Cristovam. Perfeito.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Está certo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): As Sras. e Srs. Senadores que aprovam o Requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento dos Senadores Tasso Jereissati e Francisco Dornelles: “*Requeiro nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nessa Comissão para instruir a matéria do PLC 180/2008 com a presença dos seguintes especialistas interessados: Bolívar Lamounier, Demétrio Magnoli, Elda Castro de Sá, Francisco Johnny Rodrigues Silva, Vera Fávero*”.

Os senhores e senhoras senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A Senadora Ideli Salvatti pede a inversão do item 7 da pauta e do item 25. Em discussão o pedido. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Transfiro a Presidência ao Senador Wellington Salgado, para que eu possa relatar o item 7.

[palmas].

[troca de presidência]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronun--
ciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, assumindo a Presidência para que o nosso Presidente possa relatar o item 7 da pauta. É o item que altera o dispositivo da... Do Decreto-lei 3.689 de 03 de outubro de 41, Código de Processo Penal, relativo à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares e dá outras providências. A autoria, Presidente da República. Relatoria do Ilustre Presidente dessa Comissão, Senador Demóstenes Torres. Parecer favorável ao projeto e emenda nº. 9 nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário às emendas nº. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10. Em 15/12/2008 foram recebidas as emendas nº 1 a 10 de autoria do Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Presidente dessa Comissão, nesse momento licenciado para que possa fazer uso a relatoria, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, senhoras senadoras, Srs. Senadores. Esse é um projeto da maior importância para o Brasil. Foi um projeto que foi iniciado no ano de 2010(sic), vindo da Presidência da República. Vários juristas integraram esse... A confecção... A Comissão que acabou fazendo a confecção desse projeto.

O projeto ele visa modificar as formas de liberdade provisória e de prisão. Nós soltamos mal e nós prendemos mal. Então, é um projeto extenso. Não tem como relatá-lo rapidamente. Como bem lembrou a Senadora Ideli Salvatti, esse é o projeto da mesma família daqueles outros que nós já aprovamos aqui, o das perícias, que a senadora foi relatora, dos procedimentos ordinários e do Tribunal do Júri, onde nós inclusive acabamos com aquela aberração do protesto por novo Júri para quem era condenado com pena de 20 anos acima.

Esse projeto também, ele tem uma série de medidas. Primeiro, ele dá nova redação para prever expressamente a garantia do inciso LXII, da Constituição Federal, comunicação da prisão ao juiz, à família, ao Advogado, ao Ministério Público e à Defensoria Pública; a possibilidade de decretação de prisão preventiva nos casos de violência doméstica, de forma geral, praticado contra criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa portadora de deficiência física ou mental; substitui a prisão preventiva em alguns casos pela prisão domiciliar; e estabelece uma coisa que é uma outra aberração, que o mandado de prisão pode ser cumprido em qualquer lugar do Brasil, bastando para tanto estar registrado no Conselho Nacional de Justiça, e até mesmo sem registro, Senador Tuma, em algumas situações.

Então, eu vou passar a ler as principais medidas, os senhores podem acompanhar a partir da página 227, e algumas medidas são realmente muito proveitosas para o Brasil.

As medidas cautelares previstas nesse título deverão ser aplicadas observando... Quando é que alguém pode ser preso, ou se ter a medida substituída? Necessidade para aplicação da lei penal – fica claro: só pode estar preso preventivamente quando a prisão é necessária; para a investigação ou para a instrução criminal e nos casos expressos previstos para evitar a prática de infração penal; adequação da medida à gravidade do crime – ou seja, se o crime... Se pode haver uma prisão domiciliar, se pode haver aplicação de fiança, para que decretar prisão preventiva?

Nós estamos criando uma série de medidas. Essas medidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente. Por exemplo, nós estamos criando a medida de proibição de frequência a determinados lugares; estamos aplicando a medida de... Criando a medida de fiança; estamos aplicando a medida de ser retirado do comando da empresa ou da instituição onde causou lesão.

Então, vamos dar o exemplo do Sr. Daniel Dantas, e com a fiança que agora pode ser de até 93 milhões de reais. O Juiz, para não decretar a prisão, porque ele se encontra solto, não é verdade? Ele poderia ter determinado o afastamento do Sr. Daniel Dantas da... Do Opportunity, ele poderia ter fixado a fiança, por exemplo, no valor de 50 milhões de reais e ainda poderia obrigar que ele não frequentasse determinados lugares. E ainda poderia colocar o monitoramento eletrônico. Tudo cumulativamente.

No caso de descumprimento... Por favor [pronunciamento fora do microfone]. No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, se a pessoa descumprir, o Juiz poderá decretar a prisão. O Juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta do motivo que subsista, bem como voltar a decretá-la sobre velhas razões.

Então, no curso da investigação o Juiz pode derrubar a prisão preventiva ou o Juiz também, depois de derrubar a prisão, pode decretar de novo a prisão se aparecerem novos motivos.

A prisão preventiva ela fica restrita aos casos quando não for cabível a sua substituição. E isso é muito importante. O Juiz ou o Tribunal que decretou ou manteve a medida cautelar é outra inovação. O Juiz ou o Tribunal que decretou ou manteve a medida cautelar, inclusive a prisão preventiva, fará o reexame dessa medida a cada 60 dias. Prestem atenção nisso. Então, o Juiz vai ter que ter contato direto com a pessoa que

ele prendeu, a cada 60 dias ele vai dizer se há necessidade ou não daquela pessoa continuar presa.

Se não for cominada, ainda que isoladamente ou cumulativamente pena de prisão àquele crime, o Juiz não poderá decretar prisão preventiva. É óbvio. Se a condenação não ensejar a prisão, como é que a medida prisão preventiva poderá ser decretada? Se nem definitivamente condenado essa pessoa poderá ser presa?

A prisão poderá ser feita em qualquer hora e em qualquer momento. Vejam bem: a prisão poderá ser feita a qualquer hora e a qualquer momento. Quando estiver para acontecer um crime, estiver acontecendo um crime, isso poderá acontecer inclusive à noite. Então, quando, quando se tratar de mandado de prisão, só durante o dia, a partir das seis da manhã, assim como já prevê a Constituição Federal.

Quando... Isso também é muito importante. Quando a investigação ou o acusado, quando o investigado ou acusado estiver no território nacional fora do juízo processante... O Juiz deprecará sua prisão, devendo conter o inteiro mandato. Havendo urgência, o Juiz poderá requisitar a prisão por qualquer meio de comunicação. Isso é modernização do sistema. Então, o Juiz pode mandar por *e-mail*, poderá mandar por *fax*, poderá fazê-lo por telefone, e deverá constar aí o motivo da prisão, bem como o valor da fiança arbitrada se for o caso.

Agora, vejam bem os senhores. Isso o Juiz terá que também... O Juiz que receber a comunicação deverá ter certeza de quem está comunicando é um outro Juiz. E hoje nós temos inúmeros meios para fazer isso. A Autoridade a quem se fizer a requisição tomará todas as precauções para averiguar a autenticidade da verificação.

E, o Juiz deverá... Isso é uma outra inovação, Senador Tuma, o senhor que foi policial muitos anos. O Juiz manda prender, mas não manda ninguém tomar nenhuma providência para fazer a remoção. Então, não se sabe quem tem a obrigação de fazer a remoção. Se é o Juiz que mandou prender ou o Juiz que prendeu. Então, fica claro, agora, que o Juiz processante, então, o Juiz que mandou prender, deverá providenciar a remoção do preso no prazo máximo de 30 dias, sob pena de quê? Da autoridade requisitada, o Juiz que mandou prender, colocá-lo em liberdade independentemente de qualquer formalidade. Muito bem.

Aqui é a principal inovação que eu coloquei. Claro que as outras vieram de lá. O que eu estou fazendo aqui? Aqui nós estamos tratando das prisões especiais. O que é prisão especial? Quando alguém tem que ser colocado, respondendo processo, em outro lugar.

Então, diz o artigo: “Serão...” “Serão recolhidos em quartéis ou em prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva”.

Aí vem, eu excluí:

– “*Quem pertence ao Conselho de Economia Nacional*”: porque isso não existe mais;

– “*Os inscritos no livro do mérito*”: isso quer dizer que alguém que recebe uma comenda do Presidente da República tem direito a prisão especial. Eu acabo com isso;

– “*Quem tem curso superior*”: então, eu acabo também com isso. Quem tem curso superior, a partir de agora, se nós aprovarmos vai responder preso, se for o caso, no lugar como qualquer outro que não tem curso superior;

– “*Ministros de confissões religiosas*”: então, pai-de-santo, padre, pastores evangélicos, têm direito a prisão especial. Isso fica também revogado.

Quem passa a ter direito? Aqui... E veja bem, se os senhores quiserem, nós podemos acabar com isso também. Eu coloquei assim porque a legislação internacional caminha nessa direção. Mas nós podemos substituir isso por um artigo que diga, por exemplo, que o Juiz, verificando a peculiaridade do caso poderá deferir prisão especial.

Por exemplo, quem ficará com o direito à prisão especial?

– “*Ministro de Estado*”: óbvio, que um Ministro de Estado se for ficar numa prisão comum é bem provável que seja linchado;

– “*Governador, interventor de Estado, do Distrito Federal, Secretários, Prefeitos, Vereadores, membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e da Câmara Distrital, integrantes das Forças Armadas e dos órgãos previstos no art. 144 da Constituição Federal, membros dos Tribunais de Contas, cidadãos que já tiveram exercido a função de jurado*”: isso é o que já está, eu só dei uma roupagem nova, mas se os senhores quiserem modificar, colocar... Retirar tudo isso e colocar que o Juiz decretará a prisão especial quando houver necessidade para assegurar integridade física, muito bem. Caso contrário estamos acabando já com o curso superior, inscritos no livro de mérito, ministros de confissões religiosas, etc.

“*A captura poderá ser requisitada à vista do mandado judicial por qualquer meio de comunicação tomadas pela autoridade a quem se fizer a requisição*”.

“*As pessoas presas provisoriamente ficarão separadas das condenadas*”.

“A prisão será comunicada também ao membro do Ministério Público”. Por quê? Porque o Ministério Público é responsável por assegurar uma prisão legal.

Ao receber a prisão em flagrante, o que deve fazer o Juiz? O Juiz deve relaxar a prisão se ela for ilegal; converter a prisão em flagrante em preventiva. Veja, Senador Tuma, o senhor também tem experiência nisso aí, que não era assim. Então, o Juiz ao receber hoje a prisão em flagrante, ele vai verificar se tem os requisitos para a prisão preventiva. Se tiver, ele converte em prisão preventiva. Conceder liberdade provisória mediante fiança se for o caso.

E aí vem outra determinação. Se o Juiz verificar que o réu cometeu crime em legítima defesa, em estado de necessidade, no estrito cumprimento do dever legal, no exercício regular do direito, o Juiz imediatamente coloca em liberdade o preso.

Em qualquer fase da investigação caberá prisão preventiva decretada pelo Juiz, de ofício, se tiver no curso da ação penal ou a requerimento do Ministério Público ou da Autoridade Policial. Isso também é uma inovação. O Juiz poderia decretar prisão preventiva, de ofício, até no Inquérito Policial.

Quando é que a prisão preventiva poderá ser decretada? Como garantia da ordem pública, garantia da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a futura aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime, indício suficiente de autoria. Eu preferi manter do mesmo jeito. Tem muitas decisões de vários tribunais variando isso, mas acho que essas expressões genéricas são importantíssimas para que o Magistrado possa aquilatar, caso a caso, qual a necessidade de prisão preventiva.

A prisão preventiva poderá também ser decretada quando for quebradas outras medidas cautelares. Não será admitida... Ou será admitida prisão preventiva nos crimes dolosos com pena privativa de liberdade superior a quatro anos. Por que isso? Abaixo desse patamar é crime de pequeno potencial ofensivo, tem outro tratamento.

Se tiver sido condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado, ressalvado a hipótese do inciso I, do *caput* do art. 64. O que é isso? Quando a pessoa já tiver cumprida a pena, transcorrido mais de cinco anos ou tiver havido a prescrição, nesse caso o Juiz não poderá decretar. Mas nas outras hipóteses, quando houver a condenação por outro crime doloso, sim.

Se o crime, o Juiz também poderá... Veja bem... Poderá decretar a prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas.

Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou

quando essa não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.

A prisão preventiva não poderá ser decretada se o Juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato nas condições previstas no art. 23 do Código Penal.

Artigo 315, que eu já mencionei: "A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão será sempre motivada".

Não tem... Registra a presença...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria registrar a presença do nosso querido Deputado Federal Clodovil Hernandez, presente nessa Casa.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Há uma outra inovação, e isso aí é para a agilização do processo. Pega aí para mim, Presidente.

A prisão preventiva terá duração máxima de 180 dias em cada grau de jurisdição. Então, no primeiro grau a pessoa poderá ficar presa por 180 dias. No máximo. No segundo grau, mais 180 dias no máximo. No Superior Tribunal de Justiça, mais 180 dias. No Supremo Tribunal Federal, mais 180 dias. Exceto quando o investigado ou acusado tiver dado causa à demora. O que é isso? A pessoa ela mora em Manaus e arrola uma testemunha em caráter de imprescindibilidade em Porto Alegre. Ou arrola uma testemunha na Espanha. Qual o objetivo disso? Demorar o processo. Se ela estiver dando causa a essa demora, o prazo de 180 dias não será obedecido. Poderá ser superior. Mas a justiça, agora, em cada grau, terá obrigação de julgar esse processo de réu preso em no máximo 180 dias por cada grau de jurisdição.

Prisão domiciliar. Veja bem, isso não existia. Existia prisão domiciliar para condenados. Poderá haver a hipótese de prisão domiciliar para aqueles que estão presos preventivamente. Então, o Juiz poderá substituir a prisão por prisão... A prisão preventiva por prisão domiciliar quando: o agente for maior de 80 anos; quando ele estiver extremamente debilitado por motivo de doença grave; quando for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de seis anos de idade ou com deficiência; quando for gestante a partir do sétimo mês de gravidez ou sendo esta de alto risco. Agora, vejam bem o que nós estamos dizendo. O Juiz "poderá", isso quer dizer que o Juiz não é obrigado a fazê-lo.

Por que o Juiz poderá? Nós poderemos ter pessoas com mais de 80 anos com a saúde extremamente firme. Ou ainda, essa pessoa acima de 80 anos ser alguém extremamente perigoso. Vamos supor que o

Fernandinho Beira-Mar chegue a 80 anos tão perigoso como se encontra. Então, apesar de 80 anos, o Juiz não vai soltá-lo. Mas poderá o Juiz... É bom que os senhores atentem para isso, substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar nessas hipóteses que os senhores poderão ver na página 232, no art. 317.

O Juiz, para substituição, exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos. Então, a mulher pode dizer que está grávida quando não está. A pessoa pode dizer que está com câncer em estágio terminal e não está. Então, o Juiz quando for deferir, quando quiser deferir, ele terá que ter a prova idônea de todas essas situações.

Outras medidas cautelares. O Juiz também poderá substituir a pena de prisão por quais medidas? Isso tudo é prisão provisória, não confundir com prisão por condenação:

– *“comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo Juiz para informar e justificar atividades”*: então, o Juiz, já é assim também, de certa forma, o Juiz determina que a pessoa compareça ao juízo em determinadas circunstâncias;

– *“proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando por circunstâncias relacionadas ao fato deva o investigado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações”*: sujeito beerrão, por exemplo, que comete crimes frequentemente em bares, o Juiz pode determinar que ele fique fora dali;

– *“proibição de manter contato com pessoa determinada quando por circunstâncias relacionadas ao fato deva o investigado ou acusado dela permanecer distante”*: exemplo, marido que espanca mulher com frequência, o Juiz determina: “Você não pode se aproximar dela”;

– *“proibição de ausentar-se da Comarca ou do País, quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução”*;

– *“recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalhos fixos”*;

– *“suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira”*: eu dei o exemplo do Daniel Dantas ainda há pouco, “quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais”;

– *“internação provisória do acusado nas hipóteses de crime praticado com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável”*: para usar uma palavra que a população conhece, o deficiente mental ou que tem problemas mentais e que é perigoso – o Juiz poderá agora pre-

ventivamente decretar a sua internação, antes mesmo da condenação.

– *“fiança nas infrações que admitem para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar obstrução de seu andamento ou caso de resistência injustificada”*.

E para garantir isso tudo, que é também... Isso eu que coloquei, não tinha, e que foi uma idéia original do Senador Aloizio Mercadante: monitoração eletrônica. Chegaram à conclusão do seguinte, houve um grande beletismo aí, uma briga imensa entre os lingüistas, para saber se era monitoramento ou monitoração. Finalmente chegaram à conclusão que era monitoração. Não tem resultado prático algum, mas pelo menos nós já encontramos um termo jurídico.

Então, o Juiz poderá determinar que a pessoa não vá a determinados lugares e terá monitoração eletrônica para garantir que ele não estará lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu trouxe pela primeira vez a pulseira de monitoramento, monitoração de presos que recebem algum benefício. Eu apresentei e o Mercadante apresentou o projeto. Mas eu trouxe a experiência e apresentei em Plenário, porque ela tem uma razão importante, que nos Estados Unidos é muito usado com bom resultado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Muito bem, então a monitoração eletrônica será permitida inclusive, inclusive, na substituição de prisão preventiva.

Então, os senhores vejam bem isso: a fiança será aplicada de acordo com as disposições tais.

“A proibição de ausentar-se do País será comunicada pelo Juiz às autoridades encarregadas de fiscalizar as saídas do território nacional, intimando-se o investigado ou acusado para entregar o passaporte no prazo de 24 horas”. Não adianta nada o impedido sair do país se não confiscar o passaporte.

“Ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva o Juiz deverá conceder liberdade provisória mediante fiança”, nós estamos buscando a volta desse instituto da fiança, que estava desmoralizado, “podendo impor, cumulativamente, outras medidas cautelares previstas no art. 319”.

“A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a quatro anos”. Então, se foi preso em flagrante, a autoridade poderá arbitrar fiança policial para crime de furto. Não era as-

sim, por exemplo. E a grande maioria dos crimes que nós temos hoje é o crime de furto.

“Não será concedida fiança”, em que casos? “Crime de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo, crimes hediondos, crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares contra a ordem constitucional e Estado de Direito”.

Não será também concedida fiança aos que já tiverem, no mesmo processo, quebrado fiança, em caso de prisão civil ou militar. Os militares, inclusive, estavam preocupados com prisão domiciliar. Eu estava esclarecendo para eles o seguinte: prisão domiciliar é pena. Prisão... Perdão, prisão disciplinar, prisão disciplinar é pena. Então, não cabe fiança mesmo. Aqui é só para onde não há pena, para medida cautelar.

“Quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva”. Então, se tiver que conceder prisão preventiva, não se concederá fiança.

Essa é outra grande inovação. Como é que vai ser o valor da fiança? Art. 325, página 234. Quais os limites?

– *“De 1 a 100 salários mínimos quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade no grau máximo não for superior a quatro anos”.* Então, se a pena for até quatro anos... A fiança de um a 100 salários mínimos. Por quê? Porque a infração é menor.

– Se for *“de 10 a 200 salários mínimos, quando o máximo da pena privativa for superior a quatro anos”*, porque já são infrações mais graves.

Aí é que vem as inovações: *“Se assim recomendar a situação econômica do preso e ainda da análise do prejuízo causado ou do proveito obtido com a prática da infração a fiança poderá ser...”*.

Então, veja bem: o Juiz vai verificar quanto que a pessoa teve de benefício com aquele valor que foi usurpado. Isso é muito importante, principalmente para crime de corrupção. Então, poderá ser dispensado na forma do art. 350, se a pessoa for pobre. Poderá ser reduzida até o máximo de dois terços ou poderá ser aumentada em até mil vezes. Então, o senhor veja bem, os senhores vejam bem o seguinte: mil vezes 200 salários mínimos, isso dá 93 milhões de reais. Não é isso?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Daniel pagava fácil.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, uma pessoa corrupta, notória, ou que tem posses, para responder em liberdade... Porque hoje responde em liberdade sem pagar nada. Está todo mundo livre, não está? Então, poderá pagar até 93 milhões de reais. E a medida que o salário mínimo for reajustado, esse valor será reajustado.

A fiança, é claro, só poderá ser concedida enquanto não tiver sentença condenatória transitada em julgado. Se a Autoridade Policial retardar a concessão da fiança negativa, o que acontecerá? O Advogado, ou a pessoa, o preso, poderá ir para o Juiz diretamente pulando a figura do Delegado.

“O dinheiro ou objetos dados como fiança servirão ao pagamento”, olha outra coisa importante, o dinheiro da fiança, se a pessoa for absolvida ou se for condenada, *“servirão ao pagamento das custas da indenização do dano, da prestação pecuniária e da multa se o réu for condenado”*. *“Este dispositivo terá aplicação ainda no caso de prescrição depois da sentença condenatória”*. Pode ser que depois de condenada a pessoa fugiu, e a execução não aconteça.

“Se a fiança for declarada sem efeito ou passar em julgado sentença que houver absolvido o acusado, ou declarada extinta a ação penal, o valor que constituir atualizado será restituído sem desconto, salvo o disposto no parágrafo único do art. 336”, quando a pessoa fica presa.

“Julgar-se-á quebrada a fiança quando:”

– *“regularmente intimado para o ato do processo deixar de comparecer”*: então a pessoa não vai e o Juiz quebra a fiança e decreta a prisão preventiva;

– *“deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo”*: nesse caso também será preso;

– *“descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança”*: também será preso;

– *“resistir injustificadamente à ordem Judicial ou praticar nova infração penal dolosa”*.

“O quebramento injustificado da fiança importará na perda da metade do valor”, aí já perde, é um lucro tremendo para a sociedade, *“cabendo ao Juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares”*.

“Entender-se-á perdido na totalidade do seu valor, deduzidas as custas e mais encargos o acusado que estiver obrigado” será deduzidas as custas a que o acusado estiver obrigado, será recolhido ao Fundo Penitenciário. Então, se perder o dinheiro vai para o Fundo Penitenciário. E no caso de quebramento de fiança, feitas aquelas deduções, o dinheiro também vai para o Fundo Penitenciário.

“Nos casos em que couber fiança, por motivo de pobreza, o Juiz poderá decretar a liberdade provisória”. Se a pessoa for extremamente pobre ela, não vai ficar presa porque não tem dinheiro para pagar.

O Juiz... Agora, em relação... Eu já disse isso anteriormente, às prisões, que hoje estão muito soltas, o Juiz tem que registrar toda prisão que ele decretar, prisão preventiva ou prisão provisória, no Conselho Nacional de Justiça. Quando o agente efetuar a pri-

são determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do Juiz que o expediu.

Então, poderá o agente fazer a prisão que está registrada, qualquer agente. Então, está lá no Amazonas o sujeito é fugido lá de São Paulo. Então, viu se está registrado no sistema, pode prendê-lo e entregá-lo imediatamente ao Juiz. Isso, o Juiz vai comunicar o outro também sob pena de abuso de autoridade: *“a prisão será imediatamente comunicada ao Juiz do local do cumprimento da medida, o qual providenciará a certidão extraída do registro do Conselho Nacional e informará ao Juiz que a decretou”*.

“O preso será informado dos seus direitos, nos termos do inciso LXIII, do art. 5º da Constituição. E caso o autuado não informe o nome de seu advogado, será comunicado à Defensoria Pública para que acompanhe o feito”.

Havendo dúvidas das autoridades locais sobre a legitimidade da pessoa do executor, se pode ou não aquela pessoa está prendendo, se é mesmo policial ou não, ou sobre a identidade do preso, o preso ficará custodiado.

“Havendo urgência, qualquer agente policial poderá efetuar a prisão decretada ainda que sem registro no Conselho Nacional de Justiça, adotando as precauções necessárias para averiguar a autenticidade do mandado, e comunicando ao Juiz que a decretou, devendo este providenciar em seguida o registro do mandado na forma do caput desse artigo”.

E, a lei, naturalmente, entra em vigor dentro de 60 dias.

Então, o relatório é esse, Sr. Presidente. Eu estou à disposição das Sras. e Srs. Senadores para responder a quaisquer esclarecimentos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria, antes de colocar em discussão--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, para discutir a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Antes de colocar em discussão, eu tenho aqui a lista dos inscritos, eu queria lembrar... Poderia ir anotando para mim, secretaria, os inscritos aqui, o Senador Valter... Eu queria lembrar que esse é um Projeto de Lei da Câmara nº. 111/08 tem sua origem remota na proposta elaborada pela Comissão constituída pela Portaria 61 de 20 de janeiro de 2000 integrada pelos renomados juristas Ada Pellegrini Grinover, Petrônio Calmon Filho, Antonio Magalhães Gomes Filho, Antonio Scarance Fernan-

des, Luiz Flávio Gomes, Miguel Reale Júnior, Nilzardo Carneiro Leão, Renê Ariel Dotti, Rogério Lauria Tucci, Sidnei Benetti e, posteriormente, Rui Stoco. É claro que com as devidas alterações feitas pelo relator e as demais inclusões feitas pelos Srs. Senadores.

Passaremos então à discussão da matéria pela lista que aqui tenho.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, o ilustre relator, com a palavra.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Romeu Tuma apresenta uma emenda aditiva. Os militares inclusive estiveram comigo, eu disse a eles que não seria possível nesse diploma, porque eles querem que inclua no art. 324, inciso V, que em caso de punições disciplinares militares. Então--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para evitar indisciplina dentro das Forças Armadas.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Só que aqui não se trata de punição. É medida cautelar. Toda punição ela tem que ser tratada em outro local. Então, aí já é um caso definitivo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É do Código Penal Militar.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode ser, inclusive sugeri a eles que fosse tratado dentro do Código Penal Militar. Por isso eu não acato a emenda, só por isso. Tem razão os militares, só que aqui não é o local. Mas nós apresentaremos uma alternativa para eles.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria... E tem uma outra coisa, V.Exa., do art. 325 suprimiu os Delegados de Polícia da prisão especial que correm um risco tremendo se forem condenados e colocados em prisões comuns.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. De jeito nenhum. Está aqui, ó: *“Os integrantes das Forças Armadas e dos órgãos previstos no art. 144 da Constituição Federal”*. Então, está incluído Delegado de Polícia.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está certo, desculpa. Está certo. É porque quando tirou... Eu só... Eu sou o terceiro inscrito, mas eu não poderia deixar de falar com entusiasmo o trabalho e a devoção com que V.Exa. relatou esse projeto vindo de uma Comissão Especial da Presidência da República, através do Ministério da Justiça.

Algumas coisas tem acontecido, Senadora Ideli, peço até licença, que umas decisões do Supremo tem trazido um pouco de confusão, principalmente junto à

opinião pública, quando fala que se a sentença não for passado em julgado não poderá ser preso.

E V.Exa. aqui organiza definitivamente, o que dá um pouco mais de confiança à sociedade, quem pode ou não ser preso, e quanto tempo deve permanecer em prisão e como ela será feita, inclusive o pagamento de fiança dando um valor exato àqueles que têm capacidade para pagar.

Então, eu quero cumprimentar V.Exa., eu acho que ela dá uma reorganizada a alguns fatos que estão sendo desvirtuados da expectativa do aumento da criminalidade. Eu acho que isso vai trazer muito mais tranquilidade à sociedade quando tomar conhecimento e for aprovado o projeto. Quero cumprimentar V.Exa. e agradecer a resposta, e ver se a gente encontra uma solução para os militares...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos encontrar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E V.Exa. confirma que os Delegados não serão retirados.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Está aqui. O Delegado está expressamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, Presidente. Obrigado, desculpe.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli. A Senadora Ideli apresenta a Emenda Aditiva nº. 12 propondo o seguinte: “Art. 300, *parágrafo único. O militar preso*” [soa a campainha] Não... “*O militar preso em flagrante de delito, após a lavratura dos procedimentos legais e o desertor ou in submisso preso por autoridade policial serão recolhidos a quartel da instituição a que pertencerem, onde ficarão presos à disposição das autoridades competentes*”.

Senadora Ideli, na página 229, art. 225, em vez de colocar no 300, V.Exa. tem razão, porque eu mudei a topografia. Mas fica assegurado. Está lá dizendo: “*Serão recolhidos em quartéis ou em prisão especial à disposição da autoridade competente quando sujeitos a prisão antes da condenação definitiva*”. Inciso V: “*Os integrantes das Forças Armadas e dos órgãos previstos no artigo...*”. Então, já está contemplado, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu tinha pedido a minha inscrição para falar como um todo, sobre o projeto, inclusive sobre a emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vossa Excelência tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, deixa inicialmente, Senador Demóstenes, eu queria em primeiro lugar parabenizá-lo pelo relatório. Este projeto, que é de origem do Executivo é um projeto que faz parte de uma... É uma sequência de ações importantíssimas, fruto do pacto que foi estabelecido em 2004

entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, para que nós possamos fazer modificações profundas na situação dos procedimentos legais, no sistema penitenciário brasileiro, para que nós tenhamos uma agilidade da justiça e, efetivamente, uma justiça que seja justa.

Até porque justiça que é protelada, procedimentos penais que demoram, decisões judiciais que têm dificuldade de serem cumpridas, é algo que efetivamente o Brasil não pode mais admitir e nem pode mais conviver.

Nós temos hoje no sistema prisional brasileiro algo em torno de 40% aproximadamente dos presos, que não deveriam mais estar na cadeia, que não deveriam, não poderiam estar presos. O mutirão que foi feito agora pelo Conselho, recentemente pelo Conselho Nacional de Justiça detectou situações absurdas, como inclusive presos cuja sentença já estava cumprida há muito tempo e a pessoa continuava lá convivendo com a criminalidade, fazendo aquilo que a gente chama de “pós-graduação do crime”, convivendo com presos altamente... De alto grau de periculosidade, fazendo a tal da “pós-graduação da criminalidade”.

E, portanto, tudo aquilo que nós pudermos aprovar nas mudanças do Código de Processo Penal para agilizar, para retirar inclusive da superlotação dos nossos presídios pessoas que não devem e nem precisam estar presas, é sempre muito positivo.

Portanto, a mudança na questão da fiança, a mudança na questão da prisão especial e, principalmente, a questão dos presos provisórios, que às vezes a pessoa está presa, acusada de um crime que vai ter uma pena alternativa, ou seja, depois de condenado a pessoa não ficará presa, vai cumprir uma pena alternativa, mas está como preso provisório, podendo ter inclusive uma medida alternativa cautelar que poderia rapidamente resolver, desafogar, desalojar ali da super-ocupação dos nossos presídios.

Por isso que eu acho, o Senador Mercadante inclusive foi autor do projeto, da monitoração, decidiram agora qual é o termo para... Mas o mais importante é poder fazer a monitoração ou o monitoramento, seja lá o que for, do preso de forma que ele não fique preso, que ele possa ser acompanhado pela justiça e cumprir a sua pena no sistema de albergado ou no sistema domiciliar, entende, permitindo que a justiça seja feita sem que o sistema penitenciário esteja assoberbado.

E nós apresentamos a Emenda de nº. 12, que V.Exa. diz que já está contemplada, num outro...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): No art. 295.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Num outro ponto do projeto e tal, mas apresentamos pela

seguinte questão, Senador Romeu Tuma: a Constituição Federal ela já estabelece um diferencial para a questão dos militares.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sem dúvida.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A Constituição já estabelece lá no inciso LXI, do art. 5º, que a prisão de qualquer... Não, ninguém será... No LXI: *“Ninguém será preso senão em flagrante em delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar definidos em lei”*.

Portanto, há um diferencial constitucional e ao Estatuto dos Militares e a Lei do Serviço Militar também estabelece esse diferencial. E como a Autoridade em algumas situações desconhece, a Autoridade Policial desconhece esta especificidade da Constituição, do Estatuto Militar e da Lei do Serviço Militar, muitas vezes acontece de a prisão se dar em flagrante e tal, numa situação que não é observada pela Constituição.

Por isso que nós apresentamos a Emenda e, do nosso ponto de vista, se ela estiver contemplada, se o objeto da nossa Emenda estiver contemplado em outro dispositivo, nós abriremos mão, obviamente, mas sendo que se respeite aquilo que a própria Constituição garante.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Tem inteira razão V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Próximo inscrito para a discussão, Senador Antonio Carlos Júnior, a quem eu passo a palavra. Tem a palavra V.Exa..

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Esse projeto é da mais alta importância, inclusive foi elaborado por uma Comissão de Juristas, e ele é bastante completo e alcança vários pontos fundamentais de reforma do Código de Processo Penal, e o relatório do Senador Demóstenes Torres é também um relatório muito preciso, um relatório, digamos, muito profundo, onde ele analisou todos os aspectos, e inclusive ofereceu alternativas, mas eu acho que no caso da prisão especial eu ficaria com a posição do Senador Demóstenes, mantendo o que o projeto fala, não há necessidade de possibilitar que o Juiz venha de forma subjetiva determinar a prisão.

Acho que nós temos que ser objetivos nesse caso, a reforma que o projeto apresentou foi boa e a manutenção dele por parte do Senador Demóstenes, o aperfeiçoamento feito pelo Senador Demóstenes para mim é suficiente.

Então, eu parabeno o Senador Demóstenes pelo relatório e eu acho que esse projeto merece ser aprovado imediatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):

Quando eu assumi a Vice-Presidência eu sabia que com a Presidência do Senador Demóstenes, as modificações que iam acontecer na Legislação, a questão da modernidade, colocar dentro da justiça, e para a minha felicidade justamente no primeiro item do nosso encontro, Senador, nessa Comissão, já aparece esse projeto de uma magnitude estupenda, onde inclusive já tem a questão da tecnologia colocada na questão da legislação e do julgamento e da prisão, então, eu me sinto muito feliz.

Terceiro inscrito para debater é o Senador Romeu Tuma, a quem eu passo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já falei, Presidente, e peço desculpa por ter atravessado a inscrição em razão de ele ter mencionado a minha emenda.

Então, eu já falei, já cumprimentei o Presidente e estou esperançoso que seja aprovado por unanimidade. O meu desejo é que seja aprovado por unanimidade para dar uma força bastante e pedir urgência na... No encaminhamento em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):

Muito obrigado Senador que fez a colocação das questões dos Delegados que poderiam, porventura, ser preso e têm a proteção. Já foi incluído pelo relator.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foi decidido não ter lido o art. inteiro, o 325.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por sinal, duas vezes já que o relator incluiu o que foi discutido.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, mas é que ele, como Promotor, ele é irmão do Delegado. Então, jamais viraria as costas para esta função tão importante do Estado. As duas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):

Quarto inscrito, Senador Aloizio Mercadante, a quem eu passo a palavra. Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Primeiro quero saudar o Governo por ter feito essa articulação com o Judiciário e com juristas de grande renome para construir um projeto com essa qualidade.

E saudar nosso relator, Senador Demóstenes, que sustentou um parecer, contribuiu nesse processo e, desta forma, nós estamos fazendo uma legislação que traz importantes avanços.

Eu aprovei um projeto aqui nesta Comissão que propunha separar os presos por grau de periculosidade. Acho que o Governo já deveria ter concluído a aprovação desse projeto na Câmara. Separar em quatro níveis: os réus primários, os reincidentes e não perigosos, os perigosos e os chefes do crime organizado em presídio de segurança máxima, para que a gente possa trabalhar a perspectiva de profissionalização dos presos, especialmente os dois primeiros níveis, e que o egresso tenha alguma chance de ressocialização.

Apresentei um projeto que propunha a monitoração eletrônica de presos. Depois que eu apresentei o projeto, o Senador Magno Malta apresentou uma proposta, o relator era o mesmo, Senador Demóstenes, e na relatoria ele detalhou bastante o meu projeto, foi para a Câmara, atrasado, e eu acabei perdendo a autoria de um... A autoria parlamentar, a autoria intelectual é parte do trabalho legislativo. De qualquer forma, o menos importante--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas o reconhecimento está aqui, Senador. Foi V.Exa. que fez.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Como nós somos sempre atropelados pelo Executivo na autoria e somos às vezes atropelados por procedimentos legislativos inacreditáveis, meu projeto foi apresentado primeiro, aprovado primeiro, mas não foi primeiro para a Câmara. São coisas da vida que eu preciso tentar entender o que acontece nos meandros desta Casa.

Mas, de qualquer forma, a autoria é uma parte importante do trabalho parlamentar, intelectual em geral, em alguns setores tem patente. A pessoa é processada por expropriação da idéia do outro. Mas, na vida parlamentar não há. Eu me sinto, de qualquer forma, contemplado desse projeto fazer dois grandes avanços.

Um avanço que V.Exa., Senador Demóstenes, sempre defendeu nessa Comissão. Vamos valorizar a fiança para diminuir a prisão temporária. Isso é uma forma... O mundo inteiro moderno já utiliza esse instrumento, nós estamos colocando um teto de 93 milhões de reais, ou seja, é fiança para valer e o Juiz com isso vai permitir reduzir o número de presos. Tem mais de 80 mil presos provisórios no Brasil e não tem sentido nós continuarmos com essa política. Então, a fiança é um avanço.

Segundo, a monitoração eletrônica dará segurança ao Juiz para estabelecer a prisão domiciliar.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sem dúvida.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

E com isso nós vamos reduzir aqueles que não preci-

sam ficar presos. Terceiro, grande avanço, que também fazia parte de um projeto que apresentei: valorizar as penas alternativas. Então, para aquelas condenações que podem ir até quatro anos de prisão, não cabe a prisão provisória. Quer dizer, a prisão provisória acaba sendo uma pena completamente deformada para um cidadão que pode ser condenado no máximo quatro anos, vai cumprir um terço e às vezes fica preso temporariamente esse período.

O que é melhor? Pena alternativa. Põe esse sujeito que cometeu um delito, que desrespeitou a lei, vai trabalhar numa creche, vai construir uma escola, vai pintar uma guia, vai roçar a cidade e pagando com prestação de serviço a sociedade gasta menos e ele tem chance de se recuperar e, portanto, é um instrumento muito mais eficiente.

Por tudo isso, sou favorável ao projeto, acho que é um grande avanço e é uma parceria importante entre Governo, oposição, Judiciário, Legislativo, uma Comissão de grandes Juristas que traz uma grande modernização ao Código de Processo Penal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senador Aloizio Mercadante pela sua contribuição nesse projeto. Passaremos agora ao quinto inscrito para debater. Ilustre Senador do Espírito Santo, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras senadoras. Senador Demóstenes, Senador Relator. O nosso amigo, seu colaborador, Tito, faz parte de uma Comissão Externa, que nós propusemos ao Senador Garibaldi no ano passado para que houvesse um debate, uma apresentação de um anteprojeto de uma reformulação completa do Código de Processo Penal, porque o Código de Processo Penal, apesar das mudanças que a gente está realizando, e essa é uma das mudanças mais profundas que o código está sofrendo nos últimos anos na sua história, o Código é de 1941.

É importante que os Senadores tenham a clareza de que o Código de Processo Penal é de 1941. De lá pra cá nós tivemos a Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial, tivemos o Golpe Militar, tivemos diversas constituições, tivemos a Constituição de... A Constituinte de 88 e o Código sofreu mudanças, mas não sofreu mudanças no seu espírito, na sua alma, na sua... De forma mais bem articulada.

Então, fizemos a proposta, a Comissão está trabalhando e é com alegria que eu vejo um debate como este aqui na Comissão de Justiça, porque o Código de Processo Penal hoje é ainda um instrumento que leva

à impunidade. A impunidade é o maior problema que nós temos hoje para coibir os delitos em qualquer das áreas, civil, penal, administrativa... Então, nós precisamos, de fato, de avançarmos.

E a Comissão Externa, só para informar aqui aos membros, eu tenho acompanhado de perto, nós pediremos depois uma reunião com a Comissão de Justiça, ao Senador Demóstenes, vamos apresentar... A Comissão vai apresentar ao Presidente Sarney, a Comissão até o início de abril, final de março, vai ter um anteprojeto para colocar em audiência pública, para que haja a contribuição da sociedade a esta proposta que depois o Congresso terá que debater e nós vamos apresentar como proposta aqui no Senado, como Projeto de Lei aqui no Senado.

Mas eu quero destacar alguns pontos anunciados pelo Senador Demóstenes que eu julgo importantes. Acho que são fundamentais. Quero deixar ressaltado com o Senador Demóstenes só que talvez no decorrer, nesse trecho, nesse caminho daqui até o Plenário ele tenha a sensibilidade que alguma proposta que eu possa apresentar, mas não quero impedir a votação de hoje pela importância deste projeto.

Então, primeira questão. Acho que o detalhamento, o aprofundamento, o Senador Wellington Salgado que tão bem fica nessa cadeira de Presidente, o aprofundamento e o detalhamento de medidas cautelares, isso é fundamental. É aquela fase antes da conclusão do processo, conclusão final do processo, você dar ao Juiz a oportunidade de que ele possa aplicar penas que não seja só a prisão preventiva. Que não seja só a fiança. Então, acho que essas definições, prisão domiciliar, monitoramento eletrônico, tornar o impedimento da presença do acusado em alguns locais... Então, acho que essas medidas são fundamentais.

A outra medida fundamental, a que aumenta os valores das fianças. Os valores das fianças são pequenos, se aumentar os valores da fiança é fundamental. Determina o tempo de prisão provisória. Também é importante, porque a prisão provisória é a prisão feita para que tomem as medidas de investigação e muitas vezes [soa a campainha] a pessoa é presa, o acusado, o suspeito é preso, ele teria que ficar um tempo, ele fica muito mais tempo, nossos... Nosso sistema carcerário está abarrotado de presos provisórios e há um crescimento populacional de uma forma geométrica nos últimos anos.

Podemos até determinar um tempo, mas não é só determinar um tempo, porque pelo Supremo Tribunal Federal já tem um tempo de 81 dias. Mas é um tempo onde o Juiz terá que se comunicar com este acusado e com esse encarcerado de tempo em tempo, para que não haja nenhuma injustiça cometida contra ele.

E a decisão de que delitos com pena até quatro anos não haja a prisão provisória. Acho que isso também vai ajudar a reduzir a população carcerária no nosso país.

Então, as medidas caminham na direção do aperfeiçoamento, de reduzir a quantidade de presos provisórios e as medidas cautelares anunciadas são fundamentais para que isto possa acontecer. Então, ressalvo com o relator, a necessidade, talvez, de alguma complementação no decorrer até o Plenário, mas a minha posição é favorável compreendendo que nós teremos a oportunidade grande de debatermos o Código por inteiro aqui nessa Comissão na hora que o projeto for apresentado pela Comissão, ou anteprojeto for apresentado pela Comissão Externa de Juristas. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senador Casagrande pela sua contribuição. Passaremos ao sexto inscrito para discussão. Ilustre Senador, Conselheiro dessa Casa, Senador Dornelles a quem eu passo a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Demóstenes pelo seu trabalho, e ao mesmo tempo pedir um esclarecimento a V.Exa., Senador: o art. 315 estabelece que a prisão preventiva terá duração máxima de 180 dias; V.Exa., em cada grau de jurisdição, V.Exa. explicou que em alguns casos essa prisão preventiva pode-se ocorrer durante um prazo de dois anos. Eu pergunto a V.Exa.: Não é um prazo muito exagerado? [soa a campainha] Por que esse prazo--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por favor, eu pediria silêncio que tem um Senador com a palavra. Por favor.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): V.Exa. não considera que um prazo para uma prisão preventiva, aquela sem condenação, que pode chegar a 360 dias não é exagerado? Não poderia... Por que motivo esse prazo não poderia ser mais reduzido?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Na realidade 180 dias são seis meses, Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não, mas V.Exa. explicou 180 dias em cada grau de jurisdição.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É porque senão não dá tempo de julgar. Aí nós vamos soltar todo mundo. 180 dias é um prazo... Mais de 180 dias o Juiz já está abusando.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não, mas V.Exa., pelo que explicou, veja se eu

entendi correto: que pode chegar a situações de quatro vezes 180 dias.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Pode, pode chegar.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Aí nós estaríamos dois anos de uma prisão preventiva.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

É, mas é o direito que tem ele de recorrer. Agora, o que dá o direito... Isso não é... Digamos, um prolongamento automático. Da mesma forma que estabelece 180 dias, hoje pode ser 10 anos, pode ser... Não existe limitação.

O Juiz, a cada 60 dias, o Juiz a cada 60 dias vai dizer se a pessoa tem que ficar presa ou não. E se ele não julgar em 180 dias ele tem que liberá-lo automaticamente. Mas a cada 60 dias ele tem que fazer um juízo acerca da oportunidade, conveniência e necessidade da prisão daquela pessoa. Então, pra não soltá-lo com 60 dias, porque em 60 dias o Juiz não vai julgar mesmo, nós estabelecemos o prazo de 180. Mas com o Juiz a cada 60 mostrando que aquele preso tem a necessidade de ficar ali.

Agora, muitos se utilizam do expediente do recurso hoje para ser liberado. Mas, pode ter certeza que, pela praxe processual não é um número elástico. Por exemplo, esses traficantes que ficam presos aí, eles conseguem recorrer indefinidamente. Se nós estabelecêssemos um tempo menor, praticamente seriam todos soltos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Agora, pediria a V.Exa. explicasse a transição em cada grau de jurisdição que levaria, por exemplo, a situação de 120 dias ou 180 ou 360.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Não. Encerrado no primeiro grau, o processo teve o recurso, ele chegou no segundo grau, começa a se contar o prazo. Chegou no Superior Tribunal de Justiça, começa a se contar o prazo. Chegou no Supremo Tribunal Federal, começa a se contar o prazo. Do recurso oriundo da condenação. Mas ainda considerado preso provisório porque não transitou em julgado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Satisfeito, V.Exa.? Passaremos então ao sétimo inscrito, Senador Valter Pereira. Um dos juristas do PMDB no Senado. Com a palavra V.Exa..

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr.

Presidente Senador Wellington Salgado, Sr. Relator Senador Demóstenes Torres. Indiscutivelmente o trabalho que é submetido à apreciação dessa colenda

Comissão reveste-se da mais alta significação porque é uma modernização do sistema penal brasileiro.

É um trabalho que começou bem. Começou bem porque teve a participação de juristas de grande conceito, como Ada Pellegrini, Petrônio Calmon, Antonio Magalhães Gomes Filho, Antonio Scarance Fernandes, Luiz Flávio Gomes, Miguel Reale Júnior, Nilzardo Carneiro Leão, Renê Ariel Dotti, Rogério Lauria Tucci, Sidnei Benetti e, posteriormente, Rui Stoco.

E teve os cuidados de um dos renomados juriconsultos desta Casa, o Senador Demóstenes Torres, que tem dado uma amostra de grande competência e muita dedicação em todos os trabalhos que são submetidos à sua apreciação.

Portanto, é um trabalho que tem todas as condições para ser aprovado e que merece aplausos. Merece aplausos pela relatoria, merece aplausos também pela iniciativa, que foi uma proposta do Governo, é bom que se diga, e que neste momento em que foi apreciado não teve a ser crivado de críticas por um relator que é componente da bancada oposicionista nesta Casa. Portanto, é merecedor de toda credibilidade possível o projeto que nós estamos apreciando.

Corri os olhos, Senador Demóstenes Torres, e percebi que efetivamente existe avanços e não precisa entrar em detalhes. Basta ver aqui a questão da fiança. O tratamento que foi dado à fiança para se entender que realmente há um rigor maior, há uma atualização muito forte do sistema vigente atualmente, sistema de penas também é muito mais consentâneo com a realidade que nós estamos vivendo. Então, o projeto é bom. A preocupação que eu tenho é uma só e vou... Talvez V.Exa. acabe eliminando-a com os esclarecimentos que pode prestar a esta Comissão.

Há uma Comissão, como foi lembrado aqui pelo Senador Casagrande, que foi designada para fazer esse mesmo trabalho. Muito provavelmente, se não houver uma articulação entre a Mesa Diretora desta Casa, provocada pelo... Pela própria Comissão, por V.Exa. que é Presidente, que é o titular desta Comissão, de amanhã surgir uma outra proposta de mudança. E nós temos que levar em conta que da mesma forma que o envelhecimento das normas jurídicas é prejudicial, a fúria legislante também o é.

De sorte que ao aprovar este projeto eu acho que as normas nele contidas precisam ser respeitadas para que nós não fiquemos com esta fúria legislante a atormentar ainda mais a vida de operadores do direito, a insegurança jurídica, etc. Então, acho que esta talvez V.Exa. possa esclarecer o que está pensando--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Senador, veja só. Esse projeto, ele fazia parte de um todo que era a reforma do Código de Processo Penal,

proposto ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, em 2000.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Verdade.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Governo Lula pegou essa agenda, positiva, e para aprovar ele fez o quê? Ele fatiou, nós já aprovamos aqui o procedimento ordinário, nós já aprovamos o Júri, nós já aprovamos as perícias, agora as medidas cautelares e ainda temos o Inquérito Policial e os recursos.

Eu concordo perfeitamente com V.Exa.. Eu chamo de "Código Michael Jackson". Você pega o narizinho lindo, um queixinho maravilhoso, cabelinho sensacional, mas o conjunto é um desastre. Então, eu concordo.

Agora, esse projeto... Nós estamos aí terminando, tem uma série de contradições, porque ele foi fatiado, nós estamos fazendo o melhor possível. Agora, a essa Comissão incumbe fazer esse pente fino. Acabar com o "Código Michael Jackson". Ele vai chegar, nós vamos começar uma discussão, e ele pode ter certeza, não vai demorar menos de uma década para ser aprovado. Lamentavelmente. Vai ficar aqui na discussão, são quase 700 artigos, muitas propostas, muitas audiências públicas, todo mundo vai entrar, o Supremo, o Ministério Público...

E aí, quando nós aprovarmos vai pra Câmara. Vai começar tudo lá de novo. Então, é melhor agora mesmo sendo um projeto "Michael Jackson", se a gente junta... Era interessante que ele fosse votado junto. Mas o Governo Lula nesse aspecto para mim foi sábio, viu que não dava para votar junto.

E aí essa tarefa de votar juntos vem depender agora, quando o anteprojeto for apresentado, de nós trabalharmos. Agora, a expectativa é de que vá demorar muito. Então, é melhor finalizar esse, introduzirmos essas modernidades, ainda será o Código da década de 40 reformulado e um outro definitivo virá depois. V.Exa. tem razão, mas nós não temos outra alternativa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, eu concordo com V.Exa. que essa modalidade adotada pelo Presidente Lula foi racional. É uma forma de você ir queimando etapas, de ir dotando cada capítulo que for possível, cada título que for possível.

Porque, de fato, o Código que nós operamos é um Código muito velho. E veja V.Exa., acho que há inclusive uma impropriedade, e talvez V.Exa. pudesse até ousar um pouco mais mudando até essa... Essa nomenclatura que tem aqui do Código Penal, que trata de Decreto-lei.

Então, veja o que está acontecendo. Nós estamos introduzindo no Decreto-lei, e não é a primeira mudança que se faz nesse Decreto-lei, estamos introduzindo mudanças de Projeto de Lei. Quer dizer, então há uma

contradição muito grande que tem no ordenamento jurídico. Mas talvez vamos deixar isso para--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É que a partir de 37 o Governo Vargas foi uma ditadura. Fechou o--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E havia ali era o Decreto-lei.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. E aí, Decreto-lei ainda existe hoje como sendo Medida Provisória. Então, às vezes nós temos que...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, exatamente. E veja V.Exa., aqui o Decreto-lei ele funciona mais do que uma Lei Ordinária. Ele funciona na verdade como uma Lei Complementar. Porque ele está, na verdade, complementando dispositivos da própria Constituição. Quer dizer, uma impropriedade grande, mas tudo bem. É um código que... A despeito de ter sido concebido por uma ditadura, pegou. Está servindo até hoje para dirimir os conflitos na área penal, portanto temos que conviver com ele.

Mas, de qualquer forma Senador Demóstenes, o que eu gostaria de sugerir a V.Exa. é que articulasse com essa Comissão para saber qual é a solução que vai ter para conciliar os dois trabalhos. O trabalho que ela está produzindo com este que nós estamos aprovando, e que tem que ser respeitado.

Nós não podemos admitir é que hoje nós estaremos aprovando essa medida e amanhã venha uma outra proposta reformulando tudo, como está acontecendo agora. V.Exa. tem conhecimento de um projeto que muda a lei do Mandado de Segurança, que está em tramitação, que nós mexemos também o ano passado, a poucos meses de encerrar os trabalhos dessa Comissão.

Então, eu acho que aquilo que nós estamos aprovando... Pelo menos numa legislatura tem que ser pra valer, nós não podemos estar mudando toda hora. Essa fúria legiferante não é boa para o processo legislativo, nem para o ordenamento jurídico do país.

Mas, de qualquer forma quero dizer a V.Exa. que está de parabéns pelo trabalho produzido, foi mais uma obra, mais uma contribuição que V.Exa. dá para o aprimoramento do ordenamento jurídico do nosso país.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou inscrever V.Exa.. Muito obrigado pelas considerações, Senador Valter Pereira. Passaremos agora ao próximo inscrito da lista, o oitavo Senador, Flexa Ribeiro. Tem a palavra V.Exa. e inscrevi V.Exa. como próximo, Senador Crivella.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Wellington Salgado, Sr. Relator Senador Demóstenes Torres, Srs. Senadores.

Serei breve, Senador Demóstenes Torres, porque dizer do mérito do projeto já... Os Senadores que me antecederam já o fizeram. Dizer da Excelência do parecer emitido pelo... Por V.Exa., também já foi dito e é reconhecido por todos nós. Eu apenas pedi para... Não para discutir, mas para agradecer, Senador Wellington Salgado, agradecer ao Senador Mercadante, que é o líder do Partido dos Trabalhadores e ao Senador Valter Pereira, que também da base do Governo do Presidente Lula, o reconhecimento pela ação do Governo em apresentar esse projeto. E da forma como ele foi tão bem relatado aqui pelo Senador Demóstenes Torres.

E faço esse agradecimento, Senador Mercadante, Senador Valter Pereira, porque este projeto foi encaminhado ao Legislativo pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001. O Projeto de Lei da Câmara nº. 111/08, originário do PL 4.208 de 2001, na origem. Então, o Senador Mercadante e o Senador Valter Pereira aqui teceram loas ao Governo pelo encaminhamento do projeto.

E eu quero agradecer, porque é o reconhecimento, ainda que tardio, mas vem a tempo ainda, de ver que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, lá nos idos de 2001, já encaminhava o projeto ao Legislativo para que pudesse então se colher os resultados que se colhe hoje aprovando o relatório do Senador Demóstenes Torres.

Parabéns Senador Demóstenes Torres, parabéns ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que através de seu Ministro da Justiça à época, o Ministro José Gregori encaminhou o projeto ao Legislativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Eduardo Azeredo tem a inscrição aqui, se V.Exa. quiser eu vou inscrevê-lo. Senador Crivella. Muito obrigado pelas considerações, Senador Flexa Ribeiro. Senador Crivella, tem V.Exa. a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado Senador Wellington Salgado, que sejam essas as minhas palavras para saudar o Senador Demóstenes, o nosso Presidente da CCJ, que assume aqui com todas as qualificações para nos conduzir nesse termo de maneira brilhante, que possamos acrescentar muito à vida nacional.

V.Exa. também como Vice-Presidente tenho certeza estará a postos para substituí-lo à altura, já que V.Exa. ainda que não tenha a formação do direito, tem uma capacidade, pensamento de articulação que todos nós conhecemos e que, certamente bem assessorado, fará... Cumprirá os objetivos.

Sr. Presidente, eu quero fazer alguns comentários importantes sobre o que nós estamos votando aqui hoje. O Brasil tem uma população carcerária, todos nós sabemos, 450 mil homens. 40% disso são presos provisórios. Esses juízes, hoje, nossos juízes, nossos magistrados, Magistratura, não tem outra alternativa senão prender ou soltar.

Nós precisamos dar a eles alternativas, Antonio Carlos. Às vezes o sujeito, preso provisório, pode ficar em casa, e sendo controlado por uma ligação telefônica. Você pode tirar o passaporte. Às vezes também ele pode usar uma dessas pulseiras que hoje são usadas em vários países do mundo. Vários países do mundo adotam pulseiras em que as pessoas são controladas pelo sistema global de posicionamento, que é o GPS que nós conhecemos. De tal maneira, Sr. Presidente, que nós só podemos nos congratular com a nossa Comissão por estarmos discutindo um tema tão importante.

Agora, esvaziando os nossos presídios em 40% voltamos a ter presídios onde se respeita os Direitos Humanos. Hoje esses presídios são... Desculpe aqui, Sr. Presidente, o desabafo, medievais. Os presídios brasileiros são medievais. Ali as pessoas são barbarizadas, vegetam e muitos ficam presos mesmo depois de cumprir a pena.

Então, essa Comissão é o foro correto para nós votarmos um assunto de tamanha relevância. Aliás, aliás, eu gostaria antes de terminar meu pronunciamento, já que estou aqui sentado ao lado do Senador Cristovam Buarque, dizer também de que nós lamentamos muito, que o nosso preso não tenha educação e nem trabalho. E são esses instrumentos, a educação e o trabalho, que realmente ressocializam.

A pena é para salvar a população, é para guardar a população do convívio com o homem perigoso. Mas esse homem perigoso volta às ruas sem educação, e sem uma profissão. Vai, infelizmente, para a nossa vergonha e para o fracasso do sistema, ele vai novamente cometer um crime. 80% dos que estão lá hoje são reincidentes. São reincidentes. Falta a educação que Cristovam clama como João Batista no deserto, todos os dias está aqui ele clamando incansavelmente, educação, educação, e falta trabalho.

Para concluir, Sr. Presidente, que eu estou sendo fastidioso, mas eu gostaria de concluir dizendo que apresentei um projeto, Sr. Presidente, para acabar com a prisão especial no Brasil, acabar. Tirar a prisão especial no Brasil e deixar que o Juiz decida caso a caso. E que eu acho que seria uma maneira de coibir também o crime, eu que sou do Estado do Rio de Janeiro, V.Exa. também, embora represente o bravo Estado de

Minas Gerais, V.Exa. é nascido no Rio de Janeiro, nós estamos sofrendo.

São 300 mil crimes cometidos no Rio todos os anos. Furto, 80 mil. Com arma, o roubo, 60 mil. Roubo de carro, 55 mil. Homicídios, 9 mil, isso porque não damos como homicídios os corpos encontrados ao relento, às vezes boiando na Baía de Guanabara, morte natural de população de rua... Se fosse... Suspeitíssimo, Sr. Presidente, suspeito. Porque o senhor sabe que existe lá no Rio de Janeiro queima de arquivo, aquelas facções, aquelas... Aquelas gangues, muitas vezes matam uns aos outros e jogam aos relentos, nos rios, nos córregos, e são dados como morte natural de população de rua, o que é suspeito. Mas, mais de cinco mil estupros... Tivemos carros incendiados, ônibus incendiados, enfim, uma tragédia. Uma tragédia tremenda. O rio tem mais de 300 mil crimes cometidos. E pior, 80% disso, Senador Romeu Tuma, é no Grande Rio, não ocorre no interior, é concentrado no Grande Rio.

Então, a população vive dias difíceis, difíceis lá na minha cidade, no meu Estado do Rio de Janeiro. Então, nós precisamos pensar isso aqui, já pensamos, temos labutado, mas ainda não atingimos o objetivo que nos propomos que é baixar o índice de criminalidade nas grandes cidades brasileiras por diversas questões, que não passam por aqui, tem também a questão do desemprego, dessa crise internacional, desigualdade no país, mas o que depender de nós tem certeza vamos trabalhar, vamos votar e vamos realizar, para o bem do nosso povo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senador Crivella. Queria dizer que é sempre bom ouvi-lo. Agora, quanto à questão da violência... Da violência no Rio de Janeiro, que eu conheço também, seria bom também ver a Polícia Militar de Minas, viu Senador Demóstenes.

A Polícia Militar de Minas ela é padrão nacional. Acho que poderia, de repente Senador Crivella, se quiser poderíamos marcar eu e o Senador Azeredo e visitar a Polícia Militar de Minas. Porque essa polícia realmente tem dado muita tranquilidade ao nosso Estado.

Próximo inscrito da lista, Senador Azeredo, a quem eu passo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero apenas dar algumas... Fazer alguns registros. Quando nós aprovamos o projeto, inicialmente ele já trouxe alguma polêmica. É evidente que quando se pensa em monitoramento, logo surgem dúvidas do ponto de vista de respeito aos direitos individuais das pessoas. Mas, a

miniaturização da eletrônica nos garante que isso pode ser feito sem expor, sem um risco maior. Nós temos a todo momento, que se tem a questão da liberação para Natal, Dia das Mães, o número de presos que saem e que não voltam é grande. Com esse monitoramento nós vamos ter condição de evitar esse problema que tem acontecido de maneira repetitiva.

Então, eu acredito que o texto, Senador Demóstenes, que o projeto, todos que trabalharam no projeto, o texto ele consegue fazer exatamente essa União do respeito necessário às pessoas, evidentemente, mesmo que criminosos, e por outro lado a necessidade da sociedade se proteger. A tecnologia está dando condições para essa... Com esse acompanhamento.

E, portanto, nada mais correto que o façamos aqui dentro da visão de uma Justiça que seja mais eficiente. E eu quero só externar também a minha satisfação com a nossa Polícia Militar de Minas Gerais. Foi muito bem lembrado, é uma polícia preparada, polícia que tem cumprido bem a sua função.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senador Azeredo, V.Exa. foi Governador e com certeza conviveu muito mais de perto com essa polícia do que eu. Bom, não tem mais nenhum Senador inscrito para discutirmos a matéria. Alguém deseja fazer uso da palavra? Senador Cristovam? Não? Senador Gim Argello deseja fazer uso da palavra?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apenas cumprimentar o trabalho bem feito do Senador Demóstenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só... Eu tinha dado a palavra, desculpe Senador Suplicy, queria para V.Exa.. Tem a palavra Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado Senador Wellington, parabenizar o Senador Demóstenes Torres pela boa condução da nossa Comissão, a V.Exa. também na condição de Vice-Presidente, a todos os Senadores que, realmente, já é meio-dia e meia e todos aqui estão trabalhando, mas mais do que isso, também gostaria de fazer referência, como V.Exa. fez, à Polícia Militar do Distrito Federal.

Que da mesma forma como a Polícia Militar de Minas Gerais é um exemplo de Polícia Militar, pela honradez, pela seriedade, pela competência, porque a Polícia Militar do Distrito Federal, quando quiser é um exemplo que pode ser colocado para todos nós aqui.

Então, eu não poderia deixar, nesse momento também, de fazer referência à nossa Polícia Militar do Distrito Federal, porque da mesma forma como a Polícia Civil de Brasília é um exemplo para o Brasil, a Polícia

Militar do Distrito Federal também é, o que todos nós podemos testemunhar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senador Gim Argello. Tem a palavra o nosso ilustre Senador Eduardo Suplicy, tem a palavra V.Exa..

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Já o fiz, Sr. Presidente. Apenas cumprimentei o trabalho bem feito do relator, Senador Demóstenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senador Eduardo Suplicy. Não havendo mais--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem. Só pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como V.Exa. falou sobre a Polícia Militar de Minas, que eu conheço, é bem formada, bem organizada, não poderia deixar de falar da Polícia Militar de São Paulo, onde a própria Academia prepara policiais oficiais de vários Estados brasileiros, pelas condições que preenche como uma das mais antigas do Brasil.

Então, eu não poderia, por ser intimamente ligado à Segurança Pública de São Paulo, fazer referência à Polícia Militar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senador Romeu Tuma. Queria saber se... Encerrada a discussão, queria saber se deseja fazer uso da palavra o relator, ou não?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não havendo, passaremos... Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Passaremos à votação. Em votação o parecer.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra Senadora Ideli. Já passamos da discussão, vamos entrar em votação, mas V.Exa. tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Apenas...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Acolhido a emenda, acolhido...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso, isso. Porque nós fizemos toda a conversa e--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bem colocado. Foi acolhida a emenda de V.Exa. pelo ilustre Relator.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O relator, Senador Demóstenes, muito gentilmente entendeu o que nós estávamos apresentando e acolheu a emenda e eu quero agradecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vi o trabalho dos embargos auriculares de V.Exa. ao lado do nosso relator durante a discussão. Passaremos então... Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Parabéns. Antes de passar a Presidência de volta ao Senador Demóstenes... Tem um Requerimento também que é do Senador Demóstenes.

Requerimento sobre a Mesa: "*Nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº. 111/08*". Em votação. Os Senadores que estão de acordo--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu pedi a urgência e queria assinar também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está aqui. Poderá assinar junto com o Senador Demóstenes. Requerimento do Senador Demóstenes também assinado--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, se está assinado por ele está liquidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está OK. Em votação Requerimento com pedido de urgência. Senhores senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Parabenizando o Senador Demóstenes por esse projeto, que vai, com certeza, dar maior velocidade e eu sei o quanto o Senador Demóstenes trabalhou por esse projeto, gostaria nesse momento de passar de volta a Presidência a V.Exa..

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 25 da pauta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Sr. Presidente, apenas antes de entrar no item, inclusive eu sou relatora e pedi e V.Exa. acatou a inversão, a Comissão de Constituição e Justiça está marcando uma audiência pública para instruir o PLC 180, que dispõe sobre o estabelecimento de cotas nas universidades públicas brasileiras. E nós gostaríamos de fazer um aditivo ao Requerimento, com a solicitação para que sejam convidados também como debatedores o Dr. Willian Douglas, da coordenação da EDUCAFRO,

Dr. Augusto Werneck, do Movimento dos Promotores de Justiça do Brasil, o Sr. Daniel Cara, da Campanha Mundial pelo Direito à Educação, o Sr. Wellington do Carmo Faria, da Coordenação do Movimento dos Sem Universidade, e a Sra. Roseli Fernandes, do Fórum da Educação Indígena.

Então, nós estamos apresentando em meu nome e do Senador Cristovam Buarque o aditivo ao Requerimento de audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação o aditivo ao Requerimento já aprovado no início da sessão. Senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu preciso do meu parecer para fazer... Vocês localizam?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Projeto de Lei do Senado nº. 372/08, terminativo: *"Altera o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 94, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, de forma a excluir a estipulação de prazo para a formulação do requerimento a que o dispositivo se refere e dá outras providências"*. Autoria, Senador Lobão Filho, relatoria, Senadora Ideli Salvatti. Parecer favorável à matéria com três emendas que apresenta. Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o projeto e a segunda para as emendas.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti para proferir o relatório sobre o projeto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Como o Presidente da Comissão, Senador Demóstenes já explicitou, é um projeto de autoria do Senador Lobão Filho, ele altera o art. 2º da Lei 8.878, que é uma lei de maio de 1994, que tinha como objetivo eliminar, o projeto do Senador Lobão tem eliminado dispositivo a estipulação de prazo para a formulação por parte dos beneficiados pela anistia prevista na Lei 8.878, de Requerimento solicitando retorno ao serviço.

E esta lei é uma lei de 1994 que concedeu anistia aos servidores empregados na administração pública federal direta e indireta, que: *"no período de 16 de março de 90 até 30 de setembro de 92 foram exonerados, demitidos, despendidos ou dispensados com violação de dispositivo constitucional legal regulamentar ou de cláusula de acordo, convenção ou sentença normativa da Justiça do Trabalho ou então por motivação política, devidamente caracterizada ou interrupção de atividade profissional em decorrência de movimento grevista"*.

No período que compreende esta anistia, que foi de março de 90 até setembro de 92 há uma estatística que aponta a retirada da sua atividade profissional de

mais de 100 mil servidores. E a lei de 1994 tinha como objetivo central fazer a reparação deste movimento, que infelizmente prejudicou centenas de milhares de famílias em todo o Brasil, com o afastamento do serviço, da remuneração e inclusive da prestação do serviço que estes milhares de funcionários ou servidores das diversas esferas do poder federal deixaram de dar, a contribuição ao país.

A lei da anistia, ela infelizmente, ela não foi cumprida durante um período muito longo. Ficou absolutamente congelada sem que nós tivéssemos tido a oportunidade de reparar este mal que foi colocado para muitos servidores. E nós tivemos, desde que o Presidente Lula assumiu, uma determinação muito clara, foi constituída a Comissão, desta Comissão 7 mil requerimentos já foram plenamente avaliados, mais de 6 mil benefícios foram concedidos e nós temos ainda algo em torno de 6 mil para serem analisados pela Comissão.

Mas o que o projeto do Senador Lobão Filho se propõe é exatamente abrir o prazo do Requerimento, para que muitos destes... Centenas destes, milhares de servidores que não tiveram a oportunidade de fazer o Requerimento à época adequada, possam fazê-lo.

Então, nós estamos dando o parecer favorável ao projeto, fazemos algumas alterações para corrigir algumas questões, por exemplo, a questão da inconstitucionalidade, porque cabe ao Poder Executivo tomar providências com relação às regras e às questões funcionais dos servidores, portanto nós estamos conver-tendo a proposição em Projeto de Lei Autorizativo.

Alteramos também a questão de reabrir as comissões, a Comissão Especial de Anistia e Subcomissões Setoriais caso elas já estejam extintas quando o projeto virar lei, e também estamos alterando o texto original para fixar o prazo de 365 dias para a apresentação de novos requerimentos.

Então, com essas três alterações, tornando autorizativo, abrindo um prazo de 365 dias e colocando a possibilidade de reconstituir a Comissão Especial de Anistia e Subcomissões Setoriais caso elas já estejam extintas na época da aprovação final da lei, nós estamos dando um parecer favorável ao projeto, com estas três emendas e esperamos que desta forma nós possamos efetivamente reparar, de forma definitiva, não só com aquilo que o Governo Lula já teve a possibilidade de reparar, ou seja, dos 7 mil requerimentos já apreciados, mais de 6 mil benefícios concedidos, ainda tendo em torno algo de 6 mil para serem analisados nós possamos contemplar inclusive aqueles que à época adequada não fizeram seu Requerimento e portanto continuam tendo uma situação de necessidade de rever.

É algo que se arrasta há muito tempo, as demissões ocorreram entre 90 e 92, a lei é de 1994, só começou efetivamente a ser aplicada agora, bem recentemente, nos últimos dois, três anos, e portanto nós podermos aprovar rapidamente o projeto e transformá-lo em lei é algo que vem ao encontro da necessidade de milhares de familiares e de funcionários que foram afastados de suas funções de forma tão abrupta e lamentável, como aconteceu no período de 90 até 92, à época que o país era presidido pelo Fernando Collor de Mello.

Então era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de apresentar em nome da relatoria do projeto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado Senador Demóstenes, senhoras senadoras, Srs. Senadores. É com muita satisfação que meu nome, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, na condição de líder, estou hoje votando essa matéria que é das mais importantes matérias colocadas agora nesse semestre aqui na nossa Comissão.

Tendo em vista que, primeiramente, parabenizar o seu autor, o Senador Lobão Filho pela sensibilidade de ter construído tão belo projeto de tão importância e relevância, parabéns Senador Lobão Filho. Da mesma forma parabenizar Ideli Salvatti, a nossa Senadora Ideli Salvatti, pelo relatório que, agora sim, completou e tirou qualquer vício de inconstitucionalidade que teria, dando condições para que esses servidores possam realmente apresentar os seus recursos dentro do prazo.

Isso é muito bom para Brasília, isso é muito bom para o Brasil, e principalmente para os servidores que se sentiram atingidos àquela época com essas medidas. Então, em meu nome, do Partido Trabalhista Brasileiro e da minha bancada inteira, dizer que nós vamos votar a favor desse relatório, parabenizando tanto o Senador Lobão Filho por ter construído, quanto a Senadora Ideli Salvatti.

[palmas].

Agradecer nesse também, estou vendo que estou sendo aplaudido, parabenizar aqueles que tanto estão lutando por isso, servidores, e aqui falo em nome de Xavier, Alex, de todos vocês, parabéns, é uma luta, se Deus quiser vamos sair vitoriosos daqui a pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só lembrando a assistência que, infelizmente, não é proibido... Não é permitida a manifestação. Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras senadoras. Há mais

ou menos 18 anos atrás o Estado Brasileiro cometeu uma das suas grandes injustiças. Demitiu desmotivadamente dezenas e dezenas de milhares de funcionários, condenando dezenas de milhares de famílias ao sofrimento, à dificuldade, quase uma comoção social.

Eu venho através desse projeto tentar diminuir um pouco o sofrimento dessas famílias. E quero neste momento, nesta oportunidade, fazer um agradecimento especial à Senadora Ideli Salvatti e à sua equipe, que conseguiu melhorar substancialmente o projeto. No momento em que a Senadora Ideli conseguiu incluir o limite de prazo para que as comissões possam dar o seu parecer, o limite de 180 dias, ela evitou que acontecesse o que já aconteceu no passado, quando essas comissões, essas mesmas comissões não tinham prazo para definir o seu trabalho e ficava um trabalho inacabado, ficou um trabalho quase que propositadamente sem fim, gerando frustração em toda esperança desses quase 20 mil funcionários que ainda aguardam retornar ao serviço público.

Agradeço, dessa forma, a relatora e espero que hoje, aqui, nós possamos ajudar a corrigir esta grande injustiça realizada há 18 anos atrás. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, quero aqui apresentar meus votos de congratulações ao Senador Lobão Filho, que representa muito bem o nosso saudoso colega Senador Lobão, que foi Presidente dessa Comissão e que abrilhanta e engrandece os quadros do Senado Federal. Ideli também. Eu queria fazer aqui, Sr. Presidente, apenas uma retrospectiva histórica.

Antes de morrer, Celso Furtado, agora está fazendo 50 anos que ele lançou o seu livro, e eu tenho um discurso, vou comemorar essa passagem na Tribuna do Senado Federal. Mas ele antes de morrer me mandou um recado dizendo o seguinte: "Crivella, eu descobri na minha longa caminhada de que a elite brasileira, quando concede algum benefício aos pobres, já embute um antídoto para lhe tirar os efeitos logo à frente".

Esse período de 1990 nós vivíamos no Brasil e no mundo a ditadura da ideologia do neoliberalismo, do estado mínimo, do mercado auto-regulado. Não foi só no Brasil, não. Em muitos países do mundo se demitiram funcionários públicos e foram acusados na ocasião de serem o entrave para o desenvolvimento, para o progresso dos países. O Estado tinha que ser mínimo. Se gastar com funcionário público era desperdício de dinheiro.

Claro. A elite não precisa do serviço público. A elite tem hospital privado, tem universidade particular

e faz plano de aposentadoria. Quem precisa de serviço público são os pobres. E que história é essa de não gastar com custeio? Isso significa construir uma escola sem contratar professores? Construir um hospital sem contratar médicos? Então, é assim que o Brasil, como o mundo, mergulhou num sistema político, econômico, injusto, e que deu no que deu. Está aí a crise. Essa crise financeira mundial, que tem colocado as economias mais desenvolvidas em recessão e crescendo próximo a zero e o nosso país, infelizmente, também não está afeto a essas questões, nasce disso, nasce daqueles anos, daquela década de 90, em que em todos os países se demitiram milhares, milhões de trabalhadores, querendo entregar as nações a um projeto de governo ditado pelo interesse do capital, pela iniciativa privada.

Eu fico pensando na amargura que tantos funcionários viveram durante todos esses anos. Muitos deles foram mandados embora dessa maneira, outros participaram de um programa de demissão voluntária que, na verdade, era uma armadilha, uma arapuca. As pessoas eram incentivadas a deixarem seu emprego para terem formações no SEBRAE ou financiamentos públicos para estabelecerem seus negócios, numa economia que não crescia, num Governo que tinha juros altíssimos, fadando qualquer pequeno empreendedor ao fracasso, à derrocada, à tristeza, ao desemprego, à miséria.

Hoje, Sr. Presidente, estamos aqui votando um esforço do Senador Lobão Júnior para reparar um exemplo histórico que vitima milhares de brasileiros e há tantos anos. A líder do Governo... Eu entendo a líder do Governo, a Ideli. Por questões constitucionais transformou o projeto em autorizativo. É uma pena, porque projeto autorizativo servirá como gesto político. Servirá para que eles tenham debaixo do braço a expressão dessa Casa, a solidariedade dos Senadores, o desejo de nós todos em vermos essas pessoas readmitidas numa negociação que possa incorporá-los novamente ao serviço público no Brasil.

É um gesto, Sr. Presidente. Eu faço aqui com todo tributo da minha alma, pedindo que Deus ilumine essa iniciativa que estamos tendo aqui que de alguma forma sensibilize nossas autoridades, a quem cabe e compete a derradeira ação para que o que nós estejamos fazendo aqui hoje não seja apenas como dizia Celso Furtado, numa carta que me mandou pouco antes de morrer, "as concessões dadas aos pobres vêm com antídoto, que lhes tira o efeito".

Sr. Presidente, peço a Deus que esse gesto e esse projeto sensibilize o meu Governo, que defendo há seis anos, para que faça justiça a esses homens e mulheres que com renovada esperança aguardam a

votação do projeto. Meu voto, Sr. Presidente, é sim, é favorável ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu peço aos Srs. Senadores que permaneçam na sessão, nós temos mais três projetos terminativos além desse, e nós vamos votar em seguida todos projetos muito rápidos. Senadora Lúcia Vânia.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria também só um minuto.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, vai ser bem rápido porque acho que nós temos é que votar. Eu gostaria de cumprimentar o autor do projeto, o Lobão, e cumprimentar a relatora, e dizer que o projeto é um projeto importante, faz justiça a centenas de trabalhadores que se sentiram prejudicados com a lei anterior que restringia muito o prazo para a readmissão desses trabalhadores.

Portanto, quero aqui cumprimentar a Senadora Ideli por essa relatoria e dizer da nossa satisfação em concordar em votar a favor deste projeto. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou ser rápido, Presidente. Nós vivemos um momento diferente na nossa história política e social. Eu acho que em boa hora o Senador Lobão Filho, com a relatoria da Senadora Ideli, recompõe a possibilidade de peticionar daqueles que foram dispensados em outra época.

Com isso, nós restabeleceremos a oportunidade de verem esses... Essas pessoas requerem seus direitos de retornarem ao trabalho. De forma que o nosso voto é favorável e apelo ao Presidente da República, Senadora Ideli, como é um projeto autorizativo, que o Presidente encaminhe com a rapidez necessária para que possa ser apreciado e votado favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Casagrande. Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, só para rapidamente manifestar meu voto favorável a esta matéria. Já acompanho a luta dos anistiados há algum tempo, desde a Câmara Federal, e votarei favoravelmente pra que a gente possa reabrir o prazo de inscrição. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Veja, eu só quero registrar que 1989 nós tínhamos uma grave hiperinflação, a margem de manobra fiscal do Governo de então era muito pequena. O esforço de estabilização da economia era extremamente difícil, mas nós tínhamos também o início de uma ideologia

neoliberal, uma visão do Estado mínimo, que acabou transformando os funcionários públicos no alvo prioritário de algumas políticas de Governo.

A idéia de combate aos marajás, aos desperdícios na administração gerou um procedimento e uma atitude, que muitos servidores foram prejudicados politicamente. De lá pra cá muita coisa mudou. Acho que as pessoas amadureceram... Houve equívocos também por parte dos servidores, do comportamento do seu exercício funcional, mas o Brasil amadureceu, o Brasil avançou, o Brasil é outro.

Acho que todos olham para trás com olhar diferenciado, com uma visão de repensar essa página da história e por isso mesmo eu entendo que apesar das dificuldades financeiras e fiscais que ainda são severas, especialmente nessa crise, nós estamos vivendo queda de receita tributária, eu acho que o Brasil deveria reparar este período e reconhecer o direito desses servidores e nós buscarmos de alguma forma encontrarmos uma solução ampla e generosa com essas pessoas que, 20 anos depois, ainda estão buscando lutar pelos seus direitos históricos.

Por isso mesmo tenho certeza será aprovado por unanimidade e essa convergência no Senado expressa esse sentimento suprapartidário de buscar uma solução adequada e uma reparação de... Eu diria de erros que foram cometidos e de prejuízos que foram estabelecidos. Tenho certeza que esse é o sentimento de todos senadores dessa casa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renan Calheiros.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Senador Demóstenes Torres, essa minha rápida intervenção tem dois objetivos.

Primeiro é cumprimentar V.Exa. pela eleição para a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, para essa importantíssima Comissão.

Em segundo lugar eu quero também cumprimentar o Senador Edison Lobão Filho pelo parecer competente, oportuno... Aliás, cumprimentar a Senadora Ideli pelo parecer oportuno, competente e cumprimentar o Senador Edison Lobão Filho pela oportunidade da apresentação deste projeto.

Essa matéria é importante, é um resgate verdadeiramente que se faz do passado, e o PMDB e os outros partidos estão felizes ao recomendar no sentido da aprovação desse projeto fazendo justiça a este grande número de brasileiros que estão aqui fundamentalmente dependendo disso.

Eu queria também aproveitar a oportunidade, Senador Demóstenes, para fazer de novo, a exemplo do que fez o Senador Romeu Tuma um apelo ao

Presidente da República, uma vez que esse projeto é meramente autorizativo, para que ele possa, como Presidente da República, configurar esse resgate que todos nós devemos a estes brasileiros.

Muito obrigado a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Obrigado a V.Exa.. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, rapidamente também para apoiar a aprovação do projeto e dizer que nós estamos aqui praticando um ato de justiça, recuperando o direito das pessoas que tiveram o seu direito usurpado no passado. E, ainda bem, Presidente, que é nessa Comissão que nós estamos votando.

Ainda bem que é nessa Comissão, e até mais importante ainda dizer que esse projeto não terá que ser votado na Comissão de Infraestrutura. Então, fica aprovado aqui, fica tudo bem.

Era isso, Presidente. É para apoiar a aprovação desse projeto aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ideli Salvatti sim. Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renan Calheiros.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Há unanimidade. Eu consulto aos senhores se posso considerar os mesmos votos para as emendas que foram apresentadas. Se todos concordarem... Eu peço a V.Exas. que permaneçam porque nós votaremos mais três projetos rapidamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Claro, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parabéns a todos os senhores. [palmas].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quais são as matérias, Sr. Presidente, que nós vamos... Quais são as matérias que nós vamos apreciar?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A primeira... Senador Alvaro Dias, relator Senador Flexa Ribeiro. Altera o art. 1º da Lei 9.808, de 13 de julho de 89, para estabelecer normas que visam a proteger a vítima e a testemunha de delito. Essa é a primeira.

A segunda, criminaliza a omissão de funcionário de laboratório fotográfico que toma conhecimento de fotos pornográficas e não...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E o último determinar ao órgão ou entidade de administração pública e uso da rede mundial de computadores procedimento licitatórios e atos subsequentes. Com a palavra Senadora, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se pode informar o número dos itens, que eu não consegui ouvir bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): PLS 173, PLS 313, PLS 359. Itens 9, 20 e 24. Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Demóstenes Torres, senhoras senadoras, Srs. Senadores.

"Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2001, que pretende alterar o art. 1º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, de modo a assegurar à vítima e à testemunha de delito o direito ao anonimato; à opção de não depor na presença do acusado, ou de seus familiares ou amigos; ao sigilo dos respectivos endereços, que não podem constar dos inquéritos e processos judiciais; a sala separada da do acusado, enquanto estiverem à disposição do Juiz".

[soa a campainha]

O ilustre Senador, o autor, ilustre Senador Alvaro Dias, justifica que, aspas, *"é preciso que se alargue o conceito de proteção da vítima ou testemunha, considerando-as não apenas pessoas envolvidas no delito, forçadas a colaborar com a justiça, mas cidadãos que precisam cercar-se de garantias especiais para, segura e tranquilamente, prestar essa colaboração"*, fecho aspas.

Esse é o relatório, Sr. Presidente. Vamos à análise.

"A Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, estabelece normas para organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração [soa a campainha] à investigação policial e a processo criminal.

Saliente-se que os programas federais oferecidos têm sido considerados precários e ineficientes, por exporem os autores de denúncias à fúria dos responsáveis pelos crimes.

"Vale ressaltar que o sucesso da investigação policial e o bom resultado final do processo criminal dependem muito do interesse da vítima em colaborar, pois é ela quase sempre que comunica o crime e indica as principais testemunhas.

Mas se a vítima pode constituir importante auxílio no processo criminal, pode também representar pesado óbice para a investigação quando se recusa a colaborar.

Portanto, o PLS nº 173, de 2001, se transformar em lei, trará mais medidas de proteção, para que

a vítima tenha no processo criminal tratamento digno e respeitoso, e não constitua o próprio processo uma segunda vitimização”.

Voto, Sr. Presidente. “Dessa forma, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2001, com as seguintes emendas:

Emenda nº 1, Comissão de Constituição e Justiça: “O art. 1º da Lei nº 9.807, de 1999, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2001, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º As medidas de proteção requeridas por vítimas ou por testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal serão prestadas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, no âmbito das respectivas competências, na forma de programas especiais organizados com base nas disposições desta Lei, assegurado a elas o direito: I – à opção de não depor na presença do acusado, ou de seus familiares ou amigos; II – à opção de depor encapuzadas ou usando microfone com modificador de voz; item III – ao sigilo dos respectivos endereços, que não podem constar dos inquéritos e processos judiciais; IV – a sala separada da do acusado, enquanto estiverem à disposição do Juiz”.

Emenda nº 2, CCJ: “Insira-se o art. 2º no Projeto de Lei do Senado 173, de 2001, com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente. Eu queria pedir vista do projeto, até porque o Senador Flexa apresentou uma série de emendas que nós entendemos que aperfeiçoa o projeto, mas nós queríamos ter pelo menos mais uma semaninha para análise para ver se está tudo redondo e se nós vamos apresentar alguma sugestão a mais ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está pedindo vista?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Também peço vista, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista coletiva. Projeto de Lei do Senado nº. 213/05: “Acréscima artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, para criminalizar a omissão de funcionários de laboratórios fotográficos que tomam conhecimento de fotos

pornográficas envolvendo criança ou adolescente”. Autoria, Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria, Senadora Lúcia Vânia, favorável à matéria, a Emenda nº. 01, da Comissão de Direitos Humanos.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o projeto e a segunda para a emenda. Item 20.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir o relatório sobre o projeto emenda nº. 01 de CDH. Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

“Recebemos essa matéria por redistribuição em virtude do falecimento do saudoso Senador Jefferson Peres. Trata-se de Projeto de Lei do Senado nº. 213/05 de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que nessa oportunidade é submetido à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para decisão terminativa”.

Análise. “A matéria circunscreve-se a competência preventiva da União para legislar sobre o Direito Penal, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal. No mérito entendemos que a proposição é adequada e oportuna, pois se harmoniza com o espírito do ECA, além de representar evidente reforço na proteção da infância e da juventude, consoante ao que estabelece em seu art. 5º.

Art. 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão em seus direitos fundamentais.

Correta também a emenda aprovada pela CDHLP, pois desnecessária a expressão ‘sem justa causa’ na redação do artigo proposto que poderia gerar confusões em relação à correta interpretação do tipo penal.

Além disso, a inclusão do proprietário ou do responsável pelo laboratório na descrição do tipo reforça a responsabilidade criminal pela omissão nele descrita”.

Voto. Em face do exposto somos pela aprovação do PLS 213/05 com a emenda aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadora Ideli Salvatti. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Demóstenes Torres, sim. Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Lúcia Vânia, já votou. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o senhor foi muito rápido. Eu queria discutir. Vou discutir no segundo turno, então. Porque... Mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu concedo a palavra a V.Exa., logo em seguida.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu, naturalmente, tenho concordância com o mérito do projeto. Tenho algumas dúvidas, porque eu acho que essa é uma lei que não vai, assim, ter uma eficácia, um efeito efetivo, porque pedófilo dificilmente manda revelar fotos em locais comerciais, dessa forma... Usa mais em computador do que de qualquer outra maneira. Ao mesmo tempo eu não sei se mereceria uma avaliação... Eu iria pedir para mandar esse processo para a CPI que V.Exa. é Presidente, que é a CPI da Pedofilia, pra fazer uma avaliação mais profunda--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já estou levando aqui para a CPI.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ver se há condição de fazermos isso, não estou desmerecendo o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como a matéria é não terminativa, V.Exa. pode em Plenário apresentar essa sugestão. Não é uma matéria... É terminativa? No Plenário... Perdão, como é uma matéria terminativa pode apresentar um recurso com nove senadores...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A gente poderia... Votar a favor porque ele tem o mérito, tem fotógrafo que participa das quadrilhas e o resultado está aqui, levar a CPI da Pedofilia para uma discussão mais aprofundada para o relatório final onde V.Exa. é o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Então, pode haver esse recurso, senador, porque infelizmente já começamos a votação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então ao final faço recurso para que o processo vá à CPI da Pedofilia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Com nove senadores subcrevendo. Aí vamos... Senador Inácio Arruda.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu posso votar sem fazer o recurso, naturalmente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode votar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então eu voto sim e faço o recurso para... No final.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim, acompanhando o recurso aqui do nosso colega.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O projeto foi aprovado. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tuma já tinha constado. Depois você lê o número de votos. Qual é o outro?

Projeto de Lei do Senado nº. 359/04, terminativo: *“Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 93, para o fim de determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública o uso da Rede Mundial de Computadores nos procedimentos licitatórios e atos subsequentes”*. Autor, Senador Augusto Botelho, relator, Senador Eduardo Azeredo. Favoravelmente à matéria com a emenda que apresenta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras.

“Não há dúvida quanto ao mérito da proposição, uma vez que busca o aperfeiçoamento da Legislação vigente, da 8.666. Sobretudo porque possibilita o exercício do chamado controle social sobre aplicação do dinheiro público. Considera que os tempos atuais

exige o uso cada vez mais intenso da internet como instrumento de concretização do princípio constitucional da publicidade, que permite a participação do cidadão no controle.

Todavia julgo que o esforço para ampliar a transparência deve ir além do cyber-espço. O controle social que outrora não passava de mero ideal, hoje em dia se manifesta concretamente graças sobretudo aos modernos meios de comunicação, entre eles não somente a rede mundial de computadores que propicia o acompanhamento das atividades governamentais, ensejando inclusive a possibilidade de atuações efetivas em prol do bem comum.

A intenção da iniciativa é inegavelmente significativa, mas não se pode esquecer da realidade desse nosso imenso país, com suas diversidades culturais e econômicas, onde ainda existem muitas prefeituras que não dispõem sequer de página na rede mundial de computadores.

Por conta dessa circunstância e com o intuito de ampliar ainda mais a possibilidade do controle social é necessário que se faça pequeno ajustamento do projeto, o que faço mediante apresentação de emenda na conclusão do parecer.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS 359 do Senador Augusto Botelho, de 2004 e no mérito, pela sua aprovação, com a emenda a seguir”.

Presidente, eu queria só explicar o seguinte: a emenda ela coloca que exatamente é obrigatório utilizar instrumentos de *Internet* para licitação e a publicação na respectiva página, colocando quando houver.

Aí poderá se colocar: “Ah, mas aí não tem a razão efetiva.” O problema é que nós não podemos sequer colocar um prazo. Porque as prefeituras não é que elas não queiram ter a página, às vezes elas não têm ainda a *Internet* banda larga, não tem o instrumento tecnológico.

De maneira que eu optei por essa forma, na expectativa de que nós possamos ter os 5.500 municípios brasileiros, todos eles com acesso a *Internet* em pouco tempo, e aí sim nós possamos ter a obrigatoriedade.

O ideal é que pudéssemos fazer na obrigatoriedade, mas é inviável fazer isso hoje, não só pelas prefeituras, mas especialmente pela rede de comunicações que não é presente no país todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antes de colocar em discussão esse projeto, eu pergunto aos Srs. Senadores se nós podemos repetir a votação para a emenda apresentada pela Senadora Lúcia Vânia no Projeto de Lei do Senado nº. 213. Se os senhores concordarem perma-

neçam como se encontram. Aprovado. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador Demóstenes, eu gostaria de cumprimentar o Senador Augusto Botelho pela iniciativa. Com esse avanço da tecnologia que nós temos, é inadmissível que ainda não tenhamos esse tipo de tecnologia sendo utilizada para tornar mais transparente a administração pública. E o objetivo do Senador Augusto Botelho foi exatamente esse, e cumprimentar a quem designou o Senador Eduardo Azeredo, porque eu sei que ele é daqueles senadores que mais conhecem neste assunto em nosso país.

Então, ficou muito bom. A proposta do Augusto Botelho é para oferecer transparência e creio que esse depoimento do Senador Azeredo, ele é coerente com a realidade. De fato é quase impossível exigir ou dar um prazo hoje para que as Prefeituras municipais de todo o país possam ingressar nessa obrigação.

Mas, efetivamente, se a gente for analisar o que acontece hoje a *Internet* está espalhada por todo o país. E creio que elas, com boa vontade poderão, dentro de muito pouco tempo, estar colocando na *Internet* a prestação de contas. É o que estão exigindo inclusive do Senado Federal que se faça com a verba indenizatória.

E tem que ser feito mesmo, tem que prestar conta, é recurso público e tem que prestar conta. Eu até esses dias fui questionado sobre essa verba indenizatória. E eu até perguntei se o jornalista, quando ele se desloca para fazer uma reportagem em outra cidade ou outro Estado, se ele cobre as despesas dele com o salário.

É claro que esse assunto é polêmico, mas ele é uma forma de dar transparência ao exercício do mandato. Porque seria, no meu entendimento, pior se alguém recebesse dinheiro de um banco ou de uma empreiteira para cobrir despesas suas e seus assessores quando estiver na sua atividade.

Agora, uma coisa é ter a verba indenizatória, a outra coisa é dar transparência à utilização desse dinheiro. E essa proposta do Senador Augusto Botelho exatamente encontra amparo nessa cobrança da sociedade, da imprensa brasileira para mais transparência na aplicação do dinheiro público.

Parabéns ao Senador Augusto Botelho e ao Senador Eduardo Azeredo por ser realista, mas reconhecendo que, com boa vontade, as Prefeituras poderão muito brevemente instalar seus equipamentos e disponibilizar sua comunidade à prestação de contas via *Internet*.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só... Desculpa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente e demais Senadores, eu só queria fazer uma colocação, aproveitando a fala do ilustre amigo Senador Azeredo. Eu, como todos sabem, sou suplente do Ministro Hélio Costa. E o Ministro... Já existe convênio para colocar... Primeiro está colocando banda larga em todas as escolas do Brasil. Convênio feito. E depois, com certeza, está tentando colocar em todas as prefeituras. Ainda não conseguiu, mas até o final do seu mandato como Ministro, que acredito que tenha mais um ano para que ele possa concorrer ao Governo ou de novo ao Senado, como todos... Dois terços do Senado irá concorrer daqui a dois anos, ele terá completado todo esse trabalho.

E parabenizando o nosso querido amigo, o Senador que é membro da CCT, foi lá que começou essa Comissão que nós criamos que agora o Presidente é o Senador Flexa Ribeiro, que é a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Senador Azeredo fez um sucesso tremendo... Claro, Senador, um aparte, se permitir assim o Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, é só um aparte rápido. Pedir a V.Exa., que é suplente do Ministro Hélio Costa, para que ele despache um só dos processos que eu encaminhei ao Ministério, que eu já vou ficar muito feliz. Só um.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou fazer melhor, eu não vou pedir para encaminhar, vou levá-lo até lá. Porque o Ministro não faz agenda com senador, ele recebe automaticamente. Então, a hora que V.Exa. tiver disponibilidade, me entra em contato que eu vou levá-lo e sentirei a maior honra de caminhar ao lado de V.Exa. até o Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só queria... Só um minutinho, Presidente. Não, só cumprimentar o autor e o relator, mas dizer que a INTERLEGIS, quando eu estava na 1ª Secretaria, não chegou a assinar mais de 2 mil convênios com os municípios brasileiros. Para que eles tenham uma transparência maior e consigam informações através de todos os Estados e Municípios entre si.

Eu acho que se esse projeto que é financiado pelo Banco Mundial der continuidade, sem dúvida nós poderemos colaborar com a tese do Senador Augusto Botelho e Eduardo Azeredo.

É isso que eu queria dizer e cumprimentar, acho que é muito importante visto que São Paulo já vem através do quando Governador Geraldo Alckmin fazendo um trabalho muito forte nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação. Senadora Ideli Salvatti. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o autor e o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Demóstenes... Antonio Carlos Júnior, sim. Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Podemos repetir os mesmos votos para a emenda?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Podemos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aprovada a emenda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, a Senadora Ideli Salvatti solicitou vista do item por mim relatado dizendo que eu teria incorporado duas novas emendas ao relatório. Eu quero informar à Senadora que não houve incorporação de nenhuma nova emenda, apenas que o... Houve uma consolidação às emendas nº. 1 e nº. 2 da Comissão de Constituição e Justiça, aprovadas já em 22 de novembro de 2006.

Então, as emendas já estavam aprovadas, apenas foram consolidadas nesse parecer. Então, eu pediria a V.Exa., aproveitando ainda o quórum de que se a Senadora Ideli estiver satisfeita com a explicação que eu coloco agora, que ela pudesse retirar o pedido de vista para que nós pudéssemos votar--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli, mantém o pedido?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [Pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida. Só para lembrar que na votação passada o Senador não será considerado votante, o Senador Augusto Botelho, por ser o autor da proposição.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, só para... Eu votei, mas eu quero parabenizar o Senador Augusto Botelho pela apresentação da proposta. Acho que todas as propostas que caminham na direção da transparência dos atos públicos têm uma função, tem objetivo. Tem uma proposta mais completa na Câmara, do ex-Senador Capiberibe, mas a votação desta matéria, como votamos uma outra hoje na CCT, não é impeditivo pra que a gente depois vote a matéria que está presente lá, e o senhor hoje foi relator de matéria semelhante na Comissão de Ciência e Tecnologia. Parabéns Senador Augusto Botelho e votei favoravelmente a sua matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento. Senador Eduardo Suplicy: *"Requeiro nos termos do art. 93, §2º, do Regimento Interno dessa Casa, a dispensa de audiência pública aprovada por essa Comissão em 20 de*

agosto de 2008, conforme Requerimento nº. 27/08, Comissão de Constituição e Justiça, referente ao SCD nº. 175 de 2007, que altera o Decreto-Lei nº. 2848 de 7 de dezembro de 40, Código Penal, a Lei nº. 7.210 de 11 de julho de 84, Lei de Execução Penal, para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica".

Senador Eduardo Suplicy, quer sustentar, Senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, Sr. Presidente. Primeiro quero agradecer a atenção de V.Exa., porque ao final do semestre passado diversas pessoas que justamente haviam assinado este Requerimento de Audiência Pública, tendo em conta o apelo que alguns dos responsáveis por esta... Por esse Projeto de Lei que prevê a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica, tendo havido o apelo para que nós pudéssemos acelerar a votação desse projeto pela sua importância, disseram que gostaria que fosse dispensada esta audiência, mas ao mesmo tempo então eu pedi a V.Exa., como relator, que pudesse ouvir os representantes que então vieram a Brasília e estiveram no gabinete de V.Exa., onde colocaram diversas sugestões.

Algumas delas V.Exa. considerou e possivelmente não outras, e então eu quero dizer que confirmo os termos do Requerimento para que haja aceleração do exame do projeto, mas gostaria, respeitosamente, Sr. Presidente, e relator neste caso do projeto, de pedir vista para que possa então examinar mais adequadamente os termos da proposição, com o compromisso que aqui assumo de, no prazo de uma semana, regimental, poder ver qualquer sugestão que, porventura, possa surgir, inclusive do diálogo com as entidades que me pediram para dar atenção a este projeto.

Portanto, eu aqui anuncio que pedirei vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então vou ler o projeto, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação o Requerimento do Senador Eduardo Suplicy. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria fazer um... Como vai a Plenário, e é urgente isto, tendo em vista as medidas que foram propostas pelo Governo, no Natal e Ano Bom, e que V.Exa. tão bem relatou o projeto com toda a tranquilidade, inclusive

nominando a nomenclatura de... Que não teria como pretendem que seria humilhante o uso da pulseira, mas ela pode ser tranquilamente subposta sobre a calça ou sob a blusa, e isto evitaria o número de não retorno aos presídios que tem acontecido ultimamente com imediata prática de crime novamente por aqueles que receberam algum benefício.

Então, eu apelaria que não pedisse vistas aqui e apresentasse qualquer sugestão durante a discussão em Plenário. Porque há uma urgência muito grande em razão das necessidades que a própria justiça precisa para acompanhar, para dar os benefícios previstos em lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLY (PT-SP): Só um momento. Bom, com respeito a...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ao Requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLY (PT-SP): Ao Requerimento, tudo bem. Agora, sobre o... Sobre o pedido de vista, infelizmente Senador Romeu Tuma, eu acho que está havendo uma já aceleração do projeto, tendo em vista o número tão grande de projetos que nós queremos aqui apreciar, aprovar, mas eu acho que inclusive é uma atenção àquelas entidades e tudo, eu peço apenas o prazo de uma semana, mas me comprometo a fazer qualquer sugestão até a próxima quarta-feira, Sr. Presidente.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O item 02 da pauta ainda é um pacote da anti-violência, substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº. 175/07, não terminativo. Altera o... Aliás, desculpe. PL nº. 1288/07 da Câmara dos Deputados, projeto não terminativo: *“Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica”*. Autoria do substitutivo, Câmara dos Deputados, autoria do projeto, Senador Magno Malta, relatoria do nobre Presidente dessa Comissão, a quem me passou a Presidência para que possa relatar, Senador Demóstenes Torres, parecer pela aprovação da emenda e dos artigos 1º, 2º e 3º, do substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº. 175 de 2007 e pelo restabelecimento, ao mesmo tempo, dentre as alterações processadas pelo artigo 2º do PLS nº. 175/07, das mudanças preconizadas aos artigos 115, 122, 132

da Lei de Execução Penal, na forma do texto originalmente aprovado pelo Senado Federal, sem prejuízo do ajuste redacional para uniformizar a denominação do novo instituto, que passa a ser monitoração eletrônica, e não rastreamento eletrônico.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para que possa proferir o relatório sobre o substitutivo da Câmara dos Deputados. Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Se me permite S.Ex^a e o nosso querido Presidente, eu queria pedir a palavra pela ordem por um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, ilustre Senador Marconi Perillo, de Goiânia, Goiás, mesmo estado do nosso Presidente.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu queria apenas registrar os meus cumprimentos ao Senador Demóstenes, Senador do meu Estado, da minha relação pessoal, da mais alta competência... A mais alta qualificação, eleito recentemente Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Ele já é, sem dúvida, um dos mais qualificados quadros da história do Senado e, com essa posição, deixou os goianos todos orgulhosos. Eu queria desejar a ele uma gestão exitosa, muito sucesso, estou convencido de que nós vamos ter aqui uma gestão muito profícua, quero me somar a ele, e agradecê-lo também por ter retirado hoje a PEC nº. 08/2007 que cria o Fundo de Segurança Nacional Público Permanente.

A diferença, Senador Demóstenes, entre essa proposta, essa PEC e as outras, é que as outras propõem a criação de um fundo provisório. Eu estou propondo a criação de um fundo permanente, a exemplo do que já acontece em relação à saúde e educação vinculado constitucionalmente para fazer face às demandas em relação ao setor de segurança pública.

Aproveitando para também cumprimentar extensivamente a um outro goiano por adoção, o Senador Wellington Salgado, que também ascendeu pelo seu mérito, pela sua qualidade, à Vice-Presidência da CCJ.

Nós estaremos certamente muito bem representados nessa Comissão. Mais uma vez, Presidente Demóstenes, meus parabéns.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senador Marconi Perillo. Eu sou suspeito, porque eu vi realmente essa dupla, V.Exa. como Governador, Senador Demóstenes como Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, onde deram jeito naqueles

problemas todos que estavam acontecendo antes de V.Exa. assumir o Governo e vi toda a sua trajetória. O destino me fez ver esse caminho, e também do Senador Demóstenes, eu fico muito feliz de ter participado daqueles momentos. Passo a palavra de volta ao relator, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Muito obrigado. Esse projeto ele... Na realidade eram projetos, um do Senador Aloizio Mercadante e outro do Senador Magno Malta. E acabou na Câmara dos Deputados, o Senador... O projeto do Senador Magno Malta, tendo se dado prioridade a ele.

Mas, em síntese, dá ao Juiz de Direito uma nova possibilidade, a de realizar monitoração eletrônica em presos. É diferente do outro projeto que nós acabamos de votar. Ali era prisão provisória, antes da condenação. Aqui não. Aqui já é para progressão de regime.

V.Exa. bem sabe, Senador Romeu Tuma, a dificuldade que tem o Secretário de Segurança Pública, os de... Como em São Paulo, de Administração Penitenciária, de verificar como é que o preso está se portando fora do estabelecimento.

Então, muitos dizem que estão trabalhando, na realidade estão furtando, roubando, estuprando, matando e sem nenhum controle por parte da autoridade. Infelizmente, esse programa de vigilância social ele ainda não surtiu aqueles efeitos desejados. E é bom que se diga, é mais uma ferramenta colocada à disposição do Magistrado. Não significa que o Magistrado vai... Em 100% dos casos optar por isso. Ele pode, tranquilamente, com a confiança que ele tem no preso, optar por que ele saia sem nenhuma monitoração.

Então, isso vai acontecer no regime aberto, no regime semi-aberto, na saída temporária, quantas são as vezes que a pessoa sai para o Natal, ou sai para ir ao enterro de um ente próximo, etc., e acaba cometendo também uma série de delitos, e livramento condicional.

Agora, é bom dizer o seguinte: para que haja monitoração, o preso tem que aceitar. Se ele não aceitar, não tem monitoração. É uma maneira de ele não ficar preso. É um benefício que se dá. Então, esse projeto ele permite a utilização desse equipamento e o Juiz poderá, desde que haja disponibilidade desses meios.

Então, como é que vai ser utilizado isso? Então, será afixado ao corpo do apenado esse dispositivo não ostensivo, tem muita gente que se preocupa com a violação da dignidade do preso, mas como disse aqui o Senador Eduardo Azeredo, hoje esses equipamentos são micros, então não tem condição alguma de estigmatizar, a pessoa não mostrará para quem quer que seja que está usando esse equipamento, e isso pra quê? Para indicar para o Juiz, a distância, qual o

horário e a localização do usuário, além de outras informações úteis para a fiscalização judicial.

Então, o Juiz quando houver pena privativa de liberdade a ser cumprida nos regimes aberto ou semi-aberto, ou quando houver progressão para tais regimes, quando houver saída temporária do semi-aberto, ou mesmo do regime fechado, quando o Juiz estabelece horários de frequência em determinados lugares ou a limitação desses horários, quando o Juiz determina a prisão domiciliar, quando concede o livramento condicional ou a suspensão condicional da pena.

Então, é um novo benefício, é uma nova modalidade para que o Juiz possa fiscalizar, ver se a pessoa realmente está cumprindo aquilo que ele determinou e, ao mesmo tempo, é uma maneira também de esvaziar as prisões com presos menos perigosos.

E é claro que haverá uma instrução como manusear esse material. É claro que também se o preso remover e descumprir a ordem judicial ele voltará para a prisão, que é a penalidade. Então, ele tem uma série de obrigações. Se ele pode voltar para a prisão, pode haver regressão de regime, pode ser cancelada a autorização de saída temporária.

Então, tudo isso, inclusive a revogação da prisão domiciliar pode ser feita, caso o preso não cumpra as obrigações determinadas pelo Juiz. Quando também se tornar desnecessário ou inadequado. Às vezes a pessoa no correr, no cumprimento da pena ela adoece. Ela fica numa situação muito difícil. Ou há uma progressão para outro regime, ou termina... Termina esse período de provação. Ou o Juiz passa a confiar nele a ponto de falar: "Não, não é necessário mais a monitoração".

Então, é mais um mecanismo à disposição do Juiz, para liberar presos, diminuir o número de presos nos estabelecimentos carcerários e ao mesmo tempo monitorá-lo para ver... Ou monitorá-los para verificar se eles estão cumprindo aquelas obrigações que lhes foram impostas. Então, o parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria saber se diante das explicações do relator, se o Senador Suplicy está convencido ou se continua mantendo seu pedido de vista.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu cumprimento o relator, Senador Demóstenes Torres, que me parece apresentou um parecer que é de bom senso, mas tendo em conta a preocupação de diversas entidades, eu quero aqui, respeitosamente, pedir uma semana de prazo para examinar alguns dos detalhes.

Eu acho que o projeto tem méritos, sei que no âmbito do Ministério da Justiça há pelo menos muitos dos que ali trabalham nesta área têm... Estão de acordo com o projeto, apenas quero ver se há sugestões e assim encaminhá-las até a próxima quarta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Direito de V.Exa.. Pedido de vista concedido ao Senador Eduardo Suplicy.

Próximo item da pauta... É o item 12 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 110/08, não terminativo também. PL nº. 02181/2007 na origem: "*Dá nova redação aos arts. 982 e 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (participação do defensor público na lavratura de escrituras públicas)*". Autoria do Deputado Rogério Lisboa, também de relatoria de nosso Presidente, Senador Demóstenes Torres. Parecer favorável à matéria.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres. Tem a palavra V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Presidente Wellington Salgado, esse é um projeto muito simples. Qual que é o projeto? É para incluir o Defensor Público entre os representantes que podem participar da lavratura da escritura pública de inventário e partilha de separação e divórcio consensuais, bem como a gratuidade àqueles que se declararem pobres nos termos da lei.

Explico. Por exemplo, o Senador César Borges foi relator aqui de um Projeto de Lei em que esse Projeto de Lei ele concedeu a possibilidade daqueles que acordarem quanto à guarda, quanto à divisão de patrimônio, quanto ao valor do pagamento da pensão alimentícia que eles pudessem ir ao Cartório com o Advogado e resolver essa pendência.

Eu mesmo me separei e posteriormente me divorciei utilizando desse expediente. Agora, quem é pobre não tem como utilizar desse expediente. Por quê? Porque não tem dinheiro para pagar advogado. Então, o que que esse projeto supre? Supre essa deficiência. Dá àquele que não tem qualquer condição de pagar, o direito de ser representado por um Defensor Público.

Então, o Defensor poderá naqueles casos em que houver concordância, tanto no inventário, partilha quanto na separação e no divórcio consensuais o defensor representar aqueles que nada tem. Então, o parecer também é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Morro de inveja por essa tramitação rápida do divórcio de V.Exa.. Bom, em discussão o item da pauta.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Só paraabenizar, tendo em vista que Defensoria Pública nesse país, em Brasília e no Brasil é a última tábua de salvação daquele que não tem condição, aquele do mais humilde. Para você ter uma idéia, no Fórum do Distrito Federal, nos fóruns do Distrito Federal, nas cidades satélites, a exemplo de cidades satélites de Samambaia e Ceilândia, 90%, 92% de todos os processos que lá tramitam são os advogados, são a Defensoria Pública, na parte dos réus.

Os mais humildes da população a Defensoria Pública no Distrito Federal e no Brasil faz um trabalho muito, muito relevante. Então, um projeto desse só tem que ter louvor porque é dando a condição daqueles mais humildes serem representados por um defensor público, que é uma pessoa a nível nacional, eu sou um defensor da Defensoria Pública, tendo em vista o excelente trabalho que eles prestam em todo o território nacional, principalmente no Distrito Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Gim Argello. Passo agora a palavra para discutir ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou ser rápido, é só pra cumprimentar o Senador Demóstenes pela brevidade do seu relatório e objetividade. Eu só queria concordar com o Senador Gim Argello, mas fazer um apelo ao Governo que aumente os quadros da Defensoria Pública e lhe dê mais infra-estrutura, porque muitos representantes têm realmente sufocado no trabalho, onde os quadros são muito aquém do necessário.

Então, o Senador Demóstenes conhece bem, quando na militância não só na Secretaria de Segurança, mas nas discussões que tem feito nessa Comissão a importância da Defensoria Pública e que o Governo dê mais atenção aumentando os quadros em lugares que, infelizmente, nem Defensor Público ainda tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado também pela consideração, Senador Romeu Tuma. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação. Em votação o parecer favorável ao projeto. Senhores senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Passarei imediatamente a Presidência ao Senador Presidente dessa Comissão, Senador Demóstenes Torres.

[troca da presidência].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem mais muitos projetos ainda, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Vamos encerrar diante da ausência dos Srs. Senadores. São projetos não polêmicos, mas vamos remarcar outra reunião para quarta-feira.

Só esclarecendo que no projeto em que votou o Senador Augusto Botelho ele foi computado apenas como quórum, já desconsidere o voto e assim também como fiz quando votei. Então, constando apenas para quórum, nada mais, como manda o regimento da Casa.

Encerro a presente sessão convocando outra regimentalmente para a próxima quarta-feira. Muito obrigado aos Srs. Senadores.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aquela proposta de V.Exa. para terça será oportunamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu vou discutir com o colégio dos líderes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito.

Sessão encerrada às 13h39.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia dezoito de março de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Pedro Simon, Almeida Lima, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Osmar Dias, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Lobão Filho, Valdir Raupp, Efraim Morais, Adelmir Santana, José Agripino, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Fleixa Ribeiro e das Senadoras Ideli Salvatti, Lúcia Vânia, Serys Slhessarenko, reúne-se a presente Comissão. Justifica a ausência o Senador Romeu Tuma. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gilvam Borges, Sérgio Guerra e a Senhoras Senadoras Marina Silva e Kátia Abreu. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Registra-se a presença de uma Comissão do ECAD. Passa-se à apreciação do Item EXTRAPAUTA: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DA**

CÂMARA Nº 115, DE 2007 (PL nº 00206/2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Altera o art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para autorizar o enteado ou a enteada a adotar o nome de família do padrasto ou da madrasta.” **Autoria:** Deputado Clodovil Hernandes. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Parecer:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. A Comissão aprova o Requerimento nº 5, de 2009 – CCJ, de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko, de Urgência para a matéria. Registra-se a presença da Senhora Ministra da Justiça do Timor Leste, Lúcia Lobato e do Senhor Embaixador do Timor Leste no Brasil, Domingos de Souza. Passa-se à Primeira Parte da Reunião: **2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2008** (PL. 00073 / 1999, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.” **Autoria:** Deputada Nice Lobão. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Parecer:** Favorável à matéria. Em 18/12/2008, foi realizada a 1ª Audiência Pública para instruir a matéria; 2ª Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 2, de 2009-CCJ, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Francisco Dornelles, e Termo Aditivo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Cristovam Buarque, com a presença dos convidados: Bolívar Lamounier, Cientista Político; Demétrio Magnoli, Doutor em Geografia Humana; Helderli Castro de Sá Alves, Presidente da ONG Nação Mestiça; Francisco Jhony Rodrigues Silva, Presidente do Fórum Afro da Amazônia (FORAFRO); Vera Fávero, Coordenadora do Movimento Negro Socialista de Santa Catarina; William Douglas, da Coordenação da Educafro; Augusto Werneck, Procurador do Estado do Rio de Janeiro e Professor da PUC/RJ; Daniel Cara, da Campanha Mundial pelo Direito à Educação; Wellington do Carmo Faria, da Coordenação do Movimento dos Sem Universidade – MSU; Rosani Fernandes Kaingang, do Fórum da Educação Indígena. Usam da Palavra as Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko e os Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Marcelo Crivella, Lobão Filho, Eduardo Suplicy e Inácio Arruda. Segunda Parte da Reunião: apreciação da Pauta: **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2007** – TERMINATIVO NA CMA – “Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.” **Autoria:** Senador OSMAR DIAS. **Relatoria:** Senadora LÚCIA VÂNIA. **Parecer:** Favorável à matéria. A matéria será

apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos; Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado:** Retirado de Pauta, para atender leitura de requerimento de tramitação conjunta. **REQUERIMENTO APRECIADO: 2) REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009-CCJ** “Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PLC nº 180, de 2008, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, com os seguintes convidados: Edson Santos de Souza, Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Amaro Lins, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco; José Roberto Pinto de Góes, Historiador, Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Ismael Cardoso, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; Simon Schwartzman, Ex-Presidente do IBGE. **Autoria:** Senadores Tasso Jereissati, Antonio Carlos Júnior e Senadora Serys Slhessarenko. **Resultado:** Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às quinze horas e quatro minutos ficando adiados os demais itens, a saber: **1)** SCD ao PLS Nº 175, DE 2007; **2)** PLC Nº 104, DE 2006; **3)** PLC Nº 178, DE 2008; **4)** PLS Nº 51, DE 2006; **5)** PLS Nº 173, DE 2001; **6)** PLC Nº 153, DE 2008; **8)** PLS Nº 228, DE 2006; **9)** SCD ao PLS Nº 138, DE 2006; **10)** PEC Nº 19, DE 2003; **11)** PEC Nº 30, DE 2003; **12)** OFS Nº 5, DE 2002; **13)** PLS Nº 44, DE 2007; **14)** PLS Nº 613, DE 2007; **15)** PLS Nº 175, DE 2004; **16)** PLS Nº 112, DE 2008; **17)** PEC Nº 38, DE 1999 tramita em conjunto com a PEC Nº 3, DE 2004; **18)** PLC Nº 36, DE 2003; **19)** PEC Nº 42, DE 2008; **20)** PLC Nº 16, DE 2007; **21)** PLC Nº 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR; **22)** PLS Nº 113, DE 2007; **23)** PLS Nº 671, DE 2007; **24)** PDS Nº 385, DE 2003; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **DEMÓSTENES TORRES**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 37 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A primeira parte, ou melhor, na semana passada, Srs. Senadores, primeiro eu quero considerar visita honrosa a essa Comissão dos representantes do ECAD, a quem agradeço muito e rendo minhas homenagens. Muito obrigado. Teremos um encontro mais tarde, muito obrigado pela presença, uma honra tê-los aqui.

A semana passada estive aqui na reunião nos fazendo uma visita o Deputado Federal Clodovil Fernandes solicitando que fosse votado o seu projeto que era, então, nº 17 da pauta. Na ocasião não pudemos votar aquele projeto porque a Senadora Serys Slhessarenko que é relatora do projeto, ela não fazia parte formalmente da Comissão de Constituição e Justiça. Recebemos o expediente do líder do PT, Senador Aloizio Mercadante, voltando para essa Comissão a Senadora Serys Slhessarenko. Então, em razão disso, em vez de redistribuirmos o projeto, eu sugiro à V. Exas. que como primeira parte da reunião, projeto muito simples, que nós façamos uma inversão de pauta e possamos colocar em votação esse projeto que é o Projeto de Lei da Câmara nº 115 de 2007 que é não terminativo.

As senhoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Projeto de Lei da Câmara nº 115 de 2007, altera o art. 57 da lei nº 6015 de 31 de dezembro de 73 para autorizar o enteado ou a enteada a adotar o nome de família do padrasto ou da madrastra. **Autoria** Deputado Clodovil Fernandes, relatoria Senadora Serys Slhessarenko. Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Sr. Presidente, eu pediria licença, uma pagininha para fazer uma pequena homenagem ao nosso Deputado Clodovil Fernandes, antes da gente colocar o parecer.

Quero em primeiro lugar, como estou anunciando, fazer uma pequena homenagem à memória dessa personalidade que com toda certeza entrou para a história da nossa sociedade cultural e política. Polêmico como só ele, conseguiu se desatacar no competitivo espaço da mídia por suas tiradas inteligentes, análises rápidas e opiniões controversas. Firmou-se como um dos mais prestigiados entrevistadores da TV brasileira, todos os programas que comandou na TV foram sucesso de audiência, sua imagem estava atrelada tanto à polêmica quanto ao sucesso.

Ao entrar na política, trouxe consigo a polêmica como marca, principalmente no início do mandato, acabou cometendo alguns deslizes que mereceram puxão de orelha, um dado por mim mesma, inclusive, mas que foi recebido com humildade e o fez refletir, desculpou-se e acabamos estabelecendo uma ligação. Mesmo que não tenhamos nos encontrado muito, o seu carinho por mim e o meu carinho por ele eram declarados e isso sempre me honrou muito.

Filho adotivo, mas que só tinha o adotivo no nome, amou sua mãe mais do que muito filho biológico poderia, dedicou-se a ela de forma irrepreensível. Sua ligação com a família que o levou a apresentar este projeto que é simples, singelo, mas que tem grande impacto no dia a dia de milhares de crianças que convivem com seus padastros e madrasta, sendo criados como filhos e estabelecendo relação de pais e mães, sem, no entanto, poder sentir-se filho por não poder utilizar o nome que lhe configura fazer parte da família. Visa simplesmente permitir, que enteados e enteadas possam utilizar o nome de família, de padastros ou madrastas, fortalecendo os vínculos familiares.

Quando fui designada relatora, prontamente apresentei o relatório para que pudéssemos aprová-lo principalmente pelo empenho do Deputado Clodovil em ver este projeto ser convertido em lei beneficiando milhares de brasileiros e brasileiras.

Como o nosso Presidente já falou, era para ter entrado em votação na última reunião, mas por motivos alheios às nossas vontades de todos nós, não pôde ser votado naquele momento. Infelizmente, o votaremos sem a presença física do Deputado, mas sua memória estará sempre presente pelos anos de trabalho que nos proporcionou, especialmente na TV, e por sua participação aqui no Congresso Nacional. Por isso, votemos o PLC 115 na CCJ e peçamos urgência para que liberando a pauta possamos votar em plenário e remetê-lo a sanção. Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, submete-se a exame dessa Comissão Projeto de Lei da Câmara nº 115 de 2007, PL nº 2006 de 2007 na origem de autoria do Deputado Clodovil Hernandez que altera o art. 57 da lei nº 6015 de 31 de dezembro de 73 para autorizar o enteado ou a enteada a usar o nome de família do padrasto ou da madrasta.

Diz a justificativa que a proposição em apreço vem em socorro de centenas de pessoas que criam os filhos de suas companheiras como se seus próprios filhos fossem e de enteados que foram criados por padastros, com os quais têm mais intimidade do que com seus próprios pais biológicos que acompanharam suas vidas a distância. Ressalte-se que o PLC nº 115 de 2007 não retira o nome da família do pai, mas apenas

acresce o nome do padrasto. Por outro lado o padrasto ou madrasta deverá expressar a sua concordância com o acréscimo de seu nome além da possibilidade de qualquer das partes poderem cancelar o aditamento desde que ouvida a outra parte.

Como todos os Srs. Senadores e Senadoras têm a análise desse projeto, eu diria que a proposição atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e encontra-se lavrada em boa técnica Legislativa. E quanto ao mérito, merece o nosso apoio em razão de alteração proposta resultar no aperfeiçoamento e na atualização do direito. Voto.

Em face de todo o exposto voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica Legislativa e no mérito pela aprovação do PLC nº 115 de 2007. É este o nosso voto favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senhor vice-presidente da Comissão, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, antes de discutir, esse projeto nós sabemos claramente que é um projeto que foi feito em função da vida do Clodovil Hernandez.

Eu tive a oportunidade de almoçar com o ex-deputado, com o deputado falecido, será enterrado hoje, no gabinete do Senador Heráclito, foi um almoço muito agradável, onde ele contou toda a sua vida, como ele cresceu, como ele foi adotado, então, quem teve a oportunidade de estar no momento, com o Deputado Clodovil, sabe que esse é um projeto da sua vida, ou seja, ele veio para o Congresso Nacional para fazer essa lei, uma lei de um filho não natural, mas um filho que desenvolveu um amor pela mãe adotiva sem tamanho.

E eu queria também parabenizar o Presidente porque na audiência passada nós estávamos sentados e o Clodovil Hernandez estava aqui presente e o Presidente falou, no momento o Presidente estava relatando aquele projeto que era sobre acabar com as prisões especiais, e o Presidente estava na presidência e falou: "Senador Wellington, convide o Clodovil para sentar à Mesa." E eu o convidei, falei: "Deputado Clodovil, por favor, sente-se à Mesa", o Presidente lembra bem disso, e ele veio, sentou um pouco, mas eu senti que ele estava, tinha algum compromisso, eu por trás de V. Exa falei: "Deputado, se tiver algum compromisso não tem problema nenhum". Ele levantou e ficou me agradecendo, porque V. Exa. tinha pedido para

anunciá-lo a vir para a Mesa e segurou a minha mão, e enquanto me agradecia ele me fazia um carinho na mão e a câmara toda em cima da gente e aquele momento ele alisando a minha mão, entendeu? Então, você sente que o Clodovil ele tinha a bondade por natureza, embora a nossa sociedade tenha alguns preconceitos que, talvez...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa também é um homem bondoso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Mas realmente aquele momento, que foi o último momento que eu tive a oportunidade de passar com o Deputado Clodovil, ele me deixou a impressão que foi realmente um homem que veio à terra para passar o amor, a verdade é essa, seja de que maneira foi, de que maneira que ele escolheu, comigo ele sempre me respeitou bastante e não deixava de passar o carinho que ele tinha dentro de si nesse último momento que ele teve nessa Comissão. Então, eu vou votar favorável, Sr. Presidente, a Senadora Serys muito bem escolhida para relatar. E é mais uma daquelas que o destino acaba pregando na nossa vida, ou seja, no dia que o Clodovil está sendo enterrado está sendo aprovado no Senado um projeto que é a vida do Clodovil Hernandez, quer dizer, a vida nos cria situações que se nós tivéssemos programado jamais aconteceria. Entendeu? Mas o deputado marcou a sua passagem nesse momento é uma homenagem, sinto que ele veio ao Congresso Nacional para fazer essa lei, não sei quantas leis, Projetos de Leis ele deu entrada, mas tenho certeza que esse é o mais importante da sua vida. E fica aqui, Sr. Presidente, eu sinto como seja a maior prova de amor do Clodovil à sua mãe, esse projeto que ele está aprovando, a sua mãe adotiva. Então, eu me sinto muito honrado de estar presente nessa sessão, V. Exa. presidindo, Senadora Serys relatando e em algum momento, em algum local, com certeza ele vai estar aqui com aquele seu jeito e sentiremos falta das suas frases picantes que com certeza teria o que falar nesse momento, alguma coisa a falar. Só isso que eu queria declarar e meu voto será favorável à relatoria de V. Exa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Rapidamente, Sr. Presidente, eu queria me manifestar meu apoio(sic) ao projeto pela qualidade, pelo mérito e por uma questão de homenagear a um parlamentar por quem eu tinha muita estima pessoal, e era recíproca, me encontrei com o Clodovil, a quem eu conheço há mais de 3 anos, eu conhecia há mais de 30 anos.

Eu conheci Clodovil no avião, eu era governador, jovem, muito jovem e ele estilista famoso. E eu viajava de Natal para o Rio, para São Paulo e cruzei com ele no corredor do avião. Eu o cumprimentei afavelmente, ele me cumprimentou afavelmente, trocamos meia dúzia de palavras e estamos conversados.

Ele passou o resto da vida só tecendo comentários positivos a meu respeito, gratuitamente, de graça. É claro que isso me agradou porque ele é uma figura pública, uma figura conhecida, polêmica, muito corajoso, sem “papas na língua”, disse muitas verdades e algumas inconveniências, mas disse muitas verdades. Ele foi-se prematuramente.

Eu me encontrei com o Clodovil semana passada na antessala do pleno Congresso e conversamos mais uma vez sempre muito afavelmente, ele perguntando pela minha esposa, com quem eu havia estado meses antes, eu perguntando pela saúde dele, ele recuperado, ele sempre muito elegante. E hoje lamentamos aqui a morte de Clodovil. Foi um brasileiro autêntico, muito corajoso, que tem uma história polêmica, mas que merece o nosso respeito.

Eu quero manifestar aqui o meu apreço e o meu respeito à memória de Clodovil e quero dizer que vou votar favorável pela qualidade do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria também de me associar às manifestações que já foram expostas, porque seguramente, o Deputado Clodovil foi uma figura que marcou os meios de comunicação, marcou a história da moda, marcou a vida política, porque era uma pessoa que fomentava a polêmica, gerava a reflexão e com essa atitude corajosa, ele além de se expor, permitia que muitos temas fossem tratados com uma irreverência que lhe era própria. Quero lembrar que ele esteve aqui semana passada, quarta-feira passada, nossa última semana da CCJ. E era bem o jeito do Clodovil, eu não sei o que ele estava fazendo na Mesa, nós estávamos discutindo um projeto que regulamentava a lei penal, e de repente ele sentou na Mesa e ficou lá na Mesa, eu acho que ele estava muito angustiado com a decisão que o TSE tomaria em relação ao seu mandato e talvez com alguma premonição, porque acho que ele queria aprovar esse projeto, e acho que as duas coisas se misturavam naquele momento.

Infelizmente, ele não está aqui hoje para assistir, mas eu acho que essa Comissão deve render essa homenagem, tratar isso como prioridade na votação, porque é um projeto meritório que tem a ver com a vida dele e de centenas e milhares de brasileiros que são adotados com todo o carinho, com todo o afeto

e pai e mãe não é aquele... não é o progenitor, pai e mãe é quem cria, é quem dá amor, é quem alimenta, é quem protege, é quem cuida, é quem encaminha, e por isso nada mais justo, que essas famílias possam ter nos filhos, que são verdadeiramente filhos deles, como foi o caso do Clodovil, a extensão do nome da família. Por isso, eu acho que é um projeto que tem a ver com a história de vida dele, de grande sensibilidade e que nós deveremos aprovar, espero que com bastante urgência, seguramente o Presidente homologará e nós poderemos dessa forma assegurar esse importante avanço da cidadania das famílias adotivas e adotantes do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Consideramos visita honrosa a essa Comissão a Ministra da Justiça do Timor Leste Lúcia Lobato e o Embaixador do Timor Leste no Brasil, conduzidos, acompanhados pelo Senador Eduardo Suplicy. Nós consideramos visita honrosa e pedimos que tomem assento, que e em seguida faremos uma... Também assento na bancada de senadores, porque em seguida faremos uma audiência pública. Muito obrigado pela presença de V. Exas...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, queria pedir pela ordem, só queria saudar à Ministra, o Embaixador que seja muito bem-vindos, um país amigo, um país que tem uma cultura semelhante à nossa, uma longa história de independência e de luta, a única coisa que eu estranhei é que a Ministra e o Embaixador ainda não estão com o livro do senador sobre a Renda Básica da Cidadania.

[risos]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está já...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Já receberam?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já receberam.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ah, então eu estou aliviado.

[risos].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, a lei de registros públicos com aprovação dessa matéria ganha um mecanismo de justiça social, pois vai permitir, autorizar o enteado ou a enteada a adotar o nome de família do padrasto

ou da madrasta, numa relação efetiva que se traduz por uma criação de responsabilidade com assistência educacional, à saúde, tratar do enteado, tratar da enteada como um filho ou uma filha, merece sem dúvida alguma, essa consideração, esse respeito e o Clodovil emprestou ao Congresso Nacional essa iniciativa louvável que, aliás, se origina da sua própria condição de enteada.

E neste momento aproveito o ensejo para ao lado dos demais senadores e senadoras prestar nossa homenagem ao Deputado Clodovil, que deixa esta herança Legislativa, essa modificação substancial na nossa Legislação, que traduz antes de tudo, a solidariedade do brasileiro com espírito cristão de que se move o Congresso Nacional numa hora em que Clodovil, por todos os méritos, merece a nossa homenagem e a sua iniciativa, principalmente como Deputado Federal, não poderia deixar de ter prioridade nesta Comissão de Justiça presidida por um dos mais eminentes homens, um dos melhores Senadores da República, o Senador Demóstenes Torres que tomou a iniciativa e a responsabilidade de colocar em votação esse projeto. Portanto, eu voto favorável enaltecendo essa iniciativa do Presidente em prestar homenagem ao Deputado Clodovil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O projeto tem sem dúvida nenhuma, méritos incontestáveis, portanto, e são inúmeros os casos onde os enteados têm uma relação muito forte com o cônjuge da mãe ou do pai, portanto, é uma coisa facultativa, portanto, não é obrigatório, então, isso torna o projeto meritório e, além do mais, também outra motivação para se aprovar o projeto, também a homenagem ao Deputado Clodovil Hernandez, falecido ontem que lutou que relatou o Senador Wellington Salgado, lutou a vida inteira para já que ele foi, ele foi criado desta maneira, ele lutou bastante para que esse projeto fosse aprovado. Então, o mérito é incontestável e também eu quero deixar aqui o meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu não posso deixar em nome do PRB de expressar aqui o mais profundo pesar pela repentina morte do Deputado Clodovil Hernandez com quem tive a oportunidade de várias vezes, pessoalmente e inúmeras vezes também, por telefone ter conversado a respeito das coisas da nossa terra, do Brasil, um jantar na minha casa, ficamos provavelmente até

meia-noite, uma hora da manhã conversando e sempre vi nele, Sr. Presidente, uma alma em busca de algo. Conversamos sobre religião, sobre a sua formação, sobre a sua vida, sobre os seus questionamentos e era, o seu apego à mãe, aquela que o adotou era de tal, era uma devoção tão extremada que sempre era cortada por lágrimas as suas lembranças. Já ultimamente, me dizia que gostaria de partir para encontrar a mãe. Essa disposição, talvez, tenha sido até uma forma do seu organismo ter reagido nesse momento em que ele foi acometido de um AVC. Não houve uma reação do organismo em busca da vida, parecia mesmo alguém disposto a partir. Mas eu acho que V. Exa. de maneira muito sublime o homenageia porque ele é um símbolo de todos os adotados que têm pela sua mãe não biológica, mas a mãe do coração, a mãe afetiva, o carinho e a gratidão.

O voto, Sr. Presidente, só poderá ser favorável, parabenizando V. Exa. pela iniciativa, e que fique, então, essa marca na sua conturbada vida pública, porque ele foi, passou por um processo de cassação de mandato, diversas vezes foi arguido em plenário por suas posições em relação às mulheres, em outras questões, mas fica aqui a nossa homenagem, pena que ele hoje não está vivo para desfrutar dela. Voto sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Demóstenes, quando Clodovil Hernandez era jovem ainda, já como estilista, eu me lembro de ele ter nos anos 50, desenhado os vestidos de noiva de minhas irmãs que então casavam, portanto, conheço há muitos anos. Também nos anos 70, 80, quando se tornou muito conhecido como comunicador, participando da TV mulher, ao lado de Marília Gabriela, Henfil, Marta Suplicy e outros daquele programa em que se destacou. Também algumas vezes, com ele convivi aqui no Congresso Nacional, muitas vezes tivemos diálogos e tivemos sempre uma relação de respeito mútuo, mesmo quando expressou algumas opiniões polêmicas e algumas difíceis para mim, outras, ainda na semana passada, quando aqui estive nos relatou do processo, segundo o qual, tentavam cassar o mandato dele, eu expressei a ele a minha solidariedade no sentido de que avaliava como muito legítimo que o Superior Tribunal Eleitoral considerasse o mandato dele com quase 500 mil votos, decisão que foi unânime. E como Senador por São Paulo aqui expressei o meu pesar a toda a família e quero também ressaltar o mérito já salientado pela Senadora Serys, por todos os colegas, no sentido de aprovarmos unanimemente, que o enteado ou a enteada possa usar o

nome da família do padrasto ou madrastra, um projeto altamente meritório.

Sr. Presidente, agradeço à atenção de V. Exa. como Presidente da Comissão de Justiça ao receber a Ministra da Justiça Lúcia Lobato, desse nosso país irmão, Timor Leste, e do Embaixador Domingos de Souza do Timor Leste no Brasil, Senador Aloizio Mercadante; e V. Exa. tem razão já estava autografado alguns exemplares do meu livro que eu de fato, logo antes aqui, dei à Ministra Lúcia Lobato, pois também no Timor Leste lá por convite do Presidente José Ramos Horta estive em junho passado expondo esta proposição que se espalha pelo mundo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Demóstenes, Presidente dessa Comissão, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu também não poderia deixar de dar a nossa palavra, do meu partido, meu nome pessoal e em nome do partido pela oportunidade da aprovação dessa matéria oportuna, porque o Deputado Clodovil trouxe a esta Casa um projeto que vem bem a se adequar à realidade moderna, à realidade dos dias de hoje em que se coloca situações familiares, que muitas vezes não são previstas por lei e ele de uma maneira muito oportuna atento às questões familiares, sensível do jeito que Clodovil era a essas questões, um homem sensível, colocou a apreciação e se tornou, inclusive, grande meta da sua vida como congressista à aprovação desse projeto.

Semana passada mesmo, tivemos a oportunidade de vê-lo por aqui lutando por essa proposição. E nada mais oportuno do que V. Exa. realize no dia seguinte ao falecimento do Clodovil, que todos nós lamentamos profundamente aqui não só nessa Casa, mas no Brasil inteiro pela figura importante e querida, polêmica, mas querida que foi neste país que V. Exa. faça essa homenagem final ao Clodovil, justamente realizando aquilo que era o seu grande objetivo dentro dessa Casa. Portanto, nossa homenagem também ao ex-Deputado Clodovil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão. Também quero me juntar as Sras. e Srs. Senadores nessa última homenagem ao Deputado Clodovil Hernandez, que realmente faz um projeto importante, aproxima o Brasil da Legislação internacional.

Essas questões de afeto hoje são muito relevantes para a Justiça e deixa bem claro: Aqueles que têm a condição de enteados, ou de enteadas, havendo a concordância do padrasto ou da madrastra, poderão, sem retirar o patronímico da família, acrescentar o pa-

tronímico daquele que o criou e daquele por quem ele tem afeição. Daí, porque acho que o projeto é muito bom, coloca o Brasil num cenário internacional favorável e rendendo as homenagens ao Deputado Clodovil Hernandez, digo às Sras. e Srs. Senadores que concordam com a aprovação do projeto que permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria seguirá para o Plenário.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Presidente, eu pediria urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação, requerimento de urgência. V. Exa. o subscreve? Subscreva?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Subscrevo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas já coloco, imediatamente, em votação o requerimento. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sras. e Srs. Senadores, em seguida, a segunda parte da presente reunião destina-se à realização da 2ª Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 180 de 2008 que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e Estaduais e nas instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio e dá outras providências conforme requerimento nº 2 de 2009, CCJ de autoria dos Senadores, Tasso Jereissati e Francisco Dornelles.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para encerrar, e termo aditivo de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Cristovam Buarque. Observa-se que em 18 de dezembro de 2008 foi realizada a 1ª Audiência Pública para instruir a matéria. Quem pediu a palavra pela ordem?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem. Senador Expedito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não, Senador.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É só para entregar, Sr. Presidente, o relatório, parecer, criando mototaxista no Brasil. Eu gostaria de entregar. É um projeto do Senado que já foi aprovado no Senado, teve algumas mudanças na Câmara dos Deputados, voltou para cá, nós já estamos apresentando o nosso relatório.

Eu gostaria de pedir a V. Exa., como sempre, a cordialidade de V. Exa., para que dê prioridade para que nós possamos votar esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Será dada a prioridade, Sena-

dor. De acordo com o art. 94, § 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: Os convidados farão suas exposições e em seguida abriremos a fase de interpelação pelas senadoras e senadores inscritos, prioritariamente por aqueles que fizeram o requerimento. A palavra aos senadores e senadoras será concedido na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos assegurados a igual prazo para resposta do interpelado. Inicialmente, darei a palavra por 10 minutos a cada expositor, temos dez expositores. Mas se for necessário complementar esse prazo, eu o farei.

Peço a todos os presentes que nós possamos cumprir o regimento por mais agradável ou desagradável que sejam as palavras aqui pronunciadas, não é possível a manifestação, segundo o Regimento Interno do Senado.

Eu peço aos senhores para que nós possamos concluir satisfatoriamente essa audiência pública que cumpramos o regimento. Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Por questão de ordem. Nós não temos, Sr. Presidente, nenhum representante dos estudantes secundaristas na Mesa. Sabemos que algumas pessoas que estavam convidadas não estão presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, todas estão presentes.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Todas estão presentes?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os dez estão presentes.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

A gente gostaria de pedir, se fosse possível, se o senhor achar que é possível, a inclusão de um representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu sugiro a V. Exa., hoje nós recebemos aqui o Ministro Edson Santos da Igualdade Racial e ele nos solicitou que desejaria vir para fazer uma exposição e gostaria, como é praxe, que viesse sozinho porque na condição de Ministro ele, é óbvio, que não veio aqui para debater, veio para expor as suas idéias. Da mesma forma, já há duas pessoas, uma que se ofereceu, como houve um contato prévio, que é o Presidente do Clube de Reitores que também gostaria de dar a sua opinião e o Dr. José Roberto Pinto de Góes que é também uma pessoa ilustre e conhecida no Brasil, estudioso desse tema. Então, nós poderíamos fazer um requerimento e aprovarmos. Ouvindo o Ministro apartado, os demais nós poderíamos ouvir numa outra reunião incluindo aí o representante dos

estudantes secundaristas com muito prazer. Se V. Exa. concordar nós podemos fazer dessa forma.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Eu acredito que sim, se nós não temos espaço hoje é fundamental, do meu ponto de vista, que a gente ouça a união dos estudantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES

TORRES (DEM-GO): Também tenho a mesma opinião que os estudantes...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-

MT): Assim como também, a gente teria que ver, eu não sei como, Sr. Presidente, a questão do IBGE que tem uma pesquisa a esse respeito. Eu não sei como é que a gente vai buscar esse dado...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES

TORRES (DEM-GO): Eu tenho essa pesquisa. Eu posso passar para os senhores e se quiser também trazer algum representante do IBGE nós podemos fazer.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-

MT): Eu acho que seria interessante trazer alguém do IBGE.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES

TORRES (DEM-GO): Convido, inicialmente, os doutores William Douglas, Juiz Federal e um dos coordenadores da Educafro e Dr. Augusto Werneck, Procurador de Justiça e membro do Movimento dos Promotores de Justiça do Brasil, a doutora ou a senhora, não tenho a qualificação aqui, se eu errar me perdoe; a Sra. Vera Fávero, coordenadora do Movimento Negro Socialista de Santa Catarina e o Sr. Francisco Jhony Rodrigues da Silva, Presidente do Fórum Afro da Amazônia, FO-RAFRO.

Vamos convidar de quatro em quatro e em seguida, ao final nós vamos colocar as cadeiras aqui para que os dez fiquem a frente e os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras possam arguir a todos eles. Então... Concedo inicialmente a palavra ao Dr. William Douglas por 10 minutos, se houver necessidade prorrogarei o seu tempo.

SR. WILLIAM DOUGLAS: Senhoras e senhores, Exmos. Srs. e Sras. Senadores... Exmos. Srs. Senadores, senhoras e senhores, primeiro eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui compartilhando as experiências, são experiências de várias fontes.

Primeiro eu me apresento como professor voluntário da Educafro que é um pré-vestibular para negros e carentes. Eu comecei a trabalhar lá há 10 anos. Eu tenho um livro que já vendeu 150 mil exemplares sobre como passar em provas e concursos. Sou considerado o maior especialista nesse tema no país por Veja, por Fantástico, por Você S/A, por Valor Econômico, então, me acredito alguém que defenda o sistema do mérito. E na Educafro, eu que era contra as cotas para ne-

gros e a favor das cotas para escola pública, e quero dizer que aprendi a ser a favor da cota para escola pública porque eu era professor concursado da UFI, fui contratado pela Universidade Salgado de Oliveira do meu amigo Senador Wellington, aonde eu aprendi a empreender educação e lá eu descobri que os ricos estavam na Universidade Pública e os pobres numa Universidade privada. E eu quero, inicialmente, parabenizar o Senado, os Senadores porque percebo uma tendência que já quase não há discussão em relação à escola pública.

Pois bem, eu era contra a cota para negros e aprendi a ser a favor delas convivendo com os rapazes, com os meninos e as meninas negras que não têm oportunidade nesse país, convivo com eles todos os dias. Sou Juiz Federal há 16 anos e posso dizer que o nosso Supremo diz que isso aqui que nós queremos fazer não é inconstitucional. Rui Barbosa fala que tratar as pessoas iguais desigualmente é uma crueldade. Então, nós temos que tratar os desiguais desigualmente.

Todas as decisões judiciais das altas cortes tem seguido nessa linha, ou seja, os Senadores podem ficar tranquilos que inconstitucional não é. Ao contrário, a Constituição fala no art. 3º, no art. 5º que nós queremos preservar a dignidade da pessoa humana, a cidadania, acabar com a discriminação e reduzir as desigualdades. E para manter a igualdade nós temos que tratar os desiguais desigualmente. Muito bem, sou Juiz...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só uma... Excelência, pode ir devagar. O Presidente se achar vai te dar mais tempo. Eu conheço pessoalmente, eu acho que ele está... parou para respirar, pode ir tranquilo, tem tempo, o Presidente poderá analisar se terá mais tempo ou não, mas vá com calma.

SR. WILLIAM DOUGLAS: Agradeço a V. Exa....

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Considerar a intervenção do Senador porque disse que o conhece e V. Exa. também, mas V. Exa. pode prosseguir no ritmo que bem entender.

[risos].

SR. WILLIAM DOUGLAS: Ok. Quero agradecer a generosidade do Senado comigo e com todos os rapazes como eu. Aí é que tá, eu venho aqui falar em nome da Educafro que é um movimento negro, mas também falo em nome dos brancos pobres, porque eu fui branco pobre. Eu sou filho de operária de fábrica, de chão de fábrica e de um lavrador, então, eu sei o que é ser branco pobre. E se hoje eu sou Juiz Federal, se eu hoje sou considerado elite, antes disso, eu era

um branco pobre. Só que na minha sala havia negros tão bons quanto eu, tão capazes quanto eu, que não foram até onde eu fui. E eu tenho certeza porque eles enfrentaram mais discriminação do que eu, porque eu fui discriminado por ser pobre, mas eles foram discriminados por ser pobres e por serem negros. Então, eu não posso aceitar que os brancos pobres como eu, fui branco pobre, sejam tratados do mesmo jeito que os negros pobres. Eles precisam de mais alguma coisa.

Muito bem. O Senado vai fazer uma grande correção ao eliminar, ao criar a cota para escola pública e ainda com o corte econômico. Por isso, parabéns ao Senado que está cumprindo a sua função. Mas eu gostaria de convidar os Senadores, e eu venho aqui, eu sei que alguns Senadores são contra o que eu vou defender, mas, todos, eu conheço a boa-fé, alguém que fala com cota de má-fé nunca vai mudar de opinião, mas os senhores Senadores eu tenho certeza que pela boa-fé e pelos interesses que defendem estarão abertos a falar assim: Não, espera aí, isso aí é algo a ser relevado. Então, primeira questão: o branco pobre. Ele é amparado pela cota para a escola pública. Se hoje esse projeto for modificado, aliás, a rigor a única modificação que eu vejo razoável é excluir um corpo estranho que é a questão da extinção do vestibular que é o art. 2º, que pode ser excluído totalmente e como não afeta o mérito pode... não precisa ir para a Câmara, mas hoje, aí Senador Demóstenes, eu sei que o senhor se preocupa com os brancos pobres, eu tenho visto suas manifestações. Se hoje esse projeto voltar para a Câmara a gente vai atrasar o projeto vários anos e os brancos pobres serão prejudicados. Então, se alguém quer hoje defender os brancos pobres precisa deixar o projeto seguir, depois a gente melhora o projeto. A gente faz isso com Código de Processo, Código Civil, Código de Consumidor. Vamos colocar a lei para funcionar, uma lei que já está há 10 anos em andamento.

Venho falar principalmente a favor das cotas raciais que é aonde há a maior discussão. Eu quero trazer aos Senadores não uma questão do passado, mas uma questão do presente. Os pardos e negros nesse país são 50% da população. No entanto, se nós cortarmos os 10% mais ricos só tem 20% de negros. Se nós cortarmos os 10% mais pobres existem 80% de negros. Nas empresas desse país só 4% são negros, então, tem alguma coisa errada. 70% de quem ganha menos de dois salários mínimos é negro, por que não 50? 25% de quem ganha mais de dez salários mínimos é negro. Por que não 50%? Se nós cortarmos quem ganha mais de 30 salários mínimos, só 11% são negros. Então, Srs. Senadores, se a questão fosse só a pobreza, aqueles pobres que conseguem vencer, nós

teríamos a representação dos 50% dos extratos sociais. Então, gostaria que os Srs. Senadores levassem em conta as estatísticas e não os argumentos de emoção, mas a estatística diz: Nós somos um país racista e eu não admito... que a minha filha só estude com meninos loiros e de olhos azuis, que é um fato, me desculpem, mas eu me emociono, é um absurdo, o colégio da minha filha não tem um negro. Os restaurantes que eu ando não tem nenhum negro. No Senado a gente conta quantos negros têm, o Supremo quantos negros têm, o STJ quantos negros têm; os negros não estão representados nesse país e nós não podemos fechar os olhos a essa injustiça, tratar os negros igualzinho aos brancos hoje é perpetuar uma injustiça. A gente precisa mudar a realidade que a gente encontra nos nossos restaurantes.

Eu dou aula sobre como passar em concurso, eu sei fazer um garoto negro passar em concurso, tanto quanto um branco, mas eu sei e quem conhece as empresas sabe, que os negros quando fazem uma prova fazem um X e um ponto para aquele rapaz ser eliminado. Acham o negro num balcão de Companhia Aérea, acham um negro num guichê de banco e quando a gente deixa faltar os negros na mesma proporção por causa disso a gente está ensinando os nossos filhos a serem racistas, a não reconhecer o negro como parte desse país. Isso não é uma briga do negro, é uma briga do branco também, a dignidade da minha filha loira de olhos azuis, depende da dignidade do garoto da favela que está do lado. Agora, as pessoas falam em mérito, a minha filha tem tudo, as nossas filhas têm tudo, Senadores, e será que é justo quando elas fizerem 17 anos? A minha filha competir com a mesma vaga com a filha da minha empregada? Eu vou dizer para a minha filha: Meu amor, você tem que competir por menos vagas, porque não é justo a gente amarrar os meninos e meninas negras desse país que não tem acesso a professor, amarrar sem acesso a psicólogo que a minha filha tem, sem a tudo o que ele tem e aí na hora do vestibular: "Não, agora vocês são iguais". Nós amarramos as pernas dos meninos e meninas negras e soltamos ele no dia do vestibular falando assim: Olha, você e aqueles ali do colégio particular aonde a minha filha estuda, vocês vão correr e vão ter a igualdade, a gente dá um Fusca para um e uma Ferrari para outro e depois quer igualdade. Aí vocês vão falar, os Senadores vão falar preocupados com a educação. Vai estragar a qualidade da educação. Não vai. [soa a campainha]. Vai estragar... Os cotistas têm a mesma média ou às vezes média maior do que os não cotistas. Os cotistas faltam menos à aula do que os não cotistas porque eles sabem que aquilo é a única oportunidade que eles têm.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mais quanto tempo V. Exa.?

SR. WILLIAM DOUGLAS: 5 minutos. 5 minutos eu termino. Senhores, nós precisamos discriminar hoje sim, mas discriminar positivamente, discriminar para consertar, porque se a gente tratar o negro igualmente, a gente não vai mudar essa realidade. Mais de 80 instituições de Ensino Superior já têm cotas, não houve nenhuma guerra social, não houve balbúrdia, o brasileiro tem índole pacífica, mais de 1200 instituições de Ensino Superior estão com PROUNI, com cota para negro sem nenhum problema. Só a cota social ajuda, mas não resolve tudo.

Os Estados Unidos, os Estados Unidos estão acabando com as cotas agora. E eu acho que a gente também deve acabar com a cota. Daqui a 10 anos, daqui a 20 anos, e a lei prevê isso, que daqui a 10 anos será revisto. Dizer que os Estados Unidos estão acabando com a cota e que a gente não deve botar cota aqui é desonesto, porque lá eles têm 40 anos de cota, em 10 anos de cota nos Estados Unidos eles dobraram o número de negros na classe média. E é isso que eu quero propor aos Senadores, uma solução temporária que vai enfrentar a desigualdade do negro com um pouco mais de vigor do que a desigualdade do pobre, porque ele é mais discriminado. Quando você coloca um negro pela cota numa Universidade, tudo bem, alguns não estão conseguindo acompanhar porque a gente não está dando acompanhamento financeiro e psicopedagógico e social, no entanto, os que conseguem acompanhar têm as notas iguais, eles passam a ter um salário maior e eles passam a influenciar a comunidade onde vive, a auto-estima deles da comunidade e faz uma irrigação financeira.

Um aluno meu negro disse o seguinte: “Professor, essa questão de classificação de raça, a classificação pela primeira vez está sendo para me ajudar e a polícia quando é para bater na gente sabe exatamente quem é negro e quem não é”. Então, a gente ficar discutindo isso não faz sentido. Outra coisa: Ah, temos que melhorar a educação. Sim, mas a gente não pode esperar tanto tempo. Eu acho que a gente tem que melhorar a educação, os senhores também acham, mas a gente coloca os nossos filhos na escola particular porque a gente não vai esperar isso. E eu queria que os senhores descem uma oportunidade para os meninos e meninas pobres de escola pública, sejam brancos ou não. E eu volto a dizer, se a gente não fizer esse projeto passar hoje, quem vai ser prejudicado? Vai ser o branco pobre também porque não vai ter acesso a uma lei. Por fim, e já vou concluindo, aquele ali são três, eu ainda tenho três minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem, pode ficar a vontade. Se necessitar tem mais. Perfeito.

SR. WILLIAM DOUGLAS: Muito bem, senhores. A imprensa, às vezes, a imprensa, às vezes, tem batido nas falhas no sistema das cotas, alguma fraude ou não. Senhores, os ricos também cometem fraudes. Martin Luther King disse: “*Os ricos cometem fraudes, por que o pobre não vai cometer fraude?*” Só que quando há fraude na previdência ninguém sustenta acabar com a previdência. Quando há fraude no Judiciário, eu sou do Judiciário, ninguém fala para acabar com o Judiciário. Quando há fraude no Legislativo ninguém fala, na polícia ninguém fala, por que a gente vai acabar com as cotas, por causa dos erros e das falhas? Vamos consertá-las como a gente faz com a previdência, com a polícia, com o Judiciário e com o Executivo.

Muito bem. No futuro, eu acho que a gente tem a urgência de colocar essa lei na rua para começar a enfrentar essa realidade. Os consertos eu sugiro que a gente faça no futuro. Agora, para concluir, senhores, eu quero citar o Papa João XXIII que diz que os ricos sabem se defender por seus próprios meios, são os pobres que necessitam da intervenção do Estado, que na luta entre o pobre e o fraco é a liberdade que mata e a lei que liberta.

Quero dizer que eu sou evangélico e apesar de ser evangélico, eu me juntei a um movimento católico, franciscano, porque eu entendi que é um movimento que tem respeitado uma determinação que a Bíblia dá. Nós sabemos que o Estado é laico, mas o fato do Estado ser laico não significa repudiar a religião, mas sim respeitar todas as religiões. E eu quero que os Senadores, quero trazer à memória dos Senadores que os senhores não só são cristãos, a grande maioria, sejam católicos, evangélicos ou espíritas, vocês têm respeito pela Bíblia e os eleitores dos senhores são cristãos e seguem princípios cristãos. E a Bíblia fala o seguinte, em Provérbios 24:11: “*Livra os que estão sendo levados para a morte e salva os que pudeses ajudar*”. Em Provérbios 31:8 a Bíblia fala: “*Abra a boca a favor do mudo e pelos direitos de todos os que se acham desamparados. Abra a boca, julga retamente e faz-se justiça aos pobres e necessitados*”. E por fim, Salmo 41:1, diz: “*Bem-aventurado o que o acode ao necessitado, o senhor o livrará no dia do mal*”.

Eu tenho certeza, Senador Demóstenes, Senador Wellington, Senador Crivella, cada Senador aqui, que os senhores já procuraram a Deus pedindo algum socorro no dia do mal e Deus os atendeu. Eu tenho certeza que procurarão Deus de novo. Eu quero dizer que eu não posso fazer nada se não vir aqui e tentar falar correndo toda a minha experiência, mas os senhores

hoje têm o poder de fazer uma mudança radical nessa sociedade. Os senhores têm a possibilidade de acudir o necessitado e eu gostaria que V. Exas. honrassem a autoridade que Deus lhes deu. São Francisco ele começa sua oração dizendo: *"Senhor, fazei-me instrumento da vossa paz. Senhor, fazei-me instrumento da vossa paz"*. Srs. Senadores, hoje o instrumento da paz são os senhores. Mais 30 segundos eu concluo. Hoje senhores Senadores, ao fazer esse projeto sair, qualquer que seja a sua imperfeição, mas pelo menos sair, onde há dúvidas sobre se vão conseguir estudar, os senhores podem levar fé. Onde há erro e desigualdade V. Exas. podem levar uma nova verdade. Onde há desespero V. Exas. podem levar esperança. Onde há tristeza V. Exas. podem levar alegria. Onde há as trevas da ignorância e da falta de acesso à educação, V. Exas. podem levar a luz da oportunidade, pois é dando que se recebe, é compreendendo que se é compreendido, é morrendo que se faz nascer, como dizia São Francisco, e hoje, V. Exas. podem fazer morrer uma grande injustiça no seio desse país. E eu gostaria de pedir que V. Exas. fizessem, deixassem esse projeto passar, dêem esses 10 anos para os meninos negros, dêem esses 10 anos para as meninas negras. É tudo o que eu tenho a pedir, agradeço a atenção e fico à disposição de qualquer pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra... [soa a campainha]

[palmas]

Vou advertir os senhores novamente, a partir de agora é advertência, qualquer manifestação vou pedir para que evacue a sala. Aqui não cabe manifestação contra ou a favor. Vou cumprir o regimento. Então, os senhores podem ficar, são bem-vindos, mas vão cumprir o regimento. [soa a campainha]

Com a palavra o senhor, o Sr. Francisco Jhony Rodrigues Silva, Presidente do Fórum Afro da Amazônia, FORAFRO, por 10 minutos. Se houver necessidade prorrogarei. Com a palavra V. Exa.

SR. FRANCISCO JHONY RODRIGUES SILVA: Bom-dia, Sr. Presidente, em cuja pessoa saúdo a todos os presentes e o Fórum Afro da Amazônia agradece o convite, agradece o convite para se pronunciar sobre essa audiência pública. Passarei a ler a opinião do Fórum Afro da Amazônia sobre o PL 180 de 2008. O Fórum Afro da Amazônia se ele debate, apural(F), democrático, apartidários aos movimentos afrodescendentes da Amazônia. Após analisar o PL 180 de 2008 que trata de doação de cotas raciais na instituição de nível médio e superior, assim manifesta seu entendimento, sobre o art. 1º. Vemos que é positiva a proposta do art. 1º, pois entendemos que ao reservar as vagas

no Ensino Superior a estudantes procedente do ensino público a proposta valoriza as escolas públicas, atingindo positivamente os segmentos econômicos onde há maior concentração de afrodescendentes.

O que é reforçado pelo conteúdo do Parágrafo Único, onde se estabelece as sub-cotas econômicas. Entendemos, é possível a imigração de estudantes da classe média do ensino privado para o ensino público, não como um problema, mas como um fato mais favorável, que a maioria das melhorias das escolas de qualidade do ensino, fornecida por escolas públicas. E este é um ponto extremamente importante, tendo em vista que a grande maioria dos afrodescendentes não termina o ensino médio, especialmente os afrodescendentes mais carentes. Assim, nosso posicionamento é favorável ao conteúdo do art. 1º desse projeto.

Sobre o art. 2º, entendemos que o art. 2º é problemático, a luta, a história dos afrodescendentes, dos seus movimentos organizadores desde a época dos movimentos abolicionistas têm sido sentido de evitar discriminações racistas e integrar, efetivamente, os afrodescendentes das cidadanias brasileiras, leis que não se baseiam na cor, raça, sexo, religião e outras características particulares para o acesso às vagas do ensino dos cargos e carreiras e etc, tanto público quanto privado. São leis que valorizam a cidadania brasileira. Os processos impessoais, porém não significa apenas processos onde há menção à raça, cor e etnia, etc, mas o processo que impede que os candidatos sejam discriminados, favorecido com tais características. Os exames, vestibulares, têm o grande mérito de serem impessoais, de fiscalização relativamente simples, onde os candidatos não são avaliados por sua cor ou origem. Substituindo eles por um processo de seleção baseado em rendimentos obtidos pela média das notas ou menções obtidas, significa expor os afrodescendentes a um processo de seleção mais difuso, demorado e de fiscalização mais difícil. No processo de obtenção de tais notas e menções, o afrodescendente fica muito mais importante imposto a discriminações tanto racistas quanto econômica e política de que nós, exames vestibulares. Defendemos que é proibido prova de entrevistas ou semelhante a qualquer processo seletivo de acesso ao ensino.

Sobre o art. 3º. Esse artigo afirma uma inverdade. O IBGE não adota o termo negro, mas o preto. A aceitação do termo negro não é consenso dentro das organizações de movimentos afrodescendentes para as funções do PL. O termo preto seria o mais adequado, pois o Brasil não se dá, especialmente pela marca, ou seja, pela aparência. Outro problema, esse artigo não está na falta de clareza ao remeter(F) o art. 1º, onde não há menção das cotas raciais, de modo que não

fica claro que as vagas se refere, citada no Caput... O que beneficiaria as pessoas pela raça, independente da renda ou exclusivamente das citadas no Parágrafo Único, daquele artigo que restringiria as cotas raciais às populações mais carentes. Destacamos aqui, as cotas raciais não são sinônimos de ações afirmativas, mas apenas um dos seus possíveis recursos, e o melhor deles é maior investimento em setores onde há significativa presença das populações em quais se deseja... Beneficiaria com a população afrodescendente ao evitar os riscos de divisões raciais da população em conflito dela derivado.

Sobre o art. 4º, como art. 1º, sem as cotas raciais pré-escrito no art. 3º, este artigo também valoriza o ensino público. Promove distribuição de riqueza do país e as... Antigamente chamadas Escolas Técnicas que são um exemplo como se as escolas públicas pudessem atrair(sic) quando se tivesse... se inventasse nelas um dos grandes problemas destas. As escolas já estão no fato de muitos dos seus ex-alunos não seguirem as profissões de correspondente ao curso, concluir, estabelecer critérios de modos que esta escola atenda preferencialmente que atenda interesse no ensino de qualidade, mas não tem como pagá-lo uma instituição privada como ocorre com grande parte da população afrodescendente brasileira. É uma forma de ação afirmativa que dispensa as cotas raciais.

Sobre o art. 5º, da mesma forma que o art. 3º prejudica o art. 1º deste PL, esse art. 5º tem o mesmo erro de impressão e defeito do art. 3º, agravante, divisão racial, numa idade mais precoce. Com isso nós não concordamos com esse art. 5º.

Art. 6º. Entendemos que o Ministério da Educação e órgãos que possuem por sua própria natureza, devem acompanhar, avaliar programas relacionados ao Ensino Médio e Superior. Defendemos, exclusivo, que o Ensino Fundamental também esteja sob acompanhamento direto do Ministério da Educação. A inclusão da CEPİR(F) entre os órgãos responsáveis por esse acompanhamento e avaliado em outro aspecto que pensa contra este PL, revela que sua verdadeira finalidade não é conclusão dos afrodescendentes da cidadania brasileira por meio do ensino, mas sim, realizar seu próprio projeto de atelamento(F) ao movimento afrodescendentes do país e projetos políticos do Governo Federal. A CEPİR foi criada em 2003, um órgão antes de tudo político, um idealizador por pessoas ligadas à Secretaria de combate a discriminação do Partido dos Trabalhadores. A CEPİR não atua como órgão que identifica os afrodescendentes, as diferentes, os diferentes posicionamentos ideológicos dos movimentos afrodescendentes. A diversidade existente dentro da própria comunidade afrodescendente base-

ada nestas informações, buscando levar as políticas universal, promoção à cidadania aos afrodescendentes... [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode continuar.

SR. FRANCISCO JHONY RODRIGUES SILVA: Diferentemente a CEPİR busca legitimar seus próprios projetos de divisão racial e ética da sociedade brasileira dos seus próprios afrodescendentes através de legislações como visado por este PL e pelo PL do Estatuto da Igualdade Racial e pela exclusão de opinião de segmentos contrários à política dela de conferências nacionais e internacionais, de outros Fóruns de debate. O próprio FORAFRO, embora faça parte da Comissão organizadora da 2ª Conferência da Igualdade Racial no Estado do Amazonas não foi convidado pela própria CEPİR para participar das escolhas dos delegados das composições tradicionais. Não reconhecemos, assim, a CEPİR como órgão favorável nem neste PL, nem na comunidade afrodescendente brasileira e nem aos afrodescendentes da Amazônia onde está o PL, servirá para aumentar a hostilidade que já está ocorrendo contra os afrodescendentes da região.

Conclusão, o FORAFRO da Amazônia defende assim: Que primeiro: que se deve combater as discriminações de base racial eliminando as responsabilidades de discriminações desta natureza não, porém, através de leis que promovem o fracionamento racial do povo brasileiro. Segundo: Que a principal causa das desigualdades sócioeconômicas do Brasil está na concentração de renda, melhor forma distribuição de riqueza é através do ensino universal gratuito de qualidade. Terceiro: Que se deve garantir Ensino Fundamental em tempo integral conforme o PL 9403 que o Estado Brasileiro, derem busca de a igualdade de oportunidade para todos os brasileiros sem distinções, a fim de que não se viole o art. 3º do início, do quadro(F) da Constituição Federal. Constituir objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Promover o bem de todos sem preconceito, sem origem de raça, sexo, cor, idade, qualquer outra forma de discriminação. Assim, é o nosso posicionamento do FORAFRO da Amazônia é contrário a esse Projeto de Lei. Muito obrigado. [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra a Sra. Vera Fávero, coordenadora do Movimento Negro Socialista de Santa Catarina. Eu estou invertendo. Agora começou com o posicionamento a favor e um contrário, agora um contrário, depois um a favor para não parecer que estamos privilegiando quem quer que seja. Então, com a palavra a Sra. Vera Fávero.

SRA. VERA FÁVERO: Bom dia aí a todos. Eu faço parte do Movimento Negro Socialista. E quero dizer que o Movimento Negro Socialista ele surge com a articulação dos militantes negros de diversas frentes de luta, de sindicatos, Parlamento, associações da juventude e num combate vigoroso ao racismo e às políticas baseadas no conceito de raça humana como esse Projeto de Lei de cotas e o estatuto de igualdade racial que também está em discussão aí.

O nosso movimento considera o racismo um sistema de exploração e divisão da classe trabalhadora. A implementação dessas políticas elas servem somente àqueles que querem dominar e dividir ainda mais a classe trabalhadora sobre um dispositivo Legal o Estado agora teria autonomia de acirrar ainda mais o racismo como um instrumento de opressão, de divisão, sem garantir as necessidades básicas que realmente a classe trabalhadora negra desse país precisa.

As cotas não resolvem os problemas de desigualdades sociais desse país. A verdadeira mudança em relação à vida da população negra, que é a classe trabalhadora, aquela que sofre dia a dia, que independente da cor, se é negra ou branca, pode ser morador da mesma rua, inclusive, a grande maioria negra, e a gente sabe disso, mas não se resolve as desigualdades sociais, com aplicações de políticas sem investimento em serviços públicos.

A grande mudança se dá, de fato, com maciços investimentos em saúde, educação, emprego. Admitir a aplicação dessas políticas é usar o racismo como uma ideologia reacionária para favorecer uma classe dominante e não a maciça classe de trabalhadores negros que moram em favelas, que não têm acesso à educação. É preciso melhorar e é preciso investir, massivamente, nos investimentos públicos, nos serviços públicos. Esse projeto não prevê isso.

Nosso movimento é um movimento independente que não pretende e não vai, e não quer desistir da luta por um sistema realmente que atenda as reivindicações da classe trabalhadora. Nosso movimento se junta aos militantes socialistas na luta por um sistema que contemple e que atenda às necessidades mais sentidas e sofridas da classe trabalhadora. E não se comporta como ONGs que recebem financiamentos de Governo e fundações milionárias como a Fundação Forte, para defender interesses daqueles que dominam, daqueles que exploram e daqueles que não estão a serviço da classe trabalhadora que em sua maioria é negra.

Falar sobre cotas, falar sobre a questão negra sem falar de investimento não existe mudança nenhuma que se possa fazer sobre isso. A mudança somente vai ocorrer se tiver igualdade social com investimento maciço em educação. Educação para todos, não a

divisão da nação em raças. Nós somos uma raça só, a raça humana. E é lamentável para nós que lutamos pela igualdade, pelo socialismo perceber que lideranças históricas aí do povo trabalhador desistiram da luta pelo socialismo e que agora estão aceitando as migalhas, as gotas que nada vão mudar a vida do trabalhador.

Eu costumo usar um exemplo que um camarada do nosso movimento se utiliza sobre dois bairros em São Paulo que é Moema e Perus, um bairro nobre onde em Moema, um bairro nobre onde vive uma população em grande maioria, uma população que tem toda a infraestrutura que não tem na periferia, onde a maioria dos moradores são brancos. E em Perus onde tem toda a falta de investimento que se tem nas favelas desse país.

Com a aplicação das cotas, possivelmente, daqui uns anos, alguns moradores de Perus se mudariam para Moema, fariam parte de uma classe um pouco, com uma infraestrutura de vida melhor. Mas para a grande maioria dos moradores de Perus nada mudou com a aplicação de cotas, porque eles continuam lá sem investimento, sem saneamento básico, sem acesso à saúde, à educação. A vida deles não mudou em nada porque não se acrescentou uma vírgula de investimento para que mudasse a vida dessa população. Esse exemplo ele serve para ilustrar, mas não é uma realidade só de São Paulo não, é uma realidade do Brasil.

O combate a essas políticas é somente o início do combate que está colocado para a classe trabalhadora de mudar esse sistema que está aí e essa discussão desvia, na verdade, as reivindicações da classe trabalhadora, porque se fizesse a pergunta: Você é a favor de cota, você é a favor de vaga reservada, cota, ou você é a favor de vaga para todos na Universidade? A gente teria um quadro totalmente diferente, porque nós somos a favor de vaga para todos na Universidade. Nós somos a favor de qualidade na educação. Nós somos a favor de qualidade de vida e isso se trata de um combate da luta de classes que esse sistema, não sei se pode resolver, porque os Estados Unidos é um exemplo claro disso, onde grande parte da população negra é encarcerada, existe uma grande divisão, existe uma grande diferença social e existe uma ausência total de aplicação dos serviços públicos.

O nosso movimento, então, ele faz um chamado a todos que lutam por igualdade e socialismo ao combate, ao racismo legitimado como o sistema de exploração, de afluência, de acirramento e a gente teve exemplos na história que mostram isso a menos, um pouco mais de uma década, políticas baseadas sobre conceito, sobre esse falso conceito de raças humanas, levaram em Ruanda dois grupos a uma guerra

civil que teve uma série de atrocidades e mortes, além de outros exemplos na história, que a gente poderia colocar aqui.

Nós fizemos, então, um chamado a todos na luta pela igualdade, na luta por maciços investimentos, por melhor qualidade de vida, na luta pela educação, pela saúde, isso não se dá de um dia para o outro. Isso se dá por uma mudança, pela organização dessa classe que é explorada que em grande maioria é negra e que não tem outra saída se não a organização e a luta.

O nosso movimento é contra esse projeto, é contra a divisão. [soa a campainha] Eu já vou fechar. É contra a divisão da nação em raças humanas. Nós queremos mais educação, nós queremos mais saúde, nós queremos serviços públicos de qualidade, nós queremos maciços investimentos, nós queremos igualdades sociais. Nós queremos que a classe trabalhadora, aquela que sofre, que em grande maioria composta por negros e que não vai ver a sua vida mudada, diferenciada por conta de uma determinação de cota para sua entrada na Universidade, mas sim, de maciços, investimentos porque fala-se em cotas, no entanto, não se investe uma gota em educação mas vai milhões para os banqueiros.

É preciso rever todo o sistema que está aí. É preciso investir na saúde, na educação e para isso é preciso que essa classe se organize, reivindique seus direitos, continue na luta e num combate que a sociedade esteja realmente esteja comprometida com suas causas.

Eu faço aqui, então, o fechamento dizendo que a utilização dessas políticas, elas desviam realmente a luta dos trabalhadores brancos e negros que são irmãos de classe, que sofrem os mesmos problemas e que combatem lado a lado pela mudança de... pela necessidade de mudança nesse sistema. Porque racismo e capitalismo como diz o Steve Bicone (F), "*É face da mesma moeda*". Para resolver o problema do racismo nós precisamos investir massivamente nos serviços públicos e combater o sistema que está aí colocado que é o sistema que beneficia uma minoria sobre a exploração e o domínio e agora a divisão legitimada da maioria explorada. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Dr. Augusto Werneck que nós corrigimos a informação prestada, estava no requerimento, ele não é Promotor ou Procurador de Justiça e nem pertence ao Movimento dos Promotores de Justiça do Brasil. Ele é Procurador do Estado do Rio de Janeiro e professor da PUC do Rio de Janeiro. Com a palavra o Professor Dr. Augusto Werneck.

SR. AUGUSTO WERNECK: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eminentes membros da Mesa, senhoras e senhores. Eu vim aqui relatar uma experiência com ações afirmativas que parte da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, desde a década de 80, em muitos temas caros aos movimentos sociais do Brasil, como em caso de regularização fundiária no campo e na cidade, em caso da luta contra a homofobia.

Nós temos um grupo de Procuradores tem se dedicado a essas causas e têm se dedicado a essas causas por entender que num país desigual como o Brasil, num país discriminatório como no Brasil, nós que tivemos a oportunidade de ingressar na Universidade, de fazer Mestrado, de fazer pós-graduação, que tivemos a oportunidade de ingressar numa carreira jurídica, na verdade, expropriamos conhecimento daquela imensa maioria que não pôde ter acesso a essas oportunidades. Então, de alguma maneira quem sabe no Brasil sabe porque alguém não soube. Quem adquiriu o conhecimento no Brasil adquiriu por que alguém, por sua vez, não pôde adquirir. E é por causa disso que esse grupo de Procuradores se dedica para que volte para essas populações marginalizadas um pouco dessa ciência, desse conhecimento, dessa tecnologia que foi, na verdade, expropriada delas.

Essa visão se deu no caso geral das ações afirmativas e ações afirmativas existem hoje nos Estados Unidos, como existem no Canadá, como existem na África do Sul, como existem na Finlândia, como existem na Índia, como existem na Austrália, em diversos países do mundo, diversas modalidades de ações afirmativas dos quais, talvez, a mais famosa, ou a que tenha tido mais repercussão seja o sistema de cotas para ingresso na Universidade, que trabalha com um binômio que para nós que somos da atividade jurídica, corresponde à tentativa de se fazer um juízo de razoabilidade de proporcionalidade ao dizer que as ações afirmativas dependem de reconhecimento e de reparação, para se reconhecer um grupo discriminado e repará-lo historicamente.

Quando nós fizemos a petição na Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o sistema de cotas nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro, nos valem de uma página de um eminente colega nosso, Procurador do Estado, um dos grandes sociólogos brasileiros, Raimundo Fauro (F), Fauro(F) demonstrava nessa página célebre que mais de 10 milhões de negros entraram no Brasil, foi um holocausto negro, em 300 anos. E que por conta disso a grande *commodity* para se usar um termo da contemporaneidade, o grande

valor, a grande mercadoria do Brasil colonial não foi o gado, não foi o café, não foi o ouro. A grande mercadoria foi o negro. E por conta dessa demonstração é que se vê o quanto se pode ter em termos de reconhecimento e a necessária reparação. É por isso que não temos mais dúvida nenhuma como disse muito bem o professor William Douglas acerca da constitucionalidade do sistema de cotas, da sua razoabilidade, da sua proporcionalidade. Evidentemente, que para afirmar isso nós temos que examinar cada lei, evidentemente que eu sou a favor do sistema de cotas e se houvesse uma cota de 80%, por exemplo, para negros, eu diria que essa cota é absurda. Por quê? Porque seria desproporcional, porque seria demasiada. Esse tipo de exame sempre deverá haver para que não se tenha desvios demagógicos, desvios que contemplem essa ideia de desproporcionalidade. Mas esses requisitos de reconhecimento e reparação a meu sentir não podem mais ser de alguma maneira, deixados de lado, não podem deixar de ser visualizados.

Num último encontro na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro uma das grandes lideranças acadêmicas do nosso departamento de sociologia, Professora Ângela Paiva, até citou com muita verve as origens da sociologia com Durkheim para dizer, as ações afirmativas, o sistema de cotas no Brasil hoje são um fato social. Não podem mais ser negados. Como não pode ser negada toda uma história de vários movimentos sociais que acaba desaguando em iniciativas legislativas no Congresso Nacional como é esse caso. E eu falo dessa experiência profissional e dessa experiência acadêmica e tento trazer aqui, até para bem do debate, pelo muito que eu vi aqui no nosso contraditório. É uma ideia muito poderosa trazida por uma grande professora do departamento de direito da PUC do Rio de Janeiro, que é Gisele Sitadino (F) com base numa formulação de Hebert Marquise (F), que é um dos marxistas finais da escola de Frankfurt que elaborou a teoria do duplo recalque. Mostrando que o trabalhador sofria o recalque original que todos nós sentimos em relação ao mundo que foi descrito por Freud, mas que sofria o segundo recalque que era o recalque da exploração.

E a professora Gisele apreendeu essa tese para demonstrar que o negro brasileiro sofre o triplo recalque, que sofre o recalque da orientação no mundo, sofre o recalque de ser trabalhador explorado e sofre finalmente, o recalque de ser negro. Eu trago aqui, o Professor William falou da experiência do branco pobre. Eu quero trazer aqui o meu depoimento de membro de uma família tradicional brasileira e de uma família tradicional de proprietários de escravos, de proprietários de milhares de escravos. Talvez este seja também um

encontro de reconhecimento de reparação que muitos membros de famílias tradicionais brasileiras deveriam fazer, de famílias que mataram negros, de famílias que perseguiram negros, de famílias que estupraram negras, de famílias como a minha. O Barão do Patti do Alferes, eu trago sempre nesse tipo de manifestação, esse livro de meu tetravô que é um livro básico da economia cafeeira e que demonstra mais do que tudo como que se pode reconhecer o negro como discriminado para efeito de reparação, porque não se só matou os negros, não se só explorou radicalmente o negro, não só se viciou e perseguiu o negro, como se fez uma teoria acerca disso.

Essa teoria é um livro do fazendeiro para seu filho, mostrando coisas como, por exemplo, como se deveria tratar o negro, dizer, por exemplo, que o patrão tem que sempre punir o negro, mas nunca punir demais para que ele não morra e não se perca uma coisa. Ele mostra na ponta do lápis que o trabalhador dito livre seria mais barato do que o escravo e prepara, sim, o grande problema de reparação que nós temos e que as ações afirmativas no sistema de cotas tentam de alguma maneira resolver que é o problema de nós não termos tido ação afirmativa em 1889 ou em 1888, como até já referido na correspondência particular da Princesa Izabel.

Este livro demonstra que o projeto da elite brasileira era subalternizar o negro, era marginalizar o negro, era não dar oportunidade ao negro quando se adotasse, definitivamente, o modo capitalista de produção no campo e a lei de terras de 1850 já preparava esse ambiente. Então, é este depoimento que eu também gostaria de trazer como membro de uma família tradicional brasileira e que pôde na sua atividade de Procurador de Estado e na sua atividade de professor, de alguma maneira rever esses conceitos e se ver diante da sua própria história. Não é fácil saber que o seu tetravô foi o algoz de Manoel Congo. Não é fácil saber que o seu tetravô escreveu um livro como esse que é uma Bíblia da perseguição específica do negro do Brasil. E por conta disso que nós podemos participar com muita felicidade dessa experiência do Rio de Janeiro ao qual eu chamo a atenção de V. Exas., que é a experiência das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro, que já está na segunda lei. Nós já passamos por 5 anos de cotas e estamos indo para mais 10 anos de cotas. E essa é uma das grandes virtudes do projeto, é manter a cota por 10 anos, porque há cursos superiores que terminam em cinco, há cursos superiores que terminam em seis, às vezes em sete, em 10 anos, em 5 anos não se pode avaliar cota nenhuma. Dez é o mínimo. E eu acredito que os

sistemas de cotas devam vigor por uma geração, ou seja, por 25 anos.

Existem dados estatísticos que mostram que se hoje todas as faculdades de medicina pública do Brasil admitissem em seus quadros somente negros, nós só iríamos ter metade de negros médicos brasileiros em 40 anos. Esses dados se ajustam a outros que são da minha experiência profissional de Procurador e de professor, de ver tanto na UERJ como na PUC os mais alunos de ação afirmativa serem tão bons quanto os outros e, muitas vezes, melhores. Eu já tenho a satisfação de ter no meu escritório de advocacia um jovem colega que veio do programa de ação afirmativa da PUC. É impressionante como esses meninos se dedicam mais e melhor do que aqueles que entraram na universidade simplesmente empurrados pela sua classe social ou pela sua condição social que acaba atendendo pelo nome equivocado, neste caso, de mérito.

Essa é uma das grandes virtudes que eu vejo no projeto é contemplar os 10 anos. Outra grande virtude é contemplar a autodeclaração. A autodeclaração é exatamente a forma ideal de reconhecimento para que haja reparação. A autodeclaração faz com que, pela primeira vez, seja virtuoso no Brasil se considerar negro. E nós no Estado do Rio de Janeiro resolvemos os problemas de fraude, como as fraudes devem ser tratadas, abrindo inquérito e punindo quem fez fraude. Não é possível que haja hoje a visão de que se tenha que ter o ônus da prova de ser negro depois de todas as vicissitudes que os negros historicamente passaram na nossa história, ainda vão ter que provar que são negros para ter um benefício. Evidentemente que o ônus da prova nesse caso é de quem exerce o correlato poder de polícia para saber se a pessoa deve ou não se inscrever na faculdade, na universidade, no vestibular.

Mais do que isso eu quero dizer que, muitas vezes, é uma advertência que faço, pequenas medidas administrativas podem frustrar grandes ideias Constitucionais. Um grande constitucionalista americano Bruce Ackerman (F) fala muito da revolta da instituição contra a Constituição.

Lá no Rio de Janeiro o primeiro vestibular admitia a inscrição de cotistas pela internet ou dos vestibulares subsequentes, eu recomendei que isso não fosse feito porque era um caminho para fraude. A autodeclaração é um momento solene que alguém presencialmente realiza. São detalhes que às vezes podem inviabilizar um sistema e são detalhes administrativos.

No mais eu quero agradecer profundamente, me dizer muito honrado como brasileiro de ver o Senado Federal encaminhar com tanta liberdade, com tanta democracia um tema polêmico como esse. E dizer

que nós na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, estaremos sempre abertos a quantas convocações forem feitas dessa natureza para que nós possamos chegar a, como disse o Professor William Douglas, ao projeto possível, ao projeto viável e eu encerro chamando a atenção de todos para que este é o projeto da não discriminação. Esse é o projeto da reconciliação do povo brasileiro. Esse é o projeto que pode apagar a mancha terrível que nós temos na história, a mancha que foi reafirmada na lei de terras de 1851, na abolição do tráfico negreiro, na abolição da escravidão e que só a Constituição de 1988 deu ao Estado o instrumental decisivo para que fosse apagada. Eu trago a reflexão dos senhores Senadores esses subsídios. Vou deixar aqui as leis Estaduais do Rio de Janeiro e embora acredite como o Dr. William Douglas, na laicidade do Estado, não posso deixar de ver esse projeto com a sua grande inspiração franciscana, mas não só com a grande inspiração franciscana, mas com a grande inspiração no sentido de justiça que tem o Rei Xangô. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exas., nós vamos fazer a troca agora de convidados e peço a V. Exas. que aguardem que oportunamente os Srs. e Sras. Senadores farão o questionamento. Agradeço pela participação. Convido para que possam sentar à Mesa o Sr. Daniel Cara da Campanha Mundial pelo Direito à Educação. O Sr. Wellington do Carmo Faria, da Coordenação do Movimento dos Sem Universidade, MSU. A Presidente da ONG Nação Mestiça, Helderli Castro de Sá Alves e o Dr. em geografia humana, Demétrio Magnoli. Concedo a palavra ao Sr. Daniel Cara da Campanha Mundial pelo Direito à Educação para a sua exposição, inicialmente por 10 minutos, mas havendo necessidade prorrogaremos.

SR. DANIEL CARA: Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, Demóstenes Torres, ao Senador Tasso Jereissati que foi o autor do requerimento que instituiu essa... solicitou e instituiu essa audiência pública e aos Senadores Cristovam Buarque e Ideli Salvatti que fizeram um adendo ao requerimento tornando esse momento um momento mais democrático e participativo.

Bom, antes de começar a discorrer sobre a posição da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e da Campanha Global pela Educação. Eu queria dizer um pouco o que são esses dois movimentos e o porquê que as duas campanhas apóiam esse projeto.

Bom, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação ela nasceu em 1999, fruto de uma articulação

da Sociedade Civil pelo tratado educação para todos. Hoje ela articula cerca de 200 instituições distribuídas pelo país e ela é diretora da campanha global pela educação e é daí que eu também represento aqui a Campanha Global pela Educação. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação teve como grande mérito e é citado, inclusive, esse ponto no relatório da Senadora Serys a aprovação e a implementação do FUNDEB, inclusive, a campanha recebe o prêmio Darcy Ribeiro por essa intervenção social.

O ano passado, para vocês terem uma ideia da abrangência da campanha, nós mobilizamos numa ação, que é a ação da Semana de Ação Mundial, mobilizamos mais de 90 mil integrantes, 90 mil ativistas, pela educação no país. Aí está à disposição do Comitê diretivo, o que demonstra a diversidade de atores que apóiam esse projeto, então, vai desde ONGs com ação educativa, Cedeca Ceará, Centro de Cultura Luiz Freire, que são ONGs tradicionais no campo brasileiro, passando por movimentos como o MST, a UNDIME e são gestores Municipais de educação que também apóiam esse projeto, a UNCME que são os Conselheiros Municipais de Educação que também apóiam esse projeto, e o MIEIB e aí é um pouco sobre a Campanha Global, Campanha Global mobiliza mais de 50 países, sendo 13 da América Latina em torno do tratado educação para todos, participa e monitora o grupo de alto nível da UNESCO, o Senador Cristovam Buarque, inclusive, é muito próximo da Campanha Global, já teve várias ações, principalmente com o nosso Presidente Kailash(F), realiza ações junto a Chefe de Estado e monitora Políticas Públicas em diversos países e é importante dizer que a campanha global acompanha o PLC 180 que aqui está sendo debatido.

Bom, a nossa estratégia de ação a gente trabalha com a ideia da educação de qualidade para todos e todas, na mesma linha que a Vera colocou anteriormente, a gente trabalha muito fortemente no aspecto do financiamento adequado da educação, da gestão democrática e da valorização dos profissionais da educação como uma estratégia para garantir a educação de qualidade para todos e todas.

Bom, aí agora entra no debate, propriamente dito, do por que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação apoia o PL 73 e agora o substitutivo do PL 73 o PLC 180. Primeiro lugar, o ponto fundamental de apoio da campanha é o fortalecimento da escola pública no sistema educacional brasileiro.

A campanha reconhece que o PLC ele tem um grande mérito e é um mérito indiscutível de retornar a atenção pública para a escola pública, o que significa que a possibilidade do ingresso de estudantes da escola pública na universidade através do PLC na cota de

50% ele pode significar o retorno da classe média para a escola pública, essa classe média, inclusive, deixou de participar da escola pública quando percebeu, inclusive, que seus filhos tinham dificuldade de ingressar na universidade se permanecessem na escola pública e acabou optando pelo ensino privado.

Outro aspecto fundamental é que o projeto trabalha o critério racial transversalmente. Isso é importante deixar claro que está tendo muita confusão na divulgação do projeto, um equívoco, inclusive, da imprensa que está interpretando que o critério racial ele é concorrente com o critério de renda. Na verdade, todo o critério do projeto racial e trata o IBGE como referência, o que significa que os brancos pobres não estão, não deixam de estar representados tanto na escola pública como também os brancos pobres fazem parte das estatísticas do IBGE.

Outro ponto fundamental é que o projeto ele é um projeto da sociedade, inúmeros ativistas, movimentos e conselhos e conferências apóiam esse projeto. Eu era vice-presidente do Conselho Nacional de Juventude e o Conselho, por exemplo, fez várias moções em defesa desse projeto, a Conferência Nacional de Educação Básica com mais de 20 mil participantes defendeu o projeto e considera que a aprovação desse projeto é imediato.

Outro aspecto importante, o projeto possui um forte caráter suprapartidário. É um projeto que foi iniciado pelo PFL, atual Democratas do Senador Demóstenes. É um projeto que depois teve a relatoria do PT, teve um apoio forte de negociação do PSDB, através da figura do ex-Ministro Paulo Renato, e é um projeto que agora está sendo relatado aqui no Senado pela Senadora Serys que é do PT novamente. Então, oposição e situação, oposição e Governo apóiam o projeto no seu caráter genérico e positivo para a educação pública brasileira. E outro aspecto fundamental, o projeto ele atualiza o debate em torno da rede pública de universidades em relação a rede privada. A gente teve um grande debate em torno do PROUNI, em termos de cotas, e o projeto tem o mérito de possibilitar que as universidades públicas tenham a mesma preocupação em relação à inclusão de negros, indígenas e pardos nos seus bancos, nas suas possibilidades de cursos.

Trazer para vocês aqui alguns elementos que tratam especificamente da importância da política de cotas e dos resultados da política de cotas. Eu peguei o caso aqui da UNB, porque a UNB é uma das universidades aqui mais próximas, uma das universidades federais mais importantes do país e a UNB publicou em agosto de 2008, um grande relatório que era um relatório conclusivo do desempenho dos alunos cotistas que ingressam em 2004. Nesse relatório o de-

sempenho acadêmico dos alunos da primeira turma de cotistas da UNB em 2004, ficou acima da média da instituição, eles obtiveram nota de 3,9 numa escala de 0 a 5, sendo que a média foi 3,8. Então, significa que os alunos de cotas conseguiram ter um desempenho bastante satisfatório, até melhor do que os demais alunos. Apenas 1%, isso é importante ressaltar, 1% apenas dos 378 estudantes que foram beneficiados pelo sistema de cotas abandonou os cursos. 44 desses 378 que se inscreveram em 19 cursos diferentes, com 4 anos de duração e tinham previsão de colar grau no 2º semestre de 2008. E outros optaram por cursos de 5 anos de duração e devem colar grau em 2009. Então, essa pesquisa ela trata dos primeiros alunos que se formam em 2008.

Em agosto de 2008 a UNB tinha 19583 alunos sendo que 2332, 11,19% entraram na universidade pelo sistema de cotas e aí a gente conhece bastante a realidade da UNB e percebe que na UNB a presença dos alunos cotistas, na verdade, modificou o caráter da universidade. E a universidade no seu princípio fundamental, no seu princípio fundador ela parte de um princípio de diversidade. Então, esses alunos de fato, estão fazendo diferença não só em termos de desempenho educacional, mas também em termos de desempenho de possibilitar os demais alunos um convívio social mais efetivo e real.

Um outro ponto importante é que há cotistas nos cursos de administração, ciências contábeis, arquivologia, biblioteconomia, enfermagem, estatística, comunicação social, pedagogia, educação física, ciências farmacêuticas, geografia, ciências biológicas, ciências sociais, letras, matemática, nutrição, ciência política, relações internacionais e serviço social. Então, resultado disso é que os cotistas, na verdade, eles estão, inclusive, num dos cursos mais concorridos da UNB que é precisamente o curso de relações internacionais e a UNB tem oferecido para o país uma série de embaixadores que a gente conhece no Instituto Rio Branco. Então, a política de cotas ela não interferiu na função do mérito, quer dizer, ela na verdade propiciou que alunos que estavam apartados do sistema educacional pudessem se integrar e pudessem se desenvolver através desse sistema.

Bom, em 4 de agosto, esse é um ponto interessante porque o outro debate que tem sido feito, além da crítica em relação ao mérito, é a crítica em relação ao futuro desses jovens. O quê que significa? Qual o futuro do jovem cotista? Em 4 de agosto de 2004 o Diário Correio Brasiliense divulgou a situação profissional de 38 dos 44 alunos que estavam prestes a concluir os seus cursos no 2º semestre de 2008. 57,9% ingressaram no mercado de trabalho. Essa é uma es-

tatística que, inclusive, na matéria do jornal é superior aos demais alunos. 18,4 estão concluindo estágios e 23,7 estão estudando para concursos públicos ou pós-graduação. Então, o resultado da política de cotas foi um resultado bastante positivo.

Outro ponto interessante, a revista da DUSP, a revista 43 da DUSP. A DUSP eu fui aluno de graduação e mestrado e ciência política na USP, a USP é uma das universidades onde mais o debate sobre o sistema de cotas ele pega. Onde debate fica mais acirrado, até porque tem muitas posições divergentes dentro da universidade. Mas a revista da DUSP ela publicou um artigo especial sobre cotas no exemplar 43, foi de junho de 2008 que ele aponta que 39 instituições públicas de Ensino Superior, sendo que 20 são universidades federais adotam sistema de cotas nos seus processos de admissão de alunos.

E na UFBA, que é o caso que eles mais estudam, 11 dos 18 cursos com maior concorrência na instituição tem os cotistas com resultado igual ou superior aos demais alunos, o que significa que a política de cotas em termos do argumento de mérito ela sem dúvida nenhuma é uma política que tem resultado positivo. E aí um ponto interessante do projeto, vinha conversando com o Professor Mulevad(F), que é assessor aqui do Senado, é que se a gente tem hoje 20 instituições de Ensino Superior Federais que já trabalham com o sistema de cotas, um grande mérito desse projeto e por isso que esse projeto precisa ser aprovado com extrema urgência pelo Senado Federal é que ele vai possibilitar a criação de um sistema único de cotas para essas universidades que já praticam a cota, o que significa um melhor desenvolvimento da política pública, uma melhor capacidade da sociedade analisar essa política pública e principalmente esse projeto vai possibilitar efetivamente um ingresso maior de estudantes na universidade pública, estudantes que estão apartados, partindo sempre do pressões posto de que o Brasil é uma democracia, o Brasil é uma República como coloca o art. 3º da Constituição que preza pela igualdade de direitos e na prática os negros eles acabam tendo, como muito bem colocou o Professor Werneck, acabam tendo seus direitos cotidianamente e historicamente violados. Esse projeto é uma possibilidade de propiciar uma mudança nesse quadro.

Então, além dos pontos que o Professor Werneck já colocou e o Professor William também já colocou, eu queria ressaltar só no relatório, no voto da Senadora Serys, queria ressaltar para concluir a conclusão do relatório dela que ela coloca que todos sabem que o PLC nº 180 de 2008 não resolverá todos os problemas da educação pública brasileira. Nem esse é o seu propósito e ela bem coloca isso porque de fato não é

o propósito. Mas representa a medida da mais alta importância que certamente renderá frutos importantes no sentido de se corrigir as desigualdades sociais. É disso que se trata, com o agravante de que quando se observa como se executa a política de cota e quando ela é executada com cuidado e com presteza, quer dizer, quando os atores públicos se preocupam em executar de maneira adequada a política de cotas o resultado como vocês podem perceber, só pelo caso da UNB, mas eu podia trazer o caso da Universidade de Sergipe, Universidade da Bahia; podia trazer o caso das Universidades do interior de Minas Gerais, quer dizer, praticamente todas as universidades federais que implementaram a política de cotas elas tiveram um bom resultado e isso não significou nenhum problema em termos da política de méritos e muito menos significou o fortalecimento da escola pública. E o mérito desse projeto é que além de fortalecer a política de cotas ele propicia o fortalecimento da escola pública que é a instituição republicana entre todas as instituições republicanas, sem dúvida, a mais importante porque é aquela que vai fazer com que o Brasil reproduza os valores da sua sociedade e propiciar para que todos os cidadãos brasileiros repensem em esses valores e, com certeza, reconstituem esse país num país justo, solidário e digno para todas as pessoas, não apenas para os brancos, para os brancos pobres e depois para os negros, para as mulheres negras numa cadeia de vulnerabilidade que todos vocês conhecem. Então, queria agradecer o convite do Senado, eu encerro aqui a minha apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra a Presidente da ONG Nação Mestiça Helderli Castro de Sá Alves.

SRA. HELDERLI CASTRO DE SÁ ALVES: Meu bom dia, não é. Eu não sei o horário, mas para mim ainda é bom dia porque ainda nós não almoçamos, então, eu saúdo à todos na pessoa do Presidente Senador Demóstenes Torres, no qual desde já agradecemos o convite que foi feito. A ONG Movimento Pardo Mestiço conhecido também como Nação Mestiça.

Primeiramente, eu gostaria de começar falando sobre o PL 180/08 que trata sobre cotas raciais e temos, um do nosso patrono chama-se Gilberto Freire e o outro chama-se Darcy Ribeiro, o qual eu queria iniciar com a seguinte frase. "A mestiçagem unifica os homens divididos pelos mitos raciais". Próximo.

O art. 3º que fala a questão, em cada instituição federal de Ensino Superior às vagas de que trata o art. 1º desta lei serão preenchidas a concurso, turno, por autodeclarados negros, pardos e indígenas. Próximo, por favor.

Bem, o art. 3º e 5º desse PL atribui ao IBGE a função de fornecer os dados populacionais para se estabelecer a proporção das cotas raciais de negros, pardos e indígenas, porém os dados do IBGE fornecidos, os dados populacionais fornecidos pelo IBGE têm dificuldade de apresentar a população rural dos diversos Estados como o Estado de Roraima, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. E a população indígena que apresenta grandes variações, segundo fornecidos pelo IBGE.

Bem, o que a gente vê segundo o gráfico que é apresentado que há uma variação constante, por exemplo, em 93 a população indígena na região Norte era 7435. Em 95, dois anos depois a gente viu um crescimento de 7 para 17 mil... e 17 mil. Aí 96 para 14, houve um declínio. E aí se vocês verem em 98, 30 mil. Em 99, de um ano para o outro, aumento de 63 mil indígenas e nós vamos ver no próximo lá, queria que passasse o próximo, por favor, a gente vê que como é nem que os filhos dos indígenas tivessem filhos todo o ano, como fala o IBGE ali, não daria para ter esse aumento todo. Então, o quê o IBGE fala como justificativa? Segundo o senso em 91, o percentual de indígena em relação à população total do brasileiro era 0,2, ou seja, 294 mil pessoas no país. Em 2000, 734 mil pessoas, 0,4 dos brasileiros, se autoidentificaram como indígenas, um crescimento absurdo, absoluto no período entre censos de 440 mil indivíduos ou aumento de 10,8%. A taxa de crescimento dentre todas as categorias de cor ou raça. O total do país apresentou no mesmo período um ritmo crescente de 1,6 ao ano.

Algumas possibilidades não excludentes podem explicar esse fenômeno. Crescimento vegetativo dos indígenas que ainda numa magnitude insuficiente para justificar esse aumento expressivo, aquilo que eu coloquei para vocês, Senadores. Nem se os indígenas tivessem filhos todos os dias não poderiam gerar tamanha variação que o IBGE apresenta. B: Imigração internacional originária dos países linfóticos(F) que tem autocontingente de população indígena com a Bolívia, Equador, Paraguai e Peru, ou seja, há indígenas vindo para o nosso país, então, seria também uma das justificativas do IBGE para o crescimento dos indígenas. C: Aumento da proporção de indígenas urbanizados que optaram por se declarar indígenas no senso de 2000 e que anteriormente se classificavam em outras categorias, incluindo aí pessoas que não se identificavam com etnias específicas, uma das hipóteses mais plausível. Próximo, por favor. Então... Próximo, por favor.

Então, o que a gente vê o quê que está acontecendo? Isso aí é uma justificativa do IBGE. No nosso Estado, a região Amazônica, e aí a gente cita, inclusive, esse caso aqui do que foi publicado na Veja em 14 de

dezembro de 2005, que diz o seguinte: *“Índios por imposição, criada há 30 anos a FUNAI tem uma história repleta de conflitos, mas a razão da polêmica começou há três meses em Mato Grosso, são surpreendentes. A fundação pretende demarcar reservas indígenas de cerca de 2 mil pessoas que moram na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia. Elas são conhecidas como Chiquitanos(F) descendentes de povos indígenas bolivianos, mas não se consideram índios, nem sequer se tratam como tal”*. Isso aí foi publicado na revista Veja, ou seja, estão obrigando o nosso povo a se declarar indígenas. Isso é um absurdo quando o Governo Federal começa a dizer às pessoas o que elas devem ser e não a autodeclaração. Próximo, por favor.

Outro exemplo, isso aí é no Amazonas, e por sinal é no interior do Amazonas que minha terra é Itacoatiara, no interior do Amazonas. Aí eu digo. Por que estão se autodeclarando indígenas? Aí saiu no jornal também, demarcação de 20 mil hectares de terra do Rio Urubu em Itacoatiara gera polêmica. A Comissão de antropólogos, inclusive, do Rio de Janeiro, criada em 86 e que nunca pisaram em nosso Estado gerou uma grande polêmica no Rio Urubu no Município de Itacoatiara a 270 quilômetros de Manaus. Trata-se de uma demarcação de 20 mil hectares de terra denominadas de indígenas, sem, contudo, possuir sequer no local que possa ser respaldada a criação de terra indígena, ou seja, nós os mestiços do Amazonas, ou nós, principalmente o interior, ou se declara indígenas ou simplesmente perdem sua terra, embora nós assim, como os afrodescendentes que diz que têm uma dívida histórica, os caboclos, os índios que estão aí que escaparam da escravidão. Os caboclos, os mestiços da Amazônia eles são descendentes do índio que foi escravizado. Próximo, por favor.

E aí esse mesmo, apesar de não ter indígena na minha terra. E eu digo por que moro, nasci lá, foi demarcado uma terra de forma brutal onde famílias tiveram que rasgar as suas identidades para se tornar indígena, ou então, perderiam a terra. E o Sr. Presidente assinou um decreto homologando, no dia 27 de outubro de 2004 foi demarcado essa reserva que nunca existiu indígenas. Próximo.

Destacamos a afirmação do IBGE, migração internacional originária dos países, teve alto contingente da população indígena. Já falei um pouco disso aí. Próximo, por favor.

A gente observa o art. 6º na questão Ministério da Educação e Secretaria Especial e Promoção da Igualdade Racial que seriam responsáveis pelo acompanhamento e avaliação desse programa e também a FUNAI. Próximo, por favor.

Atribui a CEPIS a função de acompanhamento do programa de cotas raciais, significa expor os caboclos e outros mestiços à sua política de negação da identidade mestiça e de imposição de identidade negra a pardos. Isso aí eu quero relatar também a vocês. Nós da Amazônia somos a mistura do indígena com o europeu, mas vocês vão ver mais tarde o gráfico que eu vou mostrar, o Estado de Roraima vai se tornar o Estado mais negro, mais negro do que a Bahia porque pela classificação da CEPIS e os dados está ali em cima, que foi tirado do próprio site da CEPIS onde a soma dos pretos com os pardo formam os negros, só que a realidade da Amazônia é totalmente diferente, só que pela política do Governo Federal nós vamos virar negros sem termos direito da autodeclaração. Próximo, por favor.

Aí o gráfico. Pelo critério adotado pela CEPIS, o Estado do Brasil, proporcionalmente, mais negro seria Roraima com 81% da população negra seguida pela Bahia de 76. É aquilo que eu falei para vocês, soma dos pardos formam os negros, embora nós sejamos mestiços de brancos com índios. Próximo, por favor.

Outra coisa interessante que eu queria colocar para vocês é o número de Delegados da Sociedade Civil da 2ª Conferência Nacional da Igualdade Racial que vai acontecer em Brasília no mês de junho dia 27 a 28. E eu queria chamar a atenção dos Senadores porque vocês também têm a responsabilidade como Senadores, como fiscalizadores do Poder Público. Então, na primeira conferência, a gente vê ali Sociedade Civil, número de Delegados da Sociedade Civil. Por coincidência onde tem população declarada mais negra houve um aumento de Delegados. Então, quando a gente fala Conferência da Igualdade Racial, a gente entende que é a igualdade para todos. Mas como vocês podem ver nesse gráfico está sendo priorizado uma etnia em vez do povo brasileiro. Próximo, por favor.

E aqui o Darcy Ribeiro, nosso patrono. Ele fala o seguinte. “Nós brasileiros somos um povo em ser impedido de sê-lo um povo mestiço no espírito, já que aqui a mestiçagem a mais foi crime ou pecado. Nelas fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos viveu por séculos sem consciência de si, assim, até se definir como uma nova identidade étnico nacional, a de brasileiros”. Então, se a gente for analisar a questão de raça, a raça não existe, porque o povo brasileiro foi construído em cima da sua mestiçagem. Não é a cor da pele que vai definir o homem porque se a gente fizer um exame geneticamente, conforme já foi comprovado, todo mundo é mestiço. E nós, Movimento Pardo Mestiço nos chamamos de mestiço e temos orgulho de nossas origens, do negro, do índio, do europeu. E nós usamos isso como forma

de combater. Por que discriminar o negro? Por que discriminar o indígena? E por que hoje discriminar o branco com cotas raciais? Então, hoje não cabe isso no Brasil.

E também nós trouxemos nossa proposta aqui. A proposta seria investimento na educação, o PROUNI também por renda, porque muitos já tiveram acesso, no Amazonas muitos estão entrando na faculdade, mas a renda é fundamental para isso. Não a discriminação por raça que isso levará o conflito que já está havendo no Amazonas, onde o movimento negro sempre nos persegue nas conferências dizendo que mestiços não existe, caboclo não existe, só tem que existir índio e negro. Para vocês terem uma ideia a conferência primeira tinha judeus e tinha brancos, hoje não tem mais brancos porque hoje o oprimido quer virar opressor e isso vocês, chamo a atenção dos Senadores, não podem deixar jamais que isso aconteça. A divisão do povo brasileiro. Isso aqui não é uma Ruanda, isso aqui não é os Estados Unidos que precisou de ações afirmativas para que o povo negro conseguisse chegar à universidade. Eu acho que todos nós somos capazes de nos capacitar e conseguir o nosso espaço. Então, seria isso...

E também, uma das propostas que a gente traz, inclusive, eu gostaria que o Senador Cristovam Buarque tivesse presente porque Darcy Ribeiro ele falava muito, o povo brasileiro, no seu livro e também defendia a escola integral. É disso que nós precisamos, é da escola integral, é dos cursos profissionalizantes de volta no Ensino Médio, porque de lá eles já tinham uma profissão para ganhar o seu pão de cada dia, não a escolha de raça. Para vocês terem uma ideia o Governo está sendo tão perverso com a gente, nós brasileiros, que eu fui fazer a inscrição do meu filho e lá eu tive que colocar qual era a raça dele. Uma criança que está no Ensino Básico. Fui fazer a matrícula da minha filha na CEFET(F), lá está a raça.

Então, Senadores, muito cuidado com esse projeto porque o Governo já está implantando a divisão racial no nosso país. O que eles querem de vocês é o aval de vocês para pregar o ódio que já está acontecendo na região Amazônica, onde o negro hoje persegue o mestiço, o caboclo e quem for contra a sua ideologia, e eu queria até denunciar aqui. O rapaz do FORAFRO da Amazônia foi ameaçado para não chegar até aqui porque tem posicionamento contra as cotas. Isso é um absurdo. Isso é policiamento ideológico, Sr. Presidente. Nos perseguem por sermos contra as cotas e sermos a favor de igualdade para todo o povo brasileiro. Muito obrigado. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao Dr. Demétrio Magnoli, Doutor em geografia humana.

SR. DEMÉTRIO MAGNOLI: Bom dia, boa tarde, Senadores, prazer imenso. Está dando para ouvir aqui o microfone? Dá para ouvir? Bem, Blumebargt(F), Buffon, Paul Broca, aqueles cientistas que no Século 19 inventaram o mito da raça, aqueles grandes personagens do racismo científico do século XIX, ficariam extremamente felizes se vivessem no Brasil nessa época. Nunca se falou tanto em raça. É coisa extraordinária, brancos, negros, pessoas roxas, cor de rosa, verdes, azuis, não é sobre isso a discussão. A nossa discussão é sobre o significado da nação. Não é sobre raças. A nossa discussão não é sobre raças, é sobre o sentido do princípio da igualdade perante a lei. A nossa discussão não é sobre raças, é sobre qual é o significado da política democrática, é sobre isso. A fonte dessas políticas de preferências raciais que hoje se propõe aqui no Brasil, nos moldes como elas aparecem no Brasil, é Richard Nixon. O discurso original dessas propostas é o discurso do Black Capitalism(F) que foi pronunciado em 1968 e deu origem as ordens executivas que em 69, 70 e 71 iniciaram os programas de preferências raciais nos Estados Unidos. Antes dessas ordens executivas de Nixon, a palavra ação afirmativa nas ordens executivas de Kennedy e de Johnson queria dizer: Não discriminação. A partir do discurso do Black Capitalism(F) de Nixon, passou a querer dizer: A chamada discriminação positiva. E isso inaugurou a política baseada na raça, a política contemporânea baseada na raça. A política contemporânea baseada na raça, eu agradeço se desligarem os celulares, Senadora, porque atrapalha. [soa a campainha]. A política contemporânea baseada na raça...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O senhor pode ter certeza que eu vou desligá-lo para atender a sua exigência tão importante...

SR. DEMÉTRIO MAGNOLI: Muito obrigado, Senadora. É assim que se faz sempre em locais públicos, Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Peço só ao nosso expositor que por imposição regimental o palestrante não pode polemizar com os Senadores.

SR. DEMÉTRIO MAGNOLI: Não, não, não estou polemizando, estou pedindo respeito a um debate público.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vai haver.

[soa a campainha].

SR. DEMÉTRIO MAGNOLI: Essa política iniciada, por favor, Senadora, essa política iniciada por Richard

Nixon em 68 é a política pela qual o poder político, os grandes partidos políticos, o Governo se associa a Organizações Não Governamentais que se apresentam como representantes de grupos raciais. É essa a articulação política que tem sentido eleitoral, que tem o sentido de criação de clientelas e que tem o sentido da promoção de campanhas eleitorais, que é o verdadeiro fundamento da política iniciada por Nixon.

Exatamente, os mesmos argumentos invocados em 68 naquele discurso são invocados hoje pelos Defensores das políticas de cotas raciais e de preferência raciais em geral. São dois grandes argumentos ao redor dos quais essa discussão gira. O primeiro argumento. Devemos fazer preferências raciais para fazer reparação à escravidão, esse argumento é de uma demagogia barata inacreditável, porque ela se baseia na suposta ignorância da genética de Mendel. Quem defende esse argumento finge, porque não é verdade, mas finge que fugiu às aulas de genética na escola, no colégio. Pessoas brancas têm ancestrais negros. Pessoas negras têm ancestrais brancos, isso não é uma grande novidade. Sabe-se disso há 80 anos. E, entretanto, se criou o conceito de que os negros atuais vão receber vantagens, preferências, cotas, porque eles estão reparando os sofrimentos dos negros do tempo da escravidão.

Ora, isso em primeiro lugar é desconhecer a biologia mendeliana ou fingir desconhecer, e em segundo lugar desconhecer a história. Negros venderam negros como escravos na África. Brancos e negros se associaram para fazer o tráfico negreiro. O reino do Daomé foi um grande reino escravista, baseado em negros que pediam para ser incorporado ao Império do Brasil, no momento em que a Inglaterra combatia o tráfico, para que a venda de escravos do Daomé para o Brasil não fosse tráfico internacional, mas apenas uma transferência interna. Aqui no Brasil grandes traficantes do Rio de Janeiro eram mulatos. Negros que deixaram de ser escravos compraram escravos e se tornaram proprietários de escravos.

Quando hoje se diz, essa pessoa em função da sua cor da pele representa os escravos negros, isso é uma mitologia extraordinária para ocultar e esconder um jogo político com um sentido bem atual que não tem nada a ver com o século XIX. O segundo argumento, que normalmente se usa desde Nixon, é fazer inclusão social. Ora, no quadro desse Projeto de Lei falar em inclusão social é uma piada macabra. Quer dizer, que inclusão social significa diferenciar os alunos das escolas públicas pela cor da sua pele. É isso que é inclusão social, Senadores. É chegar numa escola pública e dizer: "Em função da cor da pele, você, filho de trabalhador dará lugar a você, também, filho

de trabalhador, porque assim os proprietários de escravos estão pagando o seu, a sua dívida histórica em relação à escravidão". É macabro.

As elites desse país agora vão pagar pela escravidão do Século XIX, e então nós dividimos os alunos de escolas públicas em dois grupos de raça e dizemos: "Você tem certos direitos e você tem outros". Ora, a elite não está nem aí com essa conversa. A elite de fato não precisa sequer das Universidades Federais. Ela manda os seus filhos para estudar nas Universidades estrangeiras. A elite de verdade não precisa de Universidades Públicas, ela cria as suas próprias Universidades privadas de qualidade, quando isso for necessário. Ninguém aqui está falando da elite. Isso é demagogia. O que se está falando é do povo, se está falando dos trabalhadores, porque a verdadeira finalidade desses projetos não está nem no argumento nº 1 de reparação à escravidão, nem no argumento nº 2 de fazer inclusão social.

A verdadeira finalidade desses projetos é produzir raça, é fazer no Brasil aquilo que a história do Brasil não fez. É corrigir, na opinião de quem quer isso, a História do Brasil. É fazer o Brasil se tornar algo parecido com os Estados Unidos onde as pessoas se definem pela raça. E é difícil fazer isso, por favor, vamos dar uma olhadinha nesse gráfico, antes o anterior, o anterior. Isso aí é o gráfico do número de alunos do Ensino Médio por raça, cor no Brasil 2007, Censo Escolar do INEP, esse gráfico é oficial. Tudo o que está escrito aí, está escrito nessa linguagem oficial, que eu não escreveria jamais. E aí está escrito que 67,56% dos alunos do Ensino Médio do Brasil inteiro se recusam a declarar a raça. [soa a campainha]

O Ministro Tarso Genro quando era Ministro da Classificação Racial, desculpa, Ministro da Educação, impôs às escolas o estabelecimento de uma ficha de matrícula com declaração de raça. É desobediência civil, Tarso Genro. Os alunos não declaram a sua raça. Eu achei, quando matriculei a minha filha na escola, que ao escrever raça humana nesse quadradinho que Tarso Genro inventou para a gente declarar a raça, eu estava adotando uma atitude vanguardista e depois quando eu vi o Censo Escolar do INEP eu descobri que eu sou igual a 70% dos brasileiros, que não declaram a raça. Tarso Genro, é preciso chamar a polícia para obrigar as pessoas a fazerem o que o Estado quer, declararem a sua raça.

É preciso colocar a polícia nas filas de matrícula na escola, para as pessoas declararem a sua raça, porque o que se quer, vamos passar para o segundo, é fazer isso. Essa é uma classe de alunos de escola pública no Rio de Janeiro. Obrigado, Ivone, pelas fotos. Eles são brasileiros só. O que se pretende com esse

tipo de lei é passar, vamos ver o seguinte, é passar uma fronteira no meio dessa classe. E ao se passar uma fronteira no meio dessa classe, no meio dos ônibus, no meio das favelas, no meio do povo, no meio das periferias, ainda se passa essa fronteira dizendo que é para a elite pagar alguma coisa. Isso é que é macabro.

Vamos ver o terceiro. Esses alunos, esses alunos são do Ensino Médio, de uma escola pública no Rio de Janeiro. Eles ainda não aprenderam aquilo que o Estado está se preparando para ensinar a eles. Vamos ver aqui o que o Estado quer ensinar para eles. O que essa lei faz é isso que eu fiz em cima dessa foto, separa as pessoas da raça errada, as pessoas da cor errada, e diz o seguinte: "Vocês não são mais colegas, vocês não são mais filhos de trabalhadores e brasileiros apenas, vocês são representantes de raças, porque a elite política do Brasil resolveu que assim é mais legal, que tem que ter representantes de raças. Então, vocês cumprirão esse papel".

Vamos ver o próximo. Essa turma está junta, mas o Estado pedagogo, é um Estado pedagogo que nós criamos, um Estado que entra nas classes e classifica a raça dos alunos. O Estado pedagogo vai ensinar essa nova lição para os alunos. Ensinar para os alunos qual é a sua verdadeira identidade racial. Se disse aqui nessa Mesa que a autodeclaração é um momento solene. É, exatamente isso. Cada aluno deve ir para a frente e se classificar num grupo de raça, depois isso vai ser policiado, depois uma Comissão de professores, de ONGs, um Tribunal racial vai dizer quem fraudou. Mas o importante não é isso, o importante é o que vem antes, é que cada um assuma uma nova identidade, eu sou negro, eu sou branco, eu tenho raça, essa é a proposta, é a única proposta. Vamos ver a próxima. As raças não existem, mas têm um jeito de criar raças. O único jeito de criar raças é através da lei. Raças sequer precisam de cor da pele para existir. Ruanda mostra isso, nós podemos ter hutus e tutsis com a mesma cor da pele. Raças não precisam de cor da pele, nem de língua diferente, não precisam nenhuma diferença, basta uma marca de casta, você cria raças. Você cria raças como você quiser.

A UNB cria raças diferentes da Federal do Rio Grande do Sul, porque o seu Tribunal Racial é diferente. Não importa a confusão, importa que exista a raça como realidade política no país. Vamos ver o próximo. Tem alguma coisa errada nessa foto? Veja só, Tarso Genro, Ministro, o que essas duas meninas tão amigas estão conversando? Essa menina à minha direita, que na classificação dos classificadores de raça, é branca, representante da elite, representante dos proprietários de escravos do passado, essa menina aí ela não enten-

deu [soa a campainha] que a menina à esquerda não é do grupo dela, que ela é um elemento errado.

Vamos ver uma próxima foto que eu já estou terminando. O Ministério da Educação vai dar um jeito no que está acontecendo aí. Deu um jeito. Cada uma para o seu lado. É essa lei que vocês querem aprovar. Não tem nada a ver com inclusão racial, com inclusão social, é dividir alunos de escola pública no meio, é essa vergonha que está se discutindo aqui. Nós vamos começar bem cedinho no 1º grau, na 5ª série a falar uma lição que os professores não estão falando, mas nós vamos ensinar os professores a falar, bem cedinho essa turma aí vai descobrir que existe sangue e ancestralidade, que eles não são brasileiros, [soa a campainha] que eles são partes de grupos humanos diferentes, e que a lei vai tornar diferentes porque vão ter um destino diferente na hora do vestibular, na hora da faculdade. Nós vamos distribuir direito. Olha aí as duas meninas aí. Elas estão enganadas, uma representa a elite, outra os antigos escravos. Elas não são filhos de trabalhadores brasileiros que estudam numa escola pública. Elas não vão ter melhores professores nem melhores... E os professores não vão ter melhores salários. As escolas públicas vão continuar arruinadas porque nós vamos resolver esse problema da seguinte forma: Separando.

Vamos fechar, porque já me pediram para fechar, nós vamos cancelar a mestiçagem em nome do mito da raça, viva Blumenbargt (F), viva Buffon, viva Paul Broca, porque isso serve a interesses políticos [soa a campainha] muito práticos e muito concretos, de elites políticas, ONGs, fundações, que fazem as suas carreiras com base na manutenção da ruína do ensino público e na divisão do Brasil em grupos raciais. O problema disso não está na Universidade. As consequências disso não recaem sobre a Universidade, não há nenhum problema para a Universidade ter cotas raciais. A vítima disso não é a Universidade, é a nação. E não é no presente, é no futuro. No futuro próximo, no futuro dos nossos filhos. Para alguns aqui no futuro dos nossos netos. Parabéns, Senadores, viva Blumenbargt(F), viva Paul Broca há, viva Buffon, voltamos ao tempo das raças.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu pediria a todos aqueles que estão fazendo a exposição que nós respeitemos o art. 94 do Regimento Interno da Casa, que diz o seguinte: Os depoimentos serão prestados por escrito e de forma conclusiva ou se de outra forma assim determinar a Comissão. No caso, está sendo feita uma exposição. No parágrafo 3º diz o seguinte: "O orador terá o mesmo prazo para responder a cada Senador sendo-lhe vedado interpelar os membros dessa Comissão".

Nesse caso, nós vimos uma interpelação do professor Demétrio Magnoli, professor respeitável, a quem nós fizemos o convite e que a Casa se sente orgulhosa de tê-lo, mas precisamos respeitar o regimento. Interpelação direta a um Senador, Senador quando comete uma falha, funcione ou não funcione nós temos uma Corregedoria internamente para que possa apurar esses deslizes. E mais. Quando é uma coisa corriqueira que atrapalha, pode o Presidente ser alertado para que tome a devida providência.

Então, eu peço aos senhores que são nossos convidados até para que eu possa manter também o silêncio da platéia, uma vez que eu estou, apliquei o regimento em cima da platéia que os senhores convidados também respeitem o regimento da Casa. Agradeço a todos os senhores e passo a palavra para Wellington, o senhor Wellington do Carmo Faria da coordenação do Movimento dos Sem-Universidade – MSU.

SR. WELLINGTON DO CARMO FARIA: Bom dia ou boa tarde a todos, pelo avançado da hora. Primeiro eu queria, já fui apresentado, eu sou o Wellington do Carmo Faria, sou da coordenação nacional do Movimento dos Sem-Universidade, que representa milhares de estudantes do Brasil que estão fora da Universidade ou que estão fora dos cursos de pós-graduação, e que têm dificuldade na permanência na Universidade Pública.

Herdamos essa luta dos excedentes da década de 60, inclusive, alguns foram perseguidos e até mortos, e, lembro aqui, do Edson Luiz por esta causa, por lutar contra a exclusão da Universidade, por lutar pelo acesso à Universidade Pública. E queria dizer que quando falamos nesta política pública, dizemos que ela não é uma migalha, tanto que uma expectativa das pessoas do movimento, e de outros que compartilham conosco da nossa luta é que sejamos recebidos hoje no Palácio do Planalto pelo senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E esperamos também sermos recebidos numa Comissão com a relatora Serys e o Senador Lobo Filho, pelo Presidente do Senado Federal dessa Casa, Senador José Sarney.

Queria dizer também que tudo o que foi dito aqui contra o projeto de reserva de vagas não invalida o nosso debate, não invalida que possamos chegar a um consenso a respeito da matéria, porque para nós também como dizia o político e educador Anísio Teixeira: “Educação não é privilégio, educação é um direito que vem desde o ensino fundamental, o ensino médio e a Universidade”. E a população pobre deste país tem o direito de à educação nas três esferas, e lutamos por isso também.

Queria dizer que, há 10 anos, tramita neste Congresso Nacional, nas duas Casas Legislativas, por

iniciativa da nobre Deputada dos Democratas, Nice Lobão, o Projeto de Lei 73/99 transformado em Projeto de Lei Complementar 180 em 2008 que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas instituições Federais de Ensino Técnico, a partir da reserva de vagas para 50% de estudantes oriundos de escolas públicas, respeitando a metade desses oriundos de famílias de baixa renda cuja renda per capita seja inferior a um salário e meio, e ainda, observando no mínimo a proporção de brancos, negros e indígenas de cada Estado, conforme o último senso do IBGE. E falo, cito aqui os brancos também, os brancos pobres, principalmente, é só a gente pensar na questão da complementariedade desta lei.

O próprio Presidente dessa Casa, Senador José Sarney, que representa essa instituição que é o pilar da democracia brasileira, já havia apresentado em 2001 outro projeto reservando vagas para negros nas Universidades, no momento em que ocorria na África do Sul a terceira Conferência Internacional contra a discriminação racial e xenofobia, cujo então Presidente da República, na época, Fernando Henrique Cardoso, havia recomendado à delegação brasileira a defender o sistema de reserva de vagas. Também cito aqui, que o Senador José Fogaça do PMDB, do Rio Grande do Sul, havia dito à mesma época que o caminho para uma melhor distribuição de renda no Brasil, passa pela discriminação positiva dos negros. Assim sendo, as expressões que do momento e, aliás, eu queria aproveitar para defender aqui a política da CEPPIR, porque é uma política de promoção da igualdade racial, e não simplesmente separando os segmentos como segmentos raciais, e nesse sentido defendendo também a reserva de vagas nas escolas públicas para brancos, negros e indígenas. São políticas afirmativas, são de caráter discriminatório sim, mas uma discriminação positiva.

E defendemos, sim, que a exemplo dos Estados Unidos, o nosso país, também, experimente essa possibilidade da ascensão dos negros nesse país, a partir da educação superior. Assim como acreditamos na superação do atual vestibular para instrumentos mais democráticos de acesso, acreditamos que a reserva de vagas, prevista nessa lei, seja transitória, até que se equilibre socialmente o acesso. O próprio art. 8º do Projeto de Lei Complementar 180 prevê um prazo de quatro anos para adaptação das instituições podendo variar o percentual a partir de 25% de reserva de vagas. Não significa que não discutimos também a qualidade, consideramos a necessidade de lutar para que haja capacitação do corpo docente, melhoria do nível salarial, melhoria nas bibliotecas, laboratórios e demais equipamentos de ensino, tanto a nível Federal, quanto

no Ensino Médio e no Ensino Fundamental. O Senador Marco Maciel dos Democratas escreveu, recentemente, um artigo publicado num jornal do meu Estado de Minas Gerais, que eu saúdo aqui os Senadores mineiros, com o título: "O Estado Partidário". Inspirado numa idéia de Hans Kelsen pela qual dizia, que é impossível a prática da democracia sem a existência dos partidos políticos. Assim, acreditamos também, na capacidade dos partidos de garantir e promover a democracia. E ela também se dá através da aprovação da lei de reserva de vagas, para equilibrar o ingresso de brancos, negros, indígenas na Universidade Pública.

Apelamos, então, para o suprapartidarismo político na análise dessa matéria. Aliás, este é o grande projeto suprapartidário do Congresso, pois, como disse foi apresentado pela Nice Lobão do DEM, já foi defendido por Marco Maciel, Senador do DEM, Antero Paes de Barros, em 99, na época, pelo PSDB, também defendeu esse projeto, assim como foi citado aqui Paulo Renato, Marconi Perillo, um jovem Governador de Goiás, apaixonado pela escola pública que trouxe a Universidade Pública para o projeto [soa a campanha] de origem da Senadora Ideli. E que o Senador Cristovam Buarque, na época, a frente da Comissão de Educação, encaminhou a matéria para o projeto ser definido em caráter terminativo. Assim, também, temos aí na base do Governo, vários que já se manifestaram: como Renato Casagrande, do PSB; Marcelo Crivella, do PRB; vários no PMDB, estando aqui Pedro Simon que, inclusive, disse que os negros não podem ter reserva de vagas somente na cadeia. A nossa luta ela não é nova como já disse anteriormente, nós a herdamos da bandeira do movimento dos excedentes da década de 60 e aqui conosco tem várias organizações que também defendem o projeto de reserva, temos aqui a UBES, temos aqui a UNE, temos também a associação do PROUNI, vários que defendem e que estão conosco nessa luta.

Também queria lembrar que hoje na Comissão de Direitos Humanos, tivemos a participação aqui do Marcos Cardoso, que é da confederação das entidades negras, que também citou uma reportagem que eu queria mostrar aqui para vocês, que mostra a atriz Andréa Beltrão, que quer matricular seus filhos na Universidade Pública, para que eles possam aprender com a diversidade, e diversidade também é fazer com que essa convivência aconteça, e ela é necessária que aconteça também na Universidade. Então, portanto, o projeto de reserva de vagas não separa, não exclui, ele tenta equilibrar, pensemos nessa questão do equilíbrio. São 160 anos do nascimento de Joaquim Nabuco, e como também foi dito aqui, anteriormente, na Comissão de Direitos Humanos, que eu pude participar um

pouco antes de vir para cá, a escravidão é uma característica nacional do Brasil, este era o pensamento de Joaquim Nabuco. Não podemos deixar que essa característica vigore nas nossas discussões, que na verdade poderiam ser direcionadas para o mesmo fim, para o fim do equilíbrio.

E aqui no Senado, aqui nessa mesma Casa, tivemos em 2004, a vitória do PROUNI, que foi uma vitória puxada pelo Movimento dos Sem-Universidade, juntamente depois com outras forças. Mas que esse sistema de bolsa do PROUNI, aí nós fechamos uma questão. Não podemos também aprovar um sistema de bolsas assim como aprovamos com muita facilidade, para a iniciativa... Para as Universidades privadas, também, a Universidade Pública, essa é uma questão que eu queria deixar. E, aí, eu queria dizer também que a questão da mestiçagem, ela também é uma questão que aponta também para essa promoção da igualdade. Não podemos tratar a questão da mestiçagem como um ponto que vai nos levar a pensar que estamos sendo desiguais. E, aí, dizer também que é muito fácil, há muitos segmentos, a polícia também, a polícia ao longo da história, por mais que nós comemoramos aqui o avanço, ela consegue reconhecer facilmente um negro. E, aí, eu queria dizer, gente, finalmente, pela minha experiência pessoal, eu sou... Quando eu cursei graduação numa Universidade Pública de Minas, eu, na verdade, moro numa comunidade de periferia, sou professor numa escola pública de periferia, [soa a campanha] tenho também.

Estou concluindo. Uma experiência que nos levou a esse Movimento dos Sem Universidade, que é um movimento substitutivo, que fazem parte dele todos que abraçam essa causa, a ser voluntário numa rede de cursinhos populares, que, aliás, se expandiram, né, e aqui eu saúdo eles como o resgate, o fruto dessa luta pela promoção da igualdade de todos perante a essa... A esse Projeto de Lei Complementar que estamos aqui defendendo. E dizer que na convivência na periferia como educador e como membro desse movimento, que luta por esse direito a gente percebe uma outra faceta dessa história, que é a convivência com a realidade dura [soa a campanha] que muitos alunos estão enfrentando hoje no Ensino Fundamental...

E, assim, eu gostaria de agradecer e dizer que todos tenham esse esforço de pensar no equilíbrio, porque o que estamos construindo para o acesso à Universidade Pública é o que nós queremos também atingir, para que não aconteça o que aconteceu comigo, quando eu perguntei para um aluno meu do Ensino Fundamental o quê que ele estava, o quê que ele queria na escola ao não querer estudar, ele disse que estava ali para vender droga. E eu acho que é muito duro um

professor ouvir isso. E da mesma forma eu acho que a preocupação com Segurança Pública ela também vai ao encontro da gente melhorar, melhorar muito essa possibilidade que a partir do equilíbrio nós tenhamos [soa a campainha] um Brasil melhor. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a todos os componentes da Mesa. Vamos novamente trocar os convidados de lugar. E agora faremos a última rodada, em seguida todos voltam para a Mesa, para que nós possamos fazer os questionamentos. Convido a senhora Rosani Fernandes Kaingang, do Fórum da Educação Indígena, e o cientista político Bolívar Lamounier para que venham para a Mesa. Fazer um... Colocar umas cadeiras aqui ao lado. Não, não... Só mais dois. Com a palavra a senhora Rosani Fernandes Kaingang do Fórum de Educação Indígena, inicialmente por 10 minutos.

SRA. ROSANI FERNANDES: Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Rosani Fernandes, eu sou do povo Kaingang, moro hoje com os kikategê(F) no Estado do Pará. Sou mestrandia em Direitos Humanos pelo programa de pós-graduação da UFPA, no Pará, estou no curso por uma ação afirmativa da UFPA, que reserva duas vagas no seu programa de pós-graduação em Direito, para povos indígenas. Sou bolsista da Fundação FORJ(F), sou assessora pedagógica do povo kikategê(F), sou indígena, fiz toda a minha escolaridade em escolas públicas, meu Magistério. Quando ingressei com todas as dificuldades no Ensino Superior, eu não tive a possibilidade de estudar numa escola pública. Não tive a possibilidade de estudar numa Universidade Pública em Excelência, em ensino, pesquisa e extensão. Eu fui para uma Universidade Particular, é o caminho que a maioria dos graduandos, dos indígenas, aliás, os poucos indígenas que têm conseguido chegar, é o caminho que nós temos trilhado, com muita dificuldade. Só consegui fazer minha graduação em pedagogia por meio de uma parceria da instituição particular aonde eu estudei com a FUNAI que me garantia fazer o curso sem pagamento. Foi a única possibilidade de poder estudar. Hoje eu faço Mestrado em Direito, como resultado de uma ação afirmativa.

Hoje, podemos discutir, podemos levar possibilidades de elaboração de estratégias, para nossas comunidades, mediante aquisição desses conhecimentos. Quero primeiro fazer uma retrospectiva histórica da relação do Estado Brasileiro com os povos indígenas. Uma relação que foi pautada na negação das diferenças culturais, dos cinco milhões de indígenas que viviam aqui, quando o Brasil foi invadido, e quase exterminados, políticas coloniais que visavam primeiro a negação da própria humanidade indígena, da própria humanidade nossa, enquanto pessoas, enquanto

seres humanos. Essa política cruel que varreu... Que regou o Território Nacional com o sangue dos povos indígenas, não pode ser esquecida. O Estado Brasileiro historicamente tem tido uma política marcada pela exclusão. Nós povos indígenas estamos, sim, excluídos das Universidades. Não temos tido oportunidades de acesso, porque a nossa história enquanto povos, enquanto coletividade, é, sim, uma história de exclusão. O Serviço de Proteção ao Índio, serviço instituído pelo Governo Brasileiro, foi pautado na negação da diferença cultural, foi pautado, sim, no desrespeito aos nossos costumes, aos nossos valores, aos nossos sistemas educacionais, foi pautado numa idéia de integração que não respeitou as nossas particularidades, as nossas línguas.

Na década de 70 o movimento indígena, então, se organiza, então, busca apoio de Organizações da Sociedade Civil mostrando que os povos indígenas resistiram, hoje somos 220 povos, sim, só no Estado do Pará são 56 povos, que não têm tido acesso à Universidade Pública. Muitos dos nossos alunos indígenas no Estado do Pará têm saído do seu Estado para ir para o Paraná que tem, sim, política de reserva de vagas para indígenas, têm saído do nosso Estado para ir para o Tocantins, que tem política de ação afirmativa. Um Estado que se reconhece, que quer se admitir multicultural, pluriétnico, tem, sim, que reconhecer que esses povos têm que ter um tratamento diferenciado. Se queremos pensar em melhoria de qualidade de vida, em acesso a educação de qualidade têm que se pensar em critérios diferenciados para a entrada dos povos indígenas, dos negros, das populações pobres nas Universidades Públicas. Essa relação do Estado Brasileiro que negou as nossas diferenças culturais linguísticas, nossas identidades, nossas trajetórias, que são específicas, que são diversas, também levou para nossas comunidades escolas que visavam a integração forçada, a negação das nossas línguas. Se hoje nós resistimos, resistimos foi por conta da nossa força, da nossa luta, da nossa organização.

A pressão do movimento indígena culminou, sim, com o art. 231 da Constituição Federal que reconhece e que avança no tratamento legal dos povos indígenas, reconhecendo o nosso direito à Organização Social, aos nossos costumes, as nossas línguas, as crenças, as tradições e os direitos originários sobre as terras que nós ocupamos, competindo, então, à união demarcar, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Apesar desses avanços legais na prática e elaboração das políticas voltadas para os povos indígenas, e as ações das instituições que atuam junto às nossas comunidades, ainda são na maioria pautadas pelo colonialismo interno, que nega a nossa capaci-

dade, a nossa capacidade indígena de atuação, que nega a nossa diferencia cultural e procura perpetuar os quadros de dominação, os quadros de submissão em detrimento da nossa autonomia, da nossa autodeterminação. As escolas indígenas têm presenciado, sim, um grande crescimento. Apesar de não serem nos níveis de qualidade almejados. Em 1975 eram 11 mil alunos indígenas, em 90 eram 754 escolas e 40 mil alunos indígenas. Em 2002 são 1706 escolas e 117 mil e 446 alunos indígenas. Em 2006 são 2422 escolas e 772 mil 591 alunos indígenas. No Ensino Médio nós tivemos um crescimento significativo, apesar ainda das deficiências de oferta nas nossas aldeias, podemos comemorar um crescimento na demanda de 565% no Ensino Médio para povos indígenas.

Com base nesses dados podemos concluir que é crescente e notória a demanda dos nossos povos por ensino superior, nas mais diversas áreas do conhecimento. Ingressar nas Universidades Públicas, para nós é a possibilidade de articular o conhecimento dos nossos povos com os demais conhecimentos, para elaboração de estratégias de enfrentamento dos problemas e obstáculos impostos pelas políticas que nem sempre contemplam as diversidades culturais dos povos indígenas. Como, por exemplo, uma forma de resistir a drástica redução dos nossos territórios, as frequentes invasões das nossas terras por empreendimentos econômicos como: barragens, Rodovias, Ferrovias, linhas de transmissão de energia, que derubam as nossas matas, inundam nossas aldeias e, principalmente, resistir contra essa instabilidade na garantia dos direitos já conquistados, que são constantemente questionados, ameaçados, e, por que não dizer, negados em favor de interesse de grupos econômicos, de elites brasileiras que têm interesse, sim, na riqueza dos nossos territórios.

Esse colonialismo que é perpetuado, sim, nos discursos. Quem não quer ver índio nas instituições públicas de ensino? Quem não quer que nós estejamos capacitados para discutir nosso direito a educação, nosso direito a terra, nosso direito à saúde, nosso direito a estar nas instituições públicas de ensino, são aquelas pessoas que têm interesse nos nossos territórios, são pessoas que continuam reproduzindo discurso colonial, que acham que nós somos atraso para o progresso nacional. Não somos atraso. Estamos aqui, sim, sobrevivemos, queremos estar nas Universidades Públicas, para voltar para nossas comunidades, para valorizar mais nossas culturas, para ser, sim, referenciais na discussão dos direitos indígenas.

Nós queremos ser protagonistas, não queremos mais ser somente alvo das Políticas Públicas. Quando tem um episódio, um acontecimento, uma discussão,

lá está a FUNAI, mais uma vez a tutela, a idéia da tutela do estatuto do índio de 73 superada na teoria pela Constituição, ainda está em prática, ainda nos tratam como selvagens, [soa a campainha] ainda nos tratam como aqueles protetores da mata, aquela visão romântica e nos negam um direito a ser cidadãos. Não queremos mais ser somente... Pensar que o nosso lugar é lá nas aldeias. É. Queremos estar nos nossos territórios, queremos ter educação que valoriza nossa cultura, nossa tradição, os nossos costumes, mas queremos, sim, sair das nossas aldeias, ir para as Universidades, nos apropriar dos conhecimentos que vocês também têm, é um direito nosso, dialogar com os professores, dialogar com os alunos, como é que vocês querem, como é que o Estado Brasileiro quer ser multicultural, se não favorece a inclusão dos mais de 200 povos indígenas?

A maioria dos alunos indígenas, das lideranças indígenas que passaram pelas instituições, hoje, são protagonistas na luta pela defesa dos direitos indígenas. Será que isso já não basta, Senadores, para votar a favor da inclusão social dos povos indígenas, dos negros, dos pobres, nas instituições públicas? Será que mais uma vez nós vamos ser relegados à exclusão? Dizem que não existe racismo na sociedade brasileira. Existe, sim! E eu sinto isso na minha pele. Muitas pessoas nos olham por aí quando estamos pintados, quando estamos vestindo nossas roupas, quando falamos a nossa língua como se fôssemos ETs(F), porque o povo brasileiro não está habituado a conviver com a diferença, porque as Universidades não estão preparadas, muitas vezes, para conviver com a diferença. Como é que queremos construir um país multicultural, um país pluriétnico, se não admite-se a convivência com o diferente, com aqueles que foram excluídos da história do Brasil.

O que constatamos, infelizmente, a ineficácia das políticas até o momento, ainda que temos iniciativas e Universidades que têm conseguido, sim, integrar alunos indígenas nos cursos de direito, administração, educação, que têm favorecido, sim, a inclusão dos povos indígenas, negros, pobres, no Ensino Superior. Mas ainda não há no Brasil uma política pública consistente que garanta o acesso, a permanência e a formação dos povos indígenas no Ensino Superior. O que presenciamos, então, são iniciativas isoladas, desconectadas, que buscam responder de forma independente e isoladas as demandas. Mas que estão longe de significar o ideal de igualdade de acesso e permanência, almejado pelos nossos povos.

O problema do acesso dos povos indígenas ao Ensino Superior não é a baixa escolaridade, mas o não reconhecimento, o não respeito e a não promo-

ção dos valores de visões de mundo diferenciados, que existem no Brasil. O horizonte das discussões acerca da inclusão dos povos indígenas precisa ser ampliado. Superar o preconceito e o etnocentrismo, o colonialismo europeu que ainda impera nas Políticas Públicas no Brasil, é imperioso para que nós construamos um Estado Democrático. Nós queremos, sim, estar no Ensino Superior. Nós queremos, sim, estar preparados para defender o direito dos nossos povos. Queremos, sim, melhorar os níveis de educação ofertados nas nossas aldeias.

Eu quero contar um relato aos senhores Senadores. No Estado do Pará são poucas as aldeias que têm ainda Ensino Médio, que tem Ensino Médio. Nós reivindicamos, brigamos, cobramos. Hoje nós temos Ensino Médio na nossa aldeia. Quando ligamos para a Secretaria de Educação, solicitando materiais para nossas escolas, solicitando cadeiras para os alunos sentarem, nós ouvimos de uma pessoa dizendo assim: “Para onde é essas cadeiras”? “É para uma escola indígena”. Sabe o que a pessoa respondeu? “Por que esses índios não sentam no chão? Por que esses índios não sentam num pedaço de pau”? Nós estamos há mais de 20 anos de uma Constituição Brasileira de caráter pluricultural, que ainda nos negam o direito à educação. Se as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação ainda são orientadas por esse tipo de discurso, cabe a nós, lideranças indígenas, marcar nossa presença e dizer: “Nós queremos, sim, fazer parte dessa história, não como excluídos, não como aquele povo que foi, que teve negada a sua condição cultural, que teve negada a sua condição linguística, que teve negada a sua identidade. Estamos aqui para reafirmar nossas identidades históricas, sim, porque somos diferentes. Temos concepções de mundo diferenciadas, coletivas, que não são pautadas na exploração das florestas, que não são pautadas na exploração do outro. Mas que são pautadas, sobretudo, no bem-estar coletivo”. A PL 180 é, sim, atende o tripé de justiça, adequação e eficiência [soa a campainha].

É uma questão de justiça porque proporcionar a educação de qualidade aos povos indígenas, negros, pobres, é estratégico para a superação das desigualdades, mesmo que muitas pessoas neguem, dizem que não há, há sim desigualdades no nosso país. Ainda presentes e arraigados nessa sociedade brasileira. Portanto, é uma demanda justa. É adequada sim porque a ação objetiva é romper os limites da baixa qualidade do ensino e ampliar a oferta de educação superior para povos indígenas. É eficiente, sim, porque proporcionará o retorno quase que imediato dos resultados das nossas comunidades. Na medida em que os profissionais indígenas se formam e retornam para

nossas aldeias poderão agir de forma substancial na melhoria da qualidade de ensino ofertada nas nossas escolas, poderão agir na promoção da qualidade da saúde, enfim, na elaboração e execução de projetos que visem a melhoria da qualidade de vida dos nossos povos. [soa a campainha]

Para concluir, que as experiências que nós, que eu, enquanto acadêmica indígena, e todos os nossos companheiros que passaram pelas Universidades, de dificuldades que passamos, de restrições, de muitas vezes passar fome, lutas, impossibilidades, limitações, preconceitos, não sejam discursos recorrentes dos que nos seguirão.

Nosso desejo e a nossa esperança enquanto povos indígenas é que os próximos relatos de experiência dos acadêmicos indígenas informem boas notícias, sobre o acesso às Universidades Públicas, sobre a permanência, sobre a formação, sobre uma atuação direta com suas comunidades. E o que os senhores e senhoras, e que... Vocês parlamentares, senhores e senhoras, façam parte dessa história, como aqueles que contribuíram para que a justiça fosse feita e igualdade fosse realidade nesse país de desigualdade chamado Brasil. E aqui eu quero invocar a Boaventura Souza Santos. “Temos o direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos o direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza”. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao cientista político Bolívar Lamounier, inicialmente por 10 minutos.

SR. BOLÍVAR LAMOUNIER: Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, público aqui presente, profissionais, meu boa tarde a todos, colega de Mesa, a quem ouvi com muita atenção e respeito. Eu queria, inicialmente, manifestar a honra que elevado grau me trouxe a esta audiência, recebi esse convite com muita alegria e muito contentamento, e aqui vim para tentar prestar uma colaboração. Eu não vou, senhor Presidente, fugir à regra, dizer duas ou três coisas a meu próprio respeito, inicialmente. Eu creio que, pelo menos, duas, eu acredito que possam ser relevantes para caracterização aqui dos expositores, no meu caso também.

A primeira, que eu vivi por vários anos nos Estados Unidos, conheço bem o país, inclusive, eu sou dos Estados Unidos. Então, quando eu vejo algumas comparações, algumas indicações a respeito do tratamento da questão racial nos Estados Unidos, e aqui, eu, às vezes, me escandalizo como se o nosso débito histórico fosse escandaloso, ao passo que o dos Estados Unidos as questões teriam sido melhor encaminhadas.

Eu de início quero rejeitar essa tese com base tanto no que estudei como cientista político, como no que vivi conhecendo bastante bem Mississippi, Alabama, Geórgia e outros Estados dos Estados Unidos. Quero também dizer que estive várias vezes, talvez, umas 10, na África do Sul, e cheguei a organizar um livro comparativo com outros colegas acadêmicos da África do Sul, se chama "Brasil e África do Sul: Perspectivas Comparadas"(F), publicado tanto lá como aqui, em que tive a ocasião, então, de estudar vários aspectos desse assunto e, mais uma vez, eu creio que é uma experiência relevante, não digo para...

Em primeira mão, porque em primeira mão a gente estuda, mas para amadurecer o julgamento, a avaliação, o juízo, porque eu acho que isso é importante num projeto como esse que é tão polêmico, tão novo na maneira de tratar os assuntos. Do ponto de vista pessoal eu não posso negar que pertenço ao que o nosso querido ex-Governador, Cláudio Lembo, designou como a elite branca, na designação da professora Vera Fávero, eu estaria bem mais para Moema do que para Perus porque já sou um profissional estabelecido. Entretanto, eu gostaria de dizer também que guardo com muito carinho, como uma relíquia a minha primeira carteira de trabalho que eu tirei aos 13 anos com autorização especial do Juizado de Menores. É claro que no sertão de Minas Gerais, na zona rural, isso nem seria necessário, porque as crianças trabalharam bem antes dessa idade. Mas, com isso, então, quero dizer que embora eu deva ter, atualmente, uma certa aparência de elite branca eu tenha alguma experiência do ponto de vista social, que eu acredito, me dê, não vou dizer autoridade, mas pelo menos alguma sensibilidade ao que está sendo discutido.

Entrando, Sr. Presidente, na matéria, eu queria dizer como leigo em direito que o projeto me parece flagrantemente inconstitucional. Eu digo, flagrantemente, gritantemente, inconstitucional. Se uma pessoa concorre a uma vaga na Universidade com 100% de chances e a outra com 80% de chances, é claro que a segunda pessoa está sendo prejudicada com base numa distinção ou diferença que é o que a Lei Maior expressamente veda. Portanto, me parece fora de dúvida que quando se reservam vagas, quando se subtraem algumas vagas para competidores, não estão mais em igualdade de condição, e conseqüentemente a lei, a Constituição está sendo flagrantemente violada, por esse simples artifício aritmético. Agora, eu não quero me deter tanto nas considerações específicas tanto foi dito, tantas colocações, tão fascinantes, foram aqui trazidas, que eu queria me concentrar num único ponto, num único ponto. E este ponto é a absoluta des-

proporção que há no projeto entre o objetivo visado e os meios a que ele recorre.

O objetivo visado que é facilitar a entrada nas Universidades Públicas de um contingente reconhecidamente modesto, de pessoas pertencentes a minorias, os próprios Defensores do projeto disseram aqui várias vezes que não é solução, é apenas uma ajuda, é um complemento, não é uma coisa sequer numericamente de grande importância. Portanto, se reconhece que no que se refere ao objetivo, é um objetivo modesto, o projeto é quase que inócuo, como medida, de reforma educacional, de reforma... Já nem falo de inclusão social que já seria um despropósito. Portanto, o objetivo é modesto. Mas o meio, senhor Presidente, o meio, aqui no art. 3º está nada mais nada menos do que uma mudança profunda no Direito Brasileiro.

Aqui no art. 3º está se propondo adotar a figura jurídica raça como critério de política pública no Brasil, coisa que nós não temos há mais de um século, graças a Deus, não temos e eu espero que não venhamos a ter, porque seria uma tragédia para o Brasil como nação se nós de repente a pretexto de resolver um problema que já se vem resolvendo, bem ou mal, na prática, o Datafolha mostrou que o preconceito está diminuindo, a pretexto, ou fascinados ou seduzidos pela miragem de que por este caminho estamos resolvendo um problema, vamos criar um muito pior, que é a racialização no Brasil, o ânimo, às vezes, bastante acalorado das discussões que eu tenho visto pelo Brasil afora em torno dessa matéria já são uma premiere, senhor Presidente, já são uma indicação do que nós vamos ver, num prazo relativamente curto, se em cada escola, em cada Universidade, em cada exame vestibular e daqui a pouco em cada emprego público, porque isso aqui é um começo, em cada empresa, alguém tiver que decidir quem tem o privilégio, o benefício da reserva de vagas, e quem não tem. Nós vamos ver conflitos muito sérios. Alguém disse aqui com muita propriedade, acho que é um ponto que deve ficar martelado, profundamente. Aqui não se trata de elite/povo, aqui se trata de uma divisão dentro do povo. Sobre a ilusão, a miragem de se facilitar o ingresso na Universidade de um minúsculo contingente de estudantes, que já concluíram o 2º Grau, portanto, desprivilegiados não são, já são da classe média, seduzidos com a miragem de ajudá-los um pouquinho mais, um empurrãozinho para que entrem na Universidade.

Nós vamos aqui, semear o racismo e graves conflitos sociais. E se, queira Deus, que não, mas se um dia o ambiente político brasileiro for diferente, a existência da figura racial no nosso Direito Público, pode ser usado ao contrário também, por que não? Pode ser usado para vários propósitos diferentes do que,

subjetivamente, se está pretendendo neste momento. Então, eu queria... Peço a permissão dos senhores, eu repito, sou leigo em direito, mas eu peço permissão para salientar este ponto, que o art. 3º traz um cavalo de Tróia, um cavalo de Tróia com muito pouca munição dentro dele, porque o que se resolve com ele é quase nada, mas é um cavalo de Tróia que do ponto de vista do precedente jurídico é gravíssimo, [soa a campanha] nada mais nada menos, do que a racialização, um começo de racialização do Direito Brasileiro. É a criação de uma figura que nós não tivemos na nossa história republicana. Em nenhum momento, se adotou, em nenhum Governo, nenhum regime, nem mesmo nas ditaduras a idéia de que raça pudesse servir como critério para Políticas Públicas. Certamente não em educação, não sei se em alguma, quero crer que nenhuma, nenhum Governo usou.

Pelo contrário. Pelo contrário, o que nos moveu nesses mais de 100 anos foi um orgulho que hoje tende a ser ironizado, ridicularizado, mas um orgulho, que eu acho, justificado, de termos trabalhado na direção certa. Talvez tenhamos investido pouco, talvez tenha faltado sinceridade em alguns momentos, mas nós trabalhamos no sentido de eliminar a raça como critério. No mesmo ano de 48 em que na África do Sul se estabelecia o apartheid, aqui bem ou mal, tínhamos a lei Afonso Arinos, sendo também promulgada que ia na direção oposta. Então, eu creio que este projeto, esse art. 3º, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é uma ameaça de nos colocar numa situação de um colossal retrocesso, do ponto de vista jurídico.

A lei nem sempre produz todas as suas consequências boas ou más, nem sempre ela produz todas as consequências, mas eu suponho que os senhores, aqui, se guiam pelo potencial do que pode acontecer com a lei ser aplicada dessa ou daquela maneira. E eu digo: "O potencial desse art. 3º e futuramente porque eu tenho certeza que virão depois desse, artigos semelhantes se tratando de emprego, é gravíssimo". Eu queria ver uma fila com o desemprego que está começando a correr no Brasil, uma fila de desempregados concorrendo a 50 vagas e lá pelas tantas fica se sabendo que dez delas estão reservadas a pessoas, igualzinho ao senhor, a mim, com ligeiras tonalidades de cor, mas eles têm uma chance mais alta do que o senhor, do que eu, do que o Senador Tasso Jereissati, porque tem uma matiz de cor diferente. Porque o senhor não se surpreenda, assim como aumentou o número de pardos e de negros na região Amazônica, recentemente, nós vamos ter nos próximos centros uma quantidade espantosa de pardos, eu creio, que vá chegar a 80%, se o artigo for aprovado, se o projeto for aprovado.

Então, as consequências do ponto de vista, primeiro, práticas me parecem graves, graves. Do ponto de vista mais amplo, não quero dizer teórico, também prático, mas do ponto de vista mais amplo, do símbolo de nacionalidade que nós, graças a Deus, temos por mais que hoje os ironize, eu creio, que é uma retrocesso terrível, um povo que se acostumou a se ver como plural, porém uno, eu sou brasileiro, eu não quero me chamar de eurodescendente. Os japoneses que eu conheço em São Paulo não se denominam nipodescendentes, se denominam brasileiros, nasceram no Brasil. De repente nós vamos começar a criar segmentos descendentes de alguma coisa, porque há uma lei, como disse muito bem o Demétrio, há uma lei, há uma providência estatal, que manda separar as pessoas em função de supostas origens. Supostas, porque nem isso nós sabemos direito.

Então, eu pergunto, diante de uma tal desproporção entre o objetivo visado, que é quase nada, eu posso facilmente imaginar várias maneiras de acelerar a entrada de pessoas de cor, de indígenas nas Universidades, sem nenhuma necessidade de uma medida imperativa, porque aqui se falou afirmativa, se falou positiva, mas não se falou a palavra real. Aqui se trata de uma medida imperativa. Aqui se trata do poder do Estado. O poder do Estado é imperativo. Então, em vez de uma providência obrigatória, imperativa, mandatória, com pequeno efeito, nós podemos imaginar várias outras maneiras, curso de reforço, bolsa de estudo, curso noturno, não sei mais o que, as Universidades sabem fazer isso muito bem, que facilite essa absorção, sem nenhuma necessidade, seja de uma aplicação homogênea, simétrica no país inteiro que é próprio da lei, seja no caráter imperativo. Não há necessidade disto. O meio é absolutamente impróprio, inadequado ao objetivo visado. [soa a campanha].

O porque não pensarmos em soluções múltiplas? Nesta matéria, eu tenho certeza, que a realidade do Paraná é uma, Pernambuco é outra, Minas Gerais é outra, cada Estado terá uma situação muito diferente, as próprias ONGs que se apresentaram aqui, Senador, vêm desenvolvendo um trabalho que é do tipo, que eu acho, que deve ser feito. Eu os aplaudo no sentido de fortalecer o meio, a experiência, a experiência escolar de estudantes para que eles entrem com mais facilidade nos cursos superiores, aqueles em que estão. Por que não aumentar esse tipo de experiência? Por que introduzir um elemento imperativo numa medida desse tamaninho ao preço, ao custo, de trazer de contrabando uma racialização do Direito Brasileiro? Esta é a pergunta que eu queria deixar no ar para os senhores. [soa a campanha]. Por que não perseverarmos. E eu repito. Por mais que hoje se ironize, por mais que

queiramos dizer, porque nós vivemos uma época de teodicéia, todos aqui se lembram da palavra teodicéia, aquela parte da teologia que busca a origem do mal. O Brasil está imerso na teodicéia, a origem do mal é o Pedro Álvares Cabral, é o Século XVI, é o século XVII, é difícil saber a origem do mal. O processo histórico é tão complexo, é tão lento, tem tantas influências, é só eliminando, fazer tábula rasa de tudo o que é processo histórico, tudo o que nós aprendemos a título de processo histórico é que se pode raciocinar dessa maneira. O mal que nós vivemos hoje se deve ao Brasil ter sido descoberto. O Brasil ter sido descoberto na ótica de certas teorias que eu tenho ouvido foi um mal, é uma espécie de pecado original que nós temos que pagar, expurgar. Não, senhores Senadores, eu não penso assim não... [soa a campainha]

Eu tenho muito orgulho desse país. Acho que esse país fez historicamente uma tarefa de construção extraordinária, é muito difícil nós encontrarmos um país neste nível de desenvolvimento, com esse grau de desigualdade social, praticando a democracia que nós praticamos. E quando se citam aqui todas as estatísticas teodiceias eu, então, cito a do nosso eleitorado de 68% da população, igual ou melhor do que qualquer país da Europa. Por que não citamos esta? Não. Eu acho que nós deveríamos procurar meios mais adequados ao fim, em primeiro lugar, esse projeto certamente não o é. Peço vênia, peço desculpas aos formuladores, os que o apóiam, mas eu tenho a convicção profunda de que ele não é, e pior, que ele caminha na condição contrária e envolvendo altos riscos. Segundo. Por que não começarmos um trabalho de botar a cabeça um pouco para fora, aquilo que o saudoso Otto Lara Resende[soa a campainha] chamava de farol alto, farol alto, vamos ver o país um pouco mais ao longe, um pouco mais com senso histórico, de onde nós viemos, onde nós estamos, as questões educacionais brasileiras, as questões residuais de desigualdade entre gêneros, entre etnias estão se resolvendo e podem ser, a solução pode ser acelerada.

Não vou dizer, facilmente, isso seria demagogia, mas pode ser acelerada com muitas soluções diferentes. Eu me permitiria lembrar, o Senador por Minas Gerais não está aqui, meu querido... Mas a Universidade de Minas Gerais instituiu nos anos 50, um programa de bolsas de estudo sem o qual eu não estaria aqui, senhor Presidente. Eu vim de longe, eu vim do sertão. Há coisas que uma medida simples, tópica, pode resolver sem que a ela se deva ou se possa, ou se necessite [soa a campainha] atribuir qualquer caráter imperativo.

Então, concluindo, a mensagem que eu se eu posso chamar de mensagem, a mensagem que eu

gostaria de deixar, é o apelo que lhes faço, é que leiam e releiam várias vezes o art. 3º à luz da experiência histórica total do Brasil, e à luz da história jurídica total do Brasil. Quem o fizer verá ali um cavalo de Tróia, um ovo de serpente, uma coisa muito séria que se está plantando. Isto no futuro vai ser usado para o bem, para o mal, o direito não é subjetivo. O direito não é subjetivo. Nós devemos escrever aquilo em que nós temos uma certeza subjetiva razoável. E esse artigo é subjetivo. Ele está contando que podemos racializar o Brasil e não acontece nada. Não vai haver conflitos raciais, não vai piorar. O preconceito racial não diminui nem aumenta linearmente. [soa a campainha] Países que já diminuíram muito o preconceito, de repente o vêem surgindo, novamente, senhor Presidente. Quem é que não está vendo na França, na Espanha, na Itália, uma manifestação que ninguém imaginava que houvesse, de fortíssimo preconceito racial? Isso pode acontecer aqui também. Se eu for julgar pelas consequências que eu já observo, simplesmente pela discussão desse projeto, eu me inclino a ver as coisas de uma maneira um pouco pessimista. Então, esta era a mensagem que eu lhes queria deixar, e agradeço novamente a honra desse convite, o prazer de participar com uma bancada tão qualificada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a todos os convidados. Peço que permaneçam na Mesa a Sra. Rosani Fernandes Kaingang e o cientista político Bolívar Lamounier, e peço que venham compor novamente a mesa...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, já abriu a lista de inscrição?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. V. Exa, inclusive, está inscrito. Eu, então, convido o professor em geografia humana, Demétrio Magnoli; a Presidente da ONG Nação Mestiça, Heuderli Castro de Sá Alves; o Presidente do Fórum Afro da Amazônia, Francisco Johnny Rodrigues Silva; a coordenadora do Movimento Negro Socialista de Santa Catarina, Vera Fávero; o Dr. William Douglas, da coordenação da Educafro; o Dr. Augusto Werneck, Procurador do Estado e professor da PUC; o Sr. Daniel Cara, da Campanha Mundial pelo Direito à Educação; o Sr. Wellington do Carmo Faria, da coordenação do Movimento dos Sem Universidade – MSU, para que voltem à Mesa para que possamos iniciar o debate. Tem prioridade para as perguntas quem fez o requerimento, os Senadores que fizeram os requerimentos. Senador Tasso Jereissati declina de usar a palavra.

A palavra, então, pela ordem, será deferida à Senadora Ideli Salvatti, em seguida ao Senador Marcelo Crivella e finalmente ao Senador Lobão Filho e Senador Eduardo Suplicy. Outros Srs. Senadores estão inscri-

tos, se retornarem terão a prioridade para que possam usar da palavra. Eu vou usar do seguinte critério. Os Senadores, as Senadoras e os Srs. Senadores deverão fazer a sua peroração, digamos assim, em seguida, dirigir a palavra a um ou mais de um expositores, não a generalidade, temos 10 aqui, então, não vamos concluir. Então, o Senador pode escolher aquele expositor que ele deseja questionar. Inicialmente defiro a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem, Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu encaminharia como sugestão a essa Presidência, que permitisse que os Senadores fizessem as perguntas em bloco, para depois pudessem ser respondidas também em bloco e não individualmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Acolhida a sugestão de V. Exa. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nossa aniversariante do dia de hoje a quem eu parabeno e felicito pelo magnífico trabalho que vem desempenhando nessa Casa. Parabéns, Senadora Ideli.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sem necessidade de citar a idade, viu, Presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Endosso por todos nós.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, mas eu não tenho nenhum problema com a minha idade não, 5.7 muito bem vividos, inclusive, se alguma justificativa eu tenho que dar a esta Comissão era o principal motivo de eu estar com o celular ligado, eu não tinha como desligar o meu celular no dia do meu aniversário com tantas pessoas, né, tentando se comunicar comigo. Eu não pretendo fazer nenhuma... Nenhum questionamento, Senador Demóstenes, eu desejo apenas fazer algumas observações e agradecer a presença, né, dos 10 convidados que vieram aqui para que nós pudessemos na hora da deliberação termos todos os elementos necessários para deliberarmos correta e adequadamente sobre um tema que é um tema que suscita paixões por todos os lados, de todas as formas, de todos os tipos, de todos os tons.

E é um tema que é impressionante, porque, talvez, os segmentos sociais que vivem a discriminação têm uma sensibilidade para perceber quando o estigma está presente e quando o posicionamento de quem

se pronuncia é visível, é presente, é claro, é explícito. Eu digo isso como integrante de um setor social que sofre discriminação, que são as mulheres. Ou não tem discriminação? Ou não tem violência? Nós mulheres que podemos avaliar isso, efetivamente. E tanto isto é verdade, é real, é concreto, que nós temos evoluído em termos de Legislação, inclusive, com cotas para o estímulo. Resolve? Não. Não é só uma medida que resolve. Obviamente todos nós sabemos. Então, esta questão, assim, a gente... Quem pertence ao segmento que é discriminado, que sofre a violência percebe longe o viés machista, racista, elitista e sob alguns aspectos até fascista, percebe de longe quando isto vem. Mas de qualquer forma num tema como o que nos move na busca de aprovar algum aprimoramento Legislativo para tentar contribuir com a solução de um problema concreto e real, que mais do que ninguém os segmentos que sofrem por não ter o acesso à Universidade Pública, a escola técnica pública, que é disso que nós estamos falando. Nós não estamos falando. O projeto ele tem este objetivo, garantir que as instituições de ensino públicas, principalmente de nível superior, principalmente as profissionalizantes, possam oportunizar àqueles que por uma série de situações seja social, seja étnica, tenha dificuldade de acessar, dificuldade. Não tenha a mesma oportunidade.

É interessante porque aqui das posições que foram apresentadas, nós tivemos diversos posicionamentos e eu queria, aqui, inclusive registrar, eu não concordo com o posicionamento que o Prof. Lamounier colocou, mas eu adorei como ele começou. Porque ele começou assim: Eu vim aqui para contribuir com a discussão, ou seja, eu vou dar a minha opinião, vou dar a minha posição, o acúmulo que eu tenho da minha experiência como cientista político para contribuir com o debate. Porque nós podemos ter divergências a respeito da receita, da receita, de como nós vamos resolver o problema. Agora, querer mascarar, querer, entende, dizer que não existe discriminação, que não existe diferença social, que não existe diferença étnica, que não existe isso no Brasil, podemos até comparar com outros países, pode ser que aqui tenha menos, pode ser que lá tenha mais, mas dizer que não existe é algo que não se pode admitir.

Nós temos algumas experiências de cotas já colocadas. Eu acho que as experiências e os resultados das cotas, elas nos subsidiam, subsidiam, inclusive, do meu ponto de vista positivamente. Quando nós debatemos aqui para votar o PROUNI, gente, o que tinha de argumento de que ia cair a qualidade da educação brasileira, que as instituições privadas de ensino de auto excelência iam perder a qualidade, e está aí agora o ENADE comprovando que os primeiros lugares

de praticamente todos os cursos aonde têm alunos do PROUNI, os primeiros lugares são, exatamente, daqueles que ao não ter nenhuma oportunidade, se agarraram na oportunidade, fizeram todo o possível para não desperdiçar a oportunidade, inclusive, superando a média geral.

Eu queria dizer algumas questões ainda. O projeto que veio da Câmara é um projeto que faz quatro cortes. Do meu ponto de vista, quatro cortes é, absolutamente, impossível de a gente poder ter uma viabilidade, porque faz o corte separando metade das vagas para quem vem de escola pública, depois nesta metade de quem vem de escola pública faz corte por renda até 1,5 salário mínimo per capita, aí faz o corte étnico, dependendo do percentual de cada Estado, de brancos, negros, pardos, índios, e tal, ainda introduz a questão do portador de necessidades especiais, deficiente também separando um pouco. E ainda, por último, coloca o tal do coeficiente de rendimento que ainda não existe, vai ter que ser criado. Quando nós aprovamos aqui no Senado o projeto, inclusive, foi uma discussão muito interessante porque foi em cima do projeto de minha autoria agora no ano passado, meu projeto era bem humilde. Ele apenas colocava, ele tinha três artigos, ele reservava 50% das vagas para alunos que tivessem frequentado a escola pública nas instituições de ensino profissionalizante Federal. E nos 50% estabelecia no percentual de cada Estado a questão étnica também. E acabava por aí. No debate para minha surpresa, nada mais nada menos, do que o Senador Marconi Perillo, do PSDB, foi quem introduziu: “Mas se nós vamos aprovar para as instituições profissionalizantes, por que nós já não aprovamos para... Também as nossas instituições de Ensino Superior”? E aí foi construído e saiu aqui, né, do Senado o Projeto de Lei nº 546 que, inicialmente, era o meu projeto com esta sugestão acrescida da sugestão do Senador Marconi Perillo, mas é um projeto muito mais simples que traz muito menos polêmica, e ele é muito mais, eu diria até viável à sua implementação.

É claro que todos nós, o que nós queremos mesmo quem está advogando, defendendo e querendo que a gente avance nesta área. O que nós queremos é que vire lei, que a gente possa aprovar, que o debate. E aqui se deixar, Senador Demóstenes, nós vamos fazer mais 20 audiências e não vamos chegar. E vai chegar uma hora que nós vamos ter que decidir, nós vamos ter que votar, e para isso é que serve o Parlamento, a opinião pública, os especialistas, os representantes do movimento social, trazem o seu ponto de vista, trazem a sua percepção e nós como representantes, Delegados pelo povo brasileiro, vamos votar, vamos decidir pelo voto. Se como tem, inclusive, no próprio projeto

tem processo de revisão, de períodos em períodos, se a gente perceber do resultado que não foi suficiente, se revisa, se modifica.

Hoje, os resultados das cotas e do PROUNI demonstram que têm dado resultado positivo, resolve o problema da discriminação, resolve integralmente o problema da inclusão social. Eu tenho a convicção de que não. Contribui. Aí eu acho que contribui. Eu acho que é uma contribuição que nós temos obrigação de fazer para buscar a solução. E por isso que se nós pudéssemos, entende, Senador Demóstenes, afunilar para a votação, tem aí já a proposta de nova audiência, eu tenho entendimento de que nós deveríamos nos encaminharmos para a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Até para concordar com V. Exa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Foram bastante substanciais as contribuições aqui, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Mas acontece que hoje eu recebi a visita do Ministro da igualdade racial, Edson Santos de Souza, pedindo para que fosse ouvido. E também aparece um novo problema. Os reitores das Universidades Federais eles nem discutem cotas, mas eles não admitem 50%. Acham que é um número exorbitante, 50% das cotas, 50% das vagas para cotas, qualquer que seja a espécie, com cotas ou sem cotas, mas não admitem esse tamanho. Então, pelo menos esses dois, um que se ofereceu, um que pediu para ser ouvido...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas veja bem, Senador Demóstenes. Como é que os reitores podem se incomodar com a cota de 50% de aluno oriundo de escola pública?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se for assim eu acho até que nós conseguimos...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque veja bem, há 10, 12 anos atrás, os alunos que terminavam o ensino médio no Brasil, de instituições públicas, de instituições privadas, eram um número quase igual na ordem de uns 300, 300 e poucos mil alunos que eram formados, concluíam o ensino de 2º Grau, Ensino Médio na rede privada a rede pública de ensino. Hoje, hoje a rede pública de ensino dá a oportunidade de concluir o ensino médio, 10, quase 12 vezes mais do que a rede privada. E quando a gente pega as instituições Federais de ensino vai ver lá na correlação de quem passa no vestibular, quem a oportunidade de passar no vestibular é totalmente distorcido, é totalmente o inverso da realidade da conclusão do Ensino

Médio. Então, não tem jeito Senador Demóstenes, nós temos que avançar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Temos que avançar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós poderíamos fazer mais essa audiência a pedido do...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós poderemos fazer audiência e votar na semana que vem?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Podemos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Acho que nós podemos fazer esse compromisso?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu topo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vamos fazer a audiência e vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Na quarta-feira nós não temos como fazer...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Concordo totalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Porque já está marcado aqui o Ministro Paulo Vannuchi por solicitação do Senador Dornelles. Então, a não ser que nós façamos a audiência...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós podemos negociar com o Senador Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E aquela proposta que eu já fiz de nós fazermos três reuniões por semana, mas os líderes não estão se reunindo, eu não estive atendendo até a solicitação de V. Exa., não tive como fazer a exposição.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Demóstenes, eu tenho certeza que o Senador Dornelles atenderia a um pedido da Comissão para nós adiarmos a da semana que vem com o Ministro Vannuchi(F), para nós podermos, de uma vez por todas, entende, afunilarmos a decisão desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos tentar fazer dessa forma. Mas eu concordo logo em fazer, pedido de vista...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador, eu tenho uma convicção profunda de que não resolveremos o problema, mas contribuiremos com a solução, minimizar, entende, é mais um ingrediente na linha de inclusão social, de oportunizar. E não tem como. Pelo menos, dois cortes têm que acontecer, o da escola pública, porque o dado é este que eu coloquei. Há 10

anos atrás nós tínhamos em torno de 600, não chegava a 700 mil pessoas por ano que concluíam o ensino médio, metade da rede pública, metade da rede privada. Atualmente, ultrapassa a casa dos três milhões. Só que a rede privada continua com os mesmos 300 e poucos mil, enquanto que a rede pública é que ampliou a oferta, só que aí o funil nas instituições de Ensino Superior Pública, inverte. Então, tem que ter o corte da escola pública, exatamente, para eliminar este funil e o corte pela configuração da população para poder propiciar situações como a nossa querida representante das comunidades indígenas, o relato de vida dela, é uma demonstração clara de que tem que ter o corte. Não tem jeito, tem que dar oportunidade para a gente poder superar, também, porque só o corte de escola pública não resolve as sutilezas da discriminação, que está colocada na sociedade brasileira. Então, nós precisamos fazer o corte econômico-social, mas não temos como fugir do corte étnico, pelo menos durante um período. Pelo menos durante um período.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não seria o Senador Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, eu disse, que se voltasse, tivesse inscrito antes, seria...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Lobão Júnior, é do meu partido, e defendeu o Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É uma aposta, merece defensores...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Crivella já o converteu. Presidente, senhores convidados...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não me converteu...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas relevante será o dia que você se converter.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já converteu meu irmão, V. Exa. Está me convertendo vagarosamente. Senador Demóstenes, eu estou muito a vontade aqui. Estou muito a vontade porque eu venho, eu cresci no ramo da educação. O ilustre Juiz Federal William Douglas, que é uma pessoa como V. Exa dura, quando exerce a função de Juiz Federal, já acompanhei decisões duras e sinceramente eu nunca o vi tão emocionado como eu vi aqui hoje. Aliás, eu nunca vi tão emocionado como eu vi aqui hoje. Então, realmente, eu vi que o Juiz Federal William Douglas acredita, realmente, na tese que ele

defende aqui. Mas eu por outro lado, eu cresci nesse ramo, a minha querida mãe começou com jardim de infância, foi crescendo à medida que eu ia crescendo ela ia abrindo outra, 1º Grau, 2º Grau, para eu poder ir estudando na escola que ela criou e chegamos até uma Universidade, e, também, a Universidade num local carente, que é São Gonçalo no Rio de Janeiro, um milhão e 200 mil habitantes, cidade dormitório do Grande Rio.

Então, sempre atendendo alunos que queriam estudar, nunca tinham condições, nunca tivemos problema nenhum. Agora, quanto à questão racial, veja bem, eu tenho um Chefe de Gabinete que é negro, doutor inconstitucional. Eu quando ele foi trabalhar comigo eu não pedi um Chefe de Gabinete negro doutor inconstitucional. Eu pedi o seguinte. Me indique um grande Chefe de Gabinete, e veio o João que é doutor em Constitucional, trabalha comigo. E eu nunca olhei para o João olhando a cor da sua pele. E o João toda a decisão que toma eu estou sentado com ele, me aconselhando com ele, quando eu faço a relatoria de qualquer parecer aqui. Temos na Casa o Senador Paim. O Senador Paim é um Senador negro eleito pelo Rio Grande do Sul. Talvez, na questão das cotas, teríamos a menor quantidade de negros, talvez, no Estado, no país, não sei, teria que anotar. Nós temos o Juiz Federal, Benedito, que foi para o STJ agora, negro, temos o Juiz do Supremo também que é o Joaquim Barbosa, temos o Orlando Silva, Ministro dos Esportes e não vi nenhum deles, não tenho conhecimento, que algum deles tenha pedido para ter cota para ser Senador, cota para ser Ministro, cota para ser Ministro do Supremo, cota para ir para o STJ, e, sem falar em negro, eu estudei na Universidade Federal do Rio de Janeiro, era 70 para um na época que eu fiz o vestibular.

E eu tinha um amigo, que eu digo que ele é um sobrevivente, Senador Demóstenes, porque ele era motorista de táxi, durante a noite ele dirigia táxi e de dia ia estudar na Federal, Federal, como todo mundo aqui sabe, o poder aquisitivo é alto dos alunos que estão lá, oriundo, na maior parte das melhores escolas particulares, e ele era um sobrevivente, trabalhava de noite, estudava, foi um bom aluno, hoje trabalha comigo, é diretor da construtora, está na construtora do grupo da minha família. Então, eu nunca vi essa discussão para que cor de pele possa dizer que você tem que ter direito a um percentual. Eu acho que o dinheiro do Brasil, o dinheiro que tem que ser investido em educação ele é investido no seguinte. Quais são os melhores cérebros que nós temos? Independente de cor, de raça, de tudo. Então, é nesse que nós vamos investir, por isso que há a seleção. Na verdade, é um investimento do Estado. O Estado gasta o dinheiro, procura ver,

se eu só tenho mil vagas, estava vendo uma análise da Senadora Serys no seu relatório, se nós temos mil vagas, quem são os mil, esses mil melhores que nós vamos poder gastar o dinheiro do Estado para investir com ele, pagar professor, pagar sala de aula, luz, pagar bolsa de estudo. Essa é a função do Estado. Ele tem que ter o melhor resultado do seu investimento. É isso que acontece.

Gostei muito da explanação do Sr. Demétrio, a visão de que está se criando, separando. Muito inteligente da sua parte, embora o formato, a inteligência e a cultura de V. Sa. é de ser realmente elogiada, embora, às vezes, é um pouco agressivo no seu posicionamento. Então, por um lado eu o admiro e de outro lado eu achei que foi um pouco agressivo, mas a inteligência e o raciocínio perfeito que foi colocado aqui. Em todo o momento eu acompanhei e concluo com V. Sa.

Muito bem, eu acho que você, quem quer ir para uma Universidade boa como são as Federais, vai ter que estudar. Eu defendo isso. Vai ter que estudar. Esse Governo quando o Ministro Haddad criou o PROUNI que, na verdade, é uma criação do Paim, não sei se V. Exa. acompanhou. O Paim foi o primeiro a criar o PROUNI, só que não tinha nome do PROUNI e nem era ainda um projeto. Não sei se a Senadora Serys acompanhou isso, claro, Fernando Haddad, Ministro, pegou, adaptou, criou o PROUNI, que é a grande bandeira dele nesse Governo. A grande bandeira do Fernando Haddad nesse Governo foi a criação do PROUNI. Agora, os senhores vêm aqui e veem um projeto, estou aqui ao lado do Senador que é filho da autora do projeto. Quem fez o projeto? É a mãe, que é a Deputada Federal, mãe do Senador Lobão, que está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Que era só cota social.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que era só cota social. Cota social eu sou totalmente a favor. Totalmente. Botou aqui cota social, estou aqui, meu voto é favorável. Agora, por cor de pele, senhores, não sou racista, admiro todos, agora eu não posso participar de alguma coisa que vá reservar por cor de pele. Gostei da posição. O exemplo que deu foi claro aqui. Eu nunca olhei meus amigos por questão racial. Ah, não, eu vou ser amigo aqui desse que é pardo, o outro que é negro. Negativo. Tenho amigos até hoje, porque são meus amigos, comungam das minhas idéias, são meus companheiros, estou a lado deles durante toda minha vida, cresceram comigo. Eu nunca olhei cor de pele para ter amigo. Amigos são aqueles que estão ao meu lado, pensam como eu, ou, às vezes, me chamam atenção para coisa errada. Esses são meus amigos. Se nós cortarmos aqui, cortarmos a sua pele, cortarmos a minha...

A cor que vai sair é a mesma, é o sangue vermelho, o que corre dentro de mim, dentro de você, dentro dos demais que estamos aqui defendendo, é o sangue vermelho, nosso sangue não tem cor. Eu não tenho sangue preto, eu não tenho sangue amarelo e estou numa posição contrária ao meu amigo de anos, o Juiz William Douglas, nessa posição. Sou a favor da cota social. Acho que aqueles que não tiveram oportunidade desde baixo, não têm chance de competir por que a oportunidade que o Estado deu não foi oportunidade igual aos demais, se as oportunidades

não forem iguais, vamos corrigir isso. Sou a favor. Se o projeto for mudado para a questão social, têm o meu voto. A questão racial eu não vou aqui... E não entrei agora nesse ramo. E também não vou ficar citando aqui o meu currículo para dizer que eu era pobre, cheguei aqui hoje, por isso eu sou um vencedor e que mereço... De jeito nenhum. Quando eu não tinha recurso eu era muito feliz, talvez, mais feliz do que eu sou hoje. Eu era muito feliz. Entendeu? Agora, ficar citando essa questão. Não, porque eu fui pobre, cheguei hoje. Eu acho que não é por aí. Vai dividir o país. Vai dividir o país, para mim os melhores vão ocupar suas vagas, naturalmente.

Senador Demóstenes, cota social estou a favor e voto. Senadora Serys, que é a relatora, pode mudar o projeto até o dia da votação. Se vai voltar para a Câmara, se mudar, volta para a Câmara realmente, mas o quê que eu posso fazer? Já voltamos vários projetos para a Câmara. Na Câmara vocês têm que ir lá, trabalhar para poder votar rápido. Porque muitas vezes acho que aqui não tem que ir lá, alguns chamam de lobby, não é isso não, é o grupo ir lá e falar: "Queremos isso". É assim que a democracia funciona. Então, Senador Demóstenes, é esse que vai ser o meu voto, minha votação nesse PLC.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu quero parabenizar a V. Exa, e, acho, que o Senado Federal por um debate tão, eu diria, tão corajoso, onde posições, brasileiros vieram aqui à tribuna e prestaram o seu depoimento sincero, honesto, daquilo que acreditam e que acham que vão dessa forma construir um país melhor. Eu acho que o voto que eu vou dar aqui, senhor Presidente, só tem parâmetro de relacionamento, só se... Vamos dizer assim, se equipara, ao voto que dei ao Presidente Mandela, na África do Sul, em condições diferentes, objetivas, mas subjetivas muito semelhantes.

Eu já vivia lá há alguns anos e havia uma discussão muito séria se a democracia da maioria iria fazer com que aquele país que, na época, tinha um PIB de

200 bilhões de dólares, iria mergulhar nos conflitos que nós vimos em todos os países da África que sofreram depois do seu processo de independência, uma balcanização, porque os seus líderes, os líderes negros que estudaram na Europa, voltaram com uma teoria, talvez, mais cruel, até inventada pelos homens, que é a teoria das nacionalidades, embora que mesmo o contrato social de Rousseau, até hoje não se saiba bem o que é uma nacionalidade. Processo que se viu na África, depois da descolonização, foi um processo de contrário a todas as utopias que se tinha da África alcançar o seu desenvolvimento e até o sonho da sua unidade.

Mas o fato é que nós temos um... Vamos dizer assim, um momento concreto, objetivo hoje na sociedade brasileira que embora a gente tenha o mesmo sangue, e embora sejamos todos uma só raça, a raça humana, ainda não vimos nas instituições, nas Universidades, em todas as faixas da nossa economia a raça brasileira. Ali, nós vemos uma raça majoritariamente branca, majoritariamente bem formada, rica, nascida nas capitais e com origem na aristocracia brasileira. Esse é um fato, Senador Demóstenes. Tem razões históricas? A história como disse o nosso pensador, o nosso cientista ela é difícil de ser analisada em todos os seus aspectos. Ela é um dilúvio de ódios e paixões que acabam, por muitas vezes, traindo o leitor de um livro, um estudioso. Mas nós precisamos enfrentar hoje o fato de que, o meu companheiro aqui citou nomes, ele citou: Paim, o Joaquim Barbosa, João do gabinete, quando nós não devíamos citar, porque eles deveríamos ser muitos, inúmeros, porque eles são maioria da nossa população.

É fato de que eles chegaram lá, mas são exceções à regra que confirmam com certeza de que existe de alguma forma muralhas, dificilmente transponíveis e impostas pelo que somos. Outro dia eu estava numa comunidade carente do Rio de Janeiro, Prof. William, Prof. Werneck, e um senhor me disse o seguinte: "Crivella, você é o Senador"? "Sou". "Olha aqui, eu quero te apresentar meu filho", um menino de 16 anos, por aí, "Crivella, aconselha esse menino. Eu tenho dito para ele estudar. Você é Senador, ele vai te ouvir. Porque, olha para mim, eu não tenho nada, eu não conquistei nada, também a culpa é minha porque eu não aproveitei as chances que tive. E eu não quero que isso ocorra com ele. Nasci e morri na favela, eu não tenho nada, eu quero que esse menino seja alguém na vida, então, diga a ele, Crivella, para estudar, para lutar". Eu fiquei pensando, meu Deus do céu, esse senhor carrega uma culpa. Será que tem? Porque quando um menino numa comunidade carente aos oito, nove anos já está carregando sacola numa feira, depois inicia a

vida profissional como auxiliar de uma daquelas tantas oficinas, lavando peça, carregando coisas, ou como servente numa obra pública cujo saco de cimento é de 50 quilos. Veja, eu não consigo, meu primeiro projeto há 6 anos nessa minha, modesta e despretensiosa, participação na vida pública brasileira reduzir o saco de cimento para 20 quilos, porque hoje nós nos aposentamos aos 65 anos, então, temos de operários, serventes aos 65 anos de idade. Eu queria que os sacos do Brasil de cebola na roça, ou de cimento, pesassem 20 quilos. Não consigo, é impossível porque dizem que vai diminuir a competitividade, então, nós vamos continuar vendo operários de 65 anos, carregando sacos de 55 quilos, de 50 quilos na cabeça e depois quando se aposentarem, dificilmente vão conseguir o tratamento para os seus problemas. Esse é o Brasil. Então, eu fiquei pensando: “Meu Deus, esse senhor se culpa por que disse que não conquistou nada na vida. Mas será que uma vaga numa escola noturna depois de trabalhar o dia inteiro de maneira exaustiva, dá a ele condições de se culpar e dizer que não conquistou nada na vida? E será que esse menino se não tiver algum processo de discriminação positiva alcançará o sonho do seu pai?”

Eu, Demétrio Lamounier, com todo o respeito à posição de vocês, a inteligência de vocês, a sinceridade de vocês, eu vejo nessa lei não uma ingenuidade, mas uma generosidade. E acho que as coisas generosas, dificilmente caminham para o mal. Acho que a sociedade brasileira pelo que a gente ouve, pela defesa dos Senadores gostaria que nós tivéssemos maior participação das classes menos favorecidas, entre elas os povos indígenas, entre eles também os mais favorecidos, aqueles de origem africana. Eu lembro aqui uma mazela da minha terra, da nossa terra, do Rio de Janeiro, o senhor é de Minas, eu sou do Rio. A primeira favela do Brasil é o Morro da Providência, sistematicamente, o ensino diz que são os retornados da guerra de Canudos, mas há um livro de um professor, Coronel do Exército chamado Marco Antônio Flores(F), ele escreveu esse livro, eu li, publicado pela Bibliex, e se chama: “Ecos da guerra do Paraguai: Chama da nossa nacionalidade”. Em que ele conta que o decreto de Dom Pedro II, voluntários da pátria é imortalizado naquela avenida Botafogo, na verdade, era uma oportunidade de oferecer alforria aos escravos que fossem lutar na guerra do Paraguai, 30 mil homens foram. O primeiro Galeão saiu de Campos, chamava Cerys, nome da nossa Senadora, só que era com C, 30 mil negros foram à guerra do Araguaia, a guerra durou cinco anos, eles voltam em 70, o único Partido Político era o PRP, Partido Republicano Paulista, que não queria acabar com a escravidão, porque ela desgastava a Repúbli-

ca. A idéia dos políticos da época era de estender a escravidão até o momento em que ela tivesse desgastado ao máximo o Império e trouxesse e desse a luz à República. Então, ela acaba em 88, a República chega em 89, com graves problemas para a escola pública, porque naquela ocasião só existiam escolas católicas, e se a gente ler as cartas dos bispos de Minas, do Rio e de São Paulo, se referindo à escola pública, a gente vê como a escola pública começa pequena, acanhada, porque eles se referem à escola pública como escola do diabo, onde os católicos não podem ensinar, não podem aprender, a escola sem Deus, a escola dos ateus. Pois bem, surge a escola pública, hoje estamos aqui debatendo o acesso a ela.

Mas o fato é que essa primeira comunidade cria um paradigma, quer dizer, você traz os retornados da guerra, dá a eles alforria, sem trabalho, sem moradia. Cria-se um paradigma e essa comunidade que tem o nome de Providência exatamente, porque os assentados ali de maneira provisória ficaram esperando uma providência, acabou se reproduzindo em milhares e milhares de comunidades espalhadas por todo esse país num processo de assentamento dos mais cruéis, que são as comunidades carentes. Eu pergunto: Recebendo 700, 800, 900, mil reais nós vamos reverter o problema das favelas brasileiras? Apenas fazendo uma analogia. Não, não vamos porque as pessoas que vivem ali e trabalham muito na sua imensa maioria, nosso povo ordeiro, [soa a campainha] humilde, não vão conseguir reverter esta situação se não houver uma forma de discriminação positiva. É impossível! Seja uma Renda Básica de Cidadania, seja um programa habitacional do Governo que atenda na escala da nossa necessidade, corrigir uma desigualdade que tem 137 anos e que vai se perpetuar, porque as pessoas não têm onde morar ganhando o salário que recebem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como vai começar a Ordem do Dia...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu vou concluir, peço a V. Exa. para concluir. Eu prego um cimento social. Eu acho que a nossa... Ricos e pobres do Brasil precisam se unir e curar suas mazelas. Eu acho que Lamounier falou certo. Esse projeto deveria ser um projeto de 50% de bolsas nas Universidades, 50% de bolsas concedidas dentro dos critérios aqui estabelecidos. Acho que ficaria politicamente mais digestivo. Mas, senhor Presidente, temos a oportunidade de corrigir um fato concreto que ocorre na nossa sociedade, é solar negar isso, é lutar contra a realidade, temos aqui um projeto, esperamos que receba emendas, mas precisamos votá-lo, aprová-lo e

redimir aqueles que no Brasil são histórico excluídos. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, serei muito breve pelo avançado da hora, pela Ordem do Dia, mas eu queria fazer, dar algumas explicações em relação ao conceito. Esse projeto que tramita, essa discussão toda me preocupa sobremaneira, porque está se concentrando num tema acessório do projeto, que é o tema racial, e esquecendo o tema central do Projeto de Lei, que é a questão da destinação dos 50% das vagas nas Universidades Federais, para as escolas públicas de Ensino Médio.

Eu quero dizer o seguinte: Em primeiro lugar, eu acho que não há discussão sobre a destinação de 50% das vagas para as escolas públicas, pelo que eu percebi de todas essas audiências públicas e todas as pessoas que aqui estiveram, dificilmente, há alguém que conteste a destinação desses 50% para escola pública, até porque as escolas públicas já enviam mais que 50% dos alunos para as Universidades. Eu vejo que todas as consequências drásticas e dramáticas preconizadas pelos palestrantes, contrários, à tese dessa lei, elas me parecem totalmente irreais, a exemplo, do que várias Universidades brasileiras hoje já distribuem cotas raciais e nem por isso o teto das Universidades caiu ou nem por isso houve segregação racial interna grave nessas Universidades. Então, nós já temos um fato concreto, de um exemplo concreto que mostra que a realidade brasileira é diferente dessa teoria, que nós estamos aqui todos discutindo.

Agora, eu queria levantar uma tese rápida para todos nós, principalmente parlamentares aqui presentes para nós podermos colocar isso em nossa consciência. Primeiro lugar, nós estamos discutindo 50% das vagas das Universidades Federais. Muito bem, a lei diz que será preenchida esses 50% pelas escolas públicas, esses 50%, provenientes das escolas públicas respeitando-se a proporção de negros e pardos, indígenas nas unidades das federações onde está instalada esta instituição. A Sra. Rosani, por exemplo, para citar como exemplo do que eu vou falar, as cotas indígenas, praticamente, serão nada, porque se nós pegarmos a proporção da população indígena em cada Estado onde tem uma Universidade, com exceção do Pará e do Amazonas, elas provavelmente não terão um assento em Universidade nenhuma do país, com exceção do Pará e do Amazonas, talvez. E nestes Estados, talvez, uma vaga ou duas. Nada que impacte na Universidade se formos pensar em níveis educacionais e tal. Então, do ponto de vista prático de aplicação da lei, para os indígenas, por exemplo, não irá afetar nada.

Para os pardos e negros, eu tive uma conversa aqui com o Senador Wellington, dificilmente, irá alterar a proporção vigente hoje nas Universidades também. Hoje eu perguntei para ele: "Vem cá, Wellington. Você acha da sua Universidade Particular se ela fosse pública, alteraria a composição real da tua Universidade, mais negros ou mais pardos, na hora que passar 50% de cotas das escolas públicas e desses 50% respeitando a proporcionalidade de cada Estado"? Ele disse: "É, eu acho que não altera". Não altera. Provavelmente não irá alterar nada. Eu acho que o conceito fundamental que devia ter sido discutido aqui, desde o princípio, é que vamos destinar 50% das vagas das Universidades Públicas Federais para as escolas públicas. E eu acho que isso é um grande avanço, um grande avanço da sociedade brasileira.

Nós ficamos nos batendo na questão racial, racial, racial, quando se nós analisarmos friamente, o impacto será mínimo, mínimo, e mesmo assim, parafraseando o nosso querido Senador Marcelo Crivella, será um impacto generoso, uma contribuição generosa, ainda, para que nós possamos mudar o nosso país daqui para frente. Já diz o direito americano, V. Exa. que é profundo entendedor do direito, o americano agora fala da igualdade material. Existe a igualdade formal na nossa Constituição, mas descobre-se que para chegar na igualdade formal, na Constituição, é preciso ter a igualdade material, ou seja, precisamente de instrumentar nossa Constituição de instrumentos que possam fazer a igualdade prevalecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já que V. Exa. me chamou para a discussão...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): No art. 14. [risos] Mas eu queria encerrar, eu agradeço a oportunidade de poder dar esses esclarecimentos em relação à tese da lei, quero dizer que essa lei só para finalizar, ela se iniciou na Câmara dos Deputados por autoria da minha mãe, Deputada Nice Lobão, onde ela se concentrou basicamente nas vagas para as escolas públicas, mas ela foi discutida durante 10 anos dentro da Câmara dos Deputados. Se nós fizermos modificações relevantes nessa lei aqui ela volta para a Câmara e vai ser discutida mais 20 anos, ou seja, não vai ser aplicada. Ela foi discutida e melhorada durante 10 anos lá, o que incluíram, no meu entender, não altera a essência da lei e nem a torna inaplicável nos parâmetros da nossa sociedade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para lembrar, o Senador Lobão, ele busca o parâmetro com os Estados Unidos, como muitos aqui buscaram, o parâmetro com os Estados Unidos. O que há na realidade com o número,

digamos assim, de negros, quando eu era menino nós chamávamos de pretos e depois veio uma substituição para a palavra negro, porque preto era uma palavra, politicamente, incorreta, era discriminatória. Mas é o que o IBGE usa. Então, o grande truque, digamos assim, estatístico, é que nós temos no Brasil menos de 5% de pretos, segundo o IBGE, estou usando a terminologia do IBGE. Nós temos aí em algo em torno de 46, 47%, ou menos um pouco de pardos, 42% e resto antes de brancos. O que é um pardo? O que é um mestiço? Como eu sou, como V.Exa. é, como muitos somos, a grosso modo. Meio branco e meio negro, então é isso que nós somos. Se nós pegarmos tudo isso e concentrarmos, jogarmos os número de pretos, vai dar mais de 50%, se nós jogarmos no número de brancos, vai dar mais de 90%. Então, estatisticamente o IBGE fez isso, transformou, passou o pardo junto com o preto tem um nome: negro. Quando nós entendemos que negro, quem é o negro? É o antigo preto, que era chamado de preto.

Agora, nos Estados Unidos é diferente, por que nos Estados Unidos é diferente? Porque lá vale uma lei racial que busca gerações anteriores. Então, o Presidente hoje dos Estados Unidos, é filho de uma mulher loura do olho azul, mas é considerado negro. Ele é o primeiro Presidente negro, por quê? Porque a lei lá é assim. Então, é isso que nós queremos fazer no Brasil? Quer dizer nós vamos trabalhar naquela proposta que sua mãe iniciou, a Deputada Nice Lobão, de abriremos as vagas nas escolas públicas para todo mundo, independentemente, da raça ou da cor, vou vamos nos concentrar numa possibilidade que os Estados Unidos hoje está abandonando, por quê? É que o professor Bolívar Lamounier já esteve por lá, viveu e viveu no Sul dos Estados Unidos, onde até bem pouco tempo, você entrava num ônibus e você, independentemente, do seu aspecto, você sabia a sua raça é essa. Até vejo o senador, um senador, um ex-governador teve aqui comigo, queria vir fazer uma exposição, mas acho que não tem mais espaço para exposição. Então me dizendo o seguinte: Que ele era bisneto de índio lá do Sergipe, de branco e de negro. Chegou dos Estados Unidos ainda no limiar ali da década de 60, não é? E ele não sabia onde ele andava, porque se entrasse num ônibus de branco, ele corria um risco sério. Se ele entrasse num ônibus de negro, aí ele poderia ser pior ainda, porque a aparência dele era meio lá e meio cá.

Então, o grave problema que nós buscamos a inspiração americana. Muita gente, conversei com muita gente do Ministério da Justiça, todos nós sabemos que precisa haver uma ação contra a desigualdade. Mas a desigualdade, essa que é a pergunta, se nós conside-

rarmos os pardos, pretos, juntarmos, aí assim, o Brasil é um Brasil país com o problema total em cima do nível. Mas se o pardo, se nós formos um país mestiço, o problema em cima dos mestiços. Agora a gente vê o aproveitamento estatístico do branco e daqueles de origem amarela, os nipônicos. Alguém disse aqui, né? Só do IBGE, o índice de aproveitamento do nipônico é maior escolar, é maior do que do branco. Então o verdadeiro opressor, estatisticamente, seria o nipônico, do branco, do pardo, do índio, do negro e etc. Então, eu acho que até, nós vamos ter uma oportunidade discutirmos isso melhor. Mas eu sinceramente, eu que tenho raízes, não é, raízes, mesmo familiares de cor, tios, negros, pretos, têm também brancos. Então eu me atemorizo com essa possibilidade de nós dividirmos o Brasil. Eu me atemorizo. Eu acho que o exemplo do professor Bolívar Lamounier, que ele utilizou agora, foi sensacional, momento de crise como esse. E vai caminhar para isso, muitos quando o professor falava, acenava com a cabeça. Porque o objetivo do movimento negro é esse. E veja só, é um movimento que tem ser respeitado, quer isso, não é? Acreditam que isso vai dar... Os negros acreditam nisso, não é? Que isso vai dar certo.

Agora o objetivo é justamente avançar das cotas, veja o projeto de igualdade racial do senador Paim. É isso, para emprego você tem que se declarar obrigatoriamente, qual é sua cor? Qual é sua raça? Por exemplo, quando eu nasci era obrigado está lá na minha certidão de nascimento, eu sou pardo. Às vezes, eu falei com o Presidente do movimento secundarista, ele falou: "É, mas o senhor está branco demais para ser pardo". Quer dizer, então, porque, na realidade, raça não existe. Esse que é o problema. Agora a desigualdade existe, o racismo existe, não acho que existe um racismo institucional. Por exemplo, eu ouvi umas pesquisas e depois eu devo trazer no meu voto que, eu acho, assim, irreal. Uma mulher negra recebe menos anestésias do que uma mulher branca. Como é que pode ser uma coisa dessas? Como é que pode ser? Aí sim, aí nós temos, mas isso tem artigo e tem estatística provando isso. Quer dizer então, nós estamos caminhando numa situação complexa. Só voltei ao debate, porque V.Exa. nessa noite mencionou os Estados Unidos.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Meu dileto amigo Demóstenes, só para esclarecer. Quando eu citei os Estados Unidos, citei a exemplo da constitucionalidade dessa lei, só para exemplificar a constitucionalidade da lei, não entrei no mérito. Quanto há, só para esclarecer também, está lei, volto a dizer, caso seja aprovada, eu não acredito que ela impacte em nada, na configuração racial das universidades de

hoje, incluindo-se a escola pública com 50%. Se V.Exa. concorda que a tese do 50% é saudável salutar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Escola pública.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então, escola pública, 50% para escola pública, tenha a convicção, de que incluindo-se assunto racial nesse tema ele não irá alterar em nada a configuração da Universidade Pública Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nossa discordância reside aí, espero convencê-lo do contrário.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): É, vamos trabalhar em número, vamos trabalhar em número.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres, eu gostaria de cumprimentar a todos os expositores, hoje, que nos trouxeram uma contribuição muito relevante. E fiz questão de estar aqui, não apenas, porque o Professor Demétrio Magnoli falou: "Você vai estar aqui com toda certeza, né?", eu falei: "Vou, porque eu, inclusive, quero aprender e aprendi muito com a contribuição dos que falaram de um ponto de vista e de outro". Eu acho que nós estamos evoluindo a respeito da melhor forma de decidir a respeito desse assunto, até porque as contribuições tem sido muitas e não param de chegar a nós Sr. Presidente. Eu recebi ontem da Professora Célia [ininteligível], da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Um estudo relevante para que o estamos examinando feito por ela e pela Professora Marina Águas também da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Subsídios para discussões no Senado sobre a adoção de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. Eu encaminho a V.Exa. e gostaria que possa até distribuir aos senadores, membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Deferido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Nas suas observações conclusivas, ela observa quê, ou ambas observam que se o objetivo da política é atingir a população negra, a cota racial parece ociosa, isso é o foco, em estudantes pobres atingem, preferencialmente, os estudantes negros, já que esse representa 56,1% do universo de estudantes pobres, o que supera

sua participação percentual na população em torno de 48%. O foco em escolas públicas atingiria, preferencialmente, os estudantes negros, a maior parte dos estudantes pobres, contudo, nesse caso, ao complicador de escolas públicas de qualidade que atendam a estudantes não-pobres. De todo modo, a não adoção de cota racial, dentro da cota social, evitaria a introdução de iniquidade horizontal, isto é, de discriminação contra os indivíduos com condições sócioeconômicas equivalentes e que não são negros. E há outros ainda, conclusão, não vou ler inteiro, mas só um trecho. Porque trata-se de uma contribuição relevante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou distribuir para todos os senadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Os professores Bolívar Lamounier e Demétrio Magnoli, fizeram algumas reflexões sobre a experiência e a vida, sobre tudo nos Estados Unidos. Eu pediria que fizessem uma reflexão sobre isso, porque é fato, por exemplo, o Presidente Barack Obama, ele nas suas, nos seus livros, onde ele faz referência as desigualdades de natureza racial, nos Estados Unidos, por exemplo, os negros na época em que ele escreveu esse livro: "A audácia da esperança", há uns três anos, dois, três anos. Tinha um patrimônio da ordem de 6 mil dólares em comparação a 88 mil dólares dos brancos em geral, só para citar um dado. Mas ele, entretanto, hoje, para as circunstâncias presentes dos Estados Unidos, não está divulgando o que seria um sistema de cotas raciais. O Senador Marcelo Crivella, que conhece bem melhor a África do Sul do que eu, observou algumas observações do Presidente Nelson Mandela, mas o próprio Mandela, quando escreveu na prisão, ele fez reflexões sobre isso e não chegou a conclusão de que deveria haver as cotas afirmativas, não é? Neste debate todo eu tenho tido um sentimento de que se for para aceitar as cotas afirmativas, em princípio, devem ser limitadas no tempo, porque nós precisamos estar sobretudo caminhando na direção de estar provendo as condições de igualdade, sobretudo universalizando as boas oportunidades de educação e condições de as pessoas negras, vermelhas, amarelas, brancas, etc. Terem a melhor condição possível de se desenvolver desde os seus primeiros meses e anos de vida e terem a boa qualidade de educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se começar senador não acaba, na Índia, hoje tem cota para eunuco.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De maneira que haverá... Então, eu acho que se for para nós aprovarmos aqui, eu acho que deve haver uma limitação no tempo, e é fato que esse Projeto de Lei

prevê a sua reavaliação num período de dez anos, não é? Mas como nós estamos com premência de outros temas, já se inicia o outro debate sobre a crise econômica, terei que ser breve. Gostaria apenas de, sobretudo, agradecer a contribuição de todos aqui, de todos os senhores e senhoras, que fizeram com que nós elevássemos o grau de conhecimento sobre esse tema que tem despertado paixões e alguns dos nossos visitantes aqui hoje se emocionaram, falaram com uma dedicação um impulso muito forte, souberam nos trazer reflexões muito inteligentes e também com uma forma bonita de se expressar, inclusive, na própria forma eu vou... Senador Crivella e Senadora Serys, acharam que eu não deveriam comentar, mas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] A gente estava brincando com você, não precisa exagerar.

[risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Demóstenes, eu... Quando a Sra. Rosani Fernandes Kaingang fez as suas observações. Eu fiquei pensando por algum tempo, mas será que ela está vestindo uma blusa ou é [risos] uma pintura tão bonita indígena que ela tem no braço, porque combina muito bem com a blusa. E eu achei que a exposição dela estava bonita também, pelo desenho do seu braço. Então até nestas coisas foi bonita a sessão de hoje da Comissão de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O assédio é crime senador.

[risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu tenho a convicção de que na forma como eu falei, de maneira alguma pode significar senão um cumprimento amável.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Se V.Exa. parar por aí tudo bem.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, convidados. Eu não tive a oportunidade de ver, de assistir aqui presente a exposição de todos. Eu cheguei o Demétrio já estava concluindo. E passamos então para outra Mesa. Mas eu considero primeiro que é oportuno se debater. Eu não estou com a preocupação da velocidade máxima, para podermos votar. Vamos ter que votar. Mas é bom o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem dúvidas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ele vai instruir mais, digamos assim, a nossa relatora e até

perder o receio de caso seja necessário o projeto voltar a Câmara. Isso não é o problema central.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É para isso, inclusive, que existe Senado da República, entre outras atribuições que ele tem. Primeiro, há um problema social no Brasil, grave, o foco é gigantesco, e que não foi superado pela realidade brasileira, sua formação, como ele foi formado, nosso país, a novidade do povo brasileiro. Segundo, Darci Ribeiro, embora, alguns considerem que nem existe, mas já existe o povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com certeza.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Frutos dos seus estudos, inclusive, presentes nações indígenas, por muitos anos que ele conviveu com várias nações, buscando aprender a sua cultura, conhecer a sua realidade. Então, eu considero que a cota social ela é benéfica, ela é importante, talvez possamos pensar nisso no tempo para poder unir as duas coisas, você tem a cota social que vai atender a uma população gigantesca do Brasil, porque é esse dado significativo. De que antes você tinha quase que uma paridade entre formação e nível médio de escolas públicas e privadas e hoje é uma disparidade brutal. Mas a universidade pública ela tem uma reserva inversa, hoje ela tem uma reserva. A reserva é quase que toda para quem vem da escola privada, sendo que a maioria esmagadora está na escola pública. Então você tem uma forma de reserva invertida, quer dizer, aquelas que podem pagar vão para universidade pública, e os que não podem pagar são obrigados a irem para a escola particular ou ter a oportunidade num programa, excepcional, que foi criado agora que é o PROUNI. Criou-se também um segundo programa, esse é dentro da universidade pública chamado de REUNI, para expandir as vagas, os cursos e o aproveitamento da estrutura da universidade pública que era quase uma estrutura só diurna para muitos cursos, muitos cursos de engenharia, você só poderia fazer engenharia se fosse do curso diurno, você não poderia aprender engenharia no curso noturno. Então você ampliou a universidade pública e isso já deu problema, isso seu polêmica, isso deu confusão, teve greve contra o REUNI, aliás, teve greve contra o PROUNI, teve greve contra o REUNI. Já de estudantes das escolas pública, por quê? Porque a origem desses estudantes, majoritariamente, esmagadoramente vem daqueles que podiam pagar e tem a reserva da escola pública de nível superior no Brasil. E contestaram essas políticas afirmativas do PROUNI, do REUNI, e basicamente, a resistência

a esse projeto, também se dá nesses setores, são esses setores que tem a possibilidade de ter a reserva esmagadora, que também resistem a ter políticas afirmativas nessa área. Então eu acho que primeiro o problema social, no problema social, surgem um debate muito grande no Brasil a respeito das presenças, das etnias formadoras do povo brasileiro o que o Darcy Ribeiro chamava de povos fundadores, né, porque eles são os que dão origem à nação brasileira e todas as nações da América do Sul. Depois os povos que contribuíram nessa formação atual da nação brasileira, que são os negros, escravos que vieram vendidos nas guerras tribais, africanas, os europeus compraram muitos negros e trouxeram para nosso país. E que são povos então que são formadores da nação brasileira. E dentro, dentre os pobres, esmagadoramente do Brasil, que não tem oportunidade, você tem dentre esses os negros e também os nativos da nossa terra, que por uma ignorância, os brancos portugueses chamaram de índios, mas eram nações que tinham aqui, basta dizer, que o Tupi era falado quase que em todo litoral do atual território brasileiro. Unificando uma língua, coisa que não se via na Europa, daquele tempo, nem muito menos no oriente médio, nem na Ásia, etc. Mas tinha uma Nação inteira em Tupi, com a língua Tupi... Não se preocupe não, Sr. Presidente, nós vamos falar daqui a pouco lá. Claro. Então eu acho que nós deveríamos examinar por esses dois aspectos, sem se preocupar com, não há aqui um problema, eu não vejo assim um problema de inconstitucionalidade, eu acho que nós vamos ter que ter assim o zelo, o olhar é a Comissão que tem que discutir essa questão, meritoriamente, é a Comissão de Justiça. Eu tenho a impressão que não há, porque talvez na hora de executar esse procedimento legal, nós vamos separar, quer dizer, você vai ter, nós vamos ter dois concursos, digamos assim, os que vieram só de escolas pública e os que tem origem, digamos assim, na escola privada, é como se tivesse que separar e fazer dois concursos públicos, não teria, assim você não ia ter um peso distinto para um e para outro. Então eu acho que tem mecanismo para resolver esse problema do ponto de vista da constitucionalidade. O que eu examino é isso, o critério de raça não é bom, isso não é bom, está certo. Porque não existe essa coisa que tem raça boa e raça ruim, entendeu? Então, esse critério de raça, nós temos que excomungar. O que existe na verdade, é uma discriminação com as nações nativas e com os negros que vieram ao Brasil. E todos negros e índios tem um potencial, uma capacidade enorme e tendo a oportunidade, eles vão demonstrar isso, objetivamente, basta ver, quando se deu a oportunidade como se avançou. Agora mesmo com o PROUNI e REUNI, nós estamos assistindo isso.

Então não é um problema de raça, entendeu? Não tem raça boa e nem raça ruim, nós temos problemas em todas, entre negros nós temos problemas, entre brancos nós temos problemas, entre mestiços nós temos problemas, entre asiáticos nós temos problemas, não é esse o problema, o problema é a discriminação que se deu em função da formação do nosso país. Esse é um problema objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós vamos descartar isso? Não é possível. Então vamos garantir políticas afirmativas para essas nações que vieram para cá, ou as que aqui estavam e que foram brutalmente chacinadas, ou exploradas até hoje. Então eu acho que esse que é o problema que nós temos que ajudar a resolver o nosso país e o projeto tem esse objetivo.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Serys, infringindo o regime ou o regimento vou lhe conceder a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO: Pois é, porque o tempo já acabou, né, o tempo acabou, mas sou muito breve, até porque eu estive praticamente todo o tempo aqui, eu sei por pouco minutos. Por chamado eu sou da presidência, eu sou da Mesa Diretora, tive que ir a reunião convocada, a reunião da Mesa. Por isso eu me afastei em pouco tempo. Mas eu diria, nosso Presidente, senhores e senhoras, que estiveram nesse momento grandioso, eu diria que esse foi um momento grandioso, realmente, Senador Demóstenes que preside a nossa Comissão, CCJ, nesse momento, que é o nosso Presidente. Que foi um momento grandioso. O ano passado em dezembro nós tivemos uma audiência, com o ainda Presidente o Marco Maciel, que também foi das melhores com pessoas extremamente preparadas, e hoje não foi diferente. Quer dizer, eu acredito que subsídios como relatora eu já tenho, muito e bastante significativos. Nós teremos ainda, eu no meu ponto de vista, já estava suficientemente esclarecida, até para votar hoje. Mas como existe alguns pedidos ainda na presença do Ministro, Sr. Ministro, Sr. Reitor da Universidade de Pernambuco. Os estudantes secundaristas estarão na próxima quarta-feira, se isso que se não estou equivocada, pelo Requerimento que está na Mesa. Estarão presentes numa continuidade de Audiência Pública. E a única coisa que gostaria que acontecesse se possível, que logo de imediato, ainda na quarta-feira a gente pudesse votar. Se possível Presidente. E para que esse projeto tenha seu andamento, nós não podemos mais ficar engavetando, segurando, eu fui professora na Universidade Federal

de Mato Grosso, por 26 anos, não é brincadeira não, tenho quatro filhos, e não vou nem explicar. Ser tirar nenhuma licença maternidade, Presidente. Então, eu trabalhei na universidade federal, sei, e a pergunta, sei como essa coisa acontece, ela é muito clara, muito explícita para mim e a única pergunta, que ainda não consegui calar por aqui, é; porque eu nunca tive colegas, pelo menos a época, né, professores negros na universidade, na minha universidade federal, do meu departamento e alunos negros também. Eu não consegui me lembrar aqui se chega a uma mão, 26 anos, 26 anos, professora numa universidade federal. Eu estou muito satisfeita com essa Audiência Pública, pelo alto nível dela e pelos argumentos que aqui foram colocados que foram da maior grandeza, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação o Requerimento de Audiência Pública. Requeiro a V.Exa. nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública, para instruir o PLS, número 180 de 2008, que dispõem sobre o ingresso nas universidades federais estaduais, nas instituições federais de ensino técnico, de nível médio das outras providências com seguintes convidados: Edson Santos de Souza, Ministro de Igualdade Racial, Amaro, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, José Roberto Pinto de Goes, Historiador e Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Ismael Cardoso, Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, Simão Chuartes, Ex-Presidente do IBGE. Senadores: Tasso Jereissati, Antônio Carlos Júnior e Serys Slhessarenko. Em discussão. Srs. Senadores que concordam em votação. Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontra. Aprovado. Eu quero antes de encerrar agradecer a presença das seguintes autoridades: Bolívar Lamounier, Cientista Político, Demétrio Magnoli, Doutor em Geografia Humana, Helderli Castro de Sá Alves, Presidente da ONG Nação Mestiça, Francisco Jhony Rodrigues Silva, Presidente do Fórum Afro da Amazônia, Vera Fávero, Coordenadora do Movimento Negro Socialista de Santa Catarina, William Douglas, Juiz Federal que faz parte da coordenação do EDUCAFRO, Augusto Werneck, Procurador do Estado do Rio e Professor da PUC, Daniel Cara da Campanha Mundial pelo Direito à Educação, Wellington do Carmo Faria da Coordenação do Movimento dos Sem Universidade, Rosani Fernandes Kaingang do Fórum da Educação Indígena.

E se tem um lanche aqui para os Srs. Senadores e Srs. Convidados. Eu agradeço a todos, encerro a presente sessão e convoco outra para o dia regimental. Muito obrigado aos senhores.

Sessão encerrada às 15h04.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Valdir Raupp, Efraim Moraes, José Agripino, Eliseu Resende, Flexa Ribeiro e das Senadoras Ideli Salvatti, Lúcia Vânia, Serys Slhessarenko e Patrícia Saboya reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Almeida Lima, Gilvam Borges, Alvaro Dias, Sérgio Guerra e a Senhoras Senadoras Marina Silva e Kátia Abreu. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à **Primeira Parte** da Reunião: Comparecimento do Ministro PAULO DE TARSO VANNUCHI, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, para prestar informações e esclarecimentos acerca dos motivos que levaram essa Secretaria a acionar a Advocacia Geral da União na pendência envolvendo o nacional brasileiro menor de idade Sean Ribeiro Goldman, conforme Requerimento Nº 1, de 2009-CCJ, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles, Romeu Tuma, Gilvam Borges e Expedito Júnior. Usam da Palavra os Senhores Senadores Francisco Dornelles, Wellington Salgado de Oliveira, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Valter Pereira, José Agripino e as Senhoras Senadoras Patrícia Saboya e Serys Slhessarenko. Passa-se à apreciação da **Segunda Parte** da Reunião: ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2006 (PL. nº 00855/2003, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Altera a redação do § 2º do art. 40 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a retirada dos autos para obtenção de cópias).” Autoria: Deputado Carlos Sampaio. Relatoria: Senador Valter Pereira. Parecer: Favorável à ma-

téria. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2006 – TERMINATIVO – “Regulamenta o art. 36, inciso III, da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.” Autoria: Senador José Jorge. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Favorável à matéria com duas Emendas que apresenta. Em 12/03/2009, foi recebido o Relatório reformulado favorável à matéria com duas Emendas que apresenta. Resultado: Concedida vista à Senadora Serys Slhessarenko, nos termos regimentais. ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 153, DE 2008 (PL. nº 2.379/2007, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais.” Autoria: Deputado Régis de Oliveira. Relatoria: Senador Expedito Júnior. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 7) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2001 (PL. nº 06302, de 2002, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, ‘mototaxista’, em entrega de mercadorias, e em serviço comunitário de rua, e ‘motoboy’ com o uso de motocicleta.” Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados. Autoria do Projeto: Senador Mauro Miranda. Relatoria: Senador Expedito Júnior. Parecer: Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, e favorável ao Projeto original. A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais. Resultado: Concedida vista à Senadora Serys Slhessarenko e ao Senador Eliseu Resende, nos termos regimentais. ITEM 9) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2006 (PL. nº 07226, de 2006, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para prever a indisponibilidade de bens do indiciado ou acusado e a necessidade de comparecimento pessoal em juízo para a apresentação de pedido de restituição ou disponibilidade.” Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados. Autoria do Projeto: Senador Antonio Carlos Magalhães. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 138, de 2006. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 138, de 2006. ITEM 11) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – “Dá nova redação ao inciso LXVII, artigo 5º, da Constituição Federal (exclui a hipótese

de infidelidade depositária como causa de prisão civil por dívida)”. Autoria: Senador Augusto Botelho e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 17) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 1999 – NÃO TERMINATIVO – (Tramitam em conjunto as PEC’s nº 38, de 1999 e nº 3, de 2004) “Altera os Artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal. (Competência privativa do Senado Federal para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas)”. Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador Valter Pereira. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Acrescenta ao art. 231 da Constituição o § 8º, que faculta ao poder público desapropriar imóvel para efeito de demarcação em favor da comunidade indígena”. Autoria: Senador Juvêncio da Fonseca e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador Valter Pereira. Parecer: Favorável à PEC nº 38, de 1999 na forma da Emenda Substitutiva que apresenta e contrário à PEC nº 3, de 2004. Em 25/03/2009, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Valter Pereira. Resultado: Concedida vista à Senadora Serys Slhessarenko e aos Senadores Augusto Botelho e Expedito Júnior, nos termos regimentais. ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2003 (PL. nº 04375/2001, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre o interrogatório do acusado.” Autoria: Deputado José Roberto Batochio. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Favorável à matéria nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 03/03/2009 foi recebido o Relatório reformulado com voto pela aprovação da matéria na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Augusto Botelho e Expedito Júnior, nos termos regimentais. ITEM 19) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008 (PEC. nº 0138/2003, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227. (Dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).” Autoria: Deputado Sandes Júnior e outros Senhores Deputados. Relatoria: Senador Expedito Júnior. Parecer: Favorável à Proposta com três Emendas que apresenta. Resultado: Concedida vista ao Senador Renato Casagrande, nos termos regimentais. ITEM 20) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2007 (PL. nº 4.723/2004, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Inclui Seção XIII-A no Capítulo II da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Jui-

zados Especiais Cíveis e Criminais, relativa à uniformização de jurisprudência.” Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Valter Pereira. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Concedida vista ao Senador Wellington Salgado de Oliveira, nos termos regimentais. ITEM 21) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR (PLP. nº 00375/2006, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências.” Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Aloizio Mercadante. Relatoria “ad hoc”: Senadora Serys Slhessarenko. Parecer: Favorável à matéria. A matéria será apreciada também pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 25) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2007 (PL. nº 00435/2007, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Altera o art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. (Substitui a expressão: ‘alienada ou débil mental’ por ‘apresenta deficiência mental’).” Autoria: Deputada Elcione Barbalho. Relatoria: Senador Wellington Salgado De Oliveira. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda que apresenta. Em 25/03/2009, durante a discussão da matéria, o Senador Wellington Salgado de Oliveira retira a Emenda de Relator. Resultado: Concedida vista ao Senador Demóstenes Torres, nos termos regimentais. ITEM 28) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 385, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – “Convoca plebiscito sobre o porte e a guarda de arma de fogo, a se realizar conjuntamente com as eleições de 2004 e dá outras providências.” Autoria: Senador Hélio Costa e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador César Borges. Relatoria “ad hoc”: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer: Pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer que conclui pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 178, DE 2008 (PL nº 01659/2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.” Autoria: Deputado Elismar Prado. Relatoria: Senador Francisco Dornelles. Parecer: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta, pela aprovação da Emenda nº 1, e rejeição das Emendas nºs 2, 3, 4, 5 e 6, todas de autoria do Senador Alvaro Dias. Em 17/12/2008, foram recebidas as Emendas nºs 1 a 6, de autoria do

Senador Alvaro Dias. Em 17/03/2009, foram recebidas as Emendas nºs 7 a 9, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares (Pendientes de Parecer). Em 25/03/2009, foram recebidas as Emendas nºs 10 a 12, de autoria do Senador Inácio Arruda (Pendientes de Parecer). A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e, posteriormente, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Resultado: Retirado de Pauta para análise das Emendas. ITEM 26) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 2008 (PL. nº 00706/2007, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos, e dá outras providências.” Autoria: Deputado Magela. Relatoria: Senadora Marina Silva. Parecer: Favorável à matéria. A matéria será apreciada também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Resultado: Retirado de Pauta, para reexame do Relatório. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e vinte e cinco minutos ficando adiados os demais itens, a saber: 1) SCD Nº 175, DE 2007; 5) PLS Nº 173, DE 2001; 8) PLS Nº 228, DE 2006; 10) PEC Nº 19, DE 2003; 12) OFS Nº 5, DE 2002; 13) PLS Nº 44, DE 2007; 14) PLS Nº 613, DE 2007; 15) PLS Nº 175, DE 2004; 16) PLS Nº 112, DE 2008; 22) PLS Nº 113, DE 2007; 23) PLS Nº 671, DE 2007; 24) PEC Nº 74, DE 2005; 27) PLS Nº 233, DE 2008; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **DEMÓSTENES TORRES**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 19 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A primeira parte da nossa presente reunião destina-se à prestação de informações e esclarecimentos

pelo Ministro Paulo de Tarso Vanucchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, acerca dos motivos que levaram esta Secretaria a acionar a Advocacia Geral da União na pendência envolvendo o nacional brasileiro menor de idade Sean Ribeiro Goldman, conforme Requerimento nº 1, de 2009, na CCJ, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles, Romeu Tuma, Gilvam Borges e Expedito Júnior. Eu pediria ao Senador Mercadante e o Senador Dornelles que convidassem e trouxessem para a Mesa, para fazer parte da Mesa, o Exmo. Sr. Ministro Paulo Vanucchi para vir compor a Mesa, por favor.

De acordo com os incisos X e XI, do art. 398 do RISF, a presidência adotarás as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição e em seguida abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. Eu queria dizer que prioritariamente serão os que assinaram o requerimento. A palavra às Senadoras e Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. Os interpelantes dispõem de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do Ministro, após o que poderá esse ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Eu queria dizer que eu, como Vice-Presidente, estou substituindo o Senador Demóstenes, que acaba de me ligar do aeroporto, que atrasou o voo e está chegando. Então no momento que ele chegar a essa Comissão, faremos a substituição e assumirá o Presidente dessa Comissão, o Presidente Demóstenes Torres.

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro Paulo Vanucchi para a sua exposição por trinta minutos. Com a palavra o Ministro. Fique à vontade.

SR MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI:

Obrigado Senador Wellington Salgado, obrigado a todos os Senadores e Senadoras, em especial ao Senador Dornelles pela convocação, o Senador Mercadante pela forma do convite, que dá uma oportunidade para uma exposição de informações com tempo, com serenidade, evitando a abordagem, que há uma pressão grande da imprensa já há muitos meses para a nossa intervenção e sobre a gravidade, os aspectos evidentemente dramáticos de dor que envolvem o tema. Eu quero fazer desta minha exposição, sobretudo, uma exposição com as informações técnicas referentes à ACAF – Autoridade Central Administrativa Federal, a sigla brasileira para o termo genérico da Convenção de Haia, que estabelece a necessidade dos países aderentes constituírem uma Autoridade Central.

Devido a minha exposição em quatro blocos: uma breve exposição do que seja a Secretaria Especial

dos Direitos Humanos da Presidência da República e suas diversificadas competências; em segundo lugar passarei a uma recapitulação breve das bases legais, constitucionais, políticas, filosóficas, éticas da temática da proteção da criança; em seguida a ação da ACAF; e a ação da ACAF no caso em questão.

Antecipo à Sra. Senadora, aos Srs. Senadores, a todos os presentes, colegas da imprensa, que não farei aqui, não tomaremos, porque não compete à ACAF, tomar qualquer posicionamento a favor de uma posição ou outra, a atribuição que compete ao Judiciário e, nos termos da convocação, aqui estou para explicar porque a Autoridade Central Administrativa Federal fez o encaminhamento à AGU, que é o objeto do pronunciamento do Senador Dornelles, que propôs, então, a nossa presença aqui.

Bom, rapidamente, desde 2003, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ela adquiriu status ministerial por determinação do Presidente Lula em desenvolvimento de uma política anterior de Estado que tem um momento marcante em 1993, quando as Nações Unidas organizaram, em Viena, uma abrangente Conferência Internacional sobre os Direitos Humanos, cuja declaração propõe que cada País seja munido de um Programa Nacional dos Direitos Humanos e tenha no mais alto status institucional possível organismos com a competência para cuidar da proteção, promoção e defesa dos Direitos Humanos.

Nesse processo, entre 1996 e 1997 nasce a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos no âmbito do Ministério da Justiça, primeiro com o nome de Secretaria Nacional e em seguida Secretaria de Estado, e nas vezes que compareço ao Senado, à Câmara e nos demais fóruns de debate, insisto em receitar a importância desse caráter de Estado, esse caráter de prosseguimento e acumulação histórica da Secretaria Especial, posto que em Direitos Humanos, possivelmente mais do que na média das demais áreas ou em todas as áreas, é preciso criar um espaço protegido da disjuntiva situação, oposição ou dos entrelagos partidários que são naturais e saudáveis numa democracia. Aqui é o campo de se construir grandes consensos, grandes composições, grandes acordos dentro da compreensão de que a regra da maioria é o elemento central da democracia, mas não é o único. A democracia se fortalece quando ela incorpora pensamento das minorias e, nesse sentido, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos tem hoje uma estrutura ainda muito chuta, que nesse momento aguarda uma votação na Câmara dos Deputados para voltar a ter uma equipe que, no mínimo, preserve os próprios Direitos Humanos, de uma equipe que trabalha final de semana, que vira a noite para poder dar conta das

suas atribuições, em que a primeira delas é a ação interministerial na área criança e adolescente de um modo geral. Abriga o CONANDA. Dessa forma, toda a vinculação com os grandes programas, aqui vários Senadores e Senadoras vinculados a essa luta, a Senadora Patrícia Saboya é um símbolo dessa mobilização, o PL do SINASE, o Sistema Nacional do Atendimento Sócio-Educativo, o Plano Nacional do Direito à Convivência Familiar e Comunitária que de alguma forma está dialogando com o debate do caso do menino Sean. Nós temos um projeto que ainda ontem o Presidente Lula, em Salvador, pactuou com os Governadores do Nordeste, a erradicação do sub-registro civil de nascimento. De criança pulamos para o direito do idoso, terminamos de realizar a semana passada a Segunda Conferência Nacional do segmento, os direitos da pessoa com deficiência, nós temos o combate ao trabalho escravo, o combate à tortura, os programas de proteção, que são vários programas de proteção a testemunhas, vítimas, depoentes especiais, crianças e adolescentes. Nós temos o segmento do direito da diversidade sexual, a cidadania, LGBT, o programa do uso da construção de indicadores de Direitos Humanos, o tema direito à memória e verdade sobre a questão das violências, violações dos Direitos Humanos no período autoritário e realizamos eventos importantes, como foi em novembro sediar o Terceiro Congresso Internacional do Combate à Exploração Sexual de Criança e Adolescente, combate à pedofilia, trabalho também de Senadores como o Senador Magno Malta, e uma das atribuições que levamos com uma equipe muito enxuta é esta de Autoridade Central Administrativa Federal para responder a duas Convenções de Haia, uma em que questão, os aspectos civis da subtração internacional de crianças, eu não usarei o termo sequestro, que é o título oficial da Convenção, e a outra Convenção que é a Convenção que rege as normas para a adoção internacional.

Eu quero passar ao segundo bloco, lembrando que a proteção da criança e do adolescente tem preceitos que são milenares, eles são fundamentados em razões do pensamento filosófico clássico da antiguidade greco-romana, tem formulações anterior tribais, formulações bíblicas e essa proteção passa pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, onde de novo o direito à proteção especial da criança é formulada e no Brasil redemocratizado com a Constituição Federal de 1988. Peço licença para leituras de brevíssimos trechos. No art. 1º estabelece entre os fundamentos do País a dignidade da pessoa humana. No art. 4º as relações internacionais se regem pela prevalência dos Direitos Humanos e pela solução pacífica de conflitos, os dois temas dialogando com o objeto desta audiência. No

art. 226, os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher, o que algumas legislações do mundo ainda não reconhecem, estabelecem claramente uma distinção com supremacia do elemento masculino. Os arts. 226 a 229 projetam as bases do Estatuto da Criança e do Adolescente, um diploma legal brasileiro que conta com enorme reconhecimento internacional, especialmente nas arenas internacionais da ONU, da OEA, dos Direitos Humanos. O ECA consagra a doutrina da proteção integral da criança, superando o espírito do antigo Código de Menores, apresenta a criança desde a mais tenra idade como titular de direitos. Peço licença também para uma rápida leitura dos seus arts. 19 e 21. “Art. 19 – Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta; Art. 21 – O pátrio poder, o poder parental, será exercido, em igualdade de condições pelo pai e pela mãe, na forma do que dispôs era a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência”. Completa vinte anos agora a Convenção da ONU dos Direitos da Criança. Essa Convenção foi aprovada no Brasil em setembro de 1990, Decreto do Presidente Collor, e eu peço licença também para ler rapidamente alguns dos seus artigos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria pedir um minuto ao Ministro para que possa fazer a troca com o meu ilustre Presidente, o Senador Demóstenes, que acaba de chegar a essa Comissão.

[troca de presidência]

SR. PAULO DE TARSO VANUCCHI: Obrigado, Presidente. Eu aproveito a pausa então para fazer já um primeiro apelo aos Senadores e Senadoras, na primeira oportunidade, e já levei este apelo ao Presidente Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, para que na primeira oportunidade possível se providencie a correção do título errado da Convenção de Haia.

A Convenção da ONU de 1989, no seu art. 3º, estabelece: “Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar primordialmente o interesse maior da criança”. O art. 8º: “Os Estados-Partes se comprometem...” Eu estou, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, resumindo aqueles artigos dos principais instrumentos constitucionais, legais e de tratados internacionais de que o Brasil é aderente e que tem vínculo direto com a matéria desta Audiência hoje. Art. 8º: “Quando uma criança se vê privada ilegalmente de algum ou de todos os elementos que configuram sua identidade, os Estados-Partes deverão

prestar assistência e proteção adequadas". Art. 9º: "Os Estados-Partes deverão zelar para que a criança não seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos, exceto quando..." – e aí reza as questões individuais. O art. 10.2: "Crianças cujos pais residam em Estados diferentes terão o direito de manter periodicamente relações pessoais e contato direto com ambos, exceto em circunstâncias especiais, sa de riscos". E, por último, "Os Estados-Partes adotarão medidas a fim de lutar contra a transferência ilegal de crianças para o exterior e a retenção ilícita das mesmas fora do País. Para tanto, os Estados-Partes promoverão a conclusão de acordos bilaterais ou multilaterais ou a adesão a acordos já existentes".

Nesses termos é que o Brasil aderiu à Convenção de Haia, que data de outubro de 1980, mas a adesão brasileira é de abril de 2000, Governo de Fernando Henrique Cardoso. O Brasil não participou do processo de redação. Como em contraste participou ativamente de outras Convenções. No âmbito da ONU mesmo, a Convenção que o Senado teve um papel fundamental na aprovação recente dos direitos da pessoa com deficiência teve o Brasil como um dos países chave em todo o processo de concepção e redação. Então problemas resultantes da interpretação, aplicação da Convenção de Haia, eu chamo a atenção para o pedido que faço: em inglês o termo é *children abduction*. A tradução sequestro, ela é incabível, um erro, e ela é tecnicamente inaceitável para uma mãe que tem o seu filho no útero ser acusada de sequestrar o próprio filho. Então eu não sei precisamente de onde foi o equívoco, de que área dos poderes públicos, se já no Executivo, na tramitação, se no próprio Legislativo se perdeu a chance. Peço que na primeira chance se promova a correção, eliminando a palavra sequestro, trocando-a pela mais precisa, abdução, que existe em português, ou, se preferir, uma palavra como subtração. Eu evito sistematicamente o emprego da palavra sequestro. Não estamos falando de sequestro de criança. Estamos falando de retenção, de abdução e marcadamente de retenção ilegal.

Explico que não cabe à Secretaria dos Direitos Humanos, à ACAF, definir se existe legalidade ou ilegalidade, se é lícito ou ilícito. Ela busca promover uma solução amistosa, que algumas vezes é viável, para evitar os morosos procedimentos judiciais e ela aciona o órgão do Poder Executivo, a Advocacia Geral da União, nos termos do art. 131 da Constituição, para que a AGU estude a adequação ou não, a correção ou não de iniciar a ação judicial. Nesse sentido, então, eu enfatizo junto aos Senadores, em especial ao Senador Dornelles, do papel bastante estreito, não judicial, da margem de decisão da Secretaria Especial dos Direi-

tos Humanos. Na sua estrutura, a ACAF, uma estrutura composta por cinco pessoas, liderada por uma gestora pública de alta qualificação profissional, estudou direito e relações internacionais, onde se pós-graduou na Universidade Jorge Washington. Lembrando que o gestor é uma carreira de Estado brilhantemente intuída pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira no Ministério, hoje, do Planejamento, pensando em assegurar no Brasil a composição de uma estrutura funcional qualificada, weberiana, aquela que dá persistência para as ações do Estado no seu processo natural de alternância de partidos nas estruturas do Poder Executivo, do Legislativo.

Eu quero dizer que essa Autoridade Central foi instituída em outubro de 2001 para cuidar de abdução e de adoção, Governo Fernando Henrique, mas só passou à implementação concreta em 2003, Governo do Presidente Lula, gestão do meu antecessor, Deputado Nilmar Miranda, que orientou na linha de procurar sempre o caminho das soluções amistosas. O diálogo com o Itamaraty e com o AGU é permanente, cooperação interna. Entre 2003 e 2009 houve 292 casos envolvendo 384 crianças, sendo 82 pedidos do Brasil para crianças retidas, abduzidas em outros países, e 210 pedidos de cooperação de 27 países para a recondução de crianças aqui presentes. Os Estados Unidos lideram a tabela com 35 casos, a Argentina 27, Itália 22, Alemanha 20, Espanha 12 e depois vamos ao bloco de um dígito só. Eu tenho a tabela aqui que podemos distribuir às Senadoras e Senadores. São 54--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS):

No Brasil quantos, Ministro?

SR. PAULO DE TARSO VANUCCHI: São 82 pedidos do Brasil e 210 ao contrário. Computamos 54 casos solucionados e registro, para enfatizar o que chamo de estrita margem de atuação da ACAF, o que antecipei na abertura, não farei qualquer incursão no mérito da questão, como o caso deve ser dividido, a menos que em última instância isso seja reiteradamente solicitado pela Sra. Senadora e Srs. Senadores e que não vou ter uma atitude aqui formalista, então antecipei. Repito os aspectos dramáticos do caso do qual me ocupo já há seis meses, estando ciente dos controversos e consistentes argumentos que estão alinhados em diferentes lados da causa.

Dos 210 pedidos de outros países, a ACAF encaminhou 115 à Advocacia Geral da União, reitero, nos termos da Constituição brasileira o órgão responsável pela representação judicial e extrajudicial da União. Não compete a uma instância ministerial julgar, é atribuição do Poder Judiciário e a ACAF considera encerrada a sua área de atuação no momento em que há uma decisão da AGU de não promover a ação judicial

e as partes são comunicadas, ou quando ela assume e assume toda a titularidade e a liderança do processo em que acompanhamos para prestar reiteradamente informações às Nações participantes da mesma Convenção, nos termos da chamada reciprocidade, que é um elemento central para reger esses Acordos, essas Convenções, esses Tratados. A AGU assumiu 77 casos, 40 seguem hoje no Judiciário.

Termino dizendo que uma cronologia abreviada do caso Sean, em duas etapas e nos termos do noticiário de imprensa que recebi, que suscitou a proposta de convocação do Senador Dornelles, ajustada para convite pelo Senador Mercadante, em 23 de setembro de 2004, primeira fase, a Autoridade Central dos Estados Unidos, que lá se chama *Office of Children's Abduction(F)* e pertence ao Departamento de Estado, portanto, a Secretária Hilary Clinton, neste sentido, é a homóloga da função, daí o seu envolvimento no caso adequado ou inadequado, não me compete avaliar. Ela então oficia à Autoridade Central brasileira pedindo procedimento para aplicação dos preceitos da Convenção de Haia. A questão colocada pela imprensa, que levou à iniciativa do Senador Dornelles, é porque a Autoridade Central teve dois procedimentos distintos. Teve o procedimento regular que sempre tem, com implicações distintas em dois casos. No primeiro, que tem um período curto, 23 de setembro começa, em 26 de outubro a Autoridade Central envia o ofício à Autoridade Central norte-americana informando que havia recebido aquele pedido, mas que um Advogado particular de nome Ricardo Zamariola havia entrado em contato com a Autoridade Central para informar que ele representaria o Sr. Goldman, não se fazendo necessária a atuação da Autoridade Central. Então nós pedíamos que a Autoridade Central norte-americana confirmasse essa informação, porque o procedimento da Autoridade Central brasileira, até então com modificação orientada pela AGU em 2008, pela nossa precariedade de recursos, ausência de estrutura, era de sempre que houvesse a advocacia privada, particular, a Autoridade Central brasileira não entraria no caso. Houve uma reiteração e, finalmente, o caso foi encerrado quando o Brasil recebeu a confirmação oficial norte-americana.

O segundo pedido, ele nos chega em 19 de setembro, onde há um elemento muito significativo. De novo, ao Judiciário caberá decidir sobre as implicações disso e sobre a melhor leitura, a melhor interpretação da Convenção de Haia e de toda a constitucionalidade brasileira e da legislação brasileira. A trágica morte em 22 de agosto da mãe de Sean, Bruna Bianchi, que colocava concretamente uma ideia de que havia uma situação de fato anterior e uma nova situação de

fato, sendo o pai biológico, o direito era evidente, era nítido, a menos que sobrestado na ressalva do art. 12 da Convenção de Haia, que eu tenho em mãos, posso ler se for de interesse das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores. Dois dias depois encaminhamos então à AGU, como fazemos naquela proporção que acabo de reportar em casos em que ela considera que deve tomar a iniciativa e casos que não deve, com um texto que é sempre de uma única página, sem adiantar juízos de valor que não nos competem, e a AGU, em 25 de novembro, iniciou a ação. Eu tenho detalhadamente toda a cronologia judicial, que se for de interesse [soa a campainha] posso resumir. Já termino.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se V. Exa. precisar continuar, fique à vontade.

SR MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI:

Não será necessário, termino só a frase. Eu posso ler, mas me importa registrar unicamente que me disponho, sempre que demandado, a receber, ouvir, dialogar, porque os Direitos Humanos exigem sempre essa busca de compreensão, a autoridade, o outro está movido pela convicção de honestidade e da verdade que é equiparável à minha e nesse sentido dialogamos com as partes, recebemos o Embaixador norte-americano no dia 5 de novembro. Um detalhe: eu já conhecia o Embaixador, conheço as alegadas dificuldades que pode haver no evento da tramitação no caso brasileiro, um País que hoje tem um muro na fronteira com o México, mas em Direitos Humanos, em primeiro lugar, é impossível nos regermos por paixões, sentimentos ou mesmo pela racionalidade patriótica nacionalista, é preciso levar em conta a questão do bem, no caso o bem de uma criança, e porque as estatísticas mostram que nós temos vários casos invertidos, em que a demanda se inverte então entre Itália, Alemanha, Estados Unidos e Brasil. Eu, por cautela, marquei audiência com o Embaixador no dia 5 de novembro, dia seguinte à eleição presidencial norte-americana. Bons leitores de jornal já anteviam o resultado da eleição e a diplomacia norte-americana se rege muito pela troca das suas equipes conforme muda o Presidente. Então não houve pressão, a menos que a pressão seja entendida como o simples fato de pedir audiência, em algum momento usar algum argumento que seja discordante da nossa apreciação, mas nesse sentido, se houve pressão, é o mesmo tipo de pressão que normalmente os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras recebem, as autoridades do Poder Executivo, se fosse qualquer expressão extrapolada, quem perder tempo em abrir o site da minha Secretaria e ler um pouco lá do meu *curriculum* de vida concluirá que a tendência minha

seria de uma resposta, de usar termos mais duros, e no caso não aconteceu nada disso.

Eu termino dizendo que os Magistrados que decidirem em última instância sobre esse caso, certamente estarão tomando uma ou a decisão mais difícil de toda a sua carreira. Eu há seis meses, sem precisar de formar um julgamento e cientista político, aprendi com Kant que a sua terceira crítica, a crítica da capacidade de julgar, seu trabalho mais difícil, de certa maneira inconcluso, eu ainda pessoalmente não formo uma convicção e, nesse sentido, quando indagado, indago sempre a quem me pergunta se existe alguma possibilidade de caminho do meio. O caminho do meio não é solução covarde de quem se sente premido e não querendo descontentar uma parte. O caminho do meio ecoa formulações do *in medio virtus* de Aristóteles, do *Just Miley*(F) do racionalismo francês de Descartes, o Presidente Lula faz disso o mote dele nas grandes discordâncias. O bem da criança caberá aos juízes julgar e eu conversei bastante com os meus especialistas na área, Carmem Oliveira, a Subsecretária, o CONANDA mesmo foi suscitado pela família brasileira e se manifestou. Eu tenho muitas dúvidas sobre se é correto a imprensa estampar as fotos do menino Sean na capa da revista, se isso não viola preceitos do ECA. Não cabe a mim tomar iniciativa de verificar e longe qualquer intenção de cercear a liberdade de imprensa para debater amplamente o caso, expondo a controvérsia. Nos Estados Unidos o tema segue hoje essas características daquela sociedade, a sociedade do espetáculo, com aspectos também muito constrangedores, e quando me pedirem opinião, se alguém pedir, eu batelharei sempre na busca de alguma solução em que uma criança, que agora tem uma irmã brasileira, esse elemento é um elemento importantíssimo, que essa criança, as famílias poderiam compor alguma ideia de que essa criança não se sentisse dilacerada mais do que já foi com a morte da mãe e, sobretudo, nós que não passamos por traumas comparáveis a esse, todos aqui sabem, vivemos com as nossas culpas, vivemos com os nossos problemas de formação, de segurança. Se essa criança em algum momento tiver de optar, tiver de opinar sobre isso, isso pode promover dificuldades que nos termos da Constituição brasileira, do ECA, dos Tratados Internacionais, do próprio perfil da República Brasileira, do papel do Senado, do Judiciário, do Poder Executivo, a nossa tarefa é buscar preservar ao máximo possível as condições psíquicas, pessoais, de saúde, de desenvolvimento peculiar do Sean. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Francisco Dornelles, que é um dos autores do requerimento, será o primeiro

a fazer as indagações a V. Exa. Ele passa as perguntas que ele deseja para V. Exa. poder acompanhar. Eu passo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Ministro Paulo de Tarso. Eu inicialmente quero cumprimentar V. Exa. pela sua gentileza, a sua fidalguia de aceitar essa convocação da Comissão de Justiça, com enorme brevidade, para que nós possamos discutir esse assunto envolvendo uma criança brasileira, o Sean Ribeiro. Quero também reiterar a V. Exa. a minha profunda admiração pela sua pessoa, pela sua história, pela sua competência, pela seriedade como V. Exa. vem conduzindo a sua Secretaria, mas demonstrar logo a minha divergência, de forma respeitosa, como a assunto vem sendo conduzido.

Sr. Ministro, a Secretaria de Defesa de Direitos Humanos determinou a AGU que promovesse uma ação de busca e apreensão e restituição aos Estados Unidos do menor Sean Ribeiro, sob o fundamento de que a sua presença no Brasil violava a Convenção de Haia, que trata do sequestro de menores. Ocorre, Sr. Ministro, que eu tenho documentem minhas mãos, e V. Exa. deve ter também, provando que o menor é brasileiro nato, nos exatos termos do art. 12, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal. Como se explica a atuação da União Federal em situação envolvendo uma possível extradição de um brasileiro nato?

Recentemente, Sr. Ministro, o Ministro da Justiça negou o repatriamento do cidadão italiano César Battisti, autor de vários crimes no seu País. Como se explica que a AGU esteja tomando procedimentos judiciais para o expatriamento de um brasileiro nato?

Sr. Ministro, eu tenho também em mãos expediente da Secretaria de Defesa dos Direitos Humanos, de 11 de janeiro de 2005, assinada pela Dra. Patrícia Lamego, informando que a União não tem autoridade para atuar em procedimento promovido pelo pai biológico pelo fato de ele estar representado por Advogado brasileiro. Tenho também em minhas mãos outro expediente assinado pela Dra. Patrícia Lamego, datado do dia 17 de Setembro, no qual ela muda de posição e determina que a situação da Advocacia Geral na representação do pai biológico, ordenando a nova busca e apreensão. Como V. Exa. pode explicar essa mudança de posição da Secretaria?

Sr. Ministro, em ação de busca e apreensão formulada em 2005 pelo pai biológico contra a mãe do menor, a Terceira Turma do STJ decidiu que a Convenção de Haia não se aplicava à espécie por não estar configurada a hipótese de sequestro da criança. Qual é a justificativa para a atuação da AGU na hipótese do presente, já passados quatro anos desde que o menor veio para o Brasil, onde se encontra perfeitamen-

te adaptado, com o agravante de que desde aquela época sua família foi acrescida pelo nascimento de sua irmã?

A Secretária de que V. Exa. é titular levou em consideração, na decisão de postular o envio do menor para os Estados Unidos, que com o trágico falecimento de sua mãe os laços afetivos do menor com o seu padrasto e os parentes com os quais convive nos últimos quatro anos, e principalmente com a sua irmã recém-nascida, ficaram profundamente fortalecidos, recomendando sua permanência no núcleo familiar?

Sr. Ministro, como é certamente do conhecimento de V. Exa., a Segunda Vara de Família do Estado do Rio de Janeiro deferiu, em 28 de agosto de 2008, a posse e guarda do menor ao Sr. João Luiz Lins e Silva com base na relação de paternidade sócio-afetiva, reconhecendo que os laços afetivos do núcleo familiar deveriam ser legalmente reconhecidos em benefício dos dois menores. A ação de busca e apreensão promovida pela AGU, por determinação de sua Secretária, em favor do cidadão americano, foi proposta depois dessa decisão da justiça. Não lhe parece que a ação de busca e apreensão representou uma interferência indevida em desrespeito à decisão da justiça do Rio de Janeiro?

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fique à vontade.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Serei breve. Sr. Ministro, a criança Sean Ribeiro está legalmente no Brasil, pois o Superior Tribunal de Justiça do Rio, através de decisão proferida, afastou totalmente a possibilidade de caracterização de sequestro, baseando-se o acordo nos princípios dos arts. 12 e 13 da Convenção de Haia, notadamente no § 2º, do art. 12, que diz o seguinte: "A autoridade judicial ou administrativa, mesmo depois de expirado um ano referido no parágrafo anterior, deverá ordenar o retorno da criança, salvo quando for provado que a criança já se encontra integrada no novo meio". O art. 13 da mesma Convenção, citada no referido acórdão, ressalta também em sua letra "b" que a autoridade judicial não é obrigada a ordenar o retorno da criança caso ficar provada estar ela sujeita a perigos de ordem física e psíquica ou de qualquer outro modo ficar numa situação intolerável. V. Exa. já fez uma pesquisa em relação ao pai biológico da criança, se a volta dele implica em algum perigo de ordem física ou psíquica ou se há alguma situação que o caracterizava intolerável?

Eu queria dizer também, Sr. Ministro, que a Revista Isto É, agora, há duas semanas atrás, informa que o pai biológico da criança, dez dias após a morte de sua mãe, apareceu na entrada do condomínio

do Rio, com uma equipe de rede de televisão americana, acompanhada por agentes da Polícia Federal brasileira, comandada por funcionários do Consulado norte-americano. Os policiais mandaram a portaria não avisar nada, subiram ao apartamento da avó de Sean, que os recebeu de robe às oito horas da manhã. Os agentes da Polícia Federal revistaram embaixo da cama, atrás de cortinas, por toda a parte em busca do garoto que, felizmente, não encontraram. V. Exa. acha justo que o Consulado americano chegue num apartamento brasileiro, levando agentes da polícia, invada uma casa e procure uma criança brasileira até debaixo de sua cama?

Sr. Ministro, V. Exa. ou algum integrante da Secretária teve contato ou entendimentos pessoais com o Deputado Christopher Smith, que veio ao Brasil especificamente para tratar dessa questão?

Sr. Ministro, para terminar, é do conhecimento de V. Exa. que o pai biológico está, através de um site nos Estados Unidos, fazendo dessa questão uma fonte de renda pessoal vendendo bônus, camisetas, bonés, canecas, explorando dessa forma, para o seu benefício financeiro, a imagem de uma criança brasileira?

E para terminar, Sr. Ministro, por que motivo V. Exa. deixa o AGU participar de uma pendência visando a extradição de uma criança brasileira nata, com residência permanente no Brasil, há mais de quatro anos?

Sr. Ministro, essas questões me deixam realmente numa posição em que eu gostaria de ouvir V. Exa. sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu gostaria, nós temos também uma outra audiência importante na Comissão de Assuntos Econômicos--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --com o Presidente do Banco Central, o Senador Dornelles também terá que estar lá por essa nossa Comissão de Acompanhamento da Crise, eu pediria se nós poderíamos fazer em bloco as arguições, apesar de--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Poderíamos, vamos só esperar--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu gostaria, Sr. Presidente, que essas minhas questões, como fui eu que fiz o convite, que elas pudessem ser respondidas de imediato.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em seguida atenderei a V. Exa. As demais perguntas serão feitas--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Enquanto eu ocupava a cadeira de Presidente, eu tinha acertado esse direcionamento com o Senador Dornelles, de fazer uma espécie de ping-pong primeiro. Se V. Exa. achar correto--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Cumprirei a palavra de V. Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Presidente.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Agradeço às perguntas do Senador Dornelles e as suas generosas palavras de abertura. Quero dizer que vou tecer respostas muito breves à maioria das perguntas porque elas incidem no que antecipei, a uma apreciação minha sobre qual é a mais adequada decisão do Poder Judiciário. Eu não me negarei a opinar sobre as últimas informações reportadas por V. Exa. no sentido da venda de canecas. Eu emitirei a minha opinião sim com franqueza.

Mas eu quero, sobretudo, responder calmamente à primeira, porque na resposta primeira nós podemos liquidar o mal entendido original de imprensa que está colocado, que se desdobrou em notícias do tipo "eu recebi o Embaixador norte-americano e no dia seguinte solicitei", um retrato muito feito desse Secretário dos Direitos Humanos. Recebe uma pressão do Presidente e sai correndo. Recebemos, como eu já informei anteriormente, as leituras, e dois dias depois fizemos o procedimento junto à AGU, recebendo o Embaixador menor-americano quarenta e cinco dias depois.

Então, Senador, que promovesse uma ação de busca e apreensão e restituição aos Estados Unidos do menor Sean Ribeiro. O documento que eu posso deixar com o Presidente, com o senhor, único documento, tem um pequeno problema de data aqui, 17 e 19, eu não terei tempo para lê-lo todo, mas lerei a abertura: "Da conformidade do que preceitua a MP 103, de 1º de janeiro de 2003, em observações à Convenção sobre aspecto civil e blá, blá, blá, promulgada pelo Governo brasileiro por meio do Decreto tal, encaminho a V. Exa. para análise, com vista a uma eventual ação judicial..." Não estamos falando em busca e apreensão, nós estamos estritamente cumprindo a nossa obrigação funcional, institucional, regulamentada pela adesão do Brasil em Decreto Presidencial à Convenção específica de

Haia. Então ela suscita, essas palavras não aparecem em nenhuma linha e a única formulação é essa: "com vista a uma eventual ação judicial". História em dezoito itens e termina: "Considerando tratar-se assunto que envolve necessariamente decisão do Poder Judiciário, esta Autoridade Central Administrativa Federal considera que a representação nesta matéria junto àquele poder deveria recair sobre a Advocacia Geral da União. Nessas condições, submeto à análise deste órgão o processo relativo ao caso para as diligências cabíveis". Querendo, posso mandar aos Senadores, ao senhor, às Senadoras, todos os nossos encaminhamentos desde 2003, mostrando que em nenhum momento antecipamos juízos sobre legalidade, ilegalidade, licitude ou ilicitude. Isso é a comprovação do que tenho chamado de a margem estreita executiva administrativa de ação.

Eu acho que as matérias César Battisti e Sean Goldman, elas não são regidas, iluminadas pelos mesmos conteúdos específicos. Haveria necessidade de tempo, que talvez não tenhamos hoje, se tivermos não me furtarei a responder com mais vagar procedimentos, a minha apreciação pessoal sobre um caso e outro.

A pergunta três é sobre a diferença de expedientes. As mudanças entre um expediente e o outro, elas são quatro anos de diferença, elas são no primeiro caso a informação de que havia um Advogado particular num momento em que a orientação, Casa Civil inicialmente e AGU diretamente, era de não haver atuação da União quando houvesse Advogados particulares. Essa orientação da AGU, reitero, responsável pela representação judicial e extrajudicial da União, ela se alterou em 2008. No meu juízo de valor, corretamente, ao entender que em determinados casos o interesse da União deveria ser assegurado diretamente, mesmo na ocorrência de advocacia particular. Então há essa mudança e, evidentemente, na breve restrita análise que nos cabe, que é análise, não é julgamento, havia um fator importante de dor, a tragédia, a morte de Bruna Bianchi, que evidentemente a situação de fato consistente em tese poderia ser reinterpretada, que é, na leitura das reportagens de imprensa, o ponto de vista do pai biológico, é sempre dizer que com a morte da mãe ele era o pai. Então, de novo, não nos cabia, porque qualquer decisão envolve o contraditório, envolve o ouvir partes, nos termos do que acabei de ler é um procedimento técnico estritamente fiel disciplinado aos preceitos que regem a criação por Decreto Presidencial da ACAF, a sua atribuição à Secretaria dos Direitos Humanos.

A pergunta quatro, em ação de busca e apreensão formulada em 2000, qual a justificativa para a atuação da AGU? Eu, de novo, não tenho nesse mo-

mento condições de seguir todo o arrazoado da AGU que eu tenho em mãos, também posso deixar, e, de novo, há uma plena judicialização do caso em que eu, como titular de Direitos Humanos, não tenho convicção, não tenho parte. A única convicção é aquela que expressei ao encerrar a minha primeira intervenção nesta Audiência.

O argumento da pergunta cinco eu avalio como um argumento consistente. De fato um dos aspectos do contraditório, que as autoridades judiciais deverão decidir, é de que nos termos da letra da Convenção de Haia é preciso assegurar a pronta restituição, porque quanto mais tempo passa, mais se caracteriza o novo laço afetivo familiar, o novo ambiente da exceção da Convenção, o que, reitero, torna, para mim, pessoalmente, esse caso um caso de difícil julgamento.

A pergunta seis, as decisões da Vara Estadual, a ação de busca e apreensão promovida pela AGU por determinação de sua Secretaria, então reitero, não houve determinação. Em primeiro lugar porque a Secretaria não pode determinar nada à AGU e como eu li nos termos e deixarei o nosso ofício, não havia essa antecipação de qualquer conteúdo de busca e apreensão, pelo contrário, na Autoridade Central, quando há determinações judiciais de busca e apreensão, a ACAF se apressa em tentar conseguir o acompanhamento ou psicólogos, alguém que assegure a proteção, um mínimo de proteção diante de um trauma como é o trauma de uma busca e apreensão.

A pergunta sete, sobre o Deputado americano Christopher Smith. Eu pessoalmente não o recebi, provavelmente pelas dificuldades de agenda. Não tomaria uma posição prévia de não receber pessoas. Recebo uma vez por semana a Embaixada de Israel, como exemplo, com Senadores israelenses, com Deputados israelenses que reiteradamente vem nos suscitar, solicitar apoio com vistas à Conferência de Durban, agora numa revisão, no final deste mês, em Genebra, para que não seja aprovado nenhum posicionamento antissemita. Em Direitos Humanos é preciso apostar em diálogo, em ouvir todo mundo e não tomar posições prévias pré-concebidas. A minha assessoria Patrícia Lamago, que é aquela qualificada gestora a que me referi, ela recebeu o Deputado americano Christopher Smith.

A pergunta oito. É, eu não fiz ainda nenhuma visita ao site *Bring Sean Home*. Eu recebo sim talvez já milhares de mensagens, dez, vinte, trinta por dia, as primeiras todas em inglês e num tom que era *How do you* [ininteligível]. Depois a ideia de que tipo de País é o seu, como é que vocês ouçam. Uma coisa beligerante. Eu noto que nos últimos meses crescem as mensagens oriundas dos Estados Unidos em por-

tuguês, então é a comunidade brasileira lá residente que está se pronunciando com intensidade. E todos esses aspectos envolvendo comercialização evidentemente ferem os pressupostos de defesa dos direitos da criança, ferem as Leis brasileiras e não posso concordar e não posso concordar com o ataque ao Poder Judiciário brasileiro.

A nova pergunta. Bom, é a mesma questão de benefícios financeiros. É condenável. O argumento que ele tem usado na imprensa é o argumento de que não tem recursos para viajar ao Brasil e para bancar as custas elevadas judiciais. De qualquer forma eu, na situação dele, como pai, não faria isso, não colocaria o meu filho em canecas, em bonés, tentaria outros mecanismos de obter solidariedade para as viagens e ação judicial.

Por que motivo deixa a AGU participar de uma pendência visando a extradição de uma criança brasileira nata e com residência permanente no Brasil há quatro anos? Suscito a AGU e a AGU, ela, no seu procedimento, não nos consulta para que nós fundamentemos. Ela decide soberanamente, como é da sua competência e autoridade.

Reitero, Senador, que não me parece que o tema tenha na discussão Brasil-Estados Unidos, em qualquer enfoque patriótico, o melhor canal de resolução. Os outros argumentos das partes que eu conheço, eles são muito consistentes, eles podem prescindir dessa ideia Brasil versus Estados Unidos, mesmo porque nós teremos então daqui a pouco, já temos dezenas de outros casos em que a equação se inverte. Então nós teríamos que adotar dois patriotismos colidentes. Eu acho que a decisão da AGU, ela seguiu a competência, a atribuição, a autoridade e expertise no tema e caberá ao Judiciário brasileiro decidir em última instância. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Ministro, eu vou ser muito breve. Eu tenho que agradecer a V. Exa. às respostas dadas.

Eu queria dizer o seguinte: na realidade o fato, política é o fato, e o fato é o seguinte: o Brasil está pagando um Advogado brasileiro para defender os interesses de um cidadão estrangeiro e procurar a extradição de um brasileiro nato. Eu, realmente, acho isso uma brutalidade, uma violência. O assunto estava sendo tratado nas Varas de Família e por solicitação da sua Secretaria a AGU entrou. Entrou e então nós temos um Advogado brasileiro, pago pelo Governo brasileiro, defendendo um cidadão americano e com o objetivo de promover a extradição de um brasileiro nato. Eu acho isso um ato bastante violento.

Segundo, aqui ainda vendo a Convenção de Haia, o art. 13 diz que a autoridade judicial não é obrigada a ordenar o retorno da criança caso ficar sujeito a perigos de ordem física ou psíquica ou de qualquer modo ficar numa situação intolerável. Eu pergunto: houve em determinado momento, em algum momento na sua Secretaria, na Dra. Patrícia Lamego, a preocupação de verificar o ambiente existente nos Estados Unidos, as condições do pai biológico, o que representaria a entrega desse menino ao pai biológico que, de maneira estranha, só depois de quatro anos veio aqui fazer esse pleito? O que aconteceu no Brasil? Houve preocupação de examinar o que é que aconteceu no Brasil nesses quatro anos? A impressão que se tem é que a Secretaria entrou tomando parte a favor de um cidadão americano, ignorando que se trata de um brasileiro nato, sem examinar as condições e o meio em que vive o cidadão brasileiro. Houve algum fato estranho?

Agora, Sr. Ministro, por fim, ainda eu volto à Revista Época, que é uma revista da maior credibilidade, o assunto que uma equipe de televisão americana, agentes da polícia brasileira, acompanhados de funcionários do Consulado americano, subiram ao apartamento da avó de Sean, que os recebeu às oito horas da manhã, os agentes revistaram embaixo da cama. V. Exa. acha justo que, em pleno Brasil, funcionários do Consulado americano cheguem numa casa de brasileiros comandando a Polícia Federal? Eu pediria a V. Exa. se poderia, teria condições de mandar apurar esse caso, porque é uma brutalidade.

E para finalizar, resumindo, política é o fato e o fato é o seguinte: o Governo brasileiro se engajou numa disputa entre um cidadão de outro País e um menino brasileiro nato e tomando partido contrário a este jovem brasileiro. Isso daqui eu considero uma decisão, com todo respeito a V. Exa., que eu tenho por V. Exa., em termos de Governo é uma decisão lamentável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra V. Exa.

SR MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Obrigó, Senador Dornelles. Primeiro, então, com o ponto de acordo que temos, eu repilo as informações que o senhor trouxe da Revista Época agora, vou tomar providência imediatamente, verificar a veracidade, se houve mesmo, e seja na Subsecretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança, seja na nossa ouvidoria dos Direitos Humanos, vamos oficializar à Polícia Federal, ao Ministério da Justiça para nos informar e imediatamente repassaremos ao senhor. Se houve essa violação de direitos, isso tem de ser investigado e apurado na forma da Lei.

Quanto da minha leitura da nossa peça, a peça oficial endereçada à AGU, eu expliquei que estritamente dissemos: “Enviamos para análise com vista a uma eventual ação judicial”. Então se isso, de acordo com o raciocínio de V. Exa., ainda configura uma tomada de posição, se pressupõe que então não deveríamos ter feito nada e ao não fazer nada nós estaríamos seguramente violando a atribuição da ACAF, que é, recebendo uma solicitação formal, analisar e repassar ao órgão do Poder Executivo, mandatado e qualificado para fazer uma apreciação jurídica que não nos compete. Eu não sou Advogado, a Patrícia Lamego estudou Direito, não precisaria de sê-lo e--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Quantas vezes o senhor já fez isso? Quantas vezes, quantos pleitos foram encaminhados a V. Exa. e que V. Exa. solicitou a presença da Advocacia Geral da União em casos semelhantes?

SR MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI:

Eu já li os números, Senador, eu posso localizar e releter.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Se V. Exa. teve outros?

SR MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI:

Eu já li os números todos, eu posso, inclusive, eu posso achar. Eu não lembro de memória. São algumas centenas de casos, eu classifiquei em dois blocos: o bloco de pedidos de crianças que estão no Brasil e bloco de pedidos de crianças que devem ser trazidas ao Brasil. Então nesse sentido a minha convicção, e aí de fato com respeito pelo posicionamento de V. Exa. que já tinha dito, quer dizer, na democracia de um modo geral essa ideia de ouvir a opinião contrária, ouvi a opinião quando chegou sobre os aspectos de possível dano da volta do Sean aos Estados Unidos. A atribuição está na judicialização estadual já ocorrente, na decisão da AGU de tomar um posicionamento ou não, eu dei o número inclusive dos casos que nós suscitamos à AGU, ela encaminha um pouco mais de metade, ela encaminha um pouco mais de metade. Eu vou deixar com o Senador todos esses dados. Então ela é que tem a expertise, a atribuição [soa a campainha] de decidir se faz ou não e em que termos faz. E, claro, em conversas com familiares brasileiros, eu fui informado, num caso inclusive sugeri que encaminhasse ao CONANDA, o Conselho Nacional, para que isso então provocasse uma intervenção no CONANDA. E reitero, pessoalmente tenho muita dificuldade ainda de decidir, e acho que o esforço por um caminho do meio é indispensável nesse episódio porque já há muita dor envolvida nas famílias, sobretudo na criança, que é o nosso alvo maior de preocupação.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Quanto dessas crianças eram brasileiros natos?

SR MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI:

Eu não tenho esse número, posso obter com rapidez. O fato de ser brasileiro nato, Senador, eu lembro que também era norte-americano nato, quer dizer, existe essa duplicidade. Ele é nascido nos Estados Unidos, registrado lá.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): De acordo com a Constituição brasileira ele é um brasileiro nato.

SR MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Sim.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Nasceu, foi registrado no Consulado brasileiro, pela Constituição é um brasileiro nato.

SR MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Sim.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu acho que o Governo do Brasil está contra um brasileiro nato, tomando partido de um cidadão norte-americano. Muito obrigado, Sr. Presidente

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero agora a palavra.

[soa a campanha]

SR MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Não está contra o brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu concederei a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Marcelo Crivella. Se concordar com a permuta com o Senador Mercadante--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu tenho que sair, o Senador Mercadante tem todos os dados. Eu acho que, apenas para pacificar aqui a coisa, eu, o Mercadante e o Dornelles temos a mesma posição, quer dizer, nós achamos que a criança já está ambientada. Existe na Lei de Direitos Humanos Internacional precedente para que ela fique no Brasil, tem irmão, e essa, acredito, que é a nossa decisão. O que nós e o Senador Mercadante certamente fará, quer dizer, a nossa discordância é com relação, vamos dizer, o Senador Dornelles tem uma posição de que o Governo advoga causa contrária, o que para nós, e pelo que o Ministro disse, não é verdade, quer dizer, a Advocacia não está trabalhando em favor de um, vamos dizer assim, de um interessado estrangeiro que queira levar a criança daqui. A análise feita pelo Ministro me parece o caminho adequado.

Agora eu lamento não poder ficar, nós temos diversas Comissões, temos agora a CNBB, o Dia da Fraternidade, volto para depois nós fazemos a nossa pauta, mas quero parabenizar ao Ministro pela sua

tranquilidade, pela sua, eu diria, inteligência e lucidez ao tratar de um tema tão potencialmente conflituoso de uma maneira sábia e virtuosa. Acho que as respostas, quando o Senador Dornelles formulou as perguntas, eu disse: "Nitroglicerina pura, como que é o Ministro vai sair disso?" Agora ele falou bem: "Na primeira pergunta eu vou poder responder todas, quer dizer, eu não solicitei à AGU que advogasse em favor da causa do pai estrangeiro, não fiz isso. Submeti à análise por questões de cargo, de função das atribuições da Secretaria que presido".

Então eu fico muito feliz do Senador Dornelles estar advogando essa causa, ele tem me orientado, é o senhor da nossa bancada do Rio de Janeiro, a posição dele eu acho que é defensável, porém, fica aqui apenas essa ressalva, de saber o que Governo brasileiro não está advogando em favor de ninguém e nem deve ter patrocinado, se houveram, essa atrocidade de violarem lares às oito horas da manhã buscando debaixo da cama uma criança que eu tenho certeza já está ambientada com a sua família. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, meu caro amigo e companheiro Paulo Vannuchi, a quem eu conheço há pelo menos mais de trinta anos, sei da sua história, da sua vida e do seu trabalho à frente desse Ministério tão importante, que pela primeira vez ganha o status que têm de tratar das questões de Direitos Humanos. É esse o seu compromisso de vida e é esse o seu compromisso funcional.

Acho que nessa questão nós precisamos desfazer alguns mal entendidos e tenho certeza que o Senador Dornelles está aberto. Especialmente a família, quero falar aqui à Maria Augusta, que foi com quem eu conversei sobre esse assunto, eu, sinceramente, não acho que o caminho da defesa seja esse que está sendo expresso, não acho que contribui em nada com a defesa, quer dizer, nós assistimos aqui a seguinte linha: a Secretaria de Defesa dos Direitos Humanos determinou à AGU que promovesse uma ação de busca e apreensão e restituição nos Estados Unidos do menor Sean Ribeiro Goldman. O Ministro não só não sabia que houve uma tentativa de busca e apreensão, desconhece essa iniciativa, não é da sua competência, não foi isso que ele encaminhou e não sei a que pretexto esse tipo de encaminhamento vai ajudar a defesa. Não vai ajudar a defesa. Não vai ajudar a defesa porque não é isso que nós temos que discutir. Na minha visão não é isso.

Por que é que eu acho que o Ministro atuou no limite da sua responsabilidade constitucional e legal? Porque ele tem trezentos casos para tratar que envolve o direito internacional e a regra para a justiça brasileira e o Brasil poder decidir questões dessa natureza é o amparo da legislação internacional se nós quisermos resguardar no futuro os nossos direitos de outras famílias brasileiras que vivem a tragédia de uma situação semelhante como esta. E mais. Eu quero lembrar que no caso, e é incrível a história, no caso do Elián, que foi aquele menino cubano foragido para os Estados Unidos, que a mãe morre na viagem e o avô, em Miami, não queria deixar a criança voltar, a justiça americana, pela Convenção de Haia, devolveu ao pai biológico. E ali é um caso ideológico, político e nacional de grande envergadura e devolveu, e devolveu, e devolveu. Então nós temos que nos amparar pelo direito--

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Isso que é a democracia, não tem nem tratado com Cuba.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não tem e devolveu, e devolveu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Exatamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso que nós temos que respeitar a consistência da intervenção, A fundamentação jurídica, o rigor diplomático. E qual é a nossa orientação como sociedade, que eu acho que deve ser a orientação da defesa? A força da defesa está no futuro e na vida, na integridade emocional do Sean. É isso que vai dar valor à defesa e é isso que me move, porque todos os argumentos que eu ouvi, e a Maria Augusta que conversou comigo sabe do que eu estou dizendo, todos os argumentos eu achei que eram precários. Ele é um brasileiro nato pela Constituição brasileira, mas como ele nasceu em território americano, eles reivindicam a mesma condição. Portanto, há uma questão que terá que ser decidida do ponto de vista judicial.

É verdade, eu não tenho nenhuma simpatia por esse pai pelas poucas informações que tenho. Eu não consigo entender como é que ele prioriza uma defesa jurídica e não mantém uma relação afetiva com o filho durante cinco anos. E faz de uma forma que expõe o seu filho como ele está conduzindo. Não tenho nenhuma simpatia pelo pouco que eu conheço, mas o pátrio poder é um valor fundamental para a justiça e para a vida. Ninguém tem o direito de diminuir o pai do Sean, porque isso não ajudará ele qualquer que seja a solução futura. Não é um bom caminho para a família, não é um bom caminho para a defesa, não é um bom caminho para o Brasil.

O encaminhamento que nós temos, o Supremo Tribunal de Justiça, decidiu que cabe à justiça federal decidir este caso. E, seguramente, ele vai decidir sob a inspiração da Convenção de Haia, sob a Constituição brasileira, sob o Estatuto da Criança e do Adolescente e sob a especificidade dessa questão.

Por que é que eu acho e estou absolutamente convicto que o melhor caminho, primeiro seria, eu concordo com o Ministro, algum nível de entendimento da família. Nós não devemos patrocinar uma ruptura como essa, muito menos orientado por sentimentos nacionais. O que vale aqui é a família, a família no seu todo e é a criança, é ela que deve mover a melhor resposta jurídica e de qualquer forma buscar algum nível de conciliação entre as partes e alguma mediação para que ele possa ter relação com o seu pai biológico e para que ele possa manter o seu núcleo familiar brasileiro. Eu acho que a família está disposta a esta construção, manifestou.

Agora eu termino dizendo por que é que a minha convicção é que o Sean deve ficar com a paternidade sócio-afetiva de João Paulo Lins e Silva. Por quê? Sr. Presidente, o Paulo Vannuchi conhece um pouco a minha história e é interessante, viu Senador Dornelles, porque ele respondeu todas as questões sem colocar a condição dele de ser um pai adotivo, que sabe exatamente o que nós estamos discutindo aqui, como é o teu caso, como foi o meu e como é o da nossa querida Patrícia. Eu vivi uma situação não tão dramática como essa, mas muito difícil na minha vida. Eu fiquei viúvo em 1982. A minha mulher, a Jane, tinha uma filha, a Juliana, que viveu comigo toda a primeira infância e com uma relação muito precária. É um tema que eu nunca falo publicamente, são raras as vezes, vou tentar falar com racionalidade, sem que a emoção me provoque. Eu vivi um processo muito difícil, a minha mulher ficou com câncer, era uma paciente terminal, no final da vida foi muito doloroso e eu, na realidade, assumi todas as condições da paternidade. Era eu que dava banho, eu que levava na escola, eu que cuidava da parte afetiva, quer dizer, eu era na realidade a referência afetiva, a estabilidade emocional da Juliana era a relação que ela tinha comigo. O pai não tinha, durante essa fase, uma relação presente. No entanto, no final do processo ele quis assumir a Juliana, ele assumiu a condição de paternidade. Eu, na época, procurei a condição de ser... A paternidade sócio-afetiva não tinha nenhum amparo jurídico. Eu fico muito feliz que hoje o direito brasileiro comece a reconhecer que pai é quem cria, é quem cuida, é quem protege, é quem alimenta. Esse é o pai, não é necessariamente quem colocou no mundo. Na época não tinha nenhum e eu fiz de tudo para ter uma reconciliação da Juliana com

o pai biológico. De fato eu acho que ele estava motivado para assumir a paternidade, ainda que tardia, mas estava motivado. Ela não queria de jeito nenhum morar na casa dele, eu tinha que fazer de tudo para ela visitar e voltava. Nós tínhamos uma empregada que participou da criação, eu mandei ela para a casa dele para poder ajudar a adaptação dela. Um dia ele saiu de férias com ela, falou que ia viajar um mês com ela para ficar mais próximo, para se adaptar. Quando ele voltou, ele me procurou e falou: "Olha, eu não consigo viver com esta situação, a minha filha gosta mais de você do que de mim, ela nunca vai gostar de mim enquanto ela tiver contato com você, eu não quero mais que você veja a minha filha". Eu falei: "É uma loucura o que você está fazendo. Como é que uma criança que perde a mãe, você vai agora romper a relação comigo, que você sabe o que representa para ela? Então você coloca numa situação em que eu ensino ela a trair o pai aos seis anos de idade ou não vejo... Você não me peça essa opção, eu não vou ensinar ela a trair você, mas todas as vezes que ela me procurar, eu vou receber". E o avô, todas as vezes, pegava ela e levava para me ver. Até os quinze anos de idade ela me via sem que o pai soubesse. Eu nunca tratei do assunto, nunca falei desse assunto, sempre respeitei e achei que ele cuidou muito bem dela, na realidade ele assumiu a paternidade, criou com carinho, se empenhou, o que ele não fez num primeiro momento, e eu senti uma ruptura, que eu acho que foi um erro para ela e foi um equívoco dele. Eu pude restabelecer, um dia eu contei essa história, quando ela fez essa história eu contei essa história publicamente, dei uma entrevista e contei tudo. Hoje a Juliana é mãe, formada, arquiteta, não existe mais nenhum tipo de problema no relacionamento. Quando o avô morreu nós fomos juntos, o pai inclusive, o Walter(F), fomos juntos ao enterro do avô, e essa questão, enfim, se resolveu no tempo. Então eu defendo que haja algum tipo de relacionamento, que haja um esforço da família de buscar incorporar esse pai de alguma forma na relação.

Termino dizendo o seguinte: qual é o fator decisivo para mim? Ele tem uma irmã de sete meses. A mãe morreu no pós-parto. Esse vínculo ninguém tem o direito de romper. Não é possível que seja o pai, não entenda o que é que representa para uma criança que perdeu a mãe ter uma irmã de sete meses. Esse é o vínculo mais importante afetivo nela, essa é a razão mais profunda. Por isso eu confio que a justiça brasileira preservará a paternidade sócio-afetiva, manterá o núcleo familiar brasileiro e acho que nós temos a diplomacia inclusive, Paulo, eu acho que o Ministério devia entrar em contato com as autoridades americanas para buscar diminuir esse tipo de disputa, esse tensiona-

mento jurídico que não interessa para tentar construir algum tipo de relacionamento e de ponte para que ela possa ter relação com o pai biológico e não perder o elo fundamental afetivo e emocional que é uma irmã de sete meses. E, seguramente, um pai que é o João Paulo, que é pai porque criou, porque protege, porque está lutando para ter, que ele possa preservar a sua participação decisiva. Então o meu encaminhamento é que a gente destensione, não acirre, busque construir pontes, não exponha, porque quando põe na revista, no blog, etc., na realidade ele já está vivendo a insegurança de perder o vínculo e se expondo socialmente. O Estatuto preserva essa condição. Eu acho que o argumento da defesa é o argumento de quem ama, de quem quer o melhor, e o melhor é que ele fique com a irmã no Brasil e possa ter relações com o pai biológico. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Dornelles foi mencionado e pede a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Mercadante pela brilhante exposição que ele fez, o que, aliás, não é surpresa, que toda a exposição do Senador Mercadante, mesmo quando ele não quer, é uma verdadeira aula.

Mas eu só queria dizer o seguinte, Senador: eu concordo plenamente, a tese da defesa ou das duas partes é um problema deles, cada um vai seguir o caminho que achar. A decisão vai ser do Judiciário. Agora o que eu lamento e lamento mesmo é o Governo brasileiro pagar um Advogado brasileiro, entrar numa disputa contra um brasileiro nato. Isso eu lastimo profundamente, porque a AGU está atuando contra um brasileiro nato e acho isso deplorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, como o Regimento diz que quando Ministro ou quem status de Ministro está numa Audiência, dois do mesmo partido não podem se seguir imediatamente. Então, em razão disso, como eu estou cumprindo o Regimento, eu concedo a palavra à Senadora Patrícia. Depois a V. Exa.--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Presidente, obrigada Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --em seguida à Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senadora Serys, obrigada também. Eu queria cumprimen-

tar a V. Exa., Presidente, e também ao Ministro Paulo Vannuchi, dizendo no mesmo sentido da admiração, do respeito e da confiança que eu tenho em V. Exa. Tenho porque todos nós conhecemos a sua história, todos nós conhecemos a defesa intransigente que V. Exa. tem em relação ao respeito, à proteção dos Direitos Humanos de crianças, de adolescentes, das minorias, enfim, de quem for injustiçado. Portanto, eu me sinto completamente à vontade para dizer da confiança que eu tenho em V. Exa. e que em nenhum momento passa pela minha cabeça que haja uma perseguição a essa criança ou um favorecimento em relação ao pai americano.

O que me traz hoje aqui, além da conversa que eu tive a oportunidade de ter com a Maria Augusta, com muita emoção, de poder aqui trazer um pouco da minha experiência não só como coordenadora da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente, que presido nessa Casa há mais de seis anos, mas, também, com a minha experiência como mulher, como mãe, de quem enfrentou uma CPI há quatro anos atrás que procurou investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes e que por diversas ocasiões, Ministro, nós que fazíamos parte da CPI fomos muitas vezes mal interpretados porque resolvemos dar fé à voz dessas crianças. Talvez pela primeira vez uma investigação tenha acontecido em que nós acreditamos naquelas crianças. Há de forma muito comum no mundo a gente sempre imaginar que criança sempre fantasia, que criança sempre pode estar inventando ou fazer um certo folclore, e com isso nós vimos que 94% das crianças brasileiras são violentadas dentro da sua própria casa. Muitas vezes e na grande maioria das vezes por um pai, por um padrasto, por alguém mais velho. E na grande maioria das vezes nós, adultos, que temos a responsabilidade de proteger o direito dessas crianças, não nos damos conta de dar fé, de acreditar na voz de cada uma delas.

Portanto, o que me move hoje muito aqui e me perdoe, não é a justiça, é muito mais o que eu imagino que pode estar passando pela cabeça do Sean, um menino que não teve sequer tempo de sofrer o luto da mãe porque logo em seguida foi atemorizado pelo pânico, pelo pavor de voltar ao lar de alguém que ele viu, que considera pai, que chama de pai, mas que conviveu há quatro anos atrás. Portanto, há um vínculo muito forte do Sean com o padrasto, com uma irmã de sete meses de idade e, além do mais, com os seus avós maternos. Há um lar, há um ninho, há uma família que se constituiu, há um vínculo muito forte que não pode de forma alguma ser desprezado. Talvez [interrupção no áudio], eu estou falando aqui para V. Exa., mas arrisco a dizer até que V. Exa. talvez, no

seu íntimo, já tenha sim esse convencimento, porque todos nós conhecemos a sua história, mas sabemos também da sua decência, da sua disciplina, de não passar por cima de absolutamente ninguém, mas de defender aquilo que é justo. O que hoje nós estamos argumentando nessa Comissão é, talvez, a defesa de que essa criança possa permanecer com a sua família, com os seus avós maternos, com o seu padrasto, com a sua irmã, até porque ontem, Ministro, discutíamos, ontem com o Sr. Gilberto Carvalho, com V. Exa. e outros agentes que trabalhavam na questão da Lei da Adoção, justamente que essa é a determinação de que não se separem irmãos. Por favor. São irmãos que convivem, são irmãos que têm uma relação de afeto e que essa relação não pode de forma alguma ser desprezada.

O que me preocupou hoje aqui foi a denúncia que trouxe o Senador Dornelles em relação a uma ação da Polícia Federal com o Consulado americano, algo que V. Exa. aqui já se comprometeu de verificar e de fazer uma averiguação, enfim, sobre esse assunto. Esse tema, para mim, assim, ele é muito relevante, porque pode abrir precedentes gravíssimos em relação a isso.

Tenho aqui a minha opinião, tenho aqui como cidadã também, que sou mãe adotiva e sei hoje o valor que é o amor e que talvez esse seja o melhor remédio que exista no planeta, que é o amor, o afeto, o carinho e o fortalecimento dos laços afetivos. Isso o Sean já tem, que é a coisa mais difícil de se construir. Ele já tem e nós temos que pensar que não podemos tirar [soa a campainha] e arrancar isso dele, até porque a sua mãe – termino já, Sr. Presidente –, que era o seu principal vínculo, não teve tempo de se despedir do seu filho, porque, infelizmente, morreu no parto, uma tragédia violentíssima para qualquer criança, e, em seguida, uma segunda morte seria carregar esse menino, tirar essa criança de perto da sua família.

Então que todos nós que temos a responsabilidade de discutir, de debater de forma clara, transparente, democrática, esse e tantos outros assuntos relacionados às crianças, que a gente possa realmente ter essa compreensão, que a gente não permita que nenhum tipo de violação, e sei que sua Secretaria, que o seu Ministério estará atento a isso. Portanto, trago aqui a minha opinião de que essa criança deveria ficar. Sei que talvez a minha opinião seja muito pequena em relação ao que vai se discutir, mas não posso de forma alguma me abster de dar a minha opinião, que eu acho que o Sean deve ter o seu lar, que tudo deve ser feito para o que pai biológico participe também da educação, da evolução, do crescimento do seu filho, mas que aqui ele não seja tirado do seio da sua família. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Obrigada, Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nosso Ministro, nosso Ministro que a gente sabe de todo o seu esforço, toda a sua vontade e toda a sua determinação política em fazer com que os Direitos Humanos realmente sejam assegurados e que vem desempenhando um trabalho realmente que todos nós conhecemos da melhor qualidade.

Eu diria que depois de todas as perguntas do nosso Senador Dornelles, que foram realmente perguntas de uma consistência muito grande e dos depoimentos tanto da nossa Senadora Patrícia quanto do Senador Mercadante, a gente ficou com pouco o que dizer.

Mas uma das questões, Ministro, que eu gostaria de colocar, é que exista um esforço grande da sua Secretaria com o status de Ministério, no sentido de resguardar o Sean da espetacularização dessa disputa. Isso realmente me assusta. Eu fico imaginando, eu não tenho filhos nessa idade, eu tenho quatro filhos, mas são adultos, mas eu tenho quatro netos e tenho neta com a idade do Sean. Eu fico imaginando o que se passa na cabeça de uma criança dessa vendo essa exposição, o sofrimento, a insegurança, como isso pode atingir a própria formação da personalidade do Sean. Isso me assusta sobremaneira.

Já foi dito aqui que essa questão de pai ter ou não ter relação afetiva e que é o caso, por exemplo, do pai do Sean. Pelas informações que eu tenho esse laço não existe praticamente da relação afetiva dele com o filho. Eu pergunto: já foi verificada a vida do pai do Sean nos Estados Unidos? Porque o que eu acredito que o que tem que ser avaliado, o que tem que realmente marcar essa decisão é aquilo que até a Senadora já usou esse termo aqui, que eu costumo usar muito, é o ninho dessa criança, é o ninho. Será que ele tem um ninho nos Estados Unidos como ele tem um ninho aqui? Que tem uma irmã, uma irmã de sangue, uma criança, que não existe golpe maior do que ter perdido a mãe, não existe. Imagine o sofrimento desse menino. Eu não consigo imaginar. Perdeu a mãe, ficou a irmãzinha. A irmãzinha que, com certeza, puxa o cabelo dele, porque uma irmã de sete meses já dá para aprontar com o irmãozinho de oito anos. Com certeza ele adora essa criança. Tem os avós, tem a tia, tem o João Paulo que cria, que alimenta, que ama, quer dizer, ele tem aquilo que eu estou chamando de ninho. Isso aqui é propício a ele, ele ama essas pessoas e essas pessoas o amam. Existe aqui para o Sean um núcleo familiar. Quando ontem eu conversava ainda com a Maria Augusta, a gente vê, ela falou assim: "Ai, para mim é difícil falar porque eu sou só emoção". Eu

falei: "Tem mais é que ser, tem mais é que ser, porque amor, se ama e pronto".

Então o que está em foco principal, eu diria, é a vida e a integridade física, até psicológica e tudo mais do Sean. É isto que do meu ponto de vista importa. Que haja realmente um entendimento entre as pessoas, esse aí é o melhor caminho, um entendimento entre as partes. Tem que existir, mas que a paternidade sócio-afetiva seja considerada. Tem irmã, tem avós, tem tios, tem tias, tem o João Paulo que eu já disse aqui cria, ama e alimenta. Tem esse núcleo familiar. Ele está num ninho aconchegado e que eu fico imaginando como tirar esse menino daí para ir para um lugar que ele desconhece? Tem quatro anos que ele não vai lá, que ele não sabe... A gente não sabe que núcleo que existe lá além do pai e que vida o pai leva lá. Por isso eu questiono aqui e eu acredito que todas aquelas partes que irão contribuir para essa definição devem estar verificando a vida do pai do Sean, porque vai depender muito disso, com certeza. Com certeza, eu não tenho dúvida. Eu tenho informações de que ele está comercializando de boné a camisetas e tantas outras coisas. Então isso aí é só uma campanha ou isso aí também é um lucro econômico? Eu não sei, eu estou só perguntando. Sei que existe o laço de sangue, mas o laço afetivo e a paternidade sócio-afetiva do meu ponto de vista é que tem que ser assegurada, ou seja, para se respeitar o Sean, ele tem que ficar no ninho que o aconchega, que o protege que e que ele reconhece como tal, porque já perdeu a mãe, perdeu a mãe que deve ser uma dor assim... A minha mãe tem noventa e um anos, eu já sou bem crescidinha, eu não posso imaginar em perdê-la, imagina o Sean com oito anos perder a mãe e agora quererem tirá-lo daquela irmã, daquelas pessoas que compõem aquele núcleo familiar que o protege. É a proteção do menino, é o respeito ao menino que tem que vigorar no meu ponto de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Sr. Ministro Paulo Vannuchi. Acompanhei a resposta que V. Exa. deu, a exposição que fez, e concluí que V. Exa. tem uma parte de razão significativa, já que não foi sugestão de sua Secretaria, não foi de sua lavra o pedido para o tipo de ação que foi movida pela AGU, foi iniciativa da própria Advocacia Geral da União. Portanto, a responsabilidade pelo tipo de procedimento foi dessa instituição. Todavia, V. Exa. tem a função básica, a função essencial de preservar os Direitos Humanos e, especialmente, no caso, o direito do menor, e isso daí é claro que leva a uma formação

de juízo e de valor acerca do desate que o Governo teria que dar para o problema.

Eu ouvi aqui atentamente as falas que entendo que são as mais abalizadas, proferidas por quem das estranhas já experimentou o maior amor que o ser humano pode ter pelo outro na palavra da Senadora Patrícia e da Senadora Serys, que são duas mães. Nenhum de nós aqui podemos falar de amor, falar de afeto, falar de carinho com mais propriedade do que aquelas que já deram à luz. Mas eu advoguei já na área de família e aprendi, Senadora Patrícia, aprendi muito sobre os cuidados que têm que se ter com o menor, mesmo quando o Magistrado é homem. Hoje, ainda mesmo pela manhã, estava conversando com o titular da pasta da infância lá de Campo Grande, da Vara da Infância e Juventude, e pude ouvir quanta preocupação que tem. Ele lá de longe acompanhando os trabalhos aqui, os trabalhos legislativos, sabendo de tudo que se passa nas Comissões, das mudanças da legislação, sempre com foco na criança. E lá a lição mais importante é que, nessas demandas que envolvem o pátrio poder, o que se busca é menos a legalidade, menos a juridicidade e mais a vida, o futuro, o sonho, a esperança, a segurança, a garantia do futuro da criança. Esta é a essência.

Nesse sentido é que vai uma pergunta a V. Exa.: por acaso a sua Secretaria ou outro órgão do Governo promoveu uma investigação social para saber se o meio ambiente do pai, que está na disputa, e a família que está abrigando o menor, qual é o melhor? Qual deles que é o ideal? O convívio que teve a criança com o pai e o convívio que tem com a família que o abriga, com a irmã, com tias, com avós, qual deles é o melhor? A investigação social tem esse sentido, aferir as condições em que a criança está se desenvolvendo, porque toda mudança brusca, nós sabemos, eu sou pai, toda mudança brusca de meio ambiente interfere diretamente na formação da personalidade, nós sabemos disso, interfere na índole que vai se criar. Como é que é o pai? Será que é um homem de conduta exemplar? É um homem que tem uma conduta retilínea, um equilíbrio? Qual é a profissão? Qual é a atividade principal? Qual é o ambiente que frequenta? Será que isso foi investigado, faz parte de algum relatório? Será que isso foi informado também à AGU ou a AGU tomou esses cuidados?

Na Vara de Família é muito comum se fazer a investigação social antes de prolatar a decisão. Se o Governo tomou todos esses cuidados, acho até que o Governo poderia tomar alguma decisão, formar um juízo de valor porque é obrigação, sim, do Governo preservar especialmente o futuro da criança, a formação da criança, levar em conta esse período que é tão de-

licado, de receber as influências que o meio ambiente proporciona. Então eu entendo que se esses cuidados o Governo tomou, precedendo essa ação, acho que é até defensável, mas se o Governo não tomou esses cuidados, infelizmente eu sou obrigado, eu que sou da base do Governo, eu sou obrigado a admitir que o Governo pecou, pecou porque não levou em conta aquilo que é a essência, que são as condições ambientais, que é o futuro da criança, que é o destino que vai se reservar a ela. Aqui a Senadora Serys, no final da sua fala, disse aqui que é preciso levar em conta até a questão da segurança, porque quantas vezes nós, o Senador Demóstenes aqui que foi Promotor, que foi Promotor Público, quantas vezes nós já não vimos no noticiário forense às vezes um erro judicial, o Juiz dar o pátrio poder para aquele que tem menos autoridade, para aquele que tem menos condição, aquele que tem menos o que dar para a criança e, de repente, a criança passa a ser uma vítima do próprio pai ou do próprio titular que recebeu o pátrio poder, que às vezes pode ser a mãe.

Então no caso aqui a disputa, infelizmente, surgiu a partir do momento em que periclitou a mãe, mas será que o pai é a melhor solução? Nesse particular não basta, Ministro Paulo de Tarso, lavar as mãos e passar para a AGU. Eu acho que a Secretaria, aliás, o Ministério, tem sim a obrigação de fazer a investigação social. Se o fez, parabéns, deu alicerce para a AGU. Se não o fez, pecou também. Gostaria de saber que V. Exa. só informasse se realmente foram tomados esses cuidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para finalizar vamos passar a palavra ao Senador Agripino Maia, depois V. Exa. já responde e faz as suas considerações finais.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Ministro Paulo Vannuchi. Eu queria manifestar a V. Exa., agradecendo a sua presença aqui, uma preocupação como brasileiro. O Senado vai acompanhar esse caso porque esse caso ganhou pernas próprias, ele não é um caso isolado. A gente sabe como é que a opinião pública americana se move e a opinião pública americana se moveu para acompanhar esse caso por razões diversas. A chefe do Departamento de Estado, a Senadora Hilary Clinton, em atendimentos ou em conversas com o Ministro Celso Amorim se refere diretamente ao caso do Sean.

Eu tive a oportunidade de conversar com autoridade do Itamaraty que me relataram trechos do diálogo do Presidente Barack Obama com o Presidente Lula, onde o Presidente Barack Obama, a certa altura do encontro, disse: “Eu não poderia deixar de tocar no assunto do Sean”, como que dizendo: “Esse não é um

assunto para nós tratarmos como preeminente na conversa de dois Chefes de Estado, mas eu tenho razões especiais para tratá-lo, para mencioná-lo: a pressão da opinião pública americana". No Brasil, igualmente.

Muito bem, o que é que decorre disso? O caso Sean passou a ser um caso político, adquiriu pernas próprias e não se pode permitir que um caso como esse que envolve, queiram ou não queiram, qualquer um de nós bota em si próprio esse assunto. A gente sabe que pai é quem cria, pai é quem cria. Quantos casos existem de pais que arribam, vão embora e que a criança é criada por alguém, a quem chama de pai e que se julga o pai e que na verdade é o pai.

O que é que nós estamos assistindo? A perspectiva de uma criança que mora aqui há bastante tempo, tem até uma irmãzinha nova, ir embora por decisão judicial por pressão política, e aí vem a preocupação, decisão judicial por pressão política, vai embora para os Estados Unidos para viver com o pai que eu, imagino, posso estar errado, que encontrou depois de passar anos sem ter nenhuma relação com a criança, não dava nem bola para a criança, não estava nem aí, é a informação que eu tenho, de repente encontrou um viés, porque este assunto virou moda na América, notícia, e aí passou a vender bóton, camiseta, encontrou um viés para sobreviver. Ao invés do barco, vai passar a viver de vender bóton por causa de um caso que virou moda nos Estados Unidos, a questão política que chegou a Hilary Clinton, chegou ao Presidente Barack Obama, que pressiona Celso Amorim, que pressiona Lula, que aciona a AGU, que aciona a Polícia Federal e que nos diminui a nós como Nação. Em última análise diminui a nós como Nação.

Então eu acho que o Senado tem a obrigação de em nome da autonomia brasileira e em nome de um direito, em nome da humanidade, tem a obrigação de se mover para esse caso. Eu quero cumprimentar ao Senador Demóstenes pelo fato de ter trazido esse assunto para a Comissão de Constituição e Justiça, porque na verdade este assunto virou um problema político entre os dois países, passou a constar do contencioso político e aí eu tenho medo das regras, das Leis de humanidade inclusive serem quebradas por conta de um componente político que foi gerado e que pode levar à infelicidade de uma criança que pode ser obrigada a sair do lugar onde vive bem, há algum tempo, com a família que a cria, que o adotou, que dá a ele carinho e amor para ir para os Estados Unidos morar com o pai que não se lembrava dele, mas que se lembra agora porque vende às custas do caso bóton e camiseta. Se for isso, isso é um assunto duríssimo e que merece atenção, porque, Senador Demóstenes, um caso como esse que chama a atenção

do Brasil, ele faz opinião. É o caso do menino Hélio. De tão rumoroso ele fez uma opinião sobre barbárie, sobre crime hediondo, sobre sequestro relâmpago e provocou uma tomada de posição. Então esse caso é uma referência, esse caso faz opinião e o Governo brasileiro tem que entendê-lo como tal, um caso que faz opinião e que diz muito respeito à autonomia da República Federativa do Brasil, que não pode sofrer a influência de opiniões públicas de fora para dentro sob pena de nós perdemos estatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ministro, V. Exa. para responder e fazer as suas considerações finais.

SR MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Então eu me despeço respondendo e reiterando o agradecimento pela oportunidade, pela convocação, o convite. Esse tipo de Audiência, que é uma rotina de uma vida democrática saudável, essa rotina é a expressão de um diálogo entre poderes e, no caso aqui, fortemente reverenciado a um terceiro, o Judiciário, que teremos os diferentes mecanismos, os do Senado, o diálogo da Secretaria dos Direitos Humanos, da AGU com o Judiciário no prosseguimento, acompanhamento da questão. Eu também volto dessa Audiência sempre com a sensação de aprender mais, de ouvir mais enfoques e aspectos.

Reitero a minha convicção de que o procedimento da Autoridade Central brasileira foi o procedimento mandatário com a nossa atribuição. Não posso sustentar isso porque seria pretensioso e arrogante da minha parte, mas eu acho que muitas pessoas no meu lugar tomariam a mesma decisão porque não tomar nenhum procedimento era um descumprimento de uma atribuição. Apresentei os termos do nosso encaminhamento à AGU, que mantém conosco um trabalho de estreita cooperação.

Não sei responder ao Senador Valter Pereira sobre se na formulação da ação a AGU teve condições de fazer a pesquisa, a investigação social que Direitos Humanos não tem condição pelo que já mencionei. É uma estrutura basicamente formada por três quadros qualificados e duas pessoas de apoio, e pelo fato, também, de não ser atribuição nossa antecipar uma avaliação sobre isso.

No acompanhamento há meses do caso ouvimos informações, algumas vezes recomendamos à família brasileira que formalizasse, porque de fato há um procedimento sempre maior, que é o bem da criança. Então sempre que aparece em cena a ideia de possível dano à criança, esse tema pode se sobrepor e nos procedimentos nossos rotineiros é uma outra cooperação, que já existe, existe em vários casos, com o Ministério Público Federal e que nesse sentido toda

vez que ocorre há uma comunicação imediata. Então há uma pós-posição de fatos em que esses argumentos chegam, como chegam hoje ainda, na leitura que eu sei que a parte brasileira, a família brasileira na defesa argumenta o envolvimento de 150 mil dólares, que tem um argumento também do pai biológico, que ele pode ser legítimo ou ilegítimo, não cabe a mim decidir, eu não tenho os componentes do contraditório, eu não tenho formação jurídica, eu não tenho autoridade jurídica, não poderia antecipar uma identidade, ou por ser brasileiro, então, vou agir defendendo a criança brasileira, da família brasileira, porque nos Tratados Internacionais é preciso criar essas regras que suplantem o sentimento, digamos, estritamente patriótico. Isso vale até para as regras comerciais, etc. e tal. Em Direitos Humanos, mais ainda. E, repito, nos demais casos, daqui a pouco se inverte o caso, quer dizer, o sentimento patriótico estará envolvido em outras posições. E o Senador Mercadante, de uma maneira muito brilhante, pontuou isso: a família brasileira tem bons argumentos, consistentes, que prescindem dessa abordagem.

O caso se tornou um caso político a ponto de Presidentes abordarem e, claro, o Senado já tem então aqui o desempenho da sua atribuição de monitorar, de acompanhar, de me ouvir, como seguirá ouvindo outras autoridades.

Sem uma formalização de qualquer situação que fica colocada na ideia de que a criança, a ida da criança brasileira para os Estados Unidos também pressupõe o risco por uma avaliação de quem seja esse pai norte-americano, ela formalizada com argumentos, e os argumentos às vezes aparecem de uma maneira que também se chocam com a área de abrangência da Secretaria dos Direitos Humanos. Um dos argumentos que eu ouvi, várias vezes, entrava numa alegação da questão da sexualidade. Direitos Humanos promoveu a Primeira Conferência dos Direitos do Segmento LGBT e defende o direito às pessoas serem reconhecidas. Então não é um bom argumento. Eu recomendo que não se formalize isso. Que se formalize, sim, algum perigo, alguma hipótese, alguma possibilidade de violência contra a criança. Isso pode suscitar um posicionamento da Secretaria formal, comunicações aos Estados Unidos, agora desde que isso seja formalizado, seja positivado, porque não pode ser apenas um argumento de defesa da família brasileira, que ela tem bons argumentos: o argumento da criança, da irmã, o argumento do novo ambiente sócio-afetivo, o longo espaço. Então nesse sentido nós não fizemos a investigação. Se suscitados podemos, sem recursos, mas pedir cooperação para que se faça, o que não altera o meu posicionamento central, angular, que é o apelo para algum caminho

do meio. Se for dos termos do que preponderam na opinião dos Senadores e Senadoras, que se dialogue com o Judiciário e o diálogo com o Judiciário sempre tem uma conotação diferente desta entre o Legislativo e o Executivo, porque envolverá essa necessariamente protegida área de soberania decisória do Magistrado, e o contraditório garante a defesa da família brasileira, que está operando com muita eficiência.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. me permita uma intervenção? Eu vejo o seguinte: em primeiro lugar eu quero confessar a V. Exa. que me causa espanto que um Ministério que cuida de Direitos Humanos não tenha um aparato capaz de fazer uma investigação social. Isso aí, indiscutivelmente, é lamentável.

Segundo, o Ministério precisa ter sim, porque em casos tais ele poderia abortar até a iniciativa de ir ao Judiciário. Ele poderia já formalizar o seu juízo de valor levando em conta aquelas premissas que são indispensáveis para identificar qual é a melhor solução para a criança, para o menor.

Assevera aqui com bastante propriedade o meu colega que fez a intervenção, o Ministro Dornelles, que o que é lastimável é que o Governo tenha patrocinado a causa. Veja que o pai aparece como o autor subsidiário, quer dizer, quem teve o interesse mesmo, quem teve a iniciativa mesmo foi o Governo, o Governo brasileiro, que foi lá em juízo fazer uma postulação que é, no mínimo, muito estranha, uma postulação que contraria o sentimento do povo brasileiro. Agora se a Secretaria tivesse identificado: "Olha, o pai..." Não quero aqui discutir sexualidade.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Nem ninguém quer.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu não estou discutindo sexualidade, cada um oferece o que tem da forma que quiser. Então o que eu quero ponderar aqui é o seguinte: o pai é empregado? O pai é empresário? O pai é lavrador? O pai tem uma vida regular? O pai não vara as noites na farra? O pai [soa a campainha] não tem passagem pela polícia? O pai mostra-se carinhoso com o filho? É o melhor meio ambiente para a criança a companhia do pai? São essas as questões e essas questões teriam que ser, antes de um juízo de valor do Governo, teriam que ter sido objeto de uma investigação social, porque acima de tudo tem que prevalecer a criança, o interesse dela, como bem acentuou aqui a eminente Senadora Serys Slhessarenko e a sua colega Patrícia Saboya.

Então eu quero dizer a V. Exa. que V. Exa. tem que tomar uma iniciativa para dotar o seu Ministério das condições para promover isso, senão não tem sentido.

SR MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI:

Já tomamos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é temerário [soa a campainha] qualquer juízo de valor em qualquer caso com essa estrutura que V. Exa. acabou de mencionar.

SR MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI:

Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu enviarei a manifestação de V. Exa. ao Presidente da República.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com muito prazer, talvez ajude.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Passa a palavra ao Ministro Vannuchi.

SR MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI:

Completando, Senador, eu agradeço e digo que já tomamos alguma iniciativa de dotar, e pedirei a ajuda dos Senadores. A Câmara está examinando um projeto de elevação dos parquíssimos recursos administrativos da Secretaria, sobretudo para assegurar a elevação da CORDE, que cuida das pessoas com deficiência, a uma Subsecretaria, e nesse sentido, votando no Senado, teremos um pouco mais de condição de elevar esse patamar nos termos de uma regulamentação que provavelmente será sugerida ao Legislativo pelo Judiciário. A Ministra Ellen Grace constituiu um grupo permanente de estudo sobre a Convenção de Haia, designou dois Juízes Federais, a Juíza Mônica Sifuentes e o Juiz Maurique, que estão cuidando de assegurar mecanismos de implementação que no Brasil neste momento são muito precários, o Senado terá um papel muito valioso nisso. Por exemplo, a questão da tramitação. Haia estabelece seis semanas como um prazo. Num País continental, mesmo com a INTERPOL acionada, nós não somos capazes muitas vezes de localizar crianças em seis meses. E o argumento do contraditório está nisso, porque de fato quando um procedimento qualquer se prolonga, o prolongamento reforça sempre uma das teses, a nova situação dada. Então nesse sentido teremos essa oportunidade.

Eu termino dizendo que do que aprendi aqui e das tarefas que eu levo estarão então o procedimento junto à Polícia Federal, ao Ministério da Justiça, para obter informações sobre esse episódio denunciado pelo Senador, a disposição da Secretaria de Direitos Humanos num assunto que nesse momento é inteiramente judicializado em dialogar, e junto à parceira AGU o diálogo para essa prevalência da busca de composição de solução negociada pelo bem do menino Sean, que seja no sentido de uma decisão judicial impedir nova quebra de vínculo familiar, dialogar com

os Estados Unidos, dialogar com a autoridade federal americana no sentido de acrescentar os argumentos, e nós continuaremos trabalhando incorporando a experiência da ACAF às observações aqui colhidas e o compromisso de levar adiante esses mecanismos de aperfeiçoamento para os quais a contribuição do Legislativo e do Senado serão sempre fundamentais. Muitíssimo obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço imensamente ao Ministro Paulo Vannuchi, Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, por ter atendido prontamente ao nosso convite. Inclusive quero deixar aqui o reconhecimento, Ministro, antes mesmo de nós enviarmos qualquer expediente formal a V. Exa., V. Exa. se dirigiu a mim, à Comissão, para que pudesse vir. Nós ficamos profundamente felizes com esse fato. Havendo necessidade, nós novamente o convidaremos para que possa vir aqui prestar esclarecimentos nesse ou em outros casos. Mas, de qualquer forma, lhe agradeço pela [ininteligível] e pela presteza com que V. Exa. se dispôs a vir a essa Comissão. Muito obrigado em nome do Senado e dessa Comissão.

Nós daremos prosseguimento à votação, à segunda parte. Há um acordo com o Governo e com a oposição: itens não terminativos serão votados nesse instante, aqueles que nós temos entendimento.

Item 2 da pauta: "Altera a redação do § 2º do art. 40 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1963, que institui o Código de Processo Civil (Dispõe sobre a retirada dos autos para a obtenção de cópias)". A autoria é do Deputado Carlos Sampaio e a relatoria é do Senador Valter Pereira, a quem nós pedimos que faça um relatório resumido, se possível, da matéria. Com a palavra o ilustre Senador Relator Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em que página que está?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 2, Senador, pág. 39. É um projeto muito simples. Se V. Exa. pudesse fazer um resumo, nós agradeceríamos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, o projeto visa compatibilizar a Lei à realidade e merece chancela a linha motivadora da proposição, pois os provimentos judiciais, à guisa de facilitar os trabalhos das secretárias do juízo não pode exorbitar os limites da Lei e impor proibições contrárias ao princípio constitucional que a todos assegura a ampla defesa. Além disso, tratando-se de prazo comum, usualmente os cartórios não permitem que o Advogado retire o processo para extrair as fotocópias necessárias para a sua manifestação, ou, quando permite, instituem

formas diferenciadas de cartório para cartório, de comarca para comarca, de Tribunal para Tribunal.

Para padronizar a forma de proceder em todo o País e criar melhores condições de trabalhos para aos Advogados, que na forma do art. 133 da Constituição Federal são indispensáveis à administração da justiça, louvo a iniciativa do autor do projeto que, a meu ver, é meritória e merece aprovação.

Ressalte-se que na hipótese de devolução tardia... É que isso daqui, Sr. Presidente, V. Exa. conhece muito bem, sabe que é preciso assegurar ao Advogado o acesso às peças, tirar as fotocópias, e existe muita restrição em cartórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É verdade.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então o que se busca aqui é ter um respeito com o trabalho do Advogado. O Advogado tem que ter assegurado o seu direito de ir lá, de pegar o processo, tirar cópias, e se ele atrasar na devolução do processo, que ele responda administrativamente por isso. É basicamente isso, o meu Voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É um projeto meritório, é o chamado carga rápida. Ao invés de pedir vista ao Juiz do processo para levar para casa, vai no cartório e tem o prazo de uma hora para retirar e tirar as cópias.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É isso daí, V. Exa. conhece bem o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu parabenizo a V. Exa. por essa atitude. Em discussão o projeto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só uma coisa que eu acho interessante, V. Exa. já fez referência à carga rápida. Eu vi no caso dos “mensaleiros”, quando a Presidente então do Supremo Tribunal mandou colocar todos os dados, todos os itens, todos os processos no sistema de informática do Supremo para evitar que fosse lá pegar os processos e guardarem nas gavetas dos Advogados, Senador Valter Pereira. Então ela colocou no sistema. Quem quisesse saber, era só ir na informatização e colher os dados necessários para a defesa dos seus clientes. Então eu acho que foi um adiantamento muito grande e eu acho que faz correspondência à leitura. Está certo, Presidente? Então a Ministra Ellen Gracie colocou no sistema de informática para que nenhum Advogado pedisse para retirar de cartório e poderia consultar para tirar os itens necessários à defesa dos seus clientes.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já tem todos os itens?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tudo, tudo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Todas as peças do processo estão ali?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Todas as peças do processo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): De fato é necessário, o Advogado precisa ter a cópia das peças.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem que ter, tem que ter, e hoje há decisões do Supremo que não pode negar vista aos Advogados.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 4 da pauta. Como sou o Relator, eu passo a presidência à Senadora Serys Slhessarenko.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MS): Item 4, Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2006, terminativo, que “Regulamenta o art. 36, inciso III, da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interpretativa perante o Supremo Tribunal Federal”. A autoria é do Senador José Jorge e relatoria é do Senador Demóstenes Torres. Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sra. Presidente, Srs. Senadores. Esse é um projeto que trata da chamada ação interventiva, da intervenção da União nos Estados. Hoje como é que funciona? Hoje quando há um cumprimento de Lei ou qualquer uma daquelas motivações elencadas na Constituição, isso vai para o Supremo e o Supremo manda para o Presidente da República tomar a providência de fazer a intervenção. E nunca faz por quê? Nunca faz porque não há um prazo estabelecido para o Presidente da República tomar essa providência e nem há uma sanção em cima do Presidente, que se omite em fazer a intervenção federal. E não sai a intervenção porque o custo político é muito grande e o custo econômico também, porque se for uma intervenção geral, muito bem, mas se for uma intervenção para cumprir um precatório, tem que nomear um interventor e muitas vezes tem que fazer cumprir aquela decisão. Então não funciona. Então a tentativa é de fazer com que esse instituto importante passe a ter consequência no Brasil.

A situação vai pedir vista do processo, por isso eu estou fazendo esse relatório sucinto para que na próxima semana nós possamos discuti-lo com maior profundidade.

[troca de presidência]

SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MS): Eu peço vistas do projeto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só uma colocação, se V. Exa. permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É sobre o caso dos precatórios. O Ministro Marco Aurélio esteve aqui quando houve o pedido de pagamento dos pequenos precatórios e disse que tinha mais de quinze pedidos de intervenção nos Estados. Mas ele achava quase que impossível, porque o interventor também não ia conseguir financeiramente liquidar os precatórios. Então é uma crise terrível que existe entre os pedidos de intervenção e a possibilidade de [ininteligível] no Supremo. Então ele veio e fez uma exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E na semana que vem nós devemos votar também a PEC do precatório. Pode ser, se estiver em ponto de bala, nós já colocamos para votar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 6 da pauta: “Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição dos Distribuidores Judiciais”. A autoria é do Deputado Régis de Oliveira. A relatoria é do Senador Expedito Júnior, a quem passo a palavra. V. Exa. poderia fazer um resumo, uma vez que a matéria é consensual. Item 6.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, o projeto estabelece os requisitos obrigatórios que devem constar das certidões que tenham por objetivo a identificação de acusados em processos criminais expedidos por Ofícios do Registros de Distribuição, Cartórios Extrajudiciais, Distribuidores Judiciais. Deverão constar obrigatoriamente informações sobre existência de pessoas ajuizados perante o Poder Judiciário, o resumo das respectivas sentenças criminais condenatórias, resumo de baixas nos processos, resumo de sentenças de absolvição, a data de distribuição e o tipo da ação. Quanto à qualificação da pessoa na certidão, é necessário que conste o nome completo do réu e se é pessoa natural ou jurídica, sendo proibido o uso de abreviações, a nacionalidade e o estado civil, o número da identidade e o órgão expedidor, o CPF ou o CNPJ, a filiação, residência ou domicílio. O projeto também obriga a comunicação imediata pelos órgãos e juízos competentes os Ofícios de Registro e Distribuição ou Distribuidores Judiciais sobre o teor das sentenças criminais condenatórias ou de absolvição para o devido registro de praxe.

O projeto responsabiliza civil e criminalmente os registradores de processos ajuizados pelos danos

que causem a terceiros decorrentes da omissão na certificação.

Deste modo, Sr. Presidente, o nosso Voto é pela aprovação do Projeto nº 153, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria seguirá para a Mesa para decisão terminativa.

Item 7 da pauta. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2001, PL nº 6302, de 2002, na Câmara dos Deputados: “Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, mototaxista, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário na rua, e ‘motoboy’ com o uso de motocicleta”. A autoria do Substitutivo é da Câmara dos Deputados. A autoria do projeto é do Senador Mauro Miranda. O Relator é o Senador Expedito Júnior, a quem peço que faça um relatório sucinto, uma vez que a Senadora Serys já adiantou que vai pedir vista.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, o projeto é de autoria do Senador Mauro Miranda. Esse projeto já foi discutido no Senado, foi aprovado no Senado, esse projeto foi à Câmara dos Deputados e houve um projeto Substitutivo. O projeto tem por objetivo regulamentar a atividade de profissionais que atuam no transporte de passageiros por motocicleta, ‘mototaxistas’, entrega de mercadorias por motocicleta, conhecido como os ‘motoboys’, e serviço comunitário de rua por motocicleta. Estabelece os critérios mínimos para o exercício desta profissão: vinte e um anos de idade, habilitação na Categoria A por pelo menos dois anos, ser capacitado em cursos especializados conforme regulamento. O projeto define as atribuições de cada uma dessas atividades. É fixado o prazo de noventa dias para a regulamentação do Poder Executivo.

O projeto, como eu já disse, foi aprovado por unanimidade aqui no Senado, mas na Câmara dos Deputados foi completamente alterado. Aprovou-se, naquela Casa, um Substitutivo que nada tem a ver com o projeto original. Então o nosso Voto é no sentido de restabelecer aqui o projeto original proposto pelo Senador Mauro Miranda. O projeto rejeita a alteração promovida pela Câmara e resgata o texto original.

Não se pode desconhecer aqui os relevantes serviços prestados pelos ‘mototaxistas’. Como é que vive São Paulo hoje sem o moto-frete? Como é que vivem hoje os Municípios do interior do Mato Grosso? Como é que vivem hoje os Municípios do interior do

Rondônia? Como é que vivem hoje os Municípios do interior do Pará sem a atividade do mototaxista?

Eu sei que há um entendimento aqui já da base do Governo de pedir vista nesse projeto, inclusive eu conversava agora a pouco aqui com o Ministro Eliseu Resende, mas é muito importante que nós possamos regulamentar, Sr. Presidente, eu sei que V. Exa. também tem um problema muito sério no Estado de Goiás, há representantes aqui inclusive do Estado de Goiás, eu sei que isso é no Brasil inteiro. Então eu gostaria que mesmo que tivesse aqui o pedido de vistas, que nós pudéssemos então na próxima semana, na próxima Sessão, estar votando aqui a regulamentação dessa que eu entendo ser uma grande profissão--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Expedito?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): --que é a questão dos 'mototaxistas' do Brasil.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de dar apenas uma sugestão.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já que vai ser pedido visto.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Eu peço vistas.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Senadora Serys veio aqui hoje como a "visteira" de plantão [risos]. Eu gostaria de sugerir a V. Exa. que levasse em conta um dado que é fundamental em projeto dessa natureza: a maioria dos assaltos que estão ocorrendo com o uso de moto tem sido pelo carona. Geralmente é um delinquente que está ali na carona para fazer assaltos. De repente compensa V. Exa. introduzir um mecanismo para evitar que a moto seja utilizada como ferramenta de assaltos.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu concordo com V. Exa., só que nós não podemos é misturar, porque na verdade o trabalho do mototaxista, com certeza o mototaxista não está envolvido.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas é colocar um contrabando aqui para os 'mototaxistas' de uma maneira geral.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu entendo e acho que é possível num grande debate nós aprofundarmos aqui. E veja bem, um dado importante aqui: a aprovação do projeto beneficiará em torno de 1,5 milhão de trabalhadores que trabalham hoje no mercado informal, quer dizer, então eu acho que é um dado relevante e que--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Super importante.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): --num momento de crise como este, que nós estamos passando agora, eu acho que é muito importante que--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só queria fazer uma consulta a V. Exa.: é o reconhecimento da atividade do motoqueiro?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que em tese muitos deles não têm reconhecimento e nem assistência social.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nem direitos trabalhistas, porque improvisam o uso. Agora tem um projeto que eu também fui relator à época--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Têm catorze projetos na Casa hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --de determinados riscos que correm, tanto o passageiro como o motoqueiro, e, também, se aliar à moto equipamentos de caber mais entregas do que aquela caixa que o motoqueiro leva às costas. Então tem que ter uma autorização do CONTRAN, e aqui está no projeto, porque ela tem que ter uma tração diferente feita pela própria fábrica. O CONTRAN deu por escrito não reconhecendo a moto que é vendida hoje com a possibilidade de levar aquela carreta atrás.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Mas o que é possível... Sr. Presidente, só um minutinho, como é possível--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Eu gostaria de pedir vista e gostaria de justificar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parece que o Senador Eliseu Resende também vai pedir vistas da matéria.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Como aqui não é a questão de mérito, então é possível nós aprofundarmos isso na Comissão de mérito, que vai ser na CAS. Hoje aqui o que nós estamos discutindo é sobre a constitucionalidade e--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas pode discutir o mérito aqui também.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pode?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Eu gostaria, Sr. Presidente, ao pedir vistas, ao pedir vista eu gostaria de justificar rapidamente, em meio minuto, que esse projeto é abrangente, eu acho ele

da maior relevância, da maior importância, e como foi incluso o mototaxista também lá na Câmara, e eu defendendo que o mototaxista tem que ser regulamentado sim, é extremamente importante, então eu estou pedindo vista para ver se a gente discute e chega--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): A Câmara retirou o mototaxista, a Câmara retirou.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É, ela retirou.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): A Câmara retira o mototaxista.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Mas nós queremos colocar o mototaxista.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Lógico, por isso que eu estou voltando ao projeto original.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Exatamente, vamos discutir para fazer. O projeto original é que o mototaxista permaneça.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): E que foi discutido por demais aqui no Senado.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Exatamente, e nós somos a favor, queremos que isso aconteça. Esperamos que na próxima reunião a gente já consiga aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. também pede vista, Senador Eliseu?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de realmente pedir vistas, Sr. Presidente. Acho que esse é um projeto importante, me congratulo com o Senador Expedito Júnior pela forma profunda que ele está estudando a matéria, mas eu acho que a matéria é cercada de vários aspectos que devem ser analisados aqui pelo Senado de uma forma mais detida. É uma prestação de serviço público novo e neste caso exigirá a regulamentação e a permissão ou concessão ou autorização pelo poder concedente, e o poder concedente aí é a Prefeitura Municipal, de forma que é um aspecto, talvez é um tema que talvez requeira aqui uma Audiência Pública para um tratamento mais profundo da matéria. Então eu fico ao lado da Senadora Serys no pedido de vistas, sugeriria até que fosse vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista coletiva concedida.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu peço a V. Exa. para que dê essa decisão com relação ao assunto. Esperamos contar com a contribuição eficiente do Senador Expedito Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 9 da pauta. Como eu sou Relator, passo a presidência à Senadora Serys Slhessarenko.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Item 9. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2006, PL nº 07226, de 2006, na Câmara dos Deputados. Não terminativo. "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para prever a indisponibilidade de bens do indiciado ou acusado e a necessidade de comparecimento pessoal em juízo para a apresentação de pedido de restituição ou disponibilidade". A autoria do Substitutivo é da Câmara dos Deputados. A autoria do projeto é do Senador Antônio Carlos Magalhães e a relatoria é do Senador Demóstenes Torres, com Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 138, de 2006. Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sra. Presidente, Srs. Senadores. Esse é um projeto que foi apresentado pelo Senador Antônio Carlos Magalhães naquele pacote de segurança pública. Foi aprovado aqui, foi para a Câmara dos Deputados, recebeu um Substitutivo que melhora o projeto, na minha opinião. O que é que o projeto inicial? Torna indisponível os bens do investigado ou acusado no curso da persecução penal. Para quê? Para assegurar o prejuízo, a volta ao patrimônio da pessoa lesada ou até para indenização das vítimas. Na Câmara dos Deputados, por que é que eu digo que foi melhorado? Foram apresentadas as seguintes alterações: na hipótese de sequestro dos bens imóveis do indiciado ou acusado, adiciona a circunstância de os bens estarem misturados ao patrimônio legalmente constituído. Isso pode acontecer. A pessoa compra uma fazenda, a fazenda é legítima, mas o boi que está lá dentro foi adquirido com a prática criminosa. Então está lá misturado, dando a impressão que é legal. Então autoriza também a apreensão desses bens misturados. Aumenta o prazo de sessenta para cento e vinte dias para que a ação penal seja ajuizada e o sequestro não seja levantado, ou seja, dá ao Promotor de Justiça um prazo maior, porque às vezes a autoridade pública não tem o tempo suficiente para oferecer no prazo de sessenta dias, então está lá, houve o sequestro do bem, a ação penal, que o prazo original era de sessenta dias, pode ser ajuizada até em cento e vinte dias. E define o limite do sequestro como sendo a soma dos valores do produto dos rendimentos auferidos e dos prejuízos causados com a prática do crime. Então--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em que fase do processo que vai se dar isso?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antes, cautelarmente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cautelarmente, antes da propositura da ação penal?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, porque quase sempre é assim, para assegurar depois a possibilidade. Mas nada obsta, porque já é assim--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Que seja liberado posteriormente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --que durante o procedimento, se descobrindo algum bem, também possa ser feito. Mas é uma medida cautelar, quase sempre preparatória. Prevê a indisponibilidade dos bens nas mesmas hipóteses do sequestro, arresto da hipoteca legal, quer dizer, fica mais ou menos parecido com o Código de Processo Civil. E quando a pessoa quiser levantar e fazer esse pedido, tem que comparecer pessoalmente, o réu, para fazer o pedido, porque muitas vezes ele está foragido e aí você defere o benefício com a pessoa foragida, o bandido foragido, que levanta os bens.

Então as propostas da Câmara me parecem que realmente aperfeiçoam o projeto do Senador Antônio Carlos Magalhães. Por isso, eu Voto favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Todos concordam. Aprovado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Item 11, eu também sou Relator, continua sob a presidência da Senadora Serys.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Item 11. Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2003, não terminativo. "Dá nova redação ao inciso LXVII, do art. 5º, da Constituição Federal (exclui a hipótese de infidelidade depositária como causa de prisão civil por dívida)". A autoria é do Senador Augusto Botelho e outros Srs. Senadores. A relatoria é do Senador Demóstenes Torres. Parecer favorável à matéria. Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o seu relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sra. Presidente, Srs. Senadores. Esse é um projeto de autoria do Senador Augusto Botelho que não tem qualquer dúvida, o Supremo Tribunal Federal já pacificou a matéria: em caso de depositário infiel não cabe mais prisão civil. O Supremo, apesar de a Constituição estar prevendo essa possibilidade, o Supremo já decidiu que não é assim mais, já existe inclusive Convenção que nós somos signatários. Daí porque fez bem o Senador Augusto Botelho em retirar da Constituição algo que o Supremo Tribunal Federal ano a ano já vem descartando com essa hipótese. O que é que é o depositário infiel? É aquele que o Juiz dá a alguém para evitar a dete-

rioração de algum bem, etc., pode ser até semovente. A guarda de bois, ele vai e vende aquele boi. O que é que a Constituição previa? A prisão daquela pessoa para assegurar o ressarcimento da dívida. Mas hoje só é admissível essa espécie de prisão em caso de alimentos. Então, na minha opinião, lamentavelmente está coberto de razão o Senador Augusto Botelho.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eram duas modalidades de prisão pelo Código Civil.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E pela Constituição.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E pela Constituição.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, nesse caso, já fica votando favoravelmente, sendo votado a Constituição se adapta ao que decidiu sucessivas vezes o Supremo Tribunal Federal.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E V. Exa. vê o seguinte: o Senador Augusto Botelho agora está se enveredando pela seara do direito. A vida pública tem essas nuances: o médico vira Advogado e o Advogado acaba virando curandeiro, não é Senador Augusto Botelho?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Srs. Senadores, em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Ninguém se manifesta contrário. Aprovado. Irá à Mesa para os devidos procedimentos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vamos votar todos os não terminativos?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, vamos votar só aqueles que têm consenso com o Governo.

Item 17. A Senadora Serys Slhessarenko vai pedir vista do Item 17. O Relator é o Senador Valter Pereira. Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, tramitando em conjunto com as PECs nº 38, de 1999, e nº 3, de 2004. "Altera os arts. 52, 225 e 331 da Constituição Federal (Competência privativa do Senado Federal para aprovar processos sob demarcação de terras indígenas)". Autoria é do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores. A relatoria é do Senador Valter Pereira, a quem passo a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu não vou fazer uma digressão maior sobre o projeto, Sr. Presidente, até porque foi pedido vista, afinal de contas a Senadora Serys está aí de plantão.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Não, não é isso não, Senador, é que o senhor entregou ontem no final da tarde e eu não tive tempo de conhecer o Parecer.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está certo, e o projeto merece realmente que tenha todas as atenções voltadas para ele.

Mas o Senador Augusto Botelho, que está aqui, acho que é um dos parlamentares mais interessados, ele e o Senador Mozarildo, que têm defendido aí com bastante denodo a preservação da soberania nacional, os maiores cuidados com a declaração de reservas indígenas, então na verdade os projetos preveem o seguinte: atualmente, por força da Constituição, as demarcações de reservas indígenas são feitas pela FUNAI, encaminhadas para o Ministério da Justiça e homologadas pelo Presidente da República. O projeto mantém a elaboração do laudo pela FUNAI, o encaminhamento para o Ministério da Justiça e a Presidência da República. Porém, a homologação por força da PEC desloca-se da Presidência da República e vai para o Senado, o Senado Federal. Por que o Senado? Porque o Senado é a Casa da Federação. Os interesses do Município, os interesses do Estado, que têm que ser levados em conta na elaboração desses laudos e na homologação dessas reservas, ao ser deslocado para o Senado Federal vai ter, portanto, o devido respeito à representação federativa.

A outra mudança significativa é no sentido de que a União responda por seus atos. Não se pode admitir que a União Federal emita títulos e, depois, os declare nulos porque descobriu que na verdade a área seria uma área de domínio público.

Então prevê o segundo projeto, que é de autoria do Senador Juvêncio César da Fonseca, prevê a indenização, quer dizer, é uma mudança de princípio, é uma mudança de conceito para se ajustar à nova realidade que nós estamos vivendo.

Mas não vamos discutir o projeto hoje porque foi pedido vista e é direito da Senadora Serys Slhessarenko, que a matéria precisa efetivamente ser amplamente discutida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista deferida.

Item 18 da pauta. Eu passo a palavra ao Senador Romeu Tuma, porque eu sou Relator dessa matéria.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Projeto de Lei da Câmara nº 36/2003. PL nº 04375/2001, na Câmara dos Deputados. Não terminativo. "Dispõe sobre o interrogatório do acusado". A autoria é do Deputado José Roberto Batochio e a relatoria é do Senador Demóstenes Torres, a quem passo a palavra.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Esse é um projeto que adapta o interrogatório em todos os casos como

já é feito no Tribunal do Júri. Nós aprovamos no ano passado aqui o projeto do Tribunal do Júri. Lá como é que é feito? Na audiência a palavra é dada ao Juiz, é dada ao Promotor, aos Assistentes de Acusação, ao Querelante, aos Defensores, para que perguntem diretamente ao acusado. Então aqui é transformando o Código de Processo Penal igualzinho é no Tribunal do Júri. Eu, para dizer a verdade, nem sei por que é que o Governo está pedindo vista nisso. Mas, de qualquer forma, é essa a matéria. Como haverá pedido de vista, eu deixo para fazer um relatório mais extenso na próxima Sessão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu vou falar--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não, Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho até que esta matéria aqui não tem sentido o pedido de vista, mas como é um direito do parlamentar, eu acho que tem que se assegurar. Mas a matéria, na verdade, ela simplesmente moderniza o procedimento e permite que a audiência seja mais autêntica, mais legítima, porque a indagação é feita diretamente. Então eu acho que têm todas as condições para ser aprovada e não tem muito o que discutir e muito o que estudar essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só atrasa. Pergunta para o Juiz, para o Juiz repetir. Pergunta em voz alta para o Juiz repetir em voz alta.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu estou aqui na mão com o pedido da assessoria dizendo o que Ministério da Justiça quer analisar por mais tempo o projeto.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu vou fazer pedida de vista desses. Eu também gostaria de pedir vista coletiva no projeto do Mozarildo, o Mozarildo quer que a gente peça vista coletiva naquele projeto dele, transformar em vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vista coletiva concedida.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 19. Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008. PEC nº 0138/2003, na Câmara dos Deputados. "Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (Dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude)". A autoria é do Deputado Sandes Júnior e outros Srs. Deputados. A relatoria é do Senador Expedito Júnior.

Parecer favorável, com três Emendas que apresenta. Senador Expedito Júnior com a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu vou ser bastante sucinto, até porque nós discutimos bastante esse projeto aqui com o Secretário da pasta, o Secretário da Juventude, e parece-me que já há aqui um--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Haverá pedido de vista.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): --pedido de vista do próprio Governo. Sem problema nenhum, eu acho que é regimental e tem que acontecer.

Mas, Sr. Presidente, atualmente não trata-se da juventude. Trata-se da família, da criança, do adolescente e do idoso, ou seja, não faz referência nenhuma ao jovem. A PEC nº 42, de 2008, altera o Capítulo para inserir a referência ao jovem, ou seja, passa a ser portanto da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso. A PEC estende aos jovens a proteção e os direitos que já são consagrados às crianças e aos adolescentes. A PEC prevê, também, a elaboração do Estatuto da Juventude, do Plano Nacional da Juventude. O mérito é inegável pela relevância social do assunto, que atinge diretamente quase que 50 milhões de brasileiros com idade entre quinze e vinte e nove anos. Neste universo, referindo-se de 50 milhões de jovens, 34 milhões tem de quinze a vinte e quatro anos, sendo estes os que mais sofrem com a falta de formação profissional e do acesso à cultura e ao lazer, realidade especialmente cruel nas periferias.

Sr. Presidente, o nosso Parecer é favorável, as nossas Emendas que nós apresentamos são só Emendas de redação, então diante do exposto, se não houver pedido de vista e for já votado, eu peço aos demais colegas que votem pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu vou pedir vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida ao Senador Renato Casagrande.

Item 20 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2007. PL nº 4.723, de 2004, na Câmara dos Deputados. "Inclui Seção XIII-A no Capítulo II da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, relativa à uniformização de jurisprudência". A autoria é da Presidência da República e a relatoria é do Senador Valter Pereira, contrário à matéria. Com a palavra o Senador Valter Pereira, lembrando que a matéria também terá pedido de vista já anunciado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):

Quem que está no plantão hoje, agora? Não? O Senador Augusto Botelho não está no plantão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quem vai pedir vista agora é o Wellington.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É o Wellington?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então não tem pedido de vista.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valter, eu vou pedir vista.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vai? Não tem problema. Mas, Sr. Presidente, havendo pedido de vista, eu não vou nem entrar na discussão. Na verdade esse projeto aí é um projeto que vai ameaçar uma das áreas que está dando certo na Magistratura do nosso País, que são os Juizados Especiais.

Se V. Exa. prestar atenção, há uma obstrução completa, uma obstrução total em todos os Tribunais. E o que é que esse projeto vai propiciar? Vai propiciar que a solução dos conflitos através dos Juizados Especiais deixe de ser encontrada nos Estados para serem objeto de recurso junto aos Tribunais. O projeto objetiva instituir um incidente de uniformização de jurisprudência não nos moldes dos arts. 476 a 479 do Código de Processo Civil, onde pode ser provocado apenas pelo Magistrado, mas sim na forma de um recurso similar aos embargos de divergência previstos para os processos comuns, não relativos aos Juizados Especiais no art. 546, isto é, por meio de uma medida a ser proposta pela parte derrotada. Em outras palavras o que se busca é instituir uma espécie de recurso, já que com o incidente de uniformização da jurisprudência a parte derrotada buscará a reforma do entendimento da Turma Recursal para obter uma situação mais favorável, ou seja, o incidente enquadra-se no exato conceito do recurso.

Resumindo, aquilo que poderia ser decidido no Estado, nós vamos abarrotar ainda mais, congestionar ainda mais o STJ, o Supremo Tribunal Federal, etc. e etc., e os Juizados Especiais vão perder o fundamento da sua própria existência. É estranha essa proposta, principalmente porque ela é feita pelo Governo num momento em que se discute o congestionamento, a asfixia dos Tribunais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu vou pedir vista, mas queria fazer uma consideração, se V. Exa. assim autorizar.

Eu queria dizer que o voto do Senador Valter Pereira está correto, inclusive nós tivemos a oportunidade, eu, o Presidente e o Senador Raupp, de ter um encontro no STJ, onde alguns Ministros nos reclamaram da quantidade de processos que estão indo para eles, onde nós teríamos que fazer uma correção, tentar dizer realmente qual é a função do STJ, não é simplesmente um grau recursal de qualquer coisa. Não é essa a função do STJ. O Governo entende que o posicionamento de V. Exa. está correto. Ele está pedindo vista para que possa ver se apresente um projeto que atenda ao que o Governo tem de interesse, mas constitucionalmente e corretamente. Então por isso é que ele está pedindo vista, me incumbiu de pedir vista do projeto de V. Exa., mas entende que a posição de V. Exa. é uma posição a ser muito bem considerada. Só isso eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Item 21 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008, complementar. PLP nº 00375/2006, na Câmara dos Deputados. “Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991, e dá outras providências”. A autoria é da Presidência da República. A relatoria é do Senador Aloizio Mercadante. Parecer favorável à matéria. Nomeio Senadora Relatora *ad hoc* a Senadora Serys Slhessarenko. Com a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Obrigada, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): [risos]. Senador Presidente, Senador Demóstenes Torres, o relatório foi feito pelo Senador Aloizio Mercadante, que é o Relator da matéria. O Projeto de Lei sob exame de autoria do Poder Executivo tem por objetivo “Dispor sobre o Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus”, a qual tem por finalidade, de acordo com o art. 1º da proposição, definir diretrizes, planos, programas, projetos e ações a serem desenvolvidas na área de atuação da SUFRAMA. Na Câmara dos Deputados o projeto foi aprovado por unanimidade nas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Amazônia, Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Análise. O projeto está plenamente adequado aos ditames constitucionais jurídicos porque, antes de tudo, se insere na competência privativa do Presidente

da República para iniciativa de Leis dessa natureza, consoantes o disposto no inciso II, do art. 84 da Constituição, que atribui ao chefe da Nação a competência exclusiva para exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal. Não fere preceitos da Lei Maior [soa a campainha] na sua substância, tampouco afronta cláusulas pétreas esculpidas no § 4º do art. 60.

No mérito, a iniciativa se mostra conveniente e louvável pela real necessidade de adaptar a composição do Conselho às reformas havidas na nova estrutura do Poder Executivo. Portanto, é oportuna a determinação de remeter ao regulamento da Lei a definição dos Ministros que farão parte do órgão, tendo em vista as constantes mudanças que periodicamente se verificam na formação do Executivo Federal. A atualização da composição do Conselho é meritória, pois poderá melhor capacitá-lo para promover o desenvolvimento da região da Amazônia, desfavorecida por muito tempo pelas políticas públicas adotadas no País. A busca da redução das desigualdades regionais que exige do Poder Público maior atenção à região citada justifica plenamente a alteração na estrutura de um Conselho de tão alta relevância para o desenvolvimento nacional.

O voto, Sr. Presidente. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 136, de 2008 – Complementar, por constitucional, jurídico e, quanto ao mérito, oportuno e conveniente. É este o Parecer dado pelo Sr. Relator, o Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Item 24 da pauta, que a Senadora Serys também já anuncia o pedido de vista. Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2005, não terminativo. “Altera os arts. 206, 208, 210 e 212, da Constituição Federal e acrescenta o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da educação básica”. A autoria é do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores. A relatoria é do Senador Adelmir Santana, favorável à proposta com quatro Emendas que apresenta. Designo Relator *ad hoc* o Senador Valter Pereira. Item 24 da pauta.

Perdoem-me. O Senador Adelmir Santana pediu para que fosse retirado, então eu vou retirar de pauta.

Item 25. Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2007. PL nº 00435/2007, na Câmara dos Deputados. “Altera o art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de

1940 – Código Penal (Substitui a expressão “é alienada ou débil mental” por “apresenta deficiência mental”). A autoria é da Deputada Elcione Barbalho. A relatoria é do Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer favorável à matéria, com a Emenda que apresenta. Com a palavra o Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente e demais Senadores que constituem essa Comissão. Trata-se de Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2007, que pretende alterar a alínea “b”, do art. 224, do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para substituir a expressão “alienada ou débil mental” por “apresenta deficiência mental”.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei. No prazo regimental não foram apresentadas Emendas.

A análise. Em conformidade com o estudo de Francisco de Assis Toledo, intitulado Princípios Básicos do Direito Penal, o Direito Penal exige Lei certa com clareza de tipo que não devem deixar males, dúvidas e nem abusar de emprego de normas muito gerais ou tipos incriminadores genéricos vazios. Para que a Lei penal possa desempenhar função pedagógica e motivar o comportamento humano, necessita ser facilmente acessível a todos, não só os juristas. A substituição da expressão “é alienado ou débil mental” por “apresenta deficiência mental” pode trazer dificuldades de interpretação, visto que a expressão proposta alcança o ofendido fronteirístico, que de acordo com a jurisprudência não está abrangido pela presunção de violência na alínea “b” do art. 214 do Código, como pode se ver a seguir. Consoante adverte Mirabete, a propósito do alcance do art. 224-B do CP, a condição psíquica da vítima é no caso idêntica à dos imputáveis a que se refere o art. 26, isto é, a alienação ou debilidade mental deve ser de molde a abolir inteiramente a capacidade de entendimento ético jurídico ou de autogoverno. Tratando de circunstância elementar do crime não basta que se apresente deficiência mental, como nos casos fronteirísticos, notadamente se não determinada a sua intensidade pela perícia. “Violência presumida. Não caracterização. Mera deficiência mental da vítima não é suficiente para configurar a presunção de violência. O laudo pericial refere-se à deficiência mental e isto não é o bastante para configurar a hipótese legal, que exige para que se presuma a violência seja a vítima alienada ou débil mental. Alienado, segundo a eleição de Almeida Júnior, é o indivíduo cujo déficit ou desvio mental o torna incapaz de conviver em sociedade. A debilidade mental implica um déficit

menos grave de inteligência não de todo incompatível com a vida social. O laudo não determinou o grau de deficiência e isto basta para afastar a presunção de violência”. Adalberto Spagnuolo, RJTJ de São Paulo, 5935. É de entender que a expressão vigente, o art. 244 do CP, é mais adequada do que a proposta, porque é mais específica para determinar a insanidade do ofendido, o que não elide a possibilidade de aprimoramento. Não basta que a vítima tenha deficiência mental; é necessário que em razão da doença mental seja inteiramente incapaz de entender a natureza do seu gesto ou determinar-se de acordo com esse entendimento.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que eu tinha colocado uma Emenda que eu retiro, o meu chefe de gabinete irá trazer o meu despacho sem a Emenda, porque diante da discussão que eu tive com alguns pares vi que a Emenda poderia trazer alguma interpretação errada. Então diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2007, do jeito que veio o projeto. Retirei a Emenda e mandarei para a Secretaria o documento sem a Emenda. É este o meu voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Transfiro a presidência ao Senador Romeu Tuma para poder fazer uma consideração, Senador Wellington.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Senador Wellington Salgado, o projeto do jeito que veio, ele está modificando completamente o sistema, digamos, de inimputabilidade penal ou de imputabilidade penal que é feito, que é utilizado, que é discutido desde a década de 40. Então eu acho que V. Exa. retirando a sua Emenda pode até de fato suscitar uma nova discussão. Para dizer a verdade, eu nem sei se a Emenda de V. Exa. poderia ser a melhor alternativa.

Como é uma situação muito complexa, porque veja só: a situação pode ser politicamente incorreta, mas é a expressão utilizada desde a década de 40, que os juristas estão debruçados sobre isso. Então pedindo *venia* a V. Exa., eu vou pedir vista dessa matéria para que nós possamos entrar num entendimento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Concordo plenamente com V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vista concedida. Devolvo a presidência ao Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 28. Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 385, de 2003. “Convoca plebiscito sobre o porte e a guarda de arma de fogo, a se realizar conjuntamente com as eleições de 2004 e dá outras providências”. A autoria é do Senador Hélio Costa e outros Srs. Senadores. A relatoria é do Senador César Borges. Parecer pela prejudicialidade da matéria, obviamente. Nomeio Relator *ad hoc* o Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bem escolhido, vou pedir para arquivar esse processo do Ministro Hélio Costa [risos]. Bem escolhido por V. Exa., bem escolhido o Relator *ad hoc*. Qual é a página? É porque já passou, já tivemos, o Senador Renan acompanhou. Qual é a página? Senador Demóstenes, eu soube que ia ter fortes emoções quando V. Exa. assumiu a presidência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só lê o finalmente aí.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só um minuto, Presidente. Relatório. Trata-se de Projeto Legislativo nº 385, de 2003, que pretende convocar plebiscito de âmbito nacional nos termos do art. 49, XV, da Constituição Federal, e da Lei 9.709, de 18 de novembro de 1998, que regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do artigo da Constituição Federal.

O referido PDS exara que o plebiscito será realizado na data das eleições municipais previsto em 2004 e constará de duas consultas separadas, em que o eleitor deverá responder sim ou não, versando na seguinte questão: o cidadão deve ter o direito de andar com arma de fogo ou o cidadão deve ter o direito de guardar a arma de fogo em casa? Na justificativa consigna que muitos entendem que andar armado contribui para aumentar a violência urbana e as estatísticas dos crimes praticados com arma de fogo, inclusive homicídios. Já outros tantos defendem o direito de o cidadão portar arma de fogo e a de ter em casa para proteger a si próprio e a sua família, sob a alegação de que o Poder Público não tem cumprido com o seu dever para garantir o direito à segurança. Destaca-se, ademais, que esse PDS foi sobrestado até deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 292, de 1999, que dispõe sobre o fabrico, o trânsito e porte de arma de fogo e dá outras providências. No prazo regimental não foram oferecidas Emendas.

Eu pediria licença para ler todo o projeto, Sr. Presidente, porque realmente como é um projeto em que o autor é o Senador Hélio Costa, eu gostaria de ler todo o projeto para demonstrar as razões que levaram a isso, que eu concordo plenamente com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Preliminarmente cumpre salientar que o referido PDS nº 385, de 2003, está constitucional e juridicamente fundamentado, haja vista que estabelece no seu art. 14 que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos da Lei mediante plebiscito, referendo ou iniciativa popular. Ainda o art. 49, XV, da Constituição Federal, consigna ser da competência exclusiva do Congresso Nacional a autorização de referendo e convocação de plebiscito. Ademais, a Lei que se refere o citado art. 14 da Constituição Federal, é citada a Lei 9.709, de 1998, que determina no seu art. 3º, nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo e no caso do § 3º do art. 18 da Constituição Federal, o plebiscito e referendo são convocados mediante Decreto Legislativo por proposta de 1/3, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional, de conformidade com essa Lei.

Entretanto, no mérito, é destacar que o PLS nº 229, de 1999, em que se baseou o sobrestamento da matéria do PDS sob comento, foi transformado na Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de arma de fogo e munição sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências, dirimindo as questões desse PDS ao determinar que no se art. 6º, *in verbis*: Art. 6º – é proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria para: os integrantes das Forças Armadas; os integrantes de órgão referidos nos incisos do *caput* do art. 144 da Constituição Federal; os integrantes das guardas municipais e das capitais dos Estados, dos Municípios com mais de quinhentos mil habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei; os integrantes de guardas municipais dos Municípios com mais de cinquenta mil e menos de quinhentos mil habitantes quando em serviço; os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência; os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; os integrantes dos órgãos policiais referidos no art. 51, IV, e art. 52, XIII, da Constituição Federal; os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais; os integrantes das escoltas de processo e guardas portuários... Aí vem, Sr. Senador, citando todos que têm autorização segundo a Constituição. Dessa forma, é de entender que a matéria do PDS nº 385, 2003, está prejudicada e deve ser arquivada em

face do disposto no art. 334, II, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, que assim determina: “O Presidente, de ofício, ou mediante consulta de qualquer Senador declarará prejudicada a matéria dependente de deliberação do Senado em virtude do seu pré-julgamento pelo Plenário ou [ininteligível]. A proposição prejudicada será definitivamente arquivada.

Por conseguinte, Sr. Presidente, opinamos pela prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2003, e o seu consequente arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o Parecer permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Encerro a presente reunião e convoco outra, regimentalmente, para a próxima quarta-feira, às dez horas.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, antes de V. Exa. encerrar a Sessão, eu gostaria de fazer apenas uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. aqui não é policial, policial é o Senador Romeu Tuma, mas é ligeiro no gatilho. A Sessão hoje, que foi emperrada com uma preliminar aí de Audiência Pública, ganhou velocidade, nós aprovamos muitas matérias de interesse público e, por isso, merece aplausos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado, Senador Valter Pereira.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu sou segurança do Presidente, por favor.
[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h25

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS; 2 DE ABRIL DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS; E 7 DE ABRIL DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia primeiro de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com

a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Junior, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Valdir Raupp, Efraim Moraes, Adelmir Santana, José Agripino, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro e das Senadoras Marina Silva, Ideli Salvatti, Kátia Abreu, Lúcia Vânia e Serys Slhessarenko reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira. Registra-se a presença dos Senhores Senadores Epitácio Cafeteira e Renan Calheiros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à Segunda Parte da Reunião: **3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2008 (PL. 00073 / 1999, na origem) – NÃO TERMINATIVO** – “Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.” **Autoria:** Deputada Nice Lobão. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. Em 18/12/2008, foi realizada a 1ª Audiência Pública para instruir a matéria, conforme Requerimento nº 40, de 2008-CCJ, de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko e dos Senadores Demóstenes Torres, Paulo Paim e Cristovam Buarque, e Termos Aditivos, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres e da Senadora Serys Slhessarenko; Em 18/03/2009, foi realizada a 2ª Audiência Pública, conforme Requerimento nº 2, de 2009-CCJ, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Francisco Dornelles, e Termo Aditivo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Cristovam Buarque. 3ª Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 6, de 2009-CCJ, de iniciativa dos Senadores Tasso Jereissati, Antonio Carlos Júnior e da Senadora Serys Slhessarenko. Convidados: Edson Santos De Souza, Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Amaro Lins, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco; José Roberto Pinto De Góes, Historiador e Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Ismael Cardoso, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES; Simon Schwartzman, Ex-Presidente do IBGE. Renato Ferreira, Advogado e Pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ. Usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon,

Marconi Perillo, Valter Pereira, Renan Calheiros, Marco Maciel, Romeu Tuma e Eptácio Cafeteira e as Senadoras Ideli Salvatti, Lúcia Vânia e Marina Silva. Passa-se à apreciação da Primeira Parte da Reunião: **ITEM 1) EMENDAS DE PLENÁRIO nºs 2 a 4 à PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2006** – NÃO TERMINATIVO – “Acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”. **Autoria:** Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. Tramita em conjunto com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2003** – NÃO TERMINATIVO – (Tramitam em conjunto as PEC’s nºs 1 e 23, de 2003; nº 51, de 2004; nºs 11, 29 e 61 de 2005; e nº 12, de 2006) “Altera o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios”. **Autoria:** Senador Maguito Vilela e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. Tramita em conjunto com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2003** – NÃO TERMINATIVO – “Dá nova redação ao § 1º do artigo 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais”. **Autoria:** Senador Efraim Morais e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. Tramita em conjunto com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2004** – NÃO TERMINATIVO – “Altera o artigo 100 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Dispõe sobre Precatórios Judiciais)”. **Autoria:** Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. Tramita em conjunto com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2005** – NÃO TERMINATIVO – “Altera o art. 100 da CF para instituir limite máximo de comprometimento da receita da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com o pagamento de precatórios judiciais”. **Autoria:** Senador José Maranhão e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. Tramita em conjunto com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2005** – NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre a preferência para maiores de 60 (sessenta) anos de idade no recebimento de precatórios”. **Autoria:** Senador Sérgio Cabral e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. Tramita em conjunto com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2005** – NÃO TERMINATIVO – “Altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal para determinar que os pagamentos de obrigações devidas

aos idosos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios”. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Parecer:** Pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3-PLEN e pela aprovação parcial da Emenda nº 4-PLEN, na forma da Subemenda que apresenta, unificando o texto conforme disciplina o § 6º do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Aprovado o Parecer, pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3-PLEN, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 4-PLEN, com a Subemenda-CCJ, nos termos do texto consolidado que apresenta. Retoma-se à apreciação da Segunda Parte da Reunião: **3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2008 (PL. 00073 / 1999, na origem)**. Passa-se à apreciação da Terceira Parte da Reunião: **ITEM 7) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2003** – NÃO TERMINATIVO – “Altera o artigo 165 da Constituição Federal instituindo a Carta de Responsabilidade Econômico-social”. **Autoria:** Senador Aloizio Mercadante e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Parecer:** Favorável à matéria com três emendas que apresenta. Em 11/02/2009, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado o Parecer, favorável à Proposta com as Emendas 1-CCJ a 3-CCJ. **ITEM 32) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2001 (PL. nº 02958/2000, na Câmara dos Deputados)** – NÃO TERMINATIVO – “Institui o Programa Voluntário de Vacinação – PVV.” **Autoria:** Deputado Nelson Proença. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria ad hoc:** Senador Romeu Tuma. **Parecer:** Favorável à matéria. A matéria vem a esta Comissão, nos termos do Art. 101, I do RISF e retornará à Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto. **ITEM 2) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2007 (PL nº 01288/2007, na Câmara dos Deputados)** – NÃO TERMINATIVO – “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica.” **Autoria do Substitutivo:** Câmara Dos Deputados. **Autoria do Projeto:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Pela aprovação da ementa e dos arts. 1º, 2º e 3º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 175, de 2007, e pelo restabelecimento, ao mesmo tempo, dentre as alterações processadas pelo art. 2º do PLS nº 175, de 2007, das mudanças preconizadas aos arts. 115, 122 e 132 da Lei de Execução

Penal, na forma do texto originalmente aprovado pelo Senado Federal, sem prejuízo do ajuste redacional para uniformizar a denominação do novo instituto (que passa a ser “monitoração eletrônica” e não “rastreamento eletrônico”). Em 20/08/2008, a Comissão aprovou o Requerimento nº 27, de 2008-CCJ, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante, que solicita a realização de Audiência Pública para instrução da matéria. Em 11/03/2009, a Comissão aprovou o Requerimento nº 4, de 2009-CCJ, de autoria do Senador Eduardo Suplicy que solicita a dispensa da Audiência Pública. Em 11/03/2009, foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. **Resultado:** Aprovado o Parecer. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2003 (PL. nº 04375/2001, na Câmara dos Deputados)** – NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre o interrogatório do acusado.” **Autoria:** Deputado José Roberto Batocchio. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Favorável à matéria nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 03/03/2009, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Demóstenes Torres. Em 25/03/2009, foi concedida vista aos Senadores Augusto Botelho e Expedito Júnior, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 23) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2004 (PL. nº 00209/2003, na Câmara dos Deputados)** – NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre a presença de advogado nos procedimentos judiciais e dá outras providências.” **Autoria:** Deputado Marcelo Ortiz. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Contrário à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer, contrário ao Projeto. **ITEM 30) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2002 (PL. nº 01043/1999, na Câmara dos Deputados)** – NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.” **Autoria:** Deputado Dr. Hélio. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Favorável à matéria. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto. **ITEM 31) EMENDAS Nºs 1 A 3 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 1996 (PL. nº 03777/1997, na Câmara dos Deputados)** – NÃO TERMINATIVO – “Acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor.” **Autoria das Emendas:** Câmara Dos Deputados. **Autoria do Projeto:** Senador Sérgio Machado. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Favorável às Emendas da Câmara dos Deputados. **Resultado:** Aprovado o Parecer, favorável

às Emendas nºs 1 a 3 da Câmara dos Deputados oferecidas ao Projeto. **ITEM 15) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008 (PEC. nº 0138/2003, na Câmara dos Deputados)** – NÃO TERMINATIVO – “Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227. (Dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).” **Autoria:** Deputado Sandes Júnior e outros Senhores Deputados. **Relatoria:** Senador Expedito Júnior. **Parecer:** Favorável à matéria com três Emendas de redação que apresenta. Em 25/03/2009, foi concedida vista ao Senador Renato Casagrande, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. **Resultado:** Aprovado o Parecer, favorável à Proposta com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ, de redação. **ITEM 24) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2004 (PL. nº 07122/2002, na Câmara dos Deputados)** – NÃO TERMINATIVO – “Acrescenta § 6º ao art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, estabelecendo em 20 (vinte) anos a prescrição da pretensão de reparação relativa a acidente do trabalho ou a doença ocupacional.” **Autoria:** Deputado Dr. Rosinha. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria ad hoc:** Senador Romeu Tuma. **Parecer:** Contrário à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer, contrário ao Projeto. **ITEM 33) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, DE 2001 (PL. nº 04162/2001, na Câmara dos Deputados)** – NÃO TERMINATIVO – “Altera o caput do artigo 20 da Lei nº 5474, de 18 de julho de 1968 (Inclui as empresas, fundações e sociedades civis prestadoras de serviços de locação de bens móveis entre as que podem emitir fatura e duplicata).” **Autoria:** Deputado Arnaldo Madeira. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria ad hoc:** Senador Romeu Tuma. **Parecer:** Contrário à matéria. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado o Parecer, contrário ao Projeto. **ITEM 28) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 125, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO – “Susta os artigos 6º, XVI, 7º, §§ 1º e 2º, 11, 15, 34, 35, 36, 37, parágrafo único, e 52 do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.”** **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Parecer:** Contrário à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer, contrário ao Projeto. **ITEM 37) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – “Dá nova redação ao artigo 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços de registro público e notariais.”** **Autoria:** Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Se-

nhores Senadores. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria ad hoc:** Senador Tasso Jereissati. **Parecer:** Contrário à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer, contrário à Proposta. **EXTRAPAUTA: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO** – “Dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências.” **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Parecer:** Pela aprovação das três emendas de autoria do Senador Romeu Tuma, aproveitando a oportunidade, outrossim, para retificar no Parecer nº 1.094, de 2007, a referência ao parágrafo modificado no art. 2º, por força da Subemenda-CCJ à Emenda nº 26-Plenário, de autoria do Senador Marconi Perillo. Na verdade, o dispositivo alterado pela subemenda é o § 1º, e não o § 2º, como consta do referido parecer. Matéria em reexame na CCJ. Em 1º/04/2009 foram recebidas três Emendas, de autoria do Senador Romeu Tuma. **Resultado:** Sob a Presidência, em exercício, do Senador Antonio Carlos Júnior, foi concedida vista ao Senador Demóstenes Torres (Presidente da CCJ), nos termos regimentais. **ITEM 2) EMENDAS DE PLENÁRIO NºS 2 A 7 oferecidas ao PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2008 (PL. nº 04208/ 2001, na Câmara dos Deputados)** – NÃO TERMINATIVO – “Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.” **Autoria:** Presidente Da República. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Pela aprovação das Emendas nºs 4 a 6-PLEN, pela rejeição das Emendas nºs 2, 3 e 7-PLEN, oferecidas ao Projeto, e com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável às Emendas nºs 4 a 6-PLEN, contrário às Emendas nºs 2, 3 e 7-PLEN, oferecidas ao Projeto, e com a Emenda nº 8-CCJ. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009-CCJ** “Requeiro, com amparo no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar da atual situação financeira dos municípios brasileiros, em face da crise econômica mundial em curso. Protesto, na oportunidade, por ulterior indicação de depoentes, a fim de que o rol possa ser ajustado pelas lideranças partidárias nesta Casa.” **Autoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Resultado:** Aprovado. **2) REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009-CCJ** Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, para instrução do SCD nº 203, de 2001. Para isso devem ser convidados representantes dos seguintes setores: Ministério das Cidades; Ministério da Saúde; Ministério da Justiça; ABRAMET– Associação Brasileira de Medicina de Trânsito; Asso-

ciação Nacional de Transportes Públicos; Entidade Nacional dos Mototaxistas; Frente Nacional dos Prefeitos. **Autoria:** Senadores Romero Jucá e Renato Casagrande. **Resultado:** Aprovado. **3) REQUERIMENTO Nº 9, DE 2009-CCJ** Requeiro nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, com a presença, na condição de convidados, do Ministro da Justiça, Tarso Genro, e do Diretor-Geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, a fim de que sejam prestados esclarecimentos acerca de recentes operações realizadas pela Polícia Federal e da atuação do Ministério da Justiça. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado. **4) TERMO ADITIVO AO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009-CCJ** Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 6, de 2009 – CCJ, que pede a realização de audiência pública para instruir o PLC 180, de 2008, que dispõe sobre o estabelecimento de quotas nas universidades públicas brasileiras, para o fim de também convidar, como debatedores, o Dr. Renato Ferreira, pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP-Uerj).

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko e Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** **Aprovado.** **ITEM 5) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2001 (PL. nº 06302, de 2002, na Câmara dos Deputados)** – NÃO TERMINATIVO – “Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, ‘mototaxista’, em entrega de mercadorias, e em serviço comunitário de rua, e ‘motoboy’ com o uso de motocicleta.” **Autoria do Substitutivo:** CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Autoria do Projeto:** Senador MAURO MIRANDA. **Relatoria:** Senador EXPEDITO JÚNIOR. **Parecer:** Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, e favorável ao Projeto original. Em 25/03/2009, foi concedida vista à Senadora Serys Slhessarenko e ao Senador Eliseu Resende, nos termos regimentais. A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Retirado de Pauta, para aguardar a realização de Audiência Pública em data oportuna, conforme Requerimento nº 8, de 2009-CCJ, de iniciativa dos Senadores Romero Jucá e Renato Casagrande e **ITEM 29) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 158, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO** – “Dispõe sobre a sustação do parágrafo único do art. 7º do Decreto nº 3.181, de 23 de setembro de 1999. (Dispõe sobre a comercialização e identificação por nome comercial ou marca de medicamento similar).” **Autoria:** Senador PAPAEO PAES. **Relatoria:** Senadora SERYS SLHESARENKO. **Parecer:** Favorável à matéria. **Resultado:** Retirado de Pauta, para

reexame do Relatório. A Presidência suspende a reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos, e reabre às dez horas e vinte e nove minutos do dia dois de abril de dois mil e nove. Passa-se à apreciação da Quarta Parte da Reunião: ITEM 38) REQUERIMENTO (SF) N° 200, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do disposto no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso aos Jornais: Correio Braziliense, do Distrito Federal, A Tarde, da Bahia, O Povo, do Ceará, A Gazeta do Povo, do Paraná, O Estado de Minas, de Minas Gerais e O Popular, de Goiás, pelo prêmio recebido, segundo avaliação da Agência de Notícias dos Direitos da Infância e do Instituto Ayrton Senna, de melhor cobertura aos assuntos ligados ao cotidiano das crianças e adolescentes brasileiros em 2002.” Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 39) REQUERIMENTO (SF) N° 844, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal e ouvido o Plenário, voto de aplauso pelo transcurso do Cinquentenário da Rede Record De Televisão.” Autoria: Senador Arthur Virgílio Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 40) REQUERIMENTO (SF) N° 846, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto De Aplauso ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, pela elevação e pelo conteúdo do discurso que proferiu por ocasião da solenidade comemorativa do 175º aniversário de criação do Supremo Tribunal Federal.” Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 41) REQUERIMENTO (SF) N° 937, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas congratulações ao Dr. Elielson Ayres de Souza, Procurador do Ibama/Rio de Janeiro, pela excelência do trabalho realizado pelo Ibama de Rondônia em parceria com a Polícia Federal no desmantelamento de quadrilha que vinha roubando madeiras nobres de áreas indígenas e parques flores-

tais do Estado de Rondônia.” Autoria: Senadora Fátima Cleide. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 42) REQUERIMENTO (SF) N° 1132, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – “Requerem, nos termos regimentais voto de repúdio desta Casa ao comportamento desrespeitoso do Exmº Sr. Deputado Jair Bolsonaro para com a Exmª Srª Deputada Maria do Rosário, em episódio ocorrido no Salão Verde da Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2003.” Autoria: Senadora Ideli Salvatti e outro(s) Senhor (es) Senador (es). Relatoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Contrário à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 43) REQUERIMENTO (SF) N° 410, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso em homenagem à Diretoria do Jornal Cinform, semanário de Aracaju-SE, pela brilhante iniciativa de publicar mensalmente o caderno especial “Cinform nas Escolas”.” Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 44) REQUERIMENTO (SF) N° 424, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Sra. Zilda Arns eleita Personalidade do Ano 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.” Autoria: Senadora Fátima Cleide. Relatoria: Senador Aloizio Mercadante. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 45) REQUERIMENTO (SF) N° 569, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, com fundamento no artigo 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, consulta à CCJ sobre a aplicação do art. 64 § 2º da Constituição Federal com o sobrestamento, nas Comissões, das matérias examinadas em caráter terminativo.” Autoria: Senador Osmar Dias. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Conclui que: a) quando o Senado Federal estiver em mora quanto à apreciação de proposições sujeitas aos §§ 1º e 2º do art. 64 da CF, sobrestar-se-ão as deliberações legislativas do Plenário do Senado Federal; b)

quanto ao funcionamento das comissões técnicas, a preocupação expressa na Consulta somente seria equacionada caso se altere o Regimento Interno do Senado Federal para determinar que o prazo para a interposição de recurso contra o caráter terminativo do exame de determinada proposição não transcorrerá quando a pauta do Plenário estiver sobrestada em face de mora no exame de Medida Provisória ou de proposição para a qual o Presidente da República requereu o regime de urgência constitucional (§ 2º, do art. 64, CF). Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 46) REQUERIMENTO (SF) Nº 1203, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requerem, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado voto de aplauso ao colunista Elio Gaspari, do jornal O Globo, ganhador do ‘Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo’, na categoria Política.” Autoria: Senador Arthur Virgílio e outro(s) Senhor (es) Senador (es). Relatoria: Senador Aloizio Mercadante. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 47) REQUERIMENTO (SF) Nº 1204, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requerem, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado voto de aplauso à colunista Miriam Leitão, do jornal O Globo, ganhadora do ‘Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo’, na categoria Economia.” Autoria: Senador Arthur Virgílio e outro(s) Senhor (es) Senador (es). Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Relatoria *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 48) REQUERIMENTO (SF) Nº 1205, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requerem, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado voto de aplauso à Jornalista Paula Mageste, da Revista Época, ganhadora do ‘Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo’, com a reportagem ‘Rejeitados’.” Autoria: Senador Arthur Virgílio e outro(s) Senhor (es) Senador (es). Relatoria: Senador Aloizio Mercadante. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 49) REQUERIMENTO (SF) Nº 1227, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Voto de aplauso pelo transcurso do 10º aniversário de criação da Revista Carta Capital.” Autoria:

Senador Arthur VIRGÍLIO E outro(s) Senhor (es) Senador (es). Relatoria: Senador Aloizio Mercadante. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 50) REQUERIMENTO (SF) Nº 1263, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Colunista Arthur Xexéo, do Jornal O Globo, ganhador do ‘Prêmio Comunique-se de Jornalismo’, edição de 2004.” Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Pedro Simon. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 51) REQUERIMENTO (SF) Nº 1270, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Votos De Congratulações ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE pela atuação no primeiro turno das eleições municipais de 2004.” Autoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 52) REQUERIMENTO (SF) Nº 1346, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Ministro e Senador Paulo Brossard, na data de lançamento do livro ‘Brossard, 80 Anos na História Política do Brasil’.” Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Pedro Simon. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 53) REQUERIMENTO (SF) Nº 1347, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao jovem político amazonense Chiquilito Ersi, que, nas recentes eleições municipais, foi um dos candidatos mais votados para Vereador em Porto Velho, Rondônia.” Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 54) REQUERIMENTO (SF) Nº 1350, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer Voto de Aplauso ao jornal O Estado de S.Paulo, pela reno-

vação de seu estilo gráfico, implantado desde o dia 17 de outubro de 2004.” Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Aloizio Mercadante. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 55) REQUERIMENTO (SF) Nº 1484, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao escritor e jornalista Moacir Pereira pelo lançamento do livro *Novembrada*, em 30 de novembro de 2004, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.” Autoria: Senadora Ideli Salvatti. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria, com a Emenda que apresenta. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 56) REQUERIMENTO (SF) Nº 1497, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Rádio FM Jangadeiro, do Município de Brejo Santo, no Estado do Ceará, pela iniciativa de divulgar o nome dos beneficiados pelo Bolsa-Família e por outros programas de transferência de renda do Governo Federal naquele Município.” Autoria: Senadora Ideli Salvatti. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 57) REQUERIMENTO (SF) Nº 1526, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, com fulcro no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Diretor-Presidente da Eletronorte, Roberto Garcia Salmeron, pelo sucesso do Programa Luz Para Todos, que vem promovendo a universalização do acesso e uso de energia elétrica, com pleno êxito no Estado de Mato Grosso e no nosso País.” Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda que apresenta. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 58) REQUERIMENTO (SF) Nº 1527, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, com fulcro no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Presidente do Conselho de Administração do Grupo Votorantin, Antônio Ermírio De Moraes, pela desistência da construção de uma usina hidrelétrica no Salto

das Nuvens, no Rio Sepotuba, bacia do Pantanal, área reservada para implementação do complexo de geração de energia do grupo, e que agora, será transformada numa Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.” Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Aloizio Mercadante. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda que apresenta. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 59) REQUERIMENTO (SF) Nº 305, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de tristeza e de solidariedade às nações indígenas do Brasil, pela morte de 19 crianças de tribos de Mato Grosso do Sul, por desnutrição.” Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 60) REQUERIMENTO (SF) Nº 1030, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda, informações relacionadas a acordos extrajudiciais feitos, desde 2003 até esta data, entre o Banco do Brasil e pessoas físicas e jurídicas, visando a quitação de dívidas contraídas junto àquela sociedade de economia mista.” Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Contrário à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 61) DIVERSOS Nº 27, DE 1996 – NÃO TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão 121/96, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Extraordinária do Plenário de 21 de março de 1996, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC 000.171/94-8).” Autoria: Presidente Do Tribunal De Contas Da União. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Parecer: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pelo arquivamento da matéria. O Senador Demóstenes Torres passa a Presidência ao Senador Marconi Perillo. ITEM 62) AVISO Nº 51, DE 2000 – NÃO TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 223, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre representação acerca das inconstitucionalidades presentes na Medida Provisória nº 1.784,

de 14 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e institui o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (TC–002.363/2000-6).” Autoria: Presidente Do Tribunal De Contas Da União. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pelo arquivamento da matéria. Retorna a Presidência ao Senador Demóstenes Torres. ITEM 63) MENSAGEM (SF) Nº 100, DE 2000 – NÃO TERMINATIVO – “Nos termos do inciso XXIX do art. 19 da Lei nº 9472, de 16 de julho de 1997, encaminha ao Senado Federal o Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, referente ao exercício de 1998.” Autoria: Presidência Da República. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatoria *ad hoc*: Senador Romeu Tuma. Parecer: Conclui que a Agência Nacional de Telecomunicações desenvolveu suas atividades, no exercício de 1998, em conformidade com os princípios de imparcialidade, impessoalidade, legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, moralidade e publicidade, como determinado pelo art. 38 da Lei Geral. A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Resultado: Aprovado o Parecer. ITEM 64) OFÍCIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 1, DE 2002 (Ofício SF(interno) nº 0013/2002, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Comunica ao Senado Federal que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão recebeu de entidades representantes de direitos civis representação, acerca da necessidade de ser submetido ao exame do Senado Federal as cláusulas do acordo que o Brasil está a negociar com o Fundo Monetário Internacional para receber empréstimo de cerca de US\$ 30.000.000.000.00 (trinta bilhões de dólares).” Autoria: Ministério Público Da União. Relatoria: Senador Pedro Simon. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Pelo encaminhamento de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado da Fazenda; pelo encaminhamento da matéria à Procuradoria-Geral da República, mediante despacho à Mesa desta Casa, solicitando as prontas diligências cabíveis no caso; e pelo arquivamento do OFJ 01/2002. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 65) OFÍCIO “S” Nº 20, DE 2002 – NÃO TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na distribuição, comercialização e na qualidade de combustíveis na-

quele Estado.” Autoria: Assembléia Legislativa Do Estado De São Paulo. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Relatoria *ad hoc*: Senador Romeu Tuma. Parecer: Pela apresentação de Projeto de Lei e de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, na forma do art. 216 do RISF, e pelo arquivamento do Ofício “S” nº 20/2002. Resultado: Aprovado o Parecer. ITEM 66) CONSULTA (SF) Nº 1, DE 2003 (SF nº 01507/2003) – NÃO TERMINATIVO – “Consulta, sem efeito suspensivo, sobre questão de ordem formulada pelos Líderes do PFL, Senador José Agripino, do PSDB, Senador Arthur Virgílio, e do PDT, Senador Jefferson Péres, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 121/03, que dispõe sobre a criação de subsidiárias integrais do Banco do Brasil S/A para atuação no segmento de microfinanças e consórcios, sob alegação de que a edição da mencionada Medida Provisória contraria o disposto no artigo 246 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2003.” Autoria: Presidente do Senado Federal. Relatoria: Senador Pedro Simon. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Para que se responda à consulta esclarecendo que, para aplicação do disposto no art. 246 da Constituição Federal, basta a alteração, por menor que seja, de qualquer dos dispositivos em que se encontra articulado o artigo. Afinal, este último, em todo o texto legal, sempre consagra uma idéia, seja de forma ampla ou com algumas exceções. Por isso, qualquer modificação que venha a ser posteriormente introduzida sempre representa ampliação ou restrição da idéia original, portanto, alteração do artigo como um todo. Resultado: Aprovado o Parecer. ITEM 67) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 4, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – “Institui a Ouvidoria Permanente do Senado Federal para encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações.” Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro. Parecer: Favorável à matéria. A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão Diretora. Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto. ITEM 68) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 952, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – “Propõe convocação de plebiscito sobre adoção ou rejeição definitiva do horário de verão no Brasil.” Autoria: Senador Valdir Raupp e outro(s) Senhor (es) Senador (es). Relatoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria *ad hoc*: Senador Marco Maciel. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, contrário ao Projeto. ITEM 69) RECURSO (SF) Nº 9, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer a nulidade da votação, em segundo turno, da Proposta de

Emenda à Constituição nº 55-A, de 2004, a PEC dos Vereadores, realizada na sessão deliberativa extraordinária do dia 29 de junho de 2004, às dezoito horas e cinquenta minutos.” Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, contrário ao Recurso. ITEM 70) RECURSO (SF) Nº 10, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer a nulidade da sessão deliberativa extraordinária realizada no dia 29 de junho de 2004, às dezoito horas e cinquenta minutos, alegando erro na votação e na condução dos trabalhos, em que foi votada, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2004, PEC dos Vereadores.” Autoria: Senador Antonio Carlos Magalhães. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, contrário ao Recurso. ITEM 71) OFÍCIO “S” Nº 4, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal o Relatório elaborado por ocasião da Reunião comemorativa dos 80 anos da criação dos Conselhos Penitenciários Estaduais, realizada nos dias 8 e 9/11/2004 em Brasília.” Autoria: Ministério Da Justiça. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pelo arquivamento do Ofício “S”. O Senador Demóstenes Torres passa a Presidência ao Senador Marconi Perillo. ITEM 72) REQUERIMENTO (SF) Nº 295, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO – “Requerem, com amparo no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e nos termos do art. 8º, § 3º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda as informações e documentos sigilosos relativos ao cidadão Francenildo Dos Santos Costa, na forma que explicita.” Autoria: Senador Tião Viana e outro(s) Senhor (es) Senador (es). Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 73) REQUERIMENTO (SF) Nº 296, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO – “Requerem, com amparo no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e nos termos do art. 8º, § 3º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda as informações e documentos sigilosos relativos ao cidadão Paulo Tarcísio Okamoto, na forma que explicita.” Autoria: Senador Antônio Carlo Magalhães e outro(s) Senhor (es) Senador (es). Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 74) REQUERIMENTO (SF) Nº 297, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO – “Requerem, com amparo no art. 4º,

§ 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e nos termos do art. 8º, § 3º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações e documentos sigilosos relativos ao cidadão Fábio Luis Lula Da Silva, na forma que explicita.” Autoria: Senador Antero Paes De Barros e outro(s) Senhor (es) Senador (es). Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. Retorna a Presidência ao Senador Demóstenes Torres. ITEM 75) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2004 – TERMINATIVO NA CMA – “Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2005, e dá outras providências.” Autoria: Senador Jonas Pinheiro. Relatoria: Senador Aloizio Mercadante. Parecer: Pela prejudicialidade da matéria. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. – A matéria será apreciada, também, pela Comissão Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Resultado: Retirado de Pauta, para reexame do Relatório. A Presidência suspende a reunião às onze horas e onze minutos, e reabre às onze horas e trinta minutos do dia sete de abril de dois mil e nove. Passa-se à apreciação da Quinta Parte da Reunião: ITEM 77) REQUERIMENTO (SF) Nº 1178, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requerem, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à jornalista Malu Gaspar pela reportagem de capa da revista Veja de 18 de agosto de 2004, mostrando que recentes iniciativas do Governo Lula representam o mais sério ataque à liberdade de expressão no Brasil desde o regime militar.” Autoria: Senador Arthur Virgílio e outro(s) Senhor (es) Senador (es). Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 78) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2004 – TERMINATIVO NA CAS – “Permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de financiamento habitacional concedido por entidades fechadas de previdência complementar.” Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Parecer: Favorável à matéria. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto. ITEM 80) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 654, DE 2007 – TERMINATIVO NA CE – “Autoriza a União a conceder a Medalha de

Distinção de 1ª Classe ao jovem Riquelme Wesley dos Santos.” Autoria: Senador Paulo Duque. Relatoria: Senadora Ideli Salvatti. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto. ITEM 82) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2005 – TERMINATIVO NA CDR – “Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências.” Autoria: Senadora Roseana Sarney. Relatoria: Senador Gilvam Borges. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 83) REQUERIMENTO (SF) Nº 782, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO – “Requerem, ante o disposto nos incisos VIII e XXXIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal e tendo em vista a prevalência, no Plenário, do expediente de votação simbólica nos procedimentos deliberativos de decretos legislativos que versem sobre a aprovação de outorga e renovação de concessão de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, solicita a título de definição normativa, conforme dispõe o art. 412, inciso VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, para o fim de exata instrução de matérias atinentes, a teleologia do disposto no art. 54, inciso II, letra ‘a’, da Constituição Federal, nos casos das concessões a parlamentares.” Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outro(s) Senhor (es) Senador (es). Relatoria: Senador Pedro Simon. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Conclui que: a) não é lícito aos Deputados e Senadores figurarem como diretores, proprietários ou controladores de empresas que explorem serviços de radiodifusão; e b) caso verificada essa condição, o respectivo ato de outorga ou renovação deverá ser rejeitado. Resultado: Aprovado o Parecer. ITEM 84) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Dá nova redação ao art. 14, § 3º, inciso V da Constituição Federal, para permitir a apresentação de candidatos sem filiação partidária às eleições majoritárias. Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti e outro(s) Senhor (es) Senador (es). Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, contrário à Proposta. ITEM 85) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Modifica a alínea ‘b’ do inciso II do § 1º do art. 14 da Constituição Federal, para reduzir de 70

para 65 anos de idade o alistamento eleitoral e o voto facultativos.” Autoria: Senador Sérgio Zambiasi e outro(s) Senhor (es) Senador (es). Relatoria: Senador Aloizio Mercadante. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer, favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. ITEM 89)

REQUERIMENTO (SF) Nº 742, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso pelo transcurso dos 20 anos de criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT.” Autoria: Senadora Fátima Cleide. Relatoria: Senadora Marina Silva. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pelo arquivamento do Requerimento. ITEM 90) REQUERIMENTO (SF) Nº 393, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do ‘caput’ do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à iniciativa do Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, por defender a proposta de tornar o samba patrimônio cultural da humanidade junto à Unesco, órgão da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.” Autoria: Senadora Ideli Salvatti. Relatoria: Senador Francisco Dornelles. Relatoria *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. O Senador Demóstenes Torres passa a Presidência ao Senador Marconi Perillo. ITEM 91) REQUERIMENTO (SF) Nº 1483, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do caput do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao juiz Rodrigo Colaço, eleito, no dia 25 de novembro de 2004, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).” Autoria: Senadora Ideli Salvatti. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. Retorna a Presidência ao Senador Demóstenes Torres. ITEM 92) REQUERIMENTO (SF) Nº 78, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, voto de louvor ao ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso pela entrega do documento com crítica à ação do Fundo Monetário Internacional ao debilitar a democracia de alguns países.” Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatoria *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Parecer: Favorável à matéria. Obs.: Durante a discussão, a Comissão decide

pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 93) REQUERIMENTO (SF) N° 910, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – “Requerem, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas congratulações ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo recebimento da alta distinção do Prêmio Fulbright para o Entendimento Mundial, que lhe será outorgado em solenidade a ser realizada no próximo dia 30 de outubro de 2003, no Departamento Norte-Americano de Estado.” Autoria: Senador Tasso Jereissati e outro(s) Senhor (es) Senador (es). Relatoria: Senador César Borges. Relatoria *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. ITEM 94) REQUERIMENTO (SF) N° 422, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, agraciado como Personalidade do País 2003 pelo Prêmio Faz Diferença. Autoria: Senadora Fátima Cleide. Relatoria: Senador Aloizio Mercadante. Relatoria *ad hoc*: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Obs.: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. O Senador Demóstenes Torres passa a Presidência ao Senador Marconi Perillo. ITEM 96) REQUERIMENTO (SF) N° 675, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, pela construção da primeira fábrica da companhia sul-coreana no país, em Anápolis-GO.” Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. Retorna a Presidência ao Senador Demóstenes Torres. ITEM 97) REQUERIMENTO (SF) N° 1229, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso às vítimas do Edifício Palace II, no Rio de Janeiro, pelo gesto de altruísmo representado pela doação ao ex-Deputado Sérgio Naya de parte do lucro obtido na venda de imóvel da indenização que lhes foi paga.” Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Gilvam Borges. Relatoria *ad hoc*: Senador

Marconi Perillo. Parecer: Favorável à matéria. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Requerimento. A Presidência declara encerrada a Reunião às doze horas e dois minutos, ficando adiados os demais itens, a saber: 3) PLS N.º 51, DE 2006; 4) PLS N.º 173, DE 2001; 6) PLS N.º 228, DE 2006; 8) OFS N.º 5, DE 2002; 9) PLS N.º 44, DE 2007; 10) PLS N.º 613, DE 2007; 11) PLS N.º 175, DE 2004; 12) PLS N.º 112, DE 2008; 13) PEC N.º 38, DE 1999, tramita em conjunto com a PEC N.º 3, DE 2004; 16) PLC N.º 16, DE 2007; 17) PLS N.º 113, DE 2007; 18) PLS N.º 671, DE 2007; 19) PEC N.º 74, DE 2005; 20) PLC N.º 79, DE 2007; 21) PLS N.º 223, DE 2008; 22) PEC N.º 101, DE 2007; 25) PLC N.º 50, DE 2004; 26) PLC N.º 84, DE 2004; 27) PLC N.º 22, DE 2005; 34) PEC N.º 80, DE 2003 tramita em conjunto com a PEC N.º 82, DE 2003 tramita em conjunto com a PEC N.º 73, DE 2005; 35) PLS N.º 215, DE 2003; 36) EMENDA N.º 5 DE PLENÁRIO à PEC N.º 37, DE 2004; 87) PLS N.º 262, DE 2004 tramita em conjunto com o PLS N.º 337, DE 2004; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **DEMÓSTENES TORRES**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NOS DIAS 1º, 2 E 7 DE ABRIL DE 2009, 1ª, 2ª E 3ª PARTE REALIZADA NO DIA 1º DE ABRIL DE 2009, ÀS 10 HORAS e 38 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A primeira parte da presente reunião destina-se à Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 180/08, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais, estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, conforme Requerimento nº. 06/09, CCJ, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Antonio Carlos Júnior e da Senadora Serys Slhessarenko. Ob-

serva-se que, em 18 de dezembro de 2008, foi realizada a primeira Audiência Pública para instruir a matéria.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só concluir aqui, por favor. Inicialmente, estava prevista a primeira parte da reunião para votação da chamada PEC dos Precatórios, um Projeto de Lei do Senado, que é relatado pelo Senador Aloizio Mercadante, com Emendas ao chamado... Projeto... PLC nº. 111, que modifica medidas cautelares e que tem uma Emenda que põe fim a prisões especiais, um outro projeto do Senador Expedito Júnior.

Antes de iniciarmos a Audiência Pública, que será a última também, para que nós possamos discutir sobre cotas raciais ou cotas sociais para o ingresso em universidade. Como a Senadora Kátia Abreu não se encontra, para que nós possamos adiantar, eu farei uma primeira oitiva com o Ministro. Relação, por favor, dos convidados. Ministro Edson Santos de SOUZA, Ministro Chefe da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Social. Eu dividi também a Audiência Pública, para que o Ministro possa responder apenas às perguntas dos Srs. Senadores e não tenho oportunidade, como é praxe, de polemizar com os demais convidados. Antes de fazer adentrar o Ministro ao Plenário, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu queria pedir à V. Exa., se for de concordância dos demais membros desta Comissão, a preferência da PEC 21, da votação da PEC 21, extra-pauta, na sessão de hoje, que trata do ATS, adicional de tempo de serviço, das carreiras do judiciário e do Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Basta V. Exa. entregar, que eu ponho imediatamente em votação o requerimento de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Bem-vindo, Ministro.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA: Muito obrigado. Bom dia--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quantos minutos o senhor precisa, Ministro?

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA: O tempo que o senhor [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não... Porque praxe é dar 10 minutos e, havendo necessidade, coloca por mais. Se o senhor quiser--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se o senhor quiser, posso lhe dar os...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Após a Audiência Pública, nós teremos a Ordem do Dia?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria solicitar, primeiro, que nós mantivéssemos a votação, como foi acordado no Colégio de Líderes ontem, do Projeto de Combate às Organizações Criminosas--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --V. Exa., inclusive, tem um papel muito importante na constituição daquele projeto, e a PEC dos Precatórios, que nós também acordamos ontem, no Colégio de Líderes, de votarmos hoje, na Comissão e em Plenário--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Os dois pontos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Já anunciei que o farei e cumprirei com V. Exa. e com o Colégio de Líderes.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está ótimo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Somente porque, como não se encontra aqui a Senadora Kátia Abreu--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nem o Senador Romeu Tuma também. Está ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Então, pra adiantar, já daremos a palavra ao Ministro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, senhor... Sr. Presidente, apenas para eu poder ter o entendimento, nós vamos ouvir o Ministro e temos ainda algumas outras pessoas que compõem a...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ficaremos para uma terceira parte. Voltaremos... Após o Ministro, nós voltaremos para a Ordem do Dia... Depois, concluiremos a Au-

diência Pública e, por fim, voltaremos novamente à Ordem do Dia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ótimo. Está bom. Porque havia um compromisso de hoje nós encerrarmos o debate e votarmos o projeto das cotas. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. A Senadora Serys Slhessarenko não se encontra presente, que é a Relatora. Se chegar, nós votaremos. Ok.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Regimentalmente, o Sr. Ministro dispõe de 30 minutos. Dar-lhe-ei a palavra, portanto, por 30 minutos. O Ministro diz, inclusive, que não usará de todo esse tempo. Mas, cumprindo o Regimento, lhe darei 30 minutos. Com a palavra o Ministro.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA: Primeiramente, quero, aqui, cumprimentar o Senador Demóstenes Torres, que, na condição de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, nos convida para trazer a nossa opinião a respeito desse projeto, que trata de cotas nas Universidades Públicas do Brasil. Quero dizer que, por força da minha atuação à frente da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Governo Federal, quero tratar aqui, efetivamente, da questão racial, no que se refere à oportunidade da juventude negra e pobre desse país, do acesso ao ambiente acadêmico, ao ambiente universitário, para que esse segmento da sociedade brasileira possa efetivamente, cada vez mais, contribuir com o seu trabalho, de forma qualificada, para o desenvolvimento econômico e social do nosso país. Quero dizer que o Brasil teve a sua economia apoiada, durante praticamente três séculos e meio, no trabalho escravo, onde o homem e a mulher negra tinham um espaço na sociedade muito definido. Ele era o escravo e tinha os seus senhores, que eram os donos de escravos. Costuma-se dizer, hoje, que, durante a escravidão, o negro tinha um lugar na sociedade, e, após a abolição da escravidão, a população negra, ela ficou com um não-lugar na sociedade brasileira, na medida em que a abolição, Sras. e Srs. Senadores, não observou medidas que incluíssem, de forma qualificada, o cidadão negro nas atividades econômicas desenvolvidas em nosso país, seja no âmbito da educação, seja no âmbito da terra; o Brasil era um país agrário e não foi oferecido ao escravo, não foi propiciado ao escravo o acesso à terra, para garantir o seu sustento e a sua produção. E, no mesmo passo, quero dizer aos senhores e senhoras que não foi observado o acesso ao trabalho. Nós tivemos, durante um período largo de algumas décadas, o incentivo do Estado Brasileiro

à emigração europeia e asiática. E é importante nós situarmos que o dispositivo legal, que tratava do incentivo a essa imigração, vedava, de forma expressa, o ingresso de africanos e indígenas em nosso país. E quero ressaltar, e isso é do conhecimento de todos, que essa... Esse processo de emigração trouxe benefícios a esses grupos europeus e asiáticos que aqui chegaram, tiveram o oferecimento, o benefício da terra, o acesso ao trabalho; o Brasil era um país que entrava num processo de industrialização. Então, eram os operários que atuavam em nossas fábricas. Daí surge, inclusive, o Movimento Anarquista como precursor, eu diria, do Movimento Operário em nosso país. E isso, efetivamente, levou a população negra a um processo de exclusão e de invisibilidade no nosso país, sem acesso a políticas públicas que possibilitassem o seu acesso a atividades econômicas qualificadas, como eu aqui coloquei. É evidente que o Brasil...

Nós tivemos experiências bastante distintas de outros países no mundo, aqui nós não tivemos fenômenos de segregação e de *apartheid*, que vitimaram a população negra na África do Sul e nos Estados Unidos da América, mas isso não quer dizer que a população negra não viveu e, de certa forma, ainda vive uma situação de falta de oferta de ações e de políticas públicas que possibilitem à nossa juventude uma inserção qualificada e que essa parcela da juventude possa desenvolver plenamente a sua capacidade, em prol do desenvolvimento do nosso país, fato que foi fartamente denunciado pelo movimento social, nomeadamente o Movimento Negro, a partir da década de 30, que ganhou corpo, em nosso país, na década de 70, inclusive com a Universidade, assumindo essa temática, e, hoje, Sras. e Srs. Senadores, nós temos uma larga bibliografia, que trata das desigualdades raciais em nosso país. Alguns, e certamente eu me incluo entre os quais entendem que a divisão da humanidade entre raças, buscando, do ponto de vista biológico, estabelecer diferenças, inclusive até do ponto de vista da capacidade intelectual do cidadão a partir da cor da sua pele, é algo, hoje, felizmente, já plenamente ultrapassado pela ciência social, mas que trouxe grandes malefícios à humanidade, seja ela a ascensão do Nazismo na Europa, seja a forma predatória e desumana que foi a ocupação africana pelos países europeus que, em nome de levar à África um processo civilizatório, ali promoveram uma humilhação do ser humano, a exploração vil do ser humano, e também a retirada de bens preciosos da África, em nome de uma ação civilizatória.

Quero colocar que o Brasil sempre teve uma posição destacada e avançada, no que tange aos tratados internacionais de combate à discriminação racial.

Nós tivemos, em 1965, a criação, no âmbito da ONU, de uma Comissão pela Erradicação da Discriminação Racial, e o Brasil é signatário desse documento, em 1966. É importante situarmos que o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer as independências dos países africanos. É importante realçarmos que o Brasil, em 1995, no tricentenário de Zumbi, envia, por intermédio do Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso, um documento a essa Comissão pela Erradicação da Discriminação Racial, reconhecendo o estado de desigualdade racial em nosso país e situando ao Estado Brasileiro a responsabilidade pela superação desse estado de desigualdade. É importante situarmos que a Constituição da República, ela acolhe que... Inclusive, qualificada como... Foi qualificada pelo finado Ulysses Guimarães, Deputado Ulysses Guimarães, como a Constituição Cidadã, porque ela prevê, em seu conteúdo, direitos da cidadania, direitos fundamentais da cidadania, ela entende a questão da igualdade enquanto algo a ser conquistado. Quero ler aqui para os senhores que um dos... No inciso IV, do art. 3º, coloca-se da seguinte forma, que é *“promover o bem de todos...”*. Promover, Srs. Senadores, *“promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”*. Isso nos leva a entender que a Constituinte entende a promoção da igualdade, enquanto--

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Ministro... Vou pedir às senhoras e senhores que respeitem a Audiência Pública e as palavras que o Ministro está aqui proferindo. Vou pedir silêncio aos senhores, é regimental inclusive, mas até uma questão de educação. O Ministro está aqui para expor um tema que ele domina, que ele tem uma opinião, que ele quer contribuir, e um dos temas mais importantes que nós temos em discussão. Então, peço aos senhores silêncio, para que o Ministro possa concluir tranquilamente o seu pronunciamento.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA: Agradeço, Sr. Presidente, mas, como Deputado e Vereador durante um longo tempo da minha vida, eu entendo que, num ambiente parlamentar, a troca de ideias paralelas sempre ocorre. E eu aqui me esforço por não ter meu pensamento desviado, por conta do embargo auricular dos Srs. Senadores. Mas eu quero aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas eu quero dizer que não dei bronca com os Senadores.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA: [risos]. Eu entendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os Senadores estão em silêncio. A plateia é que--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, mas o Ministro, com esse comentário, já ganhou todo mundo aqui no Plenário.
[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA: Mas eu quero dizer, Sras. e Srs. Senadores, essa questão da Constituição, que fixa a igualdade como um bem a ser conquistado, e da fidelidade de, a partir da Constituição, e hoje nós temos aí um longo período de nossa história, marcado pela liberdade de opinião em nosso país, que, a partir de 1984, nós podemos, estamos podendo desfrutar desse bem, quero dizer que esse ambiente democrático, ele tem propiciado ao Estado Brasileiro caminhar no sentido da promoção da igualdade racial. Quero dizer com isso, às Sras. e Srs. Senadores, que a questão da promoção da igualdade racial não é algo novo, não é algo criado por esse Governo, mas é uma caminhada do Estado Brasileiro a partir da sua redemocratização. Quero, aqui, exemplificar, em nível do Governo do Sr. Presidente Sarney, hoje Presidente do Senado, a iniciativa da criação da Fundação Cultural Palmares, que, a partir da abordagem cultural, buscava valorizar e busca valorizar a presença e a contribuição do cidadão e da cidadã negra na formação do Estado Brasileiro. O mesmo Presidente Sarney é o autor da sanção à lei que regulamenta o racismo enquanto crime inafiançável e imprescritível, de autoria do Sr. Deputado Caó, Carlos Alberto de Oliveira, do Rio de Janeiro. E não só isso, Sras. e Srs. Senadores. Durante o Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, foi criado um grupo interministerial, presidido pelo Ministro José Gregori, Ministro de Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que cuidou de um grupo interministerial, com a participação da sociedade civil, a fim de estabelecer uma pauta, onde o Brasil pudesse se conduzir para a superação das desigualdades raciais em nosso país. É importante situar-se também que, durante o Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, foi editado um Decreto, que estabelece cotas, em serviço público, para negros, na Administração Pública Federal. Então, essas são...

Eu quero colocar, com isso, que essa é uma agenda perseguida pelo Estado Brasileiro, e não só isso. No âmbito internacional, em 2001, o Brasil foi a maior delegação enviada a Durban... O Senador Marco Maciel era Vice-Presidente da República e tem isso muito claro em sua memória, e não só a maior

delegação, mas o Brasil teve um papel fundamental para que a Agenda de Durban fosse efetivada, com medidas que influenciaram o Governo Brasileiro na adoção de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial.

Então, visto também por outro ângulo, o Brasil, sendo signatário de tratados internacionais que visam a promoção da igualdade racial, e, no que tange, e aqui Comissão de Constituição e Justiça, no que tange à constitucionalidade do projeto aqui em tela, que é o Projeto de Cotas em Universidade, pela adesão do Brasil a tratados internacionais, e, inclusive, a Constituição prevê que, a partir da sua adesão, essas medidas passam a ser diretrizes para o Estado Brasileiro, há amparo constitucional para a adoção da política da Lei de Cotas nas universidades públicas.

Quero dizer também aos Srs. Senadores e fazer referência aqui à Lei do ProUni. A Lei do ProUni, ela, a partir de incentivos fiscais, ela estabelece a possibilidade de jovens pobres brasileiros ingressarem nas universidades particulares. Mas não só isso, Srs. Senadores, não só o recorte social foi observado na Lei do ProUni. A lei do ProUni também observa o recorte racial, facultando ao jovem negro, ao jovem, o ingresso na universidade, a partir da sua definição de cor negra. Negra ou indígena. Então, até pela similaridade da Legislação de Cotas com o ProUni, entendo que há amparo constitucional para que a Comissão de Constituição e Justiça entenda, sem detrimento aqui do... Sem entrar no mérito da matéria, mas, tratando da constitucionalidade, eu entendo que há amparo constitucional para que a Comissão de Justiça, ela declare a Lei de Cotas, tendo receptividade na Constituição de nosso país. De maneira, senhores, eu quero aqui concluir, fixando o seguinte: esse é um desafio do Estado Brasileiro. Nós não seremos... E todos aqui, independente dos partidos que representamos, mas todos buscamos que o Brasil efetivamente se transforme em uma das grandes nações do mundo, e estamos caminhando nesse sentido, mas, uma grande nação, ela não se constrói em cima da desigualdade. Uma grande nação, ela não se consolida sem oferecer oportunidades para os segmentos mais vulneráveis da nossa sociedade. E a adoção de cotas nas universidades públicas de nosso país, ela vai possibilitar ao nosso jovem o acesso ao ambiente acadêmico e, com isso, ele poderá retribuir à sociedade, de acordo com a sua potencialidade, com o seu trabalho. Eu acho que a universidade também ganha com isso, porque a universidade, abrigando a diversidade que é a sociedade brasileira, certamente ela ganhará com o seu nível de conhecimento de uma forma, eu entendo, bastante significativa. E é importante a gente ter claro... É algo

que eu qualifico como terrorismo. Srs. Senadores, dizer que a política de cotas vai acirrar as relações raciais no Brasil não é verdade. E eu quero aqui trazer o exemplo das 53 universidades públicas que adotam cotas ou adotam políticas de ações afirmativas. Não há notícia de conflito acirrado entre jovens cotistas e jovens não-cotistas. Eu acho que uma afirmação como essa, a ciência social recomenda que se busque no laboratório. E o laboratório de análise dessa experiência de cotas é efetivamente as universidades públicas. E hoje, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que adotou essa política em 2003, às universidades que vêm adotando essa política ao longo desses anos, não há, Sras. e Srs. Senadores, notícia do acirramento de conflitos entre jovens cotistas e jovens não-cotistas. Quero trazer à luz, também, a experiência de uma universidade particular, que, há um longo período, desde 1995, eu creio, adota o pré-vestibular para negros e carentes, como forma do ingresso de jovens na universidade. Falo aqui da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ontem, eu estava conversando com o Reitor de Assuntos Comunitários da Universidade, Prof. Augusto. E o que a PUC, hoje, busca é exatamente o aperfeiçoamento e o aprofundamento dessa medida. Informava-me o Prof. Augusto que, hoje, na PUC, ele... Há alguns anos, ele ficou surpreso que, na disputa de Diretório Central de Estudantes da PUC, tinham três chapas; duas chapas eram lideradas por jovens oriundos do pré-vestibular para negros e carentes. Isso é uma prova da integração desses jovens, que são beneficiados por uma política de ação afirmativa, com o conjunto da universidade.

E eu entendo, e os dados nos apontam, que, hoje, nas universidades públicas, há uma plena integração de jovens beneficiados pela política de cotas e jovens que entram na universidade pelo mecanismo tradicional, que é pelo mecanismo do vestibular. Por fim, quero dizer que há também o questionamento do mérito. Tem estudos – inclusive um estudo recente da Universidade de Brasília – que apontam que o rendimento dos alunos cotistas é igual ou superior a alunos não-cotistas, em áreas como ciências biomédicas e áreas de humanas. Havendo, evidentemente, a necessidade de uma monitoria, por conta das ciências exatas, por motivos ainda da debilidade no ensino médio e fundamental nessas disciplinas. Mas não há, assim, um rebaixamento do nível curricular da universidade, por conta da adoção da política de cotas.

Por isso, Senador Demóstenes Torres, eu penso que o Senado da República, que, em 1910, aprovou a anistia para João Cândido, que veio a ser cumprida recentemente na sanção à lei de autoria da Sra. Senadora Marina Silva, pelo Presidente Lula, o Congresso

Nacional, ele tem essa característica, de estar sintonizado com os anseios maiores da população brasileira. O Congresso Nacional, que aprovou a Lei do ProUni, abrindo o ensino universitário particular a estudantes pobres e negros, porque a Lei do ProUni tem um recorte racial. Eu penso que o Congresso Nacional, ele ganha ao... Ganhará muito junto à sociedade, ao aprovar a lei de cotas, incluindo o recorte racial nessa Legislação e facultando, com isso, à nossa juventude o acesso à universidade pública. Eu encerro porque, evidentemente, numa Audiência Pública, a gente tem que fazer uma introdução que suscite o debate, mas que não tenha a pretensão aqui de esgotá-lo, para possibilitar, aí, na troca de opiniões com as Sras. e os Srs. Senadores, o enriquecimento dessa matéria. Portanto, encerro aqui a minha intervenção, agradecendo de sobremaneira à Comissão de Constituição e Justiça por ter me facultado, enquanto Ministro responsável pela coordenação das Políticas de Promoção de Igualdade Racial no Brasil, a oportunidade de tratar desse tema com as Sras. e Srs. Senadores. Muito obrigado.

[palmas].

[soa a campanha].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Desde a semana passada, os senhores insistem em aplaudir. Eu vou repetir. Agora, não vou mais pedir para que não se manifestem mais. Eu vou tomar as providências regimentais. A favor ou contra, aqui não há manifestação. Então, eu peço aos senhores que respeitem o Regimento da Casa, para que nós possamos, como foi o caso aqui de um palestrante que admoestou uma Senadora, para que eu possa admoestá-lo também. Embora ele tenha a mesma opinião que eu tenho. Nós precisamos cumprir as regras. Então, agradeço aos senhores se os senhores cumprirem as regras e assistirem sem nenhuma manifestação, contra ou favorável, às exposições que se darão de agora em diante. De qualquer forma, agradeço ao Ministro pela gentileza; faculto aos Srs. Senadores o questionamento ao Sr. Ministro. A lista de inscrição não conta ainda com nenhum inscrito. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer a presença e a gentileza do Ministro Edson, que aqui comparece e traz elementos extremamente pertinentes para que nós possamos rapidamente deliberar sobre um projeto que cria uma grande expectativa em toda a sociedade. É um projeto que visa minimizar efeitos perniciosos, no sentido de propiciar oportunidades para a nossa juventude, e, principalmente para a juventude

que mais necessita de oportunidade, que é a juventude que historicamente foi discriminada por questão de classe, por questão social, por questão de renda, por questão étnica, por todos os motivos que, infelizmente, a nossa sociedade ainda não permite uma democracia plena de oportunidades para todos.

Então, todo esse debate a respeito das cotas que... E aqui nós temos a questão de cotas, das reservas, não só para a questão étnica, que eu advogo como sendo imprescindível num país onde, durante mais de três séculos, nós tivemos um processo de escravidão e que, apesar da libertação, ainda não permitiu a igualdade de oportunidades para estes afro-descendentes. Então, para nós, esta questão da discussão da inclusão do critério étnico, ela é fundamental, mas, ao mesmo tempo, nós estamos trabalhando isto com o viés dos alunos oriundos de escolas públicas, que absorve, daí, também a questão renda, a questão social e a questão étnica. Mas uma coisa que me preocupa, Presidente, é o seguinte: Nós havíamos feito um acordo. Nós havíamos feito um acordo de realizar a Audiência Pública hoje, ouvir algumas personalidades, inclusive o Ministro, que se dispôs a comparecer e prestar todos os esclarecimentos, e eu fui surpreendida com a seguinte informação: o projeto não está na Comissão. O projeto está no Plenário. Ele está emprestado à Comissão para a realização das audiências públicas, de 15 dias atrás e a de hoje, mas o projeto está no Plenário porque há um Requerimento para que possa ser apensado um Projeto de nº. 344, de autoria do Senador Marconi Perillo e que, portanto, enquanto o Plenário não votar este Requerimento, nós não poderemos deliberar sobre ele. Portanto, o acordo que nós fizemos...

E eu quero, aqui, lamentar, porque, quando fizemos o acordo, o projeto já estava emprestado aqui para a Comissão. A não ser que eu esteja enganada, Presidente, entende? Então, veja bem, o acordo feito, não nos foi dada ciência de que havia o Requerimento, de que o projeto estava apenas emprestado, e o que eu tenho a lamentar mais ainda é o seguinte, que o... O Requerimento, para que nós possamos apreciar o projeto, apensando o projeto do Senador Marconi Perillo ao projeto que nós estamos aqui debatendo, é um projeto, que eu posso estar muito enganada, mas ele poderia muito bem ter sido apresentado aqui na forma de emendas, nós poderíamos debater. Eu acho que são pertinentes, eu não quero desconsiderar a proposta que o Senador Marconi Perillo está apresentando, Senadora Lúcia Vânia, porque ele coloca a questão da reserva de vagas, fazendo... Por um período de apenas 12 anos, e fazendo uma redução do percentual; no primeiro período, 50%, nos quatro primeiros anos;

depois, 40%, e apenas 30% nos últimos quatro anos. Eu acho... Eu não concordaria com isso, mas eu acho que a Comissão de Constituição e Justiça teria plenas condições de avaliar na forma de emenda.

Então, a sensação que me passa é de que a apresentação do projeto, o Requerimento para que o projeto seja apensado, o fato de não ter sido dada ciência à Comissão é nada mais, nada menos do que, do meu ponto de vista, uma tentativa de que nós não deliberemos, Senador Paulo Paim, um assunto que, há tanto tempo, nós estamos aguardando--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Serys Slhessarenko, só para esclarecer à V. Exa... Desculpe, é Ideli Salvatti, perdão. O que acontece é que, no dia 18 de março, o Senador Marconi Perillo protocolizou um requerimento. E a Senadora Serys Slhessarenko, no dia 19 de março, manda um ofício a essa Comissão, dizendo que não poderia votar porque o requerimento está na Mesa. Então, o nosso acordo está mantido. Agora, se qualquer Senador apresenta um requerimento, que é regimental, o que nós podemos fazer? Ou a Mesa... A Mesa também pode deliberar. Se a Mesa fizer deliberação pelo apensamento, pode chegar até agora para votação, que nós colocaremos imediatamente em votação. Agora, o que nós não podemos fazer é, havendo uma pendência de um requerimento, descumprir o Regimento, até porque não haverá mais nada a ser feito. Eu confesso à V. Exa., eu também estou ansioso para votar o projeto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Inclusive, Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inclusive não farei mais Audiências Públicas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Inclusive porque é o seguinte, V. Exa. é testemunha, quando nós debatemos um projeto de minha autoria, que fazia a reserva de vagas exclusivamente para as universidades federais de ensino profissionalizante--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Verdade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --foi exatamente o Senador Marconi Perillo que levantou o debate de que por que é que nós, ao aprovarmos a reserva de vagas para as instituições de ensino profissionalizante, não estendíamos também para as instituições de ensino superior. Foi até pela sugestão do próprio Senador Marconi Perillo que nós ampliamos o meu projeto, aprovamos por unanimidade, no consenso construído a várias mãos, a Senadora Lúcia Vânia estava presente no debate, a Senadora Marisa Serrano. Foi um debate extremamente, assim, elevado, de

excelente nível, buscando exatamente garantir a oportunidade, tanto no ensino profissionalizante quanto no ensino superior público, da reserva das vagas, tanto para os oriundos de escolas públicas como também o corte pela questão étnica. Então, me surpreendeu muito, Senador Demóstenes, que agora estivéssemos com esse impasse e não vamos poder votar, a não ser que haja uma tratativa--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu confesso à V. Exa. que tomei conhecimento também juntamente com V. Exa. Nós todos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu fui surpreendida agora com essa informação. De qualquer forma--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tanto é que V. Exa. me consultou no início da Sessão, e eu disse: "Votaremos".

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Disse que iríamos votar. Então, como nós vamos interromper a Audiência Pública, pelo que eu entendi, após a exposição do Ministro Edson, para que nós possamos tratar da questão dos precatórios e outros projetos, eu gostaria que, neste intervalo de tempo, Senador Demóstenes, pudesse ser consultado tanto o Senador Marconi Perillo como a Mesa, se nós temos algum mecanismo, de forma que nós possamos apreciar e votar a matéria ainda hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos tomar essa providência.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia... Pela ordem, concedo a palavra à V. Exa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. Aguardo a intervenção da Senadora Lúcia Vânia, mesmo porque eu jamais poderia passar na frente dessa Senadora tão importante para o nosso Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada. Sr. Presidente, Sr. Ministro. Presidente, eu gostaria... Em primeiro lugar, eu acho que uma Audiência Pública como essa, ela merece muita atenção. Está praticamente impossível a gente prestar atenção aqui atrás. E eu acho que é um tema muito delicado, que vai ser decidido e que nós precisamos ouvir os diversos argumentos a favor e contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Portanto, eu pediria à V. Exa. que pedisse às pessoas que prestassem atenção nesse tema. Outra coisa que eu não estou entendendo é se nós estamos discutindo aqui a juridicidade, a constitucionalidade ou se nós estamos discutindo o mérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tudo.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Então, será discutido todo o... Essa matéria não irá à Comissão de Educação?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Irá à Comissão de Educação e outras Comissões.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Tudo bem. Então, eu gostaria de cumprimentar o Ministro, dizer que eu concordo inteiramente com o argumento de V. Exa. Eu acredito que nada melhor para a... Não existe um melhor argumento do que o que V. Exa. apresentou, que é a questão do resultado. Nós já temos aí alguns anos de aplicação. É claro que são poucos anos ainda de aplicação da lei, e os resultados são altamente positivos. Portanto, eu gostaria de deixar aqui a minha opinião favorável às cotas para os negros. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, saudar alguns Prefeitos que estão presentes nessa audiência, envolvidos com o tema do precatório, saudar o Prefeito João Paulo, que aqui está, ex-Prefeito de Recife e da Frente Nacional de Prefeitos; Prefeito Gilberto Kassab, da nossa cidade de São Paulo; Prefeito de Cuiabá, Wilson Santos; Prefeito Mário Reali, de Diamema; Prefeito Osvaldo Dias, de Mauá; Prefeito José Auríquio Júnior, de São Caetano, entre outros, que já se encontram com grande expectativa da votação da PEC dos Precatórios. Queria, Sr. Presidente, primeiro me associar à intervenção da Senadora Ideli, que a gente retire qualquer manobra protelatória desse tema e faça o debate com profundidade, com transparência, com coragem, quem é contra, quem é a favor. Acho que é isso que o Brasil espera do Senado e é para isso que nós fomos eleitos. Acho que a ideia de protelar um tema como esse não ajuda o processo, é desnecessário. As audiências não têm o papel protelatório, é de aprofundamento do mérito. Essa é uma matéria polêmica e sensível, foi assim historicamente em muitos países e será assim no Brasil, mas vamos fazer o debate com profundidade. Eu tinha duas questões ao nosso Ministro Edson Santos. Primeiro, parabenizar V. Exa. pela história, pela intervenção, pelo equilíbrio da

gestão que faz e a forma como refletiu sobre a matéria, mas queria levantar duas questões.

Primeiro, entre 2001 e 2007, o diferencial de renda entre a população negra e a população branca, no Brasil, foi reduzido em 25%. Essa redução da disparidade se deve muito mais a políticas de inclusão social, políticas sociais, Bolsa Família, o salário mínimo, a melhora no mercado de trabalho, o ProUni seguramente deve ter contribuído, e, portanto, à medida que o país cresce com políticas de inclusão social e distribuição de renda, há uma melhora imediata e sensível, numa disparidade histórica que prevaleceu durante muitos anos, quando o Brasil ainda tem um índice de concentração de renda absolutamente inaceitável. Eu pergunto: é indispensável a política de cota para acelerar esse processo, ou, se nós aprofundarmos na forma de políticas sociais, a exemplo do Bolsa Família, nós estaremos avançando nessa direção?

Segundo: V. Exa. registrou que, no Governo Fernando Henrique Cardoso, foi introduzido o dispositivo de cota para o serviço público, ou seja, o Governo anterior já iniciou um processo de política de afirmação de... Portanto, de uma política afirmativa em relação à discriminação racial. Eu perguntaria: qual foi o dispositivo, qual foi o desdobramento desse dispositivo, em que medida interferiu na contratação de servidores? E como é que V. Exa. avalia essa experiência do Governo do PSDB, apoiado pelos Democratas e outros partidos, Fernando Henrique Cardoso, na gestão anterior? E que semelhança vê em relação a essa iniciativa e uma eventual política de cotas para as universidades brasileiras? E a terceira pergunta: A política de cotas, V. Exa. acha que deve ter uma progressividade na adoção ou nós devemos partir para uma definição-limite, por exemplo, de 50%? Ou se há alguma alteração no projeto, que V. Exa. acha que possa aperfeiçoar a iniciativa?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mais alguém deseja fazer questionamentos? Senão, vou encerrar os questionamentos, passar a palavra ao Ministro, e, em seguida, vamos começar a Ordem do Dia.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, de forma muito rápida, uma saudação ao Ministro Edson Santos e dizer, Presidente, que o Senado da República sempre esteve na vanguarda desse debate. Não é de hoje. Eu era Deputado Federal ainda, quando recebi, lá na Câmara dos Deputados, a aprovação da política de cotas nas universidades e no serviço público, aprovado aqui no Senado por unanimidade, por parte do Presidente Sarney. Lá naquela Comis-

são da Câmara dos Deputados, eu introduzi dentro do Estatuto da Igualdade Racial. A Câmara entendeu, naquele momento, que deveria aprovar o estatuto e que a política de cota na universidade deveria estar contemplada no PL da Deputada Nice Lobão, do DEM. O projeto principal que está aqui em apreciação é da Deputada Nice Lobão, do qual eu sempre publicamente elogiei, pela sua iniciativa e a adaptação que foi feita até chegarmos nesse momento. Não entendi também, Sr. Presidente, confesso, o projeto ora apresentado pelo Senador Marconi Perillo. Por quê? Porque eu fui Relator do projeto da Senadora Ideli Salvatti e acatei todas as emendas do Senador Marconi Perillo, lá na Comissão de Educação. Foi essa matéria, aprovada lá, depois de eu acatar--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Paulo Paim, eu acabei de falar com o Senador Marconi Perillo, e ele está vindo a essa Comissão para se justificar e, quem sabe, entrar num entendimento para que nós possamos fazer a votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza. Então, só concluo, até pelo respeito que eu tenho ao Senador, tanto que acatei, e ele que introduziu as cotas na universidade, nessa questão específica e fez lá uma bela defesa. Mas eu sei que esse debate, Sr. Presidente, nós vamos aprofundar no momento da votação. Quero mais, concluindo a minha fala, dizer que, se hoje nós temos um Barack Obama como Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama passou por ações afirmativas aprovadas pela Suprema Corte Americana e aprovadas pelo Congresso também norte-americano. Aqui no Brasil, eu sei que é um tema polêmico, eu acho que as cotas tem que ser transitórias mesmo, acredito muito nesse país, um dia vamos chegar e dizer: "Não quero mais cota", "Não quero mais Estatuto de Igualdade Racial", "Não quero mais estatuto disso, disso e daquilo", porque a sociedade vai entender que nós vamos ultrapassar esse momento. No mais, estou muito convicto que nós vamos construir o entendimento, vamos aprovar o projeto aqui na CCJ, para que ele vá para a Comissão de Educação, onde deverá, também, lá, aprofundar o mérito, já que foi alterado muito o projeto original, que nós mandamos daqui para a Câmara dos Deputados. Parabéns, Ministro Edson. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, Sr. Ministro, esse, realmente, é um tema polêmico, que de há muito tempo vem sendo debatido. Inclusive, há pessoas que se preocupam

que, com a fixação e estabelecimento de cotas, possa haver um acirramento entre raças. Logicamente que o Brasil ainda é um país desigual, e os pobres, eles têm dificuldades de acesso à escola pública e, entre os pobres, os negros, eles têm uma situação realmente delicada, na participação de... Na escola pública, na universidade pública. Então, eu gostaria de perguntar apenas à V. Exa. o seguinte: como o Brasil tem um preconceito, podemos dizer assim, disfarçado, em relação ao negro e às demais raças, eu gostaria de perguntar qual o tempo ideal [soa a campainha] para a fixação de cotas nas universidades públicas? Porque naturalmente que essa discriminação de cotas, isso não pode ser uma coisa permanente, para a vida inteira. Qual o tempo que V. Exa. considera ideal para o estabelecimento das cotas na entrada das universidades públicas? Agradeço V. Exa.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao Ministro para responder a todas as indagações e finalizar sua participação nessa Audiência Pública. Antes, o Senador Pedro Simon. V. Exa. pediu a palavra, não é?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor me desculpe, Ministro. Eu não tive a oportunidade de assistir à sua... Que eu venho de uma outra reunião. E esse Senado é assim: a gente corre e termina não fazendo nada, mas corre de lado para lado. Eu quero dizer à V. Exa. o meu pensamento. Eu sou totalmente favorável a essa questão de cotas. E eu sou totalmente favorável a que, dentro das cotas, a prioridade seja exatamente aos negros. O ilustre ex-Senador, ex-Governador, ele diz que foi... [soa a campainha]. Um ex-Senador de Sergipe, meu grande amigo e ex-Governador, ele diz que o... Ele é conhecido no Sergipe como "Negrão". E ele é contra, porque ele argumenta que isso é altamente negativo e vai criar no Brasil algo que não existe, que é a questão racial. Eu reconheço que nós não temos, no Brasil, essa questão racial como existe em outros lugares. É verdade que aquela piada que se conta, num debate lá nos Estados Unidos, quando perguntaram para o brasileiro aquela luta de negros, aquela revolta, se aquilo tinha no Brasil. "Não, no Brasil, essa questão é muito tranquila. No Brasil, o negro sabe onde é o lugar dele". Eu não aceito a tese. É claro que, lá pelas tantas, você termine dando prioridade para o negro em cima do branco e etc. Vai dar uma questão, uma interrogação. Mas eu duvido que essa interrogação seja mais importante que a realidade que nós estamos vivendo. E a realidade, para mim, é uma só. Numa penitenciária no Rio Grande do Sul, 90% é negro. Numa favela no Rio Grande do Sul, 90% é negro. Se você vai ver as pessoas que dormem

na rua, 90% é negro. E, numa Universidade Federal, cinco, quatro, 3% é negro. Essa é a realidade. Essa é a realidade.

Então, acho que a realidade tem que ser considerada prioritária. Eu vi aqui o final do pronunciamento do Senador Paim e estou totalmente de acordo. Isso não é... Nós não vamos fazer uma coisa definitiva. Nós não estamos estabelecendo aqui uma regra, um dogma que vai ser assim. Que bom que, daqui um número de anos, menor do que a gente imagina, "suspenda, não é mais necessário". Mas, hoje, na realidade de hoje, e eu falo do fundo do meu coração, eu não consigo entender como alguém é contra isso. Eu não consigo entender como não se vê essa realidade e ficamos nós nos perdendo nas questiúnculas: "Ah, nós vamos criar um problema que, no Brasil, não existe". "Ah, mas vamos criar uma questão". "Ah, mas teve uma universidade que dois irmãos, um passou... Um entrou na cota do negro e outro irmão não entrou porque... Não se sabe por que...", "Ah, porque apareceram dois irmãos da mesma mãe, e dizem que do mesmo pai, um branco e outro negro". Isto são questões. Eu sou totalmente favorável... Mas para pobre? Vamos botar para pobre. Pobre, o negro está incluído, sim. Pobre, o negro está incluído. Pobre, o negro está incluído. Mas, dos pobres na cadeia, 90% é pobre negro e 10% é pobre branco. No Rio Grande do Sul, é assim, doutor. No Goiás, é diferente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, no Brasil, é diferente. Isso é a chamada verdade convencional. A estatística publicada pelo Ministério é diferente. Mas eu não vou discutir isso hoje. Vamos discutir outra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu, com toda sinceridade, acho que vale a pena nós voltarmos isso, Sr. Presidente. Não é dogma. Podemos até mudar amanhã ou depois. Podemos até mudar amanhã ou depois. Eu vivi... Repito aqui, pela décima vez. Eu estava lá em Dallas, eu estava lá nos Estados Unidos, rapazinho, estudante, e eu vi como é que era a questão racial americana. Eu andei ali com quadra para branco e quadra para negro... Caminho de um branco de um lado e negro, do outro, escola de outro... E eu acompanhei. O Cônsul me levou para ver os militares dentro do ônibus, para levar as crianças negras para poderem entrar no colégio dos brancos. E os militares, dentro dos ônibus, para levar as crianças brancas para entrarem no colégio dos negros. Mas lá deu certo, Sr. Presidente. Não sei em quanto tempo um Presidente é negro. Eu estou muito tranquilo, Sr. Presidente. Eu voto com a mais absoluta tranquilidade. Se for provado que está errado, pode mudar. Mas que

nós temos que tentar, nós temos que tentar. Apenas isso, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só uma pergunta... O senhor permitiria que eu fizesse ao nosso Ministro?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Primeiro cumprimentá-lo pela exposição. É uma preocupação grande aqui, o Presidente tem conduzido, com muita eficácia, essa discussão, mas o que eu... Afora a simpatia de toda a exposição que o senhor fez, eu fiz algumas palestras também a respeito do assunto, com essas declarações do Ministro da Educação, de modificar o sistema de vestibular, como é que fica o problema das cotas se, realmente, como me parece, que vai ser aprovado? Porque ele está querendo mudar o sistema de vestibular. Então, deve entrar outro conceito para ser aprovado e ser classificado na universidade. Então, não sei se V. Exa. deveria, ou não, se preocupar em verificar como é que fica essa situação, porque eu comecei a ter uma preocupação, pelas declarações recentes do Ministro, de mudar a sistemática de vestibular. O senhor sabe que as universidades têm a liberdade de programar a forma e a eficácia do vestibular para a sua universidade. Então, essa coisa tem me preocupado. Como é que vai inserir a cota num sistema novo de vestibular? É isso que eu gostaria que V. Exa. visse, junto ao Ministro da Educação e tudo isso, para--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Marina Silva.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, Presidente. Obrigado, Ministro.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS: Eu que agradeço.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Ministro Edson, com quem tive a oportunidade de trabalhar durante um período. Em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exa. pela disposição de vir a essa Comissão ampliar o debate que aqui estamos fazendo, em relação ao sistema de cotas dentro das universidades brasileiras, tanto para índios quanto para negros. Sei que esse debate, ele suscita um conjunto de polêmicas. Existem aqueles que têm posição favorável e os que têm posição contrária; ambos dispõem de argumentos relevantes. No entanto, no meu entendimento, com o sistema de cotas, se soubermos trabalhar com ele, a exemplo do que já vêm fazendo algumas universidades que têm apresentado um grau satisfatório de inserção, tanto de negros quanto de índio, fazendo um processo reparador de uma história, que é desconstitutiva desses segmentos importantes

da nossa sociedade, nós poderemos desconstituir o temor de alguns de que o sistema de cotas pode levar a uma cisão odiosa, numa realidade em que não acontece esse fenômeno. No Brasil, ainda que exista preconceito, não podemos olvidar esse aspecto, e ele é real, nós não temos situações de cisão ao ponto, como as que aconteceram e ainda acontecem nos Estados Unidos, em que pese o grande avanço que já tivemos. Se nós não estimularmos esse viés, o sistema de cotas será um processo temporário, provisório, reparador, e as universidades que já o adotaram estão aí para nos mostrar o quanto ele é benéfico para a sociedade brasileira. Devo dizer também que o sistema de cotas não acontece em prejuízo da melhoria da qualidade do ensino, tanto o ensino básico quanto o ensino médio, que é a porta de entrada para todo e qualquer cidadão poder acessar uma universidade, a chave para a universidade. De sorte que eu sou favorável às cotas, mas salientando que, na realidade brasileira, não se pode imaginar que, ao criar o sistema de cotas, se está promovendo ou criando, no Brasil, um viés de cingir a sociedade por um recorte puramente racial. Nós sabemos que existe a questão racial, mas ela não se coloca na perspectiva de uma cisão entre brancos e negros, entre brancos, negros e índios. É um processo reparador, que é provisório, temporário e que não substitui a melhoria da qualidade do ensino para que se tenha acesso à universidade pública e gratuita para índios, para negros, para brancos, para todos os brasileiros, independentemente de cor ou raça. Todavia, foi a condição social e a condição racial dessas pessoas que fizeram com que, historicamente, elas tivessem um déficit em termos de acesso ao ensino e a condições materiais de vida mais adequada. É só verificar os argumentos do eminente Senador Pedro Simon. De sorte que, a exemplo do Senador Mercadante, Simon, Lúcia Vânia, Ideli Salvatti, eu também sou favorável à aprovação da matéria, com as ressalvas que acabo de fazer, parabenizando V. Exa. pela contribuição que traz a essa Comissão.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores... Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento, embasado no Regimento e na Constituição, requerendo que o Projeto de Lei do Senado, de minha autoria, 344/2008, que institui reserva de vagas nos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior, pelo período de 12 anos e de forma gradativa, pudesse ser... Pudesse tramitar conjuntamente ao Projeto de Lei da Câmara [soa a campanha] nº. 180/2008, que versam, na minha

opinião, sobre a mesma matéria. Infelizmente, antes que eu chegasse aqui, Sr. Presidente, alguns colegas chegaram a [soa a campanha] afirmar que este requerimento pudesse tratar-se de uma manobra, no sentido de protelar ou postergar a votação desse projeto. Isso não existe. As pessoas que eventualmente possam ter pelo menos se referido a este assunto, mesmo sem que fosse de má-fé, não tem o menor conhecimento da real intenção desse Requerimento. Quando apresentei o projeto, apresentei convencido de que, mais importante até do que termos a reserva de cotas raciais para o ingresso de estudantes nas universidades, é mais importante que as cotas sejam sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Um projeto se complementa ao outro. Nós não podemos discriminar o estudante branco pobre, em relação ao estudante negro pobre. O objetivo desse projeto que apresentei no ano passado é exatamente o de garantir a todos, em pé de igualdade, negros pobres, bancos pobres, mestiços pobres, amarelos pobres – todos – o direito de ingressarem à universidade. Então, não se trata de manobra diversionista, não se trata de manobra no sentido de postergar a votação. Eu tenho interesse, Sr. Ministro Edson, que o projeto seja aprovado, que as pessoas pobres possam ingressar na universidade, que o ensino superior brasileiro seja democratizado para todos, porque a única maneira de nós começarmos a reduzir as discrepâncias regionais, as desigualdades sociais é democratizar o acesso ao ensino público e, sobretudo, ao ensino superior.

Portanto, Sr. Presidente, eu agradeço à V. Exa. pela defesa que fez em relação a esse projeto. É um projeto meritório. Eu diria que o projeto que institui cotas raciais também seja meritório, mas um complementa o outro, e o que eu estou pedindo é apenas que os dois projetos tramitem conjuntamente. Porque, repito, na minha opinião, a instituição de cotas sociais é mais democrática ainda do que o projeto que institui tão-somente as cotas raciais. Vamos democratizar o ingresso à universidade, vamos instituir as cotas sociais e, com isso, darmos condições de acesso a todos os estudantes pobres, para que eles possam ter igualdade de oportunidade em relação aos mais ricos. É o que eu tinha a dizer. Eu estou com isso, Sr. Senador Demóstenes, Sr. Presidente, requerendo o apensamento, a tramitação conjunta dos dois projetos. O Senador Paulo Paim, quando analisou o meu projeto e a proposta que havia feito numa outra Comissão, ele teve absoluta sensibilidade em relação a esse projeto, porque o Senador Paim é uma pessoa séria, é uma pessoa... É um Senador que não pratica aqui demagogia, e ele

percebeu a importância e a relevância desse projeto que institui as chamadas cotas sociais. Portanto, sem nenhuma discriminação, vamos aprovar o requerimento, vamos aprovar a tramitação conjunta, o apensamento, e, conseqüentemente, vamos aprovar as cotas sociais, que são mais democráticas. Muito obrigado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. irá falar sobre o tema ou é pela ordem mesmo? Porque o Senador Renan Calheiros--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É pela ordem. Não vou falar sobre o tema. É uma indagação à V. Exa. Terminada a Audiência Pública, o projeto vai ser apreciado, e, obviamente, abrirá a possibilidade da discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não será apreciado porque o Senador Marconi Perillo apresentou um projeto para tramitação em conjunto. Então, ou a Mesa ou o Plenário terão que aprovar ou rejeitar o projeto. Feito isso, o projeto volta para a CCJ, para ser votado, porque nós não faremos mais Audiências Públicas.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, então, ele vai ser apensado e depois inicia a discussão?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inicia-se a discussão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com as duas propostas?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, eu me reservo ao direito de discutir no momento oportuno.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente. Senador Renan Calheiros.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): [ininteligível] Eu gostaria, na linha do que foi colocado aqui, pelo Senador Pedro Simon, dizer que o Senado, majoritariamente, já decidiu sobre essa questão, porque nós aprovamos, aqui no Senado Federal, o Estatuto da Igualdade Racial. O Senado, portanto, é a vanguarda neste assunto. E o PMDB também, o PMDB quer colaborar, mas entende que é fundamental a aprovação desse projeto, é um projeto de superação, de democratização do acesso de uma importante camada social ao ensino público, ao ensino universitário especialmente, e eu quero, mais uma vez, parabenizando o Ministro, que vem aqui democraticamente participar desse debate,

dessa Audiência Pública, reafirmar o papel majoritário do PMDB nessa discussão. Muito obrigado.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra, para responder as indagações e para suas considerações finais, ao Sr. Ministro.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA: Quero aqui cumprimentar o Prefeito Kassab, o Prefeito João Paulo, na figura dos quais eu cumprimento a todos os Prefeitos que vêm aqui ao Senado resolver questões que vão beneficiar suas administrações. Quero dizer que, independentemente do posicionamento, aqui, as colocações das Sras. e Srs. Senadores, Ideli Salvatti, Lúcia Vânia, Aloizio Mercadante, Paulo Paim, Senador Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romeu Tuma, Marina Silva, Senador Marconi Perillo, Senador Valter Pereira e Senador Renan Calheiros, certamente enriquecem esse debate, e eu saio daqui feliz pelo alto nível do tratamento dessa questão no dia de hoje. Quero aqui colocar apenas aquilo que se refere a questionamentos aqui colocados. Vou tirar os óculos que, na minha fase de miopia, eu dispenso os óculos para a leitura de perto. O Senador Mercadante coloca que, hoje, as políticas públicas vêm contribuindo sobremaneira para a redução das desigualdades, e isso é uma verdade. Mas, a par disso, estudos que colocam... É difícil se medir a evolução da sociedade sobre determinado tema de redução de desigualdade do ponto de vista matemático. É difícil... Há uma previsão, mas que situa... [soa a campainha]. Por exemplo, tem um estudo do IPEA que situa, mesmo levando-se em conta políticas públicas, nós iremos ter uma sociedade mais igual, do ponto de vista das relações raciais, num prazo de 65 anos. Tem um estudo, outro, também de um técnico, se não me engano, do IPEA, que situa 38 anos. Então, eu pergunto: será que nós... O Estado Brasileiro vai esperar ainda algumas décadas para termos um país mais igual? E lembro, inclusive aqui, do centenário da morte de Joaquim Nabuco, que vai ser em 2010. Joaquim Nabuco foi um dos grandes abolicionistas desse país, conterrâneo dos pernambucanos e que foi um bravo homem--

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E se permitir um aparte, gostaria de dizer à V. Exa. que o Senado Federal já aprovou Projeto de Lei de minha autoria, foi acolhido pelo Plenário, considerando o ano 2010 o Ano Cultural Joaquim Nabuco, para trabalhar a ideia da abolição da escravidão e, sobretudo, aquilo que Joaquim Nabuco pregava. Quer dizer, não basta acabar com a escravidão, mas é necessário também criar condições para que se assegure a todos acesso aos benefícios sociais. E Nabuco diria sempre que a

obra estará incompleta enquanto que não seja assegurado a todos o emprego e etc. E o acesso à educação, que era a grande preocupação dele.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Permite, Ministro, também um pequeno aparte?

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA:

Pois não.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Vou encaminhar à V. Exa. uma cópia, talvez o Senador Marco Maciel já tenha. Eu tenho em meu gabinete um texto de cinco linhas, escrito de próprio punho pelo Joaquim Nabuco. São dois artigos. Diz o seguinte: *“Fica abolida a escravidão em todo território do império do Brasil. § 2º – Revogadas as disposições em contrário”*. Com cinco linhas e dois parágrafos, eles fizeram a lei de maior alcance social da história do Brasil. E isso é uma coisa para a gente guardar, espero que V. Exa. também ponha no seu gabinete e tenha lá, de próprio punho, e mandarei entregar hoje à V. Exa.

[soa a campainha].

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA:

Com certeza. Obrigado. Agradeço. E eu quero aqui pedir agora a permissão ao Senador Marco Maciel para fazer a seguinte citação: *“O Brasil terá de convencer-se de que os negros e seus descendentes deixarão de ser minoria no próximo século, pois já representam maioria em três das cinco regiões brasileiras. Vencendo o preconceito que se generalizou e tornar evidente o débito de sucessivas gerações de brasileiros para com a herança da escravidão que se transformou em discriminação, são apenas parte do desafio”*. Esse, Senador, peço autorização, porque é um texto enviado por V. Exa., publicado no jornal Folha de São Paulo, de 18 de novembro do ano de 2000. Então, eu acho...

E voltando aos questionamentos que me fez o Senador Mercadante, não há um prazo definido. Mas eu acho que, ao lado da adoção da medida, nós teremos que construir um mecanismo de Governo de aferição do desenvolvimento da implementação dessa política, corrigindo distorções que, evidentemente, no seu nascedouro, surgirão, e avaliando, a todo momento, o alcance da mesma, para que ela possa se extinguir, após cumprido o seu objetivo. A lei de cotas, ela não vai resolver o problema da desigualdade racial. Nós temos claro, é cota. É para atender à parte da parte da sociedade. É para possibilitar a uma parcela da juventude negra, uma parcela da juventude negra, o acesso ao ensino universitário.

Então, é evidente, Senador Mercadante, que, ao lado da adoção de cotas, nós temos, como homens públicos aqui, de primar pela melhoria da qualidade do serviço público, das políticas públicas, para que possamos melhorar as condições de vida da população

brasileira, nomeadamente a população mais vulnerável socialmente. Mas, cota avança no sentido de possibilitar uma diversidade no que se refere à questão econômica, social e intelectual do nosso país, e é a isso que ela se propõe, na minha opinião.

O outro questionamento do Senador Mercadante é referente à cota de serviço público, que foi um Decreto editado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, Decreto 4228/2002. É evidente que há, inclusive por conta de organizações do movimento social, toda uma caminhada e um questionamento, até do ponto de vista jurídico, para que esse mecanismo legal seja observado. Então, é algo que a Administração Pública terá que observar, tem que observar, no sentido de buscar adaptar-se aos objetivos fixados nesse Decreto. E mais, eu acho que isso mostra que não há a questão ideológica e política, partidária, ela não nos divide nessa questão. Eu acho que a questão das políticas de promoção da igualdade racial são defendidas e implementadas por administradores públicos brasileiros, com sensibilidade social, independente de sua posição política e ideológica, porque é um desafio do Estado Brasileiro. O Estado Brasileiro só se transformará em um estado mais igual na medida em que eu ofereça oportunidades para aqueles que, historicamente, após a abolição da escravidão, foram desprovidos das condições de ingresso, de forma qualificada [soa a campainha], nas atividades econômicas, intelectuais de nosso país. A questão da mudança na lei, que o Senador Mercadante coloca, eu acho que é algo...

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES

TORRES (DEM-GO): Simplesmente o Ministro não tem nem condição de falar. Com um barulho desse, o Ministro não pode nem concluir a exposição. Então, peço aos senhores silêncio. Eu não quero tomar uma posição regimental, pedindo para tirar os senhores daqui. Quero que os senhores fiquem. Mas, por favor, os senhores se comportem. Conclua, Ministro.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA:

Obrigado, Senador. A questão de mudança na lei é algo que está a cargo dos Srs. Senadores. Eu venho aqui para discutir a lei na forma... O Projeto de Lei, na forma como ele se coloca. E, inclusive, reiterando o meu respeito à independência dos Poderes, eu acho que é um debate que os Srs. Senadores terão que enfrentar, de aprovar o projeto na forma como ele está ou promover modificações que forem do interesse e da vontade da maioria dos Srs. Senadores.

O Senador Antonio Carlos Valadares – qual o tempo ideal – eu acho que respondo na mesma linha do que coloquei para o Senador Mercadante. Acho que nós teremos que criar um mecanismo de avaliação e

de controle e aperfeiçoamento dessa medida, que vá avaliar o alcance da sua implementação, do seu impacto na sociedade brasileira e, efetivamente, verificar o momento de ela ter cumprido o seu papel. Eu não posso aqui, de uma forma leviana, dizer que serão cinco, 10, 15 ou 20 anos. Acho que o tempo e o estado deverão observar isso ao longo do tempo.

Senador Romeu Tuma, a questão do vestibular, que é um instrumento de aferição e também de exclusão, e acho que, a partir disso, eu tenho oportunidade de colocar, que me dá oportunidade de colocar, que eu entendo que todos os segmentos da sociedade brasileira recebem estímulo na educação. Quem tem seu filho em escola particular, ele tem um incentivo fiscal na redução no seu Imposto de Renda, dedução no Imposto de Renda, para manter o seu filho numa escola particular. As próprias escolas particulares, elas têm mantenedoras que... E que têm filantropia, que lhe garantem também incentivos para prestar um ensino de boa qualidade àqueles que têm efetivamente condição de frequentarem.

Então, isso são questões já amadurecidas, eu quero dizer aqui aos Srs. Senadores que não sou contrário a isso. Então... E, inclusive, enquanto legislador durante largo tempo da minha vida pública, eu entendo que isso é algo consolidado na nossa vida. Eu só acho que devemos cuidar, e é um desafio nosso, melhorar as condições do ensino público, para que, inclusive cidadãos de classe média do Brasil, que abrem mão de parte de sua renda para garantir um ensino de melhor qualidade na escola particular, possam ter a alternativa da escola pública para garantir uma formação de qualidade a seus filhos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estava falando isso com o Senador Marco Maciel, que o grande furo é o ensino de primeiro e segundo grau deficiente, que ainda não alcançou uma estatura para disputar dentro da qualidade de ensino. Então, além da cota, nós temos que lutar para a melhoria do ensino.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA: Exatamente, Senador, a questão de perseguir a melhoria da qualidade das escolas do ensino público. Não só do ensino médio, porque educação começa no pré-escolar. Se começa bem no pré-escolar, vai embora até... A base é fundamental. Então, eu concordo com isso.

Agora, quanto aos detalhes do que se propõe o Ministro Fernando Haddad, eu vou ter que estar com S.Exa., a fim de saber detalhes, e, evidentemente, essa política, ela está fixada à educação, ao acesso à educação universitária, na forma como ela se coloca nos dias de hoje. Então, vamos ter que ver o tamanho da mudança. Senador Demóstenes Torres, eu queria--

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Comunico ao Plenário que, infelizmente, mandei chamar a polícia do Senado, para que o Ministro e outros expositores possam tomar, possam concluir suas exposições. Não quero utilizá-la. Estou pedindo aos senhores para cumprirem o Regimento. Está aqui o Ministro, fazendo uma exposição, é uma questão de educação, inclusive, poder ouvi-lo. Então, chamei para não utilizar. Mas, se for preciso, eu não tenho como deixar que as demais audiências prossigam dessa forma. Então, eu peço aos senhores, quero que os senhores permaneçam aqui. Mas, infelizmente, desse jeito, eu não permitirei que continue a situação. Com a palavra o Ministro, para concluir.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA: Sr. Senador, eu quero agradecer aqui ao Senado a oportunidade de vir aqui colocar minha opinião. Quero dizer que nós não estamos discutindo algo inédito e novo em nosso país. Nós tivemos a lei... Ficou conhecida como a Lei do Boi, que favorecia a agricultores e a filhos de agricultores no acesso às universidades rurais do Brasil e às escolas técnicas agrárias do Brasil, possibilitando o acesso diferenciado para esse segmento na universidade. Mas não só isso. A Constituição da República, ela consagra também mecanismo de discriminação positiva, seja ela voltada ao portador de deficiência, seja ela voltada, inclusive do ponto de vista do debate, à questão da mulher, à questão de gênero. Ela tem uma receptividade, tem uma consolidação maior hoje no Estado Brasileiro, nas instituições públicas, de forma que a Constituição da República, ela abriga também mecanismos de discriminação positiva, voltados aos direitos das mulheres, por reconhecerem que a nossa sociedade, de caráter patriarcal, não possibilitava à mulher desenvolver os seus interesses em toda sua plenitude e potencialidade. E fica claro, ao verificarmos a história do Brasil, que a população negra não teve, por parte do estado, desde a proclamação, da abolição da escravidão até mais recentemente, principalmente a edição da Constituição de 1988, uma atenção do Estado Brasileiro, no sentido de assisti-la de forma diferenciada. Nós temos, dentro da Constituição, o art. 68, da Disposição Transitória, que resgata uma dívida histórica do Estado Brasileiro para com as comunidades remanescentes de Quilombos. Temos, dentro da Constituição, dispositivos que dizem que, no que se refere à questão da igualdade em nosso país, que o conceito de igualdade é um bem a ser perseguido, tanto que o inciso que trata dessa questão fixa a obrigação do Estado Brasileiro como a necessidade da promoção de bens voltados à população negra, à população indígena, às mulheres, aos portadores de

deficiência e a todos os segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira.

E, como consequência a isso, nós tivemos Governos, Presidentes da República, que trataram dessa questão, dando uma visão processual ao tratamento da promoção da igualdade racial em nosso país. Nomeadamente, o Presidente Sarney, que hoje é Presidente do Senado, que se coloca, enquanto homem, sensível a essa causa. Não só o Presidente Sarney, mas também o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em diversas ocasiões, manifestou e manifestou sensibilidade para essas questões. Ao lado disso, o Brasil, como signatário de acordos internacionais que primam pela promoção da igualdade racial, pelo combate à discriminação racial, tem que – inclusive a Constituição da República, ela determina isso – adotar esses tratados internacionais, enquanto diretrizes para os Governos brasileiros, de maneira que eu aguardo, com respeito e ansiedade, a manifestação das Sras. e Srs. Senadores.

O Senado da República se colocará, na minha opinião, em sintonia com o anseio da sociedade brasileira, no que se refere à introdução de cotas nas universidades públicas. E cotas nas universidades públicas não como algo que não tenhamos noção do que seja. Porque cotas nas universidades já vêm sendo adotadas por conta dos conselhos universitários das universidades, que, com base na autonomia universitária, vêm adotando políticas de cotas. E eu indago e desafio a qualquer um de vir aqui dizer que essas medidas têm acirrado a relação entre estudantes negros e brancos, até porque a nossa juventude, com sua característica de solidariedade e generosidade, ela acolhe de bom grado esses estudantes que vêm, efetivamente, de comunidades carentes, da periferia de São Paulo, das favelas do Rio de Janeiro, das periferias das grandes cidades do país e que chegam à universidade com a sua experiência de vida. E é fundamental que a gente forme não só o assistente social, não só o historiador, mas que formemos também médicos, engenheiros, advogados, oriundos dessas comunidades, com essas experiências de vida, que, certamente, Sr. Senador Demóstenes Torres, a universidade ganhará com essa diversidade e certamente a sociedade brasileira vai avançar e muito. E o Brasil, que já é respeitado e já é referência internacional no que se refere à agenda oriunda da conferência de Durban, realizada na África do Sul, ganhará maior respeitabilidade no âmbito das nações, no âmbito da Organização das Nações Unidas. De maneira que, respeitosamente, mas não deixando de aqui colocar, de uma forma contundente, a minha opinião sobre essa matéria, aguardo do Senado da

República uma manifestação positiva à adoção desse mecanismo legal em nosso país.

Muito obrigado e foi um prazer estar com as senhoras e senhores nessa manhã no Senado da República. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antes de concluir, o Senador Marconi Perillo pede a palavra, pela ordem.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sr. Ministro. Eu fui lembrado, ainda há pouco que, quando Governador do Estado de Goiás, enviei um projeto à Assembleia Legislativa, instituindo 40% de cotas raciais para negros, índios e alunos da escola pública. À medida que se incluem alunos da escola pública, estamos inserindo também a chamada cota social. Ora, se, lá atrás, há quatro anos atrás, tomei essa iniciativa, isso não impede que eu tenha avançado, inclusive em relação a essa reflexão. Eu considero, hoje, mais democrática a chamada cota social do que a chamada cota racial. Nós, brasileiros, temos uma característica importante, que é a da tolerância e a do combate permanente a todo tipo de discriminação racial. O que pretendemos, ao solicitar o apensamento dos dois projetos, é que não haja qualquer tipo de intolerância, por mais subjetiva que seja, e que não haja, sobretudo, qualquer tipo de preconceito racial.

Se apresentei, há quatro, cinco anos atrás, um projeto no meu estado, instituindo as cotas, e se hoje defendo as chamadas cotas sociais, é porque eu considero justo, democrático que todos negros, índios, pardos, brancos, pobres possam ter os mesmos direitos. Eu defendo a tese, fiz isso lá atrás. Agora, eu não posso admitir, Senador Demóstenes, é que o art. 3º discrimine estudantes que não estejam incluídos nessas características. O art. 3º do substitutivo da Senadora Serys é muito claro. *“Em cada instituição Federal de ensino superior...”*. E olha que não havia essa possibilidade de cotas no ensino superior. Isso se deu graças a uma emenda que eu apresentei aqui. Apresentei outras duas emendas, o Senador Paim acolheu. Ao chegar à Câmara, elas foram rejeitadas. Senão, nós não estaríamos aqui nos defrontando com essa discussão. Mas olha o que diz o art. 3º: *“Em cada instituição Federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º dessa lei serão preenchidas por curso e turno, por auto-declarados negros, pardos e indígenas, no mínimo igual à proporção dos negros, pardos indígenas da população da unidade da federação onde está instalada a instituição, segundo o último Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Parágrafo Único: em caso ou no caso de não preenchimento das vagas, segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão*

ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio nas escolas públicas". O que eu desejo, com esse projeto, é que, em primeiro lugar, a escola pública seja valorizada, seja priorizada, e, em segundo lugar, que, efetivamente, todos os brasileiros, que são iguais perante a Constituição, que são iguais perante às leis, possam ter acesso. Eu estou me referindo aos pobres, Sr. Ministro. Aos pobres. Pobre, seja ele branco, negro, índio, pardo, sofre as mesmas discriminações. Pobre é pobre. O que eu estou defendendo é que tenhamos as cotas sociais e que todas as pessoas que são discriminadas possam ter igualdade de acesso ao ensino superior. Todos os oriundos da escola pública.

[soa a campanha]

Agora, Sr. Presidente, só para concluir. Eu vou solicitar, ainda hoje, à secretária Cláudia que vote, ainda hoje, o Requerimento, para que V. Exa., numa demonstração de real interesse em relação a esse tema, tenha condições de, já na próxima sessão, na próxima reunião dessa Comissão, colocar em votação esse projeto. Muito obrigado.

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço à V. Exa. e agradeço imensamente ao nosso Ministro Chefe da Secretaria Especial de Política de Promoção de Igualdade Racial, Edson Santos de SOUZA, pelo seu comparecimento e pelas palavras que proferiu. Agradeço à V. Exa. e muito obrigado.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA: Só um minuto. Agradecendo aqui ao Senador Mercadante a cópia da [ininteligível] que recebo da mão de S. Exa.

[palmas]

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA): Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Epitácio Cafeteira.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA): Sr. Presidente, vou ser rápido, vou ser breve. Não faço parte dessa Comissão. Deixei de fazer parte neste ano. Mas aconteceu uma coisa interessante: apresentei uma emenda na Lei dos Precatórios. E a minha emenda é simples. Eu quero que o pagamento de precatórios somente poderá ser feito ao titular ou aos seus sucessores legítimos. Por que, Sr. Presidente? Porque, Sr. Presidente, recebi tanto telefonema... [soa a campanha]. Recebi tanto telefonema de pessoas interessadas, por um lado, para pagar precatório e, por outro, dos que querem receber precatório, que não vir [soa

a campanha] aqui à Comissão defender essa emenda seria uma fuga, seria concordar com o clima que está criado nesse país, de compra de precatório com desconto. Precatório passou a ser uma moeda, moeda podre, mas que será recuperado com esta lei. Os agiotas, os bancos, todos aqueles que têm dinheiro investido estão de olho nisto, e não vir eu aqui defender isto seria uma covardia. Eu prefiro vir aqui lutar. Embora não sendo da Comissão, eu sou como um jogador da Seleção, que não faz mais parte da Seleção, mas que vai torcer para que os Srs. Senadores, que vão decidir, olharem com carinho. O Senador Valdir Raupp é o Relator; subscreveu comigo essa emenda. Ele e uns 30 Senadores que estão aqui. Mas, de repente, mudou o Relator. Passou para a Senadora Kátia Abreu, mas a própria Senadora Kátia Abreu me disse aqui, hoje, que já viu propaganda de compra de precatório com desconto. É isso que eu quero evitar: é a criação de alguns... A Senadora Rosalba disse que, no Rio Grande do Norte, tem gente que não saiu da política para poder pagar precatório na Prefeitura. Eu não vou decidir. Essa decisão vai partir dos meus colegas remanescentes na CCJ. Eu quero, contudo, dizer muito obrigado pela atenção que estão tendo. Mas eu não quero que o povo do Brasil pegue esse 1º de abril, que é o precatório negociado. O Brasil não merece esse 1º de abril. Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado aos meus colegas.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, tem uma Feira do Fato lá atrás, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Na realidade, eu percebo o seguinte: não é o movimento negro que está causando tumulto, é o movimento branco. O movimento branco, que está aí brigando por precatório, é que está causando tumulto aqui. Pelo contrário, o movimento negro tem sido respeitoso. Então, eu peço aos senhores do movimento branco que também se comportem, para que possamos fazer a votação.

Item 01 da Pauta. Emendas de Plenário nºs. 02 a 04, a proposta de Emenda à Constituição, nº. 12/2006, não terminativo. "Acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o Art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, estados, Distrito Federal e municípios. Autoria da PEC nº. 12/2006. Senador: Renan Calheiros e outros Srs. Senadores. Autoria da Emenda nº. 02 de Plenário: Senador Epitácio Cafeteira e outros Srs. Senadores. Autoria da Emenda nº. 03 de Plenário: Senador Francisco Dornelles e outros Srs. Senadores. Autoria da Emenda nº. 04 de Plenário: Senador Arthur Virgí-

lio e outros Srs. Senadores. Relatora: Senadora Kátia Abreu. Parecer pela aprovação parcial da Emenda nº. 04 de Plenário, consolidando em um único texto, nos termos do art. 133, § 6º, e pela rejeição das Emendas nº. 02 e 03 de Plenário. A Emenda nº. 01 foi oferecida como conclusão do parecer da CCJ. Tramita em conjunto com a PEC nº. 01/2003, PEC nº. 23/2003, PEC nº. 51/2004, PEC nº. 11/2005, PEC nº. 29/2005, PEC nº. 61/2005". Os senhores verificaram o seguinte: a matéria é muito antiga dentro da Casa e é uma matéria que está extremamente discutida. Portanto, se houver pedido de vista, eu concederei o prazo de duas horas, e, depois, nós concluiremos e votaremos e remeteremos para o Plenário. Com a palavra a Sra. Senadora Kátia Abreu, para proferir o seu relatório. Chamo a Senadora para a Mesa, uma vez que ela tem PowerPoint a ser apresentado—

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Apaguem a luz, por favor. Aqui à frente. Atrás, pode acender.

[interrupção no áudio].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras. Eu tentei explicitar melhor o nosso relatório em algumas lâminas bastante simples, apesar de que a matéria, verbalmente, é um pouco detalhada para explicar, mas eu acredito que, dessa forma, nós poderemos tirar melhor as dúvidas dos colegas Senadores e Senadoras aqui presentes. É uma proposta simples, mas com bastantes detalhes. Eu gostaria de agradecer todos aqueles que contribuíram com o nosso relatório, agradecer ao autor, parabenizar o autor da proposta, Senador Renan Calheiros, pela sua autoria do projeto. O primeiro Relator da matéria, Senador César Borges, também o Senador Raupp, que fez um grande trabalho, ouvindo praticamente todo o Brasil, em seu relatório preliminar, e também o Senador Arthur Virgílio, pela sua emenda substitutiva, e os demais Senadores que apresentaram emendas a esse projeto. Quero, também, dizer que nós demos espaço e oportunidade para todas as instituições que assim nos procuraram, como a OAB, como também a Frente Nacional dos Prefeitos, que é presidida pelo ex-Prefeito de Recife, João Paulo Lima e Silva, e quero cumprimentar os Prefeitos aqui presentes, Gilberto Kassab, do Democratas, São Paulo; José Aurício, do PDT, de São Caetano do Sul; Mário Reali, do PSOL de Diadema; José Augusto, de Guarneri Pereira, do PT, de Santo Antônio do Pinhal; Osvaldo Dias, do PT de Mauá; Wilson Santos, do PSDB, de Cuiabá. Agradecer a todos os Prefeitos pela contribuição, pela colaboração, neste trabalho de tamanha

importância para os municípios e para os estados do Brasil. Pode passar.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Eu só queria registrar que é Mário Reali, do PT de Diadema. Por sinal, desde a fundação, o PT governa aquela cidade e foi reeleito mais uma vez.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E eu disse que não foi Mário Reali, não?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Falou PSOL. É PT.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Ah, desculpa. Alguém escreveu. Bom, obrigada, Senador Mercadante. Apenas para que nós tenhamos em mente que essa proposta, essa PEC de modificação do rito dos pagamentos dos precatórios para o Brasil tenha o objetivo principal dois pontos: primeiríssimo objetivo é pagar as contas, é dar viabilidade e condições aos nossos Prefeitos e aos nossos Governadores, que, de fato, possam pagar o que devem, sem comprometer a gestão do município, especialmente os quesitos saúde, educação e suas despesas obrigatórias de um modo geral. E segundo ponto, não menos importante, mas na mesma importância, nós queremos que aqueles precatórios de menores valores possam ser pagos, pois são aquelas... É uma justiça social para aqueles que mais precisam. Diante de toda a circunstância, de um modo geral, não só por conta da crise, mas, mesmo antes da crise que o Brasil enfrenta e todos os países do mundo, os Prefeitos e os Governadores já se encontravam numa dificuldade tremenda de pagamento dos precatórios. E isso vem agravado com a crise, pela diminuição do FPM e do FPE em todo o Brasil e que ainda nós temos uma crise que não sabemos a natureza e o fim dela, porque ela não é uma crise nossa, e, sim, uma crise importada. Mas nós, infelizmente, estamos sofrendo essa consequência, e a arrecadação vem caindo e, também, todas as isenções, dadas pelo Governo Federal, para o enfrentamento da crise, têm pego de cheio o IPI e o Imposto de Renda, fazendo essa redução bastante forte na arrecadação dos Prefeitos e Governadores, e todos estão acompanhando na imprensa a consequência e o transtorno que está causando em todo o Brasil. Próximo.

Apenas para mostrar aos Srs. e Sras. Senadoras de que, desde 88, na promulgação da Constituição, quando foi feita a primeira renegociação, o primeiro formato para o parcelamento de precatórios, nós já tínhamos, naquela ocasião, em 88, precatórios atrasados. Próximo.

Inclusive, nessa época, a Constituição, que já recebeu os precatórios em atraso, ainda deu a condição de oito anos para pagamento, àquela época da Constituição. E ainda, em 2000, continuando ainda a

inadimplência e a falta de condições de pagamento por parte dos gestores do país, em 2000, a Emenda 30 faz uma segunda tentativa de solução e prorroga por mais 10 anos os precatórios em todo o país. Aqui, apenas para demonstrar que, apesar das prorrogações dos precatórios vencidos, nós temos um histórico de dificuldades de pagamento, que ainda persiste, com relação aos nossos gestores do Brasil, a dificuldade e a impossibilidade desses pagamentos. Aqui, apenas para demonstrar alguns exemplos do que significa isso para uma Prefeitura. Não queremos aqui questionar a idoneidade do débito, da demanda de um cidadão que entrou na Justiça, mas o que significa isso e o que compromete esses valores para a Administração Pública dos estados e municípios? Aqui um exemplo do Município de São Paulo. Eu fiz questão de colocar F.V para não colocar o nome do cidadão paulista que entrou com esta ação. O valor requisitado à época, em 1995, é 49 milhões de reais. Até a presente data, o valor inicial, em 95, 49 milhões. Até a presente data, o Município de São Paulo já pagou 132 milhões de reais, ainda deve 82 milhões de reais, e isso perfazendo um total da dívida, que começou com 49 milhões e hoje com 222 milhões de reais. Nós pegamos o valor inicial, apenas para fazer uma contagem, e calculamos não com os índices calculados hoje, mas nós fizemos a TR mais 0,5 ao ano, que é o índice calculado de poupança. Se os precatórios tivessem sido calculados com esses índices de TR mais 0,5 de poupança, nós teríamos apenas uma diferença de 27 milhões a pagar. E hoje nós ainda temos um saldo devedor de 89, apenas nessa desapropriação no Município de São Paulo. O próximo.

Aqui, ainda uma outra desapropriação, que, no valor requisitado, foram 23 milhões; a Prefeitura já pagou 24 milhões, ainda deve 46, perfazendo um total de 71. Se eu corrigir o valor à época pela poupança, a Prefeitura deveria desse precatório apenas 48. E seria uma diferença, então, hoje, de 22 bilhões de reais. Então, além de 48, que deveria ser o valor, a Prefeitura estaria devendo os 48 milhões atualizados e não só a correção da poupança, por conta de que essa correção feita nos precatórios é, hoje, índice de inflação IPCA ou INPC, mais 12% de mora e mais 12% de juros compensatórios; são os índices que calculam os precatórios em todo o Brasil. Próximo.

Aqui é o Município de São Carlos, onde o valor do precatório, 13 milhões de reais, e o valor de mercado da área, avaliado por todas as instituições oficiais de avaliação de terrenos urbanos, demonstra que esse valor, desta área, hoje, seriam dois milhões de reais, e a Prefeitura de São Carlos deve 11.3 milhões, por

conta dessa correção abusiva dos precatórios no Brasil. Próximo.

O exemplo de Santo Antônio do Pinhal, em 2007, o Poder Judiciário bloqueou mais de quatro milhões. Eu quero lembrar que a receita líquida desse município é 9.6 milhões de reais ao ano. Então, esse precatório significou 40% da receita líquida do Município de Santo Antônio do Pinhal. Claro que a Prefeitura, à época, suspendeu todas as aulas das escolas municipais e fechou também as três unidades básicas de saúde, apenas funcionando para atendimento de casos urgentes. Então, recorreu... A Prefeitura do Município de São Carlos... Santo Antônio dos Pinhais recorreu ao Supremo Tribunal Federal, destacando a impossibilidade material de cumprir com a determinação do sequestro, e, claro, o Supremo Tribunal fez com que fossem suspensos os sequestros dos recursos dessa Prefeitura, entendendo que o município, que os cidadãos não poderiam arcar com 40% da receita líquida do município com apenas um precatório. Próximo.

Esse é o estoque de precatórios no Brasil, calculados a dias de hoje; são 100 bilhões de reais, cálculo atual. E aqui, essa tabela eu gostaria que os colegas Senadores e Senadoras pudessem dar um minutinho de atenção, que é exatamente o cálculo que está sendo colocado no nosso relatório, os percentuais e as alíquotas que serão dadas aos municípios, baseado na sua receita corrente líquida e de acordo com o débito de precatórios. O que é importante observar aqui é que esses são os valores pagos, em 2007, por esses 20 estados que estão aqui... 21 estados. Tocantins foi incluído agora há pouco. 21 estados e não 20. Em 21 estados que nós conseguimos levantar, este é o valor da receita líquida, esse é o valor total dos precatórios e esse foi o valor real que os Governos dos estados conseguiram pagar. Baseado no valor da receita líquida com o valor do precatório, na realidade, toda essa coluna aqui significa o percentual sobre a receita líquida que foi pago em 2007. E, na nossa proposta, o percentual que apresentamos é maior em todos os casos, com exceção do Rio Grande do Norte, de Minas Gerais e de São Paulo, que vão ter que pagar um percentual a menos. Mas os demais estados, na proposta dos índices que apresentamos, na realidade, vão pagar um pouco mais, um percentual maior do que estão pagando no dia-a-dia, no formato de hoje. Por que é que o Estado de São Paulo e Minas Gerais vão pagar um percentual e um índice menor? Porque, na realidade, o grosso disso tudo foi sequestro, a agilidade da justiça paulista e também um grande número de pequenos valores que estavam fora da fila e que foram pagos nesta ocasião. Próximo.

O que é importante observar, quando nós falamos que os percentuais ficarão... Às vezes, há alguma crítica de que os percentuais são baixos sobre a receita líquida, nós queremos lembrar que a vinculação orçamentária no país é uma coisa exorbitante. Eu dei o exemplo apenas da Bahia, onde 91% da receita líquida do Estado da Bahia está comprometido, sobrando apenas... Neste caso, sobrando apenas 8.4% para as despesas livres ou discricionárias para custeio, investimentos no estado e, inclusive, os precatórios. Então, aqui é uma simulação da PEC, contrário a algumas críticas que entendem que, com o passar do tempo, os precatórios, o tempo de pagamento dos precatórios poderá se transformar numa eternidade; o Estado de São Paulo fez uma simulação num programa em Excel e entende que o pagamento de 1,5 da receita líquida de São Paulo, que é 1.15 bilhão, que estaria nessa conta especial, desse regime especial, isso, ao longo do tempo, chegaria, em 2014, com o saldo devedor ao ano de 300 milhões, a partir de 2014, e não o acréscimo nas contas, como se imagina. Próximo.

E aqui estão alguns motivos para que isso não possa preocupar as pessoas, não possam preocupar os advogados, por exemplo. Alguns advogados, que nos procuraram através da OAB com essa preocupação. O que é o volume maior dos precatórios no Brasil, dos precatórios velhos? Eles existem em função dos planos econômicos do passado. Quero destacar o Plano Bresser, o Plano Collor, Verão I e II, aonde as pessoas se sentiram feridas, por exemplo, no pagamento e no reajuste de seus salários, que ficaram abaixo do índice de inflação, e entraram na justiça e requereram, então, essa diferença por ter sentido o prejuízo. Então, os cálculos impostos a menor do que a inflação à época, que culminou com esse volume imenso de precatórios no Brasil. E o segundo ponto importante, a considerar, é que, depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, se nós observarmos todas as emissões de precatório, nós vamos ver um encolhimento substancial na emissão de precatórios. Por quê? Porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela comprimiu bastante a questão do débito feito intencional. Intencional é aquela contratação de uma estrada, é um convênio, que o gestor fez e deixou de pagar intencionalmente. Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal vem corrigindo enormemente essas questões. Então, os precatórios existentes hoje, eles estão muito mais em função dos créditos não intencionais por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal. E, no primeiro item, esse excesso, que hoje não existe mais, com relação a essas questões salariais, nós temos que lembrar que também a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Plano Real, que deu estabilidade

à inflação e aos salários, evitou que essa demanda na justiça pudesse ser acrescida. Próximo.

Aqui, nós já estamos entrando para a proposta do substitutivo. Prioridade no pagamento do regime temporário. Em primeiro lugar, os precatórios alimentícios para credores acima de 60 anos. Então, todos os credores acima de 60, com precatórios alimentícios, nós colocamos um limite. Porque também um dia o Bill Gates vai fazer 60 anos e ele pode ter um precatório imenso, grande, e ele ser enquadrado pela idade e prejudicar a justiça social, que é justamente os mais de 60, com limite de valores mínimos. Então, para os municípios, eles deverão pagar como prioridade máxima, sem entrar em fila, sem entrar em conta especial, tem que pagar prioritariamente até 90 salários mínimos, para município, e 120 salários mínimos para estado. E as obrigações de pequeno valor, qualquer uma delas, não só alimentícios, mas de qualquer valor para os municípios, até 30 salários mínimos e, para os estados, 40 salários mínimos. Eu repito: Esses dois itens, essas duas prioridades não estão no percentual estabelecido de reserva e nem vão entrar em fila. Então, se um estado, se um município vai precisar reservar 0,6% de sua receita líquida para o pagamento de precatórios, esses valores aí estão fora do 0.6%. Então, é prioridade máxima. Próximo.

E aqui, enfim, são os percentuais colocados no relatório, que praticamente vêm do trabalho do Senador Valdir Raupp e da emenda do Senador Arthur Virgílio, que coloca os percentuais para os estoques, de acordo com os estoques de precatório. Para os estados, por exemplo... Antes disso, os estados e municípios poderão optar por duas opções. Poderão ter duas opções. Ou o gestor faz uma opção pelo regime especial para o pagamento em 15 anos, pura e simplesmente, divide o precatório em 15 anos e paga, ou ele pode destinar e usar essas duas tabelas, se ele for Prefeito ou Governador, e destinar um percentual fixo de sua receita líquida para o pagamento dos precatórios. Por que essa diferença? Porque nós temos que dar oportunidade ao gestor que deve menos precatório, que ele não fique prejudicado. Porque quem deve um valor muito baixo de precatório, mesmo ficando com 0.6, vai comprometer enormemente a sua receita corrente líquida. Então, ou ele faz a opção por 15 anos ou se enquadra nessas tabelas. O que significam essas tabelas? 0.6, até 10%. Isso significa que nós... Ficarão imposto ao município 0.6% da receita líquida, quando a dívida total de precatórios for até 10% da receita líquida, que nós teríamos que voltar lá atrás, e eu vou dar um exemplo bem prático para que isso seja entendido. Falando assim pode parecer um pouco complicado. Próximo.

Então, é exatamente isso aqui. O Estado de Goiás, Senador Marconi Perillo. O Estado de Goiás, em 2007, teve uma receita líquida, uma receita corrente líquida de 7.6 bilhões de reais. O seu estoque de precatório, em 2007, foi 593 milhões. Então, o percentual do total de precatórios em cima da receita líquida deu 7.8%. Então, como é o Governo do Estado, eu vou aqui procurar me encaixar esse percentual na minha tabela. Então Goiás, Senador Demóstenes, ficará aqui até 10%. Então, ele vai ter o comprometimento de 0.6 da sua receita líquida anual para precatórios. Isso é uma conta especial, separada. Essa conta não ficará na conta única do Governo do Estado ou dos municípios, mas uma conta à parte, para que possa haver um controle rigoroso da justiça com relação ao cumprimento dessas questões. Próximo.

Ainda a proposta... Já estou chegando ao fim. Se Goiás, então, ficou enquadrado em 0.6% de sua receita líquida, esse recurso vai para uma conta especial. E como será feito, então, e utilizado para o pagamento de precatórios esse percentual? 60% para o leilão e 40% para o pagamento de precatórios em ordem crescente de valor, na fila. Isso é ordem crescente, é no sentido do tamanho do precatório, do valor do precatório. Não só a sua ordem de chegada, mas também o valor do menor para o maior. Ai, nós escutamos alguma crítica com relação ao leilão. Como é que nós vamos trabalhar um leilão de um comprador único e que, além da justiça ter definido, ele vai sofrer um deságio? Nós temos que lembrar que isso aqui não é obrigatório. Se eu tenho um precatório que está lá atrás na fila e eu estou com pressa, eu entro no leilão. Mas eu não sou obrigada a entrar no leilão. Eu só vou entrar no leilão se assim eu quiser entrar neste leilão. E o que ocorre? Imagine que nós possamos... A Prefeitura de Palmas, Tocantins, fizer um leilão e não aparecer nenhum interessado? O que acontece com 60% desse dinheiro? Transfere para esse item de cá, e não volta para as contas do estado e nem do município. Então, cresce o bolo da fila. Imagine que, dos 60, possa haver 30% de leilão. Então, isso, ao final do ano, não volta para a conta da prefeitura e nem do estado e vai atender o pessoal que está na fila. Então, nós procuramos aqui, de toda maneira, priorizar a justiça social, fazer com que os mais idosos de 60 pudessem receber e os menores precatórios pudessem também serem pagos. Próximo.

Como será a correção de valores de precatórios... A correção dos índices do precatório? Lá atrás, eu disse que a correção era INPC mais 12% de mora e mais 12% de juros compensatórios. Esse é o cálculo hoje. Então, nós estamos propondo aqui que a correção dos valores de precatórios seja corrigida pelos mesmos índices aplicados à correção dos depósitos

judiciais. Nós achamos que é uma coisa justa, que é o que é corrigido também para aqueles que entram na justiça e depositam um recurso em juízo, então, no caso, normalmente, não é regra geral, pode variar de Tribunal, mas que normalmente é o índice de poupança, que é TR mais 0,5 ao mês ou outro índice definido pelo próprio Tribunal. Próximo.

O que acontece com o Prefeito ou com o Governador se não pagar... Se não cumprir com esse regime especial? Em primeiro lugar, ele responderá na forma da Legislação de Lei de Responsabilidade Fiscal. Haverá sequestro dos recursos por ordem do Presidente do Tribunal. Os estados e municípios não poderão contrair empréstimos ou receber transferências voluntárias. A União terá recursos... A União reterá os recursos de FPM e FPE dos municípios e dos governadores. Então, nós preocupamos em colocar essas imposições, essas penalidades, para que a nossa proposta seja encarada na forma mais séria possível. Então, esses são os itens. Responsabilidade fiscal, sequestros, a não condição de contrair empréstimos e transferências voluntárias e a retenção do FPM e do FPE. Por enquanto, gostaria de... Já leio o voto? Já. Apenas... Só para formalizar a leitura do voto. Somos pela rejeição das Emendas nº. 02 e 03 de Plenário e pela aprovação parcial da Emenda nº. 04 de Plenário, na forma da subemenda que apresento, unificando o texto, conforme disciplina o § 6º, do art. 133, do Regimento Interno do Senado Federal. Muito obrigada.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente, eu quero saber da Relatora se a Emenda do Senador Cafeteira foi levada em consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES

TORRES (DEM-GO): Pela ordem... Passo a palavra à V. Exa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):

Sr. Presidente, um detalhe importantíssimo que eu gostaria de fazer uma correção no relatório original é com relação à administração dos recursos destinados pelos percentuais. Nós tínhamos, em primeiro lugar, colocado sob a administração do Executivo, mas nós entendemos que deverá ficar mais seguro se essa conta especial ficar a cargo dos tribunais. Então, além de ser um percentual, Goiás, por exemplo, foi 0.6 da receita líquida. O valor total que deu, ao invés dessa conta separada ficar sob administração do Prefeito ou do Governador, ficará sob administração do Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, se vier a ter precatórios da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES

TORRES (DEM-GO): Respondendo ao Senador An-

tonio Carlos Valadares, a Emenda nº. 02 está sendo rejeitada. Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, apenas para fazer a leitura... Senadora Lúcia, apenas a leitura oficial de como ficará o texto. *"Para os fins do § 4º, II, existirá uma fila única de pagamentos de precatórios, a ser gerenciada pelo Tribunal de Justiça local ou, no caso da União, pelo Superior Tribunal de Justiça, no qual se incluirão débitos relativos às entidades públicas que se sujeitam ao regime dos precatórios"*. Esse será o texto, então, acrescentado--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia. Depois, volto a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sra. Presidente, eu gostaria de saber se os 60%, relativos ao leilão, serão aleatórios ou serão os de valores mais altos?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Valores mais altos. Os menores valores, Senadoras Lúcia, até aquele número de salários, não têm fila, não têm 40%, não têm 60. São pagos imediatamente.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Os de menores valores obedecerão à fila?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Os menores valores... Isso, receberão pela ordem. Pela ordem de entrada.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): E os de maiores valores poderão ir a leilão?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Os maiores valores poderão ir a leilão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A ordem é do menor para o maior valor. É a ordem cronológica. Do menor para o maior, e os 40% obrigatoriamente paga a fila. Mínimo 40%. Os 60 podem ir a leilão ou não. Se não for, paga a fila. Se for a leilão, aí paga pelo deságio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Volta lá nos pequenos valores, na proposta, lá atrás. Isso. Aí. Senadora Lúcia, esses valores são pagos fora do 40 e 60. São pagos automaticamente. E aí a fila vai do menor para o maior. E o leilão pode entrar quem quiser, até o menor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas automaticamente até que limite, Senadora? Automaticamente como?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Assim, olha, aqui, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, mas se der valor... Se der 10%, vai ter que pagar 0,6 mais 10%?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não. 30 salários mínimos. 30 salários mínimos para município e 40 salários mínimos para estado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas seguindo qual ordem?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Do menor para o maior.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Também do menor para o maior?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, esse aqui não tem fila. Esse aqui--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Como não tem fila?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Esse aqui encontrou... Esses valores, eles serão pagos imediatamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só para esclarecer à Relatora. O que o Senador Eduardo Azeredo está falando é procedente. Ou seja, como é uma mudança de procedimento, se essa obrigatoriedade de pagamento, que foi introduzida no dispositivo, ultrapassar o comprometimento da receita para pagamento de precatórios. Ou seja, você tem... Tem seu limite, 0.6. Vamos supor que é 0.6.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Esses valores, Senador Mercadante, esses valores não estão no 0.6. Esses valores estão fora do percentual, de qualquer percentual.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está esclarecido.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eles estão fora do percentual.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Renan Calheiros.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Só uma ressalva, que eu havia me esquecido. Esses valores de baixo, do pequeno valor, já estão sendo pagos e praticamente não tem nada vencido.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, estou na fila.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Como ele pediu pela ordem...

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Presidente, em primeiro lugar, eu quero destacar o papel estratégico que V. Exa. exerce na Presidência dessa Comissão, priorizando os assuntos que são importantes para o país. Eu acho que isso é um destacado momento do Senado Federal, especialmente dessa Comissão de Constituição e Justiça. Eu quero

parabenizar também o amplo relatório da Senadora Kátia Abreu. E quero também destacar o papel do Senador Raupp que, durante anos, trabalhou decididamente para aproximar posições. Não é tarefa fácil. Esse mercado é um mercado de 100 bilhões de reais. Quando nós apresentamos essa proposta, essa PEC, esse mercado era de 60 bilhões de reais. Essa proposta é uma proposta acordada com os beneficiários dos precatórios, com a União, com os estados, com os municípios e garante, Sr. Presidente, sobretudo, o direito constitucional dos beneficiários desses precatórios, invertendo a sistemática, pagando do menor para o maior, diferentemente do que acontece hoje, e priorizando os maiores de 60 anos no pagamento dos precatórios alimentares. É óbvio, não precisa dizer aqui, que eles aparecerão, é óbvio que as pessoas que comercializam com precatórios, que administram esse gigantesco mercado de 100 bilhões de reais, não querem mudar nada. Eles ganham com o deságio. Eles se beneficiam do deságio. E, com isso, atrapalham verdadeiramente o pagamento desses direitos constitucionais. Isso causa, Sr. Presidente, uma tensão muito grande, muito grande.

Hoje, nós temos, no Supremo Tribunal Federal, mais de 300 pedidos de intervenção em estados e municípios. Os juízes de primeira instância estão bloqueando recursos das Prefeituras e acabando com o equilíbrio fiscal. Os municípios estão desesperados e os beneficiários dos precatórios muito mais. Eles precisam receber. Não dá mais para continuar com essa injustiça. Em alguns momentos, aqueles que tentaram atrapalhar a tramitação dessa PEC disseram que isso era a PEC do calote. É uma mentira. É o inverso. É uma PEC que objetiva pagar esses beneficiários, como manda a Constituição, mas com equilíbrio fiscal, com responsabilidade fiscal.

Eu queria parabenizar a todos, esse é um momento importante que essa Comissão vive. Queria parabenizar a Senadora Kátia Abreu, estão aqui o Prefeito de São Paulo, está aqui o ex-Prefeito de Recife, da maior à menor cidade, todos tem esse assunto como um assunto, assim, contornável. Os municípios brasileiros, Presidente Demóstenes, estão em pânico. Eu participei, no último final de semana, de uma reunião com os Prefeitos de Alagoas. Os Prefeitos brasileiros vão fechar as prefeituras. Porque, infelizmente, não foi o Presidente Lula, eu não acredito que tenha sido o Presidente Lula, o Presidente Lula é um homem, Senador José Agripino, de muita sensibilidade, mas a tecnocracia não perde tempo. Ao fazer caridade com o chapéu alheio, ao fazer a isenção do IPI para setores estratégicos da nossa economia, e precisava ser feito, mas precisava ser feito com os recursos da União. Jamais com os re-

ursos dos municípios e dos estados brasileiros. Nós temos mais de quatro mil municípios com menos de 30 mil habitantes, que vivem unicamente, unicamente, do Fundo de Participação dos Municípios. O IPI, Sr. Presidente, a metade fica com a União e a metade com estados e municípios. Se os tecnocratas querem fazer caridade, que façam caridade com a metade da União. Mas eles não podem quebrar os municípios. A situação é desesperadora. Desesperadora. Eu sei que tem muita gente que defende que o fortalecimento do mercado interno, a retomada do crescimento da economia, num curto espaço de tempo, vai recuperar a saúde financeira dos municípios. Isso é parecido com aquele cavalo do inglês, que quando aprendeu a viver sem comer, morreu. Nós não podemos concordar com isso, isso vai ser uma crise maior, é a crise chegando ao setor público e o Senado Federal, como Casa da Federação, ele tem responsabilidade com a solução do problema dos municípios. Eu acho que essa que é a crise que está aí. Já chegou. Os municípios vão fechar amanhã e nós temos que encontrar uma solução para que eles continuem a existir, cumpram seus compromissos, paguem seus precatórios, garantam os direitos daquelas pessoas que são beneficiárias desses precatórios. Muito obrigado a todos. Mas eu queria também fazer um apelo aos membros da Comissão de Constituição e Justiça. É importante que nós discutamos esse assunto à exaustão, mas que não sejam pedidas vistas porque isso, infelizmente, só vai delongar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas se for pedida vista, eu vou dar o prazo de duas horas. Tem seis anos que esse projeto está sendo discutido aqui.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Parabéns, Senador. Então, eu quero dizer da nossa disposição para participar da reunião, mobilizar a bancada do PMDB, o Senador Raupp conhece pormenorizada-mente esse assunto, colaborou para que ele avançasse em todos os momentos, mas é importante advertir ao Brasil que tem muito interesse aí querendo desviar a tramitação dessa PEC, que é muito importante para os municípios e para os estados brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem de inscrição, Francisco Dornelles, Eduardo Azeredo, Antonio Carlos Valadares e Aloizio Mercadante... E Arthur Virgílio.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Peço que me inscreva, Presidente. José Agripino, aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero primeiro cumprimentar a Senadora Kátia Abreu pelo brilhante relatório que ela apresentou, que, para mim, não é nenhuma surpresa, que todos os relatórios, todos os trabalhos apresentados pela Senadora Kátia Abreu são de alto nível, compatíveis com a sua competência, com a sua capacidade de trabalho e com a seriedade com que ela examina todos os fatos. Eu quero dizer, Sr. Presidente, quero cumprimentar também o autor do projeto, Senador Renan Calheiros e Senador Valdir Raupp, pelo trabalho que fizeram, e a minha concordância plena com o relatório da Senadora Kátia Abreu, exceto em um ponto, Presidente, que é realmente o da Emenda 03. Eu prefiro explicitar(F) a situação que ocorre. Vamos admitir a situação de um precatório que foi requerido, deferido e que as parcelas estão sendo pagas. Vamos admitir 10 anos. Durante oito anos, sete anos, o estado pagou. Deferiu, requereu, deferiu, o pagamento está sendo feito; faltam três anos. Eu entendo, Sr. Presidente, que se trata de um ato jurídico efeito nesses casos. Não pode simplesmente o estado falar: "Ah, está tudo certo, eu deferi, você requereu, eu deferi, todos os pagamentos estão em dia, mas a dívida vai para um lugar comum". De modo, Sr. Presidente, eu acho que, nesses casos dos relatórios requeridos, deferidos e cujos pagamentos estão sendo feitos, eles realmente não podem entrar na vala comum e gostaria de pedir apenas votação em separado para a Emenda 03.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Colocarei o Requerimento de votação de destaque separado... Oportunamente, Senador. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras. Eu considero que nós estamos chegando realmente ao final de uma discussão ampla, que já vem aqui há vários anos. O trabalho apresentado pela Senadora Kátia Abreu deixa com clareza os critérios; quer dizer, essa questão de nós termos os menores valores sendo pagos primeiro, é um critério social, a questão dos precatórios alimentares também para quem tem mais de 60 anos, de forma que eu acredito que nós estamos chegando a um bom ponto, sim. É bom lembrar que se trata de mais um esqueleto ainda do Plano Real, podemos dizer assim, o Plano Real é de 94, mas que está aí até hoje, nós temos esses problemas que ficaram das correções. Eu queria só insistir, Senador, ainda nessa questão do que está fora do 0.6. Eu estou convencido de que se está criando uma despesa muito forte para estados e municípios fora do 0.6, porque está fora do 0.6. Se é um estoque muito grande, vamos imaginar 600 mil re-

ais, é de 0.6. É 600 mil. Mas você tem um estoque de quatro milhões, fora do 0.6, naquelas condições. Como é que você vai pagar isso? De uma vez?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Acho que podemos responder... Vamos responder ponto a ponto. Fica melhor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Senador, sua preocupação é bastante válida, mas esses percentuais são unanimidade de todas as associações de Prefeitos do Brasil. Porque esses pequenos valores que estão fora do percentual, eles estão sendo pagos normalmente e não está onerando os municípios e nem os estados. Então, não tem nenhuma reclamação e nenhuma dúvida e preocupação com relação a eles. Então, esses percentuais foram feitos cuidadosamente com o ex-Prefeito João Paulo Lima, da Frente Nacional dos Prefeitos, ex-Prefeito de Recife, e demais Prefeitos de todo o Brasil, num movimento suprapartidário, no sentido de encontrar os percentuais ideais e que não fosse onerar os Prefeitos, e não da assessoria apenas técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, em primeiro, lugar eu gostaria de enaltecer o trabalho realizado pela Relatora, Senadora Kátia Abreu, que, de forma didática, de forma bem clara, demonstrou, através de um parecer de um trabalho eficiente, a forma como os estados e municípios poderão sair das dificuldades que atravessam com os precatórios. Não só os precatórios estão causando dificuldades aos estados e, principalmente aos municípios. A redução de determinados impostos, como o IPI, que implicam também na redução do Fundo de Participação dos Municípios, é outro fator que vem contribuindo para incrementar as dificuldades nas comunas de todo o Brasil, principalmente nos municípios menores. E, além disso, o endividamento com a Previdência Social, que aparentemente poderá ser resolvido esse problema com a repactuação dessa dívida em 240 meses, mas, sem a preocupação de, na Medida Provisória, colocar um ponto final naquelas dívidas que são cobradas de forma ilegal ou que já foram prescritas. Deverá haver, então, uma Emenda, que nós apresentamos a Medida Provisória do endividamento, prevendo essa situação de que o endividamento não pode ser considerado, não pode ser cobrado em relação aos municípios que tenham as suas dívidas prescritas nesse setor. Então, eu perguntaria apenas à nobre Relatora o seguinte. Em se tratando de dinheiro público, o precatório provém de alguma dívida que foi contraída pelo município e não

foi paga, eu gostaria de saber quais os mecanismos que V. Exa. introduziu na proposta, visando evitar a negociação desvantajosa para o proprietário, o dono do precatório, ou seja, o deságio sobre aquilo que o dono do precatório teria direito. Quero saber, então, qual o mecanismo para prevenir qualquer tipo de negociata em relação a precatórios devidos pelo Poder Público. V. Exa. colocou algum mecanismo que, vamos dizer, que previna esse deságio?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Esse, volta lá--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Que é prejuízo daquele que é o verdadeiro dono do precatório. Às vezes, é uma família inteira.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O senhor disse bem. Ele é dono do direito dele. Ele ganhou esse direito na Justiça. Então, ele só vai entrar no leilão se ele quiser. Se ele achar que o valor da conta é alto e que ele pode fazer um abatimento e que ele pode participar de um deságio, ele entra num leilão. Ou, então, ele permanece na fila aguardando, que ele receberá integralmente o seu valor, sem prejuízo nenhum. Ele só vai negociar deságio se ele quiser. O dono do precatório é o dono do direito.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Exato, mas aqui tem a Emenda nº. 02, do Senador Cafeteira, onde ele fala nessa preocupação, que o pagamento de precatório só poderá ser feito ao seu titular original. Bom, ele colocou aqui procurador habilitado, não acho que é de boa... De boa vantagem ou técnica legislativa. Mas, quanto a só o titular receber e não outra pessoa, digamos, eu tenho um precatório e vendo com deságio de 50%, suponhamos. Como é que eu... Porque isso pode acontecer. Na prática, isso pode acontecer.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mas, Senador, será voluntário. Se ele quiser vender o precatório dele com deságio, é uma vontade dele. É o arbítrio dele. Nós não temos como evitar uma negociação privada entre duas pessoas e impor, ou não, o deságio. A gente não vai nem ficar sabendo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, é por isso que V. Exa. não aceitou a Emenda do Cafeteira? A Emenda nº. 02.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Já é assim. O precatório é pago ao titular. O precatório é pago ao titular.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim, mas... Então, a senhora rejeitou porque já é assim?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Já é assim.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, finalmente, eu quero dizer que, em boa hora, surge esse projeto, essa PEC do Senador...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Renan.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Renan, em boa hora, surge essa PEC, para reduzir as dificuldades financeiras dos municípios e, ao lado disso, a questão da renegociação das dívidas previdenciárias, como também uma compensação, que eu espero, do Governo Federal, com a destinação de parte do IPI, para resolver problemas de setores importantes e estratégicos da economia do nosso país. Além dos precatórios, outras decisões deverão ser tomadas para salvar os municípios do debate em que estão metidos, neste momento, pela retração econômica de nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu tenho militado anos para aprovar essa PEC. Estive, desde o início do processo, quando nós fizemos uma reunião com o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, para construir, e foi uma longa negociação, esta construção que só agora nós estamos chegando ao final. O princípio que orienta esta PEC é o mesmo que orientou a Lei de Falências. A chamada Lei de Recuperação das Empresas. Por que é que nós mudamos a Legislação? Para permitir às empresas que têm dívidas, e não podem pagar, reestruturar seus débitos para viabilizar o salvamento da empresa, o emprego e a produção e deixaríamos de fazer o mesmo esforço para os entes públicos, prefeituras e estados que estão, muitos deles, vivendo uma tragédia em função do sequestro da sua receita. Este mês, nós tivemos sequestro da receita da Prefeitura de Cubatão. 17 milhões e 700 mil reais, de uma Prefeitura que tem uma receita de 34 milhões de reais. Imagina o que significa isso, do ponto de vista de administração. Eu vi a situação de Serrana, um show de música de uma banda, um show de uma banda, o precatório chegou a um milhão e meio de reais. Não há banda nesse planeta que receba essa remuneração. Uma Prefeiturinha no interior, perto de Ribeirão Preto. Uma verdadeira máfia que, muitas vezes, impôs às prefeituras valores exorbitantes, sem nenhum critério, e o prefeito teve quatro... Por exemplo, Sumaré, quatro folhas de pagamento sequestradas.

Então, o argumento de que isso não resolve, resolve, sim. Primeiro resolve porque vai permitir pagar os precatórios, porque muitos não podem ser pagos, que chega um grande precatório na fila, paralisa toda

a fila, a prefeitura ou o estado não tem condição de honrar, e nós estamos vivendo um caos jurídico e fiscal. Então, essa ideia da fila do menor para o maior valor; 40% vai para a fila; 60% vai a leilão, com deságio, vai reorganizar, e fixando o comprometimento da receita líquida, dizendo que é pra pagar mesmo. Agora, eu tenho duas questões. Uma, a Emenda do Senador Arthur Virgílio era o acordo que nós tínhamos, já há muito tempo, que foi reintroduzido ao texto. No entanto, a Relatora, ela fez uma alteração no índice de correção. Havia um acordo com as prefeituras e governos de estado que o índice seria o da poupança. TR mais 0.6 ao ano, para uniformizar nacionalmente o critério. Ficou colocado agora "índices e juros aplicados à correção dos depósitos judiciais". Não é um critério uniforme no Brasil. Alguns estados não têm o mesmo índice de correção dos depósitos judiciais. Eu pergunto por que essa alteração e não manter a anterior. Inclusive porque, como a Selic está caindo fortemente, e vai ficar abaixo da poupança, vai ter uma discussão sobre a própria poupança. É um tema que está na Pauta. A TR, hoje, está muito baixa. Então, é o índice que favorece a Administração Pública. Por que a alteração do índice que não estava na Emenda. Foi uma subemenda da Relatora, e eu queria saber qual é a motivação desta mudança de critério.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Senador Mercadante, na realidade, eu concordo com V. Exa. Acho que é bastante razoável. Nós colocamos esse índice, conversando com os Prefeitos, por sugestão deles próprios, que achavam razoável que cada Tribunal pudesse arguir, pudesse arbitrar, mas acho mais do que razoável que nós possamos fixar para o Brasil todo--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senadora--

[falas sobrepostas].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O critério nacional de poupança.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Prevalece... Põe prevalecendo o menor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É melhor fixar, como sugeriu o Senador Mercadante--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mas se colocar o menor índice nacional, tem que fazer pesquisa nacional... Complica.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Poupança mais 6%, eu acho que...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E a poupança é um índice, é um índice muito sólido.

[falas sobrepostas]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): TR mais 0.5. Índice de poupança.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, Relatora, queria ponderar o seguinte: a poupança está fixada na Constituição; é um patrimônio nacional. Só pode ser alterada por decisão do Congresso Nacional, por Lei Complementar, e o Brasil aprendeu a respeitar esse índice. É um índice duro, preservado, sólido. Se nós abrirmos para os índices de correção de depósitos judiciais, nós podemos ter uma distorção muito grande nacional, daqui a pouco, e vamos ter um novo problema para discutir e acho que não é o caminho. Vamos fixar o índice universal--
[falas sobrepostas].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com certeza. Razoável, Senador. Índice de poupança. TR mais 0.5% ao mês.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria, finalmente, só fazer um comentário. É evidente que as prefeituras estão sofrendo com uma queda muito brusca do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, como foi mencionado, 1 bilhão e 700 milhões de reais. Mas é uma ingenuidade acreditar que essa queda se deve pelo incentivo do IPI a materiais de construção e automóveis. A produção de automóveis, que era mais de 200 mil veículos/mês, antes da crise, eram 230 mil veículos, caiu para 100 mil em dezembro. Então, não caiu só o IPI. Caiu o IPI, Imposto de Renda, ICMS. Todos os impostos desabaram porque a produção era metade do que você produzia anteriormente. Com o incentivo que foi dado ao IPI, a produção esse mês pode ser recorde histórico na produção de automóveis no Brasil. Nós vamos para mais de 250 mil veículos. Apesar da desoneração do IPI, o ICMS voltou cheio. O Imposto de Renda voltou cheio. E tudo isso ajuda o Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Eu estou totalmente de acordo, nós vamos ter que discutir uma política de emergências para estados e municípios, em função da perda de receita. Acho que é uma grande pauta para o Senado Federal, quero propor uma Audiência Pública, chamando algumas entidades municipalistas, vamos chamar o Governo e vamos abrir a discussão--

[falas sobrepostas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --estou formalizando um Requerimento, para a gente fazer um debate de mérito profundo. Agora, a queda da receita é uma queda da produção. Por sugestão do Senador Arthur Virgílio, fazemos um debate qualificado nessa Comissão. Mas é decorrente da queda da produção. E a receita cai mais do que a queda de produção.

Então, hoje, nós estamos dando uma grande contribuição aos municípios. Quero, finalmente, dizer que esse esforço suprapartidário, quero, aqui, em nome do Prefeito Kassab e do Prefeito João Paulo, que se empenharam verdadeiramente na aprovação, e os outros Prefeitos que estão aqui, Edson Gomes, de Ilha Solteira; o Prefeito José Augusto, de Santo Antônio de Pinhal; Prefeito Wilson Santos, do PSDB do Senador Arthur Virgílio, de Cuiabá; o Prefeito Mário Reali, histórico prefeito da nossa cidade querida de Diadema; Prefeito Osvaldo Dias, também reeleito pela Prefeitura de Mauá; José Auríquio, de São Caetano, e todos eles... São João Del Rei, também de Minas Gerais, está sendo mencionado aqui. [soa a campanha]. Querria parabenizar essa mobilização nacional e fazer um apelo: nós ficamos aqui, anos, debatendo essa matéria para chegar a esse grande consenso suprapartidário. E que as lideranças partidárias se empenhem na Câmara dos Deputados para que esse processo, esse projeto, seja votado com a urgência que o momento econômico-social exige. E que, hoje, a gente vote em Plenário, abrindo mão do interstício, votando as duas sessões, para a gente não criar mais uma expectativa que não se realiza com os 5.500 Prefeitos do Brasil. E os Governadores dos estados--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só um aparte, senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, nós votaríamos hoje, em Plenário, as duas sessões, e concluímos esse processo na Câmara, para o Senado, encaminhamos à Câmara, e as lideranças partidárias se empenharão para que esse projeto seja votado com urgência também na Câmara dos Deputados. Se nós tivermos na Câmara o rito de tramitação aqui, seguramente [soa a campanha], não será um instrumento de reversão dessa dramática situação, não só das prefeituras, mas também de quem está na fila e não recebe. Então, é uma forma de a gente resolver essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, que é autor da emenda.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo. Pela ordem, a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu quero dizer aqui... Eu havia pedido votação em separado pela Emenda 03, eu retiro o meu pedido por dois motivos, principalmente que eu conversei com todos os senadores aqui presentes, estão todos eles preocupados com a situação dos estados

e municípios, embora eu considere que a minha proposta é uma proposta justa, constitucional, mas eu vou aqui... À maioria eu me ajoelho. E eu senti que a grande maioria aqui está preocupada com estados e municípios. E o segundo é que eu nunca gosto de divergir da Senadora Kátia Abreu. Se, no momento em que ela não aceitou a minha emenda, eu pedi a votação em separado com grande dificuldade e não tive coragem de manter porque hoje eu não voto contra e nem gosto de divergir da Senadora Kátia Abreu. Por isso, Sr. Presidente, eu quero retirar o pedido de votação em separado da Emenda 03. Muito obrigado.

[soa a campanha].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pedido acatado. Concedo a palavra pela ordem... Peço aos Srs. Senadores, se possível, que nós deixemos para utilizar a palavra no Plenário, uma vez que faremos uma Sessão grande e tentaremos derrubar o interstício. Se não for possível, as inscrições estão mantidas. Senador Eduardo Azeredo, pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Apenas como subproduto dessa discussão, eu quero deixar... Que eu fiquei satisfeito de ver o Senador Mercadante defender a questão da poupança. Isso me sinaliza, portanto, que o Governo Federal não vai mexer na poupança.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu acredito também. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, ao agradecer a boa vontade demonstrada pela sensibilidade e pela sensatez de sempre do Senador Francisco Dornelles, eu registro que, além de generoso e sensível, S.Exa. é muito hábil, porque ele inverteu as prioridades. Ele deu primeiro a segunda prioridade. A primeira é não gostar de desobedecer a Senadora Kátia Abreu. Mas eu fico feliz, Sr. Presidente, porque eu vejo uma longa trajetória que foi percorrida. O Senador Renan Calheiros descreveu pelo menos grande parte dela, o Senador Mercadante também, começou com uma reunião na residência oficial do Presidente do Senado, quando o Renan presidia o Senado. Lá estava Nelson Jobim, Ministro da Defesa; Solange Vieira, hoje Presidente da ANAC, ela fez uma exposição muito brilhante, muito correta e muito consistente sobre essa questão. [soa a campanha] E, a partir daí, começamos a fazer os trabalhos iniciais de sondagem e de articulações. Depois, o Senador Raupp foi escolhido Relator. Desenvolveu um trabalho difícil, árduo, cheio de boa vontade e não logrou ver aprovada

a sua proposta, porque a matéria simplesmente não estava madura. Faltava a maturidade da matéria; não faltava competência ao Senador Raupp. Deságua essa matéria na Senadora Kátia Abreu, que é competente, obviamente, que estuda as matérias que relata, mas que encontrou essa matéria – essa foi a grande vantagem – madura, no momento em que é inevitável a sua aprovação, tanto no Senado quanto na Câmara, e de maneira rápida, como propõe o Senador Mercadante, com quebra de interstício, porque a situação dos... Se a gente quer isso de maneira estrutural, a gente precisa olhar a conjuntura e a conjuntura que envolve os municípios é muito grave.

Muito bem. Gostaria de dizer também que houve o registro, aqui, o Prefeito João Paulo, registro do Prefeito Wilson Santos e tantos outros Prefeitos que aqui acorreram para defender interesse legítimo de seus municípios, mas o Prefeito Kassab, certa vez, convocou a mim e ao Senador José Agripino ao seu gabinete e nos colocou o quão vital era para o seu município, e olha que é um grande município, como São Paulo, nós agilizarmos essa matéria. Isso foi talvez há três anos atrás. Essa matéria estava dormitando há muito tempo por aqui, sendo gestada pela maturidade com que a Casa trata as matérias polêmicas, enfim.

Mas muito bem. Então, esta emenda, ela não é uma emenda exatamente minha. Ela é uma observação que fiz junto com minha assessoria, com a assessoria de figuras ligadas a governos ligados ao meu partido... Enfim. E eu fico feliz de ver que o que aqui se compilou foi adotado, entendo agora, na inteireza, pela Senadora Kátia Abreu, a partir da demonstração de bom senso que deu, ao ter novamente alterado o índice. E alterou com humildade, alterou ouvindo a boa ponderação do Senador Aloizio Mercadante, e, portanto, nós temos os limites de 0.6 a 1,5% da receita líquida dos municípios para pagamento de precatórios por ano, de 0.6 a 2% no referente a esse mesmo parâmetro para o estado.

Aqui eu vi que cada um cantou a sua aldeia e todo mundo acabou sendo universal. Se eu falar do meu Estado do Amazonas, eu diria que as prefeituras lá, a grande maioria não estão nem interessadas mais em convênios federais, porque elas não podem dar a contrapartida. É uma situação de extrema gravidade. Num estado aqui, outro acolá, prefeituras têm fechado as portas simbolicamente. É um quadro grave. É um quadro grave. Eu não sou tão otimista quanto a que renda não continue a cair, imagino que ela vai continuar caindo por mais um pouco, eu espero que por mais um pouco, e é hora de prefeitos enxugarem as suas máquinas, fazerem de qualquer jeito suas despesas caberem dentro de qualquer receita que, porventura, seja aquela atinente a seus municípios. Os prefeitos

não podem deixar as despesas extrapolarem das receitas que são as deles. Se elas caem, tem que cair a despesa, ainda que cortando na carne, ainda que arrostando impopularidades, mas os prefeitos têm que fazer tudo com menos. Eu digo sempre aos prefeitos, no interior do estado, economizar na água, economizar no telefone, economizar na luz, economizar no diesel; usa-se muito barco no meu estado. Se se tapa um certo ralo por onde escorre o diesel de maneira, às vezes nem sempre legal, se faz mais com menos. E esse é o desafio, se levamos isso ao dó maior, ao tom maior, de qualquer cidade grande e do país também. O quadro é bastante desesperador. Está na hora de uma conversa, para ver se se pode ou não pode destinar a fundo perdido, algo tipo quatro, cinco bilhões de reais, para emergencialmente atender a esses prefeitos que estão vivendo uma situação bastante crítica, bastante crônica. É hora de alargarmos o prazo de parcelamento das dívidas da Previdência. E é hora, sem dúvida alguma, de nós vermos qual é o elenco de medidas legislativas que podemos tomar no sentido de protegermos essas prefeituras.

Eu entendo que o Governo agiu na melhor das intenções, ao mexer, ao zerar o IPI para automóveis. Eu entendo. Protegeu empregos e o Brasil é uma coisa só. Eu entendo que o Governo deveria, por exemplo, em atenção ao pólo de Manaus, abrir uma linha especial de crédito para os principais pólos, que, já numa força de trabalho, na Zona Franca de Manaus, 90 mil trabalhadores, já 30 mil desempregados, imagina o que seria um terço dos desempregados do parque industrial de São Paulo nas ruas hoje. Isso, para lá, é catastrófico. Mas eu não sou contra. Eu entendo assim: eu discuto é se seria o IPI. Eu vejo que as contribuições que são apenas federais poderiam ser usadas a título de colaboração generosa do Governo Federal, evitando de mexer nos impostos que são divididos com estados e municípios. Seria uma forma boa de ajudar estados e municípios. É uma luta que não quero travar com bandeiras partidárias; não gostaria de ganhar eleição à custa de um Brasil de terra arrasada, até porque significa pagar, mais adiante, o preço da impopularidade que se ganha para consertar o país. Não quero nada disso. Gostaria muito de um trabalho, de união nacional, em favor da crise. E não paro de propor isso, com a minha visão. E com a minha visão, que não é apocalíptica, mas é sempre mais dura, talvez, do que uma certa visão que eu percebo mais doce e mais branda, na tentativa de não admitir que a crise é muito grave e que está longe de chegar à sua metade. Está longe de chegar ao seu fim. Ninguém em sã consciência pode prever o fim dessa crise. Então, aqueles que diziam que o Brasil ia crescer 4% estavam errados; está er-

rado o Ministro Mantega, quando fala que vai crescer 2%, outra vez. Dividiu por dois, foi simplório, não vai crescer 2%. Infelizmente. Eu adoraria que estivesse certo ele e errado eu, [soa a campainha] mas eu temo estar certo eu... Eu já concluo, Sr. Presidente. Certo eu e errado ele, enfim.

Portanto, Sr. Presidente, eu entendo que esse é um gesto que temos que tomar e tomar hoje. Foi de enorme grandeza a posição do Senador Francisco Dornelles, porque abriu mão de uma convicção em favor de algo maior, de algo que é um socorro imediato a estados e municípios, numa hora de crise. E, aí, dou razão outra vez ao Senador Mercadante, que nós façamos isso chegar hoje ao Plenário e que quebreemos todos os interstícios e que votemos isso hoje, e que mais, que o Presidente Sarney contate imediatamente o Presidente Michel Temer, da Câmara, e combine com o Presidente Michel Temer uma forma de algo parecido ser feito lá. Porque a dor que aflige a nós, porque aflige os nossos municípios, com certeza, aflige aos Deputados da mesma maneira e de maneira suprapartidária.

Então, eu não vejo por que é que não se poderia, a jato, e, antes da Semana Santa, se resolver essa questão também na Câmara dos Deputados, para nos habilitarmos à promulgação dessa emenda, que é tão meritória e que foi tão suada, tão sofrida agora, em tempo hábil, de modo a dizermos que nós não estamos inertes. Estamos nos livrando de uma certa crise de paralisia e justamente com uma matéria de alto peso. E é bom que seja sob a Presidência qualificada de V. Exa., Sr. Presidente. Portanto, eu fico feliz de que essa emenda, que a emenda minha não é bem minha, é emenda do consenso, dos debates que vi travados e da contribuição que diversas assessorias passaram para a minha própria assessoria. Muito obrigado e parabéns a esta Comissão, pelo belo gesto de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parabéns à V. Exa. também.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador José Agripino. Inscrevo V. Exa.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu vou procurar ser bastante breve, Presidente, mas eu quero fazer um registro, porque nós estamos aqui produzindo um milagre. Eu acompanhei as audiências públicas e as reuniões que nós fizemos. Eu quero render homenagem aqui ao Senador Valdir Raupp, que está aqui quietinho, mas ele é, em grande medida, responsável pelo texto que a Senadora Kátia Abreu arredondou. Eu

participei com ele, com vários líderes, de diversas reuniões; reuniões de 40 pessoas, onde o debate franco foi estabelecido e onde se estabeleceu o consenso, degrau por degrau. Consenso muito difícil.

Estou vendo aqui, Valdir Raupp, advogados e prefeitos juntos, quase que confraternizando. Isso é um milagre. Quase confraternizando. Eu não imaginava nunca que a gente conseguisse isso. A crise produziu e o bom senso da Senadora Kátia Abreu, que conseguiu arredondar. Agora, é muito produto da crise. A crise que está tendo agora, a primeira pílula para minimizá-la. O que estava havendo? É aquela história: "Finge que me paga que eu finjo que recebi". Era mais ou menos isso. E muito de sequestro. Muito da Espada de Dâmocles na cabeça de muito Prefeito. Nós estamos aqui acabando com a Espada de Dâmocles e acabando com a farsa. Vamos estabelecer critérios claros para que o credor, que conquistou um direito, é o direito dele, o precatório é direito dele. Não é favor, não. É uma longa tramitação judicial, que redundou num precatório. Só que esse precatório não estava sendo pago, Senador Arthur Virgílio. Não estava sendo pago. Então, aquela história: "Finge que eu pago, que eu finjo que recebo". Vai acabar aqui agora, pelo entendimento, até em função da crise.

Acho que aqui está se estabelecendo um critério e acho que a Senadora Kátia Abreu, na sua fala, deixou de dizer uma coisa que eu perguntei a ela, mas que é importantíssimo, é que o consenso estabeleceu-se pelo entendimento que ela promoveu entre as partes. Eu acho que não deu um ideal para todo mundo. O ideal, talvez, ficasse mais próximo do que o Senador Dornelles queria. Mas ele, como pragmático, percebeu que a crise impede. Os estados e municípios não tem forma de pagar. Neste momento, não tem. Então, é preferível se votar o que é possível a tentar ganhar o que vai ser inexecutável. É isso que nós estamos votando.

Então, eu quero cumprimentar o Senador Valdir, quero cumprimentar a Senadora Kátia Abreu e dizer que nós estamos dando uma contribuição, aqui no Senado da República. Eu estive hoje de manhã com o Senador Sarney e com o Presidente Michel Temer, conversamos sobre isso. Eu tenho certeza de que, no Senado, nós votamos hoje. E essa matéria vai para a Câmara, e eu tenho certeza de que, na Câmara, o texto que vai redondo, vai ser votado rapidamente. Mas isso é apenas um primeiro alívio para os municípios. Eu pretendo, ainda hoje, propor... O decêndio que vai ser pago, o 1% do Fundo de Participação do último mês, em dezembro, tem que ser antecipado para logo. Tem que ser antecipado para logo. A MP 449, da renegociação das dívidas, tem que conter a renegociação do PASEP. Do contrário, os municípios,

que estão quebrados, vão fazer greve. Vamos ter greve de prefeito aqui. Vamos ter greve de prefeito. Greve de prefeito. Nós estamos numa crise monumental e temos que reagir. E essa é uma primeira reação. Eu quero, portanto, cumprimentar V. Exa., Senador Demóstenes Torres, porque preside uma Sessão que vai aprovar uma luta de sete anos; o Senador Valdir Raupp; cumprimentar o talento e a competência da conciliação da Senadora Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Logo após, eu vou colocar em votação o Requerimento feito pelo Senador Aloizio Mercadante, para que nós possamos discutir, aqui na CCJ, a situação financeira dos municípios e estados brasileiros. Para não pressionarmos agora pela indicação dos nomes, eu vou pedir aos senhores líderes que me entreguem esses nomes até hoje, no final da tarde, para que nós possamos fazer, o mais urgentemente possível, essa audiência. Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Senador Demóstenes, Sra. Relatora, Senadora Kátia, Sras. e Srs. Senadores. Queria inicialmente parabenizar o trabalho dinâmico de V. Exa., nobre Presidente Demóstenes, com que vem conduzindo a Comissão de Constituição e Justiça. E também parabenizar a Senadora Kátia. Fui perguntado por que é que eu levei a bola até a marca do pênalti e deixei para a Senadora Kátia. Eu sempre trabalhei em equipe. Eu já fui jogador de futebol. Eu acho que a gente trabalha em equipe. Se o Senador César Borges... O Renan colocou a bola em campo, que foi a autoria da PEC; o César Borges levou até o meio do gramado, e eu levei até a marca do pênalti e distribuí para a Senadora Kátia. E ela, como uma craque, que sempre foi craque, está fazendo gol de placa, né? [risos] Então, dizer que eu não me arrependo, de maneira nenhuma, ter deixado, eu acho que eu sou contra a reeleição porque eu acho que o mandato longo cansa. Já fazia muito tempo. Essa PEC esteve na mão do César Borges dois anos, praticamente dois anos, depois, na minha mão, por praticamente dois anos também e tudo que é muito demorado cansa. E eu estava cansado. No ano passado, eu quase larguei a condução dessa PEC. Mas eu a levei até a aprovação aqui na CCJ, foi para o Plenário, voltou para cá porque tiveram três emendas, e emendas importantes, mesmo aquelas que não foram acatadas, eu tenho certeza que as intenções eram muito boas, e parabenizar o Arthur, Senador Arthur Virgílio, pela emenda dele, que foi aproveitada, se bem que parcialmente, mas foi de muita importância a emenda do Senador Arthur Virgílio.

Agradecer também a colaboração dos líderes da época, o Senador José Agripino, da época, e ainda até hoje, o Senador José Agripino, do Democratas; o Senador Arthur, o Senador Cafeteira, enfim, todos os líderes, o Casagrande, a Ideli, que não é mais líder hoje; o Mercadante também contribuiu muito. Acho que foi um trabalho de resistência, de consenso e nós chegamos praticamente até o final. E dizer que eu concordo também com o Senador Arthur, quando fala da situação caótica com que vivem as prefeituras.

Então, esse momento, acho que a crise fez até acelerar a votação desta matéria aqui no Senado, e eu tenho certeza que a Câmara vai trabalhar com muita agilidade também para acelerar essa votação. Porque as prefeituras não estão aguentando mais. O que estão tirando agora... E acho até injusto, acho que um Governo que tem uma reserva robusta ainda, que tinha mais de 107 bilhões, e ainda deve ter quase esse montante, poderia muito bem bancar essas desonerações, essas renúncias que estão fazendo com IPI. Porque a base de cálculo para o FPM é o IPI e o Imposto de Renda. Se tira o IPI dos municípios, aprofunda mais a crise dos municípios ainda. Então, acho que o Governo tinha que ressarcir, pegar dos fundos das suas reservas e repassar para os municípios ou não retirar da base de cálculo esse IPI que está sendo isentado. Só o cimento... Veja bem, se o Governo deu quatro bilhões de reais para o Votorantim, quatro bilhões para o Banco Votorantim; se está dando agora 350 milhões de isenção de IPI também para o cimento, por que é que não pode socorrer os prefeitos e não penalizar mais os prefeitos ainda nessa renúncia que está fazendo agora em combate à crise? Então, vamos gastar um pouquinho das reservas com os municípios também porque, sem a saúde financeira dos municípios, a sociedade está, com certeza, em séria dificuldade.

Então, agradeço, mais uma vez, por essa oportunidade, a oportunidade que me deram de trazer esse relatório até quase o final e colocar na marca do pênalti para a Senadora Kátia fazer o gol. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Finalmente, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, vou começar minha fala--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perdão. Espera aí, só um instante, me equivoquei. Senador, peço desculpas à V. Exa. Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o que foi construído aqui, iniciativa do Senador Renan, que passou ao Senador César Borges, como Relator, Se-

nador Raupp, Senadora Kátia, foi o possível e dentro da conjuntura atual. Porque, na verdade, o ideal seria mesmo que nós aprovássemos a Emenda 03, do Senador Francisco Dornelles. Porém, a conjuntura atual faz com que a gente tenha que repensar o assunto e eu vou também na mesma linha do Senador Dornelles. Eu, que era simpático à Emenda 03, mas, dentro da conjuntura atual, a gente tem que ser mais condescendente com os estados e municípios, em função da crise, e, portanto, eu também apoiaria o relatório da Senadora Kátia, da forma que veio, em que pese fosse simpático à Emenda 03. Portanto, é como o Senador Agripino disse, é o que é possível se fazer no momento. Então, aqui aplaudo a todos os que participaram da elaboração desse projeto e das Relatorias, até que ele venha a ser votado hoje, inclusive em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu vou começar minha fala por uma sugestão. V. Exa. falou dos nomes que devem compor a Audiência Pública a ser realizada aqui, e eu já sugeria aqui, do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Sr. Paulo Ziulkoski, porque é fundamental que ele traga o diagnóstico que tem acerca da situação de penúria que se encontram os municípios brasileiros.

Senadora Kátia Abreu, confesso a V. Exa. que cheguei aqui hoje preocupado com essa matéria que V. Exa. relatou, porque não havia recebido o parecer anteriormente e, sem lê-lo, dificilmente teria condições de formar o meu juízo de valor a respeito. Todavia, no decorrer da Sessão, lendo e tirando algumas opiniões do Senador Raupp, que... Cujo trabalho foi a base daquilo que V. Exa. relatou, acabei afastando quaisquer dúvidas a respeito da qualidade do trabalho que V. Exa. exibiu nessa Sessão, portanto, o meu parecer é inteiramente favorável. Acho que V. Exa. complementou aquilo que havia sido iniciado pelo Senador Raupp e sinto que há aqui hoje um clima de consenso para aprovação do projeto, portanto, estaremos aqui ao lado de V. Exa. para aprovar a matéria.

Acontece, no entanto, Sr. Presidente, o seguinte: nós, hoje, ao aprovarmos essa matéria, estamos, na verdade, chamando o setor privado para dar uma contribuição compulsória para a crise, para tirar os municípios brasileiros do atoleiro. Acontece que aqui tem um ponto que nós podemos dar de contribuição. Mas o setor público precisa dar mais. Veja, por exemplo, a situação da Previdência Social, Sr. Presidente, é uma situação caótica em relação aos municípios. A Previdência Social precisa dar a contribuição, que é a contribuição do setor público. Se, por acaso, o Gover-

no Federal acordar para a grave situação que existe entre as prefeituras municipais e a Previdência Social, eu acredito que poderá extrair daí uma outra contribuição, que efetivamente pode afastar o município do risco de falência a que ele está submetido hoje. Não basta alargar os prazos para o endividamento da Previdência.

É preciso fazer o reestudo. É preciso fazer uma auditoria das contas. Porque, na verdade, a Previdência Social não tem para receber aquele passivo que ela alega que... Aquela dívida que ela alega que tem para receber. Na verdade, ela está adotando uma postura de terra arrasada com relação aos prefeitos e com a faca na goela de cada prefeito desse país, já que, sem a certidão de quitação com a Previdência, todos ficam impedidos de fazer qualquer tipo de convênio e de conseguir quaisquer tipos de recursos federais para suas administrações municipais. De sorte, Senadora Kátia Abreu, encerrando minhas palavras, quero aqui dizer o seguinte: em tempo de crise, como nós estamos, com uma característica de terra arrasada que está, hoje, pintando em nosso cenário econômico, nós não temos tempo aqui para adiar essa discussão, e vamos, portanto, neste momento, dar o nosso voto favorável à proposta de V. Exa., porque sei que ela representa o consenso e representa o consenso porque existe aqui a consciência muito clara de que é preciso salvar os municípios e os estados brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrado. Passar a palavra à Senadora Kátia Abreu, inclusive para a leitura da sugestão oferecida pelo Senador Aloizio Mercadante, acatada por V. Exa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com relação à sugestão do Senador Aloizio Mercadante, *“a correção de valores de precatórios pendentes de pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de correção e percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios”*. Ainda com relação à outra Emenda lida anteriormente, apenas a retirada de dois termos, que não ficou adequado. A assessoria já está acabando de digitar o texto.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a todos os colegas, especialmente o Senador Raupp, por ter permitido a nossa Relatoria nessa matéria, mas dizer também da importância do Senador Renan, que colocou essa discussão aqui no Senado Federal; Senador César Borges, e especialmente ao Senador Arthur Virgílio, com a sua Emenda 04, na qual nosso relatório teve grande parte, praticamente quase todo contemplado aqui no relatório. Tenho certeza que os prefeitos do Brasil estão muito contentes, hoje, com

essa votação aqui no Senado. Agradecer o Senador Dornelles pela compreensão, por ter aberto mão do voto em separado, por compreender, assim como o Senador ACM Júnior, a importância deste momento para os prefeitos do Brasil. Apenas dois comentários para encerrar, antes de ler o último texto. Se continuássemos como estamos, a Constituição do jeito que está, o Espírito Santo, o Estado do Espírito Santo teria 109% de sua receita corrente líquida comprometida com precatórios. Talvez fosse o estado mais prejudicado do Brasil. E o meu estado, Tocantins, tem uma ação praticamente já chegando a transitado em julgado, no valor de um bilhão de reais, uma demanda da Polícia Militar do meu estado, uma demanda inclusive justa, de correção de salários, e isso representaria um terço, mais de um terço da arrecadação do Estado do Tocantins em um ano.

Então, eu tenho certeza absoluta de que os prefeitos e governadores poderão, sim, sem comprometer suas contas, suas receitas, suas obrigações, pagar suas contas com precatórios em todo o país. Apenas o texto final... Pedindo à assessoria para trazer o texto final.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Enquanto não chega o texto final, vou colocar em votação dois requerimentos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só um comentário sobre o texto final.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --A mudança do índice, além do corpo principal, tem que também incluir os Atos e Disposições Constitucionais Transitórias, como é o caso do Art. 97, § 1º, II. Tem que alterar também para dar homogeneidade no texto.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Acho que V. Exa. podia por em votação os requerimentos enquanto a Senadora acerta o texto final.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento: "Sr. Presidente, requeiro, com amparo no Art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para tratar da atual situação financeira dos municípios brasileiros em face da crise econômica mundial em curso. Protesto, na oportunidade, por ulterior indicação de depoentes a fim de que o rol possa ser ajustado pelas lideranças partidárias nessa Casa", Senador Aloizio Mercadante, em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria, não sei se seria possível, acrescentar nessa Audiência Pública, eu gostaria de sugerir um nome para avaliação dos Srs. Deputados, do Deputado Federal Democrata do Piauí,

Júlio César. Ele tem sido uma referência na Câmara Federal, ao longo de anos e anos, em estudos com relação ao FPM e o FPE. Tem colaborado com todos os Deputados, de todos os partidos, e eu acharia da maior importância que ele pudesse vir aqui colocar os seus conhecimentos e fazer essa apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A indicação de V. Exa. será considerada.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): No mesmo sentido, eu recomendo que se acate o nome de outro especialista na matéria, que é o Deputado Luiz Paulo Vellozo Lucas, que preside o Instituto de Estudos do PSDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Será também acolhido.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu só queria ponderar que a gente não fixasse nenhum nome nesse momento e que fossem encaminhados os nomes à Presidência e que, de comum acordo, depois estabeleceria--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já fiz as anotações, mas outros poderão indicar também, ulteriormente. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento. Senador Romero Jucá. "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instrução do PLS nº. 203/2001. Para isso, devem ser convidados representantes dos seguintes setores: Ministério das Cidades, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, ABRAMET – Associação Brasileira de Medicina de Trânsito, Associação Nacional de Transportes Públicos, Entidade Nacional dos Mototaxistas, Frente Nacional de Prefeitos. Em discussão. Com a palavra, o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu... Lógico que eu não vou fugir do debate. Acho que é importante que tenhamos uma Audiência Pública até para dirimir algumas dúvidas. Agora, Sr. Presidente, esse projeto, ele é antigo, esse projeto já foi discutido, esse projeto já foi aprovado no Senado, esse projeto foi... Teve modificações na Câmara dos Deputados, retornou para cá... Nós estamos tentando construir, apresentamos o nosso projeto, há aqui um pedido da Senadora Serys, nós estamos tentando construir aqui um relatório que seja um relatório de consenso. E, de repente, uma Audiência Pública agora, Sr. Presidente, eu fico preocupado que daqui, a pouco,

nós vamos ter aqui tantas audiências públicas que não vamos conseguir resolver esse problema, que é muito grave. Hoje, lá na capital do meu estado, nós estamos tendo um problema lá de mototaxistas com os taxistas muito grave, Sr. Presidente. Então, acho que nós temos que resolver isso, eu acho que nós temos que dar um fim, nós temos que regulamentar esta profissão. Então, eu faria um apelo a V. Exa., que tem dado, assim... Cumprimentar V. Exa. pela maneira que está conduzindo os trabalhos dessa Casa. Então, nós já estivemos, em outras ocasiões, em outras comissões, audiências públicas que já deixamos praticamente agendado no calendário pronto para que tenhamos rapidez. Então, eu faria esse apelo a V. Exa. Se tivéssemos possibilidade de já marcar com o Senador Romero a possibilidade de sairmos já daqui com a data marcada desta Audiência Pública, sem problema nenhum. Agora, o que eu não gostaria é que postergasse esse assunto, Sr. Presidente, da maneira como que o Governo quer. O Governo não quer votar, o Governo quer postergar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, quero aqui registrar uma posição e registrar também um compromisso. Primeiro, a posição de que o Governo quer discutir essa matéria porque houve um incremento do número de acidentes de trânsito com motocicleta. O projeto, ele prevê a regulamentação de motoboys, que o Governo concorda, e quer discutir a questão de mototáxi e motocarga. O que é que eu me comprometo com o Senador Expedito Júnior? Nós vamos pedir Audiência Pública nessa Comissão. Não iremos usar de mais nenhuma... Expediente de qualquer Audiência Pública, qualquer outro tipo de recurso. Discutida a matéria aqui, nós iremos a voto com a matéria aqui, mas dentro de uma discussão com esses dados novos que o Governo gostaria de apresentar. Portanto, ficaria assim sendo esse o compromisso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, eu queria... Eu entendo a expectativa do Senador Expedito, inclusive porque esse é um instrumento que gera emprego, é muito importante em alguns estados do Brasil, tem uma presença grande nas grandes capitais, mas a Audiência Pública, para mim, não tem nenhum sentido protelatório. Acho que a audiência, para que a gente realmente se informe, porque o Brasil é muito heterogêneo. Quer dizer, tem um estudo hoje mostrando que 48% dos motociclistas sofrem aciden-

tes. O índice, por exemplo, de acidentes graves e de mortes, numa cidade como São Paulo, é uma coisa muito preocupante. Então, eu acho que serve não só para a gente regulamentar, mas também para a gente pensar medidas de proteção no trânsito para proteger esses profissionais que prestam serviços importantes e que estão totalmente expostos, hoje, ao trânsito das grandes cidades. Então, eu manteria a Audiência com o sentido, inclusive, de aprofundar essa discussão, não só resolvermos e fazermos o mais rápido possível, sem nenhum sentido de protelação da matéria.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, então, gostaria também de fazer a inclusão—

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): De sugerir...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): --Sugerir o Ministério do Trabalho também. Ou o próprio Ministro ou que viesse um representante do Ministério do Trabalho.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem uma sugestão importante, Senador, que nós conversamos--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mais alguma sugestão? Estou abrindo exceção aos senhores porque, em Requerimento, só podem falar os líderes e os autores do Requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não. É que nós pedimos vista coletiva, que foi dada aqui pela preocupação--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Estou falando como líder, Sr. Presidente, do PR.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --E já houve o projeto do mototransporte, em que o DENATRAN impediu porque não havia a tração na moto de resistência se houvesse uma brecada com a carga da traseira. Então, talvez, o DENATRAN e outros... E ter rapidez porque, não havendo reconhecimento da profissão do...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. concorda com a inclusão, Ministério do Trabalho e DENATRAN?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Concorde, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Que é uma coisa grave os acidentes e não tem segurança nenhuma--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós vamos marcar imediatamente--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de fazer um Requerimento verbal. Tem consequência com as falas ontem de diversas lideranças no Plenário e nós estamos solidários com o Senador José Agripino, com a fala do Senador Arthur Virgílio, e eu acabei de manter contato com o Ministro Tarso Genro, eu gostaria de apresentar um Requerimento verbal, convidando para uma audiência aqui o Ministro Tarso Genro e o Diretor-Geral da Polícia Federal, exatamente para tratar sobre essas questões todas que estão divulgadas pela imprensa. Não vale a pena repetir aqui, existem fatos que precisam ser esclarecidos; é preciso que sejam esclarecidos no Senado e, portanto, apresento esse Requerimento de convite ao Ministro para que ele possa vir rapidamente, o quanto antes aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): De minha parte, aceito, até porque a convocação se realizando essa convocação lá no Plenário, ele não poderia vir acompanhado na fala do Diretor Geral da Polícia Federal. Aqui na Comissão, nada impede que venham ele e o Diretor Geral. Sendo assim, não vejo que tenhamos que agir diferentemente do que fazer a composição proposta pelo líder do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, só para dizer que estamos de acordo e acho que tem uma outra vantagem, que nós podemos agilizar a vinda de S. Exa. aqui porque, no Plenário, aqui, talvez, por questões de ocupação de espaço físico, tivesse mais dificuldade. De modo que estou inteiramente de acordo, desde que seja o mais breve possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos fazer para a próxima quarta-feira. Em votação.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): A próxima quarta eu lembro V. Exa. que é véspera do feriado de Semana Santa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou em seguida. Nós ajustamos. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senadora Kátia Abreu, para a leitura do texto final.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, para complementar o § 11, da sugestão do Senador Aloizio Mercadante, a mesma descrição para a atualização monetária estará, além do Art. 100, § 11, também no § 1º do Art. 97 e, no § 12 do Art. 97. E, com relação à administração da conta específica de pagamento de precatório--

[soa a campainha]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --O texto deverá ficar da seguinte maneira: "*As contas especiais de que tratam o § 1º, II e §2º serão administradas pelo Tribunal de Justiça local para o pagamento de precatórios expedidos pelos tribunais*". Ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação o parecer que conclui pela rejeição das Emendas nº. 02 e 03 de Plenário e pela aprovação parcial da Emenda nº. 04 de Plenário, na forma da subemenda, que apresenta unificando o texto, conforme disciplina o § 6º do Art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal, com as sugestões do Senador Aloizio Mercadante e as alterações lidas pela Sra. Relatora. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será endereçada ao Plenário imediatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só pela ordem.

[palmas]

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não pode haver manifestação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só... Posso, por favor, será que depois o senhor mandaria o texto final para o gabinete pra gente--

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mandaremos todo o texto.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero comunicar à imprensa, que solicitou essas lâminas, essa apresentação, que nós vamos fazer apenas a modificação com relação à correção dos precatórios e poderá conseguir, no meu gabinete, com o Coutinho ou o Reginaldo, por favor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Questão de Ordem. Eu queria propor que fosse mantido... Estou vendo os Senadores se levantarem, que seja mantido o item das organizações criminosas, que estava em Plenário ontem, para a gente tentar votar ainda hoje, se possível.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós vamos votar ainda hoje organizações criminosas e o fim da prisão especial para

todas as autoridades. Peço aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que permaneçam.

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES

TORRES (DEM-GO): Em discussão. Mercadante. Projeto de Lei do Senado nº. 150/2006, não terminativo: “Dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências”. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relator, Senador Aloizio Mercadante. Pela aprovação das Emendas 37, 38 e 39, de autoria do Senador Romeu Tuma, aproveitando a oportunidade, outrossim, para retificar, no parecer nº. 1094/2007, a referência ao parágrafo modificado no Art. 2º, por força da subemenda CCJ Emenda nº. 26, Plenário, de autoria do Senador Marconi Perillo. Na verdade, o dispositivo alterado pela subemenda é § 1º e não §2º, como consta do referido parecer. Observação: Em 1º de abril de 2009, foram recebidas Emendas nº. 37, 38 e 39, de autoria do Senador Romeu Tuma. Aviso ao Senador Aloizio Mercadante que pedirei vista do processo. Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Bom, se há um pedido de vistas, eu... Nós não vamos conseguir votar hoje. Eu só quero informar aos Srs. Senadores e Senadoras qual é a natureza da divergência. Há um grande acordo em torno desse projeto. Esse projeto, ele estabelece uma sintonia entre a legislação brasileira e a Convenção de Palermo da ONU sobre as organizações criminosas transnacionais. Então, nós estamos tipificando as organizações criminosas; todos os crimes que vão agravar as penas dos indivíduos que participam dessas organizações; o projeto prevê todos os instrumentos do Poder Público de combate a essas organizações, facilitando, inclusive modernizando infiltração de agentes e outros procedimentos; há também um agravamento da pena quando há criança ou adolescente envolvidos nessas organizações. Então, eu entendo que é um projeto... Uso de videoconferência no processo. É um projeto bastante abrangente, bastante moderno e há uma grande sintonia. Há uma divergência, que é uma divergência permanente nesta Comissão, e uma divergência que nós precisaremos, em algum momento, aprovar uma Lei Complementar para resolver de forma definitiva essa questão, que é a competência do Ministério Público e a competência da polícia judiciária no processo de investigação. Então, a emenda do Senador Romeu Tuma restabelece a direção do processo, do ponto de vista do Delegado ou da polícia, como responsável pelo inquérito. Senador Demóstenes, no texto inclusive original, essa definição não está tão nítida entre o inquérito e a ação penal, entre a Polícia Civil e o Ministério Público. De qualquer forma, eu acho que nós não deveríamos

debater o mérito agora, há um pedido de vistas, eu aguardarei, portanto, para fazer a apresentação do relatório numa outra... Na próxima Sessão, nós poderíamos debater.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa. Só um minutinho?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Passo a Presidência ao Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior para poder fazer o debate.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vai ter debate ou vai ter vistas?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não é melhor deixar esse debate para a próxima Sessão? V. Exa. vai apresentar o voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas, para pedir vista, eu tenho que deixar a Presidência.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim. Mas só estou ponderando se nós vamos fazer o debate agora ou vou ler o relatório. Caso contrário, aguardarei para fazer o debate na próxima Sessão. Só estou informando aos Senadores o que ocorre.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É para pedir vistas. Só para dizer que essa matéria, inclusive, o Supremo Tribunal Federal decidiu há duas semanas--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem três ADINs.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Cinco votos a zero.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem três ADINs ainda em julgamento. Eu já li esse texto--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, mas por cinco votos a zero. Como é que nós vamos justificar a comunidade internacional que o Ministério Público não pode investigar crime organizado?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, apenas... Porque, quando a Polícia Federal... Quando eu ingressei na direção da Polícia Federal, tinha a investigação preliminar, em que o Delegado tinha autoridade de abrir, investigar e até arquivar. O Ministério Público reclamou que tinha que ser próprio de um Inquérito Policial. Por quê? Porque tinha o acesso, e, agora, o Supremo deu obrigatoriedade de o advogado ter vista ou acesso às informações. Se continuar surgindo novamente uma investigação... Não estou dizendo, entrando no mérito que o Ministério Público--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já é assim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, mas está aqui. Na investigação, não põe Inquérito Policial.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Claro. Inquérito Policial é competência exclusiva da polícia. Quem pode presidir--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, não é exclusivo. Porque tem CPI, tem--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não. Inquérito Policial.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Inquérito Policial, sim, é exclusivo. Mas está ali falando em investigação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Investigação--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estou pedindo para substituir investigação por Inquérito Policial.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Claro. Por quê? Porque aí exclui o Ministério Público. E nós não podemos excluir o Ministério Público--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, não exclui o Ministério Público porque, se ele... Se ele é o fiscal da lei, ele tem o poder até de rejeitar o inquérito.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, sim. Mas ele pode investigar. E o Supremo decidiu... Há duas semanas, o Supremo decidiu por cinco a zero que pode investigar. Então, nós temos que largar disso. Nós temos que pensar no Brasil. Por exemplo, TCO. Por que é que a Polícia Militar não pode fazer a TCO? O que é que isso tem a ver? "Ah, vai diminuir o poder da Polícia Civil?"

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, não é diminuir. Você tem que concentrar--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, tem que... Olha, isso já está decidido. Se nós ficarmos nesse tipo de briga, o Brasil não vai adiante. Se nós ficarmos... O Ministério Público agora quer adicional de tempo de serviço. Magistratura quer adicional por tempo de serviço em cima de subsídio. Nós vamos atender?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E a não decisão das ADINs que entrou em encaminhamento... É preferível que o Tribunal rejeite.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se for investigação... Inquérito é forma de investigação. Se colocar a palavra inquérito, e o Supremo vai decidir pela inconstitucionalidade, acabou. Se colocar investigação e o Supremo decidir... Não vai decidir. Mas, se ele decidir que investigação é só polícia judiciária é que pode fazer. Acabou. Investigação passa a ser entendido como o Supremo decidiu. Agora, tirar o

Ministério Público de investigação de crime organizado... Ah, tenha paciência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas ela não sai da investigação. Pelo contrário, quem requisita diligência, quem rejeita o que o delegado faz, porque, senão, a gente perde a qualidade--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, vou ler o que a Ministra Ellen Grace disse--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu li, eu li. Já li, Senador--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, mas só para dizer o que disse ela, acompanhada por outros quatro Ministros. "*Ora, é princípio basilar da hermenêutica constitucional o dos poderes implícitos, segundo o qual, quando a Constituição Federal concede os fins, dá os meios. Se a atividade-fim, promoção da ação penal pública foi outorgada ao parquet em foro de privatividade, não se concebe como não lhe oportunizar a colheita de prova para tanto, já que o Código de Processo Penal autoriza que peça de informação embase a denúncia*".

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas, no Inquérito Policial, o promotor pode pedir--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. No Inquérito Policial, é só Delegado de polícia.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, mas ele pode intervir, pedir diligência...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, claro, mas isso é outra coisa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor pediu vista?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pedi.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vou esperar. Ou vai votar agora?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, só... O Senador Demóstenes, ele se apaixonou tanto por essa causa que tem militado--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Também sou favorável ao Ministério Público.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --com muita competência, mas eu queria ponderar o seguinte: se eu realmente tivesse a segurança da decisão do Supremo, evidentemente daria parecer contrário às emendas. Mas, mesmo essa decisão da Ministra Ellen, ela diz: "Apesar de não haver, até a presente data, um pronunciamento definitivo do Pleno do Supremo...". E, aí, no caso específico, ela autoriza o colhimento de duas provas para o movimento probatório e rejeita o pedido de *habeas corpus*. É um caso específico. Então, não há uma decisão terminativa que eu acho que--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Há uma decisão terminativa--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Sobre caso específico. Mas nós temos também a decisão--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Cinco Ministros, mas, do outro lado, já tem outros três ministros que votaram favoravelmente. Então, são oito votos; cinco nessa causa e três em outra--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Num caso específico.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sim. Mas é isso mesmo. O Ministério Público tem que investigar em casos específicos mesmo. Vai investigar furto?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Deixa eu só... A causa, eu acho, definitiva sobre essa matéria é uma ADIN que a Depol e outras instituições apresentaram--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Aí, o que vai acontecer? Não vai votar. O Brasil vai ficar continuando devendo uma matéria sobre a lei do crime organizado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Um minutinho. A paixão é tanta que ele não deixa nem a gente falar. Você viu como é, Presidente? Ele está tão envolvido que ele não deixa a gente falar. O objetivo, evidentemente, não é... Nós temos que combater as organizações criminosas e queremos fazer da melhor forma possível. E o Ministério Público tem um papel fundamental. Ele pode pedir... Colher provas, ele pode solicitar, através do Delegado que preside, na fase do inquérito, o processo. Na ação penal, ele restabelece os encaminhamentos que forem necessários.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Senador, o senhor vai tirar investigação do Ministério Público no crime organizado?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Eu só quero dizer que a Constituição brasileira define o papel e a competência específica de cada uma das instituições. A Lei Orgânica do Ministério Público, não há um momento que estabeleça essas condições.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Não é verdade.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Então, me diga qual é o artigo... Eu tenho uma Lei Orgânica do Ministério Público em mãos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Então, me dê aí, e vou lhe mostrar imediatamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Eu tenho o artigo--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Repete inclusive a Constituição. Olha aqui. Pegue aqui o art. 129, da Constituição Federal. Art. 129, inciso VI: "*São funções institucionais do Ministério Público: expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los na forma da lei*". Então, veja só, procedimentos--

[falas sobrepostas].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Existem duas leis. A Lei Complementar 75, está aí, repete esse texto. É igualzinho. E a Lei 8625, que trata do Ministério Público Estadual. Repete o mesmo artigo da Constituição.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas é o inquérito civil.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Não, senhor. Que isso? Inquérito civil... Veja, V. Exa., que o inquérito civil é tratado no inciso III. "*Promover o inquérito civil e a Ação Civil Pública para proteção*". E aí vai. No inciso VI: "*expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência*", que o Supremo acaba de decidir por unanimidade na Câmara.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Presidente...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu acho que nós deveríamos aproveitar o pedido de vistas do Senador Demóstenes e aí podemos sentar e--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Me dê o aparte, só para eu concluir. Eu dei o aparte, só quero concluir. Do art. 6º ao 9º, da Lei Orgânica do Ministério Público, não me parece que haja essa competência. De qualquer forma, esse é um grande debate. Acho que devíamos marcar para a próxima Sessão, vamos aprofundar e vamos ver inclusive se a gente constrói um caminho que, mais uma vez, a gente não delegue à justiça aquilo que é a nossa competência, que é legislar. Então, vamos legislar. Vamos resolver essa questão de forma definitiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): É... Exatamente, a sugestão minha é que, aproveitando--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Mas eu acompanho a demanda da Polícia Federal e das associações de polícia do Brasil inteiro, nessa matéria, porque entendo que a Lei Orgânica do Ministério Público e a Constituição falam numa Lei Complementar específica, que nós não temos disponível. E por isso só a ADIN poderia dirimir isso. Enquanto isso não for feito, nós manteremos--

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): A minha sugestão é que, aproveitando o pedido de vistas do Senador, do Presidente Demóstenes Torres, é que nós pudéssemos sentar e discutir essa matéria até a próxima semana.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Volte à presidência.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Projeto de Lei do Senado, nº. 150/2006, não terminativo... Emendas de Plenário nº. 02 a 07, oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara, nº. 111/2008, não terminativo. "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº. 3689, de 03 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares e dá outras providências". Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Passo a palavra ao Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior, para que eu possa fazer o relatório.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com a palavra o Senador Demóstenes Torres, Relator desse projeto.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, esse é um projeto que ele trata da reordenação das medidas cautelares processuais penais. Nós já discutimos isso aqui. E a matéria foi a Plenário, recebeu praticamente um substitutivo do Senador Renato Casagrande. Eu rejeito o substitutivo por um motivo muito simples. Seria até uma desconsideração da nossa parte, nesse momento, votar a sugestão dessa Comissão de notáveis, que foi composta para que o Código de Processo Penal fosse reestruturado.

Então, vamos deixar que eles concluam a proposta como um todo, e a matéria virá à nossa consideração. E a proposta é basicamente também a que nós estamos aprovando. O Senador... A Emenda nº. 03, ela deve ser rejeitada por um motivo muito simples. Ela traz a sugestão de que todas as medidas, todas as prisões sejam simplesmente acabadas, sem nenhum outro dispositivo em contrário.

Então, eu rejeito as emendas e aprovo uma, no seguinte sentido: acaba com o art. 295, do Código de Processo Penal, do jeito que ele é. Tem ali sugestões para que... Sugestões, não, imposições, para que, hoje, a medida cautelar, a prisão, tenha prisões especiais, como curso superior, políticos, ministros, senadores, deputados, etc. Embora não tenha sido apresentada exatamente assim, eu fiz uma subemenda, para que fique da seguinte forma... O Senador Expedito Júnior tem até um projeto que nós iríamos votar hoje, mas

ele é terminativo, e nós não temos *quorum* para votar terminativo. Mas o projeto do senador acaba com a prisão para portador de diploma de curso superior. Esse acaba para todo mundo. Fica da seguinte forma: *"Dê-se ao caput do art. 295, do Decreto-Lei nº. 3689, de 03 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, de que trata o art. 1º, do Projeto de Lei da Câmara, nº. 111/2008, a seguinte redação: Art. 295: É proibida a concessão de prisão especial, salvo a destinada à preservação da vida e da incolumidade física e psíquica do preso, assim reconhecida por decisão fundamentada da autoridade judicial ou no caso de prisão em flagrante ou cumprimento de mandado de prisão da autoridade policial encarregada do cumprimento da medida"*.

Então, acaba-se a prisão especial por presunção. Não tem mais direito à prisão especial ninguém. Só tem direito à prisão especial aquele que o Delegado, quando cumprir o mandado de prisão, ou no auto de prisão em flagrante, entender que ele corre risco. E a prisão especial, está bem especificado, consiste em apartar o preso da cela em que ele se encontra. Não tem nenhuma mordomia, nenhuma regalia especial. Para preservar a sua integridade física, primeiro a autoridade policial. E, se for o caso, o Juiz, decretando a medida... O Juiz decretará quem deve ou quem não deve estar apartado nas celas. Então, rejeito as Emendas nº. 04, 05 e 06... Perdão. Rejeito as Emendas nº. 02, 03 e 07; acolho as Emendas nº. 04, 05 e 06 para dar essa redação definitiva. O parecer é esse, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Em discussão o parecer do Senador Demóstenes Torres.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria elogiar o parecer, esse projeto foi uma construção do Governo, da Polícia Federal, do Ministério Público, do Juiz, dos Magistrados e do Senado Federal, que aprimorou, aperfeiçoou, e é um grande avanço nessa Agenda de Segurança Pública, de aprimoramento das autoridades policiais, do Ministério Público e de um sistema prisional, que, ao mesmo tempo, seja mais racial, espero que a Câmara aprove o que nós já aprovamos, de separar os presos por grau de periculosidade, porque nós estamos tirando todas as prerrogativas de prisões especiais, mas, ao mesmo tempo, nós temos, hoje, situações em o que o chefe do crime organizado está na mesma cela com o preso primário ou no mesmo pavilhão que um preso

primário. Isso não pode acontecer. Porque é daí que nasceram as organizações criminosas, que atacam a sociedade e o avanço se deu no descontrole, na falta de disciplina, de critério e de política na gestão do sistema prisional.

Então, a separação dos presos por grau de periculosidade em quatro níveis: réus primários, reincidentes e não-perigosos, perigosos e chefe do crime organizado nos presídios de segurança máxima, tem que acompanhar a mudança que nós estamos fazendo. Caso contrário, nós poderemos agravar a situação do cidadão no sistema prisional, pela ausência completa de uma política pública nacional que discipline essa matéria. Então, eu sou totalmente favorável ao projeto, mas, mais uma vez... E peço ao Presidente da CCJ, Senador Romeu Tuma, Senador Expedito, V. Exa. que preside essa Sessão, Senador Antônio Carlos Júnior, que a gente faça uma Comissão dos nossos Senadores da Comissão de Constituição e Justiça, uma visita ao Presidente da Câmara, para pautar aqueles projetos da Segurança Pública que nós fizemos, ainda no tempo de Antônio Carlos Magalhães, e V. Exa. não estava aqui, mas acompanhou, onde todas essas contribuições foram oferecidas ao Brasil, estão na Câmara, e elas fazem parte desta política, porque este avanço, sem aquilo, não é um bom caminho. Com a separação dos presos pelo grau de periculosidade, é o melhor caminho para o sistema prisional. Acabamos com os privilégios, mas não vamos contaminar quem é o réu primário, quem cometeu um delito grave, com o chefe do crime organizado, que nós sabemos aonde isso vai dar. Muito obrigado.

[interrupção no áudio].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Demóstenes Torres porque ele elaborou esse relatório, esse projeto com muita cautela. E acabar com privilégios. Eu acho que todos têm direitos e responsabilidade perante a lei, pouco importando a sua condição financeira, a sua condição de trabalho. E a preservação da vida humana, que eu acho muito importante esse segmento. Se o senhor viu o Fantástico do último domingo, o assassinato de um preso dentro do presídio, em que, por qualquer negativa... O chefe de uma unidade da quadrilha. Então, foi assassinado porque não cumpriu qualquer palavra.

Então, eu acho que V. Exa., ao delegar à autoridade competente, que deve preservar a vida separando o preso, que não é um privilégio, é uma separação do preso, e acho que o Mercadante tem razão da qualificação dos presos pela periculosidade e pelos antecedentes criminais. Quero cumprimentar V. Exa. e encerrar essa Sessão com o registro favorável à V. Exa.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu quero também cumprimentar o Relator, o Presidente, Senador Demóstenes Torres, e dizer que um dos primeiros projetos que foi apresentado a esta Casa, no que trata sobre a questão de prisão especial, foi um projeto de nossa autoria. Eu, quando cheguei aqui no Senado, apresentei esse projeto. Não foi possível nós... Esse projeto ter sido votado ainda aqui nessa Comissão. O Senador Valter era o Relator, não concluiu o seu relatório, e eu faço um apelo aí a V. Exa. Ontem, falei com o Senador Demóstenes, e que, de repente, seria até possível, de repente, incluí-lo. Já que as matérias são correlatas, incluí-lo no relatório do Senador Demóstenes, mas há um acordo aqui do Presidente de que, assim que tenhamos *quorum*, ele vai colocar, ele mesmo vai relatar esse nosso projeto. Então, de maneira que eu gostaria de cumprimentar o Senador Demóstenes, eu acho que nós temos que acabar mesmo com essa questão de prisão especial; nós temos que acabar com os privilégios que alguns têm, em detrimento da maioria.

Então, não poderia deixar também, já de encerrar a Sessão, de cumprimentar aí o nosso Relator, o Senador Demóstenes, esperando que este compromisso de votar este nosso projeto, que foi um dos primeiros projetos apresentados nessa Comissão, seja feito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu também gostaria de cumprimentar o Senador Demóstenes Torres pelo relatório e acho que é um anseio de todos nós o fim da prisão especial. Acho que todos nós estamos de acordo. Eu acho que isso vai ter um reflexo importante, junto, inclusive, à população, porque realmente o privilégio é discriminatório e não se justifica em... Até em crimes hediondos, você pode ter prisão especial. Isso realmente não se justifica. Então, eu parabenizo aqui o Senador Demóstenes Torres e vou colocar em votação o parecer. Os Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa. encerrou a Sessão?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Não, porque vamos para uma outra parte da Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com a palavra o Presidente Demóstenes Torres.

[troca da presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES

TORRES (DEM-GO): Na terceira parte dessa Sessão, eu chamo, para que possam fazer suas exposições, ainda no projeto sobre cotas sociais ou cotas raciais, o PLC nº. 180, os Srs. Amaro Lins, José Roberto Pinto de Góes e Ismael Cardoso, para que possam fazer as suas exposições... Nós vamos combinar, como fizemos das outras vezes, a palavra inicial por 10 minutos. Mas, em havendo necessidade, eu prorrogo. Com a palavra, inicialmente, o Sr. Ismael Cardoso, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Inicialmente por 10 minutos, mas, havendo necessidade, eu prorrogarei.

SR. ISMAEL CARDOSO: Boa tarde a todos e a todas. É uma pena ter dado essa atrasada aí na audiência, que acaba que a gente... Tinha muito estudante aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES

TORRES (DEM-GO): Mas o Brasil está ouvindo.

SR. ISMAEL CARDOSO: O Brasil está ouvindo. Teve que sair. Bom, eu tinha preparado alguma coisa para falar aqui, mas, no decorrer do debate que houve mais cedo com o Ministro Edson Santos, eu acabei repensando, porque acabaram aparecendo questões que eu acho importante a gente abordar.

Antes disso, na verdade, dizer que, só de chegar até aqui, só de hoje a sociedade brasileira ter como consenso de que a cota social é algo bom, já é um grande avanço. Porque nós não tínhamos isso até a UERJ implementar esse projeto em 2001. Essa é uma bandeira que ela começou no movimento estudantil em 95, ou seja, mais de 10 anos atrás, que se acumulou o movimento negro, vem há mais tempo, discutindo políticas afirmativas, não dessa maneira como está hoje, mas já discutia a política afirmativa e, em 2001, a UERJ teve a primeira experiência. Naquele momento, muito se falou de se criar um preconceito às avessas, com essa questão da reserva de vagas e posteriormente da cota. E hoje nós chegamos num momento de vitória do movimento social e eu precisava dizer isso, que eu acho que ninguém disse isso. O movimento social já conquistou uma vitória, que é convencer a sociedade de que a cota social, ela não é um preconceito às avessas. Ou seja, ela não é um privilégio; ela é uma necessidade histórica.

Agora, se coloca um outro problema dentro dessa cota social que tem sido discutido e tem sido pauta dessa Comissão e tem sido a maior polêmica dessa Comissão, que é a questão racial. E aqui foi debatido isso. Ou seja, a cota social claramente tem sido o consenso e os Senadores e Senadoras e a sociedade tem debatido mais se é viável ou não a cota racial, ou seja,

a indicação... Racial e indígena, que o IBGE apontaria. Bom, o primeiro argumento de ser contra a reserva de vagas nós vencemos, de que o estudante de escola pública não teria a capacidade de acompanhar o estudo da universidade pública. Isso não é verdade. As experiências já provaram. Depois surgiu um segundo argumento, que era de você criar um Brasil em guerra, entre raças, né? Um Brasil em guerra. E as 33 universidades brasileiras, que tem cotas raciais, provaram ao contrário. Provaram que esse Brasil não existe. Que a cota racial, ela não criou nenhum tipo de, digamos assim, confronto entre brancos e negros dentro da universidade. Então, isso foi outro argumento derrubado com a prática, que os movimentos sociais apontaram e que foi vitorioso. E surgiu aqui um outro argumento, para se colocar contra, que são argumentos que eu respeito. Vou deixar bem claro, são argumentos dos Senadores e das Senadoras que devem ser respeitados, mas que eu particularmente não concordo, que é o argumento de que você ter uma cota racial você diferencia o pobre branco do pobre negro. E o pobre branco e o pobre negro são iguais.

Bom, é nesse ponto que esse último argumento, que eu acho que sobrou para se colocar contra a cota racial, que eu queria, assim, um pouco abordar. Voltando um pouco mais atrás, quando a gente fala desse negócio de cota racial, de raça, não tem como a gente não falar do Darcy Ribeiro, que foi quem mais debateu, quem mais, enfim, construiu no Brasil, eu acho, essa discussão das raças, da formação do povo brasileiro. E o povo brasileiro, ele, historicamente, ele foi formado para ter vergonha de referenciar suas origens. Origem escrava e negra. Ele foi criado para isso. Foi historicamente formado para isso. Porque o negro sempre foi colocado na sociedade de maneira mais rebaixada. E o índio também, um dado período. Bom, assim que aqui aportou a nau portuguesa e que se começou a colonizar o país, a relação, ela era mais de português com índio. Aqui ainda não tinha chegado o negro. E essa relação do português com o índio gerou um povo também. Só que esse povo, ele não era aceito pelo português que aqui estava, porque ele nasceu no Brasil e não na Europa e porque ele não era branco. Mas ele também não queria ser índio porque ele não se assumia enquanto tal. Porque ser índio, naquele momento, era algo rebaixado. O índio era o escravo. Então, nasceu aí um... Como dizia o Darcy Ribeiro, um Zé ninguém. Aonde ele vai se achar no Brasil? Nós vamos chegar lá. Então, essa é a primeira parte. Essa é a primeira formação de parte da grande maioria do povo brasileiro. Bom, o português não conseguiu, em certa medida, escravizar da maneira que queria o índio. Porque era daqui da terra e, para ele,

era mais fácil até fugir. E, com o negro, o processo foi muito mais cruel, porque eles foram lá na África, em outro continente, e trouxeram o negro para cá, enfim, nos navios negreiros, de maneira muito precária; o negro chegava aqui, jogava-se um balde d'água nele e levava para o mercado para vender porque não era ser humano. E, nesse navio, vinha, a cada cinco negros, uma crioula. E uma crioula, uma, duas, de 10, 11, 12 anos de idade. Só que era crioula, ela não era para o negro que vinha, ela era para o dono da casa grande. Ela era para o sinhozinho ou para o capitão-do-mato. E essa formação dessa crioula, essa relação dessa crioula com esse capitão-do-mato, com esse senhor da casa grande formou também uma outra... Formou uma outra população também, o mulato. Só que esse mulato, ele não é aceito na casa grande porque ele não é da casa grande, ele não é branco e ele não é europeu. Então, portanto, ele está fora da casa grande. Mas ele também não poderia ser escravo porque para ele, ser escravo, é ser algo rebaixado.

Então, o que é isso? Então, esse Zé ninguém, filho do índio com o português, com esse Zé ninguém, filho da crioula com o senhor da casa grande, é que forma grande parte da sociedade brasileira, uma sociedade que busca a sua identidade, que busca a sua identidade e que, por isso, foi alijada e marginalizada.

E eu vou cortar um espaço grande de tempo, porque o tempo é curto, para a gente chegar nos tempos atuais. Então... Ou seja, o negro viveu, durante muito tempo e vive hoje ainda, o índio também vive, mas esse foi dizimado praticamente, ou seja, a população foi reduzida em grande parte pelo... Enfim, pelas caçadas que tinham contra o índio, no Brasil Colônia, e o negro foi sobrevivendo como escravo, sendo trazido da África e sendo escravizado aqui. Isso tem reflexo na sociedade, e nós não podemos negar isso. Tudo que a história constrói tem reflexo na contemporaneidade. E o fato de o negro ter sido escravo, ter sido subjugado, ter sido algo menor, em algum momento da história do país nem ter sido ser humano, não era considerado ser humano, não tinha alma, isso reflete na sociedade brasileira.

E o que acontece hoje é que esse negro, na escola pública, ele também sofre preconceito. Também sofre preconceito. E por isso eu queria abordar isso. Ou seja, o pobre branco e o pobre negro, na escola pública, também se diferenciam. Nós não podemos negar isso porque o negro e o pardo, e tem uma pesquisa do IBGE, eu estava conversando com o pessoal da imprensa ali, que depois que começou a ter cota racial, o número de pessoas que se assumem enquanto negro aumentou. Quer dizer, não é que são espertos, não. É que começaram a ter orgulho de se assumir

enquanto tal. Porque perceberam que se assumir enquanto negro era algo de bom e não algo ruim. Não era algo que o excluía. O que acontece hoje na escola brasileira é isso. Quando o cara se assume enquanto negro, como ele se assume enquanto descendente, como afro-descendente, ele sofre preconceito, sim. Eu venho de escola pública e conheço bem como é essa questão.

Então, o Brasil, ele... O Ministro estava aqui mais recentemente e falou que aqui no Brasil não teve *apartheid*. Ele tem razão. Não teve nos moldes que a gente conhece. Mas o *apartheid* brasileiro, assim como diversas coisas no Brasil, foi muito mais silencioso. Muito mais silencioso. Ele aconteceu nos porões, ele aconteceu na senzala, não houve o confronto direto, mas ele aconteceu e vem acontecendo, nas favelas, vem acontecendo no acesso à universidade, porque hoje, na universidade brasileira, não chega a 15% o número de negros na universidade, são 14,38, dados de 2007, do IPEA. Então, essa discussão. Então, só em 95, com os 300 anos que o movimento negro foi para a rua para reverenciar a luta de Zumbi dos Palmares, que em 95, tinha completado 300 anos de sua morte, que o Governo Brasileiro, ou o Presidente da República, na época, Fernando Henrique Cardoso, tinha assumido essa questão, tinha dito: "Não, no Brasil, existe racismo, existe preconceito racial". E esse preconceito tem alijado uma parte da sociedade brasileira e tem marginalizado ela. Tem excluído ela de bens econômicos e culturais muito importantes. Então, verificou-se que tem. E, a partir desse momento, o movimento negro, o movimento estudantil começou a discutir que soluções nós poderíamos construir para isso, as políticas afirmativas para se construir essa compensação. Então, ou seja... E, no próprio Direito, o Ministro da Educação inclusive disse isso, ou seja, o preconceito positivo, ele é legal, porque ele visa reparar um problema que teve anteriormente, de um problema de desigualdade.

Então, portanto, essa questão do negro é emblemática. Nós não podemos negar. Então, o problema da raça no Brasil, que nós debatemos aqui, isso foi semana passada ou semana retrasada--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): [ininteligível] mais quatro minutos.

SR. ISMAEL CARDOSO: Mais cinco minutos, para concluir. Mais cinco minutos. Ele foi... Acho que a prática derrubou isso, porque, hoje, são 53 universidades que têm políticas de acesso à universidade, afirmativas, e 33 são cotas raciais. Essas 33 de cotas raciais provaram que o negro, ele conseguiu ter acesso à universidade, ou seja, mudou a característica da universidade, diversificou a universidade. E o melhor

ainda, que eu acho que nós devíamos debater também, discutir a questão de se assumir enquanto tal. Essa questão de você construir uma política pública afirmativa, para o negro se assumir enquanto negro, muda a realidade da universidade brasileira e não só a realidade da universidade brasileira, muda a realidade de todo o país. Veja, você tem cota para empresa. Você tem cota para emprego, você tem cota para deficiente, para negro, para uma série de questões para o cara trabalhar. Então, o cara, para trabalhar, para ser mão-de-obra barata, pode ter cota. Agora, para ter acesso a um bem cultural de alto nível, que é a universidade pública brasileira, não pode ter cota. Essa é a questão que está colocada aqui, que nós precisamos debater. A cota racial, ela não é um privilégio, ela é uma reparação histórica. Isso que eu queria dizer.

Então, assim, só pra finalizar e depois a gente vai para o debate, sobre essa questão das universidades. A ANDIFES debate isso também, que é a questão da autonomia. As universidades tem implementado isso, tem implementado. Estava debatendo com o professor Amaro aqui a opinião da autonomia universitária, que deve ter, ou seja, a universidade deve debater essa autonomia, deve ter essa autonomia. Agora, a universidade, ela, acima de tudo, serve à nação. Ela não está descolada dela. E pelo fato de ela ser extremamente elitizada, ela, às vezes, toma decisões descoladas da vontade da maioria da população brasileira. É isso que está colocado. Então, a USP é isso, é um grande bolsão que a USP criou hoje, que hoje você pega na USP e você não tem praticamente negro. Ou você não tem praticamente pobre na USP. Já que a gente está debatendo também cota social aqui, que é o mais consenso. Não tem. Por quê? Porque aquela universidade, historicamente, foi construída de maneira elitizada, e as políticas que são formuladas lá são políticas formuladas para o benefício de uma elite e não para o conjunto da população brasileira. A universidade pública tem que servir à população brasileira.

Então, portanto, essa linha, esse equilíbrio entre autonomia e servir a vontade da população brasileira é algo muito delicado, que nós precisamos debater, mas que são medidas administrativas, que não podem impedir uma aprovação de um projeto tão benéfico como esse, que já se provou, na prática, que dá certo. Ou seja, a primeira experiência foi em 2001, nós estamos finalizando ela agora. Estamos em 2009. E as pesquisas mostram que ela foi benéfica, não prejudicou a qualidade da universidade, muito pelo contrário, fez ascender, no extrato social, uma população que estava marginalizada, que era a população negra e a população parda.

Então, nesse sentido, a UBES defende, sim, a cota social, mas, acima de tudo, defende que é possível, num prazo de 10 anos, como tem no projeto, para a gente depois avaliar, que é interessante que você tenha indicações de cotas para os negros e para os índios que são, sem dúvida, mesmo aonde é a escola pública, onde você tem branco pobre e negro pobre, também tem diferenciação e também tem preconceito racial com essa... Com esse setor da sociedade brasileira. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Convido o senhor, o Dr. Renato Ferreira, pesquisador do laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, LPP – UERJ, para que tome assento na Tribuna dos Senadores e já possa imediatamente usar da palavra por 10 minutos. Se puder apagar a luz, fica melhor.

DR. RENATO FERREIRA: Muito boa tarde, senhores e senhores do Senado, Senador Demóstenes, agradeço muito a oportunidade. Eu estou aqui para trazer uma pesquisa que aponta o estado da arte da introdução de políticas afirmativas nas universidades. Vou procurar me ater à discussão dos dados que estão colocados para o Brasil, ou seja, as universidades públicas que adotaram, que não adotaram políticas de ação afirmativa, os seus... Os seus percentuais, enfim, como que esse processo de inclusão, que está ocorrendo hoje no ensino superior, ele está se desenvolvendo, de maneira que já houve muita discussão sobre mérito. Me parece que, pelo que eu venho acompanhando há anos, desde quando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro adotou a primeira política de ação afirmativa, as opiniões se debatem em saber se há necessidade de adotar para além da política de ação afirmativa social com corte racial. Parece-me que esse é o ponto nevrálgico da questão, e eu venho apresentar as discussões que são estabelecidas.

Quando a discussão é sobre política de ação afirmativa, política de inclusão no ensino superior, geralmente os debates que são travados são esses debates sobre dignidade da pessoa humana, redução das desigualdades, a Constituição do art. 5º da Constituição, igualdade perante a lei, o art. 215, ali, a valorização da diversidade étnica, a questão da autonomia universitária, que também está sempre presente no debate, e a questão do mérito. Eu não vou tecer muitas considerações sobre esses pontos, até pelo tempo, que é escasso, mas eu gostaria de dizer que há um debate francamente constitucional sendo travado aqui, e é bom que isso seja muito bem colocado porque estamos numa CCJ.

Então, me parece que o sentimento constitucional, ele é muito arraigado nessa discussão. E acho que

a Constituição da República, desde 88, coloca para a sociedade brasileira princípios que são aí fundamentais e que estabelecem diretrizes para o Estado Brasileiro. Então, é um assunto republicano. Se há uma questão republicana para ser discutida, é essa a questão. Nesse sentido, se nós temos uma Constituição que aponta para a redução das desigualdades, as políticas de ações afirmativas podem contribuir, e aí eu faço questão de colocar um ponto, não como a política, mas como uma das políticas. Elas podem servir, num cabedal de outras políticas que podem ser feitas, como a melhoria do ensino fundamental, a melhoria do ensino médio, sobretudo da escola pública básica, como uma política que vai acrescentar. É essa a ideia principal. É muito ruim o debate, quando ele é feito marcadamente sobre a questão da cota racial, porque parece que a gente fica discutindo só cota racial e que as outras coisas, como o FUNDEB, por exemplo, não são importantes. É muito ruim esse debate quando ele começa e termina dessa forma. A política de cotas, pelo que a gente vem acompanhando, é uma das políticas no contexto da reforma da educação superior como um todo, e não a única política. O próximo, por gentileza.

Então, quando se adotou a política de ação afirmativa, lá, desde o Rio de Janeiro, os debates eram mais ou menos em torno de algumas questões que nós pontuamos nessa pesquisa. Uma amostra que nós fizemos, com professores de universidades que adotaram política de ação afirmativa, para saber desses profissionais, o que estava acontecendo nessas universidades. Então, a opinião dos docentes buscou constatar o que os professores que estão dando aula para estudantes que entraram no sistema de cotas pensam sobre esse assunto. E ali ficou nítido que 74% dos professores tem o desempenho dos alunos quotistas como bom desempenho. Quatro em cada cinco professores entenderam que a universidade deve refletir a diversidade étnico-racial do seu estado. Por quê? Porque um dos argumentos levantados era que a política de cota iria cindir o país entre negros e brancos. Então, nós perguntamos para os professores se eles estavam vendo isso ocorrendo nas suas salas de aula. E a maioria dos professores disse que não. É importante pontuar isso como um dos argumentos que foram levantados contrários. Uma outra questão, 77% dos entrevistados entenderam que as relações raciais permaneceram inalteradas com a adoção das cotas raciais.

Então, a gente percebe que há uma simbologia muito grande em torno da discussão, há uma mitologia muito grande que quer considerar que a política de ação afirmativa vai trazer o racismo para dentro das instituições de ensino superior, vai trazer o racismo

acirrado para dentro do Brasil. Ora, eu respeito quem entende assim, não é o pensamento, mas eu respeito quem entende assim. Acho que tem todo o direito de entender assim. Mas acho que nós temos desigualdades para serem enfrentadas que não são compatíveis com a Constituição, sejam as desigualdades, o Estado Brasileiro tem que atuar, tem que intervir. Nós não podemos ser cegos às desigualdades raciais, a essa quadra histórica, tendo uma Constituição tão generosa nesse sentido, tão... Que permite tantas possibilidades e, sobretudo, tendo tratados internacionais, convenções internacionais que permitam que a República Federativa do Brasil avance. A essa quadra histórica querer introduzir a discussão, dizendo que vai criar o acirramento, é deixar de lado pesquisas como essa. Acho que, para levantar uma situação de que se vai criar ódio racial, teria que ir às instituições, como nós fizemos, e perguntar para os discentes e para os docentes se está ocorrendo isso. E os dados que nós temos apontam que não. Próximo, por favor.

Então, uma outra discussão também que se travou, que é outro argumento, é de que a discussão era pouco madura na Casa, que a discussão não estava sendo levada aqui no Congresso Nacional e que era recente. Nós fomos pesquisar no próprio site do Congresso, da Câmara e do Senado, e levantamos todos esses Projetos de Lei, todos esses são Projetos de Lei. Então, no Senado e no Congresso Nacional, de um modo geral, nós temos, em sete anos, 41 projetos propondo o sistema de cotas nas instituições públicas federais. Não é pouca coisa. Tem muito projeto que já está aí tramitando há anos na Casa, pedindo para que se estabeleça algum tipo de acesso democrático à instituição de ensino superior. Então, já há uma realidade constatada pelos próprios projetos e pelas instituições que vem adotando.

Então, para finalizar, Sr. Presidente, esse aqui é o mapa das ações afirmativas no ensino superior, no ensino público superior, nós não vamos trabalhar os dados do ProUni, mas é importante refletir sobre esses dados. Pode passar, por favor.

Ali nós temos o Estado do Rio de Janeiro, onde cinco instituições públicas já adotam políticas de ação afirmativa, políticas de inclusão. Eu vou ser rápido por conta do tempo. Ali, o Estado de São Paulo, que é o estado que maior número de ações afirmativas tem nas universidades, são oito instituições no Estado de São Paulo; ali na Região Norte, nós temos lá o Amazonas como instituição e ali segue... Tocantins... Ali, o Distrito Federal, nós temos outras instituições, Centro-Oeste também. Pode passar, por gentileza. Ali... Por favor, só um segundo. Ali, tem a Universidade Federal de Alagoas, as universidades na Bahia, no Maranhão

também. Veja que o mapeamento é nacional por região das instituições que estão adotando. Pena não ter tempo aqui para divagar um pouco mais, porque ali nós colocamos os percentuais que cada instituição adota da política de ação afirmativa. Uns adotam 25, outros 20%, via de regra, tem ficado nesse percentual. E ali também tem o número das resoluções. O que ocorre é que muitas instituições, Sr. Presidente, têm adotado, com o uso da sua própria autonomia universitária, as políticas de ação afirmativa, de acordo com aquilo que ela acha melhor para a sua região. E isso a gente tem que respeitar, quando a universidade leva para dentro essa discussão da promoção da diversidade. Eu acho que esse é o ponto importante a se tratar aqui. Fazer, de fato, da República Federativa do Brasil um país em que a diversidade seja um valor. A diversidade como um valor num país de mestiços. Esse é um desafio importante que muitas universidades, no uso da sua autonomia, tem feito. Próximo.

A região Nordeste... Para o Estado da Bahia, onde a gente tem muitas instituições também que adotam. A instituição no Paraná, marcadamente instituições do Paraná adotam para etnias indígenas muitas ações afirmativas também. Ali, assim, o sul do país, com quatro instituições que adotam, são os mais recentes, são as mais recentes instituições que adotaram, e é marcado que no sul todas adotaram ações afirmativas e a maioria adotaram também para estudantes negros. O que eu estou querendo dizer com esses dados? Eu estou querendo dizer que a política de ação afirmativa, a política de inclusão, ela é uma realidade no Brasil hoje. Ela é uma realidade. Isso é um fato. Ela existe. E eu acho que o Senado aqui vai ter a possibilidade de chancelar ou não o que as universidades já vem discutindo, já vem debatendo e já vem implementando. Ou seja, há necessidade de democratizar, eu espero que não só o acesso, mas também a permanência no ensino superior. Já é uma realidade constatada que há necessidade dessa democratização. Como disse o Ministro Edson Santos aqui, temos que caminhar para que um dia as políticas de ação afirmativa não sejam mais necessárias. Mas, até lá, é bom enfrentar as desigualdades.

Então, ali, as conclusões que nós chegamos. 82 instituições de ensino público superior adotam ações afirmativas no Brasil; 43 são estaduais, 35 são federais e quatro são municipais. 54 instituições adotam ações afirmativas étnico-raciais; 38 dessas adotam ações afirmativas para negros, sendo que 35 adotam sistema de cotas e três adotam sistemas de pontuação adicional, aquela bonificação. 41% têm suas vagas destinadas à etnia indígena. É importante ressaltar isso. E as universidades têm usado a auto-declaração

como forma de identificação dos sujeitos de direito da política de ação afirmativa. Passar um dado importante. É por conta da discussão, Sr. Presidente, sobre os percentuais, quais os percentuais seriam mais válidos. Fizemos uma pequena pesquisa, um pequeno dado que demonstra um dos cursos mais emblemáticos da ausência de diversidade, que é o curso de medicina no Brasil, e pegamos... Raciocinando aqui por absurdo, se nós pegássemos e reservássemos todas as vagas do curso de medicina para pessoas negras, raciocinando por absurdo, simplesmente por absurdo, uma hipótese, nós levaríamos 25 anos para que o número de médicos negros no Brasil fosse proporcional ao número de negros na população, que é um ideal de diversidade que nós queremos alcançar.

Então, os percentuais que estão sendo colocados não tem nada de disparidade ou de desarrazoado. Pelo contrário, são percentuais tirados ali das próprias regiões. É o que a gente tem observado nas pesquisas. Próximo.

A questão de que o ProUni, que foi aprovado por essa Casa, já prevê na questão da cota social, o subitem da questão racial também. Ou seja, conjugando os dois fatores para que se avance nas duas questões. E é importante ressaltar isso. Quer dizer, as políticas de ação afirmativa elas não combatem o nada. Elas partem de um combate à desigualdade que é colocada na sociedade. Desigualdades não são dados, desigualdades são construídas, desigualdades estão na sociedade como coisas cristalizadas entre nós.

Então, precisamos atacar essas desigualdades. E eu acho, Sr. Presidente, para finalizar a minha fala, agradecendo novamente a V. Exa. a oportunidade, eu passaria... Eu trouxe essa foto, que é uma imagem lá da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde estudantes que entraram e não entraram pelo sistema de cotas, estudantes negros e não-negros estão ali comemorando o último dia de aula, a formatura deles. Dizer que essa política vai criar uma clivagem racial no Brasil, estabelecendo que negros têm que ir para um lado e brancos têm que ir para outro, não é isso que está se vendo, embora existam pessoas até sérias que levantam essa argumentação... Não é isso que está se vendo nas universidades. É importante ressaltar isso. É importante deixar isso nítido, que o que está acontecendo nas universidades é uma celebração da diversidade. Tem uns problemas aqui e lá em relação à questão da permanência, que é um assunto sério a ser tratado, mas o que a gente tem percebido é que não há um acirramento do ódio racial, e, na questão do mérito, não está havendo aquele temor da queda do nível das instituições. Acho... Próximo, por favor.

Acho que é um momento importante que nós estamos vivendo, que eu queria lembrar a fala do professor Paulo Freire, porque eu acho que a elite brasileira está tendo oportunidade de estender a mão, de ser generosa com segmentos da população que são historicamente marginalizados. Acho que esse momento é um momento singular e eu acho que é um momento de que as pessoas que são historicamente excluídas não vão poder vencer sozinhas; só vão poder vencer com a generosidade e para que o Brasil não continue aí a proliferar, a banalizar desigualdades incompatíveis com o Estado Democrático de Direito. Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): José Roberto Pinto de Góes, historiador e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

SR. JOSÉ ROBERTO PINTO DE GÓES: Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, quero agradecer, na pessoa do Senador Demóstenes, o convite para estar aqui presente para trazer alguma contribuição a esse debate. É interessante que as duas exposições que me antecederam, de alguma maneira, se relacionam com a exposição que eu preparei porque, seja no caso do Presidente da UBES – você é estudante secundarista – e o professor da Universidade, da UERJ, o primeiro deu uma aula aqui sobre o tipo de história que é ensinada nas nossas escolas. Os argumentos que ele repetiu aqui é o que é ensinado na escola brasileira. Eu só lamento que seja um tipo de conhecimento que ainda não tenha incorporado o que a historiografia brasileira tem produzido nos últimos 30 anos, sobretudo no que diz respeito à história quantitativa, ao campo da demografia histórica, etc. E, na exposição do professor da UERJ, ficou muito claro como vai avançado, no país, o processo de racialização da sociedade brasileira.

Se eu não me equivoco, nos últimos sete anos, segundo ele mostrou aí, já são 41 projetos de lei instituindo cotas, que eu entendi serem raciais; isto é, 41 projetos de leis raciais tramitando no Congresso Brasileiro nos últimos sete anos. Eu preparei a minha exposição para fazer comentários em torno dessas duas ideias. Primeiro a ideia de reparação histórica, que dá legitimidade às políticas de racialização no Brasil. E, se der tempo, eu gostaria de comentar também esse processo de racialização, que já vai em curso na escola brasileira.

Eu queria que passasse aí para o dois... Isso. A ideia de que é justo reparar uma parte da geração presente pela escravidão sofrida pelos escravos, no passado, foi concebida originalmente nos Estados Unidos e só é possível importá-la para o Brasil se ignorarmos completamente a nossa história. Três.

Duas coisas muito importantes singularizaram a nossa história, quando comparada à dos Estados Unidos. Um intenso processo de miscigenação racial, miscigenação entre povos diferentes, e um padrão de mobilidade social, que frequentemente ignorava a cor, a procedência e a situação jurídica dos indivíduos. Quatro... Quatro.

Sobre a miscigenação que todos reconhecem, quero apenas enfatizar que aqueles que atribuem a miscigenação à violência sexual do homem branco sobre a mulher negra ou indígena ignoram que muito cedo, já no século XVII, a maior parte dos brasileiros já era formada de pessoas pobres e livres. Na maior parte, mestiças, mas de todas as cores, que livremente constituíam famílias, sejam casando-se na Igreja Católica ou não. Antonil resumiu isso nessa frase lapidar: “De fato, os brasileiros não são filhos do estupro”.

Eu assisti aqui, há 15 dias atrás, um Procurador do Rio de Janeiro afirmar esse tipo de coisa e eu considero profundamente ofensivo ao povo brasileiro esse tipo de coisa. Cinco... Cinco, por favor.

A mobilidade social experimentada por muitos escravos foi outra coisa que nos singularizou. Esse gráfico, por exemplo, mostra isso. Enquanto existiu, o tráfico de africanos trouxe ao Brasil cerca de quatro milhões de escravos. Essa coluna em azul é o número de africanos. Para o Brasil, enquanto o tráfico viveu, vieram quatro milhões, estimados quatro milhões. Para os Estados Unidos, observem, apenas 400 mil escravos, ao longo do tráfico. Quando a escravidão estava acabando aqui no Brasil – esses dados são dos anos 70, do século XIX –, existiam cerca de um milhão e meio de escravos. Às vésperas da guerra civil dos Estados Unidos, havia lá quatro milhões de escravos. Então, veja, são quatro milhões de africanos trazidos para o Brasil. No final, você tem um milhão e meio de escravos. São 400 mil africanos levados para os Estados Unidos, e, no final da escravidão, você tem quatro milhões de escravos nos Estados Unidos. O que significa isso? Significa que a fronteira entre o mundo dos homens livres e o mundo dos escravos era muito mais porosa aqui do que lá. Seis.

Esse é um outro gráfico que expressa a mesma situação, também relativo ao final da população, ao final da escravidão, e diz respeito à população livre de cor. No Brasil, metade da população livre era de cor. Nos Estados Unidos, nem chegava a 5%. Esses números nos fornecem uma ideia de como era porosa essa fronteira entre livres e escravos no Brasil. Por quê? Porque, no Brasil, era muito comum o instituto da alforria. Nos Estados Unidos, havia determinados estados em que, se o escravo recebesse, por acaso, uma carta de alforria, ele, por lei, era obrigado a sair

daquela região. No Brasil, a alforria era uma coisa relativamente disseminada. E é o que explicam esses números aí. Sete.

Uma vez livres, muitos se tornavam eles mesmos proprietários de escravos. Está em Machado de Assis. Basta ler Machado de Assis que você vê lá casos de ex-escravos que possuíam escravos. E se não eles, porque ainda muito pobres, os seus descendentes. Pesquisas no campo da demografia histórica têm revelado números muito interessantes. Esses aí foram colhidos por Herbert Klein e Francisco Vidal Luna, dois historiadores importantes brasileiros, que trabalham fontes quantitativas e fazem história demográfica. A lista nominativa de Sabará, Minas Gerais, de 1930, por exemplo, revela que três quartos da população de Sabará eram de cor. Dessas... Desses domicílios de cor, simplesmente 43% possuíam escravos. Isso acontecia em Minas Gerais, acontecia em Pernambuco, acontecia na Bahia, etc. Essas são as bases demográficas, digamos assim, para a nossa mistura. Oito.

Mas, aí... Sempre me perguntam isso. Mas e se tivesse sido diferente? Se fosse possível saber quem é e quem não é descendente de escravo no Brasil? Seria justo que as gerações presentes pagassem pelas injustiças do passado? Essa ideia de reparação sempre me lembra uma escrava torturada e assassinada por um feitor cruel, numa fazenda de Nova Friburgo, em 1850, chamada Inês. Não é possível mais reparar seu sofrimento, pois ela já morreu. E eu me pergunto quem pode ter a sem cerimônia hoje de apresentar essa conta que era dela? Creio que, em respeito a ela e em homenagem a ela, devíamos tratar de não cometer novas injustiças. Nove... Nove.

Bom, eu gostaria de comentar agora esse processo de racialização que vai... Que toma conta da sociedade brasileira, particularmente da nossa escola, e gostaria de comentar esse documento que foi aprovado no Conselho Nacional da Educação, em 2004, e que foi distribuído em todas as escolas brasileiras. Chama-se Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Reparem que não é um parecer apenas que trata apenas da introdução da disciplina de África na escola brasileira, trata também da educação das relações étnico-raciais no Brasil. Dele constam coisas inacreditáveis. Dez, por favor.

Isso aí, por exemplo. Esse trecho: *“O dia 13 de maio será tratado como o dia da denúncia das repercussões às políticas de eliminação física e simbólica da população afro-brasileira no pós-abolição”*. Esse é um documento tornado oficial, aprovado pelo Estado Brasileiro, e nele é dito que, depois do 13 de maio, no pós-abolição, houve uma política de eliminação física

da população afro-brasileira. Não há nenhum registro histórico, como se sabe, de ter havido qualquer política de eliminação física da população afro-brasileira depois da abolição. Quanto à eliminação simbólica, é até engraçado para quem, como eu, moro no Rio de Janeiro, onde as tradições africanas estão tão presentes, para a alegria de todos. É mais um insulto ao povo brasileiro, que não cometeu nenhum desses dois crimes. Onze... Onze.

Certamente, esse documento foi lido por poucas pessoas, embora tenha sido distribuído nas nossas escolas, volto a enfatizar. À certa altura, no tópico dedicado ao fortalecimento de identidades e de direitos, adverte-se que a disciplina deve servir ao esclarecimento a respeito de equívocos quanto à identidade humana universal. É isso que está sendo ensinado às nossas crianças. Aliás, é isso que estão mandando ensinar às nossas crianças. É assim que se traduz o processo de racialização da sociedade brasileira nas nossas escolas, mandando ensinar que a ideia de uma identidade humana universal contém equívocos. Doze... Doze.

Olhem esse outro trecho: *“Se não é fácil ser descendente de seres humanos escravizados e forçados à condição de objetos utilitários ou a semoventes, também é difícil descobrir-se descendente de escravizadores, temer, embora veladamente, revanche dos que, por cinco séculos, tem sido desprezados e massacrados. Para reeducar as relações étnico-raciais no Brasil é necessário fazer emergir as dores e medos que tem sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros”*. Ora, eu tenho escutado aqui que a introdução do sistema de cotas nas universidades brasileiras não tem gerado ódio racial e que a nossa juventude continua convivendo como sempre, sem ódios raciais. Eu acho que isso é verdade. Eu sou professor da UERJ, eu vejo isso. Mas isso acontece porque nós não somos um povo racista. Agora, esse tipo de iniciativa aí, de ensinar as crianças que, quanto aos equívocos de uma identidade humana universal, e aplicar esse tipo de pedagogia do medo e do temor e do ódio, isso aí é complicado. Isso aí pode fazer das gerações, dessa garotada aí, pessoas diferentes do que foram seus antepassados. Essa é uma pedagogia racista. Mas a gente não deve se enganar. Aonde quer que o ordenamento jurídico tenha acolhido a ideia de raça, em qualquer lugar do mundo, a pedagogia foi a da dor e a do medo. Treze.

Eu estou concluindo. A ideia de que não é fácil ser descendente de escravos, como ficou dito no trecho anterior, é outra prova da grande ignorância do discurso racista sobre a nossa história. Nada do

que li até hoje, em variadas fontes históricas, convalida a ideia de que não é fácil ser descendente dos escravos. Pensa assim quem, por desconhecimento ou preconceito, faz deles um juízo muito negativo, como os senhores de antigamente faziam, aliás. Na verdade, é muito fácil e reconfortante se saber descendente dos escravos, pois, mesmo naquela situação terrível, eles foram tão engenhosos que se tornaram, no dizer de Gilberto Freyre, a mão direita da nossa colonização. De escravos, se fizeram colonos. Basta andar por esse Brasil afora para ver a marca que deixaram na nossa cultura para nosso orgulho. Somos todos afrodescendentes de um modo ou de outro. E do resto do mundo também, com igual satisfação. 14.

Concluindo. Eu já conversei com várias pessoas, inclusive Senadores desta Casa, sobre a questão, dessa questão de leis raciais, de cotas raciais etc., e vejo que há algumas pessoas que não dão muita importância a essa coisa de cota racial porque acreditam numa índole brasileira infensa a essa diferenciação racial. Eu tenho lá as minhas dúvidas [soa a campainha] e quero compartilhá-las com os Srs. Senadores. Trata-se essa, que está para ser votada, a primeira lei racial do nosso sistema republicano. O Padre Antônio Vieira dizia que sempre se pode cair mais. Cazuza, aquele compositor brasileiro, dizia que “o nosso amor a gente inventa”. Fato é que as leis mudam costumes. E se nós hoje não conhecemos o ódio racial, o conflito racial, se nós hoje somos inclinados à mistura, à aceitação, à tolerância, ao gosto pela mestiçagem, pode ser que amanhã não sejamos mais, por conta de escolhas equivocadas que estamos fazendo agora. Eu agradeço muito a atenção de todos, quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Demóstenes pelo convite e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dr. Amaro Lins, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco.

DR. AMARO LINS: Boa tarde a todos os presentes. Quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Demóstenes Torres, na sua pessoa, quero cumprimentar os demais Senadores e Senadoras presentes nesta Sessão. Cumprimento todos os membros da Mesa, o Prof. Renato, José Roberto, Prof. Simon. Em nome de Ismael Cardoso, Presidente da UBES e de Luciana Stumpf, quero cumprimentar todas as representações estudantis aqui presentes, demais convidados, membros da imprensa.

Senador Demóstenes, inicialmente, eu quero agradecer, em meu nome pessoal, como Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, e também como Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – nós representamos 58 instituições federais de ensino superior

-, agradecer o convite para estar presente nessa Sessão. Quero estender também meus agradecimentos ao Senador Marco Maciel, do meu estado, com quem eu tive oportunidade de, numa conversa, dizer que é fundamental que, no momento de uma discussão tão importante para a educação superior nesse país, as universidades federais pudessem participar do debate, pudessem estar presentes e colocar também as suas posições. Por isso quero agradecer a essa Comissão por esta oportunidade.

Na minha posição como Reitor, e quero colocar também, eu sou uma pessoa resultado daquilo que está sendo discutido hoje. Eu sou um aluno do ensino médio público, graduado na Universidade Federal de Pernambuco, uma universidade pública, e, há 31 anos, desde que me formei, sou professor desta universidade. Então, a universidade pública e a educação pública me deu a oportunidade de ser um cidadão privilegiado nesse país. E dizer que o país vive hoje um clima, Presidente, que eu acho que é muito importante a compreensão da sociedade de que a educação é o elemento diferencial de pessoas e de nações. Tanto é que os países mais desenvolvidos, eles colocam a educação em primeiro lugar.

Agora, por exemplo, na crise dos Estados Unidos, o Presidente Obama ordenou que Educação, Ciência e Tecnologia tivessem programas gigantescos, porque ele sabe que o futuro dos países depende do futuro da educação. E eu gostaria de dizer que as universidades federais, elas têm feito um grande esforço para que nós possamos socializar os benefícios gerados por nossas instituições para toda a sociedade brasileira, sem discriminações. Para isso, nós precisamos proceder a uma expansão vigorosa, associada à qualidade, que é marca das instituições públicas desse país.

Gostaria de mencionar a fase I da expansão das universidades federais, onde nós criamos mais de uma centena de novos campi no interior de todo o Brasil, de norte a sul, de modo particular nas regiões Norte e Nordeste. No meu estado, a universidade tem 62 anos e nunca tinha colocado o pé no interior. E, hoje, nós temos quatro novos campi; dois da Federal e dois da Universidade Rural. O programa REUNI, de reestruturação e expansão da universidade pública... Com o REUNI, nós tivemos a oportunidade, Sr. Presidente, de praticamente dobrar, entre 2005 e 2009, o número de alunos entrando por ano nas nossas universidades. E a nossa prioridade foi ampliar cursos noturnos para o aluno que precisa trabalhar, dar um forte apoio para a manutenção do aluno dentro das universidades, criando casa de estudante, ampliando a nossa infra-estrutura, e, com isso, as nossas universidades vêm dando a grande contribuição. Se nós tínhamos 600 mil alunos

nas nossas universidades, nós dobramos anualmente, nós vamos ter uma expansão e uma ampliação, um acesso à universidade, com certeza, até muito maior do que o projeto que nós estamos discutindo hoje. Então, é um processo importante o que acontece nesse país. Nós nos preocupamos muito com o Plano Nacional de Assistência Estudantil para que o aluno entre na universidade e tenha condições de [soa a campainha] ter desenvolvimento e ter uma formação adequada e chegar à conclusão do seu curso.

Vários outros mecanismos foram implementados e, graças ao apoio do Congresso Nacional, Sr. Presidente... Nós agradecemos imensamente a atenção que Senadores e Deputados deram para esse processo de expansão sustentável e esperamos contar com esse apoio, para que nós possamos ampliar ainda mais, elevando a qualidade da educação superior pública nesse país. Com isso, nós estamos contribuindo para a inclusão com a qualidade.

O Prof. Renato mostrou, com muita clareza, o que as universidades federais já estão fazendo. Foram apresentadas 35 universidades federais que têm diversos tipos de processo de ações afirmativas, desde cotas, como a Federal da Bahia, por exemplo, quase 50% das vagas, há outras ações afirmativas, como a minha universidade. Nós passamos vários meses discutindo a Universidade Federal de Pernambuco, com toda a comunidade estudantil, [ininteligível] docente e aprovamos, no nosso Conselho Superior, um bônus de 10% para os alunos oriundos da rede pública de ensino. E já estamos avaliando o resultado desses três anos, para verificar se já não seria a hora de ampliar esses percentuais, porque nós já temos, em vários cursos, mais de 50% de alunos da rede pública. Nós estamos preocupados agora com aqueles cursos onde há o percentual menor de alunos da rede pública para ampliar ainda mais essa inclusão.

Mas, nessa Comissão de Constituição e Justiça, eu queria trazer uma questão, que é uma preocupação central da ANDIFES. E aí, Sras. e Srs. Senadores, é a nossa discordância. A universidade pública, ela goza, pelo art. 207 da Constituição, de autonomia didático-pedagógica, administrativa, gestão financeira e patrimonial. E esse é um elemento essencial para a própria vida da universidade. Sabemos que, quando a universidade foi fundada, lá no Século XI, ela era vinculada à Igreja ou a outros grupos. Mas hoje não é possível. E daí a necessidade da autonomia plena da universidade.

E quando nós estamos discutindo, por exemplo, o novo processo de vestibular, novo processo de acesso, está lá, desde o início da discussão, está garantida, em face da autonomia das universidades, a sua adesão

voluntária, após aprovarem seus conselhos. O próprio programa ProUni está garantida a adesão voluntária porque esse é um elemento que a ANDIFES e todas as nossas universidades não abrem mão, e nós colocamos, em 2009, como prioridade. Daí, quando o Tribunal de Contas da União, no seu último acórdão, que quase paralisa as universidades, colocou as universidades tem essa dificuldade de gestão, porque não gozam ainda da sua autonomia plena.

Então, nesse debate, tão qualificado, eu gostaria de colocar a posição das universidades federais, que nós somos contrários à aprovação de um projeto passando por cima da autonomia das nossas instituições. Essa autonomia, ferida uma vez, abre espaço para que várias outras ações possam por abaixo tudo aquilo que foi construído, um patrimônio da sociedade brasileira, que são as nossas universidades federais, que tem dado contribuições fundamentais para a geração do conhecimento novo, para a formação de milhões de jovens em todo o país.

Então, era essa a colocação que eu gostaria de fazer nesse Plenário, e a ANDIFES, desde já, se coloca à disposição para qualquer debate que seja necessário, para que nós possamos aprofundar todas essas questões. E, mais uma vez, Sr. Presidente, agradeço o convite para participar desta Mesa. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Simon Schwartzman, ex-Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SR. SIMON SCHWARTZMAN: Eu queria agradecer também ao Senador Demóstenes pela oportunidade de estar aqui e também saudar os presentes, meus colegas de Mesa e os Senadores presentes e o público.

Eu gostaria de... Eu gostaria de não estar aqui, hoje, falando sobre cotas. Eu acho que o ponto principal é que... Eu entendo que nós temos questões importantes em relação ao nosso sistema de ensino superior, e a discussão centrada no tema da cota, e particularmente no tema da cota racial, ela desvia a atenção para as discussões que me parecem que são mais fundamentais.

Eu gostaria de começar dizendo que a legislação proposta, ela só beneficia um número muito pequeno de pessoas, eu vou mostrar que número é esse, prejudicando outras, e ela não altera o quadro de desigualdade social, que tem [ininteligível] no Brasil hoje. Depois, na medida em que o ensino superior se amplia, os dados mostram, a inclusão, seja pela origem de escola, seja pela variável cor ou raça, seja de renda, vai aumentando e vai crescendo. Isso já tem acontecido sistematicamente. Eu acho que a política efetiva, uma

política de inclusão efetiva, ela deveria se basear no critério de renda, que é o único critério que você tem clareza a respeito dele. O critério de raça, ele tem todos os problemas que já foram discutidos aqui, que eu não quero repetir; o critério de escola pública, ele também é um fator discriminatório, contra, por exemplo... Pessoas, hoje em dia, no Brasil, estão investindo numa educação média privada porque o sistema de ensino médio brasileiro é desastroso; essas pessoas vão ser punidas por uma política de cotas que exclui essas pessoas do sistema de acesso. Então, eu acho que o critério de renda é um critério, que se tiver que ter algum critério, é o único critério admissível. Os outros não são possíveis de justificar porque vão criar situações muito injustas, ainda que possa até acertar no agregado. E eu acho que a outra questão é que não se pode falar em inclusão sem se falar em permanência. A preocupação que nós vimos do reitor de Pernambuco... A universidade tem clareza sobre isso.

A política de inclusão, ela tem que assegurar que o aluno vai entrar e vai sair e vai aproveitar desses anos. E nós temos, no Brasil, índices altíssimos de abandono escolar, com cota ou sem cota. Então, não adianta eu ter uma política de inclusão, onde eu não estou discutindo, não estou examinando, não só do ponto de vista do aluno, que características que ele tem, se ele precisa ou não precisa de dinheiro, se ele tem ou não acesso, mas também o seguinte: que curso que ele vai fazer, que atendimento ele vai ter? A universidade está preparada para receber um aluno, não só com cotas, mas, por exemplo, com o REUNI, as universidades estão dobrando o número de alunos, estão abrindo curso noturno. Será que a Universidade de Pernambuco sabe lidar, no curso de Engenharia, de noite, tão bem quanto ela lida de dia, com o aluno que entra de noite, que ele não vê a base de matemática, que ele tem quando entra de manhã? Não sei. Não sei quando que essa discussão está sendo feita. E não adianta eu criar um curso de engenharia igualzinho o de noite e ter um aluno que só pode estudar algumas horas por dia, de noite, e não conseguiu concluir o curso secundário direito e aprender minimamente a matemática.

Então, como é que as universidades estão lidando com isso? Como é que esse problema está sendo enfrentado? Se essa discussão não tiver sido feita, eu diria que a discussão sobre cota é uma discussão inócua. Eu diria que forçar a inclusão, sem saber se o estudante vai concluir o curso, é uma política populista e uma política demagógica. Uma política adequada de inclusão deveria garantir que os estudantes terminem seus cursos e dar recursos de manutenção a quem necessite, além de cuidar da questão do outro lado, que

é a questão do conteúdo do curso que ele vai fazer. A lei pode criar problemas para os cursos de melhor qualidade, a gente tem ouvido aqui repetidamente que o aluno que entra com cotas não é pior, ou até melhor, às vezes, do que outro. Eu não entendo muito bem esse dado, eu gostaria de vê-lo um pouco melhor. Mas eu imagino que, se eu pegar o aluno que entra por cota, muito abaixo, em termos de formação prévia, em um curso muito difícil e muito competitivo, dificilmente ele vai ter o mesmo desempenho. Se ele entrar num curso que não é um curso muito competitivo, o desempenho de todo mundo vai ser mais ou menos a mesma coisa. Estamos falando de quem? Estamos falando de que pessoas, de que cursos?

Então, eu acho que o sistema ProUni, que nós temos, comparado com o de cotas, é um sistema melhor porque ele, na verdade, ele consegue os mesmos resultados, mais barato, atende a mais gente. Eu acho que tem uma questão de eficiência que se a gente for considerar, eu diria que o ProUni é um exemplo melhor, inclusive porque toma em consideração alguns outros aspectos, que o projeto de cotas não toma em consideração. Vamos rapidamente passar por alguns slides para exemplificar um pouco o que estou falando. Por favor.

Esse dado é o dado da distribuição atual do ensino superior no Brasil, cerca de cinco milhões de estudantes de ensino superior, 13% no sistema Federal, algo como 600 mil pessoas; 10% nos estaduais e o resto é privado. 75% do ensino superior no Brasil é privado. Falar de política de inclusão sem examinar o que está acontecendo no setor privado é uma brincadeira. Porque aí que está o grosso do ensino superior e aí que se dá toda a questão da inclusão, da não-inclusão, da qualidade etc. A discussão do... As universidades públicas, elas são importantes por uma série de aspectos, o sistema Federal é muito importante, mas hoje em dia ele é relativamente pequeno, ainda que exista esse projeto de aumentar etc. Mas ele é um setor pequeno e não é o setor mais importante, de mais peso no sistema de ensino superior brasileiro. Continua, por favor.

Esse dado aqui é uma estimativa que eu fiz, mais ou menos, de quem é que hoje em dia não está no ensino superior, no setor público e no setor privado, que estudou numa escola pública no ensino médio. Isso foi feito por uma estimativa estatística, porque esse dado não existe diretamente, o IBGE tem dados sobre o aluno de segundo grau, se ele está vindo da escola pública ou privada, e na universidade. Mas ele não me diz se o aluno que está hoje na universidade pública aonde é que ele estudou antes. Mas isso por uma extrapolação estatística a gente fez uma estimativa mais ou menos e o que mostra é que algo da ordem de 30, 40%, tanto

no setor público quanto o setor privado, dos estudantes hoje vem de escolas públicas. Não é verdade que todos os estudantes, 90% dos estudantes do ensino público vem de escolas particulares. O número... Há uma estimativa mais ou menos de 30, 40%, e isso tem a ver com o fato de que hoje em dia a grande maioria dos estudantes do país inteiro, de nível médio, estão em escolas públicas. Então, um pedaço vai também para o setor público. O seguinte.

Em termos de renda também, aí eu tenho até 1,5 salários mínimos, mais de 1,5 salários mínimos, claro que a população que está no ensino superior no Brasil tem renda muito mais alta do que a população que não está, mas a proporção de alunos que estão no ensino superior e tem essa renda até um salário mínimo pode ser de cerca de metade do setor público, um pouco menos da metade, e pode ser menor no setor privado; hoje tem que pagar. O setor público já vem incorporando alunos de baixa renda. Assim como ele já vem incorporando alunos provenientes de escola pública. E a terceira coisa que eu queria mostrar é o dado sobre... Por cor declarada, e aí eu tenho branco, oriental, contrastado com preto ou pardo ou indígena. A proporção também é relativamente grande, no setor particular, como no setor público, nós temos aí algo da ordem de 20% ou 30% já são assim. A outra coisa... Vamos passar a próxima.

Eu tenho aqui... Esse dado mostra hoje a proporção de estudantes das categorias branca, preta e parda; essa distinção é uma distinção importante, que às vezes a discussão aqui oculta, a discussão é completamente diferente falar nos 5% ou 6% dos que se declaram negros nas pesquisas do IBGE ou outras e os 45% que se declaram pardos, que são muito parecidos com brancos, exceto no nível socioeconômico. A população que é especificamente negra tem problemas mais específicos, mas é uma população relativamente menor. Então, juntar as duas coisas é problemático, e aí se separa. Mas o que mostra é o seguinte, a primeira coluna tem a distribuição da população total do Brasil; a segunda a educação fundamental, depois médio e superior e pós-graduação. O que esse dado mostra é que, até o nível médio, não há mais diferença. Houve alguém do IPEA, alguma vez, andou dizendo que, no Brasil, essas diferenças se perpetuam. Não é verdade. Não se perpetuam. Ao longo dos anos, as diferenças tem diminuído. A inclusão de pessoas negras, a distância entre negros e brancos, ou mulatas e brancos e pardas tem diminuído na educação brasileira sistematicamente, ano a ano. E esse dado, ele mostra que, no ensino superior, ainda há um predomínio forte da população branca na pós-graduação, mais ainda na medida em que eu vou elitizando, a proporção de

pessoas de origem negra vai diminuindo. Mas ela, no nível da educação média, ela já é igual da população. Já não tem diferença. Próximo, por favor.

E aqui eu tenho a evolução ano a ano da população de pardos e pretos ou negros no ensino superior. E aí você pode ver que nós partimos de cerca de 30% ou menos, em 2001, para algo como 39%. Isso é dado do IBGE, pesquisa nacional por amostra de domicílio. Então, na medida em que o sistema de ensino superior está crescendo, ele está incorporando também pessoas de origem parda ou negra. Próximo. A raça ou cor não é, então, o principal fator de desigualdade no ensino superior público. 30% dos alunos do ensino superior público hoje em dia... Aqui eu falo público, pegando Federal e Estadual, porque o dado do IBGE aqui não distingue isso. Ele fala público ou privado. 30% vem de escolas públicas, 35% vem de famílias de até 1,5 salário mínimo e 38% são de cor preta, parda ou indígena. Esse é o dado da pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2007. Eu fiz umas contas aqui, eu não vou entrar muito em detalhes, mas eu simplesmente fiz uma espécie de cálculo, dada distribuição... A primeira coluna diz o seguinte... Coloquei 615 mil ali porque... Entendendo que o Projeto de Lei se referia ao sistema Federal. Eu estou vendo que existe uma outra versão desse projeto, não a que eu recebi, que falava do sistema Federal e Estadual. Então, nós falamos federal ao estadual, nós estamos falando de um milhão e 300 mil pessoas, não 615, como está ali. Isso aqui é simplesmente uma estimativa para ter uma ideia de grandeza.

Hoje em dia, nós temos ali que, digamos, 30% mais ou menos são hoje brancos de renda alta e vem de escola particular, e depois os outros segmentos. Os não-brancos de renda baixa e de escola pública já são algo como 15, 16% hoje no sistema público. Bom, se eu mexer e introduzir cotas e mexer nessas personagens, a pergunta é a seguinte, quantas pessoas vão ser acrescentadas e quantas pessoas vão ser afastadas? Eu fiz duas hipóteses. Uma hipótese é interpretando a proposta da lei, dizendo o seguinte: As cotas são só para negros, pardos ou indígenas e exclui os brancos. É uma interpretação da lei. A outra coluna... Que... Essa é a última. A anterior pensa que 50% é para pessoas mais pobres, independente da cor e... Qual a distribuição da cor da população e significa 50% branco, 45% pardo ou... Negro, etc. As duas me dão o quê? Na hipótese mais radical, digamos que eu estou excluindo os brancos das cotas, mesmo que tenham renda baixa, eu vou ter 200 mil pessoas beneficiadas no sistema Federal. Se eu aplicar isso para o sistema Estadual também vou ter 400 mil pessoas. E, com isso, vou estar deslocando cerca de 120 ou 130 mil

peessoas, inclusive pobres... Está meio apagadinho ali, mas eu botei, digamos, como 50 mil, 70 mil pessoas, que são pobres e que vão ser discriminadas porque elas não vêm de escola pública, estudaram em escola particular ou porque elas são brancas. Então, isso é o resultado dessa política. Supondo evidentemente o que você vê é estático, supondo que é isso que está acontecendo.

Então, eu acho que é isso que a gente quer, esse debate todo é para isso, é para produzir esse resultado, e o que é que isso afeta o nosso sistema de ensino superior no seu conteúdo, nos seus propósitos e o que afeta inclusive a questão da equidade, que é uma questão muito maior? Eu acho que, então, é uma discussão que eu diria deslocada, uma discussão... Não é esse o tema que nos interessa. Por favor.

No Brasil, hoje, o principal estrangulamento do acesso ao ensino superior é o ensino médio. O ensino médio é uma tragédia, o ensino médio está estagnado num nível muito abaixo do que deveria estar. Tem havido acesso ao ensino superior de alunos de baixa renda, mas o principal obstáculo é que o Brasil não forma pessoas de nível no ensino médio com o mínimo de condições e na quantidade necessária para a expansão que o Brasil precisaria ter, inclusive de seu sistema de ensino superior. Continua, por favor.

Hoje em dia, se eu pegar o número de vagas no ensino superior, que é algo como um milhão e meio, dois milhões de vagas, pegando tudo, o público e o privado, e o número de pessoas que são formadas a cada ano no ensino médio, tem mais vaga do que gente formando. O sistema de nível superior, ele simplesmente não--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. SIMON SCHWARTZMAN: O REUNI, ele está supondo uma demanda que... Existe uma demanda reprimida. Tem pessoas mais velhas que gostariam de estudar... Enfim, há uma demanda reprimida. Mas se eu pensar simplesmente o fluxo de pessoas que estão terminando o ensino médio e entrando no ensino superior, o ensino médio não está dando conta porque o ensino médio não está funcionando. Por favor.

Esse é o dado do ensino médio. Nós temos aqui por região e o Brasil mais ou menos ali no meio, o mais alto ali é o sudeste, o que mostra é o seguinte: nós temos cerca de somente... Mais ou menos 50% dos estudantes, dos jovens, terminam o ensino médio, hoje em dia, no Brasil, e, se a gente olhar, ano a ano, o fenômeno mais preocupante é que, de 2004 para cá, o ensino médio, em vez de crescer, ele está estagnado ou está diminuindo. Quando nós deveríamos ter, hoje em dia, 100% dos jovens completando o ensino médio; o

mercado de trabalho, hoje em dia, rejeita quem não tem o ensino médio. Nós temos um problema extremamente grave localizado aí, e não adianta ficar discutindo o ingresso por cotas dos poucos jovens que conseguem entrar nesse sistema e que não conseguem entrar nas escolas e terminam esse sistema com uma péssima formação, porque o sistema é muito ruim.

[soa a campainha]

Eu acho que... As pessoas dizem que não se pode deixar de discutir a questão do ensino superior por causa do problema do ensino básico, eu concordo, a gente tem que discutir as duas coisas, mas também a gente não pode colocar toda a atenção, toda a preocupação, toda a imprensa, o Senado inteiro discutindo cotas para o ensino superior, e o que o Senado está discutindo – gostaria de saber isso – para melhorar a qualidade do ensino médio. É o que eu gostaria de ter... Eu teria muito mais prazer em estar nessa discussão aqui sobre isso. Vamos em frente.

Nós temos uma tradição de exclusão no ensino superior. Essa exclusão, ela é altamente... Primeiro ponto: a seletividade nas carreiras mais disputadas e a expansão, ela ocorreu basicamente no sistema privado e no setor público de baixa qualidade. O setor público nosso... A gente fala a qualidade do ensino superior público... Tem muita coisa boa e tem muita coisa ruim no ensino superior público. E a ruindade não é só que tem universidades boas e universidades ruins. Em cada universidade brasileira, nós temos cursos excelentes e cursos muito ruins. E tem cursos onde é muito fácil entrar, qualquer um entra, o vestibular é fácil, não precisa... Nenhuma dificuldade para entrar e tem cursos que você precisa se matar para poder conseguir um lugar, porque a disputa é absolutamente acirrada. Então, a gente não pode pensar na inclusão da cota para todo mundo do mesmo jeito. É muito diferente... Existem diferentes cursos, são diferentes públicos, diferentes pessoas, diferentes políticas para cada um dos setores. Nós temos o fenômeno das altas taxas de exclusão por abandono. As pessoas entram e largam no meio. Eu não tenho esse dado, eu não sei... A gente sabe que, no ensino privado, o abandono é muito alto, em várias carreiras do ensino público também é muito alto, e eu não gostaria de saber uma política de inclusão, essa que é o REUNI, que é do Senado(F) Federal, ou a que está se propondo agora, que vai significar em termos de exclusão. Porque isso é uma política... É a tradição latino-americana, a tradição do México, a tradição da Argentina, todo mundo entra. Não tem problema nenhum. Totalmente democrático. Mas só que sai 10%. É isso que a gente quer para o Brasil? Um sistema que vai ser caro? Vai crescer, vai se expandir e vai formar 10% das pessoas? É isso? É para aí que a gente vai?

Como é isso? Eu diria que a política correta para lidar com o tema da inclusão é a questão de ampliar o acesso, sem descuidar da qualidade. Agora, a questão da qualidade tem a ver com o acesso para públicos diferentes. Como é que eu lido com o estudante noturno? Como é que eu lido com quem tem educação secundária de má qualidade? Como é que eu lido com outro que quer fazer uma carreira para cientista de ponta? Como é que eu faço com um engenheiro de alto nível e um técnico? A universidade tem que ser capaz de atender, o sistema de ensino superior, a essa pluralidade de pessoas. Não é todo mundo que vai ser doutor do mesmo jeito. Essa discussão não está posta no Brasil. O Ministério da Educação ainda exige que todas as escolas, inclusive particulares, do interior do Brasil, tem que ter não sei quantos doutores, não seis quantas pessoas em tempo integral, achando que elas vão ser um dia universidade de pesquisa, quando elas, no máximo, se conseguirem dar uma boa aula, seria ótimo. E muitas das universidades federais também. Quer dizer, olha onde é que está a pesquisa universitária no setor federal. Está concentrada em três ou quatro universidades, 80%, e duas ou três estaduais. Então, o sistema é concentrado, ele é diferenciado, a Legislação não contempla isso, não trata essa coisa de maneira diferenciada.

[soa a campainha]

Nós temos que abrir esse espaço, nós temos que criar, dar legitimidade aos diferentes provedores, os privados, os presenciais, à distância... Isso é uma coisa que está crescendo, mas nós não temos ainda uma Legislação adequada para lidar com essa diferenciação, e nós temos que aumentar os diferentes tipos de formação, a formação curta, a formação técnica especializada, geral, não só a profissional, e ampliar a oferta de educação ao longo da vida. Em termos de políticas de alternativas, que eu diria que seriam mais corretas para política de inclusão, eu diria, em primeiro lugar, que o fundamental é a igualdade de oportunidades. E ela depende fundamentalmente da qualidade de educação básica e média, assim como da educação pré-escolar. A gente não vai resolver efetivamente ou vai enfrentar o problema da desigualdade, se a gente não lidar com isso. As políticas compensatórias, que você pega o jovem aos 18, 20, 25, 30 anos, que não teve nenhuma oportunidade antes, não teve uma boa educação e vamos corrigir isso, elas têm uma... Quando isoladas, elas têm resultados duvidosos. E elas podem, se mal feitas, comprometer o funcionamento das instituições. Eu dou a uma universidade que tem um excelente curso de engenharia para 20 pessoas por ano, agora vai ter que atender a 200 que não tiveram boa formação, não sei se elas vão conseguir fazer

isso. Tenho que considerar se vão ter... Vai ter condições de fazer ou não. Vai fazer como? Ou vai mudar o currículo, ou vai criar currículos diferentes... Como é que a universidade vai lidar com isso? Simplesmente dizer: "Tem que fazer", eu acho que o risco do desastre é muito grande. O ensino superior precisa, como eu disse, ser diferenciado. Acho que esse é um ponto fundamental, tem que ser diferenciado. As universidades, as instituições têm que entender que elas têm que ter missões distintas, e o que implica, inclusive, em custos distintos. É muito diferente eu ter um curso para uma universidade de alto nível, professor de tempo integral, etc. e uma universidade de formação profissional mais básica, mais simples.

[soa a campainha]

Eu estou terminando. Eu acho que as universidades públicas e privadas, elas devem ter, então... Ser estimuladas a incorporarem e a completarem a formação de pessoas carentes e serem compensadas pelos resultados. Eu, pessoalmente, não sou contra política de inclusão. Ao contrário, acho que tem que haver políticas de inclusão. Assim como não sou contra que as populações negras, as populações indígenas valorizem sua cultura, sua história, sua identidade. Acho que são tudo coisas muito boas. Acho que não pode fazer isso é por Decreto. Você não pode dizer: "O Governo agora decreta que tem que ser assim, que é 50%, e decide quem é preto e quem não é". Acho que essa não é a maneira de fazer isso.

Agora, eu acho, por exemplo... Alguém citou hoje de manhã, o Ministro, hoje, citou o exemplo da PUC do Rio de Janeiro, que tem um curso de formação pré-vestibular para alunos carentes, diz lá que é negro e carentes, não sei por que é que é negro, acho que negro faz parte, é bem sucedido. O aluno... Você quer entrar para a PUC, não tem condições? Vai lá. A PUC te recebe, te dá um curso, te prenda, te capacita, depois você concorre com os outros em igualdade de condições. Acho isso uma política muito sã. Você dá condições iguais para as pessoas. E não dizer: "Bom, você agora tem um direito especial por causa da cor da sua pele ou porque a lei diz que...". Eu acho que isso é uma política que cria... Não sei se vai criar um conflito racial brasileiro, como algumas pessoas estão assustadas assim, mas cria um clima de que as pessoas são diferentes, que elas têm direitos diferentes. Você ataca um suposto constitucional fundamental, que é a igualdade das pessoas. Eu acho que esse... A norma constitucional, que também é importante apoiar as pessoas que estão em necessidade, que têm carência, etc. etc., tudo isso não pode ser feito à custa de você criar cidadãos de classes diferentes. Acho que todos os cidadãos têm a mesma situação, todos têm

direito às mesmas coisas e a responsabilidade do setor público é garantir a igualdade de oportunidades. E você faz isso, inclusive, dando auxílio a quem precisa, dando apoio, dando... A política de ação afirmativa de ajudar, de melhorar, de criar condições, eu acho que faz parte de uma política pública adequada.

Então, eu acho que não se trata de se opor a políticas de ações afirmativas, mas acho que precisa ver como é que se faz isso. Então, eu acho que os critérios de apoio aos estudantes devem ser a combinação da questão da carência, o estudante carente, a questão do potencial, e é importante poder identificar... Eu tenho um rapaz que ele nunca estudou, uma moça, mas a gente vê, conversando, que, pela sua vida e sua experiência, ele tem um potencial, tem condições de crescimento. Essa pessoa merece apoio. Então, vamos apoiá-lo, como for necessário e quando for possível. E também a questão das características dos cursos a serem seguidos. Não é qualquer curso. A função do setor público não é dar a todo mundo o diploma de doutor. O papel do setor público é fazer com que as pessoas se capacitem, é um benefício para elas e um benefício para a sociedade. E quando o Governo entra, quando a sociedade entra, dando recursos, criando condições, ela tem que pensar se essa pessoa tem condições de fazer o curso e se o curso que ela vai fazer é relevante para a sociedade de alguma maneira. Ela vai ter o benefício social também.

Eu fiz uma comparação, rapidinho, entre a cota e o ProUni, o ProUni... Isso é mais ou menos por ano. O ProUni, hoje, está incluindo algo como 160 mil estudantes e as cotas... Pela conta que eu fiz, daria aquilo ali, 170 a 200 mil, o ProUni... As cotas vão deslocar um número de estudantes; o ProUni não desloca ninguém, simplesmente acrescenta estudantes ao sistema privado. O custo para o aluno é uma consideração interessante, porque a estimativa é que o ProUni custa mais ou menos dois mil reais por ano, por aluno. O custo, hoje, de um aluno no ensino superior público Federal é 20, 26 mil, depende do método como se calcula. É o custo por aluno. E eu não sei se... O Governo, agora, está querendo dobrar, se ele também vai dobrar o orçamento, vai continuar dando os 26 mil ou 20 mil por aluno ou não. Mas o fato é que, se eu quiser ampliar o sistema de inclusão, no modelo do sistema Federal hoje, que é um sistema extremamente caro e pouco eficiente, eu estou fazendo uma política complicada, porque não vai poder ir muito longe, porque eu tenho uma limitação de dinheiro aí. O sistema de ensino superior brasileiro público, ele é muito caro. Ele é muito caro porque está pensado, como se fosse uma sistema de universidade de pesquisa, que é muito caro, e ele não tem mecanismos de controle de eficiência e

etc. Não tem mecanismo que estimule o uso adequado de recursos.

Então, eu acho que você usar o setor privado, que tem qualidade também, e também tem defeitos, como outro, é uma coisa, é uma alternativa, do ponto de vista econômico, que faz mais sentido. O sistema do ProUni tem um critério de desempenho do aluno, o aluno tem que ter o desempenho no ENADE, que ele tem que mostrar um certo desempenho para ele poder entrar, e há uma certa seleção de quais são as carreiras e quais são os cursos que o programa apoia. Então, eu acho que esse tipo de política de inclusão, apesar de que a gente pode discutir mais o ProUni e talvez encontrar uma série de problemas, ele está mais pensado, ele está mais ajustado à política de inclusão e faz mais sentido do que eu simplesmente criar um programa de cotas, de qualquer jeito, no sistema Federal, que potencialmente pode ter um custo muito grande e não tome em consideração a realidade desse sistema.

Acho que, se a gente tiver que pensar quais são as prioridades para o ensino superior brasileiro, uma delas é garantir e ampliar o segmento de alta qualidade do ensino superior público particular. Nós precisamos de uma universidade muito boa, de excelência. E essa universidade muito boa e de excelência significa alunos muito bem preparados, poucos alunos relativamente, todo tipo de apoio, instrumentação cara... Isso não é uma universidade de massa. No mundo inteiro, hoje em dia, todos os países estão preocupados quais vão ser suas universidades de excelência. E não são todas, são algumas. E essas algumas têm que ter um tratamento diferente das outras que vão fazer outras coisas, com outro tipo de objetivos. Essa discussão no Brasil não está posta, acho que ela deveria estar. Não sei se todas as 40 ou 50 instituições federais têm todas elas condições de fazer isso. Mas algumas têm. Alguns pedaços de algumas têm. Então, eu acho que eu não posso simplesmente forçar todas elas a fazerem a mesma coisa. Todas elas, agora, vão triplicar o número de estudantes ou duplicar o número de estudantes, independentemente do que elas façam, porque a missão do desempenho de alta qualidade tem que ser tratada especificamente. Avançar na diferenciação, problemas adequados para diferentes públicos. Falei isso três vezes, vou falar quatro ou cinco. Quer dizer, a universidade X, ela pode dizer: "Aqui, agora, eu vou criar um programa para quem vai estudar de noite". De noite, as pessoas podem estudar. Poucas vagas. O que eu consigo dar para elas em quatro anos? Que tipo de treinamento, que tipo de formação que pode ser útil para elas? Eu tenho que pensar que eu tenho que ver que tipo de professor, eu tenho que desenvolver

currículo, tenho que formar pessoas para isso, tenho que convencer os professores a fazerem isso. É todo um desafio lidar com esse tipo de público. Não posso simplesmente dizer: "Entra e depois reprovo, boto para fora, porque não conseguiu completar o curso".

Evidentemente que as instituições públicas devem assumir a responsabilidade pelo uso dos recursos que elas têm; essa é uma questão de autonomia que foi colocada aqui, acho que da maior importância. A autonomia não é só o direito da universidade de decidir o que ela vai fazer, do ponto de vista pedagógico, é também a responsabilidade pelo uso adequado dos recursos de cumprir as metas que ela se propõe a fazer [soa a campainha] e que o Governo, que está financiando, está de acordo em pagar por isso. E a inclusão na entrada e na saída. A estimular e apoiar as instituições que desenvolvam atividades de inclusão, criem currículos e programas adequados para estudantes de baixa formação prévia, que, normalmente, está associado à baixa condição socioeconômica das famílias. Eu acho que por aí é que seria uma política correta de inclusão. A inclusão, ela já vem ocorrendo, ela pode ser melhorada, ela pode ser feita melhor. Eu não acho que esse tipo de Legislação que está sendo proposta é a melhor maneira de realizar esse objetivo. Muito obrigado.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aos Srs. Senadores se têm alguma pergunta a fazer. Senadora Serys, Relatora da matéria, e Senador Romeu Tuma.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, senhores que compõem essa Mesa, Senador Tuma, Renato... Enfim, eu quero começar pedindo desculpas a todos e ao Presidente por eu ter chegado agora, mas, realmente, eu estava fora do país e eu vim do aeroporto para cá. Mas não foi possível chegar antes. Mas já foram tantas as audiências, que eu tenho a impressão que a gente já tem muito material para trabalhar.

Eu, quando o professor da Federal de Pernambuco falou do currículo dele, eu me identifiquei muito, porque eu também vim de escola pública, fiz o meu curso na universidade pública, fui professora por 26 anos na Federal, na Universidade Federal do meu estado, onde... O Paulo que é meu patrão. O Paulo que te antecedeu, né? Que foi o Reitor. Agora ele não está mais na Reitoria na nossa Federal de Mato Grosso. E eu fui professora na Federal por 26 anos, acho que essa questão que o professor Simon coloca da pesquisa é uma questão muito séria, a gente não está conseguindo levar isso como tem que levar pelas nossas universidades. Eu estou chegando de uma reunião, aonde

eu cheguei lá segunda-feira, às 6 da manhã, trabalhei o dia inteiro e ontem o dia inteiro, e, ontem, 10 horas da noite, eu saí de lá e cheguei agora há pouco. As reuniões foram no Capitólio, foram em Washington, onde a gente está discutindo, Parlamentares do G-20, estávamos discutindo a questão da crise econômica, segurança energética e mudanças climáticas--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):
[pronunciamento fora do microfone]

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):
Pois é, mas eu estava discutindo essas coisas mais amplas, Senador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):
[pronunciamento fora do microfone]

[risos]

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):
Ô, Senador Tasso... O Senador Tasso, Presidente, está falando que ele estava em Juazeiro. Mas é uma questão... São questões que realmente a gente discutiu muito lá, principalmente a questão do mundo científico, vamos dizer assim, como trabalhar essa questão que hoje a gente se vê nesse impasse dessa crise gigantesca, como fazer essa recuperação econômica e já aproveitar dessa recuperação econômica para fazer a segurança energética e para fazer o desenvolvimento com sustentabilidade.

Agora, eu sou a Relatora desse projeto das cotas, e a gente sabe que é polêmico, as discussões são muitas, eu, com certeza, nós já ouvimos aqui mais de 20 depoimentos de pessoas que participaram, acho que essa é terceira ou quarta vez que várias pessoas se pronunciam; a última vez acho que foram 12, foram três Mesas, sempre composições... É uma questão extremamente polêmica.

Mas, enfim, eu acredito que, hoje, a gente já tem muito subsídio, muito subsídio mesmo para o nosso relatório, apesar de o nosso relatório estar pronto, o relatório está pronto, a favor, mas acho que a gente tem muitos subsídios aí, tem vários projetos de lei de outros Parlamentares... De Parlamentares, aliás, porque esse veio do Governo. Projetos de lei de Parlamentares que estão... Está sendo pedido apensamento, inclusive o Senador Demóstenes me colocou agora, a hora que eu cheguei, que o Senador Marconi pediu apensamento. É isso, né, Senador? Marconi?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):
Pedi. Mas aí tem vários outros, Senadora Ideli, Senador Antero, que já não é mais Senador, também tem projeto nessa linha... Então, a gente está aí com... Eu diria que com manancial gigantesco de informações, mas é aquela história, eu acho que, quando o senhor

coloca que tem que pedir... Pedir, não, levar em consideração, considerar a participação das universidades, acho que isso é importante, é importante, mas também tem um poder maior, que eu acho que a gente tem que considerar, que são os direitos da sociedade a ter acesso a determinados espaços. Isso, inclusive, quando eu falei agora de recuperação econômica, de segurança energética e desses três pontos, e mudanças climáticas, uma discussão muito profunda nesse sentido, que a gente tem clareza que a competitividade entre países é uma coisa muito agressiva hoje, muito agressiva. E que o mundo científico tem um papel muito grande, muito significativo nessa competitividade, mas, se nós queremos uma sociedade melhor, vamos ter que fazer até um acordo, talvez, de ir mais devagar com essa competitividade. Isso era discutido no G-20, dos poderosos mesmo. Talvez tenha que ir mais devagar nessa competitividade, para que, realmente, essa coisa vá com maior amplitude, participação de maior amplitude da população dos países de um modo geral.

Eu diria que eu estou com bastantes subsídios e que, com os apensamentos, eu acredito que a gente está com condições de fazer com que a coisa vá para votação, a questão vá para votação, já está no Plenário a votação do pedido de apensamento, e aí, depois, vai ser votado o projeto aqui, e aí vai para o Plenário.

Eu não vou entrar na discussão da essência porque acho que isso já foi tão debatido nessa Comissão, e, hoje, nós estamos em poucos Senadores, e essa coisa já está bem trabalhada entre nós, e, com certeza, a discussão vai ser aprofundada entre os senadores, no dia da votação do Projeto de Lei aqui, e os subsídios que os senhores nos trouxeram são muito importantes, com certeza, a gente só tem a agradecer. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quer fazer alguma intervenção, senador?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só agradecer V. Exa., porque, quando terminou, eu achei que havia encerrado a Sessão e fui para uma Reunião. Peço desculpas à V. Exa. e, principalmente aos que se dispuseram a ficar até agora para poder atender ao convite desta Comissão, num debate importante que V. Exa. tem dirigido bem.

Mas, pelo menos, quando eu ouvi o professor, na última frase, que é... Pessoas de baixo conhecimento, que me parece que é isso que o senhor fala, no final daquela planilha que apresentou. É isso, doutor? E o que indica claramente que o ensino básico, ele é zero porque, se a gente... Que nós queremos abrir vaga na universidade sem competência para nela ingressar,

é porque a preparação no primeiro, segundo grau, é zero. Então, o ensino governamental brasileiro é muito fraco. E não há nenhum indicativo de que ele vá melhorar. Aumenta um pouquinho, o professor já faz um teto de 950 o professor, todo mundo quer derrubar na justiça. E hoje o senhor vê alguns programas muito claros, que professor não quer mais trabalhar, pela violência e agressividade que tem dentro da sala de aula. Hoje eu vi o segundo programa da Record nesse sentido e vai ter o terceiro. Os professores apanham dentro da sala de aula. Não querem mais voltar. E o estresse é permanente porque o senhor vê a ameaça, tiro, violência... Acaba o estresse tomando conta e a qualidade do ensino praticamente vai abaixo do nível necessário.

Então, os investimentos no primeiro grau, no básico, têm uma importância vital para se ter tranquilidade quando, por qualquer razão, por cota ou não, o estudante chega no nível universitário. E as escolas técnicas, a vocação das regiões por determinada atividade tem uma importância muito grande, por quê? Porque o cidadão não precisa mais sair do seu município para procurar oportunidade. Se o município é moveleiro, ele vai ter uma escola técnica para ensinar a fabricação de móvel e outras coisas que, em São Paulo, começou com esse princípio na criação das escolas técnicas. Eu acho que V. Exa., pelo que ele me informou, o Conselho Universitário tem que ter privacidade para não abrir mão das decisões... Alguns projetos, provavelmente, como são universais, pode ter validade que o Congresso decida, mas a forma de aplicação, eu acho que o conselho universitário tem que ter autonomia, que foi uma conquista muito demorada. Ela foi uma luta enorme.

Agora, o Congresso deve e pode legislar no sentido universal, sem quebrar a autonomia universitária. Então, eu queria cumprimentá-los, agradecer a presença e vou pegar as notas taquigráficas para poder tomar um conhecimento melhor, que ele me explicou o que ele falou, mas os outros, eu espero ver porque do professor eu peguei só o final. E esse negócio de pegar o finalmente não é bom. É bom desde o princípio e cumprimentar o Senador Demóstenes pela oportunidade que dá aos Senadores dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a todas as senhoras e a todos os senhores que aqui compareceram, tenho certeza que os Srs. Senadores irão levar em consideração as palavras que proferiram; o nosso querido Dr. Simon Schwartzmann, Dr. José Roberto Pinto de Góes, Ismael Cardoso, ao nosso querido Prof. Amaro Lins e ao Dr. Renato Ferreira. Agradeço e peço aos Srs. Senadores que permaneçam, porque agora teremos

uma quarta parte, em que vamos votar 11 matérias não terminativas. V. Exa., inclusive, é Relator... Senadora Serys... Vai presidindo aqui. O item 07, o Relator é o Tasso, vai passando aí, que eu volto.

[troca da presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Item 07. Proposta de Emenda à Constituição nº. 19/2003, não terminativo: "Altera o art. 165 da Constituição Federal, instituindo a Carta de Responsabilidade Econômico-social". Autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros Senadores. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Parecer favorável à matéria com três emendas que apresenta. Observação: em 11/02/2009, foi recebido o relatório reformulado pelo Senador Tasso Jereissati. Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para proferir o relatório sobre a proposta.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é submetido ao exame dessa Comissão a proposta de Emenda à Constituição nº. 19, cujo primeiro signatário é o Senador Aloizio Mercadante. "Propõe o autor nova redação aos §§ 1º e 6º do art. 165, da Constituição Federal, e acréscimo dos §§ 10 e 11 ao citado artigo, com o objetivo de instituir a Carta de Responsabilidade Econômico-social, que deve acompanhar os projetos de lei do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, o dispositivo público com destaque para a previsão dos instrumentos componentes do sistema orçamentário delineado pelo constituinte originário, suas respectivas finalidades e objetos, o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

As cartas de Responsabilidade Econômico-social, que acompanharão os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual e à Lei Orçamentária, devem conter os parâmetros, objetivos e metas econômico-sociais previstas para o período de sua validade, utilizados na elaboração do instrumento de planejamento governamental. A proposta de alteração do art. 165 traz a obrigatoriedade das autoridades do Poder Executivo, responsáveis por políticas públicas evidenciar, em relatório, o andamento das previsões, metas e objetivos constantes das cartas, com justificativas e análises de eventuais desvios ou atrasos, com vistas a debate a ser travado periodicamente no âmbito das comissões das duas Casas do Congresso Nacional.

Dentre outras razões que justificam sua proposta, o autor enfatiza que a Carta de Responsabilidade Econômico-social representaria uma profunda mudança institucional e o mecanismo eficaz de controle social e democrático do estado pela sociedade civil, que definitivamente pautaria a imensa dívida social como prioridade das políticas públicas do país.

Análise. A proposta de Emenda à Constituição em anexo atende aos requisitos constitucionais da tramitação e não incide nas vedações dispostas no § 4º, do art. 60, da Lei Maior. Quanto ao mérito, a proposta traz avanços na sistemática de atuação do Estado Brasileiro, ao evidenciar os compromissos do Poder Executivo com a nação, no que concerne às suas principais políticas públicas. Não obstante alguns dos conteúdos previstos para a Carta de Responsabilidade Econômico-social já serem preconizados na legislação infraconstitucional, a exemplo da discriminação das principais variáveis fiscais no anexo de metas fiscais das leis de diretrizes orçamentárias, a Carta inova em muitos outros aspectos.

Releva mencionar ilustrativamente a definição de parâmetros, objetivos e metas quantificados por indicadores para as políticas de desenvolvimento de capacidade tecnológica e científica de redução das desigualdades regionais e sociais e de fomento à Reforma Agrária. É precisamente na área social que a Carta de Responsabilidade desempenhará seu mais relevante papel, ao exigir dos governantes um compromisso efetivo com a superação dos graves problemas nacionais. Vale destacar que a proposição prevê o acompanhamento mediante relatórios e debates, nas duas Casas de Congresso Nacional, das variáveis qualitativas e quantitativas constantes das Cartas.

Como assinalado na justificação da PEC, esta mudança no perfil de relacionamento entre o Executivo e o Legislativo pode permitir um passo importante em direção ao novo padrão de atuação do estado que o resgate social, como dimensão essencial da economia, e adote a transparência e a participação da sociedade como método de Governo. Quanto à técnica legislativa, sem embargo, a proposição está a merecer ajustes, notadamente para adequá-la aos preceitos da Lei Complementar nº. 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Inicialmente, impõe-se renumerar o artigo único da PEC para o Art. 1º, acrescentando-se um Art. 2º, com a cláusula da vigência da proposição. Impõe-se ainda alterar a redação dada pelo artigo único da PEC ao § 1º do art. 165, com vistas a adequar a redação. Com efeito, a redação dada pelo autor dispõe que a Carta de Responsabilidade será encaminhada acompanhando a lei que instituiu o Plano Plurianual. Esse mandamento não está adequado, porquanto, em verdade, a Carta deverá acompanhar o Projeto de Lei relativo ao Plano Plurianual.

Assim, propusemos em nosso relatório que fosse desmembrado o texto para manter a redação original do § 1º do art. 165 da Constituição Federal e que o acréscimo proposto pelo autor passasse a constituir

o § 1º-A. Entretanto, publicado o referido relatório, recebemos a sugestão para melhor adequar a redação à técnica legislativa, com alteração do número do dispositivo mencionado do § 1º-A para §12, reformulando, neste ponto, o relatório anteriormente apresentado. Finalmente, cabe retificar a numeração dos números §§ 10º e 11º, acrescidos ao art. 165 da Constituição, que devem ser expressos por números cardinais, conforme dispõe a Lei Complementar nº. 95/98. Ademais, foram feitos ajustes de redação ao §11, inclusive para o fim de se substituir a referência “parágrafo anterior” para “§10”, exigido também pela já citada Lei Complementar.

Por fim, ressalta-se que a presente PEC, que tem como primeiro signatário o Senador Mercadante, harmoniza-se com outras proposições em andamento que tem os mesmos objetivos. Refiro-me à PEC 29/2003, cuja primeira signatária é a ilustre Senadora Lúcia Vânia, que determina que os objetivos impostos à ordem social passem a ser avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social, e a PEC 71/2005, da qual sou o primeiro signatário, que também altera o Art. 165 da Constituição Federal, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer critérios a serem adotados na regionalização dos gastos da União. São medidas que visam dar maior transparência à repartição dos recursos públicos e que certamente terão impactos substantivos na redução das desigualdades sociais e regionais. O voto. Em face, portanto, do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequação regimental e, por seu inegável mérito, votamos pela aprovação da proposta de Emenda à Constituição nº. 19/2003, com as emendas que já foram referidas no texto da análise exposta”. É esse o meu voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada, Senador Tasso Jereissati. Coloco em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. O parecer é favorável à proposta, com três emendas que apresenta. Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Passamos ao item 02. Projeto de... 32, desculpa.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode ser o 32 mesmo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Item 32. Projeto de Lei da Câmara nº. 97/2001. PL 02958/2000 na Câmara dos Deputados. Também não terminativo. “Institui o Programa Voluntário de Vacinação – PVV”. Autoria: Deputado Nelson Proença. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Favorável à matéria. A matéria vem a essa Comissão, nos termos do art. 101, item 01, do RISF, e retornará

à Comissão de Assuntos Sociais. Concedo... Pela ausência do Senador Antonio Carlos Valadares, nomeamos *ad hoc* o Senador Romeu Tuma para proferir o relatório sobre o projeto. O item 32, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Projeto de Lei da Câmara, 97, que institui o Programa Voluntário de Vacinação, PVV. Relatório: Senador Antonio Carlos Valadares, que, por designação da Sra. Presidente, passo a ler. “A Comissão de Assuntos Sociais aprovou relatório do Senador Augusto Botelho, que propõe a oitiva preliminar dessa Comissão quanto à constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº. 97/2001, antes de se pronunciar definitivamente sobre a matéria. É bom lembrar que a matéria já tinha sido aprovada pela CAS e estava em votação no Plenário do Senado Federal quando, em razão do Requerimento 1531 do Senador Aloizio Mercadante, foi solicitado reexame da matéria pela CAS, para fim de análise de projeto à luz da Lei 8080, de 1990, e portaria conjunta ANVISA/FUNASA nº. 01/2000, que estabelece as exigências para o funcionamento de estabelecimento privado de vacinação, seu licenciamento, fiscalização e controle”. V. Exa. permite que eu leia o voto? Porque eu acho que já está--

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Sim, com certeza, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, em decorrência das considerações que foram relatadas, a opinião no sentido da aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 97, conforme propõe o Senador Antonio Carlos Valadares.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Parecer é favorável ao projeto. Srs. Senadores, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós temos, Senadora, Presidente, uma aflição muito grande sobre o problema de vacinação. Ainda esta semana, houve o problema do reaparecimento da febre amarela em alguns lugares do Brasil. Então, provavelmente, esse acordo possa facilitar a velocidade nas vacinações programadas pelo Governo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada, Senador Romeu Tuma. Item 02. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº. 175/2007. PL nº. 01288/2007, na Câmara dos Deputados. Não terminativo. “Altera o Decreto-Lei nº. 2848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, a Lei nº. 7210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo

condenado nos casos em que especifica. Autoria do projeto: Senador Magno Malta. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Pela aprovação da ementa e dos arts. 1º, 2º e 3º do substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº. 175/2007 e pelo restabelecimento, ao mesmo tempo, dentre as alterações processadas pelo art. 2º, do PLS nº. 175/2007, e das mudanças preconizadas aos arts. 115, 122 e 132, da Lei de Execução Penal, na forma do texto originalmente aprovado pelo Senado Federal, sem prejuízo do ajuste redacional, para uniformizar a denominação do novo instituto, que passa a ser monitoração eletrônica e não rastreamento eletrônico. Observação: Em 11/03/2009, foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais". Como não houve manifestação do Senador Suplicy, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para as suas considerações.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O acompanhamento eletrônico--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. Monitoração.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que item é? Desculpa, Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Eduardo Suplicy pediu vista--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É, ele pediu vista, que ia fazer uma Audiência Pública. Depois, ele suspendeu--

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): É o item 02, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --pela necessidade de se ter urgência na aprovação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): De sorte que eu reitero as palavras que já tinha dito, ou seja, a--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Presidente da ementa já leu o projeto inteiro.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Então, o projeto é esse, pode ter monitoração em regime aberto, semiaberto, em saída temporária, etc., etc. Então, meu parecer é favorável.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E cumprimento V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Nosso Presidente está competente como Presidente e competente como Relator, né? É preciso. Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação, o parecer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Elogio é discussão ou não? Queria só elogiar o Senador Demóstenes porque a primeira apresentação do sistema eletrônico fui eu, na tribuna que veio dos Estados

Unidos, onde eles usam com bastante vigor isso. E, hoje, nós temos... O assassino sai para visitar a família, na primeira esquina, assalta ou mata. Então, ninguém sabe onde ele anda, com quem ele anda. Então, cumprimento V. Exa. pela técnica na elaboração do relatório, e tem, sem dúvida nenhuma, por pouco valor, meu endosso total.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Com certeza, é importante. Encerro a discussão. Em votação o parecer. Srs. Senadores, que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 14. Projeto de Lei da Câmara nº. 36/2003, PL nº. 04375/2001, na Câmara dos Deputados. Também não terminativo. "Dispõe sobre o interrogatório do acusado". Autoria: Deputado José Roberto Batochio. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Em 03/03/2009, foi recebido o relatório, reformulado, com voto pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Em 25 de março de 2009, foi concedida vista aos Senadores Augusto Botelho e Expedito Júnior, nos termos regimentais. Consulto o Senador... Augusto Botelho não está presente. Expedito Júnior está. Se há manifestação decorrente do pedido de vista. É o item 14, que dispõe sobre interrogatório do acusado. O Relator é o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Quem é o Relator?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sou eu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Senador Demóstenes Torres.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não fui eu que pedi vista, não. Por isso que eu estou...

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Aqui está. Tudo bem, Senador Expedito Júnior. Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para suas considerações.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sra. Presidente, Srs. Senadores, esse é um projeto aprovado pela Câmara, só que ele foi aprovado antes da reforma, que também foi aprovada aqui, do procedimento ordinário.

Então, eu apresentei uma emenda substitutiva porque muita coisa já foi aproveitada no projeto aqui aprovado, que já virou lei, inclusive. Só um dos aspectos é que eu mantenho, que é justamente a possibilidade

de as partes inquirirem diretamente o acusado, sem a intervenção do Juiz. Isso já acontece com as testemunhas e, no Tribunal do Júri, acontece inclusive no interrogatório. Aprovado isso aqui, no interrogatório, vai ficar igual no Tribunal do Júri, ou seja, pode perguntar o Promotor e pode perguntar o Defensor, diretamente ao... Nós já aprovamos aqui, inclusive no Tribunal do Júri, dessa forma. Ficou... Como foi outro Senador que relatou, ficou diferente. Nós estamos harmonizando o Código, eu apresentei um substitutivo, em cima do projeto do Batochio, para deixar isso claro.

Então, o parecer é favorável com essa emenda, que permite ao Promotor e o Advogado, também no procedimento comum, não só no Júri interrogarem diretamente o acusado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Feito o relatório do Senador Demóstenes Torres, coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. O parecer favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 23. Projeto de Lei da Câmara nº. 06/2004, PL nº. 00209/2003 na Câmara dos Deputados, não terminativo. “Dispõe sobre a presença de Advogado nos procedimentos judiciais e dá outras providências”. Autoria: Deputado Marcelo Ortiz. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer contrário à matéria. Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o relatório sobre o projeto.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sra. Presidente, Srs. Senadores. Esse é um projeto que ele não tem qualquer guarida constitucional. Por quê? Porque ele exclui das atividades privativas do advogado a postulação perante a Justiça do Trabalho, a Justiça de Paz e Juizados Especiais. Então, a matéria é francamente inconstitucional e não tem como ser aprovado. Parecer é contrário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Coloco em discussão a matéria. Srs. Senadores, está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação, o parecer contrário ao projeto. Srs. Senadores, que aprovam o parecer contrário ao projeto, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 30. Projeto de Lei da Câmara nº. 35/2002, PL nº. 01043/1999 na Câmara dos Deputados. Não terminativo. “Dispõe sobre a declaração de óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públi-

cos e privados”. Autoria: Deputado Dr. Hélio. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer favorável à matéria. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o relatório sobre o projeto.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sra. Presidente, Srs. Senadores, esse também é um projeto que é um bom projeto. O que ele visa? Aprimorar os mecanismos de declaração e de estatística de óbito. Há mudar muito sobre notificação... Há muita coisa bagunçada e, então, ele uniformiza e dá mais eficiência para que essa verificação aconteça a contento. Comunicação compulsória de doença... Morreu por quê? Houve homicídio? Etc. Então, estabelece um padrão que vai ser cumprido no Brasil. O meu parecer é favorável.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, isso ajuda o Tribunal Eleitoral para evitar o uso de mortos na expedição de título eleitoral.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Um instante, Senador. Coloco em discussão a matéria. O senhor gostaria de discutir?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, só porque a gente tem uma preocupação muito grande, em alguns lugares, que usam nome de mortos para expedir título eleitoral. Então, essa obrigatoriedade, dentro do critério de maior rapidez, provavelmente os tribunais acompanharão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Com certeza. Não havendo quem queira discutir, coloco em discussão... Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer favorável ao projeto. Srs. Senadores, que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 31. Emendas 01 a 03 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº. 2005/1992. PL nº. 03777/1997, na Câmara dos Deputados, não terminativo. “Acrescenta parágrafo único ao art. 31, da Lei nº. 8078, de 11 de setembro de 1990, Código de Proteção e Defesa do Consumidor”. Autoria do projeto: Senador Sérgio Machado. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer favorável às emendas da Câmara dos Deputados. Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para proferir o relatório sobre as emendas.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sra. Presidente, Srs. Senadores, esse é um projeto que também é muito bom para o consumidor. E ele delinea o quê? Sobre a gravação das informações nas embalagens de produtos congelados. Para evitar o quê? Que o contato com a umidade dificulte a leitura para

o consumidor. O projeto vem detalhando, recebeu 13 emendas na Câmara, só melhorou, de forma que eu voto completamente favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Coloco em discussão a matéria.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, só para--

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Para discutir, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sou favorável. Acho que, além do interesse do controle da data de vencimento, eu acho que é um projeto que ajuda a saúde pública também. Esse contato pode deteriorar o produto antes da data de vencimento. Tem uma importância muito grande.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Alguém mais para discutir? Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer favorável às emendas de nº. 01 a 03 da Câmara dos Deputados, emendas ao projeto. Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar. Item 15. Proposta de Emenda à Constituição nº. 42/2008, PEC nº. 138/2003, na Câmara dos Deputados. "Altera a denominação do Capítulo 07, título VIII, da Constituição Federal, e modifica seu art.227. Dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude". Autoria: Deputado Sandes Júnior e outros Srs. Deputados. Relatoria: Senador Expedito Júnior. Parecer é favorável à proposta, com três emendas que apresenta. Em 25 de março de 2009, foi concedida vista ao Senador Renato Casagrande, nos termos regimentais. Não estando presente o Senador Renato Casagrande e não tendo feito nenhuma manifestação, concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior, para suas considerações. Eu só... Como eu li as emendas apresentadas por V. Exa.?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Todas de redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Acho que se V. Exa. colocasse como emendas de redação...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É isso mesmo...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas não estão com esse nome.

É melhor colocar como emenda de redação. Porque, aí, senão a Mesa pode devolver para a Câmara.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Mas não é nem a nossa intenção. Até porque a emenda já é emenda de redação mesmo. Porque, na verdade, é só sobre a questão... São três emendas. É uma que substitui o último artigo--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, pronto. Já está como emenda de redação.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): E nós já lemos o relatório na Reunião da semana passada, e o Senador Casagrande havia pedido vistas, mas já disse que está tudo ok e tranquilo. Já está liberado para ser votado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As senhoras e senhores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 24 da pauta. Projeto de Lei da Câmara, nº. 17/2004, PL nº. 07122/2002, na Câmara dos Deputados. "Acrescenta § 6º ao art. 206, da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, estabelecendo em 20 anos a prescrição da pretensão de reparação relativa a acidente do trabalho ou à doença ocupacional". Autoria: Deputado Dr. Rosinha. Relatoria: Senador Romero Jucá. Parecer contrário à matéria. Não estando presente o Senador Romero Jucá, concedo a palavra, como Relator *ad hoc*, ao Senador Romeu Tuma. Item 24 da pauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, é extenso o relatório, se V. Exa. permitir, que já está na presença de cada um dos Srs. Senadores, peço licença só para ler o voto, Sr. Presidente. Presidente, V. Exa. concorda que leia só o voto? Porque ele é extenso. Então, o voto. "Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº. 17/2004, PL 7122/2002, na Casa de origem, conforme preceitua o Senador Romero Jucá, pela rejeição".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. E Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Ou seja, rejeitado. Aprovado o parecer.

Item 33. Projeto de Lei da Câmara nº. 133/2001, PL nº. 04162/2001, na Câmara dos Deputados, não terminativo. "Altera o *caput* do art. 20, da Lei 5.474, de 18 de julho de 1968. Inclui as empresas e fundações e sociedades civis prestadoras de serviço de locações de bens móveis entre os que podem emitir fatura e du-

plicata". Autoria: Deputado Arnaldo Madeira. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Parecer contrário à matéria. Observação: a matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Não estando presente o Senador Antonio Carlos Valadares, designo, como Relator *ad hoc*, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É o 33, Presidente? É o item 33, né? Com a leitura da ementa que V. Exa. já fez, eu me permitiria ler só o voto, se V. Exa. concordar, já que a ementa esclarece o que representa esse projeto. Então, diz: "Em vista do exposto, considerando a impropriedade do enquadramento da locação de bens móveis como prestação de serviço, manifestamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara 133/2001, com o seu consequente arquivamento. Senador Antonio Carlos Valadares. Pelo arquivamento".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 28 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal, nº. 125/2005. "Susta os arts. 6º, inciso XVI; art. 7º, §§ 1º, 2º, 11, 15, 34, 35, 36, 37, Parágrafo Único, 52 do regulamento do serviço de retransmissão de televisão e do serviço de repetição de televisão, anclares ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, aprovado pelo Decreto nº. 5371, de 17 de fevereiro de 2005". Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Parecer contrário à matéria. Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, para proferir o relatório sobre o projeto.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, Senador Demóstenes, esse projeto, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que pretende sustar a aplicação dos arts. 6º, 7º, 1º e 2º, 11, 15, 34, 35, 36, 37, Parágrafo Único, e 52 do regulamento de serviço de retransmissão de televisão e do serviço de repetição de televisão, ele tinha uma série de finalidades, que foram já corrigidas pelo Decreto nº. 5.413/2005. Todas essas colocações e objeções feitas pelo Senador Arthur Virgílio foram superadas em função desse artigo. Diante disso, é que o nosso voto é pela rejeição do projeto, inclusive já de acordo com o próprio autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Todas essas matérias seguirão adiante.

Item 37. 37 é não terminativo. Proposta de Emenda à Constituição nº. 62/2003. "Dá nova redação ao art.

236 da Constituição Federal, dispondo sobre o serviço de registros públicos e notariais". Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Srs. Senadores. Relatoria: Senador Álvaro Dias. Parecer contrário à matéria. Não estando, nesse momento, aqui, o Senador Álvaro Dias, para proferir o relatório sobre a proposta, nomeio Relator *ad hoc* o Senador Tasso Jereissati. 37.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Demóstenes, ilustre Presidente dessa Comissão, a proposta de Emenda à Constituição do Senador, cujo primeiro signatário é o Senador Geraldo Mesquita Júnior, oferece nova redação ao art. 236 da Constituição Federal, com as seguintes modificações: no art. 236, passaria a vigorar com o seguinte texto: "Os serviços de registro público serão exercidos diretamente pelos estados, podendo os notariais ser exercidos sob o regime de administração privada, mediante delegação do Poder Público. § 1º: Lei Federal regulará as atividades de ambos, disciplinará a responsabilidade civil e criminal de notários e oficiais de registro e seus prepostos, submetendo-as à fiscalização do Ministério Público, no caso das exercidas diretamente pelo estado e a do Poder Judiciário, delegadas pelo Poder Público. § 2º: Os emolumentos dos serviços notariais, exercidos por delegação do Poder Público, obedecerão às normas gerais, fixadas por lei federal, não podendo ser superior a 10% dos respectivos custos. Art. 3º: Os serviços notariais estarão sujeitos às normas do Código de Defesa do Consumidor, e seu exercício dependerá do provimento, mediante concurso público, de provas e títulos". O voto feito pelo ilustre... Senador Álvaro Dias... Análise... O voto do ilustre Senador Álvaro Dias... "Levando em consideração todos esses fatos, o Relator adota uma atitude de rejeição da presente proposta à Emenda à Constituição. Reconhece que existem falhas, irregularidades têm acontecido, envolvendo titulares de delegação, mas elas são episódicas e esporádicas e têm sido superadas, graças à eficiente fiscalização realizada pelo Poder Judiciário. Diante do exposto, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade [ininteligível], mas, quanto ao mérito, pela sua rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Pelo adiantado da hora, suspendo a presente Reunião, para que tenha continuidade amanhã, às 10 horas.

Sessão suspensa às 16h28.

4ª PARTE, REALIZADA NO DIA 2 DE ABRIL DE 2009, ÀS 10 HORAS e 29 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro reaberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Passamos à quarta parte da presente reunião, que destina-se à deliberação dos itens 38 a 75.

Item 38, Requerimento do Senado Federal, nº 200/2003. “Requer, nos termos do disposto do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplausos aos Jornais Correio Braziliense, do Distrito Federal, À Tarde, da Bahia, O Povo, do Ceará, a Gazeta do Povo, do Paraná, O Estado de Minas, de Minas Gerais, e O Popular, de Goiás, pelo prêmio recebido, segundo avaliação da Agência de Notícia dos Direitos da Infância e do Instituto Ayrton Senna, de melhor cobertura aos assuntos ligados ao cotidiano das crianças e adolescentes brasileiros em 2002”. Autoria: Senadora Lúcia Vânia; relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares. Parecer favorável à matéria.

Nomeio relator *ad hoc* o Senador Marconi Perillo, para proferir o seu parecer.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, o conteúdo do projeto do Requerimento é meritório, porém, em função do tempo, resta prejudicado. O parecer é pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 39. Requerimento do Senado Federal, nº 844/2003, não terminativo. “Requer nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal e ouvido o plenário, voto de aplauso pelo transcurso do Cinquentenário da Rede Record de Televisão, em 2003”. Autoria: Senador Arthur Virgílio; relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares. Parecer favorável à matéria. Nomeio relator *ad hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir à V. Exa. que, se possível, envie a todas essas instituições uma carta da Comissão de Constituição e Justiça, informando do requerimento que houve essa intenção, e que a Comissão de Constituição e Justiça, apesar de ter considerado prejudicado, está enviando, mesmo atrasado, os cumprimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Faremos isso.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O parecer também é pela aprovação, o requerimento é meritório, mas, em virtude do decorrer do tempo, o parecer é pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 40. Requerimento do Senado Federal, nº 846/2003. “Requer nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, pela elevação e pelo conteúdo do discurso que proferiu por ocasião da solenidade comemorativa do 175º aniversário de criação do Supremo Tribunal Federal”. Autoria: Senador Arthur Virgílio; relatoria: Senador Tasso Jereissati. Parecer favorável à matéria. Nomeio relator *ad hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Matéria meritória, porém, prejudicada. O voto é pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 41. Requerimento do Senado Federal, nº 937/2003. “Requer nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas congratulações ao Dr. Elielson Ayres de Souza, Procurador do IBAMA/Rio de Janeiro, pela excelência do trabalho realizado pelo IBAMA de Rondônia, em parceria com a Polícia Federal, no desmantelamento de quadrilha que vinha roubando madeiras nobres de áreas indígenas e parques florestais do Estado de Rondônia”. Autoria: Senadora Fátima Cleide; relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares. Parecer favorável à matéria. Nomeio relator *ad hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Conteúdo meritório, voto pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 42. Requerimento do Senado Federal, nº 1132/2003. “Requererem nos termos regimentais voto de repúdio desta Casa ao comportamento desrespeitoso do Exmo. Deputado Jair Bolsonaro para com a Exma. Sra. Deputada Maria do Rosário, em episódio ocorrido no salão verde da Câmara dos Deputados, em 11 de novembro de 2003”. Autoria: Senadora Ideli Salvatti e outros Srs. Senadores; relatoria: Senador Arthur Virgílio. Parecer contrário à matéria. Nomeio relator *ad hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Voto pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 43. Requerimento do Senado Federal, nº 410/2004. "Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso em homenagem à diretoria do Jornal Cinform, Semanário de Aracaju-SE, pela brilhante iniciativa de publicar mensalmente o caderno especial "Cinform nas escolas". Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares; relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável à matéria. Nomeio relator *ad hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Conteúdo meritório, porém o voto é pela prejudicialidade, em função do tempo transcorrido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 44. Requerimento do Senado Federal, nº 424/2004. "Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Sra. Zilda Arns, eleita personalidade do ano de 2003, pelo prêmio Faz Diferença". Autoria: Senadora Fátima Cleide; relatoria: Senador Aloizio Mercadante. Parecer favorável à matéria. Nomeio relator *ad hoc* Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

A Dra. Zilda Arns merece, por parte da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, todos os votos de aplauso por toda a sua vida, por todo o seu exemplo de vida, porém, em função do tempo transcorrido, voto pela prejudicialidade da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 45. Requerimento, nº 569/2004. "Requer, com fundamento no art. 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, consulta à Comissão de Constituição e Justiça sobre aplicação do art. 64, § 2º, da Constituição Federal, com sobrestamento nas comissões das matérias examinadas em caráter terminativo". Autoria: Senador Osmar Dias; relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: "Conclui que: a) quando o Senado Federal estiver em mora quanto à apreciação de proposições sujeitas aos §§ 1º e 2º, do

art. 64, da Constituição Federal, sobrestar-se-ão as deliberações legislativas do Plenário do Senado Federal; quanto ao funcionamento das comissões técnicas, a preocupação expressa na Consulta somente seria equacionada caso se altere o Regimento Interno do Senado Federal para determinar que o prazo para a interposição de recurso contra o caráter terminativo do exame de determinada proposição não transcorrerá quando a pauta do Plenário estiver sobrestada em face de mora no exame de Medida Provisória ou de proposição para a qual o Presidente da República requereu o regime de urgência constitucional (§ 2º, do art. 64, da Constituição Federal).

Passo a presidência ao Senador Marconi Perillo, para que eu possa fazer a relatoria.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Ilustre relator, Presidente desta Comissão, o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sr. Presidente e Srs. Senadores, esse é um assunto que acabou sendo dirimido, também, com o tempo, pelas diversas atualizações que o Regimento do Senado acabou tendo. Então, de forma que também dou o parecer pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Sras. e Srs. Senadores, que concordam com o parecer do ilustre Senador Demóstenes Torres, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Retorno a presidência ao Dr. Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 46. Requerimento do Senado Federal, nº 1203/2004. "Requerem, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado voto de aplauso ao colunista Elio Gaspari, do Jornal O Globo, ganhador do 'Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo', na categoria política". Autoria: Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores; relatoria: Senador Aloizio Mercadante, favorável à matéria.

Designo relator *ad hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, trata-se de matéria extremamente meritória, porém, prejudicada em virtude do tempo. O voto é pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs.

Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 47. Requerimento, nº 1204/2004. "Requerem, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado voto de aplauso à colunista Miriam Leitão, do Jornal O Globo, ganhadora do 'Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo', na categoria Economia". Autor: Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores; relator: Senador Eduardo Suplicy. Parecer favorável à matéria.

Designo relator *ad hoc* o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Por economia processual, não há possibilidade de aglutinar todos os requerimentos semelhantes de aplausos e nós votarmos em globo, já que são muitos?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar só essa e colocó em votação o requerimento de V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em globo?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em globo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Demóstenes Torres e Srs. Senadores, o Senador Eduardo Suplicy propõe voto de aplauso à colunista Miriam Leitão, do Jornal O Globo, ganhadora do Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, na categoria economia. Foram atendidos todos os pressupostos de constitucionalidade e juridicidade técnica legislativa. Então, o parecer do Senador Eduardo Suplicy, que é o relator, é favorável. A jornalista Miriam Leitão, conhecida de todos, é uma competente jornalista e economista, que merece os aplausos do Senado Federal por ter ganhado o prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, na categoria economia. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O voto é--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sugiro à V. Exa., como nós temos feito com a relatoria do Senador Marconi Perillo, dado ao tempo... Por exemplo, nós temos aqui dando parabéns às personalidades de 2003. Como esses projetos ficaram todos aí, nós temos que votá-los, não

tem jeito de permanecer na gaveta. Então, eu sugiro à V. Exa. que dê o parecer pela prejudicialidade, ou seja, reconhecemos que é meritório, mas não temos como mandar uma congratulação pelo que aconteceu em 2003. Então, se V. Exa. concordar pela prejudicialidade da matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda razão. O requerimento é de 2004, o prêmio referido a 2003. Então, a prejudicialidade da matéria, em função do tempo em que ela levou para ser definida e votada, voto desta forma. Mas, de qualquer maneira, o voto de aplauso à jornalista Miriam Leitão deve ser também comunicado a ela da proposta do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador já sugeriu, o Senador Marconi Perillo, e aprovado, já que nós vamos enviar uma correspondência a todo mundo, dizendo que teve essa proposta, que houve o parecer favorável, mas, com o decorrer do tempo, não era mais possível fazer a votação. Mas que houve a lembrança e houve, inclusive, um voto favorável.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De acordo, Presidente Senador Demóstenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em votação o requerimento feito pelo Senador Antonio Carlos Valadares, para que essas matérias possam ser votadas em globo. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa. poderia ler só a ementa de todos?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. Vou ler só o número do requerimento.

Item 41, Requerimento nº 937/2003; Item 42, Requerimento nº 1.132/2003; Item 43, Requerimento... Retificando. Item 48, Requerimento nº 1205/2004; Item 49, Requerimento nº 1227/2004; Item 50, Requerimento 1263/2004; Item 51, Requerimento nº 1270/2004; Item 52, Requerimento nº 1346/2004; Item 53, Requerimento nº 1347/2004; Item 54, Requerimento nº 1350/2004; Item 55, Requerimento nº 1484/2004; Item 56, Requerimento nº 1497/2004; Item 57, Requerimento nº 1526/2004; Item 58, Requerimento nº 1527/2004; Item 59, Requerimento nº 305/2005; Item 60, Requerimento nº 1030/2006; Item 61... Até o número 60 são

requerimentos. Designo relator *ad hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente e Srs. Senadores, todos os requerimentos são extremamente meritórios, as pessoas homenageadas merecem a moção de aplauso por parte do Senado Federal, porém, em razão do tempo decorrido, o voto é pela prejudicialidade de todos. Lembrando que V. Exa. irá enviar a todos os homenageados uma moção de aplauso em função da iniciativa e do parecer favorável.

O voto é pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 61. Diversos nº 27/96. "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão 121/96, adotada pelo Tribunal de Contas da União, na Sessão Extraordinária do Plenário, de 21 de março de 1996, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam (TC 000.171/94-8)". Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União; relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Parecer pelo arquivamento da matéria. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, como V. Exa. se referiu, trata-se de um ato, uma decisão do Tribunal de Contas, na sessão extraordinária plenária, de 21 de março de 96, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam. O nosso parecer é pelo arquivamento da representação, tendo em conta a perda do seu objeto, pela revogação do ato inquinado de ilegal pelo Tribunal de Contas da União. Se o Tribunal de Contas da União julgou ilegal, não há por que dar continuidade. O meu parecer é pelo arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 62. Aviso nº 51/2000. "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 223, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre representação acerca das inconstitucionalidades presentes na Medida Provisória 1784, de 14 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e institui o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (TC – 002.363/2000-6)". Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União; relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Transfiro a presidência ao Senador Marconi Perillo, para poder proferir o parecer.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o relatório sobre o aviso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pelo arquivamento da matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Coloco em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer que conclui pelo arquivamento. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Devolvo a presidência ao ilustre Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 63. Mensagem nº 100/2000. "Nos termos do inciso XXIX, do art. 19, da Lei 9472, de 16 de julho de 1997, encaminha ao Senado Federal o Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel -, referente ao exercício de 1998". Autoria: Presidência da República; relatoria: Senador Romero Jucá. Parecer: "Conclui que a Agência Nacional de Telecomunicações desenvolveu suas atividades no exercício de 98, em conformidade com os princípios de imparcialidade, impessoalidade, legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, moralidade, publicidade, como determinado pelo art. 38, da Lei Geral". A matéria seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos e para a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Nomeio relator *ad hoc* o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, a conclusão, praticamente, é a ementa que V. Exa. leu desse encaminhamento, como determina o art. 38, da Lei Geral, tendo atendido de forma adequada as expectativas da sociedade brasileira no desempenho de sua competência e atribuições.

É a conclusão do Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 64. Ofício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nº 01, de 2002. Ofício do Senado Federal interno, nº 0013/2002, na origem. "Comunica ao Senado Federal que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão recebeu de entidades representantes

de direitos civis representação, acerca da necessidade de ser submetido ao exame do Senado Federal as cláusulas do acordo que o Brasil está a negociar com o Fundo Monetário Internacional, para receber empréstimo de cerca de 30 bilhões de dólares. Autoria: Ministério Público da União; relatoria: Senador Pedro Simon. Parecer: “pelo encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Fazenda pelo encaminhamento da matéria à Procuradoria-Geral da República, mediante despacho à Mesa desta Casa, solicitando as prontas diligências cabíveis no caso e pelo arquivamento do Ofício 01/2002”.

Eu vou designar como relator *ad hoc* o Senador Marconi Perillo. E me parece que a matéria está totalmente prejudicada. É matéria que já passou. O Brasil já não pede dinheiro emprestado há muito tempo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, o parecer está muito bem fundamentado, o encaminhamento do requerimento também me parece lógico, entretanto, concordo com V. Exa., o parecer é pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 65. Ofício “S”, nº 20/2002. “Encaminha ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na distribuição, comercialização e na qualidade de combustíveis daquele estado”. Autoria: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Parecer: “pela apresentação de Projeto de Lei de requerimento de informações ao Ministro de Estado Minas e Energia, na forma do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, e pelo arquivamento do Ofício “S”, nº 20/2002”.

Designo relator *ad hoc* o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A conclusão do Senador Suplicy. Em vista do exposto, voto pela aprovação do seguinte requerimento de informações e pelo arquivamento do ofício “S”, nº 20/2002. Voto ainda pelo encaminhamento da resposta ao requerimento de informações para Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, finalmente voto pelo oferecimento do Projeto de Lei que se segue. E ele apresenta um projeto referente à comunicação que foi feita pela Assembléia Legislativa sobre combustíveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sugiro à V. Exa. que o mesmo

requerimento seja considerado prejudicado. O envio, como sugere o Senador—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele é de 99.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, pela prejudicialidade. Só que talvez a resposta à Assembléia, como propôs o Senador, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, sim.

É melhor votar dessa forma porque foi apresentado um Projeto de Lei. Então, vamos manter dessa forma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, o projeto poderá ser encaminhado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 66. Consulta o Senado Federal, nº 01/2003, Senado Federal, nº. 01507/2003. “Consulta, sem efeito suspensivo, sobre questão de ordem formulada pelos Líderes do PFL, Senador José Agripino, do PSDB, Senador Arthur Virgílio, e do PDT, Senador Jefferson Péres, sobre o Projeto de Lei de Conversão, nº 21, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 121/03, que dispõe sobre a criação de subsidiárias integrais do Banco do Brasil S/A, para atuação no segmento de microfinanças e consórcios, sob alegação de que a edição da mencionada Medida Provisória contraria o disposto no art. 246, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2003. Autoria: Presidente do Senado Federal; relatoria: Senador Pedro Simon. Parecer: “para que se responda consulta, esclarecendo que, para aplicação do disposto no art. 246, da Constituição Federal, basta alteração, por menor que seja, de qualquer dos dispositivos em que se encontre articulado o artigo. Afinal, este último, em todo o texto legal, sempre consagra ideia, seja de forma ampla ou com algumas exceções. Por isso, qualquer modificação que venha ser posteriormente introduzida sempre representa ampliação ou restrição da ideia original, portanto, alteração do artigo como todo. Relator: Senador Pedro Simon”. E nomeio relator *ad hoc* Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Voto: “Diante do acima exposto, o nosso voto é no sentido que se responda a consulta, esclarecendo que, para aplicação do disposto no art. 246, da Constituição Federal, basta alteração, por menor que seja, de qualquer dos dispositivos em que se encontra articu-

lado o artigo. Afinal, esse último, em todo o texto legal, sempre consagra uma ideia, seja de forma ampla ou com algumas exceções. Por isso, qualquer modificação que venha a ser posteriormente introduzida sempre representa ampliação ou restrição da ideia original, portanto, alteração do artigo como um todo". Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 67. Projeto de Resolução do Senado, nº 04/2003. "Institui a Ouvidoria Permanente do Senado Federal para encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações". Autoria: Senador Paulo Paim; relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável à matéria. Designo relator *ad hoc* o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Demóstenes Torres, Srs. Senadores, o projeto do Senador Paulo Paim, que institui a ouvidoria permanente do Senado Federal para encaminhar denúncia de preconceitos e discriminações, teve voto favorável pela aprovação do Senador Relator Eduardo Azeredo. Este é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria irá para a Comissão de Assuntos Sociais, e, em seguida, à Comissão diretora.

Item 68. Projeto de Decreto Legislativo, nº 952/2003. "Propõe convocação de plebiscito sobre adoção ou rejeição definitiva do horário de verão no Brasil". Autoria: Senador Valdir Raupp; relatoria: Senador Arthur Virgílio. Parecer contrário à matéria. Nomeio relator *ad hoc* o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu subscrevo o parecer do relator, o nobre líder Senador Arthur Virgílio Neto. Diante do exposto, S. Exa. diz que o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade do Projeto Decreto Legislativo 952/2003 e, quanto ao mérito, pela sua rejeição.

Este é o meu voto como relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 69. Recurso nº 09/2004. "Requer a nulidade da votação em segundo turno da proposta de Emenda à Constituição, nº 55A/2004, a PEC dos vereadores,

realizada na sessão deliberativa extraordinária, no dia 29 de junho de 2004, às 18h50". Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares; relatoria: Senador Romero Jucá. Parecer contrário à matéria. Designo relator *ad hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Voto do relator. Ante o exposto, votamos pela rejeição do Recurso nº 09/2004. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 70. Recurso nº 10/2004. "Requer a nulidade da sessão deliberativa extraordinária, realizada do dia 29 de junho de 2004, às 18h50, alegando erro na votação e na condução dos trabalhos em que foi votada em segundo turno a proposta de Emenda à Constituição, nº 55A/2004, PEC dos vereadores". Autoria: Senador Antonio Carlos Magalhães; relatoria: Senador Romero Jucá. Parecer contrário à matéria. Nomeio relator *ad hoc* o Senador Marconi Perillo. Lembrando que essa é ainda aquela votação de 2004, não tem nada a ver com essa do fim de ano. Senador Marconi.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Voto do relator, ilustre Senador Romero Jucá. Ante o exposto, votamos pela rejeição do Recurso nº 10/2004. Este é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 71. Ofício "S", nº 04/2005. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Contrário à matéria, pelo arquivamento.

Ofício "S", nº 04/2005. "Encaminho ao Senado Federal relatório elaborado por ocasião da reunião comemorativa dos 80 anos da criação dos Conselhos Penitenciários Estaduais, realizado no dia 8 e 9, no ano de 2004, em Brasília". Autoria: Ministério da Justiça; relator: Senador Demóstenes Torres.

Passo a presidência ao Senador Marconi Perillo para proferir eu o parecer.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Assumindo a presidência, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o relatório sobre o ofício.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pelo arquivamento da matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Coloco em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer que conclui pelo

arquivamento do ofício. Os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. O ofício será arquivado.

Item 72 da pauta. Requerimento não terminativo. “Requerem, com amparo no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e nos termos do art. 8º, § 3º, do ato da Mesa nº 01/2001, sejam solicitados ao Ministro de Estado da Fazenda as informações e documentos sigilosos relativos ao cidadão Francenildo dos Santos Costa, na forma que ele explicita”. Autoria: Senador Tião Viana e outros senadores e senadoras; relatoria: Senador Demóstenes Torres. O parecer dele é pela prejudicialidade e pelo arquivamento da matéria. Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para proferir o relatório sobre o requerimento.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer foi favorável, mas, hoje, já é prejudicial, não há mais por que bisbilhotar o sigilo do Francenildo, porque ele já foi bisbilhotado, inclusive ilegalmente. Então daí o parecer é pelo arquivamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu concordo com V. Exa—

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela prejudicialidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --porque o processo já está no Supremo para decisão. Então, seria praticamente impotente aqui uma discussão sobre um processo que já está para decisão final no Supremo. Concordo com V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Encerro a discussão. Em votação o parecer. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, que aprovaram, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 73. Requerimento nº 296/2006, não terminativo. “Requerem, com amparo no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar 105, de 2001, nos termos do art. 8º, § 3º, no ato da Mesa nº 01, de 2001, sejam solicitados ao Ministro de Estado da Fazenda as informações e documentos sigilosos relativos ao cidadão Paulo Tarcísio Okamoto, na forma que o explicita”. Autoria: Senador Antônio Carlos Magalhães e outros senadores e senadoras; relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: pela prejudicialidade e pelo arquivamento da matéria. Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para proferir o relatório sobre o requerimento.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Esse é o pedido de informações e documentos sigilosos sobre Paulo Okamoto. Eu já nem sei mais que escândalo era esse, vampiro, Waldomiro, não sei mais. Foi uma matéria que passou, já não tem mais pertinência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foi uma denúncia, à época, que já tem eu acho que três ou quatro anos, e, praticamente, perdeu a razão. V. Exa. tem razão.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não tem mais razão de ser. E aí o meu parecer é pela prejudicialidade da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação o parecer do Senador Demóstenes. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 74 da pauta. Requerimento nº 297/2006, não terminativo. “Requerem, com amparo no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar 105/2001, nos termos do art. 8º, § 3º, do ato da Mesa nº 01 de 2001, sejam solicitados ao Ministro de Estado da Fazenda informações e documentos sigilosos, relativos ao cidadão Fabio Luis Lula da Silva, na forma que explicita”. Autoria: Senador Antero Paes de Barros e outros Srs. Senadores e Senadoras. Relatoria: Senador Demóstenes. Parecer: pela prejudicialidade e pelo arquivamento da matéria. Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para proferir o relatório sobre o requerimento.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Também não vejo mais razão para chamar o Lulinha aqui, para as coisas do passado. Se fosse, ao menos, o Daniel Dantas, escândalo mais recente, muito bem. Mas esse aqui a matéria está totalmente prejudicada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, que aprovaram, permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer.

Devolvo a presidência ao Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O item 75... Houve um despacho da Mesa, que, na nossa opinião, prejudica o parecer que foi proferido pelo Senador Aloizio Mercadante. Daí por que eu retiro de pauta e mando para reexame para o Senador Aloizio Mercadante.

Agradeço a todos as senhoras--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É um outro assunto. Posso tratá-lo?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode. Perfeitamente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer um apelo à V. Exa. Eu tenho uma proposta de emenda à Constituição que trata da implementação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu acho que os Conselhos Nacionais foram implantados e deram certo, da Justiça, do Ministério Público. O Tribunal de Contas da União, ele acabou assumindo muitos poderes importantes para o nosso país, para a nossa república, para o Estado Brasileiro, e um controle externo fará bem ao Tribunal. As últimas notícias são argumentos fortes para que a gente possa ter um conselho externo do Tribunal de Contas.

A PEC está há muito tempo aqui. O relator é o Senador Jucá, Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos colocar então em votação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu me comprometo com V. Exa. colocar na pauta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Senador Romero Jucá é muito ocupado, porque ele é líder de governo. Eu já pedi a ele. O que eu estou pedindo é só um apelo de V. Exa. para que ele--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ele não deu o parecer ainda?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ainda não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu falo com o Senador Jucá. Se ele não puder, eu peço para que ele devolva e designo um novo relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já tem, inclusive, um relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu agradeço. Não quero tirar do Senador Romero Jucá, não. Só estou colocando o assunto, porque eu acho que é um assunto importante para nós, no controle--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Falo com ele hoje ainda.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sou Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, e nós estamos nesse trabalho,

que é um trabalho de aperfeiçoar a instituição, eu acho que é importante.

O outro tema, Sr. Presidente, eu falei com V. Exa., na terça-feira, no plenário. Ontem, eu estive numa atividade fora de Brasília, com o Governador Paulo Hartung, e não pude participar da sessão de ontem. Eu apresentei uma proposta, que eu também julgo uma proposta importante que foi feita pela consultoria da nossa CAS, que é a proposta da criação do Portal Transparência Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Esse nós já pautamos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, esse é novo, esse é recente, esse é dessa semana agora. Então já está designado pelo Presidente Sarney para cá. Como é um assunto também importante para o Senado, o Vice-presidente do Senado está aqui, V. Exa. deu até uma sugestão--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu acho que, inclusive, eu já designei relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --de ser o Senador Antonio Carlos Valadares, pelas características dele e por ser rápido no gatilho--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi a minha sugestão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Foi rápido no gatilho da apresentação rápida dos relatórios. Então, são matérias que, para o momento que nós estamos vivendo, importantes para que a Comissão de Justiça possa avançar, que vai ajudar no controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concorde com V. Exa. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que o Senador tem razão, porque, Senador Renato Casagrande, eu, hoje, lendo o jornal do Senado, vi que as lideranças do DEM, do PSDB e de outros partidos estiveram com o Presidente para exigir da Mesa uma definição, junto com a Câmara, para ter o mesmo comportamento e alguns dos objetivos de atendimento ao que os senadores querem e os deputados federais, haver uniformidade naquilo que se pode ou não fazer. Então, eu acho que--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V. Exa. concede um aparte?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador, V. Exa. tem razão. Eu acho que--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor falou comigo, inclusive, no corredor e fui consultar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu acho que há uma preocupação de todos nós de que não só a Câmara, também o Senado, e não só o Senado e também a Câmara possam regulamentar determinadas despesas que são realizadas pelos Senadores, porque nós temos interesse na transparência. Nós só queremos aplicar recursos públicos com autorização prévia, e que esses recursos públicos tenham cobertura legal. Sem isso, nós não queremos.

Então, eu acho que essa questão do uso de passagens aéreas, da verba indenizatória, tudo isso tem que ser transparente e haver um ato da Mesa de cada Casa, regulamentando a utilização de recursos públicos para esse fim. Eu acho que nenhuma Casa pode agir isoladamente. O Presidente da Câmara e o Presidente do Senado que se entendem muito bem, são dois homens públicos da maior experiência, da maior competência e representarão muito bem as nossas Casas, numa reunião conjunta, para que os atos não nasçam isoladamente, mas que cada Casa possa fazer o seu ato, entretanto, em plena harmonia entre as duas Casas. Obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, eu só queria cumprimentar V. Exa., porque, ontem, quando nós saímos daqui, era mais de 4 horas, porque abriu a plenária, e V. Exa. suspendeu para dar continuidade e, praticamente, eliminou uma pauta de três, quatro anos que está se arrastando.

Agora, eu pediria encarecidamente que, quando for até às 4, que os servidores recebam um lanchinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eles recebem. Não pode ser publicamente. Só eu é que posso. Devido à cirurgia, eu estou comendo publicamente agora, aqui, sem problema.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque a fome vem mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Srs. Senadores, na sessão de ontem, houve um debate acirrado em relação ao projeto das cotas raciais e sociais. Eu apresentei um requerimento, pedindo o apensamento ao projeto, a PEC de minha iniciativa, que institui as cotas sociais em relação à PEC das cotas raciais. Fiz um compromisso de que, ontem, ainda, nós votaríamos esse requerimento no plenário. Votamos, o plenário já

foi devolvido à CCJ, e eu quero cumprimentá-lo, porque V. Exa. também já deu o despacho à Senadora Serys Slhessarenko. Portanto, o compromisso firmado ontem foi rigorosamente cumprido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O processo está aqui, e o despacho já foi dado, mando ainda hoje para a Senadora Serys Slhessarenko.

Não havendo mais nada a tratar, declaro suspensão a reunião, comunicando que a presente reunião será reaberta na próxima terça-feira, dia 07 de abril de 2009, às 11 horas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ela não foi encerrada, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, está suspensa.

Nós temos ainda uma grande leva. Por sugestão do Senador Marco Maciel, nós estamos agindo dessa forma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É verdade.

Sessão suspensa às 11h11.

5ª PARTE, REALIZADA NO DIA 07 DE ABRIL DE 2009, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro reaberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Passemos à quinta parte da presente reunião, que destina-se à liberação dos itens 76 a 97.

Item 1(sic) da pauta. O Item 1(sic) da pauta é o Projeto de Lei do Senado, nº 32, de 1999. Esse item, ele é um projeto de autoria do Senador José Roberto Arruda, relatoria da Senadora Ideli Salvatti; parecer: favorável à matéria. Foi aprovado um projeto aqui muito mais amplo do que esse, nós já inclusive chegamos a discutir esse projeto. Então, eu estou sugerindo aos Srs. Senadores que nós retiremos de pauta e tentemos, para não haver contradição – ele já foi aprovado, foi para a Câmara -, ver se nós conseguimos fazer com que o texto saia parecido com o outro que nós já aprovamos. Então eu vou retirar de pauta, para que nós possamos ter um entendimento acerca da redação e falaremos com a Relatora, a Senadora Ideli Salvatti.

Item 77 da pauta. Requerimento nº 1178, de 2004, não terminativo: "Requerem, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Jornalista Malu Gaspar, pela reportagem de capa da Revista Veja, de 18 de agosto de 2004, mostrando que recentes iniciativas do Governo Lula representam o mais sério ataque à liberdade de expressão no Brasil

desde o regime militar". A autoria é do Senador Arthur Virgílio e outros. A relatoria é do Senador Álvaro Dias. Parecer favorável à matéria. Designo Relator *ad-hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Sr. Presidente, o requerimento, sem dúvida, é meritório, mas, com o passar do tempo, já são quase cinco anos, eu considero prejudicado. Portanto, o voto é pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Em virtude de convite oficial que recebi do Governo da Guatemala e da ONU, para participar de Simpósio, na semana passada, sobre Fórmulas de Extinção e de Combate à Pobreza Absoluta, não pude estar presente na reunião da CCJ, onde foi votado o fim da prisão especial. Quero, em especial, agradecer à V. Exa., que, como Relator, acatou a Emenda pelo fim da prisão especial, salvo no caso de o Juiz considerar que uma pessoa está doente ou algo assim. Então, aí a situação é diferente. Mas, portanto, a decisão, que ainda vai ao Plenário, elimina a diferença, ou seja, promove a democratização entre brasileiros sobre a prisão especial. Agradeço por ter acatado a Emenda que sugeri. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parabéns à V. Exa., Senador Eduardo Suplicy. Eu digo... Eu não acatei exatamente a Emenda de V. Exa., mas o espírito dela, porque também tinha uma do Senador Marcelo Crivella que eu fiz a mesma coisa, juntei, fundi as duas, coloquei mais alguma coisa, para que pudesse eliminar toda a espécie de prisão especial, exceto Procurador da República e Juiz, de uma forma geral, porque são disciplinadas em Lei Complementar. A Lei que nós estávamos votando era Lei Ordinária, com hierarquia inferior, que não revoga Lei Complementar. Mas nós vamos apresentar uma proposta de Emenda à Constituição, já acertado com todos, com o Senador Marconi Perillo, quero acertar com V. Exa. também, para que nós acabemos com toda a forma de prisão especial no Brasil. As que já puderam terminar com Lei Ordinária, nós já terminamos; as que não puderem, vamos apresentar proposta de

Emenda à Constituição. Eu agradeço V. Exa., porque o espírito da Emenda de V. Exa. foi acatado.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E a Lei tem espírito, hein?! Isso é importante.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Está certo, o espírito das Leis.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 78. Projeto de Lei do Senado, nº 68, de 2004, terminativo na CAS: "Permite a utilização dos recursos de fundo de garantia por tempo de serviço para o pagamento de financiamento habitacional, concedido por entidades fechadas de previdência complementar". A autoria é do Senador Paulo Paim e a relatoria é do Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável à matéria. Designo Relator *ad-hoc* o Senador Eduardo Suplicy. Item 78...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O Projeto de Lei pretende permitir a utilização do recurso do fundo de garantia por tempo de serviço para pagamento de financiamentos habitacionais, concedidos por entidades fechadas de previdência complementar. Em decorrência do requerimento do Senador Romero Jucá, está sendo examinado neste Colegiado. Já foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, em especial pelo reconhecimento de que, estendendo as possibilidades da utilização de recursos das contas vinculadas do fundo de garantia para pagamento de prestação, de liquidação, amortização extraordinária e de financiamento habitacional, a realização do sonho da casa própria torna-se mais fácil. Destacou-se, assim, a pertinência e o elevado alcance social da matéria. O Parecer inclui Emenda para corrigir a numeração do inciso alterado, que passou a ser o XVIII, já que o XVII, do art. 20, da Lei 836, de 1990, já fora incluído por outra Lei, na legislação do fundo de garantia. No prazo regimental, não foram apresentadas Emendas.

Com o PLS 68, de 2004, o Senador Paulo Paim autoriza o Poder Executivo a utilizar os recursos do fundo de garantia para pagamento de financiamento habitacional, concedidos por entidades fechadas de previdência complementar. O Relator, o Senador Eduardo Azeredo, opina pela aprovação da matéria. A proposição guarda no mérito a sua aprovação.

Considerando a complexidade do tema, o fato do Governo Federal ter lançado o "Programa Minha Casa, Minha Vida", que visa construir um milhão de moradias, as quais serão financiadas, entre outras fontes, com recursos do próprio fundo de garantia, avalio, Sr. Presidente, que seria o caso de fazer um exame mais adequado e, por isso, solicito vista do presente

projeto, exatamente pela oportunidade de exame do programa do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy, já houve uma orientação da bancada de V. Exa. para que o projeto fosse aprovado aqui, uma vez que ele é terminativo na Comissão de Assuntos Sociais. Então, eu peço à V. Exa. que, se possível, reveja o pedido de vista, que aprovamos, mandamos para a CAS, e, lá, ele poderá ser reapreciado, se houver entendimento. Caso contrário, concederei a vista que V. Exa. pediu.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tendo em conta, portanto, que ainda será examinado na CAS, por votação terminativa, então vou atender ao apelo de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 79. O Relator é o Senador Mário Couto, que não mais pertence à Comissão, daí por que eu vou retirar de pauta para redistribuir.

Item 80. Projeto de Lei do Senado nº 654, de 2007, terminativo, na Comissão de Educação: "Autoriza a União a conceder a Medalha de Extinção de Primeira Classe ao jovem Riquelme Wesley dos Santos". A autoria é do Senador Paulo Duque. A relatoria é da Senadora Ideli Salvatti, favorável à matéria. Designo Relator *ad-hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Voto, Sr. Presidente. Ante o exposto, o Voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 654, de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria irá para a Comissão de Educação.

Item 81. A pedido do Senador Romero Jucá, nós vamos retirar para reexame.

Item 82. Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, terminativo, na Comissão de Desenvolvimento Regional: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências". A autoria é da Senadora Roseana Sarney e a relatoria é do Senador Gilvam Borges. O Parecer é favorável à matéria. Designo relator *ad-hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O voto, Sr. Presidente. Ante o exposto, o voto é pela

constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 373, de 2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Os projetos de Lei 72/2003, que institui, de acordo com o art. 43 da Constituição, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, o 91, de 2003, que, na forma do art. 43 da Constituição, institui a SUDAM, e o 184, de 2004, que institui, na forma do art. 43, a SUDECO, na verdade, já atende aos objetivos do projeto em exame, e, por esta razão, a nossa recomendação é pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marconi Perillo, o que pensa V. Exa.?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): De acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 83. Requerimento 782, de 2006: "Requerem, ante o disposto nos incisos VIII e XXXIII, do art. 48, do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista a prevalência no Plenário do expediente de votação simbólica, nos procedimentos deliberativos de Decretos legislativos, que versem sobre a aprovação de outorga e renovação de concessão de serviço radiodifusão sonora e de sons e imagens, solicita, a título de definição normativa, conforme dispõe o art. 402, inciso VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, para o fim de exata instrução de matérias atinentes à teleologia do disposto no art. 54, inciso II, letra "a", da Constituição Federal, nos casos das concessões a parlamentares". A autoria é do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores. A Relatoria é do Senador Pedro Simon. O Parecer conclui que: "a) Não é lícito aos Deputados e Senadores figurarem como diretores, proprietários ou controladores de empresa que explorem serviço de radiodifusão; b) Caso verificada essa condição, o respectivo ato de outorga ou renovação deverá ser rejeitado". Designo Relator *ad-hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, como V. Exa. já leu o enunciado, eu

vou direto ao voto. “Diante do exposto, votamos no sentido de que, em resposta à consulta formulada, fica esclarecido que: a) Incide na vedação de que trata o art. 54, inciso II, alínea “a”, da Constituição Federal, o parlamentar que seja proprietário, controlador ou diretor de pessoa jurídica, detentora de concessão, permissão, autorização para a exploração de serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens; b) Deve ser rejeitado o ato de outorga ou renovação de concessão, permissão ou autorização para a exploração do serviço de radiodifusão de pessoa jurídica, que se enquadre na situação acima mencionada, observado no caso de renovação do disposto no art. 223, § 2º, da Constituição”.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, esse requerimento é, sobretudo, um esclarecimento que o Relator Pedro Simon que faz com que tenhamos aqui uma definição clara sobre algo que muitas vezes foi colocada em dúvida. Então, apenas para reforçar aquilo que o nobre Relator Marconi Perillo mencionou, vamos aqui esclarecer que o voto diz que incide na vedação de que trata o art. 54, inciso II, alínea “a”, da Constituição Federal, o parlamentar que seja proprietário, controlador ou diretor de pessoa jurídica, detentora de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens. Portanto, deve ser rejeitado o ato de outorga ou renovação de concessão, permissão, autorização para a exploração de serviço de radiodifusão de pessoa jurídica que se enquadre na situação acima mencionada. Portanto, para se bem cumprir a Constituição. Eu estou de pleno acordo, Sr. Presidente. Apenas reitero e reforço a interpretação, pois ela é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É importante. É só lembrar o seguinte: o que é que V. Exa. propôs? Propôs que fosse entendido, que fizesse um reexame, um requerimento que a Comissão de Constituição e Justiça entendesse que os artigos aqui mencionados deixavam claro que não é lícito a Deputados e Senadores figurarem como diretores, proprietários ou controladores de empresas que explorem serviços de radiodifusão. É óbvio que quis dizer isso, mas muita gente fazia interpretação errônea. E mais: se verificada essa condição ou algum projeto que aparecesse aqui para dar a Senador e Deputado

uma dessas condições, deveria ser rejeitado. E no caso de já ter sido aprovado, quando aparecesse um projeto para renovação, que esse projeto também fosse rejeitado. Daí por que parabeno V. Exa., pela autoria do requerimento, e ao Senador Marconi Perillo, pela relatoria *ad-hoc*, e, também, ao Senador Pedro Simon, que foi o Relator definitivo. Isso expôs ao entendimento da Comissão de Constituição e Justiça de agora em diante, de sorte que nós vamos distribuir isso para todas as Comissões que têm pertinência com esse tema e, também, para a Mesa da Casa. Parabéns, Senador Eduardo Suplicy.

Em discussão. Não havendo quem mais queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Transfiro a presidência ao Senador Marconi Perillo, para relatar o Item 84. Senador Antônio Carlos Valadares, seja bem-vindo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Assumindo o exercício da presidência, concedo a palavra ao ilustre Senador Demóstenes Torres, para proferir o seu parecer.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Esta é uma proposta de Emenda à Constituição que tem como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti. O que quer o Senador? Que, nas eleições majoritárias, nós alteremos a Constituição, para permitir a apresentação de candidato sem filiação partidária, os chamados candidatos avulsos, como existe nos Estados Unidos.

Eu sou totalmente contrário. Eu acho que nós precisamos é fortalecer os partidos políticos e fazer com que, no país, nós tenhamos uma reforma política profunda para que as pessoas que entrem – justamente no sentido contrário – tenham dignidade na sua vida e na sua carreira, possam defender pontos de vistas não contraditórios com os seus partidos, e acredito que esse tipo de projeto, se aprovado, fragiliza ainda mais os partidos políticos que nós precisamos fortalecer, de sorte que sou totalmente contrário à matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer contrário à proposta. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado o Parecer do ilustre Senador Demóstenes Torres, para quem devolvo a presidência.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 85: “Modifica a alínea ‘b’, do inciso II, do § 1º, do art. 14, da Constituição Federal, para reduzir de 70 para 65 anos de idade o alistamento eleitoral e o voto facultativo”. A autoria é do Senador Sérgio Zambiasi e outros Senadores. A Relatoria é do Senador Aloizio Mercadante. Parecer favorável à matéria com a Emenda de redação que apresenta. Nomeio Relator *ad-hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu vou me permitir ler apenas o Voto. “Ante o exposto, o Voto é pela constitucionalidade e regimentalidade da PEC 34, de 2004, e, no mérito, pela sua aprovação com a seguinte Emenda de redação. Emenda da CCJ: Dê-se à Emenda de proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2004, a seguinte redação: “Modifica a alínea ‘b’ do inciso II, do § 1º, do art. 14, da Constituição Federal, para reduzir de 70 para 65 anos de idade a obrigatoriedade do alistamento eleitoral e o voto facultativo”. Este é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 86. Retirado para reexame, a pedido do Senador Almeida Lima.

Item 87. Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2004: “Altera o *caput* do art. 8º, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 (Dispõe sobre a composição do Conselho Monetário Nacional)”. A autoria é do Senador Paulo Paim. A Relatoria é da Senadora Serys Slhessarenko. Parecer pela inconstitucionalidade dos PLS nºs 262 e 337, de 2004, e pela apresentação de Projeto de Lei Complementar. A matéria tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 337. Como o projeto está apensado com outro que a Senadora Serys Slhessarenko solicita adiamento, vou retirar de pauta e pautar na próxima reunião, que não seja amanhã.

Item 88. Retiro de pauta a pedido do Governo.

Item 89. Requerimento nº 742, de 2003, não terminativo: “Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, o voto de aplausos pelo transcurso dos 20 anos da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)”. A autoria é da Senadora Fátima Cleide. A relatoria é da Senadora Marina Silva. Parecer pelo arquivamento da matéria. Designo o Senador Relator *ad-hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Voto é pelo arquivamento, ou seja, pela prejudicialidade da matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 90 da pauta. Requerimento nº 393, de 2004: “Requer, nos termos do *caput* do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplausos à iniciativa do Ministro de Estado e Cultura Gilberto Gil, por defender a proposta de tornar o samba patrimônio cultural da humanidade junto à UNESCO, órgão da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura”. A autoria é da Senadora Ideli Salvatti e a relatoria é do Senador Francisco Dornelles. O Parecer é favorável à matéria. Designo Relator *ad-hoc* o Senador Antônio Carlos Valadares. Sugiro à V. Exa., Senador, como tem acontecido nesses projetos que já transcorreram um largo tempo, que V. Exa., se assim entender, dê o Parecer pela prejudicialidade, até porque nem é Ministro mais o Sr. Gilberto Gil.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, lendo a parte final do relatório, apesar do decurso do prazo, consideramos, no entanto, que, mesmo não sendo mais Gilberto Gil titular da pasta do Ministério da Cultura, permanece merecedora de aplauso sua proposta de tornar o samba patrimônio cultural da humanidade. Portanto, nada obsta a aprovação da proposição, para que o voto de aplauso fique consignado nos anais. O voto de aplauso, entretanto--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se V. Exa. concordar--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu concordo com V. Exa., de vez que essa matéria já está preclusa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O meu parecer é pelo arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Supley.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas que se encaminhe ao Ministro--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós estamos preparando um ofício para todos, dizendo que foi proposto, que houve parecer favorável, mas, pelo transcurso de tempo, nós estamos julgando prejudicado todos esses requerimentos, todos.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Ainda que, no mérito--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ainda que, no mérito, tenha...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): --tenha razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, nós mandamos um ofício, comunicando que foi proposto, que houve o parecer favorável, mas que perdemos a oportunidade de assim fazê-lo.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Até porque o mérito do samba é eterno.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): E V. Exa., como apreciador da música brasileira, que eu sei--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É verdade.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): --acho que concorda que o samba tem mérito eterno.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com certeza. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 91. Eu sou o Relator. Transfiro a presidência ao Senador Marconi Perillo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Assumindo a presidência, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para proferir o relatório sobre o requerimento.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É um requerimento de 2004, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em que a Senadora Ideli Salvatti propõe voto de louvor ao Juiz Rodrigo Collaço, eleito, no dia 25 de novembro de 2004, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. Já perdemos totalmente a oportunidade. O meu parecer, que foi anteriormente favorável à matéria, agora é pela prejudicialidade, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Coloco em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer favorável ao requerimento. Os Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado o Parecer. Transfiro a presidência ao ilustre Presidente Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 92. Requerimento nº 78, de 2004: "Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno e ouvido o Plenário, voto de louvor ao ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, pela entrega do documento com crítica à ação do Fundo Monetário Internacional, ao debilitar a democracia de alguns países". A autoria é do Senador Arthur Virgílio. A relatoria é do Senador Tasso Jereissati. Parecer favorável à matéria. Designo Relator *ad-hoc* o Senador Eduardo Supply.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, ainda que também haja mérito no documento, com crítica à ação do Fundo Monetário Internacional debilitar a democracia de alguns países, de iniciativa do Senador Arthur Virgílio, mas, pelas razões há pouco apontadas, considerado(F) pela prejudicialidade em razão do decurso do tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 93. Requerimento do Senado Federal nº 910, de 2003: "Requerem, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas congratulações ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo recebimento da alta distinção do Prêmio Fullbright para o Entendimento Mundial, que lhe será outorgado em solenidade a ser realizada no próximo dia 30 de outubro de 2003, no Departamento Norte-Americano de Estado". Autoria é do Senador Tasso Jereissati e outros Srs. Senadores. A relatoria é do Senador César Borges. O Parecer é favorável à matéria. Designo Relator *ad-hoc* o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, é pela prejudicialidade, em razão do decurso do tempo. É o Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 94. Requerimento do Senado Federal nº 422, de 2004: "Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de aplauso ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, agraciado como personalidade do país, em 2003, pelo Prêmio Faz Diferença". A autoria é da Senadora Fátima Cleide. A relatoria é do Senador Aloizio Mercadante. Parecer favorável à matéria. Designo Relator *ad-hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Demóstenes, Presidente, ainda que a iniciativa seja meritória, eu voto pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 95. Retirado para reexame por pedido do Governo. Quando eu digo o Governo, os Senadores do Governo.

Item 96. Requerimento nº 675, de 2004: "Requer, nos termos do art. 222...". Como eu sou o Relator, transfiro a presidência ao Senador Marconi Perillo.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): No caso, ele é o Governador homenageado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou transferir a presidência ao Senador Eduardo Suplicy.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Ou Relatoria.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, transfiro a presidência, que o Relator sou eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito bem. Então, eu vou designar como relator *ad hoc*... Ah, não, V. Exa. é o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Demóstenes Torres, então V. Exa. vai relatar a respeito do voto de aplauso ao Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, pela construção da primeira fábrica da companhia sul-coreana no país, em Anápolis, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É meritório, o senador, realmente, quando Governador, levou a Hyundai para Goiás, mas, devido ao transcorrer do tempo, ano 2004, eu relatei favorável à matéria, mas, da mesma forma que fizemos com as demais, peço que

seja julgado prejudicado pelo transcurso do tempo; cinco anos depois. O senador que se sinta parabenizado, não vamos nem mandar o ofício para ele.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço à Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Demóstenes e ao Senador Eduardo pela homenagem, mas já me sinto agraciado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Em discussão. Foi concluída a votação, de acordo com o Parecer do Relator, com a devida homenagem ao ex-Governador Marconi Perillo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode transferir de novo a Presidência para mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Transfiro à V. Exa., Presidente Demóstenes Torres, a presidência.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 97. Requerimento nº 1.229, de 2004: "Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso às vítimas do Edifício Palace II, no Rio de Janeiro, pelo gesto de altruísmo, representado pela doação ao ex-Deputado Sérgio Naya de parte do lucro obtido na venda do imóvel da indenização que lhes foi paga". A autoria é do Senador Arthur Virgílio. A relatoria é do Senador Gilvam Borges. Parecer favorável à matéria. Designo Relator *ad hoc* o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Voto pela prejudicialidade, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião e convoco outra para amanhã, dia 8 de abril, às 10 horas.

Sessão encerrada às 12h02.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 914 PÁGINAS

(OS: 14409/2009)